



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3348

Sexta-feira - 11 de Dezembro de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Correia Pinto	301	Jaborá	735
Agronômica	15	Corupá	305	Jacinto Machado	739
Água Doce	21	Cunha Porã	308	Jaraguá do Sul	741
Águas de Chapecó	28	Cunhataí	313	Jardinópolis	810
Águas Frias	30	Curitibanos	314	Joaçaba	811
Alfredo Wagner	31	Descanso	317	José Boiteux	818
Alto Bela Vista	32	Dionísio Cerqueira	437	Lacerdópolis	819
Anchieta	33	Doutor Pedrinho	439	Laguna	824
Angelina	36	Entre Rios	443	Lajeado Grande	830
Anitápolis	37	Erval Velho	444	Lauro Muller	831
Antônio Carlos	39	Flor do Sertão	445	Lebon Régis	858
Apiuna	48	Formosa do Sul	446	Lindóia do Sul	863
Arabutã	54	Forquilha	447	Luiz Alves	864
Arroio Trinta	73	Fraiburgo	452	Luzerna	875
Arvoredo	80	Galvão	471	Mafrá	893
Ascurra	99	Garopaba	475	Maracajá	896
Atalanta	102	Garuva	495	Maravilha	898
Aurora	103	Gaspar	496	Massaranduba	900
Balneário Camboriú	105	Governador Celso Ramos	503	Matos Costa	910
Balneário Gaivota	109	Grão Pará	509	Modelo	915
Balneário Piçarras	114	Gravatal	562	Mondaí	916
Balneário Rincão	117	Guaraciaba	563	Monte Carlo	917
Bandeirante	121	Guaramirim	564	Morro da Fumaca	919
Barra Bonita	126	Guarujá do Sul	608	Navegantes	920
Barra Velha	129	Guatambú	609	Nova Erechim	968
Bela Vista do Toldo	130	Herval d'Oeste	610	Nova Itaberaba	973
Belmonte	131	Ibiam	613	Nova Trento	977
Benedito Novo	138	Ibicaré	621	Nova Veneza	981
Biguaçu	141	Ibirama	622	Novo Horizonte	983
Blumenau	148	Ilhota	623	Orleans	986
Bom Jardim da Serra	175	Imarui	630	Otaclio Costa	993
Bom Retiro	182	Imbituba	631	Ouro	1023
Botuvera	189	Imbuia	643	Paial	1024
Braço do Trombudo	196	Indaial	667	Palhoça	1025
Brusque	201	Iomerê	683	Palma Sola	1062
Caçador	226	Ipira	686	Palmeira	1063
Caibi	241	Iporã do Oeste	689	Papanduva	1064
Camboriú	246	Ipuacú	690	Paulo Lopes	1066
Campo Alegre	252	Ipumirim	698	Penha	1068
Campos Novos	271	Iraceminha	699	Peritiba	1135
Canoinhas	274	Irani	703	Pescaria Brava	1139
Capinzal	278	Iratí	707	Petrolândia	1142
Caxambu do Sul	283	Irineópolis	708	Pinhalzinho	1143
Cerro Negro	286	Itá	710	Pinheiro Preto	1145
Chapadão do Lageado	287	Itaiópolis	718	Piratuba	1153
Cocal do Sul	290	Itapema	719	Planalto Alegre	1154
Concórdia	295	Itapiranga	723	Pomerode	1156
Cordilheira Alta	298	Itapoá	730	Ponte Serrada	1162
Coronel Freitas	299	Ituporanga	733	Porto União	1178

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3348

Sexta-feira - 11 de Dezembro de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Pouso Redondo	1183	São Bonifácio	1425	Tigrinhos	1603
Praia Grande	1184	São Carlos	1426	Tijucas	1604
Presidente Castello Branco	1209	São Domingos	1427	Timbó	1608
Presidente Getúlio	1210	São Francisco do Sul	1432	Três Barras	1614
Presidente Nereu	1212	São João Batista	1438	Treze Tílias	1617
Quilombo	1233	São João do Oeste	1462	Trombudo Central	1620
Rancho Queimado	1239	São João do Sul	1469	Tunápolis	1621
Rio do Campo	1240	São Joaquim	1470	União do Oeste	1622
Rio do Oeste	1242	São José	1476	Urubici	1627
Rio dos Cedros	1366	São José do Cedro	1486	Urussanga	1629
Rio do Sul	1348	São Lourenço do Oeste	1487	Vargeão	1631
Rio Fortuna	1368	São Miguel do Oeste	1495	Vidal Ramos	1637
Rio Negrinho	1369	São Pedro de Alcântara	1516	Videira	1639
Santa Helena	1370	Saudades	1537	Vitor Meireles	1643
Santa Rosa do Sul	1371	Schroeder	1539	Witmarsum	1647
Santa Terezinha do Progresso	1375	Seara	1575	Xanxerê	1648
Santiago do Sul	1376	Serra Alta	1584	Xavantina	1657
Santo Amaro da Imperatriz	1400	Sombrio	1592	Xaxim	1660
São Bento do Sul	1412	Sul Brasil	1593	Zortéa	1661
São Bernardino	1419	Tangará	1595		

Associações

AMURC	1668
-------------	------

Consórcios

AGIR	1669
CIDEMA	1669
CIGA	1670
CIMVI	1688
CINCATARINA	1692
CIS/AMURES	1841
CIS/AMVI	1843
CISAM	1859
CITMAR	1861
CODEPLAN	1862
CIM-AMFRI	1863
CIM-AMREC	1875
CONDER	1875
CIASS	1876
CINFRA	1877
CIRSURES	1878



Abdon Batista**PREFEITURA****PORTARIA 115 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2752737

Portaria nº 415/2020
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Leonardo Moreira Branco, nomeado através da portaria 396/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Capataz de Turma – nível II.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 331 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752832

Portaria nº 431/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Mariluci Martins Varela Agostini, nomeada através da portaria 117/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora de Políticas da Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 332 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752834

Portaria nº 431/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Mariluci Martins Varela Agostini, nomeada através da portaria 117/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora de Políticas da Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 405 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752430

Portaria nº 405/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: OSEIAS INACIO DA SILVA, nomeado através da portaria 111/2017, do Cargo em Provimento em Comissão de Assessor de Comunicação e Transparência.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 406 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752441

Portaria nº 406/2020

EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Franciane Aparecida Zanchett Mocelin, nomeada através da portaria 115/2017, alterada pela portaria 260/2018, do Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Arrecadação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 407 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752448

Portaria nº 407/2020

EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Eunice Susana Demeneck Gerent, nomeada através da portaria 355/2017, do Cargo em Provimento em Comissão de Assistente Especial de Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 408 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752457

Portaria nº 408/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Luciano Hermes, nomeado através da portaria 401/2020, do Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento e Movimentação Econômica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 409 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752460

Portaria nº 409/2020

EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Joseane Mocelin Simones, nomeada através da portaria 365/2020, do Cargo em Provimento em Comissão de Assistente de Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 410 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752474

Portaria nº 410/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Luiz Domingos Mecabo, nomeado através da portaria 229/2020, do Cargo em Provimento em Comissão de Chefe de

Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 411 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752550

Portaria nº 411/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Jose Assis Correa, nomeado através da portaria 105/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 412 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752552

Portaria nº 412/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: José Zanchett Correa, nomeado através da portaria 222/2019, do Cargo em Provimento em Comissão Secretário Municipal de Políticas Urbanas.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 413 DE 07 DE DEZEMBRO 2020

Publicação N° 2752578

Portaria nº 413/2020

EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Joseli Terezinha Palavro Correa, nomeada através da portaria 400/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Coordenadora de Programas Sociais.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 414 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752732

Portaria nº 414/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Odair Rogerio Rosa, nomeado através da portaria 397/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 416 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752761

Portaria nº 416/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Cid Rech, nomeado através da portaria 304/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Superintendente de Manutenção de Frota.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 417 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752763

Portaria nº 417/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Sebastiao Natalício da Cruz, nomeado através da portaria 151/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Capataz de Turma – nível II.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 418 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752766

Portaria nº 418/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Ademar dos Santos, nomeado através da portaria 266/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Capataz de Turma – nível III.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 419 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752775

Portaria nº 419/2020

EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Alceu dos Santos Chaves, nomeado através da portaria 394/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Capataz de Turma – nível III.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PORTARIA 420 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752780

Portaria nº 420/2020
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Anderson Padilha de Lima, nomeado através da portaria 263/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Coordenador de Informatica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 421 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752786

Portaria nº 421/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Vera Lucia Petri, nomeada através da portaria 197/2019, do Cargo em Provimento em Comissão Assistente de Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 422 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752788

Portaria nº 422/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Débora Cristina Ceregatti, nomeada através da portaria 181/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora Tributária.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 423 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752816

Portaria nº 423/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Dhieniffer Ribeiro Correa, nomeada através da portaria 193/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora de Direitos Humanos e Políticas para a Juventude.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 424 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752819

Portaria nº 424/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Ana Paula Mecabo, nomeada através da portaria 369/2020, do Cargo em Provimento em Comissão Assistente de Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 425 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752820

Portaria nº 425/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Carine Luft, nomeada através da portaria 153/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Gestor Nutricional.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 426 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752821

Portaria nº 426/2020
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Wanderley Jose Corona, nomeado através da portaria 128/2019, do Cargo em Provimento em Comissão Assessor Jurídico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 427 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752822

Portaria nº 427/2020
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Elizane Aparecida Mattos, nomeada através da portaria 345/2019, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora do Centro Municipal de Ensino – CEME.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 428 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752825

Portaria nº 428/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Erli Silvana Demeneck, nomeada através da portaria 148/2019, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora da Creche Tia Hilda.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 429 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752827

Portaria nº 429/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Ilaine Carise Vieira Branco, nomeada através da portaria 227/2018, do Cargo em Provimento em Comissão Coordenadora de Compras e Licitações.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 430 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752829

Portaria nº 430/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Marizane Mecabo, nomeada através da portaria 194/2019, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora de Gestao.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 433 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752839

Portaria nº 433/2020
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Jonas Palavro, nomeado através da portaria 157/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Assessor Especial de Controle Interno.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 434 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752849

Portaria nº 434/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Jaciara Mocelin, nomeada através da portaria 365/2017, do Cargo em Provimento em Comissão Diretora de Recursos Humanos.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 435 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752854

Portaria nº 435/2020
EXONERA SERVIDORA DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Fabiana Mecabo, nomeada através da portaria 113/2019, do Cargo em Provimento em Comissão de Secretária de Assistência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 436 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752868

Portaria nº 436/2020
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Sergio Marcio Zanchett, nomeado através da portaria 125/2019, do Cargo em Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 437 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752882

Portaria nº 437/2020
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Exonerar: Arilso de Cordova Passos, nomeado através da portaria 380/2020, do Cargo em Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PORTARIA 438 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752883

Portaria nº 438/2020

REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 420.

Resolve:

Art.1º - Fica REVOGADA portaria de nº 289/20 que Designa a Sra. Susane Aparecida Mecabo Demeneck no Cargo em Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 30 de dezembro de 2020.

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 07 de dezembro de 2020.
Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 56/2020

Publicação Nº 2752427

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 78/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 56/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 23 de Dezembro de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 09 de dezembro de 2020
Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Agronômica

PREFEITURA

Nº 152/2020

Publicação Nº 2752909

DECRETO Nº 152/2020 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

"ESTABELECE MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE ESCASSEZ DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA –SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, nos uso das atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

Considerando que os índices pluviométricos dos últimos meses foram inferiores as médias dos últimos anos, para os meses de setembro a maio de 2020.

Considerando que esses índices são medidos na Cidade, sendo que no interior do Município a deficiência hídrica é ainda maior, ocorrendo casos em que há falta de água para o consumo humano e animal, com córregos e sangas desaparecendo;

Considerando que há grandes prejuízos nas culturas, especialmente nos setores de gado leiteiro, soja, feijão e milho, todas estas culturas com redução na produtividade e até mesmo perda total em algumas lavouras;

Considerando que, como consequência deste desastre resultou danos materiais e ambientais, e os prejuízos econômicos e sociais;

Considerando que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade a tendência que a estiagem continue, com maiores prejuízos na agricultura, com a redução dos reservatórios de água para as culturas do município, além de faltar água para o consumo humano no interior;

Considerando que o parecer da Defesa Civil Municipal, relatando a ocorrência deste desastre é favorável a declaração de situação de emergência.

Considerando a continuidade das condições adversas que motivaram Decreto 123/2020, famílias continuam a serem supridas por água potável e considerando que os boletins climáticos emitidos pelos institutos de meteorológicos indicam a intensificação do "La Nina" e para fazer frente as ações necessárias de atendimento a população afetada,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica alterado o Art 9º do Decreto nº 123/2020 de 09 de Novembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 9º Este Decreto entra em vigor na data da publicação e terá validade por 180 dias."

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 11 de dezembro de 2020.

CÉSAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

Nº 153/2020

Publicação Nº 2752916

DECRETO N.º 153/2020 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

Anula e suplementa dotações no âmbito do FUNDEB.

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- Que pelo princípio da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art.167, VI). Por categoria de programação deve-se entender a função, a sub função, o programa, o projeto/atividade/operação especial e as categorias econômicas de despesas.
- Que pelo sistema idealizado pelo constituinte de 1988, os créditos adicionais suplementares abertos com base na autorização concedida na própria lei orçamentária e com fundamento em aporte de recursos oriundos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias (Lei nº 4.320/64, art. 43, § 1º, III) só podem ocorrer quando se tratar de deslocamento de recursos dentro do mesmo órgão e da mesma categoria de programação. Ou seja, remanejamentos de recursos de um órgão para outro e transposições ou transferências de uma categoria de programação para outra, somente podem ser autorizados através de lei específica, sob pena de antinomia com a Lei Maior
- O disposto no Art. 1º da Lei 1.180/2020 de 09/12/2020, que abre crédito adicional suplementar na importância de R\$ 561.800,00 (Quinhentos e sessenta e um mil e oitocentos reais) no orçamento geral do município;
- O disposto no Art. 2º da Lei 1.180/2020 de 09/12/2020, que demonstra os recursos a serem utilizados para as suplementações das dotações referidas no artigo 1º;
- Que a dotação nº. 62 do Departamento Municipal de Educação, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 122.800,00 (Cento e vinte e dois mil e oitocentos reais) no orçamento geral do município na seguinte dotação e modalidade de aplicação:

U.G.:	1	Prefeitura Municipal de Agrônômica	
Órgão	4000	Departamento Municipal de Educação	
Unidade....:	4001	Departamento Municipal de Educação	
Atividade:	12.361.0018.2.6	Ensino Fundamental FUNDEB 60%	
Recursos	18	FUNDEB 60%	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (62)	122.800,00
	:	

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação e dotações abaixo especificadas:

U.G.:	1	Prefeitura Municipal de Agrônômica	
Órgão	4000	Departamento Municipal de Educação	
Unidade....:	4001	Departamento Municipal de Educação	
Atividade:	12.361.0018.2.8	Ensino Fundamental FUNDEB 40%	
Recursos	19	FUNDEB 40%	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (63)	106.800,00
	:	

U.G.:	1	Prefeitura Municipal de Agrônômica	
Órgão	4000	Departamento Municipal de Educação	
Unidade....:	4001	Departamento Municipal de Educação	
Atividade:	12.361.0018.2.8	Ensino Fundamental FUNDEB 40%	
Recursos	19	FUNDEB 40%	
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (64)	16.000,00
	:	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 11 de dezembro de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Nº 154/2020

Publicação Nº 2754402

DECRETO Nº 154/2020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Define critérios e parâmetros urbanísticos para a implantação de infraestrutura de telecomunicações no Município de Agrônômica."

O Prefeito do Município de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:**CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Decreto estabelece os critérios e parâmetros urbanísticos gerais para implantação de infraestrutura de telecomunicações em áreas e bens públicos e privados ao nível do solo, no subsolo, no topo e localizados em zona urbana e rural no Município de Agronômica.

Parágrafo único. Não estão sujeitos aos dispositivos previstos neste Decreto:

I – As infraestruturas de telecomunicações de radares civis e militares utilizados para fins de defesa ou controle do tráfego aéreo;

II – A implantação de infraestrutura de telecomunicações no interior das edificações.

Art. 2º - A implantação de infraestrutura de telecomunicações de que trata este Decreto deve observar os princípios e objetivos estabelecidos na Lei federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015 e do Decreto nº 10.480, de 1º de setembro de 2020.

CAPÍTULO II**DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A IMPLANTAÇÃO**

Art. 3º - A implantação da infraestrutura de telecomunicações deve atender às seguintes diretrizes:

I – Sempre que tecnicamente possível, utilizar equipamentos e infraestrutura de suporte que, conforme devidamente demonstrado pelo interessado:

a) possuam as menores dimensões;

b) gerem menor impacto visual negativo;

c) fiquem ocultos ou camuflados na paisagem urbana;

d) sejam integrados à paisagem urbana, de forma a incorporar-se aos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos;

II – Priorizar a implantação em locais que gerem o menor impacto visual negativo com o entorno;

III – compartilhar as infraestruturas urbanas e infraestruturas de suporte para redes de telecomunicações existentes, sempre que tecnicamente possível;

IV – Minimizar as interferências com o meio ambiente natural e construído;

V – Respeitar os projetos urbanísticos e paisagísticos, especialmente os de relevante importância histórica e cultural, bem como os bens tombados;

VI – Respeitar as restrições urbanísticas e ambientais;

VII – não causar prejuízo ao serviço das redes de infraestrutura urbana implantada ou prevista;

VIII – respeitar as faixas de servidão das outras redes de infraestrutura urbanas implantadas e as que já estejam projetadas no momento da protocolização do projeto de licenciamento da infraestrutura de telecomunicações;

IX – Não obstruir a circulação de veículos e pedestres;

X – Atender o interesse público;

XI – respeitar os limites de emissão máxima de ruídos determinados para o conforto humano, na forma da legislação específica;

XII – observar as regras de segurança de terceiros e de edificações vizinhas, inclusive quanto à iluminação e ventilação de edificações;

XIII – observar as normas técnicas sobre a proteção contra descarga atmosférica, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

XIV – respeitar a visibilidade da sinalização de trânsito;

XV - Observar a capacidade de carga do solo ou da estrutura da edificação ou da infraestrutura de telecomunicações;

XVI - Atender ao disposto na Lei federal nº 11.934, de 5 de maio de 2009, que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

Art. 4º - É obrigatório o compartilhamento da capacidade excedente da infraestrutura de suporte, ressalvada a hipótese de inviabilidade técnica.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, a demonstração de inviabilidade técnica é condicionada à:

I – Comprovação, por meio de laudo técnico:

a) de que o atendimento aos usuários e a cobertura do serviço de telecomunicações em determinada área depende essencialmente da excepcionalidade;

b) da necessidade técnica de implantação e dos prejuízos pela falta de cobertura no local;

c) da impossibilidade de compartilhamento com infraestrutura de suporte existente;

II – Comprovação de que a proposta de implantação da infraestrutura de telecomunicação será implantada de forma a proporcionar o menor impacto visual negativo em relação ao seu entorno.

III – o laudo e comprovação devem ser elaborados por profissional devidamente habilitado com devido registro ou anotação de responsabilidade técnica.

CAPÍTULO III**DOS PARÂMETROS ESPECÍFICOS DE INSTALAÇÃO****Seção I****Nas Edificações**

Art. 5º - A infraestrutura de telecomunicações implantada no topo das edificações deve ser distribuída de forma a manter a estética da edificação e respeitar os seguintes parâmetros:

I – Ser implantada em edifícios com no mínimo 12 metros de altura;

II – Ter o tamanho máximo igual a 30% da altura da edificação, limitado a 15 metros, medido sempre a partir da face externa da laje do último pavimento;

III – ter a base fixada na laje do último pavimento ou em qualquer outro elemento construtivo localizado na cobertura, desde que obedecido o limite definido no inciso II;

IV – Manter afastamento do perímetro externo do último pavimento de no mínimo 1,50 metro;

V – Respeitar distância horizontal de no mínimo 10 metros entre mastros e torres, quando o tamanho da infraestrutura de telecomunicações é maior que 5,50 metros, medido sempre a partir da face externa da laje do último pavimento;

VI – Ter o cabo, duto, conduto, caixa de passagem ou outros equipamentos complementares que integram a instalação da antena camuflados ou ocultos do logradouro público.

§ 1º A altura da edificação prevista nos incisos I e II é a medida vertical contada a partir da cota de soleira até a face externa da laje do último pavimento.

§ 2º Para a implantação de que trata o caput, deve ser comprovada a estabilidade estrutural das edificações por meio de laudos técnicos

assinados por profissional legalmente habilitado e acompanhados do documento de responsabilidade técnica registrado no órgão de classe pertinente.

§ 3º O comprimento do para-raios não é computado no cálculo do tamanho máximo definido para a infraestrutura de telecomunicações no inciso II.

Seção II

No Interior do Lote em área urbana

Art. 6º- A infraestrutura de telecomunicações pode ser implantada no interior do lote, no solo, desde que respeitados o disposto na legislação de uso e ocupação do solo e os seguintes parâmetros:

I – ter tamanho máximo igual à altura máxima definida na legislação de uso e ocupação do solo para a edificação no lote, acrescida de 30%, limitado a 30 metros;

II – Ter distância de, no mínimo:

a) 3 metros da divisa frontal do lote;

b) 1,50 metro das divisas laterais e de fundos do lote;

c) 3 metros da edificação construída no lote e das edificações localizadas nos lotes vizinhos.

§ 1º A distância definida no inciso II é medida a partir do perímetro do conjunto da infraestrutura de telecomunicações que esteja acima do solo.

§ 2º O comprimento do para-raios não é computado no cálculo do tamanho máximo definido para a infraestrutura de telecomunicações neste artigo.

Seção III

No Interior de Gleba em Área Rural

Art. 7º- A implantação de infraestrutura de telecomunicações em gleba inserida em zona rural, deve utilizar prioritariamente a infraestrutura de suporte que possibilite o compartilhamento e, quando não for possível, deverá ser justificado na forma prevista neste Decreto, respeitados os parâmetros de ocupação da legislação municipal.

Seção IV

Em Área Pública

Art. 8º- A implantação de infraestrutura de telecomunicações em área pública deve atender às diretrizes e parâmetros deste Decreto, salvo demonstração de inviabilidade técnica, e respeitar os seguintes critérios:

I – obedecer à área padrão de visibilidade e segurança nas esquinas das vias e nas entradas e saídas de estacionamentos;

II – obedecer às normas técnicas brasileiras de acessibilidade;

III – possuir altura livre mínima de 2,80 metros a partir do nível do solo, para os equipamentos suspensos;

IV – ser integrada e harmonizada com o projeto paisagístico da área, quando houver;

V – instalar os dutos, condutos, tubulações e cabeamentos em subsolo ou camuflados na infraestrutura de telecomunicações;

VI – utilizar método não destrutivo de implantação, quando localizado no subsolo de áreas públicas pavimentadas, sempre que tecnicamente possível;

VII – na implantação de postes, obedecer aos mesmos parâmetros exigidos para a CELESC e os gabaritos de ruas e rodovias estabelecidos na legislação municipal.

Parágrafo único. Comprovada a inviabilidade técnica de utilização de método não destrutivo na forma do art. 4º, parágrafo único, o responsável pela infraestrutura de telecomunicações deve recuperar a pavimentação nos mesmos padrões de qualidade.

CAPÍTULO IV

DO ALVARÁ DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES

Art. 9º - A implantação de infraestrutura de telecomunicações de que trata este Decreto está condicionada a expedição de Alvará de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações.

Parágrafo único. O alvará de que trata o caput será emitida pelo órgão gestor do planejamento territorial e urbano e tem por finalidade autorizar a implantação da infraestrutura de telecomunicações em conformidade com os aspectos deste Decreto e demais legislações municipais.

Art. 10º - O Alvará de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações é emitido mediante análise das informações prestadas pelo requerente.

§ 1º O requerimento, formulado pelo interessado, deve conter, no mínimo, os seguintes documentos:

I – requerimento padrão;

II – projeto executivo e memorial descritivo de implantação que demonstre conformidade da infraestrutura de telecomunicações com o disposto neste Decreto;

III – laudo técnico, nos termos do art. 4º, parágrafo único, que comprove a inviabilidade técnica de atendimento aos critérios e parâmetros deste Decreto, quando cabível;

IV – contrato social do responsável pela infraestrutura de telecomunicações e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

V – procuração emitida pelo responsável pelo requerimento, se for o caso;

VI – documento legal que comprove a autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel;

VII – documento hábil que ateste a posse, concessão ou propriedade, quando localizado em propriedade privada, registrada no cartório de títulos e documentos;

VIII – ata da assembleia geral que aprovou a colocação da infraestrutura de suporte na edificação, quando for o caso, registrada no cartório de títulos e documentos, quando em área privada;

IX – requerimento para uso de espaço público, quando for o caso, acompanhado de justificativa da necessidade de uso do referido espaço;

X – anotação de responsabilidade técnica – ART ou registro de responsabilidade técnica – RRT pelo projeto e pela execução da instalação da infraestrutura de telecomunicações;

XI – comprovante de pagamento da taxa de emissão de alvará;

XII – licença de funcionamento do conjunto de equipamentos e aparelhos componentes da infraestrutura de telecomunicações expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel;

XIII – autorização para compartilhamento da infraestrutura de suporte, emitida pela empresa/instituição detentora em favor da empresa compartilhante, quando cabível.

§ 2º O poder público pode solicitar outros documentos não mencionados no § 1º, para fins de licenciamento das infraestruturas de telecomunicações.

§ 3º Será de responsabilidade do requerente providenciar o licenciamento ambiental, quando for o caso, apresentando junto ao requerimento a respectiva licença ou cópia do protocolo junto ao órgão competente, neste caso, declarando ciência de que a instalação estará condicionada à autorização do órgão ambiental.

Art. 11º - O prazo para emissão do Alvará de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações é de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, podendo ser suspenso se verificada a necessidade de manifestação de órgão ou entidade diversa.

Art. 12º - O prazo de validade do Alvará de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicações é de 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período sucessivo.

Art. 13º - É dispensada da licença prevista no art. 10, desde que realizado o prévio cadastramento no órgão gestor do planejamento territorial e urbano, a implantação de infraestrutura de telecomunicações de pequeno porte.

§ 1º Será considerada de pequeno porte a infraestrutura de redes de telecomunicações que atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - seja instalada em edificação ou estrutura existente e que não amplie sua altura em mais de três metros ou em mais de dez por cento, o que for menor;

II - possuir estrutura irradiante com volume total de até trinta decímetros cúbicos; e

III - possuir demais equipamentos associados com volume total de até trezentos decímetros cúbicos e com altura máxima de um metro.

§ 2º Quando se tratar de equipamentos parcialmente enterrados ou ocultos, a dimensão indicada no inciso III do § 1º refere-se ao segmento visível a partir do logradouro.

§ 3º A entidade interessada que instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações de pequeno porte comunicará a instalação ao Poder Executivo municipal ou distrital, no prazo de sessenta dias, contado da data da instalação.

§ 4º O disposto neste artigo não dispensa a obtenção de autorização ou permissão prévia do responsável pelo imóvel privado, pelo imóvel tombado ou protegido por legislação especial, ou pelo imóvel público de uso especial ou dominical em que a instalação será realizada.

§ 5º A dispensa prevista no caput não isenta as entidades interessadas de observarem as regras de compartilhamento, na forma da regulamentação da Anatel.

§ 6º O cadastramento previsto no caput deve ser realizado pelo responsável pela infraestrutura de telecomunicações, contendo:

I – declarações, documentos técnicos e respectiva ART ou RRT que comprovem a conformidade da infraestrutura de telecomunicações com os critérios deste Decreto, da legislação ambiental e da legislação federal;

II – documento que comprove autorização do município, do concessionário, permissionário, órgão ou entidade responsável, quando localizado em imóvel público;

III – autorização do proprietário do imóvel, acompanhada de documento hábil que ateste a posse, concessão ou propriedade, quando localizado em propriedade privada;

IV – licença de funcionamento do conjunto de equipamentos e aparelhos componentes da infraestrutura de telecomunicações expedida pela Anatel;

V – autorização para compartilhamento da infraestrutura de suporte, emitida pela empresa/instituição detentora em favor da empresa compartilhante, quando cabível.

§ 7º A falsidade das informações declaradas acarreta a aplicação de sanções civis, penais e administrativas.

Art. 14º - É dispensada de nova emissão da licença prevista no art. 10 a infraestrutura de telecomunicações com padrões e características técnicas equiparadas a anteriores já licenciadas, nos termos deste Decreto.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput aos casos de alteração de características técnicas decorrente de processo de remanejamento, substituição ou modernização tecnológica.

§ 2º Em caso de deslocamento da infraestrutura de telecomunicações, a dispensa prevista no caput não exige o responsável da obrigatoriedade de autorização para mudança do local de instalação, da licença ambiental e das demais licenças previstas em lei, quando for o caso.

CAPÍTULO V

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 15º - Em caso de inobservância dos parâmetros estabelecidos neste Decreto, bem como de instalação de infraestrutura de telecomunicações sem o devido licenciamento, fica o infrator sujeito a aplicação de sanções civis, penais e administrativas e, caso não seja providenciada a adequação no prazo a ser determinado, remoção da infraestrutura instalada.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de remoção da infraestrutura de telecomunicações, deve o responsável pela estrutura, às suas expensas, providenciar a retirada no prazo estabelecido na notificação, sem prejuízo de que o poder público proceda à retirada à custa do responsável, em caso de inércia.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16º - A permanência das infraestruturas de telecomunicações implantadas e em funcionamento na data da publicação deste Decreto depende de licenciamento do órgão gestor do planejamento territorial e urbano.

§ 1º O responsável por infraestrutura de telecomunicações prevista no caput deve requerer o licenciamento na forma estabelecida neste Decreto, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua publicação, para adequação das estruturas já instaladas; ou, diante da impossibilidade de adequação, apresentar laudo que justifique detalhadamente a necessidade de permanência e os prejuízos pela falta de cobertura no local.

§ 2º Durante o prazo disposto no § 1º, não podem ser aplicadas sanções administrativas às infraestruturas de telecomunicações mencionadas no caput motivadas pela falta de licenciamento.

Art. 17º- O responsável pela infraestrutura de telecomunicações deve efetuar o remanejamento, provisório ou definitivo, dos equipamentos sob sua responsabilidade, instalados em área pública, sempre que for solicitado pelo poder público, em razão do interesse público, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 18º- A licença prevista no art. 10 não implica o reconhecimento da propriedade do imóvel, inclusive do direito sobre a sua propriedade ou posse, nem a regularidade da edificação e da ocupação do espaço público.

Art. 19º- A infraestrutura de telecomunicações se enquadra na categoria de equipamento urbano e é considerada bem de utilidade pública e relevante interesse social.

Art. 20º- Os casos omissos deverão ser interpretados à luz da Lei federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015 e do Decreto nº 10.480, de 1º de setembro de 2020

Art. 21º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 11 de dezembro de 2020.

CÉSAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

ALINE DE SOUZA
Diretora Departamento de Planejamento

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020 - SIMA

Publicação Nº 2753129

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
FUNDO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA – SIMA
PROCESSO LICITATÓRIO 1/2020
PREGÃO ELETRÔNICO 1/2020

O FUNDO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA – SIMA, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2020, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2020”, do tipo “MENOR PREÇO POR LOTE”, destinado a contratação de planos de saúde para servidores municipais efetivos, o qual será processado e julgado no dia 23 de dezembro de 2020 às 14h15, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega de envelopes até 23/12/2020 às 14h00. Íntegra Edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de dezembro de 2020

JAMES FRANCISCO BEAL

Presidente do SIMA

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 4/2019 FMS

Publicação Nº 2752394

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº4/2019

Quinto termo aditivo ao Contrato de obras e serviços de engenharia nº 4/2019, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, inscrito no CNPJ sob n. 11.430.533/0001-20, com sede à Praça João Macagnan, n. 322, Centro, no Município de Água Doce – SC, CEP 89.654-000, representado neste ato pela Gestora municipal, Sr^a. LORETE LOURDES PANTANO GHISLENI, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.123.883/0001-03, estabelecida na Rodovia SC 458, s/n, lote 01, bairro São Cristóvão, no Município de Capinzal – SC, CEP 89.665-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ELSON LEONI CHAVES, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que fazem da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Altera-se a cláusula terceira, item 3.1, ficando prorrogado o prazo do contrato até 31/12/2020.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce (SC), 09 de dezembro de 2020.

LORETE L. P. GHISLENI
Gestora do FMS
Contratante

ELSON LEONI CHAVES
CONSTRULACER Com. e Const. Lacerdópolis Eireli
Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28.339

BALANCETE FINANCEIRO MENSAL FMAS 11.20

Publicação Nº 2753791

Página: 1 / 1
Data de emissão: 10/12/2020
Exercício de 2020
Período de: Novembro à Novembro
Despesa: Empenhada

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE



INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		23.776,76	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		22.375,66
Ordinária		9,76	Ordinária		5.102,15
Recursos Ordinários .ASS. SOCIAL		9,76	Recursos Ordinários .ASS. SOCIAL		5.102,15
Vinculada		23.767,00	Vinculada		17.273,51
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD		80,63	PAGAMENTO DE INCREMENTO TEMPORÁRIO DE COMBATE AO		15.131,26
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social		1.699,17	FEAS CUSTEIO - BENEFÍCIOS EVENTUAIS		2.100,45
Recursos .BOLSA FAMÍLIA		1.436,87	Superávit Transf.Rec.Serviço de Convivência		41,80
Transf.Rec.Serviço de Convivência Fort.Vínculo/SC/FV		1.397,52			
PAGAMENTO DE INCREMENTO TEMPORÁRIO DE COMBATE AO		4,68			
FEAS CUSTEIO - BENEFÍCIOS EVENTUAIS		19.137,70			
IGD/SUAS		2,74			
Recursos - SST FEAS PMAD FMAS B CUST		6,81			
Recursos .Co-Financiamento - FEAS - Investimento		0,78			
ALIENAÇÃO DE BENS		0,10			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		10.500,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		4.340,52	EXTRAORÇAMENTÁRIAS		3.445,13
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		895,39	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.445,13	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.445,13
SALDOS ANTERIORES		452.037,17	SALDOS ATUAIS		464.833,66
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		2.539,53	CONTAS CORRENTES		0,00
APLICAÇÕES		449.497,64	APLICAÇÕES		464.833,66
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00
TOTAL		490.654,45	TOTAL		490.654,45

BALANCETE FINANCEIRO MENSAL FMS 11.20

Publicação Nº 2753789

Página: 1 / 2
Data de emissão: 10/12/2020
Exercício de 2020
Período de: Novembro à Novembro
Despesa: Empenhada

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE



INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		211.546,15	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		651.252,10
Ordinária		2.202,03	Ordinária		440.980,53
Recursos de Impostos - Saúde		2.192,46	Recursos de Impostos - Saúde		440.588,63
EMENDAS INDIVIDUAIS - Valdir Cocalchini e José Milton Scheffer		5,43	Recursos SUPERÁVIT - Saúde		411,90
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas		4,14			
Vinculada		209.344,12	Vinculada		210.271,57
Programa Requalifica UBS Construção - Alzira Italia Ferretti		13,99	Assistência Farmacêutica Básica		727,93
Assistência Farmacêutica Básica		3.543,28	Transf. Média e Alta Complexidade - APAE		9.211,96
PACS		12.601,40	Transf. Média e Alta Complexidade - MAC		6.838,06
PMAQ - Programa Melhoria Acesso		1,50	Transf. de Convênio - CAPS TFD		44.741,36
VISA - Vigilância Sanitária		1.002,04	Transf. Rec.Média e Alta Complexidade - Lab.Mirinha		3.650,61
Transf. Média e Alta Complexidade - APAE		9.211,96	Transferência Recursos SUS União - Vigilância Saúde - Despesas		2.709,68
Transf. Média e Alta Complexidade - MAC		1.940,07	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - AGENTE DE ENDEMIAS		1.810,68
Transf. de Convênio - CAPS TFD		28.334,50	Ações Estratégicas da Saúde		9.713,76
Transf. Rec.Média e Alta Complexidade - Lab. Mirinha		3.763,00	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO - APS		4.510,80
Transferência Recursos SUS União - Vigilância Saúde - Despesas		1.218,18	Enfrentamento da Emergência de Saúde - Nacional (crédito		87.818,19
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA - AGENTE DE ENDEMIAS		2.800,47	CAPS Estado		8.042,26
SERVIÇOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA		6.002,67	COFINANCIAMENTO NASF		5.981,62
Emenda Parlamentar Celso Maldaner		2,72	COFINANCIAMENTO ESF		19.641,85
Atenção Primária à Saúde - Capacitação Ponderada		50.875,89	Superávit Vigilância em Saúde		2.075,37
Ações Estratégicas da Saúde		13.638,46	Rec.Superávit CAPS Federal		1.839,21
PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO - APS		6.004,50	Superávit Transf.de Convênios - Saúde		187,50
Enfrentamento da Emergência de Saúde - Nacional (crédito		18.155,80	Superávit CAPS - TREZE TÍLIAS		770,73
DESEMPENHO PREVINE		9.675,00			
CAPS Estado		6.551,97			
Transf Município de Catanduvas/CAPS		10.014,26			
Recursos - Assistência Farmacêutica Básica		3.277,97			
COFINANCIAMENTO NASF		13.060,92			
COFINANCIAMENTO ESF		2.638,43			
CAPS - TREZE TÍLIAS		5.007,51			
Alienções de Bens Destinados a Programas de Saúde		7,63			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		637.199,45	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		46.989,27	EXTRAORÇAMENTÁRIAS		95.901,15



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

Página: 2 / 2
 Data de emissão: 10/12/2020
 Exercício de 2020
 Período de: Novembro à Novembro
 Despesa: Empenhada

INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		13.671,38	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		-58.530,64	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		91.848,53	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		95.901,15
SALDOS ANTERIORES		1.989.459,15	SALDOS ATUAIS		2.138.040,77
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		166,70	CONTAS CORRENTES		159,60
APLICAÇÕES		1.989.292,45	APLICAÇÕES		2.137.881,17
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00
TOTAL		2.885.194,02	TOTAL		2.885.194,02

BALANCETE FINANCEIRO MENSAL SIMA 11.20

Publicação Nº 2753794

Página: 1 / 1
Data de emissão: 10/12/2020
Exercício de 2020
Período de: Novembro à Novembro
Despesa: Empenhada


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE



INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		23.776,76	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		22.375,66
Ordinária		9,76	Ordinária		5.102,15
Recursos Ordinários .ASS. SOCIAL		9,76	Recursos Ordinários .ASS. SOCIAL		5.102,15
Vinculada		23.767,00	Vinculada		17.273,51
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD		80,63	PAGAMENTO DE INCREMENTO TEMPORÁRIO DE COMBATE AO		15.131,26
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social		1.699,17	FEAS CUSTEIO - BENEFÍCIOS EVENTUAIS		2.100,45
Recursos .BOLSA FAMÍLIA		1.436,87	Superávit Transf.Rec.Serviço de Convivência		41,80
Transf.Rec.Serviço de Convivência Fort.Vínculo/SC/FV		1.397,52			
PAGAMENTO DE INCREMENTO TEMPORÁRIO DE COMBATE AO		4,68			
FEAS CUSTEIO - BENEFÍCIOS EVENTUAIS		19.137,70			
IGD/SUAS		2,74			
Recursos - SST FEAS PMAD FMAS B CUST		6,81			
Recursos .Co-Financiamento - FEAS - Investimento		0,78			
ALIENAÇÃO DE BENS		0,10			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		10.500,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
EXTRAORÇAMENTÁRIAS		4.340,52	EXTRAORÇAMENTÁRIAS		3.445,13
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		895,39	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.445,13	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.445,13
SALDOS ANTERIORES		452.037,17	SALDOS ATUAIS		464.833,66
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		2.539,53	CONTAS CORRENTES		0,00
APLICAÇÕES		449.497,64	APLICAÇÕES		464.833,66
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00
TOTAL		490.654,45	TOTAL		490.654,45

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 57/2020

Publicação Nº 2752555

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE	CONCORRÊNCIA Nr.: 4/2020	
	CNPJ: 82.939.398/0001-90 Telefone: (49) 3524-0000 Endereço: Praça. João Macagnan, 322 - Centro CEP: 89654-000 - Água Doce	Processo Adm.: 57/2020 Data do Processo: 27/10/2020

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 57/2020
b) **Nr. Licitação:** 4/2020 - CC
c) **Modalidade:** Concorrência
d) **Data de Homologação:** 07/12/2020
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica na Rua Luiz Balestrin (parcial), localizada no Centro do Município de Água Doce/SC.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:


	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI				
1 - Pavimentação asfáltica na Rua Luiz Balestrin (parcial), localizada no Centro do Município de Água Doce/SC - Pavimentação asfáltica na Rua Luiz Balestrin (parcial), localizada no Centro do Município de Água Doce/SC - Marca:	UN	1,000	268.697,9800	R\$ 268.697,98
Total geral:				R\$ 268.697,98

Água Doce, 07/12/2020

VILSON ANTONIO VERONA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 57/2020

Publicação Nº 2752557

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE	CONCORRÊNCIA Nr.: 4/2020	
	CNPJ: 82.939.398/0001-90 Telefone: (49) 3524-0000 Endereço: Praça. João Macagnan, 322 - Centro CEP: 89654-000 - Água Doce	Processo Adm.: 57/2020 Data do Processo: 27/10/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 57/2020
b) **Nr. Licitação:** 4/2020 - CC
c) **Modalidade:** Concorrência
d) **Data de Homologação:** 07/12/2020
e) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica na Rua Luiz Balestrin (parcial), localizada no Centro do Município de Água Doce/SC.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI				
1 - Pavimentação asfáltica na Rua Luiz Balestrin (parcial), localizada no Centro do Município de Água Doce/SC - Pavimentação asfáltica na Rua Luiz Balestrin (parcial), localizada no Centro do Município de Água Doce/SC - Marca:	UN	1,000	268.697,9800	R\$ 268.697,98
Total geral:				R\$ 268.697,98

Água Doce, 07/12/2020

VILSON ANTONIO VERONA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº17/2020, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº46/2020 - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2753515

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.46/2020, Dispensa de licitação nº17/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para planejamento e execução de processo seletivo para contratação de pessoal em caráter temporário conforme necessidades do município

Contratada: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DE PESQUISA SOCIO-ECONÔMICOS – FEPESE

Valor: R\$39.950,00(Trinta e nove mil novecentos e cinquenta reais)

Fundamento Legal: Art.24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos em: Rua Porto União, 968, nos dias úteis das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00hrs, site: www.aguasdechapeco.sc.gov.br, ou pelo email: compras@aguasdechapeco.sc.gov.br, fone (49) 33390855

Águas de Chapecó/SC, 10/12/2020.

VALMOR FOLLMANN - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 195 - 2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752628

DECRETO Nº 195/2020 De 10 de Dezembro de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 2000/2019, Artigo 5º, § 1º Inciso I de 04/12/2019 e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, no valor de R\$ 2.554,27 (dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte sete centavos), proveniente do excesso de arrecadação na fonte de recursos 1006, na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	8
Unidade	Fundo Municipal da Infância e Adolescência FIA	3
Função	Direitos da Cidadania	14
Sub-função	Assistência a Criança e ao Adolescente	243
Programa	Assistência Social Para Todos e Morar Bem	7
Atividade	Manutenção das Atividades do FIA	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(189)	Aplicação Direta – 3.3.90	1.006 – Recursos Vinculados TJSC
Valor Total R\$:		2.554,27

Art. 2º Para a suplementação de que trata o Art. 1º, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação oriundos da fonte de recursos 1.006, recebidos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

Águas de Chapecó/SC, em 10 de Dezembro de 2020.

VALMOR FOLLMANN

Prefeito Municipal Em Exercício

Registre-se e Publique-se.

EXTRATO DE 5º TERMO DE AJUSTE DE VALOR A ATA DE REGISTRO Nº01/2020, PROCESSO ADM Nº05/2020

Publicação Nº 2754391

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE 5º TERMO DE AJUSTE DE VALOR	
Ata de Registro De preços	Nº 01/2020
Licitação...:	PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2020
Contratante:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	AUTO POSTO FABRIS EIRELI
Objeto...:	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL
Valor...:	Item 01) Gasolina Comum: R\$ 4,52 o litro Item 02) Óleo Diesel S10: R\$ 3,63 o litro
ÁGUAS DE CHAPECÓ, 10 de dezembro de 2020	
VALMOR FOLLMANN	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº288/2020

Publicação Nº 2753093

DECRETO Nº 288/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº97/2020, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitações deste Município, do Processo Licitatório nº 97/2020, na modalidade de "Tomada de Preços" nº 9/2020, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Execução do Centro de Eventos Esportivo no valor global de R\$ 600.125,31 (seiscentos mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e um centavos), proposta apresentada em favor da empresa proponente: Great Works Construções Eireli para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 10 de dezembro de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DECRETO 4543

Publicação Nº 2753525

DECRETO Nº. 4543, de 10 de dezembro de 2020

PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 01/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 4386 de 11 de dezembro de 2019, que homologou o resultado final do Processo Seletivo Edital nº 01/2019;

CONSIDERANDO, que o Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, de 29 de outubro de 2019, conforme item 10.1 dispõe "Este Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar de sua homologação final. Podendo ser prorrogado por igual período, conforme necessidade da administração";

DECRETA:

ART. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo Edital nº 01/2019, homologado e publicado através do Decreto nº 4386 de 11 de dezembro de 2019, por mais 01 (um) ano.

ART. 2º - Continuam vigentes todas as regras constantes no Edital de Processo Seletivo nº 01/2019.

ART. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 10 de dezembro de 2020.

Naudir Antonio Schmitz
Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADENDO AO PREGÃO PRESENCIAL 10/2020 FMS

Publicação Nº 2752723

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2020 FMS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020FMS

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Carlos Alberto Tessmann, 38, Centro, Alto Bela Vista SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.481.963/0001-08, através da Prefeita Municipal, Sra. Catia Tessmann Reichert, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÃO do anexo "E" do EDITAL de Pregão Presencial nº 10/2020FMS, que passa a conter a seguinte redação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020FMS

ANEXO "E"

RELAÇÃO DE ITENS DA LICITAÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	23193 - Autoclave Digital, com capacidade de 21 litros, manômetro digital com barra de leds, programa único de esterilização, câmara e tampa em aço inox, secagem com porta entre aberta, câmara com duas bandejas em alumínio anodizado, sistema de microcontrolador, tensão de trabalho 220V, ajuste de altitude, sistema de segurança chave e trava da porta.	UN.	2	5.690,00	11.380,00
Total Geral					11.380,00

Por consequência, fica alterado o teor do item 1.2 e 1.3 do edital, que passa a vigorar com a seguinte redação:

1 - PREÂMBULO

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h40 do dia 23 de dezembro de 2020, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura, situado no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 9h00 do dia 23 de dezembro de 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Alto Bela Vista, situada no endereço citado no item 1.1.

Alto Bela Vista, SC, 10 de dezembro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA MUNICIPAL

Anchieta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TP 015/2020-PM

Publicação Nº 2752411

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DA TOMADA DE PREÇOS 015/2020

O Prefeito Em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que a licitação de Tomada de Preços 015/2020-PM, referente a Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária, para construção de ponte na Linha Aparecida, Zoneamento Rural do município de Anchieta/SC, Conforme Projetos, Descritivos, Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária em Anexo, seguindo critérios da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. Recursos da Cessão Onerosa - Superávit e FEP - Fundo Especial do Petróleo. Foi DECLARADA DESERTA, por não haver nenhum participante interessado no certame.

Anchieta, 10 de dezembro de 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito Em Exercício

ATA DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS - AUXILIO EMERGENCIAL DA CULTURA

Publicação Nº 2753524

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Secretaria da Educação, Cultura e Esporte****ATA DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS
RESULTADO FINAL**

No dia dez (10) do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezesseis horas o Comitê de Acompanhamento e Controle Social, nomeado através do Decreto n. 173/2020, em reunião online, no grupo do WhatsApp (autorizado pelo Decreto n. 065/2020) realizou reunião, para AVALIAÇÃO DOS PROJETOS sobre a contrapartida e utilização dos recursos sobre o Edital de Prêmio de Mérito Cultural do município de Anchieta/SC. #emergenciacultural.

Segue o resultado da AVALIAÇÃO:

Proponente	Projeto	CRITÉRIOS			NOTA FINAL
		Atuação sociocultural do proponente ¹ 0 a 50	Contrapartida social ² 0 a 30	Forma de uso do recurso ³ 0 a 20	
ANCHIETUR - Associação Anchietaense de Turismo	Patrimônio Histórico-cultural; Gastronomia; Arte e Artesanato	50	27	17	94 pontos 2º colocado
Cooperativa da Agricultura Cooperanchieta	Saberes Ancestrais; Patrimônio Histórico-cultural; Gastronomia;	47	29	20	96 pontos 1º colocado
Associação de pais e amigos dos excepcionais de Anchieta - APAE	Cultura Popular; Educação; Integração Sócio-Cultural; Arte e Artesanato	50	25	15	90 pontos 5º colocado

¹ **Atuação sociocultural do proponente** – relevância das ações desenvolvidas pelo proponente para potencializar a cultura, na sua área de atuação e abrangência.

² **Contrapartida social** – benefício público e social oferecido pelo proponente em contrapartida ao recurso recebido.

³ **Forma de uso do recurso** – benefício do uso do recurso para potencializar ações nas áreas de sua abrangência.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****Secretaria da Educação, Cultura e Esporte**

CTG Centro de Tradições Gaúchas Alto da Querência	Integração Sócio- Cultural; Patrimônio Histórico- cultural; Música,dança; Cultura Popular;	48	28	15	91 pontos 4º colocado
Associação dos Orquidófilos Anchietenses - ADORA	Integração Sócio- Cultural; Educação; Saberes Ancestrais;	45	29	18	92 pontos 3º colocado

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata que segue assinada pelo Responsável pela Cultura Municipal, Marcelo kunrath e Secretário Municipal de Educação, Josemir Forgiarini.

Município de Anchieta/SC, 10 de dezembro de 2020.

Josemir Forgiarini

Secretário de Educação, Cultura e Esporte

Marcelo kunrath

Responsável pela Cultura Municipal

Angelina

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE EMBARGO Nº 05/2020

Publicação Nº 2753020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E OBRAS

NOTIFICAÇÃO DE EMBARGO Nº 05/2020

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Angelina, através de seu Departamento de Tributos e Obras, no uso de suas atribuições legais e:

- CONSIDERANDO a demanda recebida por este departamento, através de denuncia;
- CONSIDERANDO a necessidade de Notificar a PCH FARTURA ENERGETICA LTDA, CNPJ: 10.405.377/0001-84, na pessoa de seu responsável legal;
- CONSIDERANDO que Município de Angelina teve o conhecimento de que a notificada realiza a construção de uma PCH/CGH na Estrada Geral de Rio Engano/Angelina-SC, sem autorização municipal para o mesmo;
- CONSIDERANDO que a notificada não possui projeto de construção aprovado pelo Município de Angelina;

RESOLVE:

1 - Notificar a PCH FARTURA ENERGETICA LTDA, CNPJ: 10.405.377/0001-84, na pessoa de seu representante legal ou responsável, que devido ao exposto, fica EMBARGADO, a partir da presente data toda/ qualquer atividade com o intuito de construção de PCH/CGH, nas imediações da Estrada Geral de Rio Engano, neste município, até a apresentação de todas as autorizações para tanto, inclusive autorização municipal;

2 – Fica estipulado o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação das devidas licenças acima descritos, bem como seus projetos, memoriais descritivos e ART das atividades a serem exercidas;

3 – O presente termo de embargo tem validade imediata, tendo em vista o interesse de se evitar danos irreversíveis ao patrimônio público (estradas), meio ambiente e de se garantir a competência do CDTA (Conselho de Desenvolvimento Territorial de Angelina);

4 – Fica estipulado o prazo de 15 (quinze) dias, para que a notificada apresente a este departamento todas as notas fiscais de prestação de serviços executados até o presente momento referente a execução da obra em questão, bem como, a comprovação de recolhimento do devido ISS ao Município de Angelina;

4- Fica desde já aplicada a Multa no valor de 02 (duas) UFM's conforme Lei Municipal Nº 580/90, devido a falta de autorização municipal para a realização das atividades de construção;

Angelina/SC, em 10 de Dezembro de 2020

Walter Souza Rosa Junior
Fiscal de Obras e Tributos
Departamento de Tributos e Obras
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

RECEBIDO EM ____/____/2020

ASS: _____

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

Publicação Nº 2753710

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020 - A Prefeitura Municipal de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no dia 23/12/2020, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: aquisição de um Trator Agrícola, novo, zero hora, através do convênio da União por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA e o Município de Anitápolis, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo VIII do presente Edital. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 11/12/2020, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188. site: www.anitapolis.sc.gov.br. Email: licita@anitapolis.sc.gov.br Anitápolis, 10/12/2020 – Maria Aparecida de Pieri Coelho – Secretária Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020

Publicação Nº 2753088

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020 – O Município de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no dia 23/12/2020, às 13:30 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: Aquisição futura, eventual e parcelada de serviços de mão de obra de conserto de pneus e rodízio de pneus, câmaras de ar, válvulas de ar e tip tops, para os veículos e máquinas do Município de Anitápolis, com sede ou filial em um raio de no máximo 25 km da sede da Prefeitura. O Edital, completo, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 11/12/2020, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. Email: licita@anitapolis.sc.gov.br. Telefone (48) 3256-0188 ou no site: www.anitapolis.sc.gov.br. Anitápolis, 10/12/2020. Ricardo Altermiro da Silva – Secretário Geral.

DECRETO Nº 77/2020 DISPÕE SOBRE NOVAS AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753590

DECRETO Nº 77/2020

Dispõe sobre novas as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 97, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020 que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do cobrade nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que o que o Decreto Municipal n. 015, de 18 de março de 2020, declarou situação de emergência no âmbito da saúde pública do Município de Anitápolis, em função do risco de surto do Novo Coronavírus - COVID-19;

Considerando a emergência em saúde pública, declarada de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a perda da eficácia do Decreto Estadual que proibia a prática de determinadas atividades, bem como necessidade de se estabelecer regramentos rigorosos para evitar a contaminação pelo novo coronavírus:

DECRETA:

Art. 1º Os serviços públicos municipais funcionarão de forma presencial, pois são considerados serviços essenciais.

§1º Os funcionários pertencentes ao grupo de risco para COVID-19 deverão obrigatoriamente exercer suas atividades em trabalho remoto.

Art. 2º Fica autorizado, em todo o território municipal, o funcionamento de quadra esportivas, campo e atividades recreativas, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

I - realizar a aferição de temperatura corporal, antes de adentrarem ao recinto, através de termômetros infravermelhos ou instrumento correlato;

II - disponibilizar álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento para higienização das mãos;

III - todos os atletas e colaboradores deverão fazer uso de máscaras enquanto permanecerem no local, ressalvado o período em que estiver realizando a prática de esporte;

IV - proibir a utilização de todas as churrasqueiras, vestiários e demais ambientes de uso comum e/ou de recreação;

V - proibir o acompanhamento dos atletas, principalmente por crianças;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, em 23 de novembro de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no órgão oficial do município de anitápolis, em 23 de novembro de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

Antônio Carlos**PREFEITURA****50ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2752531

50ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir das 8 horas do dia 11 de dezembro de 2020, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

ENFERMEIRO		
Class.	Candidato	Inscrição
13º	VITORIA CAROLINE DE LIMA HAVENSTRIN	0071

Antônio Carlos, 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 19/2020

Publicação Nº 2752453

CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 19/2020

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Chamamento Público nº 19/2020, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 11/12/2020, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

MÉDICO 20H		
Class.	Candidato	
02º	REINALDO DEI TOS NETO	

Antônio Carlos, 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 192/2020

Publicação Nº 2753139

DECRETO Nº 192 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Abre crédito adicional extraordinário na Lei Orçamentária Anual para 2020.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 167, § 3º da Constituição Federal c/c artigo 41, inciso III e 44 da Lei (federal) 4.320/64.

CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal nº 44, de 03 de abril de 2020 declarou estado de calamidade pública no Município, estabelecendo medidas de prevenção e combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Antônio Carlos;

CONSIDERANDO, que a Lei Orgânica do município em seu art.89 dispõe que nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário, e ainda que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento Municipal, um Crédito Adicional Extraordinário no valor de R\$ 40.000,00, para fazer face ao conjunto de medidas necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do corona vírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do corona vírus, para a seguinte dotação orçamentária:

11 - Fundo Municipal de Saúde

11.01 - Fundo Municipal de Saúde 11.01.10.301.0012.2.041

Dotação (89) 11.01.10.301.0012.2.041-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas. R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

Excesso de arrecadação - Recurso da Portaria Nº 1.666, DE 1º DE JULHO DE 2020 Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro - R\$ 40.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de dezembro de 2020.

__ _ GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 193/2020

Publicação Nº 2753143

DECRETO Nº 000193/20 de 10 de Dezembro de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 48.709,18 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.031-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 43.083,97

11.01.10.305.0012.2.036-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.625,21

Art 2º -

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 43.083,97

Superávit financeiro 5.625,21

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Dezembro de 2020

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 194/2020

Publicação Nº 2753148

DECRETO Nº 000194/20 de 10 de Dezembro de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 52.768,15 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.005-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

04.02.12.361.0006.2.005-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 2.768,15

Art 2º -

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 52.768,15

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Dezembro de 2020

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1669/2020

Publicação Nº 2753425

LEI Nº 1669/2020

Denomina "RUA MARIA ZULMIRA DA SILVEIRA" e dá outras providências.

JOSÉ AIRTON DECKER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA MARIA ZULMIRA DA SILVEIRA o Logradouro com início no lado par da Rua Floriano Pedro Besen, (Coordenadas do ponto inicial X= 719460.68 – Y= 6956650.88), tendo 312 (trezentos e doze) metros de extensão, (Coordenadas do ponto final X= 719740.88 - Y= 6956619.63) e 08 (oito) metros de largura, na Localidade de Guiomar de Fora, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

JOSÉ AIRTON DECKER

Presidente

LEI Nº 1672/2020

Publicação Nº 2753403

LEI Nº 1672/2020

Dispõe sobre a denominação da Rua HERCULANO CONRAT, na Localidade de Rio Farias, no Município de Antônio Carlos-SC e dá outras providências.

JOSÉ AIRTON DECKER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA HERCULANO CONRAT, o logradouro com início ao lado impar da Rua dos Imigrantes, com 875 (oitocentos e setenta e cinco) metros de extensão e 8,00 (oito) metros de largura, com as Coordenadas UTM do ponto inicial X=717186.50 – Y=6957501.50 e Coordenadas do ponto final X=717109.00 – Y=6956690.25, situada na Localidade de Rio Farias, no Município de Antônio Carlos/SC.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

JOSÉ AIRTON DECKER

Presidente

PORTARIA N 672/2020

Publicação Nº 2752856

PORTARIA Nº 672/2020

Prorroga contratação de ACT's.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária dos servidores abaixo discriminados, ocupantes do cargo de MONITOR ESCOLAR, de 18 de dezembro de 2020 a 21 de dezembro de 2021:

NOME
JOSE EDUARDO RODRIGUES
MARCELO ALVES DO AMARAL
JULIANA REBEQUI ASTOFF
RODRIGO RICHARTZ
DOUGLAS FABIANE DE OLIVEIRA CORRÊA
MARA CRISTINA DE ASSIS SOARES
JULIA BACK SCHMITT
WILLIAN CARLOS MACHADO
CIRO RIBEIRO GARCIA
CARLOS EDUARDO SAGAS PEREIRA
AMANDA RODRIGUES AMORIM
ROSANE SCHERER MUNICH

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 673/2020

Publicação N° 2752857

PORTARIA N° 673/2020

Prorroga contratação de ACT's.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária dos servidores abaixo discriminados, ocupantes do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, de 18 de dezembro de 2020 a 21 de dezembro de 2021:

NOME
DALILA FERCH VAN HAANDEL
LUZIA LIDIA GUESSER SCHERER
ANDREIA TEREZINHA JUNKES DE OLIVEIRA
ILENE GUMS MAYER

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 674/2020

Publicação N° 2752858

PORTARIA N° 674/2020

Prorroga contratação de ACT's.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária dos servidores abaixo discriminados, ocupantes do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA, de 18 de dezembro de 2020 a 21 de dezembro de 2020:

NOME
LETÍCIA JUNKES
MARIA ISABEL SCHVAMBACH
EMILENE BALBINO BARBOSA
ALDA MARIA AGUIAR ALVES
CAMILA CRISTINA DE ASSUNÇÃO ROSA
LIDIANE SOARES ESPEZIM
DARLEM MOURA NASCIMENTO SCHMITZ
FLAVIA MARGARETE PETRY
EDNA CRISTOFOLINI RODE
DANIELLE COSTA

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 675/2020

Publicação Nº 2753472

PORTARIA Nº 675/2020

Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias aos servidores efetivos abaixo discriminados, do organograma da MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ALZIRA CARELO	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	04/05/2020 a 03/05/2021
CARLA DENISE VIANNA	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	21/08/2020 a 20/08/2021
CARMEM GUESSER KOCH	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2020 a 01/01/2021
CLEONICE SCHMITZ	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	16/02/2020 a 15/02/2021
ENI KREMER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	10/01/2020 a 09/01/2021
IVANEI SCHMITZ RICHARTZ	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	12/02/2020 a 11/02/2021
JOSIANE NEIS VEBER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/10/2020 a 01/10/2021
LURDES KONS MULLER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	08/02/2020 a 07/02/2021
MARIA GORETE DA S. ROSA	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/05/2020 a 02/05/2021
MAURICIO WEBER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2020 a 01/01/2021
RANILDA HAMMES	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	04/05/2020 a 03/05/2021
ROSANA A. DA CRUZ	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	09/02/2020 a 08/02/2021
TAINARA INES GUESSER KUHN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/11/2019 a 01/11/2020
VANDERLEIA M. J. BESEN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2020 a 01/01/2021

Artigo 2º - Conceder FÉRIAS por 30 dias aos servidores temporários abaixo discriminados, do organograma da MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL ACT, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ANDREIA TEREZINHA JUNKES DE OLIVEIRA	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/02/2020 a 02/02/2021
ILENE GUMS MAYER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/02/2020 a 02/02/2021

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 676/2020

Publicação Nº 2753474

PORTARIA Nº 676/2020
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias aos servidores efetivos abaixo discriminados, do organograma da MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ANA LUCIA CARDOSO	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/04/2020 a 31/03/2021
CLARISE C. COELHO BESEN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	02/03/2020 a 01/03/2021
ELIANO FERREIRA DE SOUZA	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/02/2020 a 01/02/2021
ESTELMA MANES DECKER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/03/2020 a 02/03/2021
EUCLEDES H.BESEN	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	12/02/2020 a 11/02/2021
FERNANDA A. PEPPLER SIMONES	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	06/06/2020 a 05/06/2021
JANE GELSLEICHTER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	01/07/2020 a 30/06/2021
JANICE AMERICO VOLTOLINI KREFF	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/02/2020 a 01/02/2021
LURDETE BACK SCHMITT	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	14/03/2020 a 13/03/2021
MARGARETE V. DOS SANTOS	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	02/01/2020 a 01/01/2021

Artigo 2º - Conceder FÉRIAS por 30 dias aos servidores temporários abaixo discriminados, do organograma da MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
LUZIA LIDIA GUESSER SCHERER	AGENTE SERVIÇOS GERAIS	03/02/2020 a 02/02/2021

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 677/2020

Publicação Nº 2753475

PORTARIA Nº 677/2020
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias aos servidores efetivos abaixo discriminados, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
ALTAIDE DA SILVA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	02/10/2019 a 01/10/2020
ANDERSON PIERRI DO NASCIMENTO	MOTORISTA	02/02/2020 a 01/02/2021
JUCELMO BESEN	MOTORISTA	02/03/2020 a 01/03/2021
LUCIANY JOSE GONÇALVES	MOTORISTA	17/12/2019 a 16/12/2020
MARCEL PAINES SCHERVENSKI	MOTORISTA	02/02/2020 a 01/02/2021
SOELI JUNKES PRIM	MOTORISTA	02/01/2020 a 01/01/2021
VILSON A. GELSLEICHTER	MOTORISTA	02/01/2020 a 01/01/2021

Artigo 2º - Conceder FÉRIAS por 15 dias aos servidores efetivos abaixo discriminados, no período de 04/01/2021 a 18/01/2021:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO
AILTON DE SOUZA	MOTORISTA	27/08/2020 a 26/08/2021
DARLAN JOSE DUTRA	MOTORISTA	25/05/2020 a 24/05/2021
PAULO PEREIRA DE JESUS	MOTORISTA	24/06/2020 a 23/06/2021
VICENTE CARLOS VIEIRA	MOTORISTA	13/03/2020 a 12/03/2021

Artigo 3º - Conceder FÉRIAS por 15 dias aos servidores efetivos abaixo discriminados, no período de 18/01/2021 a 01/02/2021:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
FABIO ALFREDO DA SILVA	MOTORISTA	03/02/2020 a 02/02/2021

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 678/2020

Publicação Nº 2753476

PORTARIA Nº 678/2020
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias aos servidores efetivos abaixo discriminados, do organograma da MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PROFESSOR, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
ADILSON ARRUDA COELHO	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
ADRIANA PETRI GUESSER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	07/05/2020 a 06/05/2021
ALESSANDRA BASEI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	13/02/2019 a 12/02/2020
BERENICE T. MULLER RICHARTZ	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	15/04/2020 a 14/04/2021
CARMEN LUCIA PITZ RASVEILER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/08/2020 a 31/07/2021
ELISANGELA DECKER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
ELISANGELA DECKER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/08/2020 a 31/07/2021
ELISIANE JACI SAGAS	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
FABIANA HOFFMANN PRATES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	04/05/2020 a 03/05/2021
FERNANDA ODETE SOUZA MACHADO	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
GRAZIELA MULLER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	19/02/2020 a 18/02/2021
HELENA SCHERER PRIM	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	08/02/2020 a 07/02/2021
HILTON LUIZ SCHMITZ	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2020 a 08/02/2021
IDELSO WILVERT	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	20/10/2020 a 19/10/2021
JOAO ERNESTO LEITE	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	23/02/2020 a 22/02/2021
JULIANO VALDIR E SOUZA	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	08/03/2020 a 07/03/2021
LEILA SIMONES GUESSER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
LIA ROSANI PETERS	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	18/02/2020 a 17/02/2021
LUCIDE M. SCHMITZ KREFF	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
MARIANA DA SILVA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2020 a 08/02/2021
MATILDE GOMES INÁCIO JUNKES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	03/08/2020 a 02/08/2021
RAQUEL PETRY LOHN LOHN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
RODRIGO BITTENCOURT	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	09/03/2020 a 08/03/2021
TANIA REGINA MARTENDAL	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
THAYSE GUESSER MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
VERONIKA PAUZER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	17/08/2019 a 16/08/2020
ZULEIDE BESEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
ZULEIDE BESEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2020 a 08/02/2021

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 679/2020

Publicação Nº 2754395

PORTARIA Nº 679/2020
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias aos servidores efetivos abaixo discriminados, do organograma da MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PROFESSOR, no período de 04/01/2021 a 02/02/2021:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
ALEXANDRA GUESSER KOCH	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/10/2020 a 01/10/2021
ANA CAROLINE KONS SPINDOLA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	05/05/2020 a 04/05/2021
APARECIDA LUZIA DA SILVEIRA GOEDERT	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	08/02/2020 a 07/02/2021
CARMEN LUCIA PITZ RASVEILER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2020 a 08/02/2021
CHRISCHELLE WEBER MENDES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	13/02/2020 a 12/02/2021
CLAUDIA WEBER DE MELO	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/04/2020 a 31/03/2021
CRISTIANE D. DA S. CUNHA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
EDUARDA STAHELIN	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	17/02/2020 a 16/02/2021
EDVALDA VIEIRA ROSA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
ELEDA Mª GUILHERME CONRAT	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
ELIANE GOEDERT DE SOUZA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	15/02/2020 a 14/02/2021
FERNANDA GRANATO DE SOUZA	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	11/02/2020 a 10/02/2021
FERNANDA PETRY KOERICH	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	18/05/2020 a 17/05/2021
GABRIELA GUESSER DECKER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
GISELA PAULI CARDOSO	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
GISELI Mª FELICIO CARONI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
GLAUCIA MULLER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
GRACIELE CONCEIÇÃO BESEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	06/03/2020 a 05/03/2021
IVANIR DIAS	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2020 a 08/02/2021
IVANIR DIAS	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	05/02/2020 a 04/02/2021
JANAINA PAULI CLASEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	27/04/2020 a 26/04/2021
KATIA T. GOEDERT	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
LUANA KREMER DE SOUZA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2020 a 08/02/2021
LUCÉLIA BESEN BECHTOLD	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
LUZIA FELTES KAMPF	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	17/02/2020 a 16/02/2021
MANUELLE DECKER MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/04/2020 a 01/04/2021
MANUELLE DECKER MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/05/2020 a 01/05/2021
MARCIA KOCH MANNES	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/02/2020 a 08/02/2021
MARIA INES KREMER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	05/02/2020 a 04/02/2021
MARIA SUELI KOERICH CUNRADI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	28/03/2019 a 27/03/2020
MARILENE DA SILVA FREIBERGER	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	09/03/2020 a 08/03/2021
MARILENE Z. MARTENDAL	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
MARISTANE DE OLIVEIRA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	13/02/2020 a 12/02/2021
MAYARA MAFRA BONDAVALLE KUHN	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	25/09/2020 a 24/09/2021
MIRELLE C. DOS SANTOS PAULI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
MONIQUE OLIVEIRA SILVEIRA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	11/02/2020 a 10/02/2021
MONIQUE KREMER MANNES DECKER	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	17/02/2020 a 16/02/2021
NAIR Z. GELSLEICHTER	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	01/09/2020 a 31/08/2021
PAMELLA DE ASSUNÇÃO CRISTOFOLINI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/02/2020 a 01/02/2021
PATRICIA WIESE BESEN	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/11/2019 a 01/11/2020
REGINA CORREA	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	29/06/2019 a 28/06/2020
SAMARA PAULI	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	16/11/2020 a 15/11/2021
SIMONE DE SOUZA SCHMITZ	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	02/01/2020 a 01/01/2021
TAMYRIS TELMA NAU	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	13/03/2020 a 12/03/2021
VANESSA MARTINS PEDROSO	PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO	09/07/2020 a 08/07/2021
VIVIANE MARTINS WEBER	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA	28/08/2020 a 27/08/2021

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.



PORTARIA N 680/2020

Publicação Nº 2753477

PORTARIA Nº 680/2020
Concede férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo discriminados, ocupantes do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
AMANDA RODRIGUES AMORIM	18/02/2020 a 17/02/2021	04/01/2021 a 02/02/2021
CARLOS EDUARDO SAGAS PEREIRA	10/02/2020 a 09/02/2021	18/01/2021 a 01/02/2021
CIRO RIBEIRO GARCIA	06/02/2020 a 05/02/2021	04/01/2021 a 02/02/2021
DOUGLAS FABIANE DE OLIVEIRA CORRÊA	04/02/2020 a 03/02/2021	18/01/2021 a 01/02/2021
JOSE EDUARDO RODRIGUES	04/02/2020 a 03/02/2021	04/01/2021 a 02/02/2021
JULIA BACK SCHMITT	04/02/2020 a 03/02/2021	18/01/2021 a 01/02/2021
JULIANA REBEQUI ASTOFF	04/02/2020 a 03/02/2021	04/01/2021 a 02/02/2021
MARA CRISTINA DE ASSIS SOARES	04/02/2020 a 03/02/2021	04/01/2021 a 02/02/2021
MARCELO ALVES DO AMARAL	04/02/2020 a 03/02/2021	04/01/2021 a 02/02/2021
RODRIGO RICHARTZ	04/02/2020 a 03/02/2021	04/01/2021 a 18/01/2021
ROSANE SCHERER MUNICH	05/03/2020 a 04/03/2021	04/01/2021 a 18/01/2021
WILLIAN CARLOS MACHADO	04/02/2020 a 03/02/2021	04/01/2021 a 02/02/2021

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2020.

PORTARIA N 681/2020

Publicação Nº 2753478

PORTARIA Nº 681/2020

Reintegra servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento da decisão liminar expedida pelo Juiz da 2ª Vara da Comarca de Biguaçu, nos autos do Processo nº 5004652-13.2020.8.24.0007, de acordo com o artigo 38 da Lei 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Reintegrar o servidor AMARO ALVES DA CRUZ NETO, ao cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Antônio Carlos/SC, nos estritos termos da aprovação no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2019.

Artigo 2º - A medida referida no artigo anterior terá eficácia vinculada à manutenção da decisão liminar expedida nos autos do Processo nº 5004652-13.2020.8.24.0007.

Artigo 3º - Após publicação deste ato, fica o servidor convocado a reintegrar-se às suas funções decorrentes do cargo público, devendo comparecer à Secretaria de Administração e Finanças.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 11 de dezembro de 2020.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 3678

Publicação Nº 2752404

DECRETO Nº 3678/2020

de 07/12/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna o valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000000	Aplicações Diretas	
13.801	Piso de Atenção Básica Fixo - Pab Fixo	16.000,00
	TOTAL	16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 07 de Dezembro de 2020.

JOSE GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3679/2020

Publicação Nº 2753047

DECRETO Nº 3679/2020

De 09/12/2020

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO.

JOSE GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e Considerando a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento de propriedade de SONIA MARIA MONTANHA PACHER, inscrita no CPF sob nº 384.171.119-72 e VERGILIO LEOPOLDO PACHER, inscrito no CPF sob nº 454.225.759-20, do imóvel localizado na Zona Urbana do Município, situado à BR 470, Km 100,61 à 100,65, bairro São Roque, devidamente registrado no Registro de Imóveis de Ascurra/SC, sob Matrícula nº 9286, com área total de 11.544,00 m² (onze mil, quinhentos e quarenta e quatro metros quadrados), assim distribuídos:

I - com área de 3.568,50 m²

II - com área de 1.011,00 m²

III - com área de 462,00 m²

IV - com área de 363,30 m²

V - com área de 6.139,20 m²

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 09 de dezembro de 2020.

JOSE GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 946/2020

Publicação Nº 2752648

Lei Ordinária Nº 946/2020
De 10/12/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna e do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, o valor de até R\$ 794.861,27 (Setecentos e noventa e quatro mil oitocentos e sessenta e um Reais e vinte e sete centavos), da seguinte dotação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	30.000,00
	Subtotal	30.000,00
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	200.000,00
	Subtotal	200.000,00
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.202	Transf Conv Uni/educ Brasil Carinhoso	3.000,00
	Subtotal	3.000,00
0012.0365.0402.1044	Construção, Ampliação e Reforma de Centro de Educação Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
0012.0365.0402.1044	Construção, Ampliação e Reforma de Centro de Educação Infantil	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	130.000,00
	Subtotal	130.000,00
0012.0365.0402.1044	Construção, Ampliação e Reforma de Centro de Educação Infantil	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	650,00
	Subtotal	650,00
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégia da Saúde da Família	

30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	200.000,00
	Subtotal	200.000,00
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
30000000000	Despesas Correntes	
32000000000	Juros e Encargos da Dívida	
32900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	80.000,00
	Subtotal	80.000,00
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
40000000000	Despesas de Capital	
46000000000	Amortização da Dívida	
46900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	50.000,00
	Subtotal	50.000,00
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	26.211,27
	Subtotal	26.211,27
0027.0812.1301.2132	Promoções e Competições Esportivas	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	50.000,00
	Subtotal	50.000,00
	TOTAL	794.861,27

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado suplementar no orçamento vigente na Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 794.861,27 (Setecentos e noventa e quatro mil oitocentos e sessenta e um Reais e vinte e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	650,00
	Subtotal	650,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.202	Transf Conv Uni/educ Brasil Carinhoso	3.000,00
	Subtotal	3.000,00
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	135.000,00
	Subtotal	135.000,00
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	

10.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	100.000,00
	Subtotal	100.000,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339300000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde	100.000,00
	Subtotal	100.000,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	300.000,00
	Subtotal	300.000,00
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	26.211,27
	Subtotal	26.211,27
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0001.0002	Pagamento de Inativos	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	80.000,00
	Subtotal	80.000,00
0028.0846.0001.0003	Contribuição ao Pasep	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	50.000,00
	Subtotal	50.000,00
	TOTAL	794.861,27

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de dezembro de 2020.
JOSÉ GERSON GONÇALVES
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0599/2020

Publicação Nº 2752965

PORTARIA Nº 0599/2020
 De 10 de dezembro de 2020
 DESIGNA MARILEIA REZINI MERINI
 COMO FISCAL DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 02/2018

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora MARILEIA REZINI MERINI, Matrícula: 14770-4, ocupante do cargo de PROFESSORA, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 02/2018	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Dispensa nº02/2018	MARILENE REZINI SCHMIDT

2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado a servidora a seguir:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Servidora: Ana Paula Custódio

Cargo: PROFESSOR

Matrícula: 46620-5

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora Ana Paula Custódio, matrícula n. 46620-5, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de dezembro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0600/2020

Publicação Nº 2753059

PORTARIA Nº 0600/2020

De 10 de dezembro de 2020

DESIGNA JEFERSON GADIEL DUBIELA PEREIRA COMO

FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELA PEREIRA, matrícula n. 113620-2, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal da Ata de Registro de Preços abaixo relacionada, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
52/2020	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ELÉTRICO PARA TODAS AS SECRETARIAS PREGÃO 110/2020	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MAT ELETRICOS LTDA – R\$ 5.998,20 FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI – R\$ 17.487,70 KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA – R\$ 6.741,75 COMERCIAL AMARILDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – R\$ 95.292,10 LUZ LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – R\$ 182.790,00 JV COM DE MAT ELETRICOS E DECORAÇÃO LTDA – R\$77.571,60 FRITZ DISTRIBUIDORA DE MAT ELETRICOS EIRELI – R\$ 11.566,40

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da Ata acima mencionada os servidores a seguir:

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Servidor: DANILSON FOSS

Cargo: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Matrícula: 40827-1

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações

nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor DANILSON FOSS, matrícula 40827-1, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de dezembro de 2020.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 511/2020

Publicação Nº 2752545

PORTARIA Nº 511/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DANIELA LAMB, inscrita no CPF sob nº. 033.055.019-52, ocupante do cargo de Técnico de Esportes, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2019, concedidas pela portaria nº384 de 26 de dezembro de 2019 e suspensas pela portaria nº 36/2020 de 27 de janeiro de 2020, para serem gozadas no período de 17 a 26 de dezembro de 2020

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de dezembro de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 512/2020

Publicação Nº 2752558

PORTARIA Nº 512/2020
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, à servidora DARCILA SCHEER VEIRICH, inscrita no CPF sob nº. 042.913.829/60, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, licença maternidade conforme art.104 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 08 de dezembro de 2020.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 08 de dezembro de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de dezembro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 513/2020

Publicação Nº 2752574

PORTARIA Nº 513/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MICHELE MARCIANE WASEM, inscrita no CPF sob nº. 059.353.289-92, ocupante do cargo de Provimento

Comissionado de Coordenador, férias referentes ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2019 a 01 de agosto de 2020, para serem gozadas no período de 29 de dezembro de 2020 a 27 de janeiro de 2021.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de dezembro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 514/2020

Publicação Nº 2752582

PORTARIA Nº 514/2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DANIELA LAMB, inscrita no CPF sob nº. 033.055.019-52, ocupante do cargo de Técnico de Esportes, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020, para serem gozadas no período de 28 de dezembro de 2020 a 26 de janeiro de 2021.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de dezembro de 2020.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 515/2020

Publicação Nº 2752768

PORTARIA Nº 515/2020
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora CARLA SANDRA COZER MORCHE, inscrita no CPF sob nº. 024.186.169-16, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na forma do disposto no art. 119 da Lei Complementar nº 159 de 29 de dezembro de 2014, o pagamento da licença-prêmio integral no mês de dezembro 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de dezembro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação

CONTRATOS 11/2020

Publicação Nº 2753214

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Novembro/2020

Contratado: JCS ELETROREFRIGERACAO EIRELI

CNPJ: 27.595.696/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 49/2020 Número do Processo: 77/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 146/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Execução de PMOC e Manutenção e Instalação de Ar Condicionado.

Data da Assinatura: 03/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2020

Vigência: 03/11/2020 Término: 02/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 103.980,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma de pagamentos

Contratado: NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA - ME

CNPJ: 10.926.473/0001-78

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 50/2020 Número do Processo: 78/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 147/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Possível aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da iluminação pública,

Data da Assinatura: 03/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2020

Vigência: 03/11/2020 Término: 02/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 399.540,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma

Contratado: MULTILUZ COMERCIAL LTDA

CNPJ: 31.128.170/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 50/2020 Número do Processo: 78/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 148/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 200 Lâmpada de vapor de sódio 150 w em alta pressão, bulbo TUBULAR, base E-40, vida mediana de 32.000 horas ou maior, eficiência luminosa 114 lm/W marca GOODLUX e 200 Relé Fotoeletrônico para comando de iluminação publica de corrente alternada 220V, frequência 50/60 HZ. Constituído de tampa em policarbonato estabilizado contra raios Ultravioleta, pinos de contato em latão fixados na parte inferior e selados, contatos de carga de alta durabilidade marca NSK.

Data da Assinatura: 03/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2020

Vigência: 03/11/2020 Término: 02/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 4.920,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: Digimaq Multimarcas Com. de Maquinas e Sup. Ltda

CNPJ: 01.974.813/0001-45

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 95/2017 Número do Processo: 111/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 009/2018 7ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de impressão através da locação de Impressoras Multifuncional PB e Impressoras Multifuncionais Color.

Data da Assinatura: 03/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2020
Vigência: 03/11/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 103,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ASSOCIACAO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTARIOS DE ARAB
CNPJ: 80.623.077/0001-57
Modalidade: null
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: TC 12-2020
Fundamento Legal:

Objeto: Conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento à população de Arabutã, nos serviços de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros e auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior entre outros através do repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho .

Data da Assinatura: 05/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2020
Vigência: 05/11/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 30.000,00 Forma de Pagamento: Tres Parcelas

Contratado: TM MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 85.201.739/0001-14
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2020 Número do Processo: 79/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 149/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de construção

Data da Assinatura: 06/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/11/2020
Vigência: 06/11/2020 Término: 05/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 285.106,70 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: JE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 21.203.162/0001-05
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2020 Número do Processo: 79/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 150/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de construção

Data da Assinatura: 06/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/11/2020
Vigência: 06/11/2020 Término: 05/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.096.990,60 Forma de Pagamento: conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AGRO REPRESENTACAO DENDENA & DE MARCHI LTDA.
CNPJ: 12.881.684/0002-48
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2020 Número do Processo: 79/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 151/2020
Fundamento Legal:

Objeto: Material de construção

Data da Assinatura: 06/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/11/2020

Vigência: 06/11/2020 Término: 05/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 29.567,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PKB ENGENHARIA E TRANSPORTES EIRELI

CNPJ: 04.461.597/0001-22

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENG.

Número da Licitação: 2/2020 Número do Processo: 65/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 058/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de ciclovia e passeio na SC 154, no trecho 05 e 06 entre o KM 102,452 até o KM 102,80.

Data da Assinatura: 03/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2020

Vigência: 03/11/2020 Término: 02/04/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 95.751,55 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME

CNPJ: 14.292.313/0001-75

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2020 Número do Processo: 80/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 152/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Material Gráfico

Data da Assinatura: 09/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2020

Vigência: 09/11/2020 Término: 08/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 56.664,40 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME

CNPJ: 10.269.263/0001-54

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2020 Número do Processo: 80/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 153/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Material Gráfico.

Data da Assinatura: 09/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2020

Vigência: 09/11/2020 Término: 08/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 12.472,10 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MARCELO SIMONI

CNPJ: 04.664.811/0001-48

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2020 Número do Processo: 80/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 155/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 150 Confeções de blocos de receituário, vias 2x50, formato 22x15, papel autocopiativo, cores 1x0 e 150 Confeções de blocos de solicitação de exames para o laboratório, Vias 2 x 50, formato 22 x 15, papel autocopiativo, cores 1 x 0 ambos marca NORTE.

Data da Assinatura: 09/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2020

Vigência: 09/11/2020 Término: 08/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 30.480,18 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA CULTURAL NOVA EST

CNPJ: 83.577.122/0001-72

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 059/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato o apoio financeiro a título de subsídio para a manutenção de espaços culturais previsto na Lei Aldir Blanc, pelo(a) CONTRATADO(A) para custear as despesas do espaço cujas atividades foram paralisadas em razão da pandemia Covis-19, nos termos do Edital Simplificado de Chamada Pública nº 004/2020 e demais peças que compõem o processo de chamamento.

Data da Assinatura: 11/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2020

Vigência: 11/11/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.000,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA 15 DE NOVEMBRO

CNPJ: 78.478.567/0001-65

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 060/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato o apoio financeiro a título de subsídio para a manutenção de espaços culturais previsto na Lei Aldir Blanc, pelo(a) CONTRATADO(A) para custear as despesas do espaço cujas atividades foram paralisadas em razão da pandemia Covis-19, nos termos do Edital Simplificado de Chamada Pública nº 004/2020 e demais peças que compõem o processo de chamamento.

Data da Assinatura: 11/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2020

Vigência: 11/11/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ASSOCIAÇÃO GREMIO ESPORTIVO LAJEADENSE

CNPJ: 80.633.852/0001-55

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 061/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato o apoio financeiro a título de subsídio para a manutenção de espaços culturais previsto na Lei Aldir Blanc, pelo(a) CONTRATADO(A) para custear as despesas do espaço cujas atividades foram paralisadas em razão da pandemia Covis-19, nos termos do Edital Simplificado de Chamada Pública nº 004/2020 e demais peças que compõem o processo de chamamento.

Data da Assinatura: 11/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2020

Vigência: 11/11/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 3.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMATICA E ESCRITORIO
CNPJ: 01.010.272/0001-35
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 156/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 99.421,80 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 11.499.653/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 157/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 111.689,40 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA
CNPJ: 23.518.341/0001-59
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 158/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 83.120,90 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CARLOS ENRIQUE LUSSANI
CNPJ: 19.941.698/0001-78
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 159/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 2.496,32 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: LOTERICA ARABUTA LTDA

CNPJ: 17.259.050/0001-90
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 160/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 507,89 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ENIO DELAZERI EIRELI
CNPJ: 07.383.088/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2020 Número do Processo: 16/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 044/20 4ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Gêneros alimentícios para Merenda escolar, programa da Assistencia Social e Esporte

Data da Assinatura: 04/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/11/2020
Vigência: 04/11/2020 Término: 05/03/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2020 Número do Processo: 16/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 039/20 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Gêneros alimentícios para Merenda escolar, programa da Assistencia Social e Esporte

Data da Assinatura: 10/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2020
Vigência: 10/11/2020 Término: 05/03/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP
CNPJ: 20.897.131/0001-20
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2020 Número do Processo: 13/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 68/20 12ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis.

Data da Assinatura: 23/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2020
Vigência: 23/11/2020 Término: 15/04/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MS REDES LTDA
CNPJ: 11.258.046/0001-21

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 44/2020 Número do Processo: 70/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 062/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema CFTV.

Data da Assinatura: 23/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 23/11/2020

Vigência: 23/11/2020 Término: 21/02/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 137.187,69 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP

CNPJ: 18.274.923/0001-05

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 161/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 1.500 caixas Máscara cirúrgica descartável tripla com elástico, fabricada em 100% polipropileno, filtrante, com clip nasal e 3 pregas horizontais. Cx 50 und marca REALDESC, pela Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 9.695,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 162/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 95.060,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

CNPJ: 11.145.401/0001-56

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 163/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 76.986,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

CNPJ: 19.941.698/0001-78

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 164/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 120 TAPETE ANTIBACTÉRIAS SANITIZANTE + TAPETE SECAGEM - Conjunto de Tapete antibactérias sanitizante antiderrapante, com moldura vedante, sem emendas, que impede o vazamento de líquidos e tapete de secagem. na cor preto ou cinza. tamanho 38cm x 58cm c/borda de 5cm, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 4.097,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PONTOCOM BRINDES LTDA

CNPJ: 18.036.328/0001-23

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 165/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 6.000 MASCARÁ DE PROTEÇÃO REUTILIZÁVEL ADULTO, LAVÁVEL, 100% ALGODÃO, CAMADA DUPLA, COM ELÁSTICO; 5.000 MASCARÁ DE PROTEÇÃO REUTILIZÁVEL INFANTIL, LAVÁVEL, 100% ALGODÃO, CAMADA DUPLA, COM ELÁSTICO marca PONTO COM BRINDES, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 13.970,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MARCELO SIMONI

CNPJ: 04.664.811/0001-48

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 166/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 12.994,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: GRUNNENTHAL VOLKSTANZGRUPPE AUS NOVA ESTRELA

CNPJ: 18.936.735/0001-97

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 063/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato o apoio financeiro para execução do Projeto Danças Folclóricas contemplado com o "Prêmio Aldir Blanc de Estímulo à Cultura/Patrimônio Cultural - edição 2020", pelo(a) CONTRATADO(A) à CONTRATANTE, para realizar Categoria de Patrimônio Cultural, que objetivem o estímulo e o fomento da produção, circulação, pesquisa, documentação, formação, restauração, preservação e difusão de produtos, bens e/ou serviços culturais; sejam acessíveis a diferentes públicos; cont

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 4.867,86 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SONNESTRAHL VOLKSTANZGRUPPE DE ARABUTA
CNPJ: 07.386.033/0001-60
Modalidade: null
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 064/2020
Fundamento Legal:

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato o apoio financeiro para execução do Projeto Resgate e Divulgação da Cultura Germânica contemplado com o "Prêmio Aldir Blanc de Estímulo à Cultura/Patrimônio Cultural - edição 2020", pelo(a) CONTRATADO(A) à CONTRATANTE, para realizar Categoria de Patrimônio Cultural, que objetivem o estímulo e o fomento da produção, circulação, pesquisa, documentação, formação, restauração, preservação e difusão de produtos, bens e/ou serviços culturais; sejam acessíveis a di

Data da Assinatura: 25/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020
Vigência: 25/11/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 4.867,86 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA CULTURAL NOVA EST
CNPJ: 83.577.122/0001-72
Modalidade: null
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 065/2020
Fundamento Legal:

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato o apoio financeiro para execução do Projeto Artesanato contemplado com o "Prêmio Aldir Blanc de Estímulo à Cultura/Patrimônio Cultural - edição 2020", pelo(a) CONTRATADO(A) à CONTRATANTE, para realizar Categoria de Patrimônio Cultural, que objetivem o estímulo e o fomento da produção, circulação, pesquisa, documentação, formação, restauração, preservação e difusão de produtos, bens e/ou serviços culturais; sejam acessíveis a diferentes públicos; contribuam p

Data da Assinatura: 25/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020
Vigência: 25/11/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 4.867,89 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA CULTURAL NOVA EST
CNPJ: 83.577.122/0001-72
Modalidade: null
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 066/2020
Fundamento Legal:

Objeto: Constitui Objeto do presente Contrato o apoio financeiro para execução do Projeto Coral contemplado com o "Prêmio Aldir Blanc de Estímulo à Cultura/Patrimônio Cultural - edição 2020", pelo(a) CONTRATADO(A) à CONTRATANTE, para realizar Categoria de Patrimônio Cultural, que objetivem o estímulo e o fomento da produção, circulação, pesquisa, documentação, formação, restauração, preservação e difusão de produtos, bens e/ou serviços culturais; sejam acessíveis a diferentes públicos; contribuam para a

Data da Assinatura: 25/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020
Vigência: 25/11/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 4.867,86 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MJW TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA
CNPJ: 33.318.678/0001-76
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 54/2020 Número do Processo: 83/2020 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 167/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Serviço de 2.000 horas/ máquinas de retroescavadeira/pá carregadeira traçada 4x4, ano de fabricação acima de 2014, com potência do motor acima de 90 hp e peso operacional de 6.800.

Data da Assinatura: 27/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2020

Vigência: 27/11/2020 Término: 26/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 250.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PORTAL SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ: 38.385.626/0001-36

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 54/2020 Número do Processo: 83/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 168/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Serviço de 2.000 horas de caminhão caçamba traçado 6x4 com capacidade de 12 metros cúbicos, ano não inferior a 2014.

Data da Assinatura: 27/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2020

Vigência: 27/11/2020 Término: 26/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 220.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MOVETER TERRAPLENAGENS E LOCACOES EIRELI

CNPJ: 37.639.652/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 54/2020 Número do Processo: 83/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 169/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Serviço de 2.000 horas de escavadeira hidráulica, com potência mínima do motor de 145 cvs; Serviço de 2.000 horas de moto niveladora com lâmina deslizante, articulada, escarificador traseiro, deslocamento lateral da lâmina, com potência mínima do motor de 160hp, lâmina de 3.970 mm comprimento, peso operacional de 14.500 kg, ambos ano não inferior a 2014 e Serviço de Horas/ Máquinas com Trator de Esteiras, com escarificador traseiro, com lâmina de inclinação e angulação hidráulica.

Data da Assinatura: 27/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2020

Vigência: 27/11/2020 Término: 26/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 1.298.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AGUIA TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ: 04.360.649/0001-74

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 54/2020 Número do Processo: 83/2020 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 170/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Serviço de 2000 horas/ máquinas com trator de esteiras, com escarificador traseiro, com lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência mínima de 160 cvs; Serviço de 2.000 horas/ máquina de escavadeira hidráulica com rompedor hidráulico peso operacional mínimo de 1.050 kg, Serviço de 2.000 horas/ máquina de caminhão prancha para transporte de máquinas pesadas e Serviço de 2.000 hora/ caminhão para transporte de água lobular, acoplado ao caminhão, capacidade mínima de 8.000 litros.

Data da Assinatura: 27/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2020

Vigência: 27/11/2020 Término: 26/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 1.806.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PG COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 15.503.398/0001-56

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 79/2018 Número do Processo: 109/2018 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 002/2019 2ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Ficam suspensos a execução dos serviços e o seu pagamento até a data de 31 de dezembro de 2020, sendo realizado a sua renovação ao fim da vigência contratual conforme a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

2.1 A suspensão da execução dos serviços e pagamentos retroage-se a data de 15 de Agosto de 2020

Data da Assinatura: 10/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2020

Vigência: 10/11/2020 Término: 07/01/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: RADIO ALIANCA LTDA - EPP

CNPJ: 75.787.630/0001-57

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 66/2017 Número do Processo: 72/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 067/2017 5ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Ficam suspensos a execução dos serviços e o seu pagamento até a data de 31 de dezembro de 2020, sendo realizado a sua renovação ao fim da vigência contratual conforme a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

2.1 A suspensão da execução dos serviços e pagamentos retroage-se a data de 15 de Agosto de 2020

Data da Assinatura: 10/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/11/2020

Vigência: 10/11/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERACAO ESTAD

CNPJ: 76.590.884/0001-43

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Número da Licitação: 10/2018 Número do Processo: 105/2018 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 087/2018 2ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE ATUE NA ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, CONFORME EDITAL DE CRE-DENCIAMENTO 004/2018

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 01/12/2020 Término: 30/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

CONTRATOS 11/2020 SAUDE

Publicação Nº 2753215

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Novembro/2020

Contratado: JCS ELETROREFRIGERACAO EIRELI

CNPJ: 27.595.696/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 49/2020 Número do Processo: 77/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 146/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Execução de PMOC e Manutenção e Instalação de Ar Condicionado.

Data da Assinatura: 03/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/11/2020

Vigência: 03/11/2020 Término: 02/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 38.050,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME

CNPJ: 14.292.313/0001-75

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2020 Número do Processo: 80/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 152/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Material Gráfico

Data da Assinatura: 09/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2020

Vigência: 09/11/2020 Término: 08/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 4.437,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME

CNPJ: 10.269.263/0001-54

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2020 Número do Processo: 80/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 153/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Material Gráfico

Data da Assinatura: 09/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2020

Vigência: 09/11/2020 Término: 08/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 4.012,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME

CNPJ: 18.486.182/0001-18

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 52/2020 Número do Processo: 80/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 154/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Material Gráfico

Data da Assinatura: 09/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2020

Vigência: 09/11/2020 Término: 08/11/2021

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 900,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MARCELO SIMONI
CNPJ: 04.664.811/0001-48
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 52/2020 Número do Processo: 80/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 155/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material Gráfico

Data da Assinatura: 09/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/11/2020
Vigência: 09/11/2020 Término: 08/11/2021

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 2.023,60 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMATICA E ESCRITORIO
CNPJ: 01.010.272/0001-35
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 156/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 14.559,25 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 11.499.653/0001-83
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 157/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 10.692,58 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA
CNPJ: 23.518.341/0001-59
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 158/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 11.335,45 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CARLOS ENRIQUE LUSSANI
CNPJ: 19.941.698/0001-78
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 159/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 17,70 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: LOTERICA ARABUTA LTDA
CNPJ: 17.259.050/0001-90
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 53/2020 Número do Processo: 81/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 160/2020
Fundamento Legal:
Objeto: material de expediente

Data da Assinatura: 13/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2020
Vigência: 13/11/2020 Término: 12/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 131,85 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BASCEL SOLUCOES LTDA
CNPJ: 21.515.353/0001-02
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 15/2020 Número do Processo: 61/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 113/20 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de Medicamentos

Data da Assinatura: 04/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/11/2020
Vigência: 04/11/2020 Término: 28/09/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
CNPJ: 81.706.251/0001-98
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 15/2020 Número do Processo: 61/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 116/20 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de Medicamentos

Data da Assinatura: 04/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/11/2020
Vigência: 04/11/2020 Término: 28/09/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Confore cronograma de pagamentos

Contratado: TM MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 85.201.739/0001-14
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2020 Número do Processo: 79/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 149/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de construção

Data da Assinatura: 06/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/11/2020
Vigência: 06/11/2020 Término: 05/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 285.106,70 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: JE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 21.203.162/0001-05
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2020 Número do Processo: 79/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 150/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de construção

Data da Assinatura: 06/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/11/2020
Vigência: 06/11/2020 Término: 05/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 1.096.990,60 Forma de Pagamento: conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AGRO REPRESENTACAO DENDENA & DE MARCHI LTDA.
CNPJ: 12.881.684/0002-48
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2020 Número do Processo: 79/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 151/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Material de construção

Data da Assinatura: 06/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/11/2020
Vigência: 06/11/2020 Término: 05/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 140,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP
CNPJ: 18.274.923/0001-05
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 161/2020
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020
Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 19.390,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 162/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 144.811,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

CNPJ: 11.145.401/0001-56

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 163/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 89.312,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CARLOS ENRIQUE LUSSANI

CNPJ: 19.941.698/0001-78

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 164/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 5.735,80 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PONTOCOM BRINDES LTDA

CNPJ: 18.036.328/0001-23

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 165/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 13.970,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: MARCELO SIMONI

CNPJ: 04.664.811/0001-48

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2020 Número do Processo: 84/2020 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 166/2020

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de EPIs em virtude do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Educação

Data da Assinatura: 25/11/2020

Data da Publicação no Diário Oficial: 25/11/2020

Vigência: 25/11/2020 Término: 24/11/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 15.506,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO 0065/2020

Publicação Nº 2753541

CONTRATO Nº 0065/2020, FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E OUTROS, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA SANTIAN, COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0136/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2020.

Contrato de prestação de serviços e ou aquisição de material que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC e a empresa SANTIAN, COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 20.403.126/0001-14, com sede na Rua Padre Augustinho Rombaldi, 130, no Município de Salto Veloso - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor EVERSON SANTIAN, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 066.659.719-70 e RG 5.467.754-8, residente e domiciliado à Rua Duque de Caxias nº 01, Bairro Industrial, no Município de Salto Veloso - SC, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 00136/2020, Pregão Presencial Nº0046/2020, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é o fornecimento de peças de reposição e prestação de serviços necessários objetivando a manutenção preventiva de veículos da Secretaria de Saúde e Secretaria de educação e aquisição de peças necessárias para substituição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Infraestrutura, conforme segue:

Lote	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
1	1	35541 - Amortecedor dianteiro. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	KAYABA	2	382,47	764,94
1	2	35542 - Kit batente dianteiro c/ coxim. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Kit	Sampel	1	619,62	619,62
1	3	35543 - Bucha feixe mola traseira parte dianteira. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	Sampel	2	52,00	104,00
1	4	35549 - Bucha feixe mola traseira parte traseira. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	Sampel	2	52,00	104,00
1	5	35550 - Válvula termostática. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	MTE	1	191,82	191,82
1	6	35551 - Bomba de água. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	SCHADEK	1	667,08	667,08
1	7	35552 - Fluido de freio Dot 4. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	TRW	2	25,00	50,00
1	8	35553 - Palheta. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	AUTOIMPACT	2	37,45	74,90
1	9	35554 - Kit correia dentada. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Kit	DAYCO	1	688,86	688,86
1	10	35555 - Correia ar condicionado. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	DAYCO	1	65,25	65,25
1	11	35556 - Rolamento guia correia alternador. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	NYTRON	1	113,70	113,70
1	12	35557 - Correia do alternador. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	h	DAYCO	1	88,90	88,90

1	13	35558 - Rolamento tensor. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	NYTRON	1	342,13	342,13
1	14	35559 - Amortecedor traseiro. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	KAYABA	2	272,00	544,00
1	15	35560 - Higienização ar condicionado. O serviço inclui a troca do filtro de cabine, que será fornecido pelo Almoarifado Central do Município de Arroio Trinta.	Un	ORBI	1	75,00	75,00
1	16	35561 - Motor vidro elétrico. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013, placas MJM-9095.	Un	Universal	1	380,00	380,00
1	17	35562 - Lâmpada meia luz placa.	Un	HELLA	2	3,00	6,00
1	18	35566 - Mão de obra - Fiat Ducato Mult Jaedi 2,3, placas MJM-9095. Mão de obra necessária para substituição das peças adquiridas, objetivando o retorno do veículo para suas funcionalidades originais. Ainda, caso seja necessário, deverá incluir os serviços de substituição do óleo do motor, anel de vedação do carter, filtro de ar do motor e filtro de combustível. Estes itens serão fornecidos pelo Almoarifado Central do Município de Arroio Trinta.	Un		1	740,00	740,00
1	19	35523 - Kit de embreagem. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Kit	SACHS	1	355,00	355,00
1	20	35524 - Amortecedor dianteiro. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	MONROE	2	265,35	530,70
1	21	35525 - Kit de amortecedor dianteiro (coifa e batente). Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842	Kit	Sampel	2	20,00	40,00
1	22	35526 - Coxim do amortecedor dianteiro. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842	Un	Sampel	2	60,45	120,90
1	23	35527 - Bieleta. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842	Un	TRW	2	40,96	81,92
1	24	35528 - Borracha da barra estabilizadora. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	Sampel	2	13,93	27,86
1	25	35529 - Rolamento da roda dianteira. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	FAG	1	108,10	108,10
1	26	35530 - Bucha da bandeja dianteira parte traseira. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842	Un	MOBENSANI	2	52,00	104,00
1	27	35531 - Kit de amortecedor traseiro (batente e coifa). Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Kit	MOBENSANI	2	24,00	48,00
1	28	35532 - Jogo de lona de freio traseiro. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	JG	Frasle	1	31,21	31,21
1	29	35533 - Kit de correia dentada. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Kit	DAYCO	1	178,72	178,72
1	30	35534 - Bomba de água. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	SCHADEK	1	100,70	100,70
1	31	35535 - Aditivo para radiador concentrado. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	VISCONDE	2	22,00	44,00
1	32	35536 - Correia do alternador. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	DAYCO	1	68,05	68,05

1	33	35537 - Líquido de freio Dot4, 500 ml. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	TRW	1	23,59	23,59
1	34	35538 - Palheta traseira TR11. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	AUTOIMPACT	1	34,61	34,61
1	35	35539 - Palheta 22". Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	AUTOIMPACT	1	27,63	27,63
1	36	35540 - Palheta 16". Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	AUTOIMPACT	1	20,73	20,73
1	37	35544 - Lâmpada H7. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	HELLA	1	26,31	26,31
1	38	35545 - Lâmpada pingão.	Un	HELLA	1	2,77	2,77
1	39	35546 - Botão regulador dos retrovisores. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842.	Un	KOSTAL	1	44,95	44,95
1	40	35547 - Balanceamento de rodas.	Un		4	15,00	60,00
1	41	35548 - Mão de obra - Veículo VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013, placas MJM-1842. Mão de obra necessária para substituição das peças adquiridas, objetivando o retorno do veículo para suas funcionalidades originais. Ainda, caso seja necessário, deverá incluir os serviços de substituição do óleo do motor, anel de vedação do carter, filtro de ar do motor e filtro de combustível. Estes itens serão fornecidos pelo Almoxarifado Central do Município de Arroio Trinta.	h		12	50,00	600,00
1	42	35607 - Kit embreagem completa. Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi Ambulância, 2010/2011, Placa MGS-4768.	Kit	LUK	1	2.020,00	2.020,00
2	43	35568 - Motor de partida para Rolo Compactador VM 115 JCB.	Un	MAHLE ISKRA	1	2.306,10	2.306,10
2	44	34559 - 87397402- Motor Limpador parabrisa borracha. Aplicação: Trator de esteira Case 1150L.	Un	JODEL	2	1.429,07	2.858,14
2	45	35044 - 84227896 - Interruptor ar condicionado. Aplicação: Trator de esteira Case 1150L.	Un	KOSTAL	1	477,71	477,71
2	46	35045 - 84318939- Bomba de Água. Aplicação: Motoniveladora Case 845B.	Un	SCHADEK	2	475,31	950,62
Total (R\$):							16.912,52

1.2.Lote 1: A execução do objeto da presente licitação deverá ser realizada na sede do Licitante Vencedor, sendo que a responsabilidade de retirar o veículo e efetuar a entrega após a execução dos serviços é de responsabilidade do fornecedor vencedor da licitação.

Lote 2: Peças máquinas pesadas: As peças adquiridas deverão ser entregues na Secretaria de Obras, localizada a Rua Francisco Nava, Centro de Arroio Trinta.

1.3. Os serviços contratados, bem como o fornecimento das peças licitadas, deverão ser executados/fornecidos em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento pela empresa vencedora, emitida pelo Município de Arroio Trinta.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0136/2020 - PR, Pregão Presencial nº 0046/2020 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2020, conforme segue:

94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento pela contratação do objeto da presente licitação será realizado em favor da licitante vencedora, mediante transferência bancária, em até 30 dias após o recebimento definitivo do objeto com apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas, na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte

e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não manter a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Ficam designados para a fiscalização da execução contratual o Sr. Lindomar Wilpert, e-mail saudearroio30.orcamentos@arroiotrinta.sc.gov.br e telefone (49) 92000-8415, e a Sra. Claudete Manenti Magro, Secretário Municipal de Educação, e-mail educa@arroiotrinta.sc.gov.br e telefone (49) 3535 6019.

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação ao produto/serviço que estará sendo entregue pelo Licitante vencedor.

b) Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.

c) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.

d) Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução

do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 09 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ Nº 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SANTIAN, COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA –ME

CNPJ nº 20.403.126/0001-14

EVERSON SANTIAN

CPF nº 066.659.719-70

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

BRUNO CIVIDINI

CPF nº 059.184.319-69

LINDOMAR WILPERT

CPF 028.724.939-56

CONTRATO Nº 0065/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS

CONTRATADA: SANTIAN, COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0136/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2020

VALOR: R\$16.912,52

TERMO DE ADITIVO Nº 0001/2020 AO CONTRATO 0057/2020

Publicação Nº 2752872

TERMO ADITIVO Nº 0001/2020 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 0057/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O Município de Arroio Trinta E A EMPRESA Eletrotec Sistemas de Energia Ltda EPP.

Processo Administrativo nº 0112/2020 - TP

Tomada de Preço nº 0010/2020 - TP

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada visando a execução de obra, com o devido fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, necessários para realizar iluminação ornamental externa do Centro de eventos, conforme quantitativos e especificações listadas pelo Edital e seus anexos.

Data de assinatura: 10/12/2020.

Prazo de vencimento: 10/02/2021.

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, nº 26, Centro - Arroio Trinta / SC, CEP: 89.590-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Claudio Spricigo, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.912.553 SSP/SC e do CPF 551.995.939-00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa Eletrotec Sistemas de Energia Ltda EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.796.575/0001-89 e estabelecida à Rua Frei Caneca, 955, Vila Cruzeiro, Sala 01 Bairro: Vila Rodrigues, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, CEP: 99.070-090, representada pelo Sr. Michel Favreto Petyk, sócio, portador da Carteira de Identidade nº 1062864978 e do CPF nº 009.234.150-09, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo de Prorrogação, em conformidade com o que consta no Contrato nº 0057/2020, oriundo do

Processo Administrativo nº 0112/2020 - TP, Tomada de Preço nº 0010/2020 - TP, mediante às cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto:

1.1.1. A prorrogação do prazo de execução da obra e do prazo de vigência contratual, necessários para que a obra contratada seja concluída, conforme justificativa e autorização apresentada pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. Em decorrência de atraso na execução da obra, por fatos alheios a vontade da contratada, fica aditivado o prazo de vigência contratual e o prazo de execução da obra por mais 60 dias, que agora se encerrará em 10 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, naquilo que não conflitarem com o presente aditamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá à CONTRATANTE a publicação do presente Termo Aditivo, nos termos do disposto no Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 10 de dezembro de 2020.

CONTRATANTE:

Município de Arroio Trinta
Claudio Spricigo,
Prefeito

CONTRATADA:

Eletrotec Sistemas de Energia Ltda EPP
Michel Favreto PetyK
Representante Legal

TESTEMUNHAS

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº: 000.077.349-21

MARÍLIA BORGIA FERRONATO
CPF Nº: 066.042.359-63

De acordo:

Santo Possato.
Advogado – OAB 19.045 / SC
Responsável Jurídico.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 0063/2020

Publicação Nº 2752876

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0144/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0063/2020 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2002,

bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição e contratação de serviços gráficos para confecção e impressão dos carnês de IPTU/2021, em cumprimento ao Calendário Fiscal, art.6º do Decreto 1894/2018. nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

2059 - POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP (02.089.950/0001-60)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33977 - CARNÊS IPTU: COMPOSIÇÃO E ENCARTE (capa, notificação de lançamento, 01 parcela única) CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CARNÊ IPTU - tamanho equivalente à 1/3 de folha A4 (Ficha de Arrecadação) ; - capa pré-nominada, impressão 4x0 cores, papel off-set 120 gr/m2 ; - lâminas internas (notificação de lançamento, parcela única e parcelas mensais) com indicação de corte, impressão simplex, papel sulfite 75 g/m2 ; - contracapa com instruções ao contribuinte, impressão 4x1 cores, papel off-set 120 g/m2 ; - acabamento especial sem grampos e com lombada de proteção e, - código de barras padrão FERABAN.	Un	1.300	1,59	2.067,00
Valor Total				2.067,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta 08 de Dezembro de 2020.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 0005/2020 (FMS)

Publicação Nº 2753238

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0041/2020 - IL

Inexigibilidade Nº 0005/2020 - IL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretária de Saúde de Arroio Trinta, srª Juliana serighelli, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2002, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Inexigibilidade, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 25, inc. I da Lei 8.666/93 e tendo como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO E CALIBRAÇÃO DO WINCARDIO (APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA), E TROCA DE ALGUNS COMPONENTES EM ATENDIMENTO Á SECRETARIA DE SAÚDE., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

2826 - MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (10.944.321/0001-06)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33670 - CABO MANGA 10 X 26AWG IBCEL	MT	3,5	78,00	273,00
2	33671 - CABO RABIXO 1X27AWG	MT	8,2	40,08	328,66
3	33672 - CAPA CONECTOR DB - 25	Un	1	20,00	20,00
4	33673 - CONECTOR DB -25	Un	1	18,34	18,34
5	33674 - GARRA JACARÉ AMARELA	Un	1	10,00	10,00
6	33675 - GARRA JACARÉ PRETA	Un	7	10,00	70,00
7	33676 - GARRA JACARÉ VERDE	Un	1	10,00	10,00
8	33677 - GARRA JACARÉ VERMELHA	Un	1	10,00	10,00
9	33678 - ELETRODO DE SUÇÃO ADULTO SILICONE AZUL	Un	1	450,00	450,00
10	33679 - CARDIOCLIP COLORIDO COM FIXADOR DE PINO CJ	Un	1	170,00	170,00
11	33680 - INTERVENÇÃO TÉCNICA	h	4	280,00	1.120,00
12	33681 - ENSAIO/CALIBRAÇÃO WINCARDIO	h	1	485,00	485,00
Valor Total				2.965,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta 09 de Dezembro de 2020.

Juliana Serighelli

Secretária de Saúde de Arroio Trinta.

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.531

Publicação Nº 2753136

Decreto nº 2.531, de 08 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019 e Lei Municipal nº 1.227, de 08 de dezembro de 2020;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Arvoredo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais), para suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.02	Ações e Atividades de Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0015	Educação Infantil – Todas as Crianças na Escola de Qualidade
12.365.0015.2.025	Atividades Gerais da Educação Infantil – Pré-Escola
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
12.365.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.365.0013.2.085	Serviços Diretos de Transporte Escolar Ed. Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 2.700,00
12.365.0015.2.090	Atividades Gerais da Educação Infantil – Creche
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 1.500,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.027	Pessoal FUNDEB Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 40.000,00
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 16.000,00

12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.033	Serviços Diretos de Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, será utilizado os recursos provenientes da redução de saldo das seguintes dotações orçamentárias:

05.00	GERENCIA DE EDUCAÇÃO
05.02	Ações e Atividades de Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0015	Educação Infantil – Todas as Crianças na Escola de Qualidade
12.365.0015.2.091	Pessoal FUNDEB da Educação Infantil – Creche
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 40.000,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.031	Manutenção de Veículos das Atividades Educacionais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.033	Serviços Diretos de Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 11.500,00
12.361.0013.2.034	Serviços de Terceiros no Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 13.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 08 de dezembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

Edson Ezequiel Battiston

Responsável pela publicação

DECRETO 2.532

Publicação Nº 2753141

Decreto nº 2.532, de 08 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.195, de 26 de novembro de 2019;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender a seguinte ação orçamentária:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.069	Serviços Médicos, Hospitalares, Laboratoriais, Imagens e Outros Especializados
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, no vínculo (01.0123) Recursos vinculados à Saúde - ASPS, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 08 de dezembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicado em data supra.
Edson Ezequiel Battiston
Contabilista

PORTARIA 293/2020

Publicação Nº 2753097

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 293, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020.
Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

ALCEU ANTONIO SOMENSI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art.100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 090, de 23 de outubro de 2019,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, conforme atestado em anexo,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor, JUNIOR PEDRO CAOVILO, que ocupa o cargo de Motorista de Automóveis e Utilitários, do Quadro Geral de Cargos Admitido em Caráter Efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 24 de novembro até 24 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 24 de novembro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020.

ALCEU ANTONIO SOMENSI
PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREDO EM EXERCÍCIO

Publicada
em data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 294/2020

Publicação Nº 2753099

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 294, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

Exonera Servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

Considerando, o encerramento do contrato,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora TIELE ALMEIDA MATTJIE GAIARDO, do cargo de Médica Ginecologista, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter Temporário.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 30 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2020.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

TIELE ALMEIDA MATTJIE GAIARDO

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 295/2020

Publicação Nº 2753101

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 295, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidor VANDERLEI DOMINGOS, que ocupa o cargo de Motorista de Caminhão, do Quadro Geral de Cargo de Provimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 14/12/2020 a 12/01/2020.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 16-07-2018 a 15-07-2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 296/2020

Publicação N° 2753102

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 296, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar n°. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1°. Fica concedido a servidora GRACIELI CAOVIALLA, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargo de Provimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 07/12/2020 á 05/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 03-05-2019 á 02-05-2020.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de dezembro de 2020.

Art. 3°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 297/2020

Publicação N° 2753104

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 297, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar n°. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1°. Fica concedido a servidora MARILIA MENEGUZZI SOMENSI, que ocupa o cargo de Fisioterapeuta 20h, do Quadro Geral de Cargo de Provimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 07/12/2020 á 05/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 01-06-2019 á 31-05-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 298/2020

Publicação N° 2753106

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 298, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar n°. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor RAFAEL SOMENSI, que ocupa o cargo de Técnico em Agropecuária, do Quadro Geral de Cargo de Provisão de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 07/12/2020 á 05/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 02-05-2019 á 01-05-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 299/2020

Publicação N° 2753107

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA N°. 299, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art.100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar N°. 090, de 23 de outubro de 2019,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, conforme atestado em anexo,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor, EDSON EZEQUIEL BATTISTON que ocupa o cargo de CONTADOR, do Quadro Geral de Cargos Admitido em Caráter Efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 03 até 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 03 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada
em data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 300/2020

Publicação N° 2753108

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA N°. 300, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art.100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar N°. 090, de 23 de outubro de 2019,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, conforme atestado em anexo,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidora, MARCIANE ANGELA GIARETTA, que ocupa o cargo de Agente Administrativa, do Quadro Geral de Cargos Admitido em Caráter Efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 03 até 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 03 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada
em data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 301/2020

Publicação N° 2753109

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA N°.301, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede férias aos servidores do magistério e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período de férias escolares;

Considerando, o que prevê o Art. 81 da Lei Complementar n°. 90, de 23 de outubro de 2019, combinado com o Inciso I do Art. 22 da Lei

Complementar nº. 55, de 27 de dezembro de 2013, combinado com o Inciso I do Art. 21 da Lei Complementar nº 86, de 09 de outubro de 2018.

RESOLVE,

Art. 1º. Ficam concedidas férias aos servidores do magistério municipal, relacionados no anexo único desta portaria, no período de 21-12-2020 até 03-02-2021, em conformidade com os respectivos períodos aquisitivos de cada servidor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Padova
Agente Administrativa

ANEXO ÚNICO

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	ASSINATURA
ANA SCZESNY	06-01-2020 Á 05-01-2021	
CLAUZIA DE VARGAS BROLL	05-04-2019 Á 04-04-2020	
DENAIR VIECELLI DALLA BETHA	01-01-2020 Á 01-01-2021	
ELAINE MARLENE BIRCK CAUDURO	12-02-2020 Á 11-02-2021	
GIOVANA CRISTINA SOMENSI	12-02-2020 Á 11-02-2021	
IDIANE VIECELLI BIZOLLO	12-02-2020 Á 11-02-2021	
SIMONE NARDI BEDENDO	02-07-2019 Á 01-07-2020	

PORTARIA 302/2020

Publicação Nº 2753110

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 302, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias ao servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período em que o servidor foi convocado para trabalhar,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor MARINES APARECIDA MICHELON, que ocupa o cargo de Agente de Copa e Limpeza, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 17/12/2020 até 31/12/2020.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período em que o servidor foi convocado a trabalhar nas férias (15 dias).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 303/2020

Publicação Nº 2753111

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 303, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora CATIA MARCELA BIANCHIM, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargo de Provedimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 28/12/2020 á 26/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 01-11-2019 á 31-10-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 304/2020

Publicação Nº 2753112

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 304, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora ELIZABETE BURIN BEVILAQUA, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargo de Provedimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 28/12/2020 á 26/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 01-11-2019 á 31-10-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 305/2020

Publicação Nº 2753114

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 305, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias coletivas a servidores e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, a necessidade de ajustamento e operacionalização das atividades da administração para o início do ano de 2021,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e incisos da Lei Complementar nº. 90, de 23 de outubro de 2019.
RESOLVE,

Art. 1º. Ficam concedidas férias aos servidores relacionados no anexo único desta portaria, no período de 04-01-2021 até 02-02-2021, em conformidade com os respectivos períodos aquisitivos de cada servidor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

ANEXO ÚNICO

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	ASSINATURA
ARIBERTO ROSÁRIO	04-07-2019 Á 03-07-2020	
ARILSON CAUDURO	01-06-2019 Á 31-05-2020	
ALMÉRIO FRANCISCO FINATTO	18-09-2019 Á 17-09-2020	
ALCINDO CONTE	01-02-2020 Á 31-01-2021	
CLAUDIA RAGUZZONI LUIZ	02-04-2019 Á 01-04-2020	
FLÁVIA WESCHENFELDER	02-04-2019 Á 01-04-2020	
GEISA BONATTO GIARETTA	01-06-2019 Á 31-05-2020	
GELCI BARRIONUEVO	02-05-2019 Á 01-05-2020	
MARLOVA SOMENSI ZANCANARO	06-11-2019 Á 05-11-2020	
SANDRA BARP	06-03-2019 Á 05-03-2020	
VALTER ANTONIO CAVALLI	17-05-2019 Á 16-05-2020	
VANESSA TEREZA BENDER	06-02-2019 Á 05-02-2020	
ADENILSO JOÃO MARAFON	06-04-2019 Á 05-04-2020	
ANDREIA BIANCHIN GUARDA	11-06-2019 Á 10-06-2020	
JADERSON ANTUNES DE LIMA	01-09-2019 Á 31-08-2020	
SILVIA MAIOLI ARALDI	02-07-2019 Á 01-07-2020	
JULIO CESAR ZANUZZO	15-02-2020 Á 14-02-2021	
WILSON DE SOUZA	15-02-2019 Á 14-02-2020	
MARCELO ALBERTTI	01-09-2019 Á 31-08-2020	
JULIANO MENEGUZZI	20-02-2020 Á 19-02-2021	
JONES ZANCO	02-12-2019 Á 01-12-2020	

PORTARIA 306/2020

Publicação Nº 2753115

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Exonera Servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

Considerando, o encerramento das atividades educacionais do ano letivo de 2020.

Considerando, o encerramento do contrato.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora CLAUZIA ADRIANA DE VARGAS BROLL, do cargo de Professor II 20 hs, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter Temporário.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

CLAUZIA ADRIANA DE VARGAS BROLL
Exonerada

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 307/2020

Publicação Nº 2753116

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 307, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora FABIANA LORENZET, que ocupa o cargo de Agente Administrativo, do Quadro Geral de Cargo de Provisão de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 14/12/2020 á 12/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 01-09-2019 á 31-05-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 308/2020

Publicação Nº 2753117

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 308, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora DEIVA SIDONIA ZANINI, que ocupa o cargo de Enfermeira 40 horas, do Quadro Geral de Cargo de Pro-
vimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 28/12/2020 á 26/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 06-01-2020 á 05-01-2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 309/2020

Publicação Nº 2753118

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 309, DE 08 DEZEMBRO DE 2020.

Revoga Portaria Nº. 271, de 24 de novembro de 2020 e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo e que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e

RESOLVE,

Art. 1º. Fica revogada a Portaria Nº. 271, de 24 de novembro de 2020, que exonera a servidora CAMILA NAIBO considerando exame médico
apresentado no dia 08 de dezembro, do Quadro de Cargos Admitida em Caráter Temporário do Poder Executivo Municipal de Arvoredo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

MIRIAM MENEGUZZI PADOVA
Agente Administrativo

PORTARIA 310/2020

Publicação N° 2753120

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 310, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar n°. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora CLARICE SIRLEI DE LIMA, que ocupa o cargo de Agente Comunitária de Saúde, do Quadro Geral de Cargo de Provimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 14/12/2020 á 12/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 02-12-2019 á 01-12-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 311/2020

Publicação N° 2753121

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N°. 311, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor NEODI ZATTA, que ocupa o cargo de Motorista de Ônibus, do Quadro Geral de Cargo de Provimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 16/12/2020 á 14/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 04-08-2019 á 03-08-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 312/2020

Publicação Nº 2753122

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 312, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento do período aquisitivo de férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 090 de 23 de outubro de 2019,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor FLÁVIO SPAGNOLO, que ocupa o cargo de Fiscal de Tributos e Obras, do Quadro Geral de Cargo de Provimento de Caráter Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 15/12/2020 á 13/01/2021.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 02-12-2019 á 01-12-2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 313/2020

Publicação N° 2753123

PORTARIA N°. 313, DE 09 DE DEZEMBRO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidora por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar N°. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a prorrogação do processo seletivo conforme decreto N°. 2.527 de 03 de Dezembro de 2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado a contratação da Servidora, ALESSANDRA CHIOSSI, brasileira, solteira, portador do RG. 6.624.480 e CPF. 094.302.819-17, residente e domiciliada na Linha Rizzi, – Interior – Arvoredo - SC, para o cargo de Auxiliar de Creche, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. O servidor ora nomeado fica vinculado ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2020, prorroga a vigência da portaria de nº. 270 de 18 de dezembro de 2019 até a data de 13 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

ALESSANDRA CHIOSSI

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 314/2020

Publicação N° 2753125

PORTARIA N°. 314, DE 09 DE DEZEMBRO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidora por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar N°. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a prorrogação do processo seletivo conforme decreto N°. 2.527 de 03 de dezembro de 2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado a contratação da Servidora, GENILDE FRIGO, brasileira, união estável, portador do RG. 4.896.793 e CPF. 066.438.619-03, residente e domiciliada na Rua 03 Loteamento Ivete Maria Finatto, – Centro – Arvoredo - SC, para o cargo de Auxiliar de Creche, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. O servidor ora nomeado fica vinculado ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2020, prorroga a vigência da

portaria de nº. 265 de 18 de dezembro de 2019 até a data de 13 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

GENILDE FRIGO

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 315/2020

Publicação Nº 2753126

PORTARIA Nº. 315, DE 09 DE DEZEMBRO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidora por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a prorrogação do processo seletivo conforme decreto Nº. 2.527 de 03 de dezembro de 2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado a contratação da Servidora, JOSEPHINA SALETE CHIOSSI MENIN, brasileira, separada, portador do RG. 2.325.036 e CPF. 670.149.179-00, residente e domiciliada na Rua Padre Anchieta Nº.163 – Centro Arvoredo - SC, para o cargo de Auxiliar de Creche, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2020, prorroga a vigência da portaria de nº. 267 de 18 de dezembro de 2019 até a data de 13 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

JOSEPHINA SALETE CHIOSSI MENIN

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 316/2020

Publicação Nº 2753131

PORTARIA Nº. 316, DE 09 DE DEZEMBRO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidora por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a prorrogação do processo seletivo conforme decreto Nº. 2.527 de 03 de dezembro de 2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado a contratação da Servidora, MARCIA GUARESE, brasileira, solteira, portadora do RG. 6.334.134 e CPF. 097.676.999-96, residente e domiciliada na Linha Lomba Grande, – Interior – Arvoredo - SC, para o cargo de Auxiliar de Creche, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2020, prorroga a vigência da portaria de nº. 266 de 18 de dezembro de 2019 até a data de 13 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

MARCIA GUARESE

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 317/2020

Publicação Nº 2753132

PORTARIA Nº. 317, DE 09 DE DEZEMBRO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidora por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a prorrogação do processo seletivo conforme decreto Nº. 2.527 de 03 de dezembro de 2020.
RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado a contratação da Servidora, ROSELI SALETE BAÚ, brasileira, solteira, portadora do RG. 3.643.731 e CPF. 019.741.139-81, residente e domiciliada na Rua do Campo, – Centro – Arvoredo - SC, para o cargo de Auxiliar de Creche, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2020, prorroga a vigência da portaria de nº. 269 de 18 de dezembro de 2019 até a data de 13 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

ROSELI SALETE BAÚ

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 318/2020

Publicação Nº 2753135

PORTARIA Nº. 318, DE 09 DE DEZEMBRO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidor por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a necessidade de prorrogação devido à continuidade nos trabalhos desenvolvidos no setor de infraestrutura;

Considerando, a prorrogação do processo seletivo conforme decreto Nº. 2,455 de 02 de junho de 2020.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado a contratação do Servidor, NEIMAR ZATTA, brasileiro, casado, portador do RG. 5.565.949 e CPF. 092.917.109-89, residente e domiciliada na Linha Santa Terezinha, – Interior – Arvoredo - SC, para o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. O servidor ora nomeado fica vinculado ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, prorroga a vigência da portaria de nº. 097 de 13 de março de 2020 até a data de 05 de junho de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

NEIMAR ZATTA

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 319/2020

Publicação Nº 2753134

PORTARIA Nº. 319, DE 09 DE DEZEMBRO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidor por tempo determinado e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a necessidade de prorrogação devido à continuidade nos trabalhos desenvolvidos no setor de infraestrutura;

Considerando, a prorrogação do processo seletivo conforme decreto Nº. 2,455 de 02 de junho de 2020.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogado a contratação do Servidor, EDEMAR ROWE, brasileiro, casado, portador do RG. 3.958.915 e CPF. 029.400.249-95, residente e domiciliada na Linha Lomba Grande, – Interior – Arvoredo - SC, para o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. O servidor ora nomeado fica vinculado ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, prorroga a vigência da portaria de nº. 128 de 14 de abril de 2020 até a data de 05 de junho de 2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

EDEMAR ROWE

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO 025/2020

Publicação Nº 2752534

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2020, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo(SC) no uso de suas atribuições legais e, considerando as disposições dos Arts. 38, VII e 43, VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, em conformidade com o que consta no Processo de Licitação nº 025/2020, HOMOLOGA a Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 005/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, e, ADJUDICA o objeto correspondente a Contratação de empresa para execução de recapeamento asfáltico sobre calçamento com pedra irregular em ruas do centro Município, à empresa Planaterra – Terraplenagens e Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 82.743.832/0001-62, com o valor Global de R\$ 210.064,60(duzentos e dez mil, sessenta e quatro reais e sessenta centavos).

Gabinete do Prefeito Municipal de Arvoredo (SC),
em 19 de novembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Ascurra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 7044, DE 09/12/2020

Publicação Nº 2752361



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA Nº 7044, de 09 de Dezembro de 2020.**PRORROGA PRAZO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR Nº 02/2019.**

LAIRTON ANTONIO POSAMAI, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 72, XXVI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, a Decisão Administrativa do Prefeito em Exercício, datado em 14/03/2019, Fls. 01 e 02;

CONSIDERANDO, o objeto da investigação em apurar a responsabilidade das servidoras públicas Claudia Dalfovo, Janete Terezinha Frare Andreani e Solange Maria Lourenço, quanto à ausência de providências sobre a conclusão dos atos relacionados à Comissão de Avaliação de Estágio Probatório durante os anos de 2015, 2016 e 2017; e

CONSIDERANDO, a necessidade da prorrogação do Processo Administrativa Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2019 designada pela Portaria Nº 6429 de 17/04/2019, a contar do dia 09/12/2020 até o dia 06/02/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra, em 09 de Dezembro de 2020.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Município de Ascurra/SC, em 09 de Dezembro de 2020.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2020

Publicação Nº 2752625

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 34/2020

O MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 221, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, representado pelo prefeito municipal, Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, denominado CONTRATANTE e a empresa JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 884, Bairro Bela Vista, cidade de Ibirama (SC), inscrita no CNPJ sob n. 05.989.011/0001-54, neste ato representado por seu representante legal, Senhor VILMAR VENDRAMI, denominada CONTRATADA, por parte do engenheiro civil deste Município, resolvem, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n. 34/2020, formalizado através do Edital de Tomada de Preços n. 26/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo para a conclusão da obra em 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 08/09/2020, até o prazo limite de 07/03/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO

De acordo com requerimento da contratada, e parecer técnico n. 49/2020 do Engenheiro Civil deste Município, as condições determinantes para adição de prazo foram as seguintes:

- Das condições: Devido à pandemia COVID 19, a falta de materiais no mercado, danos ocasionados pelas chuvas, danos na pavimentação, atraso em outras obras da empresa no município, resultou em um atraso significativo no andamento da obra.

- Conclusão: Para conclusão/finalização da obra, devido às condições relatadas, a empresa necessitará de uma adição de prazo, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, de 08/09/2020 à 07/03/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato administrativo n. 34/2020.

Ascurra, 08 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

JC CONTRUÇÕES E PAV. LTDA
VILMAR VENDRAMI
CONTRATADA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2020

Publicação Nº 2752634

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 49/2020

O MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 221, Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.772/0001-61, representado pelo prefeito municipal, Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, denominado CONTRATANTE e a empresa JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 884, Bairro Bela Vista, cidade de Ibirama (SC), inscrita no CNPJ sob n. 05.989.011/0001-54, neste ato representado por seu representante legal, Senhor VILMAR VENDRAMI, denominada CONTRATADA, por parte do engenheiro civil deste Município, resolvem, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n. 49/2020, formalizado através do Edital de Tomada de Preços n. 42/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo para a conclusão da obra em 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 04/11//2020, até o prazo limite de 03/04/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO

De acordo com requerimento da contratada, e parecer técnico n. 48/2020 do Engenheiro Civil deste Município, as condições determinantes para adição de prazo foram as seguintes:

- Das condições: Devido à pandemia COVID 19, a falta de materiais no mercado, atraso em outras obras da empresa no município, resultou em um atraso significativo no andamento da obra.

- Conclusão: Para conclusão/finalização da obra, devido às condições relatadas, a empresa necessitará de uma adição de prazo, com no mínimo 150 (cento e cinquenta) dias, de 04/11/2020 à 03/04/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato administrativo n. 49/2020.

Ascurra, 04 de novembro de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

JC CONTRUÇÕES E PAV. LTDA
VILMAR VENDRAMI
CONTRATADA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2020

Publicação Nº 2752621

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2020

Pelo presente Contrato Administrativo nº 51/2020, firmado em 31 de agosto de 2020, entre o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.772/0001-61, com sede na Rua Benjamin Constant, nº. 221, nesta cidade, representado por seu Prefeito Municipal Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.989.011/0001-54, com endereço à Rua Princesa Isabel, nº 884, Bairro Bela Vista, cidade de Ibirama-SC, neste ato representado por seu representante legal, Senhor VILMAR VENDRAMI, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente termo aditivo contratual, tudo de conformidade com Edital de Tomada de Preços nº 45/2020, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato administrativo n. 51/2020, que venceria em 31/12/2020, por um prazo adicional de 6 (seis) meses, passando a vigorar até 30/6/2021 para fins administrativos, uma vez que a execução da obra continua em andamento e tem previsão para conclusão no primeiro semestre do ano de 2021.

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato Administrativo 51/2020.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas no presente Termo Aditivo, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ascurra, 8 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
CONTRATANTE

JC CONSTRUÇÕES E PAV. LTDA EPP
VILMAR VENDRAMI
CONTRATADA

Atalanta

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019 DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 2752565

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019 DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

LOCATÁRIO: Município de Atalanta (CNPJ Nº 83.102.616/0001-09).

LOCADOR: Rosilnei Jochem e sua esposa Sueli Huller Jochem.

VIGÊNCIA: Fica alterada a vigência do contrato mencionado acima, até 31 de dezembro de 2021, contatos a partir do vencimento do mês.

VALOR: Fica aditivado o valor pago ao Locador, em R\$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais) em decorrência da prorrogação da vigência do contrato.

Atalanta, 10 de dezembro de 2020.

Claudio Volnei Sens

Prefeito Municipal em Exercício

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02 DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 2752704

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02 DE 02 DE JANEIRO DE 2019.

LOCATÁRIO: Município de Atalanta (CNPJ Nº 83.102.616/0001-09).

LOCADOR: Vanderli Demetrio (CPF No 833.268.209-68).

VIGÊNCIA: Fica alterada a vigência do contrato mencionado acima, até 31 de dezembro de 2021, contatos a partir do vencimento do mês.

VALOR: Fica alterado o valor pago ao locador, em R\$ 7.829,04 (sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e quatro centavos), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 652,42 (seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Atalanta, 10 de dezembro de 2020.

Claudio Volnei Sens

Prefeito Municipal em Exercício

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3 DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 2752435

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2019

LOCATÁRIO: Município de Atalanta (CNPJ Nº 83.102.616/0001-09).

LOCADOR: Vilmar Petri e demais proprietários (CPF Nº 560.351.879-00).

VIGÊNCIA: Fica alterada a vigência do contrato mencionado acima, até 31 de dezembro de 2021, contatos a partir do vencimento do mês.

VALOR: Fica alterado o valor pago ao Locador, em R\$ 23.487,76 (Vinte e três mil, quatrocentos e oitenta sete reais e setenta e seis centavos), sendo pago mensalmente o valor de R\$ 1.873,98 (Hum mil, oitocentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).

Atalanta, 10 de dezembro de 2020.

Claudio Volnei Sens

Prefeito Municipal em Exercício

Aurora

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 034/2020

Publicação N° 2753236

PORTARIA N° 34 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020**JUSTIFICA FALTA DO VEREADOR EM SESSÃO
ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, No uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta do vereador ANTÔNIO MARCOS NECKEL, sem desconto em seus subsídio, conforme determina o Art. 4º da Lei nº 1.579/2016, aprovada pelo Plenário em 24 de novembro de 2020.

Art. 2º. A falta na reunião plenária do dia 24 de novembro de 2020, devidamente comprovada por atestado.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 25 de novembro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO NIEHUES FERMINO

Presidente

PORTARIA Nº 35/2020

Publicação Nº 2753647

PORTARIA Nº 35 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020**JUSTIFICA FALTA DA SERVIDORA DO PODER
LEGISLATIVO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA,
ESTADO DE SANTA CATARINA,** No uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º Fica justificada a falta da servidora Joalice Jasper – Secretária Executiva da Câmara de Vereadores de Aurora, sem desconto em seus vencimentos e da frequência do banco de horas.

Art. 2º. A falta ao trabalho do dia 09 de dezembro de 2020, devidamente comprovada por declaração de acompanhamento.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 11 de dezembro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

BRUNO NIEHUES FERMINO

Presidente

Balneário Camboriú

PREFEITURA

1º ADT CT 117/20120 - FMBC

Publicação Nº 2752610

PRIMEIRO TERMO ADITIVO RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATADA: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY EIRELI

OBJETO: a prestação do serviço de Internação em Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Senhora M.S.S., devido a mesma encontrar-se em situação de vulnerabilidade social, conforme relatório anexo do CREAS, necessitando de acompanhamento psiquiátrico conforme laudo médico anexo do Psiquiatra do IPQ-SC.

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 06 (seis) meses, passando o prazo contratual para 12 (doze) meses, alterando a cláusula 10.1 do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Em face do acréscimo, agregar-se-á ao valor global original do Contrato a cifra de R\$ 22.702,26 (vinte e dois mil, setecentos e dois reais e vinte e seis centavos), passando o valor global do contrato para R\$ 45.404,52 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos), alterando a cláusula 7.1 do contrato originário;

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 10 de dezembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

1º ADT CT 121/2019 - FMS

Publicação Nº 2752462

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO Nº 121/2019 - FMS

CONTRATADA: CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI

OBJETO: contratação de empresa especializada para realização de serviços de processamento de roupa hospitalar com locação de enxoval e montagem de Lap's cirúrgicos e fornecimento de sacos descartáveis hamper's na forma do edital, termo de referência e demais documentos que integram o Pregão Presencial nº 201/2019.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa, fica acrescido ao valor global original a cifra de R\$ 27.112,00 (vinte e sete mil e cento e doze reais), totalizando o presente contrato a cifra R\$ 237.060,55 (duzentos e trinta e sete mil, sessenta reais e cinquenta e cinco centavos), alterando cláusula 4.1 do contrato originário.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 08 de dezembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Publicação Nº 2753901

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

PROTOCOLO 32.791/2020

AVISO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE – SEGUNDO RELATÓRIO

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, considerando os novos fatos narrados no segundo termo de instrução e instauração do processo, autuado sob o protocolo em epígrafe, comunica a continuidade do processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.033.589/0001-12, e aplicar-lhe, em sendo o caso, as penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520 c/c subitens 11.1.1 e 11.2, do edital.

A íntegra do processo pode ser acessada por meio de consulta ao Protocolo Eletrônico, disponível no sítio eletrônico do Município de Balneário Camboriú, informando o Código externo: 827.074.692.380.

Balneário Camboriú, SC, 10 de dezembro de 2020.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

CONTRATO 274/2020

Publicação N° 2752781

Contrato 274/2020 – PMBC

PREGÃO 042/2020 RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA.

CNPJ: 13.419.654/0001-04.

OBJETO: Contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviço de construção, reforma e manutenção de calçadas estampadas em concreto armado, da Praça da rua 3780 (LE) esquina entre ruas 3550 e 3450 (LE).

VALOR GLOBAL: R\$ 55.739,32 (cinquenta e cinco mil e setecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos).

Despesa:582.

Balneário Camboriú – SC – 27/11/2020.

Prazo contratual: 03 meses.

SÓCIOS:

JEFERSON BEVERVANSO; E

ORLANDO BEVERVANSO NETO.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria n° 25.245/2018

CONTRATO 275/2020

Publicação N° 2752792

Contrato 275/2020 – PMBC

PREGÃO 042/2020 RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA.

CNPJ: 13.419.654/0001-04.

OBJETO: Contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviço de construção, reforma e manutenção de calçadas estampadas em concreto armado, da Praça da rua 3780 (LD) esquina entre ruas 3450 e 3550.

VALOR GLOBAL: R\$ 82.522,25 (oitenta e dois mil e quinhentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).

Despesa:582.

Balneário Camboriú – SC – 27/11/2020.

Prazo contratual: 03 meses.

SÓCIOS:

JEFERSON BEVERVANSO; E

ORLANDO BEVERVANSO NETO.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria n° 25.245/2018

CONTRATO 276/2020

Publicação N° 2752809

Contrato 276/2020 – PMBC

PREGÃO 042/2020 RP

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA.

CNPJ: 13.419.654/0001-04.

OBJETO: Contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviço de construção, reforma e manutenção de calçadas estampadas em concreto armado, da Praça da rua 3208 (LE), esquina entre ruas 3310 e 3450.

VALOR GLOBAL: R\$ 46.473,94 (quarenta e seis mil e quatrocentos e setenta e três reais e noventa e quatro centavos).

Despesa:582.

Balneário Camboriú – SC – 27/11/2020.

Prazo contratual: 03 meses.

SÓCIOS:

JEFERSON BEVERVANSO; E

ORLANDO BEVERVANSO NETO.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria n° 25.245/2018

DISPENSA LICITATÓRIA TERMO Nº 020/2020 – PMBC

Publicação Nº 2752985

DISPENSA LICITATÓRIA**TERMO Nº 020/2020 – PMBC**

Objeto: Contratação da Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio- Econômico - FEPESE, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, para realização de processo seletivo de provas e títulos, destinado a prover Cadastro Reserva para Admissão em Caráter Temporário (ACT), para o ano de 2021 em dois módulos:

Módulo I: Profissionais do Quadro do Magistério e Administrativo para atuar na Secretaria de Educação de Balneário Camboriú;

MÓDULO II: Profissionais do Quadro do Administrativo Público Municipal para atuar nas demais Secretarias e Fundações da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, a critério das Secretarias de Gestão Administrativa, na forma do Termo de Referência e proposta da instituição, anexo aos autos.

Empresa: FEPESE - Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos.

CNPJ: 83.566.299/0001-73

Prazo de execução: Conforme Cronograma anexo aos autos

Prazo Contratual: 180 (cento e oitenta) dias após assinatura do contrato.

Valor Global: R\$ 942.600,00 (novecentos e quarenta e dois mil e seiscentos reais)

Embasamento legal: art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8666/93 e demais alterações posteriores.

Documentos anexos: Solicitação 4001 e 4004/2020, Despesas 016 e 158/2020, Ofício 115/2020 – Setor de Compras/ Departamento Administrativo, Proposta da FEPESE, Estatuto Social do FEPESE, Provas de Regularidades Fiscais, Declarações, Termo de Referência, Atestados de Capacidade Técnica da FEPESE e demais orçamentos.

Balneário Camboriú, 10 de dezembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretario de Compras

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO POR DISPENSA - SPI Nº 006/2019

Publicação Nº 2754001

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO POR DISPENSA - SPI Nº 006/2019

O Município de Balneário Camboriú, por meio da Secretaria da Pessoa Idosa, considerando o interesse público e relevância social, torna público a assinatura do Termo de FOMENTO, com a ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULA, entidade sem fins lucrativos para prestar atendimento de longa permanência para idosos, tem por finalidade atender em regime de acolhimento idosos de ambos sexos, idade mínima de 60 anos após a triagem e avaliação sócio econômico, no valor de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões cento e sessenta mil reais) divididos em 12 (doze) parcelas, e o prazo é de janeiro até dezembro de 2021, a ser repassado conforme critérios do plano de trabalho em anexo ao termo. Balneário Camboriú (SC), 24 novembro de 2020.

Paulo Cesar Senk Jr.

Secretário da Secretária da Pessoa Idosa

PE N° 161/2020 - PMBC - 232/2020 - COMPRASNET

Publicação N° 2752934

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS
RUA DINAMARCA N° 320 - FONE 3267-7095
PREGÃO ELETRÔNICO N° 161/2020 - PMBC
COMPRASNET 232 /2020

Objeto: Registro de Preços de Locação de Banheiros Químicos.

Data e local da sessão pública: Dia 11/01/2021. Horário: Às 09h00min, no Portal de Compras do Governo Federal – [Código UASG: 988039](#).

Tipo de Licitação: Menor preço.

Valor estimado R\$ 449.758,93

Leitura e/ou retirada do edital: No endereço acima citado, portal COMPRASNET ou através do site www.bc.sc.gov.br.

Balneário Camboriú, 01/12/2020.

SAMARONI BENEDET

Secretaria de Compras

Balneário Gaivota

PREFEITURA

LEI Nº 1063-2020

Publicação Nº 2754347

LEI COMPLEMENTAR Nº 1063, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA LEI Nº 799, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Balneário Gaivota faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Acrescenta os artigos 13-A, 13-B e 13-C a Lei nº 799, de 24 de dezembro de 2013, que instituiu a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Balneário Gaivota, passa a ter.

Art. 13-A - Fica criada a função temporária de Agente de Proteção da Defesa Civil junto a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de Balneário Gaivota.

Art. 13-B - Compete ao Agente de Proteção da Defesa Civil:

a) executar, de acordo com a programação da Coordenadoria da Defesa Civil, serviços internos e externos, objetivando promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, no que diz respeito à avaliação e à redução de riscos, através da diminuição de suas ocorrências e intensidades, compreendendo ainda a prevenção, preparação para situações emergenciais e respostas aos desastres;

b) agir em resposta aos desastres, prevenindo ou minimizando danos, socorrendo as populações atingidas, prestando assistências às populações ameaçadas, reabilitando e recuperando áreas deterioradas, bem como auxiliando em atividades de reconstrução;

c) contribuir no desenvolvimento de projetos de mudança de cultura, monitorando, alerta e alarme, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento institucional, bem como programas de prevenção e preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução, visando o atendimento, a segurança e o bem estar da população;

d) atuar na iminência ou em situações de desastres, estando disponível para atender aos pedidos emergenciais, quando for acionado, independente do horário, visando primar pela segurança e o bem estar da população;

e) contribuir com a segurança da população em hipóteses de riscos de desastres, atuando nas operações de respostas aos desastres e definindo suas atribuições, e cadastrando, organizando e mantendo permanentemente atualizado em banco de dados e mapas temáticos a disponibilidade e localização dos recursos, equipamentos, instalações de apoio, entre outros;

f) contribuir no desenvolvimento de projetos de aparelhamento e apoio logístico, socorro e assistências às populações, reabilitação dos cenários de desastre, entre outros;

g) cumprir a legislação do Município e demais normas pertinentes ao cargo;

h) efetuar relatórios de suas atividades, visando gerar informações pertinentes;

i) executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda, a critério de seu superior hierárquico ou do Comandante do Corpo de Bombeiros Militar que atende o Município de Balneário Gaivota- SC.

j) executar as atividades de apoio aos superiores hierárquicos de defesa civil, e também ao Corpo de Bombeiros Militar que atende o município de Balneário Gaivota- SC.

k) exercer as funções de motorista de veículos de emergência quando necessário, além de zelar pela manutenção dos mesmos;

l) operar equipamentos relativos às atividades de defesa civil, bem como zelar pelos mesmos;

m) atuar no combate a incêndios, em operações com bombas hidráulicas, manuseio de mangueiras, hidrantes, extintores e outros;

n) atuar como Socorrista e executar atividades de primeiros socorros, resgate de vítimas presas em ferragens, capturas de animais silvestres e peçonhentos e outras situações relacionadas à atividade de bombeiro;

o) participar de cursos, aulas práticas e atividades educativas como palestras em escolas, empresas e outros;

p) realizar serviços diversos relacionados à limpeza do local de trabalho, de equipamentos, veículos e outros, assim como zelar pela conservação dos equipamentos, veículos, embarcações e outros materiais utilizados nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação previstas no ciclo de gestão em defesa civil;

q) realizar atividades administrativas diversas.

Parágrafo Único: O servidor que ocupar o cargo criado por esta lei municipal ficará à disposição da Organização Bombeiro Militar (OBM) de Sombrio/SC, em regime de parceria e cooperação com a administração municipal, para que possa apoiar a OBM nos períodos de normalidade, especialmente na fase de preparação do ciclo de gestão em defesa civil, assim como nos períodos críticos, com atuação na fase de resposta.

Art. 13-C - O processo de seleção dos servidores que ocuparão a função descrita no caput dos artigos 13-A e 13-B, desta Lei, se dará na forma estabelecida por lei municipal, por meio de processo seletivo simplificado, podendo ser exigido, no respectivo edital, prova de aptidão física.

§ 1º - Serão requisitos, além dos já definidos pela legislação, para o ocupante da função de Agente de Proteção da Defesa Civil:

I - Ter idade mínima de 18 anos completos;

II - Ensino médio, comprovado com certificado de formação;

III - Certificado de Conclusão do Curso Avançado de Atendimento à Emergência ou do Curso de Formação de Bombeiros Comunitários, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

IV - Aptidão física comprovada mediante aplicação de testes, que poderão ser realizados no contexto do próprio processo seletivo ou posteriormente, quando do processo admissional;

V - Certidão negativas de antecedentes criminais;

VI - Carteira Nacional de Habilitação com categoria C ou superior.

VII - Curso de Condutor de Veículo de Emergências (CVE) homologado pelo Órgão competente.

§2º - O detalhamento e a especificação dos incisos I a VII do §1º deste artigo serão discriminados no edital para provimento do cargo.

§3º - Os vencimentos seguem fixados no Anexo I desta lei.

§4º - Os servidores admitidos para exercer o cargo de Agente de Proteção da Defesa Civil serão regidos, no que couber, pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Balneário Gaivota e pela Lei Municipal nº 693/10.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo	Quantidade de Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Agente de Proteção da Defesa Civil	02	40 Horas* *Para fins de organização do trabalho, conforme orientação da Coordenação da Defesa Civil no Município, ouvida a Organização Bombeiro Militar de Sombrio, a jornada poderá ser cumprida mediante sistema de escalas, sendo informado, contudo, no respectivo edital de processo seletivo	R\$ 2.000, 00

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

LEI Nº 1064-2020

Publicação Nº 2754350

LEI Nº 1064, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N.º 054/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA – SC, faz, saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Acrescenta o Parágrafo único ao artigo 28, da Lei 054 de 22 de setembro de 1997, que terá a seguinte redação:

Art. 28 [...]

Parágrafo único. Fica instituído o Enquadramento Empresarial Simplificado (EES), a ser adotado pela Vigilância Sanitária nos processos de concessão e renovação de alvarás, de abertura, alteração, licenciamento e fechamento de empresas, bem como de emissão de atestados, inclusive de entidades de fins não econômicos cujas atividades sejam consideradas com baixa probabilidade de risco de incêndio. O EES permitirá o imediato e integral funcionamento da atividade empresarial e/ou institucional, com base nas informações constantes da Auto-declaração, sem prejuízo de posteriores exigências e fiscalizações, conforme definido em decreto municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

LEI Nº 1065-2020

Publicação Nº 2754353

LEI Nº 1065, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N. 772, DE 08 DE MAIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Altera o artigo 4º da Lei Municipal nº 772, de 08 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º -A contratação do estagiário deverá seguir os procedimentos legais contidos no Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o educando, o Município de Balneário Gaivota/SC, a Instituição de Ensino e opcionalmente o Agente de Integração.”

“§1º - Os estágios supervisionados pelo Município de Balneário Gaivota dependem da aprovação do educando em processo público de seleção.”

“§2º - O processo seletivo para admissão de estagiários deve adotar critérios que assegurem o princípio da isonomia entre os concorrentes;”

“§3º - O recrutamento dos estagiários a serem contratados será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, sendo obrigatória a veiculação de edital nas publicações legais do Poder Executivo Municipal;”

“§4º - O processo seletivo simplificado referido no parágrafo anterior compreenderá, obrigatoriamente, análise de curriculum vitae, aferição de notas escolares, bem como realização de prova escrita.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

LEI Nº 1066-2020

Publicação Nº 2754356

LEI COMPLEMENTAR Nº 1066, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 989, DE 16 DE JULHO DE 2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o anexo VI, da Lei Complementar nº 989, de 16 de julho de 2018 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Gaivota), passando o cargo de Técnico em Enfermagem a ter 15 vagas.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

LEI Nº 1067-2020

Publicação Nº 2754359

LEI COMPLEMENTAR Nº 1067, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.048, DE 03 DE JULHO DE 2020, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Altera o §1º, do artigo 25, da Lei Complementar nº 1.048, de 03 de julho de 2020 (parcelamento do solo para fins urbanos e a instituição de loteamentos e condomínios urbanísticos), passando a ter a seguinte redação:

Art. 25 [...].

“§1º Somente serão aceitos desdobros que resultem em lotes ou unidades autônomas com dimensões inferiores às referidas nos incisos I e II se o projeto estiver acompanhado de alvará de construção de residências, para fins de desdobro de situação existente de duas ou mais residências construídas anteriormente a esta lei e alvará de construção de residências geminadas para demais edificações, respeitando a área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) com testada mínima de 5,00m (cinco metros);”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

LEI Nº 1068-2020

Publicação Nº 2754362

LEI COMPLEMENTAR Nº 1068, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 341, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2003, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o anexo III, da Lei nº 341, de 19 de Novembro de 2003, passando o cargo de Motorista II a ter 17 vagas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

LEI Nº 1069-2020

Publicação Nº 2754370

LEI COMPLEMENTAR Nº 1069, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE O REAJUSTE ESPECIAL DA UNIDADE FISCAL MONETÁRIA – UFM PREVISTA NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal Monetária – UFM, prevista no artigo 437 do Código Tributário Municipal, excepcionalmente, para vigorar no exercício de 2021, será reajustado com base na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos), equivalente ao acumulado nos últimos 12 meses, de novembro de 2019 a outubro de 2020.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2021.

Balneário Gaivota, 10 de dezembro de 2020.

Ronaldo Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

PORTARIA 254/2020

Publicação Nº 2752904

PORTARIA N. 254 De 10 De DEZEMBRO de 2020.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N. 002/2018.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 045/1997 e nº 341/2003 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 002/2018, no cargo abaixo discriminado:

Cargo	Carga Horária	Nome
Professor de Educação Física	10 horas	Lucas Lopez da Cruz
Professor de Língua Inglesa	10 horas	Nara Andrea Marques de Souza

Art. 2º A posse deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias de acordo com o Art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei 045 de 24 de julho de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 10 de Dezembro de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 099/2020 - PMBP CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2020 – PMBP ERRATA I

Publicação Nº 2752649

PROCESSO ADMINISTRATIVO 099/2020 - PMBP
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2020 – PMBP
ERRATA I

ONDE SE LÊ

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

c) Planilha ou Orçamento com composição de Custos Unitários (relação de serviços com especificações integrantes do projeto fornecido), devidamente assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico do licitante, contendo a relação de todos os serviços, bem como seus quantitativos, tipos, códigos, modelos ou referências (quando for o caso), preços unitários e totais, com valores não superiores aos constantes na Planilha orçamentária e dentro da realidade de preços de mercado;

LEIA SE

c) É indispensável a apresentação de Planilha com composição de Custos Unitários, devidamente assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico do licitante, contendo a relação de todos os serviços e materiais, bem como seus quantitativos, tipos, códigos, modelos ou referências (quando for o caso), preços unitários e totais, com valores não superiores aos constantes na Planilha orçamentária e dentro da realidade de preços de mercado;

Balneário Piçarras, 10 de dezembro de 2020.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Licitação

RESPOSTA RECURSO PP 030/2020 FMS

Publicação Nº 2753802

Requerente: CLÍNICA MÉDICA DR. MARCO FÁBIO S/S
Contrarrrazões: JDN CLÍNICA MÉDICA LTDA
Processo Licitatório nº 063/2020 FMS
Pregão Presencial nº 030/2020 FMS
Assunto: Direito administrativo. Contratação de médico para atender o Pronto Atendimento do Município.

RESPOSTA AO RECURSO E ÀS CONTRARRAZÕES

1. TEMPESTIVIDADE

Ambos atos, recurso e contrarrrazões foram apresentados tempestivamente, o prazo para recurso foi aberto em 26 de novembro de 2020 por meio da Ata nº 2, e das contrarrrazões por meio da Ata nº 03 em 03 de dezembro de 2020.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de questionamento da empresa requerente supra mencionada acerca de procedimentos em relação a sessão de pregão realizada em 23/11/2020 para contratação de empresa que preste serviço médicos para o Pronto Atendimento do Município de Balneário Piçarras.

O presente recurso é tempestivo, pois foi apresentado em 27/11/2020 dentro do interregno previsto pela lei 10.520/2002:

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Mesmo tendo sido registrado em ata e assinada por todos, inclusive a requerente, de que todos os presentes renunciaram ao prazo recursal, por amor à discussão, passa-se a análise do mérito.

O requerente argumenta que:

1. A Pregoeira não fez conferência dos documentos no dia da sessão, nos seguintes termos: "E a fase de habilitação deve processar-se durante a sessão, com a presença de todos os licitantes, e os documentos da licitante melhor classificada devem ser analisados e rubricados por estes. Portanto, os documentos só podem ser aceitos quando possível sua conferência nessa fase, exclusivamente."

2. A Pregoeira diligenciou posteriormente a sessão afim de verificar documentos, e o requerente aponta a ilegalidade deste procedimento: "Ou seja, as diligências possíveis são aquelas realizadas exclusivamente para esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a análise dos documentos realizada na sessão. Jamais, em hipótese alguma, pode-se diligenciar documentos, principalmente aqueles extraídos

diretamente da internet, em ocasião posterior, fora do certame e sem a presença de todos os participantes. E, mais principalmente ainda, sem que haja qualquer justificativa plausível e legal para tanto, sendo que tal prática se traduz em ato da mais absoluta ilegalidade. ”

Neste sentido faz-se a seguinte ponderação: Os tribunais tanto judiciais como de contas expressam a necessidade do formalismo moderado nos processos licitatórios, assim se um documento não puder ser avaliado durante a sessão, é coerente e oportuno que o pregoeiro possa diligenciar para avaliação em momento posterior.

Segundo informa a Pregoeira, a conferência da autenticidade dos documentos fora prejudicada em alguns casos, devido a problemas técnicos em alguns sites, como o fato do site estar “fora do ar”, o que não vicia o processo pois o documento estava no envelope e foi apresentado pelo licitante vencedor, portanto, falhas nos sistemas de internet não podem prejudicar os licitantes. Além disso, presume-se verdadeiros todos os documentos apresentados pelos licitantes e não ao contrário, sendo que a verificação da autenticidade é prática normal da equipe de licitação, porém, não quer dizer que o impedimento da conferência de autenticidade de alguns documentos por problemas técnicos dos sites visitados durante a fase de habilitação, caracterize documento falso ou algo do gênero.

Na mesma toada, os documentos de habilitação foram colocados à disposição para verificação dos licitantes, tanto que se verifica que os demais licitantes vistaram e conferiram os documentos da vencedora conforme pode-se verificar no processo, contudo, se a requerente não o fez, não foi por falta de disponibilização por parte da pregoeira e equipe de apoio, tanto que a maioria dos licitantes vistaram e conferiram os documentos.

Dessa forma, observa-se que os documentos foram assinados por muitos licitantes, todos que estavam presentes poderiam ter assinado, pois os documentos ficaram a disposição para esta finalidade. Este fato poderá ser constatado em imagens da câmera ao vivo, pois todo o processo é filmado e transmitido.

Outra questão levantada foi que a pregoeira não diligenciou todos os documentos que foram apresentados pelos demais licitantes. Primeiro, todos os documentos apresentados na fase de credenciamento foram conferidos pela equipe de apoio.

Quanto a diligência dos primeiros colocados, nesse ponto a pregoeira e equipe de apoio, ao observarem que faltou documentos das empresas primeira e segunda colocadas na classificação após os lances, e que estas não atendiam aos documentos exigidos no edital, restando inabilitadas, não teria o porquê diligenciar o restante dos documentos se as empresas já se encontravam inabilitadas por não apresentarem todos os documentos exigidos. Verifica-se que a requerente pretende ensinar a pregoeira e equipe de apoio a fazer o seu trabalho, quando deveria simplesmente fazer a parte que lhe cabe no certame.

Portanto não cabe razão ao recorrente em nenhuma das argumentações ao tentar acusar o processo licitatório, e em específico, as atitudes da pregoeira de fraudadas ou ilegais.

Mantem-se a decisão proferida pela senhora pregoeira, restando vencedor, a empresa habilitada no certame.

Balneário Piçarras/SC, 09 de dezembro de 2020.

Regiane Carolina Pereira Basso
Secretaria Municipal de Saúde

TA 001/2020 REF. CONTRATO 011/2020 FME

Publicação Nº 2753546

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 001/2020 FME DE 02/12/2020
CONTRATO Nº 011/2020 – FME DE 09/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020 – FME
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 – FME
HOMOLOGADO EM 22/05/2020

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 006/2020, Tomada de Preços nº 002/2020, cujo objeto trata de Contratação de empresas para execução de obras de adequação do sistema preventivo de incêndio, pânico e acessibilidade das escolas da rede municipal de ensino municipal de Balneário Piçarras, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. Conforme solicitação e justificativa enviada através do Memorando 253/2020 – Planejamento, fica SUPRIMIDO o valor de R\$ 5.063,74 (cinco mil, sessenta e três reais e setenta e quatro centavos) do referido Contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

STOP FIRE - PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELI

Balneário Piçarras, 02 de dezembro de 2020

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

TA 002/2020 REF. CONTRATO 011/2020 FME

Publicação Nº 2753634

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
TERMO ADITIVO 002/2020 FME DE 02/12/2020
CONTRATO Nº 011/2020 – FME DE 09/06/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020 – FME
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020 – FME
HOMOLOGADO EM 22/05/2020

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 006/2020, Tomada de Preços nº 002/2020, cujo objeto trata de Contratação de empresas para execução de obras de adequação do sistema preventivo de incêndio, pânico e acessibilidade das escolas da rede municipal de ensino municipal de Balneário Piçarras, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. Conforme solicitação e justificativa enviada através do Memorando 253/2020 – Planejamento, fica ACRESCIDO o valor de R\$ 58.595,47 (cinquenta e oito mil,

quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos) do referido Contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

STOP FIRE - PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELI

Balneário Piçarras, 02 de dezembro de 2020

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

TA 006/2020 REF. CONTRATO 009/2020 FME

Publicação N° 2753849

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 006/2020 FME DE 26/11/2020

CONTRATO N° 009/2020 – FME DE 31/01/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2020 – FME

MODALIDADE DISPENS DE LICITAÇÃO N° 002/2019 – FME

HOMOLOGADO EM 31/01/2020

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório n° 002/2020, Dispensa n° 002/2020, cujo objeto trata de contratação de empresa especializada para execução de obras de conclusão da creche – CEI CENTRO - PROINFANCIA tipo Conforme solicitação e justificativa constante no Memorando n° 173/2020 - Educação, prorroga-se a vigência do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias a partir do seu vencimento, passando a vigorar até o dia 25/01/2021

VJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM EIRELI.

Balneário Piçarras, 26 de novembro de 2020

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

Balneário Rincão

PREFEITURA

ATA 038/PMBR/2020 - PP 081/PMBR/2020

Publicação Nº 2752778

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Número do Registro de Preços: 38/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE 08 (OITO) VEÍCULOS "POPULARES" 0KM TIPO HATCH, 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM E 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM TIPO PICK-UP, PARA USO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA/AN							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Veículo utilitário novo 0 KM 2020/2021 com capacidade para 07 pessoas Cor do veículo - branco Apóios de cabeça com no mínimo 2 regulagem de altura Ar-condicionado Banho traseiro bipartido rebatível Porta-objetos nas portas dianteiras Porta-revista no encosto dos bancos dianteiros Cálculos integrais Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura Cintos de segurança laterais traseiros retráteis de 3 pontos e central fixo de 2 pontos Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso), Contal-quilos Desembaçador de vidro traseiro temporizado Direção hidráulica ou elétrica Espelho no para-sol lado motorista e passageiro Airbag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD Hodômetro digital Limpa-vidro e lavador dos vidros dianteiros e traseiros com intermitência Luzes de leitura dianteira e traseira Motor 1.8 flex Para-choques na cor do veículo Protetor de cárter Som com antena e alto falantes Retrovisores externos com comando interno elétrico Retrovisores externos na cor do veículo Rodas de aço estampado 5.5 x 15" + Pneus 185/60 R15 ou Rodas de liga 15" Tomadas 12V Travas elétricas Vidros elétricos dianteiros com one-touch para o motorista Emplacamento, 04 revisões (cada 10.000Km); Demais equipamentos exigidos pela legislação de trânsito; Garantia de no mínimo 12 meses, Assistência técnica, Película padrão, dentro das normas legais da lei de trânsito. (1013359)	UN	JUGASA COMERCIO DE VEICULOS SA (605)	CHEVROLET	0	103.000,0000	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2020

Número do Registro de Preços: 38/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE 08 (OITO) VEÍCULOS "POPULARES" 0KM TIPO HATCH, 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM E 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM TIPO PICK-UP PARA USO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA AN							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

4	"Veículo tipo HATCH, novo (0 KM), com capacidade para 05 pessoas. "- Especificações técnicas mínimas: "- Tipo HATCH; Ano/Modelo de Fabricação 2020/2021 Motor Flex(gasolina ou etanol), com potência mínima de 72 CV na gasolina; "- Ar Condicionado e direção Hidráulica, elétrico Hidráulica ou elétrica (original de fábrica); "- Transmissão manual com no mínimo 05 marchas a frente e uma Ré; "- Portas (05) na cor branca de fábrica; "- Cinto de segurança laterais traseiros retráteis de três portas e central fixo de dois pontos; "- Airbag duplo (motorista e Passageiro); "- Freios ABS; "- Equipamento de multimídia, com som AM/FM; "- Brake Light; "- Para-choques dianteiros e traseiros na mesma cor do veículo; "- Proteção metálica do carter do motor; "- Garantia mínima de 03 anos; "- Concessionária em distância inferior a 40 quilômetros; "- Sistema de partida a fio sem tanque auxiliar de gasolina; "- Tapetes de borracha para todo o assoalho do veículo; "- Tanque de combustível não inferior a 45 litros; "- Capacidade do porta-malas (litros) no mínimo de 280 litros; "- Demais equipamentos conforme Legislação (1013362)	UN	LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA (1795)	HYUNDAI HB	0	54.600,0000	1
5	"Veículo tipo HATCH, novo (0 KM), com capacidade para 05 pessoas. "- Especificações técnicas mínimas: "- Tipo HATCH; Ano/Modelo de Fabricação 2020/2021 Motor Flex(gasolina ou etanol), com potência mínima de 78 CV na gasolina; "- Ar Condicionado e direção Hidráulica, elétrico Hidráulica ou elétrica (original de fábrica); "- Transmissão manual com no mínimo 05 marchas a frente e uma Ré; "- Portas (05) na cor branca de fábrica; "- Cinto de segurança laterais traseiros retráteis de três portas e central fixo também de 03 (três) pontos; "- No mínimo 04 Airbags; "- Freios ABS; "- Equipamento de multimídia, com som AM/FM; "- Brake Light; "- Para-choques dianteiros e traseiros na mesma cor do veículo; "- Proteção metálica do carter do motor; "- Garantia mínima de 03 anos; "- Concessionária em distância inferior a 40 quilômetros; "- Sistema de partida a fio sem tanque auxiliar de gasolina; "- Tapetes de borracha para todo o assoalho do veículo; "- Tanque de combustível não inferior a 44 litros; "- Capacidade do porta-malas (litros) no mínimo de 275 litros; "- Demais equipamentos conforme Legislação (1013363)	UN	JUGASA COMERCIO DE VEICULOS SA (605)	CHEVROLET	0	62.530,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 38/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE 08 (OITO) VEÍCULOS "POPULARES" 0KM TIPO HATCH, 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM E 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM TIPO PICK-UP, PARA USO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE; DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA AN							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA (1795)	HYUNDAI HB	0	62.530.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2020

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 38/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE 08 (OITO) VEÍCULOS "POPULARES" 0KM TIPO HATCH, 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM E 02 (DOIS) VEÍCULOS "UTILITÁRIOS" 0KM TIPO PICK-UP, PARA USO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SAMAE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA/AN							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2020

PROCESSO N° 81/2020

(605) - JUGASA COMERCIO DE VEICULOS SA

(1795) - LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Balneário Rincão, 10 de Dezembro de 2020.

Bandeirante

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 001/2020

Publicação Nº 2753065

REDAÇÃO FINAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 19 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O caput do art. 19 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 – No dia primeiro de janeiro, às 09 horas, do primeiro exercício da legislatura, em sessão solene de instalação, independentemente de convocação e números de Vereadores, sob a presidência do Vereador com maior titulação acadêmica dentre os presentes, os Vereadores tomarão posse, e, em pé, prestarão o seguinte compromisso:

.....
.....”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 002/2020

Publicação Nº 2753071

REDAÇÃO FINAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 27 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O art. 27 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27 – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador com maior titulação acadêmica dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

Parágrafo Primeiro – Inexistindo número legal, o Vereador com maior titulação acadêmica dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa Diretora.

Parágrafo Segundo – A eleição da Mesa Diretora para os mandatos seguintes realizar-se-á na última Sessão Ordinária do ano legislativo; os eleitos tomarão posse automaticamente no dia primeiro de janeiro do próximo ano da legislatura.

Parágrafo Terceiro – O mandato da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo Quarto – No caso de vacância de qualquer cargo da Mesa Diretora, este será preenchido por eleição no prazo de 15 (quinze) dias, mediante convocação com antecedência de 48 horas, não podendo ser votados os legalmente impedidos, bem como os membros da Mesa Diretora, salvo renúncia antecedente quanto ao cargo que ocupa, e o eleito completará o mandato do antecessor.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 003/2020

Publicação N° 2753075

REDAÇÃO FINAL
EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 003/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS PARÁGRAFOS SEGUNDO E TERCEIRO DO ART. 28 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Os parágrafos segundo e terceiro do art. 28 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 –

.....

Parágrafo Segundo – Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador com maior titulação acadêmica assumirá a Presidência e, em caso de empate, o Vereador com maior idade.

Parágrafo Terceiro – Qualquer componente da Mesa poderá dela ser destituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, assegurado o devido processo legal, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 004/2020

Publicação N° 2753076

REDAÇÃO FINAL
EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 004/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO VI, INCLUI O INCISO VII, DA NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO PRIMEIRO E INCLUI O PARÁGRAFO TERCEIRO DO ART. 29 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O art. 29 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 –

VI – se persistir o empate, será considerado eleito o Vereador com maior titulação acadêmica;

VII – persistindo o empate em titulação acadêmica, a eleição dar-se-á pelo critério de maior idade.

Parágrafo Primeiro – Serão candidatos no segundo turno somente os dois mais votados no primeiro turno, observado o critério de titulação acadêmica no caso de empate de votos e, persistindo o empate, o critério de maior idade.

.....

Parágrafo Terceiro – Para os efeitos deste artigo, considera-se a seguinte hierarquia de título acadêmicos:

I – pós-doutorado;

II – doutorado;

III – mestrado;

IV – pós-graduação em lato sensu;

V – graduação;

VI – ensino médio;

VII – ensino fundamental.”

.....
.....”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 005/2020

Publicação N° 2753079

REDAÇÃO FINAL
EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 005/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 33 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O caput do art. 33 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 – A Câmara de Vereadores reunir-se-á anualmente no período ordinário, dispensada a convocação, de 1º (primeiro) de fevereiro a 30 (trinta) de dezembro.

.....
.....”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 006/2020

Publicação N° 2753083

REDAÇÃO FINAL
EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 006/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 34 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O parágrafo único do art. 34 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34 -

.....
Parágrafo Único – A Câmara poderá realizar sessões itinerantes, em núcleos no interior do município e em bairros, bem como poderá realizar sessões solenes ou especiais fora da sede, a requerimento da maioria absoluta aprovado por este mesmo quórum.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 007/2020

Publicação N° 2753086

REDAÇÃO FINAL
EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 007/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O art. 35 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35 – A realização de qualquer sessão dependerá da presença mínima da maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo Primeiro – O disposto no caput deste artigo não se aplica às Sessões Solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Parágrafo Segundo – O número e o horário das Sessões Ordinárias e Extraordinárias serão fixadas no Regimento Interno.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 008/2020

Publicação N° 2753089

REDAÇÃO FINAL
EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 008/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ART. 44 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º O parágrafo primeiro do art. 44 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44 –

Parágrafo Primeiro – Solicitada urgência, a Câmara deverá apreciar a matéria em até 30 dias, em caso de regime de urgência simples, ou em até 15 dias, em caso de regime de urgência especial, contados da data em que foi feita a solicitação.

.....”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 009/2020

Publicação N° 2753094

REDAÇÃO FINAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 009/2020

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO QUARTO E SÉTIMO DO ART. 45 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Os parágrafos quarto e sétimo do art. 45 da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 –

.....
Parágrafo Quarto – A apreciação do veto, pelo plenário da Câmara, será feita dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento por protocolo, em uma só discussão e votação, com ou sem parecer, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta.

.....
Parágrafo Sétimo – A não promulgação da lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos previstos, autoriza a fazê-lo o Presidente da Câmara e, no caso de omissão deste, o Vice-Presidente, tendo cada um dos dois o prazo de 48 horas.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA N 010/2020

Publicação N° 2753098

REDAÇÃO FINAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA N° 010/2020

REVOGA O ART. 51 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE, PROMULGADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, I da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Fica revogado o art. 51 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de dezembro de 2020.

Vereador Marciano Perassoli
Presidente da Mesa Diretora

Vereador Rafael Junior Binsfeld
Vice-Presidente da Mesa Diretora

Vereador Gilson Brescovit
Primeiro Secretário

Vereador Claudinei Zimmermann
Segundo Secretário

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO RG Nº72/2020

Publicação Nº 2752830

EDITAL PREGÃO RP Nº72/2020

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2020
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 72/2020

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial Registro de Preço, objetivando Aquisição de combustível para frota de veículos para exercício de 2021. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 22 de dezembro de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 10 de dezembro de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito

PORTARIA Nº 425/2020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752604

PORTARIA Nº 425/2020, de 09 de dezembro de 2020.

“Dispõe sobre instauração de processo de sindicância para averiguação solicitado no ofício 026/2019, envolvendo servidora Pública Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Bonita.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 e, atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº37/ 2011.

CONSIDERANDO que o município de Barra Bonita recebeu ofício 026/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a apuração dos fatos ocorridos na Unidade de Saúde de Linha Treze de Maio;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com o objetivo de apurar, elucidar, avaliar fatos relevantes sobre servidora pública municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Barra Bonita.

Art. 2º Caberá à comissão permanente de sindicância, consoante na Portaria nº303/2020 de 14 de setembro de 2020, conduzir e desenvolver os trabalhos.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 09 de dezembro de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 426/2020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752599

PORTARIA Nº 426/2020, de 09 de dezembro de 2020.

“Dispõe sobre instauração de processo de sindicância para averiguação solicitado no ofício 017/2020, referente ao acidente de trânsito envolvendo servidor Público Municipal da Secretaria Municipal de Saúde de Barra Bonita.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 e, atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº37/ 2011.

CONSIDERANDO que o município de Barra Bonita recebeu ofício 017/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a apuração dos fatos ocorridos na cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC;

CONSIDERANDO o ofício 017/2020, datado de 14 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com o objetivo de apurar, elucidar, avaliar fatos relevantes sobre o acidente de trânsito envolvendo servidor público

municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Barra Bonita.

Art. 2º Caberá à comissão permanente de sindicância, consoante na Portaria nº303/2020 de 14 de setembro de 2020, conduzir e desenvolver os trabalhos.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 09 de dezembro de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 427/2020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752591

PORTARIA Nº 427/2020, de 09 de dezembro de 2020.

“Dispõe sobre instauração de processo de sindicância para averiguação referente ao acidente de trânsito envolvendo servidor Público Municipal da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Barra Bonita.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 e, atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº37/ 2011.

CONSIDERANDO que o município de Barra Bonita recebeu solicitação para a apuração de acidente de trânsito ocorridos na Linha Treze de Maio,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo de Sindicância com o objetivo de apurar, elucidar, avaliar fatos relevantes sobre o acidente de trânsito envolvendo servidor público

municipal lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras de Barra Bonita.

Art. 2º Caberá à comissão permanente de sindicância, consoante na Portaria nº303/2020 de 14 de setembro de 2020, conduzir e desenvolver os trabalhos.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, 09 de dezembro de 2020.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 428, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752608

PORTARIA Nº 428, de 10 de dezembro de 2020

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao servidor Andre Pavanatto, Matrícula nº306102 ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº165/2020 e Roteiro de Viagem nº0113/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 429, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752613

PORTARIA Nº 429, de 10 de dezembro de 2020.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Tafaél Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinq-enta centavos), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Chapeco /SC, conforme Memorando Nº166/2020 e Roteiro de Viagem nº114/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 90/2020 - MCD – JOÃO FERNANDA MACHADO

Publicação N° 2752924

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 90/2020 - MCD – JOÃO FERNANDA MACHADO

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte JOÃO FERNANDA MACHADO, CPF N° 312.825.719-15, a Secretaria Municipal de Finanças do Município de Barra Velha INTIMA o contribuinte acima identificado para que tome conhecimento da lavratura da NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 90/2020 – MCD. O prazo para interposição de reclamação administrativa é de 60 (sessenta) dias a contar da presente publicação. Transcorrido o prazo, o débito será objeto de protesto extrajudicial.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 020.2020

Publicação Nº 2753539

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 031/2020 – PREF.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 – PREF.

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial com o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE 6X2 E 6X4 PBT MINIMO DE 23 T POR KM RODADO, ESCAVADEIRA HIDRAULICA 18 E 22 TONELADAS E ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM ROMPEDOR COM PESO OPERACIONAL DE 22 TONELADAS POR HORAS TRABALHADAS.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até às 08h15min do dia 22/12/2020.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 22/12/2020 às 08h15min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 10 de Dezembro de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Belmonte**PREFEITURA****DECRETO N.º 135, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2754290

DECRETO N.º 135, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a **Lei Municipal nº 2.070** de 09 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Lei Municipal nº 2.070- Lei Orçamentária Anual - LOA; a Lei Municipal nº 2.068 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e a Lei Municipal nº 2.069 – Plano Plurianual, ambas do dia 09 de novembro de 2019, para o exercício financeiro de 2020, referente a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até **R\$ 10.000,00**, com objetivo de suprir dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município.

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	06.00	SECRETARIA MUN.DE CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	06.01	Departamento de Cultura	
Proj./Ativ.	13.392.0008.2.020	Coordenação das Ativ.da Cultura e Tradição	
	3.3.90.00.00.00.00.30000	Aplicações diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL ➡			R\$ 10.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o produto do superávit financeiro de exercício financeiro de 2019, especificado na tabela abaixo, em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Recurso	Especificação Nomenclatura TCE SC	VALOR R\$
00.03.0000.000000 - (Esp. TCE: 00) - Superavit – Recursos Ordinários		10.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 24 de novembro de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 136, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754289

DECRETO N.º 136, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a **Lei Municipal nº 2.070** de 09 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Lei Municipal nº 2.070- Lei Orçamentária Anual - LOA; a Lei Municipal nº 2.068 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e a Lei Municipal nº 2.069 – Plano Plurianual, ambas do dia 09 de novembro de 2019, para o exercício financeiro de 2020, referente a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até **R\$ 5.000,00**, com objetivo de suprir dotações orçamentárias no Orçamento Geral do Município.

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	17.00	FUNDO MUN.ENFRENTAMENTO A DESASTRES	
Unidade:	17.01	Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres	
Proj./Ativ.	04.122.0000.2.007	Coord.e Gestão do Fundo Mun.Enfrent.a Desastres	
236 - 3.3.90.00.00.00.00.30000		Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
T O T A L ➔			R\$ 5.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o produto do superávit financeiro de exercício financeiro de 2019, especificado na tabela abaixo, em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Recurso	Especificação Nomenclatura	VALOR R\$
00.03.0000.000000 - (Esp. TCE: 00) - Superávit - Recursos Ordinários	TCE SC	5.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 01 de dezembro de 2020.

Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 137, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754288

DECRETO N.º 137, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, área dentro do imóvel inscrito na Matrícula Imobiliária nº 4.693-CRISMO, com perímetro de 40 (quarenta) metros e 100 (cem) metros quadrados, localizada às margens do Lago da PCH de Belmonte, no Rio das Flores, Município de Belmonte, para construção de rampa de acesso de embarcações hidroviárias e contém outras providências.

GENÉSIO BRESSIANI, Prefeito Municipal de Belmonte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, V, da Lei Orgânica do Município e, com fundamento no art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, área dentro do imóvel inscrito na Matrícula Imobiliária nº 4.693-CRISMO, com perímetro de 40 (quarenta) metros e 100 (cem) metros quadrados, localizada às margens do Lago da PCH de Belmonte, no Rio das Flores, Linha Lajinha, Município de Belmonte, para construção de rampa de acesso de embarcações hidroviárias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte, SC, 10 de dezembro de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra,

LEI Nº 2107/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754291

LEI Nº 2107/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Em atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estadual, Municipal e demais disposições legais vigentes, fica estimada a Receita e fixa a Despesa do Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo, Fundos e Autarquia, pertencentes à Administração direta e indireta deste Ente Federado; e,

II – Orçamento da Seguridade Social abrange todas as Entidades e Órgãos a eles vinculados, da administração direta e indireta, bem como os Fundos e Autarquia instituídos pelo Município.

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA DA RECEITA TOTAL

Art. 2º A Receita Orçamentária fica estimada em R\$ 15.528.260,00, em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, elencadas em conformidade com os anexos integrantes desta lei.

Art. 3º As receitas decorrentes das arrecadações de tributos, contribuições, transferências constitucionais e legais além de outras receitas correntes e de capital, foram estimadas obedecidas às normas preconizadoras constantes das Portarias nºs. 42, 163, Portaria Conjunta nº 1 e demais dispositivos constitucionais e legais atinentes, segundo os anexos integrantes da matéria orçamentária.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DA DESPESA

SEÇÃO I

Da Despesa Total

Art. 4º A Despesa Orçamentária no mesmo valor da Receita Orçamentária, fica fixada em R\$ 15.528.260,00, desdobrada em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto nas Portarias ns. 42,

163, Portaria Conjunta nº. 1 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, cujos anexos são partes integrantes desta matéria orçamentária.

SEÇÃO II

Da distribuição da Despesa por Órgão e Função

Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos nesta Lei, observada a programação constante do Detalhamento das Ações determinadas pelo Governo Municipal, apresenta, por Órgãos e Fundos, o desdobramento em conformidade com os anexos desta Lei, mais especificadamente os constantes dos Anexos I a IX, além de outros que completam a presente matéria orçamentária à luz da norma constitucional e legal vigente.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, por meio de lei específica a ser deliberada pela Câmara de Vereadores, a proceder ao remanejamento, transposição ou transferência, total ou parcial, as categorias de programação constantes desta lei, mantidos os respectivos detalhamentos por esferas orçamentárias, grupos de despesa, modalidades de aplicação, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada Órgão ou Unidade do Orçamento Consolidado, tendo como limite definido o total do projeto ou atividade, à data da expedição do respectivo ato.

CAPÍTULO III

Dos Créditos Adicionais

Art. 6º As despesas serão realizadas de acordo com as discriminações constantes dos anexos da presente lei, segundo as funções, programas, subprogramas, categorias econômicas, Órgãos e Unidades Orçamentárias de acordo com cada unidade administrativa direta ou indireta deste Ente Federado.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a tomar as medidas necessárias a compatibilizarão das despesas com a realização da Receita, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais vigentes.

Art. 8º A Reserva de Contingência fixada no Orçamento do Município, será movimentada por ato do Executivo Municipal a ser amparado por prévia e específica autorização legislativa.

Art. 9º O Executivo Municipal, mediante ato próprio, procederá à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, à conta dos recursos provenientes do excesso de

arrecadação e/ou sua tendência, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º e 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo Municipal por meio de ato próprio procederá à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, nos limites excedentes das arrecadações e suas tendências constantes das receitas previstas e as realizadas, referente aos convênios, acordos, contratos e outros firmados pela municipalidade, em conformidade com o disposto no artigo 43, § 1º, inciso II e § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 e suas alterações.

Parágrafo Único. Aplica-se o mesmo entendimento deste artigo, às novas receitas arrecadadas não estimadas na matéria orçamentária.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo Municipal, através de lei específica autorizativa, procederá a transposição, remanejamento e/ou a transferência de recursos orçamentários através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares de uma modalidade de despesa para outra, dentro da mesma categoria de programação das respectivas despesas, os recursos, projetos e atividades, nos limites das dotações orçamentárias fixadas nesta lei de cada atividade e/ou projetos, na forma do art. 7º, e do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 31 da LDO e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, desde que obedecidas a fonte de financiamento.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante ato próprio, autorizado a proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta dos recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, em conformidade com o disposto no Inciso I, §§ 1º e 2º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais vigentes.

Art. 13. Consideram-se como excesso de arrecadação para fins de abertura de Créditos Adicionais Suplementares por ato do Executivo, os rendimentos de aplicações financeiras provindos de receitas de recursos ordinários e/ou vinculados, bem como o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, destinados ao suprimento de dotações orçamentárias julgadas insuficientes no decorrer do exercício financeiro, dentro das suas respectivas vinculações, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º, e § 3º do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Art. 14. O limite dos Créditos Adicionais Suplementares autorizados nesta lei corresponde em até cem por cento dos saldos constantes dos Projetos, Atividades, do Excesso Arrecadação e do Superávit Financeiro, em conformidade com o art. 43, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações, disponíveis na data da abertura do respectivo Crédito, podendo, ainda serem instituídos outros elementos de despesas necessários à efetiva execução orçamentária.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os documentos integrantes e apensados a presente Lei Orçamentária, os quais instituem e instruem a peça orçamentária, se constituem em documentos orçamentários hábeis e legítimos ao atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estaduais, Lei Orgânica

Municipal, Lei Federal nº. 4.320/64 e suas alterações vigentes, bem como, à Lei Complementar nº. 101/2000 e demais dispositivos legais.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro do 2021.

Belmonte/SC, em 30 de novembro de 2020.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

LEI Nº 2108/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754292

LEI Nº 2108/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativo ao exercício de 2021, compreendendo:

I – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II – As metas e riscos fiscais;

III – A organização e estrutura do orçamento;

IV – As diretrizes para elaboração do orçamento do Município;

V – As disposições relativa à dívida Pública Municipal;

VI – As disposições relativas as despesas do Município com pessoal e encargos;

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII – As disposições gerais.

Art. 2º - A partir das prioridades e objetivos constantes dos ANEXOS de metas prioritárias integrante desta Lei, serão elaboradas as propostas orçamentárias para 2021, de acordo com as disponibilidades de recursos financeiros que trata o art. 3º da presente lei.

§ 1º - Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos.

§ 2º - A programação de novos projetos não poderá se dar à custa de anulação de dotações destinadas a investimentos em andamento, em consonância com o art. 45 da LC 101/2000.

§ 3º - O pagamento dos serviços da dívida de pessoal e de seus encargos terão prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 3º - A receita para o exercício de 2021, estimada, provisoriamente, em R\$ 15.528.260,00, devendo ter a seguinte destinação:

a) para a Reserva de Contingência, atendendo ao disposto no inciso III, do art 5º, da Lei Complementar nº 101/2000, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

b) para atendimento da manutenção da administração dos órgãos municipais, será no valor suficiente para atender as despesas de funcionamento dos órgãos;

c) para atendimento de programas de custeio, continuados ou não, dirigidos diretamente o atendimento da população e comunidade, será no valor que atenda aos programas propostos; e

d) para investimento até o montante do saldo dos recursos estimados.

§1º. Os recursos da Reserva Contingência destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, serão utilizados para:

I – pagamento de condenações judiciais de pequeno valor, não sujeitas a precatório, que venha a ser exigido no curso do exercício;

II – atendimento de medidas liminares ou antecipatórias de tutela expedidas pelo Poder Judiciário que importem desembolso financeiro;

III – atendimento de despesas decorrentes de situações de emergência ou calamidade pública, oficialmente declaradas;

IV – outros eventos congêneres.

§2º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência de que trata esta Lei dar-se-á mediante suplementação das dotações orçamentárias próprias para atendimento da despesa ou abertura de crédito especial, obedecido o seguinte:

I – as suplementações serão feitas sempre por Decreto, mediante aprovação da Câmara por meio de lei específica..

II – a abertura de crédito especial dependerá de autorização legislativa.

§3º - A partir do início do segundo quadrimestre do ano, os recursos da reserva de contingência não utilizados, que excederem a dois terços (2/3) do valor inicial, e, a partir do início terceiro quadrimestre, os que excederem a um terço (1/3), poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais que se fizerem necessários, desde que haja disponibilidade financeira para atender as correspondentes despesas.

Art. 4º - Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 5º - No projeto de Lei Orçamentária serão alocados os recursos relativos aos percentuais exigidos pela Constituição Federal para as áreas de educação e saúde.

Art. 6º - As receitas e as despesas dos orçamentos da Administração direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo município, serão classificadas e demonstradas segundo a legislação em vigor.

§ 1º - Conforme art. 8º da LC 101/2000, deverá ser elaborado e publicado até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária, a programação financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

§ 2º - Atendendo ao art.13 da LC 101/2000, no prazo estipulado no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível das medidas de combate a evasão e a sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa;

§ 3º - Os recursos vinculados serão utilizados unicamente para atender os objetivos das suas vinculações, ainda que em exercício diverso daquele que aconteceu, de acordo com o parágrafo único do art. 8º da LC 101/2000.

§ 4º - Conforme art. 9º, da LC 101/2000, quando verificado, ao final de um bimestre que a realização da receita não atendeu as metas de resultado primário e nominal, os poderes promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e de movimentação financeira nos critérios estabelecidos nesta Lei;

§ 5º - Para efeito de limitação de empenho, que trata a letra "b", do inciso I, do art. 4º, da LC 101/2000, será utilizado o seguinte critério:

a- suspensão de programas de investimentos ainda não iniciados;

b- corte das despesas de manutenção dos órgãos;

c- exoneração e/ou demissão de ocupantes de cargos em comissão;

d - Paralisação das ações de investimentos.

§ 6º - Para efeito do § 2º, do art. 9º e do § 3º, art. 16 da LC 101/2000, considerar-se-á irrelevante a despesa de caráter não continuado de até R\$ 10.000,00, realizada na manutenção de órgãos municipais.

§ 7º - Ao final dos quadrimestres, maio, setembro e fevereiro, o poder Executivo demonstrará em audiência Pública na Câmara Municipal o cumprimento das estimativas realizadas.

Art. 7º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributária, especificamente sobre:

I - consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do município;

II - adequação da legislação tributária municipal às eventuais modificações da legislação federal;

III - revisão dos índices já existentes que são indexadores de tributos, tarifas, multas e criação de novos índices;

IV - as isenções fiscais, nos termos do art. 14 da LC 101/2000, virão acompanhadas de estimativa de impacto financeiro, demonstrando as medidas compensatórias sendo aceitos, apenas, o aumento permanente da receita e da diminuição permanente da despesa.

Art. 8º - As alterações na legislação tributária vigente serão propostas mediante projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal antes do encerramento do exercício e deverão ser apreciadas antes da aprovação da proposta orçamentária.

Art. 9º - Nos projetos de lei orçamentária constarão as seguintes autorizações:

I - para abertura de créditos suplementares e especiais;

II - para a realização de operações de créditos com destinação específica e vinculada ao projeto, nos termos da legislação em vigor, em especial a Seção IV, Subseção I, da LC 101/2000.

III - para realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, nos limites e prazos estabelecidos pela legislação em vigor, em especial a seção IV, Subseção III, da LC 101/2000.

Art. 10 - Em conformidade como disposto no inciso I, do artigo 7º e artigos 40, 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 4.320/64, poderá o Chefe do

Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa por meio de lei específica, proceder à abertura de créditos adicionais suplementares destinados a suprir deficiências orçamentárias no transcorrer do exercício financeiro.

Parágrafo Único - Mediante autorização legislativa em lei específica os recursos alocados na Lei Orçamentária, de que trata este artigo, poderão ser cancelados ou remanejados através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 11 - As metas prioritárias da administração municipal para o exercício de 2021, atendido o disposto na Lei que institui o Plano Plurianual para o período 2018 a 2021, são as estabelecidas no Anexo I esta Lei, dela parte integrante.

Art. 12 - As transferências de recursos ou benefícios a entidades privadas serão de acordo com o Art. 26 da LC 101/2000, Lei Municipal específica e ao Art.116 da Lei Federal 8.666-93.

Art. 13 - Para haver contribuição para custeio de outros entes da federação deverá atender ao art. 116 da Lei federal 8.666-93 ao art. 62 e letra "f", do inciso I do art. 4º da LC 101/2000.

Art. 14 - A Lei Orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 15 - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 16 - Ficam o Poder Executivo e o Poder Legislativos autorizados:

I - prover os cargos e funções vagos nos termos da legislação vigente;

II - conceder aumento de remuneração ou outras vantagens, mediante autorização legislativa específica.

III - Criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras, desde que previamente autorizado pela Câmara de Vereadores por meio de lei específica.

Art. 17 - A criação de cargos, a alteração de estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título, concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária para atender as projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e atender ao disposto na Seção II da L.C. 101/2000.

Art. 18 - As despesas com pessoal elencadas no artigo 18 da LC 101/2000, não poderão exceder o limite previsto no art. 20 III, letra "a" e "b" da referida Lei.

Art. 19 - São considerados objetos da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando:

I - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores através de programas informativos, educativos e culturais;

II - melhorar as condições de Trabalho, especialmente no que concerne à saúde, alimentação e segurança;

III - capacitar os servidores para melhor desempenho de funções específicas;

IV - racionalização dos recursos materiais e humanos visando diminuir os custos e aumentar a produtividade e eficiência no atendimento dos serviços municipais;

V - o Poder Executivo deverá, em conformidade com a letra "e" do inciso I, do art.4º da LC 101/2000, desenvolver sistema gerencial e de apropriação de despesas, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária e o resultado alcançado.

Art. 20 - O poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de Governo, para desenvolvimento de programas prioritários para o Município, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos somente após o efetivo recebimento dos recursos, conforme letra "f" do Inciso I do art.62 da LC 101/2000.

Art. 21 - O Poder Executivo não repassará recursos aos órgãos que, possuindo Tesouraria e/ou Contabilidade descentralizada, não tiverem prestado contas de acordo com o termo de convênio.

Art. 22 - O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo, no mínimo 30 dias antes do prazo final da elaboração da proposta Orçamentária, os estudos e as estimativas da receita, inclusive da receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, do exercício em vigor, para que, nos termos do art. 29-A da Emenda Constitucional nº 25 e do parágrafo 3º do art. 12 da LC 101/2000, possa encaminhar sua proposta orçamentária.

Art. 23 - No controle de custos e na avaliação de resultados dos programas constantes do Orçamento Municipal, será demonstrado através de normas de controles internos instituídas pelo Poder Executivo, de acordo com a letra "e" do inciso I, art. 4º da LC 101/2000, com vigência também no poder Legislativo, conforme o caput do art. 31 da Constituição Federal.

Art. 24 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Belmonte – SC, em 30 de novembro de 2020.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

LEI Nº 2109/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754293

LEI Nº 2109/2020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, DO QUADRIÊNIO 2018/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, coloca para apreciação e aprovação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica efetuada a revisão do Plano Plurianual do Município de BELMONTE, Estado de Santa Catarina, para o Exercício Financeiro de 2021, do quadriênio 2018/2021, em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 165, da Constituição Federal, e contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos ANEXOS desta Lei.

Art. 2º As Receitas destinadas ao financiamento dos programas previstos nesta Lei, estão contidas no Código Tributário Municipal, Transferências Constitucionais e legais, além de convênios e outros advindos dos Governos Federal e Estadual, dispostos nos Anexos integrante desta Lei.

Art. 3º A programação da execução da despesa prevista no presente Plano Plurianual do Exercício Financeiro de 2021, são as prescritas nos Anexos integrantes desta Lei, elaborados em consonância com os ditames prescritos na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações; Portaria Interministerial nº. 163, de 04 e maio de 2001 atualizada; Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999; Portaria nº. 303/2005; Portaria Conjunta nº. 3, de 14 de outubro de 2008; Portaria nº. 577, de 15 de outubro de 2008 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos desta Lei, serão estruturadas em programa, diretrizes, objetivos, ações, tipo, produto, unidade de medida, metas, função, subfunção, fonte de recursos e detalhamento das fontes.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – Diretrizes: conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

III – Objetivos: os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

IV – Ações: o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

V – Tipo: projeto, atividade e operações especiais;

VI – Produto: os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Unidade de Medida: identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;

VIII – Metas: os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

IX – Função: entende-se o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

X – Subfunção: representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área de atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções;

XI – Fonte: identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa; e,

XII – Detalhamento de Fonte: último nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 5º A presente programação teve como base fundamental às necessidades e prioridades da Comunidade, em consonância com os interesses da Administração Municipal, alicerçadas na legislação vigente e consoante à matéria, especialmente, na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes.

Parágrafo único. O levantamento das necessidades foi feito em audiência pública com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º O objetivo da instituição do Plano Plurianual é de buscar o desenvolvimento coordenado do Município em todos os seus níveis em consonância com as Funções de Governo definidas na Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, buscando atingir como meta principal a satisfação da comunidade, segundo os prescritos nesta Lei.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças efetuará as Transferências Financeiras ao Poder Legislativo Municipal e aos Fundos, dentro de suas disponibilidades financeiras, obedecidas as normas legais e constitucionais.

Art. 8º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão do Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.

Belmonte-SC, em 30 de novembro de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 151/2020

Publicação Nº 2752592

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 10/12/2020 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2020

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 151/2020

FINALIDADE: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI todos nomeados através da Portaria nº 133/2020. Aberta a sessão, verificou-se que somente a empresa MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA protocolou e entregou os envelopes. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo a empresa apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando o representante presente credenciado e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
MC COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	MARLON EISING

A empresa apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Nos termos do item 3.9, alínea a do edital, efetuou-se consulta ao site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> afim de verificar se a empresa acima, encontra-se declarada inidônea, suspensa, ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental. Da consulta efetuada, verificou-se que a empresa esta apta a participar do certame. A empresa apresentou a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura do envelope identificado como de Proposta de Preços, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram os seus conteúdos. A proposta foi considerada aceita e classificada. Na sequência foram inseridos os valores da proposta no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as empresas efetuado lances. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura do envelope de Habilitação da empresa classificada como primeira colocada. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a empresa está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou o representante da empresa se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU o lote do certame a empresa vencedora. O pregoeiro solicitou a empresa que apresente nova proposta de preços readequando o valor dos itens ao valor global vencido. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

REPRESENTANTE PRESENTE:

MC COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA

ATA DE CONSTATAÇÃO DE EQUÍVOCO - DP 145/2020

Publicação Nº 2753271

ATA DE CONSTATAÇÃO DE EQUIVOCO

DATA: 10/12/2020 - HORA DE INÍCIO: 8:30 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2020

MODALIDADE: Dispensa de Licitação – 145/2020 - Chamada Pública

FINALIDADE: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO FNDE Nº 06/2020.

No dia 09/12/2020, foi realizada sessão pública para realização dos procedimentos relativos ao Processo Licitatório nº 145/2020, Chamada Pública, que objetiva a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO FNDE Nº 06/2020, com a presença dos membros da Comissão Permanente de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI, nomeados pela Portaria nº 132/2020. Realizados todos os procedimentos em sessão pública, foi publicada e divulgada a referida ata onde consta o resultado classificatório. Após divulgado o resultado fomos alertados de que haviam divergências em relação a correta aplicação do disposto no Art. 35 da Resolução CD/FNDE Nº 06/2020 alterada pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020 em relação ao Grupo Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar. Neste sentido, a Comissão de Licitações se reuniu novamente nesta data para refazer a classificação de forma correta. Foram elaborados novos quadros em anexo a esta Ata com os fornecedores selecionados conforme grupos e prioridades. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão de licitações. Ficam os interessados intimados do inteiro teor desta Ata de abertura e julgamento para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alíneas "a e b" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame. Todos os documentos encontram-se anexos ao processo licitatório e com vistas aos interessados mediante agendamento no Setor de Licitações desta Prefeitura

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI

Membro

AVISO DE CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO - IN 159/2020

Publicação Nº 2753435

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 159/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que estará aberto o chamamento público para o CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTOS MÉDICOS, CONFORME PORTARIA MS Nº 2436/2017 PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE NO CONTEXTO ATUAL DA PANDEMIA DA COVID-19. Os envelopes serão recebidos a partir do dia 14 de dezembro de 2020, em horário de expediente. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo ou no Setor de Licitações da Prefeitura. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, situado na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou por e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 11 de dezembro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 158/2020

Publicação Nº 2753430

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 158/2020

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADOS: PERSIANAS CRISDAN LTDA (02.173.150/0001-22) e GENOIR DECORAÇÕES LTDA (02.872.207/0001-81).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERSIANAS E CAPACHOS PARA EQUIPAR A NOVA CRECHE DE SANTA MARIA.

VALOR TOTAL: R\$ 2.745,80 (Dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8666/93.

Benedito Novo, 11 de dezembro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DO 1º ADITIVO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 73/2020

Publicação Nº 2752360

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2020

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ATENDER AS NECESIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

FORNECEDOR PEKA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

FINALIDADE DO ADITIVO: Reequilíbrio de valor, conforme a seguir:

Item	Descrição	Preço Ant.	Preço Atual
162	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 6MM C/2,44X1,10MT	46,00	56,68
158	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 4MM C/2,44X0,50MT	11,85	16,11
50	FORRO PVC 200MM COR BRANCA 8MM	24,00	25,20
29	CAL HIDRATADA EMBALAGEM C/20KG	8,40	9,50
225	TUBO PVC PARA ESGOTO 75MM PRIMEIRA LINHA	7,75	9,30
228	TUBO SOLDAVEL PVC 32MM PRIMEIRA LINHA	5,14	5,90
221	TUBO PVC PARA ESGOTO 100MM PRIMEIRA LINHA	8,00	10,08
222	TUBO PVC PARA ESGOTO 150MM PRIMEIRA LINHA	22,85	26,70
133	SELADOR COR BRANCA CLASSIFICACAO PREMIUM EMBALAGEM C/ 18L	46,00	50,02
161	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 6MM C/2,13X1,10MT	43,00	53,93
33	CIMENTO PARA USO GERAL, SECAGEM RÁPIDA E ALTA RESISTÊNCIA IDEAL PARA REBOCO, CONCRETO CONVENCIONAL, CONTRAPISO E LAJES, EMBALAGEM COM 50 KG	24,50	30,90
31	CARINHO DE MAO METAL COM PNEU	102,00	130,65
99	PA CORTADEIRA COM CABO	27,50	27,90
214	TORNEIRA ELETRICA BRANCA 220V PAREDE COM AERADOR ARTICULAVEL E BICA MULTIDIREÇÃO	150,00	175,00
128	REJUNTE COR GRAFITE EMBALAGEM C/1KG	2,75	3,20
13	ARGAMASSA AC II, EMBALAGEM C/20KG	14,90	16,28
27	CAIXA DE AGUA EM POLIETILENO 500LT	159,00	162,00
25	CAIXA DE AGUA EM POLIETILENO 1000LT	270,00	275,32
227	TUBO SOLDAVEL PVC 25MM PRIMEIRA LINHA	2,65	3,18
2	AÇO CONSTRUÇÃO 3,8" 10MM C/12M	35,00	63,90
14	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO, EMBALAGEM C/20KG	21,00	24,22
170	TIJOLO MACICO MEDINDO 11,5 X 24 X 5,5 CM	0,91	1,29
132	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 9CM COM CABO REF.959	9,70	9,90
129	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 15CM COM CABO REF.959	14,70	15,48
131	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 5CM COM CABO REF.959	7,70	9,11
224	TUBO PVC PARA ESGOTO 50MM PRIMEIRA LINHA	5,95	7,83
230	TUBO SOLDAVEL PVC 50MM PRIMEIRA LINHA	9,10	12,82

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 04 de dezembro de 2020 a 28 de setembro de 2021.

Benedito Novo (SC), 04 de dezembro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 017 EDITAL 002/2020

Publicação Nº 2753078

CONVOCAÇÃO Nº 017 – Edital 002/2020

A Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 002/2020, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Praça Nereu Ramos, Nº 90 – Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia 19/12/2020, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará o contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2020.

Vilson Norberto Alves
Prefeito Municipal

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – 30HS
011 – LUANA DA COSTA PEREIRA - Chamada de acordo com o Art.2º da Lei Nº 1528 de 02 de maio de 2001.

PORTARIA Nº 2969/2020

Publicação Nº 2753201

PORTARIA nº 2969 de 10 de dezembro de 2020

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) PRISCILA BERNARDO DO ESPIRITO SANTO VIEIRA, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/12/2020.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2970/2020

Publicação Nº 2753203

PORTARIA nº 2970/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a) TAMARA CIDRAO MELO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA III (D – ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 13665/2020 em anexo, no período de 29/10/2020 a 05/11/2020 e 10/11/2020 a 26/11/2020.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2971/2020

Publicação Nº 2753207

PORTARIA nº 2971/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a) SALMIR GONÇALVES, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE PLANEJAMENTO URBANO – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14724/2020 em anexo, no período de 25/11/2020 a 04/12/2020.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

COMUNICADO TP182/2020-PMB

Publicação N° 2753585

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

COMUNICADO TP182/2020-PMB

A Comissão de Licitação, através de sua Presidente, vem por meio dessa comunicar às empresas habilitadas no Processo Licitatório TP182/2020-PMB, o seguinte exposto: As empresas que não se fizeram presentes na sessão abriram mão de recurso, inclusive a empresa inabilitada **JV JUTTEL TERRAPL. E LOC. DE EQUIP. EIRELI**.

Diante do exposto, informamos as empresas habilitadas, **CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI, FÓRMULA PAV. URBANA EIRELI EPP, SER CONSTRUÇÕES LTDA E SUÍÇA TRANSPORTES LTDA**, que a abertura das propostas, dar-se-á no **dia 14/12/2020, às 14:00horas na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Biguaçu.**

Biguaçu, 10 de dezembro de 2020.

**NABEL ANA M. DE CAMPOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO**

DL111/2020-FMS

Publicação Nº 2753241

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº111/2020-FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada com fornecimento de material e serviços de mão de obra, para a construção do heliponto do complexo de urgências do Município de Biguaçu, no Bairro Fundos, neste Município, de acordo com projeto, termo de referência, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, parte integrante deste processo.

EMPRESA CONTRATADA: Trio Construtora e Incorporadora Ltda

VALOR: R\$ 32.995,00 (trinta e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, conforme cronograma físico financeiro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

269 10/1 2045 3449051990000000000
270 10/1 2048 3449051990000000000
277 10/1 2044 3449051990000000000
279 10/1 2034 3449051990000000000
604 10/1 2043 3449051990000000000

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

JUSTIFICATIVA: Atualmente as emergências médicas não são mais restritas aos hospitais e Santas Casas, contam com um apoio importante dos serviços de atendimento pré-hospitalar que tem o objetivo de prestar o atendimento ainda no local da ocorrência de forma precoce à manutenção da Vida. O SUS em 2005, implantou em Santa Catarina o SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que vem de forma brilhante atuando nestes atendimentos no pré-hospitalar e serviço este que está em constante evolução em seus protocolos de atendimento e em Biguaçu não é diferente, fomos contemplados com este serviço de urgência aonde temos atualmente 01 (uma) equipe habilitada e caracterizada como USB – Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre, aonde até o momento atendeu inúmeras pessoas desde a sua criação, realizando com profissionalismo a manutenção da Vida e com sucesso em muitos casos por nós atendidos. E chamando esta responsabilidade para si, esta Gestão Municipal está fazendo a sua parte, vimos a necessidade de evoluir no APH – Atendimento Pré-Hospitalar, e notando a possibilidade de unir cada vez mais o APH – Móvel (SAMU) e APH – Fixo (UPA 24h) fortalecendo assim o serviço prestado a população Biguaçuense e a todos que fazem parte de sua Macro Região, foi pensado e apresentado o projeto do Complexo de Urgências de Biguaçu onde temos a UPA 24h já construída e em pleno funcionamento, aonde teremos neste mesmo local a Base Descentralizada do SAMU-192 de Biguaçu, conforme preconiza o MS (Ministério da Saúde), obra em execução com entrega em Dezembro de 2020 e a previsão da construção de um Heliponto também no mesmo local, formando assim o Complexo de Urgências com a finalidade de unir o APH-Fixo + o APH-Móvel com ambulância terrestre e com o heliponto somaremos a oportunidade de ter à disposição dos pacientes a ambulância aérea.

Notou-se que devido à grande demanda de Paciente graves atendidos na UPA 24h de Biguaçu/SC e a necessidade de transporte destes pacientes para hospitais de maior complexidade e referência, a partir da estabilização dos mesmos o transporte rápido, eficaz e seguro deveria ser realizado por ambulâncias de suporte avançado de vida aéreas.

Verificou-se que essas ambulâncias aéreas veem com frequência pousando e decolando em terreno localizado ao lado da UPA 24h (de propriedade da Prefeitura Municipal) sem nenhum balizamento, homologação ou segurança à Equipe e transeuntes que ao virem uma aeronave aproximando-se do local de forma curiosa ficam muito próximos à ela e aumentando os riscos de acidentes a todos.

Com a elaboração de todos os trâmites legais perante os órgãos competentes e já com a aprovação da ANAC e CINDACTA II, não só teremos uma área demarcada, balizada (diurno e noturno) e com espaço aéreo controlado, mas principalmente mantendo toda a segurança necessária para pouso e decolagem das diversas aeronaves que ficarão à disposição e que executarão os transportes de pacientes graves de forma mais ágil e segura diminuindo ainda mais o tempo resposta em prol da Vida.

Contudo, para a execução da obra do heliponto, conforme projeto anexo, há a necessidade da contratação de empresa especializada na área da construção civil pelo fato de que em nosso quadro de funcionários do Município de Biguaçu, por não apresenta o número de pessoal especializado suficiente para atender todas as demandas necessárias e tampouco a execução de tal projeto, venho ainda expor a necessidade da contratação de Mão de Obra especializada em construção civil e ao qual esta empresa fornecerá também o ferro e os conduítes elétricos necessários e previstos em projeto para a execução do heliponto por dispensa de licitação tomando em consideração a preservação da vida com a agilidade dos transportes aéreos dos pacientes graves e a necessidade do início e término da obra objeto deste ofício antes do início da temporada 2020/2021 aonde o colapso viário terrestre em nossa região que já é realidade e neste período o deslocamento terrestre torna-se inviável em relação ao tempo resposta e para a manutenção da vida dos pacientes que necessitarão de tal remoção. Com esta obra finalizada, iremos transformar uma remoção complexa e demorada em um transporte de apenas alguns minutos e com total segurança, garantindo ao Paciente o aumento de sua sobrevida.

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2020.

VILSON NORBERTO ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

DL190/2020-2020-PMB

Publicação N° 2753087

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°190/2020-PMB

OBJETO: Contratação de empresa para realizar análise necessárias para licença ambiental da dragagem do rio Biguaçu.

EMPRESA CONTRATADA: Aquavita Laboratório de Análises Químicas e Microbiológicas Ltda

VALOR: R\$ 5.968,80 (cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11 24/1 1026 33390395100000000000

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

JUSTIFICATIVA: Tal solicitação se faz necessária para dar continuidade da licença ambiental da dragagem do Rio Biguaçu, conforme termo de referência, parte integrante deste processo.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2020.

**VILSON NORBERTO ALVES
PREFEITO MUNICIPAL**

**Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração**

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2020**

Publicação Nº 2753161

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2020

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Autoria: Mesa Diretora

O Presidente da Câmara de Municipal de Biguaçu, Senhor Nei Cláudio da Cunha, no uso de suas atribuições, com fulcro Art. 35, XVII C/C Art. 81, § 1º, da Lei Orgânica do Município e Art. 229 C/C Art. 155, § 1º, b, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Biguaçu faz saber que o plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º – Ficam aprovadas as contas do Prefeito referente ao exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Biguaçu, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao processo n. @PCP 20/00093110.

Parágrafo único – Sugere-se ao Executivo Municipal que atente para as restrições remanescentes do processo.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2020.

Vereador Nei Cláudio da Cunha
Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.938/2020

Publicação Nº 2753868

DECRETO Nº12.938, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

DECLARA A URGÊNCIA DAS DESAPROPRIAÇÕES DOS BENS IMÓVEIS DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA PELOS DECRETOS 12.733, DE 14 DE JULHO DE 2020 E 12.624, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a urgência das desapropriações dos seguintes bens imóveis:

I - a área de terras de forma irregular, localizada no bairro Ponta Aguda, à Rua das Missões, contendo a área de 195,33m² integrante do imóvel matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob n.11.884 e inscrito no cadastro técnico municipal sob n. 4.2.13.0001.0001, destinado às obras do trevo da Rua das Missões e Rua Antônio Heil, declarado de utilidade pública pelo Decreto 12.733, de 14 de julho de 2020.

II - a área de terras contendo a área de 7,27m², no bairro Velha Central, à Rua José Reuter, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob n.4.217 e inscrito no cadastro técnico municipal nº3.4.10.0003.0238, destinado às obras da rotatória entre as ruas Johann Ohf e José Reuter, declarado de utilidade pública pelo Decreto 12.624, de 24 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.953/2020

Publicação Nº 2753870

DECRETO Nº12.953, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

CONCEDE BENEFÍCIO FISCAL AOS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA DO MUNICÍPIO – IPTU, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021 E ESTABELECE AS DATAS PARA O SEU PAGAMENTO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea "a", combinado com art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 12, da Lei Complementar nº 61, de 06 de dezembro de 1993 e no art. 237, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, Código Tributário do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos aos contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município – IPTU, relativo ao exercício de 2021, os seguintes descontos:

I – de 2% (dois por cento) para o contribuinte que efetuou o pagamento do IPTU de 2020 dentro do exercício de 2020;

II – de 5% (cinco por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento da cota única, constante do respectivo carnê, até o dia 12 de fevereiro de 2021;

III – de 3% (três por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento da cota única, constante do respectivo carnê, até o dia 12 de março de 2021.

Art. 2º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município – IPTU e taxas correlatas, relativo ao exercício de 2021, poderá ser pago à vista ou em até onze (11) parcelas, de acordo com a tabela abaixo, obedecido o valor mínimo para cada parcela de R\$ 20,00 (vinte reais):

PARCELA DATA DO VENCIMENTO

Cota única com 5% de desconto 12 de Fevereiro

Cota única com 3% de desconto 12 de Março

1ª Parcela 12 de Fevereiro

2ª Parcela 12 de Março
3ª Parcela 12 de Abril
4ª Parcela 12 de Maio
5ª Parcela 14 de Junho
6ª Parcela 12 de Julho
7ª Parcela 12 de Agosto
8ª Parcela 13 de Setembro
9ª Parcela 13 de Outubro
10ª Parcela 12 de Novembro
11ª Parcela 13 de Dezembro

§1º Se a soma do imposto e das taxas não atingir o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a quantia deverá ser paga em cota única, com os descontos e nas datas previstas nos incisos II e III do art. 1º deste Decreto.

§2º Sendo o número de parcelas inferior a onze, a primeira parcela terá seu vencimento no dia 12 de fevereiro de 2021 e as demais nas datas subseq-entes, de acordo com a tabela a que se refere este artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia
1º de janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.744/2020

Publicação Nº 2753871

PORTARIA Nº 24.744, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BLUMENAU – COMSEA – BL, NO BIÊNIO 2020/2022.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso II, alínea “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, de conformidade com o Memorando SEMUDES GAC nº 20/2020, de 09/12/2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e no Decreto nº 9.761, de 17 de julho de 2012, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau - COMSEA – BL, no biênio 2020/2022:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

MARJORE KATINE CARDOSO BABITONGA e ALEXANDRA COELHO ZABEL, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política Municipal de Assistência Social;

JULIANE HINSCHING e RENATA INAÊ DA SILVA CRECENCIO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política Municipal de Educação - SEMED;

JÉSSICA ACHTERBERG e IOLANDA MARIA CORRÊA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política Municipal de Saúde - SEMUS;

ANDERSON ALMIR ROZANSKI e KARLA ANDRÉIA DREWS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política Municipal de Desenvolvimento Rural;

ROBSON LUIZ POLMANN e STEFANIE SABRINE BACHMANN SCHELENSKI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Política Municipal de Planejamento Urbano;

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

JERRY SCHMITZ e MARINÊS FINCO, representantes titular e suplente, respectivamente, dos Trabalhadores de Classe - Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – COREN;

SANDRA BATISTA KALBUSCH e ELISANGELA FURTADO DE SOUZA, representantes titular e suplente, respectivamente, dos Trabalhadores de Classe - Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 12ª Região;

EDNA ERNERSTINA EVANGELISTA GONÇALVES e DÉBORA GONÇALVES BRUECKHEIMER RICARDO, representantes titular e suplente, respectivamente, de Organizações de Assistência Social, Educação ou Saúde - Associação Assistencial Lar Betânia;
BRUNA ROMAN ROS KOPSCH e MARIA APARECIDA PAULINO, representantes titular e suplente, respectivamente, de Organizações de

Assistência Social, Educação ou Saúde – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

VILMAR JOSÉ BALSAN e SELMA LUIZ BUSS, representantes titular e suplente, respectivamente, de Organizações de Assistência Social, Educação ou Saúde – Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF;

SILMAR DE OLIVEIRA e ELIAS PEREIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, de Entidades Religiosas – Centro Espírita Fé, Cristo e Caridade;

MARIA AURENICE RODRIGUES JOSINO e KÁTIA MORGANA SANT'ANA, representantes titular e suplente, respectivamente, de Entidades integrantes do Sistema "S" - Serviço Social do Comércio – SESC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.745/2020

Publicação Nº 2753873

PORTARIA Nº 24.745, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

NOMEIA LEILA PATRICIA VIEIRA NAGEL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal

de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo 4º do artigo 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, combinado com o parágrafo 2º do artigo 5º do mesmo diploma legal, de acordo com a solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, por meio do Memorando nº 150/2020 – Gabinete SEMED, de 08/12/2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012 e alterações, para compor o Conselho Municipal de Educação – CME, na gestão 2019/2023, juntamente com os demais membros:

LEILA PATRICIA VIEIRA NAGEL, representante titular do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em substituição a GRAZIELA APARECIDA SAPELLI, nomeada pela Portaria nº 23.718, de 17/12/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.746/2020

Publicação Nº 2753874

PORTARIA Nº 24.746, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

REVOGA A PORTARIA Nº 22.876, DE 02 DE MAIO DE 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEMOSPE nº 081/2020, de 09 de dezembro de 2020, subscrito pelo Secretário Municipal de Mobilidade Sustentável e de Projetos Especiais, Sr. Paulo França, resolve:

REVOGAR

a portaria nº 22.876, de 02 de maio de 2019, que constitui Comissão Intersetorial de acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados no âmbito do programa de mobilidade sustentável de Blumenau – (Contrato de Empréstimo 2746/0C-BR) componentes do plano de segurança viária, tendo por objeto a aquisição e instalação de equipamentos que irão compor a CTA (Central de Tráfego em Área de Blumenau) e CCO – (Central de Controle Operacional de Trânsito de Blumenau e designou seus membros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.747/2020

Publicação Nº 2753885

PORTARIA Nº 24.747, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DESIGNA MARIA EDUARDA HILLESHEIM PARA ATUAR COMO DEFENSORA DATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL P.D., NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 025/2020, EM TRÂMITE PERANTE A 1ª CPASD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no §2º do art. 242 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme solicitação efetuada pela 1ª CPASD, por meio do despacho de fls. 23 e Memorando 1CPASD nº 006/2020, nos autos do PAD 025/2020, resolve:

DESIGNAR

MARIA EDUARDA HILLESHEIM, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador, matrícula nº 2500796, inscrita na OAB sob o nº 45.768, para atuar como defensora dativa da servidora pública municipal P.D., matrícula nº 21554-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 025/2020, em trâmite perante a 1ª CPASD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.748/2020

Publicação Nº 2753887

PORTARIA Nº 24.748, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

REVOGA A PORTARIA Nº 23.385, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEMOSPE nº 081/2020, de 09 de dezembro de 2020, subscrito pelo Secretário Municipal de Mobilidade Sustentável e de Projetos Especiais, Sr. Paulo França, resolve:

REVOGAR

a portaria nº 23.385, de 23 de setembro de 2019, que Institui a Comissão Especial de execução dos projetos integrantes do mapa estratégico de investimentos do Município de Blumenau.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.750/2020

Publicação Nº 2753892

PORTARIA Nº 24.750, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA PATRICK ALMY BALLAND DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 10 de dezembro de 2020:

PATRICK ALMY BALLAND, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Educação Ambiental, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, nomeado pela Portaria nº 24.229, de 30 de junho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de dezembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2020

Publicação Nº 2753897

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 010/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: Repasse de recursos federais para custear as despesas com as ações e serviços de saúde no atendimento aos pacientes com suspeita ou diagnóstico de coronavírus e em outras ações necessárias ao enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do coronavírus – COVID 19, conforme determinações do Ministério da Saúde e conforme projeto descrito em Plano de Trabalho.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/1993 e art. 84, parágrafo único, II, da Lei Federal n. 13.019/2014.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS

PRAZO DE VIGÊNCIA: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 02 meses a contar de 09 de dezembro de 2020 até 08 de fevereiro de 2021.

ALTERAÇÃO: Altera-se no plano de trabalho o período de execução e os prazos no item 04 – etapas e fases de execução (Portaria n. 1.448 de 29/05/2020).

Período de execução: Início em julho 2020 e fim em janeiro 2021.

DATA DE ASSINATURA: 23 de outubro de 2020.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2019

Publicação Nº 2753898

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE

OBJETO: Consultoria para o desenvolvimento do turismo sustentável na região da Vila Itoupava.

PROCESSO: Inexigibilidade nº. 09-65/2019

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 2 (dois) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

DATA DE ASSINATURA: 19 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2016

Publicação Nº 2753899

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA SHALLABALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME.

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO DA LOJA Nº. 06, ANEXA AOS SETORES 2 E 3 DO PARQUE VILA GERMÂNICA, REMUNERADA E POR PRAZO CERTO, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE CAMA, MESA E BANHO, CRISTAIS E SOUVENIERS, PRODUTOS DE INTERESSE TURÍSTICO REGIONAL, EXCETO QUAISQUER TIPO DE COMIDA E/OU BEBIDA (BEBIDA(S) NÃO DESTINADA(S) AO CONSUMO IMEDIATO, EMBALADAS EM CAIXA COM COPO(S) DE HARMONIZAÇÃO, TIPO 'KIT PRESENTE', PODERÃO SER COMERCIALIZADOS) – PROEB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-003/2016.

VALOR: REAJUSTA o valor anual da concessão do espaço para R\$ 113.188,79 (cento e treze mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos).

DATA: 29 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 251/2015

Publicação Nº 2753990

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 251/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA JORGE BECKER FILHO EPP.

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO DA LOJA Nº. 02, ANEXA AOS SETORES 2 E 3 DO PARQUE VILA GERMÂNICA, REMUNERADA E POR PRAZO CERTO, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE CONFECÇÕES E SOUVENIRS, PRODUTOS DE INTERESSE TURÍSTICO REGIONAL, EXCETO QUAISQUER TIPOS DE COMIDAS E/OU BEBIDAS – PROEB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-022/2015.

VALOR: REAJUSTA o valor anual da concessão do espaço arrematado para R\$ 99.028,29 (noventa e nove mil, vinte e oito reais e vinte e nove centavos).

DATA: 29 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 252/2015

Publicação Nº 2753991

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 252/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA VILLA SUL CONFECÇÕES LTDA ME

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO DA LOJA Nº. 03, ANEXA AOS SETORES 2 E 3 DO PARQUE VILA GERMÂNICA, REMUNERADA E POR PRAZO CERTO, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE CONFECÇÕES E SOUVENIRS, PRODUTOS DE INTERESSE TURÍSTICO REGIONAL, EXCETO QUAISQUER TIPOS DE COMIDAS E/OU BEBIDAS – PROEB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-022/2015.

VALOR: REAJUSTA o valor anual da concessão do espaço arrematado para R\$ 97.407,17 (noventa e sete mil, quatrocentos e sete reais e dezessete centavos).

DATA: 29 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 254/2015

Publicação Nº 2753992

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 254/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA LA DUARTE COM. ARTIGOS DO VESTUÁRIO EIRELI ME.

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO DA LOJA Nº. 08, ANEXA AOS SETORES 2 E 3 DO PARQUE VILA GERMÂNICA, REMUNERADA E POR PRAZO CERTO, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE CONFECÇÕES E SOUVENIRS, PRODUTOS DE INTERESSE

TURÍSTICO REGIONAL, EXCETO QUAISQUER TIPOS DE COMIDAS E/OU BEBIDAS – PROEB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-022/2015.

VALOR: REAJUSTA o valor anual da concessão do espaço arrematado para R\$ 101.146,79 (cento e um mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos).

DATA: 29 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2015

Publicação Nº 2753993

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA FABRÍCIO JEAN THIEDE ME

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM PÚBLICO DA LOJA Nº. 01, ANEXA AOS SETORES 2 E 3 DO PARQUE VILA GERMÂNICA, REMUNERADA E POR PRAZO CERTO, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE CONFECCÕES E SOUVENIRS, PRODUTOS DE INTERESSE TURÍSTICO REGIONAL, EXCETO QUAISQUER TIPOS DE COMIDAS E/OU BEBIDAS – PROEB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-022/2015.

VALOR: REAJUSTA o valor anual da concessão do espaço arrematado para R\$ 127.915,85 (cento e vinte e sete mil, novecentos e quinze reais).

DATA: 29 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2019

Publicação Nº 2753994

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA EDI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E QUE SÃO ADMINISTRADOS PELA PROEB PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE PONTOS DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIERS, DURANTE AS EDIÇÕES DA OKTOBERFEST 2019 E 2021 E DA SOMMERFEST 2020 E 2021.

Processo: Concorrência nº 003/2019.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de março de 2021 até 28 de fevereiro de 2022.

ALTERAÇÃO: Altera-se a forma de pagamento, a data base do reajuste contratual, bem como a redação do caput da cláusula primeira referente ao objeto contratual.

DATA: 27 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2019

Publicação Nº 2753995

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A BIERGARTEN VILA GERMÂNICA CERVEJARIA LTDA

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E QUE SÃO ADMINISTRADOS PELA PROEB PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE PONTOS DE ALIMENTAÇÃO E SOUVENIERS, DURANTE AS EDIÇÕES DA OKTOBERFEST 2019 E 2021 E DA SOMMERFEST 2020 E 2021.

Processo: Concorrência nº 003/2019.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de março de 2021 até 28 de fevereiro de 2022.

ALTERAÇÃO: Altera-se a forma de pagamento, a data base do reajuste contratual, bem como a redação do caput da cláusula primeira referente ao objeto contratual.

DATA: 27 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2019

Publicação Nº 2753996

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CERVEJARIA BIERLAND LTDA

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECATÓRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E QUE SÃO ADMINISTRADOS PELA PROEB, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CERVEJA E/OU CHOPE ARTESANAL E COQUETEL DE CHOPE COM VINHO, NO PARQUE VILA GERMÂNICA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PARA AS EDIÇÕES DA OKTOBERFEST 2019/2021 E SOMMERFEST 2020/2021 – PONTO 02.

Processo: Tomada de Preços nº 010/2019

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de março de 2021 até 28 de fevereiro de 2022.

ALTERAÇÃO: Altera-se a forma de pagamento, a data base do reajuste contratual, bem como a redação do caput da cláusula primeira referente ao objeto contratual.

DATA: 27 de outubro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2019

Publicação Nº 2753997

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 174/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CERVEJARIA HERSING LTDA ME.

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECATÓRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E QUE SÃO ADMINISTRADOS PELA PROEB, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CERVEJA E/OU CHOPE ARTESANAL E COQUETEL DE CHOPE COM VINHO, NO PARQUE VILA GERMÂNICA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PARA AS EDIÇÕES DA OKTOBERFEST 2019/2021 E SOMMERFEST 2020/2021 – PONTO 03.

Processo: Tomada de Preços nº 010/2019

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de março de 2021 até 28 de fevereiro de 2022.

ALTERAÇÃO: Altera-se a forma de pagamento, a data base do reajuste contratual, bem como a redação do caput da cláusula primeira referente ao objeto contratual.

DATA: 27 de outubro de 2020.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2018

Publicação Nº 2753998

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE BIÓPSIA PERCUTÂNEA ORIENTADA POR TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA OU RAIOS X, PARA ATENDIMENTO A USUÁRIOS DO SUS.

PROCESSO: Pregão Presencial nº. 007/2018.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09 de fevereiro de 2021 até 08 de fevereiro de 2022.

VALOR: Renova-se o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 161.280,00 (cento e sessenta e um mil, duzentos e oitenta reais).

DATA: 24 de novembro de 2020.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2019

Publicação Nº 2753999

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A DAS BIER CERVEJARIA EIRELI.

OBJETO: PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECATÓRIO E REMUNERADO, DE ESPAÇOS E ÁREAS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E QUE SÃO ADMINISTRADOS PELA PROEB, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CERVEJA E/OU CHOPE ARTESANAL E COQUETEL DE CHOPE COM VINHO, NO PARQUE VILA GERMÂNICA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PARA AS EDIÇÕES DA OKTOBERFEST 2019/2021 E SOMMERFEST 2020/2021 – PONTO 05.

Processo: Tomada de Preços nº 010/2019

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de março de 2021 até 28 de fevereiro de 2022.

ALTERAÇÃO: Altera-se a forma de pagamento, a data base do reajuste contratual, bem como a redação do caput da cláusula primeira referente ao objeto contratual.

DATA: 27 de outubro de 2020.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 326/2016

Publicação Nº 2754000

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 326/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SUPERAR EIRELI - EPP.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO - PROEB.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 144/2016

VALOR: Renova-se o valor estimado pago pelos serviços que se mantém em R\$ 155.950,80 (cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e oitenta centavos), sendo R\$ 7.995,90 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos) mensais referente aos serviços de manutenção (item 02) e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) destinado as peças de reposição (item 05).

PRAZO: Prorroga-se o prazo por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de janeiro de 2021 até 14 de janeiro de 2022.

DATA DE ASSINATURA: 02 de dezembro de 2020.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 351/2016

Publicação Nº 2754002

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 351/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A MANUTENÇÃO CORRETIVA, EVOLUTIVA E ADAPTATIVA DO SIATU, ANVI, SISAMSIG – TIMONEIRO.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-126/2016.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 128.523,06 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e três reais e seis centavos), em decorrência do desenvolvimento de novas funcionalidades para os meses de novembro e dezembro de 2020, nos termos do inciso III da cláusula supracitada, totalizando o valor do contrato em R\$ 901.935,06 (novecentos e um mil, novecentos e trinta e cinco reais e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 27 de novembro de 2020.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2020

Publicação Nº 2754003

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 138/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU/ HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

OBJETO: Contratação de prestadores de serviços tipo Hospital geral com mais de 40 leitos para assistência à saúde em atendimento ambulatorial e hospitalar nos níveis de Média e Alta Complexidade em caráter de atendimento Eletivo e de Urgência e Emergência, com finalidade de promover o atendimento no sistema da linha de cuidado das redes de atenção, com diagnóstico, tratamentos clínicos e cirúrgicos, transplantes, medicamentos, órtese/prótese e materiais especiais, cumprindo assim com os termos de pactuações estratégicas existentes, com códigos/descrições, instrumento de registro constantes na Tabela SIGTAP/SUS do Ministério da Saúde.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-027/2020

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 752.976,00 (setecentos e cinq-enta e dois mil e novecentos e setenta e seis reais), nos termos da justificativa de fls. 1822-1823. Em decorrência do acréscimo de valores acima mencionado, atualiza-se o quadro de Programação Orçamentária da cláusula quinta do contrato primitivo, passando a ser o valor total do contrato R\$ 65.776.960,15.

DATA DE ASSINATURA: 27 de novembro de 2020.

CONCORRÊNCIA Nº 75/2020

Publicação Nº 2754006

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRENCIA Nº. 75/2020

OBJETO: Contratação de empresa para execução da Área de Lazer Amsterdã, na Rua Amsterdã, bairro Itoupavazinha (Etapa 01), conforme especificações constantes neste edital - Emenda Parlamentar nº. 42/2020 (Processo SCC 3502/2020) Estado de SC - SEPLAN. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 28 de janeiro de 2021 às 09 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 10/12/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 54/2020

Publicação Nº 2754007

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 54/2020

APROVA AD REFERENDUM A INSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CENTRO POP.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, pela Lei Complementar Municipal nº. 1165, de 19 de dezembro de 2017 e pelo e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- o Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações;
- a Portaria nº 22.978, de 03 de junho de 2019, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Blumenau - CMAS, para o Biênio 2019/2021;
- a escolha dos membros para composição das comissões realizada no dia 12 de junho de 2019 e a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em Plenária realizada em 10 de Julho de 2019;
- ofício 141/2020/ SEMUDES/GAB, de 05 de novembro de 2020, o qual encaminha informações a respeito da situação envolvendo o CENTRO POP;
- as Orientações técnicas: Centro de Referência especializado para População em situação de Rua e serviço especializado para Pessoas em situação de Rua;
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

- a Ata CMAS nº. 15 de 2020, referente à Plenária ordinária realizada em 11 de novembro de 2020, que aprova a instituição da Comissão Especial de Acompanhamento do CENTRO POP;

- a Ata CMAS nº. 16 de 2020, referente à Plenária extraordinária realizada em 25 de novembro de 2020, que aprova a Composição da Comissão Especial de Acompanhamento do CENTRO POP;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial de Acompanhamento do CENTRO POP para avaliar e acompanhar o processo que envolve a situação de denúncias encaminhadas pela comunidade.

Art. 2º Nomear os representantes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - para compor a Comissão Especial de Acompanhamento do CENTRO POP, do Conselho Municipal de Assistência Social, sendo os seguintes Conselheiros/as:

- Sr. Márcio José Correa– Representante da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – SEDECI;
- Sra. Tatiana Lameu Venuti, representante da Categoria dos Trabalhadores do SUAS;
- Sra. Inorata de Souza, representante das Entidades de Assistência Social;
- Sr. Franco Petroni Puerar, representante da Categoria dos Usuários do SUAS.

Art. 3º Os membros da Mesa Diretora do CMAS ficam designados para fazerem o acompanhamento dos trabalhos desta comissão:

- Sra. Deise Janaina Borba – Presidente;
- Sra. Patrícia Morastoni Sasse – Vice presidente;
- Sra. Ilona Mette da Conceição – Secretária.

Art. 4º Esta comissão será destituída automaticamente ao término e conclusão dos trabalhos;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 55/2020

Publicação Nº 2754008

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 55/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2020 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- a Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS 19/2016 que altera o comprovante de inscrição da Entidade Associação Casa de Apoio no Conselho Municipal de Assistência Social;
- a Resolução CMAS nº 065/2016, que Altera os anexos IV E V da Resolução Nº 033/2014, do Conselho Municipal De Assistência Social-CMAS;
- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da Entidade Associação Casa de Apoio pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS, em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2020, conforme consta no Relatório nº 09/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da Entidade Associação Casa de Apoio, para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 56/2020

Publicação Nº 2754009

RESOLUÇÃO CMAS Nº 56/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2020 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, PAIS E PORTADORES DE MIELOMENINGOCELE – AAPP, PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- a Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº 065/2016, que Altera os anexos IV E V da Resolução Nº 033/2014, do Conselho Municipal De Assistência Social-CMAS;
- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS, em reunião realizada em 01 de dezembro de 2020, conforme consta no relatório nº 09/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da OSC Associação de Amigos, Pais e Portadores de Mielomeningocele – AAPP, para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 57/2020

Publicação Nº 2754010

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 57/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2020 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DOS FISSURADOS DO VALE DO ITAJÁ – AFISVALE PARA A EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ASSESSORAMENTO E DE DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- a Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº. 29/2015 que aprova a inscrição das ações de assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social executadas pela Associação dos Fissurados Vale do Itajaí – AFISVALE, no Conselho Municipal de Assistência Social;

- a Resolução CMAS nº. 39/2015 que aprova a inscrição da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - AFISVALE no Conselho Municipal de Assistência Social;

- a Resolução CMAS nº 065/2016, que Altera os anexos IV E V da Resolução Nº 033/2014, do Conselho Municipal De Assistência Social- CMAS;

- o Parecer Favorável à aprovação do Plano de Ação 2020 e do Relatório de Atividades 2019 da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - AFISVALE, pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS, em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2020, conforme consta no relatório nº 09/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da Entidade Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí - AFISVALE para a execução das ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 58/2020

Publicação Nº 2754012

RESOLUÇÃO CMAS Nº 58/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2020 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DA ENTIDADE CRUZ AZUL NO BRASIL PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E DAS AÇÕES DE ASSESSORAMENTO.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;

- a Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 31/2012 que aprova a inscrição da Entidade Cruz Azul no Brasil no Conselho Municipal de Assistência Social;

- a Resolução CMAS nº. 79/2012 que aprova o Plano de Providência para adequação das ações de assessoramento, executado pela entidade Cruz Azul no Brasil, no Conselho Municipal de Assistência Social;

- a Resolução CMAS nº 065/2016, que Altera os anexos IV E V da Resolução Nº 033/2014, do Conselho Municipal De Assistência Social- CMAS;

- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS, em reunião realizada em 01 de dezembro de 2020, conforme consta no relatório nº 09/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da Entidade Cruz Azul no Brasil para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e das Ações de Assessoramento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 59/2020

Publicação Nº 2754013

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 59/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2020 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DA ASSOCIAÇÃO CASA SÃO SIMEÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº. 058/2012 que aprova a Inscrição da Associação Casa São Simeão no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS;
- a Resolução CMAS nº. 043/2014 de 12 de novembro de 2014: Aprova o Plano de Providência para adequação do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, executado pela Entidade Associação Casa São Simeão no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- a Resolução CMAS nº 065/2016, que Altera os anexos IV E V da Resolução Nº 033/2014, do Conselho Municipal De Assistência Social-CMAS;
- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da Associação Casa São Simeão pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS, em reunião realizada em 01 de dezembro de 2020, conforme consta no relatório nº 09/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da Associação Casa São Simeão para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 60/2020

Publicação Nº 2754014

RESOLUÇÃO CMAS Nº 60/2020

APROVA O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE ACOLHIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – ABAM PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ABRIGO INSTITUCIONAL – UNIDADE I E II, CASA LAR – UNIDADE I E II.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº. 06/2015 que aprova a inscrição da Entidade, Associação Blumenauense de Acolhimento à Criança e ao Adolescente - ABAM no Conselho Municipal de Assistência Social;
- a Resolução CMAS nº 065/2016, que Altera os anexos IV E V da Resolução Nº 033/2014, do Conselho Municipal De Assistência Social-CMAS;
- o parecer favorável à aprovação ao Relatório de Atividades 2019 da Associação Blumenauense de Acolhimento à Criança e ao Adolescente - ABAM pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS, em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2020,

conforme consta no relatório nº 09/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Atividades 2019 da Associação Blumenauense de Acolhimento à Criança e ao Adolescente - ABAM para a execução dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: Abrigo Institucional – Unidade I e II, Casa-Lar – Unidade I e II.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 61/2020

Publicação Nº 2754015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 61/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2020 E O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR PURO AMOR PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;
- a Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº. 061/2014 que aprova o Cancelamento da Inscrição da Associação de Educação Complementar Puro Amor no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS e revoga a Resolução CMAS nº. 22/2012;
- a Resolução CMAS nº. 63/2014 que aprova a inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV executado pela Associação de Educação Complementar Puro Amor no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau – CMAS;
- a Resolução CMAS nº 065/2016, que Altera os anexos IV E V da Resolução Nº 033/2014, do Conselho Municipal De Assistência Social-CMAS;
- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social – CPPAS, em reunião realizada no dia 01 de dezembro de 2020, conforme consta no relatório nº 09/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 da Entidade Associação de Educação Complementar Puro Amor para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 62/2020

Publicação Nº 2754016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 62/2020

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO DE 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014, pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária de 09 de dezembro de 2020, conforme consta em ATA nº. 017/2020.

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CNAS nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social;
- as competências do CMAS no artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014;
- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social – CPFAS sobre as Movimentações Financeiras dos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2020, em reunião realizada no dia 02 de dezembro de 2020, conforme consta no Relatório CPFAS nº. 09/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, relativas aos meses Agosto, Setembro e Outubro de 2020, com os seguintes valores:

I – AGOSTO/2020

- Receita R\$ R\$ 1.631.774,58 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinq-enta e oito centavos);
- Despesas R\$ R\$ 1.955.510,05. (um milhão, novecentos e cinq-enta e cinco mil, quinhentos e dez reais e cinco centavos);

II – SETEMBRO/2020

- Receita R\$ 1.508.639,64 (um milhão, quinhentos e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos);
- Despesas R\$ 1.317.925,17. (um milhão, trezentos e dezessete mil, novecentos e vinte e cinco reais e dezessete centavos);

III – OUTUBRO/2020

- Receita R\$ 406.789,10. (quatrocentos e seis mil setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos);
- Despesas R\$ 949.568,20 (novecentos e quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos);

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 63/2020

Publicação Nº 2754018

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 63/2020

APROVA O PLANO DE AÇÃO 2020 E RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 DO CENTRO TERAPEUTICO VIDA - CTV PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REINserÇÃO SOCIAL COM MORADIA COLETIVA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 11.901 de 03 de setembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária ordinária realizada em 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO:

- o artigo 16 da Resolução CMAS nº. 33/2014 que dispõe sobre a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº. 040/2014 que aprova a Inscrição do Programa de Reinserção Social em Moradia Coletiva executado pelo Centro Terapêutico Vida – CTV no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- a Resolução CMAS nº. 039/2014 de 12 de novembro de 2014 que aprova o Plano de Providência para adequação do Programa de Reinserção Social em Moradia Coletiva executado pelo Centro Terapêutico Vida – CTV no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
- a Resolução CMAS nº. 021/2016 que altera o comprovante de inscrição e dá nova numeração para a inscrição do programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva executado pela OSC Centro Terapêutico Vida – CTV no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- o parecer favorável à aprovação do Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 no Conselho pela Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social em reunião extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2020, conforme consta no relatório nº 010/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2020 e Relatório de Atividades 2019 do Centro Terapêutico Vida – CTV, para a execução do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de dezembro de 2020.

DEISE JANAINA BORBA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

TERMO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2242/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2754019

TERMO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2242/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de leitura e emissão simultânea de fatura de água, esgoto, resíduos sólidos e aviso de débito, além de corte e religação do fornecimento de água no cavalete. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, através do seu Diretor Presidente, Sr. Michael Schneider, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolvem REVOGAR a presente licitação. BASE LEGAL: art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e capítulo 18.0 – “Disposições Gerais” item “18.1” do edital.

Blumenau (SC), 08/12/2020.

Michael Schneider

Diretor Presidente

TERMO DE APROVAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2245/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2754022

TERMO DE APROVAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2245/2020

OBJETO: Registro de preços para aquisição de perfilados diversos em ferro, aço e alumínio (tubos, barras, cantoneiras, chapa, telas, parafusos, porcas, hastes, rebites, buchas e afins.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelos Pregoeiros, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

EMPRESA:

Aço Lemos Comércio de Ferro e Aço LTDA.

CNPJ: 31.394.340/0001-78

Valor Total R\$ 563.707,32

Reflo Comércio de Ferros LTDA.

CNPJ: 83.496.810/0001-08

Valor Total R\$ 111.186,60

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 02 de dezembro de 2020.

Michael R. Schneider

Diretor Presidente

DISPENSA Nº 08-2214/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2754023

DISPENSA Nº 08-2214/2020 - SAMAE

OBJETO: Manutenção em transformador 750KVA, série 260690. Manuténir o referido equipamento, que está superaquecendo. O transformador é responsável pelo sistema de bombeamento dos reservatórios R1 e R4

CONTRATADA: SUBESTAÇÃO MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA EIRELI

BASE LEGAL: Artigo 24, IV da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.900,00

DATA HOMOLOGAÇÃO: 10/12/2020

Blumenau (SC) 10/12/2020

Michael R. Schneider

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 535/2020 - FURB

Publicação Nº 2754024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 535/2020

Inexigibilidade de Licitação nº. 310/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 25, I, da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 507/2020/PROGEF, para AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE FERRAMENTA DE BI DENOMINADA MERCADOEDU PARA USO EM DIVERSOS SETORES DA FURB. Setor solicitante: DTI. Pedido de Compra: 2491/2020. Contratada: NOVOCIENTE TECNOLOGIA LTDA ME (CNPJ: 14.962.497/0001-33). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria e Artigo 25, inc. I da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 30 dias após a conclusão dos serviços com NF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 8463,24 (oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos) / 01.28.12.122.0100.2001/ 01.02.12.121.0100.2001/ 01.10.12.122.0100.2001 (Manutenção de Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.40.01 (Locação de Software).

Blumenau/SC, 09 de dezembro de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

EXTRATO Nº 536/2020 - FURB

Publicação Nº 2754025

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 536/2020

Dispensa de Licitação nº. 313/2020

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 24, VII, da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 509/2020/PROGEF, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CORRESPONDÊNCIAS E PEQUENOS VOLUMES COM A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Setor solicitante: PROAD. Pedidos de Compra: 2529, 2530/2020. Contratadas: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (CNPJ: 34.028.316/0001-03). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, VII, da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Mensal. Valor total/programa de trabalho/elemento de despesa/rubrica: R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Blumenau/SC, 09 de dezembro de 2020.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020**

Publicação Nº 2752925

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VIGÊNCIA:

09/12/2021.

FORNECEDOR:

BRIOJARAGUÁ DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.706.629/0001-87, com sede na Rua Treze de Maio, 31, Czerniewicz, Jaraguá do Sul - SC, CEP 89.255-400, telefones: 47-3371-2130, e-mail: licitacao@briojaragua.com.br.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	MARCA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	ALCOOL LÍQUIDO 70% INPM FRASCO COM NO MÍNIMO 1 LITRO	DA ILHA	560	R\$ 4,10	R\$ 2.296,00
15	FIBRA VERDE DE LIMPEZA GERAL/MULTIUSO ABRASIVA; MEDIDA MÍNIMA DE 102X230MM (PODENDO ULTRAPASSAR ATÉ 10% DA MEDIDA MÍNIMA)	BRITSH	58	R\$ 1,00	R\$ 58,00
16	LIMPA VIDRO EMBALAGEM COM PULVERIZADOR, COM NO MÍNIMO 500ML	L. CAMPO	71	R\$ 5,98	R\$ 424,58
17	LIMPADOR DE SUPERFÍCIES DE INOX (SPRAY) INDICADO PARA A LIMPEZA DE ELEVADORES; CONCENTRADO A BASE D'AGUA, ÓLEO MINERAL, MONO-OLEATO DE SORBITAN, ETANOLAMINA E BUTANO/PROPANO COMO PROPELENTE; APRESENTADO EM AEROSOL, COM 75% DE CONCENTRADO E 25% DE PROPELENTE; EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400ML/GR; MARCA DE REFERENCIA: BRILHA INOX SCOTCH-BRITE - 3M	3M	10	R\$ 42,74	R\$ 427,40
20	LUVA DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, TAMANHO MÉDIO, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORMATO ANATÔMICO, LUBRIFICADA COM TALCO OU PÓ BIOABSORVÍVEL	VOLK	10	R\$ 1,97	R\$ 19,70
23	PANO MULTIUSO MICROFIBRA MEDIDA APROXIMADA 30CM X 30CM	NOBRE	155	R\$ 2,60	R\$ 403,00
28	RODO DE PLÁSTICO 60 CM, DUPLO, COM CABO DE MADEIRA.	VERPLAST	7	R\$ 8,50	R\$ 59,50
31	SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 05 LITROS.	VERDESAN	35	R\$ 10,57	R\$ 369,95
34	SACO DE LIXO PRETO 150 L SACO DE LIXO EM POLIETILENO, REFORÇADO (MÍNIMO DE 12 MICRAS), CAPACIDADE PARA 150 LITROS, COR PRETA (PARA EVITAR	NAVEPLAST	5.725	R\$ 0,29	R\$ 1.660,25

	A VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO), EMBALAGEM COM UNIDADES PICOTADAS OU INDIVIDUALIZADAS.				
38	VASSOURA DE PALHA DE MILHO AMARELA COM TRÊS AMARAÇÕES, COM CABO RETO COM NO MÍNIMO 130 CM DE COMPRIMENTO.	COLONIAL	5	R\$ 11,51	R\$ 57,55
VALOR TOTAL					R\$ 5.775,93

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

Publicação Nº 2752926

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VIGÊNCIA:

09/12/2021.

FORNECEDOR:**ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 15/2020.**

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços n. 15/2020, cujos preços do fornecedor classificado em primeiro lugar estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Presencial n. 13/2020.

LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.483.630/0001-03, com sede na Rua Walter Marquardt, 2410, Sala 01, Barra do Rio Molha,

Jaraguá do Sul - SC, CEP 89.259-970, telefones: (47) 3370-7271/3370-7271,

e-mail: limpexcel.produtos@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	MARCA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	PANO DE CHÃO SACO ALVEJADO ;100% ALGODÃO; TAMANHO MÍNIMO: 45X70 CM (PODENDO ULTRAPASSAR ATÉ 15% DA MEDIDA MÍNIMA)	PANOPRATIC	307	R\$ 2,13	R\$ 653,91
25	PAPEL TOALHA - PACOTE COM 2 ROLOS EMBALAGEM COM 2 ROLOS COM NO MÍNIMO 50 TOALHAS PICOTADAS, FOLHAS DUPLAS ABSORVENTES, MEDIDA MÍNIMA 19 X 22 CM CADA.	FACE FACE	970	R\$ 2,44	R\$ 2.366,80
33	SACO DE LIXO PRETO 60 L SACO DE LIXO, CAPACIDADE PARA 60 LITROS, COR ESCURA (PARA EVITAR A VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO). EMBALAGEM COM UNIDADES PICOTADAS OU INDIVIDUALIZADAS.	NAVEPLAST	150	R\$ 0,11	R\$ 16,50
VALOR TOTAL					R\$ 3.037,21

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

Publicação Nº 2752927

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VIGÊNCIA:

09/12/2021.

FORNECEDOR:

PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI- ME, inscrita no CNPJ/MF sob

nº 26.682.219/0001-01, com sede na Rua Caribe, 99, Velha Central, Blumenau - SC,

CEP 89.046-635, telefones: 47-3288-7375, e-mail: performaceblumenau@hotmail.com.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	MARCA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	BALDE PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 9 A 12 LITROS	ARQPLAST	6	R\$ 3,83	R\$ 22,98
7	DESINFETANTE EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 5 LITROS	SUPER	66	R\$ 5,07	R\$ 334,62
24	PAPEL HIGIÊNICO EXTRA LUXO - GRAMATURA MÍNIMA DE 18 GRAMAS - COR BRANCA - 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS - ROLÃO COM NO MÍNIMO 300M / DIAMETRO MÁXIMO 230MM PARA DISPENSER COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: 285MM X 265MM X 115MM (ALT X XL ARG X PROF) - EMBALAGENS NO MÍNIMO 8 UNIDADES.	JUMO	137	R\$ 28,70	R\$ 3.931,90
26	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS EXTRA LUXO - GRAMATURA MÍNIMA 24 GRAMAS - COR BRANCA, 100% FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, 02 DOBRAS MEDIDAS MÍNIMAS 20 X 20 EMBALAGEM COM 1000 FOLHAS PARA DISPENSER COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: 320MM X 250MM X 130MM (ALT. X LARG. X PROF.)	DALU/DAMA SPEL	1.280	R\$ 6,50	R\$ 8.320,00
37	VASSOURA (SEM CABO) CERDAS SINTETICAS BASE EM ROSCA SEM CABO	DUPLAS	38	R\$ 3,00	R\$ 114,00
VALOR TOTAL					R\$ 12.723,50

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

Publicação Nº 2752928

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VIGÊNCIA:

09/12/2021.

FORNECEDOR:

SANTA RITA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, inscrita no

CNPJ/MF sob nº 36.260.828/0001-26, com sede na Rua POMERANOS, 5921,

SALA 02, SÃO ROQUE, Timbó - SC, CEP 89.120-000, telefones: 47-9183-8051,

3371-0880, e-mail: santaritaemb@gmail.com.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	MARCA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AGUA SANITARIA EMBALAGEM DESCARTÁVEL COM NO MÍNIMO 01 LITRO	SUPER	620	R\$ 1,36	R\$ 843,20
2	ALCOOL GEL 70%	SUPER	225	R\$ 30,10	R\$ 6.772,50
5	CERA LÍQUIDA INCOLOR PARA PISOS E ASSOALHOS (SEM NECESSIDADE DE ENCERADEIRA) EMBALAGEM NO MÍNIMO 750 ML	WORKER	7	R\$ 3,20	R\$ 22,40
6	DESENTUPIDOR MANUAL TIPO BOMBA DIAMETRO DA PONTA: MÍNIMO DE 140MM; COMPRIMENTO TOTAL DO DESENTUPIDOR: MÍNIMO DE 500MM	KALA	3	R\$ 59,95	R\$ 179,85
8	DESODORIZADOR DE AR EM "SPRAY" SEM CFC; EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 360ML	ULTRA FRESH	56	R\$ 5,70	R\$ 319,20
9	DETERGENTE COM GLICERINA; BIODEGRADÁVEL, COM BICO DOSADOR, EMBALAGEM DESCARTÁVEL COM NO MÍNIMO 500 ML	SUPER	335	R\$ 1,15	R\$ 385,25
10	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASOS SANITÁRIOS COM HASTE E SUPORTE, NA COR BRANCA.	RIO SUL	2	R\$ 3,50	R\$ 7,00
12	ESPONJA DE AÇO INOX 8 GRAMAS	3M	35	R\$ 2,25	R\$ 78,75
13	ESPONJA DUPLA FACE MEDIDA MÍNIMA DE 100X70X20MM	TININDO	392	R\$ 0,43	R\$ 168,56

	(PODENDO ULTRAPASSAR ATÉ 10% DA MEDIDA MÍNIMA)				
14	ESPONJA DE LÃ DE AÇO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 60 GRAMAS E PACOTE COM NO MÍNIMO 08 UNIDADES.	VEGA	17	R\$ 1,14	R\$ 19,38
18	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTI-USO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML	PERFECT	200	R\$ 2,12	R\$ 424,00
19	LUSTRA MÓVEIS BRILHO SECO, EMBALAGEM DESCARTÁVEL COM NO MÍNIMO 200ML	WORKER	21	R\$ 1,67	R\$ 35,07
21	PANO DE COPA (LOUÇA) PANO DE PRATO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, MEDIANDO NO MÍNIMO 45 X 60 CM	MARTINS	52	R\$ 1,67	R\$ 86,84
27	PASTILHA ADESIVA DESINFETANTE E PERFUMADA	SANY	272	R\$ 0,95	R\$ 258,40
29	SABAO EM BARRA PACOTE COM 05 UNIDADES COM NO MÍNIMO 200G.	GIRANDO SOL	31	R\$ 4,48	R\$ 138,88
30	SABÃO EM PÓ EMBALAGEM COM 5 KG.	BREEZE	33	R\$ 3,13	R\$ 103,29
32	SACO DE LIXO PRETO 20 L SACO DE LIXO, CAPACIDADE PARA 20 LITROS, COR ESCURA (PARA EVITAR A VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO). EMBALAGEM COM UNIDADES PICOTADAS OU INDIVIDUALIZADAS.	NAVEPLAST	15.625	R\$ 0,05	R\$ 781,25
35	SAPONÁCEO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	PERFECT	75	R\$ 2,14	R\$ 160,50
36	VASSOURA COM CERDAS SINTÉTICAS MEDIDAS MÍNIMAS: CERDAS SINTÉTICAS PLUMADAS, CABO RETO COM 130 CM DE COMPRIMENTO; CEPA COM NO MÍNIMO 25 CM. DE COMPRIMENTO E 4 CM. DE LARGURA. (DIVERGENCIA TOLERADA DE ATÉ 15% NAS MEDIDAS).	DALCIN	47	R\$ 4,23	R\$ 198,81
VALOR TOTAL					R\$ 10.983,13

MD 3523

Publicação Nº 2754129

RESOLUÇÃO MD Nº 3523
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 25 de novembro de 2020, o servidor público Irineu Machado, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 25 de novembro de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3524

Publicação Nº 2754154

RESOLUÇÃO MD Nº 3524
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 25 de novembro de 2020, a servidora pública Marina Nunes Duarte, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 25 de novembro de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3525

Publicação Nº 2754221

RESOLUÇÃO MD Nº 3525
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 26 de novembro de 2020, a servidora pública Solange Avi, ocupante do cargo de Assessor da Mesa Diretora, de provimento em comissão, lotado junto à Mesa Diretora - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 26 de novembro de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3526

Publicação Nº 2754222

RESOLUÇÃO MD Nº 3526
NOMEIA LUIZ CARLOS WEIGENANT EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 26 de novembro de 2020, Luiz Carlos Weigenant, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 26 de novembro de 2020.
MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3527

Publicação Nº 2754223

RESOLUÇÃO MD Nº 3527
NOMEIA DIEGO FERNANDO ZIMMERMANN EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 26 de novembro de 2020, Diego Fernando Zimmermann, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 26 de novembro de 2020.
MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3528

Publicação Nº 2754224

RESOLUÇÃO MD Nº 3528
NOMEIA ARISTEU JOSÉ AVI EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 27 de novembro de 2020, Aristeu José Avi, no cargo de Assessor da Mesa Diretora, de provimento em comissão, lotado junto à Mesa Diretora - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional

do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 27 de novembro de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA

Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA

1º Secretário 2º Secretário

MD 3529

Publicação Nº 2754225

RESOLUÇÃO MD Nº 3529

NOMEIA ADRIANA BAUER EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 27 de novembro de 2020, Adriana Bauer, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Ailton de Souza - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 27 de novembro de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA

Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA

1º Secretário 2º Secretário

MD 3530

Publicação Nº 2754226

RESOLUÇÃO MD Nº 3530

RATIFICA O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA VANESSA RAYMUNDO IURK AO EXERCÍCIO DO CARGO EFETIVO, APÓS LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, E DEFINE A LOTAÇÃO DO SEU CARGO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica ratificado o retorno, em 21 de outubro de 2020, a pedido, da servidora pública efetiva Vanessa Raymundo Iurk ao exercício do cargo de Assistente Legislativo, após licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 139, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Fica definida a lotação do cargo da servidora pública, junto à Coordenação de Gestão de Pessoas, nos termos do art. 144, § 1º, da Lei Complementar nº 660/2007.

Art. 2º Fica determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal, que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional da servidora pública indicada no art. 1º, para que gere os efeitos legais.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 21 de outubro de 2020.

Câmara Municipal de Blumenau, 3 de dezembro de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA

Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA

1º Secretário 2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PORTARIA Nº 520/2020

Publicação Nº 2752656

PORTARIA Nº520/2020
De 23 de Novembro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR POR MAIS UM ANO A CONTRATAÇÃO, no cargo de Técnico em Enfermagem, da Sra. Nanci Aparecida da Silva Padilha, nível salarial AOG - 6, nascida em 13/06/1966, filha de Nelson Antônio da Silva e de Eloar Pereira da Silva, portadora do RG 1.966.100 do CPF 594.062.919-91.

Art. 2º - A contratação justifica-se, até o retorno da funcionária Izabel Nunes Martendal, que se encontra em auxílio doença.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir de 25/09/2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 23 de Novembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 531/2020

Publicação Nº 2752659

PORTARIA Nº 531/2020
De 01 de Dezembro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Secretária Adjunta da Saúde, nível salarial DCA-4, a Sra. TAINÁ PEREIRA LIMA, nascida em 17/01/1997, filha de Valmi Rodrigues Lima e de Adriana Pereira, portadora do RG: 6.933.615 e do CPF: 094.329.539-47, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 01 de Dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 532/2020

Publicação Nº 2752660

PORTARIA Nº 532/2020
De 01 de Dezembro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Secretário de Transporte e Obras, nível salarial DCA - 5, o Sr. MARCO AURÉLIO DOS SANTOS, nascido em 01/04/1991, filho de Odair Pereira dos Santos e de Maria Idê Aguiar dos Santos, portador do RG: 4.472.887 e do CPF: 072.861.369-76, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 01 de Dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 533/2020

Publicação Nº 2752664

PORTARIA Nº 533/2020
De 07 de Dezembro de 2020

SUBSTITUIR MEMBRO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO ATRAVÉS DA PORTARIA 417/2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

RESOLVE:

Art. 1º - Fará parte do Processo Administrativo a Sra. Geila Preza Vieira Ribeiro, Portaria de nomeação nº 040/2003 em substituição ao Sr. Oneide Nunes Zaneta, que se encontra em auxílio doença.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 07 de Dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se

PORTARIA Nº 534/2020

Publicação Nº 2752667

PORTARIA Nº 534/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 38/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 00.802.002/0001-02, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 535/2020

Publicação Nº 2752671

PORTARIA Nº 535/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 40/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 81.706.251/0001-98, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 536/2020

Publicação Nº 2752676

PORTARIA Nº 536/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 41/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 28.093.678/0001-85, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 537/2020

Publicação Nº 2752681

PORTARIA Nº 537/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 42/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 02.520.829/0003-02, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 538/2020

Publicação Nº 2752685

PORTARIA Nº 538/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 43/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 12.014.370/0001-67, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 539/2020

Publicação Nº 2752687

PORTARIA Nº 539/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 44/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 07.164.711/0001-40, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 540/2020

Publicação Nº 2752690

PORTARIA Nº 540/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 45/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa A.G. KIENEN & CIA LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 82.225.947/0001-65, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 541/2020

Publicação Nº 2752694

PORTARIA Nº 541/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 46/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa L A DALLA PORTA JUNIOR, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 11.145.401/0001-56, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 542/2020

Publicação Nº 2752697

PORTARIA Nº 542/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 47/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.386.283/0001-13, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 543/2020

Publicação Nº 2752698

PORTARIA Nº 543/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 48/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 05.782.733/0003-00, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 544/2020

Publicação Nº 2752700

PORTARIA Nº 544/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Angela Juliani Melo - matrícula 1126, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 39/2020 referente ao Pregão Presencial nº 05/2020 com a empresa METROMED - COM. DE MATERIAL MED. HOSPITALAR LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 83.157.032/0001-22, que tem por objetivo: Registro de Preços para aquisição fracionada de medicamentos para atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Bom Jardim da Serra – SC.

Art. 2º Designar Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 545/2020

Publicação Nº 2752703

PORTARIA Nº 545/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Lucas Bianchini Damacena - matrícula 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 115/2020 referente a Dispensa de Licitação nº 22/2020 com a empresa GREEN LIGHT ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE EIRELI - EPP, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 05.506.192/0001-26, que tem por objetivo: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA DE 94 UNIDADES DE BRAÇO CURVO SIMPLES, FABRICADO EM TUBO DE AÇO SAE 1010/1020, COM SAPATA, GALVANIZADO A FOGO COMPRIMENTO DE 3000 MM MODELO SKB 48/3000

Art. 2º Designar Joaquim Antonio Ribeiro - matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 546/2020

Publicação Nº 2752705

PORTARIA Nº 546/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Lucieli Matos Pereira– matrícula 2543, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 15/2019 referente a Dispensa de Licitação nº 12/2019 com a empresa COMUNIDADE TERAPÊUTICA RESILIÊNCIA LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 13.353.096/0001-13, que tem por objetivo: TRATAMENTO E INTERNAÇÃO EM COMUNIDADE TERAPÊUTICA O PACIENTE THIAGO DAMACENO COSTA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

Art. 2º Designar Marli Angra, matrícula 1176, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Revoga-se a Portaria 325/2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 547/2020

Publicação Nº 2752706

PORTARIA Nº 547/2020
09 de dezembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei Federal 8666/93 e ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta 0002/2018/02PJ/SJA

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Lucas Bianchini Damacena - matrícula 2238, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato Nº 116/2020 referente ao Pregão Presencial nº 22/2020 com a empresa THEISS & MORAIS LTDA, empresa privada com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 07.596.464/0001-51, que tem por objetivo: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MUDAS DE ÁRVORES, MUDAS DE FLORES, INSUMOS E MÃO-DE-OBRA PARA O PLANTIO DESTAS, CONFORME ANEXO.

Art. 2º Designar Joaquim Antonio Ribeiro - matrícula 2224, para na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Retiro

PREFEITURA

1013.12.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANA P. SILVA

Publicação N° 2753877

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1013/20 de 09.12.20
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 07 de dezembro com término no dia 20 de dezembro de 2020, a funcionária Luciana Paula da Silva, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde – Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS – São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1014.12.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE H. MASSUQUETTI

Publicação N° 2753878

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1014/20 de 09.12.20
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2020, a funcionária Eliane Hoffmann Mazzuchetti, Ocupante do cargo de Servente – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1015.12.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA CHINI

Publicação N° 2753880

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1015/20 de 09.12.20
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 08 de dezembro com término no dia 11 de dezembro de 2020, a funcionária Terezinha Chini, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem - Padrão I – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1016.12.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DAURI DEUCHER

Publicação N° 2753881

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1016/20 de 09.12.20
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 07 de dezembro com término no dia 09 de dezembro de 2020, ao funcionário Dauri Deucher, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

1017.12.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE M. SILVEIRA

Publicação N° 2753882

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1017/20 de 09.12.20
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 08 de dezembro com término no dia 21 de dezembro de 2020, a funcionária Neide Maria Silveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
ec. Mun. Administração e Fazenda

119.20 - COMISSÃO FIX. PLANTA GENÉRICA

Publicação Nº 2753867

Decreto n.º 119/20 de 09.12.20.

Nomeia Comissão para Fixação da Planta Genérica de Valores Urbanos e Rurais para o exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais de acordo com o art. 204 da Lei Complementar 11/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, para os efeitos da legislação, as pessoas abaixo relacionadas para comporem, sob a presidência da primeira, a comissão para elaborar a Planta Genérica de Valores Urbanos e Rurais, para o exercício de 2021:

- Martim Afonso Konno de Dornellas Cysneiros
- Marilu de Almeida
- Nilton César dos Santos
- Alceu dos Santos
- Renan Rodrigo Bernieri

Art. 2º. A Planta Genérica de Valores deverá atribuir valores a cada região do município, levando em consideração suas particularidades próprias.

Parágrafo único. Havendo necessidade, cada região poderá ser dividida em setores.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 84/19 de 13 de dezembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
em 09 de dezembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Nilton Cesar dos Santos
Sec. Mun. Administração e Fazenda

120.20 - DEC. VENCIMENTOS BOM RETIRO-2021

Publicação Nº 2753869

Decreto n.º 120/20 de 09.12.20.

DISPÕE SOBRE OS VENCIMENTOS DA TAXA ÚNICA DE LICENÇA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, FISCALIZAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA DE ATIVIDADE ECONÔMICA OU SOCIAL – TLLF E A QUANTIDADE DE PARCELAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA DE BASE FIXA E DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA POR HOMOLOGAÇÃO E DE ENQUADRAMENTO POR ESTIMATIVA FISCAL E DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. A Taxa Única de Licença de Localização, Funcionamento, Fiscalização, Saúde e Segurança de Atividade Econômica ou Social – TLLF tem o vencimento da parcela única, do exercício de 2021, fixada para 26 de fevereiro de 2021.

Art. 2º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza por homologação tem seu vencimento fixado para o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do fato gerador.

Parágrafo único. No caso do dia 15 (quinze) ocorrer em sábado, domingo ou feriado, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza de enquadramento por estimativa fiscal obedecerá aos mesmos critérios do art. 2º e seu parágrafo único.

Art. 4º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza de base fixa tem os seguintes vencimentos:

I – profissionais de nível superior em 6 (seis) parcelas:

- a) 1ª parcela em 26 de fevereiro de 2021;
- b) 2ª parcela em 30 de abril de 2021;
- c) 3ª parcela em 30 de junho de 2021;

- d) 4ª parcela em 31 de agosto de 2021;
- e) 5ª parcela em 29 de outubro de 2021;
- f) 6ª parcela em 30 de novembro de 2021.

II – profissionais de nível médio em 4 (quatro) parcelas:

- a) Parcela única ou primeira parcela em 26 de fevereiro de 2021;
- b) Segunda parcela em 30 de abril de 2021;
- c) Terceira parcela em 30 de junho de 2021;
- d) Quarta parcela em 31 de agosto de 2021.

III – profissionais sem especialização em 2 (duas) parcelas:

- a) Parcela única ou primeira parcela em 26 de fevereiro de 2021;
- b) Segunda parcela em 30 de abril de 2021.

Art. 5º. O Imposto Predial e Territorial Urbano tem o vencimento da parcela única ou da primeira parcela, do exercício de 2021, fixada para 31 de março de 2021 e as seguintes em 31 de maio de 2021 e 30 de julho de 2021.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 85/19 de 13 de dezembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
em 09 de dezembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Nilton Cesar dos Santos
Sec. Mun. Administração e Fazenda

EDITAL-IPTU-2021

Publicação Nº 2753875

EDITAL

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica a todos os contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU o lançamento do tributo para o exercício de 2021 da seguinte forma:

- Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 31 de MARÇO de 2021;
- 1ª parcela em 31 de MARÇO de 2021;
- 2ª parcela em 31 de MAIO de 2021;
- 3ª parcela em 31 de JULHO de 2021.

Caso não receba seu carnê até 16 de março de 2021, deverá retirar seu carnê no Departamento de Tributação e Fiscalização, na Prefeitura Municipal situada na Avenida Major Generoso, 350 – Bairro São José – Bom Retiro - SC.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 09 de dezembro de 2020.

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec.. Munic. Adm. e Fazenda

EDITAL-ISQN-2021

Publicação Nº 2753872

EDITAL

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica a todos os contribuintes que a Taxa Única de Licença de Localização, Funcionamento, Fiscalização, Saúde e Segurança de Atividade Econômica ou Social – TLLF tem o vencimento da parcela única, do exercício de 2021, fixada para 26 de fevereiro de 2021 e os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN, de tributação fixa, o lançamento do tributo para o exercício de 2021 da seguinte forma:

- a) profissionais de nível superior em 6 (seis) parcelas:
 - Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 26 de fevereiro de 2021;

- 1ª parcela em 26 de fevereiro de 2021;
- 2ª parcela em 30 de abril de 2021;
- 3ª parcela em 30 de junho de 2021;
- 4ª parcela em 31 de agosto de 2021;
- 5ª parcela em 29 de outubro de 2021;
- 6ª parcela em 30 de novembro de 2021.

b) profissionais de nível médio em 4 (seis) parcelas:

- Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 26 de fevereiro de 2021;
- 1ª parcela em 26 de fevereiro de 2021;
- 2ª parcela em 30 de abril de 2021;
- 3ª parcela em 30 de junho de 2021;
- 4ª parcela em 31 de agosto de 2021.

c) profissionais sem especialização em 2 (duas) parcelas:

- Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 26 de fevereiro de 2021;
- 1ª parcela em 26 de fevereiro de 2021;
- 2ª parcela em 30 de abril de 2021.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 09 de dezembro de 2020.

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec.. Munic. Adm. e Fazenda

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 221/2020 A 225/20 E CONTRATO 43/202020

Publicação N° 2751026

Extrato Ata de Registro de Preços 221/2020

Ata de Registro de Preços nº 221/2020 do Pregão Eletrônico nº 75/2020, Processo 125/2020. Objeto: Contratação de empresa para realizar o levantamento patrimonial acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública, dos bens móveis do município de Bom Retiro. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Priori Serviços e Soluções, Contabilidade Eireli. CNPJ nº 11.385.969-0001-44; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de dezembro de 2020; Data de Assinatura: 10/12/2020. Preço total registrado: R\$ 25.400,00.

Extrato Ata de Registro de Preços 222/2020

Ata de Registro de Preços nº 222/2020 do Pregão Eletrônico nº 80/2020, Processo 135/2020. Objeto: Aquisição de materiais medico hospitalares, para prevenção e combate ao Covid 19, para utilização das Secretarias e Fundos Municipais. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda. CNPJ nº 83.157.032/0001-22; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de dezembro de 2020; Data de Assinatura: 10/12/2020. Preço total registrado: R\$ 4.890,00.

Extrato Ata de Registro de Preços 223/2020

Ata de Registro de Preços nº 223/2020 do Pregão Eletrônico nº 80/2020, Processo 135/2020. Objeto: Aquisição de materiais medico hospitalares, para prevenção e combate ao Covid 19, para utilização das Secretarias e Fundos Municipais. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: S. V. Braga Importadora Eireli. CNPJ nº 30.888.187/0001-72; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de dezembro de 2020; Data de Assinatura: 10/12/2020. Preço total registrado: R\$ 5.220,00.

Extrato Ata de Registro de Preços 224/2020

Ata de Registro de Preços nº 224/2020 do Pregão Eletrônico nº 80/2020, Processo 135/2020. Objeto: Aquisição de materiais medico hospitalares, para prevenção e combate ao Covid 19, para utilização das Secretarias e Fundos Municipais. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Dife Distribuidora de Medicamentos Ltda. CNPJ nº 10.566.711/0001-81; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de dezembro de 2020; Data de Assinatura: 10/12/2020. Preço total registrado: R\$ 37.000,00.

Extrato Ata de Registro de Preços 225/2020

Ata de Registro de Preços nº 225/2020 do Pregão Eletrônico nº 80/2020, Processo 135/2020. Objeto: Aquisição de materiais medico hospitalares, para prevenção e combate ao Covid 19, para utilização das Secretarias e Fundos Municipais. Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: Health Care & Dubebe Indústria, Comércio, Importação Ltda. CNPJ nº 18.252.904/0001-70; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de dezembro de 2020; Data de Assinatura: 10/12/2020. Preço total registrado: R\$ 12.800,00.

Extrato Contrato 43/2020 Tomada de Preços 08/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Marcia da Cunha Ventura Epp.

Objeto: Construção de uma Unidade Básica de Saúde, localizada no Bairro Capistrano.

Valor Total: R\$ 306.959,86 (trezentos e seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos)

Bom Retiro, 10 de dezembro de 2020.

Vilmar Jose Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2020

Publicação Nº 2752622

MINUTA EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2020

O Município de Bom Retiro torna público Edital de Concorrência Pública 01/2020 para Cessão de uso de bem público com área de 95 m², em alvenaria em condições de funcionalidade, instalações elétricas e hidráulicas regulares objetivando a comercialização de gêneros alimentícios, artesanato e objetos de decoração, com localização no Parque de Exposições do Município de Bom Retiro, às margens da BR 282, km 122. Abertura Concorrência Pública: dia 12/01/21 às 14h30min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 350. Maiores informações pelo Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de dezembro de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PE 83/2020

Publicação Nº 2752587

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2020 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 09h30min do dia 07 de janeiro de 2021, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 83/2020, objetivando a Contratação de empresa para realização de processo seletivo, envolvendo todo o trâmite necessário desde a elaboração de edital até a divulgação dos resultados, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de dezembro de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PP 84/2020

Publicação Nº 2753275

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2020 SRP

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 84/2020, SRP objetivando Aquisição de combustível para manutenção da frota municipal, máquinas e equipamentos do município, com abastecimento direto na bomba do Posto Vencedor, localizado dentro do Perímetro do município de Bom Retiro. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 350, Centro, até dia 07/01/21 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de dezembro de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

MINUTA PP 85/2020

Publicação Nº 2752588

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2020 SRP

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 85/2020, SRP objetivando Aquisição de madeiras tratadas, para construção de mangueiras novas, utilizadas na realização da Feira do Gado, no Parque de Exposições. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 350, Centro, até dia 07/01/21 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de dezembro de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO ATA REGISTRO DE PREÇOS 173/2020

Publicação N° 2752410

SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 173/2020

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Josemir Cadorin ME.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reajuste no percentual de 24,99% do item 01 (Tubo com 120cm de diâmetro -PA1), passando o valor da unidade de R\$ 357,95 para R\$ 447,40, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 11 de dezembro de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO N° 2634 2020**

Publicação N° 2752414

DECRETO N° 2634/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
Superávit Financeiro No
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0006 - Segurança Pública	
0181 - Policiamento	
0019 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
66 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	
Cód. 436 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 03001100 - Superávit - CBM	2.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03001100 - Superávit - CBM	2.000,00
---	----------

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 10,20 (dez reais e vinte centavos), conforme abaixo especificado:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
001 - Divisão de Educação	
0012 - Educação	
0361 - Ensino Fundamental	
0004 - GESTÃO EM EDUCAÇÃO	
16 - MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Cód. 439 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 03370374 - Superávit - PNATE Fundamental	10,20

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03370374 - Superávit - PNATE Fundamental	10,20
---	-------

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 10,43 (dez reais e quarenta e três centavos), conforme abaixo especificado:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
001 - Divisão de Educação	
0012 - Educação	
0306 - Alimentação e Nutrição	
0027 - MERENDA ESCOLAR	
12 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	
Cód. 440 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 03370371 - Superávit - PNAE Fundamental	10,43

Art. 6º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 5º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03370371 - Superávit - PNAE Fundamental	10,43
--	-------

Art. 7º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 26,58 (vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme abaixo especificado:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
001 - Divisão de Educação	
0012 - Educação	
0361 - Ensino Fundamental	
0004 - GESTÃO EM EDUCAÇÃO	
14 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Cód. 441 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 03370377 - Superávit - PDDE	26,58

Art. 8º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 7º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Fonte de recurso - 03370377 - Superávit - PDDE	26,58
--	-------

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 3 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 3 de dezembro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2636 2020

Publicação Nº 2752403

DECRETO Nº 2636/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
Excesso de Arrecadação No
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 255.584,35 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0026 - Transporte	
0782 - Transporte Rodoviário	
0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	
35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Cód. 183 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros	255.584,35
Programas	

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020

Fonte de recurso - 01830083 - Operações de Crédito Internas - Outros	255.584,35
Programas	

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 9 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 9 de dezembro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2637 2020

Publicação Nº 2752406

DECRETO Nº 2637/2020**“Abre Crédito Suplementar Por
ANULAÇÃO NO
ORÇAMENTO DE 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0026 - Transporte	
0782 - Transporte Rodoviário	
0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	
35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Cód. 100 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0026 - Transporte	
0782 - Transporte Rodoviário	
0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	
35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
Cód. 22 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	50.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 9 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 9 de dezembro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 52/2018 - SINNC SOLUÇÕES

Publicação Nº 2752847

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 52/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Botuverá

Contratada: SINNC Soluções Ltda

Objeto: O presente TERMO ADITIVO, tem por objeto prorrogar o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, a partir do vencimento da data original do contrato administrativo nº 52/2018, conforme previsto na cláusula nona do contrato original.

Reajuste: Assim em conformidade com o item três ponto nove do contrato original, o presente contrato sofrerá um reajuste de 4,77% referente ao INPC acumulado até outubro/2020.

LEI_COMPLEMENTAR_50_2020_ISS_ALTERACAO

Publicação Nº 2753194

LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 05, DE 07 DE MAIO DE 2020, CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal, no uso da atribuição que lhe confere o artigo a Lei Orgânica do Município de Botuverá/SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 05/2010, de 07 de Maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 269º...

[...]

XXIV - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09.

§ 4º. Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do caput deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 5º. No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

§ 6º. Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6º deste artigo.

§ 7º. No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 8º. O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços, relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras; ou

III - emissoras de cartões de crédito e débito.

§ 9º. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços, o tomador é o cotista.

§ 10º. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§ 11º. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País."

Art. 284...

[...]

IV - as pessoas referidas nos incisos II ou III do § 8º do Art. 269 desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Município de Botuverá, em 10 de Dezembro de 2020.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL76/2020-DISPENSA Nº08/2020-LOCAÇÃO IMÓVEL SEC. DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2753781

PROCESSO Nº76/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº08/2020

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo de Dispensa nº 08/2020, tendo como objeto a locação de Imóvel para sediar a Secretaria de Educação e Biblioteca Municipal.

Favorecido: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BOTUVERA, inscrito no CNPJ 82.991.332/0001-40 e IE 253050073, sediado na rua João Morelli, nº 134, Centro, CEP-88.295-000, Botuverá-SC

Valor R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais)

Período inicial:12(doze) meses

Informações Setor de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC, Fone/Fax (47) 3359-3200, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br

José Luiz Colombi
Prefeito

PORTARIA_140_2020_DEMISSAO_TEMPORARIOS

Publicação Nº 2753700

PORTARIA Nº 140/2020.

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- O Término do contrato de trabalho

Resolve:

Art. 1º- Demitir os (as) empregados (as) temporários (as), a partir de 14/12/2020, conforme relação abaixo:

NOME	CARGO
Claudete Graf	Professor
Sirlene Maria de Souza e Silva	Professor
Joice Paulini	Professor
Arlete Maria Vicentini	Monitor Escolar
Patricia Aparecida Leoni	Professor
Rosani Roversi Hillesheim	Professor
Marlete Lacerda	Servente Escolar
Sandra Aparecida Colzani Comandolli	Professor
Ellen Cristiane Gonçalves Ulrich	Monitor Escolar
Maindra Maria Bambinetti	Professor
D-bora Cristina de Oliveira Rescarolli	Servente Escolar
Márcia Franzen	Professor
Maria Vanuza Kuth	Monitor Escolar
Diana Smanioto Lamim	Monitor Escolar
Shaiani Clerice	Monitor Escolar
Sandra Hodecker Scharf	Professor
Marlize Maria Maestri Hort	Professor
Patricia Bechtold Nau	Servente Escolar
Evenita Beatriz Bonomini	Professor
Suellen Hoffmann	Professor
Valquiria de Amorim da Costa	Professor
Ana Paula Rodrigues	Professor
Sabrina Vilela Ribeiro	Nutricionista
Fabiola Schranh Amaral dos Santos	Monitor Escolar
Denise Fátima de Oliveira Mannchen	Monitor Escolar
Bruna da Silva Rescarolli	Servente Escolar
Steffani Merisio Martins	Monitor Escolar
Marilene Dalabeneta Pavesi	Servente Escolar
Gisele Gelatti	Professor
Vanessa Augusto Silvestre	Monitor Escolar
Jaqueline Rescarolli Smanioto	Monitor Escolar
Eduarda Paloschi	Professor
Elizete Jesus dos Santos	Professor
Uiara Fabiana de Oliveira	Professor

Art. 2º - A demissão do artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 10 de Dezembro de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 151/2020

Publicação Nº 2754098

DECRETO Nº. 151/2020.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,
DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 - GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção da Defesa Civil

(173) – 3.3.90.00.00.00.00 0100 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 - GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção da Defesa Civil

(187) – 4.4.90.00.00.00.00 0100 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 04 de Dezembro de 2020.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2020

Publicação Nº 2753529

PORTARIA Nº 127/2020

“Dispõe sobre o Afastamento Preventivo de servidor no Processo de Sindicância nº 002/2020, e dá outras providências”

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, etc.

RESOLVE:

Art.1º Ordenar, nos termos do artigo 94 da Lei Complementar nº 09/99, de 17 de Novembro de 1999, o afastamento preventivo, em caráter cautelar, do servidor ADEMIR ABRANGES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais- Trab. Braçal, nomeado pela Portaria nº 050/2020 de 25/02/2020, pelo prazo de 60(sessenta) dias,sem prejuízo de sua remuneração, tendo em vista o trâmite do processo de sindicância nº 002/2020, para apuração de eventual infração

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de Dezembro de 2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2019

Publicação Nº 2741817

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2019

Número do Registro de Preços: 33/2019		Data do Registro: 12/12/2019		Válido até: 12/12/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do Município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descb. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de lavagem completa de veículos (linha leve (automóveis) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema). (21058)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	34,8019	1
2	Serviço de lavagem completa de veículos (linha leve (automóveis) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (Uno, Celta, Palio, Gol, Corsa, SpaceFox, Fluence, Strada, Saveiro e Ipanema). (21059)	LAV	DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106889 (9897)	MACHADO	0	34,4924	2
3	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (21060)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	44,3719	1
4	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21061)	LAV	DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106889 (9897)	MACHADO	0	44,3474	2
5	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (21062)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	46,8144	1
6	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21063)	LAV	DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106889 (9897)	MACHADO	0	46,8112	2
7	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21064)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	55,7702	1
8	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo sem motor e secagem. (21065)	LAV	DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106889 (9897)	MACHADO	0	55,8449	2
9	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21066)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	64,3189	1
10	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21067)	LAV	DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106889 (9897)	MACHADO	0	64,8787	2
11	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21068)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	73,2747	1
12	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21069)	LAV	DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106889 (9897)	MACHADO	0	73,9124	2
13	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21070)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	81,4163	1
14	Serviço de lavagem completa de veículos (Doblo, Spirm, Kangoo e Kombi) : limpeza completa interna e externa do veículo com motor e secagem. (21071)	LAV	DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106889 (9897)	MACHADO	0	81,3036	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2019

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 33/2019 **Data do Registro:** 12/12/2019 **Válido até:** 12/12/2020
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do Município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Serviço de lavação completa para caminhão caçamba truck: limpeza completa interna e externa. (21065)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	116,0182	1
2			DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106989 (8997)		0	116,6173	2
9	Serviço de lavação completa para caminhão pipa: limpeza completa interna e externa. (21066)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	120,0891	1
2			DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106989 (8997)		0	120,7236	2
10	Serviço de lavação completa para máquinas pesadas: limpeza completa interna e externa. (21067)	LAV	KISLA DE SOUZA 62566130906 (8918)	MACHADO	0	205,5762	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2019

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 33/2019 Data do Registro: 12/12/2019 Válido até: 12/12/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavação dos veículos e máquinas da frota do Município de Braco do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106989 (9897)		0	206,9547	2

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2019

Número do Registro de Preços: 33/2019		Data do Registro: 12/12/2019		Válido até: 12/12/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do Município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2019

PROCESSO Nº 50/2019

(8918) - KISLA DE SOUZA 62566130906

(9887) - DOUGLAS CRISTIANO WIESENER 07744106989

Braço do Trombudo, 12 de Dezembro de 2019.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.793-2020

Publicação Nº 2754313

DECRETO Nº 8.793, DE 30 de novembro de 2020.

Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho de Farmácia e Terapêutica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a Lei Federal n. 12.401, de 28 de abril de 2011, que altera a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor acerca da assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando a Portaria n. 3.916, de 30 de outubro de 1988, a qual aprova a Política Nacional de Medicamentos;

Considerando a Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004, a qual aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, definindo como um de seus eixos estratégicos, a garantia de acesso e equidade às ações de saúde, incluindo a Assistência Farmacêutica;

Considerando o Decreto n. 7.646, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando a necessidade de qualificação da Assistência Farmacêutica, ampliação do acesso de medicamentos à população e a promoção de seu uso racional,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde o Grupo de Trabalho de Farmácia e Terapêutica.

Art. 2º O Grupo tem como objetivo selecionar e propor ao Secretário de Municipal de Saúde o elenco de medicamentos, a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma a promover o seu uso racional na rede Municipal de Saúde, assim como assessorar a gestão nas questões referentes a medicamentos, com respeito às leis que regem o Sistema Único de Saúde Pública e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Art. 3º O Grupo de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde é uma instância colegiada, de caráter consultivo e deliberativo, que decidirá sobre os itens que irão compor a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, padronizados no Município.

Art. 4º Os membros e seus suplentes que comporão o Grupo de Trabalho de Farmácia e Terapêutica, deverão estar vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, cuja nomeação ocorrerá por meio de Portaria assinada pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º O Grupo de trabalho deverá ser composto por no mínimo um representante das seguintes categorias: farmacêutica, enfermagem, odontologia e médica.

Art. 6º Compete ao Grupo de Farmácia e Terapêutica:

I – Revisar a cada 2 (dois) anos a REMUME, publicá-la e disponibilizar aos profissionais da rede pública de saúde;

II – Formular, propor, revisar e/ou divulgar os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, baseados em evidências científicas sobre a eficácia, a efetividade e a segurança do medicamento;

III – Analisar e emitir parecer acerca das solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de itens da REMUME;

IV – Monitorar e contribuir para a promoção ao uso racional de medicamentos constantes na REMUME.

Art. 7º As funções dos membros do Grupo de Trabalho de Farmácia e Terapêutica não serão remuneradas a qualquer título, sendo consideradas serviço público relevante.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário Municipal de Saúde

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8798-2020

Publicação Nº 2753903

DECRETO Nº. 8798, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.275 de 17.12.2019, a Lei nº 4.242 de 09.09.19, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 1.242.007,25 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, sete reais e vinte e cinco centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.17.00 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC

VALOR R\$ 979.454,75

3.3.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos – Outras despesas correntes

0.3.02.00.00 Rec. De Impostos e de Transf. Imp-saúde

VALOR R\$ 262.552,50

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.17.00	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC
Valor Orçado	22.985.895,92
Arrecadação até 08/12/2020	23.965.350,67
Excesso de arrecadação até 08/12/2020	979.454,75
Saldo Utilizado neste ato	979.454,75
Valor a utilizar	0,00

II - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
		0.1.02.00.00	R\$ 1.383,86
		0.3.02.00.00	R\$ 402,62
		0.1.02.00.00	R\$ 0,00
		0.3.02.00.00	R\$ 4,39
54575-9	B.B oxigenioterapia	0.1.02.00.00	R\$ 0,00
225120-5	BB Vigilância Sanitária	0.3.02.00.00	R\$ 13,20
345770-2	BB Farmácia Básica	0.1.02.00.00	R\$ 57,88
		0.3.02.00.00	R\$ 0,00
164-2	CEF Vif Sanitária	0.1.02.00.00	R\$ 0,00
125-1	CEF Vig Sanitária	0.3.02.00.00	R\$ 5.801,66
160-0	CEF Saúde	0.1.02.00.00	R\$ 471.451,54
		0.3.02.00.00	R\$ 237.942,58
162-6	FMS Samu	0.1.02.00.00	R\$ 168,00
245-2	FMS Convênio Folha Pgto	0.3.02.00.00	R\$ 0,00
624025-8	FMS FNS Emenda Parlamentar	0.1.02.00.00	R\$ 41.416,38
		0.3.02.00.00	R\$ 8.253,07
624035-5	FMS FNS Emenda Parlamentar – César Souza	0.1.02.00.00	R\$ 28,50
		0.3.02.00.00	R\$ 0,00
71005-8	FMS Caução	0.1.02.00.00	R\$ 28,50
		0.3.02.00.00	R\$ 0,00
		0.1.02.00.00	R\$ 160,98
		0.3.02.00.00	R\$ 20,51
Total			R\$ 767.133,67

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.02.00.00	R\$ 488.514,94
	0.3.02.00.00	R\$ 0,00
DDO a pagar	0.1.02.00.00	R\$ 16.066,23
	0.3.02.00.00	R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.02.00.00	R\$ 262.552,50
Utilizado neste ato	0.3.02.00.00	R\$ 262.552,50
Saldo a Utilizar	0.3.02.00.00	R\$ 0,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 08 de dezembro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de dezembro de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 8801-2020

Publicação Nº 2753904

DECRETO Nº 8.801, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 781.588,73 (setecentos e oitenta e um mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), para atender as programações abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.146,70

02.004 DGI - Departamento Geral de Infraestrutura

0015.0451.0220.2330 Diretoria-Geral de Infraestrutura - DGI

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.995,42

03.00 Procuradoria-Geral do Município

03.001 Procuradoria-Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria-Geral do Município

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.393,70

05.00 Secretaria de Comunicação Social

05.001 Secretaria de Comunicação Social

0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 754,21

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.1005 Construção, Ampliação e Reforma de Escolas de Ensino Infantil

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.3.36.00 Salário educação

VALOR R\$ 13.464,43

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.1.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 339,60

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolvimento do Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic. Profis.)

VALOR R\$ 65.577,53

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ

VALOR R\$ 47.917,52

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic. Profis.)

VALOR R\$ 208.537,31

11.00 Secretaria Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

11.002 Departamento da Agricultura e Abastecimento

0020.0606.0155.2028 Manutenção do Dpto. de Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.918,01

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 6.660,14

15.00 Secretaria de Assist.social e Habitação

15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação

0008.0243.0108.2231 Manutenção dos Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança

0.1.00.00 Recursos Ordinários

3.3.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos

VALOR R\$ 23,03

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 403.924,80

0004.0121.0010.2015 Manutenção do Departamento de Finanças e Contabilidade

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 263,85

0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.508,21

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos

3.3.91.00 Aplicações Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.164,27

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.146,70

02.004 DGI - Departamento Geral de Infraestrutura

0015.0451.0220.2330 Diretoria-Geral de Infraestrutura - DGI

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.995,42

03.00 Procuradoria-Geral do Município

03.001 Procuradoria-Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria-Geral do Município

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.393,70

05.00 Secretaria de Comunicação Social

05.001 Secretaria de Comunicação Social

0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 754,21

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 339,60

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolvimento do Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic. Profis.)

VALOR R\$ 65.577,53

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ

VALOR R\$ 47.917,52

0.1.18.00 Transferência do Fundeb (aplic. Profis.)

VALOR R\$ 208.537,31

11.00 Secretaria Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

11.002 Departamento da Agricultura e Abastecimento
 0020.0606.0155.2028 Manutenção do Dpto. de Agricultura e Apoio à Agricultura Familiar
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.918,01

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 6.660,14

15.00 Secretaria de Assist.socia e Habitação
 15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 0008.0243.0108.2231 Manutenção dos Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 VALOR R\$ 23,03

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 VALOR R\$ 403.924,80

0004.0121.0010.2015 Manutenção do Departamento de Finanças e Contabilidade
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 263,85

0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.508,21

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 VALOR R\$ 3.164,27

II – Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
21.493-0	B.B Salario Educação C/C 21493-0	0.1.36.00 0.3.36.00	1.252.114,22 741.436,32
TOTAL GERAL			1.993.550,54

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	36,12
Restos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	115.912,20
TOTAL	0.1.36.00/0.3.36.00	115.948,32

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.36.00	1.877.602,22
Valor Utilizado Decreto nº 8534/2020	0.3.36.00	100.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8541/2020	0.3.36.00	103.745,00
Valor Utilizado Decreto nº 8552/2020	0.3.36.00	94.151,00
Valor Utilizado Decreto nº 8585/2020	0.3.36.00	31.496,00
Valor Utilizado Decreto nº 8593/2020	0.3.36.00	107.498,34
Valor Utilizado Decreto nº 8598/2020	0.3.36.00	50.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8613/2020	0.3.36.00	5.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8614/2020	0.3.36.00	180.000,00

Valor Utilizado Decreto nº 8621/2020	0.3.36.00	25.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8624/2020	0.3.36.00	341.442,47
Valor Utilizado Decreto nº 8632/2020	0.3.36.00	60.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8672/2020	0.3.36.00	82.034,58
Valor Utilizado Decreto nº 8732/2020	0.3.36.00	9.368,00
Valor Utilizado Decreto nº 8739/2020	0.3.36.00	2.804,66
Valor Utilizado Decreto nº 8743/2020	0.3.36.00	3.200,00
Valor Utilizado Decreto nº 8763/2020	0.3.36.00	70.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8780/2020	0.3.36.00	181.771,88
Valor Utilizado Decreto nº 8795/2020	0.3.36.00	8.500,00
Valor Utilizado Decreto nº 8797/2020	0.3.36.00	66.521,67
Saldo a Utilizar	0.3.36.00	355.068,62

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09/12/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Dezembro de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 003-2020 -SAMAE- CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Publicação Nº 2753822

EDITAL nº 003/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
LISTA DE INSCRIÇÕES

A Comissão do Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais, torna pública as CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA em ordem classificação por tempo de serviço do Processo Seletivo Simplificado 003/2020 para os cargos de Agente de ETA e Agente de Leitura e Inspeção, conforme segue:

AGENTE DE ETA

PROTOCOLO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
040	Valmir Gonçalves Junior	1º
007	Valmir Valentim Aguirres	2º
032	Paulo Motta	3º
041	Eduardo Gonçalves Correia dos Santos	4º
018	Talita Rosa	5º
023	Thais Maciel Moura Braun	6º
006	Leonardo Rafael de Anchieta Floriano	7º
026	Giovanni Fellini	8º
014	Francine Fonseca Diniz Alga	9º
028	Aline Ferreira Knihs	DECLASSIFICADO
035	Larissa Izabel Duarte	DECLASSIFICADO
037	Diana das Neves	DECLASSIFICADO
042	Karline Heloiza Eger	DECLASSIFICADO

AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO

PROTOCOLO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
002	Cristiano Lopes de Mello	1º
021	Márcio Zuqui	2º
015	Antônio Paulo Miguel	3º
009	Pedro Matias Riffer	4º
033	Rafael Almeida Graudin	5º
017	Orli Alves dos Santos	6º
039	Jeferson de Souza	7º
001	Clairton Leandro Rutz	DESCCLASSIFICADO
003	Alaercio Torresani	DESCCLASSIFICADO
004	Edson Carlos Ouriques	DESCCLASSIFICADO
005	Luiz José Jorge	DESCCLASSIFICADO
008	Valmir Valentim Aguirres	DESCCLASSIFICADO
010	Milton Fraga Leitão Filho	DESCCLASSIFICADO
011	Rogério Biscaia Pereira	DESCCLASSIFICADO
012	Robson Lopes dos Santos	DESCCLASSIFICADO
013	Rosemir de Fátima do Monte Santos	DESCCLASSIFICADO
016	Alyson Todt Epifanio da Silva	DESCCLASSIFICADO
019	Iraneide da Silva Machado	DESCCLASSIFICADO
020	Dandera Amabile dos Santos Thamasia	DESCCLASSIFICADO
022	Rafael da Luz	DESCCLASSIFICADO
024	Bruna Carolina Porto	DESCCLASSIFICADO
025	Emerson Reis	DESCCLASSIFICADO
027	Adinel da Luz	DESCCLASSIFICADO
029	André Farias Pacheco	DESCCLASSIFICADO
030	Diego Fernando Luz	DESCCLASSIFICADO
031	Joedson Moura Brandão	DESCCLASSIFICADO
034	Thais Nascimento Santos	DESCCLASSIFICADO
036	Alexandre Putsch	DESCCLASSIFICADO
038	Carlos Roberto Tenedini	DESCCLASSIFICADO
043	Maria Luana da Silva Bassaneze	DESCCLASSIFICADO
044	Douglas da Silva Gamarra	DESCCLASSIFICADO
045	Igor Williams de Souza Gama	DESCCLASSIFICADO
046	Pedro Afonso Guedes Ribeiro	DESCCLASSIFICADO
047	Clóvis Domingos Pedrini	DESCCLASSIFICADO

Brusque-SC, 11 de dezembro de 2020.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO
PORTARIA 240/2020

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004-2020

Publicação N° 2753793

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004-2020

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato n° 004/2020 entre o Município de Brusque e LOCAMED I LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ASSISTENCIA MEDICA LTDA ME CNPJ: 09.003.066/0001-00 Objeto: termo aditivo prorrogação 21/01/2021 A 20/03/2021 Valor R\$ 15.234,00 Origem preção: 028/2019 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi, Ademir José Jorge, Fernando de Faveri e Bernardo Pvan Mamed.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032-2019-FMS

Publicação N° 2753804

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032-2019-FMS

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato n° 032/2019, entre o Município de Brusque e LOCAMED I LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ASSISTENCIA MEDICA LTDA CNPJ: 09.003.066/0001-00 Objeto: Aditivo de prorrogação R\$ 22.851,00 Origem: preção 028/2019 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Humberto Martins Fornari e Bernardo Pavan Mamed.

EXTRATO CONTRATO Nº 044-2020-FMS

Publicação Nº 2753817

EXTRATO CONTRATO Nº 044-2020-FMS

ESPÉCIE: Contrato n. 044/2020, entre o Município de Brusque, através da Secretária de Saúde e ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - CNPJ sob nº 83.100.388/0001-20. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA CONTINUIDADE NOS SERVIÇOS DA UBS GUARANI, LOCALIZADA NA RUA NICOLAU HASSMANN, BAIRRO GUARANI, NA CIDADE DE BRUSQUE, DEVIDAMENTE REGISTRADO SOB O Nº59.539 DO REGISTRO DE IMÓVEIS. Valor: R\$ 133.800,00. Dispensa de Licitação nº 015/2020 VIGÊNCIA: 60 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Ricardo Montibeller Neto.

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO Nº 015-2020 -FMS

Publicação Nº 2753833

EXTRATO DE DISPENSA Nº 015-2020 -FMS

ESPÉCIE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2020 – OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA CONTINUIDADE NOS SERVIÇOS DA UBS GUARANI, LOCALIZADA NA RUA NICOLAU HASSMANN, BAIRRO GUARANI, NA CIDADE DE BRUSQUE, DEVIDAMENTE REGISTRADO SOB O Nº59.539 DO REGISTRO DE IMÓVEIS. VALOR: R\$ 133.800,00. FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 4º, DA LEI 13.979/2020 C/C ARTIGO 24, INCISOS X, DA LEI 8666/93. EMPRESA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - CNPJ SOB Nº 83.100.388/0001-20

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 005-2020 - SAMAE

Publicação Nº 2753909

EXTRATO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 005/2020

ESPÉCIE: prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 100/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.02.0017.0512.0301.2292.3339391900000000.02000000; VIGÊNCIA: 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA: 07/12/2020; FISCAL: Mirrai Muller. CONTRATADA: Chico Motos Ltda ME; CNPJ: 86.993.748/0001-58. Diretor do SAMAE.

Brusque, 07 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 021-2020 -SAMAE

Publicação Nº 2753910

EXTRATO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 021/2020

ESPÉCIE: prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa. PROCESSO LICITATÓRIO: 016/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.3339399900000000.02000000; 80.001.0004.0122.0300.2291.3339360700000000.02000000; 80.001.0004.0122.0300.2291.3339490100000000.02000000; VIGÊNCIA: 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA: 04/12/2020; FISCAL: Anauri Schafer. CONTRATADA: Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC; CNPJ: 04.310.564/0001-81. Diretor do SAMAE.

Brusque, 04 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 114-2020 -SAMAE

Publicação Nº 2753911

EXTRATO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 114/2020

ESPÉCIE: Acréscimo ao objeto. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 059/2020 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.301.2292.3339039990000000.06000000; VIGÊNCIA: 01/02/2021. FISCAL CONTRATO: Diego Ribeiro Pena. DATA

DA ASSINATURA: 10/12/2020; VALOR: R\$ 12.800,00. CONTRATADA: Elétrica Santa Fé Ltda. CNPJ: 85.294.031/0001-55. Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 038-2019 -SAMAE

Publicação Nº 2753914

EXTRATO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 038/2019

ESPÉCIE: prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 028/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.33390399900000.2000000; VIGÊNCIA: 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA: 07/12/2020; FISCAL: Silviane Studnicka. CONTRATADA: Servmed Clínica de Medicina do Trabalho Ltda; CNPJ: 79.511.812/0001-51. Diretor do SAMAE.

Brusque, 07 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 047-2019 -SAMAE

Publicação Nº 2753917

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 047/2019

ESPÉCIE: prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 036/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.33390.4008000.002000000; VIGÊNCIA: 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA: 03/12/2020; FISCAL: Diego Ribeiro Pena. CONTRATADA: SCS Comércio de Suprimentos de Informática e Serviços Ltda; CNPJ: 10.980.529/0001-72. Diretor do SAMAE.

Brusque, 03 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 085-2018 -SAMAE

Publicação Nº 2753916

EXTRATO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 085/2018

ESPÉCIE: prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 034/2018; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.17.512.301.2291.33390400100000.2000000; VIGÊNCIA: 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA: 07/12/2020; FISCAL: Rosangela de Mello. CONTRATADA: Sanegraph Serviços de Informática SS Ltda EPP; CNPJ: 01.903.128/0001-28. Diretor do SAMAE.

Brusque, 07 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 060-2017 -SAMAE

Publicação Nº 2753919

EXTRATO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 060/2017

ESPÉCIE: prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 028/2017; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.3339.3049000.002000000; VIGÊNCIA: 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA: 07/12/2020; FISCAL: Anauri Schafer. CONTRATADA: Brucatur Brusque Turismo Ltda; CNPJ: 73.912.180/0001-51. Diretor do SAMAE.

Brusque, 07 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 048-2017 -SAMAE

Publicação Nº 2753921

EXTRATO TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 048/2017

ESPÉCIE: prorrogação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 017/2017; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.3339.401100.2000000; VIGÊNCIA: 31/12/2021. DATA DA ASSINATURA: 09/12/2020; FISCAL: Anauri Schafer. CONTRATADA: 5R Toners e Informática Ltda. – EPP; CNPJ: 05.761.444/0001-63. Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de dezembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 2691 2020

Publicação Nº 2753834

PORTARIA Nº 2691/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão HORIZONTAL E VERTICAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
FATIMA ZIANE OLIVEIRA MACHADO	801070 – 0	ASSISTENTE SOCIAL	HORIZONTAL E VERTICAL	D – I	E – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/06/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Odair Bozio
Secretário de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 2692 2020

Publicação Nº 2753835

PORTARIA Nº 2692/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão VERTICAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
TACIANA DALMARCO	489476 – 2	ASSISTENTE SOCIAL	VERTICAL	C – I	C – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Odair Bozio
Secretário de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 2693 2020

Publicação Nº 2753837

PORTARIA Nº 2693/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CLAUDETE DE SOUZA	10170 - 3	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	A – I	B – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

A nelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2694 2020

Publicação Nº 2753838

PORTARIA Nº 2694/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão vertical ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
THAIS FURLIN DE FIGUEREDO DOS SANTOS	4313275 – 1	AGENTE ADMINISTRATIVO	vertical	B – II	B – III

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

A nelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2695 2020

Publicação Nº 2753841

PORTARIA Nº 2695/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão HORIZONTAL E VERTICAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
DANIELA GARTNER ANTONIO	1067060 – 4	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	HORIZONTAL E VERTICAL	A - I	B - II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2696 2020

Publicação Nº 2753843

PORTARIA Nº 2696/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão VERTICAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ELIZETE MELLO	406074 – 8	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VERTICAL	B - I	B - II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2697 2020

Publicação Nº 2753845

PORTARIA Nº 2697/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão VERTICAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
LEONI PAITRA KLOCKI	889938 – 2	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VERTICAL	B - I	B - II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/05/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 2698 2020

Publicação N° 2753846

PORTARIA N° 2698/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão VERTICAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
LIDIANE CAROLINA REITZ	890812 – 2	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	VERTICAL	B - I	B - II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 2699 2020

Publicação N° 2753848

PORTARIA N° 2699/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão vertical ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
RITA MARIA XENOFONTE MACEDO KUDO	4303890 – 1	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	vertical	B- I	B - II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 2700 2020

Publicação N° 2753851

PORTARIA N° 2700/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão HORIZONTAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
TERESINHA CARDOSO DE FRAGA	677361 – 3	TECNICO EM ENFERMAGEM	HORIZONTAL	C - I	D - I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2701 2020

Publicação Nº 2753854

PORTARIA Nº 2701/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ANDERSON CONSTANTINI	847640 – 0	ENGENHEIRO FLORESTAL	Horizontal	B – II	C– II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Cristiano Olinger
Fundação Municipal de Meio Ambiente
Superintendente

PORTARIA N° 2702 2020

Publicação N° 2753855

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DE
ORÇAMENTO
E GESTÃO****PORTARIA N° 2702/2020**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, *a* e § 1° da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto n°8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a progressão **vertical** ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matricula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
MARIA DUARTE DEBRASSI	673145 – 1	INSTRUTOR	vertical	D – II	D - III

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar n° 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Igor Alves Balbinot
Fundação Cultural de Brusque
Designado Responsável

Praça das Bandeiras, 77 – Centro
Brusque – Santa Catarina
88350-051 – fone: 47 3251-1833 – ramal: 1831
www.brusque.sc.gov.br

PORTARIA Nº 13.552 - 2020

Publicação Nº 2754317

PORTARIA N. 13.552, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

Nomear membros para compor o Grupo de Trabalho de Farmácia e Terapêutica (GTFT) no Município de Brusque, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município e o Decreto 8.793/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais para compor o Grupo de Trabalho de Farmácia e Terapêutica – GTFT:

I – Representantes da Assistência Farmacêutica:

Patricia Bernardi Sassi;

Rachel Massilon Borges Bastos;

Tereza Cristina Pamplona Mosimann Busnardo.

II – Representantes da Enfermagem:

Alvaro de Carvalho;

Danieli Martins;

Aline Sturmer.

III – Representantes da classe Médica:

Felipe Ramon Gesser Cardoso;

Gustavo Henrique Favaretto;

Rafael Kmiliauskis Santos Gomes.

IV – Representante da Odontologia:

Daniel Cansian Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretária Municipal de Saúde

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 004-2019-CPDF

Publicação Nº 2754315

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC.

A COMISSÃO PROCESSANTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RELACIONADOS A DENÚNCIAS SOBRE FRAUDES EM LICITAÇÃO E CONTRATOS E DEMAIS TERMOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CPDF, através do seu Presidente, vem à presença de Vossa Senhoria, legitimado pela Portaria n. 13.113 de 19 de setembro de 2019, apresentar PARECER CONCLUSIVO em face do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 004/2019, instaurado pela Portaria n. 2.141 de 02 de outubro de 2019, composta pelos membros servidores públicos municipais, Rafael Scheibel de Andrade, presidente; Bruna Pereira, membro; Larissa Brunielli Teixeira Raiol Brito, secretária, membro, devidamente constituídos nos autos, com endereço funcional na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, Brusque/SC, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

COMISSÃO PROCESSANTE – Portaria n. 13.113/2019

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 004/2019/CPDF

Portaria n. 2.141/2019

Requerente: Procuradoria-Geral do Município

Requerente: Controladoria-Geral do Município, outros etc.

Requerida: Stark Energia EIRELI EPP

Requerida: HB Sonorização e Eventos EIRELI ME

Interessados: Chefia de Gabinete, Secretaria de Turismo, Secretaria de Orçamento e Gestão, outros etc.

PARECER FINAL CONCLUSIVO

1. INTROITO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir de denúncia exordial por anônimo, bem como de forma subjacente, manifestação expedida pela Controladoria-Geral, doravante, emissão de despacho pela r. Autoridade Jurídica do Paço, a fim de, e, em razão dos acervos acostados nos autos, objetivando a comunicação de representação em desfavor das empresas requeridas, mediante memorandos anexos, bem assim instaurar processo administrativo tendente a apurar fraudes, tipificada por conluio na fase de lances do processo licitatório pela modalidade de pregão presencial sob n. 047/2019, processo licitatório sob n. 067/2019.

Após a publicação do ato de designação e constituição dos membros da comissão processante, deram-se início as diligências pretendendo apurar as supostas fraudes e condutas ilegais avençadas nas denúncias constantes na peça, tais como, à intimação de apresentação de defesa prévia, à época, no que se refere as 02 (duas) empresas sob investigação, assim como a citação das mesmas para apresentar contraditório por escrito.

Denunciante anônimo acusa as empresas acima referenciadas de promoverem entre si, combinações de preços e uso de métodos ilícitos constantes na Lei Federal n. 8.666/1993 com o intuito de fraudar o processo licitatório n. 067/2019, pregão n. 047/2019.

Junta nos autos, foto capturada de gerador pertencente a empresa Stark Energia, cujo tipo, sagrou-se vencedora a empresa HB Sonorização, em variante de lances e lotes no processo licitatório supra. Logo, faz menção a conluio por combinação de preços e desclassificação intencional no que se refere à denotação de [concilium fraudis].

Anexam expressões matemáticas com o intuito de produzir conjunto probante para o entendimento das Autoridades, desta Comissão e do Gestor Julgador do mérito.

Demonstram em laudas, lances ofertados pelas empresas em dois lotes de produtos / geradores que o Município através da Secretaria de Turismo demonstrou interesse em locá-los, em que pese, faz menção a atitudes orquestradas em sobreposição de ofertas e lances em fase externa do referido processo licitatório, bem como ao atravancamento das propostas de preços nas regras estabelecidas naquele ato, desfavorável aos demais concorrentes e a nocividade a "res publica".

Pede imputação de penalidades as empresas sub examine e cancelamento do procedimento licitatório.

Por decisão preliminar, é sabidamente cediço que, comprovou-se a subcontratação por locação terceirizada, de gerador entregue pela empresa Stark sob requisição de compras expedida em favor da empresa HB, desta forma, o douto Procurador-Geral do Município com sede de impelir supostos atos ilícitos, suspendeu o pagamento à empresa subcontratada, a posteriori, manifestação de despacho [mandamus actos] de instauração de processo administrativo.

Instaurado o ato, passou-se ao exame da lide, e, logo após, ante contra notificação expedida pelas empresas HB e Stark, requerendo cópia integral do processo; houve suspensão temporária de prazo e dilação do mesmo, com vistas a juntada em acervo documental de conjunto responsório inicial.

Fundamentado no artigo 15 e no CPC 2015, foi concedido efeito suspensivo em tutela de direito das empresas retro, igualmente, ao cumprimento e azo ao inc. LV, art. 5º, CF 88, no tocante ao contradito e ampla defesa, albergando direitos amplamente difundidos pelo Pacto de San Jose da Costa Rica, em razão da Carta Universal dos Direitos Humanos, nação signatária.

Nisso, as delongas processais aos cumprimentos de prazo, findo ano de 2019, início de 2020, houve a declaração do estado de urgência sanitária em todo o território nacional, bem como no Estado de Santa Catarina, sendo imposto situação de lockdown, quarentena à população catarinense, posteriormente, isolamento social, formação de barreiras sanitárias, consequentemente, o levantamento de barreiras sanitárias em pontos estratégicos do município. Ab ovo, edição de resoluções federal, decretos estadual e municipal, suspendendo prazos processuais, inclusive, no âmbito administrativo, de forma indeterminada ou por período de 30 dias renováveis e renovados até o último dia útil do mês de outubro de 2020.

Diante do dissertado, esclarece-se o hiato temporal, entre a instauração processual versus seu cumprimento formal e continuidade. Observa-se:

"Os prazos processuais são os períodos de tempo fixados por lei, pelo juiz ou pela convenção entre partes de um litígio. Os prazos podem ser fixados, por exemplo, de acordo com a instauração da ação e da contestação. (...) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis." (grifo nosso).

Mutatis Mutandis, passou-se a reinstrução do referido processo administrativo, em que pese, e muito, a empresa Stark, através de seu bastante procurador, Dr. Vagner Ristow, formulou contestação, após, autocomposição, de forma tempestiva e legítima, de outra banda, a empresa HB Sonorização não foi mais encontrada em diligências por endereço eletrônico, tampouco por AR SEDEX, ou seja, carta com aviso de recebimento, por 03 (três) tentativas, no qual será devidamente e novamente intimada por Edital e publicizado em Diário Oficial do Município de Brusque (DOM/SC), porém, sem prejuízos para a referida empresa neste processo e em face deste parecer conclusivo, conforme será devidamente explicitado a jusante.

É o relatório do necessário, em apertada síntese dos fatos;

2. DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Prolixamente, esclarecemos que sob os trabalhos efetuados pela Comissão em razão / consequência do surto pandêmico pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2), patogênico da convalesça da Covid-19, igualmente, os inúmeros Decretos estadual e municipal à estipulação do estado de urgência em saúde pública, à aplicação de quarentena e isolamento social, bem assim os afastamentos funcionais que desses resultaram, esclarece-se o atraso em manifestação final.

Não obstante, em ampla oferta ao contraditório e ampla defesa, regramento ímpar constante no art. 5º da Carta Primaveril de 1988, algumas contrarrazões nos foram apresentadas pelo instamento e fornecimento, in totum, acesso de todo o acervo processual, especialmente, da denúncia produzida pelo litigante anônimo, subjacente, atos emanados pelos órgãos superiores, Controle Interno e Procuradoria.

In casu, esta comissão se debruçou no estudo de todo o compêndio processual, de igual monta, sob olhar de lupa, por mais de quatro (04) oportunidades, assistimos o vídeo na íntegra, que está disponível no link que pode ser obtido no site da Prefeitura de Brusque ou no canal institucional no YouTube relativamente as transmissões ao vivo dos processos sob a égide do Departamento de Licitações.

Destarte, evidenciou-se com clareza solar, a participação ativa na fase de lances das 02 (duas) investigadas, na disputa de acordo com seus modelos de negócios, diga-se de passagem, bem equivalentes e muito parecidos, haja vista que, o referenciado pregão continha a oferta de dois (02) lotes para dois (02) tipos de geradores de energia, onde, por prévios orçamentos colhidos pelo gestor da pasta do turismo, estimava-se de acordo com média meridiana o custeio na monta de R\$ 22.300,00 (vinte e dois mil trezentos reais), exprime-se em ata de licitação datada em 10/06/2019:

“ATA DE LICITAÇÃO Processo licitatório nº 67 / 2019 Pregão Nº 47 / 2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, VISANDO ATENDER OS EVENTOS 6º FESTIVAL NACIONAL DA CUCA E 34ª FESTA NACIONAL DO MARRECO - FENARRECO. FASE DE PROPOSTA Nº Participantes Presentes CPF/CNPJ 1 RPM COMERCIO DE RODAS E PNEUS LTDA Representante: EVANDRO MILANI 16.953.982/0001-76 2 HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME Representante: VALTER DA SILVA 24.448.705/0001-34 3 STARK ENERGIA EIRELI Representante: MATEUS MAIER NUNES 17.324.394/0001-36 1. Foi realizado o credenciamento das empresas interessadas conforme Clausula do edital (do credenciamento). 2. Abertos os envelopes de propostas (envelope nº 01), foram cumpridos todos os requisitos de aceitabilidade constante em Edital (Da Proposta). 3. Fase de lances conforme relatório próprio (artigo 4º, incisos VIII e IX). 4. Aberto(s) o(s) envelopes de habilitação, foram cumpridos todos os requisitos do Edital (artigo 4º, inciso XV). 4.1. A empresa RPM COMERCIO DE RODAS E PNEUS LTDA foi inabilitada por ter apresentado certidão de falência e concordata sem validade, descumprindo edital. 5. Não foi manifestado interesse recursal (artigo 4º, incisos XVIII e XX). 6. Registre-se o(s) preço(s) e as marcas apresentadas pela(s) Empresa(s), abaixo relacionada(s): Fornecedor: HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI ME Item Qtde Item Descrição Marca Valor Proposta Valor Negociado 1 1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01(UM) GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 260 KVA, SENDO AS DIÁRIAS DE 12 HORAS, INCLUINDO TRANSPORTE, MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA OS SEGUINTE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE BRUSQUE: 1 (UM) GERADOR PARA O 6º FESTIVAL NACIONAL DA CUCA: 05 À 07 DE JULHO DE 2019(3 DIÁRIAS). CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO *MOTOR A DIESEL, ALTERNADOR, PAINEL DE CONTROLE E CARENAGEM/ CONTEINER DE ISOLAMENTO ACÚSTICO; * GERADOR: POTÊNCIA APARENTE DE 260 KVA; * MOTOR COM COMBUSTÍVEL DIESEL; * REGULADOR AUTOMÁTICO DE TENSÃO E FREQUÊNCIA; * CHAVE DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA TRIFÁSICA, FASE 'TERRA' E 'NEUTRO' NAS TENSÕES NOMINAIS DE 127V, 220V E 380V - 60HZ, CONFORME SOLICITAÇÃO; * PAINEL DE CONTROLE COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO DOS COMANDOS (VOLTÍMETRO, AMPERÍMETRO, FREQUENCÍMETRO, TERMÔMETRO, CONTADOR DE HORAS E ETC.) NOS MOMENTOS DE CHECAGEM PELA PRODUÇÃO E/ OU FISCALIZAÇÃO; * BLINDAGEM DE RUÍDO - ATÉ 70 DECIBÉIS NA DISTÂNCIA DE 4 METROS; *RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL COM TAMANHO MÍNIMO O SUFICIENTE PARA ATENDER A UMA DIÁRIA (12 HORAS); * CONTROLE E NÍVEL DE EMISSÃO DE POLUENTES (O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR DENTRO DOS PADRÕES DE POLUIÇÃO ESTABELECIDOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES). MOTORMAC R\$ 1.300,00 R\$ 1.300,00 Total fornecedor: R\$ 1.300,00 PREFEITURA DE BRUSQUE 10/06/2019 17:12 2 Fornecedor: STARK ENERGIA EIRELI Item Qtde Item Descrição Marca Valor Proposta Valor Negociado 2 1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DOIS GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 500 KVA, SENDO AS DIÁRIAS DE 12 HORAS, INCLUINDO TRANSPORTE, MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA OS SEGUINTE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DETURISMO DE BRUSQUE: 2 (DOIS) GERADORES PARA O 34º FESTIVAL NACIONAL DO MARRECO: 10 À 20 DE OUTUBRO DE 2019(11 DIÁRIAS). CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS: *MOTOR A DIESEL, ALTERNADOR, PAINEL DE CONTROLE E CARENAGEM/ CONTEINER DE ISOLAMENTO ACÚSTICO; * GERADORES: POTÊNCIA APARENTE DE 500 KVA; * MOTOR COM COMBUSTÍVEL DIESEL; * REGULADOR AUTOMÁTICO DE TENSÃO E FREQUÊNCIA; * CHAVE DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA TRIFÁSICA, FASE 'TERRA' E 'NEUTRO' NAS TENSÕES NOMINAIS DE 127V, 220V E 380V - 60HZ, CONFORME SOLICITAÇÃO; * PAINEL DE CONTROLE COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO DOS COMANDOS (VOLTÍMETRO, AMPERÍMETRO, FREQUENCÍMETRO, TERMÔMETRO, CONTADOR DE HORAS E ETC.) NOS MOMENTOS DE CHECAGEM PELA PRODUÇÃO E/ OU FISCALIZAÇÃO; * BLINDAGEM DE RUÍDO - ATÉ 70 DECIBÉIS NA DISTÂNCIA DE 4 METROS; *RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL COM TAMANHO MÍNIMO O SUFICIENTE PARA ATENDER A UMA DIÁRIA (12 HORAS); * CONTROLE E NÍVEL DE EMISSÃO DE POLUENTES (O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR DENTRO DOS PADRÕES DE POLUIÇÃO ESTABELECIDOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES). MAXITRUST R\$ 21.200,00 R\$ 21.000,00 Total fornecedor: R\$ 21.000,00 Total: R\$ 22.300,00 7. Do exposto, adjudico o objeto da licitação nos termos supracitados e encaminho o processo licitatório á autoridade superior recomendando a homologação. Brusque, 10 de junho de 2019 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Pregoeiro(a) da Administração Pública Municipal Portaria nº 12.934/2019 Equipe de apoio HELOIZA HARLE DAIANE FRANCIELE GOETTEMES CESARI Representantes Credenciados EVANDRO MILANI VALTER DA SILVA MATEUS MAIER NUNE.” (grifo nosso).

Noutra premissa de apuração, após recebimento dos documentos das três empresas habilitadas, constantes nos arquivos do setor de licitação, diligenciou-se àquele departamento, requisição de cópia integral do procedimento, devidamente juntado nos autos, nos quais deram-se por satisfatórios ao tipo de atividade empreendida pelas mesmas relativamente ao objeto do instrumento convocatório.

Suficientemente perceptível a natureza do que interessa ao poder público, ou seja, a entrega dos produtos em relação a oferta/demanda

mais vantajosa a Administração Pública, diante disso, robustecidos pela fé pública dos agentes de fiscalização imbuídos e designados em comissão auxiliar a pregoeira, às estruturas matriciais da operacionalização do objeto à contratualização, têm-se em perfeita ordem as regras e normas estabelecidas em leis, decretos, portarias, notas técnicas, instruções normativas e resoluções de âmbito federal, estadual e municipal.

No que diz respeito a abdicação da empresa RPM em não apresentar recurso conquanto a sua inabilitação, este, já encontra guarida na própria legislação de licitações, conforme relata em ata, inc. XVIII e XX, art. 4º, Lei 8.666/93. Tendo-a por ato fidedigno ao cumprimento de direito e superveniência a norma legal em sua literalidade.

Nesse diapasão, a Comissão têm o firme entendimento que, nos lances ofertados, o nexo causal que indicasse em direção as duas empresas investigadas, somente encontrariam robustez fática, em consonância com os princípios da plausibilidade e razoabilidade, no caso, fossem provocados inicialmente por uma das empresas, quaisquer que sejam, porém e necessário, empresas estas, afetadas sob investigação e apuração.

Pois, pelo tipo de denúncia ofertada em correlação a todo o procedimento, estas, somente encontrariam bases, ainda que em terreno arenoso, a formação de tripé à unificação da intenção em fraudar o referido processo compondo "litisconsórcio usurpador – polo ativo fraudulento", tendo as três empresas sob direção de uma única vencedora, a configuração da prática nefasta da "herança" e do "coelho".

Logo, após e em detida análise do processo licitatório, suas fases, interna e externa, assim como a denúncia sob pronúncia e o obscurantismo do anonimato, ausente a carência de ação, nos parece, ser denúncia motivada por inconformismo de sua ou suas concorrentes, seja por desclassificação ou por má gestão de seu modal de negócios, e, em não alcançar a prestação de serviço no preço máximo mensurado pelo poder público e amplamente publicizado por força de lei, igualmente, doutrina adotada pelo competente setor de licitações na modalidade de pregões presenciais e ou telepresenciais.

Factualmente, restou-nos o exame dos lances de valores, no qual indiscutivelmente, tanto em vídeo como documentalmente, não foi encontrado nenhuma anomalia ou ato de ilegalidade ou que porventura lhes aprovesse benefícios ou blindagens à consecução de êxito em rodadas de lances de preços. Muito ao largo disso, o que se verificou efetivamente foram competições entre as duas empresas habilitadas para participar desta fase, em busca de cada item de pertinência e objetivando a conquista de menor preço possível, ao pleno gozo dos deveres e dos direitos de contratualizar a locação de geradores de energia para a 34ª Edição da Fenarreco, conforme oportunizou em hasta pública, o Município de Brusque, através de sua Secretaria de Turismo.

Quanto aos atos da Pregoeira e da Comissão, configuraram-se dentro do permitido, neste caso, o estrito cumprimento legal, tendo-os como legítimos e legais, em face das normas da lei de licitações, Lei Federal n. 8.666/93, bem assim os ditames amplamente publicizados em instrumento editalício e seus anexos.

3. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, uma vez que os documentos acostados aos autos são suficientes para embasar o juízo de convencimento, não havendo, portanto, necessidade de produção de outras provas (CPC, art. 355, I).

4. DO MÉRITO

Depreende-se dos autos, nesta fase procedimental após envio de citação e intimação de todas as partes, mesmo que, restando prejudicado o contradito da empresa HB Sonorização, não há impeditivo de julgamento do mérito, tendo em vista que, a questão central debatida restringe-se a apreciação de suposto conluio entre empresas a fim de fraudar o processo licitatório n. 067/2019, pregão n. 047/2019.

Pois bem.

Conforme amplamente esmiuçado a termo em face da lide, in casu, tratando-se de locação de geradores de energia elétrica para a 34ª Edição da Fenarreco, bem assim, analisado, julgado e homologado pelo Sr. Prefeito, processo administrativo em apartado, cujo objeto referenciava-se ao descumprimento contratual pela empresa HB em subcontratar a locação vencida no certame, em que pese, o pagamento foi devidamente suspenso, conforme ancorado no referido procedimento, causa e consequência de imputação de punição a empresa HB, por ato indevido de terceirização, conforme previsto em Edital.

Prosseguindo, tendo-o feito com empresa participante do certame, o referido contrato impõem ônus do Estado a empresa contratante, não podendo dar causa e adução de ilicitude a contratada pela empresa vencedora do referido lote, após a conclusão do certame.

Assim, não há o que se falar em sobrepor ônus e bônus sobre a empresa que no referido objeto contratualizado sob apuração, irrompeu laços com o poder público.

Dela, não se pode impor direitos e deveres no âmbito do direito administrativo, pois, cabe a esta responder por seus atos, especialmente, junto a empresa contratante, numa relação entre particulares. Ressoa a vinculação jurisprudencial de julgados pelo STF em Recursos de Repercussão Geral, citamos, ADC 26/STF e ADC57/DF/STF, sob relatoria do Eminentíssimo Ministro Edson Fachin, vencida a Exma. Min. Rosa Weber.

De fato, não foi constatado nenhuma irregularidade no que se refere a todos os aspectos apontados na denúncia.

Ademais, cumpre-nos destacar a ausência de manifestações contrárias e ações contenciosas pela pregoeira e membros comissionais durante os atos do pregão, fase externa, emissão de lances de oferta de menor preço.

Nessa senda, em razão da amplitude e do minucioso trabalho elaborado por esta Comissão, inviabiliza-se a posituação de postulação do(s) autor(es) da denúncia, por motivo evidente de conjunto probatório insuficiente para a comprovação de materialidade de ação delituosa dolosa, tampouco culposa aos atos adotados pelas referidas empresas licitantes sob investigação.

O que apurou-se foi uma competição de preços resultantes e revestidos de legitimidade e legalidade as normas editalícias, tudo isso, de acordo com os nortes permissivos emanados das próprias regras subscritas em instrumento público referenciado pela Secretaria de Turismo sob a tutela da Carta Magna de 88 e da Lei Federal n. 8.666/93, tornando as contrarrazões do ilustre procurador constituído nos autos, e tendo-as como plausíveis e razoáveis, deste modo, acatando-as e acolhendo-as integralmente, dando-lhe provimento ao contradito retro, outrossim, caracterizando a denúncia ofertada a púlpito na inicial, classificando-as e tendo-as como improcedentes.

5. DA DOUTRINA

Luiz Fux, em seu Curso de Direito Processual (Ed. Forense, 2001), ressalta que “as condições da ação representam os requisitos (...) para obter uma solução de mérito, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 267 do CPC, que positivou a teoria abstrata do direito de agir”;

“As condições da ação, portanto, consistem em verificar se as partes são legítimas, se há interesse de agir e se o pedido é juridicamente possível”;

(...)

“O interesse de agir, assim como as demais condições da ação, é analisado in abstrato, ou seja, pelo conteúdo da peça exordial, permanecendo até a decisão de mérito”;

Em analogia, para Victor Eduardo Rios Gonçalves (Sinopses Jurídicas – Saraiva, 2003), “o inquérito (...) é um procedimento administrativo persecutório e inquisitivo fundamentado na justa causa com a finalidade de produzir um conjunto probatório para apurar a materialidade (...) e indícios de autoria (...). É um ato que pode vir a fundamentar a denúncia oferecida (...)”;

“No seu procedimento são realizadas várias espécies de diligências (...)”. Ao final é emitido um relatório objetivo e minucioso. O inquérito (...) pode ser arquivado (...), quando não houver justa causa”;

Os indícios necessitam ter por base e razões fundadas e fundamentadas em precisão e certeza, que corroboram uma probabilidade ora sustentada (CAPEZ, 2007). É circunstância conhecida de fato e provada, concreta;

O arquivamento é conceituado como sendo o encerramento das investigações, as quais não conseguiram alcançar seu escopo de apuração da infração e delimitação da autoria (RANGEL, 2006);

6. CONCLUSÃO

SMJ; Com fundamento em todo o compêndio amplamente dissecado, em anamnese a Lei Federal n. 8.666/1993, bem como as demais legislações aplicáveis, a Comissão RECOMENDA:

- 1) pelo provimento de contrarrazões manifestado pelo procurador Dr. Vagner Ristow, em defesa da empresa Stark Energia EIRELI EPP;
- 2) pelo afastamento de conduta irregular de conluio, por ambas as empresas, em todas as fases do processo licitatório n. 067/2019; e ASSIM SENDO,
- 3) pelo arquivamento do processo administrativo n. 004/2019/CPDF;

Destaca-se que este Parecer não vincula as decisões a serem tomadas pelo consulente, titular de órgão ou unidade da administração, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal. “[...] (MS 24073, Relator: Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 06/11/2002. DJ 31- 10-2003 PP 00015 EMENT VOL 02 130-02 PP 00379)”

Encerrado o procedimento.

Salvo melhor juízo, é como se opina.

À elevada consideração superior e ensejos, e votos de apreço e estima.

À Sra. secretária, carimbe-se, numere-se e digitalize-se em inteiro teor, promova a imissão de duas cópias reprográficas de igual teor, para arquivamento físico, e, encaminhe através de CD/DVD cópia do processo na íntegra ao douto Procurador-Geral, Dr. Edson Ristow, para análise e julgamento.

Após o julgamento, em caso de punição, intime a empresa a respeito da decisão com vistas ao direito recursal, no qual deverá ser expedido ao Sr. Prefeito. Havendo acatamento da recomendação do desprovinimento da denúncia, promova-se a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), igualmente, intime-se as empresas, com especial atenção a empresa HB Sonorização, com a formulação de Edital próprio, oportuno, o feito em três publicações consecutivas e disponibilização no mural físico na sede do Paço.

Registre-se.

Intime-se.

Nestes Termos;

Vistos, Recomenda-se;
Dá-se encaminhamentos.
Brusque [SC], 08 de dezembro de 2020.

RAFAEL SCHEIBEL DE ANDRADE
Presidente

LARISSA BRUNIELLI TEIXEIRA RAIOL BRITO
Membro / Secretária

BRUNA PEREIRA
Membro

RESOLUÇÃO Nº 21-2020-CMCA

Publicação Nº 2753861

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****SECRETARIA DOS
CONSELHOS
MUNICIPAIS****Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do
Adolescente - CMDCA
Brusque****RESOLUÇÃO Nº 21 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre a Criação de Comissão de Ética.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião Extraordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2020, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º - Criar Comissão de Ética.

Art. 2º - Ficam instituída a comissão com seus respectivos integrantes conforme segue:

Fabiana Silva Santos Gascoim - Secretaria de Assistência Social e Habitação – SASH;

Liliane Gonçalves Bernardes Oliveira - Ordem dos Advogados da Brasil – OAB;

Andrei Doran Panca - Associação Empresarial de Brusque – ACIBR;

Márcia Benvenuti Zen - Conselho Tutelar.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Kevin Willian Siqueira dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente – CMDCA

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.097

Publicação Nº 2753138

DECRETO Nº 9.097 de 10 de dezembro de 2020.

Suplementa e anula dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 11.263,93 (onze mil, duzentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos) na seguinte dotação do orçamento geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2001 - GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.2.2 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.00 – 0.1.02 – Aplicações Diretas (12) R\$ 11.263,93

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2001 - GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.2.2 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.1.90.00.00 – 0.1.02 – Aplicações Diretas (8) R\$ 11.263,93

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de dezembro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 9.101

Publicação Nº 2754011

DECRETO Nº 9.101, de 10 de dezembro de 2020.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do orçamento geral do Município, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 2.110.500,00 (dois milhões, cento e dez mil e quinhentos reais) nas seguintes dotações do orçamento geral do Município:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.11.2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

3.1.90.00.00 - 0.1.01 - Aplicações Diretas (96) R\$ 1.046.000,00

12.361.11.2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

3.1.91.00.00 - 0.1.01 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (97) R\$ 150.000,00

4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.8.2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.1.90.00.00 - 0.1.02 - Aplicações Diretas (196) R\$ 773.000,00
 10.301.8.2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.1.91.00.00 - 0.1.02 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (197) R\$ 26.000,00
 10.301.8.2.58 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB VARIÁVEL
 3.1.90.00.00 - 0.1.38 - Aplicações Diretas (204) R\$ 74.000,00
 10.301.8.2.59 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
 3.1.90.00.00 - 0.1.38 - Aplicações Diretas (207) R\$ 41.000,00

5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 8.244.30.2.103 - BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL
 3.1.91.00.00 - 0.1.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (257) R\$ 500,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 4.123.2.2.5 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (35) R\$ 995.500,00

2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
 15.451.17.2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
 3.1.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas (40) R\$ 1.000.000,00
 4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.8.2.60 - MANUTENÇÃO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO
 3.3.90.00.00 - 0.1.38 - Aplicações Diretas (209) R\$ 50.000,00

10.305.9.2.40 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA EM SAÚDE
 3.3.90.00.00 - 0.1.38 - Aplicações Diretas (222) R\$ 65.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
 Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
 em 10 de dezembro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 9.102

Publicação Nº 2754021

DECRETO Nº 9.102, de 10 de dezembro de 2020.
 Abre Crédito Adicional, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o Exercício de 2020,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 2.416.217,51 (dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), conforme segue:

4000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.8.2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.1.90.00.00 - 0.1.53 - Aplicações Diretas (405) R\$ 2.131.193,10
 10.301.8.2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.1.90.00.00 - 0.1.52 - Aplicações Diretas (361) R\$ 200.000,00

5000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.244.30.2.103 – BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL

3.1.90.00.00 – 0.1.52 – Aplicações Diretas (362) R\$ 85.024,41

TOTALR\$ 2.416.217,51

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no exercício na Fonte de Recursos TCE - 0.1.53 – COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 - Art. 5º, II-b), no valor de R\$ 2.131.193,10 (dois milhões, cento e trinta e um mil, cento e noventa e três reais e dez centavos) e da Fonte de Recursos TCE - 0.1.52 – COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social (LC 173/2020 - Art. 5º, I-b), no valor de R\$ 285.024,41 (duzentos e oitenta e cinco mil, vinte e quatro reais e quarenta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, de 10 de dezembro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

ERRATA IV - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2018 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2018

Publicação Nº 2753463

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – RETIFICAÇÃO IV DE EDITAL- PROCESSO DE LICITAÇÃO 092/2018 – CONCORRÊNCIA – 02/2018 – EDITAL TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR /SC. Informamos que o edital sofreu alterações possuindo uma nova data de abertura. Caçador, 08 de dezembro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 33.814

Publicação Nº 2754277

PORTARIA Nº 33.814, de 10 de dezembro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar in totum à Portaria nº 33.613, de 23 de outubro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso V da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, a ainda no art. 46 da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR A VACÂNCIA do cargo efetivo de Arquivista pelo falecimento do Servidor ADILSON ROBERTO RIBEIRO, matrícula 900, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e lotado na Secretaria Municipal da Administração.

Art. 2º CONCEDER conversão em dinheiro das licenças-prêmio adquiridas e não gozadas pelo Servidor, conforme previsão contida no art. 124, § 5º da Lei Complementar nº 56, de 23 de fevereiro de 2004, referentes aos períodos aquisitivos a seguir listados:

I - de 05/10/1988 a 05/10/1993;

II - de 05/10/1993 a 05/10/1998;

III - de 05/10/1998 a 05/10/2003;

IV - de 05/10/2003 a 05/10/2008;

V - de 05/10/2008 a 05/10/2013;

VI - de 05/10/2013 a 05/10/2018.

Art. 3º Fica automaticamente extinto o cargo vago em razão do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011 como do Grupo Ocupacional-Extinção, nos termos do art. 46 e Anexo I.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 8 de outubro de 2020.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de dezembro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL Nº 001/2020 - PROCESSO SELETIVO - ADITIVO 001/2020

Publicação Nº 2753934



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2020
ADITIVO 001/2020

A Comissão do Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto Municipal 8051/2019, torna público o ADITIVO 001/2020, do Processo Seletivo destinado ao preenchimento cadastro reserva para contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme segue:

CONSIDERANDO o Princípio da Publicidade norteador da Administração Pública, que implica na ampla divulgação de todos os seus atos internos e externos;

CONSIDERANDO o Princípio da Legalidade e vinculação aos termos do edital do certame;

DECIDE:

Art. 1º. Fica adiada a data da Prova Objetiva, com aplicação para o dia **31 DE JANEIRO DE 2021**.

Art. 2º. Excluem-se do Processo Seletivo 001/2020 os seguintes cargos:

- Museólogo;
- Agente de Serviços Agropecuários;
- Consultor em Dependência Química;
- Tesoureiro;
- Técnico em Secretariado;
- Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos;
- Técnico em Radiologia;
- Engenheiro Ambiental;
- Jornalista;
- Pesquisador de História;
- Professor de Artes Cênicas.

Art. 3º. Os candidatos inscritos nos cargos descritos no art. 2º poderão solicitar a alteração para outro cargo até o final das inscrições. Para tanto, deverão enviar e-mail para enviadedocumentos@consulpam.com.br, com cópia comprovante de pagamento, com o título "MUDANÇA DE CARGO – CAÇADOR".

Os candidatos inscritos nos cargos descrito no art. 2º que não desejarem alterar inscrição para outro cargo, poderão solicitar a devolução do valor pago na inscrição. Para restituição, deverão enviar e-mail com o título "DEVOLUÇÃO CAÇADOR" para financeiroconsulpam@gmail.com.br, até o dia **18 de dezembro** do corrente ano, com cópia do comprovante de pagamento, bem como informar dados bancários para receber a devolução. Caso a conta seja de terceiro, deverá anexar também autorização do titular da conta.



Art. 4º. No Capítulo XII, item 8 no que se refere aos documentos de apresentação obrigatória no ato da contratação, no que se refere à certidão de antecedentes, retifica-se o texto “CERTIDÃO DE ANTECEDENTES, EMITIDO PELO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS” para “**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS, EMITIDO POR ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.**”

Art. 5º. No Capítulo XII, item 8, retira-se a exigência de apresentação da seguinte documentação:

“CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL E CRIMINAL DE 1º GRAU DA JUSTIÇA ESTADUAL, INCLUINDO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (FÓRUM) “

Art. 6º. No CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, onde se lê: Lei 163/2020, leia-se: **Lei 163/2010.**

Art. 7º. Retifica-se o salário do Arquiteto de R\$ 5.160,97 para **6.702,29.**

Art. 8º. Altera-se o Conteúdo Programático do cargo de Procurador Municipal, passando a constar conforme segue:

PROCURADOR MUNICIPAL

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, conteúdo, estrutura e classificação; interpretação e aplicação das normas constitucionais. Poder constituinte; Emenda à Constituição. Hierarquia das normas jurídicas. Princípio da supremacia da Constituição. Controle de constitucionalidade: difuso e concentrado. Conceitos do Estado e de Nação. Elementos constitutivos do Estado. Formas de Estado, Formas de Governo. Organização do Estado Brasileiro: divisão espacial do poder. Estado Federal. União. Estados Federados. Municípios: criação, competência e autonomia. Repartição de competências. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais da administração pública. Servidores públicos. Poder Legislativo. Estrutura e funções. Organização, funcionamento atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades. Estrutura e funções. Crimes de responsabilidade. Poder Judiciário: jurisdição, organização, competência e funções. Súmulas Vinculantes. Finanças Públicas. Normas gerais. Orçamento Público. Direitos e garantias fundamentais. Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, Ação Civil Pública e Ação Popular. Ordem econômica e financeira. Da Política Urbana; Lei Orgânica Municipal. Licitações e Contratos. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. Princípios gerais e constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. Organização administrativa: administração direta e indireta, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. Atos administrativos. Conceito, requisitos, elementos pressupostos e classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação, invalidação e convalidação. Licitação (Lei 8666/93 e Lei 10.520/02): conceito, finalidades, princípios e objeto; Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; Modalidades; Procedimento, revogação e anulação; Sanções penais; Normas Gerais de licitação. Contratos administrativos: Conceito, peculiaridades e interpretação; Formalização; Execução, inexecução, revisão e rescisão. Agentes públicos. Servidores públicos: normas constitucionais; direitos e deveres; responsabilidades dos servidores - 30 - públicos (LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal). Poderes administrativos. Serviços públicos: conceito e classificação; regulamentação e controle; competências para prestação do serviço; serviços delegados a particulares; concessões, permissões e autorizações; convênios e consórcios administrativo. Domínio público: conceito e classificação dos bens públicos; administração,



utilização e alienação dos bens públicos; imprescritibilidade, impenhorabilidade e não-oneração dos bens públicos; aquisição de bens pela administração. Responsabilidade civil da administração: conceito, tipos e formas de controle. Desapropriação. Poderes administrativos. Improbidade Administrativa (Constituição Federal e Lei 8429/92). Processo administrativo. Processo administrativo disciplinar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Jurisdição: conceito, modalidades, poderes, princípios e órgãos. Ação: conceito, natureza jurídica, condições e classificação. Pressupostos processuais. Competência: objetiva, territorial e funcional. Modificações e declaração de incompetência. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Juiz, Ministério Público e dos Auxiliares da Justiça. Dos atos processuais. Forma, tempo e lugar. Atos da parte e do juiz. Prazos: conceito, classificação, princípios. Comunicação. Da preclusão. Do processo. Conceito e princípios, formação, suspensão e extinção. Do procedimento ordinário. Do procedimento sumário. Da petição inicial: conceito, requisitos e juízo de admissibilidade. Do pedido: espécies, modificação, cumulação. Da causa de pedir. Da resposta do réu. Contestação, exceções reconvenção. Da revelia. Das providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Da antecipação de tutela. Da prova. Conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. Da audiência de instrução e julgamento. Da sentença. Da coisa julgada. Dos recursos. Conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. Apelação. Agravo. Embargos infringentes, de divergência e de declaração. Recurso Especial, Extraordinário e Ordinário. Ação Rescisória. Das nulidades. Da Execução. Liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença. Impugnação. Do processo de execução. Pressupostos e princípios informativos. Espécies de execução. Da execução fiscal. Da execução contra a Fazenda Pública. Da ação monitória. Dos embargos do devedor: natureza jurídica e procedimento. Dos embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. Do processo cautelar. Dos procedimentos cautelares específicos: arresto, sequestro, busca e apreensão, alimentos provisionais, exibição, produção antecipada de provas, arrolamento de bens, justificação, protestos, notificações e interpelações, homologação do penhor legal, da admissão em nome de nascituro, do atentado, do protesto e da apreensão de títulos, outras medidas provisionais. Ações possessórias e ação de usucapião. Juizados Especiais Cíveis. Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança. Reclamação.

DIREITO TRIBUTÁRIO: Fontes do Direito Tributário. Constituição da República. Lei Complementar. Lei Ordinária. Tratados e Convenções internacionais. Decretos. Atos normativos administrativos. Decisões normativas. Práticas reiteradas. Convênios. Princípios tributários. Princípio da legalidade tributária. Princípio da anterioridade tributária (anual e nonagesimal). Princípio do non olet. Princípio da capacidade contributiva. Princípio da isonomia. Princípio da irretroatividade tributária. Princípio da vedação ao confisco. Princípio da não limitação ao tráfego de pessoas e bens e a ressalva do pedágio. Limitações ao poder de tributar. Vigência, aplicação, interpretação e integração da lei tributária. Tributo (definição e classificação). Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições especiais. Empréstimos. Compulsórios. Competência Tributária. Benefícios fiscais. Imunidade. Imunidade geral e recíproca. Imunidade dos templos religiosos. Imunidade não autoaplicável. Imunidade de imprensa. - 31 - Isenção. Anistia. Remissão. Outros benefícios fiscais. Distribuição das Receitas Tributárias. Responsabilidade Tributária. Responsabilidade e solidariedade. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea. Obrigação Tributária. Fato Gerador e hipótese de incidência. Sujeição ativa e passiva. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Crédito Tributário. Constituição do crédito Tributário (lançamento). Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Prescrição e decadência. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Processo Administrativo Tributário. Estrutura do processo administrativo tributário. Contencioso administrativo. Processo de Consulta. Processo Judicial



Tributário. Controle concentrado de constitucionalidade - Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Ação declaratória de inexistência de relação jurídico - tributária. Ação anulatória de débito fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Embargos à execução fiscal. Exceção de Pré-Executividade. Medida Cautelar Fiscal. Recursos. LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR: Lei Orgânica do Município; Regimento interno da Câmara Municipal, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município; Crimes contra a ordem tributária e contra a Administração Pública (Lei n.º 8.137/90); Lei nº 4.737/65 e Lei nº 9.504/97 - Código Eleitoral e normas para eleições; Decreto-Lei nº 201/67 (prefeitos e vereadores); Uso e ocupação de solo urbano. Zoneamento. Poder de polícia municipal. Parcelamento do solo (Lei Federal nº 6.766/79); Lei de diretrizes gerais da Política Urbana, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Código de Ética e Disciplina da OAB (Resolução nº 02/2015).

Art. 9º. Acrescenta-se ao CAPÍTULO IV – DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO, o item 1.3, conforme segue:

1.3. Prova Prática - de caráter eliminatório e classificatório para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas.

Art. 10. Cria-se o Capítulo XIV, contendo as seguintes informações:

CAPÍTULO XIV – DA PROVA PRÁTICA

1. A Prova Prática para Motorista e Operador de Máquinas, de caráter eliminatório e classificatório será regida por Edital Regulamentar e de Convocação publicado no site www.consulpam.com.br, onde constarão todas as informações necessárias ao candidato(a), dentre elas: local, dia, horário da prova e critérios de avaliação.
2. Avaliar-se-á quanto à Prova Prática para os cargos referidos a capacidade, atenção e percepção dos candidatos no trato das questões ligadas à sua categoria profissional, a habilidade no manuseio de equipamentos, bem como o conhecimento de normas de segurança no trabalho.
3. Serão convocados para Prova Prática os candidatos aprovados na Prova Objetiva, em quantitativo de acordo com a necessidade da Prefeitura.
4. Os candidatos ao cargo de Motorista serão avaliados nos seguintes critérios.
 - 4.1. Para submeter-se à Prova Prática, o candidato(a) inscrito para o cargo de MOTORISTA deverá apresentar ao examinador a Carteira Nacional de Habilitação exigida como pré-requisito, não sendo aceitos, para realização da Prova, protocolos ou declarações.
 - 4.2. A prova prática de direção veicular consistirá na condução de veículo motorizados acima elencados e será composta de duas partes, sejam: direção de veículo em percurso na via pública urbana e rodoviária e estacionamento em vaga delimitada por balizas.
 - 4.3. QUANTO À PONTUAÇÃO DAS FALTAS COMETIDAS PARA AS FUNÇÕES DE MOTORISTA:
 - I) uma falta eliminatória: reprovação;



- II) uma falta grave: 15,0 (quinze) pontos negativos;
- III) uma falta média: 7,5 (sete e meio) pontos negativos;
- IV) uma falta leve: 2,5 (dois e meio) pontos negativos;
- V) não realização da atividade no prazo máximo de 3 minutos.

QUANTO AS FALTAS:

I. Faltas Eliminatórias:

- a) desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;
- b) avançar sobre o meio fio;
- c) não colocar o veículo na área balizada, em no máximo três tentativas;
- d) avançar sobre o balizamento demarcado quando da colocação do veículo na vaga;
- e) usar a contramão de direção;
- f) não completar a realização de todas as etapas do exame;
- g) avançar a via preferencial;
- h) provocar acidente durante a realização do exame;
- i) exceder a velocidade indicada na via;
- j) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

II. Faltas Graves:

- a) desobedecer à sinalização da via, ou do agente da autoridade de trânsito;
- b) não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;
- c) não observar a preferência do pedestre quando ele estiver atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar, ou ainda quando o pedestre não tenha concluído a travessia, inclusive na mudança de sinal;
- d) manter a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dele;
- e) não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- f) não usar devidamente o cinto de segurança;
- g) perder o controle da direção do veículo em movimento;
- h) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

III. Faltas Médias:

- a) executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- b) trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;
- c) interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova; fazer conversão incorretamente;
- d) usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- e) desengrenar o veículo nos declives;
- f) colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias;
- g) usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens;
- h) entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;
- i) engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;
- j) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

IV. Faltas Leves:



- a) provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
- b) ajustar incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor;
- c) não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
- d) apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- e) utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;
- f) dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
- g) tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro;
- h) cometer qualquer outra infração de natureza leve.

5. Os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas serão avaliados nos seguintes critérios:

5.1. Para submeter-se à Prova Prática, o candidato(a) inscrito para o cargo de MOTORISTA deverá apresentar ao examinador a Carteira Nacional de Habilitação exigida como pré-requisito, não sendo aceitos, para realização da Prova, protocolos ou declarações.

5.2. A prova prática de direção veicular consistirá na condução de veículo motorizados acima elencados e será composta de duas partes, sejam: direção de veículo em percurso na via pública urbana e rodoviária e estacionamento em vaga delimitada por balizas.

5.3. Os critérios de avaliação serão cobrados conforme segue:

Pontos na execução da tarefa a ser avaliado	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
a) a habilidade com os instrumentos de trabalho	0,00	5,00	10,00	15,00	20,00
b) a forma adequada para a execução das atividades	0,00	5,00	10,00	15,00	20,00
c) a utilização dos equipamentos de proteção individual e normas de segurança no trabalho	0,00	5,00	10,00	15,00	20,00
d) a eficiência (técnica e desenvoltura) na execução da tarefa;	0,00	5,00	10,00	15,00	20,00
e) a organização dos materiais durante e após a execução das tarefas.	0,00	5,00	10,00	15,00	20,00
Total Máximo de Pontos Distribuídos: 100 pontos					

Art. 11º. Será cobrada apresentação de registro no Conselho de Classe somente dos cargos dos quais existam os respectivos Conselhos.

Art. 12º. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Edital 001/2020.

Caçador-SC, 10 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONCURSO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 55, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2754328

PORTARIA Nº 55, de 09 de dezembro de 2020.

• O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor JOSÉ LUIZ FURLIN, ocupante do cargo efetivo de Motorista, pelo período de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 31/07/2019, a serem gozados no período de 11/01/2021 a 20/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 09 de dezembro de 2020.

Itacir Joao Fiorese – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 56, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754329

PORTARIA Nº 56, de 10 de dezembro de 2020.

• O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2020, JAIRO RIBEIRO PEDROSO, ocupante do cargo de provimento comissionado de Assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Caçador, nível CPCA 3002, com carga horária de 35 horas semanais, conforme art. 33, inciso III, da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 10 de dezembro de 2020.

Itacir João Fiorese – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA Nº 1.565, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2753671

PORTARIA nº 1.565, de 24 de setembro de 2020.

Concede Pensão por Morte a LUIZ HENRIQUE TABORDA RIBAS.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, do art. 32 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder pensão por morte à LUIZ HENRIQUE TABORDA RIBAS, Matrícula nº 5990, na condição de cônjuge da Servidora Pública Municipal ativa ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS, falecida em 24/08/2020, na espécie com paridade, sendo R\$ 6.101,06 (Seis mil, cento e um reais e seis centavos) referente ao teto do RGPS, mais 70% (setenta por cento) da parcela excedente ao teto, no valor de R\$ 867,75 (Oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), totalizando no valor de R\$ 6.968,81 (Seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e um centavos), a serem pagos pelo IPASC a contar de 25 de agosto de 2020.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 24 de setembro de 2020.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA Nº 1.568, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Publicação Nº 2753597

PORTARIA nº 1.568, de 27 de outubro de 2020.

Aposenta a Servidora Pública Municipal KATIA JUDITE SOUZA DE ANDRADE.

O Diretor Presidente de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o art. 36, da Emenda Constitucional nº 103, de 13/11/2019, em conformidade com a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais a redação do art. 24, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o §1º, e §2º do art. 37, do mesmo diploma legal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade à Servidora Pública Municipal KATIA JUDITE SOUZA DE ANDRADE, Matrícula nº 8431 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente da Educação, Referência 01, Nível 04, com carga horária de 44 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Educação, a contar de 19 de outubro de 2020, passando à Matrícula nº 3602, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade, com proventos proporcionais, correspondentes a 41,86% (Quarenta e um vírgula oitenta e seis por cento) do resultado do cálculo da média, no valor de R\$ 1.371,79 (Um mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), com valor do provento de R\$ 574,23 (Quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e três centavos), com complementação para atingir o piso salarial no valor de R\$ 569,17 (Quinhentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos), na espécie sem paridade, correspondendo o benefício de aposentadoria ao valor de R\$1.143,40 (Um mil, cento e quarenta e três reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 27 de outubro de 2020.

Fábio Deniz Casagrande – DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 1.569, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Publicação Nº 2753593

PORTARIA nº 1.569, de 27 de outubro de 2020.

Aposenta a Servidora Pública Municipal WALTRAUD WARKEN ZARDO.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a redação dos incisos I, II e III do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003 e ainda, do art. 34 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, c/c o art. 36, da Emenda Constitucional nº 103, de 13/11/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição à Servidora Pública Municipal WALTRAUD WARKEN ZARDO, Matrícula nº 1065 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de enfermagem, Referência 14, Nível 13, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde a contar de 01 de outubro de 2020, passando à Matrícula nº 3603, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de setembro de 2020, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.036,30 (Três mil, trinta e seis reais e trinta centavos), adicional de triênio de R\$ 819,80 (Oitocentos e dezenove reais e oitenta centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte no valor de R\$ 642,81 (Seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), totalizando o valor de R\$ 4.498,91 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 27 de outubro 2020.

Fábio Deniz Casagrande – DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 1.571, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Publicação Nº 2753678

PORTARIA nº 1.571, de 27 de outubro de 2020.

Concede Pensão por Morte a Gerônimo Gonçalves Neto.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o, §7º e § 8º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 e Art. 36 da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de dezembro de 2019.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder pensão por morte a GERÔNIMO GONÇALVES NETO, na condição de cônjuge da Servidora Pública Municipal inativa CLARISSE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, falecida em 28/09/2020, na espécie sem paridade, correspondendo a 50% do valor original do último provento de aposentadoria da servidora, totalizando o valor de R\$ 1.655,46 (Um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) a serem pagos pelo IPASC a contar de 29 de setembro de 2020.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 27 de outubro de 2020.

Fábio Deniz Casagrande – Diretor Presidente do IPASC

PORTARIA Nº 1.572, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Publicação Nº 2753682

PORTARIA nº 1.572, de 27 de outubro de 2020.
Concede Pensão por Morte a Elisama Albuquerque Gonçalves.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o, §7º e § 8º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 e Art. 36 da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder pensão por morte a Elisama Albuquerque Gonçalves, na condição de filha da Servidora Pública Municipal inativa CLARISSE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, falecida em 28/09/2020, na espécie sem paridade, correspondendo a 50% do valor original do último provento de aposentadoria da servidora, totalizando o valor de R\$ 1.655,46 (Um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) a serem pagos pelo IPASC a contar de 29 de setembro de 2020.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 27 de outubro de 2020.

Fábio Deniz Casagrande – Diretor Presidente do IPASC

PORTARIA Nº 1.575, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753584

PORTARIA nº 1.575, de 03 de novembro de 2020.

Aposenta o Servidor Público Municipal LAUDENY FAGUNDES.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, do art. 32 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 c/c o art. 36, da Emenda Constitucional nº 103, de 13/11/2019,

RESOLVE :

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição ao Servidor Público Municipal LAUDENY FAGUNDES, Matrícula nº 3354 na atividade, ocupante do cargo de Fiscal do Procon, Referência 22, Nível 08, com carga horária de 35 (Trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Administração, a contar de 01 de novembro de 2020, passando à Matrícula nº 3604, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de outubro de 2020, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.767,26 (Três mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos), adicional de triênio de R\$ 565,09 (Quinhentos e sessenta e cinco reais e nove centavos), totalizando R\$ 4.332,35 (Quatro mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 03 de novembro de 2020.

Fábio Deniz Casagrande – Diretor Presidente.

PORTARIA Nº 1.576, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753686

PORTARIA nº 1.576, de 05 de novembro de 2020.
Concede Pensão por Morte a CATARINA MACHADO RAMOS.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o, §7º e § 8º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos arts. 26 e 27, ambos da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015 e Art. 36 da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder pensão por morte a CATARINA MACHADO RAMOS, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo CELSO ANTUNES RAMOS, falecido em 17/10/2020, na espécie sem paridade, correspondendo a 100% do valor original do último provento de aposentadoria do servidor, totalizando o valor de R\$ 1.413,71 (Um mil, quatrocentos e treze reais e setenta e um centavos) a serem pagos pelo IPASC através da matrícula nº 5994 a contar de 18 de outubro de 2020.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 05 de novembro de 2020.

Fábio Deniz Casagrande – Diretor Presidente do IPASC

Caibi

PREFEITURA

458/2020

Publicação Nº 2753229

PORTARIA N.º 458/20

ELOI JOSE LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Autorizar conversão de licença prêmio em pecúnia ao Servidor EDSON ANTONIO CARLESSO, matrícula nº. 8240-6, ocupante do cargo de CONTADOR, com lotação junto ao Departamento Municipal de Finanças com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2019, conforme lhe assegura a Lei Complementar 058/2019 do estatuto dos Servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito em 10 de dezembro de 2020.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDUARDO GASPARIN

Diretor de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 271

Publicação Nº 2753068

DECRETO Nº 271/2020 de 04 de Dezembro de 2020

Declara deserta o Processo Licitatório de Nº 078/2020 na Modalidade Pregão Presencial Nº 042/2020 da Prefeitura Municipal de Caibi-SC

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

CONSIDERANDO QUE NÃO COMPARECEU NENHUM PROPONENTE INTERESSADO NO CERTAME LICITATORIO.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada DESERTA o Processo licitatório Nº 078/2020 na modalidade Pregão Presencial Nº 042/2020 que possui por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ORTOPEDIA, PARA ATENDIMENTO DA LISTA DE ESPERA DE PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAIBI

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, 04 de Dezembro de 2020.

Eloi José Libano

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Eduardo Gasparin

Diretor de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 274/2020

Publicação Nº 2752422

DECRETO nº 274/2020, de 10 de Dezembro de 2020.

Determina a Restituição de valores a Contribuinte Luana Guasselli Schena, relativos a taxa de Alvará de Obra que não foi edificada, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o

disposto no art. 71 da Lei Orgânica do Município, e demais legislação vigente,

CONSIDERANDO o Requerimento efetuado pela Contribuinte Luana Guasselli Schena;

CONSIDERANDO o Relatório conclusivo elaborado pelos Servidores municipais designados pelo Decreto nº 167/2020, de 19 de Novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Determinar seja efetuada a restituição do valor de R\$ 402,00 (quatrocentos e dois reais), referente a pagamento ao alvará de obra nº 23/2018 a contribuinte Luana Guasselli Schena, portadora do CPF nº 060.701.879-89, tendo em vista que após o pagamento da taxa de alvará de construção nº 024/2018 a contribuinte desistiu da construção e solicitou o cancelamento do referido alvará, conforme documentos em anexo ao relatório.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão suportados por dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 10 de Dezembro de 2020.

ELOI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Diretor de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 275/2020

Publicação Nº 2752424

DECRETO nº 275/2020, de 10 de Dezembro de 2020.

Determina a Restituição de valores ao Contribuinte Maravilha Comércio e Representações de Equipamentos para aves e suínos Eireli, relativos pagamento de ISS em duplicidade, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto no art. 71 da Lei Orgânica do Município, e demais legislação vigente,

CONSIDERANDO o Requerimento efetuado pela Contribuinte Maravilha Comércio e Representações de Equipamentos para aves e suínos Eireli;

CONSIDERANDO o Relatório conclusivo elaborado pelos Servidores Municipais designados pelo Decreto nº 254/2020, de 19 de Novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Determinar seja efetuada a restituição do valor de R\$ 453,44 (quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos), referente a pagamento de ISS em duplicidade ao contribuinte Maravilha Comércio e Representações de Equipamentos para aves e suínos Eireli, inscrito no CNPJ nº 08.188.714/0001-87, tendo solicitação da baixa do Simples Nacional ter ocorrido após a emissão das guias para pagamento, e assim ocorreu o pagamento de ISS em duplicidade, conforme documentos em anexo ao relatório.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão suportados por dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 10 de Dezembro de 2020.

ELOI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Eduardo Gasparin
Diretor de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2020

Publicação Nº 2753520

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2020

3º(TERCEIRO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 007/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

OBJETO: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Interadministrativo Nº 007/2018, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.

VALOR: R\$ 6.951,00 (seis mil, novecentos e cinquenta e um reais)

FIRMADO: 10/12/2020

VIGÊNCIA: 01/01/2021 á 31/12/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018

MODALIDADE Dispensa por Limite 007/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2020

Publicação Nº 2753502

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2020

6º (SEXTO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 010/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: PROVEDOR FUTURA SC LTDA ME

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 01/01/2021 até 31/12/2021 em conformidade com o disposto na Clausula sétima do contrato original nº 010/2017.

FIRMADO: 07/12/2020

VIGÊNCIA: 01/01/2021 á 31/12/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2016

MODALIDADE Pregão Presencial nº 049/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2020

Publicação Nº 2753517

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2020

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 001/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: INFO DIGITALL-SOLUÇÕES TECNOLOGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME

OBJETO: O presente Contrato terá vigência de um ano, tendo início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, podendo ser renovado mediante Termo Aditivo até o limite no inciso IV do Art. 57 da Lei de nº 8.666/93 e alterações Posteriores.

VALOR: R\$ 5.715,72 (cinco mil e setecentos e quinze reais e setenta e dois centavos)

FIRMADO: 09/12/2020

VIGÊNCIA: 01/01/2021 á 31/12/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020

MODALIDADE Dispensa por Limite 001/2020

LEI MUNICIPAL 2615

Publicação Nº 2753220

LEI Nº. 2615/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Autoriza o Município de Caibi firmar Convênio com o Hospital Beneficente São José de Caibi/SC, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar termo de Convênio para repasse de recursos financeiros com o Hospital Beneficente São José, inscrito no CNPJ nº 75.433.334/0001-58, estabelecido na Rua Machado de Assis, nesta cidade de Caibi/SC, no valor de até R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) que destinar-se-ão, à manutenção da entidade pela prestação de serviços beneficentes, durante o exercício de 2021.

Art. 2º - A transferência financeira, a aplicação dos recursos, a prestação de contas e demais procedimentos referente a execução do convênio deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 027/2014, de 20 de Fevereiro de 2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2021.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 10 de dezembro de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Eduardo Gasparin
Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL 2616

Publicação Nº 2753224

LEI Nº. 2616/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza o Município de Caibi firmar Termo de Colaboração e/ou Termo de Fomento com Entidades e Associações que especifica, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar termo de colaboração e/ou Termo de Fomento para repasse de recursos financeiros nos valores e com as Entidades/Associações, conforme segue:

a) – Com o Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caibi - APAE, inscrita no CNPJ nº 80.637.333/0001-58, com sede no Município de Caibi/SC, no valor de até R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais) que destinar-se-ão, para custeio de despesas decorrentes das atividades da Associação.

b) – Com a Associação da Casa familiar Rural "São Domingos" de Caibi/SC, inscrita no CNPJ nº 73.232.944/0001-68, com sede na Linha São Domingos, neste Município de Caibi/SC, no valor de até R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais) que destinar-se-ão, para custeio de despesas decorrentes das atividades da Associação.

Art. 2º - A transferência financeira, a aplicação dos recursos, a prestação de contas e demais procedimentos referente a execução do Termo deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 027/2014, de 20 de Fevereiro de 2014 bem como as disposições da Lei nº 13.019/2014, de 31 de Julho de 2014 e suas alterações.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2021.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Caibi em 10 de dezembro de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Eduardo Gasparin
Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL 2617

Publicação Nº 2753228

LEI Nº. 2617/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Contrato de Concessão de Uso de Equipamentos agrícolas, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela legislação vigente, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Concessão de uso de equipamentos, com entidade

Sindical, Cooperativa e/ou Associação de Agricultores, mediante Processo licitatório na modalidade de Concorrência, visando a concessão de uso dos seguintes equipamentos:

01 Trator agrícola, marca Agrale, modelo 5085.
01 Trator agrícola, marca Valtra BL 88.
01 Trator agrícola, Land Force 120.
01 Semeadora e Adubadora de arrasto, com 17 linhas, marca Eickhoff ESG 717 Múltipla.
03 Colhedoras de forragem, com plataforma de uma linha, marca Nogueira New Pecu.
02 Colhedoras de Forragem JF C 120.
01 Colhedoras de forragem, com plataforma de duas linhas, marca Menta-Suprema FS2-50.
01 Distribuidores de adubo orgânico líquido, equipado com rodado tandem; marca Lumeco LM 6.000 litros.
01 Distribuidor de calcário e fertilizantes sólidos, equipado com rodado tandem, marca IPACOL.
01 Plantadeira Semeadora Adubadeira de arrasto múltipla 17L, Mod. KF 6040, marca KF.

§ 1º - Os equipamentos serão utilizados na prestação de serviços em atividades produtivas de Pequenas propriedades rurais do Município de Caibi/SC, objetivando a redução de custos e a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

§ 2º - A manutenção dos equipamentos será de responsabilidade do cessionário que os devolverá ao final do contrato em boas condições.

Art. 2º - O Termo de Concessão de Uso de que trata a presente Lei terá início na data de sua assinatura e vigência até 31 de Dezembro de 2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, ficarão a cargo das dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 10 de dezembro de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Eduardo Gasparin
Diretor de Administração

Camboriú

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N.º 3.295/2020

Publicação Nº 2753768

LEI N.º 3.295/2020
Denominação de Rua.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Rua: SANTA ZÉLIA rua situada perímetro urbano, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças como "RUA PROJETADA "B" código 10253, Loteamento Terras Altas III, Bairro São Francisco de Assis, na cidade de Camboriú.

Art. 2º. Fica estabelecido ao poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de dezembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

LEI MUNICIPAL N.º 3.296/2020

Publicação Nº 2753798

LEI N.º 3.296/2020

Institui a Política Municipal de Educação Ambiental, em consonância com a Lei Federal nº9.795/1999 e Lei Estadual nº13.558/2005, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entende-se por Educação Ambiental o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 3º Como parte do processo educativo amplo, todos têm direito a Educação Ambiental, incumbindo:

I – Ao Poder Público, nos termos dos arts.205 e 225 da Constituição Federal e 164 e 182 da Constituição Estadual de Santa Catarina, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - Às instituições educativas públicas e privadas, promover a Educação Ambiental de maneira integrada e permanente aos currículos e programas educacionais que desenvolvem;

III – Aos órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, promover ações de Educação Ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – Aos meios de comunicação, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V – Às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados a formação de seus colaboradores,

visando a melhoria sobre o ambiente de trabalho e consequentemente sobre o meio ambiente;

VI – Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMADES, e Conselho Municipal de Educação, assessorar os órgãos de meio ambiente e educação na avaliação, participação e análise de resultados dos programas e projetos de Educação Ambiental;

VII – A sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores e atitudes que propiciem a atuação individual e coletiva voltada a melhoria socioambiental.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 4º São princípios e objetivos básicos da Educação Ambiental:

I – O enfoque democrático e participativo;

II – A concepção de meio ambiente, em sua totalidade, considerando o ambiente físico e social, promovendo a sustentabilidade socioambiental;

III – A pluralidade de ideias e concepções pedagógicas promovendo a interdisciplinaridade;

IV – O exercício da ética, educação e trabalho a favor das causas socioambientais;

V – Uma abordagem articulada entre questões socioambientais locais, regionais e globais;

VI – O desenvolvimento de ações e programas permanentes em prol da sustentabilidade socioambiental.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 5º Fica instituída a Política Municipal de Educação Ambiental no âmbito do Município de Camboriú, em face de sua relevância, tendo a Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Estadual de Educação como eixos norteadores.

Art. 6º A Política Municipal de Educação Ambiental valer-se-á do Programa Tatu de Educação Socioambiental como parâmetro de suas ações, estratégias, metodologia e critérios para o fortalecimento da prática de Educação Ambiental no município de Camboriú.

Parágrafo Único - O Programa Tatu de Educação Socioambiental, desenvolve ações socioeducativas em parceria com a Secretaria de Educação de Camboriú, junto as unidades de ensino municipais, estaduais e particulares, desde a educação Infantil até o nono ano da educação básica.

Art. 7º O Programa Tatu de Educação Socioambiental compreende as atividades e ações vinculadas a Política Municipal de Educação Ambiental realizadas no ensino formal, não formal e informal, através das seguintes linhas de atuação:

I – Formação continuada de profissionais na área de meio ambiente;

II – Produção, divulgação e aplicação do Programa Tatu de Educação Socioambiental junto as unidades de ensino municipais, estaduais e particulares;

III – Avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas;

IV – Promoção da gestão compartilhada entre a Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM, Secretaria Municipal de Educação e sociedade civil;

V – Articulação entre órgãos ambientais, secretarias municipais, e comunidade, promovendo uma maior interação e participação em prol da sustentabilidade socioambiental;

VI – Difusão de conhecimento e informações sobre questões socioambientais a fim de tornar público a questão ambiental em níveis locais, estaduais e globais;

VII – Realização da Campanha “Rio Camboriú Sem Plástico”, que deverá ocorrer anualmente, com a comunidade escolar, envolvendo a educação infantil e o ensino fundamental, a fim de reduzir a quantidade de resíduos plásticos bem como, a poluição por eles gerados;

VIII – Ações permanentes da Campanha “Limando o Óleo”, promovida pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de reaproveitar o óleo de cozinha para produção de sabão caseiro utilizado dentro das Unidades de Ensino;

IX – Ações permanentes para o Programa “Água Boa” de instalação e manutenção de cisternas escolares prevendo a reutilização das águas pluviais;

X - Ações permanentes para o Programa “Hortas Pedagógicas” de instalação e manutenção dos canteiros para compostagem dos resíduos orgânicos e consequentemente produção de alimentos para a Unidade de Ensino.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL

Art. 8 Entende-se por Educação Ambiental na educação escolar, aquela a ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, a saber:

I – Educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio.

II – Educação Superior;

III – Educação Especial;

IV – Educação Profissional;

V – Educação de Jovens e Adultos.

Art. 9 A Educação Ambiental será desenvolvida como prática educativa integrada, interdisciplinar e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

I – A Educação Ambiental não deverá ser implantada como disciplina específica nos currículos de ensino, dada sua característica interdisciplinar e que permeia todas as áreas do conhecimento;

- II – Nos cursos de formação continuada oferecidos aos profissionais deverá ser incorporado o conteúdo ético ambiental;
III – O Programa Tatu de Educação Socioambiental deverá estar incluso nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades de ensino;

Art. 10 Professores e equipe pedagógica deverão receber formação complementar continuada em Educação Ambiental em suas áreas de atuação, realizadas por profissionais de empresas terceirizadas, a fim de ampliar conhecimento e atender de maneira efetiva aos princípios e objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental.

CAPÍTULO VI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL

Art. 11 Entende-se por Educação Ambiental não formal, as ações e práticas educativas voltadas a sensibilização da comunidade, sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade de vida.

Art. 12 Em conformidade ao disposto na Lei Federal 9.795/1999 e na Lei Estadual 13.558/2005, compete ao poder público Municipal, Estadual e Federal, apoiar:

- I. A difusão por meio dos meios de comunicação de massa, a democratização da informação no que diz respeito a legislação ambiental, bem como campanhas educativas;
- II. A participação de unidades escolares, organizações não-governamentais e universidades, na formulação de projetos e programas vinculados a Educação Ambiental não-formal;
- III. A participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de Programas Ambientais.
- IV. A sensibilização:
 - a) da comunidade para a importância da criação, gestão e manejo das unidades de conservação;
 - b) das populações ribeirinhas residentes nas margens e entornos de rios e nascentes para a necessidade de preservar os recursos hídricos;
 - c) A inserção da Educação Ambiental nas atividades de recuperação, preservação e conservação da biodiversidade, de zoneamento, fiscalização e licenciamento, gerenciamento de resíduos, da gestão de recursos hídricos, de manejo sustentável e consequente melhoria da qualidade socioambiental.

CAPÍTULO VII DA GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13 Fica instituída a Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM como órgão responsável por gerir, planejar, coordenar e avaliar a Política Municipal de Educação Ambiental, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14 A Política Municipal de Educação Ambiental será executada pelos órgãos municipais de meio ambiente integrantes do SISNAMA, pelos órgãos integrantes da administração municipal, pelas instituições educacionais públicas e privadas, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

CAPÍTULO VIII DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS GESTORES

Art. 15 São atribuições do órgão gestor no âmbito de suas competências:

- I – Coordenar o desenvolvimento de instrumentos, metodologias e diretrizes da Política Municipal de Educação Ambiental;
- II – Articular, aplicar e supervisionar programas de Educação Ambiental nas unidades escolares e centros de educação infantil;
- III – Estimular, apoiar e fomentar processos de Educação Ambiental construindo valores, conhecimento, novas atitudes que contribuam para a efetivação de sociedades sustentáveis;
- IV – Contribuir, promover e organizar junto ao voluntariado em programas e ações de ensino e pesquisa em Educação Ambiental;
- V – Possibilitar formação continuada, seminários, palestras e visitas técnicas aos educadores;
- VI – Estimular os diversos setores da sociedade a participar de ações voluntárias que visem contribuir com a causa socioambiental;
- VII – Observar as deliberações do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- VIII – Promover a informação ambiental educativa, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a qualidade socioambiental;
- IX – Levantar, sistematizar e divulgar possíveis fontes de financiamento nas esferas internacionais, nacionais e estaduais, para a realização de projetos de Educação Ambiental;
- X – Acompanhar e assessorar as unidades de ensino quanto a inclusão de temas socioambientais em seus Projetos Político-Pedagógicos.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 A Fundação do Meio Ambiente de Camboriú – FUCAM, na elaboração de seus respectivos orçamentos deverá consignar recursos (orçamento anual, e plano plurianual) para a realização do Programa Tatu de Educação Socioambiental, cumprindo assim, a Política Municipal de Educação Ambiental.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de dezembro de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

LEI MUNICIPAL N.º 3.297/2020

Publicação Nº 2753811

LEI N.º 3.297/2020
Denominação de Rua.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de RUA: LAURO VECHI, a rua situada perímetro urbano, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças como "RUA PROJETADA "01" código - 10077, Loteamento Barra do Cedro, Bairro Cedro, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º. Fica estabelecido ao poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de dezembro de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

LEI MUNICIPAL N.º 3.298/2020

Publicação Nº 2753814

LEI N.º 3.298/2020
Denominação de Rua.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Rua: "RIO BIGUAÇU", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, loteamento Rio Pequeno 3, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças como "Rua Projetada "AB" sob o código 7432, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º. Fica estabelecido ao poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 10 de dezembro de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

LEI MUNICIPAL N.º 3.299/2020

Publicação Nº 2753818

LEI N.º 3.299/2020

Altera a Lei Municipal n.º 1.275 de 14 de julho de 1998.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados o artigo 1º, o inciso VIII do artigo 2º, as alíneas "a", "f", "g", "j", "l" e "m" do artigo 3º, bem como fica inserida a alínea "n" ao artigo 3º todos da Lei Municipal n.º 1.275/1998, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo, com a finalidade de desenvolver e viabilizar através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da iniciativa privada, medidas que possam resultar do planejamento, do estabelecimento e da coordenação para a divulgação, o fomento e a operacionalização de ações que orientem e promovam a política e o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas municipais.

Art.2º (...)

VIII. sugerir alternativas para a efetiva gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

(...)

Art.3º (...)

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

(...)

f) 01 (um) representante da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú- FUCAM;

g) 01 (um) representante dos proprietários de equipamentos cadastrados e legalizados junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, envolvidos com o Projeto de Turismo Ecológico-Rural;

(...)

j) 01 (um) representante de Instituição de Ensino Superior da região que tenha o curso de Turismo e Hotelaria;

(...)

l) 01 (um) representante da Fundação Cultural de Camboriú;

m) 01 (um) representante do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú - IFC;

n) 01 (um) representante da Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú- ACIBALC.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de dezembro de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

PR 073/2020 - PMC

Publicação Nº 2753482

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/2020 - PMC - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E PRODUTOS AUTOMOTIVOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 19 (Dezenove) de Janeiro de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 10 de Dezembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 72/2020 - PMC

Publicação Nº 2753440

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2020 - PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A FORMAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE, A FIM DE PROMOVER A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICA, RECREAÇÃO, CULTURA E LAZER, PROPORCIONANDO UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA AOS MUNICÍPIOS DE CAMBORIÚ

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 18 (Dezoito) de Janeiro de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: camboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de dezembro de 2020
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

CAMBORIÚ PREV

PORTARIA N 039/2020 - JOÃO GABRIEL SOUZA - EXTINÇÃO DE PENSÃO POR MORTE

Publicação Nº 2753490

ATO DE EXTINÇÃO DE PENSÃO POR MORTE
PORTARIA N.º 039/2020

Elcio Rogério Kuhnén, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta do Processo nº 037/2020,
RESOLVE:

Extinguir a Pensão por Morte do beneficiário João Gabriel Souza, na forma a seguir discriminada, alterando, assim, a Portaria nº 011/2015: Dados do Instituidor: Orlando Souza Filho, matrícula nº 1.828-7, inscrito no CPF sob nº 653.863.709-44, ocupava o cargo de professor II e na data do óbito, em 22/09/2015, encontrava-se na ativa, lotado na Secretaria da Educação do Município.

Extingo a partir de 16/12/2020 a Pensão Por Morte, neste ato discriminada, com fundamento no art. 22, § 2º, da Lei Ordinária Municipal nº 1.441/2001, bem como do art. 77, § 1º da Lei nº 8.213/91 c/c art. 40, § 12 da Constituição Federal de 1988.
Camboriú (SC), 10 de dezembro de 2020.

Publicado no Mural Público Municipal
na data supra

Luana Rodrigues Luciano
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnén
Prefeito Municipal

Luana Rodrigues Luciano
Presidente

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2020

Publicação Nº 2752653

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2020 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 6 (seis) meses, a contar desta data.

Aos dez dias do mês de dezembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de madeira de eucalipto (em peças serradas, tipo vigas, vigotes, pranchão corrido, pilar, travessas, etc.), material destinado à manutenção e recuperação de diversas pontes e outras finalidades do Município de Campo Alegre SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS A. SELL LTDA, CNPJ: 80.985.625/0001-99 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 93/2020, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	100	M³	Madeira de eucalipto (em peças serradas, tipo vigas, vigotes, pranchão corrido, pilar, travessas, etc.) com até 8 metros de comprimento.	R\$ 540,00	R\$ 54.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 54.000,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS A. SELL LTDA

ADILSON JORGE SELL

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020 - FMS

Publicação Nº 2752662

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020 FMS

Processo Licitatório nº 34/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de EPI para equipe odontológica, para retomada dos atendimentos nas unidades de Saúde, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa S. V. M. EMERGENCIAS MEDICAS EIRELI, CNPJ 28.439.173/0001-20, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 34/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
01	5.000	UNID	Avental de procedimentos em TNT, gramatura 50, nas cores branca ou azul, manga longa com punho.	3,75	18.750,00	
VALOR TOTAL				R\$ 18.750,00		

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

S. V. M. EMERGENCIAS MEDICAS EIRELI

SHIRLEY PAULA MENDES

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2020 - FMS

Publicação Nº 2752665

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2020 FMS
Processo Licitatório nº 34/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de EPI para equipe odontológica, para retomada dos atendimentos nas unidades de Saúde, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa LIMP SAFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 08.973.252/0001-09, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 34/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
02	5.000	UNID	Pró pé, em tecido TNT, gramatura 50, nas cores branca ou azul.	0,17	850,00	
VALOR TOTAL				R\$ 850,00		

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

LIMP SAFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
RENE MUHLEN CONDÉ DE OLIVEIRA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020 - FMS

Publicação Nº 2752666

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2020 FMS
Processo Licitatório nº 35/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos para distribuição nas unidades de saúde do município, para atender pessoas com doenças mentais, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 12.014.370/0001-67, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 35/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
03	100	Frasco	Ácido valpróico 50mg/ml (valproato de sódio)	3,960	396,00	
15	300	Ampola	Prometazina 25mg/ml (solução injetável)	1,800	540,00	
VALOR TOTAL				R\$ 936,00		

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
DALCI DAMBROS
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2020 - FMS

Publicação Nº 2752670

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2020 FMS
Processo Licitatório nº 35/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos para distribuição nas unidades de saúde do município, para atender pessoas com doenças mentais, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 11.018.062/0001-47, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 35/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
06	40.000	Comprimido	Carbamazepina 200mg	0,160	6.400,00	
10	5.000	Comprimido	Fenitoína 100mg	0,149	745,00	
VALOR TOTAL				R\$ 7.145,00		

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ANDERSON PIERRE PRESTES
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020 - FMS

Publicação Nº 2752672

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2020 FMS
Processo Licitatório nº 35/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos para distribuição nas unidades de saúde do município, para atender pessoas com doenças mentais, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.802.002/0001-02, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 35/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
07	10.000	Comprimido	Carbonato de lítio 300mg	0,439	4.390,00	
11	15.000	Comprimido	Fenobarbital 100mg	0,162	2.430,00	
VALOR TOTAL				R\$ 6.820,00		

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
MAICON CORDOVA PEREIRA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020 - FMS

Publicação Nº 2752674

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2020 FMS
Processo Licitatório nº 35/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos para distribuição nas unidades de saúde do município, para atender pessoas com doenças mentais, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa DIMASTER COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 02.520.829/0003-02, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 35/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
13	5.000	Comprimido	Haloperidol 5mg	0,240	1.200,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.200,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DIMASTER COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
GLEISON SACHET
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020 - FMS

Publicação Nº 2752677

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2020 FMS
Processo Licitatório nº 35/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos para distribuição nas unidades de saúde do município, para atender pessoas com doenças mentais, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES S/A, CNPJ 07.752.236/0001-23, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 35/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	5.000	Comprimido	Ácido valpróico 250mg (valproato de sódio)	0,170	850,00
02	10.000	Comprimido	Ácido valpróico 500mg (valproato de sódio)	0,450	4.500,00
05	3.000	Comprimido	Biperideno 2mg (cloridrato)	0,200	600,00
09	12.000	Comprimido	Diazepam 10mg	0,060	720,00
12	20.000	Cápsula	Fluoxetina 20mg (cloridrato)	0,070	1.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 8.070,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES S/A
CÉSAR AUGUSTO GOMES NEUMANN
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020 - FMS

Publicação Nº 2752680

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2020 FMS
Processo Licitatório nº 35/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos para distribuição nas unidades de saúde do município, para atender pessoas com doenças mentais, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 81.706.251/0001-98, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 35/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
08	5.000	Comprimido	Clorpromazina 100mg (cloridrato)	0,260	1.300,00
14	100	Ampola	Haloperidol decanoato	6,310	631,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.931,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
SIRLEI TEREZINHA ZAMBRIN
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2020 - FMS

Publicação Nº 2752683

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2020 FMS
Processo Licitatório nº 35/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando a eventual aquisição de medicamentos psicotrópicos para distribuição nas unidades de saúde do município, para atender pessoas com doenças mentais, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 04.372.020/0001-44, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 35/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	80.000	Comprimido	Amitriptilina 25mg (cloridrato)	0,140	11.200,00
VALOR TOTAL				R\$ 11.200,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
THIAGO WERLANG BRANDALIZZE
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2020 - FMS

Publicação Nº 2752686

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2020 FMS
Processo Licitatório nº 38/2020 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 06 (seis) meses, a contar desta data.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando

a eventual aquisição de medicamentos para distribuição nas unidades de Saúde do Município, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 81.706.251/0001-98, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 38/2020 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	90.000	Comprimido	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	0,329	29.610,00
VALOR TOTAL				R\$ 29.610,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
SIRLEI TEREZINHA ZAMBRIN
Representante legal

DECRETO Nº 13.278 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753926

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 13.278 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.050,00 (oito mil, cinquenta reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras	
300000.00.0102 -	Despesas Correntes	
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas	
339048.00.0102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 8.050,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.652 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752207

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.652 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública ANDRIÉLE MAINARA FRANÇA, matrícula funcional nº 000893, registro no sistema sob nº 955670, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 06 de dezembro de 2020 á 04 de abril de 2021, conforme Atestado Médico Afastamento nº 145997, para Gestante emitido em data de 08 de dezembro de 2020, devidamente assinado pela Médica Dra. Ingrid Kurzawa, CRM-SC 22625, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 10 de dezembro de 2020, sob nº 006456.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de dezembro de 2020.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.653 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752988

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.653 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de Resultado de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 07 de dezembro de 2020, devidamente assinado pelo Dr. Clévio Jorge Scheffer, CRM-SC 1867, RQE 15219, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que a Servidora Pública Municipal SANDRO LUIZ FRIEDRICH, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 15 de dezembro de 2020.

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o §2º do artigo 9º;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, SANDRO LUIZ FRIEDRICH, matrícula funcional nº 000742, registro no sistema sob nº 955272, ocupante do Cargo Público de Fiscal exercendo a Função de Fiscal de Tributos, lotado na Secretaria Municipal de Finanças,, por motivo de doença, pelo período de 01 de dezembro de 2020 a 23 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de novembro de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.654 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753259

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.654 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ADRIANA CARDOSO LUCIO, matrícula funcional nº 000997, registro no sistema sob nº 956017, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 06 de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 04 (zero quatro) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 16 (dezesseis) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.655 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754295

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.655 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANA BEATRIZ BEZERRA DA SILVA, matrícula funcional nº 000790, registro no sistema sob nº 955453, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.656 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754297

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.656 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública ANAIR SPERANDIO, matrícula funcional nº 000892, registro no sistema sob nº 955669, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 14 (quatorze) dias; 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 = 06 (zero seis) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.657 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754298

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.657 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANDRÉIA APARECIDA COSTA KUSCHAN, matrícula funcional nº 000835, registro no sistema sob nº 955521, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.658 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754299

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.658 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANGELA LUCIANA TEIXEIRA CARDOSO, matrícula funcional nº 000853, registro no sistema sob nº 955552, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.659 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754300

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.659 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ANGELA SONIA CANDIDO, matrícula funcional nº 000980, registro no sistema sob nº 955926, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 12 (doze) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 08 (zero oito) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.660 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754301

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.660 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HÜMMELGEN, matrícula funcional nº 000747, registro no sistema sob nº 955294, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 a 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.661 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754302

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.661 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal CLAUDINEIA GONÇALVES DE ABREU, matrícula funcional nº 000954, registro no sistema sob nº 955833, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (zero treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.662 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754309

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.669 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, matrícula funcional nº 000147, registro no sistema sob nº 298310, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 19 de agosto de 2020 a 18 de agosto de 2020 = 07 (zero sete) dias; 19 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.663 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754310

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.663 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal DÉBORA MIRIAN BAGNHUCK, matrícula funcional nº 000655, registro no sistema sob nº 955082, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais,

lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (zero treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.664 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754311

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.664 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal DEONICE TEREZINHA ODIA TELMA, matrícula funcional nº 000766, registro no sistema sob nº 955373, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.665 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754312

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.665 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos

artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal DJENIFFER FAGUNDES DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 000815, registro no sistema sob nº 955483, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (zero treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 à 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.666 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754314

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18.665 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal DJENIFFER FAGUNDES DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 000815, registro no sistema sob nº 955483, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (zero treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 à 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.667 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754316

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.667 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal ESTELA KOHLBECK DOS SANTOS, matrícula funcional nº 000808, registro no sistema sob nº 955477, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional ao período aquisitivo mencionado no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.668 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754319

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.668 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal FERNANDA MICKUS DREVECK, matrícula funcional nº 000743, registro no sistema sob nº 955275, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 á 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.669 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754320

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.669 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, matrícula funcional nº 000147, registro no sistema sob nº 298310, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 19 de agosto de 2020 a 18 de agosto de 2021 = 07 (zero sete) dias; 19 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 a 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.670 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754322

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.670 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal GABRIEL KOTH, matrícula funcional nº 001002, registro no sistema sob nº 956031, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 17 de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 03 (zero três) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 17 (dezesete) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2021 a 24 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.671 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754323

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.671 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal IDALETE UHLIG FUECKNER, matrícula funcional nº 343, registro no sistema sob nº 352700, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 08 de junho de 2020 a 07 de junho de 2021 = 07 (zero sete) dias; 08 de junho de 2021 a 08 de junho de 2022 = 13 (zero treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 à 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.672 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754326

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.672 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE, matrícula funcional nº 000965, registro no sistema sob nº 955886, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (zero treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 à 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 18.673 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754327

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 18.673 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal IVONE GORNIACK DA COSTA, matrícula funcional nº 000754, registro no sistema sob nº 955346, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 = 13 (treze) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias proporcional aos períodos aquisitivos mencionados no caput deste artigo.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2020 à 16 de janeiro de 2021, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de dezembro de 2020 sob nº 006371.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
10 de dezembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/12/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753281

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

PROCLAMA E DIVULGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO ELEITORAL, ELEIÇÃO DA SÉTIMA DIRETORIA DA ASP – GESTÃO 2021/2022.

O Presidente da Comissão Eleitoral do Processo Eleitoral para escolha da Sexta Diretoria da ASP – Associação de Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais; RESOLVE:

Art. 1º Proclama e divulga o Resultado Final do Processo Eleitoral da SÉTIMA DIRETORIA DA ASP – Associação dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., GESTÃO 2021/2022, vencedora a CHAPA nº 2 "UNIDOS PELO SERVIDOR".

Parágrafo único. A SEXTA DIRETORIA DA ASP – Associação dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., GESTÃO 2021/2022 de que trata o caput do e artigo 1º desta Resolução, e composta pelos seguintes membros abaixo nominados:

Presidente: WILLIAM COTHOVISKY – CPF nº 055.944.119-33;
Vice Presidente: MÁRCIO MARCELO MUNHOZ – CPF nº 694.312.809-49;
1º Secretária: ANA FLAVIA MARCINIAC – CPF nº 089.641.089-73;
2º Secretária: ANA LUIZA TELMA – CPF nº 086.648.279-23;
1º Tesoureiro: ELOÁ CRISTHINE PRIM – CPF nº 007.058.089-80;
2º Tesoureira: SILVIA PASDA UHLIG – CPF nº 530.318.819-15;

Diretor de Patrimônio: ELIZABETE CARDOSO KONOPKA – CPF nº 048.229.769-71;

Diretor de Social: CRISTIANO CUNHA – CPF nº 031.041.879-83.

Conselho Fiscal: ANDRÉ CARLOS STEFANES – CPF nº 036.988.139-71;
RODRIGO HRUSCHKA CUBAS – CPF nº 057.976.929-10;
SARAH JENIFFER TOMANINI UNISESKY – CPF nº 054.867.109-50;
BETINA MOREIRA DA SILVA – CPF nº 003.448.719-08;
IZAURA DE FATIMA SUTIL – CPF nº 550.802.609-63.

Art. 2º A SÉTIMA DIRETORIA DA ASP – GESTÃO 2021/2022, eleita em data de 09 de dezembro de 2020, será empossada em data de 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 10 de dezembro de 2020.

TIAGO MURILO DE SOUZA

Presidente da Comissão Eleitoral do
Processo Eleitoral Gestão 2021/2022 da
ASP – Associação dos Servidores Públicos
do Município de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural Prédio Sede Prefeitura Municipal do Município de “Campo Alegre/SC.”; Mural Prédio Sede Câmara Municipal do Município de “Campo Alegre/SC.”; Mural Prédio Sede Fórum Municipal – Casa da Cidadania do Município de “Campo Alegre/SC.”; Mural Prédio Sede Casa da Cultura “Regina Emília Ida Linzmeyer” do Município de “Campo Alegre/SC.”; Mural Prédio Sede das Secretarias Municipais: Administração, Finanças, Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Desenvolvimento Econômico, Saúde, Saneamento Ambiental, Assistência Social, Planejamento, Transporte e Obras e IPRECAL – Instituto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

RHOYTER ANDREY SCHAFACHECK

Secretário da Comissão Eleitoral do
Processo Eleitoral Gestão 2021/2022 da
ASP – Associação dos Servidores Públicos
do Município de Campo Alegre/SC.

RESUMO DA ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2020

Publicação Nº 2752692

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 38/2020)

Às 9h do dia 08/12/2020, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é Registro de Preços para aquisição de medicamento para distribuição nas Unidades de Saúde do Município. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/SC/Prefeitura-Municipal-de-Campo-Alegre-56/SRP-38-2020-2020-129579/>

Pregoeira e Equipe de Apoio

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2753617

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 32/2020
CREDENCIAMENTO Nº 02/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.595.042/0001-24, representado neste ato pela Secretária de Saúde Sr.^a Mayara da Silva Antunes Serena, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que estarão abertas as inscrições para o processo de CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE EXAMES LABORATORIAIS, OFERECIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES, PARA O ANO DE 2.021, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC, que será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial os seus artigos 196 e seguintes, e no que couber, com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CRONOGRAMA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO	
EVENTOS	DATA
Divulgação do Edital de Credenciamento	em 11 de dezembro de 2.020
Início da Entrega dos Envelopes	15h00min do dia 11 de dezembro de 2.020
Vigência do Credenciamento	até 31 de dezembro de 2.021

Campos Novos, 10 de dezembro de 2020.

DECRETO N. 8.799, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020. DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DE NATAL E DO ANO NOVO, TOTALIZANDO 5 (CINCO) DIAS, DEFINE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO NA CENTRAL AGILIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753156

DECRETO N. 8.799, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DE NATAL E DO ANO NOVO, TOTALIZANDO 5 (CINCO) DIAS, DEFINE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO NA CENTRAL AGILIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e considerando as festividades alusivas aos feriados de Natal em 25 de dezembro de 2020 e de Ano Novo em 01 de janeiro de 2021:

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo de 5 (cinco) dias, compreendendo os dias 24, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2020 nas repartições públicas da Administração Municipal de Campos Novos-SC, abrangendo a Central de Atendimento Agiliza, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, em decorrência das comemorações natalinas e de final de ano.

Art. 2º. Os serviços públicos essenciais de saúde, segurança, coleta de lixo e outros serviços de excepcional interesse público, nas datas mencionadas no artigo anterior, serão atendidos mediante plantão ou escala a ser organizada por cada setor.

§1º. Os serviços essenciais voltados à área da Saúde serão prestados através do atendimento junto à Farmácia Pública Municipal, pela Unidade Básica de Saúde Central –PAM, além do atendimento em expediente normal no Hospital Dr. José Athanázio.

§2º. Durante o período de ponto facultativo previsto no art. 1º, a Farmácia Pública Municipal, a Unidade Básica de Saúde Central – PAM e a Central de Triagem da Covid-19 atenderão no seguinte horário: das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

§3º. Durante o período descrito no art. 1º a Unidade Básica de Saúde Central – PAM contará com atendimento médico e de enfermagem.

§4º. Durante os dias 24, 25, 31/12/2020 e 01/01/2021 a Unidade Básica de Saúde Central – PAM, a Farmácia Municipal e a Central de Triagem do Covid-19 estarão fechadas para atendimento ao público, e, havendo alguma intercorrência médica, o paciente deverá buscar atendimento junto ao Hospital Dr. José Athanázio que não cessará suas atividades.

Art. 3º. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SAMAE, durante o período de ponto facultativo previsto no art. 1º, atenderá sob o regime de plantão.

Art. 4º. A Central de Atendimento ao Cidadão – Agiliza adotará horário de expediente especial no período de 04 a 31 de janeiro de 2021, das 12h00min às 18h00min, retornando o horário normal a partir do mês de fevereiro de 2021.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos-SC, 09 de dezembro de 2020.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito de Campos Novos
em exercício

PORTARIA Nº 2137/2020

Publicação Nº 2753498

PORTARIA Nº 2137/2020 de 04/12/2020

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA PORTARIA Nº 1443/2020, QUE NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº 8.089/2018.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; e,
Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece normas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
Considerando o disposto no artigo 2º, inciso XI da Lei Federal nº 13.019/2014, que define a Comissão de Monitoramento e Avaliação como órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública; e
Considerando o Decreto Municipal nº 8.089/2018, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, o regime jurídico das parcerias instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo mencionados para comporem a Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação das parcerias com as organizações da sociedade civil.

- Ednilson Patrick Moresco: Presidente
- Laís da Silva Lesse: Secretário
- Carla Tolomeotti de Moura Silva: Membro
- Bruna Zandona Marcon: Suplente

Art. 2º São atribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação: monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, conforme regime da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto 8.089/2018.

Art. 3º Esta Portaria substitui a portaria 1443/2020, passando a assumir todos os processos iniciados pelas mesmas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 04 de dezembro de 2020.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 2153/2020

Publicação Nº 2753495

PORTARIA Nº 2153/2020 de 04/12/2020

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA PORTARIA Nº 810/2020 QUE NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO E JULGAMENTO, COM O FIM ESPECÍFICO DE SELECIONAR E JULGAR CHAMAMENTOS PÚBLICOS REALIZADOS PELO REGIME DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº 8.089/2018.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; e,
Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece normas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
Considerando o disposto no artigo 2º, inciso X da Lei Federal nº 13.019/2014, que define a Comissão de Seleção e Julgamento como órgão colegiado destinado a selecionar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública;
Considerando o Decreto Municipal nº 8.089/2018, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, o regime jurídico das parcerias instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo mencionados para comporem a Comissão Permanente de Seleção das parcerias com as organizações da sociedade civil:

- Marilei de Fátima Machado: Presidente
- Ana Paula Santos: Secretária

- Franciele Corrêa Miguel: Membro
- Kerlly Juciane Walter: Suplente
- Cláudia Maria Schaly: Suplente

Art. 2º São atribuições da Comissão de Seleção e Julgamento:

1. Processar e julgar os chamamentos públicos realizados pelo regime da Lei Federal 13.019/2014 e do Decreto 8.089/2018, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento.

2. Emitir parecer técnico pronunciando-se, conforme Art. 35 inciso V da Lei nº 13.019/2014, de forma expressa a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- g) da designação do gestor da parceria;
- h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

Art. 3º Esta Portaria substitui a portaria n.º 810/2020, passando a assumir todos os processos iniciados pelas mesmas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 04 de dezembro de 2020.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PP 77/2020

Publicação Nº 2753587

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 136/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2020

Retifica-se publicação ocorrida no DOM/SC, página 314, edição nº 3346, publicação nº 2750432, no dia 09 de dezembro de 2020.

ONDE SE LÊ:
[...]

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 21 de dezembro de 2020 às 16h00min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA OPERACIONALIZAR O PROGRAMA DE ESTÁGIO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O ANO DE 2021, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

[...]

LEIA-SE:
[...]

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 22 de dezembro de 2020 às 16h00min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA OPERACIONALIZAR O PROGRAMA DE ESTÁGIO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

[...]

Campos Novos, 10 de dezembro de 2020.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 286/2020

Publicação Nº 2753127

DECRETO Nº. 286/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 11: Câmara Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 1001: Câmara de Vereadores

Função 1: Legislativa

Subfunção 32: Controle Externo

Programa 01: Legislativo Eficiente

Ação 2.1 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 11: Câmara Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 1001: Câmara de Vereadores

Função 1: Legislativa

Subfunção 32: Controle Externo

Programa 01: Legislativo Eficiente

Ação 2.1 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 287/2020

Publicação Nº 2753095

DECRETO Nº. 287/2020

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 400.000,00

Recurso 23813 – SUS União – Custeio – Coronavírus (Covid-19)

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos do excesso de arrecadação, o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), observando a arrecadação prevista e a arrecadação do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Arrecadação no exercício	C Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23813	7.219.873,64	8.008.051,64	788.178,00	400.000,00
TOTAL				400.000,00

Fonte: SMAFO 2020

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 10 de dezembro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/12/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 6.554 DE 10/12/2020

Publicação Nº 2753066

LEI Nº. 6.554 DE 10/12/2020

“ESTABELECE NORMAS PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA ATUAÇÃO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a contratação de pessoal, em caráter excepcional e temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal nº 3.869/2005, para atuação junto à Secretaria Municipal da Saúde em virtude do “Estado de Calamidade Pública” na área da Saúde do Município de Canoinhas, nos termos do Decreto Legislativo nº 06 de 20 de março de 2020, para implementar as ações de atendimento e combate aos efeitos danosos do Coronavírus (Covid-19).

Art. 2º. Ficam criados os seguintes cargos destinados à Secretaria Municipal de Saúde, visando enfrentamento ao coronavírus (Covid-19):

I – 02 (dois) enfermeiros, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 3.306,30 (três mil, trezentos e seis reais e trinta centavos) mensais, com curso superior em Enfermagem e respectivo registro no Conselho Profissional;

II – 04 (quatro) técnicos de enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 2.363,53 (dois mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos) mensais, com curso técnico em enfermagem e respectivo registro no Conselho Profissional.

Art. 3º. A contratação para os cargos criados no artigo anterior, será feita mediante processo seletivo simplificado, de provas, de acordo com a Lei 3.869/2005.

Art. 4º. As contratações de que trata esta Lei serão realizadas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogadas uma única vez pelo mesmo prazo.

Art. 5º. As contratações de que trata esta Lei estarão vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Art. 6º. As despesas complementares decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas, 10 de dezembro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito


Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/12/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RDC - REGIME DIFFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº PMC 10/2020

Publicação Nº 2753549

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1609-1499-201	Página 1 / 1
--	---------------------------------	---	------------------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: RD10/2020 **Modalidade:** Outros **Julgamento:** Global **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DO NOVO CEI DECKLA PRUST, COM ÁREA TOTAL DE 551,51 M², SITUADO NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Fornecedor: 12353 - TFI ENGENHARIA LTDA			CPF/CNPJ: 27.723.924/0001-72		Valor total (R\$):	798.288,13
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
09/12/2020	1	65833 - CONSTRUÇÃO DO NOVO CEI DECKLA PRUST, SITUADO NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE	SERVIÇO	1,00000	798.288,13000	798.288,13

Total de licitações adjudicadas: 1**Total Geral Adjudicado (R\$): 798.288,13**

Winston Beyersdorff Lucchiar
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMS TA 001/2020 C021 - VITA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Publicação Nº 2752378

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Aditivo Nº : TA 001/2020 C021 - Contrato Nº: 0021/2020 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: VITA SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO EPP Valor : 71.390,00 (setenta e um mil trezentos e noventa reais) Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/12/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2020 Processo_Licitatório.....: 00018 / 2020 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência contratual, para o exercício de 2021, a contar da data de 02/01/2021 a 31/12/2021 e conseq-ente valor total, considerando o dispêndio mensal, atendendo a solicitação da secretaria responsável e demais documentos, autorizado pelo Parecer Jurídico nº 338/2020, que seguirão anexados ao Processo Licitatório.</p>	
Capinzal, 10 de Dezembro de 2020	

PMC CONTRATO 0254 - PC FORT INFORMÁTICA LTDA

Publicação Nº 2752465

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº..: 0254/2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: PC FORT INFORMATICA LTDA Valor : 96.900,00 (noventa e seis mil e novecentos reais) Vigência : Início: 08/12/2020 Término: 08/12/2021 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 66/2020 Processo_Licitatório.....: 000143 / 2020 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Informática para eventual compra, conforme demanda da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Centro Educacional Prefeito Celso Farina, escolas do ensino fundamental, das pré-escolas e das creches municipais. Com Recursos Próprios, Salário Educação e FUNDEB</p>	
Capinzal, 8 de Dezembro de 2020	

PMC TA 001/2020 C242 - S.M. BUDNIAK & CIA LTDA - ME

Publicação Nº 2752446

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2020 C242 - Contrato Nº: 0242/2019	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: S. M. BUDNIAK & CIA LTDA	
Valor : 38.803,53 (trinta e oito mil oitocentos e três reais e cinq-enta e três centavos)	
Vigência : Início: 08/12/2020 Término: 31/12/2021	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2019	
Processo_Licitatório.....: 000130 / 2019	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é a PRORROGAÇÃO DE PRAZO a contar da data de 08/12/2020, com término em 31/12/2021 e o Reajuste de Preços, aplicando o índice acumulado do INPC (AGO/2019 a AGO/2020) de 2,9404 %, alterando o valor do item 1 que passa a ser R\$ 2.985,27 (dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos) mensais, acrescentando ao contrato o valor de R\$ 1.108,53; totalizando-o em R\$ 38.808,53 (trinta e oito mil, oitocentos e oito reais e cinq-enta e três centavos).	
Capinzal, 10 de Dezembro de 2020	

PMC TA 001/2020 C328 - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Publicação Nº 2752444

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2020 C328 - Contrato Nº: 0328/2018	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
Valor : 12.768,00 (doze mil setecentos e sessenta e oito reais)	
Vigência : Início: 02/01/2021 Término: 31/12/2021	
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 51/2018 Processo_Licitatório.....: 000197 / 2018	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Interadministrativo n.º 0328/2018, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.	
Capinzal, 10 de Dezembro de 2020	

PREGÃO PRESENCIAL 0077/2020

Publicação Nº 2752428

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0159/2020
Pregão Presencial Nº 0077/2020
REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas máquina para execução de manutenção e melhorias em estradas Vicinais do Interior e Ruas Urbanas do Município. Com Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 07h25min do dia 28/12/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 28/12/2020 às 07h30min.

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8711 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal:

Capinzal, 10 de dezembro de 2020.

NADIR DURLI
Secretário de Infraestrutura
Município de Capinzal

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS - PROJETO DE LEI Nº 27/2020

Publicação Nº 2752353

COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS

PROJETO DE LEI Nº
º 27/2020
(Do Executivo)

Ementa: Prorroga Excepcionalmente, o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 38, de 21 de novembro de 2018.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado no dia 30 de novembro do corrente ano e lido na Sessão Plenária do dia 1º de dezembro, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o projeto deu entrada nesta Comissão na reunião extraordinária do dia 7 de dezembro, oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

O projeto não encontra qualquer óbice de ordem técnica ou material, estando adequado às políticas públicas municipais, motivo pelo qual nada obsta o seu prosseguimento.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Lucas Antonio Dorini
Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras e outros, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2020.

Lucas Antonio Dorini
Presidente

Gilmar Junior da Silveira
Membro
Valmor de Vargas
Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 27/2020

Publicação Nº 2752356

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 27, de 2020, de origem do Poder Executivo, autoriza a prorrogar, excepcionalmente, o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 039/2018.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 27, de 2020.

PROJETO DE LEI N o 27, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

Prorroga, excepcionalmente, o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital no 039, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1o Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação do prazo de validade até 31/12/2021, do Processo Seletivo de que trata o Edital no 039, de 21 de novembro de 2018, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário no Município de Capinzal - SC.

Art. 2o O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará, por ato próprio, os procedimentos para o preenchimento das vagas, nos termos definidos no Edital n o 039/2018.

Art. 3 o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de dezembro de 2020.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta Comissão acompanham o voto do Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-PR
Presidente/Relator

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro Vereador Kelvis Borges-PP
Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER PROJETO DE LEI Nº 27/2020

Publicação Nº 2752350

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N
o 27/2020
(Do Executivo)

Ementa: Prorroga Excepcionalmente, o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 38, de 21 de novembro de 2018.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado no dia 30 de novembro do corrente ano e lido na Sessão Plenária do dia 1º de dezembro de 2020, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O Projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 07 de dezembro, oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

A viabilidade jurídica do projeto está evidenciada em orientação técnico-jurídica, uma vez que o projeto respeita as normas atinentes à competência e iniciativa, bem como não apresenta qualquer vício de ordem material ou formal.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Carlos Adriano Zocoli
Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2020.

Bruno Michel Favero
Presidente

Carlos Adriano Zocoli
Membro
Kelvis Borges
Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - PARECER PROJETO DE LEI Nº 27/2020

Publicação Nº 2752352

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N
º 27/2020
(Do Executivo)

Ementa: Prorroga Excepcionalmente, o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 38, de 21 de novembro de 2018.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado no dia 30 de novembro do corrente ano e lido na Sessão Plenária do dia 1º de dezembro de 2020, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O projeto deu entrada nesta Comissão na reunião extraordinária do dia 7 de dezembro, oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

O Projeto de Lei compreende os requisitos necessários para a abertura de crédito adicional, estando sob o respaldo do art. 41, inciso I, e do art. 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 1964, não havendo qualquer óbice ao seu prosseguimento.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Rafael Edgar Tonial
Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2020.

Rafael Edgar Tonial
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti
Membro
Valmor de Vargas
Membro

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752357

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
8 DE DEZEMBRO DE 2020

- Aprovada Ata nº 3.077, de 2020, referente à Sessão Plenária do dia 1º/12/2020.
 - Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.
 - Aprovado:
 - Projeto de Lei nº 27, de 2020, prorroga, excepcionalmente, o prazo de validade do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 039, de 21 de novembro de 2018.
 - Expediente dos Vereadores: Indicação: O Vereador Alcidir Afonso Coronetti solicitou estudo de viabilidade para o plantio de árvores para sombra em locais adequados no Loteamento Nova Capinzal, (especificando espécies como Ipê Roxo, símbolo o Município).
 - Palavra Livre.
 - Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 15 de dezembro de 2020, às 18h30min.
- A Sessão foi aberta ao público respeitando os critérios de distanciamento social, conforme medidas de contingência de proliferação do Coronavírus Covid-19, e também transmitida ao vivo pela Rádio Barriga Verde; pela internet na página do Facebook: <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts> e pelo Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCPckMKQPWEUVbP9QMOJ-dfw>, a partir das 18h30min.

Câmara de Vereadores, 9 de dezembro de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 103/2020

Publicação N° 2752576

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: EZEQUIEL JOSÉ DIAS 02179487070

Contrato nº: 103/2020 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO O TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N. 102/2020 SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESFILE COM TRIO ELÉTRICO COM A PRESENÇA DE DIFERENTES PERSONAGENS, INCLUINDO FAMÍLIA NOEL, 2 ROBÔS DE LEDS ALTO DE 3 METROS DE ALTURA, 1 ROBÔ DE LED BAIXO; 1 HOMEM ARANHA; 1 PRINCESA FROZEN E 2 BONECOS PERSONAGENS INFANTIS PARA AS COMEMORAÇÕES E FESTIVIDADES NATALINAS, COM DURAÇÃO DE 02:30H.

Data da assinatura: 10/12/2020

DECRETO Nº 0183-A/2020

Publicação Nº 2753806

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**
Planejamento e Orçamento

Número da Lei: 1444
Ano da Lei: 2019
Data da Lei: 28/11/2019

DECRETO Nº 183, de 2 de dezembro de 2020

Abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2020 proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019 do município de Caxambu do Sul e dá outras providências

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 12.000,00 (doze mil reais):

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Saúde	05.001.0010.0301.0011.2027.3339000000000000 0000.03020002	12.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		- 03020002	12.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 2 de dezembro de 2020

GLAUBER BURTET
PREFEITO

DECRETO Nº 195/2020

Publicação Nº 2753771

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL**
Planejamento e Orçamento

Número da Lei: 1444
Ano da Lei: 2019
Data da Lei: 28/11/2019

DECRETO Nº 195, de 9 de dezembro de 2020

Abre crédito adicional suplementar no orçamento programa de 2020, proveniente do Provável excesso de arrecadação no município de Caxambu do Sul e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 477,50 (quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos);

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Departamento de Educação	04.001.0012.0361.0003.2008.344900000000 0000000.03620062	477,50

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4132100110223000000 - 03620062	477,50

Art. 3º - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - Santa Catarina, 9 de dezembro de 2020

GLAUBER BURTET
PREFEITO

Cerro Negro

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DO RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA E JULGAMENTO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020

Publicação Nº 2752903

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DO RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA E JULGAMENTO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020. OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às dez horas, na sala de licitações do Município de Cerro Negro, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Rodrigo de Borba Machado, membros da equipe de apoio a Sra. Silvania Damasceno Martins e o Sr. Arisson Nunes Kley, nomeados pelo Decreto nº 845/2020, com a finalidade de efetuar o recebimento do RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO TÉCNICA, proferido pela Comissão de Avaliação da Prova de Conceito, designada pela Portaria nº 186/2020. Aberta a sessão pública e lido o relatório, constatou-se que o sistema ofertado pela licitante BETHA SISTEMAS LTDA, teve atendimento no percentual de 97,90%, o que atende ao mínimo estipulado de 95% previsto no subitem 4.4 do Anexo I do Edital. Assim sendo fica declarada vencedora do presente certame licitatório. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificados que dentro do prazo de 3 (três) dias, contados da data da publicação desta Ata, a Administração dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio.

RODRIGO DE BORBA MACHADO
Pregoeiro

SILVANIA DAMASCENO MARTINS
Membro

ARISSON NUNES KLEY
Membro

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 172, DE 10.12.2020

Publicação Nº 2752923

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 172, DE 10.12.2020
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, "b" da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários – orçamentos municipais) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

04 – Secretaria da Fazenda
04 – Secretaria da Fazenda
04 – Administração
123 – Administração Financeira
02 – Administração Financeira
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.005 - Manutenção/Pessoal da Secretaria da Fazenda R\$ 50.000,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 – Divisão de Obras
26 – Transporte
782 – Transporte Rodoviário
20 – Estradas Vicinais
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.087 - Manutenção da Secretaria/Pessoal R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de dezembro de 2020.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 173, DE 10.12.2020

Publicação Nº 2752944

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 173, DE 10.12.2020

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, I, da Lei nº 0727 de 13.12.2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 13.525,78 (treze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral

06 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.018 - Reforma e Ampliação da Praça da Fé R\$ 10.000,00

07 – Secretaria da Agricultura
01 – Divisão de Agricultura
20 – Agricultura
606 – Extensão Rural
12 – Agricultura Sustentável
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.026 - Aquisição de máquinas e veículos R\$ 3.525,78

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 13.525,78 (treze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
06 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.018 - Reforma e Ampliação da Praça da Fé R\$ 10.000,00

07 – Secretaria da Agricultura
01 – Divisão de Agricultura
20 – Agricultura
606 – Extensão Rural
12 – Agricultura Sustentável
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
1.026 - Aquisição de máquinas e veículos R\$ 3.525,78

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de dezembro de 2020.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 394/2020

Publicação Nº 2752392

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 394/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 10 (dez) dias.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença por Motivo de Doença, no período de 30.11.2020 a 09.12.2020, em favor da servidora SELIA ZANONI BATISTA, matriculada sob nº 2442/03, ocupante da Função Pública de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem remunerados pelo Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 30.11.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de dezembro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 395/2020

Publicação N° 2752408

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 395/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação de Atestado Médico de 14 (quatorze) dias.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença por Motivo de Doença, no período de 03.12.2020 a 16.12.2020, em favor da servidora pública SINARA REGINA PRIM DE MELO, matriculada sob nº 2520/01, ocupante do cargo em provimento efetivo de Fiscal Sanitário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 03.12.2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de dezembro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 396/2020

Publicação N° 2752433

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 396/2020

CONSIDERANDO o deferimento do Pedido Prorrogação de Auxílio Doença do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, concedido através do benefício nº 630.879.655-0, até 13.12.2020 a Servidora LUCIANI PAUL KERSCHBAUM;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar em favor da servidora LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matriculada sob o nº 2423/02, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Licença para Tratamento de Saúde, até 12.01.2021, conforme decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a ser remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de dezembro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

JULGAMENTO - PROC. ADM 01/2020

Publicação N° 2752494

JULGAMENTO

Aprovo e Homologo o Relatório Final apresentado pela comissão de Sindicância e Processo Administrativo referente ao Processo Administrativo nº. 01/2020, movido em face de ROBSON VIEIRA, portador do CPF nº. 024.228.589-96 e RG nº. 4.004.696, Servente de Obras, matrícula 3319, considerando que o conjunto probatório acostado aos autos demonstrou que não houve ato ilícito que pudesse ser imputado em desfavor do Sr. ROBSON VIEIRA.

Restitua-se o processo à Comissão de Sindicância e Processo Administrativo, para dar ciência ao servidor e demais providências, inclusive aquelas indicadas nas conclusões do Relatório Final.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de dezembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N. 105

Publicação N° 2752929

LEI COMPLEMENTAR N. 105, de 10 de dezembro de 2020.

INCLUI SEÇÃO E RESPECTIVO VALOR, À TABELA DE VALORES DE TERRENOS, CONTIDA NO ANEXO IX DA LEI N. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal provou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica incluída à tabela de valores de terrenos, contida no Anexo IX, da Lei n. 303, de 23 de dezembro de 1997, a seguinte seção e respectivo valor:

ANEXO IX

TABELA DE VALORES DE TERRENOS (PLANTA DE VALORES)

COD. LOG.	LOGRADOURO	SEÇÃO	VALOR M² EM UFRM
42	RODOVIA SC 108	840D	3,1443

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de dezembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR N. 106

Publicação N° 2752932

LEI COMPLEMENTAR N. 106, de 10 de dezembro de 2020.

INCLUI SEÇÃO E RESPECTIVO VALOR, À TABELA DE VALORES DE TERRENOS, CONTIDA NO ANEXO IX DA LEI N. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica incluída à tabela de valores de terrenos, contida no Anexo IX, da Lei n. 303, de 23 de dezembro de 1997, a seguinte seção e respectivo valor:

ANEXO IX

TABELA DE VALORES DE TERRENOS
(PLANTA DE VALORES)

COD. LOG.	LOGRADOURO	SEÇÃO	VALOR M² EM UFRM
38	AVENIDA WALDEMAR KLEINUBING	495E	3,9930

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de dezembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI N. 1.582

Publicação Nº 2752933

LEI Nº. 1.582, de 10 de dezembro de 2020.

CONCEDE COMBUSTÍVEL A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL – APAE.

Eu, ADEMIR MAGAGIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder até 8.850(oito mil oitocentos e cinquenta) litros de óleo diesel S10, e até 600(seiscentos) litros de gasolina comum, por ano, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.086.376/0001-60.

§ 1º. O abastecimento se dará no estabelecimento comercial que for contratado para fornecer combustível ao Município.

§ 2º. O abastecimento se dará apenas em veículos de propriedade da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul – APAE, mediante autorização aprovada pelo responsável da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, não sendo permitido o abastecimento em veículos e ônibus de terceiros, mesmo que estejam a serviço da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão por conta das dotações vigentes no orçamento do município.

Art. 3º Esta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2021.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de dezembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI N. 1.583

Publicação Nº 2752935

LEI Nº. 1.583, de 10 de dezembro de 2020.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros no valor de R\$ 26.331,23(vinte e seis mil trezentos e trinta e um reais e vinte e três centavos) em parcela única, no mês de dezembro de 2020, que serão destinados ao pagamento de despesas de salários e com seus encargos, ao HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. 86.531.803/0001-98, com sede no município de Urussanga/SC.

Art. 2º A entidade beneficiada obriga-se a prestar contas dos valores repassados até 31 de dezembro de 2020, na forma da Legislação, que deverá conter:

- a) Ofício de encaminhamento, devidamente assinado por seu representante legal;
- b) Comprovante de despesas;
- c) Extrato bancário;
- d) Conciliação bancária, caso necessário;
- e) Outras informações pertinentes.

Art. 3º As despesas inerentes à execução desta lei correrão por conta da dotação: órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul - 3.350.00.00.00.00.00.01.02.0002 – Projeto/Atividade: 2.022 – Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade – MAC.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de dezembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

LEI N. 1.584

Publicação Nº 2752936

LEI N. 1.584, 10 de dezembro de 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, no valor de R\$ 100.000,00(cent mil reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ÓRGÃO	11	
Manutenção dos Serviços da Gestão da Saúde	2.025	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.93.00.00.00.00.00.0.2.38.0006	Aplicação Direta decorrente de OP. entre Órgãos	100.000,00
TOTAL		100.000,00

Art. 2º A abertura de crédito adicional especial ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, se dá por conta do excesso de arrecadação na fonte de recursos 38 – Recursos SUS – para aquisição de testes rápidos para uso na triagem de pacientes suspeitos do COVID-19, recursos recebidos do Ministério da Saúde, conforme Portaria 1.666/2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de dezembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 283/2020**

Publicação Nº 2752322

RESOLUÇÃO N.º 283/2020, de 30 de novembro de 2020.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, RICHARDSON VIEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE

Art. 1º. O horário de expediente da Câmara Municipal de Cocal do Sul a partir de 01 de dezembro de 2020 é assim fixado:

I - Às segundas-feiras, quartas-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras das 07:30h às 13:00h;

II - Às terças-feiras das 12:30h às 17:30h.

Parágrafo único – Durante o recesso parlamentar, nas terças-feiras a Câmara Municipal funcionará das 07:30 às 13:00 horas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de 01 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 30 de novembro de 2020.

RICHARDSON VIEIRA
Presidente

GIOVANA GALATO SANTA ROSA
1ª. Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte.

RESOLUÇÃO Nº. 285/2020

Publicação Nº 2752331

RESOLUÇÃO Nº. 285/2020, de 07 de dezembro de 2020.

DISPOE SOBRE AS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, RICHARDSON VIEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo vírus COVID-19 e a PORTARIA SES nº 592/2020, de 17 de agosto de 2020 e a classificação gravíssima da região da AMREC

RESOLVE:

Art. 1º As sessões ordinárias da Câmara serão realizadas de forma mista, assim como as reuniões das Comissões Permanentes, por meio do aplicativo Zoom, por período indeterminado.

§ 1º Vereadores e servidores com suspeita de Covid poderão participar das Sessões de forma virtual;

§ 2º As reuniões das Comissões e as sessões ordinárias virtuais ocorrerão nos dias e horários determinados no Regimento Interno da Câmara.

§ 3º A metodologia de discussão e de votação de matérias em reunião de comissões e em sessões ordinárias virtuais seguirão, no que couber, o que determina o Regimento Interno.

§ 4º O voto de cada Vereador será proferido após chamamento de cada um por parte de Presidente do Legislativo.

§ 5º Concluída a reunião de comissões ou a sessão ordinária, virtuais, será redigida ata que será assinada por todos posteriormente.

§ 6º Aplica-se às reuniões virtuais de comissão e às sessões ordinárias virtuais as disciplinas das sessões ordinárias presenciais, no que couber.

Art. 2º As sessões ordinárias virtuais serão gravadas e disponibilizadas no site do Poder Legislativo: www.camaracocal.sc.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 07 de novembro de 2020.

RICHARDSON VIEIRA GIOVANA GALATO SANTA ROSA
Presidente 1ª. Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte.

RESOLUÇÃO Nº. 286/2020

Publicação Nº 2752332

RESOLUÇÃO Nº . 286/2020, de 09 de dezembro de 2020.

DISPOE SOBRE AS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, RICHARDSON VIEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo vírus COVID-19 e a PORTARIA SES nº 592/2020, de 17 de agosto de 2020 e a classificação gravíssima da região da AMREC

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 10 de dezembro de 2020, as atividades administrativas do Poder Legislativo serão fechadas ao público, seguindo todas as recomendações de segurança das autoridades de saúde.

§1º. Os servidores deverão fazer uso de máscara durante todo o horário de trabalho, nos padrões recomendados pelas autoridades de saúde.

§2º. Todos que necessitarem adentrar às dependências da Câmara Municipal devem agendar seu horário através do telefone 3447 6142 e 3447 1216 e fazer uso de máscara, conforme padrões recomendados pelas autoridades de saúde.

§3º. Todos, ao entrarem e ao saírem das dependências da Câmara Municipal devem higienizar as mãos fazendo uso de álcool gel, que será disponibilizado na entrada.

§4º. Servidores e vereadores que apresentarem qualquer sintoma da doença COVID-19 devem permanecer em suas casas, ficando vedada sua entrada na Câmara Municipal, devendo apresentar atestado médico.

Art. 2º Os servidores que puderem, devem continuar realizando seus trabalhos por meio de "home office".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 09 de dezembro de 2020.

RICHARDSON VIEIRA
Presidente

GIOVANA GALATO SANTA ROSA
1ª. Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte.

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO Nº 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2020 – PMC

Publicação Nº 2753537

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO Nº 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2020 – PMC

O Secretário Municipal de Gestão Urbana por intermédio de seu gestor, torna público a alteração do edital de Pregão Eletrônico nº 74/2020 – PMC, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição de materiais de construção (tubos de concreto, brita, pedra marroada, pó de brita, concreto usinado, galeria em concreto armado, e concreto asfáltico) e materiais para manutenção de pontes e pinguelas (vigas de eucalipto, pranchas de eucalipto, tabuas, barrotes, pregos e arames farpados), visando atender as necessidades das unidades do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Ficam inalterados as datas para apresentação das propostas e abertura da sessão de licitação.

Informações complementares: o Edital e a alteração, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113. Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2020.

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

APLICAÇÃO DE SANÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO 310/2019-1- PMC

Publicação Nº 2753467

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
APLICAÇÃO DE SANÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO 310/2019-1

Processo Licitatório nº 310/2019
Pregão Presencial nº 25/2019
Contratada: GMP CONSTRUTORA LTDA EPP – CNPJ: 20.838.016/0001-85.

APLICA-SE à empresa GMP CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 20.838.016/0001-85, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, Senhor Patrick Weirich, portador da Cédula de Identidade nº 4.653.626-4 e inscrito no CPF sob nº 059.186.409-67, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, pelo prazo quatro meses;
- ADVERTÊNCIA por escrito;

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2020.

VALDOMIRO TAFAREL
Secretário Municipal de Infraestrutura Rural

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2020 – PMC

Publicação Nº 2752607

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2020 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de vigilância patrimonial orgânica, nas dependências da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural - SEMUR, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 28/12/2020.

Abertura: dia 28/12/2020 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link ☐ Licitações ☐. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua

Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2020.

VALDOMIRO TAFAREL
Secretário Municipal de Infraestrutura Rural

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO - CONTRATO Nº 99/2020 – FMS

Publicação Nº 2753540

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONCÓRDIA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2020 – FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020 – FMS

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO
CONTRATO Nº 99/2020 – FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, vem por meio desta, CONVOCAR o representante legal da empresa JC ASSISTÊNCIA & MONITORAMENTO DOMICILIAR EM SAÚDE LTDA, inscrita CNPJ sob nº 23.824.155/0001-48, com sede na Rua Silva Jardim, 187, 4º andar, cjs. 45 e 46, Centro, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09715-090, representada neste ato, pelo seu sócio administrador, Senhor PAULO HENRIQUE BERTOLINO, portador da Cédula de Identidade nº 18.912.345-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 103.029.248-50, para encaminhar OU comparecer à Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, CEP 89.700-900, para assinatura do Contrato nº 99/2020, originado através do Pregão Eletrônico nº 25/2020 FMS. O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/1993 acarretará na aplicação das penas prevista no edital e termo contratual.

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2020.

GRACE SIMIONI MENEGAT
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2020 – PMC

Publicação Nº 2752434

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 29/2020 - PMC

O Secretário Municipal de Gestão Urbana, torna público que ratificou o ato do Senhor Rudimar Vitto, Diretor de Trânsito, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 09/12/2020, para a envelopamento de veículo oficial para uso na 14ª DRP/CIRETRAN de Concórdia conforme ofício nº 179/2020/LF - recursos oriundos do Programa de Cooperação Técnica e Financeira (2019TN000784); a favor de PROSIGN COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME no valor total de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 FIA

Publicação Nº 2753888

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020 FIA

O FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926, 3º Andar, Edifício Office Concórdia, Centro, Concórdia, SC, por intermédio do seu Conselho, torna público o resultado final da fase de seleção do Edital de Chamada Pública nº 1/2020, de 21 de setembro de 2020, homologando a seleção dos projetos governamentais abaixo relacionadas:

- I - Resgatando valores através de histórias - CENTRO DE CONVIVÊNCIA FREDERICO KUNZ;
- II - Resgatando valores através de histórias - CENTRO DE CONVIVÊNCIA SEMENTES DO AMANHÃ;
- III - Resgatando valores através de histórias - CENTRO DE CONVIVÊNCIA FREI SAMUEL BOTH;

IV - Aluno Cidadão - 20º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DE CONCÓRDIA;
V – PROERD - 20º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DE CONCÓRDIA;

Concórdia - SC, 10 de dezembro de 2020.

MARISA ADELAIDE LAZZARIN

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 79/2020 - IPRECON

Publicação Nº 2753227

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 79/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Pensão por Morte em face do falecimento do senhor ARI GÖTTERT, segurado inativo do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 e nos arts. 79, I e 88-A, I, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à senhora LORI GÖTTERT, dependente presumida do aposentado falecido, ARI GÖTTERT, Servente Braçal, matrícula 84948-01, 40 (quarenta horas), segurado inativo do IPRECON.

Parágrafo único. A pensão será equivalente à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior ao do óbito, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de novembro de 2020.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 10 de dezembro de 2020.

MARGARETE PECINI

Agente Administrativo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

PORTARIA N° 478/2020

Publicação N° 2754342

PORTARIA N° 478/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Paula Casonato, matrícula nº 1347801, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/12/2020.

Cordilheira Alta/SC, 10 de dezembro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.889/2020

Publicação Nº 2753462

DECRETO Nº. 8.889, 27 de Novembro de 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.324/2019.

DECRETA

Art. 1º . Fica decretado a movimentação de verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 4.752,76 (quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria de administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento De Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub - função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.088 – transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.

De Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 4.752,76

Para Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 4.752,76

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Novembro de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8.890/2020

Publicação Nº 2753465

DECRETO Nº. 8.890, 27 de Novembro de 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE..

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.324/2019.

DECRETA

Art. 1º . Fica decretado a movimentação de verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 8.500 (oito mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento De Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub - função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 2.110 – Transferência a Consórcios, Convênios e Parcerias com Entidades.

De Elemento: 3.3.93.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos. R\$ 8.500,00

Para Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00.01.0002 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 2.230,00

Para Elemento: 3.3.71.00.00.00.00.00.01.0002 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 840,00

Para Elemento: 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0002 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 630,00

Para Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002 -Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 4.800,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Novembro de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 8.891/2020

Publicação Nº 2753466

DECRETO Nº. 8.891, 30 de Novembro de 2020.

Fixa o Valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM para o ano de 2020, e da outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para 2021 em R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos), de acordo com o artigo 251 da Lei Municipal nº. 1.315/2002 - Código Tributário Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

TERMO ADITIVO Nº 43/2020

Publicação Nº 2753225

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº43/2020

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

5º TERMO ADITIVO Nº 43/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2020.

Contratado: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 2/2020 passa a ter a seguinte redação:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UN.
2	160.000,00	Óleo Diesel S-500	Cooperativa Regional Itaipu	3,46
3	140.000,00	Óleo Diesel S-10	Cooperativa Regional Itaipu	3,53

Vigência: 31/12/2020.

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 0746/2020 FMS - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 08/2019 FMS**

Publicação Nº 2752907

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019 FMS
ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0746/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0435/2019 FMS;

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e SESI SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, CNPJ nº 03.777.341/0031-81

Objeto: Registro de Preços para a futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos que não compõem a lista da Farmácia Básica do município, conforme tabela ABCfarma e o disposto neste edital, no município de Correia Pinto/SC.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo de tempo até 02 de dezembro de 2021, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0749/2020 FMS - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 03/2018 FMS

Publicação Nº 2753432

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 FMS
ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0749/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0410/2018 FMS;

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e CLÍNICA MÉDICA GUILHERME OBERLAENDER DE ALMEIDA LTDA, CNPJ nº 14.790.669/0001-39

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de profissional/empresa especializada na prestação de serviços médicos psiquiátricos no município de Correia Pinto/SC.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo de tempo até 01 de maio de 2021, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATOS - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO LICITATÓRIO CREDENCIAMENTO 05/2020 FHMCP

Publicação Nº 2752549

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2020 FHMCP
EXTRATO DE CONTRATOS
ADITIVO DE TEMPO

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e A&V SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ nº 24.149.659/0001-72.

Instrumentos: Contrato nº 0730/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0551/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e ANNA MARIA GONÇALVES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 38.312.086/0001-60.

Instrumentos: Contrato nº 0731/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0543/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e BARBARA ELIAS PRADO LTDA, CNPJ nº 36.444.299/0001-10.

Instrumentos: Contrato nº 0732/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0533/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e BF SERVIÇOS MÉDICOS INTEGRADOS LTDA, CNPJ nº 37.134.409/0001-00.

Instrumentos: Contrato nº 0733/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0552/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e CS CONSTRUTORA E ATIVIDADES MÉDICAS EIRELI, CNPJ nº 13.366.502/0001-82.

Instrumentos: Contrato nº 0734/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0537/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e EDUARDO FILIPE DE OLIVEIRA MORAES, CNPJ nº 37.220.443/0001-06.

Instrumentos: Contrato nº 0735/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0540/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e IVANOV SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 35.728.932/0001-30.

Instrumentos: Contrato nº 0736/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0536/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e JADERSON DE FRANCISCO BRONNER, CNPJ nº 39.761.469/0001-89.

Instrumentos: Contrato nº 0737/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0542/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e JESSICA SALVATI PESERICO SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, CNPJ nº 37.075.864/0001-82.

Instrumentos: Contrato nº 0738/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0538/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e KOECHE E CECHINEL CLÍNICA MÉDICA LTDA, CNPJ nº 22.813.762/0001-40.

Instrumentos: Contrato nº 0739/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0535/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e LUCIANO FIORESE LTDA, CNPJ nº 32.259.639/0001-82.

Instrumentos: Contrato nº 0740/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0534/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e MED SERRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 22.660.319/0001-86.

Instrumentos: Contrato nº 0741/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0584/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e PACKER E TRIDAPALLI MEDICINA E FISIOTERAPIA LTDA, CNPJ nº 35.680.609/0001-33.

Instrumentos: Contrato nº 0742/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0553/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e RIBEIRO & ARRUDA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 39.542.965/0001-41.

Instrumentos: Contrato nº 0743/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0555/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e TAKANO & MATOS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 34.761.959/0001-61.

Instrumentos: Contrato nº 0744/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0573/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e TESSER BIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 39.530.887/0001-65.

Instrumentos: Contrato nº 0745/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0554/2020 FHMCP.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos em clínica geral ou especialista, a fim de atender à demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde no município de Correia Pinto, especificamente no Hospital Municipal Faustino Riscarolli, conforme quantidade e serviços especificados no anexo I deste edital.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo de tempo até 31 de março de 2021 eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 0747/2020 FMS E 0748/2020 FHMCP - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 09/2017 FMS/FHMCP

Publicação Nº 2753209

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2017 FMS/FHMCP
ADITIVO DE TEMPO

Instrumentos:

Contrato nº 0747/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0805/2017 - FMS;
Contrato nº 0748/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0806/2017 - FHMCP;

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 05.021.932/0001-34

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos visando a manutenção e revisão de equipamentos médicos e odontológicos do município de Correia Pinto/SC.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo de tempo até 01 de junho de 2021, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO-PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 01/2020 PMCP

Publicação Nº 2752535

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 PMCP
ADITIVO DE TEMPO

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.126.840/0001-34.

Instrumentos: Contrato nº 0587/2020 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0140/2020 PMCP;
Contrato nº 0588/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0140.1/2020 FMS;
Contrato nº 0589/2020 FMAS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0140.2/2020 FMAS;
Contrato nº 0590/2020 FMEC, aditivo de tempo ao Contrato nº 0140.3/2020 FMEC;
Contrato nº 0591/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0140.4/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ESTRELA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.714.718/0001-38.

Instrumentos: Contrato nº 0592/2020 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0141/2020 PMCP
Contrato nº 0593/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0141.1/2020 FMS;
Contrato nº 0594/2020 FMAS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0141.2/2020 FMAS;
Contrato nº 0595/2020 FMEC, aditivo de tempo ao Contrato nº 0141.3/2020 FMEC;
Contrato nº 0596/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0141.4/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e MATIC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 25.012.595/0001-26.

Instrumentos: Contrato nº 0597/2020 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0142/2020 PMCP
Contrato nº 0598/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0142.1/2020 FMS;
Contrato nº 0599/2020 FMAS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0142.2/2020 FMAS;
Contrato nº 0600/2020 FMEC, aditivo de tempo ao Contrato nº 0142.3/2020 FMEC;
Contrato nº 0601/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0142.4/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 06.325.185/0001-90.

Instrumentos: Contrato nº 0602/2020 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0143/2020 PMCP
Contrato nº 0603/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0143.1/2020 FMS;
Contrato nº 0604/2020 FMAS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0143.2/2020 FMAS;
Contrato nº 0605/2020 FMEC, aditivo de tempo ao Contrato nº 0143.3/2020 FMEC;

Contrato nº 0606/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0143.4/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 33.159.931/0001-96.

Instrumentos: Contrato nº 0607/2020 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0144/2020 PMCP
Contrato nº 0608/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0144.1/2020 FMS;
Contrato nº 0609/2020 FMAS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0144.2/2020 FMAS;
Contrato nº 0610/2020 FMEC, aditivo de tempo ao Contrato nº 0144.3/2020 FMEC;
Contrato nº 0611/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0144.4/2020 FHMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 24.878.609/0001-26.

Instrumentos: Contrato nº 0612/2020 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0145/2020 PMCP
Contrato nº 0613/2020 FMS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0145.1/2020 FMS;
Contrato nº 0614/2020 FMAS, aditivo de tempo ao Contrato nº 0145.2/2020 FMAS;
Contrato nº 0615/2020 FMEC, aditivo de tempo ao Contrato nº 0145.3/2020 FMEC;
Contrato nº 0616/2020 FHMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0145.4/2020 FHMCP.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção para o Município de Correia Pinto/SC, suas Secretarias, Fundos e Fundações, para o exercício de 2020/2021.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo de tempo até 31 de dezembro de 2021 eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO-PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 02/2020 PMCP

Publicação Nº 2752486

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 PMCP
EXTRATO DE ADITIVO DE TEMPO

Instrumentos:

- Contrato nº 0664/2020 PMCP aditivo de tempo ao Contrato nº 0107/2020 PMCP.
- Contrato nº 0665/2020 FMS aditivo de tempo ao Contrato nº 0108/2020 FMS.
- Contrato nº 0666/2020 FMAS aditivo de tempo ao Contrato nº 0109/2020 FMAS.
- Contrato nº 0667/2020 FHMCP aditivo de tempo ao Contrato nº 0110/2020 FHMCP.
- Contrato nº 0668/2020 FMEC aditivo de tempo ao Contrato nº 0111/2020 FMEC.
- Contrato nº 0724/2020 FIA aditivo de tempo ao Contrato nº 0112/2020 FIA.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital em conformidade com as especificações prescritas no memorial descritivo/projeto técnico, Anexo I – Termo de Referência e minuta contratual, toda parte integrante deste Edital.

Considerando que se tem possível a alteração do contrato, consoante se verifica da exposição de motivos, cuja solicitação é aceita, fica concedido o aditivo de tempo de 01/01/2021 a 31/12/2021, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos.

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL N° 063/20

Publicação N° 2753004

CANCELAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 128/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 063/20

A Pregoeira Jessica Tamara Pezzatto Paterno, juntamente com o grupo de apoio formado por, Cíntia Mokwa, Noemi Aparecida Fossille, Silvana Wille e Silvana Griten Ribeiro, designados através da Portaria n° 5780/2020, comunica o CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 128/2020, Pregão Presencial n° 063/20 cujo objeto consiste na seleção de propostas objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DESTINADOS AOS ESF'S E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo, devido a necessidade de alterações nos descritivos de alguns itens.

Corupá, 10 de dezembro de 2020.

JESSICA TAMARA PEZZATTO PATERNO
PREGOEIRA

DECRETO Nº 2055/2020

Publicação Nº 2754358



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC
<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 2055/2020

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
 SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2369/2019 de 06 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 38.265,3 (trinta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos)

Código	Classificação	Valor
09	SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	
001	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
0008.0244.0064.2011	MANUT. DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
01650312	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	
34490000000000000000	Aplicações Diretas	R\$ 11.479,59
381	Referência Dotação	
09	SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	
001	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL	
0008.0244.1002.2036	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO A FAMÍLIA	
01650312	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 26.785,71
341	Referência Dotação	
TOTAL R\$		38.265,30

Art. 2 – Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
01650312	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	R\$ 38.265,30
TOTAL R\$		38.265,30

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 11 de dezembro de 2020.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 2056/2020

Publicação Nº 2754361

DECRETO Nº 2056/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DA EDUCAÇÃO, PARA PREVENÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 PARA A RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES DAS REDES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750, de 25 de Setembro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SES/SED nº 778, de 06 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO a aprovação do Plano Municipal de Contingência elaborado pelo Comitê Municipal de Gerenciamento dos Planos de Contingência de Prevenção, Monitoramento e Controle da Pandemia da Covid-19 no Âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Corupá

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Plano Municipal de Contingência da Educação (PLANCON-EDU/COVID-19) constante no Anexo Único do presente Decreto, elaborado pela Comissão Municipal de Educação, constituída pela Portaria nº 5818/2020.

Art. 2º - Os Planos de Contingências Escolares deverão ser elaborados pelas respectivas Unidades Escolares de Educação sediadas no território do Município de Corupá/SC e em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Contingência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
11 de dezembro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2020

Publicação Nº 2752906

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 064/2020

PROCESSO LICITATÓRIO 130/2020

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO CAPAZ DE DETECTAR A INFECÇÃO POR COVID-19 EM AMOSTRAS HUMANAS DE SWAB DA NASOFARINGE E/OU OROFARINGE, IDENTIFICANDO ANTÍGENOS VIRAIS DE NUCLEOPROTEÍNAS, A PRESENÇA DO SARS-CoV-2 NO MATERIAL ANALISADO COM TESTAGEM RÁPIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00h do dia 11/12/2020 às 08:03horas do dia 17/12/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 17/12/2020.

TIPO: Menor Preço por Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.

HORÁRIO: das 07h às 13h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 10 de dezembro de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 178, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752688

DECRETO MUNICIPAL Nº 178/2020.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2020 APROVADO PELA LEI Nº 2.837 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.837, de 28 de novembro de 2019, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2019 e os recursos do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do exercício de 2019 e por excesso de arrecadação do exercício de 2020 no valor de R\$ 353.489,00 (trezentos e cinquenta e três mil quatrocentos e oitenta e nove reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manutenção das Ações Gerais do Dpto. de Saúde

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(166) Fonte: 0.1.38.00.00 – Excesso Transf. do Sistema Único de Saúde R\$150.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.041 – Manutenção das Ações de Estratégia Saúde da Família - ESF

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(172) Fonte: 0.1.38.00.00 – Excesso Transf. do Sistema Único de Saúde R\$43.800,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.023 – Manutenção das Ações do Dpto. de Planejamento e Obras

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1185) Fonte: 0.1.53.00.00 – Exc. Arrec. COVID - 19 REC. TRANSF. DA UNIÃO INC. II LC 173 R\$ 29.950,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manutenção das Ações do Dpto. de Infraestrutura e Transporte

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1186) Fonte: 0.1.53.00.00 – Exc. Arrec. COVID - 19 REC. TRANSF. DA UNIÃO INC. II LC 173 R\$ 68.660,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMB.

Unidade Orçamentária: 09.01 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Proj./Ativ.: 20.606.0015.2.025 – Manutenção das Ações da Secret. De Agric. e Meio Ambiente

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1187) Fonte: 0.1.53.00.00 – Exc. Arrec. COVID - 19 REC. TRANSF. DA UNIÃO INC. II LC 173 R\$ 44.521,00

ORGÃO: 10 – SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECON. E SOCIAL

Unidade Orçamentária: 10.01 – DPTO. DE IND. COM. SERVIÇOS E TURISMO

Proj./Ativ.: 23.691.0016.2.028 – Manutenção das Ações da Secret. Desenvolvimento Econômico

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(1303) Fonte: 0.1.53.00.00 – Exc. Arrec. COVID - 19 REC. TRANSF. DA UNIÃO INC. II LC 173 R\$ 12.558,00

ORGÃO: 12.00 – SECRET. MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.0006.2.037 – Manut. das Ações de Prot. Social Especial – Média Complexidade

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(1319) Fonte: 0.3.31.00.00 – Super. Financeiro Conv. 827916-2016R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 349.489,00 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e nove reais) será utilizado o Excesso de Arrecadação verificado na fonte de Recursos 0138 e 0153, e para dar cobertura ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manutenção das Ações Gerais do Dpto. de Saúde

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(162) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$65.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.041 – Manutenção das Ações de Estratégia Saúde da Família - ESF

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(172) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transferências do Sistema Único de Saúde R\$14.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.044 – Manutenção das Ações do NASF

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(184) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transferências do Sistema Único de Saúde R\$1.000,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.451.0014.1.007 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Urbana

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(79) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos OrdináriosR\$ 227.0000,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manutenção das Ações do Dpto. de Infraestrutura e Transporte

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(102) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMB.

Unidade Orçamentária: 09.01 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Proj./Ativ.: 20.606.0015.2.025 – Manutenção das Ações da Secret. De Agric. e Meio Ambiente

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(111) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.040 – Manutenção das Ações do Gerais do Dpto. de Saúde

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(165) Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos R\$65.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.041 – Manutenção das Ações de Estratégia Saúde da Família - ESF

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(174) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transferências do Sistema Único de Saúde R\$14.000,00

Proj./Ativ.: 10.301.0007.2.044 – Manutenção das Ações do NASF

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(186) Fonte: 0.1.38.00.00 – Transferências do Sistema Único de Saúde R\$1.000,00

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.451.0014.1.007 – Obras de Melhoria da Infraestrutura Urbana

Modalidade Aplicação: 4.4.93.0000 – Apl. Dir. Dec. De Oper. De Org., Fund. e Ent.

(81) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos OrdináriosR\$ 227.0000,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manutenção das Ações do Dpto. de Infraestrutura e Transporte

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(101) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

ORGÃO: 09 – SECRETARIA DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMB.

Unidade Orçamentária: 09.01 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Proj./Ativ.: 20.606.0015.2.025 – Manutenção das Ações da Secret. De Agric. e Meio Ambiente

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

(109) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de novembro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 179, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752707

DECRETO Nº 179, de 08 de dezembro de 2020.

APROVA DESDOBRO DE LOTE URBANO Nº (417), E Nº (418), LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CUNHA PORÃ.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Decreto nº 064 de 21 de junho de 2018 que regulamenta o § 2º do Art. nº 38 da Lei 1.059, de 23 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei 2.558, de 12 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o DESDOBRO de Lote Urbano nº (417), com área de 578,90 m² e parte oeste do Lote Urbano nº (418) com área de 293,50 m², perfazendo uma área total de 872,40 m² (oitocentos e setenta e dois metros e quarenta decímetros quadrados), da Quadra nº (11), localizado no lado "ÍMPAR" da Rua Osvaldo Cruz, distando 48,00 m da esquina formada com a Rua Vereador Augusto Kempfer, com edificações, sendo uma casa de moradia, de alvenaria, com área construída de (65,40m²) e coberta com Brasilit, objeto da matrícula nº 6.874 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cunha Porã, em duas partes: a primeira denominada Lote "A" - Parte do Lote Urbano nº 417, com área de 90,90 m², e parte "oeste" do Lote Urbano nº (418), com área de 293,50 m² (duzentos e noventa e três metros e cinquenta decímetros quadrados), perfazendo a área total de 384,40 m² (trezentos e oitenta e quatro metros, e quarenta decímetros quadrados) e a segunda, Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (417), com área 488,00 m² (quatrocentos e oitenta e oito metros quadrados), cuja descrição passa a ser:

I - LOTE "A" - PARTE DO LOTE URBANO Nº 417, COM ÁREA DE 90,90 M², E PARTE "OESTE" DO LOTE URBANO Nº 418, COM ÁREA DE 293,50 M², PERFAZENDO A ÁREA TOTAL DE 384,40m², DE MARIA CENI DOS SANTOS GRAEBIN E LORIVALDO FRANCISCO GRAEBIN, SEM EDIFICAÇÕES., CONFRONTANDO: NORTE – com parte do lote urbano nº (399), M. 1.060, de Angela Fatima de Lima e parte do lote urbano nº (400), M. 836, de Narciso Mauro Dumke e Simone Stoll Dumke, na extensão de 10,00m; SUL - com a Rua Osvaldo Cruz, na extensão de 10,00m; LESTE - com parte "leste" do mesmo lote urbano nº (418), M. 7.592 - CP, de Noeli Maria Otto, na extensão de 39,30m; OESTE - com o lote "B", parte do mesmo lote urbano nº (417), M. 6874, de Maria Ceni dos Santos Graebin e Lorivaldo Francisco Graebin, na extensão de 38,70m. Dito imóvel está localizado no lado "ÍMPAR" da Rua Osvaldo Cruz, distando 60,50 m da esquina formada com a Rua Vereador Augusto Kempfer, conforme Cadastro Municipal de Cunha Porã nº 3020652-0.

II - LOTE "B" - PARTE DO LOTE URBANO Nº 417, PERFAZENDO A ÁREA TOTAL DE 488,00m², DE MARIA CENI DOS SANTOS GRAEBIN E LORIVALDO FRANCISCO GRAEBIN, COM EDIFICAÇÕES, SENDO UMA CASA DE MORADIA, DE ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE (65,40M²), COBERTA COM BRASILIT, CONFRONTANDO: NORTE – com parte do lote urbano nº (399), M. 1.060, de Angela Fatima de Lima, na extensão de 12,50m; SUL - com a Rua Osvaldo Cruz, na extensão de 12,50m; LESTE - com o lote "A", parte do mesmo lote urbano nº (417), e parte "Oeste" do lote urbano nº 418 M. 6874, de Maria Ceni dos Santos Graebin e Lorivaldo Francisco Graebin, na extensão de 38,70m; OESTE - com lote urbano nº (416), de Antenor Reimboldo Klabunde – Transcrição 7.261 Palmitos, na extensão de 38,20m. Dito imóvel está localizado no lado "ÍMPAR" da Rua Osvaldo Cruz, distando 48,00 m da esquina formada com a Rua Vereador Augusto Kempfer, conforme Cadastro Municipal de Cunha Porã nº 3020653-0

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 160, de 20 de novembro de 2020.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 180, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752722

DECRETO Nº 180, de 08 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE EXPEDIENTE DO GABINETE DO PREFEITO E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamentos para o encerramento do mandato;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído EXPEDIENTE INTERNO entre os dias 10 à 31 de dezembro de 2020 no Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Administração e Finanças no Paço Municipal.

Parágrafo único. Serão mantidos somente os compromissos previamente agendados.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 181, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752848

DECRETO Nº 181, de 8 de dezembro de 2020.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO TURNO VESPERTINO NO DIA 24, E 31 DE DEZEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas do município de Cunha Porã, no turno vespertino no dia 24, e dia 31 de dezembro de 2020 (turno matutino e vespertino), em comemoração as festas de final de ano.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 8 de dezembro de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

MARCIA REJANE MARKENDORF
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 593, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752518

PORTARIA Nº 593, de 09 de dezembro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL OSNI WESTPHAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 02 de dezembro de 2020 a 21 de dezembro de 2020 ao servidor Municipal OSNI WESTPHAL, Aux. De Serviços Gerais, matrícula nº 1288-2 referente ao período aquisitivo de 04.01.2020 a 03.01.2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Cunhataí

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020

Publicação Nº 2752416

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 30/2020

Processo Administrativo nº 37/2020

Pregão Eletrônico nº 04/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC

CONTRATADA: SAN MARINO ONIBUS LTDA.

OBJETO: Aquisição de veículo micro ônibus 00 km conforme recursos da modalidade de transferência especial oriunda de emenda parlamentar impositiva nº710, da Secretaria de Estado da Educação, portaria nº 179/SEF.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/03/2021.

VALOR: R\$ 255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº 1.013;

Modalidade de Aplicação nº: 44.90;

Signatários: Luciano Franz e Sidnei Vargas da Silva.

Cunhataí/SC, 10/12/2020.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO N° 5.423/2020

Publicação N° 2753103

DECRETO N° 5.423/2020

HOMOLOGA RESULTADO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2020 DE 14 DE ABRIL DE 2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pela Lei Complementar n° 026/2002,

DECRETA:

Art. 1° - Fica homologado o resultado do Concurso Público lançado por meio do Edital n. 001/2020 e homologado pelo decreto n. 5.320/2020 de 14 de abril de 2020, conforme lista anexa.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 19 de novembro de 2020.

Roque Stanguerlin
Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente decreto aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte na portaria da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N° 5.424/2020

Publicação N° 2753105

DECRETO N° 5.424/2020

HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 03/2020 DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma determinada pela Lei Complementar n° 026/2002,

DECRETA:

Art. 1° - Fica homologado o resultado do Processo Seletivo para Cargos públicos temporários no quadro de pessoal da Administração Direta lançado pelo Edital n. 003/2020 e aprovado pelo Decreto n. 5.319/2020 conforme lista anexa

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 19 de novembro de 2020.

Roque Stanguerlin
Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente decreto aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte na portaria da Prefeitura Municipal de Curitibanos.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.419/2020

Publicação Nº 2753096

DECRETO Nº 5.419/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

D e c r e t a

Art. 1º. Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 6.232/2019;

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA

3190000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3190000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma da Lei nº 6.232/2019, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA

3190000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3190000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0028.2072 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 300.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor de superávit financeiro consolidado da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2019, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.266/2020.

Art. 4º. Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 6.232/2019;

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

25.752.0027.2020 MANUT. DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390000000.00.3008 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma da Lei nº 6.232/2019, no montante de R\$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

25.752.0027.2020 MANUT. DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390000000.00.3008 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 488.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 488.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor de superávit financeiro consolidado da fonte de recurso COSIP, ocorrido no exercício de 2019, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.266/2020.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 26 de outubro de 2020.

Roque Stangerlin
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.420/2020

Publicação Nº 2753100

DECRETO Nº 5.420/2020

HOMOLOGA E TORNA PADRÃO O PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DA EDUCAÇÃO – PLANCON-EDU/COVID-19.

Roque Stangerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, e.e. no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX e art. 202 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o Plano Municipal de Contingência da Educação para prevenção, monitoramento e controle da disseminação da COVID-19 nos estabelecimentos dos diversos níveis de educação/ensino, conforme documento anexo que integra o presente.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de novembro de 2020.

Roque Stangerlin
Prefeito Municipal e.e

Publicado o presente decreto aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte na portaria da Prefeitura Municipal.

Joelma Aparecida Vargas
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Descanso

PREFEITURA

DECRETO Nº 2193/2020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020. DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, METAS DE ARRECADAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753542



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

DECRETO Nº 2193/2020, de 11 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, METAS DE ARRECADAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, em seu art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, em seu art. 13º, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

Considerando que a LOA/2021 - Lei nº 1779/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município, para o exercício financeiro de 2021, foi sancionada e promulgada na data de 19 de novembro de 2020;

Considerando as normas de escrituração previstas na Lei nº 4.320/64 e no art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando as disposições da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 – Lei Municipal nº 1773/2020, de 14.10.2020;

Considerando a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei Complementar nº 101/2000, previsto nos artigos 52 a 54 da Lei Complementar nº 101;

Considerando o encaminhamento a ser realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;

Considerando a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o município manter a





Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra-orçamentários:

DECRETA:**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso da Administração Direta e Indireta do Município, consoante a Lei nº 1779/2020, de 19.11.2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município, para o exercício financeiro de 2021.

Parágrafo único. Fazem parte integrante deste Decreto:

I – Anexo I - Estabelece o desdobramento da Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação, para o exercício 2021;

II – Anexo II – Estabelece o Cronograma de Desembolso Mensal, para exercício de 2021;

III – Anexo III – Demonstra o desdobramento da Receita e Despesa, por Fonte de Recursos, para o exercício de 2021.

CAPÍTULO II**DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO****SEÇÃO ÚNICA
DAS FINALIDADES**

Art. 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas, destina-se a:

I - Assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento a ser realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;





Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

II - Identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

III - Servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingir os resultados fiscais, nominal e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - Possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

V - Permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - Fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme art. 5º, III, “b” da mesma Lei;

VII - Permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

VIII - Permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

IX - Viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, no exercício e nos dois seguintes da:

- a) Renúncia de receita, conforme art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;
- b) Criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, prevista no art. 16, I;
- c) Despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no art. 17, § 1º.





Estado de Santa Catarina

*Município de Descanso***CAPÍTULO III****DAS METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA**

Art. 3º Ficam estabelecidas as metas de arrecadação bimestral do exercício 2021, fixadas na proporcionalidade em relação ao total orçado, conforme Anexo I, de conformidade com as Fontes de Recursos demonstradas no Anexo III, deste Decreto.

Art. 4º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso, mensal, fixadas na mesma proporcionalidade prevista para as metas de arrecadação, conforme Anexo II, também de conformidade com as Fontes de Recursos demonstradas no Anexo III, deste Decreto.

§ 1º As metas de arrecadação e a programação da despesa deverão ser revistas, periodicamente, com vistas a adequar o planejamento à receita efetivamente realizada e às novas previsões para os períodos seguintes.

§ 2º Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar, exceto os empenhos globais e por estimativa.

§ 3º O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º Em havendo a abertura de crédito adicional que resulte no aumento da despesa prevista, com indicação de recursos provenientes de superávits ou excesso de arrecadação, seja de recursos próprios ou vinculados, o mesmo deverá repercutir no orçamento através da reestimativa da receita.

CAPÍTULO IV**DOS DESEMBOLSOS****SEÇÃO I****DOS CRITÉRIOS PARA OS DESEMBOLSOS**

Art. 6º As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 5º.





Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

Parágrafo único. A ordem de que trata o caput, observada a existência de recursos financeiros correspondentes, poderá ser alterada:

I – para os pagamentos de despesas de pessoal e encargos, adiantamentos e diárias;

II – para despesas de pequeno vulto enquadradas no Art.5, § 3º, da Lei 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98, obedecida a ordem de empenhamento;

III – no pagamento de tarifas de serviços de água, luz, telefone, taxas e seguros diversos, que obedecerão as respectivas datas de vencimento, bem como de locação de sistemas e serviços terceirizados considerados essenciais, de forma a evitar bloqueios de softwares e/ou paralisações;

IV – para transferências financeiras voluntárias decorrentes de leis específicas e a consórcios públicos;

V – no pagamento de sentenças judiciais, que obedecerá a ordem cronológica de apresentação;

VI – nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município e especificamente para as despesas necessárias à atender aquela situação.

Art. 7º A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no art. 40, XIV, “b” e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverá obedecer ao fluxo de caixa do órgão.

SEÇÃO II

DOS REPASSES FINANCEIROS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 8º Os repasses dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários do Poder Legislativo, consignados na Lei Orçamentária de 2021, no montante de R\$ 1.465.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) serão efetuados na forma de transferências financeiras, até o dia 20 (vinte) de cada mês, na proporção de 1/12 avos/mês, observada a limitação estabelecida no Art. 29-A, da CF.

§ 1º O produto do rendimento das aplicações financeiras dos recursos do Poder Legislativo, bem como o Imposto de Renda Retido na Fonte naquele Poder, se





Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

ocorrerem, deverão ser remetidos ao Executivo no mês seguinte à ocorrência, de modo a refletir a verdadeira receita orçamentária e receita corrente líquida que serve de base para o cálculo de percentuais de cumprimento obrigatório e limites de despesa de pessoal.

§ 2º Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo.

SEÇÃO III

DOS REPASSES FINANCEIROS PARA ATENDER AS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS E ÀS RECEITAS DE ALIENAÇÕES E RECURSOS VINCULADOS

Art. 9º Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, serão mantidos em contas específicas, na Prefeitura e aplicados exclusivamente aos fins a que se destinam.

Art. 10. Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão depositados em contas bancárias específicas do Fundo Municipal de Saúde, para fins de controle e padronização de rotinas.

§ 1º As transferências financeiras ao Fundo Municipal de Saúde previstas na Lei Orçamentária de 2021, no montante de R\$ 5.429.760,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte nove mil, setecentos e sessenta reais), serão repassadas em parcelas mensais, obedecidos os valores constantes no Anexo II, deste Decreto ou de conformidade com cronograma específico a ser elaborado pela Secretaria Municipal da Saúde.

§ 2º O valor estipulado neste artigo poderá ser alterado se houver crescimento da receita base do percentual mínimo obrigatório em saúde, objetivando o seu integral cumprimento.

Art. 11. O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados e movimentados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.





Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

Art. 12. A Secretaria Municipal da Fazenda ficará responsável pela elaboração, coordenação e alteração do planejamento de que trata este Decreto e seus Anexos.

Art. 13. Na execução do orçamento de 2021, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, será adotado o mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, por fonte de recursos, conforme estabelecido no Art. 25, da LDO 2021.

§ 1º Excluem-se da limitação disposta no *caput* deste artigo, quando se verificar necessário, as dotações relativas aos seguintes grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) obrigações tributárias e contributivas;
- d) precatórios e despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, obedecida a respectiva ordem cronológica;
- e) amortização da dívida;
- f) despesas de caráter essencial para o bom funcionamento do serviço público, devidamente justificadas; e
- g) transferências financeiras voluntárias a consórcios públicos, que obedecerão aos cronogramas específicos, vinculados aos instrumentos autorizadores, obedecida ainda a legislação específica.

§ 2º Excluem-se também das limitações de que trata o *caput* deste artigo, as despesas **vinculadas** a fonte de recursos de operações de crédito, convênios, ajustes e/ou contratos de repasses, as quais serão executadas em conformidade com a respectiva liberação dos recursos, efetuada pelo órgão financiador ou repassador.

Art. 14. Fica vedada a transferência de recursos ou o empenhamento de novas despesas, exceto as dos casos previstos no artigo anterior, para as unidades orçamentárias que





Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

ultrapassarem os limites estabelecidos neste Ato, enquanto perdurar a situação de excesso, em obediência aos prescritos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15 Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos durante o exercício, bem como nos casos dos créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o artigo 13, § 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os Órgãos deste Ente Federado, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 17. A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto ficam a cargo da Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Contabilidade e Controle Interno, devendo ser demonstrado ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e avaliação do cumprimento de cronogramas por parte das Unidades Orçamentárias, visando eventuais ajustes.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 11 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.





Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO
(CONSOLIDADO)

ESPECIFICAÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAIS
<u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>5.235.286,83</u>	<u>4.871.922,74</u>	<u>5.281.827,93</u>	<u>5.004.383,26</u>	<u>4.612.649,87</u>	<u>6.009.449,91</u>	<u>31.015.520,54</u>
Receita Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	527.683,24	549.451,05	712.565,43	392.898,38	378.421,24	527.870,66	3.088.890,00
Receita de Contribuições	78.858,00	59.763,60	100.479,60	74.505,60	56.066,40	98.326,80	468.000,00
Receita Patrimonial	10.633,63	11.090,39	12.663,95	10.938,27	9.671,43	15.722,33	70.720,00
Receita de Serviços	21.249,86	30.332,26	29.427,86	54.754,06	25.528,26	32.807,70	194.100,00
Transferências Correntes	5.386.702,04	5.004.108,48	5.209.368,93	5.249.601,99	4.928.076,58	6.126.352,52	31.904.210,54
(R)Deduções Receita Transferência corrente	-806.743,84	-806.743,84	-806.743,84	-806.743,84	-806.743,84	-808.680,80	-4.842.400,00
Outras Receitas Correntes	16.903,90	23.920,80	24.066,00	28.428,80	21.629,80	17.050,70	132.000,00
METAS BIMESTRAIS	5.235.286,83	4.871.922,74	5.281.827,93	5.004.383,26	4.612.649,87	6.009.449,91	31.015.520,54



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

ANEXO II

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
(CONSOLIDADO)

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS
DESPESAS CORRENTES	1.659.508,75	2.024.406,09	2.357.994,86	2.236.655,20	2.433.707,93	2.428.891,87	2.193.144,48	1.908.421,75	3.140.547,71	1.890.497,63	2.033.537,87	3.740.590,20	28.047.904,34
Pessoal e Encargos Sociais	839.662,06	1.021.455,77	1.182.937,18	1.127.538,77	1.227.481,08	1.217.020,97	1.105.855,40	962.693,65	1.570.559,22	953.122,98	1.026.753,53	1.887.968,55	14.123.069,16
Juros e Encargos da Dívida	4.200,00	4.668,00	4.338,00	4.998,00	5.532,00	4.230,00	4.938,00	4.362,00	4.980,00	4.236,00	4.800,00	8.718,00	60.000,00
Outras Despesas Correntes	815.646,69	998.282,32	1.170.719,68	1.104.098,43	1.200.694,85	1.207.640,90	1.082.351,08	941.366,10	1.565.008,49	933.138,65	1.001.984,34	1.843.903,65	13.864.835,18
DESPESAS DE CAPITAL	93.661,33	104.703,14	98.904,35	112.337,53	124.199,01	96.877,84	110.932,91	97.895,80	114.999,74	95.193,10	107.502,10	195.409,35	1.352.616,20
Investimentos	66.361,33	74.361,14	70.707,35	79.850,53	88.241,01	69.382,84	78.835,91	69.542,80	82.629,74	67.659,10	76.302,10	138.742,35	962.616,20
Amortização da Dívida	27.300,00	30.342,00	28.197,00	32.487,00	35.958,00	27.495,00	32.097,00	28.353,00	32.370,00	27.534,00	31.200,00	56.667,00	390.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA	10.500,00	11.670,00	10.845,00	12.495,00	13.830,00	10.575,00	12.345,00	10.905,00	12.450,00	10.590,00	12.000,00	21.795,00	150.000,00
Reserva de Contingência	10.500,00	11.670,00	10.845,00	12.495,00	13.830,00	10.575,00	12.345,00	10.905,00	12.450,00	10.590,00	12.000,00	21.795,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIA CAMARA	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,33	122.083,37	1.465.000,00
DESEMBOLSO BIMESTRAL	1.885.753,41	2.262.862,56	2.589.827,54	2.483.571,06	2.693.820,27	2.658.428,04	2.438.505,72	2.139.306,88	3.390.080,78	2.118.364,06	2.275.123,30	4.079.877,92	31.015.520,54



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

ANEXO III

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO POR FONTE DE RECURSOS

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA
00.01.0500	ORDINÁRIOS	15.168.040,00	13.703.040,00
00.01.0501	ORDINÁRIOS – EDUCAÇÃO BÁSICA	2.721.000,00	2.721.000,00
00.01.0529	ORDINÁRIOS SAÚDE	5.429.760,00	0,00
00.01.0504	FUNDEB 60%	2.563.950,00	2.563.950,00
00.01.0505	FUNDEB 40%	997.650,00	997.650,00
00.01.0506	FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO	326.000,00	326.000,00
00.01.0511	CIDE	14.700,00	14.700,00
00.01.0512	COSIP	468.450,00	468.450,00
00.01.0520	CONVÊNIO ESTADO	233.967,97	233.967,97
00.01.0521	ALIEÇÃO DE BENS	22.500,00	22.500,00
00.01.0549	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS – IGD – SUAS	8.437,00	8.437,00
00.01.0631	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS – IGDBF	17.220,00	17.220,00
00.01.0634	RECURSOS MULTAS PREV. LEGISL. TRANSITO – MUNICÍPIO	35.290,00	35.290,00
00.01.0635	MULTAS PREV. LEGISL. TRANSITO – PM/SC	17.500,00	17.500,00
00.01.0636	MULTAS PREV. LEGISL. TRANSITO – SSP/SC	17.150,00	17.150,00
00.01.0640	FEAS-COFINACIAMENTO PSB	40.620,00	40.620,00
00.01.0649	CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS	70.000,00	70.000,00
00.01.0681	RECURSOS FNAS BLPB (PBF/PBV)	210.380,00	210.380,00
00.01.0687	RECURSOS FNAS – BL PSEMC	7.230,08	7.230,08
00.01.0688	RECURSOS ORDINÁRIOS – PREFEITURA/CONVÊNIO PC	15.000,00	15.000,00
00.01.0703	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO – FEP/CFEM	123.630,00	123.630,00
00.01.0750	CONVENIO RADIOPATRULHA	25.000,00	25.000,00
00.01.0754	FNDE – PNAE	74.826,00	74.826,00
00.01.0755	FNDE – PNATE	79.565,20	79.565,20
	SUB – TOTAL	28.687.866,25	21.793.106,25
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.465.000,00
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		5.429.760,00
	TOTAL DA ENTIDADE	28.687.866,25	28.687.866,25



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA
00.01.0529	ORDINÁRIOS – SAÚDE	1.240,00	5.431.000,00
00.01.0534	SUS – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS)	443.300,00	443.300,00
00.01.0535	SUS – FARMÁCIA BÁSICA (FB)	52.498,20	52.498,20
00.01.0536	SUS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12.150,00	12.150,00
00.01.0539	SUS/ESTADO – FARMÁCIA BÁSICA (FB)	49.403,28	49.403,28
00.01.0542	SUS/ESTADO – COFINCIAMENTO ESF	170.410,68	170.410,68
00.01.0554	TRANSFERÊNCIA RECURSOS MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	338.428,21	338.428,21
00.01.0706	RECURSOS SUS/ESTADO – COFINCIAMENTO NASF	35.847,60	35.847,60
00.01.0716	RECURSOS SUS – AGENTE DE ENDEMIAS (ACE)	33.600,00	33.600,00
00.01.0720	RECURSOS SUS – VS VPS-PVPS (EPIDEMIOLOGIA)	17.933,96	17.933,96
00.01.0721	RECURSOS SUS – VSG-PVVS (INC.AÇÕES DE VIG. PREV. E CONTROLE)	19.999,92	19.999,92
00.01.0722	RECURSOS SUS/ESTADO – PROTESE DENTAL	26.595,24	26.595,24
00.01.0761	SUS - PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	72.000,00	72.000,00
00.01.0781	SUS - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	215.186,04	215.186,04
00.01.782	SUS - INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	80.280,00	80.280,00
00.01.783	SUS - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	668.781,16	668.781,16
00.01.784	SUS - INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS (PROTESES)	90.000,00	90.000,00
	SUBTOTAL	2.327.654,29	7.757.414,29
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - PREFEITURA MUNICIPAL	5.429.760,00	
	TOTAL DA ENTIDADE	7.757.414,29	7.757.414,29

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA
00.01.0500	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - PREFEITURA MUNICIPAL	1.465.000,00	1.465.000,00
	TOTAL DA ENTIDADE	1.465.000,00	1.465.000,00
TOTAL GERAL	ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	DESPESA
		31.015.520,54	31.015.520,54

PORTARIAS Nº 16078/2020 A Nº 16149/2020

Publicação Nº 2752458



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16078/2020, de 26 de novembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

à **MARCIO DALA POSSA**, Código: 893, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 20 de julho de 2018 a 19 de julho de 2019, sendo o período de gozo a contar de 13 de janeiro de 2020 até 11 de fevereiro de 2020, ou seja, 30 (trinta) dias, sendo interrompidas pela Portaria nº 15526/2020, restando portanto 07 (sete) dias, a serem usufruídos em nova data, sendo que ½ (meio) dia será gozado no dia 29 de outubro de 2020, restando, portanto, 06 (seis) dias e ½ (meio) a serem usufruídos em nova data, sendo que ½ (meio) dia será gozado no dia 26 de novembro de 2020, os 06 (seis) dias restantes serão gozados nos dias 27 e 30 de novembro de 2020, e, 01, 02, 03 e 04 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 26 de novembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16079/2020, de 27 de novembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **MAIARA TURCATO**, Código: 2.949, ocupante do cargo (261) efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, Unidade Básica de Saúde do Distrito de Itajubá, na Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 03 (três) dias, sendo de 23 de novembro de 2020 a 25 de novembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 23 de novembro de 2020.

Descanso - SC, 27 de novembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16080/2020, de 27 de novembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **MAIARA TURCATO**, Código: 2.949, ocupante do cargo (261) efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, Unidade Básica de Saúde do Distrito de Itajubá, na Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 05 (cinco) dias, sendo de 25 de novembro de 2020 a 29 de novembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 25 de novembro de 2020.

Descanso - SC, 27 de novembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16081/2020, de 27 de novembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **MÔNICA REGINA REICHERT FRIEDERICHs**, Código: 2.142, ocupante do cargo (11) efetivo de Odontólogo, lotada na Secretaria da Saúde para exercer as funções do cargo nas Unidades Sanitárias do Município – Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, devendo manter-se afastada por 08 (oito) dias, sendo de 26 de novembro de 2020 a 03 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 26 de novembro de 2020.

Descanso - SC, 27 de novembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16082/2020, de 30 de novembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **JEFERSON ZIMMER**, Código: 3.010, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastado por 03 (três) dias, sendo de 30 de novembro de 2020 a 02 de dezembro de 2020, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 30 de novembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16083/2020, de 30 de novembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **SUELE LOVANE STRAPASSON**, Código: 2.391, ocupante do cargo (246) efetivo de Psicóloga - CRAS, lotada na Secretaria de Assistência Social para exercício das atribuições do cargo no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 09 (nove) dias, sendo de 30 de novembro de 2020 a 08 de dezembro de 2020, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 30 de novembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16084/2020, de 01 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

à **ELAINE MELZ**, Código: 2.939, ocupante do cargo (262) efetivo de Fiscal Sanitário, lotada na Secretaria da Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 05 de janeiro de 2019 a 04 de janeiro de 2020, sendo o período de gozo a contar de 02 de março de 2020 a 31 de março de 2020, sendo interrompidas pela Portaria nº 15638, restando portanto 15 (quinze) dias, a serem usufruídos em nova data, dos quais $\frac{1}{2}$ (meio) dia será gozado no dia 17 de novembro de 2020, período vespertino, 01 (um) dia em 18 de novembro de 2020 e $\frac{1}{2}$ (meio) dia em 19 de novembro de 2020, período matutino, restando, portanto, 13 (treze) dias, dos quais 06 (seis) dias serão gozados nos dias 01 a 06 de dezembro de 2020, restando, portanto, 07 (sete) dias a serem gozados em nova data.

Descanso - SC, 01 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16085/2020, de 01 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

CIRLEI ZIMMERMANN GOBI, Código 3.482, casada, nascida em 24.01.1979, residente na Rua 21 de Abril, nº 1480, Centro, São Miguel do Oeste - SC, para o cargo em comissão do cargo (43) em comissão de Chefe de Gabinete, Nível DAS - 3, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2019 a 01 de abril 2020, sendo o período de gozo a contar de 01 de abril de 2020 a 30 de abril de 2020, sendo interrompidas pela Portaria nº 15736/2020, restando, portanto, 18 (dezoito) dias, dos quais 03 (três) dias, serão gozados nos dias 08 a 10 de julho de 2020, restando, portanto, 15 (quinze) dias a serem gozados em nova data, dos quais 02 (dois) dias serão gozados nos dias 01 e 02 de dezembro de 2020, restando, portanto, 13 (treze) dias a serem gozados em nova data.

Descanso - SC, 01 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16086/2020, de 01 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 93 c/c 98, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

à **FELIPE JOSÉ TERNUS**, Código: 3.109, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, com carga horária de 40 horas semanais, lotado para exercício das atribuições do cargo na Secretaria da Fazenda, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, sendo o período de gozo a contar de 01 de dezembro de 2020 até 30 de dezembro de 2020, ou seja, 30 dias, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 01 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16087/2020, de 01 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **LUIZ CARLOS MENEGASSI**, Código: 3.557, brasileiro, solteiro, nascido aos 12.02.1985, residente e domiciliado na Rua Ubirajara, nº 306, neste município de Descanso - SC, ocupante do cargo (56) em comissão de Secretário de Esportes e Turismo, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastado por 10 (dez) dias, sendo de 28 de novembro de 2020 a 07 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 28 de novembro de 2020.

Descanso - SC, 01 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Roseli Bonatto – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16088/2020, de 01 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **NEIDES TEREZINHA TUMELERO**, Código: 2.878, ocupante do cargo (239) de Agente Comunitário de Saúde, com exercício na Estratégia Saúde da Família – ESF, equipe: 01, micro-área: 05, com área de abrangência: Parte Bairro Jaroseski, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 31 (trinta e um) dias, sendo de 30 de novembro de 2020 a 30 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 30 de novembro de 2020.

Descanso - SC, 01 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Roseli Bonatto – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16089/2020, de 01 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

à **FÁBIO ROGÉRIO RECK**, Código 3.485, ocupante do cargo (78) em comissão de Assessor Técnico – Divisão de Material e Patrimônio, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020, sendo o período de gozo a contar de 22 de julho de 2020 a 20 de agosto de 2020, sendo interrompidas pela Portaria nº 15885/2020, restando portanto 23 (vinte e três) dias, a serem usufruídos em nova data, sendo que 02 (dois) dias serão gozados nos dias 01 e 02 de dezembro de 2020, restando, portanto, 21 (vinte e um) dias, a serem gozados em nova data.

Descanso - SC, 01 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Roseli Bonatto – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16090/2020, de 02 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **VIVIANE BORDIN MISSIO**, Código: 3.069, ocupante do cargo (265) efetivo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria da Saúde, Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé e nos Núcleos de Apoio à Saúde Família – NASF, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, a vista do requerimento e, pelo tempo de serviço prestado a Prefeitura Municipal de Descanso, devendo manter-se afastada por 03 (três) dias, sendo de 02 de dezembro de 2020 a 04 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 02 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16091/2020, de 03 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o *artigo 84*, inciso II, e artigo 232 da Lei nº 86/1991, de 27.12.91,

Considerando, a vedação constitucional da acumulação de cargos públicos, diante da incompatibilidade de horários, conforme previsão do artigo 37, inciso XVI, resolve:

EXONERAR

ELIANE DE LOURDES SANSIGOLO, Código 1.728, brasileira, solteira, nascida aos 09.09.1975, residente e domiciliada à Rua Antonio Lauer, nº 159, nesta cidade de Descanso – SC, portadora do CPF/CIC nº 015.761.829-32 e Cédula de Identidade sob nº 13/R-2.646.614, emitida aos 06.04.1988, pelo órgão emissor SSP/SC, ocupante do cargo(12) efetivo de Professor – Ensino Superior, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, para exercício das atribuições do cargo na disciplina de Educação Física, nível “4”, referência “A” no Centro de Educação do Ensino Fundamental - CEEF Paulo Henrique Pissaia, anos iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, com efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 03 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16092/2020, de 03 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

à **IVAN SEGHE TO**, Código: 900, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 04 de julho de 2018 a 03 de julho de 2019, sendo o período de gozo a contar de 02 a 31 de janeiro de 2020 ou seja, 30 (trinta) dias, com conversão de $\frac{1}{3}$ (um terço) das férias em pecúnia, no período de 22 a 31 de janeiro de 2020, ou seja, 10 (dez) dias, sendo interrompidas pela Portaria nº 15388/2020, restando portanto 08 (oito) dias, dos quais 02 (dois) dias serão gozados nos dias 03 e 04 de dezembro, restando, portanto, 06 (seis) dias a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 03 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16093/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

de **SIDNEI FERNANDO CEOLIN**, Código: 2.021-4, ocupante do cargo (10) efetivo de Médico, lotado na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária do Distrito de Itajubá, Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2017 a 12 de fevereiro de 2018, sendo o período de gozo a contar de 27 de janeiro de 2020 a 25 de fevereiro de 2020, ou seja, 30 (trinta) dias, sendo interrompidas pela portaria nº 15464/2020, restando portanto 23 (vinte e três) dias, a serem usufruídos em nova data, dos quais 09 (nove) dias serão gozados nos dias 10 a 18 de agosto de 2020, restando, portanto, 14 (quatorze) dias a serem usufruídos em nova data, sendo que 05 (cinco) dias, serão gozados nos dias 19 a 23 de agosto de 2020, restando, portanto, 09 (nove) dias a serem usufruídos em nova data, dos quais 04 (quatro), serão gozados nos dias 04 a 07 de dezembro de 2020, restando, portanto, 05 (cinco) dias a serem gozados em nova data.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16094/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 61, inciso II e artigo 62, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

RELOTAR

VLADEMIR ORO, Código: 2.983, brasileiro, casado, nascido aos 05.02.1977, residente e domiciliado à Rua XV de novembro, nº 765, nesta cidade de Descanso - SC, portador do CPF/CIC nº 006.772.029-38 e Cédula de Identidade sob nº 13/R-3.526.757, emitida aos 20.06.2016, pelo órgão emissor SSP/SC, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, *da* Secretaria de Assistência Social, *para* exercício das atribuições do cargo na Secretaria dos Transportes, passando a perceber, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16095/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 029/94, de 13.09.94, que altera o Art. 160, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

à **VIVIANE BORDIN MISSIO**, Código: 3.069, ocupante do cargo (265) efetivo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria da Saúde, Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé e nos Núcleos de Apoio à Saúde Família – NASF, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16096/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 029/94, de 13.09.94, que altera o Art. 160, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

à **RAFAEL GUSTAVO MADER**, Código: 3.210, ocupante do cargo (28) efetivo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria da Saúde, Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16097/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 029/94, de 13.09.94, que altera o Art. 160, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

à **GELSI DOS SANTOS**, Código: 3.543, brasileiro, casado, portador do CPF nº 038.914.229-89 e RG nº 4.023.592, ocupante o cargo (35) de Carpinteiro, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com exercício das atribuições do cargo na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16098/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14894/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ESTRELITA MARGARIDA DA SILVA RIBEIRO**, Código: 582, ocupante do cargo (33) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo no Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Getúlio Vargas, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16099/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15175/2019, de 02 de dezembro de 2019.

de **EUNICE FÁTIMA GIORDANO LINHAR**, Código: 746, ocupante do cargo(29) de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16100/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14947/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ELISANGELA BRUGNEROTTO**, Código: 903, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária do Distrito de Itajubá, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16101/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14898/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ELIZABETE REGINA WICHOROSKI**, Código: 2.961, ocupante do cargo (33) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das atribuições do cargo no CEEF de Paulo Henrique Pissaia, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16102/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14831/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **BIANCA PARMEGIANI**, Código: 2.962, ocupante do cargo (33) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com exercício das atribuições do cargo no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16103/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14948/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **TAMARA CRISTI DOS SANTOS DALLE MOLLE**, Código: 2.964, ocupante do cargo (33) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo no Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16104/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14896/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **THALIA MENDES**, Código: 2.965, ocupante do cargo (33) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo no Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Getúlio Vargas, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16105/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14883/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **NANCI DEBONA COLOMBO**, Código: 2.966, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para exercício das atribuições do cargo no Centro Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16106/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14887/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ROSA MARIA BROL WRONSKI**, Código: 3.159, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para exercício das atribuições do cargo no Centro Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16107/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14949/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **JANIRA PADILHA**, Código: 3.223, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo no Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16108/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14956/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **TÂNIA BERNARDI KOPROWSKI**, Código: 3.238, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo no ESF – 01, Aline Jaroseski, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16109/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14962/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ODINEI ROGÉRIO ALVES RODRIGUES**, Código: 3.524, ocupante o cargo (40) de Mecânico efetivo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16110/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15488/2020, de 03 de fevereiro de 2020.

de **CATIANE GRUNEWALD**, Código: 3.576, brasileira, solteira, nascida aos 22.05.1994, portadora do RG nº 13/R-6.001.690, CPF nº 102.943.399-22, residente e domiciliada na Rua Ubirajara, Centro, cidade de Descanso/SC, para o cargo (237) de Zeladora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, para exercício e atribuições do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16111/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15533/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

de **ÉLIO LUIZ KUSS**, Código: 3.606, brasileiro, casado, nascido aos 28.07.1973, portador do CPF nº 715.138.090-91 e RG nº 6055008277, residente e domiciliado na TV Ivanor Sturmer, n 47, cidade de Descanso – SC, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, para com exercício atribuições do cargo na EBM Cachoeirinha, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16112/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15705/2020, de 01 de abril de 2020.

de **ROSIMERI LUCIA POWALA**, Código: 3.626, brasileira, solteira, nascida aos 11.09.1980, portadora do CPF nº 041.014.099-60 e RG nº 13/R-4.303.533, residente e domiciliada na Antonio Turmina, nº 42, cidade de Descanso – SC, ocupante do cargo (237) efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, para exercício das atribuições do cargo no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau máximo, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16113/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15947/2020, de 19 de agosto 2020.

de **ADIRSO BORGES DOS SANTOS**, Código: 3.068, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista condutor do veículo GM SPIN Premier 1.8 L, 111CV, Ano 2019/2020, Nº Patrimônio 8003, QJQ-2834, lotado na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16114/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o *artigo* 84, inciso I, da Lei nº 86/1991, de 27.12.91, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

VERA LÚCIA MENDES DE ARAÚJO, Código: 3.574, brasileira, casada, nascida aos 31.11.1981, portadora do RG nº 13/R-4.829.316, CPF nº 047.722.129-73, residente e domiciliada na Linha Campinas, no município de Descanso/SC, ocupante do cargo (31) de Merendeira, lotada na Secretaria de Assistência Social, para exercícios e atribuições do cargo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Linha Campinas sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16115/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14963/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ALAN MARCOS DE VARGAS**, Código: 897, ocupante do cargo (101) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16116/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14964/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ALENCAR ANTONIO FINATTO**, Código: 3.216, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16117/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 16010/2020, de 07 de outubro de 2020.

de **ALICE CECÍLIA SIRTOLLI DE FARIAS**, Código: 3.031, brasileira, casada, portadora do CPF nº 040.708.169-09 e RG nº 4.710.715, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16118/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15525/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

de **ANA PAULA MENDES**, Código: 3.605, brasileira, solteira, nascida aos 08.02.1987, portadora do nº RG 13/R-4.829.317, CPF nº 065.100.619-88, residente e domiciliada na Avenida Ladislava Hadjök Poletto, nº 148, cidade de Descanso/SC, para o cargo (29) de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16119/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15984/2020, de 16 de setembro de 2020.

de **ANDRESSA ZANATTA**, Código: 3.643, portadora do CPF sob nº 089.884.489-44, e Cédula de Identidade sob nº 5.779.745, expedida em 04.07.2019, residente e domiciliada a Rua São João, nº 19, casa, Bairro São Gotardo, cidade de São Miguel do Oeste - SC, para o cargo para o cargo (261) de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde – Iria Lurdes Daltoé, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-2, em substituição à servidora Cleide Cicconet, afastada em licença maternidade, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16120/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14830/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **BEATRIZ INES HOLDEFER**, Código: 2.133, ocupante do cargo (09) efetivo de Médico Veterinário, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, lotada na Secretaria de Agricultura, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16121/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14969/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **CARLOS ANTONIO MENDES**, Código: 589, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16122/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14902/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **CATIA RODRIGUES MOURA**, Código: 508, ocupante do cargo (29) de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para exercer as funções do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16123/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14970/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **CLARÍ VIRGINIO LAZAROTTO**, Código: 464, ocupante do cargo(42) de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16124/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15466/2020, de 03 de fevereiro de 2020.

de **CLEOCIR GHIDINI**, Código: 3.560, brasileiro, solteiro, nascido aos 25.02.1997, portador do RG 5.881.858, CPF 104.172.989-86, residente e domiciliado na Linha Campinas, no município de Descanso/SC, ocupante do cargo (29) de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16125/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15545/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

de **DAIANE BALDO**, Código: 3.601, brasileira, solteira, nascida aos 09.07.1986, portadora do CPF nº 052.609.099-50 e RG nº 13/R-3.560.467, residente e domiciliada na Rua Ludovico Wronski, nº 582, cidade de Descanso – SC, cargo (269) efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo na Unidade Básica de Saúde Aline Jaroseski ESF – 01, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16126/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA N° 14922/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **DÉBORA WESCHENFELDER MAGRINI**, Código: 2.199, ocupante do cargo (06) efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde “Aline Jaroseski”, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16127/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14965/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **DENILDO ARISTIDES GARCIA**, Código: 899, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria dos Transportes, para exercer as atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16128/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14955/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **DIEGO WERBERICH**, Código: 2.982, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16129/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14923/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **DIRVÂNIA PROVENSÍ WRONSKI**, Código: 949, ocupante do cargo (19) efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde “Iria Lurdes Daltoé”, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-2, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16130/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14914/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **EDERSON ALVES DE CARVALHO**, Código: 892, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16131/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14924/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **EDILENE LORENSKI**, Código: 63-9, ocupante do cargo (19) efetivo de Auxiliar de Enfermagem, com exercício das atribuições do cargo no Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16132/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15948/2020, de 19 de agosto 2020.

de **EDMAR JOSÉ DE SOUSA**, Código: 3.537, brasileiro, casado, nascido aos 27.10.1967, portador do RG 5.517.076, CPF 413.126.941-49, residente e domiciliado à Rua Ludovico Wronski, nº 367, nesta cidade de Descanso – SC, ocupante do cargo efetivo (41) de Motorista, condutor o Veículo Sprinter TCA MIC/MBenz, Microonibus Passageiros, Diesel, 163 CV, Ano 2020/2021, Nº Patrimônio 8303, RAI1C25, lotado na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16133/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA N° 14952/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **EDNEI AIRTO POWALA**, Código: 3.236, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Agricultura, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16134/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA N° 14939/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **FRANCIÉLLY SOETHE JUNG**, Código: 2.981, ocupante do cargo (11) efetivo de Odontólogo, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde “Aline Jaroski”, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1, situada à Rua Santo Estanislau, n° 310, no Loteamento Antonio Mileski, na cidade de Descanso – SC, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16135/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14906/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **GIOVANI MAICO DEGANI**, Código: 908, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16136/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14971/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **HELTON PEDRO BORGES DE OLIVEIRA**, Código: 3.011, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16137/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14971/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ISABELY MASUTTI**, Código: 3.634, portadora do CPF sob nº 031.464.150-54, e Cédula de Identidade sob nº 2137453631, expedida em 27.09.2018, residente e domiciliada a Rua Pedro Lorenski, nº 586, Município de Descanso - SC, ocupante do cargo (261) de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde – Aline Jaroseski, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1, em substituição à servidora Simone Hochscheidt Mallmann, que está afastada por ser parte do grupo de risco do coronavírus, uma vez que é gestante, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16138/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15017/2019, de 01 de outubro de 2019.

de **IVAN SEGHE TO**, Código: 900, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16139/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA N° 14925/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **IVY MENDES BUENO**, Código: 3.388, ocupante do cargo (10) efetivo de Médico, referência ANS-21, grupo I, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde “Aline Jaroseski”, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1 com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16140/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15352/2020, de 07 de janeiro de 2020.

de **JACSON JOSÉ ZIMMER**, Código: 3.551, brasileiro, solteiro, nascido em 19.03.78, residente à Rua Padre Réus s/n, Descanso - SC, para o cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes, portador do CPF/CIC sob nº 020.608.039-50 e Cédula de Identidade nº 3.560.840 pelo órgão emissor SESP/SC, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16141/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14926/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **JANAÍNA APARECIDA KOCHHANN DOS SANTOS**,
Código: 3.407, brasileira, solteira, nascida aos 25.09.1993, residente e domiciliada à Rua L^a Emboaba, n. 800, Bairro Salete, São Miguel do Oeste - SC, para o cargo (261) de Técnico em Enfermagem, referência AOG-09, grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16142/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 16009/2020, de 07 de outubro de 2020.

de **JAQUELINE MARIA ZIMMER**, Código: 917, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 037.579.589-85, e RG nº 4.391.384, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16143/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14915/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **JEFERSON ZIMMER**, Código: 3.010, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, referência TSA-07, grupo IV, com carga horária de 44 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16144/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA N° 15433/2020, de 03 de fevereiro de 2020.

de **JOÃO CARLOS ROSSAROLLA**, Código: 898, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria dos Transportes, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16145/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14927/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **JOSEMIR WERLANG**, Código: 2.122, ocupante do cargo (10) efetivo de Médico, lotado na Secretaria da Saúde para exercer as funções do cargo no Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16146/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14928/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **JULIANA IMMIG**, Código: 3.036, ocupante do cargo (261) efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, Unidade Básica de Saúde do Distrito de Itajubá, na Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16147/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14940/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **KELI PATRICIA VIVIAN**, Código: 3.281, ocupante do cargo (269) de Auxiliar em Saúde Bucal, lotada na Secretaria da Saúde para exercer as funções do cargo na Unidade Sanitária do Município – Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, ESF – 02, com carga horária de 40 horas semanais sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16148/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14870/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **LISANDRA STANKIEWICZ LUNARDI**, Código: 3.157, ocupante do cargo (31) efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo na CEIEF Getúlio Vargas, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16149/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15635/2020, de 16 de março de 2020.

de **LOIMIR CAMPAGNARO**, Código: 3.624, brasileiro, casado, nascido aos 25.08.1987, portador do CPF nº 057.113.109-33 e RG nº 13/R-5.057.014, residente e domiciliado no Distrito de Itajubá, cidade de Descanso – SC, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIAS Nº 16150/2020 A Nº 16182/2020

Publicação Nº 2752530



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16150/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14871/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **LUCILDA PIETRO BIASI COLUSSI**, Código: 3.059, ocupante do cargo (31) efetivo de Merendeira, lotada da Secretaria de Educação e Cultura, para exercício das atribuições do cargo na CEIEF Getúlio Vargas, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16151/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14929/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **MAIARA TURCATO**, Código: 2.949, ocupante do cargo (261) efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, Unidade Básica de Saúde do Distrito de Itajubá, na Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16152/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14973/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **MARCIO DALA POSSA**, Código: 893, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16153/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15943/2020, de 19 de agosto 2020.

de **MARCOS ANTONIO MARCON**, Código: 3.602, brasileiro, solteiro, nascido aos 20.04.1983, portador do CPF nº 037.967.189-14 e RG nº 13/R-4.040.954, residente e domiciliado na Linha Macaco Branco, cidade de Descanso – SC, para o cargo efetivo (101) de Motorista Cat. “D”, condutor do Pas/Microonibus Fiat Ducato Multi Jaedi T, 16 P.127CV, Ano 2014/2014, Nº Patrimônio 5785, OKE-3006, lotado na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo no Centro de Saúde Iria Lurdes Daltoé ESF – 02, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16154/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14974/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **MARCOS ANTONIO MENUSSI**, Código: 3.335, ocupante do cargo (42) de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria de Transportes, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16155/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14907/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **MILTON BOCCHI**, Código: 506, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para exercer as funções do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16156/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14941/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **MÔNICA REGINA REICHERT FRIEDERICHS**, Código: 2.142, ocupante do cargo (11) efetivo de Odontólogo, lotada na Secretaria da Saúde para exercer as funções do cargo nas Unidades Sanitárias do Município – Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16157/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15946/2020, de 19 de agosto 2020.

de **NÉRCI MASSARDO**, Código: 3.450, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, condutor do veículo o GM SPIN Premier 1.8 L, 111CV, Ano 2019/2020, Nº Patrimônio 8004, QJP-1814, lotado na Secretaria de Saúde, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16158/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14908/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **NEUTON FRANCISCO CAPELLO**, Código: 734, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16159/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14910/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **OLIVIO SCHMITZ**, Código: 517, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para exercer as funções do cargo, na distribuição de água no Distrito de Itajubá, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16160/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15745/2020, de 15 de abril de 2020.

de **PAULO HENRIQUE BURIN**, Código: 3.632, brasileiro, casado, nascido aos 08.08.1988, portador do CPF nº 063.482.969-62 e RG nº 13/R-5.102.673, residente e domiciliado na Rua JoãoCzarnobay, nº 230, cidade de Descanso – SC, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, com exercício das atribuições do cargo na Secretaria dos Transportes, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, considerando as atribuições do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, na operação da Escadeira Hidráulica KOMATSU, 13600kg, giro total, ano fab/mod 2011/2011, patrimônio nº 4900, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16161/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

à **RAQUEL DOS SANTOS**, Cód. 3.615, brasileira, solteira, nascida aos 29.03.1993, portadora do RG nº 5.450.572, e CPF nº 093.339.079-39, para o cargo (269) de Auxiliar de Saúde Bucal, com exercício na Estratégia Saúde da Família – ESF 03 Unidade Básica de Saúde do Distrito de Itajubá, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16162/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15379/2020, de 13 de janeiro de 2020.

de **REGIANI FÁTIMA GRUTZMANN**, Código: 3.553, brasileira, solteira, nascida em 08.05.1972, residente e domiciliada na Travessa Eugenio Gruber, nº 82, centro, município de São Miguel do Oeste - SC, portador do CPF/CIC sob nº 938.325.249-91 e Cédula de Identidade nº 3.330.027 pelo órgão emissor SESP/SC, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, ocupante do cargo (261) Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde “Aline Jaroseski”, Estratégia Saúde da Família ESF – 01, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16163/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15942/2020, de 19 de agosto 2020.

de **ROBSON JOSÉ BONAMIGO**, Código: 3.030, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria da Educação, considerando a designação pela Portaria nº 15832/2020, para exercer as atribuições do cargo de Motorista, condutor Automóvel Ford Fiesta Sedan 1.6 Flex 5P.107 CV, Ano 2014/2014, Nº Patrimônio 5781, MLR-9247, na Secretaria da Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16164/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 15944/2020, de 19 de agosto 2020.

de **ROGÉRIO PISATTO**, Código: 2.946, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, referência TSA-06, grupo IV, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde para exercício das atribuições do cargo, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo constante no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de janeiro de 2020, nos levantamentos efetuados durante a jornada normal de trabalho, onde foram analisados os riscos potenciais à saúde, considerando as atribuições do cargo de Motorista, por conduzir o Pas/Aut. Doblo ESSENCE 1.8 FLEX, FIAT 7P/132 CV, Ano 2015/2016, Nº Patrimônio 6423, QHL-9486, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16165/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14966/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **SERGIO LUIZ DALMAGRO**, Código: 3.179, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria dos Transportes, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16166/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14933/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **SIDNEI FERNANDO CEOLIN**, Código: 2.021-4, ocupante do cargo (10) efetivo de Médico, lotado na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária do Distrito de Itajubá, Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16167/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14934/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **SÍLVIA ORLANDINI**, Código: 2.200, ocupante do cargo (234) efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo no Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16168/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14943/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **SIMONI POHLMANN**, Código: 3.039, ocupante do cargo (11) efetivo de Odontólogo, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária do Distrito de Itajubá, na Estratégia Saúde da Família - ESF – 03, , com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16169/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14936/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **ÚRSSULA RITZEL**, Código: 3.053, ocupante do cargo (234) efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Básica de Saúde do Distrito de Itajubá, na Estratégia Saúde da Família - ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16170/2020, de 04 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, NR-16, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho e Laudo de Periculosidade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 14976/2019, de 16 de setembro de 2019.

de **VILMAR COLOMBO**, Código: 2.947, ocupante do cargo (34) efetivo de Borracheiro, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que concede adicional de periculosidade, por exercer atividades e operações perigosas com inflamáveis em área de risco, de modo habitual e intermitente, correspondendo a 30% (trinta por cento) do vencimento, e seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 04 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16171/2020, de 07 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 61, inciso II e artigo 62, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

RELOTAR E CESSAR EFEITOS DA PORTARIA Nº 16132/2020, de 04 de dezembro de 2020.

EDMAR JOSÉ DE SOUSA, Código: 3.537, brasileiro, casado, nascido aos 27.10.1967, portador do RG 5.517.076, CPF 413.126.941-49, residente e domiciliado à Rua Ludovico Wronski, nº 367, nesta cidade de Descanso – SC, ocupante do cargo efetivo (41) de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, *da* Secretaria de Saúde, *para* exercício das atribuições do cargo na Assistência Social, cessando o adicional de insalubridade anteriormente concedido, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 07 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16172/2020, de 07 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 93 c/c 98, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

INTERROMPER FÉRIAS

de **FELIPE JOSÉ TERNUS**, Código: 3.109, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, com carga horária de 40 horas semanais, lotado para exercício das atribuições do cargo na Secretaria da Fazenda, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 a 31 de janeiro de 2020, sendo o período de gozo a contar de 01 de dezembro de 2020 até 30 de dezembro de 2020, ou seja, 30 dias, sendo interrompidas nessa data, restando portanto 24 (vinte e quatro) dias, a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 07 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16173/2020, de 07 de dezembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o *artigo* 84, inciso I, da Lei nº 86/1991, de 27.12.91,

Considerando, o ofício nº 14/2020, encaminhado pela Presidente do CMDCA, Cassiane Lorenzini Nercolini, o qual solicita a imediata exoneração da conselheira tutelar titular, conforme pedido de exoneração, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ALICE GUBIANI, Código: 10.030, brasileira, portadora do CPF nº 102.710.309-09, e RG nº 6.723.471, nascida aos 11.02.1996, solteira, residente e domiciliada à Avenida Marechal Deodoro, nº 73, nesta cidade de Descanso - SC, ocupante do cargo (159) de **Conselheiro Tutelar Titular**, equiparada aos demais Agentes Políticos eleitos do Município, Autônomo, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 07 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16174/2020, de 07 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **ELIANE COLETTI DALTOÉ**, Código: 3.013, ocupante do cargo (31) efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo na CEEF Paulo Henrique Pissaia, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 07 (sete) dias, sendo de 05 de dezembro de 2020 a 11 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 05 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 07 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16175/2020, de 07 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **PAULO CÉSAR LANGHAMMER CARDOZO**, Código: 813, brasileiro, casado, nascido aos 18.06.1970, residente e domiciliado na Linha Cruzinhas, neste município de Descanso - SC, portador do CPF/CIC nº 616.353.830-72 e Cédula de Identidade sob nº 505.764.427-9, emitida aos 24.11.1989, pelo órgão emissor SSP/RS, ocupante do cargo (239) efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastado por 08 (oito) dias, sendo de 07 de dezembro de 2020 a 14 de dezembro de 2020, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 07 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16176/2020, de 08 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei n° 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **ADIRSO BORGES DOS SANTOS**, Código: 3.068, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista condutor do veículo GM SPIN Premier 1.8 L, 111CV, Ano 2019/2020, N° Patrimônio 8003, QJQ-2834, lotado na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastado por 07 (sete) dias, sendo de 07 de dezembro de 2020 a 13 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 07 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 08 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16177/2020, de 08 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **VIVIANE BORDIN MISSIO**, Código: 3.069, ocupante do cargo (265) efetivo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria da Saúde, Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé e nos Núcleos de Apoio à Saúde Família – NASF, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastado por 07 (sete) dias, sendo de 07 de dezembro de 2020 a 13 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 07 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 08 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16178/2020, de 08 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **DÉBORA WESCHENFELDER MAGRINI**, Código: 2.199, ocupante do cargo (06) efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde “Aline Jaroseski”, na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 05 (cinco) dias, sendo de 07 de dezembro de 2020 a 11 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 07 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 08 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16179/2020, de 08 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **NILO CASAGRANDE**, Código: 481, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria da Saúde, para exercer as atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 03 (três) dias, sendo de 08 de dezembro de 2020 a 10 de dezembro de 2020, e seus a contar da presente data.

Descanso - SC, 08 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16180/2020, de 09 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **LUIZ CARLOS MENEGASSI**, Código: 3.557, brasileiro, solteiro, nascido aos 12.02.1985, residente e domiciliado na Rua Ubirajara, nº 306, neste município de Descanso - SC, ocupante do cargo (56) em comissão de Secretário de Esportes e Turismo, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastado por 07 (sete) dias, sendo de 08 de dezembro de 2020 a 14 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 08 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 09 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16181/2020, de 09 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **ÉLIO LUIZ KUSS**, Código: 3.606, brasileiro, casado, nascido aos 28.07.1973, portador do CPF nº 715.138.090-91 e RG nº 6055008277, residente e domiciliado na TV Ivanor Sturmer, n 47, cidade de Descanso – SC, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, para com exercício atribuições do cargo na EBM Cachoeirinha, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastado por 07 (sete) dias, sendo de 09 de dezembro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 09 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16182/2020, de 09 de dezembro de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **MARCIANE MARIA CAPELLARI KLAUS**, Código: 674, ocupante do cargo (239) de Agente Comunitário de Saúde, com exercício na Estratégia Saúde da Família – ESF, equipe: 03, micro-área: 04, com área de abrangência nas Linhas: Vorá, Vorazinho e Linha São Paulo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 05 (cinco) dias, sendo de 07 de dezembro de 2020 a 11 de dezembro de 2020, e seus efeitos retroativos a 07 de dezembro de 2020.

Descanso - SC, 09 de dezembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

CÂMARA MUNICIPAL**CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020 - ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL**

Publicação Nº 2753526

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020

ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Descanso, Sr. Marcio Maximino Bortoloto, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Ata de Classificação Final referente ao Concurso Público n.º 001/2020, destinado ao preenchimento de vaga no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores.

1. Apresentamos a Ata de Classificação Final do Concurso Público n.º 001/2020, da Câmara Municipal de Vereadores de Descanso, conforme Anexo I.
2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.
3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso (SC), 10 de dezembro de 2020.

MARCIO MAXIMINO BORTOLOTO
Presidente do Legislativo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2020 - ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL - ANEXO I

Publicação N° 2753528

Relatório - Edital - 001/2020

ANEXO I

Zelador

Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1980896	22/08/1990	Angelica Antunes	076.836.089-71	2,70	1,00	1,00	5,00	9,70	9,70
2	1990739	28/02/1986	Wellington Santos Primo	343.874.358-28	2,70	1,00	0,80	4,00	8,50	8,50
3	1991620	27/09/1993	Thais Oro Balbinot	080.092.499-12	2,70	1,00	0,80	4,00	8,50	8,50
4	1990890	15/06/1974	Roseli Clarice Scariot	016.893.539-29	2,40	1,00	0,80	4,00	8,20	8,20
5	1990726	01/03/1995	Cristian Lucas Da Silva Raffel	036.172.170-60	2,40	1,00	0,20	4,50	8,10	8,10
6	1989563	26/11/1996	Silmara Thiel do Nascimento Lanza	069.832.159-66	2,70	1,00	0,40	4,00	8,10	8,10
7	1970995	30/11/1981	Vera Lúcia Mendes	047.722.129-73	2,40	1,00	0,40	3,50	7,30	7,30
8	1990129	10/04/1998	Silvania Thiel Do Nascimento	069.832.169-38	1,50	1,00	0,40	4,00	6,90	6,90
9	1977951	13/02/1984	Alice Cecilia Sirtolli De Farias	040.708.169-09	1,20	1,00	0,60	4,00	6,80	6,80
10	1991505	26/11/2000	Eloisa Manica	050.598.439-39	1,50	1,00	0,80	3,50	6,80	6,80
11	1970661	14/06/1979	Cenite Arient	022.287.219-56	1,80	0,80	0,40	3,00	6,00	6,00
12	1989524	20/12/1999	Poliana Rugeri Alves	119.017.199-60	0,90	0,60	0,40	4,00	5,90	5,90
13	1989825	22/05/1994	Catiane Grunewald	102.943.399-22	1,50	0,20	0,20	3,50	5,40	5,40
Reprovado	1991518	11/04/1990	Franciele Henrich	073.030.029-36	1,20	0,40	0,20	3,00	4,80	4,80
Reprovado	1989891	20/02/1969	Rosa Maria Brol Wronski	707.989.239-20	1,50	0,80	0,20	2,00	4,50	4,50
Reprovado	1991088	04/01/1982	Gelsi Dos Santos	038.914.229-89	1,20	0,40	0,80	2,00	4,40	4,40
Reprovado	1991485	25/11/1991	Rudinei Girardi	081.773.609-30	0,60	0,80	0,40	2,50	4,30	4,30
Reprovado	1973598	05/08/1981	Silvane De Togni Lorencini	039.348.369-09	0,60	0,00	0,40	2,00	3,00	3,00
Reprovado	1989609	19/03/1974	Marli Renostro Penso	960.678.029-53	0,90	0,40	0,20	1,50	3,00	3,00
Reprovado	1989552	10/02/1976	Diolanda Aparecida Dos Santos	892.943.439-87	0,90	0,20	0,40	1,50	3,00	3,00
Reprovado	1990981	29/06/1968	Pedrinho Lorencini	764.913.319-20	0,60	0,80	0,60	0,50	2,50	2,50
Reprovado	1989932	13/12/1965	Rosalina Gomes Grunewald	046.648.189-63	0,30	0,40	0,40	0,50	1,60	1,60
Ausente	1991595	27/08/1968	Maria Busnello	627.149.969-49	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1991599	13/02/1972	Marilene Pancotte	798.861.839-34	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1971531	12/05/1972	Janinha De Lourdes Turmina	842.856.489-20	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1991454	19/08/1978	Dyego Cruz Lima	828.661.201-91	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1991108	20/05/1982	Patricia Soares Da Silva	331.733.718-44	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1990722	31/07/1984	Venilda Dos Santos Previatti	051.665.049-17	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

Relatório - Edital - 001/2020

Ausente	1991565	16/03/1985	Helcio Julio Matias Junior	322.751.698-57	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1991396	14/03/1988	Rosangela Barroso Evangelista	971.794.692-20	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1990083	05/06/1994	Jocelia Taborda Da Silva	089.701.099-00	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1991390	10/10/1995	Priscila Rosin	095.298.159-99	0,00	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 121/2020 - PMDC

Publicação Nº 2752514

AVISO PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 121/2020
TOMADA DE PREÇOS N.º 121/2020

O Presidente da comissão de licitações e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, torna público, com referência ao Edital 121/2020, Modalidade Tomada de Preços 121/2020, com abertura prevista para o dia 10 de Dezembro de 2020, às 09h00min, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (ACRESCIMO DE CARGA, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE 45 KVA), NA RUA ALMIRANTE BARROSO (CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL), NA CIDADE DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, APROVADO PELA CELESC, CONFORME ORÇAMENTO, E PROJETO ELÉTRICO, Nº NPS400620582, EM ANEXO", prorroga-se o prazo de abertura do edital, para o dia 05 de Janeiro de 2021, às 09h00min.

Justificativa:

Às 09:00 horas do dia 10 de Dezembro de 2020, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 121/2020, Tomada de Preços 121/2020, do Município de Dionísio Cerqueira - SC, o Presidente da comissão de licitações, reuniu-se com a comissão de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Presidente da comissão de licitações, juntamente com a comissão de apoio resolvem REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de propostas e documentação, ficando o novo prazo previsto para o dia 05/01/2021, às 09:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Dionísio Cerqueira - SC, 10 de Dezembro de 2020.

Jean Robson Wust
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Bianca Moreira Maran Bertamoni
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 6128/2020

Publicação Nº 2752865

DECRETO Nº 6.128/2020

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 683.000,00(SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BIANCA MOREIRA MARAN BERTAMONI, Prefeita Municipal em Exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o inciso II do Art. 13 da Lei Municipal nº 4758/2019, de 16 de dezembro de 2019.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Altera a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 683.000,00(Seiscientos e oitenta e três mil reais), objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas administrativas, encargos sociais folha de pagamento nos departamentos da educação.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Altera igualmente a Lei nº. 4.757, de 16 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 683.000,00(Seiscientos e oitenta e três mil reais), objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas administrativas, encargos sociais folha de pagamento nos departamentos da educação.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Altera a Lei nº. 4.758, de 16 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 683.000,00(Seiscentos e oitenta e três mil reais), objetivando instituir e remanejar dotação orçamentária para custear despesas administrativas, encargos sociais folha de pagamento nos departamentos da educação.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 683.000,00(Seiscentos e oitenta e três mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

41-3.1.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

12.361.0239.2018 – Admin. Geral dos Bens e Serv. Do Transporte Escolar do Ens. Fundamental

48-3.1.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

12.361.0188.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

65-3.1.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

06 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0224.2.025 – Admin Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

82-3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Total R\$ 683.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito ora permitido neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

44-3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

12.361.0239.2018 – Admin. Geral dos Bens e Serv. Do Transporte Escolar do Ens. Fundamental

50-3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

12.361.0188.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

67-3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

06 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0224.2.025 – Admin Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

83-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Total R\$ 683.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

BIANCA MOREIRA MARAN BERTAMONI

Prefeita Municipal em Exercício

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMÉLIO PÉRCIO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 948/2020

Publicação Nº 2753389

LEI ORDINÁRIA Nº 948, de 09 de dezembro de 2020

Autoriza a concessão de auxílio financeiro mensal a "Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais de Doutor Pedrinho – PEAL-DP", no exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

ARTINO DALPIAZ, Prefeito Municipal em exercício de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a conceder auxílio financeiro em doze parcelas mensais de 2.250,00 (Dois mil e duzentos e cinquenta reais) de janeiro a dezembro de 2020, totalizando o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), consignados no orçamento-programa anual, para a Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais de Doutor Pedrinho – PEAL-DP, inscrita no CNPJ sob nº 08.889.308/0004-94, para manutenção de atividades de interesse público na cidade de Doutor Pedrinho/SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a suplementar havendo necessidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de dezembro de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

ARTINO DALPIAZ

Prefeito Municipal em exercício de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de dezembro de 2020.

TARCÍSIO LENZI

Chefe de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 949/2020

Publicação Nº 2753431

LEI ORDINÁRIA Nº 949, de 09 de dezembro 2020.

Autoriza a concessão de subvenção social à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

ARTINO DALPIAZ, Prefeito Municipal em exercício de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a liberar recursos financeiros para APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no valor de até R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), consignados no orçamento-programa anual do exercício de 2021.

Parágrafo único – O repasse financeiro de que trata esta Lei poderá ser dividida em parcelas mensais, respeitadas as prioridades financeiras do Município.

Art. 2º - A APAE deverá atender a educação especial da rede municipal de ensino, bem como prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de dezembro de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

ARTINO DALPIAZ

Prefeito em exercício de Doutor Pedrinho.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de dezembro de 2020.

TARCÍSIO LENZI
Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER CEF - PLO 24-2020

Publicação Nº 2754308

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS**PROJETO DE LEI Nº 24/2020**

Autoriza a concessão de auxílio financeiro mensal a "Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais de Doutor Pedrinho – PEAL-DP", no exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

A proposição de iniciativa da Prefeita visa a autorização desta Casa Legislativa para concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 27.000,00 para Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais de Doutor Pedrinho – PEAL-DP para dar continuidade ao projeto de reforço escolar, atividades de apoio e atividades esportivas, em atendimento a crianças de nossa comunidade.

Desta forma, considerando-se que a proposição concorre para aumentar a despesa pública, atraindo a incidência do artigo 48, inciso V, do Regimento Interno do Poder Legislativo, se faz necessária a manifestação ora apresentada, para sua tramitação regular.

Com efeito, no âmbito desta Comissão e no alcance de sua competência, referendamos as informações contidas no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, considerando-se que a própria proposição já disciplina que suas despesas correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento vigente (art. 2º), bem como que a Exposição de Motivos declara que o projeto cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014.

Pelo exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 07 de dezembro de 2020.

Luiz Henrique Stollmeier
Presidente

Amélio Alves Fernandes
Vice-Presidente

Tony Tadeu Nones
Membro

PARECER CEF - PLO 25-2020

Publicação Nº 2754305

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E FINANÇAS**PROJETO DE LEI Nº 25/2020**

Autoriza a concessão de subvenção social à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

A proposição de iniciativa do Poder Executivo visa a autorização desta Casa Legislativa para concessão de subvenção social no valor de até R\$ 143.000,00 para APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó vinculado ao atendimento da educação especial da rede municipal de ensino.

Desta forma, considerando-se que a proposição concorre para aumentar a despesa pública, atraindo a incidência do artigo 48, inciso V, do Regimento Interno do Poder Legislativo, se faz necessária a manifestação ora apresentada, para sua tramitação regular.

Com efeito, no âmbito desta Comissão e no alcance de sua competência, referendamos as informações contidas no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, considerando-se que a própria proposição já disciplina que suas despesas correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento vigente (art. 1º, caput), bem como que a Exposição de Motivos declara que o projeto cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014.

Pelo exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei pode ser submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara, com parecer favorável desta Comissão de Economia e Finanças.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 07 de dezembro de 2020.

Luiz Henrique Stollmeier
Presidente

Amélio Alves Fernandes
Vice-Presidente

Tony Tadeu Nones
Membro

PARECER CJR - PLO 24-2020

Publicação Nº 2754307

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 24/2020

Autoriza a concessão de auxílio financeiro mensal a "Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais de Doutor Pedrinho – PEAL-DP", no exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

A proposição recebida nesta Comissão Permanente será submetida a manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e de redação.

Assim, de início, entendemos que o Projeto não deve obediência a nenhuma normativa regimental especial e encontra-se redigido em razoável conformidade com a técnica legislativa.

No aspecto constitucional e legal, entendemos que a proposição tem pertinência com o artigo 30, incisos I e II, e com o Capítulo II do Título VI da Constituição Federal, bem como com as Leis nº 4.320/64 e nº 13.019/14, além da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Ademais, as Leis de Diretrizes Orçamentárias dos últimos exercícios tratam em seu art. 17 que "A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural ou esportivo, sem fins lucrativos, e aquelas de cooperação técnica, de saúde ou voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal".

Deste modo, considerando-se que a Administração informou a adequação aos termos da Lei Federal nº 13.019/14, bem como que o enquadramento da entidade beneficiada por esta proposição nas disposições do artigo 17 da LDO parece ser evidente, não remanesce dúvidas sobre a viabilidade de discussão e apreciação da matéria.

Pelo exposto, registramos que o Projeto de Lei Ordinária nº 24/2020 tem parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, estando apto a tramitação regimental para, ao final, ser submetido a deliberação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 07 de dezembro de 2020.

Tony Tadeu Nones
Presidente

Merquides Martins
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

PARECER CJR - PLO 25-2020

Publicação Nº 2754306

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 25/2020

Autoriza a concessão de subvenção social à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

A proposição recebida nesta Comissão Permanente será submetida a manifestação quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e de redação.

Assim, de início, entendemos que o Projeto não deve obediência a nenhuma norma regimental específica e encontra-se redigido em razoável conformidade com a técnica legislativa.

No aspecto constitucional e legal, entendemos que a proposição tem pertinência com o artigo 30, incisos I e II, e com o Capítulo II do Título VI da Constituição Federal, bem como com as Leis nº 4.320/64 e nº 13.019/14, além da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Ademais, as Leis de Diretrizes Orçamentárias dos últimos exercícios tratam em seu art. 17 que "A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural ou esportivo, sem fins lucrativos, e aquelas de cooperação técnica, de saúde ou voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal".

Deste modo, considerando-se que a Administração informou a adequação aos termos da Lei Federal nº 13.019/14, bem como que o enquadramento da entidade beneficiada por esta proposição nas disposições do artigo 17 da LDO parece ser evidente, não remanesce dúvidas sobre a viabilidade de discussão e apreciação da matéria.

Pelo exposto, registramos que o Projeto de Lei nº 25/2020 tem parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, estando apto a tramitação regimental para, ao final, ser submetido a deliberação pelo plenário desta Casa Legislativa.

Publique-se. Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 07 de dezembro de 2020.

Tony Tadeu Nones
Presidente

Merquides Martins
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

Entre Rios

PREFEITURA

EDITAL 059/2020 - PMER

Publicação N° 2753544

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS
EXECUTIVO MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL

ROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2020-PMRE
TOMADA DE PREÇO N° 006/2020

PREÂMBULO

O Município de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço, pelo critério do menor preço Global, tendo por finalidade: OBRA RECAPEAMENTO ASFALTICO EM DOIS TRECHOS DA RUA CHAPECOZINHO, NO CENTRO e COHAB, NO MUNICIPIO DE ENTRE RIOS-SC, COM USO DE RECURSOS PROPRIOS E CONVENIOS, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, constituída pelo Decreto 061/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal Lei n° 8.666, de 21 de e 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

O recebimento dos Envelopes 01 e n° 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h30min horas (horário oficial de Brasília) do dia 08 de JANEIRO de 2021, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, no endereço abaixo indicado.

A abertura dos Envelopes n° 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09h00min horas (horário oficial de Brasília) do dia 08 de JANEIRO de 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço Rua Pergentino Alberici, n° 152, centro da Cidade de Entre Rios/SC.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Termo de Referência para Proposta

Projeto	Descrição	Valores Máximos
01	Projeto trecho da Rua Chapecozinho entre as esquinas das Ruas Casemiro Gomes de Lima até a Leopoldo Dartora	R\$ 361.662,03
	Materiais	
	Mao de Obra	
02	Projeto trecho da Rua Chapecozinho entre as esquinas das Leopoldo Dartora até a Rua João Rocha	R\$ 251.663,80
	Materiais	
	Mao de obra	
Total	R\$ 613.325,83	

Obs.: o proponente deverá especificar mão de obra e materiais para cada trecho;

Entre Rios/SC, 10 de dezembro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE 011/2020

Publicação Nº 2752771

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 078/2020
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 011/2020

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para as Festividades Natalinas do ano de 2020 no Município de Erval Velho.

Contratado: SIMÃO ELIAS WOFF LTDA

Valor do Contrato: R\$ 12,500,00 (doze mil e quinhentosl reais).

Substrato Jurídico: Artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 08 DO CONTRATO Nº. 59/2018

Publicação Nº 2753213

TERMO ADITIVO Nº. 008

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 59/2018

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. Renato Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 893.665.229-04 e portador da Cédula de Identidade nº 3124133 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.496.099/0001-27, com sede na Avenida Progresso, nº. 653, na cidade de Caibi - SC, neste ato representada pelo Sr. Fabio Luiz Silveira, inscrito no CPF sob o nº 678.555.399-72 e Cédula de Identidade nº. 2431110, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato em 60 dias, pelo fato, de que a obra ainda não foi finalizada, referente ao processo Licitatório nº. 2284/2018 na modalidade de Tomada de Preço nº. 06/2018 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS EM PAVER EM VÁRIAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, COM O TOTAL DE 3.966,60 M².

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 06/12/2020.

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 04 dias do mês de dezembro de 2020.

RENATO PERIN		FABIO LUIZ SILVEIRA
CPF: 893.665.229-04		CPF: 678.555.399-72
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5143/2020

Publicação Nº 2752420

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5143, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e face ao disposto no Artigo 33 Lei Complementar N.º 017, de 22 de dezembro de 2006 e posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, ANA CLÁUDIA TASCA, do Cargo em Comissão, Assessor de Imprensa, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, nomeada através do Decreto Municipal N.º 5107, de 01 de dezembro de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal N.º 5107 de 01 de dezembro de 2020.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 10 de dezembro de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 165, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752627

DECRETO Nº 165, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com os artigos 269 e 484, da Lei Municipal nº. 494/98,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Forquilha, para o exercício de 2021, está fixado da seguinte forma:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU:

a) Em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), com vencimento em 14/04/2021, sendo que o contribuinte que pagar em cota única e não tiver débito com a Fazenda Municipal, gozará de mais 5% (cinco por cento) de desconto.

b) Parcelado em 4 (quatro) vezes, nos seguintes vencimentos:

- 1ª parcela até 14/04/2021;
- 2ª parcela até 14/05/2021;
- 3ª parcela até 14/06/2021;
- 4ª parcela até 14/07/2021.

II - Imposto sobre Serviços – ISS:

a) Pelo regime de enquadramento fixo, nos seguintes vencimentos:

1. Em parcela única, com desconto de 15% (quinze por cento), até o dia 31/03/2020;

2. De forma parcelada, sem desconto:

- 1ª parcela até 31/03/2021;
- 2ª parcela até 30/07/2021;
- 3ª parcela até 30/11/2021.

b) Pelo regime de produção mensal de serviços, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

III - Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas – Alvará:

a) Em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 26/02/2021, sendo que o contribuinte que pagar em cota única e não tiver débito com a Fazenda Municipal, gozará de mais 5% (cinco por cento) de desconto;

b) De forma parcelada, sem desconto:

- 1ª parcela até 26/02/2021;
- 2ª parcela até 31/03/2021.

IV - Alvará Sanitário: em parcela única, até o dia 31/03/2021;

V - Taxa de Conservação do cemitério público municipal: em parcela única, até o dia 30/11/2021;

Art. 2º Os demais tributos e taxas serão recolhidos na forma definida pela legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de dezembro de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

DECRETO Nº 166, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752629

DECRETO Nº 166, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

FIXA O VALOR DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a possibilidade de instituição de taxa em razão de serviço público específico, prevista no art. 145, II, da Constituição Federal, interpretada pelo Supremo Tribunal Federal por meio da Súmula Vinculante nº 19: "A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal";

CONSIDERANDO os princípios da eficiência e sustentabilidade econômica previstos no inciso VII do art. 2º e no art. 29 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, pelos quais se assegura a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de limpeza urbana, por meio de sua remuneração com vistas a promover a salubridade ambiental e a saúde pública, a recuperar os custos incorridos na prestação dos serviços e a realizar uma gestão eficiente e tecnológica e ambientalmente atualizada, compatível com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

CONSIDERANDO que a receita a ser arrecadada é de suma importância para manutenção da gestão integrada de resíduos sólidos domiciliares, particularmente da coleta seletiva e da logística reversa dos resíduos de origem domiciliar, visando aprimorar os serviços de limpeza urbana da cidade de Forquilha que, assim como outras cidades brasileiras, serviram de experiência para a elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;

CONSIDERANDO o disposto no Plano de Saneamento Básico no Município de Forquilha, aprovado pelo Lei nº 1686, de 29 de junho de 2011, na Lei nº 1929, de 11 de dezembro de 2013, que versa sobre a forma de depósito, disciplina a coleta e destino de entulhos e resíduos domésticos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 494, 17 de dezembro de 1998, que versa sobre o Código Tributário Municipal, em especial ao art. 372 que assevera que "A base de cálculo é o custo do serviço utilizado ou colocado à disposição do contribuinte, e será calculado em função do custo dividido pelo número de unidades imobiliárias prediais" e ao art. 373 que afirma que "O valor da taxa para as unidades que exerçam atividade comercial será cobrada em dobro e a industrial em triplo", ambos com redação dada pela Lei nº 1251, de 21 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO que segundo levantamos da Secretaria de Administração e Finanças do Município o custo do serviço no exercício de 2020 foi de R\$ 2.030.849,40 (dois milhões trinta mil oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos);

CONSIDERANDO que segundo a Secretaria de Administração e Finanças do Município para o exercício de 2021 será necessária uma arrecadação mínima de R\$ 2.127.720,91 (dois milhões cento e vinte e sete mil setecentos e vinte reais e noventa e um centavos);

CONSIDERANDO que de acordo com os dados do Cadastro Imobiliário do Município existem 9.145 (nove mil cento e quarenta e cinco centavos) unidade consideradas residenciais, 971 (novecentos e setenta e um) unidades comerciais, 107 (cento e sete) unidades industriais e 224 (duzentos e vinte e quatro) microempreendedores individuais – MEI que se utilizam ou lhes é colocado à disposição o serviço público de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos sólidos;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos em valores módicos;

DECRETA:

Art. 1º A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos para o exercício de 2021 tem o seu valor definido em base anual, de acordo com as Categorias, expressa na tabela a seguir:

Tipo	Nº de Unidades	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Residencial	9145	182,91	1.672.711,95
Comercial	971	365,82	355.211,22
Industrial	107	548,73	58.714,11
MEI	224	182,91	40.971,84
Total			2.127.609,12

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de dezembro de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

DECRETO Nº 167, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752631

DECRETO Nº 167, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

FIXA O VALOR DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a possibilidade de instituição de taxa em razão de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, prevista no art. 145, II, da Constituição Federal

CONSIDERANDO de acordo com o Código Tributário Municipal "Art. 24 Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência, assim entendida: [...] II - tratando-se de taxa, qualquer estado de fato ou situação jurídica que demonstre ter o Município exercido atos de poder de polícia, ou ter o contribuinte se utilizado ou beneficiado, efetiva ou potencialmente, do serviço público que constitua o fundamento de sua instituição";

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 010, de 22 de dezembro de 2005, que versa sobre o Funcionamento do Cemitério Municipal, em especial ao art. 32 que assevera que "Fica criada a Taxa de Conservação que terá como fato gerador o serviço de conservação, manutenção, investimentos, melhoramentos, limpeza, vigilância, água, energia que será cobrada anualmente, lançada em nome do adquirente do terreno ou seus sucessores" e ao seu § 1º que afirma que "O valor da Taxa de Conservação será fixado por decreto do Prefeito Municipal, devendo ser observados os parâmetros do art. 22 desta Lei.", ambos com redação dada pela Lei Complementar nº 037, de 15 de maio de 2018;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 010, de 22 de dezembro de 2005, em seu art. 22 que afirma que "Art. 22 Na fixação do valor da contribuição, pelo Executivo Municipal, serão devidamente consideradas as necessidades das concessionárias do serviço quando for o caso, os recursos indispensáveis à manutenção e conservação condignas do cemitério, bem como a proporção correta para cada usuário, com o vulto dos serviços pelos mesmos usufruídos ou colocados à disposição";

CONSIDERANDO que segundo a Secretaria de Planejamento do Município para o exercício de 2021 será necessária uma arrecadação mínima de R\$ 105.994,00 (cento e cinco mil novecentos e noventa e quatro reais);

CONSIDERANDO que de acordo com os dados do Cadastro Municipal existem 791 (setecentos e noventa e um) unidades (terrenos) no Cemitério Municipal;

CONSIDERANDO que a receita a ser arrecadada é de suma importância para manutenção do Cemitério Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a Taxa de Conservação do Cemitério Municipal em valores módicos;

DECRETA:

Art. 1º A Taxa de Conservação do Cemitério Municipal, em base anual, para o exercício de 2021, é fixada em R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais) por unidade (terreno).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de dezembro de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

DECRETO Nº 168, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752633

DECRETO Nº 168, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA CERTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, ATRAVÉS DA LEI 13.465/2017 E DECRETO 9.310/2018; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária – CRF, do Município de

Forquilha/SC, através da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, do Loteamento Zita Hoepers, objeto da matrícula imobiliária nº 4.231, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha/SC, propriedade de Aloisio Hoepers e sua esposa Zita Kulkamp Hoepers, Paulo Hoepers e sua esposa Miriam da Silva Hoepers.

Art. 2º Conforme Artigo 53 da Lei Federal nº 13.465/2017, parágrafo único, as ruas e servidões, passarão ao domínio municipal, para a sua efetiva manutenção.

Art. 3º Considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na Lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, este município classifica o referido Loteamento de interesse social e específico Reurb-S e Reurb-E. Parágrafo único. O loteamento encontra-se apto para fins de regularização fundiária e consequentemente para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, nas modalidades já mencionadas.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de dezembro de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

DECRETO Nº. 169, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752636

DECRETO Nº. 169, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

PRORROGA PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA, CORRESPONDENTE AO EDITAL Nº 001/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do coronavírus;

CONSIDERANDO que a realização de um novo processo seletivo, com realização de provas e consequente aglomeração de pessoas em uma mesma sala, em meio ao presente momento em que a situação de risco da região é gravíssima, seria temerário,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 01 (um) ano o Processo Seletivo, destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 2.209/2016 e suas alterações, correspondente ao Edital nº 001/2019, homologado em 24 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de dezembro de 2020.

JULIANA TAVARES
Chefe do Departamento de Governo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 128/2020

Publicação Nº 2752795

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 128/2020
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 124/2017
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RADAR SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para execução de serviços braçais de coleta de lixo urbano no município de Forquilhina/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 124/PMF/2017 de 31/12/2020 para 28/02/2021.

DO VALOR - O valor do contrato permanecerá inalterado, totalizando R\$ 92.329,76 (noventa e dois mil trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF 129/2020

Publicação Nº 2752346

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 129/2020

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 35/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

DO OBJETO – Prestação de serviços a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Avenida Afonso Forgiarini no Bairro Saturno e Rua Reditário De Bona no Bairro Santa Cruz, Município de Forquilhina/SC, conforme Financiamento à Infraestrutura e Saneamento (FINISA), Contrato nº. 0519541– DV: 33.

Lote 01 – Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Avenida Afonso Forgiarini, Bairro Saturno, com extensão de 938,31 metros (linear).

Lote 02 – Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rua Reditário de Bona, Bairro anta Cruz, com extensão de 1.319,04 metros (linear).

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias ao prazo de execução do Lote 02, objeto do Contrato nº. 35/PMF/2019 conforme segue:

LOTE 01: mantém-se o prazo de execução até 06/08/2020;

LOTE 02: prazo de execução fica prorrogado de 03/01/2021 para 03/04/2021;

Fica prorrogada a vigência do contrato para 06/04/2026 (último prazo de execução + garantia).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021_2020-PMF - CINCATARINA RATEIO**

Publicação Nº 2752941

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0172/2020 – PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021/2020 – PMF

Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, relativo ao contrato de rateio que tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO. Valor total do contrato: R\$ 72.120,00 (setenta e dois mil cento e vinte reais). Vigência: 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021. Fundamento legal: art.24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art.2, § 1º, inciso III da Lei 11.107/05. Fraiburgo(SC), 10 de dezembro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

DECRETO Nº 267 - 2020

Publicação Nº 2752945

DECRETO Nº 267, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 3.550.000,00 (três milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.361.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0322 (57)	R\$	2.100.000,00
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (59)	R\$	400.000,00
12.365.0004.2.012 – Manutenção da Educação Infantil - Creches		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0322 (40)	R\$	800.000,00
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (45)	R\$	250.000,00
12.365.0004.2.013 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0322 (47)	R\$	300.000,00
TOTAL	R\$	3.550.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.361.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0323 (58)	R\$	2.100.000,00

3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (193)	R\$	400.000,00
12.365.0004.2.012 – Manutenção da Educação Infantil - Creches		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0323 (41)	R\$	800.000,00
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (194)	R\$	250.000,00
12.365.0004.2.013 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0323 (48)	R\$	300.000,00
TOTAL	R\$	3.550.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 10 DE DEZEMBRO 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3348 e 11/12/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO FINANCIAMENTO BRDE Nº 38.383-38.384

Publicação Nº 2752942

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº SC-38.383-38.384/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO – PROGRAMA FINAME AUTOMÁTICO - BRDE MUNICÍPIOS

CONTRATO Nº SC-38.383-38.384/2016

TOMADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AGENTE FINANCEIRO: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Objeto: ADITIVO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº SC-38.383-38.384/2016 QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL E O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC, NA FORMA ABAIXO.

PRORROGAÇÃO DE PAGAMENTOS: Conforme autorizado pelo artigo 4º. da Lei Complementar 173/2020, de 27 de maio de 2020, as partes acima nominadas e qualificadas, mediante assinatura do presente Aditivo, têm justo e convencionado aditar o instrumento epigrafado para prorrogar o pagamento das parcelas de principal e encargos que tiverem vencimento nos meses compreendidos no período de 01/04/2020 a 30/09/2020, sem alteração no prazo final contratado.

Fraiburgo(SC) 10 de dezembro de 2020

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO FINANCIAMENTO BRDE Nº 39.372-39.373

Publicação Nº 2752943

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº SC-39.372-39.373/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO – PROGRAMA FINAME AUTOMÁTICO - BRDE MUNICÍPIOS

CONTRATO Nº SC-39.372-39.373/2016

TOMADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AGENTE FINANCEIRO: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Objeto: ADITIVO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº SC-39.372-39.373/2016 QUE ENTRE SI FAZEM O BANCO REGIONAL DE

DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL E O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC, NA FORMA ABAIXO.

PRORROGAÇÃO DE PAGAMENTOS: Conforme autorizado pelo artigo 4º. da Lei Complementar 173/2020, de 27 de maio de 2020, as partes acima nominadas e qualificadas, mediante assinatura do presente Aditivo, têm justo e convencionado aditar o instrumento epigrafado para prorrogar o pagamento das parcelas de principal e encargos que tiverem vencimento nos meses compreendidos no período de 01/04/2020 a 30/09/2020, sem alteração no prazo final contratado.

Fraiburgo(SC) 10 de dezembro de 2020

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

PORTARIA 12522020

Publicação Nº 2752946

PORTARIA Nº 1252, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00811/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA PONTES CHAGAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.925.409-02, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12532020

Publicação Nº 2752947

PORTARIA Nº 1253, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00812/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARLA NUNES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.090.039-10, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 11 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12542020

Publicação Nº 2752949

PORTARIA Nº 1254, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0813/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTHIA DANIELI DE CORDOVA DA FONSECA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 048.914.489-62, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12552020

Publicação Nº 2752952

PORTARIA Nº 1255, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00815/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELE WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 061.437.889-36, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12562020

Publicação Nº 2752953

PORTARIA Nº 1256, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00816/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDA SOUZA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.843.519-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12572020

Publicação Nº 2752955

PORTARIA Nº 1257, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0820/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GABRIELLY LELLO ORLANDO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 008.092.902-86, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 07 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12582020

Publicação Nº 2752956

PORTARIA Nº 1258, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00810/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCIMARA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.823.539-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de

dezembro de 2020 até 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12592020

Publicação Nº 2752957

PORTARIA Nº 1259, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00814/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KARINA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.821.449-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12602020

Publicação Nº 2752958

PORTARIA Nº 1260, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00821/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUELEN OLIVEIRA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 111.393.179-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 16 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12612020

Publicação Nº 2752959

PORTARIA Nº 1261, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00816/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA BILESKEI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.155.699-24, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 19 de dezembro de 2020 até 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 12622020

Publicação Nº 2752961

PORTARIA Nº 1262, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0768/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a estabilidade por ser gestante, conforme estabelece o ADCT, art. 10, II "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.531.719-32, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 24 de dezembro de 2020 até 30 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CME 009-2020 - APROVA A DIRETRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Publicação Nº 2752995

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC*****Resolução nº. 009/2020 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo***

Institui e orienta a implantação das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais, do Município de Fraiburgo, a ser respeitada obrigatoriamente no âmbito da Educação Básica.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 22, 23, 26, 27 e 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento nos artigos 205 e 210 da Constituição Federal, nas metas e diretrizes, definidas no Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei nº 2294, de 17 de junho de 2015, bem como na Resolução da BNCC nº 02 CNE/CP, aprovada em 22 de dezembro de 2017, e:

CONSIDERANDO que o art. 205 da Constituição Federal define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”;

CONSIDERANDO que o art. 210 da Constituição Federal define que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”;

CONSIDERANDO que o art. 22 da LDB esclarece que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”;

CONSIDERANDO que o art. 23 da LDB define que “a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”;

CONSIDERANDO que o art. 26 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”;

CONSIDERANDO que o art. 27 da LDB indica que os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, entre outras, a diretriz da “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”;

CONSIDERANDO que o art. 32 da LDB, na redação dada pela Lei nº 11.274/2006, determina que “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

Resolução CME 009/2020 – Aprova Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.

Resolve:**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º – A presente Resolução e seu Anexo instituem as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais, como documento de caráter normativo que define os fundamentos teórico-metodológicos da prática pedagógica e o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito dos estudantes do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, e orientam sua implementação pelo sistema municipal de ensino, bem como pelas instituições escolares.

Parágrafo Único. No exercício de sua autonomia e no processo de construção de suas propostas pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos nestas Diretrizes, as instituições escolares poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.

Art. 2º – As aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências.

Parágrafo único: As aprendizagens essenciais compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo da etapa do Ensino Fundamental – Anos Finais, como direito de pleno desenvolvimento e seu preparo para o exercício da cidadania.

Art. 3º – No âmbito destas Diretrizes e com base na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Art. 4º – As Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais, pautadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e no Currículo Base do Território Catarinense, fundamenta-se nas seguintes competências gerais, expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem desenvolvidas pelos estudantes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;
3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
4. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

~

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

CAPÍTULO II**DAS DIRETRIZES CURRICULARES E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Art. 5º – As propostas pedagógicas das instituições de ensino, para desenvolvimento dos currículos, devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas.

Parágrafo Único. As propostas pedagógicas e os currículos devem considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.

Art. 6º – Os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição, devem adequar as proposições das Diretrizes Curriculares à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes, devendo:

- I. Contextualizar os objetos de conhecimento curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas;
- II. Decidir sobre formas de organização dos componentes curriculares – disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar – e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares, de modo que se adote estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;
- III. Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

~

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

- trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização, entre outros fatores;
- IV. Conceber e pôr em práticas situações e procedimentos para motivar e engajar os estudantes nas aprendizagens;
 - V. Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da instituição escolar, dos professores e dos alunos;
 - VI. Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
 - VII. Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de desenvolvimento docente, que possibilitem contínuo aperfeiçoamento da gestão do ensino e aprendizagem, em consonância com a proposta pedagógica da instituição;
 - VIII. Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das instituições, em atenção às diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e normas complementares, definidas pelos respectivos Conselhos de Educação;

Art. 7º – As instituições de ensino devem intensificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, garantindo condições de acesso e de permanência com aprendizagem, buscando prover atendimento com qualidade.

CAPÍTULO III**ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS**

Art. 8º – Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Art. 9º – Os currículos e propostas pedagógicas devem prever medidas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental, promovendo integração, evitando a ruptura no processo e garantindo o desenvolvimento integral e autonomia.

Art. 10 – As Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais, está organizada em Áreas do Conhecimento, com as respectivas competências, a saber:

1. Linguagens:

- a. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais;
- b. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

- c. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, de forma harmônica, e à cooperação;
- d. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;
- e. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas;
- f. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

1.1 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- a) Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
- b) Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
- c) Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulem em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
- d) Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
- e) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
- f) Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
- g) Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
- h) Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
- i) Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

j) Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

1.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ARTE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

a) Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.

b) Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.

c) Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.

d) Experimentar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.

e) Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.

f) Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.

g) Problematicar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.

h) Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.

i) Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

1.3 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

a) Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.

b) Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.

c) Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.

d) Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

- e) Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
- f) Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
- g) Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
- h) Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
- i) Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
- j) Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

1.4 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA INGLESA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- a) Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
- b) Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
- c) Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
- d) Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
- e) Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
- f) Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

II. Matemática:

- a. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, bem como uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho;
- b. Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e atuar no mundo, reconhecendo também que a Matemática, independentemente de suas aplicações práticas,

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

7

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do espírito de investigação e da capacidade de produzir argumentos convincentes;

- c. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções;
- d. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo que se investigue, organize, represente e comunique informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes;
- e. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados;
- f. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas e dados);
- g. Agir individual ou cooperativamente com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, no desenvolvimento e/ou discussão de projetos, que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;
- h. Interagir com seus pares, de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos, bem como na busca de soluções para problemas, de modo que se identifique aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

III. Ciências da Natureza:

- a. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico;
- b. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de forma que se sinta, com isso, segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, além de continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- c. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza;
- d. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho;
- e. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista, que respeitem e promovam a consciência socioambiental e

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

.

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;

- f. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética;
- g. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
- h. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

IV. Ciências Humanas:

- a. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de maneira que se exercite o respeito à diferença, em uma sociedade plural, além de promover os direitos humanos;
- b. Analisar o mundo social, cultural e digital, e o meio técnico-científico informacional, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo;
- c. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de forma que participe efetivamente das dinâmicas da vida social, exercitando a responsabilidade e o protagonismo, voltados para o bem comum, e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- d. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas, com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo, com isso, o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;
- e. Comparar eventos ocorridos, simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço, e em espaços variados;
- f. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental;
- g. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação, no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal, relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

4.1 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GEOGRAFIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- a) Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
- b) Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

~

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

- c) Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
- d) Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
- e) Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
- f) Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
- g) Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

4.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- a) Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
- b) Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
- c) Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
- d) Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- e) Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
- f) Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
- g) Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

V. Ensino Religioso/Filosofia:

- a. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

10

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

- b. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
- c. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;
- d. Conviver com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
- e. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;
- f. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo que se assegure assim os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

§1º As Áreas do Conhecimento favorecem a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares, intersectam-se na formação dos alunos, mas preservam as especificidades de saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes;

§ 2º O Ensino Religioso, conforme prevê a Lei 9.394/1996, deve ser oferecido nas instituições de ensino e redes de ensino públicas, de matrícula facultativa aos alunos do Ensino Fundamental, conforme regulamentação e definição dos sistemas de ensino.

CAPÍTULO IV**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 11 – As instituições de ensino devem alinhar seus currículos e propostas pedagógicas às Diretrizes Curriculares.

Parágrafo único. A adequação deve ser efetivada preferencialmente até Fevereiro/2021.

Art. 12 – Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se às Diretrizes Curriculares.

§ 1º A adequação dos cursos e programas destinados à formação continuada de professores pode ter início a partir da publicação desta Resolução.

Art. 13 – Os programas e projetos pertinentes à Secretaria Municipal de Educação e às instituições de ensino devem ser alinhados às Diretrizes Curriculares, em até 1 (um) ano após sua publicação.

Art. 14 – Cabe à Secretaria Municipal de Educação elaborar orientações para a implementação dessas Diretrizes.

Art. 15 – Cabe à Secretaria de Educação organizar a cada 2 anos, com a participação de professores e gestores, a avaliação das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais, encaminhando para este conselho as alterações e complementações necessárias.

Art. 16 – Caberá ao CME, no âmbito de suas competências, resolver as questões suscitadas pela presente norma.

Art. 17 – Esta Resolução revoga a Resolução 005/2012 do Conselho Municipal de Educação a qual aprovou a Proposta Pedagógica Municipal do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Fraiburgo.

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

..

ESTADO DE SANTA CATARINA**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO – SC**

Art. 18 – Compõe esta resolução o Documento “Currículo Municipal Ensino Fundamental – Anos Finais” o qual deverá ser disponibilizado em formato digital no Blog da Secretaria Municipal de Educação no endereço eletrônico: www.smefraiburgo.blogspot.com.br e na página do Conselho Municipal de Educação no seguinte endereço eletrônico: www.planomunicipaleducacaofraiburgo.blospot.com.br. O mesmo deverá ser apresentado na íntegra.

Art. 19 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado em 04/12/2020.

Presidente Do Conselho Municipal De Educação

Registre-se e Publique-se.

Participaram da reunião para aprovação desta normativa na data de 04 de dezembro de 2020:

Angelita dos Santos

Convidados

Eliani Luci Morsoletto dos Santos

Angela Maria Ribeiro Serafini

Elisangela Maria Barbosa Dalagnol

Lucia Bernadete Oliveira Panisson

Helenice Ribeiro

Rose Mari Gaio Bianchi

Janice Aparecida Prestes

Michelly Ferlin Hildebrando

Rojandro Polo

Tânia da Silva Ferreira

Lindomar Palmeira

Valéria Mathias

Tatiana Carla Scalabrin

Tânia da Silva Ferreira

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Resolução CME 009/2020 – Aprova *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental – Anos Finais do Município de Fraiburgo* e dá outras providências.

12

Galvão

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 031/2020 E 032/2020

Publicação Nº 2752358

Contrato Nº.: 31/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GALVAO

Contratada.: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor : 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais)

Vigência : Início: 09/12/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA - ITEM 01 - CONVÊNIO Nº 892246/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO

Contrato Nº.: 32/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE GALVAO

Contratada.: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.

Valor : 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais)

Vigência : Início: 09/12/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA ITEM 02 - CONVÊNIO 886576/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO -----

----- Galvão, 10 de Dezembro de 2020

LEIS 2020 - 949

Publicação Nº 2753279

LEI Nº 949/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 655.000,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil reais), na seguinte programação:

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.006	Manut. das Ativ. Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190000000	Aplicações Diretas	01.0001	150.000,00
3190000000	Aplicações Diretas	01.0018	50.000,00
3390000000	Aplicações Diretas	01.0001	60.000,00
TOTAL			260.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.010	Manut. Educação Infantil – Pré Escolar	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190000000	Aplicações Diretas	01.0001	50.000,00
TOTAL			50.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
20.608.2001	2.017	Manut. Ativ. De Apoio ao Agricultor	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	100.000,00
TOTAL			100.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO		
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição

06.182.0601	2.020	Manut. Do Fundo de Defesa Civil	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	15.000,00
TOTAL			15.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
15.452.1502	2.021	Manut Dos Serviços de utilidade Pública	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	30.000,00
TOTAL			30.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
15.452.1502	1.057	Obras de Infraestrutura Urbana	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
4490000000	Aplicações Diretas	01.0000	200.000,00
TOTAL			200.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito citado no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.122.0401	2.003	Manut Ativ Gab. Prefeito e Vice-Prefeito	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	80.000,00
TOTAL			80.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
04.122.0402	2.004	Manut Atividades Administrativas	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190000000	Aplicações Diretas	01.0000	150.000,00
TOTAL			150.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.009	Manut. Educação Infantil – Creches	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3190000000	Aplicações Diretas	01.0018	50.000,00
TOTAL			50.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
13.392.1301	2.012	Manut. Das Atividades Culturais	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3390000000	Aplicações Diretas	01.0000	200.000,00
TOTAL			200.000,00

Órgão/Unidade: MUNICÍPIO DE GALVÃO			
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição	
28.846.2800	2.022	Amortização Dívida Encargos Municipais	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor (R\$)
3290000000	Aplicações Diretas	01.0000	175.000,00
TOTAL			175.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de dezembro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

LEIS 2020 - 950

Publicação Nº 2753284

LEI Nº 950/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DECLARAR INSERVÍVEIS BENS PÚBLICOS MÓVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a declarar inservíveis bens públicos móveis, pertencentes ao patrimônio público do Município de Galvão e proceder à alienação dos mesmos, conforme segue:

I. Veículo Peugeot, Modelo 408, Placa QHI 6513, Chassi BAD4DRFJUG019586, Ano de Fabricação 2015, Controle Patrimonial nº 4724.

II. Máquina Pá Carregadeira, Marca SEM, Modelo 638, Transmissão de Contra Eixos, Controle Patrimonial nº 3196.

Art. 2º. A alienação dos referidos bens, ocorrerá nos moldes da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

Art. 3º. A receita obtida com a alienação dos bens móveis públicos inservíveis será classificada contabilmente como receita de capital.

Parágrafo Único. Os valores arrecadados, provenientes da alienação dos bens móveis inservíveis constantes nesta Lei, poderão ser destinados ao pagamento das despesas provenientes do Regime Geral de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Galvão-SC, conforme previsto no Artigo nº 44 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente e futuros.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de dezembro de 2020

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito do Município

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

PROCESSO LICITATÓRIO 089/2020

Publicação Nº 2753145

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 089/2020, Edital de Dispensa 014/2020, até às 09:00 horas do dia 21 de dezembro de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, conforme especificações constantes no Edital. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br. Galvão - SC, 10 de dezembro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 091/2020

Publicação Nº 2753200

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 091/2020, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 044/2020, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 28 de dezembro de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CONserto DO MOTOR DA RETRO ESCAVADEIRA JCB 1791204 DO MUNICÍPIO DE GALVÃO SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 10 de dezembro de 2020.

ADMIR EDI DALLA CORT
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 031/2020 E 032/2020

Publicação Nº 2752354

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GALVAO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 26/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE GALVAO
Contratada.: ESTOGAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E
ESTOFADOS
Valor.....: 1,00 (um real)
Vigência.....: Início: 01/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação.....: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2020
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL, NA FORMA
DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMOVEL DE
PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE GALVÃO, CONFORME LEI
MUNICIPAL 937/2020

Galvão, 10 de Dezembro de 2020

Contrato Nº.: 31/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE GALVAO
Contratada.: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.
Valor.....: 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais)
Vigência.....: Início: 09/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA - ITEM 01 -
CONVÊNIO Nº 892246/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PARA O
MUNICIPIO DE GALVÃO
Contrato Nº.: 32/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE GALVAO
Contratada.: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.
Valor.....: 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais)
Vigência.....: Início: 09/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2020
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA ITEM 02 -
CONVÊNIO 886576/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PARA O MUNICIPIO
DE GALVÃO

Galvão, 10 de Dezembro de 2020

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE093/2020

Publicação Nº 2753163

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2020
PROCESSO Nº 128/2020

LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a locação de equipamentos de sonorização, iluminação, estruturas de palco e prestação de serviço de som volante, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 23/12/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 23/12/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 10 de dezembro de 2020.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 382/2020

Publicação Nº 2754286

DECRETO N.º 382, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E HORÁRIO ESPECIAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica Declarado ponto facultativo, nos dias 24 de dezembro (quinta feira) véspera de Natal e 31 de dezembro (quinta feira) véspera de ano novo.

Art. 2º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2020.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO EXERCÍCIO DE 2021

Publicação Nº 2754040

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO EXERCÍCIO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Código Tributário Municipal e suas alterações, TORNA Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Coleta de Lixo, incidentes sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2021 e, ainda, o lançamento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, incidente sobre a propriedade imobiliária de imóvel urbano não-edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica, nos termos da Lei Municipal n.º 1.828, de 04 de setembro de 2014.

1. LANÇAMENTO:

1.1. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto, nos termos do artigo 112, §§ 1º e 2º, do Código Tributário Municipal.

1.2 A notificação de lançamento conterà (CTM, artigo 114):

- a) O endereço do imóvel tributado;
- b) O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- c) A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- d) O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- e) O prazo de recolhimento;
- f) O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

1.2. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidades ou erro de fato, nos termos do artigo 115, caput, do CTM.

2. PAGAMENTO:

2.2. Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos na Rede Bancária:

- a) integralmente até 15 de Fevereiro de 2021, com 15% (vinte por cento) de desconto;
- b) em 10 (dez) parcelas mensais sucessivas, sem desconto, vencíveis a partir do mês de março do ano de 2021, sempre no dia 15 de cada mês, com parcela mínima de 10 UFIR.
- c) a impressão da cota única ou parcelas poderá ser feita via site da prefeitura no endereço www.garopaba.sc.gov.br, após o dia 21/01/2021.

3. ATRASO NO PAGAMENTO:

3.1. O não pagamento dos tributos nas datas previstas neste Edital sujeitará o contribuinte aos seguintes acréscimos:

- a) Multa de 2% (dois por cento), nos termos do artigo 125, II, "a", do CTM;
- b) Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração, nos termos do artigo 125, II, "b", do CTM.

3.2. A Fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte ao do lançamento, os créditos inadimplidos pelos contribuintes.

3.2.1. A Dívida Ativa regulamente inscrita estará sujeita a cobrança amigável ou judicial, e poderá ser levada à protesto extrajudicial.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. Os imóveis localizados fora da zona urbana, comprovadamente utilizados como residência ou sítio de recreio o nos quais a eventual produção não se destine ao comércio, estão sujeitos a incidência do imposto predial e territorial urbano, nos termos do artigo 4º, §2º, do Código Tributário Municipal.

6.2. A Prefeitura de Garopaba passou a utilizar um novo sistema para gestão do Cadastro Imobiliário (SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO). Por meio deste sistema de gestão, todos os imóveis localizados dentro da Zona Urbana do Município de Garopaba estão cadastrados e sujeitos a tributação.

6.2.1. O(s) Proprietário(s) ou Possuidor(es) de Imóvel(is) localizado(s) dentro da Zona Urbana ou Especial Urbana do Município e que não tiver(em) seu(s) imóvel(is) identificado(s) no referido Sistema, deverá(ão) comparecer na Prefeitura de Garopaba, no Setor de Cadastro Imobiliário e GEORREFERENCIAMENTO no período de 14/01/2021 a 14/02/2021 para identificação, sob pena de multa (artigo 19, do Código Tributário Municipal).

6.3. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer por meio de entrega pessoal da notificação, quer por meio de sua remessa por via postal com aviso de recebimento, considerar-se-á efetivado o lançamento ou suas alterações mediante o presente Edital publicado, nos termos do artigo 14 c/c artigo 111 e seguintes, ambos do Código Tributário Municipal.

Garopaba, 10 de Dezembro de 2021.

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020

Publicação Nº 2754285

O MUNICÍPIO DE GAROPABA – SC torna público que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Art. 207 da Lei Complementar Municipal nº 1.000/2005.

DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1. Este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria, com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.

2. Todas as etapas deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão realizadas no Município de Garopaba/SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.

3. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constará de Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulosconforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.

4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos nas etapas descritas no Anexo II, no seguinte endereço:

3.1 Endereço: Rua 30 de Dezembro esquina com a Rua Lauro Severiano Muller, 303, Sala 07 (Secretaria de Educação), Centro, Garopaba – SC – CEP: 88.495-000.

3.2 Telefone: (48) 3254-8184;

3.3 Horário: 08h00min às 12h00min, em dias úteis.

5. Os cargos, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.

6.1 As PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) deverão observar as orientações constantes no Anexo V.

6.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.

7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADOse dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis por até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

7.1 No site de internet do Município de Garopaba/SC: (<http://www.garopaba.sc.gov.br/>);

7.2 No site de internet da FAEPESUL: (www.faepesul.org.br/concursos);

8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.

9. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.

9.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.

10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer os requisitos constantes no Anexo IX.

11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADOserão convocados para ocupar os cargos, em funções das vagas por ventura existentes ou de acordo com a necessidade do Município de Garopaba/SC, dentro do prazo de validade do certame.

12. A aprovação neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADOnão implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados.

13. Os Candidatos aprovados, quando convocados, deverão apresentar os documentos exigidos pelo Município de Garopaba/SC, conforme Listagem de documentos constantes no Anexo X.

13.1 A relação dos documentos admissionais será indicada e entregue no ato da convocação;

13.2 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de Pessoal do Município de Garopaba/SC;

13.3 O Município de Garopaba/SC utilizar-se-á de chamamentopublico para convocação dos candidatos, conforme Anexo XI

13.3.1 Por correspondência registrada encaminhada por meio dos Correios;ou pessoalmente, mediante recebimento pelo candidato, de sua convocação, a ser retirada na Gerência de Pessoal do Município de Garopaba/SC.

13.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Garopaba/SC, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade desta seleção pública ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

13.5 A contratação e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em Lei Municipal, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Garopaba/SC;

13.6 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Garopaba/SC;

13.7 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contato;

13.8 O candidato ao se apresentar para escolha de vaga, deverá apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.8.1 A falta de apresentação da documentação exigida para a contratação no prazo fixado, ou a sua apresentação de forma incompleta ou irregular, será considerada como desistência da vaga, desclassificando o candidato e o excluindo deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

13.9 O candidato na apresentação para escolha de vaga poderá também, por uma única vez, solicitar sua reclassificação para o final da lista de aprovados;

13.10 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, esta situação deverá ser comunicada diretamente a Gerência de Pessoal do Município de Garopaba/SC, sob pena de eliminação do certame;

13.11 A convocação que encaminhada ao endereço constante do cadastro do candidato, retornar ao remetente, ou seja, ao Município de Garopaba, por situação que não corresponda a erro ou problema ocasionado pelo próprio remetente, resultará na desclassificação do candidato convocado.

14. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADOterá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma vez, por até igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Definitivo, e se dará através de Decreto do Executivo, a critério do Município

Garopaba/SC.

15. Será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que:

- 15.1 Descumprir ou tentar descumprir as obrigações estabelecidas neste Edital;
- 15.2 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;
- 15.3 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- 15.4 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- 15.5 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- 15.6 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
- 15.7 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital;
- 15.8 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;
- 15.9 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;
- 15.10 Faltar a qualquer uma das fases do certame;
- 15.11 Não pontuar ou não atingir o quantitativo mínimo de pontuação na Avaliação Escrita Objetiva, se assim for exigido;
- 15.12 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital, no momento da contratação.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas, no inteiro teor, deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:

- 17.1 Receber as inscrições;
- 17.2 Receber as Taxas de Inscrições;
- 17.3 Deferir e indeferir as inscrições;
- 17.4 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;
- 17.5 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;
- 17.6 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e a Avaliação de Títulos do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, bem como divulgar seus respectivos resultados;
- 17.7 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- 17.8 Publicar o Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constituída pela Portaria nº 1.733/2020.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO é o da Comarca de Garopaba/SC.

Garopaba – SC, 10 de dezembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO I CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
10/12/2020	Publicação: Extrato Edital e Edital – Imprensa Oficial.
10/12/2020 a 14/12/2020	Período para impugnação das disposições do Edital.
10/12/2020 a 28/12/2020	Período para: <ul style="list-style-type: none"> • Inscrição pela Internet ou posto de atendimento; • Emissão e remissão do boleto bancário; • Recebimento dos requerimentos e envio dos documentos comprobatórios para Pessoa com Deficiência - PcD; • Recebimento dos requerimentos e envio dos documentos comprobatórios para atendimento de Necessidades Especiais; • Protocolo dos documentos para Avaliação de títulos, diretamente na área do candidato.
30/12/2020	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.
04/01/2021	Publicação: <ul style="list-style-type: none"> • Lista das inscrições deferidas; • Relação das inscrições indeferidas, com respectivos fundamentos;
05/01/2021	Data para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
07/01/2021	Publicação: <ul style="list-style-type: none"> • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
10/01/2021	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

11/01/2021	• Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno da Avaliação Escrita Objetiva aplicado (Diretamente na Área do Candidato).
12/01/2021	• Data para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva (Diretamente na Área do Candidato).
21/01/2021	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva; • Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos
22/01/2021	• Data para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva e da Avaliação de Títulos.
25/01/2021	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos (se houver); • Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;
28/01/2021 e 29/01/2021	Chamamento Público- Anexo XI: • Escolha das Vagas; • Entrega de Documentação para Contratação;

ANEXO II ETAPAS

CARGOS	Avaliação Escrita Objetiva	Avaliação de Títulos
	Classificatória e Eliminatória	Classificatória
ASSISTENTE SOCIAL	X	
FONOAUDIÓLOGO	X	
MERENDEIRA	X	
MOTORISTA (ÔNIBUS ESCOLAR)	X	
NUTRICIONISTA	X	
PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 20hs	X	X
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	X	X
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	X	X
PROFESSOR DE ARTES 20hs	X	X
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	X	X
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 30hs	X	X
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	X	X
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	X	X
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	X	X
PSICÓLOGO	X	
SERVENTE	X	

1. O não comparecimento do candidato em hora e local aprezados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter **ELIMINATÓRIO/CLASSIFICATÓRIO** de acordo com a forma constante no Anexo VII.

3. A Avaliação de Títulos terá caráter **CLASSIFICATÓRIO** de acordo com a forma constante no Anexo VIII.

ANEXO III

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da contratação. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a contratação não será realizada.

2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de

Garopaba/SC.

2.1 Havendo necessidade, o profissional contratado poderá ser deslocado do local de trabalho para outro local, a critério exclusivo da Administração Municipal a fim de resguardar a efetividade do Serviço Público, nos termos definidos em Lei Municipal.

3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. O regime jurídico é o estatutário, estando vinculado ao regime jurídico-administrativo.

5. Os Candidatos classificados figurarão como Cadastro Reserva para aproveitamento pela Administração Municipal.

6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) vagas, terão a reserva de cinco por cento em face da classificação obtida para Pessoas com Deficiência (PcD) conforme anexo V deste Edital.

6.1 Caso não houver nenhum candidato Portador de Necessidade Especial inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

7. CARGOS, NÍVEL, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS:

CARGOS	VAGAS AMPLA CON-CORRÊNCIA	VAGAS RESERVADAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
ASSISTENTE SOCIAL	1	-	40	2.393,25
FONOAUDIÓLOGO	1	-	40	2.393,25
MERENDEIRA	8 + CR	1	40	1,075,56
MOTORISTA (ÔNIBUS ESCOLAR)	CR	-	40	1.490,16
NUTRICIONISTA	1 + CR	-	40	2,393,25
PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 20hs	CR	-	20	1.443,12
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	50 + CR	3	20	1.500,84
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	40 + CR	2	40	3.001,69
PROFESSOR DE ARTES 20hs	02 + CR	-	20	1.500,84
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	01 + CR	-	10	750,42
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	05 + CR	1	20	1.500,84
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 30hs	04 + CR	-	30	2.254,27
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	06 + CR	1	40	3.001,69
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	06 + CR	1	20	1.500,84
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	06 + CR	1	30	2.254,27
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	05 + CR	1	40	3.001,69
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	1 + CR	-	10	750,42
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	1 + CR	-	10	750,42
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	1 + CR	-	10	750,42
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	2 + CR	-	20	1.500,84
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	1 + CR	-	10	750,42
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	1 + CR	-	10	750,42
PSICÓLOGO	1 + CR	-	40	2.393,25
SERVENTE	22 + CR	2	40	1.075,56

* CR – Cadastro Reserva

8. CARGO, NÍVEL ESCOLARIDADE, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
ASSISTENTE SOCIAL	SUPERIOR	Curso superior completo e registro no Conselho da Classe.
FONOAUDIÓLOGO	SUPERIOR	Portador do diploma na área específica, com registro no Conselho da Classe.
MERENDEIRA	ALFABETIZADO	Alfabetizado.
MOTORISTA (ÔNIBUS ESCOLAR)	ALFABETIZADO	Alfabetizado com CNH profissional categoria "D" e curso de transporte escolar.
NUTRICIONISTA	SUPERIOR	Curso superior completo e registro no Conselho da Classe.
PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 20hs	SUPERIOR	2º grau completo com formação no curso de magistério.
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	SUPERIOR	Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia das Séries Iniciais.
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	SUPERIOR	Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia das Séries Iniciais.
PROFESSOR DE ARTES 20hs	SUPERIOR	Curso superior com Licenciatura em Artes.
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Ciências.

PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	SUPERIOR	Curso Superior Completo com Licenciatura na área de Educação; Cursos de formação e capacitação na área de contação de histórias e ou musicalização; Tempo mínimo de Exercício profissional comprovado na área de contação de histórias e ou musicalização de 2 (dois) anos.
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 30hs	SUPERIOR	Curso Superior Completo com Licenciatura na área de Educação; Cursos de formação e capacitação na área de contação de histórias e ou musicalização; Tempo mínimo de Exercício profissional comprovado na área de contação de histórias e ou musicalização de 2 (dois) anos.
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	SUPERIOR	Curso Superior Completo com Licenciatura na área de Educação; Cursos de formação e capacitação na área de contação de histórias e ou musicalização; Tempo mínimo de Exercício profissional comprovado na área de contação de histórias e ou musicalização de 2 (dois) anos.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Geografia.
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	SUPERIOR	Licenciatura Plena na área de História, fornecida por instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos.
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês.
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês.
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Matemática.
PSICÓLOGO	SUPERIOR	Curso superior completo e registro no Conselho de Classe
SERVENTE	ALFABETIZADO	Alfabetizado.

* Demais requisitos exigidos na Legislação Municipal.

9. As atribuições dos cargos são as constantes nas Leis Municipais: 1.377/2010, 1.318/2009, 655/1.999, 1.382/2010.

ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: www.faepesul.org.br/concursos.

2. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE	VALOR (em R\$)
Níveis Fundamental e Alfabetizado	43,50
Níveis Médio e Técnico	73,50
Nível Superior	93,50

3. Não serão aceitos pedidos de isenção da Taxa de Inscrição.

4. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.faepesul.gov.br/concursos, deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

4.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

4.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

5. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo e, após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada

6. O sistema de inscrição via Internet permite a emissão de uma segunda via do boleto bancário, o qual poderá ser emitido, somente, dentro do período de inscrição.

7. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.

8. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável, do recebimento da quantia paga.

9. Caso o candidato conste na Lista de inscrições indeferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de

Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame, sob pena de ser indeferida a sua inscrição.

10. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
11. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.
12. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.
13. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.
14. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

ANEXO V
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)
CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E
CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Dos Cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco) para Pessoas Com Deficiência (PCD), na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei Federal nº 13.146/2015, Decreto Federal nº 3.298/1999.
 - 1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.
2. Não havendo Pessoas com Deficiência (PCD) classificados em números suficientes para preencher vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
3. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá dentro do prazo definido no Anexo I deste Edital realizar os seguintes procedimentos:
 - 3.1 No ato da inscrição, declarar-se como: Candidato com Deficiência;
 - 3.2 Enviar, via upload, a imagem (extensão .jpg ou .jpeg) do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM);
 - 3.3 O envio da imagem do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do Candidato, devendo ser atestado inclusive a sua legibilidade e integridade, sob pena de desconsideração;
 - 3.4 A FAEPESUL não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio;
 - 3.5 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original ou cópia autenticada em cartório constante do subitem 3.2 deste Anexo. Caso seja solicitado pelo FAEPESUL, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas em Lei.
4. O Laudo Médico, referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública.
5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação de uma Junta Médica Oficial do Município de Garopaba/SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.
6. Após análise da Junta Médica Oficial, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
7. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada e nas normativas relacionadas, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.
9. O candidato portador de deficiência participará do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis no prazo delineado no Anexo I. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato e implica a aceitação imediata da condição especial para realização da avaliação.
 - 10.1 Caso a solicitação de atendimento especial não seja aceita em virtude da condição e/ou da causa que o motive, o Candidato deverá realizar a Avaliação em igualdade de condições com a dos outros candidatos do certame.
 - 10.2 Serão ofertadas, mediante apresentação de laudo médico (com identificação do profissional e registro no CRM) as seguintes condições especiais:
 - 10.2.1 Ledor (deficiente visual);

- 10.2.2 Prova Ampliada (fonte 20);
- 10.2.3 Auxílio de Profissional de Libras;
- 10.2.4 Candidato com baixa audição (aparelho auditivo);
- 10.2.4.1 Para esta condição especial, o Candidato receberá as instruções da Avaliação utilizando o equipamento quando do início da aplicação e execução da avaliação deverá colocar o aparelho em local reservado (sem acesso), não podendo utilizar durante a realização das provas, inclusive quando se deslocar ao banheiro;
- 10.2.5 Sala de Fácil acesso (térreo/rampa);
- 10.2.6 Auxílio para Gestante;
- 10.2.7 Auxílio para candidatas lactantes;
- 10.2.8 Utilização de medicação e/ou tratamento durante a avaliação;

11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim (item 10.2.7), deverá levar um acompanhante (maior e capaz), que permaneça em local reservado ou na própria coordenação do evento o qual será o responsável pela guarda e cuidados do infante e declare que não se comunicará com o Candidato.
- 11.1 O Candidato que não atender a essa exigência e vier acompanhado do amamentando não realizará a Avaliação.
- 11.2 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.

12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
- 12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.
13. Tendo sido aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, a Pessoa com Deficiência (PCD) poderá ser submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Garopaba/SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadoras de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.

ANEXO VI CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.
2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de no máximo 10 (dez) pontos.
3. A Avaliação de Títulos terá o valor de no máximo 5 (cinco) pontos.
4. Para os cargos que possuem Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos o resultado/classificação será a soma aritmética das pontuações obtidas em ambas as provas.
5. Em caso de empate na nota final dos candidatos não eliminados neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
 - 5.1 Tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
 - 5.2 Obtiver maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos específicos;
 - 5.3 Obtiver o maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos gerais;
 - 5.4 Tiver maior idade;
 - 5.5 Tiver exercido a função de jurado (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal).
 - 5.5.1 O candidato que tiver o interesse de ter atribuído este critério de desempate deverá assinalar a opção no momento da inscrição;
 - 5.5.2 Os candidatos a que se refere a função de jurado serão convocados, antes do resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função declarada;
 - 5.5.3 Para fins de comprovação da função jurado, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.
6. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

ANEXO VII AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter CLASSIFICATÓRIO/ELIMINATÓRIO, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.
2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.
3. Em decorrência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, pela possibilidade de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) e, nos termos da Portaria SES nº 714, de 18 de setembro de 2020, do Estado de Santa Catarina, os candidatos, para ingresso e permanência nos locais de provas, além de outras medidas a ser devidamente respeitada, devem cumprir as seguintes obrigações:
 - 3.1 Usar máscaras descartáveis de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão, seguindo as recomendações de uso descritas na Portaria

SES 224, de 03/04/2020;

3.2 Permitir a aferição de temperatura pela organização local, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;

3.2.1 Caso a temperatura aferida seja igual ou maior que 37,8°C, o candidato será encaminhado para realizar a prova em sala separada;

3.3 Realizar a higienização das mãos, com álcool 70% nos locais determinados pela organização local;

3.4 Estar ciente, respeitar e cumprir a manutenção de arejamento dos ambientes, com ventilação natural, janelas e portas abertas, e de preferência sem a utilização de aparelhos de ar-condicionado ou climatização de ar central;

3.5 Respeitar o distanciamento de 1,5 (um metro e cinquenta centímetros), na entrada do prédio, na entrada das salas, para entrada/saída ao banheiro e nos locais de uso coletivo;

3.6 É proibido a utilização de bebedouros com jato inclinado, devendo o candidato trazer a sua bebida, caso assim deseje.

4. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

5. A Avaliação Escrita Objetiva será composta de 25 (vinte e cinco) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.

5.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas, Habilitados/Não Habilitados:

CARGOS	CONHECIMENTOS GERAIS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
	LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	
ASSISTENTE SOCIAL	10	10	5
FONOAUDIÓLOGO	10	10	5
MERENDEIRA	10	10	5
MOTORISTA (ÔNIBUS ESCOLAR)	10	10	5
NUTRICIONISTA	10	10	5
PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 20 hs	10	10	5
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	10	10	5
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	10	10	5
PROFESSOR DE ARTES 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 30hs	10	10	5
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	10	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	10	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	10	10	5
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	10	10	5
PSICÓLOGO	10	10	5
SERVENTE	10	10	5

6. Cada questão terá o valor conforme abaixo descrito:

QUESTÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
CONHECIMENTOS GERAIS	0,25 (vinte e cinco décimos) pontos	5,0 (cinco) pontos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	1,0(um) ponto	5,0 (cinco) pontos

7. O resultado da avaliação escrita objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

8. A nota mínima, na avaliação escrita objetiva para classificação e, consequente, continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 01 (um) ponto, independentemente da disciplina.

9. O candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descritos no item 7 será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

10. Na hipótese de anulação de questão(ões) da avaliação escrita objetiva, por parte da comissão de coordenação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ela(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

11. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

11.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;

11.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato;

11.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões;

11.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato;

11.5 O cartão-resposta não será substituído;

12. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 2h30min (duas horas e trinta minutos) horas.

13. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1 (uma) hora do seu início.

14. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.

14.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

14.2 O Local de Prova é acessível somente ao Candidato, devidamente inscrito, sendo vedado o acompanhamento de outras pessoas, mesmo filhos menores;

14.3 Em caso de extravio do documento de identidade original, será permitido o ingresso no local de prova mediante Registro de Ocorrência Policial, assinado e original (vedado o documento emitido pela internet), expedido há, no máximo, trinta dias do evento.

14.3.1 Havendo a solicitação de ingresso no local de prova mediante Registro de Ocorrência, será procedido a lavratura de instrumento de realização de Avaliação em Caráter Condicional, sendo submetido a identificação datiloscópica, podendo ser fotografado.

14.3.2 A constatação de qualquer irregularidade quanto a ocorrência implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos praticados, sem prejuízo das sanções penais.

14.3.3 A FAEPESUL, reserva-se, ao direito de encaminhar a Autoridade Policial os atos praticados em decorrência do Registro de Ocorrência realizado.

15. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para aplicação da prova.

16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

17. Será entregue pela equipe de fiscaliza um Caderno de Provas e um Formulário de Cartão Resposta, sendo o Candidato responsável pela conferência e certificação das informações e materiais, inclusive pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

17.1 Havendo qualquer irregularidade/dúvida no caderno de questões e/ou no formulário de Cartão Resposta deve ser comunicado pelo Candidato, imediatamente ao fiscal, para apuração e, caso constatado qualquer defeito as providências de substituição do material.

17.2 O tempo gasto para a atendimento e/ou substituição do material será acrescido ao tempo de duração da prova fixado.

17.3 As alternativas corretas das questões deverão ser marcadas no cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas.

18. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é vedada a consulta/utilização/posse de: livros, revistas, folhetos, anotações, máquinas de calcular, equipamento elétrico, eletrônico ou físico (não mencionado no item 11 deste Anexo), principalmente telefones celulares.

18.1 Havendo a constatação de consulta, utilização e/ou posse de qualquer material citado acima o candidato será **ELIMINADO** deste **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**;

18.2 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, ou colocados em local determinado pela equipe de fiscalização, antes do início das avaliações, para serem devolvidos (recolhidos pelo candidato) ao término da Avaliação.

18.3 A FAEPESUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

18.4 Fica, expressamente, permitido que a FAEPESUL poderá solicitar, a qualquer tempo e a qualquer Candidato a sua identificação datiloscópica e fotográfica, bem como a revista pessoal, de seus pertences, por quaisquer meios, inclusive eletrônicos.

18.5 Fica vedado, sob pena de **ELIMINAÇÃO**, ainda:

18.5.1 Qualquer comunicação e/ou procedimento a fim de troca busca de informações em conjunto ou através de outro Candidato;

18.5.2 O uso ou posse de bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura;

18.5.3 O uso ou posse de óculos escuros e/ou espelhados, exceto por prescrição médica que poderá ser solicitada a respectiva comprovação;

18.5.4 Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;

18.5.5 A ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada em embalagem plástica transparente sem rótulos e ou etiquetas ou medicação cuja prescrição médica deve ser comprovada.

18.5.6 Promover alteração do local de provas ou promover tumulto por discordar do local indicado.

19. Não será permitido o acesso e a realização da Avaliação Escrita Objetiva com qualquer produto alimentício (sólido ou líquido) que não esteja alocado em material integralmente transparente.

20. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

20.1 As questões da Avaliação Escrita Objetiva será realizada, exclusivamente, pelo registro do candidato no formulário de cartão resposta,

não sendo válidas as anotações feitas no caderno de questões ou em qualquer outro lugar.

20.2 Não serão substituídos os cartões por erro do candidato nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta.

21. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, o local destacável do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.

22.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

23. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

24. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site <http://concursos.faepesul.org.br/>, a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

25. O conteúdo programático para a avaliação escrita objetiva será assim composto:

25.1 CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL:

25.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Ortografia. Nova Ortografia. Gênero e número dos substantivos e adjetivos. Concordância nominal e verbal. Acentuação gráfica. Sinais de pontuação. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos.

25.1.2 RACIOCÍNIO LÓGICO: Progressões aritméticas e progressões geométricas; Resolução de problemas de Lógica: Formal e Informal; Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; A lógica no contexto histórico; Lógicas; Tabela Verdade; Raciocínio Analítico.

25.2 CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

25.2.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Análise e interpretação de texto. Vocabulário. Ortografia. Nova ortografia. Usos dos porquês. Pontuação. Acentuação gráfica. Estrutura e formação de palavras. Classes gramaticais. Gênero, número e grau dos substantivos e adjetivos. Adjetivos eruditos. Adjetivos pátrios. Conjugação verbal. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Regência verbal e nominal. Crase. Concordância verbal e nominal. Colocação pronominal e emprego dos pronomes; formas de tratamento. Níveis de linguagem (ou níveis de fala). Funções da Linguagem. Vícios de linguagem. Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração, Orações coordenadas. Orações subordinadas. Estilística: figuras de linguagem.

25.2.2 RACIOCÍNIO LÓGICO: Conceitos Básicos da Lógica; Proposições simples e compostas; Álgebra proposicional; Implicação lógica; Equivalência lógica; Tautologia, contradição e contingência; Sentenças abertas; Proposições categóricas; Diagramas lógicos; Afirmação e negação; Lógica de argumentação; Analogias; Análise Combinatória: raciocínio multiplicativo, raciocínio aditivo; Combinação, arranjo e permutação; Progressões aritméticas e progressões geométricas; Resolução de problemas de Lógica: Formal e Informal; Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; 19. A lógica no contexto histórico; Operações Lógicas; Tabela Verdade; Raciocínio Analítico.

25.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

25.3.1 ASSISTENTE SOCIAL: O processo de trabalho do Serviço Social: aspectos teórico-metodológicos e ético-políticos; instrumentalidade; estratégias de ação do Serviço Social; dimensões da competência profissional - planejamento, execução, pesquisa; a legislação profissional; a atuação do assistente social na esfera estatal; ética e direitos humanos. As políticas sociais e o Serviço Social: organização e operacionalização das políticas sociais; o trabalho do assistente social com os diferentes segmentos da população em situação de vulnerabilidade social e de pobreza no campo das políticas sociais setoriais e por segmentos; interdisciplinaridade e os novos sujeitos sociais: conselhos de direitos e a rede social. Política Nacional de Assistência Social; SUAS - Sistema Único da Assistência Social; Lei 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Família, Rede, Laços e Políticas Públicas; Violência Doméstica; Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Ética Profissional.

25.3.2 FONOAUDIÓLOGO: Conceitos básicos; comunicação verbal e não verbal, voz, fala, linguagem, pensamentos. Fenômeno normal da linguagem oral. Processo normal do pensamento. Desenvolvimento global da criança, segundo as áreas: motoras, cognitivas, sócioemocionais. Processo de aquisição da linguagem oral e escrita. Alterações da linguagem oral em relação aos sistemas: nervoso, auditivo, e do aparelho fonador. Distúrbios fonoaudiológicos na linguagem oral e escrita. A psicomotricidade e suas implicações nos distúrbios da linguagem escrita. Elementos básicos na psicomotricidade, esquema corporal, lateralidade, tônus muscular, orientação espacial e orientação temporal. Aprendizagem e teoria da aprendizagem; causas dos distúrbios da aprendizagem. Pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e da escrita. Distúrbios da aprendizagem. A escola especial e a Fonoaudiologia. Fala: Componentes do sistema de fala normal, receptor, transmissor e efector. Desenvolvimento normal da fala e a relação das etiologias no fenômeno fonoaudiológico da fala: respiratória, articulatória, neurológica, psicológica. As patologias da fala: dislalia, disglossia, deglutição atípica, disartria, dislogia, apraxia, anartria, gagueira - fundamentação teórica, características, etiologia, consequência. Avaliação da fala ligada a estas patologias, fundamentação teórica, recursos e prognóstico. Voz: Mecanismo de produção da voz: função respiratória, mobilidade laríngea durante a formação, sistema de ressonância, emissão dos sons na fala, articulação, estrutura da fonação. O fenômeno fonoaudiológico na voz, patologias, disfonias infantis, muda vocal, afonia

alaríngea, insuficiência velo faríngea (rinofonia) - conceituação, etiologia, sintomatologia, consequência, conduta para reeducação. Audição: Desenvolvimento da função auditiva. Audição periférica e central. Escala de desenvolvimento normal da audição. Audição normal e patológica: graus e tipos de perda auditiva. Caracterização audiométrica dos diversos graus de perda. Unidade audiométrica, análise de audiogramas: disacusias mistas, condutivas e neurossensoriais. Características do desenvolvimento da linguagem e da fala no deficiente auditivo. O deficiente auditivo e a escola. Código de Ética da Fonoaudiologia. Biossegurança em Fonoaudiologia. Fonoaudiologia e Saúde Pública.

25.3.3 MERENDEIRA e SERVENTE: Limpeza e higiene em geral. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. Controle de estoque dos materiais de limpeza. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. Segurança e higiene do trabalho. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. Noções sobre primeiros socorros. Uso de equipamentos de proteção individual – EPIs.

25.3.4 MOTORISTA (ÔNIBUS ESCOLAR): Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de veículos. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Direção defensiva. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento do veículo. Transporte de urgência e emergência.

25.3.5 NUTRICIONISTA: Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos de compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle- APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional.

25.3.6 PROFESSOR COM HABILITAÇÃO 20hs: Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências. Temas Transversais. Conceito e aplicação da Contextualização de Conteúdos. Educação Mediadora. Taxonomia de Bloom. Didática e Metodologia do Ensino em Séries Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infanto-juvenil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos anos Iniciais. Confecção, histórico cultural/pacto pela alfabetização da idade certa.

25.3.7 PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs e PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs: Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Princípios que fundamentam as práticas na educação infantil. Concepção do Educar na escola. Concepção de cuidar na educação infantil. Diferença entre Educar e Cuidar. Necessidades e características de crianças de 0 a 5 anos. Conceitos de Creche, Educação Infantil e escola e sua relação com a família. As fases do desenvolvimento e sua relação com a construção da autonomia. Funções e papéis das instituições de Educação Infantil para cada etapa dos 0 aos 5 anos. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

25.3.8 PROFESSOR DE ARTES 20Hs: Movimentos artísticos. O lúdico na obra de arte. Arte – educação. Psicologia da arte. Processo de criação. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o mundo sonoro, o visual, o tátil. Aspectos formais da Arte: linha, cor, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento, som, ruído, intensidade, timbre, altura, duração, ritmo, dinâmica. Integração através da arte. Artes Cênicas: história das artes cênicas; papel das artes cênicas no processo educacional, teoria e prática; teatro e jogo, criatividade e imaginação. Artes Plásticas: história geral das artes; história e ensino da arte no Brasil; teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção. Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Artes visuais e o multiculturalismo. Música: aspectos históricos da música ocidental; elementos estruturais da linguagem musical; tendências educacionais quanto ao ensino da música, na sala de aula; visão interdisciplinar do conhecimento musical. Música e expressão. Dança: história da dança; papel da dança na educação; estrutura e funcionamento do corpo para a dança; proposta triangular: fazer, apreciar, contextualizar. As danças como manifestações culturais. Cultura musical brasileira. Cultura local. Folclore do Brasil.

25.3.9 PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs – EJA: Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo de Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Os seres vivos e o ambiente. Características dos seres vivos. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os reinos dos seres vivos. Noções básicas de Ecologia: Biomas/Ecosistema – meio biótico e meio abiótico. Cadeia alimentar, relações e equilíbrio ecológico. Sustentabilidade. Alimentação saudável. O ser humano e a saúde: profilaxia das doenças infectocontagiosas e sexualmente transmissíveis. Sexualidade e sexo. Teorias sobre a origem da vida. Teorias da Evolução. Botânica: classificação, importância, partes e funções dos

vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da química. Evolução dos modelos atômicos. Guerra Química e Bacteriológica. Física do cotidiano. Temas Transversais. Relações etnicorraciais, relações de gênero, cultura, tecnologia e eco cidadania. Consumo. Produção e destino do lixo.

25.3.10 PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs, PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 30hs e PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs: A origem da literatura infantil; A relevância das histórias infantis para o desenvolvimento da criança do maternal: Contos de Fadas e o Universo Infantil: Características de uma boa obra para crianças; Transmissão de valores através das histórias; Contação de histórias e interação social Estudo da história infantil; O processo comunicativo e a oralidade. MUSICALIZAÇÃO (lúdica) História da Música; O Lúdico como Instrumento de Aprendizagem; Desenvolvimento Infantil; Mídia e Educação; Harmonia e Improvisação; BNCC – Educação Infantil: Direitos de aprendizagem; Campos de experiências; Grupos etários; Eixos temáticos da BNCC. Pedagogia Musical – DALCROSE E KODALY; Reflexões e Pensamentos dos rumos da música atual. Produção Musical no século XX e XXI: Processos e Perspectivas Composicionais. Acústica musical e organologia: Elementos de som: Timbre, Altura, Duração e Intensidade; série harmônica; classificação dos instrumentos musicais. Teoria da música: compasso: definição, classificação; regras de grafia; articulação e sinais de repetição; intervalos, elementos de harmonia, escalas – modos eclesiásticos; tonalidade; ornamentos, graus tonais e modais; acordes de 3, 4 e 5 sons; cadências; funções tonais e modais; sistema anglo-americano de representação gráfica utilizada na música popular (cifras). História da Música Universal, História da Música Brasileira Popular e Erudita. Músicas popular e folclórica: correntes da produção musical popular brasileira; cultura popular e contextos socioantropológicos que a geraram.

25.3.11 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs: Objetivos e conteúdo da Educação Física em função do nível de desenvolvimento e aprendizagem da criança e do adolescente. Fases do desenvolvimento. Psicomotricidade. Aprendizagem motora e cognitiva. Didática e Prática de Ensino específica da disciplina. Métodos e técnicas da Educação Física. Organização desportiva: torneios, campeonatos, competições, colônia de férias. Jogo: conceito e valor. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Educação para o lazer. Recreação: conceito e finalidades. Jogos Cooperativos. Técnicas e instrumentos de medida e avaliação em Educação Física. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Educação Física Escolar: diferentes abordagens. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 07, de 07 de abril de 2010 e Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Resolução nº 07, de 14/12/2010. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial: A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Esportes Paraolímpicos ou Esportes Adaptados.

25.3.12 PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs – EJA: Geografia Física, Humana e Econômica de: Geografia de Santa Catarina. Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia. Leitura de Paisagens. Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza. Meio Rural e Meio Urbano. Produção e Distribuição de Riquezas. População. Brasil – Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica. Brasil – Diversidade Cultural segundo o IBGE. Brasil – Campos – Cidades. Espaços em transformação. Brasil – Regiões Geoeconômicas. Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra. Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido. A antiga e a Nova Ordem Mundial. A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica – Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.

25.3.13 PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs – EJA: Tempo e espaço como categoria histórica. Relações sociais de produção. Didática e metodologia da história. Movimentos sociais. Globalização. Capitalismo. Circuito do poder: democracia, participação, descentralização. Lutas sociais na América Latina, Argentina, Brasil e Chile. A escravidão reabilitada. Revolução Burguesa no Brasil. Processos eleitorais do Brasil. História de Santa Catarina. História do Brasil. História geral. Temas Transversais.

25.3.14 PROFESSOR DE INGLÊS 10hs – EJA, PROFESSOR DE INGLÊS 20hs: A importância do ensino de Língua Inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de Língua Inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico-cultural. Interdisciplinaridade. Recursos didáticos pedagógicos. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): o ensino da gramática. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos. Temas Transversais. As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos poderão ser formuladas na Língua Inglesa.

25.3.15 PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs – EJA: Concepções de linguagem. Concepções de aprendizagem. Gêneros do discurso. Leitura e formação de leitores na escola. Intertextualidade na leitura e produção textual na escola. Literatura juvenil: possibilidades de abordagem. Texto e discurso (linguagem, interlocutor, situação comunicativa, coesão, coerência, adequação textual e clareza). Gramática normativa e o ensino da língua portuguesa. Desdobramentos da gramática normativa: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Linguagem nas modalidades oral e escrita em diferentes esferas da interação humana. Interdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de língua portuguesa e o uso de tecnologias da informação e comunicação. O ensino de língua portuguesa conforme a Temas transversais e o ensino de língua portuguesa. Avaliação da aprendizagem no ensino de língua portuguesa.

25.3.16 PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs – EJA: Concepções do ensino e aprendizagem da matemática. Tendências pedagógicas do ensino de Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da matemática. A resolução de problema e o ensino-aprendizagem de Matemática. Jogos nas aulas de matemática e o papel do lúdico no ensino da Matemática. A história da matemática. Temas transversais. Os campos conceituais no ensino da Matemática: - Números e Operações: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais; - Espaço e Forma: figuras planas, sólidos geométricos, ângulos, simetria, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras, Relações métricas num triângulo qualquer, Trigonometria; - Grandezas e Medidas: comprimento, massa, capacidade, superfície/área, tempo, temperatura, sistema monetário; - Tratamento da Informação: tabelas, gráficos, quadros, listas, diagramas, médias e probabilidades, moda e mediana; - Álgebra: operações inversas, equações e sistemas de equações de 1º e 2º grau, razão e proporção, regra de três, porcentagem, juros, operações com expressões algébricas, polinômios, funções polinomiais de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica, matrizes, sistemas e determinantes de equações lineares, progressões aritmética e geométrica, análise combinatória e cálculo de probabilidades.

25.3.17 PSICÓLOGO:Legislação: Constituição Federal art. 196 a 200, Leis Orgânicas da Saúde: Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8142/1990; Portaria 2.436/2017; Portaria nº 2.446/2014 - Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Atenção primária e Atenção em Saúde Mental. Saúde Mental na atenção básica, saúde da mulher, do idoso, da criança e do adolescente. Infância. Adolescência. As inter-relações familiares: casamento, conflito conjugal, separação, guarda dos filhos. A criança e a separação dos pais. A criança e o adolescente vitimizados. O problema de crianças e adolescentes em conflito com a Lei. Os direitos fundamentais da criança e o do adolescente. O trabalho do psicólogo em equipe multiprofissional. Psicodiagnóstico – técnicas utilizadas. A entrevista psicológica. Teoria da Personalidade, Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Diferenças individuais e de classes. Noções de cidadania, cultura e personalidade: "status", papel e o indivíduo. Fatores sociais da anormalidade.

ANEXO VIII

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1. A avaliação de títulos/tempo de serviço terá caráter CLASSIFICATÓRIO, conforme critérios constantes no presente anexo.
2. Os cargos/funções que terão cômputo de pontuação concernente à avaliação de títulos/tempo de serviço estão especificados no Anexo II.
3. O candidato deverá reunir os títulos e a comprovação de tempo de serviço que pretende que sejam avaliados, digitalizá-los e fazer a juntada (upload) do arquivo eletrônico em formato Joint Photographics Experts Group - JPG/JPEG diretamente na área do candidato.
 - 2.1 O envio da imagem/arquivo é de responsabilidade exclusiva do candidato, devendo ser atestado inclusive a sua legibilidade e integridade, sob pena de desconsideração e não avaliação;
 - 2.2 A FAEPESUL não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio;
 - 2.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original ou cópia devidamente autenticada para que caso haja qualquer questionamento da sua autenticidade/integridade pela FAEPESUL ou por terceiro, possibilite que seja enviado via correio;
 - 2.4 Caso a FAEPESUL diligencie o Candidato para envio do documento original e/ou cópia autenticada via correio e o seu envio não seja realizado no prazo assinalado, a pontuação obtida será cancelada, em sua integralidade, além das demais sanções que por ventura possam ser imputadas, mesmo após o certame já ter sido homologado.
4. O envio dos títulos e tempo de serviço deverá obedecer ao cronograma estabelecido conforme Anexo I do presente Edital.
5. A avaliação de títulos e tempo de serviço será apurada por avaliadores designados pela FAEPESUL, por meio da análise dos documentos protocolados.
6. Somente serão considerados, para efeitos de pontuação, os títulos e o tempo de serviço concluídos até a data da publicação do presente Edital.
7. A não apresentação de documentos para a avaliação de títulos e tempo de serviço, por parte do candidato, sujeitá-lo-á apenas a classificação obtida no resultado da avaliação escrita objetiva do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
8. Uma vez enviados os títulos e o tempo de serviço, não serão aceitos acréscimos, modificações e/ou substituições de documentos.
9. Os títulos e o tempo de serviço enviados deverão possuir paginação, podendo ser escrito a mão, para organização e maior clareza da avaliação.
10. A nota máxima que poderá ser aferida ao candidato na avaliação de títulos e tempo de serviço é de 5,0 (cinco) pontos, sendo o resultado da soma aritmética da pontuação obtida nos Títulos de Pós-Graduação limitados a 3,0 (três) pontos, Capacitação limitados a 1,0 (um) ponto e Tempo de Serviço limitado a 1,0 (um) ponto.
11. Os Títulos de PÓS-GRADUAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas a seguir:
 - 10.1 Não serão avaliados título exigido como requisito para provimento do cargo;
 - 10.2 Não serão avaliados título de especialização, mestrado e doutorado, não reconhecidos pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
 - 10.3 Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.
 - 10.4 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.
 - 10.5 A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós-graduação. Caso o candidato entregue mais de um título, será avaliado unicamente o de maior valor acadêmico, conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.
12. Os Títulos de CAPACITAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas abaixo:
 - 11.1 Não serão avaliados título de Capacitação emitidos por instituições não reconhecidas pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
 - 11.2 Somente serão avaliados os Títulos que possuírem no mínimo 20 (vinte) horas de realização;
 - 11.3 Os Títulos deverão constar a data de Início e Término de realização, sob pena de não avaliação;
 - 11.4 Somente serão computados os Títulos de Capacitação realizados até 2 (dois) anos que antecedem a publicação deste Edital;
 - 11.5 A Pontuação será necessariamente a soma das horas devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.
13. O TEMPO DE SERVIÇO será avaliado conforme as orientações a seguir:

13.1 Será computado o tempo de serviço, mesmo em período concomitante de exercício, até a data de publicação deste Edital;
 13.2 Será computado somente o tempo de serviço na função para o qual o candidato está concorrendo neste certame;
 13.3 O tempo de serviço deverá ser comprovado por meio de declaração, emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove, sob pena de caracterização de falsidade ideológica, o tempo de serviço efetivamente laborado de acordo com o estabelecido neste Edital;

13.3.1 Para exercício de atividade em instituição que adote o Regime Celetista para o quadro funcional: será permitido o envio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), das páginas onde constem a identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), a atualização do cargo (é de responsabilidade do/a candidato/a a atualização do cargo que se encontra na carteira de trabalho, junto ao Setor Pessoal da empresa/instituição em que trabalha) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa, ou o envio da cópia da certidão de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, expedida pelo INSS ou órgão previdenciário competente;

13.4 A Pontuação será a soma do tempo total de serviço prestado conforme tabela constante no item 14 deste Anexo;

14. Consta abaixo a tabela de pontuação dos títulos apresentados:

MODALIDADES	PONTUAÇÕES	CRITÉRIOS
Pós-Graduação	3 (três) ponto	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	2 (dois) pontos	Diploma ou certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	1 (um) ponto	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
Capacitação	0,1 (décimo) a cada curso comprovado, limitado a 1,0 ponto. (Concluídos até a data da publicação deste edital)	Comprovar realização de capacitação, com no mínimo 20 (vinte) horas, dentre as atribuições das atividades para o Cargo que está em Seleção.
Tempo de Serviço	0,2 (dois décimos) a cada 2 anos de experiência no cargo, ou 1,0 ponto até no máximo 10 anos.	Comprovar o exercício, com o tempo total em dias, meses e anos de Atividades desenvolvidas no mesmo Cargo e mesma atribuição para o Cargo que está em Seleção.

ANEXO IX INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de publicação, a respeito:

- Impugnação deste Edital;
- Revisão do indeferimento de inscrição;
- Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
- Revisão do Resultado da Avaliação de Títulos;
- Resultado das Etapas.

2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet (www.faepesul.org.br/concursos) na Área do Candidato.

3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:

- Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
- Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
- Estar relacionado ao próprio recorrente.

4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.

5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.

6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.

7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.

8. As decisões dos recursos estarão disponíveis ao candidato diretamente na sua Área do Candidato e o resultado, na forma de extrato (Procedente, Improcedente ou Parcialmente Improcedente), publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.

9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

ANEXO X DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.

2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter temporário:

1.1 A aprovação neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;

- 1.2 A prova da nacionalidade;
- 1.3 Certidão de gozo dos direitos políticos;
- 1.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
- 1.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
- 1.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 1.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- 1.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
- 1.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
- 1.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
- 1.11 Declaração do Imposto de Renda ou Declaração de Bens;
- 1.12 Apresentação de Diploma ou Certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária que ateste a conclusão do curso.
- 1.13 A apresentação de Certidão de Conclusão de Curso devem ser acompanhadas do histórico escolar.
 - 1.13.1 Não serão aceitos históricos sem certidões/declaração, atas ou afins.
 - 1.13.2 Declaração que comprove que as vacinas estão em dia.
 - 1.13.3 Carteira de Identidade
 - 1.13.4 CPF.
 - 1.13.5 PIS/PASEP.
 - 1.13.6 Certidão de Nascimento ou Casamento.
 - 1.13.7 Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos.
 - 1.13.8 Carteira de Vacina Filhos Menores de 05 anos
 - 1.13.9 CPF dos Dependentes.
 - 1.13.10 Uma foto 3x4 recente.
 - 1.13.11 Carteira Profissional Original.
 - 1.13.12 Título de Eleitor
 - 1.13.13 Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: conta de luz, IPTU, água ou telefone, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto.
 - 1.13.14 Certidão de antecedentes criminais.
 - 1.13.15 Carteira de Motorista – Cargo de Motorista
 - 1.13.16 Apresentar certificado válido do curso de Transporte Escolar e Transporte Coletivo, para o cargo de motorista de transporte escolar. (Certificado emitido pelo órgão competente).
 - 1.13.17 Os candidatos aprovados e classificados no Certame serão convocados e encaminhados para o exame médico.

3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:

- 3.1 Cancelamento da naturalização;
- 3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- 3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
- 3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação neste certame.

ANEXO XI

DO CHAMAMENTO PÚBLICO

DATA	CARGO	HORARIO
28/01/2021	Professor 20hs Licenciatura em Pedagogia	8h30min. as 12h
28/01/2021	Professor 40hs Licenciatura em Pedagogia	13h30min as 17h30min.
29/01/2021	Professor 20hs, 30hs e 40hs Contação e Musicalização	8h as 10h
29/01/2021	Professor 40hs, 30hs, 20hs Educação Física.	10h15min. as 12h
29/01/2021	-Professor de Artes 20 hs, -Professor de Inglês 20 hs 10 hs - EJA -Professor de ciências 10 hs - EJA -Professor de matemática 10 hs - EJA -Professor de geografia 10 hs – EJA -Professor de História 10 hs - EJA -Professor de Língua Portuguesa 10 hs - EJA	13h30min. as 15h30min.
29/01/2021	Merendeiras, serventes	15h45min. as 17h45min.

1. O candidato ao se apresentar para escolha de vaga, deverá apresentar a documentação exigida para contratação.

2. A escolha das vagas será realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pinguirito – sita a Rua João Nicomedes Lentz, nº 1351, Pinguirito - Garopaba - SC, 88495-000;

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

Publicação Nº 2754284

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GAROPABA – SC torna público que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Art. 207 da Lei Complementar Municipal nº 1.000/2005, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 10 de dezembro de 2020 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Garopaba/SC: (www.garopaba.sc.gov.br);
- No site de internet da FAEPSUL: (www.faesul.org.br/concursos);

Garopaba – SC, 10 de dezembro de 2020.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1734/2020

Publicação Nº 2753400

PORTARIA N.º 1734, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora MARILETE ANGELA ALBERTI DE ABREU, matrícula funcional n.º 3679, Professor com Licenciatura 40 horas, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 09/08/2010, da C.E.I Centro para o novo local de exercício a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA

Prefeito Municipal Secretária de Educação

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.° 1735/2020

Publicação Nº 2753405

PORTARIA N.º 1735, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3678, Professor com Licenciatura 40 horas, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 09/08/2010, da E.M.E.F Aduci Arbues do Nascimento para o novo local de exercício a E.M.E.F ARY MANOEL DOS SANTOS.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA
Secretária de Educação

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 1739/2020

Publicação Nº 2753610

PORTARIA N.º 1739, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 56, Inciso II da Lei Municipal n.º 1000/2005, ROGÉRIO DA ROSA, CPF n.º ***.***.819-75, das funções do cargo comissionado de COORDENADOR DE TRANSPORTE, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 31/12/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1740/2020

Publicação Nº 2753635

PORTARIA N.º 1740, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA-SEM VENCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA SEM VENCIMENTO, em 23/12/2020, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, da servidora MARIA ALICE SILVA, Matrícula Funcional n.º 3745, concedidas através da Portaria n.º 1112/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 23/12/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1742/2020

Publicação Nº 2753900

PORTARIA N.º 1742, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora REGINA BASILIO, matrícula funcional n.º 4689, Professor com Licenciatura 40 horas, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 01/11/2012, da C.E.I Othilia Maria Teixeira para o novo local de exercício a C.E.I PROFª MARIA MARTA RIBEIRO SANSEVERINO.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o

interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA

Secretária de Educação

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 1743/2020

Publicação N° 2753908

PORTARIA N.º 1743, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, VANILDA CARLSEN BOTELHO, CPF n.º ***,***.109-41, das funções do cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 31/12/2020.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 31/12/2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de dezembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/12/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 222/2020

Publicação Nº 2752870

DECRETO Nº 222 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

“Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, parte do imóvel situado no Município de Garuva, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS PREVISTAS NA LEIS ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E ESPECIALMENTE FUNDAMENTADO NAS DISPOSIÇÕES DO DECRETO – LEI 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, fração de terras que totalizam 245,12 m² (duzentos e quarenta e cinco vírgula doze metros quadrados), parte de um imóvel urbano localizado neste município, matriculado sob n. 1.499 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, de propriedade do Sr. HEINRICH HOSANG, CPF/MF n. CPF: 558.731.899-00, com as seguintes características e confrontações:

“Um terreno localizado no quadro urbano do município de Garuva/SC, frente para Rua Duque de Caxias, medindo 11,00 metros ao Norte; Travessão dos fundos medindo 6,00 metros ao Sul, confrontando com terras de Miranda Raimundi Mazzi; Fundos ao Leste medindo em curva de desenvolvimento 34,88 metros, confrontando com saldo remanescente Lote 01; Fundos ao Oeste medindo 40,00 metros, confrontando com terras de Julieta de Lima e Otacílio Ferreira Franco; Perfazendo uma área de 245,12 metros quadrados, sem benfeitoria, determinado para o traçado da Rua Dórico Paese.”

I – Conforme Parecer Técnico de Avaliação nº 016/2019 efetuado pela equipe técnica da prefeitura, a parte do imóvel matriculado sob nº 1.499 a ser desapropriado foi valorado em R\$ 57.603,20 (cinquenta e sete mil seiscientos e três reais e vinte centavos).

Art. 2º A área a ser expropriada se destina à abertura e retificação da via pública denominada Rua Dórico Paese.

Art. 3º Fica o Município autorizado a quitar a dívida ativa dos proprietários e nos valores conforme descrito abaixo:

I – Inscritos em nome de Henrich Hosang, CPF: 558.731.899-00, o valor de R\$ 26.990,19 (Vinte e Seis Mil Novecentos e Noventa Reais e Dezenove Centavos) referente a tributos dos imóveis inscrição imobiliárias 12.02.011.1363, 23.03.014.0910 e 23.03.014.0899.

II – Inscritos em nome de Oto Hosang – Espólio, CPF: 032.243.929-91, o valor de R\$ 19.874,68 (Dezenove Mil Oitocentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta e Oito Centavos) referente a tributos dos imóveis inscrição imobiliária 23.03.008.0174.001, 23.03.014.1226.001 e 23.03.014.1201.

Parágrafo Único – O valor da diferença entre avaliação do imóvel 1.499, abatendo os tributos citados no Inciso I, do Art. 1º, totaliza R\$ 10.738,33 (Dez Mil Setecentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Três Centavos), qual deverá ser pago em pecúnia em conta corrente específica do proprietário.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário, especificamente o Decreto nº 225, de 09 de dezembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 218/2020

Publicação Nº 2752447

DECRETO Nº. 218 de 04 de dezembro de 2020

“Dispõe sobre a exoneração da Sra. PRISCILA RADWANSKI PEIXE, do cargo comissionado de Diretora de Saúde.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerada, a pedido, a Sra. PRISCILA RADWANSKI PEIXE, do cargo comissionado de Diretor de Saúde, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde, nomeado através do Decreto nº 218/2018, de 05 de novembro de 2018.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 04 de dezembro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.663, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754325

DECRETO Nº 9.663, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, Prefeito Municipal de Gaspar em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.088, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Atividade: 2018 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Dotação: 363 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito	
Função: 26 Transporte	
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário	
Programa: 0015 Gestao da Ditrان	
Atividade: 2078 Manutenção da Ditrان	
Dotação: 367 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Unidade: 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Dotação: 35 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.183.900,00

Órgão: 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Unidade: 10 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Atividade: 2054 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 368 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 370 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Órgão: 11 Procuradoria-Geral do Município	
Unidade: 23 Procuradoria-Geral do Município	
Função: 03 Essencial à Justiça	
Subfunção: 092 Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Dotação: 372 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	
Unidade: 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	

Função: 27 Desporto e Lazer	
Subfunção: 811 Desporto de Rendimento	
Programa: 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer	
Atividade: 2158 Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	
Dotação: 2 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.237,70

Art. 2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplementados, no valor indicado, os seguintes saldos das dotações constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 371 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 150.000,00

Órgão: 04 Secretaria de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Projeto: 1021 Construção,Ampliação e Reforma de CDI Salas Multifuncionais	
Dotação: 111 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
Projeto: 1099 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 115 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Atividade: 2038 Ampliação e Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 125 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Projeto: 1029 Constr, Ampliação e Ref.Escolas,Quadras Esp., Lab.Salas Mult	
Dotação: 136 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 154 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Projeto: 1177 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 141 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Órgão: 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	
Unidade: 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	
Função: 27 Desporto e Lazer	
Subfunção: 812 Desporto Comunitário	
Programa: 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer	
Projeto: 1187 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 5 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.237,70

Art. 3º Por conta das anulações do artigo 1º fica criado crédito especial, no valor indicado, constante do orçamento da Administração Direta:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Projeto: 2096 Revisão e Complementação do Plano Diretor e Geoprocessamento	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 783.900,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de dezembro de 2020.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 9.664, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754324

DECRETO Nº 9.664, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, Prefeito Municipal de Gaspar em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.025, de 27 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit financeiro, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação constante da Administração Direta:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Projeto: 1009 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 2 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 3.299,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de dezembro de 2020.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Prefeito em Exercício

ERRATA AO EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 02/2020

Publicação Nº 2752931

ERRATA AO EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 02/2020

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, Prefeito em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Edital de Seleção de Estagiários n.º 02/2020, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 3345, de 08 de dezembro de 2020, nos seguintes termos:

Onde se lê no item 2, subitem 2.1:

“[...] recepcaoblu@ciece.org.br [...]”

Leia-se:

“[...] recepcaoblu@cieesc.org.br [...]”

Gaspar, 10 de dezembro de 2020.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Prefeito em Exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753500

LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 65, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do artigo 10 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. [...]”

[...]

Parágrafo único. Os elementos que compõem o gabarito das vias e suas características geométricas estão detalhados no Anexo VII - Seções Transversais Viárias (Perfis Viários), Anexo IX - Tabela com as Características Geométricas das Vias Básicas e no Anexo X - Tabela com Novo Gabarito Padrão das Vias Urbanas.”

Art. 2º Ficam alterados os incisos I, II e acrescido o inciso III ao § 2º do artigo 13 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015,

que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. [...]

[...]

§ 2º

I - no caso de terreno, edificado ou não - 6 (seis) meses a partir da implantação da infraestrutura básica da via (meio-fio e pavimentação);

II - no caso de novas construções, ampliações ou reformas em terrenos que fazem frente a vias com infraestrutura básica, a entrega do habite-se fica condicionada à execução do passeio público;

III - para as novas construções, ampliações ou reformas em terreno que faz frente para via sem pavimentação, fica dispensada a exigência de execução do passeio para a entrega do habite-se, sendo que, após a implantação da pavimentação da via, deverá respeitar o prazo do inciso I deste parágrafo."

Art. 3º O parágrafo único do artigo 26 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015, passa a vigorar como § 1º, ficando também acrescentado ao mesmo artigo o § 2º, ambos com a seguinte redação:

"Art. 26. [...]

§ 1º A rua sem saída com extensão superior a 30m (trinta metros) deverá ter praça de retorno, devendo possuir raio mínimo de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros), conforme Anexo XIV desta Lei Complementar.

§ 2º Na rua sem saída com extensão inferior a 30m (trinta metros), fica dispensada a exigência de praça de retorno."

Art. 4º Fica alterado o caput, o inciso I e II do artigo 29 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. A via de loteamento residencial, independentemente de sua classificação, deverá ser implantada com gabarito mínimo de 14 m (metros) de largura, sendo:

I - pista de rolamento com, no mínimo, 9m (nove metros) de largura;

II - passeio de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado da via, admitindo-se assimetria na largura dos passeios."

Art. 5º Fica alterado o caput e o inciso I do artigo 31 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Em vias locais de loteamento com extensão superior a 500m (quinhentos metros), deverá ser implantado redutor de velocidade dos veículos, lombadas físicas, faixas elevadas, rotatórias ou curvas de deflexão, de modo que:

I - cada segmento da via tenha no máximo 400m (quatrocentos metros) de extensão;"

Art. 6º Fica alterado o caput e o parágrafo único do artigo 69 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 69. Além da faixa de domínio das rodovias estaduais e federais, deverá ser resguardada a faixa "não edificante" de 15m (quinze metros), de acordo com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Parágrafo único. A Rodovia Ingo Hering - BR470 tem gabarito (faixa de domínio) variado, devendo ser consultado o órgão nacional responsável.

Art. 7º Fica alterado o caput e acrescido o parágrafo único ao artigo 70 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 70. A Rodovia Deputado Francisco Mastella, a Rodovia Jorge Lacerda - SC-412 e a Rodovia Ivo Silveira SC-108 têm gabarito (faixa de domínio) específico, devendo ser consultado o órgão estadual responsável.

Parágrafo único. A Rodovia Deputado Francisco Mastella - SC-412, entre a VP 57 e a Rodovia Jorge Lacerda - SC-412, está sobreposta ao Trecho 01 do Anel de Contorno Viário Urbano (ACVU) e ao Anel Metropolitano, possuindo faixa de domínio total de 75m (setenta e cinco metros), sendo 30m (trinta metros) para o lado esquerdo e 45m (quarenta e cinco metros) para o lado direito a partir do eixo da rodovia, estando incluso o afastamento frontal de 12m (doze metros) previsto para o Anel de Contorno Viário Urbano da Tabela 01 - Índices Urbanísticos."

Art. 8º Ficam revogados o § 2º do artigo 49, bem como os artigos 71 e 72 da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 10 de dezembro de 2020.
Luis Carlos Spengler Filho
Prefeito em Exercício

LEI Nº 4.087, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753505

LEI Nº 4.087, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
DENOMINA O GINÁSIO DE ESPORTES MOZART NUNES.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado “Ginásio de Esportes Mozart Nunes” o ginásio de esportes localizado Rua Kennedy, nº 400, bairro Barracão, neste Município.

Art. 2º O histórico do homenageado é parte integrante da Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 10 de dezembro de 2020.
Luis Carlos Spengler Filho
Prefeito

**ANEXO ÚNICO
HISTÓRICO DO HOMENAGEADO**

O Senhor Mozart Nunes nasceu em 26 de fevereiro de 1946, na cidade de Campo Erê, Oeste Catarinense. Casou com a Senhora Neide Luiza Nunes e tiveram 5 (cinco) filhos, sendo que em 2020 completariam 50 (cinquenta) anos de casados.

Na cidade de Campo Erê, Mozart Nunes trabalhou na Prefeitura desempenhando a função de motorista de trator e carregadeira por mais de 20 (vinte) anos. Na cidade de Gaspar, residiu com toda sua família por 24 (vinte e quatro) anos no bairro Barracão. Também exerceu a atividade de pedreiro por muitos anos. Mozart Nunes faleceu no dia 10 de abril de 2017, em virtude de um câncer.

A primeira reunião para fundação da Associação de Moradores Residencial Vila Isabel aconteceu na residência do Senhor Mozart, no dia 24 de março do ano de 2002, no loteamento Vila Isabel, bairro Barracão. Assim nasceu a entidade, justamente para lutar por melhorias, pois até aquele momento o local era irregular e sem nenhuma infraestrutura, as ruas não possuíam pavimentação, eram identificadas apenas por letras, entre demais problemas. Em 2020, a Associação completou 18 (dezoito) anos de atividades.

Mozart Nunes foi um dos sócios fundadores da Associação e seu primeiro presidente. Esteve à frente da entidade nos seguintes mandatos: 2002/2004 como presidente; de 2004/2005 e 2006/2007 como vice-presidente, além disso atuou junto ao conselho. Assumiu novamente a presidência no final de 2016.

Desta forma, dedicou-se à função de líder comunitário, de forma gratuita, por 15 (quinze) anos de sua vida, sendo um dos sócios fundadores da entidade. Lutou por melhorias relacionadas à infraestrutura, esporte e segurança no trânsito no loteamento Vila Isabel e bairro Barracão. Pelo exemplo de doação e dedicação a uma causa, a Associação realiza a homenagem a este cidadão que tanto amou esta terra e que seu exemplo sirva de inspiração para aqueles que continuarem lutando.

LEI Nº 4.088, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753509

LEI Nº 4.088, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular as seguintes dotações, nos valores indicados, dos seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Atividade: 2018 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Dotação: 363 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 03 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Unidade: 04 Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	

Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Atividade: 2022 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa	
Dotação: 35 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.183.900,00
Unidade: 14 DITRAN - Diretoria de Trânsito	
Função: 26 Transporte	
Subfunção: 782 Transporte Rodoviário	
Programa: 0015 Gestão da Ditrán	
Atividade: 2078 Manutenção da Ditrán	
Dotação: 367 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 05 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Unidade: 10 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo	
Atividade: 2054 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 368 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 370 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Órgão: 11 Procuradoria-Geral do Município	
Unidade: 23 Procuradoria-Geral do Município	
Função: 03 Essencial à Justiça	
Subfunção: 092 Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município	
Atividade: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral	
Dotação: 372 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Órgão: 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	
Unidade: 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	
Função: 27 Desporto e Lazer	
Subfunção: 811 Desporto e Rendimento	
Programa: 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer	
Atividade: 2158 Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	
Dotação: 2 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.237,70

Art. 2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos das dotações constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 04 Secretaria de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação de Ensino Infantil	
Ação: 1021 Construção, Ampliação e Reforma de CDI Salas Multifuncionais	
Dotação: 111 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
Atividade: 2038 Ampliação e Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 125 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Ação: 1099 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 115 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Educação Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Ação: 1029 Constr, Ampliação e Ref. Escolas, Quadras Esp., Lab. Salas Mult	
Dotação: 136 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	

Dotação: 154 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Ação: 1177 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 141 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria	
Dotação: 371 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações diretas	R\$ 150.000,00
Órgão: 12 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	
Unidade: 25 Fundação Municipal de Esportes e de Lazer	
Função: 27 Desporto e Lazer	
Subfunção: 812 Desporto Comunitário	
Programa: 0028 Gestão Fundação Municipal Esportes e Lazer	
Atividade: 1187 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 5 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.237,70

Art. 3º Fica criado o crédito especial abaixo, no valor de R\$ 783.900,00 (setecentos e oitenta e três mil e novecentos reais) junto ao quadro orçamentário da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial, na forma indicada, com recursos do artigo 1º:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 452 Serviços Urbanos	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Atividade: 2096 Revisão e Complementação do Plano Diretor e Geoprocessamento	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 783.900,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 10 de dezembro de 2020.

Luis Carlos Spengler Filho

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 89/2020

Publicação Nº 2753718

RESOLUÇÃO Nº 89/2020.

DISPÕES SOBRE DETERMINAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE FUNÇÕES EM REGIME DE TRABALHO REMOTO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no artigo 41, incisos V e VI da Lei Orgânica Municipal, bem como no Regimento Interno da Edilidade,

Considerando a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção à infecção e à propagação no novo coronavírus [SarsCov2], causador da doença respiratória Covid-19, externada pelo Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, bem como o teor dos decretos estaduais subsequentes;

Considerando o teor das medidas já decretadas pelo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina;

Considerando a seriedade da situação que assola todo o planeta, diante da pandemia ora enfrentada, a necessidade resguardar a segurança dos ambientes de trabalho e a necessidade de preservar aqueles integrantes dos considerados grupos de risco;

Considerando o teor dos documentos anexos à presente Resolução, referentes aos servidores Elaine Cristina Wandalen e Itauby Bueno Moraes;

Resolve:

Art. 1º O período compreendido entre 26 de outubro do corrente ano (inclusive) e 30 de outubro do corrente ano (inclusive), deverá ser computado em relação à servidora Elaine Cristina Wandalen como período trabalhado de forma remota.

Art. 2º O período compreendido entre o dia 1º de novembro do corrente ano (inclusive) e o dia 31 de dezembro do corrente ano (inclusive) deverá ser computado em relação ao servidor Itauby Bueno Moraes como período de trabalho na forma remota.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 26 de outubro do corrente ano.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 4 de dezembro de 2020.

CIRO ANDRÉ QUINTINO

Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 043/2020 - PROCESSO 116/2020 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) EM CONFORMIDADE COM A

Publicação Nº 2753668

CONTRATO Nº 043/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) EM CONFORMIDADE COM A DISPENSA DE LICITAÇÃO 116/2020 PROCESSO 116/2020.

Pelo presente instrumento, o Município de GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede à Praça 6 de Novembro, bairro Ganchos do meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito(a), Senhor(a) JULIANO DUARTE CAMPOS, Brasileiro, Casado, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 102, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 590, de 10/05/2008.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO CONTRATUAL

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas:

1. 1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – CIGA DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);
2. 2. Gestão de Obras – CIGA OBRAS: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;
3. 3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – CIGA SIMPLES: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;
4. 4. Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – CIGA NOTA: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;
5. 5. Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA;
6. 6. Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos;
7. 7. Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – CIGA DEC: permite que os atos e termos processuais municipais sejam formalizados, comunicados e transmitidos por formato eletrônico por meio de uma caixa postal eletrônica, com acesso restrito aos usuários cadastrados e autorizados. A ferramenta garante sigilo, identificação, autenticidade e integridade das informações.

8. Coletor de Dados- CIGA COLETOR: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada;

9. Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos – E-CIGA: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro das tramitações eletrônicas de processos administrativos. O e-CIGA contribui para agilizar a tramitação de processos administrativos; ampliar o acesso dos interessados; permitir o envio de informações por meio eletrônico; melhorar a comunicação dos atos processuais; facilitar a recuperação de dados. O sistema também facilita a gestão de documentos e reduz o uso de papel.

Parágrafo Único. O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 10.014,55 (dez mil e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário - DOM/SC - R\$ 6.120,00
2. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples - R\$ 2.520,00
3. Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM - R\$ 651,00
4. Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT/SC – R\$ 723,55

Parágrafo Primeiro. Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA, para a Administração Pública, Exercício 2021, aprovada por sua Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, e constante de Resolução expedida por seu Presidente (Resolução CIGA n.º 185, de 28 de setembro de 2020).

Parágrafo Segundo. A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, poderá ser corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas por seu Presidente.

Parágrafo Terceiro. Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto. A customização do sistema contratado, quando solicitada pela CONTRATANTE em aspectos não previstos neste contrato, e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 10.014,55 (dez mil e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 834,54 (oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5414-3, Conta Corrente n.º 19550-2, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- ocorrerem fatos imprevisíveis;
- ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- em caso de força maior ou caso fortuito; e
- ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único. É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.92.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021, nos termos da Lei Municipal nº 1058/2015 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro. Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- b.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e pela proteção de dados pessoais, bem como definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- g) Permitir que a CONTRATADA monitore dados relevantes dos usuários e sistemas que possibilitem auditorias de acesso e controle de segurança da informação;
- h) A CONTRATANTE declara que adota políticas e/ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor e contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet e que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados;
- i) A CONTRATANTE declara que o tratamento de dados pessoais é realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como adota mecanismos de segurança das informações e mitigação de risco; e
- j) A CONTRATANTE declara que o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observam as disposições legais.

Parágrafo Segundo. Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que porventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados; e
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro. Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo Único. Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelos direitos autorais, direito de propriedade industrial, direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro. Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento de comunicação formal, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela

CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo. Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISTRATO E RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro. Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Primeiro. No âmbito dos programas de computador, aplicam-se à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

Parágrafo Segundo. No que toca à proteção de dados pessoais e compliance, é dever de ambas as partes estar em conformidade com as legislações cogentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro. Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo. Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA manterá armazenados os dados da CONTRATANTE existentes em seu servidor pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto. O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em

Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes, nos termos do artigo 53 do Contrato de Consórcio Público do CIGA.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Governador Celso Ramos, 10 de Dezembro de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de GOVERNADOR CELSO RAMOS CONTRATANTE
GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JOSIANE PEREIRA MARTINS SECRETÁRIA DE FINANÇAS
FERNANDA ROSA SOCAL Gestora de Contrato do CIGA

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS 24/2020 PROCESSO 24/2020 1

Publicação Nº 2753619

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
DA TOMADA DE PREÇOS 24/2020
PROCESSO 24/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E QUÍMICA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA CONVENCIONAL COMPACTA, CONSTRUÍDA EM FIBRA DE VIDRO E/OU POLIPROPILENO, NA PRAIA DE PALMAS, BAIRRO JARDIM GAIVOTAS TOTALMENTE AUTOMATIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

EMPRESAS QUE HABILITADAS:
BIO G SISTEMAS DE SANEAMENTO LTDA
JOCENIL SOARES EPP

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DEU INICIO A SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DO PROCESSO 24/2020 - TOMADA DE PREÇOS 24/2020, NA DATA E HORARIOS MARCADOS 03/12/2020 - 14:30 HS, EM QUE RESTAVAM HABILITADAS PARA ESSA FASE DUAS EMPRESAS BIO G SISTEMAS DE SANEAMENTO LTDA E JOCENIL SOARES EPP. NA SEQUÊNCIA OCORREU A ABER-TURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS E PASSADAS Á RUBRICA DA COMISSÃO E DOS REPRESENTANTES PRESENTES. APÓS A ANÁLISE DAS PROPOSTAS POR PARTE DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, AS MESMAS FORAM DEVOLVIDAS A COMISSÃO PER-MANENTE DE LICITAÇÃO COM QUESTIONAMENTO REALIZADO PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA BIO G SISTEMAS DE SANEAMENTO LTDA NO QUAL DIZ FALTAR A DECLARAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NO CAPÍTULO 10, subitem 10.3 alinea "e". APÓS A COMISSÃO ANALISOU E JULGOU:

AS DUAS EMPRESAS RESTARAM CLASSIFICADAS NO CERTAME, MUITO EMBORA AMBAS APRESENTASSEM OMISSÕES REFERENTES AO MESMO CAPITULO X, SUBITEM 10.3:

A EMPRESA JOCENIL APRESENTOU DECLARAÇÃO EXPRESSA COM O TEXTO DISTINTO DO EDITAL;

A EMPRESA BIO G NÃO ATENDEU NA ÍNTEGRA AO SUBITEM SUPRACITADO ALÍNEA "d" POIS DEIXOU DE ESCREVER O VALOR TOTAL POR EXTENSO COMO SOLICITA O EDITAL.

PORÉM, POR SEREM ERROS/OMISSÕES PURAMENTE FORMAIS, E COM RESPALDO NO CAPITULO XIX, A COMISSÃO DECIDIU POR RELE-VAR AS OMISSÕES, PERMANECENDO ASSIM, AS DUAS EMPRESAS CLASSIFICADAS NO CERTAME.

A EMPRESA JOCENIL SOARES EPP, APRESENTOU UM VALOR EXPRESSIVELMENTE ABAIXO DO EDITAL E DA PROPOSTA CONCORRENTE E, PORTANTO A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO FEZ A DILIGÊNCIA SOLICITANDO PRA QUE A MESMA SE MANIFESTE ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DE PLANILHAS DE CUSTOS ACERCA DA EXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTE EDITAL E TAMBÉM, APRESENTANDO A DECLARAÇÃO FALTANTE DO CAPÍTULO X, SUBITEM 10.3 ALÍNEA "e". FICA DESDE JÁ ESTABELECIDO A DATA DE 09/12/2020 ATÉ AS 17:00HS PARA A EMPRESA JOCENIL SOARES EPP, DE MENOR PREÇO, APRESENTAR OS DOCUMENTOS SOLICITADOS.

A EMPRESA BIO G SISTEMAS DE SANEAMENTO LTDA REQUER A CÓPIA DO PROCESSO, MOMENTO EM QUE FOI INFORMADA DE QUE HÁ PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS PARA TAL.

ABRE-SE PRAZO RECURSAL. SEM MAIS, ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO.

Governador Celso Ramos, 03 de dezembro de 2020.

FABIANO FRANCISCO MONTEIRO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
EDSON ANTONIO FRANCISCO MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	ANGILBERTO ROBERTO AMOM MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GILCÉLIO ADEJAIME MONTEIRO MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	DANILO VALDENIR MARTINS MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS 24/2020 PROCESSO 24/2020 2

Publicação Nº 2753624

ATA DA SESSÃO DE CONTINUIDADE DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
DA TOMADA DE PREÇOS 24/2020
PROCESSO 24/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E QUÍMICA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA CONVENCIONAL COMPACTA, CONSTRUÍDA EM FIBRA DE VIDRO E/OU POLIPROPILENO, NA PRAIA DE PALMAS, BAIRRO JARDIM GAIVOTAS TOTALMENTE AUTOMATIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

EMPRESAS QUE HABILITADAS:

BIO G SISTEMAS DE SANEAMENTO LTDA

JOCENIL SOARES EPP

A EMPRESA JOCENIL SOARES EPP, APRESENTOU UM VALOR EXPRESSIVELMENTE ABAIXO DO EDITAL E DA PROPOSTA CONCORRENTE E, PORTANTO A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO FEZ A DILIGÊNCIA SOLICITANDO PRA A MESMA A DEMONSTRAÇÃO DE PLANILHAS DE CUSTOS ACERCA DA EXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTE EDITAL E TAMBÉM, APRESENTASSE A DECLARAÇÃO FALTANTE DO CAPÍTULO X, SUBITEM 10.3 ALÍNEA "e", PARA A COMPLETA LISURA DO CERTAME E ESTABELECEU A DATA DE 09/12/2020 ATÉ AS 17:00HS PARA A EMPRESA JOCENIL SOARES EPP, DE MENOR PREÇO, APRESENTAR OS DOCUMENTOS SOLICITADOS.

A EMPRESA JOCENIL SOARES EPP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE JOCENIL SOARES NA DATA DE 08/12/2020 ÀS 11:00HS ENTREGOU A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA.

ANALISANDO E JULGANDO A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, QUAL SEJA AS DECLARAÇÕES E AS PLANILHAS DE CUSTOS QUE DEMONSTRAM A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CONCLUIU PELA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA SAGRANDO ASSIM A EMPRESA JOCENIL SOARES EPP COMO VENCEDORA DO CERTAME POR TER APRESENTADO O MENOR PREÇO PARA O OBJETO DA LICITAÇÃO. ABRE-SE PRAZO RECURSAL. SEM MAIS, ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO.

Governador Celso Ramos, 09 de dezembro de 2020.

FABIANO FRANCISCO MONTEIRO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
EDSON ANTONIO FRANCISCO MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	ANGILBERTO ROBERTO AMOM MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GILCÉLIO ADEJAIME MONTEIRO MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	DANILO VALDENIR MARTINS MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Grão Pará

PREFEITURA

ANEXO ÚNICO DECRETO N. 59-2019

Publicação Nº 2753860



Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

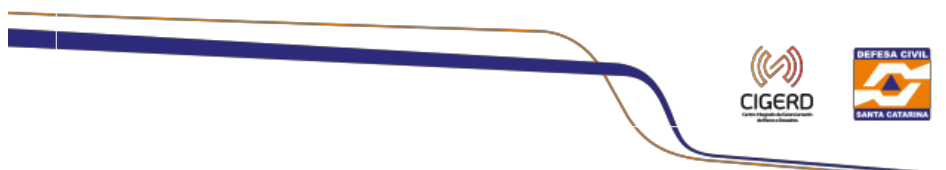
PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA-EDUCAÇÃO

PARA PREVENÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA
DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NOS ESTABELECIMENTOS
DOS DIVERSOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO/ENSINO

GRÃO-PARÁ

PLANCON-EDU/COVID-19

Outubro de 2020
Mês



COMITÊ ESTRATÉGICO DE RETORNO AS AULAS

Entidades Participantes:

Este Modelo de Plano de Contingência foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil de Santa Catarina e do Comitê Estratégico de Retorno as Aulas e vem acompanhado do **Caderno de Apoio ao Plancon-Covid-19**.

Governo do Estado de Santa Catarina

Carlos Moisés da Silva

Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina

João Batista Cordeiro Junior

Secretário de Estado da Educação

Natalino Uggioni

Diretor de Gestão de Educação – Defesa Civil de Santa Catarina

Alexandre Corrêa Dutra

Equipe elaboração Modelo de Plano de Contingência Comitê Técnico Científico Defesa Civil de Santa Catarina:

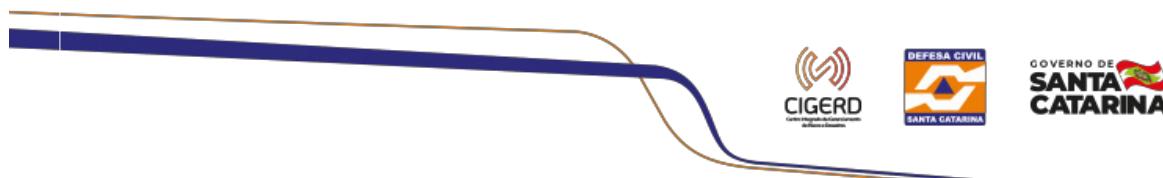
Coordenação: Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)

Sub Coordenação:

Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)
Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)
Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)
Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Leandro Mondini – Instituto Federal Catarinense (IFC)
Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Consultores Externos:

Maria Cristina Willemann (Epidemiologista – Mestre em Saúde Pública)



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



Fundação Catarinense de Educação Especial



coMrrt TECNICO CIENII, FICO

Q FICAM

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

UNCIME



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

MISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

SÃO DE DEFESA DOS DIREITOS PESSOA COM DEFICIÊNCIA

C.O.M. DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Secretaria



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

COMITÊ ESTRATÉGICO DE ROTORNO ÀS AULAS – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Coordenação Geral:

Carin Deichmann (SED)

Coordenação Grupos de Trabalho:

Jeane Rauh Probst Leite (FCEE) – GT Medidas Sanitárias

Marcos Vieira (SED) – GT Gestão de Pessoas

Osmar Matiola (SED) – Gestor GT Transporte Escolar

Patrícia de Simas Pinheiro (SED) – Gestora GT Alimentação Escolar

Sônia Regina Victorino Fachini (UNDIME) – GT Medidas Pedagógicas

Colaboradores Grupos de Trabalhos Cadernos: 1- Diretrizes Sanitárias; 2- Diretrizes Sanitárias para Alimentação Escolar; 3- Diretrizes Sanitárias para o Transporte Escolar; 4- Diretrizes Pedagógicas; Diretrizes para Gestão de Pessoas.

Alex Cleidir Tardetti (UNDIME)

Alexandre Oliveira (FEETEEESC) Aline Coral (FECAM)

Aline Vitali Grando (SES)

Ana Paula de Oliveira Scherer (UNCME)

Argos Gumbowsky (UNCME)

Ariane Almeida (FECAM)

Betris Clair Andrade (SED) Cali Ferri (SED)

Claúdia Siviane Favero (UNDIME)

Claudio Luiz Orço (UNCME)

Cleonice Maria Beppler (CTC/DCSC/IFC)

Cristiane Chitolina Tremea (FECAM)

Cristiano Rodolfo Tironi (UNDIME)

Danielly Samara Besen (MPSC)

Daphne de Castro Fayad (MPSC)

Darli de Amorim Zunino (UNCME)

Estela Maris Bergamini Machado (UNDIME)

Fabiana de Melo Giacomini Garcez (FCEE)

Fabricio Melo (FECAM)

Florindo do Rio Neto (SES)

Gilmara da Silva (FECAM)

Gláucia da Cunha (TCE-SC)

Graziela Caetano da Rosa Schwartzhaupt (FECAM)

Humberto L. Dalpizzol (FECAM)

Janice Aparecida Steidel Krasniak (ALESC/CDDPD)

João Luiz de Carvalho Botega (MPSC)

Joice Elizabet da Silva (FCEE)

Jorge Luiz Buerger (UNDIME)

Jorge Luiz de Souza (FETEEESC)

Karla Simone Martins Dias (FCEE)

Lidiane Ventura Fraga (FECAM)

Lineia Pezzini (FECAM)

Lizeu Mazzioni (FETRAM)

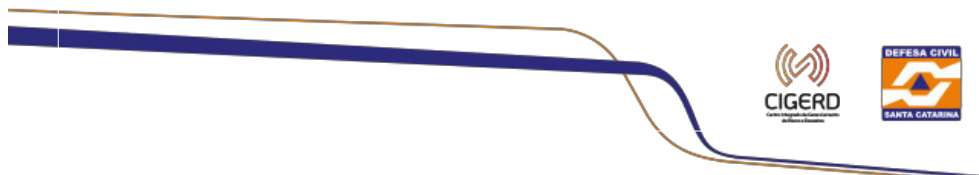
Locenir T. de Moura Selivan (FECAM)

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj (SES)

Lúcia Cristina Gomes (FEETEEESC)

Luciane Carminatti (ALESC/CECD)

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

Luzia Biancato Alberton (SINTE/SC)
Maíke Cristine Kretzschmar Ricci (SED)
Maria Nadir Araújo Souza (UNDIME)
Maria Regina Souza Soar (FECAM)
Mário Fernandes (UNDIME)
Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas (CTC/DCSC)
Marta Aparecida de Lima Machado Calegari (UNCME)
Maurício Fernandes Pereira (UNDIME)
Maximiliano Mazera (TCE-SC)
Michelle Fernanda De Conto El Achkar (TCE-SC)
Michele Vieira Ebone (SES)
Odécia Almeida de Souza da Silva (FECAM)
Osanilda da Silva Melo Nascimento (SED)
Paula Cabral (SED)
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim (CTC/DCSC/IFSC)
Plauto Mendes (UNDIME)
Raimundo Zumblick (CEE)
Raphael Périco Dutra (TCE-SC)

Regina Panceri (DCSC)
Rita de Cassia Maraschin da Silva (CEAE)
Roberta Lima Guterres (FCEE)
Roberta Vanacor Lenhardt (SES)
Rose Maria Macowski (UNCME)
Rosemari Schiessl dos Passos (FECAM)
Rosemary da Silva Santos (UNDIME)
Rosimari Koch Martins (SED)
Sadi Baron (FECAM)
Sandra Maria Galera (UNDIME)
Sandro Luiz Cifuentes (SINTE/SC)
Sandro Medeiros (SED)
Sueli Silvia Adriano (FETRAM)
Valci Terezinha de Souza (FECAM)
Vera Lucia Freitas (SINTE/SC)
Vicente Caropreso (ALESC/CDDPD)
Volmir Zolet da Silva Junior (MPSC)
Wilsony Gonçalves (ALESC/CECD)

Colaboradores Grupos de Trabalhos Cadernos: 6- Informação e Comunicação; 7- Capacitação e Treinamento; 8- Finanças

Amanda Cristina Pires (CTC/DCSC)
Carin Deichmann (SED)
Caroline Margarida (CTC/DCSC)
Cleonice Maria Beppler (CTC/DCSC)
Elna Fátima Pires de Oliveira (CTC/DCSC)
Fabiana Santos Lima (CTC/DCSC)
Francisco Costa, Gladis Helena da Silva
Harrysson Luiz da Silva
Janete Josina de Abreu
José Luiz Gonçalves da Silveira (CTC/DCSC)
Leandro Mondini (CTC/DCSC)

Maria Hermínia Schenkel
Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas
Noemi Janaína Gimenez Falcão (CTC/DCSC)
Pâmela do Vale Silva
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim (CTC/DCSC)
Regina Panceri
Renann inácio Rita (CTC/DCSC)
Rodrigo Nery e Costa (CTC/DCSC)
Sarah Cartagena
Vanessa Scoz Oliveira (CTC/DCSC)



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL

Plano de contingência aplicável ao município de:

Grão-Pará/SC

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

I – Representante da Secretaria de Educação, que o presidirá:

Meri Terezinha Kuelkamp Schilickmann

II – Representante da Secretaria de Saúde:

Joelma da Luz

III – Representante da Secretaria de Assistência Social:

Rosiane Gil Stembach

IV – Representante da Secretaria Municipal de Fazenda ou de Administração:

Josiane Kulkamp Meurer

V – Representante dos profissionais e trabalhadores de educação:

Renata Pinto Costa

VI – Representante dos estudantes da Educação Básica:

Cátia Brolez

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:

Edinara Herick Bussolo

VIII – Representante das Comissões Escolares:

Maria Suzana Roecker Pickler

IX – Representante das escolas da Rede Estadual:

Denise Bussolo

X – Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

Dilciléia Pereira Wessler

XI – Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar:

Greicy de Oliveira Pedroso

XII – Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB:

Juliana Mirian Kafka

XIII – Representantes dos grupos organizados dos transportadores escolares:

Jane Bonin

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

Marcio Borba Blasius

Prefeito(a) Municipal

Dione Heinzen

Proteção e Defesa Civil

Ricardo Ascari

Secretaria de Saúde

Meri Terezinha Kulkamp Schilickmann

Secretaria de Educação

Membros da equipe:

Meri Terezinha Kulkamp Schilickmann

Dilciléia Pereira Wessler

Jane Bonin

Edinara Hereck Bussolo

Adeíse Bussolo Rohling

Greicy de Oliveira Pedroso

Joelma da Luz

Rosiane Gil Stembach

Denise Bussolo

Juliana Mirian Kafka

Maria Suzana Roecker Pickler

Renata Pinto Costa

Josiane Kulkamp Meurer

Cátia Brolez

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA.....	11
3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO.....	12
4. OBJETIVOS	12
4.1 OBJETIVO GERAL.....	12
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
5. CENÁRIO DE RISCO	13
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	13
5.2 AMEAÇA(S).....	15
5.3 VULNERABILIDADES.....	16
5.4 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR.....	17
5.4.1 Capacidades instaladas.....	17
5.4.2 Capacidades a instalar	18
6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO.....	19
7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA	20
7.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)	20
7.1.1 DAOP de Medidas Sanitárias	37
7.1.2 DAOP Medidas Pedagógicas	37
7.1.3 DAOP Alimentação Escolar	37
7.1.4 DAOP Transporte Escolar.....	37
7.1.5 DAOP Gestão de Pessoas.....	37
7.1.6 DAOP Capacitação e Treinamento.....	37
7.1.7 DAOP Comunicação e Informação.....	37
7.1.8 DAOP Finanças.....	37
7.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL)	38
7.3 SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME)	38
7.3.1 Dispositivos Principais	38
7.3.2 Monitoramento e avaliação	40
ANEXO 1 MODELO BOLETIM	26
ANEXO 2 MODELO RELATÓRIO.....	27
ANEXO 3 DADOS QUANTITATIVOS:	28
ANEXO 4 DESTAQUES EVIDENCIADOS, ASPECTOS A MELHORAR E LIÇÕES APRENDIDAS.....	29

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

1) INTRODUÇÃO

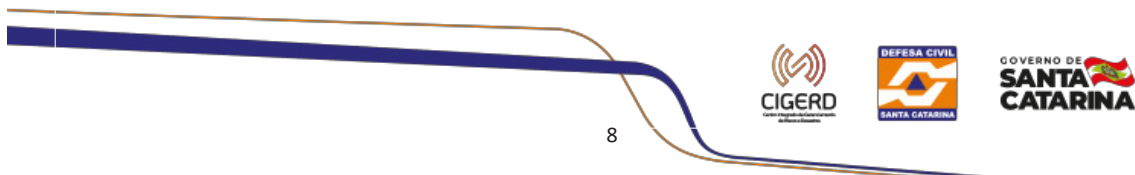
A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos Coronavírus — o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como faz a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, tomando em consideração a amplitude de sua distribuição mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

- a) ser uma nova doença que afeta a população;
- b) o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave; e
- c) ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as medidas tomadas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente, estamos em estado de calamidade pública, decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE, 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo N° 6, de 20 de março, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou situação de emergência, através do Decreto n° 515, por conta da pandemia de Coronavírus. O Decreto n° 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n° 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto n° 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente. Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria n° 544 que dispõe sobre a substituição das



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria nº 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

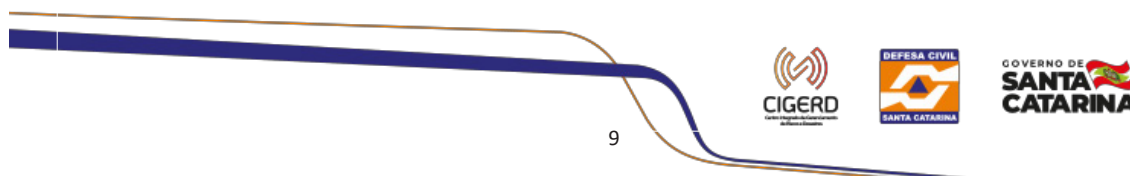
O calendário escolar deverá ser adaptado de forma a diminuir os danos causados pela suspensão das aulas. Deverão seguir, até que novas publicações sejam realizadas, a Medida Provisória 934 (Brasil, 2020d) que flexibiliza os 200 dias letivos, mantendo a obrigatoriedade das 800 horas de atividades educacionais anuais; e o parecer n. 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2020a).

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

- a) a propagação do vírus ser fácil e rápida;
- b) a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);
- c) a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;
- d) a possibilidade de gerar sobrecarga e, mesmo, ruptura, nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;
- e) a taxa de mortalidade poder atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações das instituições de saúde municipais, estaduais, federais e internacionais. As atividades a desenvolver devem ser, sempre, proporcionais e adaptadas ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem),



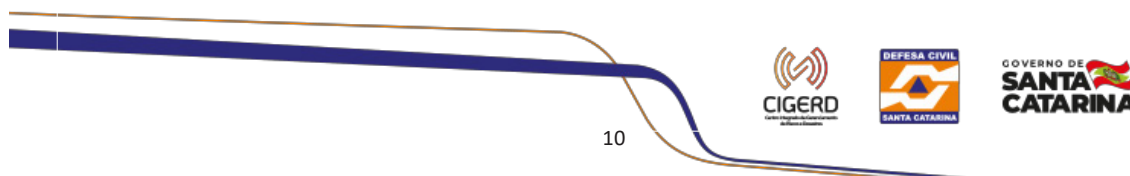
Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados na fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estamos elaborando em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante as escolas dos diversos níveis de escolaridade e respectivas comunidades escolares/acadêmicas catarinenses (alunos, professores, funcionários e familiares de todos eles), elaborou o presente PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O PLANCON-EDU/COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta gerais, para o enfrentamento da epidemia do novo Coronavírus (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentados deverão ser adaptados para cada situação Municipal (ou Regional) e para cada Escola e aplicadas de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

2) ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do Plano de Contingência MUNICIPAL Escolar (PLACONESC-EST) obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.

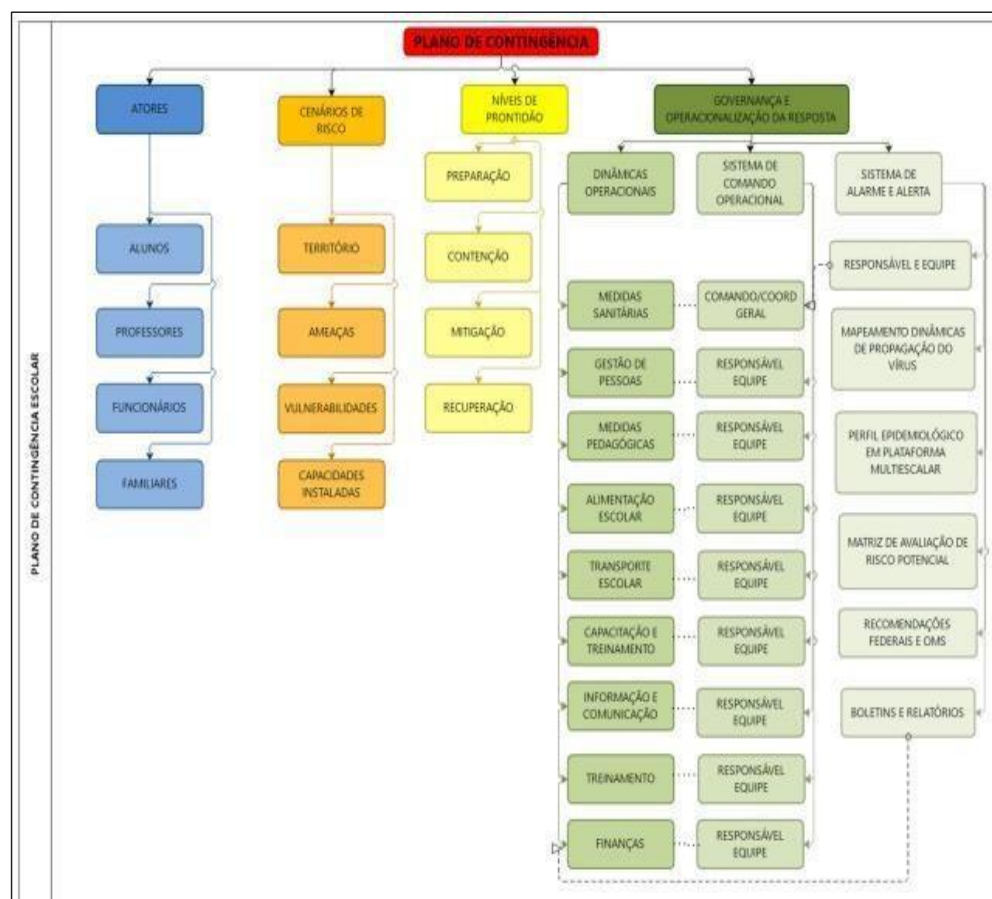


Figura 1. Mapa conceitual de estrutura do Plano.

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

3) ATORES/POPULAÇÃO ALVO

Público alvo: todos os alunos, de todos os níveis de ensino, respetivos professores, funcionários e familiares do Estado de Santa Catarina do Municípios de Grão-Pará, localizado na região de SUL.

4) OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança do sistema educativo no estado, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação gerais para o enfrentamento da epidemia que, depois, deverão ser adaptadas a cada município/região e escola, enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando criar condições para a continuidade da sua missão educacional.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar os cenários gerais de riscos dos estabelecimentos de ensino dos diversos graus de cada região/município (ameaças, nos territórios envolvidos, ameaças, vulnerabilidades e capacidades instaladas ou a instalar);
- b) Definir as dinâmicas e ações operacionais e elaborar os protocolos operacionais específicos, aplicáveis às diversas atividades escolares dos diversos níveis, cumprindo todas as recomendações oficiais;
- c) Estabelecer um Sistema de Comando Operacional que oriente, acompanhe, monitor e avalie as dinâmicas e ações definidas e sua aplicação em cada município/região e/ou escola, em especial, na retomada de atividades presenciais;
- d) Assegurar informação constante de boletins atualizados e outros materiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;
- e) Garantir uma eficiente comunicação interna (com regiões/municípios ou com escolas da região/município e seus alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e população em geral);
- f) Determinar quais os recursos necessários e possíveis a serem mobilizados para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID- 19;
- g) Planejar ações gerais de resposta/mitigação e recuperação, aplicáveis e adaptáveis pela generalidade dos estabelecimentos de ensino, com devidas adaptações, por eles promovidas;
- h) Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

aos resultados esperados;

- i) Ajudar a gerir as regiões/municípios/escolas a lidar com eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando para que, de imediato, possam usufruir de todo o apoio necessário, evitando ou restringindo situações de contágio;
- j) Criar condições para que seja possível assegurar a continuidade da missão educativa das escolas de todos os tipos e níveis no estado, estabelecendo recomendações sobre estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;
- k) Contribuir para garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

5. CENÁRIO DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para o cenário de risco associado à ameaça da COVID 19, em todos os territórios educativos do estado/município/região e tomando em consideração as vulnerabilidades gerais possíveis de serem identificadas e as capacidades gerais instaladas/a instalar, a nível estadual/municipal/regional.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Estamos considerando todos os territórios educativos dos diversos níveis e graus e suas inserções em territórios próximos e com territórios relacionados com circulação e transporte associados à atividade escolar.

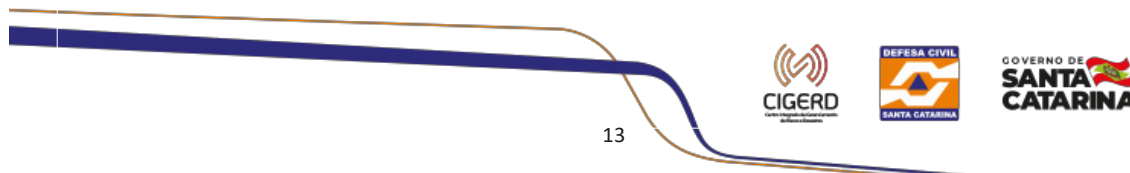
O território catarinense abarca 295 municípios, tendo 1.270 escolas estaduais, 3.896 escolas municipais, 39 escolas federais, 1.295 escolas privadas.

No que se refere ao número de estudantes e matrículas são 194.601 em creches, 191.697 em pré-escolas, 473.080 em séries Iniciais (de 1º ao 5º ano), 392.182 em anos finais (de 6º ao 9º ano), 312.925 ensino médio e profissional, 69.270 EJA (Educação de Jovens e Adultos), 36.734 em Educação Especial.

Os dados apontam que 22% da população catarinense é de estudantes, sem contar os estudantes das escolas e institutos federais de educação e das universidades e centros universitários.

Das escolas 90% ofertam alimentação, 80% água filtrada, 97% faz coleta de lixo periódica.

Quanto ao número de servidores são 205.268 pessoas entre professores, servidores administrativos,



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

serviços gerais, dentre outros.

Para o Município de Grão-Pará, é importante salientar que:

O território Grão-paraense, possui 7 (sete) escolas municipais, sendo 2 (duas) desdobramentos do CEI Tio Patinhas, denominadas Creche I e Creche II escolas municipais, 2 (duas) escolas estaduais, 1 (uma) escola de educação especial e 1 (um) Centro Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No que se refere ao número de estudantes e matrículas são 197 (cento e noventa e sete) em creches, 192 (cento e noventa e dois) em pré-escolas, 410 (quatrocentos e dez) em anos Iniciais (de 1º ao 5º ano), 350 (trezentos e cinquenta) em anos finais (de 6º ao 9º ano), 200 (duzentos) ensino médio e 100 (cem) EJA (Educação de Jovens e Adultos), 22 (vinte e dois) em Educação Especial, totalizando 1.471 (mil quatrocentos e setenta e um) estudantes.

Os dados apontam que 23,6% da população graoparaense é de estudantes.

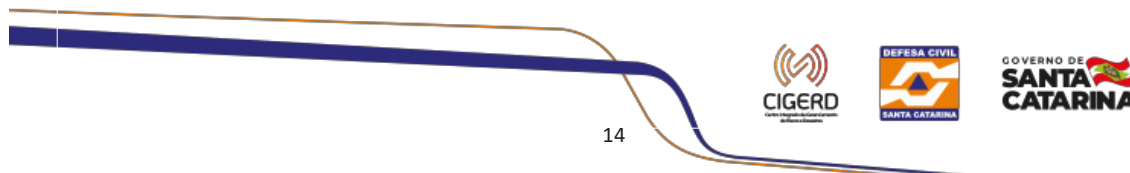
Das escolas, 100% ofertam alimentação, 100% água tratada (SAMAE), 100% faz coleta de lixo periódica. Quanto ao número de servidores o município conta 227 (duzentos e vinte e sete) profissionais.

Quanto a rede de transporte escolar, o município conta com 6 (seis) linhas próprias e realiza 9 (nove) rotas diárias totalizando 232 km rodados por dia. Oferece também transporte público escolar terceirizado com 15 linhas, realizando 20 rotas diárias totalizando 991,52 km. Portanto o município oferta diariamente 21 linhas de transporte escolar, sendo 29 rotas diárias e totalizando 1.223,52 km percorridos diariamente.

Transportando em torno de 650 alunos.

O município conta com um Posto de saúde no centro do município, um na Vila Esperança e um terceiro no Distrito de Aiurê. O Centro de Triagem específico para diagnósticos, orientações e monitoramento da COVID-19, é realizado na Unidade Central de Saúde. Atendimento é realizado das 7:00 as 18:00 hs, encaminhando os casos mais graves e emergenciais aos hospitais de Braço do Norte e Tubarão.

Há coordenação da Defesa Civil representada no município pelo Sr. Dione Heinzen.



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

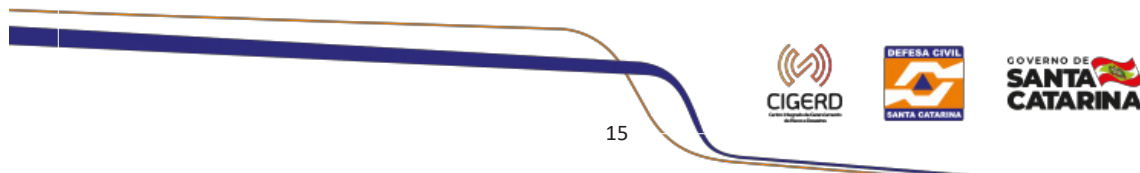
5.2 AMEAÇA(S)

A **principal ameaça** a que o plano de contingência visa dar resposta é uma **ameaça biológica**, uma pandemia, mais exatamente, a **transmissão do vírus 2019-nCoV**, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório¹, desencadeando no organismo humano a **COVID-19**.

A transmissão ocorre através de gotículas emicro gotículas de saliva e secreções nasais etc., projetadas por uma pessoa infectada e que atingem, diretamente, a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato: físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos; e/ou contato de objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados. Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, originam morte. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico. Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe, ainda, nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis tão cedo. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos, suficientemente testados, embora alguns medicamentos, tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças, tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos comecem a ser testados.

¹ Segundo dados da OMS, com base em análise possível de 56.000 pacientes, 80% têm ausência de sintomas ou sintomas leves (febre, tosse, alguma dificuldade em respirar, etc.), 14% sintomas mais severos (sérias dificuldades em respirar, grande falta de ar e pneumonias) e 6% doença grave (insuficiência pulmonar, choque séptico, falência de órgãos e risco de morte).



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

Assim, a essa ameaça principal do vírus, em si, e da doença, por vezes mortal, que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas ameaças:

- a) a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;
- b) a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados.

Nos dois últimos casos o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psicossociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

- a) o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);
- b) seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;
- c) os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde, são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;
- d) seu impacto na situação econômica global e de cada país podem gerar uma forte crise;
- e) o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;
- f) aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

5.3 VULNERABILIDADES

Consideram-se como potencialmente gerais, as seguintes vulnerabilidades, às quais os municípios/regiões e escolas acrescentarão suas vulnerabilidades específicas:

- a) facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;
- b) falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional, ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente, os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos,

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

- etiquetas corretas de tossir e espirrar;
- c) insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;
 - d) atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;
 - e) condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas etc.;
 - f) baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento social, isolamento social, uso de máscaras, entre outros);
 - g) existência de atores pertencendo a grupos de risco;
 - h) atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;
 - i) dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;
 - j) falta de formação dos professores para usar tecnologia na educação;
 - k) alunos sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;
 - l) falta de espaço físico para isolamento;
 - m) carência de recursos humanos para acompanhamento de alunos com suspeita de contágio na sala de isolamento.

5.4 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR

Considera-se, em geral, já instaladas as seguintes capacidades:

5.4.1 Capacidades instaladas

- a) Articulação intersetorial com 18 organizações representativas do estado de Santa Catarina, de diferentes segmentos (educação, saúde, proteção e defesa civil, legislativo, terceiro setor, ministério público, entre outros);
- b) Criação de um Comitê Estratégico de Retorno às Aulas com as referidas instituições para planejamento e elaboração de diretrizes, plano de contingência e futuras ações;
- c) Expansão do processo e regionalização das ações por meio das coordenadorias regionais de educação (36), de saúde (16), de proteção e defesa civil (20), das associações de municípios (21), das

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

equipes municipais organizadas para o combate a Covid-19 PLANTÃO COVID.;

- d) Utilização do espaço e da infraestrutura das coordenadorias regionais de educação, dos centros integrados de gerenciamento de riscos e desastres regionais (CIGERDs), das associações de municípios, entre outros;
- e) Capacidade técnica das equipes envolvidas, em especial, quanto ao seu âmbito específico de atuação.
 - a) Comissões Escolares

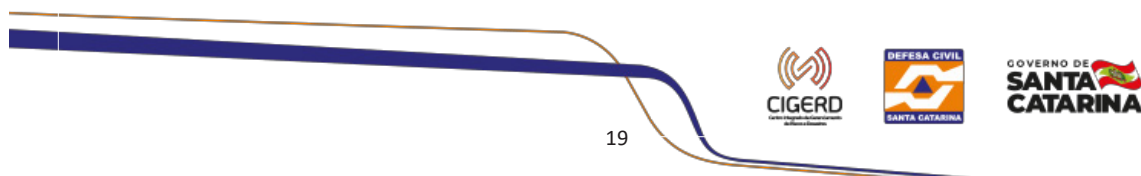
5.4.2 Capacidades a instalar

- a) Capacitação/treinamento geral de agentes educativos em diversos aspectos respeitantes ao planejamento de retorno às aulas;
- b) Capacitação/treinamento de agentes educativos em aspectos específicos das diretrizes constantes do planejamento de retorno às aulas;
- c) Desenvolvimento de estratégias orientadas para que agentes educativos/alunos e pais evoluam em suas percepções de risco face ao COVID-19;
- d) Realização de simulados de mesa (antes) com coordenadorias regionais e de campo (no início do retorno) nas unidades escolares;
- e) Melhoria progressiva das condições infraestruturas dos estabelecimentos de ensino/educação, em tudo o que se revelar possível;
- f) Desenvolver mecanismos de resiliência de curto, médio e longo prazo;
- g) Desenvolver Plano de Comunicação integrado;
- h) Disseminação e divulgação do plano de contingência de modo a contemplar todas as organizações envolvidas e em especial, as unidades escolares;
- i) Aquisição das EPIs e disponibilização de demais materiais conforme DAOP Medidas Sanitárias para que as escolas possam retornar com segurança.
 - a) Espaço adequado para isolamento de pessoas das instituições com suspeita de Covid-19.
 - b) Remanejamento de recursos humanos para acompanhamento de pessoas da instituição escolar.

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.





FASES	SUBFASES	CARACTERÍSTICAS	PLANCON ESTADUAL
PREPARAÇÃO		Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora	
	Contenção (por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado)	Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada). Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas, saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada.	Alerta (quando somente há ocorrências em outros estados) e Perigo Iminente (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária)
RESPOSTA	Mitigação (podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão)	A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária. Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes etc. Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas.	Emergência de Saúde Pública
RECUPERAÇÃO		Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em partes similares às previstas para a fase de Contenção.	

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19 nos estabelecimentos educacionais e escolares dos diversos níveis

Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19.

Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como a que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar neste tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos neste problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente, relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

- a) o das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;
- b) o do Sistema de Comando Operacional, propriamente dito, diferenciado do “normal” sistema e processo de governo, mas com ele interligado, e que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;
- c) o do Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permite, identificar os eventuais ajustes que se torna necessário implementar.

7.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)

As diretrizes, dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas encontram-se, em seguida, indicadas.

No planejamento da implementação das diretrizes, dinâmicas e ações sugere-se seja usada, como referência, a ferramenta de qualidade 5W2H.

Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são:

W1) porque será feito;

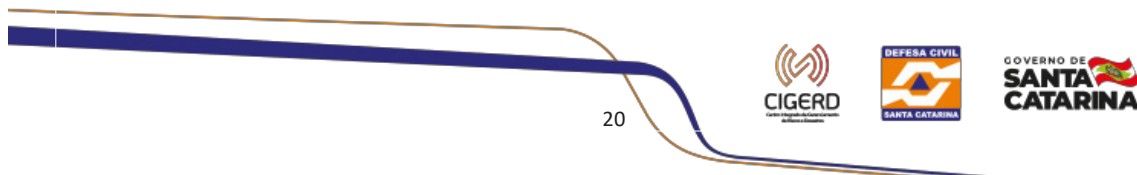
W2) o que será feito;

W3) onde será feito;

W4) quando será feito;

W5) quem o fará.

Os dois H:



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

H1) como será feito;

H2) quanto custará.

A utilização dessa ferramenta poderá levar à elaboração de quadros do tipo do modelo de quadro 2.

PORQUE	O QUÊ	ONDE	QUANDO	QUEM	COMO	QUANTO CUSTA	PROTOCOLO
MEDIDAS SANITÁRIAS	<p>1- Produzir material orientando para medidas de higiene pessoal contra a COVID 19 para toda a comunidade escolar, em especial sobre a necessidade de evitar tocar olhos, nariz e boca, além de higienizar as mãos em qualquer ambiente.</p> <p>2- Produzir material orientando os servidores e alunos a manter as unhas cortadas, cabelos presos e evitar o uso de adornos (anéis, brincos, colares...) ao sair de casa.</p> <p>3- Produzir material orientando para aplicação da "etiqueta da tosse" e uso de lenços descartáveis para higiene nasal e bucal, descartando em lixeira com tampa imediatamente após uso; obs: adequar material informativo para</p>	<p>1- em grupos de whatsapp, mídias sociais da escola - salas de aula, corredores e demais ambientes da escola</p> <p>2- Em todas as salas, em pontos estratégicos na entrada da escola e corredores, além de um frasco para cada professor.</p> <p>3- para uso em todo o espaço escolar</p> <p>4- para uso em todo o espaço escolar</p> <p>5- Em tenda montada no portão da escola</p> <p>6- Em todos os ambientes, entradas e saídas da escola que houver potencial de aglomeração</p> <p>7- em todos os ambientes, entradas e saídas da escola que houver potencial de aglomeração</p> <p>8- em grupos de whatsapp, mídias sociais da escola - salas de</p>	<p>1- antes do início das aulas presenciais e manter de forma permanente</p> <p>2- no retorno das aulas presenciais</p> <p>3- no retorno das aulas presenciais</p> <p>4- Antes da retomada e durante o processo</p> <p>5- antes do retorno presencial</p> <p>6- permanente</p> <p>7- ao longo de todo expediente escolar</p> <p>8- de forma permanente</p> <p>9- de imediato, sempre que for observado suspeita de sintomas da COVID-19</p> <p>10- de imediato, sempre que for observado suspeita de sintomas da COVID-19</p> <p>11- antes do retorno presencial</p>	<p>1- professoras A, B e C</p> <p>2- pessoal dos serviços gerais</p> <p>3- todas as pessoas que ingressarem na escola</p> <p>4- porteiro ou outra pessoa designada pela direção</p> <p>5- equipe pedagógica</p> <p>6- equipe pedagógica</p> <p>7- equipe pedagógica</p> <p>8- direção escolar</p> <p>9- serviços gerais</p> <p>10- agente da vigilância sanitária</p> <p>11- serviços gerais</p> <p>12- todos que estiverem no ambiente</p> <p>13- direção da escola e professores</p> <p>14- direção da escola e professores</p>	<p>1- de forma virtual ou afixando cartazes na escola</p> <p>2- calcular a quantidade necessária (e adquirir ou encaminhar essa demanda para a rede mantenedora</p> <p>3- entrega de duas máscaras por pessoa por período escolar na entrada da escola</p> <p>4- com uso de termômetro infravermelho e capacitação da pessoa responsável pela ação</p> <p>5- com demarcação no chão e com cartazes informativos</p> <p>6- criando um quadro de horário</p> <p>7- criando um mapa de ocupação do ambiente e fixando cartazes nas entradas das salas</p> <p>8- criando um</p>	<p>1 A estimar</p> <p>2 A estimar</p> <p>3 A estimar</p> <p>4 A estimar</p> <p>5 A estimar</p> <p>6 A estimar</p> <p>7 A estimar</p> <p>8 A estimar</p> <p>9 A estimar</p> <p>10 A estimar</p> <p>11 A estimar</p> <p>12 A estimar</p> <p>13 A estimar</p> <p>14 A estimar</p> <p>15 A estimar</p> <p>16 A estimar</p>	<p>Decreto nº 06 de 18/03/2020,</p> <p>DECRETO Nº 35, DE 25 DE JUNHO DE 2020.</p>

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

alunos com deficiências específicas.	aula, corredores e demais ambientes da escola	12- permanente.	15- equipe pedagógica	mapa de ocupação do ambiente e fixando cartazes nas entradas das salas		
4- Comunicar os responsáveis e familiares sobre regime de restrição de acesso ao estabelecimento escolar no período de pandemia alertando para observar regras de	9- nos ambientes em que o espaço vai ser reorganizado	13- ao longo de todo expediente escolar.	16- serviços gerais	9- pelos meios de comunicação virtual, por cartazes afixados na entrada da escola e mídias sociais		
5- Adaptar bebedouros de modo que o consumo de água só seja possível com o uso de copo descartável ou recipientes de uso individual e disponibilizar álcool em gel no local)	10- Comunidade escolar	14- de forma permanente.		10- disponibilizando copos descartáveis, orientando os alunos nas salas de aula, informando os pais, afixar cartazes de orientação		
6- Higienizar todas as áreas da escola (piso, maçanetas, corrimãos, interruptores, puxadores, demais superfícies de toque coletivo) antes do início das aulas e a cada troca de turno escolar, bem como, disponibilizar equipamentos de higiene em pontos estratégicos (álcool em gel, lixeiras com pedal...)	11- nos bebedouros	15- de imediato, sempre que for observado suspeita de sintomas da COVID-19		11- com uso de materiais específicos de limpeza e sanitização		
7- Realizar treinamento de higienização e desinfecção de materiais,	12- todas as áreas da escola	16- De imediato.		12- providenciando a reposição sempre que necessário		
	13- na escola			13) com uso de materiais específicos de limpeza e sanitização		
	14- nas reuniões com professores e nas aulas			14) diálogo direto		
	15- sala reservada para finalidade de isolamento			15) acompanhamento, mantendo distanciamento e com uso de EPIs e suspender as aulas presenciais da turma por sete dias ou até o resultado negativo, ou 14 dias		
	16- todos os ambientes em que a pessoa com suspeita de sintomas da COVID-19 esteve.			16) sob		

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

superfícies e ambientes aos trabalhadores da limpeza.					orientação da equipe gestora		
8- Disponibilizar sabonete líquido, toalhas de papel, álcool em gel 70% e lixeiras com tampa de acionamento sem o uso das mãos nos banheiros							
9- Utilizar ventilação natural e permitir entrada de sol nos ambientes sempre que for possível, mantendo portas e janelas abertas. Quando exigir uso de ar condicionado, aplicar Planos de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)							
10- Orientar permanentemente professores e alunos para higienização de materiais compartilhados (materiais didáticos, computadores e demais equipamentos)							
11- Acompanhar pessoas com suspeita de sintomas da COVID-19 para ambiente de isolamento e notificar a autoridade sanitária, quando for servidor, afastar imediatamente das atividades até elucidação do diagnóstico							

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

- quando for aluno, comunicar imediatamente um responsável e permanecer um funcionário da escola com o/a aluno/a							
12- Higienizar os ambientes (superfícies e objetos) por onde a pessoa com suspeita de sintomas da COVID-19.							
13- Utilizar ventilação natural e permitir entrada de sol nos ambientes sempre que for possível, mantendo portas e janelas abertas.							
14- Orientar permanentemente professores e alunos para higienização de materiais compartilhados							
15- Acompanhar pessoas com suspeita de sintomas da COVID-19 para ambiente de isolamento e notificar a autoridade sanitária. - quando for servidor, afastar imediatamente das atividades até elucidação do diagnóstico - quando for aluno, comunicar imediatamente um responsável e permanecer um funcionário da escola com o/a aluno/a.							
16- Higienizar os							

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	ambientes (superfícies e objetos) por onde a pessoa com suspeita de sintomas da COVID-19						
MEDIDAS PEDAGÓGICA	<p>1- Capacitar os profissionais da educação quanto aos novos regramentos previstos nas 08 diretrizes de retorno às aulas.</p> <p>2 – Mobilizar, através da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e das demais unidades escolares do município, à promoção de capacitações e ou atividades voltadas às práticas de higiene pessoal, coletiva e familiar.</p> <p>3 – Suprir à medida do possível as unidades escolares com materiais de papelaria para as práticas pedagógicas relacionadas à prevenção da COVID-19.</p> <p>4 - Fazer o mapeamento dos estudantes que não tiveram acesso às atividades presenciais, durante o período de pandemia e daqueles que tiveram acesso, mas não realizaram as</p>	<p>1 – Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.</p> <p>2 – Com os atores das unidades escolares da rede municipal de ensino.</p> <p>3 – Com os atores das unidades escolares da rede municipal de ensino.</p> <p>4 – Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.</p> <p>5 – Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.</p> <p>6 – Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.</p> <p>7- Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.</p> <p>8 – Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.</p>	<p>1 – Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19</p> <p>2 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p> <p>3 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p> <p>4 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p> <p>5 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p> <p>6 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o</p>	<p>1 – Todos os atores envolvidos nos sistemas educacionais do Município de Grão-Pará.</p> <p>2- Todos os atores envolvidos nos sistemas educacionais do Município de Grão-Pará.</p> <p>3 – Nas unidades escolares da rede municipal de ensino</p> <p>4 – Nas unidades escolares da rede municipal de ensino.</p> <p>5 – com os alunos da EE das unidades escolares da rede municipal de ensino.</p> <p>6 - Com os todos os alunos das unidades escolares da rede municipal de ensino</p> <p>7 - Para todos os alunos das unidades escolares da rede municipal de ensino</p> <p>8 - Para todos os alunos das unidades escolares da rede municipal de ensino</p> <p>9 - Para todos os alunos das</p>	<p>1 – Com reuniões on-line e a realização de simulados para averiguação do domínio das regras do retorno às aulas.</p> <p>2 - Com reuniões on-line e com o incentivo às promoções das atividades das regras do retorno às aulas.</p> <p>3 – Planejamento de estoque de material de expediente.</p> <p>4 – Fazendo uma pesquisa com as famílias, tanto do ensino fundamental quanto educação infantil.</p> <p>5 - Fazendo uma pesquisa com as famílias, tanto do ensino fundamental quanto educação infantil.</p> <p>6 - Fazendo um levantamento com as famílias, tanto do ensino fundamental quanto educação infantil.</p> <p>7 – Acompanhar e orientar famílias, tanto do ensino fundamental quanto educação infantil.</p>	<p>1 – Somente se houver a contratação de profissionais para capacitar a equipe. Valor à estimar.</p> <p>2 - Somente se houver a contratação de profissionais para capacitar a equipe. Valor à estimar.</p> <p>3 - Valor à estimar.</p> <p>4 - Somente com impressão.</p> <p>5 - Somente com impressão.</p> <p>6 - Somente com impressão.</p> <p>7 - Somente se precisar contratar algum profissional e com impressão.</p> <p>8 - Somente com impressão.</p> <p>9 - Somente se precisar contratar algum profissional e com impressão.</p> <p>10 - Somente com impressão.</p>	<p>Decreto Municipal nº 12/2020, “</p> <p>DECRETO Nº 55, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020.</p>

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

atividades propostas	9 – Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.	período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	unidades escolares da rede municipal de ensino	8 – Acompanhar e orientar famílias, tanto do ensino fundamental quanto educação infantil.		
5 – Realizar, para estudantes da Educação Especial, uma avaliação com a equipe pedagógica, professores e professores AEE, colhendo a posição da família com relação ao retorno presencial, com foco na funcionalidade e autonomia, sendo garantida a continuidade das atividades remotas para os que estejam impossibilitados de retornarem às atividades presenciais.	10 – Com os profissionais das unidades escolares de rede municipal de ensino.	7 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	10 - Com todos os alunos das unidades escolares da rede municipal de ensino	9 - Acompanhar e orientar famílias, tanto do ensino fundamental quanto educação infantil.		
6 – Definir os grupos com prioridade para serem atendidos presencialmente, observando que os critérios devem ser validados, preferencialmente, e, em diálogo com as comunidades escolares.		8 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.		10 – Junto às famílias, tanto do ensino fundamental quanto educação infantil.		
7 – Assegurar as atividades escolares não presenciais aos estudantes com especificidades que não poderão retornar aos estudos presencialmente		9 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.				
8 – Orientar que sejam elaboradas, pelos órgãos		10 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.				

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	competentes, normas que tratem da autonomia de pais e responsáveis para exercer a escolha pela manutenção do ensino totalmente remoto aos estudantes sob sua responsabilidade e do compromisso de apoio e acompanhamento das atividades educacionais propostas.						
	9 – Garantir que as redes de ensino ofereçam atividades presenciais e atividades não presenciais enquanto perdurar o regime especial de educação decorrente da pandemia COVID-19.						
	10 – Realizar busca ativa dos estudantes que não retornarem às atividades presenciais e/ou não estão realizando as atividades não presenciais						
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1- Atualização do manual de boas praticas e POPs. 2- Higienização pessoal. 3- Higienização de espaço. 4 - Higienização de utensílios.	1- Na escola. 2- Na escola. 3- Na escola. 4- Cozinha. 5-Cozinha. 6-Cozinha e refeitório.	1- Antes da retomada das aulas. 2- Durante o processo. 3- durante o processo. 4- A cada uso 5- Quando chegar na escola e	1- Nutricionista. 2- Auxiliar de cozinha e merenda, servente de limpeza. 3- Servente de limpeza. 4- Auxiliar de cozinha e	1- Através das normas atualizadas. 2- Orientação sobre as regras de etiqueta. 3- Fazendo a higienização durante o processo.	1- A estimar 2- A estimar 3- A estimar 4- A estimar 5- A estimar 6- A estimar 7- A estimar	De acordo com o Decreto nº 06 de 18/03/2020,

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	<p>5- Higienização dos alimentos.</p> <p>6- Utilização de EPIs.</p> <p>7- Horários de alimentação.</p> <p>8- Distanciamento (organização espacial).</p> <p>9- formação para servidores.</p> <p>10- plano de comunicação</p> <p>11- monitoramento.</p> <p>12- Avaliação.</p>	<p>7- Refeitório escolar em salas de aula.</p> <p>8- Refeitório e sala de aula organizar as mesas obedecendo o distanciamento de 1,5m.</p> <p>9- Na escola ou remoto.</p> <p>10- Escola.</p> <p>11- escola.</p> <p>12- Escola.</p>	<p>quando for usado</p> <p>6- durante o manuseio dos alimentos e servir a alimentação</p> <p>7- durante o lanche.</p> <p>8- durante o período de uso</p> <p>9- antes da retomada das aulas.</p> <p>10- antes do início e durante o processo.</p> <p>11- Diariamente.</p> <p>12- Diariamente.</p>	<p>merendeira.</p> <p>5- Auxiliar de cozinha e merendeira.</p> <p>6- Auxiliar de cozinha e merendeira, professor.</p> <p>7- Auxiliar de cozinha e merendeira, professor.</p> <p>8- Equipe diretiva Professores.</p> <p>9- Todos os servidores no processo de alimentação.</p> <p>10- Equipe diretiva e nutricionista.</p> <p>11- Comitê escolar e equipe diretiva.</p> <p>12- Comitê escolar, nutricionista e equipe diretiva.</p>	<p>4- Fazendo a higienização durante o processo.</p> <p>5- Fazendo a higienização durante o processo.</p> <p>6- Uso dos EPIs, observando o tempo estipulado para a troca.</p> <p>7- No refeitório obedecendo escalas com quantidade mínima de alunos, ou servido em sala de aula.</p> <p>8- organizando os espaços com marcações.</p> <p>9- Através de palestras, simulados, grupo de estudos e prática.</p> <p>10- Através de reuniões, comunicados e mídias.</p> <p>11- Através de acompanhamento o diário in loco.</p> <p>12- Através de observação contínua para diagnosticar possíveis ajustes necessários.</p>	<p>8- A estimar</p> <p>9- A estimar</p> <p>10- A estimar</p> <p>11- A estimar</p> <p>12- A estimar</p>	
TRANSPORTE ESCOLAR	<p>1- Limitar e controlar a lotação máxima de cada veículo da seguinte forma:</p> <p>2- Adequar a frota de modo a compatibilizar o quantitativo de</p>	<p>1- ônibus escolar</p> <p>2- Trajeto Escolar</p> <p>3- Ônibus Escolar</p> <p>4- Secretaria da Educação</p> <p>5- Ônibus Escolar</p>	<p>1- Local de embarque e desembarque.</p> <p>2- No retorno das aulas.</p> <p>3- Momento do Embarque, desembarque e trajeto.</p>	<p>1- Motorista e ou monitor</p> <p>2- Secretaria da Educação juntamente com a Secretaria de Transportes</p> <p>3- motorista e ou monitor</p>	<p>1- Orientações via verbal e via cartazes</p> <p>2- Licitação para terceirizadas</p> <p>3- Orientações verbais, espelhos com os nomes e regiões dos</p>	<p>1 A estimar</p> <p>2 A estimar</p> <p>3 A estimar</p> <p>4 A estimar</p> <p>5 A estimar</p> <p>6 A estimar</p>	De acordo com o DECRETO Nº 32, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

veículos com o de passageiros a serem transportados, respeitando a limitação definida para cada modalidade de transporte, se possível e necessário disponibilizando linhas extras	6- Ônibus Escolar	4- Retorno das aulas até o término das ações contingenciais da pandemia.	4- Secretaria da Educação com o RH da prefeitura	bancos	7 A estimar	
3- Ordenar as entradas e saídas dos passageiros de forma que, eles ocupem inicialmente as partes traseiras dos veículos, e que o desembarque inicie pelos passageiros dos bancos da parte dianteira	7- Secretaria de transportes	5- Momento do embarque, desembarque e trajeto.	5- Motorista e ou monitor	4- Licitação via programa do CIEE	8 A estimar	
4- Criar dentro das possibilidades o cargo de monitor de transporte, para contratação	8- Secretaria de transporte.	6- Momento do embarque, desembarque e trajeto.	6- Motorista e ou monitor	5- Orientação verbal	9 A estimar	
5- Manter os basculantes e as janelas dos veículos abertas (exceto dias de chuva/frio extremo) com amplitude que permita a troca de ar sem comprometer a segurança dos passageiros. Caso o veículo disponha de sistema de ar condicionado com renovação de ar, esta deverá estar ativa, bem como a higienização e a substituição dos filtros deverá estar em	9- Unidades Escolares.	7- Antes do retorno das aulas.	7- Gestão dos transportes	6- Orientações via verbal e via cartazes		
		8- Ao final de cada itinerário.	8- Motorista e servidor responsável pela lavagem dos veículos	7- Formação, capacitação e entrega de orientações escrita		
		9- Antes do retorno das aulas.	9- Equipe gestora	8 Utilizando os materiais necessários de higienização como água sanitária e álcool em gel		
				9 Planejamento administrativo e pedagógica		

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

conformidade com as recomendações da legislação							
6- Permitir que entrem e permaneçam nos veículos somente pessoas com máscara, quer sejam estudantes ou trabalhadores das escolas. Orientar estes usuários que optatem por máscara de tecido, que seja em conformidade com o previsto na Portaria SES n° 224, de 03 de abril de 2020, ou outros regramentos que venham substituí-la							
7- Padronizar procedimentos e operações de higienização, de forma que após cada itinerário/viagem, seja realizada a limpeza e desinfecção dos veículos utilizados no transporte							
8- Higienizar o ônibus escolar, de forma que após cada itinerário/viagem, seja realizada a limpeza e desinfecção dos veículos utilizados no transporte							
9- Organizar e orientar escalonamento de horários de chegadas e saídas dos estudantes nas instituições							

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	de ensino, reduzindo a concentração deles no local						
GESTÃO DE PESSOAS	<p>1- Realização de triagem dos servidores da escola, classificados de acordo com seu estado individual e inicial em relação à Covid-19, sendo divididos em grupos: Grupo 1 Casos suspeitos, Grupo 2 grupo de risco, Grupo 3 Profissionais que irão trabalhar presencialmente.</p> <p>2- Orientação dos profissionais da educação identificados como casos suspeitos: a) buscar uma unidade de saúde; b) manter o isolamento domiciliar por 14 dias a partir do início dos sintomas e depois de três dias sem sintomas. Após esse período, o profissional poderá voltar ao trabalho; c) os familiares (contato domiciliar) devem ser orientados a realizar isolamento domiciliar por 14 dias e, se apresentarem sintomas.</p> <p>3- Mapeamento Grupo de risco orientar a apresentação de comprovação</p>	<p>1- Na unidade escolar</p> <p>2 -Na unidade escolar</p> <p>3- Setor de recurso humanos do município</p> <p>4- Na unidade escolar</p> <p>5- Na unidade escolar</p> <p>6- Na unidade escolar.</p>	<p>1- No período que anteceder a definição do retorno e durante o desempenho das atividades.</p> <p>2- Durante o desempenho de suas atividades.</p> <p>3- Antes do retorno das atividades presenciais.</p> <p>4- Antes do retorno das atividades presenciais.</p> <p>5- No período que anteceder a definição do retorno e durante as atividades escolares.</p> <p>6- No período que anteceder a definição de retorno.</p>	<p>1- Equipe gestora e Equipe profissionais delegada para a fiscalização</p> <p>2- Equipe Gestora e Equipe de profissionais delegada para a fiscalização</p> <p>3- Professores e demais servidores da unidade escolar</p> <p>4- Equipe gestora</p> <p>5- Gestão escolar</p> <p>6- Gestão escolar.</p>	<p>1- Por meio de formulários de auto declaração e comprovação por meio de atestado médico</p> <p>2- Por meio de atestado médico</p> <p>3- Por meio de atestado médico e agendamento de perícia médica</p> <p>4- Pesquisa documental, formulários e atestados</p> <p>5- Controle semanal e mensal das atividades desempenhadas com o preenchimento de planilhas pré-elaboradas.</p> <p>6- Formação, treinamento através de videoconferência /internet; afixação de medidas de prevenção nas unidades escolar.</p>	<p>1- A estimar</p> <p>2 -A estimar</p> <p>3-A estimar</p> <p>4- A estimar</p> <p>5- A estimar</p> <p>6-A estimar</p>	

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	<p>para o enquadramento no grupo de risco estabelecido pelo Decreto SC/525/2020.</p> <p>4- Elaborar tabela situacional do quadro de profissionais da Unidade de ensino para identificar a demanda de realocação ou possível contratação</p> <p>5- Organizar a forma de trabalho aos profissionais de educação que se enquadram no grupo de risco.</p> <p>6- Garantir que toda comunidade escolar seja formada, treinada e preparada para um retorno para as atividades presenciais de maneira segura.</p>						
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO	<p>1- Oportunizar a capacitação da equipe responsável pela elaboração do Plano de Contingência Escolar/Municipal, monitoramento e controle da disseminação do COVID-19, baseado no Plano Estadual de Contingência-Educação</p> <p>2-Oportunizar, a todos os servidores, capacitação e treinamento para os planos de contingência, o</p>	<p>1 - Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.</p> <p>2 – Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.</p> <p>3 – Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.</p>	<p>1 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p> <p>2 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p> <p>3 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o</p>	<p>1 - Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p> <p>2- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p>	<p>1 – Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.</p> <p>2– Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.</p> <p>3– Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.</p> <p>4– Ofertar capacitação para todos os atores</p>	<p>1 - Somente se houver a contratação de profissionais para capacitar a equipe. Valor à estimar.</p> <p>2 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.</p> <p>3 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.</p> <p>4 - Somente se houver a necessidade de</p>	<p>DECRETO Nº 44, DE 24 DE JULHO DE 2020.</p>

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

Sistema de comando de Operações –SCO e protocolos escolares	4- Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.	período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19	3- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.	envolvidos com a educação do Município.	auxílio especializado. Valor à estimar.	
3- Adotar rotinas regulares de capacitação e treinamento dos alunos e servidores sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da transmissão do COVID-19, com ênfase nas orientações, protocolos e diretrizes estabelecidas, sempre em linguagem acessível para toda a comunidade escolar	5- Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.	4 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	4- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.	5- Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.	5 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.	
4- Capacitar a comunidade escolar nos seguintes temas: ações de higiene necessárias quando da utilização do transporte público e transporte público e transporte escolar; utilização da máscara de proteção, troca da máscara, tempo útil de proteção da máscara, armazenamento/descarte de máscara contaminada; higienização das mãos e objetos; etiqueta respiratória; como se alimentar com segurança.	6- Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.	5 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	5- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.	6- Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.	6 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.	
	7- Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.	6 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	6- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.	7- Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.	7 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.	
	8- Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.	7 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	7- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.	8- Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.	8 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.	
	9- Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.	8 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	8- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.	9- Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.	9 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.	
	10- Todos os atores envolvidos na Rede Municipal de Ensino do Município de Grão-Pará.	9 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.	9- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.	10 - Ofertar capacitação para todos os atores envolvidos com a educação do Município.	10 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.	

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	<p>5- Treinar as Comissões Escolares para fiscalização dos regimentos e diretrizes aplicáveis na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino</p> <p>6- Prover treinamento específico sobre higienização e desinfecção adequadas de materiais, superfícies e ambientes, aos servidores responsáveis pela limpeza</p> <p>7- Capacitar e treinar servidores e alunos para procederem às ações quando se depararem com indivíduos com sintomas de síndrome gripal, de forma a se protegerem a comunidade escolar de possível contaminação.</p>		<p>de contágio da COVID-19.</p> <p>10 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p>	<p>pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p> <p>9- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p> <p>10- Responsável pela Capacitação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p>			
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	<p>1- campanha permanente de conscientização sobre os riscos da pandemia.</p> <p>2- Comunicação permanente com a comunidade escolar sobre a importância e segurança dos protocolos.</p> <p>3 - Planejar a ativação e implementação de um plano de comunicação, no âmbito do plano de ação</p>	<p>1 – Produzir material informativo com orientações que contemplando todas as diretrizes sanitárias de retorno às aulas.</p> <p>2 – Orientar, acompanhar e dar ampla divulgação aos boletins informativos produzidos pelas Comissões Escolares e Comitê Municipal</p>	<p>1 – Criar um Espaço especial: RETORNO ÀS AULAS no Portal do Município. Impressos, cartazes, áudios, banner e outras formas de informar.</p> <p>2 – Impressos, cartazes, áudios, banner e outras formas de divulgar.</p> <p>3 - Antes do início das aulas presenciais e</p>	<p>1 - Responsável pela Comunicação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p> <p>2 - Responsável pela Comunicação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde,</p>	<p>1 – Promovendo ampla divulgação dos materiais produzidos de diversas maneiras para todos os atores envolvidos com a educação do Município. E, especialmente a população como forma de prevenção coletiva.</p> <p>2 - Promovendo ampla divulgação dos materiais produzidos de diversas maneiras</p>	<p>1 - Serão feitos orçamentos em gráficas para materiais comuns e com informações permanentes. Além disso, custos com impressões coloridas e artigos de papelaria. Valor a estimar</p> <p>2 - Serão feitos orçamentos em gráficas para materiais comuns e com</p>	DECRETO Nº 44, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	<p>coordenado pelo SCO/UGO. Sugerimos que sejam incluídos os seguintes tópicos: a) Contextualização b) Objetivos e metas c) Públicos-alvo d) Conteúdo(s), principal e secundários, e sua inter-relação e) Recursos humanos e materiais – equipes de trabalho e responsáveis f) Canais de comunicação e de informação g) Calendarização h) Avaliação, adaptação e aprimoramento.</p> <p>4- Afixar as medidas de prevenção por meio de materiais visuais nas unidades escolares.</p> <p>5- comunicar as normas de condutas relativas ao uso dos espaços físicos e a prevenção e ao controle do covid-19, em linguagem acessível à comunidade escolar.</p>	<p>3 – Em todas as unidades escolares de rede municipal de ensino.</p>	<p>enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p> <p>4 - Antes do início das aulas presenciais e enquanto durar o período de cuidados para minimizar os riscos de contágio da COVID-19.</p>	<p>Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p> <p>3 - Responsável pela Comunicação com participação ativa de membros da vigilância sanitária, saúde, Comitê Municipal e das Comissões escolares do município de Grão-Pará.</p>	<p>para todos os atores envolvidos com a educação do Município. E, especialmente a população como forma de prevenção coletiva.</p> <p>3 – Desenvolver plano de ação em conjunto com todos os atores envolvidos com a educação do Município. E, especialmente a população como forma de prevenção coletiva.</p>	<p>informações permanentes. Além disso, custos com impressões coloridas e artigos de papelaria. Valor a estimar.</p> <p>3 - Somente se houver a necessidade de auxílio especializado. Valor à estimar.</p>	
FINANÇAS	<p>1- Avaliar, com base nas ações definidas pela Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando de Operações – SCO), para cada nível de</p>	<p>1- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração e Planejamento.</p>	<p>1- Durante a elaboração do plano de contingência municipal e todo o processo</p> <p>2- Durante a elaboração do plano de contingência</p>	<p>1- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria de Saúde</p> <p>2- Setor responsável</p> <p>3- Setor</p>	<p>1) Análise e levantamento dos recursos</p> <p>2 Informar ao setor sobre a quantidade de EPIs e EPCs a serem utilizados e demais itens</p>	<p>1- A estimar em todos os itens descritos.</p> <p>2- A estimar</p> <p>3- A estimar</p> <p>4- A estimar</p>	<p>DECRETO Nº 44, DE 24 DE JULHO DE 2020.</p>

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

<p>prontidão, os recursos financeiros necessários para implementação das medidas preventivas e de contenção de contágio da Covid-19;</p> <p>2- Dispor de um orçamento prévio quanto aos recursos a serem acionados para a realização das atividades, aquisição de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletivos (EPCs) e todos os itens recomendados nas diretrizes sanitárias, de alimentação, de transporte, pedagógicas, gestão de pessoas, de comunicação e de capacitação e treinamento.</p> <p>3-Fornecer dados e informações financeiras para subsidiar a captação de recursos complementares para gestão da crise sanitária no estabelecimento de ensino, junto às instancias competentes.</p> <p>4- Acionar os recursos levantados pelo Sistema de Comando Operacional, a fim de executar os processos de aquisição de</p>	<p>2- Setor responsável</p> <p>3- Setor Responsável.</p> <p>4- Setor Responsável.</p>	<p>municipal</p> <p>3- Durante e após a elaboração do plano de contingência municipal.</p> <p>4- Durante e após a elaboração do plano de contingência municipal.</p>	<p>responsável.</p> <p>4- Com base no quantitativo fornecido pelas unidades, a Secretaria de Educação deverá elaborar Termo de Referência onde constará a quantidade e as especificações técnicas de cada produto. Proceder a abertura do processo licitatório adequado para cada tipo de compra. Proceder a aquisição.</p>	<p>recomendados)</p> <p>3) Análise e levantamento de dados pertinentes.</p> <p>4) Secretaria de Educação Secretaria Administração, Finanças e Planejamento</p>			
--	---	--	---	--	--	--	--

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

	materiais, conforme as normas e legislações vigentes, ou direcionar.						
--	---	--	--	--	--	--	--

7.1.1 DAOP de Medidas Sanitárias.

[Acesse ao documento na íntegra.](#)

7.1.2 DAOP Medidas Pedagógicas.

[Acesse ao documento na íntegra.](#)

7.1.3 DAOP Alimentação Escolar.

[Acesse ao documento na íntegra](#)

7.1.4 DAOP Transporte Escolar.

[Acesse ao documento na íntegra](#)

7.1.5 DAOP Gestão de Pessoas.

[Acesse ao documento na íntegra](#)

7.1.6 DAOP Capacitação e Treinamento.

[Acesse ao documento na íntegra](#)

7.1.7 DAOP Comunicação e Informação.

[Acesse ao documento na íntegra](#)

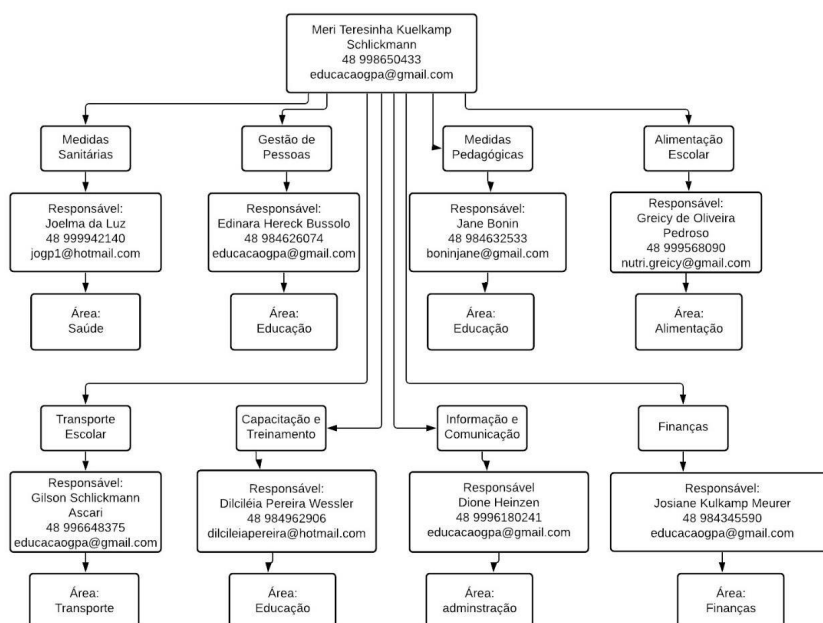
7.1.8 DAOP Finanças.

[Acesse ao documento na íntegra](#)

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

7.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL)

O Estado de Santa Catarina, Regional da saúde de Laguna, e o Município de Grão-Pará, adotam para acompanhar a execução do plano o seguinte sistema de comando/comitê operacional.



7.3 SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME)

7.3.1 Dispositivos Principais

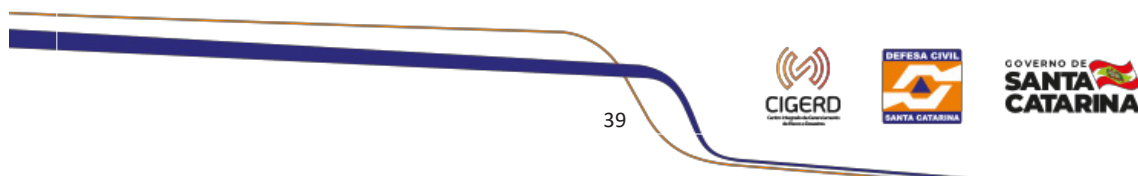
O sistema de alerta e alarme tem como elementos centrais dispositivos que integram o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19:

- o mapeamento da dinâmica de propagação do vírus entre os municípios catarinenses;
- o perfil epidemiológico na plataforma multi-escalar territorial;
- a Matriz de Avaliação de Indicadores de Risco Potencial na Gestão da Saúde (que se constitui no documento central diário de monitoramento e avaliação da situação regional e será complementado

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

pelos boletins municipais).

- d) Para além destes, consideram-se, também, dispositivos importantes:
- e) indicações provenientes da OMS e de outras instituições internacionais de referência;
- f) boletins e relatórios dos responsáveis do SCO estadual/COES nas diversas áreas e das unidades de gestão operacional regionais, municipais e escolares;
- g) simulados de algumas ações (incluindo testagem de protocolos) realizadas nas regiões/municípios/escolas.
 - a) As avaliações e monitoramento serão de periodicidade diária e a disponibilização das informações serão semanais.



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

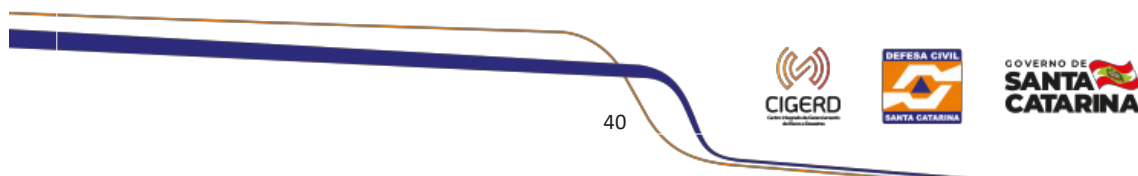
7.3.2 Monitoramento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações (de processos e resultados) e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registo das ações adotadas e das verificações realizadas é, também, importante, para salvaguardar futuras questões legais.

Os responsáveis pelo monitoramento das diferentes frentes de ação deverão ser definidos pelo SCO.

Os registos diários da atividade da escola, de maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos que a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedito como o modelo do anexo 2.

As avaliações mais detalhadas, de periodicidade diária e a disponibilização das informações, semanais. Serão realizadas em relatórios como modelo disponibilizado anexo 3. Além do monitoramento, a efetiva fiscalização do cumprimento das diretrizes e protocolos estabelecidos neste plano contingência e possíveis documentos complementares colaboram para o êxito no combate à disseminação do Coronavírus.



ANEXO 1 MODELO BOLETIM

BOLETIM DIÁRIO DE Ocorrências Informe de Nº

DIA: / /

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAI S	OCORRÊNCIA	ENCAMINHAMENTO	RESOLUÇÃO	ALTERAÇÕES (SE HOUVER)
GESTÃO DE PESSOAS				
MEDIDAS SANITÁRIA S				
ALIMENTAÇÃO				
TRANSPORTE				
QUESTÕES PEDAGÓGICA S				
OUTRAS				

Piano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19 nos estabelecimentos educacionais/escolares dos diversos níveis

OBSERVAÇÕES OU PENDÊNCIAS:

Clique ou toque aqui para inserir o texto.
RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES



ANEXO 2 MODELO RELATÓRIO

PERÍODO: De _____ A _____
Aspectos facilitadores e dificultadores das Dinâmicas e Ações Operacionais:

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	FACILITADORES	DIFICULTADORES
GESTÃO DE PESSOAS		
MEDIDAS SANITÁRIAS		
ALIMENTAÇÃO		
TRANSPORTE		

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19 nos estabelecimentos educacionais/ escolares dos diversos níveis



QUESTÕES
PEDAGÓGICAS

28

ANEXO 3 DADOS QUANTITATIVOS:

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	ASPECTOS	NÚMERO
GESTÃO DE PESSOAS	Professores envolvidos	
	Servidores envolvidos	
	Estudantes envolvidos	
	Atendimentos realizados com professores	
	Atendimentos realizados com servidores	
MEDIDAS SANITÁRIAS	Atendimentos realizados com estudantes	
	Atendimentos realizados com familiares	
	Quantidade de álcool gel	
ALIMENTAÇÃO	Quantidade de máscaras	
	Quantidade de refeições servidas	
TRANSPORTE	Quantidade de alimentos servidos em kg	
	Quantidade de alunos transportados	
	Quantidade de motoristas mobilizados	
	Quantidade de motoristas treinados	
	Quantidade de atividades desenvolvidas	
QUESTÕES PEDAGÓGICAS	Quantidade de material produzido	
	Quantidade de equipamentos utilizados	
	Quantidade de horas presenciais	
	Quantidade de horas ensino híbrido	
	Quantidade de alunos presenciais	
	Quantidade de alunos em ensino híbrido	
	Quantidade de estudantes ensino remoto	
	Quantidade de treinamentos oferecidos	
	Quantidade de professores capacitados	
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	Quantidade de servidores em simulados	
	Quantidade de horas de capacitação ofertadas	
	% de aproveitamento das capacitações ofertadas	
	Quantidade de certificados	
	Quantidade de material elaborado	

Piano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19 nos estabelecimentos educacionais/escolares dos diversos níveis



ANEXO 4 DESTAQUES EVIDENCIADOS, ASPECTOS A MELHORAR E LIÇÕES APRENDIDAS

DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS	DESTAQUES EVIDENCIADOS	ASPECTOS A MELHORAR	LIÇÕES APRENDIDAS
GESTÃO DE PESSOAS			
MEDIDAS SANITÁRIAS			
ALIMENTAÇÃO			
TRANSPORTE			
QUESTÕES PEDAGÓGICAS			

Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19 nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

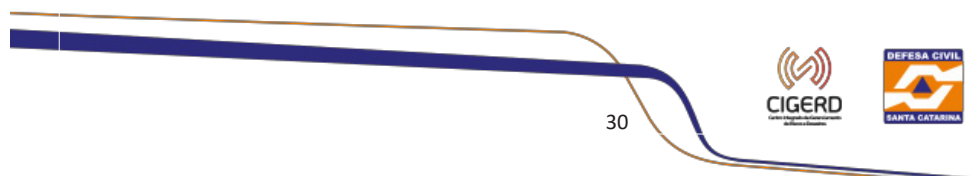
Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

ANEXO 5:**SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES NO PLANO DE CONTINGÊNCIA**

FOTOS, REGISTROS, DEPOIMENTOS, GRÁFICOS, ETC

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis

RESPONSÁVEIS PELO PLANO

Plano de contingência aplicável ao município de:

Grão-Pará

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

MÁRCIO BORBA BLASIUS

Prefeito(a) Municipal

DIONE HEINZEN

Proteção e Defesa Civil

RICARDO SCHILICKMANN ASCARI

Secretaria de Saúde

MERI TEREZINHA KULKAMP SCHILICKMANN

Secretaria de Educação

Membros da equipe:

Meri Terezinha Kuelkamp Schilickmann

Dilciléia Pereira Wessler

Jane Bonin

Edinara Hereck Bussolo

Adeise Bussolo Rohling

Greicy de Oliveira Pedroso

Joelma da Luz

Rosiane Gil Stembach

Denise Bussolo

Juliana Mirian Kafka

Maria Suzana Roecker Pickler

Renata Pinto Costa

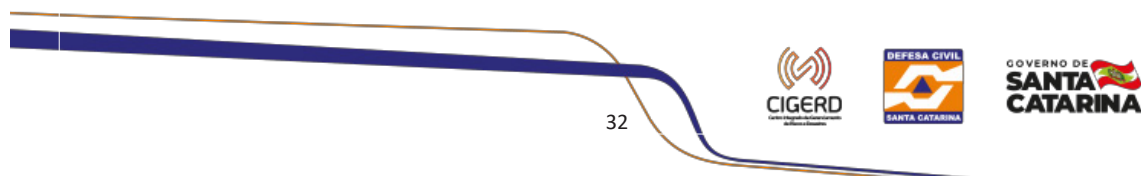
Josiane Kulkamp Meurer

Cátia Brolez

31



Plano MUNICIPAL de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da COVID-19
nos estabelecimentos educativos/escolares dos diversos níveis



DECRETO N 59-2020 - APROVA O PLANCON

Publicação Nº 2753859

DECRETO Nº 59/2020

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

"APROVA O PLANCON – PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA – EDUCAÇÃO, PARA PREVENÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 NOS ESTABELECIMENTOS DOS DIVERSOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO/ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições,

DECRETA

Artigo 1º. Aprova o PLANCON – Plano Municipal de Contingência – Educação, para prevenção, monitoramento e controle da disseminação da covid-19 nos estabelecimentos dos diversos níveis de educação/ensino, CONFORME Anexo Único.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 08 de dezembro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 60-2020 DESPEDIDA VOLUNTÁRIA

Publicação Nº 2753930

DECRETO Nº 60/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

"ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 32/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Artigo 1º. Fica alterada a redação do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 32/2017, conforme redação abaixo descrita:

"Art. 2º. A concessão de despedida voluntária fica condicionada à apresentação, por parte do servidor, de que, na data do desligamento, inexistente requerimento de qualquer tipo de aposentadoria junto ao INSS, a ser comprovado mediante a respectiva declaração do órgão previdenciário, acompanhado de comprovação por meio de informações extraídas por meio do Sistema "Meu INSS", do Instituto Nacional do Seguro Social, e de declaração firmada pelo servidor requerente, com pagamento obrigatório parcelado nos termos do Decreto Municipal nº 07/2018."

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 10 de dezembro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda e no Diário Oficial dos Municípios em 10 de dezembro de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 60/2020 DESPEDIDA VOLUNTÁRIA

Publicação Nº 2753513

DECRETO Nº 60/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

"ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 32/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Artigo 1º. Fica alterada a redação do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 32/2017, conforme redação abaixo descrita:

"Art. 2º. A concessão de despedida voluntária fica condicionada à apresentação, por parte do servidor, de que, na data do desligamento, inexistente requerimento de qualquer tipo de aposentadoria junto ao INSS, a ser comprovado mediante a respectiva declaração do órgão previdenciário, acompanhado de comprovação por meio de informações extraídas por meio do Sistema "Meu INSS", do Instituto Nacional do Seguro Social, e de declaração firmada pelo servidor requerente, com pagamento obrigatório parcelado nos termos do Decreto Municipal

nº 07/2018.”

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 10 de dezembro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda e no Diário Oficial dos Municípios em 10 de dezembro de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 61-2020 ALTERA O DECRETO 38-2015

Publicação Nº 2753933

DECRETO Nº 61/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

“REVOGA DISPOSITIVO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 38/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Artigo 1º. Fica revogado o inciso XXV, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 38/2015.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 10 de dezembro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda e no Diário Oficial dos Municípios em 10 de dezembro de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 61/2020

Publicação Nº 2753521

DECRETO Nº 61/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

“REVOGA DISPOSITIVO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 38/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Artigo 1º. Fica revogado o inciso XXV, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 38/2015.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 10 de dezembro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda e no Diário Oficial dos Municípios em 10 de dezembro de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 332 A 333 / 2020

Publicação Nº 2753415

PORTARIA Nº. 0332 / 2020 DE 01 de DEZEMBRO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Exonerar a pedido, a partir desta data, ANA PAULA BELTRAME MICHELS, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com exercício no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0333 / 2020 DE 01 de DEZEMBRO de 2020

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Exonerar, a partir desta data, LUCAS COSTA NILSEN, ocupante do cargo de Servente de Obras, Código 4.01, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras.

SAMAE - GRÃO PARÁ

PORTARIA 10/2020

Publicação Nº 2752407

PORTARIA N.º 10/2020, de 11/12/2020.

Prorroga a Validade do Concurso Público SAMAE/GPA/01/2018.

Enio João Zanelatto Bagio, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, de Grão Pará, SC, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no item VIII, subitem 10, do Edital de Abertura do Concurso Público SAMAE/GPA/01/2018, realizado para o cargo de Encanador, através da presente, prorroga os efeitos da Portaria n.º 11/2018, de 11/12/2018 e o prazo de validade do Concurso Público SAMAE/GPA/01/2018 em mais dois anos, contados a partir de 11/12/2020.

Publique-se.

Grão Pará, SC, 11 de dezembro de 2020.

Enio João Zanelatto Bagio

Diretor do SAMAE

Gravatal

PREFEITURA

EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2752887

EDITAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 005/2020

MUNICÍPIO DE GRAVATAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 82.926.569/0001-47, com sede na Rua Eng. Annes Gualberto, 121, Centro – Gravatal/SC, com fundamentos no §5º, art. 31 da Lei Federal nº 13.465/2017, faz saber a quem possa interessar, para todos os fins de direito que ADENI DA LAPA CARGNIN JUNIOR E SIONY MAREGA ZANELATO CARGNIN, requereu junto a esta municipalidade, conforme Protocolo nº 20.037/2020, a instauração de Processo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, na Modalidade “E”, apresentando para tanto todos os documentos e projetos necessários à instalação do processo, o qual tem por objeto um lote, sito a Rua Getulio Luiz Fernandes – Bela Vista, inserido na MATRÍCULA nº 519, registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Armazém/SC, de Propriedade do Srs.:

- Zulma Ribeiro Mendonça e seu cônjuge Martinho Mendonça;
- Maria Terezinha Ribeiro Cargnin e seu cônjuge Adeni da Lapa Cargnin;
- Nilton Rosa Ribeiro e seu cônjuge Maria de Lourdes Mendonça Ribeiro;
- Nilo Rosa Ribeiro e seu cônjuge Tereza Mendonça Ribeiro;
- Maria das Graças Ribeiro Fernandes e seu cônjuge Nelson Martins Fernandes;
- Nelson Rosa Ribeiro e seu cônjuge Teresinha Melo Ribeiro.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital, podendo o requerimento ser impugnado, perante o protocolo central do município de Gravatal/SC, sito a Rua Eng. Annes Gualberto, 121, Centro – Gravatal/SC. CEP: 88735-000, no prazo de 30(trinta) dias, contados da data de publicação. A ausência de manifestação, será interpretada como concordância com a Reurb supra. Esta notificação tem o objetivo de atender o disposto no art. 31 da Lei Federal 13.465/2017. Abaixo segue a planta do lote a ser regularizado.

Gravatal/SC, 10 de Dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito de Gravatal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 89.2020 PMGBA

Publicação Nº 2753018

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 89/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA

MUNICIP

Valor : 8.623,50 (oito mil seiscentos e vinte e três reais e cinq-enta centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, RELATIVO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO CADASTRO INTEGRADO MUNICIPAL, GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL, PARA O EXERCÍCIO 2021, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2809/2015 QUE O MUNICIPIO INTEGRA AO CONSÓRCIO E OS VALORES DOS SERVIÇOS SÃO DEFINIDOS EM ASSEMBLEIA.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 126.2020 PMGBA

Publicação Nº 2752579

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2020

PROCESSO Nº 126/2020 HOMOLOGAÇÃO: 10/12/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO TANQUE EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 11 MIL LITROS, PARA ATENDER A DEMANDA DA FALTA DE ÁGUA, EM RAZÃO DA ESTIAGEM, DECRETADO Nº 65/2020 E 182/2020.

CONTRATADO: PANIFICADORA E TRANSPORTES DE CARGAS COSTACURTA

VALOR DA DESPESA: R\$ 158.000,00 (cento e cinq-enta e oito mil reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 129.2020 PMGBA

Publicação Nº 2753014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2020

PROCESSO Nº 129/2020 HOMOLOGAÇÃO: 10/12/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, RELATIVO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO CADASTRO INTEGRADO MUNICIPAL, GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL, PARA O EXERCÍCIO 2021, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2809/2015 QUE O MUNICIPIO INTEGRA AO CONSÓRCIO E OS VALORES DOS SERVIÇOS SÃO DEFINIDOS EM ASSEMBLEIA.

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.623,50 (oito mil seiscentos e vinte e três reais e cinq-enta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

Guaramirim

PREFEITURA

DECISÃO 26/2020-PMG

Publicação Nº 2752451

DECISÃO

No processo licitatório nº 26/2020, considerando o pedido de liberação do compromisso de assinar a ata de registro de preços formulado pela empresa Agronômica Comércio de Arames Ltda em razão do vencimento da proposta, libero a requerente da obrigação de assinar a ata de registro de preços nº 145/2020-PMG.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 1363/2020

Publicação Nº 2752620

DECRETO Nº. 1363/2020

Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 315.200,00 (trezentos e quinze mil e duzentos reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 315.200,00 (trezentos e quinze mil e duzentos reais), aprovado pela lei nº. 4741/2020, a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

04 - Secretaria de Administração e Finanças	
001 - Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atividades de Controle Financeiro e Prestação de Contas	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	39.000,00
0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Atividades de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e Patrimônio	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	30.000,00
0004.0122.0004.2012 - Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Gerais	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	30.000,00
0004.0122.0004.2115 - Manutenção do Consórcio CIGA	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe.	
01000000 - Recursos Ordinários	12.000,00
26 - Encargos Gerais do Município	
001 - Encargos Gerais do Município	

0028.0846.0000.0001 - Contribuição ao Pasep	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
01394500 - Outras Transf. Exploração Rec. Naturais	200,00
06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	90.000,00
22 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
001 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
0006.0182.0014.2080 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01801000 - Taxa Bombeiro Militar - parte Município	14.000,00
TOTAL	315.200,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo:

06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0306.0005.2073 - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	25.000,00
003 - Ensino Médio	
0012.0362.0005.2026 - Transporte Escolar - Ensino Médio	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	46.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0306.0005.2074 - Alimentação Escolar - Pré-Escola	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	40.000,00
08 - Secretaria de Infra estrutura	
001 - Secretaria de Infra estrutura	
0026.0782.0011.2091 - Manutenção de Estradas, Ruas, Calçadas, Canais, Córregos e Valas.	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	
01394500 - Outras Transf. Exploração Rec. Naturais	200,00

26 - Encargos Gerais do Município	
001 - Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0000.0003 - Precatórios e Sentenças Judiciais	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	90.000,00
22 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
001 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
0006.0182.0014.2080 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil	
34000000000000000000 - Despesas de capital	
34400000000000000000 - Investimentos	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01801000 - Taxa Bombeiro Militar - parte Município	14.000,00
TOTAL	315.200,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1364/2020

Publicação Nº 2752623

DECRETO Nº. 1364/2020

Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), aprovado pela lei nº. 4742/2020, a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infra estrutura	
001 - Secretaria de Infra estrutura	
0026.0782.0011.2091 - Manutenção de Estradas, Ruas, Calçadas, Canais, Córregos e Valas.	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2016 - Manutenção das Atividades da Secretaria - Ensino Fundamental	

33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	330.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0365.0005.2019 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Pré-Escola	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	40.000,00
006 - Educação Infantil - Creches	
0012.0365.0005.2020 - Reforma e manutenção de Centros de Educação Infantil	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	80.000,00
TOTAL	650.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo:

06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	25.000,00
0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	225.000,00
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	100.000,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	
34400000000000000000 - Investimentos	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	40.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	40.000,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	
34400000000000000000 - Investimentos	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	20.000,00
26 - Encargos Gerais do Município	
001 - Encargos Gerais do Município	

0028.0846.0000.0003 - Precatórios e Sentenças Judiciais	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
TOTAL	650.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1365/2020

Publicação Nº 2752624

DECRETO Nº. 1365/2020

Abre um crédito especial no valor de R\$ 460.628,00 (quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito especial no valor de R\$ 460.628,00 (quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais), aprovado pela lei nº. 4743/2020, a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
0010.0301.0006.2172 - Enfrentamento da emergência na saúde pública - Corona vírus
33000000000000000000 - Despesas correntes
33300000000000000000 - Outras despesas correntes
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19) – R\$ 340.628,00
34000000000000000000 - Despesas de capital
34400000000000000000 - Investimentos
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19) – R\$ 120.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito especial provêm do excesso de arrecadação apurado até a presente data na fonte de recursos 4171803910101000000 - CORONAVÍRUS (COVID-19), vínculo 01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19), no valor de R\$ 460.628,00 (quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1366/2020

Publicação Nº 2753146

DECRETO Nº. 1366/2020

Fixa o valor da Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2021.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fixa o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) no valor de R\$ 107,15 (cento e sete reais e quinze centavos), a partir de 01 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. O valor fixado foi corrigido com base na variação do INPC, no período de dezembro de 2019 até novembro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 95/2020 – FMS

Publicação Nº 2752864

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 95/2020 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LUVAS E MÁSCARAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE EM DECORRÊNCIA DO COVID-19.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigo 4, caput, da Lei nº 13.979/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, sob o CNPJ nº 01.306.465/0001-38, estabelecida na Rua Américo Vespúcio, nº 995, Bairro Nova Brasília, Joinville - SC, CEP: 89.213-401.

Valor Total: R\$ 30.200,00 (trinta mil e duzentos reais).

Guaramirim (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 01/2020 – FCG

Publicação Nº 2753453

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 01/2020 – FCG

Chamamento Público nº: 01/2020 – FCG

Fundamento Legal: Lei nº 14.017/ 2020, art. 2º, inciso II.

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DISTRIBUIR SUBSÍDIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através da sua FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: KELLI CRISTINA RODRIGUES FLORES 80994458053, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.671.526/0001-61, estabelecida na Rua Itaipu, nº 428, Sala 02, bairro Paulista, município de Campo Bom, estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.700-000.

Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência: Início: 08/12/2020 Término: 07/04/2021

Guaramirim (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 02/2020 – FCG

Publicação Nº 2753454

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 02/2020 – FCG

Chamamento Público nº: 01/2020 – FCG

Fundamento Legal: Lei nº 14.017/ 2020, art. 2º, inciso II.

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DISTRIBUIR SUBSÍDIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através da sua FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: VALDEMAR SZESKOSKI 02856957978, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.151.866/0001-12, estabelecida na Rua Herminio Stringari, nº 1758, Sala 01, bairro Corticeira, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: Início: 08/12/2020 Término: 07/04/2021

Guaramirim (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 03/2020 – FCG

Publicação Nº 2753455

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 03/2020 – FCG

Chamamento Público nº: 01/2020 – FCG

Fundamento Legal: Lei nº 14.017/ 2020, art. 2º, inciso II.

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DISTRIBUIR SUBSÍDIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através da sua FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: ANA KARLA FRANCISCO GUIMARAES 03354169931, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.933.082/0001-05, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 3400, bairro Amizade, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Vigência: Início: 08/12/2020 Término: 07/04/2021

Guaramirim (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 04/2020 – FCG

Publicação Nº 2753457

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 04/2020 – FCG

Chamamento Público nº: 01/2020 – FCG

Fundamento Legal: Lei nº 14.017/ 2020, art. 2º, inciso II.

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DISTRIBUIR SUBSÍDIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através da sua FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: GS SONORIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.931.054/0001-52, estabelecida na Rua

Bananal, nº 5110, Sala 02, bairro Bananal do Sul, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89270-000.
Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Vigência: Início: 08/12/2020 Término: 07/04/2021

Guaramirim (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 05/2020 – FCG

Publicação Nº 2753458

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 05/2020 – FCG

Chamamento Público nº: 01/2020 – FCG

Fundamento Legal: Lei nº 14.017/ 2020, art. 2º, inciso II.

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DISTRIBUIR SUBSÍDIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através da sua FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: EDSON LUIZ KAMER - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.957.992/0001-40, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 298, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: Início: 08/12/2020 Término: 07/04/2021

Guaramirim (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 06/2020 – FCG

Publicação Nº 2753459

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL Nº 06/2020 – FCG

Chamamento Público nº: 01/2020 – FCG

Fundamento Legal: Lei nº 14.017/ 2020, art. 2º, inciso II.

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DISTRIBUIR SUBSÍDIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através da sua FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: INDIAMARA CRISTIANE WERGES PEREIRA VALLER, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 018.546.219-71, portador(a) da Carteira de Identidade nº 3.625.368-5 SESP/SC, residente na Rodovia SC 108, Km 41, nº 8152, bairro Rio Branco, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: Início: 08/12/2020 Término: 07/04/2021

Guaramirim (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº. 172/2020

Publicação Nº 2753157

LEI COMPLEMENTAR Nº. 172/2020

Institui a Política Municipal do Meio Ambiente.

TÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE****CAPÍTULO I****DOS PRINCÍPIOS**

Art. 1º. A Política Municipal de Meio Ambiente baseia-se nos seguintes princípios:

I - ação governamental, inclusive consorciada, na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água, da flora, da fauna e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, com a recuperação das áreas degradadas;

V - controle das atividades potencialmente poluidoras;

VI - imposição ao degradador à obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário à contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

VII - a educação ambiental formal em todos os níveis do ensino e a educação não formal da comunidade.

CAPÍTULO II**DOS OBJETIVOS**

Art. 2º. São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - assegurar à atual e às futuras gerações um ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à saúde e a qualidade de vida;

II - definir as áreas prioritárias de ação governamental municipal relativa à qualidade ambiental e das funções ecológicas;

III - capacitar a comunidade para participar ativamente na defesa do meio ambiente;

IV - difundir as tecnologias e técnicas de manejo dos recursos ambientais, divulgação de dados e informações ambientais;

V - preservar, conservar e restaurar os recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção da qualidade ambiental.

CAPÍTULO III**DAS DIRETRIZES**

Art. 3º. Constituem diretrizes gerais para a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - a integração da gestão ambiental com a gestão de recursos hídricos e saneamento;

II - a articulação da gestão ambiental com a gestão do uso do solo.

CAPÍTULO IV**DOS INSTRUMENTOS**

Art. 4º. São instrumentos da Política Ambiental Municipal:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impacto ambiental;

IV - o licenciamento e a autorização de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais;

V - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Municipal;

VI - a auditoria e a certificação ambiental;

VI - o sistema municipal de informações ambientais;

VII - a fiscalização, o controle e o monitoramento da qualidade ambiental.

Seção I

Do Estabelecimento de Padrões de Qualidade Ambiental

Art. 5º. Os índices de Padrão de Qualidade Ambiental são os valores de concentrações máximas toleráveis para cada poluente definidos pelo poder público Federal, Estadual e Municipal e pelos seus respectivos conselhos de meio ambiente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, assim como as atividades econômicas do meio ambiente em geral.

Art. 6º. Fica permitido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA a possibilidade de estabelecer padrões de qualidade ambiental não previstos na legislação.

Parágrafo único. Os padrões de qualidade ambiental devem ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

Seção II

Do Zoneamento Ambiental

Art. 7º. O Zoneamento Ambiental consiste na definição, a partir de critérios geoeconômicos, de parcelas do território municipal, nas quais serão permitidas ou restringidas determinadas atividades, de modo absoluto ou parcial, e para as quais serão previstas ações que terão como objetivo a proteção, manutenção e recuperação do padrão de qualidade do meio ambiente, consideradas as características ou atributos de cada uma dessas áreas.

Art. 8º. As unidades territoriais de que trata o artigo anterior serão enquadradas nas seguintes áreas características:

I - Zona de Preservação Permanente - ZPP: área dedicada à proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais, representando o mais alto grau de preservação do território municipal, caracterizada pela predominância de ecossistemas pouco alterados, encerrando, localmente, aspectos remanescentes da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, de importância ecológica municipal ou regional;

II - Zona de Unidades de Conservação - ZUC: área do município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental destinadas ao uso público legalmente instituído, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração, sendo a elas aplicadas garantias diferenciadas de conservação, proteção e uso disciplinado;

III - Zona de Proteção Histórica, Artística, Cultural e Paisagística - ZPAC: área de proteção de espaços vinculados à imagem da cidade, seja devido ao grau de preservação e integridade dos elementos naturais que as compõem, seja pela singularidade, harmonia e riqueza do conjunto arquitetônico, ou por configurarem valores históricos, artísticos, culturais e paisagísticos significativos do município;

IV - Zona de Recuperação Ambiental - ZRA: área constituída por ambientes degradados, desmatados ou com fragmentos florestais reduzidos e dispersos, cujos componentes originais sofreram fortes alterações, representando áreas de importância para a recuperação ambiental em virtude das funções ecológicas que desempenham na proteção dos mananciais, preservação da biodiversidade, estabilização de encostas, no controle da erosão do solo, na manutenção e dispersão da biota e das teias alimentares;

V - Zona de Uso Rural - ZUR: área onde os ecossistemas originais foram amplamente alterados em sua diversidade e organização funcional, sendo utilizada por atividades agrícolas e extrativistas, havendo, ainda, presença de assentamentos rurais dispersos;

VI - Zona de Desenvolvimento Urbano - ZDU: área efetivamente utilizada para fins urbanos e de expansão, em que os componentes ambientais, em função da urbanização, foram modificados ou suprimidos;

VII - Zona de Interesse Turístico Ecológico - ZITE: área destinada ao desenvolvimento de atividades turísticas voltadas a promoção da integração entre o homem e o meio ambiente, visando à conservação, preservação e recuperação do patrimônio ambiental do município.

Seção III

Da Avaliação de Impacto Ambiental

Art. 9º. Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades socioeconômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;
- VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 10. As avaliações de impactos ambientais resultam do emprego de métodos cientificamente aceitos que possibilitam a análise e a interpretação das alterações sofridas pelo meio ambiente.

Parágrafo único. A aplicação dos métodos referidos no caput deste artigo permitirá a elaboração de avaliações sobre os efeitos causados pela ação impactante, o que resultará na elaboração de Estudo Ambiental Simplificado - EAS, Relatório Ambiental Prévio - RAP e Estudo de Impacto Ambiental - EIA, assim como relatório sobre as alterações impostas ao meio ambiente, denominado Relatório de Impacto Ambiental

- RIMA.

Art. 11. Compete a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou ao consórcio, quando o licenciamento ocorrer por meio de gestão associada, exigir, quando não regulamentado por Resolução do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, os estudos ambientais referidos no parágrafo único do artigo anterior, conforme a complexidade da atividade e/ou empreendimento a ser licenciado e a singularidade do local a se instalar.

§ 1º A exigência dos estudos definidos no caput do artigo anterior, não dispensa da exigência de outros estudos, como o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, ou outros que couberem, requerido nos termos da legislação.

§ 2º Poderão ser solicitadas informações complementares, de acordo com a complexidade da atividade e/ou empreendimento e a singularidade do local a se instalar.

Subseção I

Do Relatório Ambiental Prévio - RAP

Art. 12. O Relatório Ambiental Prévio - RAP é um estudo técnico elaborado por um ou mais profissionais habilitados, visando a oferecer elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente.

Art. 13. O RAP deverá abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e socioeconômico, buscando a elaboração de um diagnóstico simplificados da área do empreendimento e entorno.

Art. 14. O RAP deverá conter a descrição sucinta dos impactos resultantes da implantação do empreendimento e a definição das medidas mitigadoras, de controle e compensatórias, quando couber.

Subseção II

Do Estudo Ambiental Simplificado - EAS

Art. 15. O Estudo Ambiental Simplificado - EAS é um estudo técnico elaborado por equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos e/ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente.

Art. 16. O EAS deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e socioeconômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado da área de influência do empreendimento e/ou atividade.

Art. 17. O EAS deverá possibilitar a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento e/ou atividade, e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias, quando couber.

Subseção III

Do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA

Art. 18. O Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, serão exigidos previamente pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou pelo consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, para concessão de licença ambiental de empreendimentos, obras e/ou atividades que apresente potencial ou significativo impacto ambiental, conforme disposto em legislação pertinente.

Art. 19. O EIA obedecerá às seguintes diretrizes:

I - contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do mesmo;

II - identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de pesquisa, implantação e operação;

III - definir os limites da área geográfica a ser direta e indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - considerar os planos e programas governamentais propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias.

Art. 20. O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico: o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos

d` água, o regime hidrológico, as correntes atmosféricas, as áreas de preservação permanente e as unidades de conservação;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais: a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção;

c) o meio socioeconômico: o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconômico, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas, a distribuição dos ônus e benefícios sociais;

III - definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de resíduos, avaliando a eficiência de cada uma delas;

IV - elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados;

V - definição das medidas compensatórias relativas aos impactos ambientais permanentes e irreversíveis;

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

Art. 21. Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, inclusive a elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 03 (três) cópias.

Art. 22. O RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - a descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas e mão de obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - o programa de acompanhamento, monitoramento e compensação dos impactos;

VIII - recomendação quanto à alternativa mais favorável, contemplando as conclusões e comentários de ordem geral.

Parágrafo único. O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão, com linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Art. 23. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, definirá o prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o caput deste artigo terá o seu termo inicial na data do recebimento pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou pelo consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, do EIA e seu respectivo RIMA.

Art. 24. As cópias do RIMA permanecerão à disposição dos interessados na Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou no consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, inclusive durante o período de análise técnica, respeitado o sigilo industrial, desde que assim solicitado e demonstrado pelo interessado.

§ 1º Os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, receberão cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação.

§ 2º A partir do recebimento do RIMA, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou o Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e marcará a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do EIA/RIMA.

Seção IV

Do Licenciamento e Autorização Ambiental

Art. 25. Para efeitos desta Lei Complementar, serão adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou o Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, estudo ambiental simplificado, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada, análise preliminar de risco e EIA/RIMA;

IV - Impacto Ambiental Local: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de um município sem ultrapassar o seu limite territorial.

Subseção I

Do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local

Art. 26. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou do Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, quando não previsto em outras normas, definirá quais os tipos de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental de impacto local, bem como os estudos ambientais necessários.

§ 2º A definição prevista no parágrafo anterior observará os critérios de exigibilidade, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o potencial poluidor, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

§ 3º Não competirá à Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou ao Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, licenciar as atividades licenciadas ambientalmente pelos demais entes federados.

§ 4º O Município de Guaramirim poderá valer-se de Consórcio Público para o exercício das atribuições relativas ao licenciamento e/ou fiscalização ambiental.

Art. 27. Será exigido estudo mais abrangente ou específico se, por ocasião da apresentação inicial do estudo ambiental, ficar caracterizada pelas peculiaridades do empreendimento e pelos impactos avaliados, devidamente fundamentados em parecer técnico da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou do consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, de que se trata de atividade com maior potencial de impacto ambiental do que o previsto inicialmente.

Art. 28. Compete a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou ao consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que, embora não sejam de impacto ambiental local, lhe forem delegadas por instrumento legal ou convênio.

Art. 29. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Ambiental Prévia - LAP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença Ambiental de Instalação - LAI: autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença Ambiental de Operação - LAO: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

IV - Autorização Ambiental: autoriza a instalação e operação de atividades passíveis de licenciamento simplificado, bem como o corte, a poda e a supressão de vegetação, nos termos da competência municipal prevista em lei.

Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade, podendo ser expedidas outras licenças previstas em regulamento próprio.

Art. 30. O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - definição pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, ou pelo consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - análise Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, ou pelo consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - solicitação de esclarecimentos e complementações pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou pelo consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não forem satisfatórios;

V - audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - solicitação de esclarecimentos e complementações pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou pelo consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - emissão de parecer técnico conclusivo e, quando necessário, parecer jurídico;

VIII - deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

§ 1º No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Secretaria do Município responsável pelo planejamento urbano, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e outras eventuais exigências solicitadas pelo órgão ambiental.

§ 2º No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao EIA, se verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos IV e VI, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.

Art. 31. Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente e comprovadamente habilitados, às expensas do empreendedor.

§ 1º O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

§ 2º Todos os custos do licenciamento deverão ser suportados pelo empreendedor, inclusive a realização de estudos complementares, perícias, entre outros, que ficarão ao encargo exclusivo desse.

Art. 32. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

§ 1º Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental.

§ 2º Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos, atividades similares, vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

§ 3º Deverão ser estabelecidos critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e aprimoramento do desempenho ambiental.

Art. 33. Os custos para análise do processo de licenciamento serão objeto de normatização própria.

Art. 34. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada,

poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LAP, LAI e LAO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 06 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

§ 1º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 2º Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou do consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada.

Art. 35. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou pelo consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, dentro do prazo por ela fixado, a contar do recebimento da respectiva notificação, sob pena, inclusive, de arquivamento definitivo do processo de licenciamento, sem direito à qualquer ressarcimento de valores pagos.

Parágrafo único. O prazo que for estipulado poderá ser prorrogado a critério da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou do consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada.

Art. 36. O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos acima, sujeitará o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Art. 37. O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 30 e seguintes desta Lei Complementar, mediante novo pagamento da competente taxa de licenciamento.

Art. 38. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração as diretrizes estabelecidas pelo CONAMA e CONSEMA, ou órgãos que venham a substituí-los, podendo, entretanto, estabelecer prazos diferentes dos estabelecidos nestas, sempre observado o prazo máximo de validade.

Art. 39. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou o consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Subseção II

Do Corte e Supressão de Vegetação

Art. 40. Para a adequada compreensão desta Lei Complementar, considera-se:

I - corte: corte eventual de árvores e/ou arbustos dispersos em uma determinada área, desde que não caracterize remanescente de floresta nativa;

II - poda: corte parcial da estrutura aérea de um ou mais indivíduos arbóreos com o objetivo de efetuar a sua manutenção;

III - supressão: corte de árvores e/ou arbustos dispersos em uma determinada área característica de remanescente de floresta nativa.

Art. 41. O corte ou a poda de árvores, e a supressão de vegetação dentro do território do município, em áreas públicas ou privadas, dependerá obrigatoriamente de autorização da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, salvo quando a competência for do órgão ambiental do Estado ou União, ou ainda tratar-se de supressão de vegetação relacionada ou inerente à atividade licenciável, quando dependerá da aprovação do licenciamento, como um todo, pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou do consórcio.

Art. 42. Para o corte eventual de árvores, quando cabível, competirá ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente- COMDEMA estabelecer mecanismos de compensação ambiental, por meio da reposição.

Art. 43. O Município poderá decretar a imunidade ao corte de árvore em decorrência dos seguintes critérios: espécie, porte, paisagem, raridade, endemismo, condição, localização e função ambiental.

Seção V

Da Criação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Art. 44. Ao Município compete instituir, implantar e administrar, na forma da legislação ambiental pertinente que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos e/ou recuperados, com vistas a manter e utilizar racionalmente o patrimônio natural e cultural de seu território, vedada qualquer utilização

que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, respeitadas as competências legislativas das unidades federadas.

Art. 45. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos, envolvendo o ambiente natural e/ou o patrimônio histórico-cultural, tem como principais objetivos:

I - preservar o patrimônio genético e conservar amostras de ecossistemas em estado natural;

II - proteger espécies raras em perigo ou ameaçadas de extinção;

III - proteger mananciais para conservação da sua produção hídrica;

IV - criar espaços para atividades educacionais, turísticas e recreativas;

V - proteger locais de herança cultural, histórica, geológica, arqueológica e paleontológica;

VI - proteger belezas cênicas;

VII - promover estudos e pesquisas científicas para divulgação do conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas e dos recursos naturais;

VIII - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

IX - promover a utilização sustentável dos recursos naturais.

Art. 46. Para os efeitos desta Lei Complementar, unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público Municipal, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, a qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

§ 1º As unidades de conservação serão criadas por ato do Poder Público, devendo a criação ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

§ 2º As unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos, cujo uso e ocupação devem estar de acordo com os objetivos, respectivamente, de minimizar os impactos negativos sobre a unidade e estabelecer a integração entre elas.

§ 3º As Áreas de Proteção Ambiental - APA e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN não possuem zona de amortecimento.

§ 4º Deverão constar no ato do Poder Público diretrizes para a regularização fundiária, demarcação, fiscalização adequada e estrutura de funcionamento dos espaços especialmente protegidos.

Art. 47. O conjunto de unidades de conservação do Município deve ser integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Unidades de Conservação, dividindo-se em dois grupos, com as seguintes características:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

§ 3º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica: de posse e domínio públicos tem como objetivo a preservação dos recursos naturais renováveis e a realização de pesquisas científicas, em área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares. É proibida a visitação pública, exceto quando com o objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;

II - Reserva Biológica: de posse e domínio públicos tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, exceto as medidas de recuperação e ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É proibida a visitação pública, exceto quando com o objetivo educacional ou de pesquisa, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;

III - Parque Natural Municipal: de posse e domínio públicos tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e visitação, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;

IV - Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais pelo proprietário, sendo admitida a visitação pública de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento

específico;

V - Refúgio de Vida Silvestre; tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelo proprietário. É admitida a visitação pública de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 4º Até que seja elaborado o Plano de Manejo, as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas necessárias a garantir a integridade dos recursos e ao cumprimento dos seus objetivos.

§ 5º O grupo das Unidades de Uso Sustentável é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental: é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população humana, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas, podendo ser realizadas atividades de pesquisa científica e visitação pública, observadas as exigências e restrições legais;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico: é uma área com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. É constituída por terras públicas ou privadas;

III - Floresta Municipal: é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei;

IV - Reserva Extrativista: é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, conforme o disposto no artigo 23 desta Lei Complementar e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a legislação aplicável;

V - Reserva de Fauna: é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos, de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável: é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica, constitui-se área de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei;

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural: é uma área privada gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. É admitida a pesquisa científica e a visitação pública com fins recreativos, educacionais e turísticos, de acordo com que dispuser o regulamento específico;

VIII - Parque Urbano: área pública ou privada cujo objetivo é de melhorar o clima em escala local, proporcionando conforto climático pela sombra que produzem, retirar o calor do ar por meio da evapotranspiração, servir de barreira contra o vento, ajudar a controlar a poluição atmosférica agindo como filtro de ar, combater a poluição sonora, reduzindo os ruídos, embelezar as cidades, proteger a biodiversidade, atuar no controle de pragas e doenças urbanas, permitir melhor convívio social, lazer, educação, eventos culturais e prática de esportes, colaborar com a drenagem das águas pluviais e com a recarga da água do solo.

§ 6º O Poder Executivo deverá destinar, de acordo com sua disponibilidade orçamentária, recursos específicos que se fizerem necessários para a implantação e gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos.

§ 7º O Município adotará formas de incentivos e estímulos para promover a constituição voluntária de áreas protegidas de domínio privado.

Seção VI
Da auditoria

Art. 48. Para efeito desta Lei Complementar, denomina-se auditoria ambiental o processo de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas do sistema de gestão ambiental de um empreendimento e/ou atividade, documentado, com vistas a:

I - identificar os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental provocados por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

II - estimar a qualidade do desempenho das funções do gerenciamento ambiental, os sistemas e os equipamentos utilizados;

III - identificar as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

IV - identificar a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores;

V - verificar o cumprimento das normas ambientais;

VI - verificar o encaminhamento que está sendo dado às diretrizes e aos padrões da empresa ou entidade, objetivando preservar o meio ambiente e a vida;

VII - identificar possíveis falhas ou deficiências concernentes aos itens anteriores;

VIII - determinar as medidas para restaurar o meio ambiente, proteger a saúde humana e adequar o sistema de gestão ambiental;

IX - propor soluções que permitam minimizar a probabilidade de exposição de operadores e do público a riscos provenientes de acidentes hipotéticos mais prováveis e de emissões contínuas que possam afetar direta ou indiretamente sua saúde ou segurança;

X - propor medidas preventivas à garantia da saúde e bem estar dos trabalhadores e da população local.

Parágrafo único. As medidas necessárias de que trata o inciso VIII desse artigo deverão ter o prazo para sua implantação fixado pelo órgão ambiental municipal, ao qual caberá também a sua fiscalização e aprovação.

Art. 49. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim determinará a realização de auditorias periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Parágrafo único. Nos casos das auditorias periódicas mencionadas no caput deste artigo, nos procedimentos com a elaboração de diretrizes, poderá ser exigida a consulta à comunidade afetada.

Art. 50. As auditorias ambientais serão realizadas às expensas do empreendedor de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, desde que haja justificativa técnica.

Art. 51. Sempre que julgar conveniente para assegurar a idoneidade da auditoria, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim poderá determinar que esta seja conduzida por equipe técnica independente.

§ 1º Nos casos a que se refere o caput deste artigo, as auditorias deverão ser realizadas por instituições credenciadas pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, assegurada a capacitação técnica.

§ 2º A omissão ou sonegação de informações relevantes na auditoria implicará descredenciamento definitivo do técnico responsável e o descredenciamento, por no mínimo 02 (dois) anos da instituição responsável, devendo ser o fato comunicado ao Ministério Público e ao Conselho de Classe competente.

Art. 52. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA definirá as atividades que, em função de seu potencial poluidor e porte, estarão sujeitas, obrigatoriamente, às auditorias ambientais periódicas, bem como os regramentos necessários.

Parágrafo único. No caso das auditorias obrigatórias, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim poderá elaborar um termo de referência contendo orientações.

Art. 53. Constatadas infrações ambientais poderão ser realizadas auditorias até a correção das irregularidades, independentemente da aplicação de penalidades administrativas.

Art. 54. As diretrizes para a realização de auditorias ambientais poderão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos:

I - impactos sobre o meio ambiente provocados pelas atividades de rotina;

II - avaliação de riscos de acidentes e dos planos de contingência para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessária;

III - atendimento aos regulamentos e normas técnicas em vigor no que se refere aos aspectos mencionados nos incisos I e II deste artigo;

IV - alternativas tecnológicas, inclusive de processo industrial, e sistemas de monitoramento contínuo disponíveis, para a redução dos níveis de poluição.

Art. 55. Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais, incluídas as diretrizes específicas e o currículo dos técnicos responsáveis por sua realização, serão acessíveis à consulta pública.

Art. 56. A realização de auditorias ambientais não exige as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor.

Seção VII

Da Certificação Ambiental

Art. 57. Fica criado o Programa de Certificação Ambiental Municipal, com a finalidade de fortalecer a execução da política de proteção dos recursos naturais.

Art. 58. O Programa de Certificação Ambiental Municipal tem por objetivos:

- I - incentivar o empreendedor a utilizar técnicas de conservação dos recursos naturais e de proteção da biodiversidade;
- II - promover a educação ambiental do empreendedor, enfatizando a necessidade de conciliar a produção com a conservação ambiental;
- III - orientar o empreendedor a produzir com qualidade e competitividade, aperfeiçoando os mecanismos de apoio à produção, quanto à observância do desenvolvimento sustentável;
- IV - estimular a participação da sociedade no processo de elaboração dos orçamentos públicos, com vistas à alocação de maior volume de recursos financeiros para programas de apoio às empresas que visam aliar produção e proteção ambiental.

Art. 59. Para receber os benefícios previstos nesta Lei Complementar, o empresário deverá submeter o projeto de desenvolvimento sustentável para análise e seleção prévia à comissão técnica de âmbito municipal.

Art. 60. Os projetos selecionados serão submetidos à aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

Art. 61. Os projetos selecionados e que estiverem de acordo com os princípios e diretrizes desta Lei Complementar receberão os seguintes benefícios:

- I - incentivo para o investimento e/ou custeio da atividade produtiva, conforme disposto em regulamento;
- II - Certificação Ambiental, conferida pelo Município de Guaramirim.

Parágrafo único. A entrega do Certificado será feita em reunião solene, com a presença de representantes do Poder Público Municipal.

Art. 62. Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei Complementar, o Município criará mecanismos de incentivo ao empresário cuja atividade seja potencialmente poluidora e que observe o princípio do desenvolvimento sustentável.

Art. 63. Para fins de implementação do Programa de Certificação Ambiental compete à Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim:

- I - fiscalizar o cumprimento desta Lei Complementar;
- II - receber os projetos do empresário interessado;
- III - dar ampla divulgação às ações do programa.

Art. 64. São fontes de financiamento do programa:

- I - os créditos consignados no orçamento do Município;
- II - os recursos provenientes de convênios firmados com o Governo Federal, com outros municípios ou com organizações não governamentais;
- III - os recursos previstos em dotação orçamentária;
- IV - Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Seção VIII

Do Sistema Municipal de Informações Ambientais

Art. 65. O sistema municipal de informações ambientais será gerido pelo órgão ambiental, em conjunto com os demais órgãos do sistema municipal de meio ambiente, tendo por objetivo oferecer à comunidade amplo acesso às informações básicas sobre o meio ambiente.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei Complementar, informações básicas sobre o meio ambiente são as geradas por instituições governamentais que contribuam para:

- I - monitorar os componentes da diversidade biológica;
- II - identificar processos e categorias de atividades potencialmente nocivas para a diversidade biológica;
- III - auxiliar a gestão ambiental no Município.

Art. 66. O sistema municipal de informações ambientais tem como objetivos, entre outros:

- I - integrar bancos de dados sobre biodiversidade e aspectos socioeconômicos relacionados com o meio ambiente produzidos por instituições

públicas e privadas que atuam no Município e outros órgãos da administração federal e estadual;

II - promover a divulgação de informações relacionadas com a conservação e com a utilização sustentável da biodiversidade;

III - apoiar a divulgação de resultados de pesquisas técnicas e científicas relativas ao meio ambiente.

Parágrafo único. O sistema de informações de que trata o caput deste artigo conterà, no mínimo, as seguintes bases de dados:

I - de processos de licenciamento ambiental;

II - de instalações e situações sob risco de acidente ambiental;

III - de referências técnicas e científicas;

IV - sobre legislação ambiental;

V - de imagens;

VI - de áreas protegidas no Município e de áreas potenciais para a criação de unidades de conservação.

Art. 67. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, participantes do sistema municipal de meio ambiente, assegurarão o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e fornecerão as informações relativas ao meio ambiente que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as que se refiram a:

I - qualidade do meio ambiente;

II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental;

III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas;

IV - acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais;

V - emissões de efluentes líquidos e gasosos e produção de resíduos sólidos; VI - substâncias tóxicas e perigosas;

VII - diversidade biológica;

VIII - organismos geneticamente modificados.

Art. 68. Qualquer pessoa poderá ter acesso às informações de que trata esta Lei Complementar, conforme regulamento, desde que se comprometa a não as utilizar para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, e a citar a fonte, caso venha a divulgá-las por qualquer meio, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º É assegurado o sigilo comercial, industrial, financeiros ou qualquer outro sigilo protegido por lei, bem como o sigilo relativo às comunicações internas dos órgãos e entidades governamentais do Município.

§ 2º A fim de que seja resguardado o sigilo a que se refere o § 1º deste artigo, as pessoas físicas ou jurídicas que fornecerem informações à Administração Pública Municipal deverão indicar a necessidade do sigilo, de forma expressa e fundamentada.

§ 3º O documento contendo as informações sigilosas ficará encartado e selado nos autos do processo, sendo acessível apenas pela autoridade competente ou a quem ela assim designar.

Art. 69. Serão publicados em órgão oficial de imprensa e ficarão disponíveis nos órgãos do sistema municipal de meio ambiente, em local de fácil acesso ao público, dados referentes à:

I - concessão de licenciamento e sua respectiva renovação;

II - concessão de licença para supressão de vegetação;

III - autos de infração e respectivas penalidades impostas pelo órgão ambiental;

IV - lavratura de termos de compromisso de ajustamento de conduta;

V- reincidências em infrações ambientais;

VI - decisões de recursos interpostos em processo administrativo ambiental;

VII - aprovação ou rejeição de estudos de impacto ambiental.

§ 1º A relação dos dados de que trata o caput deste artigo estará disponível para o público a partir da publicação dos atos a que se referem.

§ 2º Os pedidos e concessões de licenças e autorizações ambientais poderão ser publicados no site oficial da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim e/ou do Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, na internet e no seu mural de publicações, quando se tratar de atividade que não seja considerada de potencial ou significativo impacto ambiental.

Art. 70. O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, garantirá a implantação e a gestão do sistema de informações de que trata esta Lei Complementar.

Seção IX Da Fiscalização, Controle e Monitoramento

Art. 71. A Fundação do Meio Ambiente ou o Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, para fins de controle da poluição ambiental e conservação dos recursos naturais, por meio de sua fiscalização, terá livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestas ou outras áreas particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de causar impacto ao meio ambiente.

Art. 72. Os agentes fiscalizadores poderão:

- I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações ambientais estratégicas;
- II - solicitar documentação que comprove o licenciamento ambiental;
- III - efetuar medições e coletar amostras;
- IV - elaborar relatório técnico de inspeção;
- V - requisitar força policial, quando obstados no exercício da função;
- VI - lavrar o competente auto de infração, termo de apreensão, termo de interdição ou de embargo.

TÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SISMUMA

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DA COMPOSIÇÃO

Art. 73. Fica criado o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA, com os seguintes objetivos:

- I - coordenar a gestão ambiental municipal;
- II - implementar a Política Ambiental Municipal;
- III - planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos ambientais;
- IV - controlar a poluição em qualquer de suas formas;
- V - implementar ações de conservação da biodiversidade.

Art. 74. Integram o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA:

- I - o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Poder Executivo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, bem como deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;
- II - a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, bem como executar e fazer executar, como órgão municipal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- III - o Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, com a finalidade de auxiliar no planejamento, na coordenação, na supervisão e, ainda, controlar, bem como executar e fazer executar, como órgão de delegação municipal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

Art. 75. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA é um órgão colegiado paritário, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, normativo e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas.

Art. 76. Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, basicamente, além de outras atribuições estabelecidas em lei específica:

I - formular as diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II - propor normas legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

III - exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o inciso anterior;

IV - opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município;

V - identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federais, estaduais e municipais, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

VI - deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

VII - decidir, juntamente com a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, sobre a aplicação dos recursos provenientes de dotações oriundas da União, dos Estados e dos Municípios, doações e contribuições, rendimentos, arrecadação dos recursos oriundos de multas, rendimentos e indenizações decorrentes de ações judiciais e ajustes de conduta promovidos pelo Ministério Público, assim como outros legalmente constituídos;

VIII - apresentar anualmente, proposta orçamentária ao Executivo Municipal inerente ao seu funcionamento;

IX - apreciar os recursos e decidir, como segunda e última instância administrativa, sobre as penalidades impostas pela Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim ou o Consórcio, quando o licenciamento ocorrer por intermédio de gestão associada, decorrentes de autos de infração;

X - elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução;

XI - estabelecer as atividades passíveis de Cadastro de Acompanhamento Ambiental, desde que não indicadas no Anexo VI da Resolução nº 98, de 05 de maio de 2017, do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, contendo, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) razão social/nome;
- b) CNPJ/CPF;
- c) endereço;
- d) responsável legal;
- e) atividade principal;
- f) Código da Classificação Nacional da Atividade Econômica - CNAE;
- g) área do empreendimento;
- h) localização geográfica.

XII - editar resoluções sobre matérias de sua competência;

XIII - propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento;

XIV - promover a educação ambiental;

§ 1º É garantido o livre acesso às informações das atividades do COMDEMA.

§ 2º O Município garantirá os sistemas de informações ambientais, com a finalidade de conferir efetividade à gestão e dar publicidade dos dados relevantes à sociedade, passíveis de integração com o sistema estadual.

§ 3º O Conselho não possui poder de polícia e não poderá exercer ações diretas de fiscalização, cabendo-lhes indicar ao órgão ambiental municipal as atividades eventualmente poluidoras a serem fiscalizadas, bem como expor e denunciar nas sessões as agressões ao meio ambiente que estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

§ 4º O cadastro de que trata o inciso XI deste artigo deverá ser atualizado sempre que houver alterações das informações.

Art. 77. O COMDEMA será composto de 14 (catorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, de forma paritária, por representantes do seguimento governamental e não governamental, sendo:

- I - 07 (sete) representantes do Poder Público Municipal indicados pelo Chefe do Poder Executivo;
- II - 07 (sete) representantes da sociedade civil e entidades afins.

Art. 78. Com exceção dos representantes do Poder Executivo Municipal, os demais conselheiros, incluindo titulares e suplentes, serão indicados livremente pelas entidades que representam, sendo todos os membros nomeados por meio de portaria do Chefe do Poder Executivo

Municipal e empossados pelo Conselho.

§ 1º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes, os quais substituirão os titulares em caso de impedimento ou ausência.

§ 2º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por no máximo dois períodos iguais e sucessivos.

§ 3º As funções exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

§ 4º O membro do COMDEMA que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias seguidas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um 01 (um) ano, será desligado após 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido, sendo empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o Conselho.

Art. 79. O COMDEMA manterá uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura.

CAPÍTULO III DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 80. A Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, com sede e foro no Município de Guaramirim, jurisdição em todo o seu território, com tempo indeterminado de duração, tem as seguintes competências:

I - executar a política ambiental municipal, conforme os princípios, objetivos e diretrizes previstos nesta Lei Complementar;

II - assessorar a Administração Pública Municipal em todos os aspectos relativos à implementação da Política Municipal do Meio Ambiente;

III - articular-se com órgãos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas ambientais;

IV - promover e apoiar as ações relacionadas à preservação, recuperação e a exploração racional dos recursos naturais presentes no território do Município;

V - celebrar contratos, convênios, consórcios, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, inclusive estrangeiras, visando a desenvolver suas competências;

VI - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental;

VII - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, adotando medidas preventivas e aplicando as penalidades e punições previstas na Legislação Ambiental;

VIII - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação criadas por lei municipal;

IX - controlar e monitorar os padrões de qualidade ambiental previstos nesta Lei Complementar;

X - propor ao Conselho Municipal de Defesa e Meio Ambiente - COMDEMA normas referentes ao meio ambiente e à proteção do patrimônio paisagístico do Município;

XI - implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;

XII - promover a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, incluindo a fauna, a flora e os recursos minerais;

XIII - estimular a implantação e normatização das atividades relacionadas ao ecoturismo no Município;

XIV - propor ao Conselho Municipal de Defesa e Meio Ambiente - COMDEMA a Política Municipal de Saneamento Ambiental;

XV - elaborar e executar projetos específicos de coleta seletiva;

XVI - promover a participação social no planejamento, execução e vigilância das ações que visem à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável;

XVII - elaborar e executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XVIII - apoiar, com recursos próprios disponíveis, e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como, para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XIX - licenciar os empreendimentos e atividades consideradas de impacto ambiental local e aquelas que forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

§ 1º As atribuições contidas no presente artigo poderão ser, total ou parcialmente, objeto de delegação ou exercício compartilhado no âmbito de gestão associada em Consórcio Público.

§ 2º Os agentes públicos efetivos da Fundação do Meio Ambiente do município de Guaramirim, com formação específica na área ambiental, ficarão investidos na atribuição do exercício de fiscalização.

§ 3º As ações e procedimentos relacionamentos à fiscalização ambiental municipal devem ser padronizados e normatizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º As sanções administrativas constituem-se nas penalidades e medidas preventivas, previstas nas legislações federal, estadual e municipal, sendo aplicadas por processo administrativo infracional da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

§ 5º Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o órgão que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim para as providências cabíveis.

§ 6º O disposto no caput deste artigo não impede o exercício, pelos entes federativos, da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização de que se trata este artigo.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 81. Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem o uso racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais e à promoção da educação ambiental.

§ 1º O Fundo Municipal de Meio Ambiente possui natureza contábil e financeira, é vinculado à Fundação do Meio Ambiente do município de Guaramirim e tem como gestor financeiro o gestor da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim.

§ 2º O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Art. 82. O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Fundação do Meio Ambiente do município de Guaramirim, em articulação com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, e terá as seguintes atribuições:

I - elaborar a proposta orçamentária do Fundo, submetendo-a para apreciação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes, na época e na forma determinada em lei ou regulamento;

II - organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

III - celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;

IV - ordenar despesas com recursos do Fundo, respeitada a legislação pertinente;

V - outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;

VI - prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes.

Art. 83. A execução dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente será aprovada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, que terá competência para:

I - definir os critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;

II - fiscalizar a aplicação dos recursos;

III - apreciar a proposta orçamentária apresentada pela Fundação do Meio Ambiente do município de Guaramirim, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes para inclusão no orçamento Municipal;

IV - aprovar o plano anual de trabalho e o cronograma físico-financeiro apresentado pela Fundação do Meio Ambiente do município de Guaramirim;

V - apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentadas pela Fundação do Meio Ambiente do município de Guaramirim, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar;

VI - outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação ambiental.

Art. 84. Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente aqueles provenientes:

- I - de dotações orçamentárias e créditos adicionais, na forma regulamentar;
- II - de penalidades pecuniárias delas decorrentes, na forma regulamentar;
- III - de transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;
- IV - de acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional;
- V - de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VI - de multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da lei;
- VII - de rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;
- VIII - de outros destinados por lei.

Art. 85. São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente os planos, programas e projetos destinados a:

- I - criação, manutenção e gerenciamentos de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;
- II - educação ambiental;
- III - desenvolvimentos e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;
- IV - pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;
- V - manejo dos ecossistemas e extensão florestal;
- VI - aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;
- VII - desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da Fundação do Meio Ambiente do município de Guaramirim ou de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;
- VIII - pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;
- IX - aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;
- X - contratação de consultoria especializada;
- XI - financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo único. Os planos, os programas e os projetos financiados com os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e as diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 86. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art. 87. Aplicam-se ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundos semelhantes.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 88. A dívida ativa poderá ser cobrada pela Procuradoria-Geral do Município de Guaramirim, a quem incumbirá a defesa do patrimônio ambiental, inclusive à propositura de Ação Civil Pública Ambiental nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 89. Ficam sujeitas às normas dispostas nesta Lei Complementar pessoas físicas e jurídicas, inclusive órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais que pretenderem executar quaisquer das atividades passíveis de licenciamento ambiental de competência da Fundação Meio Ambiente de Guaramirim.

Art. 90. Compete a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim atuar supletivamente no cumprimento da Legislação Federal e Estadual relativamente à política do meio ambiente no Município de Guaramirim.

Art. 91. Aplicam-se subsidiariamente à esta Lei Complementar as disposições das normas federais, estaduais e municipais vigentes, que digam respeito à proteção, conservação, preservação, controle de poluição e degradação ambiental, fiscalização dos recursos naturais e não naturais.

Art. 92. E facultado ao Município de Guaramirim o exercício do licenciamento ambiental por meio de consórcios intermunicipais, com atribuição para análise técnica e jurídica dos processos de licenciamento ambiental, desde que devidamente instituído por lei.

Art. 93. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei Complementar naquilo que for necessário.

Art. 94. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 95. Ficam revogadas as Leis nº. 3646/2009 e 4038/2013.

Art. 96. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4741/2020

Publicação Nº 2752612

LEI Nº. 4741/2020

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 315.200,00 (trezentos e quinze mil e duzentos reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 315.200,00 (trezentos e quinze mil e duzentos reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

04 - Secretaria de Administração e Finanças	
001 - Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atividades de Controle Financeiro e Prestação de Contas	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	39.000,00
0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Atividades de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e Patrimônio	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	30.000,00
0004.0122.0004.2012 - Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Gerais	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	30.000,00
0004.0122.0004.2115 - Manutenção do Consórcio CIGA	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33393000000000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe.	
01000000 - Recursos Ordinários	12.000,00
26 - Encargos Gerais do Município	
001 - Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0000.0001 - Contribuição ao Pasep	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
01394500 - Outras Transf. Exploração Rec. Naturais	200,00
06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	90.000,00
22 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
001 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
0006.0182.0014.2080 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	

01801000 - Taxa Bombeiro Militar - parte Município	14.000,00
TOTAL	315.200,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo:

06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0306.0005.2073 - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	25.000,00
003 - Ensino Médio	
0012.0362.0005.2026 - Transporte Escolar - Ensino Médio	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	46.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0306.0005.2074 - Alimentação Escolar - Pré-Escola	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	40.000,00
08 - Secretaria de Infra estrutura	
001 - Secretaria de Infra estrutura	
0026.0782.0011.2091 - Manutenção de Estradas, Ruas, Calçadas, Canais, Córregos e Valas.	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	
01394500 - Outras Transf. Exploração Rec. Naturais	200,00
26 - Encargos Gerais do Município	
001 - Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0000.0003 - Precatórios e Sentenças Judiciais	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	90.000,00
22 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
001 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	
0006.0182.0014.2080 - Manutenção das Atividades da Defesa Civil	
34000000000000000000 - Despesas de capital	
34400000000000000000 - Investimentos	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01801000 - Taxa Bombeiro Militar - parte Município	14.000,00
TOTAL	315.200,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.
Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI N°. 4742/2020

Publicação N° 2752614

LEI N°. 4742/2020

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infra estrutura	
001 - Secretaria de Infra estrutura	
0026.0782.0011.2091 - Manutenção de Estradas, Ruas, Calçadas, Canais, Córregos e Valas.	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2016 - Manutenção das Atividades da Secretaria - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	330.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0365.0005.2019 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Pré-Escola	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	40.000,00
006 - Educação Infantil - Creches	
0012.0365.0005.2020 - Reforma e manutenção de Centros de Educação Infantil	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	80.000,00
TOTAL	650.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar provêm da anulação dos itens abaixo:

06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	

01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	25.000,00
0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01180000 - Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)	225.000,00
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	100.000,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	
34400000000000000000 - Investimentos	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	40.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	40.000,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	
34400000000000000000 - Investimentos	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01190000 - Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)	20.000,00
26 - Encargos Gerais do Município	
001 - Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0000.0003 - Precatórios e Sentenças Judiciais	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
TOTAL	650.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4743/2020

Publicação Nº 2752619

LEI Nº. 4743/2020

Autoriza a abertura de crédito especial no valor de até R\$ 460.628,00 (quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de até R\$ 460.628,00 (quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

0010.0301.0006.2172 - Enfrentamento da emergência na saúde pública - Corona vírus

33000000000000000000 - Despesas correntes

3330000000000000000 - Outras despesas correntes
3339000000000000000 - Aplicações diretas
01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19) – R\$ 340.628,00
3400000000000000000 - Despesas de capital
3440000000000000000 - Investimentos
3449000000000000000 - Aplicações Diretas
01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19) – R\$ 120.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito especial provêm do excesso de arrecadação apurado até a presente data na fonte de recursos 4171803910101000000 - CORONAVÍRUS (COVID-19), vínculo 01388100 - CORONAVÍRUS (COVID-19), no valor de R\$ 460.628,00 (quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais).

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4744/2020

Publicação Nº 2753178

LEI Nº. 4744/2020

Denomina Ponte sobre o Rio Itapocu, que liga o Centro da cidade com a Estrada Bananal do Sul.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Ponte Marcello Devigili" a ponte localizada sobre o Rio Itapocu, fazendo ligação entre a Estrada Bananal do Sul e a Rodovia BR-280, em alinhamento com a Rua 33 - João Ossowski, no Bairro Centro.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4745/2020

Publicação Nº 2753180

LEI Nº. 4745/2020

Dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIVI do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o instrumento jurídico de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV de que trata a Lei do Plano Diretor Municipal.

Art. 2º. O Estudo de impacto de vizinhança - EIV é considerado um conjunto de estudos e informações técnicas que objetivam identificar e avaliar a repercussão e o impacto na implantação e ampliação de empreendimentos que possam gerar:

I - Interferência na infraestrutura urbana;

II - Interferência na prestação de serviços públicos;

III - Alteração na qualidade de vida na área de influência do empreendimento ou atividade, afetando a saúde, segurança, locomoção ou bem-estar dos moradores e frequentadores;

IV - Risco a proteção especial estabelecida para a área de influência do empreendimento ou atividade;

V - Interferência na circulação e movimentação de pessoas, mercadorias e trânsito prejudicando a acessibilidade e as condições de

segurança de pedestres e veículos;

VI - Interferência nos recursos naturais.

§ 1º As atividades e os empreendimentos classificados como geradores de impacto de vizinhança ficam sujeitos à prévia aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIVI pelo Conselho da Cidade, antes da emissão das licenças de construção e de ampliação ou dos alvarás de aprovação e de aprovação e execução, nos termos desta lei.

§ 2º Fica igualmente sujeita à prévia aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIVI pelo Conselho da Cidade, antes da emissão da licença de funcionamento a instalação de uso gerador de impacto de vizinhança, definido nesta lei, em edificação regular existente.

§ 3º A delimitação da área de influência do empreendimento vizinhança fica a cargo da equipe de elaboração do EIV, devendo ser aprovada pelo órgão municipal competente, e dependerá do tamanho do empreendimento, da atividade que será desenvolvida e do local de implantação.

§ 4º A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação competente.

Art. 3º. São classificados como geradores de impacto de vizinhança as atividades e os empreendimentos que se enquadrarem em qualquer uma das seguintes situações:

I - Sejam localizados em áreas com mais de 1ha (um hectare), exceto atividade de mineração de areia e argila;

II - Possuam área construída superior a 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados);

III - Sejam não residenciais e possuam área construída superior a 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados);

IV - Se destinem ao uso misto e possuam área construída destinada ao uso não residencial maior que 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados);

V - Requeiram, por sua natureza ou condições, análise ou tratamento específico por parte do Poder Público Municipal, conforme dispuser a legislação de uso e ocupação do solo;

VI - Resultem de desmembramentos de áreas com mais de 1ha (um hectare), independentemente da atividade implantada e da área construída;

VII - Se destinem ao uso residencial e possuam mais de 120 (cento e vinte) unidades.

VIII - Nos casos onde tiver atividade mineraria em leitos de rios, cabeceiras de ponte e proximidades de ponto de captação e também em todos os casos que a atividade mineraria estiver relacionada com extração de pedras.

§ 1º Independentemente do disposto no caput deste artigo, são considerados empreendimentos de impacto para os fins previstos no caput:

I - Shopping centers, supermercados e congêneres a partir de 1500,00m²;

II - Centrais ou terminais de cargas ou centrais de abastecimento fora da área da ZDI;

III - Terminais de transportes, especialmente os rodoviários, ferroviários e aeroviários fora da área da ZDI;

IV - Estações de tratamento, aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos;

V - Centros de diversões, autódromos, hipódromos e estádios esportivos;

VI - Cemitérios e necrotérios;

VII - Matadouros e abatedouros;

VIII - Presídios;

IX - Quartéis e corpos de bombeiros;

X - Escolas de qualquer modalidade, colégios, universidades e templos religiosos em terrenos com área construída acima de 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados).

§ 2º Caberá ao órgão municipal competente, ouvido o Conselho da Cidade, dirimir dúvidas, bem como decidir quanto à exigibilidade do EIV/RIVI para situações não previstas neste artigo.

§ 3º Os empreendimentos previstos nos incisos I e II deste artigo com projetos modificativos com mudança de uso ou acréscimo superior a 20% (vinte por cento) do total da área construída existente, ou de reforma, com aumento de área superior a 20% (vinte por cento) do total da área construída existente, estarão sujeitos à apresentação do EIV/RIVI (não podendo ser aumentos sucessórios).

§ 4º Não será permitida a possibilidade de início de execução de obra ou edificação antes de sua aprovação aos casos de projetos sujeitos à apresentação de EIV/RIVI.

Art. 4º. A apresentação do EIV deverá seguir os seguintes procedimentos e ações:

I - O interessado em implantar atividades ou empreendimentos classificados como geradores de impacto de vizinhança nos termos desta lei deverá solicitar, junto ao órgão municipal competente, a informação de necessidade ou dispensa de apresentação de EIV, que terá 10 (dez) dias úteis para emissão de resposta;

II - Definindo-se a necessidade, o EIV deverá seguir o conteúdo mínimo exigido no Termo de Referência (anexo), ser protocolado na Secretaria Municipal Competente.

III - O órgão municipal competente encaminhará o processo (EIV) à avaliação do Conselho da Cidade, que deverá elaborar parecer de análise do documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

IV - Caso a análise indique necessidade de adequações e/ou correções, o documento do EIV será encaminhado ao empreendedor para proceder com as/correções e reencaminhar ao órgão municipal competente;

V - Caso não haja necessidade de correções, ou depois de feita a correção do documento do EIV por parte do empreendedor, o mesmo remeterá o estudo ao conselho da cidade que definirá a necessidade de realização de audiência pública, salvo os casos em que outras legislações já regulem;

VI - Após a audiência pública, nos casos onde solicitada ou após aprovação do conselho nos casos onde a audiência for dispensada, o órgão municipal competente deverá emitir parecer acerca da aprovação da implantação do empreendimento, desaprovação ou aprovação com condicionantes, sugerindo, se for o caso, medidas compensatórias e/ou mitigadoras através de um relatório que será remetido ao empreendedor para pronunciamento.

Art. 5º. O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV deverá considerar o sistema de transportes, o meio ambiente, a infraestrutura básica, a estrutura socioeconômica e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança, além de contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, incluindo a análise, dentre outros, das seguintes questões:

I - Adensamento populacional;

II - Equipamentos urbanos e comunitários;

III - Uso e ocupação do solo;

IV - Valorização imobiliária;

V - Geração de tráfego e demanda por transporte público;

VI - Ventilação e iluminação;

VII - Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;

VIII - Definição das medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos, bem como daquelas potencializadoras dos impactos positivos;

IX - Potencialidade de concentração de atividades similares na área;

X - A potencial indução de desenvolvimento e o caráter estruturante no Município;

XI - Impacto sobre a habitação e sobre as atividades dos moradores e dos usuários da área de intervenção;

XII - Impactos no sistema de saneamento, energia elétrica e abastecimento de água.

Parágrafo único. O órgão competente do Poder Executivo Municipal poderá exigir requisitos adicionais, em face das peculiaridades do empreendimento ou da atividade, bem como das características específicas da área, desde que tecnicamente justificada.

Art. 6º. O Poder Executivo, baseado no Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, poderá negar autorização para a realização do empreendimento ou exigir do empreendedor, às suas expensas, as medidas atenuadoras e compensatórias relativas aos impactos previsíveis decorrentes da implantação da atividade.

§ 1º O Poder Executivo, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá exigir a adoção das alterações e complementações necessárias ao projeto como condição de sua aprovação, bem como a execução de melhorias na infraestrutura urbana e nos equipamentos comunitários, tais como:

I - Ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II - Área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III - Ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;

IV - Proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

V - Manutenção de imóveis, fachadas outros elementos arquitetônicos ou naturais, considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;

VI - Cursos de capacitação profissional, entre outros;

VII - Percentual de habitação de interesse social no empreendimento;

VIII - Construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade.

§ 2º As exigências previstas no § 1º deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 3º As medidas compensatórias adicionais indicadas pelo órgão competente deverão ser proporcionais ao impacto gerado pelo empreendimento.

§ 4º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso pelo interessado, por meio do qual esse se comprometa a arcar integralmente com as despesas relativas às obras e aos serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo, antes da finalização do empreendimento.

§ 5º O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no § 4º.

Art. 7º. Contemplando as questões relacionadas nos artigos 5º e 6º, o EIV/RIVI deverá ser elaborado no mínimo, de acordo com o Termo de Referência constante do Anexo Único integrante desta lei.

§ 1º O Termo de Referência mencionado no "caput" deste artigo deverá ser complementado, quando necessário ou por solicitação do órgão municipal competente, conforme as especificidades da atividade ou do empreendimento ou da região onde este se localiza.

§ 2º O Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI refletirá as conclusões do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, ressaltando os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade na qualidade de vida da população residente na área impactada, além do resumo das propostas mitigadoras pertinentes.

§ 3º O EIV/RIVI deverá:

I - Ser apresentado em 02 (duas) vias;

II - Ser elaborado por equipe multidisciplinar (de no mínimo de 2 pessoas habilitados para realizar os referido estudo), desde que habilitada tecnicamente, mediante apresentação dos respectivos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT e ART), que se responsabilizará pelas informações, resultados e conclusões apresentadas.

§ 4º Quando forem solicitados esclarecimentos ou complementação, o prazo referido no "caput" deste artigo será suspenso por, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, até que o pedido seja devidamente atendido; findo esse prazo, o projeto será indeferido, salvo quando for julgado pertinente eventual pedido de prorrogação de prazo, de forma expressa junto à secretaria competente.

§ 5º O EIV será considerado rejeitado quando permanecer incompleto.

§ 6º Caso o processo do EIV permaneça 180 (cento e oitenta) dias ou mais sem tramitação por parte do proprietário ou interessado, este será arquivado por desinteresse.

Art. 8º. O Conselho da Cidade, por intermédio do órgão municipal competente, após análise e aprovação técnica prévia do EIV, deverá:

I - Solicitar ao empreendedor a apresentação do EIV à população por meio de Audiência Pública, quando couber;

II - Disponibilizar em local público e/ou meios de comunicação durante o prazo mínimo 15 (quinze) dias antes da data designada para a audiência pública;

III - Convocar audiência pública, através de publicação no Diário Oficial do Município, no prazo de, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da audiência;

IV - Lavrar ata sucinta da audiência pública, anexando-se todos os documentos que forem entregues ao moderador dos trabalhos durante a seção.

Parágrafo único. Caberá ao órgão municipal competente informar, mensalmente, aos membros do Conselho da Cidade, os processos de EIV em tramitação, relativos à matéria de que trata esta lei.

Art. 9º. São responsabilidades do Poder Executivo Municipal com relação ao EIV:

I - Dar publicidade aos documentos integrantes do EIV e do Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado;

II - Organizar as audiências públicas (local, equipamentos);

III - Analisar e aprovar o EIV, pautada nesta lei e na legislação pertinente, assim como nas informações da audiência pública;

IV - Disponibilizar o EIV aprovado para consulta pública;

V - Publicar o Termo de Compromisso no Diário Oficial do município.

§ 1º O Termo de Compromisso corresponde a um documento firmado pelo Poder Executivo Municipal e o empreendedor, com relação ao comprometimento deste último na realização das medidas mitigadoras, compensatórias e/ou potencializadoras estabelecidas em comum acordo.

§ 2º Serão fornecidas cópias do EIV/RIV quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou por suas associações.

Art. 10. São responsabilidades do empreendedor com relação ao EIV:

I - Todos os custos de elaboração do EIV;

II - Apresentação do EIV em Audiência Pública;

III - Custos com a implementação das medidas mitigadoras e/ou compensatórias de acordo com o Termo de Compromisso, sejam elas obras de implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários, da malha viária e outras que se tornarem necessárias em decorrência dos impactos gerados pelo empreendimento ou atividade, sejam elas estudos e planos complementares.

Art. 11. As medidas mitigadoras, compensatórias e/ou potencializadoras determinadas pela órgão municipal competente, no EIV deverão estar expressas através de um Termo de Compromisso firmado pela Poder Executivo Municipal e pelo empreendedor, podendo estabelecer, entre outros:

I - Execução de melhorias ou implantação de equipamentos urbanos, comunitários ou praças e parques públicos;

II - Implantação ou ampliação das redes de infraestrutura;

III - Área de terreno para instalação de equipamentos comunitários;

IV - Ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, mobiliário urbano, sinalização horizontal e vertical;

V - Proteção ambiental e sonora no empreendimento, uso de equipamentos de controle de poluição ambiental e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

VI - Manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais, considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;

VII - Alterações no projeto arquitetônico, inclusive recuos e fachadas, e normatização de área e equipamentos de publicidade;

VIII - Para população local e regional cursos de capacitação profissional, entre outros;

IX - Desenvolvimento de trabalhos sócio-culturais e socioambientais nas comunidades da área de influência do empreendimento, ou estendidos a todo município, dependendo do porte do empreendimento.

§ 1º As exigências previstas no início desse artigo deverão ser adequadas e proporcionais ao porte a ao impacto do empreendimento, a critério do órgão municipal competente.

§ 2º A aprovação da implantação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo empreendedor, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos da implantação do empreendimento e as demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º O Termo de Compromisso definirá os prazos para cumprimento e execução das medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

§ 4º O órgão municipal competente e o Conselho da Cidade poderão exigir outros tipos de estudos que deverão constar no Termo de Compromisso, caso a situação o exija.

§ 5º O Termo de Compromisso deverá ser publicado no Diário Oficial do município de Guaramirim.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO**Termo de Referência Mínimo para elaboração de EIV/RIVI****1. Informações gerais:**

a) Identificação do empreendimento; b) Identificação e qualificação do empreendedor (nome ou razão social, endereço completo, telefone e e-mail dos responsáveis legais e pessoas de contato); c) Identificação do profissional responsável técnico pelo EIV/RIV (nome, endereço, telefone, e-mail, ART).

2. Caracterização geral do empreendimento:

Apresentação das informações necessárias à análise técnica de adequação do empreendimento ou atividade às condições locais e de suas alternativas tecnológicas, contendo no mínimo indicação de: nome do empreendimento; a) localização e dimensões do empreendimento (área total, área parcelada, área construída, área institucional, área verde); b) certidão de Registro Imobiliário atualizada; c) compatibilização do projeto com o Plano Diretor do município e legislação ambiental e urbanística; d) justificativa da localização do empreendimento do ponto de vista urbanístico e ambiental; e) áreas, dimensões, volumetria, afastamentos, altura e acabamento da edificação projetada; f) taxa de impermeabilização e as soluções de permeabilidade; g) indicação de entradas, saídas, geração de viagens e distribuição no sistema viário; h) nível de ruído gerado (quantidade e qualidade); i) taxa de ocupação no terreno, coeficiente de aproveitamento j) estimativas de geração de efluentes e resíduos sólidos; k) número de vagas de automóveis (estacionamento).

3. Caracterização do sistema construtivo do empreendimento.

Deverão ser apresentadas, no mínimo, as seguintes informações sobre as etapas de construção ou implantação do empreendimento:

a) descrição das ações de limpeza do terreno, remoção de vegetação, terraplenagem (corte/aterro), área de bota-fora, etc; destino final do material resultante do movimento de terra; destino final do entulho da obra; b) existência de arborização e de cobertura vegetal no terreno, bem como estimativa da área total de supressão vegetal, para implantação do empreendimento; c) estimativa de quantificação de mão-de-obra empregada; d) estimativa de demanda sobre os serviços públicos de educação, saúde, segurança e transporte coletivo; e) manifestação da empresa concessionária de saneamento e energia elétrica sobre a capacidade de atendimento à demanda a ser gerada pela implantação do empreendimento; f) cronograma de obras.

4. Estabelecimento das Áreas de Influência do empreendimento (que compreendem às áreas geográficas a serem afetadas pelo impacto. As áreas de influência podem ser diferentes, conforme o aspecto analisado: tráfego de veículos, circulação de pedestres, valorização/desvalorização imobiliária, uso do solo, etc.

5. Diagnóstico da situação atual dos elementos contidos nas áreas de influência estabelecidas nos termos do item 4, contemplando os seguintes aspectos:

a) levantamento planialtimétrico; b) caracterização do meio físico, especialmente a drenagem superficial e subterrânea, informando também a profundidade e extensão do lençol freático no terreno e caracterizando a hidrologia local; c) caracterização da população a ser afetada; d) legislação de uso e ocupação do solo; e) sistema viário e transporte coletivo; f) tráfego de veículos e circulação de pedestres; g) infraestrutura urbana: redes de água, esgoto, energia elétrica, telefonia, água pluvial; h) equipamentos urbanos e comunitários; i) paisagem urbana; j) arborização viária e áreas verdes; k) insolação e ventilação; l) melhoramentos públicos aprovados ou em execução.

6. Identificação e análise dos impactos ambientais na vizinhança, decorrentes das fases de construção/implantação e funcionamento/operação do empreendimento.

7. Proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias, tanto para a fase de construção/implantação, quanto para a fase de funcionamento/operação da atividade.

8. Elaboração de programa de monitoramento dos impactos e da implantação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

LEI Nº. 4746/2020

Publicação Nº 2753184

LEI Nº. 4746/2020

Dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir no Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente lei tem por objetivo regulamentar a outorga onerosa do direito de construir, ou seja, a concessão de potencial construtivo adicional, estabelecida nos termos do Plano Diretor Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. O potencial construtivo adicional, somente poderá ser utilizado nas zonas urbanas onde haja um coeficiente de aproveitamento permitido e um máximo, de acordo com os parâmetros estabelecidos na lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município.

Parágrafo único. As zonas urbanas que poderão receber potencial construtivo, são as estabelecidas na lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município.

Art. 3º. Também será autorizada a construção acima do coeficiente permitido, limitada ao coeficiente máximo de aproveitamento, através da transferência de potencial construtivo, cuja regulamentação possui lei específica.

Art. 4º. O potencial construtivo adicional será requerido simultaneamente com a solicitação de aprovação do projeto e posterior alvará de construção perante o órgão municipal competente.

Parágrafo único. O órgão municipal competente procederá com a análise da proposta apresentada, encaminhando-a ao Conselho da Cidade – CONCIDADE para aprovação.

Art. 5º. A compra do potencial construtivo adicional se dará mediante contrapartida financeira ao município.

§ 1º O órgão municipal competente intimará o interessado para pagamento da contrapartida financeira, especificando o seu valor.

§ 2º A intimação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Município e, sempre que possível divulgada em meio eletrônico.

Art. 6º. O cálculo da contrapartida financeira pelo potencial construtivo adicional será efetuado com base na fórmula matemática:

$$CF = (AO \times VM) \times 2$$

Onde:

CF = Contrapartida financeira pelo potencial construtivo adicional

AO = Área outorgada

VM = Valor do metro quadrado do imóvel

§ 1º A área outorgada refere-se a área da edificação acima do coeficiente de aproveitamento permitido que pretende construir.

§ 2º O valor do metro quadrado do imóvel será atribuído de acordo com a Planta Genérica de Valores - PGV.

§ 3º Para fins desta Lei, a Planta Genérica de Valores – PGV deverá ser atualizada anualmente pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. O pagamento da contrapartida financeira poderá ser efetuado de uma só vez, em até 30 (trinta) dias úteis contados da data da publicação da intimação, ou em até 03 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º O documento comprobatório do pagamento da contrapartida financeira será expedido pelo órgão municipal competente.

§ 2º A solicitação de aprovação do projeto e posterior alvará de construção com solicitação de potencial construtivo adicional, será indeferido imediatamente em caso de não pagamento do valor integral da contrapartida financeira ou, de qualquer uma de suas parcelas dentro dos respectivos prazos.

Art. 8º. A expedição do habite-se da respectiva obra que solicitou o potencial construtivo adicional ficará condicionado ao pagamento integral da contrapartida financeira, bem como das despesas acessórias e conexas cabíveis.

Art. 9º. O pagamento da contrapartida financeira será depositado em conta corrente do Fundo de Desenvolvimento Municipal, instituído por lei específica.

Parágrafo único. O órgão municipal competente estabelecerá os procedimentos para o depósito do valor da contrapartida financeira na conta corrente mencionada.

Art. 10. Caberá ao órgão municipal competente fornecer ao Conselho da Cidade – CONCIDADE todos os dados e informações disponíveis sobre o processo de compra de potencial construtivo adicional devidamente atualizados.

Art. 11. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser utilizada para a regularização de empreendimentos, cabendo ao proprietário do imóvel irregular requerer ao órgão municipal competente o pedido de regularização.

§ 1º Serão considerados empreendimentos passíveis de regularização àqueles que não possuem alvará de construção ou habite-se.

§ 2º O órgão municipal competente, mediante regulamentação específica, estabelecerá os procedimentos necessários para a regularização.

§ 3º O recurso oriundo da regularização será depositado na conta corrente do Fundo de Desenvolvimento Municipal, instituído por lei específica.

Art. 12. Os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir serão aplicados exclusivamente nas finalidades estabelecidas pelo Estatuto da Cidade:

I - Regularização fundiária;

- II - Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III - Constituição de reserva fundiária;
- IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII - Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.
Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4747/2020

Publicação Nº 2753187

LEI Nº. 4747/2020

Institui o Consórcio Imobiliário para urbanização e edificação de unidades imobiliárias.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Considera-se Consórcio Imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Executivo Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Parágrafo único. O Consórcio Imobiliário deve viabilizar a utilização do imóvel, atendendo ao princípio da função social da propriedade.

Art. 2º. Fica facultado ao proprietário de área atingida pela obrigação de que trata o "caput" do art. 5º da Lei Federal 10.257/01, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

§ 1º O pagamento mediante unidades imobiliárias ou edificadas dependerá da obrigação estabelecida ao proprietário.

§ 2º O proprietário deverá receber como pagamento os lotes urbanizados contendo infraestrutura, se a obrigação for de parcelar.

§ 3º O proprietário deverá receber unidades edificadas, se a obrigação for de utilizar ou edificar.

§ 4º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário deverá corresponder ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º do artigo 8º da Lei Federal 10.257/2001.

§ 5º Os demais lotes ficam com o Poder Executivo Municipal, que poderá comercializá-los para atender à demanda habitacional do município.

Art. 3º. O Consórcio Imobiliário será aplicado como instrumento de cooperação entre o Poder Executivo Municipal e a iniciativa privada para fins de realizar urbanização em áreas com:

- I - Carência de infraestrutura e serviços urbanos;
- II - Imóveis urbanos subutilizados e não utilizados.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se como subutilizados e não utilizados, o imóvel que:

- I - Estiver integralmente vazio ou estiver ocupado com coeficiente de aproveitamento inferior a 10% (dez por cento) do coeficiente básico definido para a respectiva zona;
- II - Estiver, mesmo edificado, abandonado há mais 2 (dois) anos, sem que tenha havido nesse período tentativa de venda, locação, cessão ou outra forma de dar uso social à propriedade.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS

Art. 4º. O Consórcio Imobiliário deve ser formalizado por um contrato entre o Poder Executivo Municipal e o proprietário, especificando:

I - As condições para a transferência do imóvel para o município;

II - As condições para a realização da obra;

III - A forma de pagamento ao proprietário através do recebimento de unidades imobiliárias urbanizadas ou edificadas.

Parágrafo único. Quando utilizado para os fins do aproveitamento compulsório previsto no Estatuto da Cidade, o proprietário deverá requer a utilização deste instrumento no prazo de um ano da notificação.

Art. 5º. Recebida a solicitação de consórcio imobiliário, o Poder Executivo Municipal providenciará um estudo de viabilidade financeira, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, abrangendo no mínimo:

I - Uma avaliação do valor do imóvel;

II - Uma estimativa de valor das obras de infraestrutura básica e/ ou complementar, se for o caso, conforme disposto na lei do parcelamento do solo urbano e demais legislações pertinentes;

III - Uma estimativa do custo da edificação possível ou pretendida no local, se for o caso, permitindo-se a utilização de cálculo baseado no Custo Unitário Básico - CUB da construção, publicado pelo Sindicato da Indústria da Construção – SINDUSCON do Estado de Santa Catarina, devidamente afetado de coeficiente aplicável ao tipo de edificação pretendida;

IV - Estimativa do percentual de unidades imobiliárias cabíveis ao poder público e ao proprietário da área.

§ 1º O estudo de que trata o artigo anterior será submetido ao Chefe do Poder Executivo e à parte interessada, que terão 15 (quinze) dias corridos para decidir pela formação ou não do Consórcio Imobiliário.

§ 2º Tomada a decisão de que trata o § 1º do presente artigo, o Poder Executivo Municipal publicará, no local onde são divulgados os atos oficiais, edital onde conste o recebimento da proposta, o resumo do estudo preliminar de viabilidade e a decisão proferida pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Até 30 (trinta) dias após a publicação de que trata o § 2º do presente artigo, poderá qualquer eleitor com domicílio eleitoral no município, apresentar objeções ao estudo preliminar de viabilidade, cabendo manifestação do Conselho da Cidade - CONCIDADE, que se reunirá, extraordinariamente se necessário, dentro de 15 (quinze) dias corridos após o decurso do prazo para a apresentação das objeções.

Art. 6º. Sendo a decisão, de que trata o § 2º do artigo 5º, favorável à formação do consórcio imobiliário, o Poder Executivo Municipal providenciará em 30 (trinta) dias corridos, simultâneos ao período de que trata § 3º do artigo 5º, o anteprojeto do empreendimento, o orçamento detalhado das obras necessárias e o recálculo do percentual de unidades imobiliárias atribuído a cada participante.

Parágrafo único. No caso do recálculo do percentual de unidades imobiliárias divergir, após o anteprojeto definitivo, mais do que 2% (dois por cento) da estimativa preliminar, esta deverá ser refeita e novamente publicada, correndo novamente os prazos estipulados nos artigos anteriores.

Art. 7º. Submetido o estudo definitivo à aprovação do Conselho da Cidade - CONCIDADE, o Poder Executivo Municipal providenciará a lavratura de escritura e matrícula imobiliária da transferência do imóvel ao município, constando no documento as obrigações de cada parte, os valores envolvidos, os prazos para o término das obras e entrega das unidades imobiliárias ao interessado.

Art. 8º. Estabelecido o Consórcio Imobiliário, o Poder Executivo Municipal assume a responsabilidade de promover a obrigação de parcelar, edificar ou dar utilização para um imóvel urbano que não cumpre com a função social.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 52 da Lei Federal 10.257/2001, o não cumprimento desta determinação implica em improbidade administrativa para os agentes públicos.

CAPÍTULO III DA TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL E PAGAMENTO AO PROPRIETÁRIO

Art. 9º. A individualização das unidades imobiliárias cabíveis a cada parte consorciada será efetuada através de sorteio público, devidamente notificado por edital no local onde se publicam os atos oficiais do município, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos.

§ 1º Refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza.

§ 2º Não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 10. Sobre a transferência imobiliária de que trata o artigo 7º da presente Lei, não incide Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

Art. 11. A qualquer tempo, recebida proposta de consórcio imobiliário, o Poder Executivo Municipal deverá enviar à Câmara Municipal, em regime de urgência, o Projeto de Lei criando ou acrescentando dotação para a execução do consórcio imobiliário, mencionando a fonte de recursos.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4749/2020

Publicação Nº 2753191

LEI Nº. 4749/2020

Dispõe sobre a Transferência do Direito de Construir, no Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Institui a regulamentação da transferência do direito de construir no município de Guaramirim, estabelecida nos termos do Plano Diretor Municipal.

Art. 2º. O proprietário de um imóvel, público ou privado, impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Zoneamento e Uso do Solo, por limitações urbanísticas impostas pelo poder público visando a preservação do patrimônio material e imaterial do município, pode transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável desse imóvel, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal, obedecidas as disposições desta lei.

Art. 3º. A transferência total ou parcial de potencial construtivo também pode ser autorizada pelo Poder Executivo Municipal como forma de indenização, mediante acordo com o proprietário, nas desapropriações de imóveis destinadas a:

I - Preservação, quando for considerado de interesse do patrimônio material e imaterial;

II - Regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;

III - Implantação de praças e parques municipais;

IV - Melhoramentos em infraestrutura municipal de saneamento básico pluvial ou drenagem pluvial.

§ 1º A autorização para a transferência do direito de construir poderá ficar condicionada à doação do imóvel ao município, conforme a destinação da transferência.

§ 2º Nos casos onde a transferência do direito de construir estiver condicionada à doação do imóvel ao município, esta deverá ser feita por instrumento público e ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis, sem quaisquer ônus ao Poder Executivo Municipal, inclusive quanto ao pagamento de impostos pertinentes.

§ 3º No caso dos imóveis destinados a preservação, quando for considerado de interesse do patrimônio material e imaterial, os proprietários poderão transferir o correspondente ao valor do imóvel, conforme avaliação realizada pelo órgão municipal competente.

§ 4º Quanto aos imóveis doados ao município, nos casos citados neste artigo, poderá ser transferido o correspondente ao valor do imóvel, conforme avaliação realizada pelo órgão municipal competente.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, contratos e consórcios com outros municípios, para a consecução dos objetivos e diretrizes definidos nesta Lei, viabilizando a transferência de potencial construtivo intermunicipal.

Art. 5º. Qualquer imóvel está apto a transferir potencial construtivo, sendo considerado pelo órgão municipal competente como de relevância histórico, cultural, social, ambiental ou estratégica, observados os parâmetros estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. A transferência do direito de construir poderá ser realizada para o mesmo imóvel de origem, desde que o mesmo não tenha sido abrangido pela transferência em sua totalidade e desde que respeitada a legislação urbanística do município.

Art. 6º. Para receber o potencial transferido, somente serão aptos os imóveis situados nas zonas e setores especiais que identifiquem

potenciais construtivos permitidos e máximos, com base na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

CAPÍTULO II DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 7º. O potencial construtivo, para fins de transferência parcial ou total, será determinado em metros quadrados de área computável, a partir da seguinte fórmula:

$$PC = CA \times A$$

Onde:

PC = Potencial construtivo

CA = Coeficiente de aproveitamento permitido na zona ou setor onde está localizado

A = Área total do terreno

Art. 8º. O potencial construtivo transferível para fins de transferência parcial ou total, é determinado em metros quadrados de área computável a partir da seguinte fórmula:

$$PT = PC \times \{(VMC \times CR) / (VMR \times CC)\}$$

Onde:

PT = Potencial construtivo transferível

PC = Potencial construtivo

VMC = Valor do metro quadrado de terreno do imóvel que cede o potencial

VMR = Valor do metro quadrado de terreno do imóvel que recebe o potencial

CR = Coeficiente de aproveitamento da zona ou setor onde está localizado o imóvel que recebe o potencial

CC = Coeficiente de aproveitamento da zona ou setor onde está localizado o imóvel que cede o potencial

§ 1º O valor do metro quadrado do imóvel será atribuído de acordo com a Planta Genérica de Valores - PGV.

§ 2º Para fins desta Lei, a Planta Genérica de Valores – PGV deverá ser atualizada anualmente pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Sujeitam-se à licitação pública os imóveis de propriedade do Poder Público, para alienação do potencial construtivo.

CAPÍTULO III CONTROLE DE TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 10. A transferência do potencial construtivo será efetuada mediante análise do órgão municipal competente, ouvidos os demais órgãos pertinentes e, aprovação do Conselho da Cidade - CONCIDADE.

§ 1º Caberá ao órgão municipal competente fornecer ao Conselho da Cidade todos os dados e informações disponíveis sobre o processo de transferência do potencial construtivo devidamente atualizados.

§ 2º O órgão municipal competente, estabelecerá os procedimentos para transferência do potencial construtivo a partir dos documentos de:

I - Expedição de certidão de transferência, onde a transferência é garantida ao proprietário, obedecidas as condições desta lei e dos demais diplomas legais;

II - Expedição de autorização especial para a utilização do potencial transferido, previamente à emissão de alvará de construção.

Art. 11. A transferência do potencial construtivo deverá ser averbada no registro imobiliário competente, na matrícula do imóvel que cede e do que recebe o potencial construtivo.

Parágrafo único. No imóvel que cede o potencial, a averbação deverá conter os dados da certidão de transferência.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Extingue-se a faculdade de transferência do potencial construtivo no caso de não serem atendidas as condições de proteção, preservação e conservação do imóvel cedente.

Parágrafo único. Ao imóvel que perder o direito de transferência do potencial construtivo, só será permitido o uso residencial, com o devido registro imobiliário.

Art. 13. Lei específica poderá determinar novas áreas para receberem transferência do direito de construir.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4750/2020

Publicação Nº 2753195

LEI Nº. 4750/2020

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Guaramirim para o Exercício Financeiro de 2021.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de GUARAMIRIM para o exercício de 2021 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 170.505.000,00 (cento e setenta milhões, quinhentos e cinco mil reais), sendo R\$ 121.131.555,00 (cento e vinte e um milhões, cento e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) do Orçamento Fiscal, R\$ 49.373.445,00 (quarenta e nove milhões, trezentos e setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais) do orçamento da Seguridade Social.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º. O Orçamento do Município para o exercício de 2021 estima a receita em R\$ 170.505.000,00 (cento e setenta milhões, quinhentos e cinco mil reais), fixa a despesa para o Poder Legislativo Municipal em R\$ 3.600.850,00 (três milhões, seiscentos mil, oitocentos e cinquenta reais) e em R\$ 166.904.150,00 (cento e sessenta e seis milhões, novecentos e quatro mil, cento e cinquenta reais) as despesas do Poder Executivo, Autarquias e Fundações.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas	Valor
Receita Orçamentária	190.051.550,00
Receitas correntes	172.869.797,25
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	19.575.106,00
Contribuições	2.877.000,00
Receita patrimonial	282.755,50
Receita de serviços	8.155.912,50
Transferências correntes	139.183.686,25
Outras receitas correntes	2.795.337,00
Receitas de capital	17.181.752,75
Operações de crédito	16.110.000,00
Alienação de bens	2.050,00
Transferências de capital	1.069.702,75
Deduções da receita	(19.546.550,00)
Receitas correntes	(19.546.550,00)
(r) Transferências correntes	(19.546.550,00)
Total:	170.505.000,00

§ 2º A despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional,

funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - Classificação institucional:

ORGÃO	VALOR
1 - Câmara Municipal de Vereadores	3.600.850,00
2 - Gabinete do Prefeito	1.469.000,00
3 - Procuradoria	1.067.175,00
4 - Secretaria de Administração e Finanças	9.099.267,50
5 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	4.149.950,00
6 - Secretaria Municipal de Educação	49.670.031,00
7 - Secretaria Desenvolvimento Social	254.475,00
8 - Secretaria de Infraestrutura	37.736.534,00
9 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1.146.653,50
10 - Secretaria Municipal de Agricultura	1.603.350,00
11 - Controladoria Geral do Município	311.350,00
12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	25.752.219,50
13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim	7.602.900,00
15 - Fundo Mun. da Infância e Adolescência de Guaramirim	147.000,00
16 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	7.350,00
17 - Hospital Municipal Santo Antônio	15.495.650,50
18 - Secretaria de Esporte e Lazer	3.147.800,00
19 - Fundação Cultural de Guaramirim	793.625,00
20 - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim	174.350,00
22 - Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim	1.313.550,00
26 - Encargos Gerais do Município	5.888.419,00
99 - Reserva de Contingência	73.500,00
Total Geral	170.505.000,00

II - Classificação por função:

Função	Valor
01 - Legislativa	3.600.850,00
04 - Administração	14.456.217,50
06 - Segurança Pública	2.611.350,00
08 - Assistência Social	7.851.225,00
10 - Saúde	41.247.870,00
11 - Trabalho	3.150,00
12 - Educação	49.671.081,00
13 - Cultura	796.775,00
14 - Direitos da Cidadania	342.725,00
15 - Urbanismo	22.332.316,50
16 - Habitação	152.100,00
17 - Saneamento	7.687.650,00
18 - Gestão Ambiental	174.350,00
20 - Agricultura	1.603.350,00
22 - Indústria	39.900,00
23 - Comércio e Serviços	1.100.453,50
26 - Transporte	7.723.917,50
27 - Desporto e Lazer	3.147.800,00
28 - Encargos Especiais	5.888.419,00
99 - Reserva de Contingência	73.500,00
Total	170.505.000,00

III - Classificação segundo a natureza:

Especificação	Elemento	Cat. Econômica
Despesas correntes		147.654.263,25
Pessoal e Encargos Sociais		87.171.650,00
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	390.000,00	
Transferências a Consórcios Públicos	117.900,00	
Aplicações Diretas	86.663.750,00	
Juros e Encargos da Dívida		796.000,00
Aplicações Diretas	796.000,00	
Outras despesas correntes		59.686.613,25
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	268.065,00	
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	7.693.725,00	
Transferências a Consórcios Públicos	1.106.750,00	
Aplicações diretas	50.333.134,75	
Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	269.188,50	
Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	15.750,00	
Despesas de capital		22.777.236,75
Investimentos		19.871.986,75
Transferências a Estados e Distrito Federal	10.500,00	
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	75.000,00	
Transferências a Consórcios Públicos	4.100,00	
Aplicações Diretas	19.782.386,75	
Inversões Financeiras		6.250,00
Aplicações Diretas	6.250,00	
Amortização da Dívida		2.899.000,00
Aplicações Diretas	2.899.000,00	
Reserva de Contingência		73.500,00
Reserva de Contingência		73.500,00
Reserva de Contingência	73.500,00	
Total		170.505.000,00

Art. 3º. Os recursos da reserva de contingência poderão ser remanejados e utilizados mediante decreto, para atender passivos contingentes e outros riscos e eventuais fiscais imprevistos, bem como para suplementar as dotações que se mostrarem insuficientes.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por decreto, dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento 2021, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - O superávit financeiro do exercício anterior;

IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 1º Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

§ 2º Os créditos adicionais especiais serão previamente autorizados pelo Poder Legislativo.

§ 3º Excluem-se do limite do caput, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e ainda especificamente para o excesso de arrecadação deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operação de crédito e outras, serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2021 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas previstos nesta lei ou incluídos mediante créditos especiais.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. A presente lei vigorará durante o exercício de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de dezembro de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE - IL 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2752536

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2020 – INEXIGIBILIDADE N. 01/2020

O Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 25 Caput da Lei nº. 8666/93, comunica a Contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento a idosa carente do Município de Guarujá do Sul, com acompanhamento psicológico, assistência social, enfermeiro, alimentação e vestuário, conforme determinação judicial proveniente dos Autos nº. 065.10.001524-1 Ministério Público / Comarca São Jose do Cedro – SC.

Fornecedor: ELOIDE APARECIDA ODY

Valor total R\$ 18.000,00

Vigência: Janeiro a Dezembro de 2021.

Guarujá do Sul, 10 de dezembro de 2020.

Julio Cesar Della Flora,

Responsável do FMAS.

EXTRATO CCA EVANDRO E CELESTINO TURANI 1.018_2020

Publicação Nº 2752387

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 1.018/2020
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.018/2020 CONDER

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 83.027.045/0001-87, sito na Avenida João Pessoa, 1265, na cidade de Guarujá do Sul, comarca de São José do Cedro – SC, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Certidão de conformidade Ambiental, com prazo de validade até 03 de dezembro de 2024, formulado os empreendedores: Evandro Turani e Celestino Turani, inscritos nos CPFs nºs 067.349.586-80 / 589.604.069-53, para a Atividade: 01.51.00 - Criação de animais confinados de grande porte 90 animais (Bovinocultura leiteira), que será exercida no imóvel situado na Linha Bela Vista, S/N BAIRRO: Interior, Guarujá do Sul, SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Guatambú

PREFEITURA

ADITIVO 55-2020 - 7º TERMO ADITIVO AO CT 01-2016

Publicação Nº 2752537

CONTRATO/ADITIVO Nº. 55/2020

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016

MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, estabelecida na AV Alcides Antônio D'Agostini, nº 80, Sala 01, Bairro Industrial, no Município de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 72.332.778/0001-09, neste ato representada pela Sra. JULEIDE INÊS D'AGOSTINI, inscrita no CPF – 589.785.859-49, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2016, em decorrência do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 58/2015, visando à prorrogação do prazo de vigência, com base no Art 57, § 4º da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1. Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 2 (dois) meses. O prazo de vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de dezembro de 2020, fica prorrogado até 28 de fevereiro de 2021, de conformidade com o estabelecido no Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu – SC, 07 de dezembro de 2020

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Contratante

T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Contratada

Testemunhas:

1) Nome:

CPF-

2) Nome:

CPF-

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1280/2020

Publicação Nº 2753198

PORTARIA Nº 1280/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR A COMISSÃO ESPECIAL para acompanhar a realização das provas do Processo Seletivo que trata o Edital nº 005/2020/SMECE, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias ao fiel cumprimento legal e do respectivo edital.

- PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ (Matrícula -516) – Presidente
- ANDREIA DORINI GIACOMINI (Matrícula -356) – Membro
- DAIZE TEREZINHA BORSOI – (Matrícula – 40_ Membro
- ELIZETE MARIZA PERUZZO – (Matrícula – 1277) Membro
- GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matrícula - 3724) – Membro
- NEUSA APARECIDA CAMPOS (Matrícula -4889) - Membro
- SADIR ROVÊA (Matrícula - 1573) – Membro

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de dezembro de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2020

Publicação Nº 2753239

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0139/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2020

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

TIPO: MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO.

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e/ou futura, Contratação de Empresa(s) Especializada(s) na prestação de Serviço(s) de Instalação e Manutenção Preventiva e Corretiva, Incluindo o Fornecimento de Peças, Componentes e Materiais para os Equipamentos de Ar Condicionado, das diversas Secretarias Municipais do Município de Herval d'Oeste, pelo período de 12(doze) meses, conforme descrições e quantitativos constantes do ANEXO I deste edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09h00min do dia 22 de Dezembro de 2020.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 22.20 (vinte e dois reais e vinte centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional.

Outras informações pelo fone: (49) 3554-0922.

Herval d'Oeste, 09 de Dezembro de 2020.
MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº002/CMS-HO/2020

Publicação Nº 2753913

RESOLUÇÃO Nº002/CMS-HO/2020
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

O Conselho Municipal de Saúde de Herval D'Oeste – SC em Reunião realizada no dia 08 de dezembro de 2020, no uso de suas competências Regimentais; atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Complementar 141/13/01/2012; Lei Municipal 1933/26/04/2001, Lei 3079/14 e seu Regimento Interno e em consonância com a Constituição Federal; RESOLVE:

ART 1º APROVAR O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE – SC, DOS ANOS DE 2018 E 2019.

ART 2º APROVAR O PLANO ANUAL DE SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE – SC, DOS ANOS DE 2019 E 2020.

ART 3º APROVAR OS PLANOS RELATÓRIOS QUADRIMESTRAIS ANTERIORES (RDQA), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE – SC, DOS ANOS DE 2018, 2019 E O DOIS PRIMEIROS RQDAs DE 2020.

ART. 4º REVOGAM-SE DISPOSIÇÃO EM CONTRÁRIO

ART. 5º REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE.

NÍDIA TRAVERSINI
PRESIDENTE DO CMS-HO

HOMOLOGA-SE EM ____/____/____

MAURO SÉRGIO MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO Nº 002/2020 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2753242

RETIFICAÇÃO 02
AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

Considerando que a data prevista para a aplicação da prova escrita objetiva e da prova prática, dia 30/08/2020, foi afetada diretamente pelo regramento estadual em relação aos procedimentos de combate à pandemia da COVID-19, resultando na suspensão de aplicação das provas objetivas e provas práticas do Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Herval d'Oeste/SC.

Considerando que a normativa estatual em relação aos procedimentos de combate à pandemia da COVID-19, já permitem a aplicação das provas escritas objetivas, com regras especiais de publicação.

Com o objetivo de promover segurança sanitária para todos os participantes, organizadores, fiscais e comissão municipal, efetua-se a divisão das provas para datas distintas, sendo:

1ª Etapa de Prova:

Dia 20/12/2020 (domingo) aplicação da Prova Escrita Objetiva para os seguintes cargos:

- Professor de Educação Infantil;
- Professor de Anos Iniciais;
- Professor de Língua Portuguesa;
- Professor de Ciências;
- Professor de Informática;
- Professor de Música;
- Professor de Geografia;
- Professor de Matemática;
- Secretário Administrativo;
- Supervisor Escolar;
- Operador de Máquina II.

2º Etapa de Prova:

Dia 17/01/2021 (domingo) aplicação da Prova Escrita Objetiva para os seguintes cargos:

- Enfermeiro;
- Médico Clínico Geral;
- Auxiliar de Serviços de Saúde;
- Recepcionista Upa 24 horas;
- Técnico em Tributação.

Dia 17/01/2021 (domingo) aplicação da Prova Prática para os seguintes cargos:

- Operador de Máquina II.

Neste contexto, efetua-se as alterações de cronograma do presente certame, considerando a nova data de aplicação de prova, compatível com a normativa estadual e divisão em etapas de prova, garantindo-se o mínimo de concentração de pessoas possível. Deste modo, o Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação ao Edital de Concurso Público nº 01/2020, publicado em dia 15 de julho de 2020, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

0.1 A realização do certame seguirá as novas datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
(...)	
11/12/2020	Publicação dos seguintes atos: <ul style="list-style-type: none"> • Regras Especiais de Segurança Sanitária relacionados à COVID-19; • Convocação de Prova Escrita, com local e horário (cargos da 1ª etapa);
20/12/2020	Data da Prova Escrita Objetiva (1ª Etapa)
21/12/2020 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
21/12/2020 - 08h00min à 22/12/2020 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 04/01/2021 as 23h59min	Publicação dos seguintes atos: <ul style="list-style-type: none"> • Extrato de Recursos de Questões (se houverem); • Gabarito Oficial; • Classificação Provisória;
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo destinado para apresentação de recursos contra o resultado da: <ul style="list-style-type: none"> • Classificação Provisória. • Prova Prática.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Concurso Público nº 01/2020, relativo aos cargos da 1ª Etapa, que não possuem aplicação de Prova Prática.
08/01/2021	Publicação dos seguintes atos: <ul style="list-style-type: none"> • Regras Especiais de Segurança Sanitária relacionados à COVID-19; • Convocação de Prova Escrita, com local e horário (cargos da 2ª etapa); • Convocação de Prova Prática, com local e horário.
17/01/2021	Data da Prova Escrita Objetiva (2ª Etapa) e da Prova Prática
18/01/2021 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
18/01/2021 - 08h00min à 19/01/2021 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 27/01/2021 as 23h59min	Publicação dos seguintes atos: <ul style="list-style-type: none"> • Extrato de Recursos de Questões (se houverem); • Gabarito Oficial; • Classificação Provisória; • Resultado da Prova Prática;
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo destinado para apresentação de recursos contra o resultado da: <ul style="list-style-type: none"> • Classificação Provisória. • Prova Prática.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Concurso Público nº 01/2020, relativo aos cargos da 2ª Etapa e cargos que possuem aplicação de Prova Prática.

0.2 Os demais itens do Edital seguem inalterados.

Herval d'Oeste/SC, 10 de dezembro de 2020.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito do Município de Herval d'Oeste

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3550/2020

Publicação Nº 2753883

DECRETO Nº 3550, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020

PRORROGAR VALIDADE DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VII, IX e XIII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; tudo combinado com o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal/1988, com a Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98; e, especialmente tendo presentes os termos constantes da homologação final dos candidatos aprovados, segundo disposições do Edital nº 002, de 22.10.2018.

CONSIDERANDO o item 15.2, do Edital nº 002, de 22 de outubro de 2018, , com publicação no Diário Oficial do Estado - Edição nº 2660, de 22 de outubro de 2018.

CONSIDERANDO o art. 2º, do Decreto Municipal nº 3212, de 03 de dezembro de 2018, com publicação no Diário Oficial do Estado - Edição nº 2696, de 04 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Prorroga, por mais 02 (dois) anos, a validade do Concurso Público do Poder Executivo Municipal para provimento de cargos, realizado no dia 25 de novembro de 2018, nos termos do Edital de Abertura de Concurso Público nº 002, de 22 de outubro de 2018, conforme resultado final homologado pelo Decreto nº 3212, de 03 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Os cargos vagos existentes no quadro de pessoal, ou os que forem criados no prazo de validade do presente concurso, serão preenchidos, conforme a necessidade e a disponibilidade financeira, respeitando-se a ordem de classificação dos candidatos

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 03 de dezembro de 2020.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

ANEXO I

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

AGENTE DE SERVICOS GERAIS									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.F	Situação.	Class.
42	FRANIELI APARECIDA DE SOUZA	2,72	2,08	1,26	0,38	6,44	6,44	APROVADO(A)	1º
8	VERONISE ROSATO DE MORAES ZARPELON	2,72	1,56	0,84	0,76	5,88	5,88	APROVADO(A)	2º
51	DANIANE VIEIRA DAMES	2,04	1,56	0,84	0,76	5,20	5,20	APROVADO(A)	3º
7	LUCIMONE GARIPUNA	1,36	2,08	1,68	0,00	5,12	5,12	APROVADO(A)	4º

AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.F	Situação.	Class.
43	AMANDA THOMAZ RAMOS	3,40	2,08	0,42	1,14	7,04	7,04	APROVADO(A)	1º
38	GÉSSICA BRESCIANI	2,72	1,56	1,26	0,76	6,30	6,30	APROVADO(A)	2º
41	SIMONE DENIZE TREVISOL SLOGO DE OLIVEIRA	2,72	1,56	0,42	0,76	5,46	5,46	APROVADO(A)	3º
3	ANA CRISTINA DA SILVA	2,72	1,04	0,84	0,76	5,36	5,36	APROVADO(A)	4º
35	JEAN GABRIEL SCHNEIDER MENEGUZZI	2,72	0,52	1,26	0,76	5,26	5,26	APROVADO(A)	5º

SERVENTE									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação.	Class.

45	CLARICE APARECIDA ESCUCIA-TO MOREIRA	3,40	0,52	2,10	0,76	6,78	6,78	APROVADO(A)	1º
27	ONEIDES BELOTTO TREVISOL	3,40	0,52	1,68	0,76	6,36	6,36	APROVADO(A)	2º

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	N.P.P	N.F	Situação.	Class.
57	MAURICIO RINALDI TRAGANCIN	2,04	2,60	2,10	1,14	7,88	8,00	15,88	APROVADO(A)	1º
47	ANIEL MARANGONI	1,36	2,08	2,10	0,76	6,30	8,00	14,30	APROVADO(A)	2º
14	IVANIR PEGORARO	1,36	1,56	2,10	0,38	5,40	8,00	13,40	APROVADO(A)	3º
60	DARIO RIBAS	2,04	0,52	1,26	0,38	4,20	9,00	13,20	APROVADO(A)	4º
55	AIRTON SCHLICKMANN	0,68	2,60	2,10	0,76	6,14	7,00	13,14	APROVADO(A)	5º
2	IRINEU ANTONIO TRAGANCIN	1,36	1,56	2,10	0,76	5,78	6,00	11,78	APROVADO(A)	6º
59	MOISÉS VALTER ANTUNES	0,00	1,04	1,26	0,00	2,30	8,00	10,30	APROVADO(A)	7º
22	ARISTIDES MONTEIRO FILHO	1,36	2,60	1,26	0,38	5,60	4,00	9,60	APROVADO(A)	8º
61	FERNANDO FATTORI CERONI	0,68	0,52	2,10	0,38	3,68	5,00	8,68	APROVADO(A)	9º

PORTARIA Nº 276/2020

Publicação Nº 2753488

PORTARIA Nº 276, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores SÉLIO CARDOSO RAIZER e MARCOS ROBERTO BAZZEN, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do contrato resultante do Processo Licitatório 093/2020 Pregão Eletrônico 041/2020 SRP: 035/2020 que tem como objeto REGISTRAR PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE TRATORES E CAMINHÕES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE IBIAM, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, os servidores EDSSON GOMES DE OLIVEIRA e FLO-RISVAL DAL CORTIVO.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE NOVEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
MARCOS ROBERTO BAZZEN Fiscal	EDSSON GOMES DE OLIVEIRA Substituto do Fiscal
Ciente em: ____/____/____	
FLORISVAL DAL CORTIVO Fiscal	

PORTARIA Nº 277/2020

Publicação Nº 2753886

PORTARIA Nº 277, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Marcos Robrto Bazzen	01.02.2018 a 31.01.2019	03.12.2020 a 22.12.2020 Convertido 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, conforme § 2º, do art. 77, da Lei Municipal nº 255/2004

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 278/2020

Publicação Nº 2753891

PORTARIA Nº 278, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020

"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito da Sra. Jandira Terres, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento da Irmã da servidora efetiva JANETE TERRES – Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência B, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 01 a 08 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 279/2020

Publicação Nº 2753485

PORTARIA Nº 279, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar servidores, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do Contrato resultante do Processo Licitatório 096/2020 Pregão Eletrônico 042/2020, SRP 036/2020, que tem como objeto REGISTRAR PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS PARA COMPOSIÇÃO DE KITS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E TAMBÉM MATERIAIS DIVERSOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PREVENÇÃO DO COVID-19, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

SECRETARIA	GESTOR	FISCAL	FISCAL SUBSTITUTO
SAÚDE	MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA	JANETE TERRES	LUIZ ALVARO RAMOS
ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA	GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA	LEILA APARECIDA RAMOS ARAIDI
ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA	KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA	DÉBORA DALMOLIN CIARNOSCHI
ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	ALCINDO PEROSA	FLÁVIA LENITA PELENTIR	DANIANE VIEIRA DAMES
INFRAESTRUTURA OBRAS E TRANSPORTES	SÉLIO RAIZER	MARCOS ROBERTO BAZZEN	BRUNA VIECELI

Art. 2º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 3º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º. Revoga a Portaria 274/2020, que designa gestor e fiscal ao objeto do Processo Licitatório 091/2020 Pregão Eletrônico 040/2020, e revoga processo licitatório citado, devido pedido de impugnação apresentado, e parecer do pregoeiro solicitando a republicação do certame, para ajustes do mesmo.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
JANETE TERRES Fiscal	LUIZ ALVARO RAMOS substituto de Fiscal
Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
GISELI SEFFER ALVES DE ANHAIA Fiscal	LEILA APARECIDA RAMOS ARAIDI substituto de Fiscal
Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA Fiscal	DÉBORA DALMOLIN CIARNOSCHI Substituto do Fiscal
Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
MARCOS ROBERTO BAZZEN Fiscal	BRUNA VIECELI Substituto do Fiscal
Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
FLÁVIA LENITA PELENTIR Fiscal	DANIANE VIEIRA DAMES Substituto do Fiscal

PORTARIA Nº 280/2020

Publicação Nº 2753893

PORTARIA Nº 280, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020

"DEMITE, A PEDIDO, A SRA. MICHELE REUS ELIAS DO CARGO DE PSICÓLOGA (CRAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando, o pedido de demissão protocolado junto ao Setor de Pessoal, em 27 de novembro de 2020;

Considerando, que a servidora estará assumindo cargo comissionado no Município de Iomerê;

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, mais o que consta no artigo 477, § 6º, da CLT;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica demitida, a pedido, do cargo de Psicóloga (CRAS), a Sra. MICHELE REUS ELIAS, cuja admissão deu-se através da Portaria nº 034, de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 281/2020

Publicação Nº 2753896

PORTARIA Nº 281, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ivair Zeno Micheluzzi	06.07.2018 a 05.07.2019	07.12.2020 A 16.12.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 282/2020

Publicação Nº 2753492

PORTARIA Nº 282, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do contrato resultante do Processo Licitatório 097/2020 Pregão Presencial 043/2020 que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET, ATRAVÉS DE LINKS DEDICADOS VIA FIBRA OPTICA, FULL DUPLEX, QUE ATENDAM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora CARMELITA CHIESA TRAGANCIN.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
FLÁVIA LENITA PELENTIR Fiscal	CARMELITA CHIESA TRAGANCIN Substituto do Fiscal

PORTARIA Nº 283/2020

Publicação Nº 2753493

PORTARIA Nº 283, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e FLÁVIA LENITA PELENTIR, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do contrato resultante do Processo Licitatório 098/2020 Pregão Presencial 044/2020 SRP 037/2020 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso ilimitado de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora CARMELITA CHIESA TRAGANCIN.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
FLÁVIA LENITA PELENTIR Fiscal	CARMELITA CHIESA TRAGANCIN Substituto do Fiscal

PORTARIA Nº 284/2020

Publicação Nº 2753496

PORTARIA Nº 284, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores ALCINDO PEROSA e CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do contrato resultante do Processo Licitatório 099/2020 Pregão Presencial 045/2020 que tem como objeto contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos em assessoria administrativa, para averiguar a legalidade e normalidade dos contratos, processos licitatórios e despesas públicas praticados pela Administração Municipal na gestão municipal e, ainda, assessoria em certames licitatórios, contratos públicos, administrativa, tributária, pessoal e outras áreas para o exercício de 2021.

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora FLÁVIA LENITA PELENTIR.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
CARMELITA CHIESA TRAGANCIN Fiscal	FLÁVIA LENITA PELENTIR Substituto do Fiscal

PORTARIA Nº 285/2020

Publicação Nº 2753497

PORTARIA Nº 285, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando, que é dever, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

Considerando, a Instrução Normativa CI N. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA e JANETE TERRES, para desempenhar, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL do contrato resultante do Processo Licitatório 025/2020 Pregão Presencial 005/2020 SRP 005/2020 que tem como objeto REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE DOZE MESES

Art. 2º. Fica designado e nomeado substituto do Fiscal, em eventuais impedimentos, a servidora MARINÊS MINOSSO.

Art. 3º. Incumbe ao gestor e ao fiscal acima designados acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, bem como as atribuições elencadas na Instrução Normativa CI N. 001/2019.

Art. 4º. Os trabalhos serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ciente em: ____/____/____	Ciente em: ____/____/____
JANETE TERRES Fiscal	MARINÊS MINOSSO Substituto do Fiscal

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO 2 TA T. CREDENCIAMENTO 012-2018 PM

Publicação Nº 2752853

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Segundo Termo Aditivo Termo de Credenciamento nº 012/2018/PM
FUNDAMENTO LEGAL - Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.
DA ALTERAÇÃO
CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DE ALTERAÇÃO
"DO PRAZO
O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 18 de dezembro de 2021".
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ - SC
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RESGATE DE VIDAS

Ibicaré, SC, aos 10 de dezembro de 2020.
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO 4 TA CONTRATO 058/2017 PM

Publicação Nº 2753709

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Quarto Termo Aditivo Contrato nº 058/2017
FUNDAMENTO LEGAL - Artigo 65, § 8º da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.
DOS OBJETOS DE ALTERAÇÃO
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
"Os valores serão reajustados conforme variação do INPC, de 5,20% acumulado de dezembro/2019 a novembro/2020. Sendo que, o valor mensal a ser pago será R\$ 3.378,39 (Três mil, trezentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos)."
CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO
O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 31 de dezembro de 2021.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC
CONTRATADA: ISLUNA – GESTÃO EMPRESARIAL PÚBLICA E PRIVADA LTDA ME

Ibicaré, SC, aos 10 de dezembro de 2020.
Gianfranco Volpato
Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.605, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020 - ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 4.186, DE 22 DE JANEIRO DE 2018, QUE REGULAMENTA E DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE PEDIDO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753015

DECRETO nº 4.605, de 10 de dezembro de 2020.

“ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 4.186, DE 22 DE JANEIRO DE 2018, QUE REGULAMENTA E DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE PEDIDO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 1º, do Decreto Municipal nº 4.186, de 22 de janeiro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. O projeto de regularização fundiária deverá, simultaneamente ao protocolo, ser cadastrado junto ao software denominado “Tecnologia e Assessoramento Remoto de Serviço – TARS”, que poderá ser acessado através do link: <http://67.205.180.104/login>, onde devem ser apresentados todos os documentos, observado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, em concordância ao art. 5º do Decreto Municipal nº 4.186, de 22 de janeiro de 2018. ”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de dezembro de 2020.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL-REGISTRO DE PREÇO 058-2020 - HIDROJATO

Publicação Nº 2754374

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO 058/2020 – MUL e Águas de Ilhota

O PREGOEIRO OFICIAL E A COMISSÃO DECLARAM DESERTO O(A) PREGÃO 058/2020 – MUL e Águas de Ilhota, PELA AUSÊNCIA DE LICITANTES PRESENTES NO CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 10.520/02, LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES. Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Ilhota, 08 de dezembro de 2020.

Francineide Pereira
Pregoeiro Oficial

Daisy Christiane Pereira
Membro

Rosilene Fronza Zimmermann
Membro

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO 065 - 2020 MUL E ÁGUAS DE ILHOTA - HIDROJATO-HIDROVÁCUO

Publicação Nº 2753016

PROCESSO Nº 413/2020

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 065/2020 – MUL e Águas de Ilhota
REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL GLOBAL
------	----------------------------

OBJETO	OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MECÂNICA DE BOCAS DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS, TANQUE SÉPTICO, FILTRO ANAERÓBICO, CAIXA DE GORDURA E AFINS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO (HIDROJATO/HIDROVÁCUO), BEM COMO A RESPONSABILIDADE DE DESTINO DOS DEJETOS, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES TERMOS, TABELA I, conforme anexo I do edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 23/12/2020 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/12/2020 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07:00 às 13:00

ARNOLDO ADRIANO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
Ilhota, 10 de Dezembro de 2020.

DECRETO 677

Publicação Nº 2752525

DECRETO Nº 677, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre novas medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

O Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 545/2020 declarou situação de emergência em saúde pública no Município de Ilhota, em razão de epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência

de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID-19 no Município de Ilhota e;

CONSIDERANDO, que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social para contenção da disseminação da COVID-19, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Ilhota,

DECRETA:

Art. 1º Fica proibido o acesso, trânsito e permanência, para finalidade de lazer ou esporte, em todas as praças, parques, rios e pontos turísticos do Município de Ilhota, como medida de enfrentamento da disseminação do vírus COVID-19, por prazo indeterminado.

Parágrafo Único. A liberação do acesso aos locais mencionados no caput dependerá da melhora dos quadros apresentados pelos boletins emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e serviços privados de saúde do Município de Ilhota, incluindo bares, restaurantes, lanchonetes e congêneres, terão seu horário de funcionamento limitado ao período das 06h00min às 23h00min, obedecidas as seguintes regras:

- I – Uso obrigatório de máscaras pelos clientes e funcionários;
- II – Respeitar o distanciamento de 1,5 metro entre as pessoas;
- III – Limitar ocupação em 70% da capacidade do estabelecimento;
- IV – Disponibilizar álcool gel para higienização das mãos;

§ 1º São exceções à limitação de horário de funcionamento contida no caput:

- I – Os estabelecimentos que se localizem às margens das rodovias e que sejam necessários à garantia da manutenção dos serviços de transporte de pessoas e cargas;
- II – Clínicas e estabelecimentos que prestem serviços relacionados à saúde, em casos de urgência e emergência;
- III – Farmácias;
- IV – Centros de distribuição e empresas de logística;

§ 2º Mercados, supermercados, padarias, mercearias, serviços de barbeiro/cabeleireiro/salões de beleza poderão estender seu horário de atendimento até as 22h00min.

§ 3º Ficam liberados os serviços de delivery;

Art. 3º Fica proibida a permanência de pessoas nas praças, pátios e calçadas em frente aos bares, restaurantes e similares, a fim de se impedir agrupamentos.

Art. 4º Continuam suspensas as aulas presenciais da rede pública e privada de cursos superiores, técnicos, cursos livres e de formação de condutores.

Parágrafo único. Estão liberadas as aulas práticas de formação de condutores, desde que observados os cuidados previstos nos §§ 2º a 8º do artigo 2º da Portaria 238/2020 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 5º Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Natação, Hidroginástica, em estabelecimentos privados e/ou condomínios, poderão funcionar das 06h00min às 23h00min, obedecidas as seguintes regras:

- I – Proibir aulas coletivas;
- II – Limitar ocupação em 30% do espaço do local;
- III – Respeitar o distanciamento de 1,5 m entre as pessoas e equipamentos;
- IV – Realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período (manhã/tarde/noite);
- V – Adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;
- VI – Utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado.

Art. 6º Profissionais autônomos e liberais deverão atender observando a necessidade de agendamento para atendimento individual; respeitando o limite de ocupação de 50% (cinquenta por cento) do espaço do local; a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre pessoas e; o reforço das medidas de biossegurança.

Art. 7º No Município de Ilhota é obrigatória a utilização de máscaras fora do ambiente domiciliar.

Art. 8º As igrejas, templos religiosos e afins poderão realizar missas e cultos religiosos presenciais desde que respeitem as seguintes condições:

- I – A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;
- II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;
- III – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos

com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 9º As pessoas em geral deverão:

- I – Higienizar as mãos com frequência;
- II – Adotar como prática a etiqueta da tosse;
- III – Evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa.
- IV – Ficar em casa a maior parte do tempo.
- V – Ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável.
- VI – Manter distância de 1,5 metro de outras pessoas.
- VII – Não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas.
- VIII – Priorizar serviços de delivery.
- IX – Quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar danos à saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes.
- X – Não frequentar locais que não sigam as recomendações e adequações necessárias para minimizar a transmissão do Coronavírus.

Art. 10 As empresas e estabelecimentos privados de uma maneira geral deverão:

- I – Adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização.
- II – Adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível.
- III – Adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais.
- IV – Afastar colaboradores confirmados ou suspeitos de COVID-19.
- V – Afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco.
- VI – Apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19.
- VII – Disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais.
- VIII – Higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais.
- IX – Intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais.
- X – Procurar testar regularmente colaboradores.

Art. 11 As atividades de fiscalização e de poder de polícia necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto será feita em conjunto por servidores municipais, Polícia Militar e demais autoridades competentes.

Parágrafo único. Na forma do § 5º do art. 12 da Lei Complementar n. 239, de 2006, ficam reconhecidos como autoridades de saúde no município de Ilhota os militares e servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento à COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos com competência fiscalizatória específica.

Art. 12 A desobediência aos comandos previstos no presente Decreto sujeitará o infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, à aplicação das sanções civis e administrativas, além das previstas para os crimes elencados nos artigos 268 e 330, ambos do Código Penal.

Art. 13 O órgão sanitário municipal instaurará processo administrativo contra o infrator das regras definidas neste Decreto, cujo início se dará pelo auto de infração.

Art. 14 A infração às presentes normas será punida pelo órgão sanitário municipal com:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Interdição temporária do estabelecimento;

Art. 15 A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I – Nas infrações leves, de 50 a 140 UFM;
- II – Nas infrações graves, de 140 a 280 UFM;
- III – Nas infrações gravíssimas, de 280 a 1.120 UFM

§ 1º Nos termos do Decreto 552/2020, o valor da Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2020 é de R\$ 3,4662.

§ 2º Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, recolhendo-a a fazenda municipal sob pena de imediata cobrança judicial;

Art. 16. A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Art. 17. Fica revogado o Decreto 634/2020.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Ilhota, 9 de dezembro de 2020.

ARNOLDO ADRIANO
Prefeito em exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 144 PRG 054 - 2020 FME - MATERIAL ESCOLAR - REGENSY COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME

Publicação Nº 2752975

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 144/2020 – FME
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 387/2020 - FME
 Pregão Presencial – Registro de Preço nº 054/2020 - FME

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: REGENSY COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME

Item	Descrição	Cotação	Qtde.	Fornecedor	Marca
7	PASTA CATÁLOGO PERSONALIZADA COM 50 PLÁSTICOS CAPA PRETA EM PVC CAMURÇA NO AMANHO OFÍCIO 240X330MM COM VISOR E CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO. PASTA DEVE POSSUIR 50 ENVELOPES PLÁSTICOS TRANSPARENTE. IMPRESSÃO NO CORPO DO PRODUTO COM BRASÃO DO MUNICÍPIO EM 1X0 DE COR. AGENDA ESCOLAR CAPA E CONTRACAPA DURA REVESTIDA COM PVC CRISTAL PÓ 0,15 E PVC CAMURÇA 0,20. ENVOLTO EM CARTÃO 1,7MM E CAPA FRENTE EM 4X0 E CAPA VERSO COR 0X4 PAPEL COUCHE 150GR; TAMANHO FECHADO 15X21 CM. MIOLO COM 220 PÁGINAS PERMANENTES COM1X1 COR, EM PAPEL OFFSET 63 GRAMAS; SENDO 8 PÁGINAS INICIAIS EM PAPEL OFFSET 63 GR 1X1 CORES.	R\$ 11,90	200,00	REGENSY COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME	DAC
8	AGENDA ESCOLAR - CAPA E CONTRACAPA DURA REVESTIDA COM PVC CRISTAL PÓ 0,15 E PVC CAMURÇA 0,20. ENVOLTO EM CARTÃO 1,7MM E CAPA FRENTE EM 4X0 E CAPA VERSO COR 0X4 PAPEL COUCHE 150GR; TAMANHO FECHADO 15X21 CM. MIOLO COM 220 PÁGINAS PERMANENTES COM1X1 COR, EM PAPEL OFFSET 63 GRAMAS; SENDO 8 PÁGINAS INICIAIS EM PAPEL OFFSET 63 GR 1X1 CORES. ACABAMENTO EM ESPIRAL. DEVE CONTER AINDA DADOS IDENTIFICAÇÕES; CALENDÁRIO DO ANO ANTERIOR E ANO VIGENTE. TODA A DIAGRAMAÇÃO E CORREÇÃO ORTOGRÁFICA DA AGENDA SERÁ POR CONTA DA EMPRESA FORNECEDORA, QUE DEVERÁ APRESENTAR UM PROJETO INICIAL QUE SERÁ AVALIADO PELA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA QUE PODERÁ SOLICITAR ADEQUAÇÕES NO LAYOUT PODERÁ SOLICITAR NOVA AMOSTRA OU APROVAR A AMOSTRA APRESENTADA.	R\$ 13,00	150,00	REGENSY COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME	REGENSY
10	CADERNO DE DESENHO, CAPA DURA 96 FOLHAS:- CAPA DURA EM CARTÃO 1.3MM, ENVOLTO EM PAPE COUCHE 115G E GUARDA EM OFF-SET 120G. CAPA EM 4X0 DE COR. DIMENSÕES: 30X21CM (FECHADO) 60X21 (ABERTO). - MIOLO: 192 PÁGINAS (96 FOLHAS) EM PAPEL OFFSET 63G, COR DA IMPRESSÃO DO MIOLO 0X0 DE COR. DIMENSÕES: 30X21CM(FECHADO), 60X21CM(ABERTO). - ACABAMENTOS: CAPA COM LAMINAÇÃO, ESPIRAL METÁLICO REVESTIDO EM NYLON NA COR QUE MELHOR COMBINAR COM A CAPA. ESPIRAL COM DOBRA KOYLOOP. - AMOSTRA: DEVERÁ SER APRESENTADA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SENDO VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETA. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ABNT VIGENTE. PAPEL DO MIOLO COM CERTIFICAÇÃO FSC OU SIMILAR.	R\$ 5,50	150,00	REGENSY COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME	REGENSY
15	GIZ DE CERA EM GEL 12 cores: Com tamanho de 120mm x 15 mm de diâmetro de boa qualidade, mina macia e aquarelável com diâmetro aproximado de 6 mm, retrátil, embalagem plástico rígido, lavável, produto que não suja as mãos, não tóxico. Produto certificado pelo INMETRO.	R\$ 25,00	200,00	REGENSY COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME	LEONORA
16	LÁPIS DE CERA 12 CORES COM APONTADOR, lápis de cera em madeira redondo 12 cores com base de ceras, cargas, minerais inertes e pigmentos, componentes totalmente atóxicos, não perecíveis, para crianças, matérias primas de alta qualidade, não esfarela, não mancha as mãos, fórmula resistente à quebra, ideal para uso escolar, cores vivas que facilitam sua identificação e certificado pelo INMETRO. Embalagem: caixa de papel resistente com abertura para visualização dos lápis cartela de cores impressa na caixa. Dimensões aproximadas: 120mm x 12,6mm com mina de 8mm. Exigência: etiqueta impressa com brasão do município em 1X0 de cor de cor, espaço para nome do aluno e série. Produto certificado pelo	R\$ 20,00	200,00	REGENSY COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME	CIS-NATARAJ

Valor total: R\$ 14.155,00 (Quatorze mil e cento e cinquenta e cinco reais)

Assinatura: 10 de dezembro de 2020.

Vigência: 12 meses.

Arnoldo Adriano
 Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 145 PRG 054 - 2020 FME - MATERIAL ESCOLAR - RSUL EIRELI EPP

Publicação N° 2752977

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 145/2020 – FME
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 387/2020 - FME
 Pregão Presencial – Registro de Preço nº 054/2020 - FME

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: RSUL EIRELI EPP

Item	Descrição	Cotação	Qtde.	Fornecedor	Marca
1	KIT BERÇÁRIO: 01 PASTA CATÁLOGO, 01 AGENDA ESCOLAR, 01 MASSA DE MODELAR, 01 LÁPIS DE CERA COM APONTADOR, 01 BAG ESCOLAR.	R\$ 54,00	350,00	RSUL EIRELI EPP	Diversas
2	KIT MATERNAL: 01 PASTA CATÁLOGO, 01 AGENDA ESCOLAR, 01 MASSA DE MODELAR, 01 LÁPIS DE CERA COM APONTADOR, 01 CARDENO DE DESENHO, 01 BAG ESCOLAR.	R\$ 60,00	450,00	RSUL EIRELI EPP	Diversas
3	KIT PRÉ-ESCOLAR: 01 BAG ESCOLAR, 01 CADERNO BROCHURÃO, 01 CADERNO DE DESENHO, 01 LÁPIS PRETO, 01 COLA BRANCA, 01 APONTADOR, 01 TESOURA ESCOLAR, 01 BORRACHA, 01 LÁPIS DE CERA 12 CORES, 01 LÁPIS DE 12 CORES, 01 AGENDA ESCOLAR.	R\$ 60,00	580,00	RSUL EIRELI EPP	Diversas
4	KIT ANOS INICIAIS – 1º AO 3º ANO 03 UN.CADERNO BROCHURÃO, 03 UN.CADERNO BROCHURA, 01 UN.CADERNO CALIGRAFIA PEDAGÓGICO, 01 CX LÁPIS DE 12 CORES, 01 UM LÁPIS DE CERA 12 CORES, 04 UN. LÁPIS PRETO, 02 UN.BORRACHA, 01 UN.APONTADOR, 01 UN. COLA BRANCA, 01 UN.TESOURA, 01 UN. RÉGUA 30 CM, 01 UN. CADERNO DE DESENHO, 01 UN. AGENDA, 01 UN.BAG ESCOLAR.	R\$ 100,00	480,00	RSUL EIRELI EPP	Diversas
5	Kit ANOS INICIAIS – 4º E 5º ANO 03 UN.CADERNO BROCHURÃO, 03 UN. CADERNO BROCHURA, 01 UN.CADERNO CALIGRAFIA PEDAGÓGICO, 01 CX LÁPIS DE COR 24 CORES, 01 UM.LÁPIS DE CERA 12 CORES, 01 ESTOJO CANETA HIDROCOR BIG, 02 UN. CANETAS AZUL, 02 UN.CANETAS PRETA, 04 UN.LÁPIS PRETO, 02 UN. BORRACHA, 01 UN. APONTADOR, 01 UN. COLA BRANCA, 01 UN.TESOURA ESCOLAR, 01 UN. RÉGUA 30 CM, 01 UN. CORRETIVO, 01 UN. CADERNO DE DESENHO, 01 UN. AGENDA 01 UN.BAG ESCOLAR.	R\$ 120,00	350,00	RSUL EIRELI EPP	Diversas
6	KIT ANOS FINAIS. 02 UNID CADERNO BROCHURÃO, 01 UN. CADERNO 10 MATÉRIAS, 01 CX LÁPIS DE COR 36 CORES, 01 ESTOJO CANETA HIDROCOR BIG, 02 UN.CANETAS AZUL, 02 UN.CANETAS PRETA, 04 UN.LÁPIS PRETO, 02 UN.BORRACHA, 01 UN.APONTADOR, 01 UN.COLA BRANCA, 01 UN. TESOURA, 01 UN. RÉGUA 30CM, 01 UN.CORRETIVO, 01 UN. PASTA ESCOLAR COM ELÁSTICO, 01 UN. AGENDA, 01 UN.BAG ESCOLAR.	R\$ 140,00	600,00	RSUL EIRELI EPP	Diversas
9	CARDENO BROCHURÃO, CAPA DURA 96 FOLHAS: - CAPA DURA EM CARTÃO 1.3MM, ENVOLTO EM PAPE COUCHE 115G E GUARDA EM OFF-SET 120G. CAPA EM 4X0 DE COR. DIMENSÕES: 21X27,5CM (FECHADO) 42X27,5CM (ABERTO). - MIOLO CAPA DURA: DESCRIÇÃO 192 PÁGINAS (96 FOLHAS) PAUTADAS 1X1 DE COR/ PAPEL MIOLO OFF-SET NO MÍNIMO 56G.DIMENSÕES: 20X27,5CM(FECHADO), 40X27,5CM(ABERTO). - ACABAMENTOS CAPA DURA: CAPA COM LAMINAÇÃO OU VERNIZ LOCALIZADO, VINCO, DOBRA E COSTURADO E COLADO NA GUARDA. - AMOSTRA: DEVERÁ SER APRESENTADA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SENDO VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETA. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ABNT VIGENTE. PAPEL DO MIOLO COM CERTIFICAÇÃO FSC OU SIMILAR.	R\$ 5,40	150,00	RSUL EIRELI EPP	NEOMUNDI
11	CARDENO BROCHURA, Capa Dura: - Capa Dura em cartão 1.3mm, envolto em pape couche 115g e guarda em off-set 120g. Capa em 4x0 de cor. Dimensões: 14x20cm (Fechado) 28x20 (Aberto).Miolo Capa Dura: descrição 192 páginas (96 folhas) pauta- das 1x1 de cor/ papel miolo Off-Set no mínimo 56g. Dimensões: 15x21cm(Fechado), 30x21cm(Aberto). Acabamentos Capa Dura: Capa com laminação, Vinco, dobra e costurado e colado na guarda. Amostra: Deverá ser apresentada a Secretaria de Edu- cação sendo vedada a colagem de etiqueta. O produto deve estar de acordo com a norma ABNT vigente. Papel do miolo com certificação FSC ou Similar. Personalização: Arte fornecida pela Secretaria de Educação.	R\$ 3,90	150,00	RSUL EIRELI EPP	NEOMUNDI

12	CADERNO PEDAGÓGICO DE CALIGRAFIA, caderno medidas aproximadas de: 40 x 27,5 cm aberto e 20 x 27,5 cm fechado. Miolo com 48 folhas (96 páginas) em papel offset 56g/m², com impressão em 1x1 cor, sendo a primeira página de identificação do aluno. Capa com impressão personalizada em 4x1 cor, em papel cartão triplex 300g/m² com laminação bopp brilho. Miolo: descrição 48 folhas (96 páginas) 1x1 de cor, com no mínimo 16 pautas contínuas com 1,5cm de espaço entre elas e 15 linhas centrais tracejadas. / papel miolo off-set no mínimo 56g. Dimensões: 21x27,5cm(fechado), 42x27,5cm(aberto). Acabamento: dobrado e com 2 grampos.	R\$ 6,00	150,00	RSUL EIRELI EPP	NEOMUNDI
13	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 matérias personalizado, capa dura 4x0 de cores/ formato aproximado de 20cm x 27,5cm (fechado) – 40cm x 27,5cm (aberto)/ papel couche fosco 170g envolto papel cartão 1.6mm, com guarda em papel offset 115g/ acabamento: capa com laminação brilho / miolo: descrição: 200 folhas pautadas, divididas em 10 matérias (20 folhas por matéria) / 201 folhas pautadas 2x2 cor, folha de rosto 1x0 de cor e divisores de matérias 2x2 cor em offset 56g. Acabamento geral: espiral metálico revestido em plástico na cor que melhor combinar. Envelope sarja: pvc sarja 0,20 micras soldados eletronicamente com abertura superior tamanho 20cm x 27,5cm.	R\$ 11,00	150,00	RSUL EIRELI EPP	NEOMUNDI
14	MARCA TEXTO APAGAVEL, A base de água com duas pontas, uma para marcação e outra para remoção da tinta ponta chanfrada 1mm/4mm. Secagem rápida. Dimensões Aproximadas 13mm diâmetro x 155mm comprimento. Tinta à base de água. Em 4 cores diferentes. Com certificado do INMETRO.	R\$ 3,00	100,00	RSUL EIRELI EPP	NEOMUNDI

Valor total: R\$ 258.945,00 (Duzentos e cinquenta e oito mil e novecentos e quarenta e cinco reais).

Assinatura: 10 de dezembro de 2020.

Vigência: 12 meses.

Arnoldo Adriano
Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO DE MESA 42/2020

Publicação Nº 2752747

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 42/2020

DISPENSA O TRÂMITE DO RITO REGIMENTAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18/2020 DE AUTORIA DO EXECUTIVO, POSSIBILITANDO SUA DELIBERAÇÃO EM UM ÚNICO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15/12/2020.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que deu entrada nesta Casa de Leis o Projeto Complementar nº 18/2020, de autoria do Executivo;

CONSIDERANDO que a tramitação do Projeto Complementar nº 18/2020, de autoria do Executivo, deve por imposição legal obedecer ao trâmite Regimental aplicável à espécie;

CONSIDERANDO que as deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a justificada urgência da matéria constante na proposição apresentada pelo executivo municipal;

CONSIDERANDO a importância da matéria que se encontra estampada na referida proposição para a comunidade Ilhotense.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica dispensada do trâmite regimental do Projeto Complementar nº 18/2020, de autoria do Executivo.

Art. 2º. Fica autorizada a leitura e inclusão do Projeto Complementar nº 18/2020, de autoria do Executivo, na ordem do dia da Sessão Ordinária do dia 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º. Autoriza a Câmara Municipal de Ilhota a deliberar o Projeto Complementar nº 18/2020, de autoria do Executivo, na ordem do dia da Sessão Ordinária do dia 15 de dezembro de 2020.

Art. 4º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 08 de dezembro de 2020.

Sidnei Reinert

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Almir Anibal de Souza
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇO PMI Nº 003/2020

Publicação Nº 2752339

AVISO LICITAÇÃO DESERTA
TOMADA DE PREÇO PMI Nº 003/2020
PROCESSO PMI Nº 021/2020

O Município de Imaruí, através da Prefeitura Municipal de Imaruí, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTO a Tomada de Preço PMI nº 003/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 05/11/2020 e realizado às 09h00min do dia 23/11/2020, que teve por objeto a Contratação de empresa para reforma do ginásio Lúcio Carlos Faust.

Imaruí, 25 de novembro de 2020
RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 132, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752748

DECRETO Nº. 132, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE expediente interno e reCESSO FUNCIONAL DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,
Considerando as festividades natalinas e de final de ano;
Considerando a necessidade de paralisação dos serviços públicos não essenciais nestes dias comemorativos;
Considerando a necessidade de ajuste financeiro, a fim de manter o equilíbrio entre a receita e despesa e fechamento de balanço da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado expediente interno nas Repartições Públicas do Município no período de 14 a 18 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo o Setor de Tributação, Expedição de Notas do Produtor e Serviços relacionados ao INCRA, vinculados as Secretarias Municipais de Administração e Finanças, e Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário, respectivamente, bem como a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica decretado recesso administrativo nas repartições Públicas do Município no período de 21 a 31 de dezembro de 2020.

§ 1º Excetuam-se ao caput deste artigo as Unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF, as quais permanecerão em expediente normal, exceto nos dias 24, 25 e 31 de dezembro de 2020.

§ 2º Haverá expediente normal durante todo o período mencionado no caput dos arts. 1º e 2º no Centro de Atendimento a COVID-19, e no Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista, o qual permanecerá prestando os serviços de atendimento a urgências e emergências 24 horas

§ 3º Fica autorizado a Secretaria de Administração e Finanças a convocar os funcionários e/ou servidores vinculados ao Setor de Tesouraria, Contabilidade e Recursos Humanos para fins de confecção de folha de pagamento ou afins, nos dias descritos no caput do presente artigo.

Art. 3º Excetuam-se ao presente Decreto os serviços que são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Parágrafo único. O Presidente do SAMAE e o Secretário de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, devem fixar em local visível um número telefônico para os casos de emergência no âmbito do Município, em suas respectivas Secretarias.

Art. 4º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 5º Os processos sindicantes e disciplinares, bem como os pretensos recursos licitatórios ficarão suspensos no prazo de recesso mencionado neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 10 de dezembro de 2020.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO PMI SEAPI 2016/81 - A/10 PROC. 76/2016

Publicação N° 2753929

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato PMI SINFRA 2016/81 - A/10

Contratado: CASTELO ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 07.185.611/0001-09

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 180 (cento e oitenta dias) 02/11/2020 a 02/05/2021. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAPI 2016/81 – A/00, cujo objeto é a IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO – PCC, DRENAGEM PLUVIAL, E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE TRECHO DA RUA VICENTE MANOEL MACHADO, SITUADA NO BAIRRO DE ROÇA GRANDE - IMBITUBA”.

Fundamento: Processo nº 76/2016 Tomada de Preço nº 04/2016

Imbituba, 02 de novembro de 2020.

Edilson Misael Antunes da Silva

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Contratante

CASTELO ENGENHARIA LTDA

Representante legal

Contratada

EXTRATO DE ADITIVO SEASTH 2019/23 - A/02 PROC. 12/2019

Publicação N° 2754005

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEASTH 2017/03– A/03

Contratada: MH ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

CNPJ: 34.180.727/0001-10

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, 07/11/2020 até 07/11/2021. O Termo Aditivo refere-se ao Contrato SEASTH 2019/23 – A/00, cujo objeto é “SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS, OPERADOS ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO, FORNECIMENTO DOS CARTÕES PERSONALIZADOS COM SENHA, LOGOTIPO EXCLUSIVA E COM FUNÇÕES DE DÉBITOS, DENOMINADO CARTÃO SOCIAL, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, PARA FORNECIMENTO DE AUXÍLIO SUBSISTÊNCIA, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL N° 4.882/18, QUE DISPÕE SOBRE REGULARIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

Fundamento: Processo nº 12/2019 Inexigibilidade 07/2019

Imbituba, 07 de novembro de 2020

ROSINETE DELFINO LAURINDO

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

CONTRATANTE

MH ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

Representante legal

CONTRATADO

EXTRATO DE ADITIVO SEDUCE 2020/13-A/01 PROC. 02/2020

Publicação N° 2753865

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEDUCE 2020/13 – A/00

Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIAO DOS LAGOS SUL CATARINENSE - COOPERLAGOS

CNPJ: 10.202.167/0001-99

Objeto: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL

DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC

Prazo: 12 MESES Valor total: R\$ 806.127,00

Fundamento: Processo nº 02/2020 Dispensa 01/2020

Imbituba, 03 de fevereiro de 2020

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Contratante

COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS DA REGIAO DOS LAGOS SUL CATARINENSE - COOPERLAGOS

Representante legal

Contratada

EXTRATO DE ADITIVO SEINFRA 2019/04 -A/01 PROC. 07/2019

Publicação Nº 2753935

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato SANEAMENTO 2019/04 – A/01

Contratado: ATLANTIS SANEAMENTO LTDA

CNPJ: 00.796.042/0001-80

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência por mais 90 (noventa) dias período de 04/11/2020 a 04/02/2021, refere-se ao Contrato SEINFRA 2019/04 – A/00, cujo objeto é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM REGISTRO NO CREA, VISANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE UNIFICAÇÃO DOS CADASTROS IMOBILIÁRIOS DA SECRETARIA DA FAZENDA, COM OS DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DOS USUÁRIOS DA COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, COMO TAMBÉM O CADASTRO DE NOVOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS”.

Processo nº 07/2019 Dispensa 02/2019

Imbituba, 04 de novembro de 2020.

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Contratante

ATLANTIS SANEAMENTO LTDA

Representante legal

Contratado

EXTRATO DE CONTRATO 2020/129 - A/00 PROC. 117/2020

Publicação Nº 2753287

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: Contrato 2020/129– A/00

Contratado: FLORISA VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 83.706.788/0001-83

Objeto: “AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO 0 KM PINTURA METÁLICA, CARROCERIA TIPO HATCH, ANO/MODELO (2020/2020), PARA USO EM ATIVIDADES POLICIAIS (P-2) DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE IMBITUBA.”

Prazo: 12 meses Valor Total R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)

Fundamento: Processo nº 117/2020 Pregão Presencial 58/2020

Imbituba, 20 de outubro de 2020

LUIZ CARLOS CRUZ DOS SANTOS

Major PM Comandante da Geib

Contratante

FLORISA VEÍCULOS LTDA

Representante legal

Contratado

EXTRATO DE CONTRATO 2020/24 - A/00 SEMUSA PROC. 37/2020

Publicação Nº 2753335

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2020/24 – A/00 SEMUSA

Contratada: AF FABRICAÇÃO, MANUTENÇÃO E COMERCIO DE CONTAINER LTDA - EPP

CNPJ: 34.876.955/0001-29

Objeto: "CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE DISPENSA DE UMA EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CONTAINER, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA."

Prazo: 60 (sessenta) dias Valor: R\$ 13.600,00

Fundamento: Processo nº 37/2020 Dispensa nº 14/2020

Imbituba, 14 de outubro de 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretaria Municipal de Saúde

Contratante

AF FABRICAÇÃO, MANUTENÇÃO E COMERCIO DE CONTAINER LTDA - EPP

Representante legal

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO SEAD 2020/128 - A/00 PROC. 128/2020

Publicação Nº 2753906

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEAD 2020/128– A/00

Contratada: HELIO BERTOLINO DA ROSA - ME

CNPJ: 00.744.757/0001-90

Objeto: "AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBA B4T 704SPL 3", CONFORME ESPECIFICAÇÕES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA".

Prazo: 06 meses Valor total: 2.460,00

Fundamento: Processo nº 128/2020 Dispensa 44/2020

Imbituba, 07 de agosto de 2020

DAIANE LEOPOLDINA NUNES

Secretária de Administração

Contratante

HELIO BERTOLINO DA ROSA - ME

Representante legal

Contratado

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 142/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 07/2020 - PMI/SEDETUR

Publicação Nº 2753674

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI-SEDETUR

Processo Licitatório nº 142/2020 Inexigibilidade nº 07/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDINHA DE NATAL E SEUS DUENDES PARA APRESENTAÇÃO NA CHEGADA DO PAPAI NOEL ITINERANTE, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2020, DAS 19H AS 22H.

Contratado: João Carlos Nunes da Silva.

CPF: 068.295.529-90.

Valor Total: R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso III da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 11 de dezembro de 2020.

Giovane Ferreira Pereira

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1015/2020

Publicação Nº 2753137

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1015, de 10 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; considerando a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade

temporária de excepcional interesse público; considerando a necessidade de se manter a fiscalização ostensiva nos estabelecimentos cuja atividade permaneça suspensa, bem como, a fiscalização de áreas públicas no município de Imbituba, assegurando medidas de prevenção e enfrentamento ao COVID-19; considerando ainda o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de dezembro de 2020, o candidato abaixo relacionado, visando a contratação emergencial e imediata de pessoal em caráter temporário, para exercer o cargo de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, com a remuneração consignada na legislação pertinente, conforme quadro abaixo:

Nome	CPF
Sebastian de Mendonça Beza	038.940.479-92

Art. 2º O nomeado para a referida função temporária deverá apresentar-se na Prefeitura Municipal de Imbituba no dia 10/12/2020, a partir das 09:00h, data da expedição deste ato, para tomar posse em caráter de emergência.

Parágrafo único. O não comparecimento do nomeado na data e horário estabelecido no art.2º deste ato, será tomado sem efeito o ato de nomeação por desistência.

Art. 3º O servidor empossado, não entrando em exercício, será exonerado de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1016/2020

Publicação Nº 2753218

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1016, de 10 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 238, de 16 de março de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 14.486/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 238, de 16 de março de 2020, do servidor, Sr. CLAUDIONOR MARCOS DE CASTRO, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 886.590.978-15, admitido em 09 de outubro de 1984, contrato nº 97, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	08.09.2020 a 07.10.2020
	03.02.2021 a 04.03.2021 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de março de 2020, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 238, de 16 de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1017/2020

Publicação Nº 2753398

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1017, de 10 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base no § 3º do artigo 60 da Lei nº 4.175, de 18 de abril de 2013, ainda, considerando o Memorando nº 21.464/2020;

RESOLVE:

Art.1º Nomear, os abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital PMI/CERSP/CMPC/Nº 01/2020, para exercer a função pública de membros da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, com a retribuição pecuniária consignada no § 5º do artigo da Lei nº 4.175/2013:

ÁREA	NOMEADO(A)	CPF
TÉCNICO-ARTÍSTICA VOLTADA À CULTURA	Inês Spessatto Brescianini	421.697.710-34
	Viviane Rodrigues Peixe	888.472.339-68
	Claudia Duarte Ferreira	741.390.619.87
PATRIMÔNIO CULTURAL	Marli Garcia	520.790.159-15
	Helisa Canfield	002.560.020-61
FOMENTADORES DE ATIVIDADES E/OU PESQUISAS CULTURAIS	Juliana Pereira Moraes	060.931.069-00
	Sônia Fernandes Alves	172.860.468-02

Art. 2º O exercício da função pública de membro da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC dar-se-á na data da posse dos nomeados, por termo próprio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalDaiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAD Nº 1018/2020**

Publicação Nº 2753448

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1018, de 10 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Médica ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; considerando a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, assegurando medidas de prevenção e enfrentamento ao COVID-19 e considerando ainda o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de dezembro de 2020, a candidata abaixo relacionada, visando a contratação emergencial e imediata de pessoal em caráter temporário, para exercer o cargo de Médica ao Enfrentamento do COVID-19, com a remuneração consignada na legislação pertinente, conforme quadro abaixo:

Nome	CPF
Júlia de Oliveira Rodrigues	096.624.709-48

Art. 2º A nomeada para a referida função temporária deverá apresentar-se na Prefeitura Municipal de Imbituba no dia 10/12/2020, a partir das 09:00h, data da expedição deste ato, para tomar posse em caráter de emergência.

Parágrafo único. O não comparecimento da nomeada na data e horário estabelecido no art.2º deste ato, será tomado sem efeito o ato de nomeação por desistência.

Art. 3º A servidora empossada, não entrando em exercício, será exonerada de ofício, da função temporária ao qual fora nomeada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalDaiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1019/2020

Publicação Nº 2753456

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1019, de 10 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Médica ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; considerando a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, assegurando medidas de prevenção e enfrentamento ao COVID-19 e considerando ainda o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 10 de dezembro de 2020, a candidata abaixo relacionada, visando a contratação emergencial e imediata de pessoal em caráter temporário, para exercer o cargo de Médica ao Enfrentamento do COVID-19, com a remuneração consignada na legislação pertinente, conforme quadro abaixo:

Nome	CPF
Andressa Linzmeyer	080.139.279-97

Art. 2º A nomeada para a referida função temporária deverá apresentar-se na Prefeitura Municipal de Imbituba no dia 10/12/2020, a partir das 09:00h, data da expedição deste ato, para tomar posse em caráter de emergência.

Parágrafo único. O não comparecimento da nomeada na data e horário estabelecido no art.2º deste ato, será tomado sem efeito o ato de nomeação por desistência.

Art. 3º A servidora empossada, não entrando em exercício, será exonerada de ofício, da função temporária ao qual fora nomeada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1020/2020

Publicação Nº 2753876

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1020, de 10 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Agente Comunitário de Saúde – Área 16, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 21.456/2020;

RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2014 (Programa Federal), admitido em 21 de maio de 2018 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 315/2018, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Vanderlei Machado dos Santos	Agente Comunitário de Saúde – Área 16 40h	504.447.430-49	10/12/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 10 de dezembro de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 195/2020

Publicação Nº 2753155

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 195/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1015, de 10 de dezembro de 2020, para exercer a função temporária de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	CPF
Sebastian de Mendonça Beza	038.940.479-92

Art. 2º Em conformidade com a legislação que rege os contratos temporários, o servidor entra em exercício em 11/12/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 196/2020

Publicação Nº 2753468

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 196/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1018, de 10 de dezembro de 2020, para exercer a função temporária de Médica ao Enfrentamento do COVID-19.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	CPF
Júlia de Oliveira Rodrigues	096.624.709-48

Art. 2º Em conformidade com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 17/12/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 197/2020

Publicação Nº 2753479

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 197/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1019, de 10 de dezembro de 2020, para exercer a função temporária de Médica ao Enfrentamento do COVID-19.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	CPF
Andressa Linzmeyer	080.139.279-97

Art. 2º Em conformidade com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 17/12/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 198/2020

Publicação Nº 2753823

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 198/2020

A Secretária Municipal de Administração, Sra. DAIANE LEOPOLDINA NUNES, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 987/2020, para exercer o cargo de FISIOTERAPEUTA, habilitado (a) pelo Processo Seletivo Público n. 01/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
FERNANDA AIUB BRANCHELLI	FISIOTERAPEUTA	807.481.800-44

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, a servidora entra em exercício em 14/12/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 069/2020**

Publicação Nº 2754304

Ato da Presidência nº 069/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 43ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 14 de dezembro de 2020 (segunda-feira), às 19h30min, às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO

Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
072/2020	PL nº 5.268/2020 PL e Emendas 1 e 2 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável Discussão e Votação das Emendas e da Redação Final do PL nº 5.268/2020	29/09/2020	Poder Executivo	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder o uso de equipamentos hospitalares por meio de Termo de Cessão de Uso, ao Hospital São Camilo, e dá outras providências.	Ordinária
087/2020	PL nº 5.281/2020 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável Discussão e Votação do PL nº 5.281/2020	23/11/2020	Poder Executivo	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinária
088/2020	PL nº 5.282/2020 CCJ: Parecer Desfavorável Discussão e Votação do Parecer pela Inconstitucionalidade do PL nº 5.282/2020	23/11/2020	Poder Executivo	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a obrigatoriedade de licenciamento e emplaceamento no Município de Imbituba dos veículos locados para prestarem serviços ao Poder Público Municipal, e dá outras providências.	Ordinária
090/2020	PL nº 5.288/2020 CCJ: Parecer Favorável Discussão e Votação do PL nº 5.288/2020	07/12/2020	Poder Executivo	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.	Ordinária

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005)

Gabinete da Presidência, 10 de dezembro de 2020.

Antônio Clésio Costa	Humberto Carlos dos Santos
Presidente	Vice-Presidente
Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

PORTARIA Nº84/2020

Publicação Nº 2754031

PORTARIA CMI Nº 84/2020

“Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Andreza Richartz de Almeida, ocupante do cargo de carreira de Contadora”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Andreza Richartz de Almeida, Contadora, com efeitos financeiros retroativos ao dia 1º/12/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.
Antônio Clésio Costa
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

PORTARIA Nº85/2020

Publicação Nº 2754042

PORTARIA CMI Nº 85/2020

“Conceder Promoção por Antiquidade ao servidor efetivo, Vinícius David de Amorim, ocupante do cargo de carreira de Analista Legislativo”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiquidade ao servidor efetivo, Vinícius David de Amorim, Analista Legislativo, com efeitos financeiros retroativos ao dia 1º/12/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.
Antônio Clésio Costa
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

PORTARIA Nº86/2020

Publicação Nº 2754045

PORTARIA CMI Nº 86/2020

“Conceder Promoção por Antiquidade ao servidor efetivo, Lucas Francisco Gonçalves, ocupante do cargo de carreira de Analista Legislativo – Tecnologia da Informação.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiquidade ao servidor efetivo, Lucas Francisco Gonçalves, Analista Legislativo – Tecnologia da Informação, com efeitos financeiros retroativos ao dia 1º/12/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.
Antônio Clésio Costa
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

PORTARIA Nº87/2020

Publicação Nº 2754062

PORTARIA CMI Nº 87/2020

“Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Dayhany Corrêa Tavares, ocupante do cargo de carreira de Técnica Legislativa”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Dayhany Corrêa Tavares, Técnica Legislativa, com efeitos financeiros retroativos ao dia 1º/12/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.
Antônio Clésio Costa
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

PORTARIA Nº88/2020

Publicação Nº 2754084

PORTARIA CMI Nº 88/2020

“Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Jane Keila Travasso Pohcrywieski, ocupante do cargo de carreira de serviços gerais”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Jane Keila Travasso Pohcrywieski, serviços gerais, com efeitos financeiros retroativos ao dia 1º/12/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

PORTARIA Nº89/2020

Publicação Nº 2754111

PORTARIA CMI Nº 89/2020

“Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Gisele Stofelli, ocupante do cargo de carreira de Técnica Legislativa.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Gisele Stofelli, Técnica Legislativa, com efeitos financeiros retroativos ao dia 10/12/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

PORTARIA Nº90/2020

Publicação Nº 2754135

PORTARIA CMI Nº 90/2020

“Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Maria de Lourdes Lagranha Gonçalves, ocupante do cargo de carreira de Técnica Legislativa.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiquidade à servidora efetiva, Maria de Lourdes Lagranha Gonçalves, Técnica Legislativa, com efeitos financeiros retroativos ao dia 08/10/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

PORTARIA Nº91/2020

Publicação Nº 2754167

PORTARIA CMI Nº 91/2020

“Conceder Promoção por Antiguidade ao servidor efetivo, Otoniel Nascimento Cardoso, ocupante do cargo de carreira de Motorista”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder Promoção por Antiguidade ao servidor efetivo, Otoniel Nascimento Cardoso, Motorista, com efeitos financeiros retroativos ao dia 02/10/2020, data que se deu início ao período concessivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 10 de Dezembro de 2020.

Antônio Clésio Costa

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2020.

Imbuia

PREFEITURA

DECRETO Nº 60, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754397

DECRETO Nº 60, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Atualiza o valor da UFM – Unidade Fiscal Municipal, para o Exercício de 2021.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 70, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base no art. 378, § 1º da Lei Complementar nº 7, de 30 de dezembro de 2002, com sua alteração dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 27, de 19 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o Exercício de 2021, será de R\$ 27,09 com base na variação dos últimos doze meses (01/12/2018 a 30/11/2019) do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, que foi de 4,31%.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 10 de dezembro de 2020.

AMILTON MACHADO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi arquivado e publicado nos locais de costume, aos dez dias do mês de dezembro de 2020.

VALDIR ALVES

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento

LEI Nº 1.742, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754422

LEI Nº 1.742, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária - 2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 126, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - A organização e estrutura dos orçamentos;
- III - As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - As disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - As disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - As disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - As disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que contera ainda:

- I – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.
- II – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa.
- III – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos.
- IV – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário.
- V – Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal.
- VI – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida.
- VII – Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos.
- X – Anexo I.11 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

XI - Anexo I.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

XII - Anexo II – Prioridades e Metas.

XIII - Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

XIV - Anexo IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.

XV - Anexo V – Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação.

XVI - Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

Art. 3º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2021 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2018-2021.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão preferência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta Nº 03 de 14 de outubro de 2008, que trata do Manual da Receita e Despesa Nacional editada pelo Secretário do tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo estadual (MA 30);

II - administração municipal (MA 40);

III - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

IV - consórcios públicos (MA 71);

V - aplicação direta (MA 90); e

VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 – Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 – Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a sub-função

às quais se vincula.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e Fundações, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, demais alterações e seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Texto da Lei

II – Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III – anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

- a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e
- b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa-QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo municipal dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

- I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;
- II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;
- III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;
- IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;
- V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2017, 2018 e 2019;
- VI – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

Art. 9º A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos de 0,01 a 2,00% da Receita Corrente Líquida prevista.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2021 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e Fundações. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas à seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidores municipais.

§ 2º As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseq-ente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observada a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação do exercício de 2021 e do superávit financeiro do exercício de 2020.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente a 0,02 % (dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2021, poderão, excepcionalmente, ser utilizados para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes, mediante autorização legislativa.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF)

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2021 constantes do Anexo I.11 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas

decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 21 de julho de 1993, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - Anexo V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no Anexo IV desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29. As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2021 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2021.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 30. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2021 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser feitas através Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

§ 2º O ato que promova o crédito suplementar usando como fonte de recursos o excesso de arrecadação deverá ser motivado através de exposição de motivos contendo informações relativas a:

- I - previsão Inicial de Receitas, por fonte de recursos,
- II - metas bimestrais de arrecadação da fonte a ser utilizada;
- III - receitas efetivamente arrecadadas até o mês considerado; e
- IV - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação.

§ 3º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta do superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos;
- II – créditos reabertos no exercício de 2021;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, aberto ou em tramitação; e
- IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos.

Art. 31. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2021, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único. Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o “caput” do presente artigo.

Art. 32. Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza

de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 33. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Art. 34. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação e preencham uma das seguintes condições:

I - tenha inscrição como entidade beneficente de assistência social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do município de Imbuia;

II - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999; ou

III - sejam qualificadas de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em termos de fomento ou acordos de cooperação.

Art. 35. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2021;

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual;

IV - sejam qualificadas como OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999; ou

V - sejam qualificadas de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em termos de fomento ou acordos de cooperação.

Art. 36. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320, 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no Município de Imbuia;

II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Departamento de Assistência Social;

III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;

IV - qualificadas de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em termos de fomento ou acordos de cooperação;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

VI - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência;

VII - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

IX - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrada como entidade beneficente de assistência social, junto ao Departamento de Assistência Social do município de Imbuia.

Art. 37. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320, 17 de março de 1964.

Art. 38. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 34, 35, 36 e 37 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Federal nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dependerá ainda de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2021 por três autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII- manutenção de escrituração contábil regular; e

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de sessenta dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 39. O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta corrente, em banco oficial.

§ 2º Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

Art. 40. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41. A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 42. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 43. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 15 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 44. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021 ou em créditos adicionais.

Art. 45. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 46. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 47. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 48. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Imbuia, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois exercícios subsequentes (Art. 14 da LRF).

Art. 50. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, bem como os considerados inexequíveis – judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 51. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 15 de novembro de 2020, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 31 de dezembro de 2020.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 53. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 54. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente mediante Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 55. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios durante o exercício de 2021 com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta e indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 56. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2020.

AMILTON MACHADO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi arquivada e publicada nos locais de costume, aos onze dias do mês de dezembro de 2020.

VALDIR ALVES

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento

ANEXOS E NOTAS EXPLICATIVAS

Ao exigir o estabelecimento de metas fiscais de receita, despesa, resultado nominal e primário e montante da dívida, a LRF fortaleceu na administração pública o princípio do planejamento das ações governamentais, na medida que:

- Tornou indispensável a estruturação da função planejamento, por menor que seja a entidade.
- Inibiu a formulação de orçamentos superestimados, que permitia uma execução orçamentária flexível, e abria caminho para o déficit orçamentário e o consequente desequilíbrio de caixa.
- A necessidade de avaliação dos resultados alcançados, inclusive em audiência pública, impõe o aperfeiçoamento das técnicas de planejamento e envolvimento daqueles que tem poder de decisão.
- Exige a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas e, quando for o caso, adoção de medidas corretivas.

Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

A memória e metodologia de cálculo no estabelecimento da meta fiscal de receita é uma exigência do art. 4º, § 2º da LRF, cujo objetivo é comprovar que a projeção das fontes de recursos se basearam em estudos técnicos e premissas consideradas como verdadeiras.

1. Receita tributária
R\$ 1,00

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2002(*)	138.186	0,00
2003(*)	183.009	32,43
2004(*)	198.697	8,57
2005(*)	249.472	25,55
2006(*)	371.084	48,75
2007(*)	340.820	-8,16
2008(*)	399.239	17,14
2009(*)	428.187	7,25
2010(*)	480.991	12,33
2011(*)	676.180	40,58
2012(*)	1.208.896	78,78
2013(*)	1.139.694	-5,72
2014(*)	1.333.640	17,02
2015(*)	1.127.401	-15,46
2016(*)	1.115.470	-0,06
2017(*)	1.166.371	4,56
2018(*)	1.381.448	18,44
2019(*)	1.564.412	13,24
2020(**)	1.464.000	-6,42
2021(**)	1.464.000	0,00
2022(**)	1.464.000	0,00
2023(**)	1.464.000	0,00

(*) Arrecadada (**) Projetada

Os valores projetados para os exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023 apresentam-se menores em relação ao arrecadado em 2019, pela ocorrência da pandemia do Covid-19 que influenciou na performance econômica em geral. Os valores estimados visam a adequação em função das perspectivas desfavoráveis.

2. Fundo de participação dos municípios

R\$ 1,00

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2002 (*)	1.710.174	0,00
2003 (*)	1.786.738	4,47
2004 (*)	1.970.736	10,29
2005 (*)	2.455.997	24,62
2006(*)	2.723.373	10,89
2007(*)	3.201.317	17,55
2008(*)	3.992.584	24,72
2009(*)	3.830.371	-4,06
2010(*)	3.927.207	2,53
2011(*)	4.992.324	27,12
2012(*)	5.136.771	2,89
2013(*)	5.508.919	7,24
2014(*)	6.016.121	9,21
2015(*)	6.219.319	3,78
2016(*)	7.219.503	16,08
2017(*)	6.959.937	-3,60
2018(*)	7.189.212	3,29
2019(*)	8.057.206	12,07
2020(**)	8.630.000	7,11
2021(**)	8.630.000	0,00
2022(**)	8.630.000	0,00
2023(**)	8.630.000	0,00

(*) Arrecadada

(**) Projetada

Projeções do FPM para 2020 indicam uma arrecadação de R\$ 8.057.206,00 não representando aumento em relação ao arrecadado no exercício de 2019 em função da influência da pandemia da Covid-19 na economia. Para o exercício de 2021, projetamos uma arrecadação de R\$ 8.630.000,00, 7,11% maior do que a receita de 2019 em função do aumento da atividade econômica e do PIB no exercício em relação

aos exercícios anteriores. Para 2022 e 2023 acreditamos que a tendência é pela manutenção dos valores.

Transferências de recursos do SUS

R\$ 1,00

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2002 (*)	224.676	0,00
2003 (*)	232.750	3,59
2004 (*)	257.056	10,44
2005(*)	313.411	21,92
2006(*)	315.110	0,55
2007(*)	346.031	9,81
2008(*)	427.122	23,43
2009(*)	494.511	15,78
2010(*)	540.830	9,37
2011(*)	634.066	17,24
2012(*)	783.054	23,50
2013(*)	721.462	-7,92
2014(*)	1.074.625	48,95
2015(*)	1.016.042	-5,45
2016(*)	1.258.204	23,83
2017(*)	805.758	-35,96
2018(*)	1.124.612	39,57
2019(*)	1.642.781	46,08
2020(**)	1.093.000	7,14
2021(**)	1.093.000	0,00
2022(**)	1.093.000	0,00
2023(**)	1.093.000	0,00

(*) Arrecadada (**) Projetada

Note-se que a arrecadação de recursos oriundos de transferências da União para o Fundo Municipal de Saúde tem aumentado substancialmente nos exercícios de 2018 e 2019 e deve se repetir no exercício de 2020, pelos motivos óbvios de ações e de investimentos necessários visando combater a pandemia da Covid-19, sendo que nos dois primeiros exercícios acima citados já houve um incremento pela compensação pelas ações adicionais na área da saúde implementada neste município. De forma prudente, projetamos para o exercício de 2021, 2022 e 2023 o mesmo valor estimado anteriormente 2020.

3. Cota-parte do ICMS

R\$ 1,00

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2002 (*)	907.142	0,00
2003 (*)	1.114.792	22,89
2004 (*)	1.224.028	9,79
2005 (*)	1.422.601	16,22
2006 (*)	1.516.659	6,62
2007(*)	1.670.582	10,15
2008(*)	1.943.787	16,35
2009(*)	2.177.393	12,02
2010(*)	2.647.300	21,58
2011(*)	3.051.844	15,30
2012(*)	3.276.702	7,37
2013(*)	3.521.691	7,48
2014(*)	4.153.089	17,93
2015(*)	4.752.225	14,42
2016(*)	5.095.244	7,22
2017(*)	5.805.939	13,95
2018(*)	6.314.175	8,75
2019(*)	6.611.117	4,70
2020(**)	6.800.000	2,86
2021(**)	6.800.000	0,00
2022(**)	6.800.000	0,00
2023(**)	6.800.000	0,00

(*) Arrecadada (**) Projetada

O ICMS tem apresentado uma performance bastante positiva até o exercício de 2019, se situando sempre acima dos índices de inflação. Em 2020 a arrecadação deve permanecer nos mesmos patamares de 2019 em função da crise da pandemia do Covid-19. Para 2021 a estimativa é de arrecadação 2,86% maior que aquela arrecadada em 2019, em função da retomada da atividade econômica.

Com base no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, a meta fiscal de despesa é limitada à meta de receita em cada fonte,

podendo, em alguns casos situar-se abaixo, pelos seguintes motivos:

- Necessidade de economia orçamentária para restabelecimento do equilíbrio de caixa decorrente de déficit financeiro apurado em exercícios anteriores;
- Acumulação de recursos para investimentos, como aquisição de equipamentos, imóveis ou obras públicas;
- Acumulação de recursos para trabalhar com permanente suficiência de caixa; e,
- Produção de resultado primário positivo com vistas a habilitação a financiamentos.

O Demonstrativo (ANEXO I.4.1) demonstra a origem e a destinação dos recursos, evidenciando o exigido equilíbrio em cada uma das fontes, conforme prescreve os artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

O exemplo de memória e metodologia de cálculo da meta de despesa é apresentado pelo valor global por unidade gestora, apenas para demonstrar que o seu crescimento guarda relação com o crescimento da receita efetivamente arrecadada ou com a receita prevista.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA META FISCAL DE DESPESA

R\$ 1,00

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2002(*)	3.643.434	0,00
2003(*)	3.830.000	5,12
2004(*)	4.654.813	21,53
2005(*)	5.205.757	11,84
2006(*)	6.339.426	21,78
2007(*)	6.661.349	5,09
2008(*)	7.636.871	14,64
2009(*)	8.970.589	17,46
2010(*)	9.559.385	6,56
2011(*)	10.901.962	11,40
2012(*)	18.299.110	67,85
2013(*)	13.347.227	-27,06
2014(*)	18.290.304	37,03
2015(*)	17.018.889	-6,95
2016(*)	17.861.791	4,95
2017(*)	17.898.659	0,21
2018(*)	20.689.754	15,59
2019(*)	22.857.936	4,86
2020(**)	25.000.000	9,37
2021(**)	25.000.000	0,00
2022(**)	25.000.000	0,00
2023(**)	25.000.000	0,00

(*) Realizada (**) Projetada

A evolução das despesas, com base no princípio do equilíbrio, deve obedecer ao fluxo de caixa.

Para o exercício de 2021 foi projetado um aumento no ritmo das ações do Poder Público visando a adequação à realidade econômica do país, mantendo-se prioritariamente a execução de ações indispensáveis para a manutenção da máquina pública e dos serviços básicos de saúde, educação e assistência social no município, principalmente o gasto e a aplicação de recursos de convênios e Operação de Crédito para implantação do parque industrial e conclusão das obras prioritárias e em andamento.

As projeções das despesas operacionais foram orientadas com base nos serviços já instalados e a instalar, convênios, série histórica dos gastos em cada setor, evolução dos preços no mercado, considerando-se a inflação anual e o custo das obras priorizadas para 2021, 2022 e 2023.

Também as metas de despesas para 2021, 2022 e 2023, guardam equilíbrio com as receitas projetadas para o mesmo período, de forma a preservar o equilíbrio financeiro exigido no art. 48, "b" da Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

ANEXO I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário

Como se pode perceber, a meta fiscal de resultado primário é calculada com base nos dados de receita e despesa consolidada, envolvendo todas as unidades gestoras.

A metodologia de cálculo está indicada na Portaria nº 471/2004 editada pela Secretaria do Tesouro Nacional e que aprovou a 4ª edição do manual de elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária exigido pela LRF.

O resultado primário é uma forma de medir o desempenho fiscal do governo num exercício, no que diz respeito à capacidade de pagamento da dívida e seus encargos com recursos oriundos da carga tributária, excluindo, portanto, as receitas e despesas financeiras.

Não se deve, então, confundir superávit primário com superávit orçamentário, pois enquanto aquele indica a capacidade de pagamento da dívida, este indica a diferença positiva no confronto entre a receita e a despesa total realizada.

O Brasil, por exemplo, vinha apresentando constantes superávits primários combinados com constantes déficits orçamentários decorrentes de encargos da dívida que vencem a cada ano e não pagos por falta de recursos, havendo, portanto, necessidade de refinanciamento, evidenciando que a despesa é maior do que a receita.

ANEXO I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal

O resultado nominal - RN, a exemplo do resultado primário, é calculado conforme metodologia indicada na Portaria STN nº 471/2004.

$RN = DFL \text{ de } 2019 - DFL \text{ de } 2018$

Se positivo, o impacto no resultado patrimonial é negativo.

Se negativo, o impacto no resultado patrimonial é positivo.

A Dívida Fiscal Líquida - DFL de cada período é calculada conforme fórmula abaixo, através do saldo das seguintes contas: Dívida Consolidada - DC, ativo financeiro - AF, restos a pagar processados - RPP, receita de privatizações - RP e passivos reconhecidos - PR.

$DFL = DC - (AF - RPP) + (RP - PR).$

A dívida consolidada - DC é representada pelo montante das obrigações financeiras assumidas em virtude leis, contratos, convênios ou tratados, e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses, ou inferior quando incluída no orçamento da receita, e precatórios judiciais emitidos a partir de 05/05/2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos.

O Passivo reconhecido - PR integra a dívida consolidada e corresponde a débitos de valor certo, juridicamente reconhecido pelo governo, tais como: parcelamento de dívidas junto ao INSS, fornecedores, empreiteiras, sentenças judiciais, água, luz, etc.

Por que a norma manda excluir os restos a pagar processados do ativo financeiro? Porque eles representam compromissos de pagamento líquidos e certos e que já poderiam ter sido efetuados.

De acordo com a Portaria STN nº 471/2004, a soma e a subtração das receitas de privatizações e passivos reconhecidos, respectivamente, decorre da necessidade de expurgar os efeitos dos ajustes patrimoniais ocorridos em dado momento, uma vez que tais ajustes não guardam relação com a situação fiscal.

Os dados sobre o saldo da dívida consolidada, foram projetados considerando o estoque da dívida, novos financiamentos, correção do seu saldo, menos as amortizações programadas.

ANEXO I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida

O art. 4º, § 1º da LRF, determina que a LDO apresente meta fiscal do montante da dívida pública.

O art. 30, I da LRF diz que o Senado Federal, mediante proposta do Poder Executivo, fixará os limites globais para o montante da dívida consolidada.

O art. 29, I da LRF define dívida pública consolidada ou fundada, como sendo o montante apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, ou inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

E a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, ao definir o limite global de endividamento, estabelece que a dívida consolidada líquida não poderá exceder a 1,2 vezes a receita corrente líquida.

Como o conceito de dívida consolidada é diferente de dívida consolidada líquida (esta exclui o ativo financeiro), fica a dúvida se a meta fiscal deve referir-se a uma ou outra.

No estudo para normatizar a apresentação do anexo de metas fiscais, a STN propõe a apresentação de metas fiscais para montante da dívida consolidada e consolidada líquida.

Como a meta fiscal de montante da dívida consolidada líquida é mais favorável àqueles entes que financiam boa parte de seus investimentos, os limites indicados pela Resolução do Senado, os beneficiou em muito, ainda mais porque a dedução do ativo financeiro não considera eventual vinculação dos recursos disponíveis.

A meta fiscal montante da dívida para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, foi calculada levando em consideração o limite de endividamento autorizado na LDO e/ou na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o estoque da dívida projetada para o final de 2020, os novos financiamentos, atualizações e as amortizações programadas.

ANEXO I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos. Art. 4º, § 2º, III da LRF.

Este demonstrativo deve apresentar a evolução do patrimônio líquido das diversas entidades que compõem a administração pública do ente federativo, e a origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de ativos.

Por certo, o intuito é chamar a atenção do administrador público para a grande relevância do patrimônio.

Esta avaliação fica prejudicada também, na medida que os investimentos em bens de uso comum da sociedade, como estradas, pontes, e praças, não são incorporados ao patrimônio.

De todo modo, a evolução do patrimônio líquido, é representado pelo resultado patrimonial do exercício extraído do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Anexo 15 da Lei nº 4.320/1964, que pode ser superavitário ou deficitário.

R\$ 1.000,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2018	%	2019	%
CONSOLIDADO- MUNICÍPIO	22.847		33.013		27.821	
Patrimônio/Capital	22.847		33.013		27.821	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	22.847		33.013		27.821	
R\$ 1,00						
RECEITAS REALIZADAS	2019		2018		2017	
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0		0		0	
Alienação de Ativos	0		0		0	
Alienação de Bens Móveis	0		0		0	
Alienação de Bens Imóveis	0		0		0	
TOTAL	0		0		0	
DESPESAS LIQUIDADAS	2019		2018		2017	
DESPESAS DE CAPITAL	335		0		0	
Investimentos	335		0		0	
Inversões Financeiras	0		0		0	
Amortização da Dívida	0		0		0	
DESPESAS CORRENTES	0		0		0	
Regime Geral da Previdência Social	0		0		0	
Regime próprio dos Servidores Públicos	0		0		0	
TOTAL	0		0		0	
SALDO FINANCEIRO	346.895		346.560		346.560	

ANEXO I.11 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Art. 4º, § 2º, V da LRF.

O anexo I.11, procura evidenciar ao administrador público, aos vereadores e à sociedade, o volume e a evolução dos incentivos ou benefícios fiscais caracterizados como renúncia de receitas.

Estas informações são importantes, na medida em que podem orientar tomada de decisão no sentido, por exemplo, de estudar melhor os resultados sociais desses benefícios e, se for o caso, reduzir ou até eliminar.

Constitui renúncia de receita, a anistia (isenção de multas), a remissão (isenção de débitos inscritos em dívida ativa), subsídio (diferença entre o custo real e o valor efetivamente pago pela sociedade), isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo com redução discriminada de tributos, e outros benefícios diferenciados.

ANEXO I.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 4º, § 2º, V da LRF.

O anexo I.12, procura evidenciar ao administrador público, aos vereadores e à sociedade, o aumento permanente da receita e/ou a redução permanente de despesa, capazes de suportar a assunção das chamadas DOCC, entendidas pela LRF como despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Conforme disposto no artigo 17, § 3º da LRF e orientação contida na Portaria STN nº 471/2004 à fl. 68, considera-se aumento permanente da receita a proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Esta norma impede Municípios pequenos, localizados na zona rural, de expandir a ação governamental, tendo em vista a impossibilidade de aumentar a receita própria pela sua natureza urbana.

Isto não seria razoável, se o crescimento real do FPM e ICMS e outras transferências sustentassem o aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

As transferências de recursos e encargos através do PNAE, PDDE, PAB, PNATE, FNAS/CRAS, Salário Educação, Auxílios, etc., impõem ao Município a geração de despesas obrigatórias de caráter continuado, e a compensação não tem como ser feita com aumento dos tributos da sua competência, vez que eles muitas vezes representam pouco mais de 1% do orçamento do Município.

Por isso, com a devida cautela, entendemos ser razoável aumentar as DOCC por conta do crescimento real de receitas de transferências, principalmente a do FPM, ICMS e a do IPTU.

No demonstrativo em anexo, diferentemente da Portaria STN nº 471/2004 consideramos como aumento permanente da receita, a previsão do crescimento real da RCL de 2021 em relação a 2019. Da mesma forma, consideramos como expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, a previsão de crescimento real das despesas de pessoal e outras, quando for o caso, decorrente de contratos ou convênios com as características definidas no artigo 17 da LRF.

O conteúdo deste anexo atende a exigência constitucional estabelecida no artigo 165, § 2º de apresentar as prioridades e metas da administração para o exercício seguinte, funcionando como elo de ligação entre o PPA e a LOA.

A Portaria STN nº 471/2004 que além de atualizar o manual de elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, instituiu também os anexos de metas fiscais da LDO exigidos pela LRF, com o objetivo de harmonizar a sua apresentação pelos diversos entes da Federação.

Por eles, fica entendido que as planilhas de apresentação das prioridades e metas da LDO devem constar também, a classificação da despesa pela funcional programática e por categoria econômica, pois o preenchimento dos anexos pedem informações ao nível desta última.

Com este procedimento, as planilhas da LOA podem se constituir em uma reprodução das planilhas da LDO.

ANEXO III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais. Art. 4º, § 3º da LRF

A reserva de recursos orçamentários para riscos fiscais, juntamente com outros mecanismos, destaca a preocupação do legislador com a preservação do equilíbrio de caixa.

Assim, para dispor de recursos financeiros em situações inesperadas ou imprevistas, a LDO deverá indicar a reserva, em percentual da receita corrente líquida, de uma parcela para passivos contingentes, outros riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto no artigo 4º, § 3º da LRF.

Passivos Contingentes: São possíveis obrigações em processo, como ações trabalhistas, indenizatórias, contratuais, de desapropriação; ou expectativa de despesa por alteração de legislação em curso; etc.

Riscos Fiscais: Situação de emergência; Calamidade pública; Possibilidade de frustração de arrecadação de uma receita prevista; Contestação judicial de tributo; Crises financeira e cambial com impacto nos preços; falhas de planejamento na quantificação de necessidades; etc.

Eventos Fiscais Imprevistos: Fato gerador de desequilíbrio financeiro não previsto; Extinção de tributo; Ocorrência de fatos não previstos na execução de obra ou serviço; Campanhas de saúde; etc.

ANEXO IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público. Art. 45 da LRF.

O artigo 45 da LRF criou um mecanismo importante para eliminar uma das formas mais aviltantes de desperdício de dinheiro público em nosso país: início de obras com fins eleitoreiros, sem garantia de recursos suficientes para sua conclusão, resultando em obras paralisadas, com sérios prejuízos causados pela ação do tempo, ou priorização de recursos para novos projetos, apesar da existência de obras em mau estado de conservação, se deteriorando também com a ação do tempo.

A título de ilustração, conforme registrado na 2ª edição do livro de Flávio Toledo e Sérgio Rossi – LRF comentada, artigo por artigo, em 1995 o Congresso Nacional através de comissão, apurou cerca de 2.029 obras paralisadas em todos o país. Para concluir 51% dessas obras seriam necessários R\$ 8,9 bilhões do Tesouro Federal.

A obrigação legal de apresentar na LDO a comprovação da priorização de recursos, amplia o debate e a fiscalização pelo legislativo e sociedade através das audiências públicas.

O anexo V é um complemento do anexo IV em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da LRF, que impõe ao Poder Executivo o encaminhamento ao Poder Legislativo até a remessa da LDO, relatório com informações que comprove o cumprimento da priorização de recursos para obras em andamento e conservação de obras em mau estado de conservação, devendo ainda promover ampla divulgação do seu conteúdo para o exercício do controle social.

O modelo de relatório apresentado foi construído a partir das exigências contidas na Instrução Normativa nº 02/2001, editada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para fins de fiscalização do cumprimento desta norma legal.

O anexo VI da LDO visa demonstrar que os objetivos, prioridades e metas dos instrumentos de planejamento governamental são compatíveis entre si, em atendimento à exigência contida nos artigos 165, §§ 4º e 7º, 166, §§ 3º e 4º da CF e artigo 5º da LRF.

LEI Nº 1.743, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754425

LEI Nº 1.743, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE IMBUÍIA para o exercício de 2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O orçamento geral do Município de Imbuia para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sendo R\$ 18.001.000,00 (dezoito milhões e um mil reais) do Orçamento Fiscal, e R\$ 6.999.000,00 (seis milhões novecentos e noventa e nove mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DA PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÃO E CÂMARA MUNICIPAL.

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), em R\$ 17.738.000,00 (dezessete milhões setecentos e trinta e oito mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal, e em R\$ 6.160.000,00 (seis milhões cento e sessenta mil reais) a Despesa do Fundo Municipal de Saúde. O orçamento da Fundação Hospitalar de Imbuia é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de receita estimada e despesa fixada, respectivamente.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

Consolidada

	Receitas
1.RECEITAS CORRENTES	21.706.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.294.000,00
Total Geral	25.000.000,00

§ 2º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 - CAMARA DE VEREADORES	1.100.000,00
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE	257.000,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, FAZENDA E PLANEJAMENTO	1.849.000,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO	7.393.500,00
06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. GERAIS	3.911.000,00
07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND.COM. E MEIO AMBIENTE	3.268.500,00
08.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	413.000,00
10.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IMBUIA	2.000,00
11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.160.000,00
12.00 – SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL	641.000,00
99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00

Total Geral 25.000.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.100.000,00
04 – Administração	2.501.000,00
08 - Assistência Social	634.000,00
10 - Saúde	6.412.000,00
12 - Educação	6.431.500,00
13 - Cultura	101.000,00
15 – Urbanismo	3.580.000,00
16 – Habitação	7.000,00
17 – Saneamento	165.000,00
18 - Gestão Ambiental	429.000,00
20 – Agricultura	513.500,00
22 – Indústria	2.002.000,00
23 - Comércio e Serviços	168.000,00
26 – Transporte	331.000,00
27 - Desporto e Lazer	205.000,00
28 - Encargos Especiais	415.000,00
99 - Reserva de Contingência	5.000,00

Total Geral 25.000.000,00

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

031 - Ação Legislativa	1.100.000,00
122 - Administração Geral	2.501.000,00
182- Defesa Civil	5.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	18.000,00
244 - Assistência Comunitária	616.000,00
301 - Atenção Básica	6.160.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	250.000,00
361 - Ensino Fundamental	3.722.500,00
364 - Ensino Superior	150.000,00

365 - Educação Infantil	2.559.000,00
392 - Difusão Cultural	101.000,00
452 - Serviços Urbanos	3.580.000,00
482 - Habitação Urbana	7.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	165.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	424.000,00
606 - Extensão Rural	513.500,00
661 - Promoção Industrial	2.002.000,00
691 - Promoção Comercial	34.000,00
695 - Turismo	134.000,00
782 - Transporte Rodoviário	331.000,00
812 - Desporto Comunitário	205.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna	2.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	413.000,00
999 - Reserva de Contingência	5.000,00
Total Geral	25.000.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 - Operações Especiais	415.000,00
1 - Processo Legislativo	1.100.000,00
6 - Gestão Administrativa Superior	257.000,00
9 - Administração Geral e Financeira	1.842.000,00
18 - Criança na Escola	7.184.500,00
21 - Esporte é Vida	205.000,00
25 - Saúde para Todos	6.162.000,00
28 - Assistência Social	443.000,00
31 - Serviços de Utilidade Pública	1.564.000,00
36 - Prevenção a Doenças	165.000,00
39 - Estradas Vicinais e DMER	2.347.000,00
48 - Pequeno Produtor Assistido	513.500,00
49 - Preservação e Conservação Ambiental	424.000,00
51 - Indústria e Turismo	2.170.000,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
2037 - Gestão de Programas da Assistência Social	198.000,00
Total Geral	25.000.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	20.269.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.132.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.136.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.726.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	4.725.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
Total Geral	25.000.000,00

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Art. 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 22.974.000,00 (vinte e dois milhões novecentos e setenta e quatro mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.236.000,00 e fixa a Despesa em R\$ 17.738.000,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras ao Tesouro Municipal, arrecadação de Receitas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS

RECEITAS CORRENTES	20.032.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.942.000,00
Total:	22.974.000,00

§ 2º A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	2.501.000,00
182- Defesa Civil	5.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	18.000,00
244 - Assistência Comunitária	616.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	250.000,00
361 - Ensino Fundamental	3.722.500,00
364 - Ensino Superior	150.000,00
365 - Educação Infantil	2.559.000,00
392 - Difusão Cultural	101.000,00
452 - Serviços Urbanos	3.580.000,00
482 - Habitação Urbana	7.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	165.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	424.000,00
606 - Extensão Rural	513.500,00
661 - Promoção Industrial	2.002.000,00
691 - Promoção Comercial	34.000,00
695 - Turismo	134.000,00
782 - Transporte Rodoviário	331.000,00
812 - Desporto Comunitário	205.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna	2.000,00

846 - Outros Encargos Especiais	413.000,00
999 - Reserva de Contingência	5.000,00
Total Geral	17.738.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	13.510.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.663.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.846.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.223.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	4.222.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00
Total Geral	17.733.000,00

Do Orçamento da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IMBUIA

Art. 4º O Orçamento da entidade FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IMBUIA para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 2.000,00 e fixa as Despesas em igual importância.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Receitas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.000,00
Total Geral:	2.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE IMBUIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde	2.000,00
Total Geral:	2.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00
Total Geral:	2.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 6.160.000,00 e fixa a Despesa em R\$ 6.160.000,00.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Receitas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	1.672.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	352.000,00
Total:	2.024.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.136.000,00
Total:	4.136.000,00
Total Geral:	6.160.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde	6.160.000,00
Total:	6.160.000,00
Total geral:	6.160.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	5.779.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.817.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.962.000,00
Total:	5.779.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	381.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	381.000,00
Total:	381.000,00
Total geral:	6.160.000,00

Do Orçamento da CÂMARA DE VEREADORES DE IMBUÍ

Art. 6º O Orçamento da entidade CÂMARA DE VEREADORES DE IMBUÍ para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 1.100.000,00 e fixa as Despesas em igual importância.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e arrecadação de Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.100.000,00
Total:	1.100.000,00
Total Geral:	1.100.000,00

§ 2º A Despesa da entidade CÂMARA DE VEREADORES DE IMBUÍ será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	1.100.000,00
Total:	1.100.000,00
Total geral:	1.100.000,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	978.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	652.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	326.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	122.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	122.000,00
Total:	1.100.000,00
Total geral:	1.100.000,00

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00
Total:	5.000,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2021 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados, mediante autorização legislativa, para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2021 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 8º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais até o limite de 20% (vinte por cento).

Art. 9º O Executivo está autorizado nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, incluindo-se as transferências intragovernamentais, utilizando como fonte de recursos.

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II - O superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º. da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF e Portaria STN nº. 219/2004.

§ 2º O Controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria STN nº. 219/2004.

Art. 11. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. As receitas de realizações extraordinárias, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 13. As operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei poderão ser realizadas durante o exercício de 2021, mediante autorização legislativa.

Art. 14. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, mediante lei específica.

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 16. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2021, a partir de 1º de janeiro, conforme artigos 165, §§ 4º e 7º, 166, §§ 3º e 4º da CF e art. 5º da LRF.

Gabinete do Prefeito, em 11 de dezembro de 2020.

AMILTON MACHADO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi arquivada e publicada nos locais de costume, aos onze dias do mês de dezembro de 2020.

VALDIR ALVES

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 123/2020

Publicação Nº 2753017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 123/2020

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). VINÍCIUS RIGONI com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). VINÍCIUS RIGONI, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 046.531.919, residente e domiciliado(a) na Rua Marechal Floriano Peixoto, 70, Bairro Centro, Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 14.140,03 (quatorze mil cento e quarenta reais e três centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de 09 DE DEZEMBRO DE 2020, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 08 de Dezembro de 2020.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

VINÍCIUS RIGONI
Contratado

DECRETO Nº 2718/2020

Publicação Nº 2754278

. DECRETO Nº 2718/20

. De 10 de dezembro de 2020

Autoriza alteração orçamentária por Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando o art. 11, III, § 2º e § 3º da Lei 5745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) da dotação orçamentária em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor de anulação do crédito orçamentário
05.001 – Secretaria de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2201 – Manutenção do RH – Folha de Pagamento – Ensino Fundamental	
33391000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos.	
01180000 – FUNDEB - Folha	75.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo 1º, ficam suplementadas em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL as dotações orçamentárias em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor a suplementar em crédito orçamentário
05.001 – Secretaria de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2201 – Manutenção do RH – Folha de Pagamento – Ensino Fundamental	
33190000000000000000 – Despesas Correntes / Pessoal e Encargos Sociais / Aplicações Diretas.	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	53.000,00

Dotação	Valor a suplementar em crédito orçamentário
05.001 – Secretaria de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2201 – Manutenção do RH – Folha de Pagamento – Ensino Fundamental	
33191000000000000000 – Despesas Correntes / Pessoal e Encargos Sociais / Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	
01180000 – FUNDEB - Folha	5.000,00

Dotação	Valor a suplementar em crédito orçamentário
05.001 – Secretaria de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2201 – Manutenção do RH – Folha de Pagamento – Ensino Fundamental	
33191000000000000000 – Despesas Correntes / Pessoal e Encargos Sociais / Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	17.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de dezembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 2719/2020

Publicação Nº 2754280

. DECRETO Nº 2719/20

. De 10 de dezembro de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento de 2020 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, proveniente de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5745/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 307.335,61 (Trezentos e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e um centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.006.0010.0304.0030.2490.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – VIGILANCIA SANITARIA	01381502	3.565,23
30.004.0010.0302.0030.2470.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	01382001	39,52
30.004.0010.0302.0030.2470.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	01385700	204,05
30.003.0010.0301.0030.2460.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BASICA	01671705	3.866,44
30.003.0010.0301.0030.2460.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	01381200	5.857,65
30.003.0010.0301.0030.2460.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BASICA	01381001	169.502,72
30.003.0010.0301.0030.2460.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	01380912	124.300,00
Total do Lote		307.335,61

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de dezembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 2720/2020

Publicação Nº 2754281

. DECRETO Nº 2720/20

. De 10 de dezembro de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento de 2020 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, proveniente de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5745/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 34.133,96 (Trinta e quatro mil, cento e trinta e três reais e noventa e seis centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.005.0010.0303.0030.2480.33393000000000000000 MANUTENÇÃO DA FARMACIA BÁSICA	01381301	34.133,96
Total do Lote		34.133,96

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de dezembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 2721/2020

Publicação Nº 2754294

. DECRETO Nº 2721/20

. De 10 de dezembro de 2020

Altera o preâmbulo dos Decretos da Secretaria de Saúde e, dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito de Indaial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 92, VIII, da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art.1º – O preâmbulo dos Decretos abaixo relacionados, passam a vigorar com o seguinte texto:

"André Luiz Moser, Prefeito de Indaial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 92, VIII, da Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5745/2019,"

DECRETO	DATA:		DECRETO	DATA:
2193	17/04/2020		2489	09/09/2020
2210	24/04/2020		2491	10/09/2020
2210	24/10/2020		2504	15/09/2020
2220	29/04/2020		2505	15/09/2020
2231	11/05/2020		2506	15/09/2020
2251	22/05/2020		2508	16/09/2020
2264	29/05/2020		2532	25/09/2020
2265	29/05/2020		2546	30/09/2020
2275	09/06/2020		2552	02/10/2020
2290	24/06/2020		2553	02/10/2020
2345	21/07/2020		2554	02/10/2020
2346	21/07/2020		2576	09/10/2020
2367	24/07/2020		2578	14/10/2020
2426	21/08/2020		2589	20/10/2020
2429	24/08/2020		2594	20/10/2020
2440	26/08/2020		2601	26/11/2020
2449	31/08/2020		2617	05/11/2020
2464	03/09/2020		2621	06/11/2020
2471	03/09/2020		2624	09/11/2020
2472	03/09/2020		2635	12/11/2020
2473	03/09/2020		2682	26/11/2020
2474	03/09/2020		2691	02/12/2020
2475	03/09/2020		2692	02/12/2020
2476	03/09/2020		2696	03/12/2020
2477	03/09/2020		2705	07/12/2020
2478	03/09/2020		2706	07/12/2020
2485	08/09/2020		2707	07/12/2020
2487	09/09/2020		2712	08/12/2020

Art.2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de dezembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

EDITAL 08/2020 DE PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO - DA RUA BIGUAÇU

Publicação N° 2752900

Indaial, 19 de novembro de 2020

EDITAL N° 08/2020

O Prefeito de Indaial, André Luiz Moser, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar Municipal 079/2007, Leis Municipais 4580/2011 e 4841/2013 e Decreto Municipal nº 2475/2012 orçamento contendo custos da pavimentação Asfáltica - Sistema Mutirão – da Rua Biguaçu, Bairro Rio Morto, no total de 1.672,48 metros quadrados de pavimentação asfáltica – 199,06 metros de extensão e 398,12 metros lineares de meio-fio de concreto, importando a obra em R\$ 197.308,84 (cento e noventa e sete mil, trezentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), iniciando na propriedade de PML Empreendimentos Ltda, pelo lado direito e de Osvaldo Mathiussi, pelo lado esquerdo até a propriedade de Marcelo Tassarolli, pelo lado esquerdo e de Maria A. Deluca Tognoli, pelo lado esquerdo.

MEMORIAL DESCRITIVO**1. SERVIÇOS PRELIMINARES**

- 1.1 – Escavação, descarte e remoção de materiais;
- 1.2 – Preparo da cancha - terraplanagem, drenagem e compactação;
 - 1.2.1 – Máquina niveladora (patrola)
 - 1.2.2 – Escavadeira hidráulica;
 - 1.2.3 – Trator carregadeira;
 - 1.2.4 - Retroescavadeira;
 - 1.2.5 – Caminhão para transporte de material inservível e de reposição;
 - 1.2.6 - Rolo compactador;

2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

- 2.1 – Pavimentação Asfáltica - Tráfego Leve;
 - 2.1.1 – Regularização e compactação do subleito;
 - 2.1.2 – Base de brita graduada e = 15cm;
 - 2.1.3 – Imprimação impermeabilizante com CM 30;
 - 2.1.4 – Pintura de ligação com RR 2C;
 - 2.1.5 – Capa de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) e = 5cm.

3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

- 3.1 – Meio-fio concreto moldado in loco (10x20x20cm);

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1 - Máquina niveladora para preparação da cancha	h	14,00	240,00	3.360,00
1.2 - Escavadeira Hidráulica	h	14,00	188,40	2.637,60
1.3 - Carregadeira	h	14,00	80,00	1.120,00
1.4 - Retroescavadeira	h	14,00	65,00	910,00
1.5 - Caminhão para transporte de material inservível	h	14,00	39,90	558,60
1.6 - Caminhão para transporte de materiais inservíveis e de reposição	h	14,00	63,50	889,00

2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

2.1 – Pavimentação Asfáltica				
2.1.1 – Regularização e compactação do subleito;				
2.1.2 – Base de brita graduada e = 15 cm;				
2.1.3 – Imprimação impermeabilizante com CM 30;	m²	1.672,48	102.54	171.404,42
2.1.4 – Pintura de ligação com RR 2C;				
2.1.5 – Capa de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) e = 5 cm;				

3 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES

3.1 – Meio-fio concreto moldado In Loco (10x20x20cm);	ml	398,12	43,50	17.318,22

TOTAL ITENS 1, 2, 3 R\$				197.308,84
-------------------------	--	--	--	------------

4. CUSTOS DA OBRA

4.1 Participações dos moradores				179.695,44
4.2 – Participação do Poder Público				
4.2.1 - Infraestrutura e melhorias				8.586,20
4.2.2 - Testadas e embocamentos				9.027,20
TOTAL ITEM 05 = R\$				197.308,84

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
---	--	--	--	--

PROPRIETÁRIOS		(m²)	(m)	TOTAL
Lado Direito				
PML Empreendimentos Ltda		664,00	166,00	74.925,76
Marcelo Tessarolli		108,00	27,00	12.186,72
Lado Esquerdo				
Osvaldo Mathiussi		114,00	28,50	12.863,76
Condominio Edif. Residencial Esplendor		60,00	15,00	6.770,40
Fernanda Daiana Bonifácio		60,00	15,00	6.770,40
Condomínio Edif. residencial Paris		60,00	15,00	6.770,40
Arlinson Luiz Kittel		60,00	15,00	6.770,40
Antenor João Lopes		120,00	30,00	13.540,80
Moacir Cipriani		60,00	15,00	6.770,40
Gervasio Darocesi		60,00	15,00	6.770,40
Carlos A. Canegundes Sanches		30,24	7,56	3.412,28
Carlos A Canegundes Sanches		30,24	7,56	3.412,28
Lucas José Roncaglio		60,00	15,00	6.770,40
Edgar Reiter		56,00	14,00	6.319,04
Maria A. Deluca Tognoli		25,00	6,25	2.821,00
Maria A. Deluca Tognoli		25,00	6,25	2.821,00
Município de Indaial		80,00		9.027,20
TOTAL		1.672,48	398,12	188.722,64

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

MODALIDADE DE PAGAMENTO

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
3. O não pagamento implicará:
 - 3.1 – MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).
 - 3.2 – JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013
 - 3.3 – CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

ANDRÉ LUIZ MOSER
PREFEITO

EDITAL 09/2020 DE PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO - DA RUA NAVEGANTES

Publicação Nº 2752902

Indaial, 19 de novembro de 2020

EDITAL Nº 09/2020

O Prefeito de Indaial, André Luiz Moser, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar Municipal 079/2007, Leis Municipais 4580/2011 e 4841/2013 e Decreto Municipal nº 2475/2012 orçamento contendo custos da pavimentação asfáltica - Sistema Mutirão – da Rua Navegantes, Bairro Rio Morto, no total de 772,00 metros quadrados de pavimentação asfáltica – 96,50 metros de extensão e 193,00 metros lineares de meio-fio de concreto, importando a obra em R\$ 92.019,28 (noventa e dois mil, dezenove reais e vinte e oito centavos), iniciando na propriedade de PML Empreendimentos Ltda, pelo lado direito e de Osvaldo Mathiussi, pelo lado esquerdo até a propriedade de PML Empreendimentos Ltda, pelo lado esquerdo e de João Carlos de Souza, pelo lado esquerdo.

MEMORIAL DESCRITIVO

1. SERVIÇOS PRELIMINARES
 - 1.1 – Escavação, descarte e remoção de materiais;
 - 1.2 – Preparo da cancha - terraplanagem, drenagem e compactação;
 - 1.2.1 – Máquina niveladora (patrôla)
 - 1.2.2 – Escavadeira hidráulica;
 - 1.2.3 – Trator carregadeira;
 - 1.2.4 - Retroescavadeira;
 - 1.2.5 – Caminhão para transporte de material inservível e de reposição;
2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
 - 2.1 – Pavimentação Asfáltica - Tráfego Leve;
 - 2.1.1 – Regularização e compactação do subleito;
 - 2.1.2 – Base de brita graduada e = 15cm;



- 2.1.3 – Imprimação impermeabilizante com CM 30;
 2.1.4 – Pintura de ligação com RR 2C;
 2.1.5 – Capa de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) e = 5cm.

3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

- 3.1 – Meio-fio concreto moldado in loco (10x20x20cm);

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1 - Máquina niveladora para preparação da cancha	h	8,00	240,00	1.920,00
1.2 - Escavadeira Hidráulica	h	8,00	188,40	1.507,20
1.3 - Carregadeira	h	8,00	80,00	640,00
1.4 - Retroescavadeira	h	8,00	65,00	520,00
1.5 - Caminhão para transporte de material inservível	h	8,00	39,90	319,20
1.6 - Caminhão para transporte de materiais inservíveis e de reposição	h	8,00	63,50	508,00

2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

2.1 – Pavimentação Asfáltica	m²	772,00	102,58	78.716,98
2.1.1 – Regularização e compactação do subleito;				
2.1.2 – Base de brita graduada e = 15 cm;				
2.1.3 – Imprimação impermeabilizante com CM 30;				
2.1.4 – Pintura de ligação com RR 2C;				
2.1.5 – Capa de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ) e = 5 cm;				

3 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES

3.1 – Meio-fio concreto moldado In Loco (10x20x20cm);	ml	193,00	43,50	8.395,50

TOTAL ITENS 1, 2, 3 R\$ 92.019,28

4. CUSTOS DA OBRA

4.1 Participações dos moradores				87.112,48
4.2 – Participação do Poder Público				
4.2.1 - Infraestrutura e melhorias				4.906,80
TOTAL ITEM 05 = R\$				92.019,28

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS

PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	TOTAL
Lado Direito			
PML Empreendimentos Ltda	384,00	96,00	43.330,56
Lado Esquerdo			
Marcelo Tessarolli	74,00	18,50	8.350,00
Marcelo Tessarolli	74,00	18,00	8.350,00
Tarcisio Cestari	128,00	32,00	14.443,52
Rubes Pegoretti	64,00	16,00	7.221,76
João Carlos de Souza	48,00	12,00	5.416,32
TOTAL	772,00	193,00	87.112,48

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

MODALIDADE DE PAGAMENTO

- Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
- Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
- O não pagamento implicará:
 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).
 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013
 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

ANDRÉ LUIZ MOSER
PREFEITO

PORTARIA Nº 1413/20

Publicação Nº 2753006

PORTARIA Nº 1413/20

De 01 de dezembro de 2020
Concede Folga Compensatória

Eliseu Dias

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, Decreto nº 1028 de 09 de abril de 2019 e considerando o documento de Notificação de Folgas confeccionado pela Secretaria de Saúde em 27 de novembro de 2020 e a Declaração confeccionada pela Justiça Eleitoral, Juízo da 15ª Zona Eleitoral – Indaial/SC em 13 de novembro de 2020, RESOLVE:

Conceder folga compensatória nos dias 30 de novembro de 2020 e 01 de dezembro de 2020, ao servidor temporário Eliseu Dias, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, em virtude de serviços prestados por motivo de convocação da Justiça Eleitoral, nos moldes de resolução do TSE.

Prefeitura de Indaial, em 01 de dezembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA

Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1427/20

Publicação Nº 2753001

PORTARIA Nº 1427/20

De 02 de dezembro de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Valdeci Alves

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando a solicitação confeccionada pelo servidor em 27 de novembro de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2014/2019 ao servidor Valdeci Alves, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 01 de dezembro de 2020 a 30 de dezembro de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 03 de fevereiro de 2020 a 03 de março de 2020;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 02 de dezembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Secretário Interino de Agricultura

(Decreto nº 2135 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1437/20

Publicação Nº 2752998

PORTARIA Nº 1437/20
De 03 de dezembro de 2020
Concede Folga Compensatória

Aline Machado dos Santos

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, Decreto nº 1028 de 09 de abril de 2019 e considerando a Notificação de Folgas confeccionada pela Secretaria de Saúde em 01 de dezembro de 2020, a Declaração confeccionada pela Justiça Eleitoral, Juízo da 15ª Zona Eleitoral – Indaial/SC em 13 de novembro de 2020 e o Certificado de Treinamento para Mesários de 28 de outubro de 2020 respectivamente, RESOLVE:

Conceder folga compensatória no dia 30 de novembro de 2020 e nos dias 28,29 e 30 de dezembro de 2020, à servidora Aline Machado dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, em virtude de serviços prestados por motivo de convocação da Justiça Eleitoral, nos moldes de resolução do TSE.

Prefeitura de Indaial, em 03 de dezembro de 2020.
SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1455/20

Publicação Nº 2753013

PORTARIA Nº 1455/20

De 07 de dezembro de 2020
Concede Folga Compensatória

Rafael Gonçalves
SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, Decreto nº 1028 de 09 de abril de 2019 e considerando a Comunicação Interna nº 099/2020 confeccionada pela Controladoria Geral do Município em 04 de dezembro de 2020, a Declaração confeccionada pela Justiça Eleitoral, Juízo da 15ª Zona Eleitoral – Indaial/SC em 13 de novembro de 2020 e o Certificado de Treinamento para Mesários de 13 de novembro de 2020 respectivamente, RESOLVE:

Conceder folga compensatória nos dias 08,09,10 e 11 de dezembro de 2020, ao servidor Rafael Gonçalves, ocupante do cargo de Controlador Interno, em virtude de serviços prestados por motivo de convocação da Justiça Eleitoral, nos moldes de resolução do TSE.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2020.
SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1460/20

Publicação Nº 2753011

PORTARIA Nº 1460/20
De 07 de dezembro de 2020
Averba Tempo de Contribuição/Servidor

Cassiano Kummer
SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e demais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 02 de dezembro de 2020, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida

em 27 de fevereiro de 2020, nº 04024090.1.00063/20-8 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 3.954 dias, ou 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 04 (quatro) dias ao servidor Cassiano Kummer, ocupante do cargo de Professor.

Prefeitura de Indaial, 07 de dezembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1470/20

Publicação Nº 2753009

PORTARIA Nº 1470/20

De 08 de dezembro de 2020

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Izaira Ferreira da Silva da Luz

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e demais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício nº 543/2020 confeccionado pelo INDAPREV em 04 de dezembro de 2020, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 23 de maio de 2006, nº 20021040.1.00111/06-0 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 330 dias, ou 00 (zero) anos, 11 (onze) meses e 00 (zero) dias a servidora Izaira Ferreira da Silva da Luz, ocupante do cargo de Agente Educacional.

Prefeitura de Indaial, 08 de dezembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1471/20

Publicação Nº 2753007

PORTARIA Nº 1471/20

De 08 de dezembro de 2020

Concede Folga Compensatória

Telma Fusinato

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei Complementar Nº105/10, Decreto nº 1028 de 09 de abril de 2019 e considerando a Notificação de Folgas confeccionada pela Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico, Eventos e Turismo em 04 de dezembro de 2020, a Declaração confeccionada pela Justiça Eleitoral, Juízo da 15ª Zona Eleitoral – Indaial/SC em 13 de novembro de 2020 e o Certificado de Treinamento para Mesários de 18 de novembro de 2020 respectivamente, RESOLVE:

Conceder folga compensatória no dia 03 de dezembro de 2020 e nos dias 24,25 e 26 de fevereiro de 2021, à servidora Telma Fusinato, ocupante do cargo de Técnica em Turismo, em virtude de serviços prestados por motivo de convocação da Justiça Eleitoral, nos moldes de resolução do TSE.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 148/2020

Publicação Nº 2754296

. PORTARIA Nº 148/20

. De 10 de dezembro de 2020

Dispõe sobre a comissão de avaliação para fins de promoção na Carreira dos Profissionais da Educação Pública Municipal e, dá outras providências.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 92, VIII da Lei Orgânica do Município de Indaial, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto nº 2542 de 2020 e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear comissão de Avaliação, em cada instituição educacional formada por profissionais da educação, titulares e suplentes, conforme anexo desta Portaria.

Art. 2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 10 de dezembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JUVENAL CARVALHO		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Adriana Ferrareis Ebertz	Leonice Marissol Traebert Theiss
Profissional de Docência	Eveli Preilipper	Monalisa Ribeiro Camargo
Apoio Educacional	Josele Rodrigues Dos Santos Cury	Secretaria de Educação
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA HELANA TRENTINI MACHADO		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Clarice P. Ferrari	Débora C. De S.S. Nespolo
Profissional de Docência	Rose Mary Anacleto	Crelson B. Ferreira
Apoio Educacional	Kriscia Monique Teske Reguse	Mirtes T.O.Merini
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MULDE BAIXA		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Suely Vehmuth	Daniela Gonçalves
Profissional de Docência	Joelma Demonti Tiso	Cleyton Fernando Bauler
Apoio Educacional	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ANA LÚCIA HIENDLMAYER		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Roseli Neumann	Claudete Maria Plaster
Profissional de Docência	Anna Carolina Zatelli Krambeck	Lúcia Helena de Oliveira Batista
Apoio Educacional	Alaine Cristina Theilacker Homem	Édina De Freitas
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ENCANO BAIXO RUDOLFO ALFARTH		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Lidiane Aparecida Sabino	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Glaucia Franco Schramm Daniela Prebianca Prim	Secretaria de Educação
Apoio Educacional	Vanessa Cristiane De Souza	Secretaria de Educação
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ANNA ALVES DIAS		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Vilma Schmitz	Joelma Salvador de Souza
Profissional de Docência	Simone Blunk	Rozani Matiola

Apoio Educacional	Rosita Zapella Egger	Luciano Schneider
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Janaina Thais Traebert	Monica Bogo
Profissional de Docência	Renato Rohde	Vilson Reblin
Apoio Educacional	Sheila Damares Wagner	Diumira Rosane Da Silva
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS SALAI		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Carmelita Maria Moser De Oliveira	Adriane Maria Marchiorato
Profissional de Docência	Fernanda Bella Cruz Siegel	Vanessa Edeth Clara Brancher Schmiott Débora Orzechowski
Apoio Educacional	Silmara Klemann	Noely Saletti Ferrari Landmann

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSOR MARIO BONESSI		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Rubia Waldirene Speck Loes	Ana Carolina Schley Larissa Tatiana da Veiga Silva
Profissional de Docência	Débora Mabel Cristiano Tais	Tais Fabiane Schroeder Evald
Apoio Educacional	Lenita Solange Mazzini	Izaíra Ferreira Da Luz
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CEJA		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Zilda Maria Garcia	
Profissional de Docência		
Apoio Educacional	Milena Cristiane De Souza Correa	

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ENCANO CENTRAL		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Vitor Arthur Dietrich	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Maria Aparecida Machado Krauss	Rejane Bublitz
Apoio Educacional	Tania Terezinha Molinari Vogel	Secretaria de Educação

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CEJA		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Zilda Maria Garcia	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Secretaria de Educação	Secretaria de Educação
Apoio Educacional	Milena Cristiane De Souza Correa	Secretaria de Educação
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ARAPONGAS		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Márcia Borges de Lima	Odete Hermes
Profissional de Docência	Valdecir Reginaldo de Oliveira	Julia Dalri Pinheiro
Apoio Educacional	Cleiton Queiroz	Nardina Braatz Maass

Avaliação de Desempenho dos profissionais da Educação anual Unidades de Educação Infantil

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL COLÉGIO MUNICIPAL DE INDAIAL
--

CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Daniel Reis –Diretor Liliane lange Kloch	Leila Tafner Mannes diretora Adjunta Rosane Aparecida ferreira Boaventura
Profissional de Docência	Bethina Doth (1º ao 5º) Izabel Maria Paternolli (6º a 9º)	Kelly Cristina Neri Sheila Terezinha Giovanella
Apoio Educacional	Fabiana Klohn	Luciana Aparecida Nilles Bieger
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL Professora Úrsula Kroeger		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Celine Poltronieri diretora Anelize Feuser	Sandra kurth Velter
Profissional de Docência	Margarete Pisa Bazzanella	Meike Itner
Apoio Educacional	Elfriede Soares	Secretaria De Educação
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFREDO STAHNKE		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Fabília dos Santos Eskelsen	Lucilene Vanderlinde Da Conceição
Profissional de Docência	Maria Aparecida Batista Bartel	Josiane Betto
Apoio Educacional	Raquel Patrícia Dos Santos	Tânia Regina Vendramin
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESPAÇO DE CRESCER		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Cleunice Rodrigues da Silva Tavares	Odair José Zager
Profissional de Docência	Andreza Júlia De Sá	Cristiana Marcelino Branger
Apoio Educacional	Iraci Mazzi Huebes	Simone Sardagna Dos Santos
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENCANO DO NORTE ELSA SCHREIBER		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Viviane Pessoa Padilha Patel	Angelita Feliciano
Profissional de Docência	Kelly Ticiania Schumann	Paula Regina Hasckel
Apoio Educacional	Sueli Guenther Westphal	Luana Naira da Silva
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL AUGUSTO MOSER		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Adelir Aparecida Quintino Zimmermann	Simone Ladwig Valcanaia
Profissional de Docência	Eliani Schmitz Tomio	Eliana Ribeiro Maciel Ribeiro
Apoio Educacional	Tuanni Leiria de Oliveira	Rosane Ledir Aguirre Godoi Prestes
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL BAIRRO DOS ESTADOS		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Carolina Martins Rodrigues	Larissa Silveira Lucas
Profissional de Docência	Patrícia Valéria Brancher	Simone Gärtner Weidmann
Apoio Educacional	Ana Paula Krause Florencio	Célia Maria Korc
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL CURUMIM		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Daniella Prestes Dos Santos Smitek	Anderson Luiz Schmitt
Profissional de Docência	Maria Suely Cardoso de Jesus	Franciele Carlos Gonçalves
Apoio Educacional	Juliana Barth kindlein	Raquel Holnik Trindade
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARIJÓS		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE

Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Ana Paula Ribeiro de Sousa	Ângela Muller Camargo
Profissional de Docência	Marly de Mello Volkmann	Tais Fabiane Schroeder Evald
Apoio Educacional	Rosangela Nogueira Rodrigues Paulo	Terezinha Paulo Dirksen

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL Hilário Buzzarello		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Zoreide Marivone Clen	Rozane Ritinha Da Silva
Profissional de Docência	Janice Klemann	Daniela Batista Vanelli
Apoio Educacional	Jilmara Silva Gomes Januário Antunes	Tatiane Silveira Machado

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ERMÍNIO LANZNASTER		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Ana Paula de Oliveira Iten	Francielle Hoffer D'avila da Silva
Profissional de Docência	Débora Sampaio Galdina Ferreira	Daniela Soares Giovannella
Apoio Educacional	Ligia Cristiani Michels Morbach	Kelly Josiane Imme Ebert

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ LINO KUHNEN		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Marlise Cisneiros Slomp	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Isolete Nunes de Lara	Secretaria de Educação
Apoio Educacional	Valci Schneider Ribeiro	Daiane Marlete Gomes

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARAPONGAS		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Marise da Silva	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Ana Giacomozzi	Roseli Castilho Priebe
Apoio Educacional	Charlene Zermiani	Alexandra Regina de Souza

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL GATO DE BOTAS		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Scheila Karina Martins da Silva	Luciana Carla Grahl Lanznaster
Profissional de Docência	Elfi Schroeder de Borba	Carla Alexandra Nistler Scheitz
Apoio Educacional	Clarice Schmidt	Priscila Roberta Elísio

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ÁUREA BONATTI MERINI		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Daniela Cristina Rossi/ Diretora Titular: Rosani Hackbarth	Sandra Regina Rodrigues Cescon
Profissional de Docência	Fernanda Nascimento de oliveira	Regiane Heusser brey
Apoio Educacional	Janina Cristina Fritz	Salete Bernardo Krause

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DILMA TEREZINHA HARBS		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Sandra Mara Merini Seibt/ Diretora Titular: Eliane Zeferino Doege	Andréia Ruf da Rosa
Profissional de Docência	Juliana Vargas	Greice Adriane Bembem
Apoio Educacional	Daniela Malkowski Santa'Anna	Adriana Alves

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL VÔ ALFREDO		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Marinez Schimit De Lima Marques	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Daiana Marli Valandro	Karin Daiane Barth
Apoio Educacional	Eliane Aparecida Sant'ana Machado	Secretaria de Educação

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL AQUARELA		
---------------------------------------	--	--

CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Luana Stedile Wanzuita	Sheila Tambosi Nunes de Mello Poffo
Profissional de Docência	Saete Armides Chiarello Correa	Secretaria de Educação
Apoio Educacional	Izalene Zanluca Kopsch	Noeli Laurentino Petry

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Sueli Lucia Remane Kriek	Deusa Raquel Brandl Dos Passos
Profissional de Docência	Morgana Raquel Bertelli Schlup	Maria de Lourdes de Barros Oss Emer
Apoio Educacional	Tatiana Raquel Reinert	Adelaide Rengel Martins

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENCANO BAIXO MARTHA ELISABTH MANTAU		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Vânia Petris	Roseli Vanelli
Profissional de Docência	Jéssica Andrade Wirth	Miréli de Souza Dalaqua
Apoio Educacional	Sabrina Doege Brandl	Deize Cristina Lach

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL CENTRO PROFESSORA LORENI GRAZIELA BITTELBRUNN		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Sandra Regina Da Silva Schulz	Dalva Supriano
Profissional de Docência	Lisiane Martins	Gorete Heckmann
Apoio Educacional	Gabriele de Paula Silva Souza	Bruna Rosa De Amurin

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL RECRIAR		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Daisy Aparecida Junkes	Jerusa Hilda Darolt
Profissional de Docência	Marineuza Schroder	Maria Isabel Gomes Da Silva
Apoio Educacional	Joice Malkowski Hubner	Caroline Lang Alves

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRILHO DO SOL		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Andréia Vieira de Jesus Ribeiro	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Leandro Ferreira Gang	Elenice Terezinha Carvalho Sehnem
Apoio Educacional	Jacqueline Silva Gomes	Maria Lisete Da Silva Grah

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL POLAQUIA		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Daiana Oliani Felipe	Idete Da Rocha Paes
Profissional de Docência	Ivânia Olina Da Rocha	Gabriel Kruger
Apoio Educacional	Ilda Gonçalves da Rocha	Secretaria de Educação

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL ENCANO DO NORTE		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Angela Ferrari	Secretaria de Educação
Profissional de Docência	Rosiclei Saete de Souza Lima	Secretaria de Educação
Apoio Educacional	Cristiane Ramos da Costa	Katia Juliana Dietrich

UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JUDAS TADEU		
CARGO	TITULAR	SUPLENTE
Diretor/ membro da equipe de Suporte Pedagógico	Ana Emília De Oliveira	Marize Gribner
Profissional de Docência	Rosiméri S. Gadotti	Ana Claudia Maas Avi
Apoio Educacional	Marie Jo Cantuaria	Maéli Martins

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2020

Publicação Nº 2753022

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL
Processo Administrativo nº 134/2020
Edital de Pregão Presencial nº 057/2020-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento mensal de sistemas de gestão educacional e gestão pública, manutenção corretiva, legal e tecnológica, implantação, migração de dados, treinamento e aperfeiçoamento, provimento de datacenter e suporte técnico, conforme padrões de desempenho e qualidade.

Entrega dos envelopes: 23/12/2020 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 23/12/2020 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2020

Publicação Nº 2753023

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 142/2020
Edital de Dispensa nº 005/2020-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de reforma do telhado e adequação de um banheiro na Unidade Infantil Polaquia do Município de Indaial.

Data de emissão: 11/12/2020

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2020

Publicação Nº 2753026

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL
Processo Administrativo nº 143/2020
Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2020-19208
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de testes rápidos para detecção qualitativa específica de antígeno de sars-cov-2 em amostras de SWAB de nasofaringe - Com itens exclusivos para ME e EPP e com sistema de cotas exclusivas para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 17/12/2020 - 08h00min – Horário de Brasília

Início da sessão: 17/12/2020 - 08h01min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic2@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2020

Publicação Nº 2753044

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL
Processo Administrativo nº 146/2020
Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2020-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de empresa para realização de concurso público para a Secretaria de Saúde.

As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 23/12/2020 - 10h00min – Horário de Brasília

Início da sessão: 23/12/2020 - 10h01min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

ERRATA AO CHAMAMENTO N° 08/2020

Publicação N° 2752824

ERRATA EDITAL PRÊMIO MULTILINGUAGEM DE IOMERÊ N° 008/2020

O Município de Iomerê faz saber a todos os interessados que houve alteração no **EDITAL PRÊMIO MULTILINGUAGEM DE IOMERÊ N° 008/2020**.

Item: 7.2

Onde lê-se:

2. Divulgação do resultado até dia 17/12/2020,

Leia-se:

2. Divulgação do resultado até dia 18/12/2020

Onde lê-se:

3. Homologação e publicação do resultado definitivo da etapa competitiva até 17/12/2020,

Leia-se:

3. Homologação e publicação do resultado definitivo da etapa competitiva até 20/12/2020,

Onde lê-se:

4. Pagamento da premiação até 18/12/2020,

Leia-se:

4. Pagamento da premiação até 30/12/2020.

Item: ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM PESSOA FÍSICA

Onde lê-se:

Eu _____, portador do
CPF _____ N° _____, RG
N° _____, Órgão Expedidor
_____, Autorizo que o Departamento de
Educação, Cultura, esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Iomerê
divulgue, exiba em público e reproduza nas peças gráficas ou materiais
informativos, as informações e imagens referentes ao Edital de Concurso

Prêmio por Projeto Cultural Multilinguagem em **Salto Veloso**, assim como fotos para divulgação, para fins publicitários ou educacionais.

Declaro, ainda, para todos os fins e efeitos de direito, que da utilização das informações e imagens para as finalidades citadas acima não decorrerá qualquer tipo de ônus para o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de **Salto Veloso** relativos ao pagamento de direitos de uso de imagem e/ou direitos autorais.

Leia-se:

Eu _____, portador do
CPF _____ N° _____, RG
N° _____, Órgão Expedidor
_____, Autorizo que o Departamento de
Educação, Cultura, esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Iomerê
divulgue, exiba em público e reproduza nas peças gráficas ou materiais
informativos, as informações e imagens referentes ao Edital de Concurso
Prêmio por Projeto Cultural Multilinguagem em **Iomerê**, assim como fotos para
divulgação, para fins publicitários ou educacionais.

Declaro, ainda, para todos os fins e efeitos de direito, que da utilização das informações e imagens para as finalidades citadas acima não decorrerá qualquer tipo de ônus para o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de **Iomerê**, relativos ao pagamento de direitos de uso de imagem e/ou direitos autorais.

Item: **ANEXO V: DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE
IMAGEM PESSOA JURÍDICA**

Onde lê-se:

A instituição _____,

CNPJ N° _____, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) _____ CPF N° _____, RG N° _____, Órgão Expedidor _____, DECLARO possuir poderes para autorizar que o Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Iomerê divulgue, exiba em público e reproduza nas peças gráficas ou materiais informativos, as informações e imagens referentes ao Edital de Concurso Prêmio por Projeto Cultural Multilinguagem em **Salto Veloso**, assim como as fotos dos profissionais envolvidos, para divulgação, para fins publicitários ou educacionais.

Leia-se:

A instituição _____, CNPJ N° _____, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) _____ CPF N° _____, RG N° _____, Órgão Expedidor _____, DECLARO possuir poderes para autorizar que o Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Iomerê divulgue, exiba em público e reproduza nas peças gráficas ou materiais informativos, as informações e imagens referentes ao Edital de Concurso Prêmio por Projeto Cultural Multilinguagem em **Iomerê**, assim como as fotos dos profissionais envolvidos, para divulgação, para fins publicitários ou educacionais.

Contamos com a participação de todos.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

569 - REVOGA PORTARIA 082 - ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL FLAVIA BROETTO

Publicação Nº 2753902

PORTARIA Nº 569/2020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

REVOGA HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma do art. 21, da Lei Complementar nº 109/2001, de 31 de dezembro de 2001;

Considerando, a solicitação do servidor de revogar seu horário especial.

Considerando, o disposto no Art. 108º, da Lei Complementar 109/2001, de 31 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado o horário de trabalho especial da Servidora Pública Municipal Flavia Maria Turetta Broetto, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, Seção – Secretaria de Saúde e Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Ipira, a contar de 01 de janeiro de 2021.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrario, especialmente a Portaria nº 082/2017, de 09 de agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2021.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

DANIELLA MARIA TOFOLO DA COSTA SILVA

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 09/dezembro/2020

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan

Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/2020

Flavia Maria Turetta Broetto

570 - LICENÇA PREMIO DACILDO H SCHAEFER

Publicação Nº 2753905

PORTARIA Nº 570/2020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR QUE IDENTIFICA.

Prefeito Municipal de Ipira, no uso de suas atribuições, e em conformidade com Seção IX – Licença Prêmio, da Lei Complementar nº 911/2011 de 25 de maio de 2011.

Considerando requerimento da parte interessada, protocolado junto a Secretaria de Administração e Finanças no dia 09 de dezembro de 2020, com a autorização do Secretário de Infraestrutura, Transporte e Urbanismo.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio ao Servidor Municipal Dacildo Hélio Schaefer, portador do CPF 436.547.899-00, carteira de identidade nº 742.462-SSP/SC, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operador de Maquinas – 44 horas - Nível “36” Referência “A”, matrícula funcional sob nº 819, Seção - Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, da Prefeitura Municipal de Ipira, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2019, para o gozo no período de 10 de dezembro de 2020 a 08 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

VALDIR CECHIN
Secretário de Infraestrutura, Transportes e Urbanismo
Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 10/dezembro/2020

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em ____/____/____
Dacildo Hélio Schaefer

631 - EXONERA FRANCIELI MACHADO - COORD CI

Publicação N° 2753907

DECRETO N° 631/2020, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.
Exonera FRANCIELI MACHADO – Coordenadora de Controle Interno.

O Prefeito do Município de Ipira.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 101, I e VIII, c/c o disposto na Lei Complementar n° 133, de 28 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e dá outras providências".

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Senhorita Francieli Machado, portadora do CPF 044.006.560-71, carteira de identidade n° 212677177-SSP/RS, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador de Controle Interno, com remuneração específica do cargo, na forma do Art. 10, §3º da Lei Complementar 133/2009, com redação dada pela Lei Complementar 158/2017, de 03 de julho de 2017, a contar de 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Ipira.
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 07/dezembro/2020

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan
Auxiliar Administrativo

Ciente em __/__/2020.
Francieli Machado

01/21-CISAMAUC

Publicação N° 2752544

10/12/2020 31/12/2021 02/01/2021 1006 01/21-CISAMAUC 0 1 O presente Contrato de Rateio tem por objeto fixar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC para o exercício de 2021 e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, em especial, para atender as despesas com a utilização de atendimentos médicos clínicos especializados, laboratoriais, em consultas, exames e cirurgias, órteses, próteses e outros materiais e serviços em saúde nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais cre 263200,00 7354 Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Urug.Cat J 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

1/2021-AMAUC

Publicação N° 2752423

10/12/2020 31/12/2021 02/01/2021 2843 1/2021-AMAUC 0 1 O presente Contrato de Rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita da Amauc para o exercício de 2021, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município associado. 134532,00 9013 Associação dos Mun. do Alto Uruguai Catar. - AMAUC J 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

1/2021-LAM

Publicação Nº 2752443

10/12/2020 31/12/2021 02/01/2021 2845 1/2021-LAM 0 1 "1. O presente Contrato de Rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2021, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, na forma e condições previstas nas cláusulas seguintes. " 32688,00 8594 CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO ALTO J 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

2/2021-AMAUC

Publicação Nº 2752432

10/12/2020 31/12/2021 02/01/2021 2844 2/2021-AMAUC 0 1 O presente Contrato de Rateio tem por objetivo a prestação de serviços por parte da Amauc para realização de capacitação e assessorias contratadas a serem disponibilizados aos Municípios, preferencialmente nas áreas de Educação, Nutrição, Assistência Social e Cultura. 12000,00 9013 Associação dos Mun. do Alto Uruguai Catar. - AMAUC J 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

3TAC105/2019

Publicação Nº 2752569

25/11/2020 08/05/2021 08/12/2020 2019 18 2846 3TAC105/2019 105/2019 3 Construção de obras de contenção do solo através de muros compartilhados de contenção de encostas, contendo escavações, terraplanagens, juntamente com uma adequação urbanística. 0 7069 SETA ENGENHARIA S/A J 1 0 0 0 39 C 0 0 15 RDC 1 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 122/2020

Publicação Nº 2753265

10/12/2020 31/12/2020 10/12/2020 2847 122/2020 0 1 "O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de máquinas para transportar, limpar base, espalhar e compactar asfalto por diária, contendo as seguintes máquinas conforme proposta em anexo:

- Caminhão Pipa/Água (limpeza da rua)
- Caminhão Espargidor de Asfalto
- Vibro Acabadora de Asfalto CBUQ
- Rolo Pneus Borracha
- Rolo Combinado

Contrato 122/2020-PMI" 11775,00 102741 VIAPAVI OBRAS E SERVICOS LTDA J 1 58 2020 1514 36 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 123/2020

Publicação Nº 2753295

10/12/2020 09/12/2021 10/12/2020 2020 54 2848 123/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de parques infantil colorido, conforme especificações constantes no ANEXO "D" deste Edital. 96520,00 10567 Didática Livraria e Brinquedos Eireli - ME J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 28 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N° 224/2020

Publicação N° 2752445

DECRETO N° 224 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-COMTUR.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº 1.833/2018 e:

CONSIDERANDO a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, conforme reunião realizada no dia 18 de novembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 23 de novembro de 2020.

Registre-se e publique-se

ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N° 235/20

Publicação N° 2753751

DECRETO N° 235 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

ESTABELECE TURNO ÚNICO DE TRABALHO E EXPEDIENTE INTERNO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, inciso XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, as comemorações de Natal, de Final de Ano, e o encerramento do exercício financeiro de 2020;

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido TURNO ÚNICO de trabalho no período matutino, nas repartições públicas municipais, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Fica estabelecido EXPEDIENTE INTERNO, nas unidades vinculadas ao Gabinete do Prefeito e Secretaria de Administração e Finanças, nos dias 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 2020, a ser cumprido em horário de expediente normal, ou seja, das 07h45min às 11h45min e das 13h15min às 17h15min.

§1º no dia 31 de dezembro 2020, em razão do turno único, o expediente interno será cumprido no horário das 7h45min às 11h45min.

§2º nos dias citados no caput, o expediente e o atendimento ao público no Conselho Tutelar e demais secretarias serão normais.

Art. 3º Nos dias de turno único estabelecido, os atendimentos de urgência e emergência na área da saúde, serão prestados na forma de plantão médico.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Iporã do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2020.

Registre-se e publique-se

ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY

Prefeito em exercício

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO AO CONTRATO PREF Nº. 115.2020

Publicação Nº 2744573

DATA DE ADITAMENTO: 10/12/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 115 DE 27 DE AGOSTO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 115/2020, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PEÇAS TÉCNICAS VISANDO A SUPERAÇÃO DE INCONFORMIDADES JUNTO AO SIMEC, MANTIDO PELO FNDE, REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA CRECHE II, DE ÁREA CONSTRUÍDA DE 890,33M² PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC..

CONTRATADA: P. MOSER SILVA TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.532.822/0001-23.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF nº. 56/2020, Dispensa de Licitação PREF nº. 24/2020.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n.º 115 de 27 de agosto de 2020, firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 31 de maio de 2021.

2 ADTO AO CONTRATO PREF Nº 107.2019

Publicação Nº 2752758

DATA DE ADITAMENTO: 10/12/2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 107 DE 05 DE JULHO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 107/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MÁQUINAS PESADAS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU, inscrito no 95.993.028/0001-83.

CONTRATADA: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.199.578/0001-71.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 51/2019, Pregão Presencial Pref n.º 20/2019 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 16- B.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n.º 107 de 05 de julho de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 30 de junho de 2021.

2 ADTO AO CONTRATO PREF Nº. 106.2019

Publicação Nº 2752746

DATA DE ADITAMENTO: 10/12/2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 106 DE 05 DE JULHO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 106/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MÁQUINAS PESADAS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU, inscrito no CNPJ nº. 95.993.028/0001-83.

CONTRATADA: VIELMAQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 14.016.902/0001-20.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 51/2019, Pregão Presencial Pref n.º 20/2019 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 16- A.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref nº. 106 de 05 de julho de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 30 de junho de 2021.

2 ADTO AO CONTRATO PREF Nº. 108.2019

Publicação Nº 2752739

DATA DE ADITAMENTO: 10/12/2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 108 DE 05 DE JULHO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 108/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS MÁQUINAS PESADAS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU, inscrito no 95.993.028/0001-83.

CONTRATADA: JOLEMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 07.102.207/0001-16.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 51/2019, Pregão Presencial Pref n.º 20/2019 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 16- C.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref nº. 108 de 05 de julho de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 30 de junho de 2021.

3 ADTO AO CONTRATO PREF Nº.02.2019

Publicação Nº 2744779

DATA DE ADITAMENTO:10/12/2020.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 02 DE 07 DE JANEIRO DE 2019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 02/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS DO PROJETO DE ENGENHARIA DE UMA UNIDADE DE RECUPERAÇÃO DE RECICLÁVEIS (BARRAÇÃO, COMPOSTAGEM E LIXEIRAS) DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, OBJETO DO CONVÊNIO SICONV N. 796781/2013 E CONVÊNIO FUNASA N. 0587/2013 PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU.

CONTRATADA: PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ n.09.656.330/0001-04.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Processo Licitatório n. 51/2018, Edital Modalidade Tomada de Preços PREF n. 03/2018, e Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n. 02 de 07 de janeiro de 2019, firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 31 de maio de 2021.

4 ADTO AO CONTRATO FMS Nº. 05.2018

Publicação Nº 2744501

DATA DE ADITAMENTO: 10/12/2020.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 05 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Processo Licitatório FMS 02/2017, Pregão Presencial FMS 02/2017.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 05/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA” PARA OS FINS QUE ESPECIFICA — PRORROGAÇÃO DE PRAZO E AMPLIAÇÃO DE DESEMBOLSO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.867.301.0002-06.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Fms n.º 05 de 16 de fevereiro de 2018 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 31 de dezembro de 2021.

DA PREVISÃO DE DESEMBOLSO: Em decorrência do estabelecido em cláusula anterior fica estabelecido o desembolso de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). Valor esse, correspondente a 12 meses, cujo valor mensal é de até R\$ 900,00 (novecentos reais).

7 ADTO AO CONTRATO PREF Nº. 38.2016

Publicação Nº 2752727

DATA DE ADITAMENTO: 10/12/2020.

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 38 DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Pregão Presencial PREF nº 11/2016, Processo Licitatório PREF n.º 19/2016

SÉTIMO TERMO ADITIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC E A EMPRESA INFORMATICA E SERVIÇOS AG LTDA ME – PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO E PREVISÃO DE DESEMBOLSO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU, inscrita no CNPJ n. 95.993.028/0001-83.

CONTRATADA: INFORMATICA E SERVIÇOS AG LTDA ME, inscrita no CNPJ nº N.07.809.066/0001-76.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Termo Aditivo ao Contrato PREF 38/2016, bem como às normas previstas na Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório PREF 19/2016, Pregão Presencial PREF n.º 11/2016, além do tratado neste Termo Aditivo.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n. 38 de 20 de abril de 2016, firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 28 de fevereiro de 2021.

DA PREVISÃO DE DESEMBOLSO: Em decorrência do estabelecido em cláusula anterior fica estabelecido o desembolso de até R\$ 5.284,80 (cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos). Valor esse, correspondente a 02 meses, cujo valor mensal é de até R\$ 2.642,40 (dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

DECRETO Nº 211 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020. EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Publicação Nº 2753298

DECRETO Nº 211
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de junho de 2005; e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 40, inciso I;

DECRETA:

Art. 1º Fica a Servidora abaixo relacionada, EXONERADA do respectivo cargo em provimento de Cargo em Comissão, conforme segue:

Servidora:	Cargo:	Data:
LUCIANE CRISTINA MILESKI	Coordenadora do CRAS	09/12/2020

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 09 de dezembro de 2020.
CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 212 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020. PROMOVE A CEDÊNCIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DA FRONTEIRA DE XANXER

Publicação Nº 2753301

DECRETO Nº 212
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
PROMOVE A CEDÊNCIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DA FRONTEIRA DE XANXERÊ.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica e Lei Municipal nº 364, de 16 de março de 2005, e
Considerando o pedido formalizado pelo Sr. Adilson José Bressan, Delegado Regional da Polícia Civil - 16ª DRP/FRONT - Xanxerê, através do ofício nº 065/DRP/2020, datado de 02 de dezembro de 2020;
Considerando que a Lei Municipal nº 364, de 16 de março de 2005, possibilita ao Chefe do Poder Executivo Municipal a cedência de servidores públicos municipais a outros entes estatais ou esfera de Poder;

DECRETA:

Art. 1º Fica promovida a cedência da Servidora Pública Municipal MÁRCIA REGINA TOSATTI SIMON, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PSICÓLOGA, para atuar junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública – Delegacia Regional de Polícia da Fronteira de Xanxerê, com ônus integral para o órgão cedente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 10 de dezembro de 2020.
CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 213 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020. DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2753303

DECRETO Nº 213
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

A Prefeita do Município de Ipuacu, no exercício das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666; e
Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020 em decorrência da infecção humana pelo coronavírus;
Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;
Considerando a necessidade de se atender as recomendações da Organização Mundial da Saúde e dos demais órgãos da saúde para prevenir a propagação do coronavírus;
Considerando a edição de dispositivos legais acerca da adoção de novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
Considerando, ainda, no âmbito estadual, a edição dos Decretos nº 507 de 16 de março de 2020, nº 509 de 17 de março de 2020; 515 de 17 de março de 2020 e 521, de 19 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) e declarou situação de emergência em todo o território catarinense e decretação de quarentena;
Considerando o Decreto Municipal nº 069, de 18 de março de 2020, que determina a tomada de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona Vírus (COVID-19) e cria Comitê de Gerenciamento e Enfrentamento de Crise;
Considerando o Decreto Municipal nº 070, de 23 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Ipuacu, a qual posteriormente foi prorrogada pelo Decreto nº 182, de 4 de novembro de 2020;
Considerando também, o mapa de risco apresentado pelo Estado de Santa Catarina onde a região de Xanxerê, a qual pertence o Município de Ipuacu, voltou à classificação de Avaliação do Risco Potencial GRAVÍSSIMO (cor vermelha), situação da maioria dos municípios do Estado;
Considerando o aumento de casos confirmados por Covid-19, notória é a necessidade do emprego urgente de medidas mais restritivas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do vírus Covid-19 no Município de Ipuacu - SC;
Considerando a volta de casos de Covid-19 ativos e suspeitos no município de Ipuacu – SC;
Considerando a necessidade da continuidade de orientação e afastamento social, a fim de evitar o contágio com o vírus, razão pela qual a Unidade de Saúde do Município optou por atender, além dos casos de COVID-19, somente situações de urgência e emergência;
Considerando a perspectiva de aumento dos gastos e de redução da receita;
Considerando a necessidade de adoção de medidas de contenção de despesas, inclusive, para que se possa dar prioridade as despesas com a saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica unilateralmente SUSPENSO, por prazo indeterminado, a execução do objeto do contrato abaixo relacionado, em decorrência da queda de receita provocada pela pandemia do COVID19:

I - CONTRATO FMS Nº 45 DE 02 DE SETEMBRO DE 2020; Contratado: DAIANA DAMBROSO, estabelecida na Rua 3.300, nº 163, Apartamento 403, Centro de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-272, CNPJ Nº 30.145.199/0001-07.

Art. 2º A retomada da prestação dos serviços será comunicada formalmente à contratada, com antecedência mínima de 48 (quarente e oito) horas, de acordo com a necessidade devidamente justificada, utilizando-se os meios usuais de comunicação, podendo ser por ofício, e-mail ou por publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e no site do município: www.ipuacu.sc.gov.br.

Art. 3º O Setor de Licitações e Contratos do Município deverá intimar formalmente a Empresa suso identificada, encaminhando cópia do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 10 de dezembro de 2020.
CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi Publicado no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br.

DECRETO Nº 214 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020. PROMOVE RESCISÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO DE SERVIDORES ADMITIDOS EM CARATER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2753309

DECRETO Nº 214

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

PROMOVE RESCISÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO DE SERVIDORES ADMITIDOS EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo artigo 91, inciso IX, da Lei Orgânica e Lei Complementar Municipal nº 012, de 14 de junho de 2005; e Considerando as dificuldades financeiras decorrentes da grave crise econômica que atravessa o nosso País em razão dos efeitos da pandemia, que afeta os setores produtivos, com a consequente queda da arrecadação de receitas nas três esferas governamentais, incluído o Estado de Santa Catarina e também o nosso Município;

Considerando que a redução da receita arrecadada traz como consequência o aumento do percentual de gasto com pessoal e encargos sociais independentemente de novas admissões de servidores, havendo necessidade de redução de tais gastos para adequação à legislação em vigor;

Considerando que é imprescindível a adequação das despesas à receita e de ajuste do fluxo de caixa da Administração Municipal, sob pena de não adoção de medidas de contenção de gastos resultar em déficit financeiro e orçamentário ao final do exercício, situação que encontra óbice nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000);

Considerando que incumbe ao administrador público à observância do princípio da economicidade dos recursos financeiros do erário, além dos demais princípios que regem a administração pública, esculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando que em 11 de dezembro ocorre o encerramento do ano letivo de 2020, não se justificando a manutenção nos quadros da administração dos professores admitidos em caráter temporário;

Considerando que os atos administrativos que promoveram as contratações de professores em caráter temporário previram expressamente a possibilidade de rescisão antecipada dos respectivos contratos a critério exclusivo da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam encerrados, na data de 11 de dezembro de 2020, os contratos de trabalho dos Servidores abaixo relacionados, admitidos em caráter temporário através do Processo Seletivo nº 001/2017, conforme segue:

Servidor:	Cargo:	C/H:	Ato de Admissão:
ALESSANDRA DA LUZ	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
ALEX SANDRA BISOLO BALASTRELLI	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
ALEXSANDRA BASSO	Professor II	20hs	Decreto nº 029/2020
ALEXSANDRA BASSO	Professor II	10hs	Decreto nº 059/2020
ALINE POMPERMAYER BALASTRELLI PEDROSO	Professor II	10hs	Decreto nº 059/2020
ANDRE FERNANDO DE BIAZI	Professor II	40hs	Decreto nº 025/2020
ANDREIA BELINO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
ANGELICA VUELMA	Professor II	10hs	Decreto nº 025/2020
CAMILA RIBOLDI	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
CARMEM SAUGO RISSI	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
CLAUDEMIR CORREIA DA SILVA	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
CLAUDIA MARA SOCCOL BASSO BALASTRELLI	Professor II	20hs	Decreto nº 029/2020
CLAUDIA MARA SOCCOL BASSO BALASTRELLI	Professor II	20hs	Decreto nº 029/2020
DAIANA CRISTINA MARIANO	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
DAIANE RIBEIRO LEMOS	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
DANIEL DOS SANTOS ALIPIO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
DEBORA DA SILVA THOMAZ	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
DENISE DIAS DE OLIVEIRA	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
EDILCE LUNARDI MARTARELLO	Professor II	20hs	Decreto nº 027/2020
EDINEI DE ALMEIDA	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
EDWIN RICARDO BASI	Professor II	40hs	Decreto nº 029/2020
ELISANGELA WOLFF	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
ELISANGELA WOLFF	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
ELIZANDRA WOLFF TONIN	Professor II	10hs	Decreto nº 025/2020
EVERILDES BLOCH MÖLLMANN	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
FERNANDA TERESINHA DARIO BORBA	Professor II	10hs	Decreto nº 029/2020
FERNANDES PINHEIRO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
FRANCISCO DE ASSIS	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020

GIOVANO VIZOLLI	Professor II	40hs	Decreto nº 025/2020
JAIR PALIANO	Professor sem Titulação	40hs	Decreto nº 008/2020
JAIRO NARSIZO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
JAQUELINE AP. BUENO DOS SANTOS	Professor II	20hs	Decreto nº 063/2020
JESSICA CAROLINE SCHENATTO	Professor II	30hs	Decreto nº 025/2020
JOZANE DOS SANTOS GIACHINI	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
JUCIMARA GONÇALVES	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
JULIANA DOS SANTOS RODRIGUES	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
JULIANE APARECIDA MENDES	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
JULIANE APARECIDA MENDES	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
LECI TALASKA	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
LECI TALASKA	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
LEONARDO ANTONIO CUNICO	Professor II	40hs	Decreto nº 025/2020
LEONARDO PINHEIRO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
LUCINEIA RODRIGUES GABOARDI	Professor II	20hs	Decreto nº 043/2020
MADELAINE DA SILVA	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
MARCELA PALHANO	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
MARCIA BORDIGNON	Professor II	40hs	Decreto nº 027/2020
MARCIA LEMES FELICIANO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 060/2020
MARIA VIRGINIA NIKAJ MENDES	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
MARIAN CRISTINA GONÇALVES	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
MARIAN CRISTINA GONÇALVES	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
MARINIZE FIORIN DA ROSA POGGERE	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
MARINIZE FIORIN DA ROSA POGGERE	Professor II	20hs	Decreto nº 029/2020
MAURICIO PINHEIRO	Professor sem Titulação	30hs	Decreto nº 146/2020
MIRIAN DA SILVA	Professor II	10hs	Decreto nº 043/2020
OZEIAS BARBOSA	Professor sem Titulação	30hs	Decreto nº 062/2020
PATRICIA TONELLO DEBIASI	Professor II	10hs	Decreto nº 029/2020
PRISCILA NERIS	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
QUEZIA NICO INACIO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
RONI TRONCO	Monitor Social	20hs	Decreto nº 164/2017
ROSELI DA SILVA TEDESCO	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
ROSELI DA SILVA TEDESCO	Professor II	20hs	Decreto nº 025/2020
RUTE PALHANO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020
SARA JANE CORSO GRISS	Professor II	20hs	Decreto nº 043/2020
SARA JANE CORSO GRISS	Professor II	20hs	Decreto nº 029/2020
SIDIANE GAIO	Professor II	20hs	Decreto nº 043/2020
SUELI TEREZINHA BRANDALISE BINOTTO	Professor II	20hs	Decreto nº 029/2020
TAINA NARCISO	Monitor Educacional	20hs	Decreto nº 024/2019
TAISE BIELESKI	Monitor Educacional	20hs	Decreto nº 025/2020
VALDOIR BELINO	Professor sem Titulação	30hs	Decreto nº 207/2019
VANIA FATIMA GIROTO	Professor II	20hs	Decreto nº 029/2020
VANIA FATIMA GIROTO	Professor II	20hs	Decreto nº 050/2020
VOLMIR PALHANO	Professor sem Titulação	20hs	Decreto nº 026/2020

Art. 2º Este Decreto é publicado na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 11 de dezembro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 10 de dezembro de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra

CERTFICO que o presente Decreto foi Publicado no Diário Oficial dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 019/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC**

Publicação Nº 2753208

PORTARIA Nº 019/2020

DESIGNA CONDUTOR DO VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA PARA VIAGEM FLORIANÓPOLIS - SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulga e publica o seguinte:

PORTARIA LEGISLATIVA:

Art. 1º. Fica designado, nomeado responsável motorista do veículo oficial do Poder Legislativo o Vereador Ivair Luiz Cunico Junior, para transportar exclusivamente os Vereadores Ivair Luiz Cunico Junior, Ladair Colpo, Lucindo Mick e Wanderlei Ramilo da Câmara Municipal de Ipuacu – SC, com o objetivo de participar no curso sobre "Avaliação de resultados de Mandato Legislativo e Planejamento 2021", do dia 14/12/2020 a 18/12/2020 em Florianópolis – SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se às disposições em contrário.

Câmara Municipal Vereadores de Ipuacu – SC, em 10 de dezembro de 2020.

Ivair Luiz Cunico Junior

Presidente

Esta Portaria foi registrado e publicado em data supra.

Wanderlei Ramilo

1º Secretário

TERMO ADITIVO N. 05/2020 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS N. 09/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU E A EMPRESA INFO DIGITALL

Publicação Nº 2753705

TERMO ADITIVO N. 05/2020

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS N. 09/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU E A EMPRESA INFO DIGITALL.

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 04.150.804/0001-28, com sede na Rua Pagnoncelli, nº 417, Centro, Ipuacu - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ivair Luiz Cunico Junior, doravante denominada como CONTRATANTE, e,

CONTRATADA:

INFO DIGITALL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. José da Silva, celebram o presente instrumento contratual, conforme cláusulas e condições constantes, por seus representantes legais, resolvem de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se com as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Contrato terá vigência de um ano, tendo início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, podendo ser renovado mediante Termo Aditivo, até o limite no inciso IV do Art. 57 da Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 5.674,44 (cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 472,87 (quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos), sendo R\$ 392,73 pelo item 1.1 e R\$ 80,14 pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Ipuaçu, 10 de dezembro de 2020.
Câmara Municipal de Ipuaçu
Ivair Luiz Cunico Junior
Contratante

Info Digitalle
José da Silva
Contratada

Testemunhas:

Marciano Carlos Giroto
CPF 023.053.849-55

Douglas Serena Mottin
CPF057.531.789-28

TERMO ADITIVO N° 04/2020 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N.º 05/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA

Publicação N° 2753594

TERMO ADITIVO N° 04/2020

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N.º 05/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.150.804/0001-28, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Ivair Luiz Cunico Junior, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.456.865/0001-67, regularmente representada, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato, para fazer constar as seguintes alterações:

Considerando a necessidade da continuidade dos serviços prestados;
Considerando que o parecer jurídico é pela legalidade do aditamento;
Considerando o relevante interesse público da entidade;
Considerando o Princípio da Economicidade tendo em vista a prática de valores de mercado;
Considerando o Princípio da Eficiência dos serviços públicos;
Considerando o que preconiza o artigo 57, IV da lei n.º 8.666/93,
Considerando o artigo 8º, VIII, da Lei Complementar nº 173/2020, promove-se o presente aditamento nos seguintes termos.

Cláusula Primeira - DA ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE

O contrato nº 05/2017 previa a aplicação de reajuste pelo IGP-M acumulado no período. A partir da assinatura deste Termo Aditivo altera-se o índice de reajuste do contrato para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Cláusula Segunda – DA VIGÊNCIA DO NOVO ÍNDICE

O novo índice (IPCA) será aplicado somente no período de 31/12/2020 até 31/12/2021.

Parágrafo único: Após 31/12/2021, havendo prorrogação contratual, o índice de reajuste retornará ao IGP-M.

Cláusula Segunda – DA VIGÊNCIA DO NOVO ÍNDICE

O novo índice (IPCA) será aplicado de 31/12/2020 até o final da vigência do contrato supramencionado.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.90.40.01 Locação de Equipamentos e Softwares.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Ipuaçu/SC, 10 de dezembro de 2020.
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Douglas Serena Mottin
CPF n.º 057.531.789-28

Marciano Carlos Giroto
CPF n.º 023.053.849-55

Ipumirim

PREFEITURA

NOTA DE ANULAÇÃO DO PL Nº 12, DL Nº 9-2020-FMS

Publicação Nº 2752431

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2020 - DL

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 12/2020
Data do Processo: 25/11/2020

Objeto: contratação de pessoa jurídica para abrigamento/internação compulsória e tratamento especializado, para os pacientes menores de idade de inicial D. da S.R., conforme ordem judicial proferida nos autos da Ação da nº 0001474- 28.2014.8.0242, e J.C.R. autos nº 0000668-51.2018.8.24.0242, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Ipumirim - SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2020

Motivo: O PL em epígrafe, na modalid. de DL, tem por objeto a contrat. de clinica p/ abrig. de 2 menores c/neces. de cuidados médicos, cujas internações foram determinadas em ação judicial. O M.de Ipumirim arcaria com 50% e o valor restante deveria ser de responsab.do Estado de SC.Em verificação das decisões judiciais em apenas um dos casos as despesas devem ser custeadas tbém pelo estado.Assim, o valor da contração ã se encontra correto, e pelo fato de estarmos tratando de contrat. na modalid. de DL, impossível o aditamento do cont.,motivo pelo q/é neces. a anulação do presente PL,lançando-se novo PL.

Ipumirim, 10 de Dezembro de 2020

VALDIR ZANELLA
ESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAÚDE

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PL 022/2020 PP 16/2020 - FMS

Publicação Nº 2753421

MUNICIPIO DE IRACEMINHA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 22/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o Registro de Preço para a aquisição de óculos de grau para distribuição aos munícipes de Iraceminha, conforme Laudo Médico, EM ATENDIMENTO DA DEMANDA NO EXERCÍCIO DE 2021, pelo período de até 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Modalidade: Pregão Presencial – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 07:45 do dia 23/12/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 11 de Dezembro de 2020.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

DECRETO 105 2020

Publicação Nº 2752714

Decreto nº 0105/2020, de 10 de dezembro de 2020.

Decreta Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais e conselho tutelar de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990, e tendo em vista a comemoração das festas de final de ano:

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais e no conselho tutelar de Iraceminha, no dia 24 de dezembro de 2020, quinta-feira véspera de natal e dia 31 de dezembro de 2020, quinta-feira véspera de ano novo.

Art. 2º - O expediente nas repartições públicas municipais será normal nos demais dias com expediente das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 10 de Dezembro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

DECRETO 106 2020

Publicação Nº 2752720

Decreto nº 106/2020, de 10 de Dezembro de 2020.

Estabelece em regime expressional o atendimento do Conselho Tutelar de Iraceminha.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, fica estabelecido em regime expressional o atendimento do Conselho Tutelar de Iraceminha – SC, pelas conselheiras Tutelares conforme dias e horários de folga a seguir:

1 – Período de 14/12/2020 à 20/12/2020 – conselheira: ROSANI DIEI.

2 – Período de 04/01/2021 à 10/01/2021 – conselheira: MARILDE VIVIAN.

3 – Período de 11/01/2021 à 17/01/2021 – conselheira: MANUELA LURDES VIVIAN.

4 – Período de 18/01/2021 à 24/01/2021 – conselheira: MARILITA DE MARCO.

5 – Período de 25/01/2021 à 31/01/2021 – conselheira: CLAUDIA DANIELA DALMOLIN.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação e vigorará até a data de 31 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 10 de Dezembro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 036/2020 SAÚDE

Publicação Nº 2753151

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 036/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
Contratada.: CENTRO DE OTORRINOLARINGOLOGIA MARAVILHA
EIRELI -
Valor.....: 100.000,00 (cem mil reais)
Vigência.....: Início: 10/12/2020 Término: 10/12/2021
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2020
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de
propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO para a CONTRATAÇÃO DE
PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE
CIRURGIAS E PROCEDIMENTOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA EM
ATENDIMENTO DA DEMANDA da Secretaria Municipal de Saúde, pelo
período de até 12 (doze) meses, conforme especificações e condições
estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
Iraceminha, 10 de Dezembro de 2020

TERMO HOMOLOGAÇÃO PP 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2753085

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA CNPJ: 80.623.606/0001-12 RUA DONA PAULINA, 780 C.E.P.: 89891-000 - Iraceminha - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2020 - PR Processo Administrativo: 19/2020 Processo de Licitação: 19/2020 Data do Processo: 27/11/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JEAN CARLOS NYLAND, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2020
b) Licitação Nr.: 13/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/12/2020
e) Objeto da Licitação: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇO para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS E PROCEDIMENTOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA EM ATENDIMENTO DA DEMANDA da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de até 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CENTRO DE OTORRINOLARINGOLOGIA MARAVILHA EIRELI - (4424)

1 PROCEDIMENTO CIRÚRGICO compreendendo: Septoplastia Turbinectomia Cauterização de cornetos Amigdalectomia Adenoidectomia Miringotomia - Marca:	UN	80,00	0,0000	1.250,00	100.000,00
---	----	-------	--------	----------	------------

Total do Fornecedor: 100.000,00

Total Geral: 100.000,00

Iraceminha, 10 de Dezembro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

ARP Nº053/2020

Publicação Nº 2753247

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 088/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: GEAN AUTOMECÂNICA LTDA inscrita no CPNJ sob nº 11.746.644/0001-40.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de Balanceamento, Geometria, Lavação, Montagem e Conserto de pneu, dos veículos e máquinas da Frota Municipal.

Valor Total: R\$27.180,00 (Vinte e sete mil cento e oitenta reais).

Vigência: 12 meses.

Irani,SC 10 de dezembro de 2020.

ARP Nº054/2020

Publicação Nº 2753252

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 088/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: BORRACHARIA MAZIEIRO LTDA, inscrita no CPNJ sob nº 82.156.019/0001-96.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de Balanceamento, Geometria, Lavação, Montagem e Conserto de pneu, dos veículos e máquinas da Frota Municipal.

Valor Total: R\$51.965,00 (Cinquenta e um mil novecentos e sessenta e cinco reais).

Vigência: 12 meses.

Irani,SC 10 de dezembro de 2020.

ARP Nº055/2020

Publicação Nº 2753256

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 088/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: BORRACHARIA IRANI LTDA, inscrita no CPNJ sob nº 76.602.978/0001-95.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de Balanceamento, Geometria, Lavação, Montagem e Conserto de pneu, dos veículos e máquinas da Frota Municipal.

Valor Total: R\$86.226,00 (Oitenta e seis mil duzentos e vinte e seis reais).

Vigência: 12 meses.

Irani,SC 10 de dezembro de 2020.

ARP Nº056/2020

Publicação Nº 2753260

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 088/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: BARTOLO LAVAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CPNJ sob nº 10.442.753/0001-00.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de Balanceamento, Geometria, Lavação, Montagem e Conserto de pneu, dos veículos e máquinas da Frota Municipal.

Valor Total: R\$35.816,50 (Trinta e cinco mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Vigência: 12 meses.
Irani, SC 10 de dezembro de 2020.

ARP Nº057/2020

Publicação Nº 2753263

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº057/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: VIAPAVI OBRAS E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CPNJ sob nº 27.303.137/0001-71.

Objeto: O presente Termo tem por objetivo e finalidade execução e fornecimento de material para pintura de ligação RR1C - Taxa de 1 litro/m² executado com caminhão espangidor e fornecimento de CAUQ faixa C do DNIT. A empresa será responsável em fornecer um profissional com registro no CREA/SC para acompanhamento das etapas de asfaltamento das ruas do município.

Valor Total: R\$257.000,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil reais).

Vigência: 12 meses.

Irani, SC 10 de dezembro de 2020.

ATO ADMINISTRATIVO 009/2020

Publicação Nº 2753223

ATO 009/2020

Considerando a conclusão do Processo Administrativo 004/2020, que anulou o Contrato Administrativo 008/2020 e o processo licitatório 004/2020;

Comunico a Anulação do Concurso Público 001/2020 e do Processo Seletivo 001/2020.

Os candidatos poderão requerer a restituição do pagamento da inscrição, conforme Edital de Chamamento Público 001/2020, no período de 11/12/2020 até 23/12/2020.

Link para o Edital de Chamamento Público: <https://www.irani.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/7290/codLicitacao/175574>.

Irani/SC, 10 de dezembro de 2020.

Flavio de Melo

Secretário de Administração Gestão

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2020-FMS

Publicação Nº 2753142

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020 - FMS
DISPENSA DE LICITACAO Nº 013/2020 – FMS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2020-FMS

OBJETO: A CONTRATADA obriga-se à prestação de serviços médicos, para atender a Estratégia de Saúde da Família – ESF, em regime de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira quando úteis, no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00 às 17h00.

§ 1º - Os serviços contratados de atendimento no Estratégia de Saúde da Família (ESF) serão prestados em regime de 40 horas semanais, com cronograma previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, segundo normas, diretrizes e objetivos estabelecidos em regulamentos e publicações do Ministério da Saúde diretamente ou através de outros organismos, especialmente da Diretoria de Atenção Básica, daquele Ministério, ou, ainda, de normas, diretrizes e objetivos estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde, ou da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º - Os serviços de atendimento ao Programa Saúde da Família serão prestados na ESF 04, no Alto Irani.

§ 3º - O Contratado fica desde já obrigado ao exercício da função pública e executar os serviços rigorosamente de acordo com as disposições previstas neste contrato, obedecendo às normas de Direito Público e de Direito Administrativo.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI

CONTRATADO: D & C SERVIÇOS DE SAUDE EIRELI, CNPJ nº 35.289.261/0001-58.

VALOR TOTAL: R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais)

VIGÊNCIA: 180 dias-12/05/2021

Dilce Salete Zenaro – Gestora Do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2020 – FMS

Publicação Nº 2753147

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2020 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020 – FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2020 – FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e mão de obra para realizar a retífica do motor do veículo COROLLA placa MIN0923, km 550486 de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Irani/SC.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRANI

CONTRATADO: TIEPPO AUTO MECÂNICA JJD LTDA, CNPJ nº 17.070.572/0001-40.

VALOR TOTAL: R\$ 17.237,54 (Dezessete mil duzentos e trinta e sete reais com cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 04 meses.

Dilce Salete Zenaro – Gestora Do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2020

Publicação Nº 2753171

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2020

PARA RESTITUIÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2020

O MUNICÍPIO DE IRANI, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Eilirio de Gregori, 207, Centro, nesta cidade de Irani, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.455/0001-31, através do Secretário de Administração Sr. Flavio de Melo, no uso de suas atribuições e, considerando o disposto na Lei Orgânica e no Decreto 148/2019, torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2020, para a devolução do valor recolhido a título de restituição da Taxa de Inscrição do Concurso Público 001/2020 e Processo Seletivo 001/2020.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Chamamento Público é a RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE INSCRIÇÃO PARA CONCURSO PÚBLICO 001/2020 E PROCESSO SELETIVO 001/2020.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Chamamento Público os candidatos ao Concurso Público 001/2020 de Irani/SC que efetuaram o pagamento da Taxa de Inscrição, conforme previsto no edital de abertura do certame.

2.2 A solicitação deve ser realizada, impreterivelmente, no período de 11/12/2020 até 23/12/2020.

3. DO PROCEDIMENTO PARA A RESTITUIÇÃO DE VALORES

3.1 Para o processo de habilitação, os candidatos que efetuaram o pagamento da inscrição, deverão:

- a) enviar um e-mail para < compras@irani.sc.gov.br > com o Formulário de Solicitação da devolução do pagamento da taxa de inscrição, conforme modelo, em anexo a esse edital;
- b) anexar ao e-mail, uma cópia legível de documento pessoal com foto (RG, Carteira de Motorista);
- c) Informar número e dados (titularidade) da conta bancária para o ressarcimento;
- d) é facultativo ao candidato anexar o comprovante de inscrição;

3.2 Não serão recebidas documentações fora do prazo estabelecido neste Edital.

4. DOS VALORES A SEREM RESTITUÍDOS

4.1 Os valores a serem restituídos aos contribuintes interessados serão aqueles que foram efetivamente pagos a título de inscrição no concurso público 001/2020.

4.2 No caso do candidato indicar conta em outras instituições bancárias diferentes do Banco do Brasil e que a transferência gere tarifa bancária, esta será descontada do valor a ser restituído ao candidato.

4.2 Os valores serão restituídos em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da solicitação, de acordo com a ordem de cadastramento dos candidatos.

5. DO AMPARO FINANCEIRO

5.1 As despesas decorrentes deste certame correrão por conta da anulação proporcional da receita recebida a título de taxa de inscrição do concurso, se efetuadas dentro do exercício de 2020, ou então através de empenhamento utilizando-se dotação própria do Orçamento de 2021.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Os candidatos interessados responsabilizam-se pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;

6.2 Não serão recebidos documentos apresentados fora do prazo estabelecido neste edital;

Irani/SC, 09 de dezembro de 2020.
Flavio de Melo
Secretário de Administração e Gestão

ANEXO I
REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO CONCURSO PÚBLICO 001/2020

(NOME), (NATURALIDADE), (ESTADO CIVIL), (RG, CPF), (PROFISSÃO), com endereço necessário sito à rua/travessa/avenida, número: , bairro: , cidade: , CEP: , com endereço eletrônico: , vem por meio deste requerer a devolução do valor quitado ao Município de Irani, em razão da Inscrição para o Concurso Público 001/2020, no valor de R\$ (valor por extenso), para o cargo de (especificar o cargo para o qual foi feita a inscrição).

O ressarcimento deverá ser feito na conta bancária (indicar o nome do banco), (indicar a agência e a conta bancária, especificando se é conta corrente ou poupança), titularidade de

Fica o solicitante ciente de que no caso de indicação de instituição bancária diferentes do Banco do Brasil e que a transferência tenha custos, estes serão descontados do valor a ser restituído ao candidato, no valor da taxa bancária de R\$ 10,45.

(Assinatura)
Nome Completo

ANEXO II
REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO PROCESSO SELETIVO 001/2020

(NOME), (NATURALIDADE), (ESTADO CIVIL), (RG, CPF), (PROFISSÃO), com endereço necessário sito à rua/travessa/avenida, número: , bairro: , cidade: , CEP: , com endereço eletrônico: , vem por meio deste requerer a devolução do valor quitado ao Município de Irani, em razão da Inscrição para o Processo Seletivo 001/2020, no valor de R\$ (valor por extenso), para o cargo de (especificar o cargo para o qual foi feita a inscrição).

O ressarcimento deverá ser feito na conta bancária (indicar o nome do banco), (indicar a agência e a conta bancária, especificando se é conta corrente ou poupança), titularidade de

Fica o solicitante ciente de que no caso de indicação de instituição bancária diferentes do Banco do Brasil e que a transferência tenha custos, estes serão descontados do valor a ser restituído ao candidato, no valor da taxa bancária de R\$ 10,45.

(Assinatura)
Nome Completo

EXTRATO DO CONTRATO N°063/2020

Publicação N° 2753483

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 091/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 063/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IRANI

Contratada: THOMAS THIAGO ROMARIO TALASKA, com sede administrativa na Est. Baliza, s/n, Interior, Xânxere/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 32.786.679/0001-82.

Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de dois postes de iluminação para o campo de areia do bairro Alto Irani e do campo de futebol do Bairro Santo Antônio, de propriedade desta municipalidade.

Valor Total: R\$ R\$32.000,00 (Trinta e dois mil reais)

Vigência: 31/01/2021.

Gilson Moreira Leite-Secretário de Transporte, Obras e Urbanismo

Irati**PREFEITURA****PREGÃO RP Nº 013/2020-FMS - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO TOYOTA ETIOS E MICRO-ÔNIBUS MASTER, DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2754336

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 052/2020

Processo Licitatório Nº 052/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 013/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO TOYOTA ETIOS E MICRO-ÔNIBUS MASTER, DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 10:30 horas do dia 28/12/2020

Abertura dos Envelopes: 11:00 horas do dia 28/12/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 11 de dezembro de 2020.

MARCOS HENRIQUE KEHL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO RP Nº 086/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO KOMBI 2004, DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC – DEPTO SERVIÇOS PÚBLICOS

Publicação Nº 2754335

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 144/2020

Processo Licitatório Nº 144/2020

Edital: Pregão Presencial Nº 086/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS, PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO KOMBI 2004, DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC – DEPTO SERVIÇOS PÚBLICOS

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28/12/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 28/12/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 11 de dezembro de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.940

Publicação Nº 2752585

DECRETO N.º. 3.940 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO (A) APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2018 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para o cargo de Enfermeiro;

Considerando a necessidade de convocação de servidor (a) para desenvolver atividades junto a Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga para o cargo de Enfermeiro, no concurso público n.º 001/2018 e autorizada a CONVOCAÇÃO do (a) candidato (a) aprovado (a) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º O (a) candidato (a) convocado (a) deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Dezembro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO HMBJ Nº 025/2020

Publicação Nº 2752590

RESOLUÇÃO Nº. 025/2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR até a data de 31/12/2020, os efeitos da Resolução nº 016/2020, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora LIZIANE JOSINO, para exercer as atividades de Enfermeira (44h/sem), na forma de contratação direta, conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 02/2020, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Saúde, para atuar em substituição a servidora efetiva Giseli Kempinski, em exercício do cargo de Secretária Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), em 07 de Dezembro de 2020.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente.

RESOLUÇÃO HMBJ Nº 026/2020

Publicação Nº 2753707

RESOLUÇÃO Nº. 026/2020.

CONCEDE O GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o gozo de férias regulamentares ao servidor abaixo relacionado:

Nome	Período de Gozo		
ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA	10/12/2020	A	08/01/2021

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 10 de Dezembro de 2020.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente.

Itá

PREFEITURA

DECRETO 142/2020

Publicação Nº 2753446

Decreto nº 142/2020, 01 de Dezembro de 2020.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá - SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal 2.631 de 01 de dezembro de 2020:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2020, no valor de R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), conforme descrito a seguir:

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.019 – Manutenção Pré-Escolar

3.190.00.00.00.00.1018 – Aplicações Diretas 175.000,00

Fonte de recursos – 1018: Transferências do FUNDEB - 60%

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

1.018 – Infraestrutura Turística

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 250.000,00

Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, no valor de R\$ 2 R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento Geral do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003 – Manutenção Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 30.000,00

Fonte de recursos - 1000: Recursos Ordinários

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.1019 – Aplicações Diretas 100.000,00

Fonte de recursos - 1019: Transferências do FUNDEB - 40%

2.015 – Transporte Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.1019 – Aplicações Diretas 75.000,00

Fonte de recursos - 1019: Transferências do FUNDEB - 40%

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissionalizante

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 10.000,00

Fonte de recursos - 1000: Recursos Ordinários

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Inst.Priv s/fins Lucrativos 10.000,00

Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 30.000,00

Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

2.018 – Apoio ao Ensino Superior e Especialização

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Inst.Priv s/fins Lucrativos 15.000,00

Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 20.000,00

Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
06.02 – Departamento de Esportes e Lazer
2.021 – Manutenção Atividades Departamento de Esportes
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Inst.Priv s/fins Lucrativos 20.000,00
Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 100.000,00
Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
08.01 – Departamento de Turismo
1.030 – Construção Portal Turístico
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 15.000,00
Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

1.042 – Projeto Mirante Caracol
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

2.028 – Manutenção Dpto Indústria, Comércio e Serviços
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários
3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Inst.Priv s/fins Lucrativos 10.000,00
Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

08.03 – Departamento de Cultura
1.022 – Construção do Centro de Cultura
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de recursos – 1000: Recursos Ordinários

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2020, no valor de R\$ 238.750,00 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e artigo 5º da Lei Municipal 2.631 de 01 de dezembro de 2020 conforme descrito a seguir:

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
08.01 – Departamento de Turismo
1.018 – Infraestrutura Turística
4.4.90.00.00.00.00.1424 – Aplicações Diretas 238.750,00
Fonte de recursos – 1424: Convênios/Contratos Transf União

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC, em 01 de Dezembro de 2020.
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 144/2020

Publicação Nº 2753439

DECRETO Nº. 144/2010, de 03 de dezembro de 2020.
“CRIA PONTO DE TAXI QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o que dispõe a Alínea “a” do Inciso XXV do art. 12 e Inciso VII do art. 69, da Lei Orgânica Municipal.

Considerado, a implantação de mais uma unidade hoteleira junto à rodovia Beira Lago;
Considerando, a demonstração do interesse por parte dos investidores na existência de um ponto de táxi no local;
Considerado, a distância considerável entre a unidade hoteleira e o centro da cidade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado um ponto de táxi, localizado na Rodovia Beira Lago, nº 413, Bairro Lago Azul, na cidade de Itá – SC., junto a empresa E. Hotelaria e Turismo Ltda.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá – SC, 03 de dezembro de 2020

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 146/2020

Publicação Nº 2753450

Decreto nº. 146/2020, de 10 de dezembro de 2020.

“Fixa o valor da Unidade Municipal de Referência Fiscal – UMRF, para o Exercício de 2021 e dá outras providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com a redação dada pelo parágrafo único, do art. 309, de Lei Complementar nº. 105, de 10 de dezembro de 2013 e alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Municipal de Referência Fiscal – UMRF, para o exercício financeiro de 2021, fica fixada em R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC, 10 de dezembro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 147/2020

Publicação Nº 2753451

DECRETO Nº 147, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Divulga os feriados e decreta os pontos facultativos para o exercício de 2021.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Ficam divulgados os feriados nacionais e municipais, bem como decretados as datas consideradas ponto facultativo nas repartições municipais para o ano de 2021, a seguir:

- I - 1º de janeiro, sexta-feira, Confraternização Universal, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);
- II - 15 de fevereiro, segunda-feira, carnaval, (ponto facultativo);
- III - 16 de fevereiro, terça-feira, carnaval, (ponto facultativo);
- IV - 17 de fevereiro, quarta-feira de cinzas, (ponto facultativo pela manhã);
- V - 02 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2008);
- VI - 21 de abril, quarta-feira, Tiradentes (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);
- VII - 1º de maio, sábado, Dia do Trabalho, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);
- VIII - 03 de junho, quinta-feira, Corpus Christi, (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2008);
- IX - 29 de junho, terça-feira, Dia de São Pedro, Padroeiro do Município (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2008);
- X - 07 de setembro, terça-feira, Independência do Brasil, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);
- XI - 12 de outubro, terça-feira, Nossa Senhora Aparecida, (feriado nacional - Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980);
- XII - 02 de novembro, terça-feira, Finados, (feriado nacional - Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);
- XIII - 15 de novembro, segunda-feira, Proclamação da República, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);
- XIV - 13 de dezembro, segunda-feira, Dia do Município, (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2008);

XV - 25 de dezembro, sábado, Natal, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

Art. 2º Em dias de especial significado poderá o Chefe do poder Executivo Municipal, decretar ponto facultativo nas repartições públicas, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1.955/2008.

Art. 3º O atendimento dos serviços públicos considerados essenciais, nas datas mencionadas nos artigos 1º e 2º, deverão ser garantidos pelos órgãos da administração pública municipal, por intermédio de escalas de serviços ou plantões.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, 10 de dezembro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 148/2020

Publicação Nº 2753452

DECRETO Nº 0148 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

“Dispõe sobre data limite para empenhos, emissão de notas fiscais, atendimento ao público, e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os incisos VII e XXXIII do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando a aproximação do final do exercício de 2020;

Considerando a necessidade de fixar uma data limite para emissão de empenhos, emissão de notas fiscais e pagamentos;

Considerando a necessidade de definir as datas de atendimento ao público nas repartições públicas municipais;

Considerando o interesse público e, a necessidade do cumprimento da Legislação em vigor associados com a alta demanda e complexidade dos serviços técnicos/burocráticos a serem executados no período para o encerramento da gestão e, transmissão de cargo.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em 18 de Dezembro de 2020 a data limite para a realização de empenhos.

Art. 2º Fica fixado em 21 de dezembro de 2020 a data limite para emissão de Notas Fiscais.

Art. 3º Fica fixado o dia 23 de dezembro de 2020 como sendo o último dia para realização de pagamentos.

Art. 4º No período de 21 a 31 de dezembro de 2020, não haverá atendimento ao público na Prefeitura Municipal, ou seja, somente expediente interno.

Art. 5º Não se aplicam as disposições dos arts. 1º, 2º e 3º as despesas líquidas e certas e as cujo fato gerador aconteça fora das datas estabelecidas.

Art. 6º Fica autorizado o cancelamento de Restos à Pagar, processados e não processados, de Exercícios anteriores, não liquidados ou liquidados indevidamente até 30 de novembro de 2020.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC, em 10 de dezembro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

DECRETO 149/2020

Publicação Nº 2754394

Decreto nº 149/2020, 10 de Dezembro de 2020.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá - SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.612, de 20 de dezembro de 2019 e do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral Município de Itá, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), utilizando como fonte de recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2019, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.612/2019, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria de Assistência Social
 07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso
 2.057 – Manutenção Fundo Municipal de Direitos do Idoso
 3.1.90.00.00.00.00.3824 Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.612/2019, e inciso II, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria de Assistência Social
 07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso
 2.057 – Manutenção Fundo Municipal de Direitos do Idoso

3.3.90.00.00.00.00.1824 Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

Fonte de recursos – 1824: Convênio Fundo Idoso - Lei do Idoso

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
 09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 2.009 – Manutenção Serviços de Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.1017 Aplicações Diretas	13.000,00
--	-----------

Fonte de recursos – 1017: Recursos COSIP

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), utilizando como fonte de recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal 2.612/2019, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
 0.001 – Encargos Gerais do Município
 Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	35.000,00
--	-----------

Anulação

3.2.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	20.000,00
4.6.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00

2.003 – Manutenção Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda
 Suplementação

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	60.000,00
--	-----------

Anulação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	60.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
 05.02 – Departamento de Meio Ambiente
 2.011 – Manutenção Departamento de Meio Ambiente
 Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.1000 Transf. a Inst.Priv s/fins Lucrativos	10.000,00
---	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1018 Aplicações Diretas	78.000,00
--	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	73.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	5.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.025 – Manutenção Atividades Departamento de Turismo

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	22.000,00
--	-----------

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.1000 Transf. a Inst.Priv s/fins Lucrativos	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	8.000,00

08.03 – Departamento de Cultura

2.029 – Manutenção Departamento de Cultura

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 10 de Dezembro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 101 A 103 E ADITIVOS

Publicação Nº 2754398

Contrato Nº.: 101/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE

SÃO FRANC

Valor : 0,01 (um centavo)

Vigência : Início: 02/12/2020 Término: 01/12/2025

Recursos : Dotação:

Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso de 01 (uma) ensiladeira colhedora de forragens modelo pecus, marca nogueira, série AHCA 013453, cor vermelha, patrimônio PM Itá nº 13671 e 01 (um)

distribuidor de adubo seco, marca Budny 2019, modelo 6000, série 15764, patrimônio nº 13224.

Contratada.: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE

Vigência : Início: 02/12/2020 Término: 01/12/2025

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 102/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: REALISE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

Valor : 0,01 (um centavo)

Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2020

Objeto : Credenciamento de pessoas jurídicas, de direito privado, para captação de recursos financeiros para projetos aprovados e aptos, através das Leis de Incentivo Fiscal, Fundo Municipal Direito Idoso, Fundo Municipal Infância e Adolescência e Lei de Incentivo ao Esporte.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 103/2020
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AMIGOS DE SANTA CRUZ E
Valor : 0,01 (um centavo)
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 09/12/2025
Recursos : Dotação:
Objeto : Concessão gratuita do direito real de uso 01 (um) distribuidor de adubo seco, marca Budny 2019, modelo 6000, série 15763, patrimônio nº 13223.
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AMIGOS DE SANTA
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 09/12/2025
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 117/2015 - Contrato Nº: 117/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVÁ
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2020 Término: 30/11/2025
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na concessão dos equipamentos para manutenção das atividades da associação.
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVÁ
Vigência : Início: 01/12/2020 Término: 30/11/2025
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 118/2015 - Contrato Nº: 118/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BELA ADOLFO KONDER
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2020 Término: 30/11/2025
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na concessão dos equipamentos para manutenção das atividades da associação.
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BELA ADOLFO
Vigência : Início: 01/12/2020 Término: 30/11/2025
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 119/2015 - Contrato Nº: 119/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS BORBOLETAS
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2020 Término: 30/11/2025
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na concessão dos equipamentos para manutenção das atividades da associação.
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS
Vigência : Início: 01/12/2020 Término: 30/11/2025
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 120/2015 - Contrato Nº: 120/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE SÃO FRANC
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2020 Término: 30/11/2025
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na concessão dos equipamentos para manutenção das atividades da associação.
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE
Vigência : Início: 01/12/2020 Término: 30/11/2025
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 121/2015 - Contrato Nº: 121/2015
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/11/2020 Término: 30/11/2025
Recursos : Dotação:
Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na concessão dos equipamentos para manutenção das atividades da associação.

Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA

Vigência : Início: 01/12/2020 Término: 30/11/2025

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 67/2020 - Contrato Nº: 67/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: L E Z COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME

Valor : 3.064,58 (três mil e sessenta e quatro reais e cinq-enta e oito centavos)

Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 04/01/2021

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Aditivo de supressão de valor devido a necessidade de realização de ajustes em alguns quantitativos que apresentaram divergências no momento da execução.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 16/2020 - Contrato Nº: 16/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: STUMPF E CIA LTDA. - BIOANALISE

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 07/12/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Solicitação do Fundo Municipal de Saúde, informando que em virtude do aumento da demanda dos serviços represados no período da Pandemia do Corona vírus.

DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI - GESTOR

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PE23/2020

Publicação Nº 2753369

Resultado do Pregão Eletrônico nº 23/2020. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais e descartáveis e Hospitalar para uso, consumo e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis/SC. Empresas vencedoras: Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda, Valor: R\$ 39.900,00; Maycon Will Eireli-EPP, Valor: R\$ 7.542,00; Medefe Produtos Médicos Hospitalares Ltda, Valor: R\$ 4.750,00 e Cirúrgica União Ltda, Valor: R\$ 700,00. Vencimento 09/12/2021. Itaiópolis, 10/12/2020. Kelly Evellyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO 443 - PROCESSO 209.2020 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2753322

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 209/2020, Dispensa de Licitação nº 05.073.2020

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de reconstrução da cobertura do CTG, localizado no bairro Casa Branca do Município de Itapema, tendo em vista a decretação de situação de emergência no Município de Itapema, por força do Decreto Municipal nº 050/2020, em decorrência do ciclone que atingiu o Estado de Santa Catarina, causando os referidos danos.

CONTRATADO: EMPREITEIRA VALSOUZA LTDA EPP
CNPJ: 73.990.640/0001-60

DO VALOR: R\$ 120.023,06 (cento e vinte mil vinte e três reais e seis centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09/12/2020

Itapema, 09 de dezembro de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 444 - PROCESSO 210.2020 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2753328

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 210/2020, Dispensa de Licitação nº 05.074.2020

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação serviço de reconstrução da cobertura do Ginásio de Artes Marciais (GAM), localizado no bairro Morretes no Município de Itapema, tendo em vista a decretação de situação de emergência no Município de Itapema, por força do Decreto Municipal nº 050/2020, em decorrência do ciclone que atingiu o Estado de Santa Catarina, causando os referidos danos.

CONTRATADO: EMPREITEIRA VALSOUZA LTDA EPP
CNPJ: 73.990.640/0001-60

DO VALOR: R\$ 66.851,88 (sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09/12/2020

Itapema, 09 de dezembro de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 095 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 2753927

DECRETO nº. 95/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Itapema em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2020 nº. 3.941, de 16 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 7.522.760,67 (sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos) conforme segue:

Órgão: 01 - GABINETE DA PREFEITA**Unidade: 01 -Assessoria Especial Captação de Recursos e Projetos****Atividade: 2.001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Captação de Recursos****Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000/2- Aplicações diretas** R\$ 130.000,00**Unidade: 03 -Assessoria Especial de Gabinete****Atividade: 2.002 - Gestão e Administração do Gabinete da Prefeita****Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/4- Aplicações diretas** R\$ 1.000,00**Unidade: 04 -Assessoria Especial de Controle Interno****Atividade: 2.003 - Manutenção dos Serviços da Assessoria - Controle Interno****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/6- Aplicações diretas** R\$ 22.000,00**Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/7- Aplicações diretas** R\$ 500,00**Unidade: 10 - Defesa Civil****Atividade: 2.028 - Coordenação das Ações de Proteção e Defesa Civil****Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/14- Aplicações diretas** R\$ 500,00**Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0155/298- Aplicações diretas** R\$ 105.328,42**Total do Gabinete: R\$ 259.328,42****Órgão: 02 - GABINETE DO VICE PREFEITO****Unidade: 03 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.006 - Gestão e Administração do Gabinete do Vice Prefeito****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/17- Aplicações diretas** R\$ 50.000,00**Total do Gabinete: R\$ 50.000,00****Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO****Unidade: 01 -Procuradoria Geral do município****Atividade: 2.007 - Gestão e Administração da Procuradoria Geral****Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/21 - Aplicações diretas** R\$ 3.000,00**Unidade: 02 - Assessoria Especial da Procuradoria****Atividade: 2.008 - Manutenção dos Serviços Administrativos - PROCON****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/23 - Aplicações diretas** R\$ 7.000,00**Total da Procuradoria: R\$ 10.000,00****Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****Unidade: 02 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.015 - Cumprimento de Sentenças Judiciais - PRECATÓRIOS****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/48 - Aplicações diretas** R\$ 6.000,00**Total da Secretaria: R\$ 6.000,00****Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO****Unidade: 01 - Assessoria Especial de Planejamento Urbano****Atividade: 2.016 - Gestão e Administração da Sec de Planejamento****Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/54 - Aplicações diretas** R\$ 6.000,00

Atividade: 2.100 - Gestão Fundo Especial de Outorga Onerosa Dto de Construir - FEOODC

Elemento: 4.4.90.00.00.00.03.0095/290 - Aplicações diretas	R\$	1.501.932,25
Total da Secretaria:	R\$	1.507.932,25

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES**Unidade: 04 - Iluminação Pública****Atividade: 2.017 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública - COSIP**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0008/297 - Aplicações diretas	R\$	70.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0008/76 - Aplicações diretas	R\$	2.500,00

Unidade: 07 - Diretoria de Agricultura e Pesca**Atividade: 2.033 - Gestão Administrativa do Dpto de Agricultura e Pesca**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/94 - Aplicações diretas	R\$	14.000,00
--	-----	-----------

Unidade: 08 - Diretoria de Transito**Atividade: 2.020 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNREBOM**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0091/111 - Aplicações diretas	R\$	50.000,00
Total da Secretaria:	R\$	136.500,00

Órgão: 08 - SEC MUN TURISMO, CULTURA, ESPORTE E DESENV ECONOMICO**Unidade: 04 - Diretoria do Programa de Emprego e Renda****Atividade: 2.034 - Gestão Administrativa do Programa Emprego e Renda**

Elemento: 3.1.50.00.00.00.01.0000/125 - Aplicações diretas	R\$	39.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/126 - Aplicações diretas	R\$	1.000,00

Unidade: 05 - Diretoria de Turismo Cultura e Lazer**Atividade: 2.035 - Gestão Administrativa do Depto de Cultura e Lazer**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/128 - Aplicações diretas	R\$	155.000,00
---	-----	------------

Atividade: 2.038 - Manutenção do Mercado público e Programas Culturais

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/136 - Aplicações diretas	R\$	17.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000/137 - Aplicações diretas	R\$	22.000,00

Unidade: 06 - Assessoria Especial de Esporte**Atividade: 2.064 - Gestão e Administração do Depto de Esportes**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000/141 - Aplicações diretas	R\$	11.000,00
Total da Secretaria:	R\$	245.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Unidade: 04 - Diretoria de Ensino****Atividade: 2.054 - Gestão e Administração da Secretaria de Educação**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0001/198 - Aplicações diretas	R\$	40.000,00
---	-----	-----------

Atividade: 2.055 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - INFANTIL

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0018/209 - Aplicações diretas	R\$	1.183.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0019/210 - Aplicações diretas	R\$	55.000,00

Atividade: 2.056 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - FUNDAMENTAL

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0018/201 - Aplicações diretas	R\$	2.450.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0019/202 - Aplicações diretas	R\$	100.000,00

Atividade: 2.099 - Gestão e Manutenção da Educação Infantil - CMEIS PRE - Escolas

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0001/219 - Aplicações diretas	R\$	65.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0001/220 - Aplicações diretas	R\$	25.000,00

Total da Secretaria: R\$ 3.918.000,00

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Unidade: 04 - Diretoria de Administração e Finanças****Atividade: 2.073 - Gestão e Administração do Fundo Munic de Saúde - FMS**

Elemento: 3.1.50.00.00.00.01.0002/17 - Aplicações diretas	R\$	1.015.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0002/19 - Aplicações diretas	R\$	100.000,00

Unidade: 05 - Diretoria de Vigilância em Saúde**Atividade: 2.075 - Gestão das Ações em Vigilância Sanitária**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/26 - Aplicações diretas	R\$	5.000,00
--	-----	----------

Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada**Atividade: 2.079 - Oper e Manut do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS**

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/37 - Aplicações diretas	R\$	120.000,00
--	-----	------------

Atividade: 2.080 - Operação e manut do Serv Móvel de Urgência - SAMU

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0002/46 - Aplicações diretas	R\$	5.000,00
--	-----	----------

Atividade: 2.083 - Operação e Manut Serv Centro Espec Odontológicas - CEO

Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/58 - Aplicações diretas	R\$	140.000,00
--	-----	------------

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0002/62 - Aplicações diretas	R\$	5.000,00
--	-----	----------

Total da FMS:	R\$	1.390.000,00
----------------------	------------	---------------------

Total Geral:	R\$	7.522.760,67
---------------------	------------	---------------------

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I, Superavit Financeiro a importância de R\$ 1.001.932,25, para o inciso II, Excesso de Arrecadação a importância de R\$ 6.247.828,42, e para o inciso III, Anulação Parcial a importância de R\$ 273.000,00, conforme abaixo:

Órgão: 01 - GABINETE DA PREFEITA**Unidade: 01 -Assessoria Especial Captação de Recursos e Projetos****Atividade: 2.001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Captação de Recursos**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/1- Aplicações diretas	R\$	120.000,00
--	-----	------------

Total do Gabinete:	R\$	120.000,00
---------------------------	------------	-------------------

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES**Unidade: 04 - Iluminação Pública****Atividade: 2.017 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública - COSIP**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.03.0008/256 - Aplicações diretas	R\$	70.000,00
---	-----	-----------

Total da Secretaria:	R\$	70.000,00
-----------------------------	------------	------------------

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES**Unidade: 08 -Diretoria de Transito****Atividade: 2.020 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FUNREBOM**

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0091/112 - Aplicações diretas	R\$	50.000,00
---	-----	-----------

Total da Secretaria:	R\$	50.000,00
-----------------------------	------------	------------------

Órgão: 08 - SEC MUN TURISMO, CULTURA, ESPORTE E DESENV ECONOMICO**Unidade: 05 - Diretoria de Turismo Cultura e Lazer****Atividade: 2.038 - Manutenção do Mercado público e Programas Culturais**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/136 - Aplicações diretas	R\$	22.000,00
---	-----	-----------

Unidade: 06 - Assessoria Especial de Esporte**Atividade: 2.064 - Gestão e Administração do Depto de Esportes**

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/140 - Aplicações diretas	R\$	11.000,00
---	-----	-----------

Total da Secretaria:	R\$	33.000,00
-----------------------------	------------	------------------

Total Geral:	R\$	273.000,00
---------------------	------------	-------------------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 25 de novembro de 2020.

JOÃO LUIS EMMEL

Prefeito Municipal de Itapema, em exercício

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 236, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753503

DECRETO Nº 236, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde exercício de 2020, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso:

6301 – Transf. Convênio SUS - Estado, no valor de R\$ 78.277,00.

90.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0101.2122 – Manutenção das Atividades da Atenção Básica

31.90.00.00.00.00.00.6301 – Aplicações Diretas R\$ 78.277,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos do a partir dia 02 de dezembro de 2020.

Itapiranga, 02 de dezembro de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 237, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753506

DECRETO Nº 237, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.310, de 10 de dezembro de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0304.0101.2127 – Manutenção da Vigilância Sanitária

31.90.00.00.00.00.00.3802 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo, 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0304.0101.2127 – Manutenção da Vigilância Sanitária

33.90.00.00.00.00.00.3802 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 02 de dezembro de 2020.

Itapiranga, 02 de dezembro de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 238, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753508

DECRETO Nº 238, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.393, de 09 de dezembro de 2020:

Decreta:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, nas seguintes dotações orçamentárias:

06.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.1018 – Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 118.000,00

06.003 - Educação Infantil - Pré-Escola

0012.0365.0015.1020 - Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

06.004 - Educação Infantil - Creche

0012.0365.0016.1022 - Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total: 208.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

06.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0012.2022- Transporte Escolar - Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

0012.0361.0012.1019 - Construção, Reforma e Ampl. de Escolas Municipais

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

06.003 - Educação Infantil - Pré-Escola

0012.0365.0013.2026 - Transporte Escolar - Educ. Infantil - Pré-Escola

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

06.004 - Educação Infantil - Creche

0012.0365.0013.2029 - Transporte Escolar - Educ. Infantil - Creche

31.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

33.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

Total: 208.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 09 de dezembro de 2020

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração

DECRETO Nº 239, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753510

DECRETO Nº 239, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE O SEGUINTE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.395, de 09 de dezembro de 2020:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1002 – Recursos de Impostos para Saúde 15%, no valor de R\$ 250.000,00

90.001 – Fundo Municipal de Saúde
0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade
33.50.00.00.00.00.1002 – Transf. a Instit. Priv, s/fins Lucrativos R\$ 250.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 09 de dezembro de 2020
JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração

DECRETO Nº 241, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753655

DECRETO Nº 241, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE LOTES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO URUGUAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no § 9º, da Lei Municipal nº 3.199, de 11 de dezembro de 2018;

Decreta:
Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão de Avaliação de Lotes em Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai, com a seguinte composição:

- I – Gustavo Frederico Scholz – Fiscal de Obras e Posturas
- II – Regis Kuermer Bittencourt – Engenheiro Civil
- III – Pablo José Guareschi – Assessor de Desenvolvimento Urbano
- IV – Odir Preis – Corretor de Imóveis
- V – Bárbara Reichert – Coordenadora do Curso de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UCEFF.

Art. 2º As designações constantes no art. 1º do presente Decreto não contam ônus para os cofres públicos municipais, tendo em vista ser função de interesse público.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 102, de 10 de julho de 2019.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 10 de dezembro de 2020.
JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
José Gilvane Lauer
Secretário de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2020

Publicação Nº 2752860

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 075/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: BREGOMAR VEICULOS LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 149/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO E SISTEMA DE PORTA AUTOMÁTICA COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA VEÍCULOS DO TIPO VAN E AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ZERO KM, CONFORME PROPOSTA Nº 11356.676000/1180-07 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Vigência: Início: 09/12/2020 Término: 09/12/2021
Assinatura: 09/12/2020
Valor R\$: 59.800,00 (Cinquenta e Nove Mil e Oitocentos Reais)
Dotação: 273 - 06.001.1017.3449052520000000000.01011001
Dotação: 295 - 90.001.1081.3449052520000000000.01881088

Dotação: 300 - 90.001.1081.3449052520000000000.01021002
Dotação: 438 - 90.001.1081.3449052520000000000.03331033
Itapiranga, 10 de dezembro de 2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 076/2020

Publicação N° 2753149

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 076/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 149/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM PARA A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO E SISTEMA DE PORTA AUTOMÁTICA COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA VEÍCULOS DO TIPO VAN E AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ZERO KM, CONFORME PROPOSTA N° 11356.676000/1180-07 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Vigência: Início: 09/12/2020 Término: 09/12/2021
Assinatura: 09/12/2020
Valor R\$: 151.500,00 (Cento e Cinquenta e Um Mil e Quinhentos Reais)
Dotação: 273 - 06.001.1017.3449052520000000000.01011001
Dotação: 295 - 90.001.1081.3449052520000000000.01881088
Dotação: 300 - 90.001.1081.3449052520000000000.01021002
Dotação: 438 - 90.001.1081.3449052520000000000.0333103
Itapiranga, 10 de dezembro de 2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 077/2020

Publicação N° 2753306

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 077/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: RICARDO BUCHE 06841247930
Licitação: Pregão Eletrônico 149/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM PARA A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO E SISTEMA DE PORTA AUTOMÁTICA COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA VEÍCULOS DO TIPO VAN E AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ZERO KM, CONFORME PROPOSTA N° 11356.676000/1180-07 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Vigência: Início: 10/12/2020 Término: 10/12/2021
Assinatura: 10/12/2020
Valor R\$: 7.050,00 (Sete Mil e Cinquenta Reais)
Dotação: 273 - 06.001.1017.3449052520000000000.01011001
Dotação: 295 - 90.001.1081.3449052520000000000.01881088
Dotação: 300 - 90.001.1081.3449052520000000000.01021002
Dotação: 438 - 90.001.1081.3449052520000000000.03331033
Itapiranga, 10 de dezembro de 2020

EXTRATO DO CONTRATO N° 078/2020

Publicação N° 2754383

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 078/2020
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 147/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CRECHE EMEI BELA VISTA, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, OBJETO DE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO GOVERNO DO ESTADO A TÍTULO DE EMENDA PARLAMENTAR, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO

Vigência: Início: 10/12/2020 Término: 10/08/2021
Assinatura: 10/12/2020
Valor R\$: 614.610,51 (Seiscentos e Quatorze Mil, Seiscentos e Dez Reais e Cinquenta e Um Centavos)
Dotação: 285 - 06.004.1023.3449051980000000000.01011001
Dotação: 422 - 06.004.1023.3449051980000000000.01791079
Itapiranga, 11 de dezembro de 2020

LEI MUNICIPAL Nº 3.393, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753489

LEI MUNICIPAL Nº 3.393, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, nas seguintes dotações orçamentárias:

06.002 – Ensino Fundamental
0012.0361.0012.1018 – Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanente
44.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 118.000,00

06.003 - Educação Infantil - Pré-Escola
0012.0365.0015.1020 - Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanente
44.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

06.004 - Educação Infantil - Creche
0012.0365.0016.1022 - Aquisição de Veículos, Equip. e Materiais Permanente
44.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Total: 208.000,00

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

06.002 – Ensino Fundamental
0012.0361.0012.2022- Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

0012.0361.0012.1019 - Construção, Reforma e Ampl. de Escolas Municipais
44.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

06.003 - Educação Infantil - Pré-Escola
0012.0365.0013.2026 - Transporte Escolar - Educ. Infantil - Pré-Escola
33.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

06.004 - Educação Infantil - Creche
0012.0365.0013.2029 - Transporte Escolar - Educ. Infantil - Creche
31.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
33.90.00.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 48.000,00
Total: 208.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 09 de dezembro de 2020
JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Secretaria de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 3.394, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753499

LEI MUNICIPAL Nº 3.394, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E O INSTITUTO SANTÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde - FMS e o Instituto Santé.

§ 1º Constituirá objeto do Convênio a transferência de recursos financeiros na ordem de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), oriundos de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, destinados para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID -19.

§ 2º O Instituto deverá aplicar os recursos exclusivamente na realização das despesas previstas no Plano de Trabalho por ele apresentado.

§ 3º O Termo de Convênio a ser celebrado com o Instituto, definirá a forma e critérios para a transferência destes recursos, bem como normas de aplicação, gestão e prestação de contas.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos da seguinte dotação orçamentária:

90.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manut. das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.50.00.00.00.00.1002 – Transf. a Instit. Priv, s/fins Lucrativos

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga, 09 de dezembro de 2020

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 3.395, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753501

LEI MUNICIPAL Nº 3.395, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

ABRE O SEGUINTE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1002 – Recursos de Impostos para Saúde 15%, no valor de R\$ 250.000,00

90.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.50.00.00.00.00.1002 – Transf. a Instit. Priv, s/fins Lucrativos R\$ 250.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 09 de dezembro de 2020

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração

PORTARIA Nº 232, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752405

Portaria nº 232, de 10 de dezembro de 2020

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar servidores públicos municipais, para atuarem como fiscais no dia 13 de dezembro de 2020 na realização das provas do Processo Seletivo, conforme edital nº 01/2020.

NOME MATRÍCULA

Ivair Paulo Tavares 7735/01
Adriana Arnhold 14104/06
Alcenir Benachio 15048/01
Ane Rohden 11733/03
Anísia Loewenstein Spies 9973/16
Camila Fassbinder 7355/05
Claudia Luisa Stefanello 14650/01
Cleide Puhl 9943/09
Clenice dos Santos Becker 3125/07
Cléria Maria Deters Klein 13445/11
Clicério Loewenstein 11090/03
Daniela Welter 10055/04
Denise Friedrich 1603/12
Denise Monica Fuchs Kessler 1604/07
Elaine Simonetti Zappani 14450/02
Elaine Telles Roque 4086/01
Elenice Ana Kirchner 7579/01
Eliane Ames Bourscheid 15261/02
Fabrícia Kroetz 15338/01
Fernanda Luisa Giehl 14445/02
Francieli Alves dos Santos 15438/02
Franklyn Andreola 15348/01
Liane Diniz Knak 14214/05
Luis Schaefer 4168/01
Márcia Bruxel Schlickmann 10199/01
Marcio Pauli 11304/03
Maria Goretti Petry Terhorst 10012/01
Maria Salete Andrade 1685/07
Marilei Soares Nunes de Jesus 10977/10
Marli Schmitz 10157/01
Marlice Biersdorf 13645/02
Marlise Soehn 1619/14
Michele Reis Welter 13121/01
Nadir Teresinha Etges 1455/06
Nelson Klein 6128/01
Paula Prost Welter 11741/03
Renato Schlickmann 6214/01
Sandi Maiara Lange 15658/01
Wesley Niederle Sehn 15538/01

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 10 de dezembro de 2020.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Adriana Arnhold
Chefe de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 25/2019

Publicação Nº 2752726

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	10/12/2020	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 25/2019 Nº 122/2019

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ, LOCALIZADA A RUA 1.580, Nº159, NO BALNEÁRIO ITAPOÁ, NESTE MUNICÍPIO, COM METRAGEM DE 247,25 M2, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4522/2020. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial do Estado e Site Oficial do Município, no dia 22/11/2019 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
09/12/2020	221	10:35	TFI ENGENHARIA LTDA	27.723.924/0001-72
09/12/2020	222	10:55	CONSTRUTORA NOVA ITAJAÍ EIRELI	27.340.939/0001-51
10/12/2020	223	07:45	EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI ME	25.526.024/0001-00
10/12/2020	224	08:04	AOK ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E LIMPEZA EIRELI	28.254.470/0001-09
10/12/2020	225	08:14	ASR CONSTRUTORA EIRELI	27.383.455/0001-90

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado pela CPL o disposto a seguir:

Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
1	REF.: TFI ENGENHARIA LTDA
1.1. Apresentou "Declaração de declínio de visita técnica", declarando que não conhece o local do objeto da presente licitação, descumprindo o item 2.3.3.2 do Edital, que estipula "DECLARAÇÃO de conhecimento do objeto ou ATESTADO DE VISITA TÉCNICA". Neste quesito, a empresa foi considerada INABILITADA.	

Sendo assim, a empresa TFI ENGENHARIA LTDA, foi considerada INABILITADA. As empresas CONSTRUTORA NOVA ITAJAÍ EIRELI, EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI ME, AOK ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E LIMPEZA EIRELI e ASR CONSTRUTORA EIRELI estavam de acordo com o edital, e, portanto consideradas HABILITADAS. Tendo em vista o Decreto Municipal nº 4759/2020, os documentos de habilitação serão escaneados e disponibilizados no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no qual fica aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 18/12/2020. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	LAYRA DE OLIVEIRA MEMBRO
RICARDO LASTRA MEMBRO	RODRIGO FERREIRA FREITAS MEMBRO
Presente na sessão:	
PAULO SERGIO BAPTISTA DOS SANTOS SARGENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	
Licitantes presentes:	
EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI ME ÁLVARO CAPELA COELHO MERINI CNPJ/MF: 092.587.709-35	

DECRETO MUNICIPAL Nº 4764, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752996

DECRETO MUNICIPAL Nº 4764, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
Altera Decreto Municipal nº 82, de 09 de julho de 2001.

EZEQUIEL DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 82, de 09 de julho de 2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

"Art. 1º Denomina a Escola Municipal João Monteiro Cabral, localizada no Balneário Brandalize, situado na Rua 2550, nº 1157, município de Itapoá/SC."

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, de 10 de dezembro de 2020.

EZEQUIEL DE ANDRADE

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4765, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752999

DECRETO MUNICIPAL Nº 4765, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
Denomina Escola Municipal Zózimo Neres do Rosário.

EZEQUIEL DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Denomina a Escola Municipal Zózimo Neres do Rosário, situada na Rua Izabel Cabral Borges, nº 139, Itapoá-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, de 10 de dezembro de 2020.

EZEQUIEL DE ANDRADE

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4766, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753002

DECRETO MUNICIPAL Nº 4766, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
Homologa a Resolução CMS 82/2020, do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, do dia 09 de dezembro de 2020.

EZEQUIEL DE ANDRADE, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução CMS 82/2020, do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, do dia 09 de dezembro de 2020, que dispõe sobre aprovação do Projeto 90/2020 que tem por objetivo abrir créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para folha de pagamento e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 10 de dezembro de 2020.

EZEQUIEL DE ANDRADE

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

ERRATA LEILÃO Nº02-20

Publicação Nº 2752914

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA LEILÃO Nº02/2020
PROCESSO Nº102/2020

OBJETO: ALIENAÇÃO DOS ANIMAIS DE GRANDE PORTE APREENDIDOS PELO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ /SC EM VIAS PÚBLICAS E NÃO REIVINDICADOS PELOS PROPRIETÁRIOS, EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL 831/2018 ALTERADO PELA LEI MUNICIPAL Nº1001/2020, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O Município de Itapoá torna pública a alteração promovida no edital supracitado.

Faz-se a supressão do animal nº11 do edital:

LOTE ÚNICO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	SECRETARIA	SITUAÇÃO	LANCE MINIMO VALOR R\$
11	Espécie: Equina Raça: SRD Sexo: Fêmea Idade: Aproximadamente 20 anos Pelagem: Zaina Negra	Agricultura e Pesca	O animal possui uma debili- dade de casco, crônica e que requer cuidados de rotina.	R\$20,00

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 10 de dezembro de 2020.

SAMUEL ALVES SILVA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

VALÉRIO PACHECO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº6300/2020

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA - ATA DE POSSE DO SENHOR EZEQUIEL DE ANDRADE, PREFEITO MUNICIPAL, E THOMAZ WILLIAM PALMA SOHN, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 2752878

ERRATA - ATA DE POSSE DO SENHOR EZEQUIEL DE ANDRADE, PREFEITO MUNICIPAL, E THOMAZ WILLIAM PALMA SOHN, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Errata Ata de posse do Senhor Ezequiel de Andrade, Prefeito Municipal, e Thomaz William Palma Sohn, Presidente da Câmara de Vereadores de 02 de dezembro de 2020, publicado na data 04/12/2020 , DOM/SC – Edição 3341/2020 pg. 1082.

ONDE SE LÊ:

Aos 2 dias de dezembro de 2021,

LEIA-SE:

Aos 2 dias de dezembro de 2020.

ONDE SE LÊ;

THOMAZ WILLIAM PALMA SOHN

LEIA-SE:

THOMAZ WILLIAM PALMA SOHN

Itapoá, 10 de dezembro de 2020.

Roberto Nizer dos Reis

Diretor Legislativo

Ituporanga

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 01/2020 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 20/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2754287

RETIFICAÇÃO 01/2020

JOSÉ CARLOS DE FARIAS, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA – SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO do Edital de Chamada Pública nº 20/2020, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

A Seleção dos candidatos acontecerá conforme dados abaixo:

Local: Secretaria de Saúde do Município, anexo ao terminal rodoviário

Data: 07/12/2020 (sexta-feira), nos seguintes horários:

- Técnico em Atividades de Saúde: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem (SAMU): das 08 às 12 horas.

Data: 08/12/2020 (segunda-feira), nos seguintes horários:

- Médico: das 08 às 12 horas
- Motorista Socorrista (SAMU): das 08 às 12 horas.

2.8 Os interessados deverão apresentar-se no dia e horário abaixo:

Data: 07/12/2020 (sexta-feira), nos seguintes horários:

- Técnico em Atividades de Saúde: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem (SAMU): das 08 às 12 horas.

Data: 08/12/2020 (segunda-feira), nos seguintes horários:

- Médico: das 08 às 12 horas
- Motorista Socorrista (SAMU): das 08 às 12 horas.

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Técnico em Atividades da Saúde	CR	40h semanais	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Prova de conclusão do ensino médio. Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem ou curso de auxiliar de enfermagem. Registro profissional no Conselho de Enfermagem - COREN. Idade mínima de 18 anos.
Técnico em Enfermagem	CR	40h semanais	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Prova de conclusão do ensino médio. Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem. Registro profissional no Conselho de Enfermagem - COREN. Idade mínima de 18 anos.
Médico	CR	40h semanais	R\$ 16.124,48 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Diploma de nível superior com formação em medicina. Registro profissional no Conselho Regional de Medicina – CRM. Idade mínima de 18 anos.
Motorista Socorrista (SAMU)	CR	40h semanais	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Ensino Médio completo. Habilitação legal como motorista de veículos de transporte de pacientes, conforme Art. 145 e 145-A do CTB e Art. 33 da Resolução CONTRAN nº 168/2004. Habilitação profissional (curso) como Condutor de Veículos de Urgência do Tipo D, obtida junto aos Núcleos de Educação em Urgências - NEU, nos termos da Portaria Ministerial MS 2048/GM/2002. Ser maior de 21 anos.
Técnico em Enfermagem (SAMU)	CR	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Prova de conclusão do ensino médio. Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem. Registro profissional no Conselho de Enfermagem - COREN. Habilitação profissional (curso) obtida junto aos Núcleos de Educação em Urgência – NEU e experiência profissional prévia em serviço de saúde voltado ao atendimento de urgências e emergências. Idade mínima de 18 anos.

LEIA-SE:

A Seleção dos candidatos acontecerá conforme dados abaixo:

Local: Secretaria de Saúde do Município, anexo ao terminal rodoviário

Data: 14/12/2020 (segunda-feira), nos seguintes horários:

- Enfermeiro: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Atividades de Saúde: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem (SAMU): das 08 às 12 horas.

Data: 15/12/2020 (terça-feira), nos seguintes horários:

- Médico: das 08 às 12 horas
- Motorista Socorrista (SAMU): das 08 às 12 horas.

2.8 Os interessados deverão apresentar-se no dia e horário abaixo:

Data: 14/12/2020 (segunda-feira), nos seguintes horários:

- Enfermeiro: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Atividades de Saúde: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem: das 08 às 12 horas.
- Técnico em Enfermagem (SAMU): das 08 às 12 horas.

Data: 15/12/2020 (terça-feira), nos seguintes horários:

- Médico: das 08 às 12 horas
- Motorista Socorrista (SAMU): das 08 às 12 horas.

ANEXO I QUADRO DE VAGAS

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Enfermeiro	CR	40h semanais	R\$ 2.867,07 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Possuir diploma de nível superior com formação em enfermagem. Registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem – CO-REN/SC. Idade mínima de 18 anos.
Técnico em Atividades da Saúde	CR	40h semanais	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Prova de conclusão do ensino médio. Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem ou curso de auxiliar de enfermagem. Registro profissional no Conselho de Enfermagem - COREN. Idade mínima de 18 anos.
Técnico em Enfermagem	CR	40h semanais	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Prova de conclusão do ensino médio. Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem. Registro profissional no Conselho de Enfermagem - COREN. Idade mínima de 18 anos.
Médico	CR	40h semanais	R\$ 16.124,48 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Diploma de nível superior com formação em medicina. Registro profissional no Conselho Regional de Medicina – CRM. Idade mínima de 18 anos.
Motorista Socorrista (SAMU)	CR	40h semanais	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Ensino Médio completo. Habilitação legal como motorista de veículos de transporte de pacientes, conforme Art. 145 e 145-A do CTB e Art. 33 da Resolução CONTRAN nº 168/2004. Habilitação profissional (curso) como Condutor de Veículos de Urgência do Tipo D, obtida junto aos Núcleos de Educação em Urgências - NEU, nos termos da Portaria Ministerial MS 2048/GM/2002. Ser maior de 21 anos.
Técnico em Enfermagem (SAMU)	CR	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 1.467,24 + R\$ 300,00 de vale alimentação	Prova de conclusão do ensino médio. Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem. Registro profissional no Conselho de Enfermagem - COREN. Habilitação profissional (curso) obtida junto aos Núcleos de Educação em Urgência – NEU e experiência profissional prévia em serviço de saúde voltado ao atendimento de urgências e emergências. Idade mínima de 18 anos.

Ituporanga, 10 de dezembro de 2020.

Osni Francsico de Fragas José Carlos de Farias

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.982

Publicação Nº 2752509

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INACIO, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Municipal 1.653, de 03 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente na importância de R\$ 72.418,10 (Setenta e dois mil quatrocentos e dezoito reais e dez centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.02– COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

04.124.0002.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (5) – Aplicações Diretas R\$ 7.300,00

04.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.01– SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.123.0002.2.008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.3.71.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (30) – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (31) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

06.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

06.01– SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

20.606.0003.2.013 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (82) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.365.0004.2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 (0019) (196) – Aplicações Diretas R\$ 19.118,10

Recursos Ordinários – 0.1.0000.00000 – R\$ 53.300,00

Recursos Vinculados do Fundeb – 0.1.0019.00000 - R\$ 19.118,10

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 72.418,10

Art. 2º - Para atendimento da Abertura de Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial ou total na seguinte dotação:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO

02.02– COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

04.124.0002.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (6) – Aplicações Diretas R\$ 7.300,00

04.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.01– SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.123.0002.2.008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

4.4.71.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (33) – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (34) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

06.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

06.01– SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

20.606.0003.2.013 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (81) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.365.0004.2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0019 (0019) (128) – Aplicações Diretas R\$ 19.118,10

Recursos Ordinários – 0.1.0002.00000 – R\$ 53.300,00

Recursos Vinculados do Fundeb – 0.1.0019.00000 - R\$ 19.118,10

TOTAL ANULADO: R\$ 72.418,10

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 10/Dezembro/2020
ADELIR MANOEL INACIO
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 11/12/2020

MARLENE F.M.C.PICINATTO
Secretária De Administração

DECRETO Nº 1.983

Publicação Nº 2752851

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito de Jaborá(SC) em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei Municipal 1.653, de 03 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) por conta do superávit financeiro do exercício anterior na seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

04.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
04.01 – SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
28.845.0000.0.003 – CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0000 (0000) (205) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
05.01 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
26.782.0008.2.009 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0000 (0000) (213) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Superávit Financeiro de Recursos Ordinários - 0.3.0000.000000 – R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 10/dezembro/2020.
ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 11/12/2020.

MARLENE F.M.C.PICINATTO
Secretária De Administração

DECRETO Nº 1.984

Publicação Nº 2753073

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei Municipal 1.653, de 03 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente no Município de Jaborá:

08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0009.2.025 – MANUTENÇÃO DO CRAS
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0061 (0061) (164) – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de Recursos:

FONTES DE RECURSOS:

Transf. De Convênios Estado/Assistência Social - 0.1.0061 - R\$ 2.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 10/Dezembro/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 11/12/2020

MARLENE F.M.C.PICINATTO

Secretária De Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020

Publicação Nº 2753753

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Adelir Manoel Inácio, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 22 de dezembro de 2020, às 09 horas, destinado ao AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 10 de dezembro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2020

Publicação Nº 2753989

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2020

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Adelir Manoel Inácio, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 22 de dezembro de 2020, às 14 horas, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE JABORÁ/SC PARA O EXERCÍCIO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 10 de dezembro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020

Publicação Nº 2752735

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Tomada de Preços nº 1/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 26/2020.

Contrato Administrativo nº: 30/2020.

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Contratante: Município de Jaborá.

Contratada: KOPAV – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.659.735/0001-55.

Jaborá, SC, 10 de dezembro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2017

Publicação Nº 2752646

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 16/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 26/2017

Contrato Administrativo nº: 113/2017

Objeto: LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA.

Valor: R\$ 36.548,76 (trinta e seis mil e quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Vigência: 01/01/2021 à 31/03/2021.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67.

Jaborá, SC, 10 de dezembro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO PP 25/2020 FMS

Publicação Nº 2753756

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 25/2020 - Pregão Presencial

Menor Preço por Item

Objeto: aquisição parcelada de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado para consumo durante o exercício de 2021.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 23/12/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h do dia 23/12/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no Município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 12h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone: (48) 3535-1248.

ADILSON PIVA

Secretário de Saúde/Gestor

AVISO DA LICITAÇÃO PP 26/2020 FMS

Publicação Nº 2753779

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 26/2020 - Pregão Presencial

Menor Preço por Item

Objeto: aquisição parcelada de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Jacinto Machado para consumo durante o exercício de 2021.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 09h45min do dia 23/12/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 10h do dia 23/12/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no Município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 12h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone: (48) 3535-1248.

ADILSON PIVA

Secretário de Saúde/Gestor

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2020 FMS

Publicação Nº 2754004

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório Nº 27/2020 - Dispensa de Licitação

Objeto: Aquisição de medicamentos para ações de enfrentamento do Covid-19, no município de Jacinto Machado/SC.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC, com sede a Av. Padre Herval Fontanella, s/n, no centro do município de Jacinto Machado/SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.448.444/0001-00.

Fornecedor: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC, inscrito no CNPJ sob o nº 13.791.885/0001-36, com sede na Av. Santos Dumont, 1980 – sala 03 e 04 – Bairro São Luiz, no município de Criciúma/SC.

Do Valor: O valor global estimado é de R\$ 19.500,00 (Dezesseis mil e duzentos reais), com recursos proveniente da ação de enfrentamento da emergência de Saúde Nacional, COVID-19 (crédito extraordinário do Governo Federal).

Da dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta das seguintes dotações:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.93.00.00.00.00.00.0737(47)

Da base legal: Artigo 24, inciso XXVI da Lei de Licitações n.º 8.666/93; Inciso III, § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Justificativa: Os materiais a serem adquiridos objetivam viabilizar a implantação de medidas de prevenção do adoecimento de pessoas, suprindo as Unidades Básicas de Saúde e os municípios, com a urgência que a situação de emergência requer, para a mitigação da transmissão e contaminação pelo Covid-19, considerada a sua rápida e universal proliferação, que levou à classificação da doença como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020.

Os testes rápidos permitirão atender a demanda, para realização de triagem dos casos suspeitos encaminhados ao serviço público de saúde. A ausência dos testes ocasionará extrema dificuldade na realização da triagem dos casos suspeitos e medidas subseq-entes, desta feita, medidas urgentes de imediata aplicação devem ser asseguradas para a detecção e contenção do Coronavírus.

Sendo assim, urge a necessidade de adoção de ações mitigadoras ao risco iminente, que se fundamentam em dados e critérios técnicos, tomando por base a progressão da doença e a transmissão do vírus.

A Dispensa de Licitação se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC – CISAMREC, uma entidade sem fins lucrativos, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado, através de Processos Licitatórios, cuja ata de julgamento encontra-se anexo.

Jacinto Machado/SC, 10 de dezembro de 2020.

EDSON BORBA DOS SANTOS

Diretor de Saneamento

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 313/2020

Publicação Nº 2753428

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA Nº 132/2020

CONTRATO Nº 665/2020

Contratada: PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA – CNPJ/MF nº 03.989.313/0001-02

APOSTILA Nº 313/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, fica incluída as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0450.1466	Pavimentação Rua Ricardo Grutzmacher	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	247	0.1.00.0080
09.001.15.452.0450.3068	Pavimentação Rua Emílio Augusto Otto Oldenburg	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	794	0.1.00.0080
09.001.15.452.0450.3069	Pavimentação Rua Félix Richert	4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	795	0.1.00.0080

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020.

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras de Serviços Públicos

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PARA DILIGÊNCIAS CONFORME PARECER TÉCNICO 1339/2020 CONCORRÊNCIA Nº 129/2018 – VERSÃO III

Publicação Nº 2753077

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PARA DILIGÊNCIAS

CONFORME PARECER TÉCNICO 1339/2020

CONCORRÊNCIA Nº 129/2018 – VERSÃO III

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.550/2020, formada pelos membros Douglas Antonio Conceição, Marcio Bylaardt e Lucimara Gabardo Tarachucky, para sob a presidência do primeiro, reuniram-se para dar continuidade ao processo em decorrência da apresentação de parecer técnico, referente a Concorrência nº 129/2018 – Versão III, que tem como objeto selecionar a melhor proposta para exploração e prestação do serviço de transporte coletivo público de passageiros em Jaraguá do Sul, em caráter de exclusividade, mediante concessão, com critério de julgamento do tipo menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado (art. 15, inciso I, da Lei Federal 8.987/95), compreende a exploração e prestação do serviço de transporte coletivo público de passageiros no Município de Jaraguá do Sul, exclusivamente na modalidade regular.

Diante do recebimento do parecer técnico n. 1339/2020, cujo objeto é a análise técnica referente proposta de preços e verificação de ordem técnica em relativa a coerência das informações, legalidade e observação às determinações constantes em Edital em proposta de preços apresentada pela licitante de denominação social Viação Canarinho Ltda. é necessário diligenciar junto a empresa licitante para atender os apontamentos do referido parecer técnico, nos seguintes termos:

Fls. 21 – Item 1.4.2 – Situação verificada: Informações evidenciam a veracidade dos valores apresentados nos tipos de veículo, Microônibus, Midi e Básico. Porém a licitante não apresentou a quantidade, de 2 (dois) Microônibus adaptados e o respectivo preço. Desta forma o subitem 1.4.2 apresenta inconsistências. (fls. 21 do relatório)

Fls. 24 - Item "4" - Situação verificada: Carência de informações.

I) Avaliação: A licitante declarou possuir parte dos equipamentos necessários, porém, a comprovação referente as cotações efetuadas carecem de melhor explanação no que se refere a composição dos preços demonstrados.

II) Avaliação: A licitante declarou possuir parte dos equipamentos necessários, porém, a comprovação referente as cotações efetuadas carecem de melhor explanação no que se refere a composição dos preços demonstrados.

Fls. 24 - Item "6" - Situação verificada: Carência de informações.

I) Avaliação: A licitante declarou que irá disponibilizar os equipamentos necessários, porém, a comprovação referente as cotações efetuadas carecem de melhor explanação no que se refere a composição dos preços demonstrados.

Desta forma, nos termos do §3º do artigo 43 da lei federal 8666/93, é concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação dos esclarecimentos acima apontados, devendo tais informações serem apresentadas através do setor de protocolo da prefeitura de Jaraguá do Sul.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.

Douglas Antonio Conceição	
Lucimara Gabardo Tarachucky	
Marcio Bylaardt	

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2020

Publicação N° 2753206

Convocação de Processo Seletivo 001/2020.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 14 de Dezembro de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2020 conforme segue:

Nome: JAQUELINE KESSLER SLONGO
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 27º lugar (segunda chamada)

Nome: VINICIUS SEIJI IKEDA
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 29 º lugar (segunda chamada)

Nome: BEATRIZ MARDEGAN BENADATTI
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 30 º lugar (segunda chamada)

Nome: ALESSANDRA DE OLIVEIRA SILVA
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 31º lugar (segunda chamada)

Nome: LAIS DANTAS SOUZA
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 32º lugar (segunda chamada)

Nome: OTON LANDO
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 33º lugar (segunda chamada)

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2020

Publicação N° 2752595

Convocação de Processo Seletivo 001/2020.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 14 de Dezembro de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2020 conforme segue:

Nome: WESLEY GERALDO FERREIRA
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 22º lugar (2ª CHAMADA)

Nome: RAFAELA DE PAULA PERES
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 24º lugar (2ª CHAMADA)

Nome: LUDMILA MACHADO FERRAZ
Cargo: Médico Clínico Geral - 40hs
Secretaria: SEMSA
Classificação: 25 º lugar (2ª CHAMADA)

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2752639

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 14 de dezembro de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 002/2019 conforme segue:

Nome: JULIANA MARFUT HENNING

Cargo: Cirurgião Dentista - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 25º lugar

Nome: ADRIANA DOS SANTOS DEVEGILI

Cargo: Técnico de Enfermagem - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 87º lugar (segunda chamada)

Nome: LIANE JUNGES

Cargo: Técnico de Enfermagem - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 88º lugar (segunda chamada)

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 004/2018 SEMSA

Publicação Nº 2752640

Convocação de Processo Seletivo 004/2018 Semsas.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 14 de dezembro de 2020, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 004/2018 SEMSA conforme segue:

Nome: ALICE PICOLI

Cargo: PSICÓLOGO - 40hs

Secretaria: SEMSA

Classificação: 20º lugar

DECRETO Nº 14.508/2020

Publicação Nº 2753569

D E C R E T O Nº 14.508/2020

Regulamenta o Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Eventos, Conforme Classificação de Risco do Governo do Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos XI e XII, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO Classificação de Risco do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme Portaria SES Nº 592, de 17 de agosto de 2020;

DECRETA :

Art.1º Fica limitado o acesso dos clientes a lanchonetes, restaurantes, bares, sorveterias, padarias e congêneres, das 06h às 21h, com encerramento do atendimento presencial até às 22h, todos os dias.

§1º Os estabelecimentos citados no caput, deste artigo, poderão realizar tele-entrega e/ou retirada no balcão até às 24h.

§2º Lojas de conveniência anexas a postos de combustíveis, após o horário previsto, poderão disponibilizar somente o autoatendimento, sem consumo no local.

§3º Restaurantes, lanchonetes e congêneres localizados em hotéis e similares deverão cumprir o horário estabelecido no caput, deste artigo, permitido em horário diverso atendimento somente aos hóspedes através de room service (serviço de quarto), vedada expressamente a realização de eventos, shows e atividades culturais, respeitando as regras de distanciamento social e o limite de pessoas por mesa, conforme Portaria SES Nº 257, de 21 de abril de 2020.

§4º Fica autorizada a execução de música para cantores individuais ou duplas, em som ambiente/acústico, desde que não caracterize

evento, show, festa ou qualquer movimento de aglomeração, vedados pelas normas editadas pelo Estado, ficando proibida a execução de música por qualquer meio que dificulte a conversa e o consequente distanciamento entre clientes e funcionários nesses estabelecimentos.

Art.2º Fica vedada abordagem e/ou intervenção com pessoas, por qualquer meio (panfletagem, pesquisas, apresentações artísticas, etc.), em logradouros públicos (ruas, avenidas, praças, jardins, etc.), espaços de uso comum do povo.

Art.3º Ficam vedados eventos e promoções através de automóveis Drive-thru (drive-through), Drive-in, em qualquer espécie.

Art.4º O descumprimento do regramento disposto neste Decreto configura infração sanitária grave, nos termos da Lei Complementar Municipal N° 97/2010, de 19/04/2010, e alterações.

Art.5º Este Decreto entra em vigor no dia 11 de dezembro de 2020, com validade até 17 de dezembro de 2020.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO N° 14.509/2020

Publicação N° 2753570

D E C R E T O N° 14.509/2020

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal N° 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal N° 8.181/2019, de 06/12/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal N° 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein), a saber:

41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO E INOVAÇÃO

41.001 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

41.001.22.122.0302.4.201 - Pagamento de Despesas Fixas -

Desenvolvimento Econômico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

41.001.641 3.3.90 - Aplicações Diretas

0.1.00.0080 - Recursos Próprios R\$ 7.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO N° 14.510/2020

Publicação N° 2753571

D E C R E T O N° 14.510/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal N° 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais TARCÍSIO DEMO JUNIOR, matrícula 113673; ELIZIANA DOS REIS, matrícula 8589; e KAREN CRISTINA ARCE, matrícula 8946, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS N° 229/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma em uma área de 1.552,61m² das coberturas e ampliação, com área de 54,56m² da torre para caixa d'água da EMEB Ribeirão Cavallo, localizada na Rua 832 - Francisco Greter, N° 771, no bairro Braço Ribeirão Cavallo, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.511/2020

Publicação Nº 2753572

D E C R E T O Nº 14.511/2020
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 229/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma em uma área de 1.552,61m² das coberturas e ampliação, com área de 54,56m² da torre para caixa d'água da EMEB Ribeirão Cavallo, localizada na Rua 832 - Francisco Greter, Nº 771, no bairro Braço Ribeirão Cavallo, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal TARCÍSIO DEMO JUNIOR, matrícula 113673, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 229/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal KAREN CRISTINA ARCE, matrícula 8946, Diretora Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 229/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.512/2020

Publicação Nº 2753574

D E C R E T O Nº 14.512/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais RAFAEL WANZUITA SALUSTRIANO, matrícula 113724; MARCELO ADRIANO ELERT, matrícula 10956; e MICHELE CRISTINA DE AMORIM, matrícula 7491, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 216/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma no Pavilhão B do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, Nº 910, no bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC, contemplando reforma da cobertura, da estrutura pré-moldada, do piso de concreto, troca das telhas de fibrocimento, pintura da estrutura pré-moldada e estrutura metálica e revestimento em ACM, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.513/2020

Publicação Nº 2753575

D E C R E T O Nº 14.513/2020
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 216/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma no Pavilhão B do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, Nº 910, no bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul/SC, contemplando reforma da cobertura, da estrutura pré-moldada, do piso de concreto, troca das telhas de fibrocimento, pintura da estrutura pré-moldada e estrutura metálica e revestimento em ACM;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal RAFAEL WANZUITA SALUSTRIANO, matrícula 113724, Arquiteto e Urbanista, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 216/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal MARCELO ADRIANO ELERT, matrícula 10956, Agente de Logística, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 216/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.514/2020

Publicação Nº 2753577

D E C R E T O Nº 14.514/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FABIO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 8510; JACKELINE VANESSA GONZAGA, matrícula 113734; e KARINE KATH JOCHEM SCHMITT, matrícula 82067, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 221/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção do Centro de Treinamento Esportivo com área total de 1.966,35m², que será construído nos fundos da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, Nº 636, no bairro Nova Brasília, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.515/2020

Publicação Nº 2753579

D E C R E T O Nº 14.515/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 64/2020/Secel-DC, de 07/12/2020, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal JOSÉ MARCOS DE ANDRADE RANUCCI, matrícula 81914, Secretário Municipal de Cultura,

Esporte e Lazer, para presidir o COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DA LEI ALDIR BLANC de acompanhamento e fiscalização dos processos e procedimentos relacionados a Lei Federal Nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao Setor Cultural, constituído pelo Decreto Municipal Nº 14.239/2020, de 22/09/2020, em substituição à Cleide Mosca.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.516/2020

Publicação Nº 2753580

D E C R E T O Nº 14.516/2020

Declara de Utilidade Pública Imóvel de CELSO DA SILVA ODORCIK, SÉRGIO DA SILVA ODORCIK, SESAR ODORCIK, SOELI ODORCIK SCHIO, SIRLEI DA SILVA ODORCIK DE BRITO, CLEUZA SOTORRIVA ODORCIK, ALCIONE SCHIO e PAULO SÉRGIO MARTINS DE BRITO.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019; e

CONSIDERANDO o disposto no Ofício Nº 557/2020/Semed/GabSecr, de 13/11/2020, da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 088/2020/Semplu/GDU, de 09/12/2020, da Gerência de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0424/2020/Semplu, de 09/12/2020, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da EMEB Vitor Meirelles;
CONSIDERANDO as características físicas e de localização do imóvel, objeto da presente desapropriação;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, alterado pela Lei Nº 13.867/2019, de 26/08/2019, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 1.066,15m2, edificada com uma residência em madeira, com área de 33,00m2, ano 2001, a legalizar; uma residência em madeira, com área de 115,00m2, ano 1982, a legalizar; e uma edificação comercial em madeira, com área de 15,00m2, ano 2000, a legalizar, com os demais dados identificativos na MI Nº 63.047, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 50.268, situada à Rua 839 - Sizino Garcia, bairro Três Rios do Norte, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de CELSO DA SILVA ODORCIK, SÉRGIO DA SILVA ODORCIK, SESAR ODORCIK, SOELI ODORCIK SCHIO, SIRLEI DA SILVA ODORCIK DE BRITO, CLEUZA SOTORRIVA ODORCIK, ALCIONE SCHIO e PAULO SÉRGIO MARTINS DE BRITO.

Art.2º O imóvel a que se refere o artigo precedente, representado na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso público especial, e destinar-se-á à ampliação da EMEB Vitor Meirelles.

Art.3º Fica isento da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o imóvel objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 14.481/2020, de 03/12/2020.

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 14.517/2020

Publicação Nº 2753582

D E C R E T O Nº 14.517/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001.04.122.0302.2.058 - Pagamento de Despesas Fixas - Patrimônio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.001.73 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

0.1.00.0080 - Recursos Próprios R\$ 20.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020,
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL 003/2020/SEMSA – CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE FARMACÊUTICOS, MÉDICOS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2753033

EDITAL 003/2020/SEMSA – CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO
TEMPORÁRIA DE FARMACÊUTICOS, MÉDICOS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e suas alterações e considerando o resultado do EDITAL 003/2020/SEMSA – Chamada Pública para contratação temporária de Farmacêuticos, Médicos e Técnicos de Enfermagem, resolve HOMOLOGAR a classificação final deste, conforme abaixo.

FARMACÊUTICO – 40 HORAS SEMANAIS			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA DA INSCRIÇÃO	DEFICIÊNCIA
1	JOÃO VICTOR SERENINI	2020-12-07 00:01:43	N
2	NAYELLEN APARECIDA PUPIN MEURER	2020-12-07 00:01:47	N
3	INAE DE AZEVEDO SPEZIA	2020-12-07 05:51:13	N
4	MAYRA MARCIELLE PEREZ SALDANHA	2020-12-07 08:52:35	N
5	LUIZ CLAUDIO PEREIRA RESENDE	2020-12-07 10:52:30	N
6	LÍVIA MARIA DE SOUZA GONÇALVES	2020-12-07 11:52:26	N
7	BRUNA DAIANA POHL SIGNOR	2020-12-07 11:55:35	N
8	VANDERLEA GOBBO DA SILVA	2020-12-07 13:49:57	N
9	LILIANA MARIANN	2020-12-07 15:00:09	N
10	LETICIA ALINE FERNANDES	2020-12-07 15:53:29	N
11	LAIS CRISTINA DA SILVA	2020-12-07 16:26:16	N
12	ANGÉLICA ZANELLA BARROSO	2020-12-07 17:48:07	N
13	ROSANA DA CUNHA GUEDES	2020-12-07 19:40:56	N
14	BARBARA MARJORE SILVEIRA NOGUEIRA	2020-12-07 20:24:16	N
15	EDNEIDE PAULA PEREIRA	2020-12-07 21:18:39	N
16	CAIO FERNANDO SOUTO DOS SANTOS	2020-12-08 09:36:56	N
17	NICOLLY KASTELLER BERTHI	2020-12-08 11:59:01	N
18	ADRIANA MARIA DA SILVA	2020-12-08 12:06:36	N
19	CARMEN JULIA DA SILVA DE MENEZES	2020-12-08 15:09:30	N
20	MARICI LECHMANN	2020-12-08 20:03:51	N
21	ELAINE APARECIDA DE LIMA RIBEIRO	2020-12-08 23:34:26	N
22	LUIS EDUARDO GOMES DORNELES	2020-12-09 00:19:53	N
23	ELBA MARINA MIOTTO MUJICA	2020-12-09 00:30:23	N
24	EDSON ADRIANO AGUIAR	2020-12-09 06:23:35	N
25	FELIPE PAMPLONA FREITAS	2020-12-09 11:41:30	N
26	ALICE TIEMI NAKASHIMA	2020-12-09 11:54:56	N
27	ELPIDIO MAIA DA FONSECA JUNIOR	2020-12-09 13:01:29	N
28	LAIS PANTOJA DE ANDRADE TIMBÓ	2020-12-09 13:16:16	N
29	CARLA JOICE TOMCZAK OLCZYK	2020-12-09 14:14:00	N
30	EDUARDA MARCOM	2020-12-09 16:02:01	N
31	GABRIELLA KUJAVSKI	2020-12-09 20:43:59	N
32	MARIANA FERNANDA RODRIGUES NUTINI	2020-12-09 20:49:48	N
33	DRIELY CAIENNE FERREIRA PIMENTEL	2020-12-09 21:09:35	N
34	CRISTIANE PORTES RIBEIRO WAPPLER	2020-12-09 21:49:40	N
35	ALINE NEVES SCHOLZE	2020-12-09 21:58:48	N
36	AMANDA FERNANDES DE OLIVEIRA	2020-12-09 23:40:33	N
MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20 HORAS SEMANAIS			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA DA INSCRIÇÃO	DEFICIÊNCIA
1	ELIZABETH MARY MIOTTO REI	2020-12-07 00:01:13	N
2	AMANDA PEREIRA	2020-12-07 00:01:31	N
3	CAROLINA DORIGON BANTLE	2020-12-07 00:03:03	N
4	OSVALDO FERNANDES DE OLIVEIRA NETO	2020-12-07 07:09:44	N
5	FERNANDO RAYOL DE ARAUJO	2020-12-07 10:06:33	S

6	ISABELLE CRISTINA SORGATTO CAPELARI	2020-12-07 10:39:40	N
7	PAULO ISSAO KANASHIRO	2020-12-07 14:39:17	N
8	LETÍCIA CAROLINE FERREIRA	2020-12-07 16:56:24	N
9	NELLO CHESCON NETO	2020-12-08 03:49:02	N
10	MARIA JÚLIA NEVES CAVALCANTI BEZERRA	2020-12-08 09:41:14	N
11	JADER FILHO DA FONSECA CARREIRO	2020-12-08 12:33:20	S
12	LIDIANA BRITO DOS SANTOS	2020-12-08 14:23:38	N
13	LUIZA GONCALVES MARTINS	2020-12-08 20:09:46	N
14	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA	2020-12-08 20:37:40	N
15	LARISSA SEBOLD	2020-12-08 21:54:44	N
16	MAICON FERNANDO EGER	2020-12-09 07:32:07	N
17	JAQUELINE KESSLER SLOGO	2020-12-09 08:48:21	N
18	EDUARDO GNOATTO PERONDI	2020-12-09 10:15:49	N
19	TAINAH DO AMARAL LINS	2020-12-09 13:25:41	N
20	CLEITON TEIXEIRA DA SILVA	2020-12-09 13:33:14	N
21	LUIZA DANDARA DURANS NEIVA BRITO	2020-12-09 16:58:24	N
22	CRISTIANE DUDEK	2020-12-09 17:13:19	N
23	GABRIEL COELHO BARROS	2020-12-09 18:57:18	N
24	JULIA JUTTEL KNABEN	2020-12-09 19:08:50	N
25	ANDRESSA MAIARA BARBOSA OLIVEIRA	2020-12-09 19:24:41	N
26	LUCIANO ANDRADE COUTINHO	2020-12-09 19:58:05	N

MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40 HORAS SEMANAIS

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA DA INSCRIÇÃO	DEFICIÊNCIA
1	FLÁVIA LUCENA DA COSTA	2020-12-07 00:00:50	N
2	DINO SANI DA SILVA CARDOSO	2020-12-07 00:02:28	N
3	CENILDE DA COSTA ARAÚJO	2020-12-07 00:03:58	N
4	ALEXANDRE DORNBUSCH	2020-12-07 00:04:32	N
5	FLAVIO ALEXANDRE OLIVEIRA SCHWENGBER	2020-12-07 00:06:30	N
6	LARISSA MAESTRI BROGNOLI	2020-12-07 02:38:54	N
7	RAFAEL ANTONIO RODRIGUES BELOLI	2020-12-07 06:52:35	N
8	REINALDO DEI TOS NETO	2020-12-07 10:17:49	N
9	FABIO FERNANDES ALBRES	2020-12-07 10:33:08	N
10	FERNANDA NAZARETH DIAS	2020-12-07 14:18:52	N
11	ANA PAULA DE SOUSA DOS SANTOS	2020-12-07 16:17:48	N
12	BRUNO ZAPELINI MARCON	2020-12-07 18:33:26	N
13	PATRICIA DE RESENDE OBERHOFER CHAMMAS	2020-12-07 19:07:00	N
14	JORGE OBERHOFER CHAMMAS	2020-12-07 19:11:23	N
15	MATEUS CALDEIRA LAVRADOR	2020-12-07 23:38:21	N
16	ANA CECÍLIA BARBOSA BRAGA DE ALENCAR	2020-12-08 07:51:57	N
17	THAYNA BARBOZA BONFIM	2020-12-08 13:35:36	N
18	CASSIA CRISTINE SOUZA DA SILVA	2020-12-08 14:39:29	N
19	DARLAN SIMONELI DIAS DA SILVA	2020-12-08 15:09:54	N
20	SIMARA BORGES LLIVI IBANEZ VELASCO	2020-12-08 16:52:53	N
21	KAREN KOWALSKI ARMANINI	2020-12-08 17:13:09	N
22	THAYSE VIEIRA COAN	2020-12-08 17:51:18	N
23	DÉBORA ASSUNÇÃO AGUIAR	2020-12-08 18:44:41	N
24	THAIS SILVA	2020-12-08 19:46:45	N
25	NILTON FERRAZ JUNIOR	2020-12-08 20:41:02	N
26	ATALIBAS XIMENES DE ARAGÃO NETO	2020-12-08 20:54:17	N
27	DJOHN LENON BRANDL	2020-12-08 21:58:11	N
28	DAVID ESMANHOTTO	2020-12-09 08:41:23	N
29	RAIMUNDO RENATO RAMOS DE ARAÚJO	2020-12-09 09:42:11	N
30	OTON LANDO	2020-12-09 11:58:30	N
31	RACHEL LIMA SALGUEIRO VASCONCELOS	2020-12-09 14:50:27	N
32	LEE JAMES DE SOUZA RAMOS	2020-12-09 15:27:40	N
33	ANA PAULA CATTANEO	2020-12-09 16:34:50	N
34	VINICIUS SEIJI IKEDA	2020-12-09 17:36:41	N
35	ALINE FERNANDES MIRANDA DE SOUZA	2020-12-09 18:25:59	N
36	DIÉGO DA SILVA DANTAS	2020-12-09 19:45:10	N
37	RAFAEL DOUGLAS MILANI	2020-12-09 20:04:00	N
38	BEATRIZ MARDEGAN BENATATTI	2020-12-09 23:27:13	N

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS SEMANAIS

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA DA INSCRIÇÃO	DEFICIÊNCIA
1	RAFAEL HADLICH	2020-12-07 00:01:06	N
2	MEURLYN CHRISTIAN NUNES IACHITZKI	2020-12-07 00:01:19	N
3	KARINE DE GASPER	2020-12-07 00:01:35	N
4	RUTE DE OLIVEIRA SANTOS	2020-12-07 00:01:47	N
5	MARI DE JESUS DUARTE PEREIRA	2020-12-07 00:01:54	N
6	JOSIANE GONÇALVES	2020-12-07 00:02:11	N
7	IVANA VIERA FORMULO	2020-12-07 00:03:01	N
8	CRISTANO DA SILVA GOMES NARCIZO	2020-12-07 00:03:46	N
9	CASSIANO CADONÁ	2020-12-07 00:03:54	N
10	SOELEN CAROLINE GUTHER	2020-12-07 00:04:12	N
11	MARA BORCHARTT PEREIRA	2020-12-07 00:05:50	N
12	MÁRIO RODOLFO GHERING	2020-12-07 00:05:54	S
13	PRISCILA PRANDO DE AVILA	2020-12-07 00:09:20	N
14	ALEXSSON GRAL	2020-12-07 00:10:19	N
15	ANA PATRICIA JAWORSKI	2020-12-07 04:40:55	N
16	JAQUELINE BATISTA DE SOUZA	2020-12-07 06:03:13	N
17	GIÉZI MACHADO LOPES	2020-12-07 07:10:35	N
18	SOLANGE APARECIDA DIAS	2020-12-07 07:18:35	N
19	SONIA MARIA GUIMARAES	2020-12-07 07:30:53	N
20	ANA PAULA SESTARI	2020-12-07 07:59:16	N
21	TONI ATANASIO	2020-12-07 08:09:27	N
22	ELIANE CRISTINA TISSI	2020-12-07 08:11:00	N
23	ARACI KLEIN SILVEIRA	2020-12-07 08:16:05	N
24	TALITA LANA PIERRE	2020-12-07 08:25:22	N
25	ADRIANA FRAGATA DOS SANTOS	2020-12-07 08:29:52	N
26	ANA CLÁUDIA DOS SANTOS	2020-12-07 08:31:18	N
27	SILMA MARIA ALVES DOS SANTOS	2020-12-07 08:35:38	N
28	ROSANGÉLICA MACEDO DE SOUSA	2020-12-07 08:38:21	N
29	PAULO VINICIUS SPENGLER	2020-12-07 09:30:52	N
30	ADRIANO JUNKES	2020-12-07 10:12:49	N
31	SARA ALVES DOS SANTOS	2020-12-07 10:23:15	N
32	LEONARDO SCHMIDT JUNIOR	2020-12-07 10:38:02	S
33	MARIA NEUSA WOLFF BUZZACHERA	2020-12-07 10:38:39	N
34	ANGELITA IZIDORO JACINTHO MANTOVANI	2020-12-07 10:44:26	N
35	AMANDA PIERITZ	2020-12-07 11:29:55	N
36	ADRIANA POSSELT SCHULZ	2020-12-07 11:30:30	N
37	LIDIANE CENTENO FERREIRA	2020-12-07 11:42:35	N
38	ANA PAULA GOES BARBIERI CORREA	2020-12-07 12:39:20	N
39	MIGUEL SIMAO DA SILVA	2020-12-07 12:46:22	N
40	GUSTAVO LEANDRO SARAIVA	2020-12-07 12:58:45	N
41	MAGALI TEREZINHA AMÉRICO DANNA	2020-12-07 15:17:53	N
42	JANAINA TZELIKIS DA SILVA	2020-12-07 15:19:07	N
43	SILVANA ANDREIA CORDEIRO	2020-12-07 15:39:28	N
44	GRACIELE DE MIRANDA FLORES	2020-12-07 17:35:15	N
45	MARIA DENISE MARTINS	2020-12-07 18:55:08	N
46	ESCALART LENITA KREUTZFELD	2020-12-07 19:57:25	N
47	TATIANE PONCHIELLI LANGE	2020-12-07 20:00:37	N
48	MAYARA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA MESQUITA	2020-12-07 20:41:35	N
49	EMANOELA CECÍLIA DA SILVA CECIM SANTOS	2020-12-07 20:54:08	N
50	CLARICE FATIMA RODRIGUES KARSTEN	2020-12-07 21:10:57	N
51	JULIANE CARLA BERNARDO	2020-12-07 21:25:35	N
52	MARLI TEREZINHA DOS SANTOS	2020-12-07 22:58:42	N
53	AMÉLIA VITÓRIA FERREIRA SANTOS	2020-12-08 01:37:26	N
54	PATRICK MAURECY MARIA	2020-12-08 07:29:19	N
55	LAUDINEIA SARMENTO CABRAL	2020-12-08 07:42:36	N
56	MAIKE PATRICIA SELL	2020-12-08 09:55:34	N
57	TATIANA PEREIRA DE MELO DE SOUZA	2020-12-08 11:42:12	N
58	CRISTIANE BRANDINO PEDRO	2020-12-08 11:47:33	N
59	RAFAELA GILMARA GLATZ	2020-12-08 11:52:24	N
60	JULIANA BORCHARDT	2020-12-08 13:34:14	N
61	JEFERSON ROMARIO RISSO DA CUNHA	2020-12-08 13:41:40	N
62	KATIA DE JESUS	2020-12-08 13:56:39	N
63	ROSANA KASSNER	2020-12-08 14:04:14	N

64	DANIELA CARDOSO	2020-12-08 14:11:25	N
65	CLEIDE OLIVEIRA DA CRUZ ABREU	2020-12-08 14:19:42	N
66	EDIMEIRY SOUZA BARCELOS	2020-12-08 14:38:51	N
67	PAOLA FAGUNDES BORGES	2020-12-08 15:10:16	N
68	CRISTINA CORNÉLIO MAIA	2020-12-08 15:25:05	N
69	LORIVAL MENEZES DA SILVA	2020-12-08 15:34:11	N
70	GIUSEPE LUDIANI DE ARAUJO	2020-12-08 15:55:03	N
71	ROGERIO FERREIRA DE SOUZA	2020-12-08 17:28:10	N
72	ANGELINA ANTUNES	2020-12-08 18:37:16	N
73	MATHEUS GONCALVES	2020-12-08 19:26:21	N
74	WANDERLEIA GOMES DE SOUSA	2020-12-08 19:26:50	N
75	ADRIANO FRAGATA DOS SANTOS	2020-12-08 19:35:51	N
76	GECIMARIA DOS SANTOS VIEIRA	2020-12-08 20:34:43	N
77	BÁRBARA BEATRIZ REIS DA SILVA	2020-12-08 20:40:00	N
78	JOSIANE PADILHA	2020-12-08 21:19:23	N
79	DEBORA CRISTINA GOMES ALVES	2020-12-08 21:36:37	N
80	GISELE APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	2020-12-08 21:50:24	N
81	PATRÍCIA CHOPENSKI	2020-12-08 21:57:16	N
82	ANDREIA AGUIRRA	2020-12-08 22:01:52	N
83	SCHIRLEI ALESSANDRA ROPELATTO DOS ALESSANDRA	2020-12-08 22:04:35	N
84	ATALITA WEISS MARTINS	2020-12-08 22:29:07	N
85	LIDIANY DOS SANTOS ABREU	2020-12-08 22:32:10	N
86	MARISTELA DO NASCIMENTO	2020-12-08 23:10:20	N
87	ANDRÉA REGINA FELIPE BASTOS	2020-12-08 23:26:21	N
88	CICERA PEREIRA DA SILVA	2020-12-08 23:59:26	N
89	MARIA JOSÉ LUNIERE PEREIRA DA SILVA	2020-12-09 00:03:00	N
90	MARA JACQUELINE DE TOFFOL STRELOW WILLEMANN	2020-12-09 00:37:44	N
91	ROSILDA DA SILVA	2020-12-09 00:39:00	N
92	SIMONE RILO DA ROSA CARDOZO	2020-12-09 01:10:38	N
93	ELISANGELA SCHUQUEL MATTIONI	2020-12-09 01:34:05	N
94	MARCIA LOPES DE MEDEIROS	2020-12-09 06:32:45	N
95	ABEL SILAS MARTINS	2020-12-09 06:33:30	N
96	DANIELA SANTAREM CARDOSO DE LIMA	2020-12-09 06:40:52	N
97	MARIA DO SOCORRO VIEIRA DA SILVA	2020-12-09 07:54:03	N
98	ALESSANDRA TAVARES	2020-12-09 08:48:01	N
99	ANA JURAI NARLOCH	2020-12-09 08:54:54	N
100	FRANCYNE DA SILVA ALVES	2020-12-09 09:06:09	N
101	ROMY HESSE	2020-12-09 09:14:06	N
102	TACIANI CARLA ASSINI	2020-12-09 09:16:23	N
103	MARCIA LICHTENFELZ	2020-12-09 09:21:18	N
104	RENATA LOURENÇO DA SILVA	2020-12-09 09:43:18	N
105	SARAH LUANA EGER	2020-12-09 10:05:42	N
106	ARCINEIA SEIBEL TITTON	2020-12-09 10:05:43	N
107	BEATRIZ FRANCISCO ITALIANO DE ARAUJO	2020-12-09 10:19:04	N
108	DANIELA MARTINS NICOLAU	2020-12-09 10:41:48	N
109	ELZA MARIA FERREIRA DIAS DA SILVA	2020-12-09 10:42:27	N
110	ADRIANI BORGES DE SOUZA SANTOS	2020-12-09 11:11:17	N
111	BÁRBARA DE ALMEIDA ROCHA	2020-12-09 11:15:05	N
112	SAIONARA DA SILVA	2020-12-09 11:16:09	N
113	DANIELY KARFAN SILVA	2020-12-09 11:27:10	N
114	CLAUDIA APARECIDA DE ALMEIDA E SILVA	2020-12-09 11:36:12	N
115	REINALDO DO NASCIMENTO	2020-12-09 12:01:19	N
116	ELIZET DA CRUZ PROENÇA	2020-12-09 12:02:28	N
117	MARCOS ROBERTO SAMPAIO MORAIS	2020-12-09 13:04:38	N
118	TAILAINE TUSNELDA COELHO	2020-12-09 13:11:41	N
119	MELISSA CAMARGO DE CARVALHO	2020-12-09 13:34:17	N
120	VANDERLEIA SERAFIM DENARDE	2020-12-09 13:39:58	N
121	TEREZINHA COSTA	2020-12-09 13:42:29	N
122	RENAN ANDREATTA	2020-12-09 13:59:57	N
123	MIRIDIANE LIMA DE SOUZA	2020-12-09 14:01:54	N
124	LIANE JUNGES	2020-12-09 14:59:31	N
125	KAROLINY MICHALACK	2020-12-09 15:06:14	N
126	WILSON ERASMO RAMOS VAZ	2020-12-09 15:08:58	N
127	CÉLIA BRUGGE GLODEN	2020-12-09 15:20:33	N

128	TAISE MACIEL	2020-12-09 15:32:42	N
129	CLEITON FAGUNDES DE OLIVEIRA	2020-12-09 15:58:37	N
130	LUANA VANESSA DOS SANTOS GABRIEL	2020-12-09 16:10:56	N
131	JULIANE MILLENA CIRINO LOPES	2020-12-09 16:47:50	N
132	VALMIR VICENTE SILVA	2020-12-09 16:48:34	N
133	MARCOS FELIPE FERNANDES VIDAL	2020-12-09 16:52:55	N
134	ÉRICA SANDY MASSON NIENOW	2020-12-09 16:58:41	N
135	LARISSA IAROCHESKI NALEVAIA	2020-12-09 17:48:42	N
136	SANDRA DA SILVA SOUZA	2020-12-09 18:35:15	N
137	FRANCIELI DAIANE TEIXEIRA MULLER	2020-12-09 19:01:56	N
138	MARIA GABRIELE ANGEIO	2020-12-09 19:57:25	N
139	ALINE ZAKALIAK BUENO	2020-12-09 20:12:31	N
140	VERA PINCZ	2020-12-09 20:31:27	N
141	ROSÂNGELA DOS SANTOS PEPE	2020-12-09 21:09:46	N
142	FABIULA MENDES DE AGUIAR	2020-12-09 21:14:11	N
143	PRISCILA BAPTISTA ROSA	2020-12-09 21:22:06	N
144	MARIA DE NAZARÉ BRASIL DA SILVA	2020-12-09 21:27:36	N
145	EDNILSON DA SILVA CORDEIRO	2020-12-09 22:02:13	N
146	ADRIANA DOS SANTOS DEVEGILI	2020-12-09 22:19:05	N
147	SUSANA MARTINS	2020-12-09 23:28:18	N
148	MARIA DE FATIMA FERREIRA DA CONCEIÇÃO	2020-12-09 23:35:06	N
149	CRISTIANE POHLMANN DE OLIVEIRA	2020-12-09 23:47:48	N
150	ANTONIO FRANCISCO MENDES MIRANDA	2020-12-10 00:00:51	N

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020.

Alceu Gilmar Moretti

Secretário Municipal de Saúde

EDITAL Nº 007/2020/CESE

Publicação Nº 2752593

EDITAL Nº 007/2020/CESE
INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E ENSINO MÉDIO DO
CURSO DE MAGISTÉRIO

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários – CESE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – Semed.

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto à Secretaria Municipal de Educação (Semed) da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul.

1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.

1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.

1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de 843,72 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal).

1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.

1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até esgotar a lista de classificados.

1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 16 de dezembro de 2020 a 17 de janeiro de 2021, através de formulário disponível no endereço eletrônico: <https://sistemas.jaraguadosul.sc.gov.br/index.php?class=InscricaoEstagiarios&method=onStart&codigo=1af403ce>, ou no link disponível na página da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>) clicando na aba "Concursos Públicos, Processos Seletivos e Estágios".

2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá preencher todos os campos do formulário supracitado e anexar documento comprobatório.

2.2.1. Anexar o Comprovante de Notas e de Frequência para validar a inscrição.

2.3 A inscrição será efetivada somente após o candidato clicar na opção Finalizar.

2.4 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

2.5 A classificação final será divulgada no dia 27 de janeiro de 2021, após às 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

3 DOS REQUISITOS

3.1 Estar regularmente matriculado para o ano de 2021 nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Psicopedagogia entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou Curso Ensino Médio Magistério matriculado no 4º ano, e com frequência efetiva em Instituições de Ensino Superior, conveniadas à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
- d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de um responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas);
- e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição;
- f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
- g) Fotocópia do histórico escolar do estudante;
- h) Fotocópia do atestado/declaração de índice acadêmico do estudante;
- i) Fotocópia do cartão de conta bancária – CAIXA, em nome do estudante.

3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Central de Estágios.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

- a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou da declaração emitida pela Instituição de Ensino;
- b) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, b, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.4 A classificação prévia será divulgada no dia 22 de janeiro de 2021, após às 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

4.4.1 De conhecimento da divulgação da classificação prévia, o candidato poderá recorrer do resultado, preenchendo o Formulário de Recurso (Anexo I), fundamentando e encaminhando à Comissão Especial de Seleção de Estagiários – CESE.

4.4.2 No caso de não concordância ou divergências da classificação, o candidato poderá impetrar recurso da classificação prévia no dia 25 de janeiro de 2021, na Secretaria Municipal de Educação, com entrega do Anexo I preenchido, no horário das 8 horas às 16 horas.

4.5 A classificação final será divulgada no dia 27 de janeiro de 2021, após às 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020.
CAROLINA SCHIOCHET
Representante da Secretaria Municipal da Administração
Portaria n° 622/2019

GRACE EMÍLIA ANDREATTA
Representante da Secretaria Municipal da Administração
Portaria n° 622/2019

ROBERTA ROTERMUND BARATTO
Representante da Secretaria Municipal da Educação
Portaria n° 653/2020

TÁLLIS TAIS PERKOWSKI MULLER
Representante da Secretaria Municipal da Educação

ANEXO I
RECURSO

EDITAL N° 007/2020/CESE
INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E ENSINO MÉDIO DO
CURSO DE MAGISTÉRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO		
NOME DO CANDIDATO: _____		
INSCRIÇÃO: _____		
MOTIVO: _____		

Anexar documentos comprobatórios (histórico escolar/boletim)		

(Para uso da Semed)		

		DEFERIDO

		INDEFERIDO

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de _____.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 207/2020

Publicação N° 2753637

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 207/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL N° 171/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e FMHIS

CONTRATADA: SUÍÇA TRANSPORTES LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de TUBOS, CALHAS DE ESCOAMENTO E PALANQUES DE CONCRETO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 171/2020, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: Os valores estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020 e 2021, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento e Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Agricultura.

PRAZO PARA ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA: As entregas dos tubos de concreto e calhas de escoamento em concreto serão realizadas por conta da empresa vencedora do certame, diretamente nos locais (propriedades rurais) no perímetro rural do município de Jaraguá do Sul, mediante

autorizações emitidas pela Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento, que informará a quantidade e endereço de cada produtor rural. O transporte deverá ser efetuado com cuidado; caso haja quebra de alguma unidade, o contratado deverá promover a reposição do material em até 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido. Ao contratado caberá a responsabilidade da confecção, entrega e/ou reposição nas propriedades, sendo que, a colocação dos tubos e fossas será de responsabilidade do município. A qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) é de responsabilidade do Fabricante dos produtos. Os palanques deverão ser entregues no pátio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600, no Bairro Barra do Rio Cerro.

DATA DA ASSINATURA: 18/11/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Daniel Peach e Anderson Nessler

Daniel Peach

Secretário e Gestor do Froagro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2020

Publicação Nº 2753638

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

CONTRATADA: PRADI COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Aquisição de SAIBRO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 172/2020, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: Os valores estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020 e 2021, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento e Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural e Agricultura e Froagro.

PRAZO PARA ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA: A entrega dos materiais será efetuada diretamente nos locais (propriedades rurais) no perímetro rural do município de Jaraguá do Sul, para atender o incentivo subsidiado, conforme Lei Municipal nº 7.844/2019 e Decreto nº 13.030/2019, por conta da empresa vencedora do certame, conforme autorizações (solicitações) emitidas pela Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento. É de responsabilidade do responsável pela liberação do material o preenchimento dos dados relevantes na ordem de serviços/ entrega para fins da prestação de contas junto às notas fiscais.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Daniel Peach e Moacir Pradi

Daniel Peach

Secretário e Gestor do Froagro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2020

Publicação Nº 2753639

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço à prestação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes, conforme especificações no ANEXO I do Edital e segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: Os valores estão previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020 e 2021, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima terceira desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços solicitados e mediante apresentação da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados na Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Prazo de execução: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e/ou Secretaria do Desenvolvimento Rural e Abastecimento, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 23/11/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva, Daniel Peach e Josemar Bandoch

OTONIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

DANIEL PEACH
Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2020

Publicação Nº 2753640

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: A.G KIENEN & CIA LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Ademir Geraldo Kienen

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2020

Publicação Nº 2753641

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Edivar Szymanski

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2020

Publicação Nº 2753643

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Claudio Pereira do Rosário

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2020

Publicação Nº 2753644

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Fábio Gonçalves de Oliveira

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2020

Publicação Nº 2753645

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Adriano Rodrigues da Silva

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2020

Publicação Nº 2753650

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Gleison Sachet

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2020

Publicação Nº 2753651

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Daniela Germano do Amaral

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2020

Publicação Nº 2753653

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 253/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Elcio Luis Bordignon

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2020

Publicação Nº 2753654

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e José Paulo Gesser

Alceu Gilmar Moretti
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2020

Publicação Nº 2753656

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MEDICAMENTOS para Farmácia Básica, destinados para atender aos usuários da rede sus, para unidades básicas de saúde com os carrinhos de emergência e também para atender ao programa centro de atendimento especializado (CAE) ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DO PREÇO: O preço registrado na Ata e comprometimento da empresa vencedora refere-se aos itens constantes no item 1.2 desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega total de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Marina Frutuoso, nº 740 no Bairro Centro em Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo no telefone (47) 3307-2034.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símile ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Paulo Andrei Baraus

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ORDEM DE REINICIO – Nº 01/2020

Publicação Nº 2753658

ORDEM DE REINICIO – nº 01/2020

Contrato nº 332/2016

Informamos por meio desta, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, o Reinicio dos Serviços (vigência do contrato) referentes a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1020 – Dorval Marcatto no Bairro Chico de Paulo, com extensão total de 738,07 m (setecentos e trinta e oito vírgula zero sete metros), objeto do Edital de Concorrência nº 049/2016, e formalizada pelo Contrato nº 332/2016, a partir da data do recebimento desta Ordem.

Jaraguá do Sul, 01 de dezembro de 2020.

Ivan Andreias Wolter

Engenheiro Civil - Fiscal Designado

Recebi em ____/____/____

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/MF 03.094.645/0001-29

OBS:- Será lavrada em 4 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras;

- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

ORDEM DE REINICIO – Nº 01/2020

Publicação Nº 2753661

ORDEM DE REINICIO – nº 01/2020

Contrato nº 371/2016

Informamos por meio desta, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, o Reinicio dos Serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da rua 633 – Irineu Franzner, no bairro Tifa Martins, com extensão de 1.100,00 m, com fornecimento de material e mão de obra., objeto do Edital de Concorrência nº 048/2016, e formalizada pelo Contrato nº 371/2016, a partir da data do recebimento desta Ordem.

Jaraguá do Sul, 01 de dezembro de 2020.

Ivan Andreias Wolter

Engenheiro Civil - Fiscal Designado

Recebi em ____/____/____

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ/MF 03.094.645/0001-29

OBS:- Será lavrada em 4 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 09/2020

Publicação Nº 2753662

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 09/2020

Determinamos por meio desta, à empresa ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELLI, o reinício dos serviços referentes a prestação de serviços de engenharia para Reforma do Portal Turístico, localizado na Rodovia Wolfgang Weege, SC-110 – Bairro Rio Cerro II, Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços Nº 71/2020, formalizada pelo Contrato nº 336/2020, a partir da data do recebimento desta Ordem.

Jaraguá do Sul, 07 de Dezembro de 2020.

Carolina Missfeldt Engenheira Civil – Fiscal	Raul Henrique dos Santos Gestor do Contrato
---	--

Recebi em, ____/____/____

ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELLI
CNPJ/MF 31.054.795/0001-44

OBS:- Será lavrada em 6 (seis) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria; e) Arquivo no Setor responsável pelas obras; f) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;
– Reinício dos Serviços está condicionado à autorização expressa do contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 07 de Dezembro de 2020.

Neivor José Bussolaro

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação

PORTARIA Nº 06/2020

Publicação Nº 2753504

PORTARIANº 06/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017,

RESOLVE :

Art. 1º - SUSPENDER, no período de 24 de dezembro de 2020 à 24 de janeiro de 2021, os PRAZOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS e de LICENCIAMENTO AMBIENTAL em curso na Fundação Jaraguense de Meio Ambiente, em razão das férias coletivas dos servidores municipais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de dezembro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020.

CÉSAR HUMBERTO ROCHA

Presidente

PORTARIA Nº 589/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753547

PORTARIA Nº 589/2020-ISSEM

De 30/11/2020

Retifica a portaria nº 433/2020-Issem que concedeu aposentadoria e abono de permanência à segurada Edna Castro de Oliveira.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo previdenciário nº 0032,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR as fundamentações legais constantes na parte final do caput dos artigos 1º e 2º da portaria nº 433/2020-Issem, DE art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição Federal c/c art. 84 da LCM nº 217/2018 PARA art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal c/c art. 84 da LCM nº 217/2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se inalterados os demais termos da portaria nº 433/2020-Issem.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente

PORTARIA Nº 590/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753550

PORTARIA Nº 590/2020 – ISSEM

De 02/12/2020.

Designa Comissão para Acompanhamento da Elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Issem

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem) de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20 de setembro de 2019, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores públicos municipais DANIELE CHARMAC FRANCISCO, matrícula n.º 0368, DEISE FERNANDA PINCEGHER RODRIGUES, matrícula n.º 8739, GIOVANI TEIXEIRA DOMINGHINI, matrícula n.º 0518, KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula n.º 8913 (lotada no Município de Jaraguá do Sul), e ROSANA MARIA DE SOUZA ROSA, matrícula n.º 7005, para comporem COMISSÃO ESPECIAL responsável pelo acompanhamento da elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de dezembro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de novembro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 591/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753551

PORTARIA Nº 591/2020 – ISSEM

De 02.12.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANE TREUTLER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.11.2020 a 17.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.11.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 592/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753553

PORTARIA Nº 592/2020 – ISSEM
De 02.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. JOACIR ANTÔNIO MARTIM, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 29.11.2020 a 06.02.2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29.11.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 593/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753554

PORTARIA Nº 593/2020 – ISSEM
De 02.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. FRANCISCO DONIZETE CERVI, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.11.2020 a 12.02.2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.11.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 594/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753555

PORTARIA Nº 594/2020 – ISSEM
De 02.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARI LUCIANI DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.11.2020 a 23.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.11.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 595/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753556

PORTARIA Nº 595/2020 – ISSEM
De 02.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ADENICE AUREA STEIN, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.12.2020 a 15.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 596/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753557

PORTARIA Nº 596/2020 – ISSEM
De 02.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELISANGELA FREDERICO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.12.2020 a 23.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 02 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 597/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753558

PORTARIA Nº 597/2020 – ISSEM
De 03.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. KATIA REGINA DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.12.2020 a 07.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 03 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 598/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753560

PORTARIA Nº 598/2020 – ISSEM
De 03.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. CLAUDENICIO APARECIDO MENDONÇA, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.12.2020 a 1º.02.2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 03 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 599/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753561

PORTARIA Nº 599/2020 – ISSEM
De 03.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LETICIA UHMANN SCHNEIDER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.12.2020 a 16.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 03 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 600/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753563

PORTARIA Nº 600/2020 – ISSEM
De 03.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SIRLEI LINO CABRAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.12.2020 a 30.01.2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 03 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 601/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753564

PORTARIA Nº 601/2020 – ISSEM
De 03.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MICHELI CORREA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.12.2020 a 09.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 03 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 602/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753565

PORTARIA Nº 602/2020 – ISSEM
De 04.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MERIANE GABRIEL DE OLIVEIRA MACHADO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.12.2020 a 04.12.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 04 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA Nº 603/2020-ISSEM

Publicação Nº 2753566

PORTARIA Nº 603/2020 – ISSEM
De 04.12.2020.
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DENISE ABELINO, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.12.2020 a 03.01.2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05.12.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 04 de dezembro de 2020.
Márcio Erdmann
Presidente do ISSEM

PORTARIA SAMAESU Nº 827/2020

Publicação Nº 2753037

PORTARIA SAMAESU Nº 827/2020
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAÉ DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAÉ de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias a converter em abono pecuniário
Adair Schug – Diretoria Administrativa	755	19/09/2022 a 18/09/2023	18/11/2020 a 22/11/2020	05	x
Adair Schug – Diretoria Administrativa	755	19/09/2023 a 18/09/2024	23/11/2020 a 22/12/2020	30	x
Betinho Doege – Diretoria Administrativa	389	14/03/2022 a 13/03/2023	19/11/2020 a 03/12/2020	15	X
Betinho Doege – Diretoria Administrativa	389	14/03/2023 a 13/03/2024	04/12/2020 a 23/12/2020	20	X
Cildo Raymundo Demschinski – Diretoria Administrativa	434	13/03/2023 a 12/03/2024	18/11/2020 a 25/11/2020	08	X
Cildo Raymundo Demschinski – Diretoria Administrativa	434	13/03/2024 a 12/03/2025	26/11/2020 a 23/12/2020	28	X
Giovani Denilson Spezia – Diretoria Técnica	624	16/03/2022 a 15/03/2023	19/11/2020 a 03/12/2020	15	X
Giovani Denilson Spezia – Diretoria Técnica	624	16/03/2023 a 15/03/2024	04/12/2020 a 23/12/2020	20	X
João Grapper – Diretoria de Obras	525	01/03/2022 a 29/02/2023	18/11/2020 a 23/11/2020	06	X
João Grapper – Diretoria de Obras	525	01/03/2023 a 29/02/2024	24/11/2020 a 23/12/2020	30	X
Olavo Kisner – Diretoria Administrativa	419	01/03/2022 a 28/02/2023	18/11/2020 a 23/11/2020	06	X
Olavo Kisner – Diretoria Administrativa	419	01/03/2023 a 28/02/2024	24/11/2020 a 23/12/2020	30	X
Plinio Luiz Capitani – Diretoria Técnica	393	14/03/2020 a 13/03/2021	03/12/2020 a 23/12/2020	21	x
Roberto Vieira de Aquino – Diretoria de Obras	450	05/11/2021 a 04/11/2022	18/11/2020 a 23/11/2020	06	X
Roberto Vieira de Aquino – Diretoria de Obras	450	05/11/2022 a 04/11/2023	24/11/2020 a 23/12/2020	30	X
Sergio Pacheco – Diretoria Técnica	543	15/10/2021 a 14/10/2022	17/11/2020 a 16/12/2020	30	X
Sergio Pacheco – Diretoria Técnica	543	15/10/2022 a 14/10/2023	17/12/2020 a 23/12/2020	07	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 1º de dezembro de 2020.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 828/2020

Publicação Nº 2753039

PORTARIA SAMAEJSU Nº 828/2020
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias a converter em abono pecuniário
Adelcio Ferreira Bueno - Diretoria Administrativa – Encanador	390	14/03/2019 a 14/03/2020	*_*_*_*_*_*	X	10
Cesar Decker – Diretoria Técnica – Operador de ETA	436	13/03/2019 a 12/03/2020	*_*_*_*_*_*	X	10
Cleber Fernandes de Oliveira – Diretoria Técnica - Operador de ETA	383	06/01/2018 a 05/01/2019	04/01/2021 a 13/01/2021	10	10
Erick Gustavo Correa da Costa - Técnico em Operação de ETA/ETE - Diretoria Técnica	628	13/05/2018 a 12/05/2019	*_*_*_*_*_*	X	10
Maristela Teresinha Kasmirski Moresco – Diretoria Técnica	321	16/02/2020 a 15/02/2021	04/01/2021 a 20/01/2021	17	X
Siro Benedito Pinheiro – Diretoria Técnica - Operador de ETA	458	13/12/2018 a 12/12/2019	*_*_*_*_*_*	X	10
Tuhã Schmitt do Evangelho - Diretoria de Obras	745	16/05/2019 a 15/05/2020	04/01/2021 a 13/01/2021	10	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 4 de dezembro de 2020.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 829/2020

Publicação Nº 2753041

PORTARIA SAMAEJSU Nº 829/2020
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias a converter em abono pecuniário
Deverson Simioni – Diretoria Técnica – Engenheiro Sanitarista	486	01/09/2018 a 31/08/2019	20/01/2021 a 29/01/2021	10	x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 4 de dezembro de 2020.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 830/2020

Publicação Nº 2753042

PORTARIA SAMAEJSU Nº 830/2020
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matr.	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias a converter em abono pecuniário
Jonas Ricardo Kriger – Diretoria de Obras	708	08/02/2020 a 07/02/2021	14/01/2021 a 23/01/2021	10	x
Renato Pisetta – Diretoria de Obras	392	14/03/2019 a 13/03/2020	04/01/2021 a 23/01/2020	20	x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 4 de dezembro de 2020.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 831/2020

Publicação Nº 2753043

PORTARIA SAMAEJSU Nº 831/2020
Afastamento de Servidor para tratamento da própria saúde

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 2 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde o Servidor DIEGO MARTINS VIEIRA matrícula 683, ocupante do Cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Gerencia de Manejo de Resíduos Sólidos - Diretoria de Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, no período de 02 a 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 2 de dezembro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 7 de dezembro de 2020.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 832/2020

Publicação Nº 2753045

PORTARIA SAMAESU Nº 832/2020
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAÉ DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAÉ de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias a converter em abono pecuniário
Greicy Paola Farias Fronza Volkman – Presidência	398	17/06/2018 a 16/06/2019	04/01/2021 a 13/01/2021	10	x
Jean Francisco Hackbarth – Diretoria de Obras	673	19/06/2019 a 18/06/2020	11/01/2021 a 30/01/2021	20	x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 7 de dezembro de 2020.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

QUINTO TERMO ADITIVO Nº 650/2020 AO CONTRATO N.º 479/2017

Publicação Nº 2753433

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 650/2020 AO CONTRATO Nº 479/2017

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 151/2017 e Processos: 44/2017-FMS, 002/2017-FUJAMA.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, a FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE-FUJAMA e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS.

CONTRATADA: SUPERAR EIRELI EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de climatização de ambientes e serviços de instalação de aparelhos novos e reinstalação de aparelhos já existentes do Município de Jaraguá do Sul, conforme Termo de Referência, constante do Anexo III e demais anexos que são partes integrantes deste Edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 4.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 504/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 522/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 12/12/2020 com término em 11/12/2021. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a CONTRATADA, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quinta do contrato original, repactuado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 207/2018, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 504/2018, acrescido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 127/2019, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo nº 522/2019, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 68.276,87 (sessenta e oito mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 819.322,44 (oitocentos e noventa e nove mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos) para o período de 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios de 2020 e 2021, a saber:

Classif. Funcional	Projeto/ Atividade	Natureza	Código Dotação	Recurso	Valor (R\$)	Total (R\$)
Secretaria Municipal da Administração						
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial – Administração	3.3.90	58	0.1.00.0080	4.522,95	54.275,40
				0.3.00.0080		
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial – Administração	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	49.752,45	
				0.3.00.0080		
Secretaria Municipal da Educação						

08.002.12.361.0350.2109	Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fundamental	3.3.90	140	0.1.01.0001	31.424,67	377.096,04
08.002.12.361.0350.2109	Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fundamental	3.3.90	Exercício 2021	0.1.01.0001	345.671,37	
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos						
09.001.15.122.0300.2302	Manutenção patrimonial - Obras	3.3.90	186	0.1.00.0080	904,59	10.855,08
09.001.15.122.0300.2302	Manutenção patrimonial - Obras	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	9.950,49	
Secretaria de Assistência Social e Habitação						
10.001.08.122.0302.2802	Pagamento despesas fixas - Social	3.3.90	304	0.1.00.0080	6.174,81	74.097,72
10.001.08.122.0302.2802	Pagamento despesas fixas - Social	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	67.922,91	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento						
12.001.20.122.0300.2410	Manutenção das atividades administrativas - Agricultura	3.3.90	375	0.1.00.0080	275,31	3.303,72
12.001.20.122.0300.2410	Manutenção das atividades administrativas - Agricultura	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	3.028,41	
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo						
33.002.15.122.0300.2250	Manutenção das atividades administrativas - Trânsito	3.3.90	508	0.1.00.0080	943,92	11.327,04
33.002.15.122.0300.2250	Manutenção das atividades administrativas - Trânsito	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	10.383,12	
33.002.06.183.0410.2257	Manutenção das atividades do programa Polícia Militar	3.3.90	522	0.1.00.0098	2.084,49	25.013,88
33.002.06.183.0410.2257	Manutenção das atividades do programa Polícia Militar	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0098	22.929,39	
33.002.06.183.0410.2258	Manutenção das atividades do Programa Polícia Civil	3.3.90	524	0.1.11.0072	2.949,75	35.397,00
33.002.06.183.0410.2258	Manutenção das atividades do Programa Polícia Civil	3.3.90	Exercício 2021	0.1.11.0072	32.447,25	
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer						
11.002.23.122.0300.4051	Manutenção patrimonial - Turismo	3.3.90	660	0.1.00.0080	353,97	4.247,64
11.002.23.122.0300.4051	Manutenção patrimonial - Turismo	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	3.893,67	
39.001.13.122.0300.4100	Manutenção das atividades administrativas - Cultura	3.3.90	551	0.1.00.0080	1.297,89	15.574,68
39.001.13.122.0300.4100	Manutenção das atividades administrativas - Cultura	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	14.276,79	
39.004.27.122.0300.4000	Manutenção das atividades administrativas - Desporto e Lazer	3.3.90	588	0.1.00.0080	1.022,58	12.270,96
39.004.27.122.0300.4000	Manutenção das atividades administrativas - Desporto e Lazer	3.3.90	Exercício 2021	0.1.00.0080	11.248,38	
Fundo Municipal de Saúde						
15.001.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	4	0.1.02.0002	1.179,90	14.158,80
15.001.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	Exercício 2021	0.1.02.0002	12.978,90	
15.002.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	18	0.2.38.0093	10.579,77	126.957,24
15.002.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	Exercício 2021	0.2.38.0093	116.377,47	
15.003.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	34	0.1.02.0002	3.225,05	38.700,60
15.003.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	Exercício 2021	0.1.02.0002	35.475,55	
15.004.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	51	0.2.06.0366	983,25	11.799,00
15.004.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90	Exercício 2021	0.2.06.0366	10.815,75	
Fujama						
28.001.18.122.0300.4150	Manutenção das atividades administrativas - Fujama	3.3.90	1	0.2.06.0428 0.6.06.0428	353,97	4.247,64
28.001.18.122.0300.4150	Manutenção das atividades administrativas - Fujama	3.3.90	Exercício 2021	0.2.06.0428 0.6.06.0428	3.893,67	
			TOTAL			819.322,44

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/11/2020.



FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Cesar Humberto Rocha e Aldivar Bagatoli

Argos José Burgardt

Secretário Municipal da Administração

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação Nº 2753664

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações e o contrato nº 323/2020, firmado em 07/07/2020, com a empresa Infrasul – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda, referente a contratação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária quantitativa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços preliminares e complementares na rua Manoel Pereira de Souza, no bairro Tifa Martins, procedemos a vistoria para emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Atestamos que o valor final total da obra foi de R\$ 332.337,62 (trezentos e trinta e dois mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos); valor este somado ao aditivo de R\$ 38.948,42 (trinta e oito mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), e a supressão de R\$ 83.680,82 (oitenta e três mil seiscentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos), perfazem o valor do contrato original R\$ 377.070,02 (trezentos e setenta e sete mil setenta reais e dois centavos).

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter PROVISÓRIO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos, e para análise e aceitação da Comissão Nomeada, para receberem o objeto em definitivo.

Jaraguá do Sul (SC), 27 de novembro de 2020.

Nilton Fazolo Junior

Engenheiro Civil – CREA 169.233-3

Fiscal Designado

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Ciente:

Infrasul – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda

Contratada

RESOLUÇÃO Nº 002/2020/CMI

Publicação Nº 2753035

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO - CMI LEI Nº 7.740/2018	
--	---	--

RESOLUÇÃO Nº 002/2020/CMI

Dispõe sobre a Aprovação do Protocolo Nº 0026106/2020 solicitando Segundo Termo Aditivo Contratual ao Contrato de Gestão 01/2018 junto ao Conselho Municipal de Inovação – CMI.

O Presidente do Conselho Municipal de Inovação – CMI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 7.740/2018 e,

CONSIDERANDO a Lei nº 7.740/2018 de 11/09/2018, que dispõe sobre “Sistemas, Mecanismos e Incentivos à Atividade Tecnológica e de Inovação, visando o Desenvolvimento Sustentável do Município de Jaraguá do Sul”;

CONSIDERANDO a Lei nº 7.741/2018 de 11/09/2018, que dispõe Sobre a Qualificação de Entidades Sem Fins Lucrativos Como Organizações Sociais;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 12.359/2018;

CONSIDERANDO o Protocolo Nº 0026106/2020 solicitando Segundo Termo Aditivo Contratual ao Contrato de Gestão 01/2018, protocolado em 28 de Outubro de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação realizada na Sessão Plenária Extraordinária do dia 10 de dezembro do corrente ano, quanto ao parecer Nº 001/2020 da Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria 02/2020:

CONSIDERANDO o Contrato de Gestão Nº 01/2018 firmado entre o município de Jaraguá do Sul através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, hoje Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação;

CONSIDERANDO a cláusula 5.1.1 do Contrato de Gestão Nº 01/2018, – É facultada a qualquer tempo, mediante prévia justificativa por escrito, que conterà a declaração de interesse de ambas as partes, a repactuação do presente Contrato de Gestão, inclusive de ações,

atividades, metas e indicadores da execução contratual, cronogramas da execução contratual, e das obrigações a eles correspondentes, para melhor atendimento do interesse público e adaptação do Contrato de Gestão às variações conjunturais, inclusive aquelas relativas ao desenvolvimento tecnológico, inovador e suas tendências, e às variáveis econômicas a que se sujeitam as atividades do Centro de Inovação Jaraguá do Sul e as receitas do Município, a fim de alcançar maior eficiência das despesas públicas;

CONSIDERANDO a cláusula 6.5 do Contrato de Gestão Nº 01/2018, – A ocorrência de alteração de valores poderá implicar revisão das ações, atividades e metas pactuadas, assim como tais alterações poderão implicar a revisão do valor global pactuado, nos termos da legislação aplicável.

CONSIDERANDO o relatório executivo do Planejamento do Ecossistema de Inovação de Jaraguá do Sul, elaborado pela Fundação Certi – Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras, que indicou com fundamental, a ampliação o papel do Novale Hub como braço operacional do CMI – Conselho Municipal de Inovação, incorporando na estrutura do Novale um conselho consultivo e câmaras temáticas;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a formalização do Segundo Termo Aditivo ao Contrato 01/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de Dezembro de 2020.

Neivor José Bussolaro

Presidente do CMI

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2020

Publicação Nº 2753623

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2020

O Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 13.581/2020, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 196/2020 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços, obteve o seguinte resultado:

Item	Unid.	Qtt	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$	Empresa Vencedora
1	53	UN	ADESIVO MAGNÉTICO A manta magnética natural não tem nenhum tratamento ou aplicação, é um material elástico de borracha que possui as qualidades magnéticas. Ele é composto de material polímero veiculado e matéria magnética – ferrite, por isso possui uma cor marrom escura. Pode receber qualquer tipo de mídia pré adesivada, como papel ou vinil. Ideal para ímãs de geladeira ou fixação na lataria de veículos, de acordo com a espessura utilizada. Tem fácil acabamento, é facilmente cortada com a faca, tesoura ou guilhotina, porém ela é bastante resistente à deformação ao dobrar ou torcer. 0,004. Medida aproximada 0,60 x 1,00 m	R\$ 47,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
2	49	UN	AGENDA PARA TELEFONE – ENDEREÇOS Capa dura; formato mínimo 135 x 205 mm; em espiral simples; ordem alfabética; no mínimo 06 páginas para cada letra.	Deserto	
3	122	UN	AGENDA PERMANENTE Tipo executivo, contendo – folha de dados pessoais, índice telefônico e 01 página por dia. Com capa dura cor preta, azul ou marrom. Tamanho mínimo 130 x 188 mm com no mínimo 384 páginas.	R\$ 13,03	ELMO PAPELARIA LTDA
4	232	CX	ALFINETE PARA MURAL c/ 50 PÇS Alfinete para mural Nº 05; cabeça redonda de poliestireno de 05 mm; cores variadas; comprimento total entre 15 e 18 mm; material metal, tratamento superficial niquelado, formato cabeça redondo acondicionados em embalagens com 50 unidades, sendo que cada caixa contenha uma única cor.	R\$ 2,60	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
5	24	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 03 Estojo plástico, com feltro, com entintamento na cor azul, no tamanho Nº 03, com medidas aproximadas de 08 x 12 cm.	R\$ 2,49	ELMO PAPELARIA LTDA
6	21	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 04 Estojo plástico, com feltro e entintamento na cor azul, no tamanho Nº 04, com medidas aproximadas 10,5 x 18 cm.	R\$ 4,58	ELMO PAPELARIA LTDA
7	101	UN	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO Apagador com corpo plástico, feltro especial para quadro branco, medindo no mínimo 14 x 5,5 x 3,5 cm, suporte interno para 02 marcadores. Embalado individualmente.	R\$ 2,10	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
8	370	UN	APONTADOR P/ LÁPIS COM DEPÓSITO DE RESÍDUO Em plástico de alta resistência, tamanho grande, formato retangular, cores sortidas.	R\$ 0,66	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

9	612	UN	APONTADOR, SEM DEPÓSITO EM ALUMÍNIO Apontador para lápis, corpo em alumínio, ergonômico, formato totalmente retangular, durável, lâmina em aço inoxidável com fio resistente, bom acabamento, sem rebarbas ou cantos vivos. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236.	R\$ 0,65	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
10	636	PCT	BALÃO Balão em látex – pacotes com 50 unidades. Amplamente utilizado em festas de aniversário, casamento, cerimônias tornando a atmosfera muito festiva.	R\$ 3,72	ELMO PAPELARIA LTDA
11	127	PCT	BALÃO DE ESCULTURA – PCT C/ 50 un Balão em látex – pacotes com 50 unidades. Utilizados para fazer Escultura de Bichinhos, Cachorro, Cisne, Girafa, Elefante, Caracol, Coração, Flor, Borboleta, Balão, Florzinha, Abelha, Centro de Mesas entre outros.	R\$ 8,23	ELMO PAPELARIA LTDA
12	42	RL	BARBANTE Nº 06 100% algodão, fio cru nº 06, rolo com peso mínimo de 01 kg. Indicado para amarrações em geral	R\$ 33,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
13	37	UN	BARBANTE Nº 08 100% algodão, fio cru nº 08, rolo com peso mínimo de 01 kg. Indicado para amarrações em geral	R\$ 37,20	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
14	31	RL	BARBANTE Nº 10 100% algodão, fio cru nº 10, rolo com peso mínimo de 01 kg. Indicado para amarrações em geral	R\$ 33,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
15	146	PCT	BASTÃO DE COLA QUENTE Bastão de silicone – Grosso – Com 11 mm de diâmetro e 30 cm de comprimento – Pacote com 01 kg, contém no mínimo 34 Bastões – Principais Utilizações: Martelinho de Ouro, Artesanatos, Decorações – Não deixa resíduos.	R\$ 22,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
16	193	UN	BATERIA 9 VEmbaladas individualmente – Garantia do fabricante: 03 meses contra defeitos de fabricação – Aviso: Imagens meramente ilustrativas – Características complementares: Qualidade – Produzida com materiais de alta qualidade que garantem durabilidade e eficiência. Características: Testadas periodicamente por laboratórios credenciados pelo Inmetro, para garantir a qualidade e conformidade com a resolução Conama 401 – Sua composição colabora para a preservação do meio ambiente – Especificações: - Alta durabilidade – Blister com 01 unidade; - 0% Mercúrio e Cádmio – Volts: 9V.	R\$ 8,29	ELMO PAPELARIA LTDA
17	715	PCT	BLOCO DE RECADO ADESIVO 38 mm – PCT C/ 04 UN Bloco adesivo para recados com 100 folhas, medindo 38 x 50 mm. Em papel 75 g/m², cor amarela, com adesivo acrílico reposicionável, que cole e descole sem danificar a superfície onde foi aplicado. Embalagem contendo 04 unidades. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,25	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
18	361	UN	BLOCO DE RECADOS ADESIVO 76 X 102 mm – C/ 01 UN Recado autoadesivo; em papel off-set, adesivo acrílico removível e reposicionável, s/ pauta; medindo 76 x 102 mm, pacote com 01 bloco c/ 100 fls, embalado em filme de polipropileno. Validade. 24 meses; na cor amarelo, adesão: poliéster 80gf/31,7 mm, dorso 100gf/2,5 mm, trans. Quantitativa adesivo 520gf/2419mm².	R\$ 2,25	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
19	280	UN	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 01 VIA 80 mm X 40 m Bobinas de papel térmico para impressora de painel eletrônico, são utilizadas nas impressoras térmicas para emissão dos tickets de senha – Medida 80 mm x 40 m – 01 via	R\$ 4,13	ELMO PAPELARIA LTDA
20	1500	RL	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 1 VIA 57 mm X 40 m Bobina em papel térmico com gramatura de 56 g/m². Uma via. Cor amarela. Legibilidade dos dados mínima de 5 anos. Medida 57 mm x 40 m.	R\$ 2,95	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
21	278	UN	BOBINA DE SENHA NUMERADA Bobina de senha pré numerada para dispensadores manuais de senha. Bobina de papel para dispenser de senhas; em 01 via – com picote; em papel acetinado; gramatura de 58 g/m²; medindo 04 cm de largura x 11 cm de diâmetro; bobina com 2.000 números – pré numerados de 001 a 999 – 03 dígitos – 02 sequências; na cor branca, de impressão em preto.	R\$ 11,07	ELMO PAPELARIA LTDA
22	405	UN	BOLAS DE ISOPOR – 100 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 33,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
23	325	PCT	BOLAS DE ISOPOR – 20 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,14	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
24	325	UN	BOLAS DE ISOPOR – 35 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,17	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
25	395	UN	BOLAS DE ISOPOR – 60 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,60	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
26	315	UN	BOLAS DE ISOPOR – 75 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,75	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
27	1131	UN	BORRACHA BRANCA 30 X 40 mm Borracha de papelaria; feita de látex natural; escolar; para grafite e lápis; no formato retangular. Nº 20 na cor branca	R\$ 0,32	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

28	659	UN	BORRACHA DE LÁTEX NATURAL C/ PROTETOR PLÁSTICO Nº 12 Borracha branca em látex natural, livre de PVC, para uso escolar e técnico. Medida mínima de 42 x 20 x 11 mm. Com protetor plástico ergonômico. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Data de validade mínima de 20 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,63	ELMO PAPELARIA LTDA
29	276	UN	CADEADO E-35 Dimensões aproximadas do cadeado: Altura= 6,2cm Largura= 3,5cm – Cor: Dourado com haste Prateada – Sistema de tranca: Chave comum – Corpo em latão maciço com haste em aço inoxidável – Sistema TSA: Não	Deserto	
30	640	UN	CADERNO 96 FOLHAS – ESPIRAL Espiral de arame galvanizado de 0,9 mm 1,1 mm de espessura; Capa colorida e flexível; com 96 folhas; formato 140 mm x 202 mm pautado; pesando 56 g/m²; deve atender a norma NBR 6045 – versão 2000.	R\$ 1,65	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
31	592	UN	CADERNO BROCHURA MÍNIMO 60 FOLHAS Costurado, 1/4, capa dura, capa sem estampa, mínimo 60 folhas pautadas em papel off set 56 g/m², pauta legível e uniforme em todas as folhas. Formato 140 x 200 mm. Capa com no mínimo 725 g/m².	R\$ 2,17	ELMO PAPELARIA LTDA
32	271	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO – 10 MATÉRIAS Caderno universitário 10 matérias com espiral revestida em polietileno, capa dura, capa com estampas tema Natureza, mínimo 200 folhas pautadas em papel off set 56 g/m², pauta legível e uniforme em todas as folhas. Divisórias. Formato 200 x 275 mm. Capa com no mínimo 725 g/m².	R\$ 7,70	ELMO PAPELARIA LTDA
33	71	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO – 12 MATÉRIAS Em espiral; de arame galvanizado; espessura de 0,9 mm a 1,5 mm; no formato universitário 200 x 275 mm, pautado; com capa dura colorida, não serrilhadas; gramatura da folha 56 g/m².	R\$ 10,20	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
34	448	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO – ESPIRAL Caderno em espiral; de arame galvanizado; espessura de 0,9 mm a 1,5 mm; no formato universitário 200 x 275 mm, 1x1 pautado; com capa colorida, capa dura, com 1,3 mm espessura aproximadamente; com 96 folhas, não serrilhadas; pesando 250 g/2; gramatura da folha 56 g/m²; deve atender a norma NBR 6045 – versão 2000.	R\$ 3,10	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
35	155	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA Caderno contendo 01 matéria, com espiral em arame galvanizado; espessura de 0,9 mm a 1,5 mm; no formato universitário 200 x 275 mm, pautado; com capa dura colorida, com no mínimo 96 folhas, não serrilhadas; gramatura da folha 56 g/m².	R\$ 4,34	ELMO PAPELARIA LTDA
36	150	UN	CAIXA ACRÍLICO DUPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS Caixa para correspondências e organização de documentos, tamanho ofício, em poliestireno cristal com paredes de 03 mm de espessura, modelo dupla, articulada, hastes metálicas, estável. Montada. Embalada individualmente.	R\$ 21,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
37	214	UN	CAIXA ACRÍLICO TRIPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS Caixa para correspondências e organização de documentos, tamanho ofício, em poliestireno cristal com paredes de 03 mm de espessura, modelo tripla, articulada, hastes metálicas, estável. Montada. Embalada individualmente.	R\$ 31,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
38	2380	UN	CAIXA DE PAPELÃO Caixa em papelão onda simples, miolo e duas capas kraft, 100% virgem, gramatura mínima 440 g/m², medida 375 x 130 x 305 mm. Encaixe perfeito, estável quando montada. Sem impressão e sem presença de propaganda ou logomarcas do fabricante ou distribuidor. Amarradas com cinta em fardo com até 50 unidades. Não podem estar amassadas, rasgadas ou sujas.	R\$ 3,39	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
39	9531	UN	CAIXA DE PAPELÃO P/ ARQUIVO MORTO Caixa em papelão onda simples, miolo e duas capas kraft, 100% virgem, gramatura mínima 440 g/m², medida 345 x 130 x 245 mm. Encaixe perfeito, estável quando montada. Impressão na cor azul, com arte própria para anotações de arquivo morto. Sem presença de propaganda ou logomarcas do fabricante ou distribuidor. Amarradas com cinta em fardo com até 50 unidades. Não podem estar amassadas, rasgadas ou sujas.	R\$ 1,78	ELMO PAPELARIA LTDA
40	6645	UN	CAIXA DE PAPELÃO P/ARQUIVO MORTO Em papelão ondulado, duplex, kraft / 02 ondas, desmontável, gramatura 550+25 g/m² pesando aproximadamente 245 g após montada com variação máxima no seu peso de 5%, medindo 360 x 250 x 135 mm, na cor parda.	R\$ 3,15	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
41	38	UN	CALCULADORA CIENTÍFICA Características mínimas: 240 funções, 10 + 02 dígitos, display 02 linhas, 09 memórias variáveis, permutação e combinação, cálculo fracionário, cálculo seno, cosseno, tangente e arco, cálculos estatísticos, desvio padrão, análise de regressão, funções matemáticas, para utilização em matemática geral, álgebra, estatística, trigonometria, desligamento automático. Com manual de instrução em português.	R\$ 17,58	ELMO PAPELARIA LTDA

42	780	UN	CALCULADORA PORTÁTIL – 12 DÍGITOS Calculadora eletrônica de mesa, 12 dígitos, cor preta ou prata, display LCD articulável, dígitos grandes. Fonte de energia solar e bateria que deve ser inclusa. Funções: 04 operações básicas, mark up/GPM, raiz quadrada, porcentagem, memória, inversão de sinais, correção dígito a dígito. Tecla OFF, duplo zero e tecla “+” em tamanho grande. Medida aproximada 150 x 150 mm. Garantia mínima de 180 dias contra defeitos de fabricação. Embalada individualmente.		
43	2997	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA – AZUL Caneta esferográfica de escrita ponta média de 1,0 mm, macia, uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 130 mm. Bola em tungstênio, sendo a esfera perfeita e resistente. Caneta retrátil ou com tampa antiasfixiante. Cores azul. Selo Inmetro. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,42	ELMO PAPELARIA LTDA
44	1846	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA – PRETA Caneta esferográfica de escrita ponta média de 1,0 mm, macia, uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 130 mm. Bola em tungstênio, sendo a esfera perfeita e resistente. Caneta retrátil ou com tampa antiasfixiante. Cores preta. Selo Inmetro. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,42	ELMO PAPELARIA LTDA
45	1060	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA – VERMELHA Caneta esferográfica de escrita ponta média de 1,0 mm, macia, uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 130 mm. Bola em tungstênio, sendo a esfera perfeita e resistente. Caneta retrátil ou com tampa antiasfixiante. Cores vermelha. Selo Inmetro. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,42	ELMO PAPELARIA LTDA
46	14136	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA Caneta esferográfica, escrita fina com medida de 0,7 a 0,8 mm, escrita macia, traço uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 140 mm. Carga de tinta com medida mínima de 100 mm. Tampa antiasfixiante. Corpo multilateral, em resina termoplástica translúcida. Ponta e plugue da cor da tinta, de encaixe perfeito ao corpo e de difícil remoção. Bola em tungstênio, perfeita e resistente. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Atender EN 71-3:1994. Cores azul, preta ou vermelha, conforme necessidade. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,45	ELMO PAPELARIA LTDA
47	366	UN	CANETA HIDROCOR – ESTOJO COM 12 CORES Canetinha hidrográfica para traços, desenhos e pintura em geral, em papel, cartão e cartolina. Ponta de aproximadamente 01 mm. Resistente, lavável, cores vivas, atóxica, tampa antiasfixiante, Corpo com aproximadamente 140 mm. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,80	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
48	764	UN	CANETA P/ QUADRO BRANCO Marcador para quadro branco com ponta arredondada e macia em poliéster, escrita de 02 mm. De alto rendimento, cores vivas. Fácil de apagar, mesmo seco. Corpo com aproximadamente 130 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Tampa antiasfixiante. Cores azul, preta, verde ou vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
49	406	UN	CANETA P/ RETROPROJETOR Marcador permanente com ponta redonda em poliéster com 01 mm, tinta de secagem rápida, resistente a água e umidade. Aplicação para escrita em plástico, vinil, vidro, metal e madeira. Corpo com aproximadamente 140 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Tampa com clip e antiasfixiante. Cores azul, preta, verde ou vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,56	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
50	442	UN	CANETA P/ TECIDO Caneta marca tecido; corpo em polipropileno opaco; com ponta de poliéster para pintar e marcar tecidos. Excelente fixação. Resistente a lavagens. Nas cores: Vermelho, Preto, Azul e Verde.	R\$ 3,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
51	4238	UN	CANETA TIPO MARCA TEXTO Caneta hidrográfica para destaque de texto, ponta chanfrada para traço de 01 mm a 04 mm. Tinta resistente a luz, de secagem rápida. Corpo redondo com aproximadamente 140 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Livre de PVC. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Cores amarela, laranja ou verde conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,91	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
52	149	UN	CANETÃO HIDROCOR Estojo com 12 unidades; cores sortidas e fortes; lavável, não tóxico; a base de água, modelo jumbo, com selo do Inmetro.	R\$ 4,80	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA

53	22	UN	CANTONEIRA PARA FOTO Cantoneira em poliéster transparente para montagem de fotos, cartões e documentos, medindo 19 mm. Não amarela. Acid free. Livre de produtos químicos nocivos. Possui adesivo acrílico sensível a pressão. Blister contendo 250 unidades.	R\$ 37,20	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
54	1336	UN	CARBONO SIMPLES – MEDIDAS: 220 X 330 mm Papel carbono para escrita manual, na cor azul, medida de 220 x 330 mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,25	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
55	1525	FL	CARTOLINA Para uso escolar e artístico. Em cores suaves, dupla face. Cores amarela, azul, branca, rosa e verde, conforme necessidade. Medida mínima 50 x 66 cm, gramatura 180 g/m².	R\$ 0,45	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
56	760	FL	CARTOLINA DUPLEX Para uso escolar e artístico. Em cores vivas, dupla face. Cores amarela, azul-claro, azul-escuro, laranja, lilás, rosa, roxa, verde-claro, verde-bandeira e vermelha, conforme necessidade. Medida mínima 48 x 66 cm, gramatura 140 g/m².	R\$ 0,59	ELMO PAPELARIA LTDA
57	1757	UN	CD-R GRAVÁVEL Disco compacto gravável para armazenamento de dados. Capacidade de gravação de 80 min / 700 Mb. 1x-52x. Embalado individualmente em envelope em papel cartão.	R\$ 1,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
58	104	CX	CLIPS COLORIDO Nº 02 Produzido em arame de aço – coloridos Caixas com 100 unidades	R\$ 3,01	ELMO PAPELARIA LTDA
59	94	CX	CLIPS COLORIDO Nº 04 Produzido em arame de aço – coloridos Caixas com 100 unidades	R\$ 5,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
60	529	CX	CLIPS Nº 01 C/ 500 G Produzido em arame de aço – Niquelado – Tamanho 3,1 cm	R\$ 11,47	ELMO PAPELARIA LTDA
61	499	CX	CLIPS N.º 02 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 2/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g.	R\$ 14,70	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
62	378	CX	CLIPS N.º 04 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 4/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g.	R\$ 10,75	ELMO PAPELARIA LTDA
63	317	CX	CLIPS N.º 06 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 6/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g	R\$ 11,13	ELMO PAPELARIA LTDA
64	160	CX	CLIPS N.º 08 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 8/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g.	R\$ 10,30	ELMO PAPELARIA LTDA
65	314	UN	COLA ALTO RELEVO Embalagem com 35 ml – Composição: Resina Acrílica, Água, Aditivos e Pigmentos. A Tinta Dimensional Relevo 3D é bastante versátil, e pode ser aplicada sobre diversos materiais, inclusive sobre tecidos. Resistente a lavagens e não tóxica. Apresentada em 04 versões: Brilliant, Metallic, Glitter e Acqua. Pode ser aplicada sobre qualquer tipo de material poroso e aderente, como tecidos de algodão, madeira, cerâmica, gesso, papel, papelão, isopor, etc.	R\$ 6,15	ELMO PAPELARIA LTDA
66	140	KG	COLA BASTÃO DE SILICONE FINO Embalagem com no mínimo 01 kg c/ bastões de aprox. 08 mm x 300 mm – cor transparente.	R\$ 22,49	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
67	431	UN	COLA BASTÃO MÍNIMO 08 g Cola branca em bastão, atóxica, secagem rápida, lavável. Tampa hermética. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,74	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
68	763	UN	COLA BASTÃO MÍNIMO 20 g Cola branca em bastão, atóxica, secagem rápida, lavável. Tampa hermética. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,12	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
69	242	UN	COLA C/ GLITTER Pode ser aplicada diretamente com o bico ou com o pincel sobre tecidos de algodão (não sintéticos) e sem goma. Também pode ser utilizado em madeira, isopor, cerâmica, cortiça, gesso e papel, personalizando objetos e tornando-os únicos e especiais. Cores diversas – Tubo de no mínimo 30 g.	R\$ 2,25	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
70	250	UN	COLA COLORIDA A cola colorida foi desenvolvida para trabalhos escolares e artesanais. Material não tóxico Cores com brilho intenso. Cola utilizada em colagens, relevos coloridos, decorações em geral, pintar sobre todos os tipos de papel. Apresentação: tubos com no mínimo 30 g.	R\$ 2,91	ELMO PAPELARIA LTDA

71	252	UN	COLA INSTANTÂNEA (REF. COLA SUPER BONDER) Bico aplicador de longo alcance para superfícies de difícil acesso – Resistente à umidade – Embalagem fica em pé, possui sistema antivazamento – Cola quase todos os materiais – Colagem transparente e instantânea – Fórmula sem solventes – Recomendado para: Porcelana, Metal, Borracha, Couro, Madeira, Plástico* e Papel. - *Exceto polietileno (PE), polipropileno (PP), silicone, resina antiaderente (PTFE) - Não recomendado para tecidos e Isopor – Não adequado para uso em objetos que carreguem líquidos muito quentes – Embalagem: 5 g – tampa antientupimento – encartelada	R\$ 4,73	ELMO PAPELARIA LTDA
72	1301	UN	COLA LÍQUIDA BRANCA 110 g Cola branca líquida, não tóxica, lavável. Tubo ergonômico, resistente, com bico aplicador. Tampa vedante rosqueável. Aplicável em cartolina, cortiça, couro, espuma, feltro, madeira, papel, tecido, entre outros. Selo do Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,62	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
73	156	UN	COLA P/ E.V.A. Apresentação tubos de no mínimo 40 g Para trabalhos de colagem em EVA e isopor. Possui um exclusivo bico aplicador que facilita a aplicação, além de ser mais econômico. Solúvel em álcool. Secagem no ar. Não resistente a lavagens.	R\$ 2,23	ELMO PAPELARIA LTDA
74	121	UN	COLA P/ MADEIRA Cola Para madeira e trabalhos artesanais – Composição/Material Poliacetato de vinila; aditivos; pigmentos e água. - Aplicações/Superfícies: Madeira – Lavável: Não – Solúvel: Não – Atóxica: Sim – Conteúdo da Embalagem: 01 Frasco de Cola – Peso líquido aproximado do produto 90 g.	R\$ 3,14	ELMO PAPELARIA LTDA
75	179	UN	COLA PARA ARTESANATO Cola desenvolvida especialmente para uso em trabalhos manuais, hobbies, artesanato e para reparos no lar e no trabalho. Cola aplica resinas, MDF, papel cartão, passamanaria, renda, acrílico, plásticos, cortiça, papel, couro, cartolina, jeans, madeira balsa, PVC, etc. Indispensável para o artesanato. Lavável e não enrijece o tecido. Não contém tolueno. Apresentação – tubos com no mínimo 30 g.	DESERTO	
76	224	UN	COLA PARA TECIDO Cola para aplicação em tecido e outras superfícies. Tecido com tecido, Decoupage com guardanapo e colagem de apliques. Usada também para fazer barras em geral, substituindo a costura feita a máquina. Uso em tecidos naturais como algodão. Secagem completa demora 72 horas. Embalagem com no mínimo 250 g.	R\$ 14,18	ELMO PAPELARIA LTDA
77	1462	UN	CORRETIVO EM FITA Fita corretiva tipo roller. Medindo no mínimo 4,2 mm de largura e 08 m de comprimento. De aderência eficiente na superfície do papel e cobertura instantânea. Corpo em formato anatômico e visor translúcido para permitir visualização da quantidade de fita disponível. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 3,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
78	595	UN	CORRETIVO LÍQUIDO À BASE DE ÁGUA COM 18 ml Corretivo líquido branco, homogêneo, de secagem rápida, à base de água, atóxico, inodoro, não inflamável. Frasco com tampa rosqueável tipo pincel. Conteúdo líquido mínimo de 18 ml. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalado em display.	R\$ 0,85	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
79	1347	UN	DVD-R Disco compacto gravável para armazenamento de dados, imagens, multimídia e vídeo. Capacidade de gravação SP de 120 min / 4,7 Gb. 1x-16x. Embalado individualmente em papel cartão.	R\$ 1,05	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
80	1424	FL	E.V.A. Folha de E.V.A. cor lisa; medindo 400 x 600 mm; com espessura de 1,5 mm; modelo liso; acondicionada em embalagem apropriada. Isento de falhas; lavável, atóxica, emborrachada, não perecível, com textura homogênea. Cores sortidas.	R\$ 1,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
81	534	FL	E.V.A. – ESTAMPADO / DECORADO Material emborrachado resistente, colorido, estampado, inodoro, utilizado de diversas maneiras na decoração de festas infantis, em escolas, artesanato, scrapbooking e muito mais. Para trabalhar com esse material emborrachado se usa tesouras decorativas, estilete, máquinas de corte, etc. Fácil aplicação com cola de contato, cola especial para EVA ou fita adesiva dupla face, cores sortidas – Tamanho 40 x 60 cm	R\$ 2,87	ELMO PAPELARIA LTDA
82	449	FL	E.V.A. C/ GLITTER Material emborrachado resistente, colorido, estampado, inodoro, utilizado de diversas maneiras na decoração de festas infantis, em escolas, artesanato, scrapbooking e muito mais. Para trabalhar com esse material emborrachado se usa tesouras decorativas, estilete, máquinas de corte, etc. Fácil aplicação com cola de contato, cola especial para EVA ou fita adesiva dupla face – cores sortidas.	R\$ 3,81	ELMO PAPELARIA LTDA

83	610	FL	E.V.A. FELPUDO Borracha de Eva atalhado, muito utilizado para trabalhos escolares e de artesanato, imita com perfeição um acabamento atalhado e aveludado Tamanho: 40 x 60 cm; Espessura: 02 mm – cores sortidas	R\$ 2,73	ELMO PAPELARIA LTDA
84	589	PCT	ELÁSTICO N.º 18 Elástico amarelo em borracha natural, nº 18, caixa ou pacote (Com peso de 100 g / com no mínimo 110 unidades). Deve alongar até 4 vezes sem deformar. Embalagem contendo impressa informações do produto e do fabricante. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,55	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
85	10970	UN	ENVELOPE 11 x 22 cm BRANCO Envelope ofício, tipo carteira em papel off set branco, sem impressão, sem RPC, gramatura mínima de 75 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,05	ELMO PAPELARIA LTDA
86	14850	UN	ENVELOPE 16 x 23 cm AMARELO Envelope tipo saco em papel kraft ouro, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,14	ELMO PAPELARIA LTDA
87	6350	UN	ENVELOPE 16 x 23 cm PARDOS Envelope tipo saco em papel kraft natural, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,10	ELMO PAPELARIA LTDA
88	1280	UN	ENVELOPE 20 X 28 cm PARDOS Envelope de papelaria em papel kraft natural de primeira qualidade, sem impressão, tipo saco, com aba, com gramatura mínima de 80 g/m².	R\$ 0,13	ELMO PAPELARIA LTDA
89	22950	UN	ENVELOPE 25 x 35 cm AMARELO Envelope tipo saco em papel kraft ouro, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,32	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
90	13850	UN	ENVELOPE 25 x 35 cm PARDOS Envelope tipo saco em papel kraft natural, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,18	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
91	690	UN	ENVELOPE P/ MALOTE INTERNO COM ILHÓS Envelope tipo saco em papel kraft natural, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Ilhós para fechamento. Impressão frente e verso. Colagem e esquadro perfeito. Medida 250 x 350 mm.	R\$ 1,20	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
92	1250	UN	ENVELOPE PLÁSTICO OFÍCIO P/MALOTE INTERNO Envelope tipo saco em plástico na cor cinza. Espessura mínima 0,20 mm. Possui fecho tipo "zip". Impressão frente e verso. Selagem perfeita. Medida 260 x 350 mm.	R\$ 2,80	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
93	690	UN	ENVELOPES 26 x 36 mm BRANCO Envelope saco branco, 26 x 36 mm, 90 g/m², tipo saco; sem impressão; apresentado com aba; na cor branca	R\$ 0,29	ELMO PAPELARIA LTDA
94	155	UN	ESPETO PARA PAPEL Espeto para fixação de papel fabricado em aço inox. 150 mm de altura. Base paralela e estável de no mínimo 75 mm de diâmetro. Ponteira com proteção. Embalado individualmente.	R\$ 4,40	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
95	209	UN	ESTILETE DE LÂMINA ESTREITO 09 mm Estilete retrátil, robusto, corpo em plástico, com emborrachamento macio, estrutura interna em aço inoxidável e trava automática de segurança. Acompanha lâmina reta com 09 mm, em aço temperado, com tratamento antiferrugem, pontas renováveis. Garantia contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 3,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
96	431	UN	ESTILETE DE LÂMINA LARGO 18 mm Estilete retrátil, robusto, corpo em plástico, com emborrachamento macio, estrutura interna em aço inoxidável e trava automática de segurança. Acompanha lâmina reta com 18 mm, em aço temperado, com tratamento antiferrugem, pontas renováveis. Garantia contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 5,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
97	103	UN	ESTILETE PROFISSIONAL DE METAL 18 mm Estilete trapezoidal de uso profissional. Corpo ergonômico em alumínio, com revestimento em borracha. Trava de segurança. Acompanham no mínimo 03 lâminas para reposição. Comprimento aproximado de 180 mm. Encartelado individualmente. Garantia contra defeitos de fabricação.	DESERTO	
98	2	CX	ETIQUETA 01 COLUNA 89 x 23,4 mm C/ 6000 un Etiqueta branca em formulário contínuo, medindo 89 x 23,4 mm, 01 carreira, papel com adesivo permanente, caixa com 6.000 etiquetas.	R\$ 71,51	ELMO PAPELARIA LTDA
99	4	CX	ETIQUETA 89 x 23,4 mm TRÊS COLUNAS C/ 18.000 un Etiqueta branca em formulário contínuo, medindo 89 x 23,4 mm, 03 carreiras, papel com adesivo permanente, caixa com 18.000 etiquetas.	R\$ 205,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

100	2574	FL	ETIQUETA ADESIVA 38 x 10 mm – 08 COLUNAS C/ 192 ETIQUETAS CADA FOLHA Etiquetas autoadesivas em formulário contínuo 08 carreiras c/ 192 etiquetas por folha de 38 x 10 mm; caixa contendo 500 folhas; caixa com 96.000 etiquetas; material papel; cor branca; aplicação p/ impressoras matriciais.	R\$ 0,59	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
101	16	CX	ETIQUETA ADESIVA A4 106 x 138 mm C/ 100 fls Etiqueta cor branca, para impressora laser e ink jet, medindo 106 x 138 mm, 04 etiquetas por folha, papel com adesivo permanente, embalagem com 100 folhas.	R\$ 25,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
102	20	CX	ETIQUETA ADESIVA A4 25,4 x 99 mm C/ 100 fls Etiqueta cor branca, para impressora laser e ink jet, medindo 99 x 25,4 mm, 22 etiquetas por folha, papel com adesivo permanente, embalagem com 100 folhas.	R\$ 25,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
103	40	CX	ETIQUETA ADESIVA PARA INK-JET/LASER Folhas medindo 279,4 x 215,9 mm; na cor branca; quantidade por folha: 14 etiquetas tamanho 101,6 x 33,9 mm, caixa contendo 100 folhas; apresentação no formato carta.	R\$ 25,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
104	300	RL	ETIQUETA BROTHER Etiqueta branca para endereço, rolo com 400 unidades, medindo 38 x 90,3 mm. Original para uso em impressora Brother linha QL. Modelo DK-1208. Garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 118,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
105	641	UN	EXTRATOR DE GRAMPO Extrator de grampos tipo espátula, estampado em aço inox de alta resistência. Medindo no mínimo 150 x 15 mm.	R\$ 2,62	ELMO PAPELARIA LTDA
106	67	UN	FICHÁRIO DE MESA C/ ÍNDICE Fichário para fichas 06 x 09 com corpo em aço na cor grafite, com tampa fumê ou cristal, transparente para facilitar na visualização antes de abri-lo. Possui capacidade, para até 500 fichas tamanho 06" x 09" padronizadas. Contém divisória de plástico para auxiliar equilíbrio dos cartões no fichário. Fichário para mesa fabricado em aço que traz muito mais durabilidade e resistência. Com índice A-Z.	R\$ 110,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
107	294	RL	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 25 mm x 50 m Fita adesiva em papel liso, cor branca, saturado, resistente e impermeável. Adesivo borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 25 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 4,05	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
108	113	RL	FITA ADESIVA DUPLA FACE DE PAPEL Medida mínima de 12 mm x 30 m; Indicada para fixação de objetos leves, cartazes e fotos; Ideal para trabalhos escolares e decorações de festas; Composição: Papel liso branco, adesivo à base de borracha e resina, e linear de papel siliconado.	R\$ 2,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
109	312	RL	FITA ADESIVA PLÁSTICA Fita adesiva plástica transparente – Tamanho: 25 x 50 m, para uso em embalagens – Adesão Instantânea – Resistente À Umidade – Desenrolamento Leve – Corte Fácil	R\$ 1,36	ELMO PAPELARIA LTDA
110	627	RL	FITA ADESIVA ROLO GRANDE 12 mm x 50 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico. Medindo no mínimo 12 mm x 50 m. Tubete em papel com medida interna de 76 mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,70	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
111	330	RL	FITA ADESIVA ROLO PEQUENO 12 mm x 30 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico. Medindo no mínimo 12 mm x 30 m. Tubete em plástico com medida interna de 25 mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
112	1221	RL	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 mm x 50 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico. Medindo no mínimo 45 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,30	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
113	466	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 24 mm x 50 m Fita adesiva em papel kraft liso saturado, resistente e impermeabilizado. Adesivo em borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 24 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 5,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
114	730	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 25 mm x 50 m Fita adesiva de papel Kraft liso, tipo monoface, largura 25 mm, comprimento 50 m, espessura 0,16 mm, aplicação multiuso, características adicionais resistência tração 07 kgf/pol largura.	R\$ 5,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
115	1133	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 48 mm x 50 m Fita adesiva em papel kraft liso saturado, resistente e impermeabilizado. Adesivo em borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 48 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 10,10	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
116	759	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 50 mm x 50 m Fita adesiva de papel Kraft liso, tipo monoface, largura 50 mm, comprimento 50 m, espessura 0,16, aplicação multiuso, características adicionais resistência tração 07 kgf/pol largura.	R\$ 10,10	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

117	167	RL	FITA DUPLA FACE 12 mm x 10 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico em ambos os lados. Liner branco de papel siliconado. Medindo no mínimo 12 mm x 10 m. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalado individualmente.	DESERTO	
118	136	UN	FITA DUPLA FACE 19 mm X 20 m Fita adesiva dupla face de espuma acrílica 19 mm x 20 m. Altíssimo poder de adesão e resistência ao cisalhamento. Montagem simples e rápida. Atenua as vibrações e reduz os ruídos. Pode ser usada em vários tipos de materiais. Compensa a dilatação térmica das partes unidas.	R\$ 51,90	ELMO PAPELARIA LTDA
119	78	UN	FITA DUPLA FACE 20mm x 2m Composição: espuma acrílica transparente, com medida aproximada de 20 mm x 02 m de comprimento.	R\$ 13,60	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
120	78	UN	FITA MÉTRICA Características: Comprimento da fita métrica: 1,5 m – Largura da fita métrica: 16,0 mm – Classe de precisão: Classe III – Graduação da fita métrica: mm/ cm / polegadas – Cores variadas – Material PVC ou fibra de vidro	R\$ 4,10	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
121	129	FL	FOLHA DE ISOPOR – 15 mm Folha de isopor na cor branca, medindo 100 cm de comprimento x 50 cm de largura x 1,5 cm de espessura.	R\$ 5,40	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
122	243	UN	GIZ DE CERA – CAIXA C/ 12 UNIDADES Cores mais vivas e excelente cobertura consistência de cores tanto para escrever quanto para desenhar. Formato anatômico, fabricado com cera de alta qualidade, perfeita cobertura, ideal para desenhar, escrever, pintar sobre qualquer tipo de papel, acabamentos artísticos.	R\$ 1,75	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
123	330	UN	GRAFITE 0,5 mm – GRADUAÇÃO 2B – ESTOJO C/ 12 MINAS Grafite Polymer para lapiseira, preto, diâmetro de 0,5 mm, graduação 2B, resistente a quebra, maior maciez e fácil de apagar. Tubo com identificação do produto e fabricante, com no mínimo 12 minas de 60 mm.	R\$ 0,45	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
124	55	UN	GRAMPEADOR GRANDE P/ GRAMPO 23/10 Grampeador profissional de mesa para grampos 23/6 a 23/13. Prensagem manual. Estrutura e alavanca de prensagem em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta, cinza ou azul. Canaleta em aço niquelado. Base de apoio em plástico antiderrapante. Capacidade para grampear simultaneamente até 100 folhas de papel com gramatura de 75 g/m², sendo para grampo 23/10 até 70 folhas. Base medindo aproximadamente 28 cm. Ajuste de profundidade. Matriz de prensagem niquelada. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 43,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
125	667	UN	GRAMPEADOR MÉDIO P/ GRAMPO 26/6 Grampeador de mesa para grampos 26/6. Prensagem manual. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Canaleta em aço niquelado. Base de apoio em plástico antiderrapante. Capacidade para grampear simultaneamente até 25 folhas de papel com gramatura de 75 g/m². Base medindo aproximadamente 15 cm, com embocadura mínima de 08 cm. Matriz de prensagem niquelada, móvel para opção de grampear fechado ou aberto. Mola para manter abertura entre a alavanca e a base. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 7,60	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
126	346	UN	GRAMPEADOR METÁLICO PEQUENO – ECONÔMICO – P/ GRAMPOS 26/6C/ CAPACIDADE DE 100 GRAMPOS Tipo de grampo 26/6 m126, com capacidade para até 100 grampos / dimensões mínimas 35 x 59 x 128	R\$ 11,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
127	36	CX	GRAMPO 23/06 GALVANIZADO – C/ 5000 pçs Grampo para grampeador galvanizado, medindo 23/06 – caixa c/ 5.000pçs	R\$ 10,91	ELMO PAPELARIA LTDA
128	103	CX	GRAMPO 23/10 GALVANIZADO C/ 5000 pçs Grampo para grampeador modelo 23/10, em arame de aço galvanizado, resistente à oxidação. Indicado para grampear de 40 a 70 folhas de papel com gramatura de 75 g/m². Pontas afiadas. Camada controlada de adesivo. Embalado em caixa contendo no mínimo 5.000 unidades.	R\$ 14,06	ELMO PAPELARIA LTDA
129	1567	CX	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 pçs Grampo para grampeador modelo 26/6, em arame de aço galvanizado, resistente a oxidação. Indicado para grampear até 20 folhas de papel com gramatura de 75 g/m². Pontas afiadas. Camada controlada de adesivo. Embalado em caixa contendo no mínimo 5.000 unidades.	R\$ 3,20	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA

130	813	PCT	GRAMPO TRILHO C/ 50 UN Conjunto grampo trilho em polipropileno transparente com capacidade para até 200 folhas com gramatura de 75 g/m². Medida mínima 210 mm. Embalado em blister lacrado com 50 conjuntos.	R\$ 7,14	ELMO PAPELARIA LTDA
131	972	PCT	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO ESTENDIDO C/ 50UN Conjunto grampo trilho estendido em polipropileno transparente com capacidade para até 600 folhas com gramatura de 75 g/m². Medida mínima 300 mm. Embalado em blister lacrado com 50 conjuntos.	R\$ 14,72	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
132	7	CX	GRAMPOS 23/13 GALVANIZADO – C/ 5000 pçs Para até 100 folhas, galvanizado, de arame de aço, caixa c/ 5.000 unidades.	R\$ 16,38	ELMO PAPELARIA LTDA
133	5	CX	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR MANUAL 106/6 Acabamento em aço galvanizado – caixa com no mínimo 3500 unidades.	R\$ 7,15	ELMO PAPELARIA LTDA
134	117	UN	ÍNDICE 6 x 9 P/ ARQUIVO Marmorizado (timbó) com projeção de A-Z – Dimensões 01 x 16.5 x 22.5 (Altura x Largura x Comprimento)	R\$ 21,50	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
135	56	UN	LÂMINA PARA ESTILETE ESTREITO 09 mm – ESTOJO C/ 10 UNIDADES Lâmina reta para estilete retrátil simples de 09 mm. Em aço-carbono com tratamento antiferrugem. Ponta renovável. Comprimento mínimo 80 mm. Espessura 0,5 mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete.	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
136	85	UN	LÂMINA PARA ESTILETE LARGO 18 mm – ESTOJO COM 10 UNIDADES Lâmina reta para estilete retrátil simples de 18 mm. Em aço-carbono com tratamento antiferrugem. Ponta renovável. Comprimento mínimo 110 mm. Espessura 0,5 mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete.	R\$ 2,66	ELMO PAPELARIA LTDA
137	13	UN	LÂMINA PARA ESTILETE TRAPEZOIDAL 18 mm – ESTOJO C/ 10 UNIDADES Lâmina para estilete trapezoidal de 18 mm. Em aço-carbono com tratamento antiferrugem. Ponta renovável. Espessura 0,5 mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete.	DESERTO	
138	356	CX	LÁPIS DE COR C/ 12 UNIDADES No formato redondo; medindo 170 mm; com tolerância de +/- 5% nos limites; toxidade dos limites máximos da presença de metais pesados, conforme norma europeia EN 71/3; caixa com 12 unidades; pigmentos com alta concentração; cores vivas e intensas com excelente deposição; exclusiva formula macia e resistente produzida com matérias-primas de alta qualidade, deslizar facilmente sobre o papel e não esfregar; madeira plantada de alta qualidade; fácil de apontar; sortimento de cores selecionado que facilita o uso e o aprendizado das cores; fidelidade entre a cor do verniz e a cor da mina que atende às necessidades das crianças; mina centralizada que proporciona maior resistência a quebras e melhor performance; atóxico e seguro para o uso.	R\$ 2,95	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
139	4622	UN	LÁPIS PRETO N.º 02 Lápis grafite preto, ecológico, atóxico, pré apontado, escrita firme. Inscrição de marca ou nome do fabricante e número ou dureza do grafite no corpo. Corpo sextavado, em madeira reflorestada, macia, livre de nós, fácil de apontar, de alta qualidade, HB. Borracha termoplástica na extremidade. Mina de 02 mm centralizada, ponta que não quebre com facilidade. Cavaco contínuo e uniforme. Medida mínima 185 x 07mm. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236.	R\$ 0,25	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
140	471	UN	LAPISEIRA 0,5 mm Recarregável, corpo na cor preta, multilateral e ergonômico. Grip emborrachado. Avanço automático do grafite. Ponteira e clipe em metal cromado. Borracha termoplástica na extremidade. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Encartelada individualmente.	R\$ 4,80	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
141	385	UN	LIVRO ATA SEM MARGEM C/ 100 fls Livro ata com 100 folhas numeradas, em papel off set com 56 g/m². Costurado. Capa e contracapa na cor preta 700 g/m², revestido com papel 90 g/m², plastificado. Formato 205 x 300 mm. Embalados em pacotes com 05 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	R\$ 8,35	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
142	288	UN	LIVRO PROTOCOLO C/ 100 fls Livro protocolo de correspondência, no mínimo 100 folhas numeradas sequencialmente, impressão uniforme, em papel off set com 56 g/m². Costurado. Capa dura 725 g /m², revestimento off-set cor preta ou azul. Formato 154 x 206 mm. Embalados em pacotes com 10 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	R\$ 7,56	ELMO PAPELARIA LTDA
143	76	UN	MARCADOR PERMANENTE INDUSTRIAL Marcador para uso industrial composto de resinas sintéticas, solventes orgânicos, pigmentos e aditivos. Escrita durável e de secagem rápida. Espessura da ponta de 03 mm. Bisnaga de 60 ml. Cores amarela, azul, branca, laranja, preta, verde ou vermelha conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 04 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	DESERTO	
144	549	UN	MOLHA DEDO EM CREME 12 g Creme umedecedor de dedos para manusear papéis. Atóxico, perfumado, não gorduroso. Não deve manchar o papel. Embalagem plástica com tampa. Peso líquido mínimo 12 g. Prazo de validade mínimo de 36 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,06	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA

145	818	RSM	PAPEL A4 210 x 297 mm – EXTRA BRANCO – RESMA C/ 500 fls Extra branco, formato 210 x 297 mm, gramatura 75 g/m², com certificação cerflor (Certificação florestal) ou FSC, acondicionados em resmas com 500 fls.	R\$ 15,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
146	650	FL	PAPEL ALMAÇO C/ PAUTA Nº 05 Com pauta e com margem; em papel sulfite; na gramatura 75 g/m²; medindo 315 x 215 mm	R\$ 0,07	ELMO PAPELARIA LTDA
147	290	FL	PAPEL CAMURÇA Papel com duas faces, uma branca e outra colorida, possui textura ligeiramente aveludada, medindo 40 x 60 cm Ideal para aplicações em artesanatos em geral. Usado para ajudar na melhoria da educação criativa das crianças nas escolas. Utilizado também para fazer forrações em diversos tipos de superfície. Cores diversas	R\$ 0,73	ELMO PAPELARIA LTDA
148	151	UN	PAPEL CANSON A3 – BLOCO C/ 50 FOLHAS Bloco Papel Canson A3 200 g/m² possui, para desenho Face Branco. Papel para desenho com textura levemente granulada, pH neutro, livre de ácido –	R\$ 25,90	ELMO PAPELARIA LTDA
149	490	FL	PAPEL CARTÃO C/ 01 FACE – CORES DIVERSAS Papel encorpado, mais rígido, muito utilizado na confecção de embalagens. Medidas aproximadas de 50 x 70 cm.	R\$ 0,90	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
150	251	FL	PAPEL CELOFANE Cores diversas – Papel celofane é de característica transparente, serve para trabalhos escolares e artesanais diversos. De gramatura fina e maleável e cores fortes e transparentes. Dimensões 85cmx100cm	R\$ 1,08	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
151	339	RL	PAPEL CREPOM Cores diversas – Papel crepom já vem parafinado, ideal para: Eventos, Decoração de mesas, Embalar doces de festas (bem-casado, bala de coco), Trabalhos escolares, Embrulhar presentes, Criar artigos de decoração em geral. Medida aproximada 0,48 x 2,00m.	R\$ 0,72	ELMO PAPELARIA LTDA
152	490	FL	PAPEL DE SEDA Papel de seda é de característica maleável, serve para trabalhos escolares e artesanais diversos. De gramatura fina com suave transparência. Dimensões 48 x 60 cm – Gramatura: 18 g/m. Cores diversas	R\$ 0,17	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
153	6	FL	PAPEL FILIFOLD 120 g/m² Papel especial de cor palha/creme, gramatura 120 g/m², medindo 85 x 100 cm. Acid free, fabricado com reserva alcalina, características de papel permanente. Contém uma reserva de carbonato de cálcio mantendo inalterada a resistência original dos documentos. Possui 30% de fibras longas, alta resistência a dobras e vincos. Utilizado como pastas para conservar fotos e documentos. Para uso em confecção de caixas, pastas e envelopes para conservação e guarda de documentos. Apresentação: Embalado em pacote com 100 folhas.	R\$ 17,62	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
154	336	KG	PAPEL KRAFT - 01,20 m ALTURA 80 g/m² Bobina de papel kraft natural, fibras longas e curtas, gramatura de 80 g/m², parafinado de um dos lados (monolúcido). Medindo 1,20 m de largura e no mínimo 220 m de comprimento. Bobina com mínimo de 25 kg.	R\$ 8,90	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
155	280	FL	PAPEL LAMINADO Papel laminado impresso com cores vivas e de brilho intenso proporcionando excelente aspecto visual. Ideal para recortes e trabalhos manuais, encapar objetos, enfeites para festas infantis, etc. Dimensões 45 x 59 cm. Cores diversas	R\$ 0,99	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
156	66	FL	PAPEL LUSTROSO Papel lustroso tamanho 50 x 60 cm também é conhecido como papel Espelho ou papel para Dobradura. Colorido somente de um lado e as cores são brilhante fazendo jus ao seu nome. Serve para trabalhos escolares e comerciais. Disponíveis nas cores azul, verde, branca, amarela e rosa. Embalados em pacotes com no mínimo com 40 fls.	R\$ 0,46	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
157	129	UN	PAPEL MANTEIGA – BLOCO C/ 50 FOLHAS Papel translúcido com PH neutro livre de ácido é indicado para esboço e desenho a lápis. Também conhecido como papel sulfurize. Gramatura 41 g/m². Formato A3 – 297 x 420 mm.	R\$ 1,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
158	207	FL	PAPEL MICRO ONDULADO Papel micro ondulado. Ideal para aplicações em artesanatos e papelarias nas confecções de caixas e artigos de presentes em geral. Utilizados também em floriculturas para dar mais vida aos arranjos e em cestas de flores. Cada folha mede 50 x 80 cm – cores diversas	R\$ 1,83	ELMO PAPELARIA LTDA
159	865	PCT	PAPEL SULFITE COLORIDO – TAM A4 – C/ 100 fls Pacote c/ 100 folhas. Cores sortidas (verde, azul, amarelo e rosa) – Formato 210 x 297 mm, Gramatura 75 g/m², com certificação cerflor (Certificação florestal) ou FSC.	R\$ 4,35	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
160	1073	UN	PAPEL VERGÊ 180 g – PACOTE C/ 50 FOLHAS Papel para impressora jato de tinta e laser, formato A4, 180 g/m². Cores azul clara, branca, cinza, palha, verde, salmão, conforme necessidade.	R\$ 9,26	ELMO PAPELARIA LTDA

161	535	UN	PASTA A-Z LOMBO ESTREITO – COR: PRETA Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315 x 285 mm com lombo de 50 mm. Em cartão com no mínimo 02 mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta no lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	R\$ 12,41	ELMO PAPELARIA LTDA
162	778	UN	PASTA A-Z LOMBO LARGO – COR: PRETA Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315 x 285 mm com lombo de 75 mm. Em cartão com no mínimo 02 mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta no lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	R\$ 12,41	ELMO PAPELARIA LTDA
163	420	PCT	PASTA ABA PLÁSTICA C/ ELÁSTICO – PACOTE COM 10 UNIDADES Pasta com aba em polipropileno atóxico com espessura de 0,30 mm, com elástico, tamanho ofício, medindo no mínimo 232 x 332 mm. Cor cristal.	R\$ 2,50	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
164	1381	UN	PASTA C/ ELÁSTICO Pasta plastificada c/abas de papelão; pesando 480 g/m2 (aproximadamente 120 grs) com tolerância de 05%, no tamanho ofício 350 x 240 mm (a x l); com ilhós de metal; Diversas cores.	DESERTO	
165	910	UN	PASTA C/ GRAMPO TRILHO – PAPELÃO PLASTIFICADO Pasta plastificada de papelão; pesando 480 g/m2 (aproximadamente 100 grs); com tolerância de 05%, no tamanho ofício 350 x 240 mm (a x l); com grampo trilho de plástico; Diversas cores.	R\$ 1,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
166	935	UN	PASTA C/ GRAMPO TRILHO PLÁSTICO Pasta em polipropileno atóxico com espessura de 0,30 mm, com grampo trilho em polietileno para fixação de papel, tamanho ofício, medindo aproximadamente 235 mm x 335 mm. Cor cristal. Embalada em pacote com 10 unidades. Conjunto grampo trilho em polietileno transparente para fixação de papéis incluso.	R\$ 1,63	ELMO PAPELARIA LTDA
167	345	UN	PASTA CATÁLOGO C/ 10 fls Pasta ofício medindo 240 x 330 mm. Capa em cartão com 02 mm de espessura, revestido com plástico na cor preta, com soldas perfeitas e resistentes. Contendo 10 envelopes médios, em polietileno não aderente, 04 colchetes, bolso com visor cristal frontal.	R\$ 13,90	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
168	976	UN	PASTA CATÁLOGO C/ 50 fls Pasta ofício medindo 240 x 330 mm. Capa em cartão com 02 mm de espessura, revestido com plástico na cor preta, com soldas perfeitas e resistentes. Contendo 50 envelopes médios, em polietileno não aderente, 04 colchetes, bolso com visor cristal frontal.	R\$ 27,90	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
169	724	PCT	PASTA EM "L" Pasta plástica tipo "L" em polipropileno cristal, anti reflexo, com 0,18mm de espessura, tamanho ofício, medida 220 x 330 mm, com corte meia lua na borda. Embaladas em pacotes com 10 unidades.	R\$ 7,15	ELMO PAPELARIA LTDA
170	730	UN	PASTA OFÍCIO COM CANALETA Em polipropileno – Embalagem: Pacote com 10 unidades – Tamanho: Ofício - 330 x 230 mm – Espessura: 0,15 – Cor: Fumê	R\$ 1,46	ELMO PAPELARIA LTDA
171	4216	UN	PASTA PARA ARQUIVO Pasta classificadora com lombo regulável até 500 folhas. Em papel cartão com gramatura de 480 g/m², plastificada, formato ofício, medida de 345 x 235 mm, cor azul clara. Com conjunto de grampo trilho estendido, em polietileno transparente, incluso. Embalada em caixa com 50 unidades.	R\$ 4,41	ELMO PAPELARIA LTDA
172	794	UN	PASTA POLIONDA ESTREITA Pasta polionda escolar com elástico e lombo de 35 mm. Tamanho mínimo 315 x 225 mm. Cores amarela, azul, verde, vermelha, conforme necessidade. Elástico incluso.	R\$ 2,77	ELMO PAPELARIA LTDA
173	920	UN	PASTA POLIONDA LARGA Pasta polionda escolar com elástico e lombo de 55 mm. Tamanho mínimo 315 x 225 mm. Cores amarela, azul, verde, vermelha, conforme necessidade. Elástico incluso.	R\$ 2,92	ELMO PAPELARIA LTDA
174	99	UN	PASTA SANFONADA – TAM: A4 Cor: Cristal, com 12 divisórias. Composição: polipropileno, fechamento: elástico, medindo aproximadamente: 23,5 x 33 x 35 cm (AxLxP)	R\$ 11,97	ELMO PAPELARIA LTDA
175	2210	UN	PASTA SUSPENSA EM CARTÃO TIMBÓ 350 g/m² Pasta suspensa em papel cartão timbó marmorizado com gramatura de 350 g/m², medindo 375 x 235mm. Abas de 40 mm dobradas e perfuradas para colocação de até dois fixadores de papel. Par de varões alfanuméricos em poliestireno de alto impacto medindo 400 x 27 mm, com 05 mm de espessura, na cor cinza. Encaixe tipo trilho para fixação e deslize de visor. Montagem manual através de três encaixes e trava de segurança com pontas arredondadas. Visor deslizante em acrílico cristal, medindo 55 x 18 mm. Acompanha etiqueta microserilhada para identificação. Acondicionamento para transporte em caixas de papelão.	R\$ 2,40	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME

176	4996	UN	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA Pasta suspensa com etiqueta em cima e prendedor plástico, cor kraft natural, possui 04 ponteiros plásticos, possui 02 arames 402 mm BTC, ponteiros fixadas com ilhós, um visor e uma etiqueta branca, um grampo plástico 336 g, espessura 0,30 mm, medida produto acabado 361 x 240 mm. Caixas com 50 unidades.	R\$ 1,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
177	8684	UN	PASTA SUSPENSA PLÁSTICA Pasta suspensa em polipropileno cristal atóxico, com espessura de 0,30 mm, tamanho ofício, medindo aproximadamente 360 x 240 mm. Com 02 varões plásticos na cor branca. Abas soldadas internamente, 06 furações para fixação do grampo trilho. Visor de acrílico transparente, etiqueta para identificação e conjunto grampo trilho em polietileno transparente para fixação de papéis incluso. Montada. Embaladas em pacote com 05 unidades.	R\$ 2,68	ELMO PAPELARIA LTDA
178	136	UN	PASTA SUSPENSA SANFONADA Com 12(doze) divisórias, 12(doze) visores e etiquetas, produzida em cartão Kraft, possui duas hastes plásticas; gramatura aproximada de 420 g; dimensões aproximadas: 36 x 24 x 04 cm. Acompanha 12 visores e etiquetas.	R\$ 24,26	ELMO PAPELARIA LTDA
179	72	UN	PEN DRIVE – 08 GB Capacidade de armazenamento 8 GB – Velocidade de Transferência de Dados 15 MB/s - Conexões USB 2.0 – Sistemas Operacionais Windows XP; Windows Vista; MAC OS 10+; Linux – Garantia do Fornecedor: 60 meses	R\$ 26,92	ELMO PAPELARIA LTDA
180	224	UN	PEN DRIVE – 16 GB Capacidade de armazenamento 8 GB – Velocidade de Transferência de Dados 15MB/s – Conexões USB 2.0 – Sistemas Operacionais Windows XP; Windows Vista; MAC OS 10+; Linux – Garantia do Fornecedor: 60 meses	R\$ 29,41	ELMO PAPELARIA LTDA
181	95	CX	PERCEVEJOS COMUNS C/ 100 pçs Percevejos n.º 04 em aço latonado. Cabeça com 09 mm de diâmetro e 07 mm de ponta útil. Caixa com 100 unidades.	R\$ 1,80	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
182	68	UN	PERFURADOR GRANDE Perfurador de mesa para perfurar até 60 folhas de papel com gramatura de 75 g/m² por vez. Régua grafada de fácil leitura para ajuste do papel embutida na base. Distância entre furos de 80 mm. Pinos em aço niquelado com diâmetro mínimo de 5,5 mm. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Base de apoio antiderrapante de fácil abertura para retirada do papel. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 85,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
183	401	UN	PERFURADOR MÉDIO Perfurador de mesa para perfurar até 25 folhas de papel com gramatura de 75 g/m² por vez. Régua gravada de fácil leitura para ajuste do papel embutida na base. Distância entre furos de 80 mm. Pinos em aço niquelado com diâmetro mínimo de 5,5 mm. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Base de apoio antiderrapante de fácil abertura para retirada do papel. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 15,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
184	1702	UN	PILHA ALCALINA AA 1,5 V Pilha alcalina LR6 1,5 V. 0% de mercúrio e cádmio. Validade impressa no rótulo da pilha. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação e vazamento. O fornecedor deve recolher, na entrega de cada novo pedido, quantidade equivalente de pilhas usadas para descarte, de acordo com a Lei 12.305/2010. Devem ser entregues em embalagem lacrada.	R\$ 1,50	ELMO PAPELARIA LTDA
185	1774	UN	PILHA ALCALINA AAA 1,5 V Pilha alcalina LR3 1,5 V. 0% de mercúrio e cádmio. Validade impressa no rótulo da pilha. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação e vazamento. O fornecedor deve recolher, na entrega de cada novo pedido, quantidade equivalente de pilhas usadas para descarte, de acordo com a Lei 12.305/2010. Devem ser entregues em embalagem lacrada.	R\$ 1,37	ELMO PAPELARIA LTDA
186	290	UN	PILHA ALCALINA FX 23A – 12 V Dimensão da bateria: - 10,22 x 28,5 mm – Modelo: 23A / A23 / 23AE (Também conhecida como: LRV08 / L1028 / RVO8 / 23A / MS21 / MN21 / E23a / K23A / V23GA / 8LR932 / 8LR23 / VR22 / 8F10R) – Indicada para: Controles Remoto de carro, portões, lanternas e etc – Tipo: Alcalina – Encartelada – não recarregável	R\$ 2,44	ELMO PAPELARIA LTDA
187	1041	UN	PINCEL ATÔMICO Marcador permanente com ponta de feltro chanfrada de 1,8 a 4,5 mm, tinta de secagem rápida, a base de álcool, resistente a água e umidade. Capacidade de escrita mínima de 500 m. Aplicação para escrita em plástico, vinil, vidro, metal e madeira. Corpo com aproximadamente 140 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Cores azul, preta ou vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

188	213	UN	PINCEL CHATO Nº 00 Cabo: longo – Composição: cerda: cor branca – Formato: chato Ideal para: cantos, cobertura de área, contornos, patina, preenchimento – Indicação de tintas: óleo e acrílica, tinta para tecido – Técnica: óleo e acrílica, tecido, tela – Virola: alumínio	R\$ 1,10	ELMO PAPELARIA LTDA
189	102	UN	PINCEL CHATO Nº 02 Indicações: Tela, Painel, Mural, Tecidos – Ponta: cerda natural – Cabo: longo/amarelo – Virola: alumínio – Formato: chato	R\$ 1,10	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
190	102	UN	PINCEL CHATO Nº 04 Pincel chato – Cabo médio – Filamento longo, sintético dourado e marrom fine touch – Ideal para cantos, cobertura de área e fundos	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
191	112	UN	PINCEL CHATO Nº 06 Pincel chato nº 06. - 06 mm de largura. Ideal para pincelar dope e thinner em estruturas pequenas. Pelo sintético dourado; Virola de alumínio; Cabo longo	R\$ 1,29	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
192	212	UN	PINCEL CHATO Nº 10 Pincel para pintura chato nº 10 – Cerdas brancas e cabo longo amarelo – Uso escolar, tela: tinta óleo e acrílica, tecido e madeira	R\$ 1,30	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
193	212	UN	PINCEL CHATO Nº 14 Indicações:Tela, Painel, Mural, Tecidos – Ponta: cerda natural – Cabo: longo – Virola: alumínio – Formato: chato	R\$ 1,59	ELMO PAPELARIA LTDA
194	212	UN	PINCEL CHATO Nº 16 Indicações: Tela, Painel, Mural, Tecidos – Ponta: cerda natural – Formato chato – Cabo: longo/amarelo – Virola: alumínio	R\$ 1,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
195	102	UN	PINCEL PARA PINTURA FACIAL CHANFRADO Nº 02 – LÍNGUA DE GATO Cabo sintético ou de madeira – Cabelo sintético	DESERTO	
196	102	UN	PINCEL PARA PINTURA FACIAL CHATO Nº 02 Cabo sintético ou de madeira – Cabelo sintético	R\$ 0,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
197	34	UN	PISTOLA COLA QUENTE COM CARREGADOR DE BASTÃO FINO - APROX. 08 mm Corpo injetado em plástico – Ponta metálica – Acompanha 02 bastões de cola de silicone – Produto certificado através da Portaria 371/2009 do Inmetro, conforme normas IEC 60335-1 e IEC 60335-2-45 para segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares. (Segurança – Compulsório – UL-BR – OCP – 0029) – As ferramentas são submetidas a testes de aplicação prática para garantir sua resistência durante o uso – Ideal para uso doméstico: brinquedos, maquetes, flores artificiais, móveis entre outros – As ferramentas são produzidas e testadas conforme normas específicas – Tensão: 127-220 V c.a. - Potência: 20-25 Watts	DESERTO	
198	83	UN	PISTOLA P/ COLA QUENTE – GRANDE Pistola para aplicação de cola quente, com ponta isolante térmico para evitar queimaduras, potência de 40 W, voltagem 220, modelo para bastão de cola grosso. Fio reforçado com plugue elétrico especial. Desenvolvida para bastões grosso de cola de silicone. Própria para utilização em consertos rápidos, decoração, artesanato, mobiliário, papelão, brinquedos e maquetes.	R\$ 13,03	ELMO PAPELARIA LTDA
199	35116	UN	PLÁSTICO C/ 4 FUROS P/ PASTA SUSPensa Envelope em polietileno transparente, incolor, grosso, não aderente, tamanho ofício, com 04 furos. Medindo no mínimo 240 x 320 mm e espessura de 0,15 mm. Embalados em caixas lacradas com até 600 unidades.	R\$ 0,21	ELMO PAPELARIA LTDA
200	427	M	PLÁSTICO TRANSPARENTE 0,15 mm Plástico transparente cristal 0,15 mm – para maca com 1,40 cm x 50 m – 100% PVC	R\$ 11,80	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
201	214	UN	PORTA CANETA / CARTÃO / CLIPS Porta caneta, clips e lembrete/cartão. Injetado em poliestireno, cores: cristal ou fumê. Medida aproximadamente 240 x 80 x 85 mm e 03 mm de espessura. Acabamento perfeito, sem partes cortantes. Embalado individualmente.	R\$ 7,46	ELMO PAPELARIA LTDA
202	810	UN	PORTA CARTÃO CNPJ / QUADRO HORÁRIO DE TRABALHO Protetor para quadro. Reforço interno em papel cartão. Acabamento externo em PVC preto com solda uniforme e resistente. Visor frontal em plástico cristal. Formato horizontal ou vertical, conforme necessidade. Tamanho ofício. Ilhós metálico para pendurar.	R\$ 4,95	ELMO PAPELARIA LTDA
203	1523	PCT	PORTA DOCUMENTOS TRANSPARENTE 75 X 105 mm – PACOTE C/ 50 un Porta documento plástico PVC cristal; tipo fechamento com aba, transparente; medindo 75 mm x 105 mm (lar. x alt.) com 20 mm de aba na largura; sem furos; com espessura mínima de 0,13 mm.	R\$ 16,29	ELMO PAPELARIA LTDA
204	80	UN	PORTA FITA ADESIVA 2 EM 1 Suporte para fita adesiva 02 em 01. Acompanham roldanas para uso de fita adesiva 12 mm em rolo grande e rolo pequeno. Base em plástico na cor preta. Lâmina em aço inox. Corte preciso. Peso aproximado de 700 g.	R\$ 11,21	ELMO PAPELARIA LTDA

205	494	UN	PRANCHETA DE EUCATEX TAMANHO OFÍCIO Prancheta tamanho ofício, medindo 335 x 235 mm, em eucatex, ótimo acabamento dos dois lados, cantos arredondados, prendedor tradicional em metal inoxidável, livre de rebarbas e manchas.	R\$ 2,94	ELMO PAPELARIA LTDA
206	184	UN	PRANCHETA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE Com prendedor metálico p/ papéis. Para uso geral – livre de rebarbas – Feito em poliestireno – Tamanho Ofício 03 x 240 x 340 mm – Cor: fumê e cristal	R\$ 7,49	ELMO PAPELARIA LTDA
207	1025	UN	RÉGUA DE PLÁSTICO C/ 30 cm Injetada em poliestireno, medindo 310 x 35 x 03 mm, rígida, com graduação precisa até 30 cm em milímetros e centímetros. Numeração e graduação resistente na cor preta. Cor cristal. Linha uniforme para risco preciso. Cantos arredondados. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236.	R\$ 1,30	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
208	6304	M	TECIDO TNT Tecido não tecido. Liso. Largura 1,40 m. Mínimo 40 g/m². Cores conforme necessidade. Entregar enrolado	R\$ 1,75	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
209	140	UN	TELA PARA PINTURA – 15 x 20 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 5,59	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
210	240	UN	TELA PARA PINTURA – 16 x 23 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 4,48	ELMO PAPELARIA LTDA
211	225	UN	TELA PARA PINTURA – 20 x 30 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 6,20	ELMO PAPELARIA LTDA
212	280	UN	TELA PARA PINTURA – 30 x 30 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 8,01	ELMO PAPELARIA LTDA
213	200	UN	TELA PARA PINTURA – 30 x 40 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 9,46	ELMO PAPELARIA LTDA
214	220	UN	TELA PARA PINTURA – 40 x 50 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 14,38	ELMO PAPELARIA LTDA
215	39	UN	TESOURA DE PICOTAR – 14 cm Tesoura de Picotar 14 cm. Lâmina de aço inoxidável temperada a frio. Fácil manuseio e muito confortável, possui excepcional resistência e durabilidade, cabos anatômicos que encaixam perfeitamente na mão.	R\$ 3,57	ELMO PAPELARIA LTDA
216	52	UN	TESOURA DE PICOTAR – 24 cm Para tecidos, cartolinas e diversos trabalhos manuais. Tamanho do produto: 24 cm Lâmina de aço inoxidável temperada a frio. Fácil manuseio e muito confortável, possui excepcional resistência e durabilidade, cabos anatômicos que encaixam perfeitamente na mão.	R\$ 49,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
217	625	UN	TESOURA EM AÇO INOX – 20 cm Tesoura multiuso em aço inox, fio liso, ponta fina, cabo anatômico em ABS na cor preta, medindo no mínimo 20 cm. Cabo com acabamento interno emborrachado. Lâminas com aproximadamente 10 cm. Ambidestro. Encartelada individualmente.	R\$ 3,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
218	356	FR	TINTA ACRÍLICA BRILHANTE P/ ARTESANATO Composição: Resina Acrílica, Aditivos, Pigmentos e Glicóis. Ideal para ser aplicada sobre: madeira, cerâmica, gesso, isopor, cortiça, couro, vidro e plásticos jateados, alumínio, latão e zinco, sempre com fins decorativos. Apresentação – frascos com no mínimo 35 ml	R\$ 3,72	ELMO PAPELARIA LTDA
219	527	FR	TINTA GUACHE Desenvolvida para trabalhos artísticos e escolares. Importante instrumento para o desenvolvimento da criatividade, coordenação motora e percepção visual das cores. Não é tóxica, é solúvel em água e cores que são miscíveis entre si. Pode ser aplicada em papel, papel cartão, cartolina, gesso, madeira e cerâmica. Embalagem com no mínimo 500 ml	R\$ 3,75	ELMO PAPELARIA LTDA
220	137	FR	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO Tinta a base de água – Atóxica – Apresentação 40 ml – Nas cores Azul, Preta e Vermelha	R\$ 1,85	ELMO PAPELARIA LTDA
221	398	UN	TINTA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO – 40 ml Tinta para carimbo autoentintado. Embalagem com bico dosador contendo no mínimo 40 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros, lote e data de fabricação. Nas cores azul, preta e vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 3,45	ELMO PAPELARIA LTDA

222	372	FR	TINTA P/ TECIDO Tintas à base de resina acrílica, não tóxicas e solúveis em água. Prontas para uso. São resistentes a lavagens e todas as cores são miscíveis entre si. Sua aplicação pode ser feita com pincel ou esponja, rolos de pintura e carimbos de diversos materiais. Dispensa ferro de passar, fixação a vapor ou outro artifício para provocar a cura e aderência ao tecido e têm fixação a frio. São tintas desenvolvidas para tecidos de fibras naturais de algodão, não devendo ser utilizadas sobre tecidos sintéticos ou engomados. Apresentação – frascos com no mínimo 35 ml	R\$ 2,19	ELMO PAPELARIA LTDA
223	304	FR	TINTA PARA PINTURA FACIAL Tinta p/pintura facial líquida em frasco de no mínimo 25 ml. Secagem rápida – Com cores alegres e vibrantes, para dar um toque especial e diferente na maquiagem. Ideal para ser utilizada em: festas temáticas, festas a fantasia, desfiles e eventos em geral.	R\$ 8,50	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
224	352	FR	TINTA PLÁSTICA (PVA) P/ ARTESANATO Tinta à base de resina P.V.A, totalmente atóxica, secagem rápida e cores miscíveis entre si. Pode ser aplicada com pincel, esponja ou rolinho de espuma. Ideal para trabalhos escolares sobre: papel, papel-cartão, cartolina, isopor e para artesanato em madeira, gesso e cerâmica. Embalagem com no mínimo 100 ml	R\$ 5,85	ELMO PAPELARIA LTDA
225	897	M	VINIL AUTO ADESIVO TRANSPARENTE Laminado de PVC flexível, transparente, autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo de 25 metros de comprimento, 45 cm de largura e 0,07 mm de espessura. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,20	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
226	138	CX	VISOR P/ PASTA SUSPENSÃO C/ 50 pçs Contendo 50 pçs. Com 01 etiqueta branca em cartolina e 01 visor plástico, medindo aproximadamente 80 mm x 30 mm.	R\$ 4,60	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

Jaraguá do Sul, SC, 10 de dezembro de 2020.

Edson Willian Piotto

Pregoeiro – Decreto 13.581/2020

SAMAE - ATA Nº: 4697 REF. LICITAÇÃO Nº: 106/2020

Publicação Nº 2753323

ATA Nº:	4697		
REF. LICITAÇÃO Nº:	106/2020		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	ELABORAÇÃO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM		
DATA DA SESSÃO:	10/12/2020	HORA DA SESSÃO:	13H

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 153/2020)

Bruno Dilmo de Souza
Fabiano Laube
Marly Wulf

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwin Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para, diante da Decisão Administrativa exarada pelo Diretor Presidente do Samae, agendar a abertura dos envelopes nº 02 – Proposta Comercial das concorrentes habilitadas no presente processo licitatório, para o dia 11/12/2020, às 15h, na Sala de Reuniões do Samae. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente Ata.

Jaraguá do Sul, 10 de dezembro de 2020.

Comissão de Licitação: Fabiano Laube, Bruno Dilmo de Souza, Marly Wulf

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 178/2020

Publicação Nº 2753427

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 178/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM COMPRESSORES DE AR DA MARCA SCHULZ.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/12/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 23/12/2020 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwin Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samae.js.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 660/2020 AO CONTRATO Nº 640/2019

Publicação Nº 2753434

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 660/2020 AO CONTRATO Nº 640/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 230/2019.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

OBJETO: O objeto do presente CONTRATO consiste em prestação de serviços de vigilância humana desarmada, destinado para áreas internas e externas de diversos órgãos, unidades ou entidades da Administração Pública Municipal.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 4.1 da cláusula quarta do Contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 24/12/2020 com término em 23/12/2021. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Os valores pactuados no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, ficam inalterados, conforme segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor mensal por posto R\$	Valor total mensal R\$	Valor total do item para 12 meses R\$
01	01	Posto	24 horas ininterruptas, De Segunda a Segunda, inclusive Feriados e Pontos Facultativos, sendo: 1 posto (4 vig.) – Abrigo Institucional Unidade Centro	18.987,60	18.987,60	227.851,20
02	02	Posto	12 horas noturnas, Das 18:00 às 06:00 Noturnas de Segunda a Sexta-Feira e 24 horas Sábados, Domingo, Feriados e Pontos Facultativos, sendo: 1 posto (2 vig.) - Ginásio Arthur Muller 1 posto (2 vig.) - Secretaria de Obras e Serviços Públicos	12.339,45	24.678,90	296.146,80
Valor total					R\$ 43.666,50	R\$ 523.998,00

Em consequência, o valor total do contrato é de R\$ 523.998,00 (quinhentos e vinte e três mil novecentos e noventa e oito reais), para o período de 12 (doze).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020 e 2021, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.122.0300.2302	Manutenção patrimonial – Obras	3.3.90 – Aplicações Diretas	186	0.1.00.0080
09.001.15.122.0300.2302	Manutenção patrimonial – Obras	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2021	0.1.00.0080
10.001.08.122.0302.2802	Pagamento despesas fixas - Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	304	0.1.00.0080
10.001.08.122.0302.2802	Pagamento despesas fixas - Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2021	0.1.00.0080
39.004.27.122.0300.4009	Gestão dos Complexos Esportivos	3.3.90 – Aplicações Diretas	593	0.3.00.0080
39.004.27.122.0300.4009	Gestão dos Complexos Esportivos	3.3.90 – Aplicações Diretas	593	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: José Marcos de Andrade Ranucci, André de Carvalho Ferreira e Ronaldo Benkendorf

José Marcos de Andrade Ranucci
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

André de Carvalho Ferreira
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 663/2020 AO CONTRATO Nº 371/2016

Publicação Nº 2753429

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 663/2020 AO CONTRATO Nº 371/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 048/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 633 – Irineu Franzner no Bairro Tifa Martins, com extensão de 1.100,00m (hum mil e cem metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

RATIFICAÇÃO DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, suspenso em 09/11/2019 através da Ordem de Paralisação da Obra; bem como considerando o reinício das atividades em 01/12/2020, vide a Ordem de Reinício; e, ainda, que o prazo de execução não havia encerrado, sendo o prazo remanescente de mais 04 (quatro) dias para a execução dos serviços, a contar do dia 02/12/2020, prazo de execução do presente contrato termina em 05/02/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no encaminhado pelo Fiscal do contrato, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.452.0450.1431	Pavimentação Rua Irineu Franzner	4.4.90 – Aplicações Diretas	820	0.3.00.0080

DA COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 03 de fevereiro de 2021, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 11.223/2017, servidor público Engenheiro Ivan Andreias Wolter, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/12/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Jaime Barbosa Soares Filho.

Otoniel da Silva

Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

TERMO ADITIVO PRAZO Nº 330/2020

Publicação Nº 2752589

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 330/2020

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 376/2019

Processo: Pregão 152/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Auto Mecânica Gorges Ltda. ME.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LATOARIA E PINTURA EM VEÍCULOS; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 376/2019, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, nos moldes pactuados no contrato original e nos termos aditivos firmados; Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no item 12.1 da Cláusula Décima Segunda do contrato e na justificativa do Fiscal do contrato, constante no Memorando nº 1538/2020/Samae.; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recursos
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	42	Próprios
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	22	Próprios
25.001.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	07	Próprios

Data da assinatura: 04/11/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Jeferson Gorges.

Ana Carolina B. S. Figur

Diretora Presidente

Samae de Jaraguá do Sul

TERMO ADITIVO PRAZO Nº 332/2020

Publicação Nº 2753596

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 332/2019

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2019

Processo: Pregão 070/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Brasil Leasing Locação e Prestação de Serviços Eireli.; Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 204/2019, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, nos moldes pactuados no contrato original e nos termos aditivos firmados.; Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no item

11.1 da Cláusula Décima Primeira do contrato e na justificativa do Fiscal do contrato, constante no Memorando nº 1537/2020/Samae; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Recursos
25.002.17.512.1400.4.406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Samae - Divisão Água	3.3.90 - Aplicações Diretas	3.3.90.39.77	Arrecadados pelo SAMAE
25.003.17.512.1400.4.406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Samae - Divisão Esgoto	3.3.90 - Aplicações Diretas	3.3.90.39.77	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 04/11/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Antonio Carlos Teixeira.

Ana Carolina B. S. Figur
Diretora Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

TERMO ADITIVO PRAZO N° 338/2020

Publicação N° 2753330

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 338/2020
7º ADITIVO AO CONTRATO N° 270/2016

Processo: Pregão 127/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Mecânica Klann Ltda.; Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM VEÍCULOS DA FROTA DO SAMAE; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 270/2016, por mais 7 (sete) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/07/2021, nos moldes pactuados no contrato original e nos termos aditivos firmados; Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no item 7.1 da Cláusula Sétima do contrato e na justificativa do Fiscal do contrato, constante no Memorando nº 1530/2020/Samae; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Recursos
25.02.4.402.3.3.90	Manutenção Patrimonial – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.19	Arrecadados pelo SAMAE
25.03.4.402.3.3.90	Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.19	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 10/11/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Lauro Klann.

Ana Carolina B. S. Figur
Diretora Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

TERMO ADITIVO PRAZO N° 339/2020

Publicação N° 2752643

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 339/2020
1º ADITIVO AO CONTRATO N° 377/2019

Processo: Pregão 152/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Mecânica de Tratores Dois Antonio Ltda. ME.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM RETROESCAVADEIRA E VEÍCULOS; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 377/2019, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, nos moldes pactuados no contrato original; Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no subitem 6.1.1 da Cláusula Sexta, no item 12.1 da Cláusula Décima Segunda do contrato e na justificativa do Fiscal do contrato, constante no Memorando nº 1529/2020/Samae; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Recursos
25.02.4.402.3.3.90	Manutenção Patrimonial – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.19	Arrecadados pelo SAMAE
25.03.4.402.3.3.90	Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.19	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 10/11/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Ivone Aparecida Pinheiro

da Silva.

Ana Carolina B. S. Figur
Diretora Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

TERMO ADITIVO PRAZO Nº 340/2020

Publicação Nº 2752645

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 340/2020
5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2017

Processo: Pregão 104/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Mecânica de Tratores Dois Antonio Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER CONTINUADO PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHONETES E CAMINHÕES A DIESEL; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 194/2017, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, nos moldes pactuados no contrato original e nos termos aditivos firmados; Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no item 7.1 da Cláusula Sétima do contrato e na justificativa do Fiscal do contrato, constante no Memorando nº 1637/2020/Samae; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Progra- mática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Recursos
25.02.4.402.3.3.90	Manutenção Patrimonial – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.21	Arrecadados pelo SAMAE
25.03.4.402.3.3.90	Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.30.11	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 11/11/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Ivone Aparecida Pinheiro da Silva.

Ana Carolina B. S. Figur
Diretora Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2020

Publicação Nº 2753627

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2020

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão nº196/2020 da Secretaria Municipal de Administração, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 13.581/2020 constatei total regularidade no procedimento do Pregoeiro, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas.

Item	Unid.	Qtt	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$	Empresa Vencedora
1	53	UN	ADESIVO MAGNÉTICO A manta magnética natural não tem nenhum tratamento ou aplicação, é um material elástico de borracha que possui as qualidades magnéticas. Ele é composto de material polímero veiculado e matéria magnética – ferrite, por isso possui uma cor marrom escura. Pode receber qualquer tipo de mídia pré adesivada, como papel ou vinil. Ideal para ímãs de geladeira ou fixação na lataria de veículos, de acordo com a espessura utilizada. Tem fácil acabamento, é facilmente cortada com a faca, tesoura ou guilhotina, porém ela é bastante resistente à deformação ao dobrar ou torcer. 0,004. Medida aproximada 0,60 x 1,00 m	R\$ 47,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
2	49	UN	AGENDA PARA TELEFONE – ENDEREÇOS Capa dura; formato mínimo 135 x 205 mm; em espiral simples; ordem alfabética; no mínimo 06 páginas para cada letra.	Deserto	
3	122	UN	AGENDA PERMANENTE Tipo executivo, contendo – folha de dados pessoais, índice telefônico e 01 página por dia. Com capa dura cor preta, azul ou marrom. Tamanho mínimo 130 x 188 mm com no mínimo 384 páginas.	R\$ 13,03	ELMO PAPELARIA LTDA
4	232	CX	ALFINETE PARA MURAL c/ 50 PÇS Alfinete para mural Nº 05; cabeça redonda de poliestireno de 05 mm; cores variadas; comprimento total entre 15 e 18 mm; material metal, tratamento superficial niquelado, formato cabeça redondo acondicionados em embalagens com 50 unidades, sendo que cada caixa contenha uma única cor.	R\$ 2,60	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA

5	24	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 03 Estojo plástico, com feltro, com entintamento na cor azul, no tamanho Nº 03, com medidas aproximada de 08 x 12 cm.	R\$ 2,49	ELMO PAPELARIA LTDA
6	21	UN	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 04 Estojo plástico, com feltro e entintamento na cor azul, no tamanho Nº 04, com medidas aproximada 10,5 x 18 cm.	R\$ 4,58	ELMO PAPELARIA LTDA
7	101	UN	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO Apagador com corpo plástico, feltro especial para quadro branco, medindo no mínimo 14 x 5,5 x 3,5 cm, suporte interno para 02 marcadores. Embalado individualmente.	R\$ 2,10	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
8	370	UN	APONTADOR P/ LÁPIS COM DEPÓSITO DE RESÍDUO Em plástico de alta resistência, tamanho grande, formato retangular, cores sortidas.	R\$ 0,66	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
9	612	UN	APONTADOR, SEM DEPÓSITO EM ALUMÍNIO Apontador para lápis, corpo em alumínio, ergonômico, formato totalmente retangular, durável, lâmina em aço inoxidável com fio resistente, bom acabamento, sem rebarbas ou cantos vivos. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236.	R\$ 0,65	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
10	636	PCT	BALÃO Balão em látex – pacotes com 50 unidades. Amplamente utilizado em festas de aniversário, casamento, cerimônias tornando a atmosfera muito festiva.	R\$ 3,72	ELMO PAPELARIA LTDA
11	127	PCT	BALÃO DE ESCULTURA – PCT C/ 50 un Balão em látex – pacotes com 50 unidades. Utilizados para fazer Escultura de Bichinhos, Cachorro, Cisne, Girafa, Elefante, Caracol, Coração, Flor, Borboleta, Balão, Florzinha, Abelha, Centro de Mesas entre outros.	R\$ 8,23	ELMO PAPELARIA LTDA
12	42	RL	BARBANTE Nº 06 100% algodão, fio cru nº 06, rolo com peso mínimo de 01 kg. Indicado para amarrações em geral	R\$ 33,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
13	37	UN	BARBANTE Nº 08 100% algodão, fio cru nº 08, rolo com peso mínimo de 01 kg. Indicado para amarrações em geral	R\$ 37,20	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
14	31	RL	BARBANTE Nº 10 100% algodão, fio cru nº 10, rolo com peso mínimo de 01 kg. Indicado para amarrações em geral	R\$ 33,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
15	146	PCT	BASTÃO DE COLA QUENTE Bastão de silicone – Grosso – Com 11 mm de diâmetro e 30 cm de comprimento – Pacote com 01 kg, contém no mínimo 34 Bastões – Principais Utilizações: Martelinho de Ouro, Artesanatos, Decorações – Não deixa resíduos.	R\$ 22,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
16	193	UN	BATERIA 9 V Embaladas individualmente – Garantia do fabricante: 03 meses contra defeitos de fabricação – Aviso: Imagens meramente ilustrativas – Características complementares: Qualidade – Produzida com materiais de alta qualidade que garantem durabilidade e eficiência. Características: Testadas periodicamente por laboratórios credenciados pelo Inmetro, para garantir a qualidade e conformidade com a resolução Conama 401 – Sua composição colabora para a preservação do meio ambiente – Especificações: - Alta durabilidade – Blister com 01 unidade; - 0% Mercúrio e Cádmiu – Volts: 9V.	R\$ 8,29	ELMO PAPELARIA LTDA
17	715	PCT	BLOCO DE RECADO ADESIVO 38 mm – PCT C/ 04 UN Bloco adesivo para recados com 100 folhas, medindo 38 x 50 mm. Em papel 75 g/m², cor amarela, com adesivo acrílico reposicionável, que cole e descole sem danificar a superfície onde foi aplicado. Embalagem contendo 04 unidades. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,25	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
18	361	UN	BLOCO DE RECADOS ADESIVO 76 X 102 mm – C/ 01 UN Recado autoadesivo; em papel off-set, adesivo acrílico removível e reposicionável, s/ pauta; medindo 76 x 102 mm, pacote com 01 bloco c/ 100 fls, embalado em filme de polipropileno. Validade. 24 meses; na cor amarelo, adesão: poliéster 80gf/31,7 mm, dorso 100gf/2,5 mm, trans. Quantitativa adesivo 520gf/2419mm².	R\$ 2,25	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
19	280	UN	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 01 VIA 80 mm X 40 m Bobinas de papel térmico para impressora de painel eletrônico, são utilizadas nas impressoras térmicas para emissão dos tickets de senha – Medida 80 mm x 40 m – 01 via	R\$ 4,13	ELMO PAPELARIA LTDA
20	1500	RL	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 1 VIA 57 mm X 40 m Bobina em papel térmico com gramatura de 56 g/m². Uma via. Cor amarela. Legibilidade dos dados mínima de 5 anos. Medida 57 mm x 40 m.	R\$ 2,95	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
21	278	UN	BOBINA DE SENHA NUMERADA Bobina de senha pré numerada para dispensadores manuais de senha. Bobina de papel para dispenser de senhas; em 01 via – com picote; em papel acetinado; gramatura de 58 g/m²; medindo 04 cm de largura x 11 cm de diâmetro; bobina com 2.000 números – pré numerados de 001 a 999 – 03 dígitos – 02 sequências; na cor branca, de impressão em preto.	R\$ 11,07	ELMO PAPELARIA LTDA
22	405	UN	BOLAS DE ISOPOR – 100 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 33,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME

23	325	PCT	BOLAS DE ISOPOR – 20 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,14	MAXIMA ATACADIS- TA EIRELI ME
24	325	UN	BOLAS DE ISOPOR – 35 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,17	MAXIMA ATACADIS- TA EIRELI ME
25	395	UN	BOLAS DE ISOPOR – 60 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,60	MAXIMA ATACADIS- TA EIRELI ME
26	315	UN	BOLAS DE ISOPOR – 75 mm Bola de Isopor de EPS – para artesanato, maciça, em unidades – na cor branca	R\$ 0,75	MAXIMA ATACADIS- TA EIRELI ME
27	1131	UN	BORRACHA BRANCA 30 X 40 mm Borracha de papelaria; feita de látex natural; escolar; para grafite e lápis; no formato retan- gular. Nº 20 na cor branca	R\$ 0,32	PRINTSUL COMER- CIO ATACADISTA LTDA ME
28	659	UN	BORRACHA DE LÁTEX NATURAL C/ PROTETOR PLÁSTICO Nº 12 Borracha branca em látex natural, livre de PVC, para uso escolar e técnico. Medida mínima de 42 x 20 x 11 mm. Com protetor plástico ergonômico. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Data de validade mínima de 20 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,63	ELMO PAPELARIA LTDA
29	276	UN	CADEADO E-35 Dimensões aproximadas do cadeado: Altura= 6,2cm Largura= 3,5cm – Cor: Dourado com haste Prateada – Sistema de tranca: Chave comum – Corpo em latão maciço com haste em aço inoxidável – Sistema TSA: Não	Deserto	
30	640	UN	CADERNO 96 FOLHAS – ESPIRAL Espiral de arame galvanizado de 0,9 mm 1,1 mm de espessura; Capa colorida e flexível; com 96 folhas; formato 140 mm x 202 mm pautado; pesando 56 g/m²; deve atender a norma NBR 6045 – versão 2000.	R\$ 1,65	PRINTSUL COMER- CIO ATACADISTA LTDA ME
31	592	UN	CADERNO BROCHURA MÍNIMO 60 FOLHAS Costurado, 1/4, capa dura, capa sem estampa, mínimo 60 folhas pautadas em papel off set 56 g/m², pauta legível e uniforme em todas as folhas. Formato 140 x 200 mm. Capa com no mínimo 725 g/m².	R\$ 2,17	ELMO PAPELARIA LTDA
32	271	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO – 10 MATÉRIAS Caderno universitário 10 matérias com espiral revestida em polietileno, capa dura, capa com estampas tema Natureza, mínimo 200 folhas pautadas em papel off set 56 g/m², pauta legí- vel e uniforme em todas as folhas. Divisórias. Formato 200 x 275 mm. Capa com no mínimo 725 g/m².	R\$ 7,70	ELMO PAPELARIA LTDA
33	71	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO – 12 MATÉRIAS Em espiral; de arame galvanizado; espessura de 0,9 mm a 1,5 mm; no formato universitário 200 x 275 mm, pautado; com capa dura colorida, não serrilhadas; gramatura da folha 56 g/ m².	R\$ 10,20	MAXIMA ATACADIS- TA EIRELI ME
34	448	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO – ESPIRAL Caderno em espiral; de arame galvanizado; espessura de 0,9 mm a 1,5 mm; no formato uni- versitário 200 x 275 mm, 1x1 pautado; com capa colorida, capa dura, com 1,3 mm espessura aproximadamente; com 96 folhas, não serrilhadas; pesando 250 g/2; gramatura da folha 56 g/m²; deve atender a norma NBR 6045 – versão 2000.	R\$ 3,10	RS DISTRIBUI- DORA E COM. DE ARTIGOS E PAPE- LARIA LTDA
35	155	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO CAPA DURA Caderno contendo 01 matéria, com espiral em arame galvanizado; espessura de 0,9 mm a 1,5 mm; no formato universitário 200 x 275 mm, pautado; com capa dura colorida, com no mínimo 96 folhas, não serrilhadas; gramatura da folha 56 g/m².	R\$ 4,34	ELMO PAPELARIA LTDA
36	150	UN	CAIXA ACRÍLICO DUPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS Caixa para correspondências e organização de documentos, tamanho ofício, em poliestireno cristal com paredes de 03 mm de espessura, modelo dupla, articulada, hastes metálicas, estável. Montada. Embalada individualmente.	R\$ 21,00	RS DISTRIBUI- DORA E COM. DE ARTIGOS E PAPE- LARIA LTDA
37	214	UN	CAIXA ACRÍLICO TRIPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS Caixa para correspondências e organização de documentos, tamanho ofício, em poliestireno cristal com paredes de 03 mm de espessura, modelo tripla, articulada, hastes metálicas, estável. Montada. Embalada individualmente.	R\$ 31,00	RS DISTRIBUI- DORA E COM. DE ARTIGOS E PAPE- LARIA LTDA
38	2380	UN	CAIXA DE PAPELÃO Caixa em papelão onda simples, miolo e duas capas kraft, 100% virgem, gramatura mínima 440 g/m², medida 375 x 130 x 305 mm. Encaixe perfeito, estável quando montada. Sem impressão e sem presença de propaganda ou logomarcas do fabricante ou distribuidor. Amarradas com cinta em fardo com até 50 unidades. Não podem estar amassadas, rasgadas ou sujas.	R\$ 3,39	MAXIMA ATACADIS- TA EIRELI ME
39	9531	UN	CAIXA DE PAPELÃO P/ ARQUIVO MORTO Caixa em papelão onda simples, miolo e duas capas kraft, 100% virgem, gramatura mínima 440 g/m², medida 345 x 130 x 245 mm. Encaixe perfeito, estável quando montada. Im- pressão na cor azul, com arte própria para anotações de arquivo morto. Sem presença de propaganda ou logomarcas do fabricante ou distribuidor. Amarradas com cinta em fardo com até 50 unidades. Não podem estar amassadas, rasgadas ou sujas.	R\$ 1,78	ELMO PAPELARIA LTDA

40	6645	UN	CAIXA DE PAPELÃO P/ARQUIVO MORTO Em papelão ondulado, duplex, kraft / 02 ondas, desmontável, gramatura 550+25 g/m ² pesando aproximadamente 245 g após montada com variação máxima no seu peso de 5%, medindo 360 x 250 x 135 mm, na cor parda.	R\$ 3,15	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
41	38	UN	CALCULADORA CIENTÍFICA Características mínimas: 240 funções, 10 + 02 dígitos, display 02 linhas, 09 memórias variáveis, permutação e combinação, cálculo fracionário, cálculo seno, cosseno, tangente e arco, cálculos estatísticos, desvio padrão, análise de regressão, funções matemáticas, para utilização em matemática geral, álgebra, estatística, trigonometria, desligamento automático. Com manual de instrução em português.	R\$ 17,58	ELMO PAPELARIA LTDA
42	780	UN	CALCULADORA PORTÁTIL – 12 DÍGITOS Calculadora eletrônica de mesa, 12 dígitos, cor preta ou prata, display LCD articulável, dígitos grandes. Fonte de energia solar e bateria que deve ser inclusa. Funções: 04 operações básicas, mark up/GPM, raiz quadrada, porcentagem, memória, inversão de sinais, correção dígito a dígito. Tecla OFF, duplo zero e tecla “+” em tamanho grande. Medida aproximada 150 x 150 mm. Garantia mínima de 180 dias contra defeitos de fabricação. Embalada individualmente.		
43	2997	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA – AZUL Caneta esferográfica de escrita ponta média de 1,0 mm, macia, uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 130 mm. Bola em tungstênio, sendo a esfera perfeita e resistente. Caneta retrátil ou com tampa antiasfixiante. Cores azul. Selo Inmetro. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,42	ELMO PAPELARIA LTDA
44	1846	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA – PRETA Caneta esferográfica de escrita ponta média de 1,0 mm, macia, uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 130 mm. Bola em tungstênio, sendo a esfera perfeita e resistente. Caneta retrátil ou com tampa antiasfixiante. Cores preta. Selo Inmetro. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,42	ELMO PAPELARIA LTDA
45	1060	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA – VERMELHA Caneta esferográfica de escrita ponta média de 1,0 mm, macia, uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 130 mm. Bola em tungstênio, sendo a esfera perfeita e resistente. Caneta retrátil ou com tampa antiasfixiante. Cores vermelha. Selo Inmetro. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,42	ELMO PAPELARIA LTDA
46	14136	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA Caneta esferográfica, escrita fina com medida de 0,7 a 0,8 mm, escrita macia, traço uniforme e sem borrões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Medida mínima de 140 mm. Carga de tinta com medida mínima de 100 mm. Tampa antiasfixiante. Corpo multilateral, em resina termoplástica translúcida. Ponta e plugue da cor da tinta, de encaixe perfeito ao corpo e de difícil remoção. Bola em tungstênio, perfeita e resistente. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Atender EN 71-3:1994. Cores azul, preta ou vermelha, conforme necessidade. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,45	ELMO PAPELARIA LTDA
47	366	UN	CANETA HIDROCOR – ESTOJO COM 12 CORES Canetinha hidrográfica para traços, desenhos e pintura em geral, em papel, cartão e cartolina. Ponta de aproximadamente 01 mm. Resistente, lavável, cores vivas, atóxica, tampa antiasfixiante, Corpo com aproximadamente 140 mm. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,80	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
48	764	UN	CANETA P/ QUADRO BRANCO Marcador para quadro branco com ponta arredondada e macia em poliéster, escrita de 02 mm. De alto rendimento, cores vivas. Fácil de apagar, mesmo seco. Corpo com aproximadamente 130 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Tampa antiasfixiante. Cores azul, preta, verde ou vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
49	406	UN	CANETA P/ RETROPROJETOR Marcador permanente com ponta redonda em poliéster com 01 mm, tinta de secagem rápida, resistente a água e umidade. Aplicação para escrita em plástico, vinil, vidro, metal e madeira. Corpo com aproximadamente 140 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Tampa com clip e antiasfixiante. Cores azul, preta, verde ou vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,56	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
50	442	UN	CANETA P/ TECIDO Caneta marca tecido; corpo em polipropileno opaco; com ponta de poliéster para pintar e marcar tecidos. Excelente fixação. Resistente a lavagens. Nas cores: Vermelho, Preto, Azul e Verde.	R\$ 3,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

51	4238	UN	CANETA TIPO MARCA TEXTO Caneta hidrográfica para destaque de texto, ponta chanfrada para traço de 01 mm a 04 mm. Tinta resistente a luz, de secagem rápida. Corpo redondo com aproximadamente 140 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Livre de PVC. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Cores amarela, laranja ou verde conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,91	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
52	149	UN	CANETÃO HIDROCOR Estojo com 12 unidades; cores sortidas e fortes; lavável, não tóxico; a base de água, modelo jumbo, com selo do Inmetro.	R\$ 4,80	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
53	22	UN	CANTONEIRA PARA FOTO Cantoneira em poliéster transparente para montagem de fotos, cartões e documentos, medindo 19 mm. Não amarela. Acid free. Livre de produtos químicos nocivos. Possui adesivo acrílico sensível a pressão. Blister contendo 250 unidades.	R\$ 37,20	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
54	1336	UN	CARBONO SIMPLES – MEDIDAS: 220 X 330 mm Papel carbono para escrita manual, na cor azul, medida de 220 x 330 mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,25	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
55	1525	FL	CARTOLINA Para uso escolar e artístico. Em cores suaves, dupla face. Cores amarela, azul, branca, rosa e verde, conforme necessidade. Medida mínima 50 x 66 cm, gramatura 180 g/m².	R\$ 0,45	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
56	760	FL	CARTOLINA DUPLEX Para uso escolar e artístico. Em cores vivas, dupla face. Cores amarela, azul-claro, azul-escuro, laranja, lilás, rosa, roxa, verde-claro, verde-bandeira e vermelha, conforme necessidade. Medida mínima 48 x 66 cm, gramatura 140 g/m².	R\$ 0,59	ELMO PAPELARIA LTDA
57	1757	UN	CD-R GRAVÁVEL Disco compacto gravável para armazenamento de dados. Capacidade de gravação de 80 min / 700 Mb. 1x-52x. Embalado individualmente em envelope em papel cartão.	R\$ 1,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
58	104	CX	CLIPS COLORIDO Nº 02 Produzido em arame de aço – coloridos Caixas com 100 unidades	R\$ 3,01	ELMO PAPELARIA LTDA
59	94	CX	CLIPS COLORIDO Nº 04 Produzido em arame de aço – coloridos Caixas com 100 unidades	R\$ 5,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
60	529	CX	CLIPS Nº 01 C/ 500 G Produzido em arame de aço – Niquelado – Tamanho 3,1 cm	R\$ 11,47	ELMO PAPELARIA LTDA
61	499	CX	CLIPS N.º 02 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 2/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g.	R\$ 14,70	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
62	378	CX	CLIPS N.º 04 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 4/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g.	R\$ 10,75	ELMO PAPELARIA LTDA
63	317	CX	CLIPS N.º 06 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 6/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g	R\$ 11,13	ELMO PAPELARIA LTDA
64	160	CX	CLIPS N.º 08 – C/ 500 g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente a oxidação, paralelo, n.º 8/0. Embalado em caixa com no mínimo 500 g.	R\$ 10,30	ELMO PAPELARIA LTDA
65	314	UN	COLA ALTO RELEVO Embalagem com 35 ml – Composição: Resina Acrílica, Água, Aditivos e Pigmentos. A Tinta Dimensional Relevo 3D é bastante versátil, e pode ser aplicada sobre diversos materiais, inclusive sobre tecidos. Resistente a lavagens e não tóxica. Apresentada em 04 versões: Brilliant, Metallic, Glitter e Acqua. Pode ser aplicada sobre qualquer tipo de material poroso e aderente, como tecidos de algodão, madeira, cerâmica, gesso, papel, papelão, isopor, etc.	R\$ 6,15	ELMO PAPELARIA LTDA
66	140	KG	COLA BASTÃO DE SILICONE FINO Embalagem com no mínimo 01 kg c/ bastões de aprox. 08 mm x 300 mm – cor transparente.	R\$ 22,49	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
67	431	UN	COLA BASTÃO MÍNIMO 08 g Cola branca em bastão, atóxica, secagem rápida, lavável. Tampa hermética. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,74	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
68	763	UN	COLA BASTÃO MÍNIMO 20 g Cola branca em bastão, atóxica, secagem rápida, lavável. Tampa hermética. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,12	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
69	242	UN	COLA C/ GLITTER Pode ser aplicada diretamente com o bico ou com o pincel sobre tecidos de algodão (não sintéticos) e sem goma. Também pode ser utilizado em madeira, isopor, cerâmica, cortiça, gesso e papel, personalizando objetos e tornando-os únicos e especiais. Cores diversas – Tubo de no mínimo 30 g.	R\$ 2,25	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

70	250	UN	COLA COLORIDA A cola colorida foi desenvolvida para trabalhos escolares e artesanais. Material não tóxico. Cores com brilho intenso. Cola utilizada em colagens, relevos coloridos, decorações em geral, pintar sobre todos os tipos de papel. Apresentação: tubos com no mínimo 30 g.	R\$ 2,91	ELMO PAPELARIA LTDA
71	252	UN	COLA INSTANTÂNEA (REF. COLA SUPER BONDER) Bico aplicador de longo alcance para superfícies de difícil acesso – Resistente à umidade – Embalagem fica em pé, possui sistema antivazamento – Cola quase todos os materiais – Colagem transparente e instantânea – Fórmula sem solventes – Recomendado para: Porcelana, Metal, Borracha, Couro, Madeira, Plástico* e Papel. - *Exceto polietileno (PE), polipropileno (PP), silicone, resina antiaderente (PTFE) - Não recomendado para tecidos e Isopor – Não adequado para uso em objetos que carreguem líquidos muito quentes – Embalagem: 5 g – tampa antientupimento – encartelada	R\$ 4,73	ELMO PAPELARIA LTDA
72	1301	UN	COLA LÍQUIDA BRANCA 110 g Cola branca líquida, não tóxica, lavável. Tubo ergonômico, resistente, com bico aplicador. Tampa vedante rosqueável. Aplicável em cartolina, cortiça, couro, espuma, feltro, madeira, papel, tecido, entre outros. Selo do Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,62	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
73	156	UN	COLA P/ E.V.A. Apresentação tubos de no mínimo 40 g Para trabalhos de colagem em EVA e isopor. Possui um exclusivo bico aplicador que facilita a aplicação, além de ser mais econômico. Solúvel em álcool. Secagem no ar. Não resistente a lavagens.	R\$ 2,23	ELMO PAPELARIA LTDA
74	121	UN	COLA P/ MADEIRA Cola Para madeira e trabalhos artesanais – Composição/Material Poliacetato de vinila; aditivos; pigmentos e água. - Aplicações/Superfícies: Madeira – Lavável: Não – Solúvel: Não – Atóxica: Sim – Conteúdo da Embalagem: 01 Frasco de Cola – Peso líquido aproximado do produto 90 g.	R\$ 3,14	ELMO PAPELARIA LTDA
75	179	UN	COLA PARA ARTESANATO Cola desenvolvida especialmente para uso em trabalhos manuais, hobbies, artesanato e para reparos no lar e no trabalho. Cola aplica resinas, MDF, papel cartão, passamanaria, renda, acrílico, plásticos, cortiça, papel, couro, cartolina, jeans, madeira balsa, PVC, etc. Indispensável para o artesanato. Lavável e não enrijece o tecido. Não contém tolueno. Apresentação – tubos com no mínimo 30 g.	DESERTO	
76	224	UN	COLA PARA TECIDO Cola para aplicação em tecido e outras superfícies. Tecido com tecido, Decoupage com guardanapo e colagem de apliques. Usada também para fazer barras em geral, substituindo a costura feita a máquina. Uso em tecidos naturais como algodão. Secagem completa demora 72 horas. Embalagem com no mínimo 250 g.	R\$ 14,18	ELMO PAPELARIA LTDA
77	1462	UN	CORRETIVO EM FITA Fita corretiva tipo roller. Medindo no mínimo 4,2 mm de largura e 08 m de comprimento. De aderência eficiente na superfície do papel e cobertura instantânea. Corpo em formato anatômico e visor translúcido para permitir visualização da quantidade de fita disponível. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 3,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
78	595	UN	CORRETIVO LÍQUIDO À BASE DE ÁGUA COM 18 ml Corretivo líquido branco, homogêneo, de secagem rápida, à base de água, atóxico, inodoro, não inflamável. Frasco com tampa rosqueável tipo pincel. Conteúdo líquido mínimo de 18 ml. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalado em display.	R\$ 0,85	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
79	1347	UN	DVD-R Disco compacto gravável para armazenamento de dados, imagens, multimídia e vídeo. Capacidade de gravação SP de 120 min / 4,7 Gb. 1x-16x. Embalado individualmente em papel cartão.	R\$ 1,05	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
80	1424	FL	E.V.A. Folha de E.V.A. cor lisa; medindo 400 x 600 mm; com espessura de 1,5 mm; modelo liso; acondicionada em embalagem apropriada. Isento de falhas; lavável, atóxica, emborrachada, não perecível, com textura homogênea. Cores sortidas.	R\$ 1,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
81	534	FL	E.V.A. – ESTAMPADO / DECORADO Material emborrachado resistente, colorido, estampado, inodoro, utilizado de diversas maneiras na decoração de festas infantis, em escolas, artesanato, scrapbooking e muito mais. Para trabalhar com esse material emborrachado se usa tesouras decorativas, estilete, máquinas de corte, etc. Fácil aplicação com cola de contato, cola especial para EVA ou fita adesiva dupla face, cores sortidas – Tamanho 40 x 60 cm	R\$ 2,87	ELMO PAPELARIA LTDA

82	449	FL	E.V.A. C/ GLITTER Material emborrachado resistente, colorido, estampado, inodoro, utilizado de diversas maneiras na decoração de festas infantis, em escolas, artesanato, scrapbooking e muito mais. Para trabalhar com esse material emborrachado se usa tesouras decorativas, estilete, máquinas de corte, etc. Fácil aplicação com cola de contato, cola especial para EVA ou fita adesiva dupla face – cores sortidas.	R\$ 3,81	ELMO PAPELARIA LTDA
83	610	FL	E.V.A. FELPUDO Borracha de Eva atalhado, muito utilizado para trabalhos escolares e de artesanato, imita com perfeição um acabamento atalhado e aveludado Tamanho: 40 x 60 cm; Espessura: 02 mm – cores sortidas	R\$ 2,73	ELMO PAPELARIA LTDA
84	589	PCT	ELÁSTICO N.º 18 Elástico amarelo em borracha natural, nº 18, caixa ou pacote (Com peso de 100 g / com no mínimo 110 unidades). Deve alongar até 4 vezes sem deformar. Embalagem contendo impressa informações do produto e do fabricante. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,55	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
85	10970	UN	ENVELOPE 11 x 22 cm BRANCO Envelope ofício, tipo carteira em papel off set branco, sem impressão, sem RPC, gramatura mínima de 75 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,05	ELMO PAPELARIA LTDA
86	14850	UN	ENVELOPE 16 x 23 cm AMARELO Envelope tipo saco em papel kraft ouro, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,14	ELMO PAPELARIA LTDA
87	6350	UN	ENVELOPE 16 x 23 cm PARDOS Envelope tipo saco em papel kraft natural, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,10	ELMO PAPELARIA LTDA
88	1280	UN	ENVELOPE 20 X 28 cm PARDOS Envelope de papelaria em papel kraft natural de primeira qualidade, sem impressão, tipo saco, com aba, com gramatura mínima de 80 g/m².	R\$ 0,13	ELMO PAPELARIA LTDA
89	22950	UN	ENVELOPE 25 x 35 cm AMARELO Envelope tipo saco em papel kraft ouro, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,32	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
90	13850	UN	ENVELOPE 25 x 35 cm PARDOS Envelope tipo saco em papel kraft natural, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Colagem e esquadro perfeito.	R\$ 0,18	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
91	690	UN	ENVELOPE P/ MALOTE INTERNO COM ILHÓS Envelope tipo saco em papel kraft natural, com aba, gramatura mínima de 80 g/m². Ilhós para fechamento. Impressão frente e verso. Colagem e esquadro perfeito. Medida 250 x 350 mm.	R\$ 1,20	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
92	1250	UN	ENVELOPE PLÁSTICO OFÍCIO P/MALOTE INTERNO Envelope tipo saco em plástico na cor cinza. Espessura mínima 0,20 mm. Possui fecho tipo "zip". Impressão frente e verso. Selagem perfeita. Medida 260 x 350 mm.	R\$ 2,80	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
93	690	UN	ENVELOPES 26 x 36 mm BRANCO Envelope saco branco, 26 x 36 mm, 90 g/m², tipo saco; sem impressão; apresentado com aba; na cor branca	R\$ 0,29	ELMO PAPELARIA LTDA
94	155	UN	ESPETO PARA PAPEL Espeto para fixação de papel fabricado em aço inox. 150 mm de altura. Base paralela e estável de no mínimo 75 mm de diâmetro. Ponteira com proteção. Embalado individualmente.	R\$ 4,40	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
95	209	UN	ESTILETE DE LÂMINA ESTREITO 09 mm Estilete retrátil, robusto, corpo em plástico, com emborrachamento macio, estrutura interna em aço inoxidável e trava automática de segurança. Acompanha lâmina reta com 09 mm, em aço temperado, com tratamento antiferrugem, pontas renováveis. Garantia contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 3,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
96	431	UN	ESTILETE DE LÂMINA LARGO 18 mm Estilete retrátil, robusto, corpo em plástico, com emborrachamento macio, estrutura interna em aço inoxidável e trava automática de segurança. Acompanha lâmina reta com 18 mm, em aço temperado, com tratamento antiferrugem, pontas renováveis. Garantia contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 5,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
97	103	UN	ESTILETE PROFISSIONAL DE METAL 18 mm Estilete trapezoidal de uso profissional. Corpo ergonômico em alumínio, com revestimento em borracha. Trava de segurança. Acompanham no mínimo 03 lâminas para reposição. Comprimento aproximado de 180 mm. Encartelado individualmente. Garantia contra defeitos de fabricação.	DESERTO	
98	2	CX	ETIQUETA 01 COLUNA 89 x 23,4 mm C/ 6000 un Etiqueta branca em formulário contínuo, medindo 89 x 23,4 mm, 01 carreira, papel com adesivo permanente, caixa com 6.000 etiquetas.	R\$ 71,51	ELMO PAPELARIA LTDA

99	4	CX	ETIQUETA 89 x 23,4 mm TRÊS COLUNAS C/ 18.000 un Etiqueta branca em formulário contínuo, medindo 89 x 23,4 mm, 03 carreiras, papel com adesivo permanente, caixa com 18.000 etiquetas.	R\$ 205,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
100	2574	FL	ETIQUETA ADESIVA 38 x 10 mm – 08 COLUNAS C/ 192 ETIQUETAS CADA FOLHA Etiquetas autoadesivas em formulário contínuo 08 carreiras c/ 192 etiquetas por folha de 38 x 10 mm; caixa contendo 500 folhas; caixa com 96.000 etiquetas; material papel; cor branca; aplicação p/ impressoras matriciais.	R\$ 0,59	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
101	16	CX	ETIQUETA ADESIVA A4 106 x 138 mm C/ 100 fls Etiqueta cor branca, para impressora laser e ink jet, medindo 106 x 138 mm, 04 etiquetas por folha, papel com adesivo permanente, embalagem com 100 folhas.	R\$ 25,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
102	20	CX	ETIQUETA ADESIVA A4 25,4 x 99 mm C/ 100 fls Etiqueta cor branca, para impressora laser e ink jet, medindo 99 x 25,4 mm, 22 etiquetas por folha, papel com adesivo permanente, embalagem com 100 folhas.	R\$ 25,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
103	40	CX	ETIQUETA ADESIVA PARA INK-JET/LASER Folhas medindo 279,4 x 215,9 mm; na cor branca; quantidade por folha: 14 etiquetas tamanho 101,6 x 33,9 mm, caixa contendo 100 folhas; apresentação no formato carta.	R\$ 25,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
104	300	RL	ETIQUETA BROTHER Etiqueta branca para endereço, rolo com 400 unidades, medindo 38 x 90,3 mm. Original para uso em impressora Brother linha QL. Modelo DK-1208. Garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 118,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
105	641	UN	EXTRATOR DE GRAMPO Extrator de grampos tipo espátula, estampado em aço inox de alta resistência. Medindo no mínimo 150 x 15 mm.	R\$ 2,62	ELMO PAPELARIA LTDA
106	67	UN	FICHÁRIO DE MESA C/ ÍNDICE Fichário para fichas 06 x 09 com corpo em aço na cor grafite, com tampa fumê ou cristal, transparente para facilitar na visualização antes de abri-lo. Possui capacidade, para até 500 fichas tamanho 06" x 09" padronizadas. Contém divisória de plástico para auxiliar equilíbrio dos cartões no fichário. Fichário para mesa fabricado em aço que traz muito mais durabilidade e resistência. Com índice A-Z.	R\$ 110,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
107	294	RL	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 25 mm x 50 m Fita adesiva em papel liso, cor branca, saturado, resistente e impermeável. Adesivo borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 25 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 4,05	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
108	113	RL	FITA ADESIVA DUPLA FACE DE PAPEL Medida mínima de 12 mm x 30 m; Indicada para fixação de objetos leves, cartazes e fotos; Ideal para trabalhos escolares e decorações de festas; Composição: Papel liso branco, adesivo à base de borracha e resina, e linear de papel siliconado.	R\$ 2,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
109	312	RL	FITA ADESIVA PLÁSTICA Fita adesiva plástica transparente – Tamanho: 25 x 50 m, para uso em embalagens – Adesão Instantânea – Resistente À Umidade – Desenrolamento Leve – Corte Fácil	R\$ 1,36	ELMO PAPELARIA LTDA
110	627	RL	FITA ADESIVA ROLO GRANDE 12 mm x 50 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico. Medindo no mínimo 12 mm x 50 m. Tubete em papel com medida interna de 76 mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,70	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
111	330	RL	FITA ADESIVA ROLO PEQUENO 12 mm x 30 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico. Medindo no mínimo 12 mm x 30 m. Tubete em plástico com medida interna de 25 mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 0,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
112	1221	RL	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 mm x 50 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico. Medindo no mínimo 45 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,30	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
113	466	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 24 mm x 50 m Fita adesiva em papel kraft liso saturado, resistente e impermeabilizado. Adesivo em borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 24 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 5,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
114	730	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 25 mm x 50 m Fita adesiva de papel Kraft liso, tipo monoface, largura 25 mm, comprimento 50 m, espessura 0,16 mm, aplicação multiuso, características adicionais resistência tração 07 kgf/pol largura.	R\$ 5,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
115	1133	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 48 mm x 50 m Fita adesiva em papel kraft liso saturado, resistente e impermeabilizado. Adesivo em borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 48 mm x 50 m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 10,10	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

116	759	RL	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 50 mm x 50 m Fita adesiva de papel Kraft liso, tipo monoface, largura 50 mm, comprimento 50 m, espessura 0,16, aplicação multiuso, características adicionais resistência tração 07 kgf/pol largura.	R\$ 10,10	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
117	167	RL	FITA DUPLA FACE 12 mm x 10 m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico em ambos os lados. Liner branco de papel siliconado. Medindo no mínimo 12 mm x 10 m. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalado individualmente.	DESERTO	
118	136	UN	FITA DUPLA FACE 19 mm X 20 m Fita adesiva dupla face de espuma acrílica 19 mm x 20 m. Altíssimo poder de adesão e resistência ao cisalhamento. Montagem simples e rápida. Atenua as vibrações e reduz os ruídos. Pode ser usada em vários tipos de materiais. Compensa a dilatação térmica das partes unidas.	R\$ 51,90	ELMO PAPELARIA LTDA
119	78	UN	FITA DUPLA FACE 20mm x 2m Composição: espuma acrílica transparente, com medida aproximada de 20 mm x 02 m de comprimento.	R\$ 13,60	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
120	78	UN	FITA MÉTRICA Características: Comprimento da fita métrica: 1,5 m – Largura da fita métrica: 16,0 mm – Classe de precisão: Classe III – Graduação da fita métrica: mm/ cm / polegadas – Cores variadas – Material PVC ou fibra de vidro	R\$ 4,10	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
121	129	FL	FOLHA DE ISOPOR – 15 mm Folha de isopor na cor branca, medindo 100 cm de comprimento x 50 cm de largura x 1,5 cm de espessura.	R\$ 5,40	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
122	243	UN	GIZ DE CERA – CAIXA C/ 12 UNIDADES Cores mais vivas e excelente cobertura consistência de cores tanto para escrever quanto para desenhar. Formato anatômico, fabricado com cera de alta qualidade, perfeita cobertura, ideal para desenhar, escrever, pintar sobre qualquer tipo de papel, acabamentos artísticos.	R\$ 1,75	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
123	330	UN	GRAFITE 0,5 mm – GRADUAÇÃO 2B – ESTOJO C/ 12 MINAS Grafite Polymer para lapiseira, preto, diâmetro de 0,5 mm, graduação 2B, resistente a quebra, maior maciez e fácil de apagar. Tubo com identificação do produto e fabricante, com no mínimo 12 minas de 60 mm.	R\$ 0,45	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
124	55	UN	GRAMPEADOR GRANDE P/ GRAMPO 23/10 Grampeador profissional de mesa para grampos 23/6 a 23/13. Prensagem manual. Estrutura e alavanca de prensagem em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta, cinza ou azul. Canaleta em aço niquelado. Base de apoio em plástico antiderrapante. Capacidade para grampear simultaneamente até 100 folhas de papel com gramatura de 75 g/m², sendo para grampo 23/10 até 70 folhas. Base medindo aproximadamente 28 cm. Ajuste de profundidade. Matriz de prensagem niquelada. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 43,00	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
125	667	UN	GRAMPEADOR MÉDIO P/ GRAMPO 26/6 Grampeador de mesa para grampos 26/6. Prensagem manual. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Canaleta em aço niquelado. Base de apoio em plástico antiderrapante. Capacidade para grampear simultaneamente até 25 folhas de papel com gramatura de 75 g/m². Base medindo aproximadamente 15 cm, com embocadura mínima de 08 cm. Matriz de prensagem niquelada, móvel para opção de grampear fechado ou aberto. Mola para manter abertura entre a alavanca e a base. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 7,60	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
126	346	UN	GRAMPEADOR METÁLICO PEQUENO – ECONÔMICO – P/ GRAMPOS 26/6C/ CAPACIDADE DE 100 GRAMPOS Tipo de grampo 26/6 m126, com capacidade para até 100 grampos / dimensões mínimas 35 x 59 x 128	R\$ 11,00	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
127	36	CX	GRAMPO 23/06 GALVANIZADO – C/ 5000 pçs Grampo para grampeador galvanizado, medindo 23/06 – caixa c/ 5.000pçs	R\$ 10,91	ELMO PAPELARIA LTDA
128	103	CX	GRAMPO 23/10 GALVANIZADO C/ 5000 pçs Grampo para grampeador modelo 23/10, em arame de aço galvanizado, resistente à oxidação. Indicado para grampear de 40 a 70 folhas de papel com gramatura de 75 g/m². Pontas afiadas. Camada controlada de adesivo. Embalado em caixa contendo no mínimo 5.000 unidades.	R\$ 14,06	ELMO PAPELARIA LTDA
129	1567	CX	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 pçs Grampo para grampeador modelo 26/6, em arame de aço galvanizado, resistente a oxidação. Indicado para grampear até 20 folhas de papel com gramatura de 75 g/m². Pontas afiadas. Camada controlada de adesivo. Embalado em caixa contendo no mínimo 5.000 unidades.	R\$ 3,20	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA

130	813	PCT	GRAMPO TRILHO C/ 50 UN Conjunto grampo trilho em polipropileno transparente com capacidade para até 200 folhas com gramatura de 75 g/m². Medida mínima 210 mm. Embalado em blister lacrado com 50 conjuntos.	R\$ 7,14	ELMO PAPELARIA LTDA
131	972	PCT	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO ESTENDIDO C/ 50UN Conjunto grampo trilho estendido em polipropileno transparente com capacidade para até 600 folhas com gramatura de 75 g/m². Medida mínima 300 mm. Embalado em blister lacrado com 50 conjuntos.	R\$ 14,72	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
132	7	CX	GRAMPOS 23/13 GALVANIZADO – C/ 5000 pçs Para até 100 folhas, galvanizado, de arame de aço, caixa c/ 5.000 unidades.	R\$ 16,38	ELMO PAPELARIA LTDA
133	5	CX	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR MANUAL 106/6 Acabamento em aço galvanizado – caixa com no mínimo 3500 unidades.	R\$ 7,15	ELMO PAPELARIA LTDA
134	117	UN	ÍNDICE 6 x 9 P/ ARQUIVO Marmorizado (timbó) com projeção de A-Z – Dimensões 01 x 16.5 x 22.5 (Altura x Largura x Comprimento)	R\$ 21,50	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
135	56	UN	LÂMINA PARA ESTILETE ESTREITO 09 mm – ESTOJO C/ 10 UNIDADES Lâmina reta para estilete retrátil simples de 09 mm. Em aço-carbono com tratamento anti-ferugem. Ponta renovável. Comprimento mínimo 80 mm. Espessura 0,5 mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete.	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
136	85	UN	LÂMINA PARA ESTILETE LARGO 18 mm – ESTOJO COM 10 UNIDADES Lâmina reta para estilete retrátil simples de 18 mm. Em aço-carbono com tratamento anti-ferugem. Ponta renovável. Comprimento mínimo 110 mm. Espessura 0,5 mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete.	R\$ 2,66	ELMO PAPELARIA LTDA
137	13	UN	LÂMINA PARA ESTILETE TRAPEZOIDAL 18 mm – ESTOJO C/ 10 UNIDADES Lâmina para estilete trapezoidal de 18 mm. Em aço-carbono com tratamento antiferrugem. Ponta renovável. Espessura 0,5 mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete.	DESERTO	
138	356	CX	LÁPIS DE COR C/ 12 UNIDADES No formato redondo; medindo 170 mm; com tolerância de +/- 5% nos limites; toxidade dos limites máximos da presença de metais pesados, conforme norma europeia EN 71/3; caixa com 12 unidades; pigmentos com alta concentração; cores vivas e intensas com excelente deposição; exclusiva formula macia e resistente produzida com matérias-primas de alta qualidade, deslizar facilmente sobre o papel e não esfregar; madeira plantada de alta qualidade; fácil de apontar; sortimento de cores selecionado que facilita o uso e o aprendizado das cores; fidelidade entre a cor do verniz e a cor da mina que atende às necessidades das crianças; mina centralizada que proporciona maior resistência a quebras e melhor performance; atóxico e seguro para o uso.	R\$ 2,95	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
139	4622	UN	LÁPIS PRETO N.º 02 Lápis grafite preto, ecológico, atóxico, pré apontado, escrita firme. Inscrição de marca ou nome do fabricante e número ou dureza do grafite no corpo. Corpo sextavado, em madeira reflorestada, macia, livre de nós, fácil de apontar, de alta qualidade, HB. Borracha termoplástica na extremidade. Mina de 02 mm centralizada, ponta que não quebre com facilidade. Cavaco contínuo e uniforme. Medida mínima 185 x 07mm. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236.	R\$ 0,25	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
140	471	UN	LAPISEIRA 0,5 mm Recarregável, corpo na cor preta, multilateral e ergonômico. Grip emborrachado. Avanço automático do grafite. Ponteira e clipe em metal cromado. Borracha termoplástica na extremidade. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236. Encartelada individualmente.	R\$ 4,80	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
141	385	UN	LIVRO ATA SEM MARGEM C/ 100 fls Livro ata com 100 folhas numeradas, em papel off set com 56 g/m². Costurado. Capa e contracapa na cor preta 700 g/m², revestido com papel 90 g/m², plastificado. Formato 205 x 300 mm. Embalados em pacotes com 05 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	R\$ 8,35	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
142	288	UN	LIVRO PROTOCOLO C/ 100 fls Livro protocolo de correspondência, no mínimo 100 folhas numeradas sequencialmente, impressão uniforme, em papel off set com 56 g/m². Costurado. Capa dura 725 g /m², revestimento off-set cor preta ou azul. Formato 154 x 206 mm. Embalados em pacotes com 10 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	R\$ 7,56	ELMO PAPELARIA LTDA

143	76	UN	MARCADOR PERMANENTE INDUSTRIAL Marcador para uso industrial composto de resinas sintéticas, solventes orgânicos, pigmentos e aditivos. Escrita durável e de secagem rápida. Espessura da ponta de 03 mm. Bisnaga de 60 ml. Cores amarela, azul, branca, laranja, preta, verde ou vermelha conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 04 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	DESERTO	
144	549	UN	MOLHA DEDO EM CREME 12 g Crema umedecedor de dedos para manusear papéis. Atóxico, perfumado, não gorduroso. Não deve manchar o papel. Embalagem plástica com tampa. Peso líquido mínimo 12 g. Prazo de validade mínimo de 36 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,06	RS DISTRIBUIDORA E COM. DE ARTIGOS E PAPELARIA LTDA
145	818	RSM	PAPEL A4 210 x 297 mm – EXTRA BRANCO – RESMA C/ 500 fls Extra branco, formato 210 x 297 mm, gramatura 75 g/m², com certificação cerflor (Certificação florestal) ou FSC, acondicionados em resmas com 500 fls.	R\$ 15,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
146	650	FL	PAPEL ALMAÇO C/ PAUTA Nº 05 Com pauta e com margem; em papel sulfite; na gramatura 75 g/m²; medindo 315 x 215 mm	R\$ 0,07	ELMO PAPELARIA LTDA
147	290	FL	PAPEL CAMURÇA Papel com duas faces, uma branca e outra colorida, possui textura ligeiramente aveludada, medindo 40 x 60 cm Ideal para aplicações em artesanatos em geral. Usado para ajudar na melhoria da educação criativa das crianças nas escolas. Utilizado também para fazer forrações em diversos tipos de superfície. Cores diversas	R\$ 0,73	ELMO PAPELARIA LTDA
148	151	UN	PAPEL CANSON A3 – BLOCO C/ 50 FOLHAS Bloco Papel Canson A3 200 g/m² possui, para desenho Face Branco. Papel para desenho com textura levemente granulada, pH neutro, livre de ácido –	R\$ 25,90	ELMO PAPELARIA LTDA
149	490	FL	PAPEL CARTÃO C/ 01 FACE – CORES DIVERSAS Papel encorpado, mais rígido, muito utilizado na confecção de embalagens. Medidas aproximadas de 50 x 70 cm.	R\$ 0,90	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
150	251	FL	PAPEL CELOFANE Cores diversas – Papel celofane é de característica transparente, serve para trabalhos escolares e artesanais diversos. De gramatura fina e maleável e cores fortes e transparentes. Dimensões 85cmx100cm	R\$ 1,08	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
151	339	RL	PAPEL CREPOM Cores diversas – Papel crepom já vem parafinado, ideal para: Eventos, Decoração de mesas, Embalar doces de festas (bem-casado, bala de coco), Trabalhos escolares, Embrulhar presentes, Criar artigos de decoração em geral. Medida aproximada 0,48 x 2,00m.	R\$ 0,72	ELMO PAPELARIA LTDA
152	490	FL	PAPEL DE SEDA Papel de seda é de característica maleável, serve para trabalhos escolares e artesanais diversos. De gramatura fina com suave transparência. Dimensões 48 x 60 cm – Gramatura: 18 g/m. Cores diversas	R\$ 0,17	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
153	6	FL	PAPEL FILIFOLD 120 g/m² Papel especial de cor palha/creme, gramatura 120 g/m², medindo 85 x 100 cm. Acid free, fabricado com reserva alcalina, características de papel permanente. Contém uma reserva de carbonato de cálcio mantendo inalterada a resistência original dos documentos. Possui 30% de fibras longas, alta resistência a dobras e vincos. Utilizado como pastas para conservar fotos e documentos. Para uso em confecção de caixas, pastas e envelopes para conservação e guarda de documentos. Apresentação: Embalado em pacote com 100 folhas.	R\$ 17,62	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
154	336	KG	PAPEL KRAFT - 01,20 m ALTURA 80 g/m² Bobina de papel kraft natural, fibras longas e curtas, gramatura de 80 g/m², parafinado de um dos lados (monolúcido). Medindo 1,20 m de largura e no mínimo 220 m de comprimento. Bobina com mínimo de 25 kg.	R\$ 8,90	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
155	280	FL	PAPEL LAMINADO Papel laminado impresso com cores vivas e de brilho intenso proporcionando excelente aspecto visual. Ideal para recortes e trabalhos manuais, encapar objetos, enfeites para festas infantis, etc. Dimensões 45 x 59 cm. Cores diversas	R\$ 0,99	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
156	66	FL	PAPEL LUSTROSO Papel lustroso tamanho 50 x 60 cm também é conhecido como papel Espelho ou papel para Dobradura. Colorido somente de um lado e as cores são brilhante fazendo jus ao seu nome. Serve para trabalhos escolares e comerciais. Disponíveis nas cores azul, verde, branca, amarela e rosa. Embalados em pacotes com no mínimo com 40 fls.	R\$ 0,46	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
157	129	UN	PAPEL MANTEIGA – BLOCO C/ 50 FOLHAS Papel translúcido com PH neutro livre de ácido é indicado para esboço e desenho a lápis. Também conhecido como papel sulfurize. Gramatura 41 g/m². Formato A3 – 297 x 420 mm.	R\$ 1,00	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
158	207	FL	PAPEL MICRO ONDULADO Papel micro ondulado. Ideal para aplicações em artesanatos e papelarias nas confecções de caixas e artigos de presentes em geral. Utilizados também em floriculturas para dar mais vida aos arranjos e em cestas de flores. Cada folha mede 50 x 80 cm – cores diversas	R\$ 1,83	ELMO PAPELARIA LTDA

159	865	PCT	PAPEL SULFITE COLORIDO – TAM A4 – C/ 100 fls Pacote c/ 100 folhas. Cores sortidas (verde, azul, amarelo e rosa) – Formato 210 x 297 mm, Gramatura 75 g/m², com certificação cerflor (Certificação florestal) ou FSC.	R\$ 4,35	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
160	1073	UN	PAPEL VERGÊ 180 g – PACOTE C/ 50 FOLHAS Papel para impressora jato de tinta e laser, formato A4, 180 g/m². Cores azul clara, branca, cinza, palha, verde, salmão, conforme necessidade.	R\$ 9,26	ELMO PAPELARIA LTDA
161	535	UN	PASTA A-Z LOMBO ESTREITO – COR: PRETA Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315 x 285 mm com lombo de 50 mm. Em cartão com no mínimo 02 mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta no lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	R\$ 12,41	ELMO PAPELARIA LTDA
162	778	UN	PASTA A-Z LOMBO LARGO – COR: PRETA Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315 x 285 mm com lombo de 75 mm. Em cartão com no mínimo 02 mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta no lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	R\$ 12,41	ELMO PAPELARIA LTDA
163	420	PCT	PASTA ABA PLÁSTICA C/ ELÁSTICO – PACOTE COM 10 UNIDADES Pasta com aba em polipropileno atóxico com espessura de 0,30 mm, com elástico, tamanho ofício, medindo no mínimo 232 x 332 mm. Cor cristal.	R\$ 2,50	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
164	1381	UN	PASTA C/ ELÁSTICO Pasta plastificada c/abas de papelão; pesando 480 g/m2 (aproximadamente 120 grs) com tolerância de 05%, no tamanho ofício 350 x 240 mm (a x l); com ilhós de metal; Diversas cores.	DESERTO	
165	910	UN	PASTA C/ GRAMPO TRILHO – PAPELÃO PLASTIFICADO Pasta plastificada de papelão; pesando 480 g/m2 (aproximadamente 100 grs); com tolerância de 05%, no tamanho ofício 350 x 240 mm (a x l); com grampo trilho de plástico; Diversas cores.	R\$ 1,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
166	935	UN	PASTA C/ GRAMPO TRILHO PLÁSTICO Pasta em polipropileno atóxico com espessura de 0,30 mm, com grampo trilho em polietileno para fixação de papel, tamanho ofício, medindo aproximadamente 235 mm x 335 mm. Cor cristal. Embalada em pacote com 10 unidades. Conjunto grampo trilho em polietileno transparente para fixação de papéis incluso.	R\$ 1,63	ELMO PAPELARIA LTDA
167	345	UN	PASTA CATÁLOGO C/ 10 fls Pasta ofício medindo 240 x 330 mm. Capa em cartão com 02 mm de espessura, revestido com plástico na cor preta, com soldas perfeitas e resistentes. Contendo 10 envelopes médios, em polietileno não aderente, 04 colchetes, bolso com visor cristal frontal.	R\$ 13,90	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
168	976	UN	PASTA CATÁLOGO C/ 50 fls Pasta ofício medindo 240 x 330 mm. Capa em cartão com 02 mm de espessura, revestido com plástico na cor preta, com soldas perfeitas e resistentes. Contendo 50 envelopes médios, em polietileno não aderente, 04 colchetes, bolso com visor cristal frontal.	R\$ 27,90	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
169	724	PCT	PASTA EM "L" Pasta plástica tipo "L" em polipropileno cristal, anti reflexo, com 0,18mm de espessura, tamanho ofício, medida 220 x 330 mm, com corte meia lua na borda. Embaladas em pacotes com 10 unidades.	R\$ 7,15	ELMO PAPELARIA LTDA
170	730	UN	PASTA OFÍCIO COM CANALETA Em polipropileno – Embalagem: Pacote com 10 unidades – Tamanho: Ofício - 330 x 230 mm – Espessura: 0,15 – Cor: Fumê	R\$ 1,46	ELMO PAPELARIA LTDA
171	4216	UN	PASTA PARA ARQUIVO Pasta classificadora com lombo regulável até 500 folhas. Em papel cartão com gramatura de 480 g/m², plastificada, formato ofício, medida de 345 x 235 mm, cor azul clara. Com conjunto de grampo trilho estendido, em polietileno transparente, incluso. Embalada em caixa com 50 unidades.	R\$ 4,41	ELMO PAPELARIA LTDA
172	794	UN	PASTA POLIONDA ESTREITA Pasta polionda escolar com elástico e lombo de 35 mm. Tamanho mínimo 315 x 225 mm. Cores amarela, azul, verde, vermelha, conforme necessidade. Elástico incluso.	R\$ 2,77	ELMO PAPELARIA LTDA
173	920	UN	PASTA POLIONDA LARGA Pasta polionda escolar com elástico e lombo de 55 mm. Tamanho mínimo 315 x 225 mm. Cores amarela, azul, verde, vermelha, conforme necessidade. Elástico incluso.	R\$ 2,92	ELMO PAPELARIA LTDA
174	99	UN	PASTA SANFONADA – TAM: A4 Cor: Cristal, com 12 divisórias. Composição: polipropileno, fechamento: elástico, medindo aproximadamente: 23,5 x 33 x 35 cm (AxLxP)	R\$ 11,97	ELMO PAPELARIA LTDA

175	2210	UN	PASTA SUSPensa EM CARTÃO TIMBÓ 350 g/m ² Pasta suspensa em papel cartão timbó marmorizado com gramatura de 350 g/m ² , medindo 375 x 235mm. Abas de 40 mm dobradas e perfuradas para colocação de até dois fixadores de papel. Par de varões alfanuméricos em poliestireno de alto impacto medindo 400 x 27 mm, com 05 mm de espessura, na cor cinza. Encaixe tipo trilho para fixação e deslize de visor. Montagem manual através de três encaixes e trava de segurança com pontas arredondadas. Visor deslizante em acrílico cristal, medindo 55 x 18 mm. Acompanha etiqueta micro-serrilhada para identificação. Acondicionamento para transporte em caixas de papelão.	R\$ 2,40	MAXIMA ATACADIS-TA EIRELI ME
176	4996	UN	PASTA SUSPensa MARMORIZADA Pasta suspensa com etiqueta em cima e prendedor plástico, cor kraft natural, possui 04 ponteiros plásticos, possui 02 arames 402 mm BTC, ponteiros fixadas com ilhós, um visor e uma etiqueta branca, um grampo plástico 336 g, espessura 0,30 mm, medida produto acabado 361 x 240 mm. Caixas com 50 unidades.	R\$ 1,50	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
177	8684	UN	PASTA SUSPensa PLÁSTICA Pasta suspensa em polipropileno cristal atóxico, com espessura de 0,30 mm, tamanho ofício, medindo aproximadamente 360 x 240 mm. Com 02 varões plásticos na cor branca. Abas soldadas internamente, 06 furações para fixação do grampo trilho. Visor de acrílico transparente, etiqueta para identificação e conjunto grampo trilho em polietileno transparente para fixação de papéis incluso. Montada. Embaladas em pacote com 05 unidades.	R\$ 2,68	ELMO PAPELARIA LTDA
178	136	UN	PASTA SUSPensa SANFONADA Com 12(doze) divisórias, 12(doze) visores e etiquetas, produzida em cartão Kraft, possui duas hastes plásticas; gramatura aproximada de 420 g; dimensões aproximadas: 36 x 24 x 04 cm. Acompanha 12 visores e etiquetas.	R\$ 24,26	ELMO PAPELARIA LTDA
179	72	UN	PEN DRIVE – 08 GB Capacidade de armazenamento 8 GB – Velocidade de Transferência de Dados 15 MB/s - Conexões USB 2.0 – Sistemas Operacionais Windows XP; Windows Vista; MAC OS 10+; Linux – Garantia do Fornecedor: 60 meses	R\$ 26,92	ELMO PAPELARIA LTDA
180	224	UN	PEN DRIVE – 16 GB Capacidade de armazenamento 8 GB – Velocidade de Transferência de Dados 15MB/s – Conexões USB 2.0 – Sistemas Operacionais Windows XP; Windows Vista; MAC OS 10+; Linux – Garantia do Fornecedor: 60 meses	R\$ 29,41	ELMO PAPELARIA LTDA
181	95	CX	PERCEVEJOS COMUNS C/ 100 pçs Percevejos n.º 04 em aço latonado. Cabeça com 09 mm de diâmetro e 07 mm de ponta útil. Caixa com 100 unidades.	R\$ 1,80	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
182	68	UN	PERFURADOR GRANDE Perfurador de mesa para perfurar até 60 folhas de papel com gramatura de 75 g/m ² por vez. Régua grafada de fácil leitura para ajuste do papel embutida na base. Distância entre furos de 80 mm. Pinos em aço niquelado com diâmetro mínimo de 5,5 mm. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Base de apoio antiderrapante de fácil abertura para retirada do papel. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 85,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
183	401	UN	PERFURADOR MÉDIO Perfurador de mesa para perfurar até 25 folhas de papel com gramatura de 75 g/m ² por vez. Régua gravada de fácil leitura para ajuste do papel embutida na base. Distância entre furos de 80 mm. Pinos em aço niquelado com diâmetro mínimo de 5,5 mm. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Base de apoio antiderrapante de fácil abertura para retirada do papel. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	R\$ 15,00	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
184	1702	UN	PILHA ALCALINA AA 1,5 V Pilha alcalina LR6 1,5 V. 0% de mercúrio e cádmio. Validade impressa no rótulo da pilha. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação e vazamento. O fornecedor deve recolher, na entrega de cada novo pedido, quantidade equivalente de pilhas usadas para descarte, de acordo com a Lei 12.305/2010. Devem ser entregues em embalagem lacrada.	R\$ 1,50	ELMO PAPELARIA LTDA
185	1774	UN	PILHA ALCALINA AAA 1,5 V Pilha alcalina LR3 1,5 V. 0% de mercúrio e cádmio. Validade impressa no rótulo da pilha. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Garantia mínima de 03 (três) meses contra defeitos de fabricação e vazamento. O fornecedor deve recolher, na entrega de cada novo pedido, quantidade equivalente de pilhas usadas para descarte, de acordo com a Lei 12.305/2010. Devem ser entregues em embalagem lacrada.	R\$ 1,37	ELMO PAPELARIA LTDA
186	290	UN	PILHA ALCALINA FX 23A – 12 V Dimensão da bateria: - 10,22 x 28,5 mm – Modelo: 23A / A23 / 23AE (Também conhecida como: LRV08 / L1028 / RVO8 / 23A / MS21 / MN21 / E23a / K23A / V23GA / 8LR932 / 8LR23 / VR22 / 8F10R) – Indicada para: Controles Remoto de carro, portões, lanternas e etc – Tipo: Alcalina – Encartelada – não recarregável	R\$ 2,44	ELMO PAPELARIA LTDA

187	1041	UN	PINCEL ATÔMICO Marcador permanente com ponta de feltro chanfrada de 1,8 a 4,5 mm, tinta de secagem rápida, a base de álcool, resistente a água e umidade. Capacidade de escrita mínima de 500 m. Aplicação para escrita em plástico, vinil, vidro, metal e madeira. Corpo com aproximadamente 140 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Cores azul, preta ou vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
188	213	UN	PINCEL CHATO Nº 00 Cabo: longo – Composição: cerda: cor branca – Formato: chato Ideal para: cantos, cobertura de área, contornos, patina, preenchimento – Indicação de tintas: óleo e acrílica, tinta para tecido – Técnica: óleo e acrílica, tecido, tela – Virola: alumínio	R\$ 1,10	ELMO PAPELARIA LTDA
189	102	UN	PINCEL CHATO Nº 02 Indicações: Tela, Painel, Mural, Tecidos – Ponta: cerda natural – Cabo: longo/amarelo – Virola: alumínio – Formato: chato	R\$ 1,10	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
190	102	UN	PINCEL CHATO Nº 04 Pincel chato – Cabo médio – Filamento longo, sintético dourado e marrom fine touch – Ideal para cantos, cobertura de área e fundos	R\$ 1,20	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
191	112	UN	PINCEL CHATO Nº 06 Pincel chato nº 06. - 06 mm de largura. Ideal para pincelar dope e thinner em estruturas pequenas. Pelo sintético dourado; Virola de alumínio; Cabo longo	R\$ 1,29	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
192	212	UN	PINCEL CHATO Nº 10 Pincel para pintura chato nº 10 – Cerdas brancas e cabo longo amarelo – Uso escolar, tela: tinta óleo e acrílica, tecido e madeira	R\$ 1,30	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
193	212	UN	PINCEL CHATO Nº 14 Indicações:Tela, Painel, Mural, Tecidos – Ponta: cerda natural – Cabo: longo – Virola: alumínio – Formato: chato	R\$ 1,59	ELMO PAPELARIA LTDA
194	212	UN	PINCEL CHATO Nº 16 Indicações: Tela, Painel, Mural, Tecidos – Ponta: cerda natural – Formato chato – Cabo: longo/amarelo – Virola: alumínio	R\$ 1,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
195	102	UN	PINCEL PARA PINTURA FACIAL CHANFRADO Nº 02 – LÍNGUA DE GATO Cabo sintético ou de madeira – Cabelo sintético	DESERTO	
196	102	UN	PINCEL PARA PINTURA FACIAL CHATO Nº 02 Cabo sintético ou de madeira – Cabelo sintético	R\$ 0,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
197	34	UN	PISTOLA COLA QUENTE COM CARREGADOR DE BASTÃO FINO - APROX. 08 mm Corpo injetado em plástico – Ponta metálica – Acompanha 02 bastões de cola de silicone – Produto certificado através da Portaria 371/2009 do Inmetro, conforme normas IEC 60335-1 e IEC 60335-2-45 para segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares. (Segurança – Compulsório – UL-BR – OCP – 0029) – As ferramentas são submetidas a testes de aplicação prática para garantir sua resistência durante o uso – Ideal para uso doméstico: brinquedos, maquetes, flores artificiais, móveis entre outros – As ferramentas são produzidas e testadas conforme normas específicas – Tensão: 127-220 V c.a. - Potência: 20-25 Watts	DESERTO	
198	83	UN	PISTOLA P/ COLA QUENTE – GRANDE Pistola para aplicação de cola quente, com ponta isolante térmico para evitar queimaduras, potência de 40 W, voltagem 220, modelo para bastão de cola grosso. Fio reforçado com plugue elétrico especial. Desenvolvida para bastões grosso de cola de silicone. Própria para utilização em consertos rápidos, decoração, artesanato, mobiliário, papelão, brinquedos e maquetes.	R\$ 13,03	ELMO PAPELARIA LTDA
199	35116	UN	PLÁSTICO C/ 4 FUROS P/ PASTA SUSPensa Envelope em polietileno transparente, incolor, grosso, não aderente, tamanho ofício, com 04 furos. Medindo no mínimo 240 x 320 mm e espessura de 0,15 mm. Embalados em caixas lacradas com até 600 unidades.	R\$ 0,21	ELMO PAPELARIA LTDA
200	427	M	PLÁSTICO TRANSPARENTE 0,15 mm Plástico transparente cristal 0,15 mm – para maca com 1,40 cm x 50 m – 100% PVC	R\$ 11,80	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
201	214	UN	PORTA CANETA / CARTÃO / CLIPS Porta caneta, clips e lembrete/cartão. Injetado em poliestireno, cores: cristal ou fumê. Medida aproximadamente 240 x 80 x 85 mm e 03 mm de espessura. Acabamento perfeito, sem partes cortantes. Embalado individualmente.	R\$ 7,46	ELMO PAPELARIA LTDA
202	810	UN	PORTA CARTÃO CNPJ / QUADRO HORÁRIO DE TRABALHO Protetor para quadro. Reforço interno em papel cartão. Acabamento externo em PVC preto com solda uniforme e resistente. Visor frontal em plástico cristal. Formato horizontal ou vertical, conforme necessidade. Tamanho ofício. Ilhós metálico para pendurar.	R\$ 4,95	ELMO PAPELARIA LTDA
203	1523	PCT	PORTA DOCUMENTOS TRANSPARENTE 75 X 105 mm – PACOTE C/ 50 un Porta documento plástico PVC cristal; tipo fechamento com aba, transparente; medindo 75 mm x 105 mm (lar. x alt.) com 20 mm de aba na largura; sem furos; com espessura mínima de 0,13 mm.	R\$ 16,29	ELMO PAPELARIA LTDA

204	80	UN	PORTA FITA ADESIVA 2 EM 1 Suporte para fita adesiva 02 em 01. Acompanham roldanas para uso de fita adesiva 12 mm em rolo grande e rolo pequeno. Base em plástico na cor preta. Lâmina em aço inox. Corte preciso. Peso aproximado de 700 g.	R\$ 11,21	ELMO PAPELARIA LTDA
205	494	UN	PRANCHETA DE EUCATEX TAMANHO OFÍCIO Prancheta tamanho ofício, medindo 335 x 235 mm, em eucatex, ótimo acabamento dos dois lados, cantos arredondados, prendedor tradicional em metal inoxidável, livre de rebarbas e manchas.	R\$ 2,94	ELMO PAPELARIA LTDA
206	184	UN	PRANCHETA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE Com prendedor metálico p/ papéis. Para uso geral – livre de rebarbas – Feito em poliestireno – Tamanho Ofício 03 x 240 x 340 mm – Cor: fumê e cristal	R\$ 7,49	ELMO PAPELARIA LTDA
207	1025	UN	RÉGUA DE PLÁSTICO C/ 30 cm Injetada em poliestireno, medindo 310 x 35 x 03 mm, rígida, com graduação precisa até 30 cm em milímetros e centímetros. Numeração e graduação resistente na cor preta. Cor cristal. Linha uniforme para risco preciso. Cantos arredondados. Selo Inmetro de acordo com NBR 15236.	R\$ 1,30	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
208	6304	M	TECIDO TNT Tecido não tecido. Liso. Largura 1,40 m. Mínimo 40 g/m². Cores conforme necessidade. Entregar enrolado	R\$ 1,75	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
209	140	UN	TELA PARA PINTURA – 15 x 20 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 5,59	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
210	240	UN	TELA PARA PINTURA – 16 x 23 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 4,48	ELMO PAPELARIA LTDA
211	225	UN	TELA PARA PINTURA – 20 x 30 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 6,20	ELMO PAPELARIA LTDA
212	280	UN	TELA PARA PINTURA – 30 x 30 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 8,01	ELMO PAPELARIA LTDA
213	200	UN	TELA PARA PINTURA – 30 x 40 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 9,46	ELMO PAPELARIA LTDA
214	220	UN	TELA PARA PINTURA – 40 x 50 cm Tela tecido artístico 100% algodão c/aplicação de resinas acrílicas compatível p/ tinta a óleo acrílica, aquarela ou texturização.	R\$ 14,38	ELMO PAPELARIA LTDA
215	39	UN	TESOURA DE PICOTAR – 14 cm Tesoura de Picotar 14 cm. Lâmina de aço inoxidável temperada a frio. Fácil manuseio e muito confortável, possui excepcional resistência e durabilidade, cabos anatômicos que encaixam perfeitamente na mão.	R\$ 3,57	ELMO PAPELARIA LTDA
216	52	UN	TESOURA DE PICOTAR – 24 cm Para tecidos, cartolinas e diversos trabalhos manuais. Tamanho do produto: 24 cm Lâmina de aço inoxidável temperada a frio. Fácil manuseio e muito confortável, possui excepcional resistência e durabilidade, cabos anatômicos que encaixam perfeitamente na mão.	R\$ 49,50	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
217	625	UN	TESOURA EM AÇO INOX – 20 cm Tesoura multiuso em aço inox, fio liso, ponta fina, cabo anatômico em ABS na cor preta, medindo no mínimo 20 cm. Cabo com acabamento interno emborrachado. Lâminas com aproximadamente 10 cm. Ambidestro. Encartelada individualmente.	R\$ 3,90	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
218	356	FR	TINTA ACRÍLICA BRILHANTE P/ ARTESANATO Composição: Resina Acrílica, Aditivos, Pigmentos e Glicóis. Ideal para ser aplicada sobre: madeira, cerâmica, gesso, isopor, cortiça, couro, vidro e plásticos jateados, alumínio, latão e zinco, sempre com fins decorativos. Apresentação – frascos com no mínimo 35 ml	R\$ 3,72	ELMO PAPELARIA LTDA
219	527	FR	TINTA GUACHE Desenvolvida para trabalhos artísticos e escolares. Importante instrumento para o desenvolvimento da criatividade, coordenação motora e percepção visual das cores. Não é tóxica, é solúvel em água e cores que são miscíveis entre si. Pode ser aplicada em papel, papel cartão, cartolina, gesso, madeira e cerâmica. Embalagem com no mínimo 500 ml	R\$ 3,75	ELMO PAPELARIA LTDA
220	137	FR	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO Tinta a base de água – Atóxica – Apresentação 40 ml – Nas cores Azul, Preta e Vermelha	R\$ 1,85	ELMO PAPELARIA LTDA
221	398	UN	TINTA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO – 40 ml Tinta para carimbo autoentintado. Embalagem com bico dosador contendo no mínimo 40 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros, lote e data de fabricação. Nas cores azul, preta e vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 3,45	ELMO PAPELARIA LTDA

222	372	FR	TINTA P/ TECIDO Tintas à base de resina acrílica, não tóxicas e solúveis em água. Prontas para uso. São resistentes a lavagens e todas as cores são miscíveis entre si. Sua aplicação pode ser feita com pincel ou esponja, rolos de pintura e carimbos de diversos materiais. Dispensa ferro de passar, fixação a vapor ou outro artifício para provocar a cura e aderência ao tecido e têm fixação a frio. São tintas desenvolvidas para tecidos de fibras naturais de algodão, não devendo ser utilizadas sobre tecidos sintéticos ou engomados. Apresentação – frascos com no mínimo 35 ml	R\$ 2,19	ELMO PAPELARIA LTDA
223	304	FR	TINTA PARA PINTURA FACIAL Tinta p/pintura facial líquida em frasco de no mínimo 25 ml. Secagem rápida – Com cores alegres e vibrantes, para dar um toque especial e diferente na maquiagem. Ideal para ser utilizada em: festas temáticas, festas a fantasia, desfiles e eventos em geral.	R\$ 8,50	JVO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
224	352	FR	TINTA PLÁSTICA (PVA) P/ ARTESANATO Tinta à base de resina P.V.A, totalmente atóxica, secagem rápida e cores miscíveis entre si. Pode ser aplicada com pincel, esponja ou rolinho de espuma. Ideal para trabalhos escolares sobre: papel, papel-cartão, cartolina, isopor e para artesanato em madeira, gesso e cerâmica. Embalagem com no mínimo 100 ml	R\$ 5,85	ELMO PAPELARIA LTDA
225	897	M	VINIL AUTO ADESIVO TRANSPARENTE Laminado de PVC flexível, transparente, autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo de 25 metros de comprimento, 45 cm de largura e 0,07 mm de espessura. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 2,20	MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
226	138	CX	VISOR P/ PASTA SUSPensa C/ 50 pçs Contendo 50 pçs. Com 01 etiqueta branca em cartolina e 01 visor plástico, medindo aproximadamente 80 mm x 30 mm.	R\$ 4,60	PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, tipo menor preço por item às empresas. Autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 11 de dezembro de 2020.

Antônio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Publicação Nº 2753665

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE OBRAS

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “a” e suas alterações e do contrato nº 325/2020, firmado em 07/07/2020 com a empresa Infrassul Infraestrutura e Empreendimentos Ltda, referente contratação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares nas Ruas 50 – Guilherme Weege, 69 – Ferdinando Pradi e 163 – Luiz Kienen – Bairro Centro em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 1.075,33m (um mil, e setenta e cinco metros e trinta e três centímetros), procedemos a vistoria para recebimento provisório e constatamos que a obra está de acordo com os termos pactuados no contrato e conforme as planilhas de medição anexas ao processo, sendo o valor original de R\$ 816.149,84 (oitocentos e dezesseis mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), houve supressão de R\$ 67.809,72 (sessenta e sete mil, oitocentos e nove reais e setenta e dois centavos) de serviços não executados, totalizando valor medido de R\$ 748.340,12 (setecentos e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta reais e doze centavos).

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter provisório a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Provisório em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos, e para análise e aceitação da Comissão nomeada, para receberem o objeto em definitivo.

Jaraguá do Sul (SC), 25 de novembro de 2020.

GIOVANI SIEVERT
Fiscal Designado
Engenheiro Civil

OTONIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Ciente:
Contratada
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2020**

Publicação Nº 2753060

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2020

OBJETO: Aquisição de placas e medalhas.

A Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Presencial N.º 13/2020, devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do presente Pregão:

VENCEDOR: HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA – ME.

CNPJ- 09.483.154/0001-56

Valor Total Homologado: R\$ 59.987,20 (Cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Preço Unitário	Preço Total
1	Placa de homenagem Embalagem plástica transparente	57	R\$ 100,00	R\$5.700
2	Placa de homenagem Estojo em MDF revestido de veludo	100	R\$ 140,00	R\$ 14.000,00
3	Medalha de Mérito	1	R\$ 380,00	R\$ 380,00
4	Medalha -com a logo do legislativo e escrito Honra ao Mérito	200	R\$ 140,00	R\$ 28.000,00
5	Medalha cunhada em metal	11	R\$ 263,20	R\$ 2895,20
6	Pin fundido	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
7	Placa de porta para gabinete de Vereador	14	R\$ 139,00	R\$ 1.946,00
8	Placa de porta,	6	R\$ 130,00	R\$ 780,00
9	Prisma de mesa,	14	R\$ 130,00	R\$ 1.820,00
10	Quadro para Galeria dos Vereadores Mirins	5	R\$ 274,00	R\$ 1370,00
11	Quadro para Galeria de Ex-presidentes	4	R\$ 274,00	R\$ 1096,00

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2020.

Celestino Klinkoski

Presidente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REGÃO 11/2020

Publicação Nº 2753058

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

Pregão Presencial Nº 11/2020

OBJETO: Registro de preços para aquisição de água mineral para atender as necessidades dos servidores e munícipes da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul.

A Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, RESOLVE Registrar os Preços da Empresa abaixo descrita e de acordo com os preços definidos no pregão presencial nº 11/2020.

EMPRESA: GOTA D'ÁGUA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA ME.

CNPJ- 73.781.361/0001-96

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

ITEM	QTDE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1500	FARDO	Água Mineral potável sem gás, envasada garrafa pet de 500 ml (deverá ser cotado o valor do Fardo com 12 garrafas)	R\$ 10,75	R\$ 16.125,00
2	300	FARDO	Água Mineral potável com gás, envasada garrafa pet de 500 ml (deverá ser cotado o valor do Fardo com 12 garrafas)	R\$ 12,00	R\$ 3.600,00
3	30	UNIDADE	Água Mineral potável sem gás, envasada em garrafão PET de 20 litros	R\$ 8,00	R\$ 240,00
TOTAL GERAL				R\$ 19.965,00	

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2020.
Celestino Klinkoski
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2020

Publicação Nº 2753062

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2020

Contrato Nº 10/2019 – Aditivo I

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaraguá do Sul

CONTRATADO: Lattine Consult LTDA

OBJETO: Contratação de Migração, Configuração Inicial e Serviço de Email e Suporte para a CMJS, que opere com o domínio @jaraguadosul.sc.leg.br, e possua ferramentas de anti-spam e anti-virus/anti-malware nativas para a Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 28.872,00 (Vinte e oito mil, oitocentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA: 01/12/2020 a 01/012/2021.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: CELESTINO KLINKOSKI e Samir de Biazzi Sahd Soares

Jaraguá do Sul, 09 de dezembro de 2020.
CELESTINO KLINKOSKI
Presidente

Jardinópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO 100-2020

Publicação Nº 2754375

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão - 36/2020

Processo Administrativo: 100/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, nomeada pelo(a) Decreto – 5.729/2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 23 de dezembro de 2020, às 08:00:00 horas, na CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 36/2020, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

Contratação de empresa especializada para pintura horizontal de faixa longitudinal contínua com tinta acrílica branca/amarela a base de solvente com microesfera de vidro tintas com normas ABNT c/ laudos técnicos, em lombadas faixas de pedestres garagens e nas via contínuas, os serviços deverão ser executados com equipamentos (máquinas) especializados para os serviços e dando garantia de 18 (dezoito) meses de qualquer dano no serviço prestado.

Jardinópolis - SC, 11 de dezembro de 2020

Joaçaba

PREFEITURA

201/2020/PMJ - TA 01

Publicação Nº 2753866

CONTRATO Nº 201/2020/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Secretário Sr. VILSON SARTORI, e a Empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.223.659/0001-81 estabelecida na Rod. BR 282, KM 382, Bairro Interior, no Município de Herval D'Oeste SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RICIERI ERNANI APPELT, portador do documento de identidade RG nº 01699265104 e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.149.740-80, residente e domiciliado na cidade de Maravilha SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 201/2020/PMJ, firmado em 08/04/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 20/2020/PMJ – Dispensa de Licitação nº 06/2020/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação de parte da Avenida Ayrton Senna da Silva, no bairro Alvorada, perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Em face à dilação de prazo de trinta dias solicitada pela CONTRATADA, devidamente analisada e deferida pelo Secretário de Infraestrutura e Agricultura, o subitem 2.2 do contrato, passa a ter a seguinte redação:

1.1. A CONTRATADA deverá entregar a obra, completamente executada, em até (06) seis meses contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

O subitem 3.1 do contrato, passa a ter a seguinte redação:

2.1. O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

Diante disto, a vigência do contrato fica prorrogada para 10 de janeiro de 2021, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 09 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VILSON SARTORI – Secretário

VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

RICIERI ERNANI APPELT

Testemunhas:

1 _____

2 _____

315/2016/PMJ - RESCISÃO

Publicação Nº 2753808

TERMO DE RESCISÃO**CONTRATO Nº 315/2016/PMJ**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, doravante denominado PERMITENTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. VILSON SARTORI, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao TERMO DE PERMISSÃO DE USO nº 315/2016/PMJ, firmado com ELIANE SUFREDINI ALVES, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob o nº 638.000.129-87, portadora do documento de identidade RG nº 1709070 – SSP SC, com endereço na Rua 7, s/n, bairro Jardim das Hortências, na cidade de Joaçaba, SC, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente fica RESCINDIDO, com fundamento na alínea "f" da cláusula quinta do mesmo, o TERMO DE PERMISSÃO DE USO nº 315/2016/PMJ, celebrado com a PERMISSIONÁRIA em 07 de junho de 2016, decorrente do Processo de Licitação nº 30/2016/PMJ – Edital de Concorrência nº 2/2016/PMJ, cujo objeto era a Permissão de Uso do Ponto correspondente ao item 1 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 2/2016/PMJ, localizado na Avenida XV de Novembro – em frente ao nº 779, visando a exploração de comércio ambulante contínuo de alimentos, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos e no Decreto nº 3.103/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 10 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PERMITENTE

VILSON SARTORI – Secretário de Infraestrutura

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 6.110 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754227

DECRETO Nº 6.110 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I DA LEI MUNICIPAL 5.314 DE 30/12/19 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 38.265,30 (trinta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do provável Excesso de Arrecadação no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.65.0613 - R\$ 38.265,30 (3)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de dezembro de 2020.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DECRETO Nº 6.108 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753523

DECRETO Nº 6.108 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O RECESSO ESCOLAR AOS PROFESSORES E SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2020, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido como recesso escolar constante no calendário do ano de 2020 da Secretaria Municipal de Educação os dias 23, 28, 29 e 30 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 02 de dezembro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DE ADITIVO Nº 39015/01

Publicação Nº 2753787

EXTRATO DE ADITIVO Nº 39015/01

Contrato de Abertura de Crédito CAC Nº SC-39015/BNDES AUTOMÁTICO- BRDE MUNICÍPIOS

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, instituição financeira pública com sede em Porto Alegre - RS, na Rua Uruguai, nº 155, 4º andar e Agência nesta Capital, inscrito no CNPJ sob nº 92.816.560/0001-37;

CREDITADO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 82.939.380/0001-99;

Atendendo solicitação do CREDITADO, as partes acima mencionadas têm justas e convencionadas, aditar em parte instrumento em epígrafe, sem prejuízo das demais cláusulas convencionais, com base na Deliberação nº 2020/132, de 19/05/2020, da Diretoria do BRDE, na Instrução Normativa BRDE/SUARC nº 2020/009, de 08/06/2020, na Circular SUP/ADIG nº 20/2020, de 09/04/2020, do BNDES, nos termos da Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, da Resolução do Senado Federal nº 5, de 16/06/2020, e da Resolução nº 4.826, de 18/06/2020, do Banco Central, nos termos dos itens que seguem:

1. PRORROGAÇÃO DE PAGAMENTOS: Conforme autorizado pelo artigo 4º. da Lei Complementar 173/2020, de 27 de maio de 2020, as partes acima nominadas e qualificadas, mediante assinatura do presente Aditivo, têm justo e convencionado aditar o instrumento epigrafado para prorrogar o pagamento das parcelas de principal e encargos que tiverem vencimento nos meses compreendidos no período de 01/04/2020 a 30/09/2020, sem alteração no prazo final contratado.

2. FORMA DE PAGAMENTO: As prestações prorrogadas no período acima indicado serão incorporadas ao saldo devedor da operação de crédito e exigidas a partir de outubro, inclusive, de 2020, mantida a periodicidade, os encargos financeiros originalmente pactuados, o vencimento das parcelas e o vencimento final.

3. DECLARAÇÕES: O Representante legal do CREDITADO, adiante firmado, declara e atesta, sob as penas da lei, que possui plenos poderes, autoridade e capacidade para celebrar este instrumento nos termos e condições estabelecidas, bem como possui todas as autorizações e medidas legais, que estão válidas e eficazes, necessárias para celebrar o presente instrumento, inclusive as leis orçamentárias e a pertinente programação orçamentária referente a este Aditivo, estando válida e em vigor a Lei Municipal que autorizou a contratação da operação de crédito que ora se adita; que a celebração do presente não constitui nenhuma violação ou que comprometa a validade ou exequibilidade do presente instrumento. Declara e atesta também que até a presente data o Município possui todas as adimplências e exigências legais e regulamentares para a realização do presente Aditivo, nos termos do artigo 4º da Lei Complementar nº 173, 27/05/2020, especialmente quanto ao cumprimento do disposto no art. 167, III, da Constituição da República, para o exercício de 2020, nos termos aprovados na lei orçamentária em vigor, a compatibilidade da renegociação pretendida com a programação orçamentária prevista para a operação de crédito, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Resoluções do Senado Federal.

4. OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES: O CREDITADO obriga-se a: devolver o presente devidamente assinado no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data; bem como a publicar o extrato do presente termo aditivo em sua imprensa oficial a fim de surtam os efeitos jurídicos, devendo encaminhar a devida comprovação ao BRDE. Em caso de não cumprimento dessas obrigações o Aditivo será considerado resolvido de pleno direito, hipótese em que o CREDITADO é considerado inadimplente.

5. RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratadas, ficando mantidas, tais como nelas se contém, para todos os fins de direito, desde que não colidentes com o aqui estipulado, passando o presente Aditivo a fazer parte integrante e complementar do referido instrumento.

Florianópolis (SC), 26 de novembro de 2020.

CREDOR: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE: JULIO GUSTAVO PONTES DE OLIVEIRA

CREDITADO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, CNPJ Nº 82.939.380/0001-99: DIOCLÉSIO RAGNINI

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA TERMO ADITIVO 005/2020_SM BUDNIACK**

Publicação Nº 2754338

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.
TERMO ADITIVO N. 005/2020
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 008/2018
ERRATA

No termo aditivo n. 005/2020, segundo termo aditivo ao contrato de prestação de serviços n. 008/2018 realizado com a empresa S. M. BUDNIAK & CIA LTDA - ME, publicado sob o n. 2738162 da Edição DOM/SC n. 3.338, pag. 1172 do dia 01/12/2020,

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA ÚNICA – DA VIGÊNCIA: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de março de 2021, totalizando 27 (vinte e sete) meses de vigência.

LEIA-SE:

CLÁUSULA ÚNICA – DA VIGÊNCIA: O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021, totalizando 36 (trinta e seis) meses de vigência.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba (SC), 10 de dezembro de 2020.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA ORDEM DE SERVIÇO 09-20**

Publicação Nº 2752439

ERRATA ORDEM DE SERVIÇO

Simae - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.
ORDEM DE SERVIÇO 0009/2020

Onde se lê:

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP a iniciar os serviços de 1) execução de implantação de rede coletora de esgoto e rede de distribuição de água nas Ruas Alberto Carlos Saccol, Luis Motta e Santa Marta, no município de Joaçaba/SC e parte da execução de rede de distribuição de água tratada na Av. Ayrton Senna da Silva, Ruas Tancredo Neves e Waldomiro de Março, em Joaçaba/SC pertinente ao Processo Licitatório JHL 0028/2020, Protocolo 0945/2020 - Edital Tomada de Preços nº 0003/2020, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0117/2020, de 08 de dezembro de 2020. O valor contratado é R\$ 339.651,46 (trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos). O prazo de execução é de Lote 02- 2 (dois) meses, Lote 03- 20 (vinte) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço.

Leia-se:

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP a iniciar os serviços de execução de rede de distribuição de água tratada na Av. Ayrton Senna da Silva, Ruas Tancredo Neves e Waldomiro de Março, em Joaçaba/SC pertinente ao Processo Licitatório JHL 0028/2020, Protocolo 0945/2020 - Edital Tomada de Preços nº 0003/2020, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0117/2020, de 08 de dezembro de 2020. O valor contratado é R\$ 49.998,98 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos). O prazo de execução é de Lote 03- 20 (vinte) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço.

Joaçaba, 09 de dezembro de 2020.
Patricia Callegari Warken
Diretora Presidente

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 0073/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2753447

ERRATA

Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0073/2020

Licitação nº 0081/2020

Protocolo 1679/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM INSTALAÇÃO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO, PARA A SEDE ADMINISTRATIVA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E SALA DE ATENDIMENTO DE HERVAL D'OESTE DO SIMAE.

A Diretora Presidente torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º0073/2020, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão (Preâmbulo e item 7.1 do Edital)

a) Fica alterada a data de recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para: até às 8h 50min do dia 28/12/2020;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública e credenciamento para: dia 28/12/2020 às 9h.

2º Alteração – Alteração da alínea "e" do item 6.2 do Edital e inclusão de alíneas no item 6.2 do Edital, na parte qualificação técnica com renumeração das alíneas existentes

Onde se lê:

6.2 As empresas com Certificado de Registro Cadastral em vigor deverão apresentar no envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) o CRC e as negativas que estiverem vencidas referentes as alíneas "i" a "o" do subitem 6.3 deste Edital, juntamente com as declarações solicitadas nas alíneas "p" a "r" do subitem 6.3 deste Edital e os documentos exigidos para comprovação da Qualificação Técnica (alíneas "e" a "h" do subitem 6.3 deste Edital).

6.3 As empresas que não possuem Certificado de Registro Cadastral no Simae deverão apresentar os seguintes documentos, válidos na data de abertura da sessão pública do Pregão:

(...)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

e) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, comprovando a execução de serviços semelhantes aos serviços a serem prestados ao Simae;

(...)

g) Comprovação de vínculo com profissional técnico em refrigeração, através de:

I) Carteira de Registro Profissional comprovando que o profissional pertence ao quadro permanente, OU;

II) Contrato de Prestação de Serviços comprovando que o profissional presta serviços para a empresa licitante, OU;

III) Termo de Compromisso assinado pelo profissional que prestará os serviços técnicos, vinculados à esta licitação, OU;

IV) Caso o profissional seja sócio da empresa licitante, deverá ser comprovado o vínculo profissional mediante cópia do contrato social da licitante;

h) No caso de SUBCONTRATAÇÃO dos serviços de instalação dos aparelhos de ar condicionado, as documentações solicitadas nas alíneas "e" a "h" deverão ser apresentados em nome da subcontratada;

6.3.2 O documento exigido na alínea "q" poderá ser confrontado com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Leia-se:

6.2 As empresas com Certificado de Registro Cadastral em vigor deverão apresentar no envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) o CRC e as negativas que estiverem vencidas referentes as alíneas "k" a "q" do subitem 6.3 deste Edital, juntamente com as declarações solicitadas nas alíneas "r" a "t" do subitem 6.3 deste Edital e os documentos exigidos para comprovação da Qualificação Técnica (alíneas "e" a "j" do subitem 6.3 deste Edital).

6.3 As empresas que não possuem Certificado de Registro Cadastral no Simae deverão apresentar os seguintes documentos, válidos na data de abertura da sessão pública do Pregão:

(...)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

e) Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA de serviço concluído, comprovando que a empresa tenha sido responsável pela execução de obra com características semelhantes ao objeto licitado;

(...)

g) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou órgão competente- atualizada, em nome da empresa;

h) Certidão de Registro de Pessoa Física, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou órgão competente atualizada do seu responsável técnico, que pode ser Engenheiro Mecânico, Eletricista ou Técnico em Refrigeração;

i) Comprovação de vínculo com profissional técnico em refrigeração, através de:

I) Carteira de Registro Profissional comprovando que o profissional pertence ao quadro permanente, OU;

II) Contrato de Prestação de Serviços comprovando que o profissional presta serviços para a empresa licitante, OU;

III) Termo de Compromisso assinado pelo profissional que prestará os serviços técnicos, vinculados à esta licitação, OU;

IV) Caso o profissional seja sócio da empresa licitante, deverá ser comprovado o vínculo profissional mediante cópia do contrato social da licitante;

j) No caso de SUBCONTRATAÇÃO dos serviços de instalação dos aparelhos de ar condicionado, as documentações solicitadas nas alíneas "e" a "i" deverão ser apresentados em nome da subcontratada;

6.3.2 O documento exigido na alínea "s" poderá ser confrontado com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

3º Alteração – Alteração do item 14.9 do Edital

Onde se lê:

14.9 A Contratada poderá subcontratar os serviços de instalação dos aparelhos ar condicionado, para tanto deverá comprovar a qualificação técnica da subcontratada mediante a apresentação da documentação constante no item 6.3, alíneas "e" a "g" deste Edital.

Leia-se:

14.9 A Contratada poderá subcontratar os serviços de instalação dos aparelhos ar condicionado, para tanto deverá comprovar a qualificação técnica da subcontratada mediante a apresentação da documentação constante no item 6.3, alíneas "e" a "i" deste Edital.

4º Alteração – Alteração do item 3 do Anexo II (Termo de Referência) do Edital

Onde se lê:

A empresa contratada deverá apresentar:

- "Atestado de capacidade técnica" emitido por órgão público ou privado, comprovando que já executou serviços semelhantes aos serviços a serem prestados ao SIMAE;
- A empresa contratada deverá possuir em seu quadro de pessoal, ao menos um profissional técnico em refrigeração, podendo ser comprovada através de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou, quando sócio da empresa, o contrato social.
- A empresa contratada deverá fornecer uma "Declaração de Visita Técnica" (Anexo X), documento que atesta que a empresa visitou os locais de instalação e conhece as particularidades das instalações de ar condicionado. Caso a empresa não tenha feito a visita técnica, deverá preencher e assinar a "Declaração" (Anexo XI), onde declara que não efetuou a visita técnica mas aceita as condições de instalação, e não poderá, em hipótese alguma, adicionar valores após firmado o contrato, alegando tal desconhecimento.

Leia-se:

A empresa contratada deverá apresentar:

- Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA de serviço concluído, comprovando que a empresa tenha sido responsável pela execução de obra com características semelhantes ao objeto licitado;
- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou órgão competente- atualizada, em nome da empresa.
- Certidão de Registro de Pessoa Física, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou órgão competente atualizada do seu responsável técnico, que pode ser Engenheiro Mecânico, Eletricista ou Técnico em Refrigeração
- A empresa contratada deverá fornecer uma "Declaração de Visita Técnica" (Anexo X), documento que atesta que a empresa visitou os locais de instalação e conhece as particularidades das instalações de ar condicionado. Caso a empresa não tenha feito a visita técnica, deverá preencher e assinar a "Declaração" (Anexo XI), onde declara que não efetuou a visita técnica mas aceita as condições de instalação, e não poderá, em hipótese alguma, adicionar valores após firmado o contrato, alegando tal desconhecimento.

5º Alteração – Alteração do item 4 do Anexo II (Termo de Referência) do Edital

Onde se lê:

Para os equipamentos novos, a contratada será responsável por fixar novos pontos de energia elétrica, sendo responsável pela passagem dos cabos, instalação de tomadas e disjuntores se necessário. A equipe técnica do SIMAE poderá auxiliar informando onde e como podem ser executados os trabalhos. Fica a critério da empresa contratada a terceirização dos trabalhos elétricos, desde que obedeça às regulamentações de saúde e segurança do trabalho e os prazos de execução da obra. As instalações elétricas devem obedecer a ABNT – NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão. A contratada deverá verificar junto aos quadros de energia elétrica a disponibilidade nos barramentos (reservas), e, caso necessário, fornecer e instalar os disjuntores compatíveis aos equipamentos a serem instalados, bem como os dutos de interligação elétrica até os referidos equipamentos.

Leia-se:

Para os equipamentos novos, a contratada será responsável por fixar novos pontos de energia elétrica, sendo responsável pela passagem dos cabos, instalação de tomadas e disjuntores se necessário. A equipe técnica do SIMAE poderá auxiliar informando onde e como podem ser executados os trabalhos. Fica a critério da empresa contratada a terceirização dos trabalhos elétricos, desde que obedeça às regulamentações de saúde e segurança do trabalho e os prazos de execução da obra. As instalações elétricas devem obedecer a ABNT – NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão. A contratada deverá verificar junto aos quadros de energia elétrica a disponibilidade nos barramentos (reservas), e, caso necessário, fornecer e instalar os disjuntores compatíveis aos equipamentos a serem instalados, bem como os dutos de interligação elétrica até os referidos equipamentos. Se necessário, a contratada deverá instalar um quadro de disjuntores separado para os circuitos dos novos equipamentos de ar condicionado.

6º Alteração – Alteração do item 5.9 do Anexo XIII (Minuta de Contrato) do Edital

Onde se lê:

5.9 A Contratada poderá subcontratar os serviços de instalação dos aparelhos ar condicionado, para tanto deverá comprovar a qualificação técnica da subcontratada mediante a apresentação da documentação constante no item 6.3, alíneas "e" a "g" deste Edital.

Leia-se:

5.9 A Contratada poderá subcontratar os serviços de instalação dos aparelhos ar condicionado, para tanto deverá comprovar a qualificação técnica da subcontratada mediante a apresentação da documentação constante no item 6.3, alíneas "e" a "i" do Edital

Joaçaba, 10 de dezembro de 2020.

Patricia Callegari Warken

Diretora Presidente

PORTARIA JHL 466/2020

Publicação N° 2752594

PORTARIA SIMAE JHL –N° 466/2020 DE 09.12.2020

Patrícia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Designar: Leandro Sartori, Operador de Máquinas, P-4, N-1, Ref.G-2, para responder pela Função de Gerente do Setor de Operação e Manutenção de Água, no período de 10 à 11 de Dezembro de 2020, por motivo de afastamento do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 10 de dezembro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 09 de dezembro de 2020.

Patrícia Callegari Warken

Diretora-Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019**

Publicação Nº 2753296

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019

ADITIVO 002/2020

Processo de Chamamento Público nº 01/2019

Termo de colaboração nº 001/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX(SC) através do Fundo Municipal de Saúde e a organização da sociedade civil, Associação Hospitalar José Vicentin, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, pessoa jurídica de direito público, sito à Avenida 26 de Abril, 655, bairro Centro, município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 79.372.553/0001-25, através do Fundo Municipal de Saúde neste ato representado pela senhora Fabiana Fusinato, Gestora do Fundo, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a Organização da Sociedade Civil Associação Hospitalar José Vicentin, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 8 de Julho, s/n, bairro Centro, município de José Boiteux/SC, Estado Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.648.327/0001-30, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Genésio Pereira, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.033.527-7, inscrito no CPF sob o n. 352.288.819-72, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Chamamento Público n. 01/2019, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de execução e de vigência do Termo de Colaboração 001/2019, por mais 06 (seis) meses a partir de 01/01/2021.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Aditivo, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de Dispensa de Chamamento Público nº 01/2019, juntamente com seus anexos e a proposta da Organização da Sociedade Civil.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$352.730,88 (trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e trinta reais e oitenta e oito centavos) conforme proposto no Termo Aditivo ao Plano de Trabalho apresentado pela Contratada que serão transferidos obedecendo ao seguinte cronograma de desembolso:

Repasse Financeiro

Janeiro/2021 – R\$63.231,36;

Fevereiro/2021 – R\$57.778,08;

Março/2021 – R\$54.009,60;

Abril/2021 – R\$60.538,56;

Maio/2021 – R\$56.702,40;

Junho/2021 – R\$60.470,88;

§ 1º - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

§ 2º - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer das impropriedades previstas no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

§ 3º - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

§ 4º - Quando a liberação dos recursos ocorrer de forma parcelada com previsão de três ou mais parcelas, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas parcial referente à primeira parcela e assim sucessivamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RARIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS – Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Colaboração inicial.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos. José Boiteux/SC, 10 de dezembro de 2020.

Fabiana Fusinato
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Genésio Pereira
Associação Hospitalar José Vicentin

Renato Rudolfo Becker
OAB/SC 14.612
Procurador Jurídico

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 18-2020

Publicação Nº 2753443

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/5
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2020

No dia 10 do mês de Dezembro do ano de 2020, o MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050 bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2020 Processo Licitatório nº 40/2020. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
7325	CONCRETOS AGUA DOCE LTDA EPP	2, 5, 6, 8, 9, 10, 11
8727	DELCIR BOESING ME	1, 3, 4, 7, 12, 13

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA EPP	00.334.470/0001-91	JOSUE ITALO LUCHESE PIAIA	055.477.549-27
DELCIR BOESING ME	07.515.006/0001-40	ERICK BOESING	087.420.729-05

Fornecedor: 7325 - CONCRETOS AGUA DOCE LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TUBOS DE CONCRETO 30CM X 1.00M	UN	Concretos Águ	250,000	31,9500	7.987,50
5	TUBOS DE CONCRETO 60CM X 1.00M CA1	UN	Concretos Águ	100,000	129,9000	12.990,00
6	TUBOS DE CONCRETO 80CM X 1.00M CA1	UN	Concretos Águ	200,000	253,9000	50.780,00
8	TUBOS DE CONCRETO 100CM X 1.00M CA1	UN	Concretos Águ	50,000	388,5000	19.425,00
9	TUBOS DE CONCRETO 100CM X 1.00M CA2	UN	Concretos Águ	50,000	463,0000	23.150,00
10	TUBOS DE CONCRETO 120CM X 1.00M CA1	UN	Concretos Águ	150,000	656,0000	98.400,00
11	TUBOS DE CONCRETO 120CM X 1.00M CA2	UN	Concretos Águ	300,000	688,0000	206.400,00
					Total	419.132,50

Fornecedor: 8727 - DELCIR BOESING ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBOS DE CONCRETO 20CM X 1.00M	UN	SIDART	100,000	24,4400	2.444,00
3	TUBOS DE CONCRETO 40CM X 1.00M	UN	SIDART	350,000	44,9900	15.746,50
4	TUBOS DE CONCRETO 60CM X 1.00M	UN	SIDART	350,000	82,8400	28.994,00
7	TUBOS DE CONCRETO 80CM X 1.00M CA2	UN	SIDART	50,000	364,0000	18.200,00
12	TUBOS DE CONCRETO 150CM X 1.00M CA2	UN	SIDART	20,000	1.079,0000	21.580,00
13	TUBOS DE CONCRETO 200CM X 1.00M CA2	UN	SIDART	20,000	1.849,0000	36.980,00
					Total	123.944,50

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 22/2020, Processo Licitatório nº 40/2020 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 2/5
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.
- 3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.
- 3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.
- 3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.
- 3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

- 6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.
- 6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

- 7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

- 8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 40/2020 - Pregão Presencial nº. 22/2020 com valor global na importância de R\$ 543.077,00 (quinhentos e quarenta e três mil e setenta e sete reais).
- 8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.
- 8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.
- 8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.
- 8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.
- 8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 3/5
Processo Nº.: 40/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 22/2020, Processo Licitatório nº 40/2020 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 22/2020 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 22/2020;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 4/5

Processo Nº.: 40/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 40/2020; o Edital do Pregão nº 22/2020 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 5/5

Processo N°.: 40/2020**PREGÃO PRESENCIAL N°. 22/2020**

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 10 de Dezembro de 2020.

Município de Lacerdópolis**SERGIO LUIZ CALEGARI**
PREFEITO

Laguna

PREFEITURA

DECRETO 6.365/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2754357

DECRETO Nº 6.365/2020, de 10 de dezembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 634.854,35 (seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), nas seguintes classificações:

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2701 – Psfs/ NASF/PAB
9-3.1.90.00.00.00.00.00.0101
Valor a incluir: R\$ 104.703,25

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, Equipar e Manter a rede basica
2-3.1.90.00.00.00.00.00.0002
Valor a incluir: R\$ 430.271,10

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2706 – Agente Comunitario
16-3.1.90.00.00.00.00.00.00101
Valor a incluir: R\$ 50.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2712 – Saude Bucal/CEO
21-3.1.90.00.00.00.00.00.00101
Valor a incluir: R\$ 49.880,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizada a anulação parcial em igual valor de recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2701 – Psfs/ NASF/PAB
12-3.3.90.00.00.00.00.01.0002
Valor a excluir: R\$ 36.141,36

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2701 – Psfs/ NASF/PAB
13-4.4.90.00.00.00.00.01.0101
Valor a excluir: R\$ 68.561,89

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, Equipar e Manter a rede basica
3-3.3.90.00.00.00.00.00.0067
Valor a excluir: R\$ 110.271,10

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, Equipar e Manter a rede basica

4-3.3.90.00.00.00.00.00.00101
Valor a excluir: R\$ 170.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, Equipar e Manter a rede basica
5-3.3.90.00.00.00.00.00.0033
Valor a excluir: R\$ 40.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, Equipar e Manter a rede basica
7-4.4.90.00.00.00.00.00.0033
Valor a excluir: R\$ 110.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2706 – Agente Comunitario
20-4.4.90.00.00.00.00.00.0002
Valor a excluir: R\$ 50.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2712 – Saude Bucal/CEO
24-3.3.90.00.00.00.00.00.00101
Valor a excluir: R\$ 29.880,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2712 – Saude Bucal/CEO
25-3.3.90.00.00.00.00.00.0002
Valor a excluir: R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

DECRETO N. 6.364/2020 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N. 6.356/2020, DANDO-LHE NOVA REDAÇÃO

Publicação Nº 2754349

DECRETO Nº 6.364/2020, de 10 de dezembro de 2020.

Altera dispositivos do Decreto n.º 6.356, de 19 de novembro de 2020, dando-lhes nova redação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas

Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, Considerando que na Avaliação do Risco Potencial para COVID-19, que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção da pandemia, a Região de Laguna foi reclassificada pela quarta semana consecutiva como RISCO POTENCIAL GRAVÍSSIMO, conforme demonstra a matriz de Risco Potencial para COVID-19 disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/> atualizado em 09 de dezembro de 2020,

DECRETA

Art. 1º O art. 2º, do Decreto n.º 6.356, de 19 de novembro de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 2º Quanto ao funcionamento do comércio de rua, que deverá seguir as recomendações dispostas na Portaria 244/SES/2020, alterada pela Portaria 743/SES, de 24 de setembro de 2020, fica assim estabelecido:

I – permitido em horário estendido, das 8:00 às 22:00 horas, a fim de evitar aglomerações, de segunda à sexta-feira, sendo somente admitida 30% da capacidade total instalada, mantendo distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, salvo quando se tratar de pais e filhos, membros da mesma família ou casal;

II – permitido aos sábados entre 08:00 e 12:30 horas e III – proibido o funcionamento aos domingos e feriados.

§1º Excepcionalmente, tendo em vista o horário diferenciado de Natal, até o dia 25/12/2020, fica autorizado o funcionamento do comércio de rua aos sábados, entre 08:00 e 20:00 horas e aos domingos, das 17:00 às 22:00.

§2º Quanto ao comércio de rua no Bairro Mar Grosso, em razão de sua vocação comercial voltada ao atendimento de finais de semana, fica facultado o horário de funcionamento aos sábados, no horário compreendido entre as 08:00 e às 22:00 horas e, excepcionalmente, em razão do horário diferenciado de Natal, aos domingos, das 17:00 às 22:00 horas, sendo somente admitida 30% da capacidade total instalada, mantendo distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, salvo quando se tratar de pais e filhos, membros da mesma família ou casal.

§3º Para fins do presente artigo, entende-se por comércio de rua toda oferta de mercadorias, produtos, serviços e congêneres, não

estabelecidos dentro de Shoppings, Centros Comerciais e Galerias.

Art. 2º O art. 4º, do Decreto 6.356/2020, passa vigor com a seguinte redação:

Art. 4º Quanto ao funcionamento de Restaurantes, Lanchonetes, Pizzarias, Churrascarias, Sushis, Conveniências, Bares e Pubs, os quais deverão seguir as recomendações da Portaria 256/SES, fica estabelecido:

I – fica permitido o ingresso de novos clientes até as 23:00 horas e permanência até a meia-noite, de segunda a domingo, com 40% da capacidade total instalada, mantendo distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, exceto se tratarem-se de pais e filhos, membros da mesma família ou casal;

II – (...);

III – depois da meia-noite somente tele entrega, incluindo finais de semana, ficando vedado o consumo de qualquer gênero alimentício, inclusive, bebidas no local.

Parágrafo único. Para fins do presente artigo, entende-se por:

I – (...);

II – (...);

III – (...);

IV – (...); V – (...);

VI – conveniências: pequeno estabelecimento comercial, localizada quase sempre em postos de combustíveis, estações ferroviárias ou de embarque;

VII – bar: estabelecimento comercial de venda de bebidas, alcoólicas ou não;

VIII – pubs: estabelecimento que haja oferta de bebida alcoólica, oferecendo variedade em cervejas, destilados e vinhos, bem como comidas de preparo rápido.

Art. 3º O inciso I, do art. 6º do Decreto n.º 6.356/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º (...):

I – permitido, com 40% da capacidade total instalada, mantendo distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, exceto se tratar de pais e filhos, membros da mesma família ou casal, sendo permitido o ingresso de novos clientes até às 23:00 horas de segunda à domingo;

Art. 4º Em razão da nova redação dada ao art. 4º, do Decreto n.º 6.356, de 19 de novembro de 2020, com a inserção de seu parágrafo único, fica revogado o art. 9º, do Decreto n.º 6.356, de 19 de novembro de 2020.

Art. 5º O art. 18, do Decreto n.º 6.356, de 19 de novembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. Missas, celebrações e cultos religiosos, devem seguir a normativa constante da Portaria 254/SES/2020 e, em face da atual matriz de risco apontada pela Secretaria de Saúde de Estado, ficam

autorizados de segunda a domingo, até às 21:00 horas, com 40% da capacidade total instalada, sendo permitida a participação de apenas 01 (um) músico, sendo obrigatório a todos os participantes o uso de máscaras, inclusive aos coordenadores e dirigentes do evento religioso, mantendo distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, exceto se tratar-se de pais e filhos, membros da mesma família ou casal, com seguimento dos devidos protocolos.

Art. 6º Atendendo ao disposto no Decreto Estadual de n.º 970, de 04 de dezembro de 2020, como medidas para enfrentamento do COVID-19 no Município de Laguna:

I – diariamente, limitação do horário de funcionamento de atividades e serviços não essenciais até a meia-noite, permitido o ingresso de novos clientes até as 23:00 horas;

II – diariamente, da meia-noite às 5 horas, restrição de circulação e de aglomeração de pessoas em espaços, públicos e privados, e em vias públicas; e

III – funcionamento do transporte coletivo urbano municipal, respeitada a ocupação máxima de 70% (setenta por cento) da capacidade do veículo.

Parágrafo único. Fica excetuada do disposto no inciso II do caput deste artigo a circulação de pessoas necessária ao atendimento de situação de emergência, ao percurso residência ao trabalho e seu retorno, bem como ao funcionamento de atividades e serviços essenciais estabelecidos no art. 11 do Decreto nº 562, de 2020.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto n.º 6.356, de 19 de novembro de 2020.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

ANTONIO LUIZ DOS REIS
Procurador Geral

VALÉRIA OLIVIER ALVES SOUZA
Secretária de Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO 01/2019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

Publicação N° 2754333

CONVOCAÇÃO – Classificados Concurso 01/2019

A Secretária Municipal de Saúde, Valéria Olivier Alves, no uso de suas atribuições, convoca os candidatos classificados no Concurso Público nº 01/2019, para comparecerem nessa Secretaria na data e horários marcados:

Técnico de Enfermagem - Dia 14/12/2020 – As 09:00 horas
- Valéria da Silva

Valéria Olivier Alves
Secretária de Saúde

PORTARIA N° 1085/2020

Publicação N° 2753273

PORTARIA RH N° 1085/2020

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JULIANO DE OLIVEIRA FLORES Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 30.11.2020 a 29.12.2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Novembro de 2020.
HECTOR CARDOSO CANDEMIL
Secretário Municipal

PORTARIA N° 1092/2020

Publicação N° 2753276

PORTARIA RH N° 1092/2020

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor EDUARDO BERNARDO VIEIRA Motorista do dia 01.12.2020 a 20.12.2020, referente ao período aquisitivo 2016/2017, tendo o mesmo 20 (vinte) dias de gozo e 1/3 (um terço) convertido em pecúnia, nos termos do parágrafo 6º do artigo 2º da Lei Complementar nº 414/2019, no período de 21/12/2020 a 30/12/2020.

Dê-se ciência e registre-se.
Laguna, SC, 01 de Dezembro de 2020.
HECTOR CARDOSO CANDEMIL
Secretário Municipal

PORTARIA N° 1101/2020

Publicação N° 2753280

PORTARIA RH N° 1101/2020

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARCIEL DE OLIVEIRA AGOSTINHO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 04.11.2020 a 02.01.2021, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.
Laguna, SC, 04 de Dezembro de 2020.
HECTOR CARDOSO CANDEMIL
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1110/2020

Publicação Nº 2754032

PORTARIA RH Nº 1110/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARLENE DOS SANTOS SILVA ALVES do cargo de Técnico em Enfermagem, de provimento efetivo, 40 horas, nível ANTS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 01/12/2020.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Dezembro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1111/2020

Publicação Nº 2754034

PORTARIA RH Nº 1111/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário pelo excepcional interesse público, pelo prazo máximo e improrrogável de até 120 (cento e vinte) dias, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Municipal nº 217/2010, Edital de chamamento Público nº 09/2020, ALBERTO CONSTÂNCIO DE SOUSA para exercer o Cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, nível ANTS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Dezembro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1112/2020

Publicação Nº 2754037

PORTARIA RH Nº 1112/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, EDINA NUNES MADALENA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 09/12/2020, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 02/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Dezembro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1113/2020

Publicação Nº 2754041

PORTARIA RH Nº 1113/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, em razão da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2019, JOSIANE DE ANDRADE para o cargo de Técnico em Enfermagem, de provimento efetivo, 40 horas, nível ANTS 1, conforme anexo I da Lei Complementar nº 330 de 18 de dezembro de 2015, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Dezembro de 2020.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1114/2020

Publicação Nº 2754043

PORTARIA RH Nº 1114/2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor FLÁVIO LUIZ ALÍPIO, Arquiteto, do dia 10.12.2020 a 18.12.2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Dezembro de 2020.
MARCUS PAULINO TEIXEIRA
Secretário Municipal

PREGÃO 34/2020-PML

Publicação Nº 2753243

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO 34/2020-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA-SC, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de SERVIÇO DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS, NO DIA 23/12/2020, ÀS 10:00 HORAS. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito no Centro Administrativo Tordesilhas, 3º andar, à Avn Colombo Machado Salles, 145 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 10 de dezembro de 2020.
Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

PREGÃO 35/2020-PML

Publicação Nº 2753726

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA-SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO 35/2020-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA-SC, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a contratação de empresas para fornecimento de som, tendas e assemelhados, segurança e limpeza, para os eventos de Réveillon de 2020/2021, NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS. Informações e documentação encontram-se à disposição, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Colombo Salles 145 – Centro Administrativo Tordesilhas – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 10 de dezembro de 2020.
Waldomiro Souza Netto - Pregoeiro

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA N° 269/2020 DE 10/12/2020 EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SEBASTIANA HELEN GUIMARÃES ALVES DA SILVA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MERENDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2753070

PORTARIA N° 269/2020

DE 10/12/2020

"EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SEBASTIANA HELEN GUIMARÃES ALVES DA SILVA, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE MERENDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO, o término de contrato.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal SEBASTIANA HELEN GUIMARÃES ALVES DA SILVA da função temporária de Merendeira em de 10 de dezembro de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 10 de Dezembro de 2020.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler

Servidora Designada

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 247/2020**

Publicação Nº 2752491

DECRETO Nº 247/2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

08 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.017 - Manutenção do Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 70.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

08 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.017 - Manutenção do Departamento de Agricultura

4.4.90.00.00.00.5000 Aplicação DiretaR\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2142/2020

Publicação Nº 2753150

LEI Nº 2.142 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Lauro Muller, abrangendo a administração direta e indireta para o exercício financeiro de 2021 em R\$ 57.173.397,00 (Cinquenta e Sete Milhões, cento e setenta e três mil e trezentos e noventa e sete reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei e nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, das especificações constantes nos anexos desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	50.827.347,00
1.1	Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	6.375.461,49
1.2	Contribuições	160.000,00
1.3	Receita Patrimonial	270.423,31
1.7	Transferências Correntes	50.126.116,00
9.1.7	(-) Deduções Transferências Correntes	-6.275.091,80
1.9	Outras Receitas Correntes	170.438,00

2.	Receitas de Capital	6.346.050,00
2.1	Operações de Crédito	5.500.900,00
2.2	Alienação de Bens	400,00
2.4	Transferências de Capital	844.750,00
TOTAL		57.173.397,00

Da Fixação da Despesa

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00	Câmara Municipal de Vereadores	2.057.305,00
02.00	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	1.013.300,00
03.00	Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	7.271.938,00
04.00	Secretaria de Educação da Educação e Esporte	16.446.264,00
05.00	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	11.497.380,00
06.00	Secretaria Municipal do Turismo, Cultura e do Desenvolvimento Econômico	731.250,00
07.00	Fundo Municipal de Saúde	12.556.885,00
08.00	Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente	1.122.500,00
09.00	Secretaria de Assistência Social	1.747.894,00
11.00	Fundação Municipal Ambiental de Lauro Muller	134.000,00
15.00	Fundação de Saúde de Lauro Muller	2.594.681,00
	TOTAL	57.173.397,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	2.057.305,00
04	Administração	5.748.738,00
06	Segurança Pública	120.000,00
08	Assistência Social	1.620.894,00
10	Saúde	15.796.493,00
12	Educação	15.718.337,00
13	Cultura	559.000,00
15	Urbanismo	10.791.630,00
16	Habitação	77.000,00
17	Saneamento	800.000,00
18	Gestão Ambiental	134.000,00
20	Agricultura	1.122.500,00
23	Comércio e Serviços	27.000,00
27	Desporto e Lazer	83.000,00
28	Encargos Especiais	2.367.500,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00
	TOTAL	57.173.397,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31	Ação Legislativa	2.057.305,00
122	Administração Geral	5.033.738,00
123	Administração Financeira	715.000,00
182	Defesa Civil	120.000,00
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	22.752,00
244	Assistência Comunitária	1.598.142,00
301	Atenção Básica	10.932.955,00
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.800.686,00
304	Vigilância Sanitária	417.925,00
306	Alimentação e Nutrição	644.927,00
361	Ensino Fundamental	10.285.866,00
364	Ensino Superior	322.500,00
365	Educação Infantil	5.102.471,00
366	Educação de Jovens e Adultos	5.000,00
367	Educação Especial	2.500,00
392	Difusão Cultural	559.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	10.646.380,00
452	Serviços Urbanos	145.250,00
482	Habitação Urbana	77.000,00

512	Saneamento Básico Urbano	800.000,00
541	Preservação e Conservação ambiental	134.000,00
606	Extensão Rural	1.122.500,00
695	Turismo	27.000,00
812	Desporto Comunitário	83.000,00
843	Serviço da Dívida Interna	550.000,00
846	Outros Encargos Especiais	1.817.500,00
999	Reserva de Contingência	100.000,00
	TOTAL	57.173.397,00

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000	Encargos Especiais e Dívida Pública	2.367.500,00
0001	Gestão do Processo Legislativo	2.057.305,00
0002	Gestão Financeira e Administrativa	5.917.738,00
0003	Gestão da Obras, Infra-Estrutura, Mobilidade Urbana e Defesa Civil	11.497.380,00
0004	Gestão de Apoio a Cultura	559.000,00
0005	Gestão da Educação com Qualidade	16.363.264,00
0006	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social	1.538.142,00
0007	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	12.556.885,00
0008	Gestão de Apoio a Habitação de Interesse Social	209.752,00
0009	Gestão de Incentivo aos Esportes	83.000,00
0010	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e ao Turismo	172.250,00
0011	Gestão de Proteção Ambiental	134.000,00
0012	Gestão de Apoio a Agricultura	1.122.500,00
0015	Gestão e Fortalecimento da Fundação de Saúde	2.594.681,00
	TOTAL	57.173.397,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	43.302.316,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	25.009.414,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	18.242.902,00
Despesas de Capital	13.771.081,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	12.171.081,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	1.600.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
TOTAL	57.173.397,00

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ENTIDADE

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Lauro Muller

Art. 4º O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Lauro Muller para o exercício financeiro de 2021 estima a Receita em R\$ 52.422.059,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil e cinquenta e nove reais), e fixa as Despesas em R\$ 39.830.526,00 (trinta e nove milhões oitocentos e trinta mil, quinhentos e vinte e seis reais) e Transferências Financeiras R\$ 12.591.533,00 (doze milhões, quinhentos e noventa e um mil quinhentos e trinta e três reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	46.080.809,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.329.461,49
1.2	Contribuições	160.000,00
1.3	Receita Patrimonial	231.923,31
1.7	Transferências Correntes	45.464.078,00
9.1.7	(-) Deduções da Receita de Transf. Corente	- 6.275.091,80
1.9	Outras Receitas Correntes	170.438,00
2.	Receitas de Capital	6.341.250,00
2.1	Operações de Crédito	5.500.900,00
2.2	Alienação de Bens	400,00
2.4	Transferências de Capital	839.950,00
TOTAL		52.422.059,00

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de Lauro Muller será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	Administração	5.748.738,00
06	Segurança Pública	120.000,00
08	Assistência Social	1.670.894,00
10	Saúde	644.927,00
12	Educação	15.718.337,00
13	Cultura	559.000,00
15	Urbanismo	10.791.630,00
16	Habitação	77.000,00
17	Saneamento	800.000,00
20	Agricultura	1.122.500,00
23	Comércio e Serviços	27.000,00
27	Desporto e Lazer	83.000,00
28	Encargos Especiais	2.367.500,00
99	Reserva de Contingência	100.000,00
	TOTAL	39.830.526,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	26.851.570,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	15.965.071,00
3.2.00.00.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	10.836.499,00
Despesas de Capital	12.878.956,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	11.278.956,00
4.6.00.00.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	1.600.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	100.000,00
TOTAL	39.830.526,00
Transferências Financeiras Concedidas	12.591.533,00
TOTAL GERAL	12.591.533,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Lauro Muller

Art. 5º O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Lauro Muller para o exercício financeiro de 2021 fixa as Despesas em R\$ 2.057.305,00 (dois milhões e cinquenta e sete mil trezentos e cinco reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.057.305,00 (dois milhões e cinquenta e sete mil trezentos e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	2.057.305,00
TOTAL GERAL	2.057.305,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores de Lauro Muller será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e por natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	2.057.305,00
	TOTAL	2.057.305,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	1.998.430,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.633.646,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	364.784,00
Despesas de Capital	58.875,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	58.875,00
TOTAL	2.057.305,00

Do Orçamento da Fundação Municipal Ambiental de Lauro Muller

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundação Municipal Ambiental de Lauro Muller, para o exercício financeiro de 2021, estima a Receita em R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) e Transferência Financeiras Recebidas R\$ 132.900,00 (cento e trinta e dois mil e novecentos reais), e fixa as Despesas em R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	1.100,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.000,00
1.3	Receita Patrimonial	100,00
TOTAL		1.100,00
Transferências Financeiras Recebidas		132.900,00
TOTAL GERAL		132.900,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal Ambiental de Lauro Muller será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18	Gestão Ambiental	132.900,00
	TOTAL	132.900,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	132.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	117.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	15.000,00
Despesas de Capital	2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	2.000,00
TOTAL	134.000,00

Do Orçamento da Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller

Art. 7º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, para o exercício financeiro de 2021, estima a Receita em R\$ 4.750.238,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil duzentos e trinta e oito reais) e Transferência Financeiras Recebidas R\$ 7.806.647,00 (sete milhões oitocentos e seis mil e seiscentos e quarenta e sete reais), e fixa as Despesas em R\$ 12.556.885,00 (doze milhões quinhentos e cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.	Receitas Correntes	4.745.438,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.000,00
1.3	Receita Patrimonial	38.400,00
1.7	Transferências Correntes	4.662.038,00
2.	Receitas de Capital	4.800,00
2.4	Transferências de Capital	4.800,00
TOTAL		4.750.238,00
Transferências Financeiras Recebidas		7.806.647,00
TOTAL GERAL		7.806.647,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	12.556.885,00
	TOTAL	12.556.885,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	11.930.635,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	6.493.697,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	5.436.938,00
Despesas de Capital	626.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	626.250,00
TOTAL	12.556.885,00

Do Orçamento da Fundação de Saúde de Lauro Muller

Art. 8º O Orçamento da entidade Fundação de Saúde de Lauro Muller, para o exercício financeiro de 2021, estima Transferência Financeiras Recebidas R\$ 2.594.681,00 (dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil seiscentos e oitenta e um reais), e fixa as Despesas em R\$ 2.594.681,00 (dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil seiscentos e oitenta e um reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas do governo e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com

o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras Recebidas	2.594.681,00
TOTAL GERAL	2.594.681,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundação de Saúde de Lauro Muller será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	2.594.681,00
	TOTAL	2.594.681,00

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	2.389.681,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	800.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.589.681,00
Despesas de Capital	205.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – Investimentos	205.000,00
TOTAL	2.594.681,00

Da Reserva de Contingência

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos da reserva de contingência nas situações previstas no artigo 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal de acordo com o estabelecido no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Das Disposições Gerais

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto nos Incisos I, II e III do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964;

§ 1º Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado no exercício anterior.

§ 2º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município observado os preceitos legais aplicáveis à matéria, inclusive os mencionados nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 12 Durante o exercício financeiro de 2021 o executivo municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, desde que autorizado por Lei específica.

Art. 13 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o excesso dos previstos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Das Disposições Finais

Art. 14 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através da Administração direta ou indireta.

Art. 15 Fazem parte desta Lei os seguintes anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- II – Receitas por Categorias Econômicas;
- III – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;
- V – Funções e Subfunções de Governo;
- VI – Programa de Trabalho de Governo;
- VII – Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);
- VIII – Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vinculo com os Recursos;
- IX - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;
- X – Demonstrativo da Evolução da Receita;
- XI – Demonstrativo da Evolução da Despesa;
- XII – Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 16 A presente Lei vigorará durante o exercício financeiro de 2021, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MULLER, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 272/2020

Publicação Nº 2752496

PORTARIA Nº 272/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 001/2020 – Resultado Final das Provas, Homologado em 09/10/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, aprovado em 1º lugar no Concurso Público – Edital nº 001/2020, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, para exercer o Cargo de Médico ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

TERMO DE POSSE

No dia 09 do mês de Novembro do ano de 2020, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro M-ller, compareceu o senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, aprovado no Concurso Público – Edital nº 001/2020, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, para o Cargo de provimento efetivo de Médico ESF, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratado pela Portaria nº 272/2020. Na oportunidade o mesmo foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal Valdir Fontanella, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pela Senhora Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, 09 de Novembro de 2020.
PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA
Servidor

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 273/2020

Publicação Nº 2752526

PORTARIA Nº 273/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 17.11.2020 à 17.11.2022, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, LUCILENE DA SIILVA BORGES DA LUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 274/2020

Publicação Nº 2752527

PORTARIA Nº 274/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MAIANA DELLA GIUSTINA, elevando de Professora MAG - ST – 1B para MAG - ST – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 275/2020

Publicação Nº 2752598

PORTARIA Nº 275/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DEISE BLAZIUS EUGENIO, elevando de Professora MAG - ST – 1B para MAG - ST – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 276/2020

Publicação Nº 2752630

PORTARIA Nº 276/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CRISTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS GONÇALVES, elevando de Professora MAG - ST – 1B para MAG - ST – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 277/2020

Publicação Nº 2752632

PORTARIA Nº 277/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSANA MARTINHO, elevando de Professora MAG - ST – 1C para MAG - ST – 1D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 278/2020

Publicação Nº 2752635

PORTARIA Nº 278/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública VALDIRENE ALVES ESPÍNDOLA, elevando de Professora MAG - ST – 1D para MAG - ST – 1E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 279/2020

Publicação Nº 2752638

PORTARIA Nº 279/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública SCHIRLEI SCHMITZ DE OLIVEIRA PEREIRA, elevando de Professora MAG - ST – 1D para MAG - ST – 1E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 280/2020

Publicação Nº 2752650

PORTARIA Nº 280/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública GIZELLI NAZARO FERREIRA, elevando de Professora MAG - ST – 1E para MAG - ST – 2A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 281/2020

Publicação Nº 2752652

PORTARIA Nº 281/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, do funcionário público FRANCISCO DE OLIVEIRA JOÃO, elevando de Professor MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 282/2020

Publicação Nº 2752654

PORTARIA Nº 282/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública RENATA DOS SANTOS, elevando de Professor MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 283/2020

Publicação Nº 2752655

PORTARIA Nº 283/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ÂNGELA MARIA CAMPOS LIMA, elevando de Professor MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 284/2020

Publicação Nº 2752657

PORTARIA Nº 284/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública RITA APARECIDA DE MOURA BAGGIO, elevando de Professor MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 285/2020

Publicação Nº 2752658

PORTARIA Nº 285/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, do funcionário público KELVIN PACHECO BRAZ, elevando de Professor MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 286/2020

Publicação Nº 2752663

PORTARIA Nº 286/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública SUSILEIA BENEDET DELLA GIUSTINA, elevando de Professor MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 287/2020

Publicação Nº 2752673

PORTARIA Nº 287/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CLAUDINÉIA ANTUNES, elevando de Professor MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 288/2020

Publicação Nº 2752678

PORTARIA Nº 288/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARINA SPRICIGO CITADIN, elevando de Professor MAG - LP – 2A para MAG - LP – 2B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 289/2020

Publicação Nº 2752682

PORTARIA Nº 289/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARISELMA FERNANDES MADEIRA, elevando de Professor MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 290/2020

Publicação Nº 2752689

PORTARIA Nº 290/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, do funcionário público HENRIQUE TEIXEIRA MACHADO, elevando de Professor MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 291/2020

Publicação Nº 2752693

PORTARIA Nº 291/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, do funcionário público AURIMAR MOTTA, elevando de Professor MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 292/2020

Publicação Nº 2752696

PORTARIA Nº 292/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública IEDA MARIA CUSTÓDIO, elevando de Professor MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 293/2020

Publicação Nº 2752708

PORTARIA Nº 293/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CLEMAR PACHECO, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 294/2020

Publicação Nº 2752711

PORTARIA Nº 294/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ALINE RIGHETTO TASCA, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 295/2020

Publicação Nº 2752712

PORTARIA Nº 295/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CLAUDIA ANTUNES CARDOSO, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 296/2020

Publicação Nº 2752715

PORTARIA Nº 296/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CLAUDIA CITADIN RIBEIRO, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 297/2020

Publicação Nº 2752716

PORTARIA Nº 297/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ANDRESA GONÇALVES MARTINS COAN, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 298/2020

Publicação Nº 2752717

PORTARIA Nº 298/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI CARBONI, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 299/2020

Publicação Nº 2752718

PORTARIA Nº 299/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JULIANA PINHEIRO DA SILVA DE ASSUNÇÃO, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 300/2020

Publicação Nº 2752719

PORTARIA Nº 300/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 301/2020

Publicação Nº 2752721

PORTARIA Nº 301/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública IONES DAS GRAÇAS VELHO, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 302/2020

Publicação Nº 2752724

PORTARIA Nº 302/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública TÂNIA RUZA TORNIER, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 303/2020

Publicação Nº 2752728

PORTARIA Nº 303/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JANAINA VIEIRA, elevando de Professor MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 304/2020

Publicação Nº 2752730

PORTARIA Nº 304/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ANA PAULA LOCATELLI ALVES, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 305/2020

Publicação Nº 2752731

PORTARIA Nº 305/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ESTER ANTUNES FERREIRA, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 306/2020

Publicação Nº 2752733

PORTARIA Nº 306/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MÁRCIA CARBONI BORDIGNON, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 307/2020

Publicação Nº 2752734

PORTARIA Nº 307/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DANIELLY SPRICIGO DA SILVA, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 308/2020

Publicação Nº 2752736

PORTARIA Nº 308/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 309/2020

Publicação Nº 2752738

PORTARIA Nº 309/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública PAULA ROSSI GABRIEL, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 310/2020

Publicação Nº 2752740

PORTARIA Nº 310/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSINETE APARECIDA BAGIO FERNANDES, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVOBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 311/2020

Publicação Nº 2752741

PORTARIA Nº 311/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CHEILA CHAGAS VICENTE LOLE, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVOBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 312/2020

Publicação Nº 2752742

PORTARIA Nº 312/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, elevando de Professor MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 313/2020

Publicação Nº 2752744

PORTARIA Nº 313/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JUSCELANE VELHO GOMES, elevando de Professor MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 314/2020

Publicação Nº 2752745

PORTARIA Nº 314/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública SAMIRA SILVA DE OLIVEIRA, elevando de Professor MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 315/2020

Publicação Nº 2752789

PORTARIA Nº 315/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DAIANI DA SILVA REDIVO MAZON, elevando de Professor MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 316/2020

Publicação Nº 2752791

PORTARIA Nº 316/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CÍNARA DOS SANTOS, elevando de Professor MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 317/2020

Publicação Nº 2752794

PORTARIA Nº 317/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, do funcionário público LUCAS LUCIANO MEDEIROS, elevando de Professor MAG - LP – 4D para MAG - LP – 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 318/2020

Publicação Nº 2752800

PORTARIA Nº 318/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JAQUELINE CRISTIANE PANDINI, elevando de Professor MAG - LP – 5A para MAG - LP – 5B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 319/2020

Publicação Nº 2752802

PORTARIA Nº 319/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por nova habilitação, da funcionária pública RENATA DOS SANTOS, elevando de Professor MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVENBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 320/2020

Publicação Nº 2752805

PORTARIA Nº 320/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por nova habilitação, da funcionária pública SUSILÉIA BENEDET DELLA GIUSTINA, elevando de Professor MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 321/2020

Publicação Nº 2752808

PORTARIA Nº 321/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por nova habilitação, da funcionária pública ÂNGELA MARIA CAMPOS LIMA, elevando de Professor MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 322/2020

Publicação Nº 2752810

PORTARIA Nº 322/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por nova habilitação, da funcionária pública RITA APARECIDA DE MOURA BAGIO, elevando de Professor MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 323/2020

Publicação Nº 2752812

PORTARIA Nº 323/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER ,no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por nova habilitação, da funcionária pública CLAUDINEIA ANTUNES, elevando de Professor MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 324/2020

Publicação Nº 2752875

PORTARIA Nº 324/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR, da Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, a Professora ROSIMARI FONTANELLA DOMINGOS, Professora II, e lotá-la na Escola Municipal Hilário Pescador, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo Único – A professora ficará lotada com 20hs na Escola Municipal Hilário Pescador e com 20hs na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 132/2020.

LAURO MÜLLER, 26 DE NOVEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Secretária Adm., Fin. e Planejamento

PORTARIA Nº 325/2020

Publicação Nº 2752877

PORTARIA Nº 325/2020

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por nova habilitação, do funcionário público KELVIN PACHECO BRAZ, elevando de Professor MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos em 19/11/2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 326/2020

Publicação Nº 2752879

PORTARIA Nº 326/2020.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 001/2020 – Resultado Final das Provas, Homologado em 09/10/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA FERNANDA ARAUJO, aprovado em 6º lugar no Concurso Público – Edital nº 001/2020, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro M-Iler, para exercer o Cargo de Médico ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

TERMO DE POSSE

No dia 08 do mês de Dezembro do ano de 2020, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro M-Iler, compareceu a senhora MARIA FERNANDA ARAUJO, aprovado no Concurso Público – Edital nº 001/2020, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro M-Iler, para o Cargo de provimento efetivo de Médico ESF, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratado pela Portaria nº 326/2020. Na oportunidade o mesmo foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal Valdir Fontanella, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pela Senhora Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro M-Iler, 08 de Dezembro de 2020.

MARIA FERNANDA ARAUJO

Servidora

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO DE RATEIO Nº: 46/2020

Publicação Nº 2753507

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO DE RATEIO Nº: 46/2020

Objeto: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO. O CONTRATANTE entregará ao CONTRATADO durante o exercício de 2021 o valor total de R\$ 44.760,00 (Quarenta e quatro mil setecentos e sessenta reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 3.730,00 (Três mil setecentos e trinta reais). Os valores para o exercício de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral do Consórcio Público, realizada em 31 de julho de 2020 e publicada no órgão de publicação oficial (DOM) através da Resolução n. 053/2020. A finalidade é o custeio das despesas de pessoal, correntes e de capital do CONTRATADO, para atendimento do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU148/01. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC – CNPJ Nº 83.074.310/0001-88. CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERFERERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA – CNPJ Nº 12.075.748/0001-32. Vigência: 1º/01/2021 - Término: 31/12/2021. Lebon Régis (SC), 09 de dezembro de 2020. Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 012/2020

Publicação Nº 2753747

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
RESOLUÇÃO CMAS Nº 012/2020

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião virtual (conforme Decreto Estadual/SC Nº 525 de 23 de março de 2020) ocorrida no dia 11 de novembro de 2020, conforme registro na Ata do CMAS Nº178; no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Resolve:

Art. 1º: DELIBERAR sobre a reabertura do Demonstrativo 2018 para correção de inconsistências no campus IGD-PBF e IGD-SUAS; e aprova as referidas correções;

Art. 2º Aprovar as correções do Demonstrativo Físico Financeiro do ano de 2018;

Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 11 de novembro de 2020
Viviane Aparecida da Silva
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2020

Publicação Nº 2753748

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 013/2020

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião virtual (conforme Decreto Estadual/SC Nº 525 de 23 de março de 2020) ocorrida no dia 09 de dezembro de 2020, conforme registro na Ata do CMAS Nº179; no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Resolve:

Art. 1º: Aprovar o Demonstrativo Físico Financeiro do ano de 2019;

Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 09 de dezembro de 2020
Viviane Aparecida da Silva
Presidente CMAS

CÂMARA MUNICIPAL**AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 016/2020**

Publicação Nº 2752413

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 016/2020

"LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – ESTIMA A RECEITAS E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Lebon Régis para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 35.324.060,00 (Trinta e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil e sessenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 35.324.060,00 (Trinta e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil e sessenta reais) do Orçamento Fiscal.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2021 estima a Receita em 35.324.060,00 (Trinta e cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil e sessenta reais) e fixa as Despesas das unidades em:

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.472.270,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.222.630,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	537.250,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	93.510,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	11.470.359,50
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO	2.312.280,00
MUNICIPIO DE LEBON REGIS	14.215.760,50
Total geral:	35.324.060,00

§ 1º A Receita Consolidada do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

Receitas	35.324.060,00
RECEITAS CORRENTES	31.414.490,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.909.570,00
(-) DEDUÇÃO P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	2.515.700,00
Total Receita Liquida:	32.808.360,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada, obedecendo à classificação institucional, classificação por função, classificação por subfunção, classificação por programa e classificação por natureza da despesa.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 - PODER LEGISLATIVO	1.472.270,00
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO	14.215.760,50
91.00 - FUNDO MUN. DE SAUDE - LEBON REGIS	5.222.630,00
92.00 - FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE	93.510,00
93.00 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	537.250,00
95.00 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	11.470.359,50
94.00 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO	2.312.280,00
Total geral:	35.324.060,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS	35.324.060,00
DESPESAS CORRENTES	29.272.440,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.040.150,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.470,00

§ 3º Integram a Lei Orçamentária Anual, os Anexos da Lei 4.320/64 e demonstrativos da LOA/2021:

ANEXOS LEI 4.320/64

(I) Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

(II) Anexo 2 – Receitas Segundo as Categorias Econômicas

(III) Anexo 2 – Despesas Segundo as Categorias Econômicas

(IV) Anexo 6 - Programa de Trabalho

(V) Anexo 7 - Programa de Trabalho – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades

(VI) Anexo 8 – Demonstrativo da Despesa por funções, Subfunções e Programas

(VII) Anexo 9 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e funções

DEMONSTRATIVOS DA LOA/2021

(I) Demonstrativo dos Valores Previstos para Receitas da LOA

(II) Demonstrativo dos Valores Previstos para Despesa da LOA

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme a seguir:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA	
RESERVA DE CONTINGENCIA	11.470,00
9.9.00.00. - RESERVA DE CONTINGENCIA	11.470,00
Total:	11.470,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2021 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2021 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º Fica o Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação por Fonte de Recurso, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior por Fonte de Recurso.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e os recursos oriundos de convênios.

Art. 6º As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º Durante o exercício de 2021 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2021, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 09 de dezembro de 2020.

IVONEI GOIS QUERINO

Presidente

OSVALDO SIQUEIRA

1º Secretário

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 017/2020

Publicação Nº 2752415

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 017/2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER UM BRINDE DE NATAL A CADA UM DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Lebon Régis, através do Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder um brinde de Natal, para cada um dos servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O brinde será de livre escolha pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, não ultrapassará o valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) e deverá contemplar todos os servidores públicos municipais, incluídos aqueles integrantes do quadro de pessoal da autarquia Hospital Municipal Santo Antônio e estagiários de modo uniforme e igualitário, sendo vedadas doações de brindes diferenciados.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a concessão dos brindes de que trata esta lei por meio de crédito em cartão magnético destinado ao pagamento do auxílio alimentação com a finalidade precípua de evitar a formação de aglomeração de servidores durante a distribuição dos brindes e deste modo reduzir as chances de propagação e contágio do Novo Corona vírus (COVID-19).

Art. 4º O valor total das despesas decorrentes da presente Lei não poderá ultrapassar a importância total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria já consignada no orçamento do Município.

Art. 6º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 09 de dezembro de 2020.

IVONEI GOIS QUERINO

Presidente

OSVALDO SIQUEIRA

1º Secretário

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 018/2020

Publicação Nº 2752419

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº. 018/2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis - APAE, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2016 e do Decreto Municipal nº 030, de 05 de abril de 2017.

Art. 2º Para execução das ações previstas no plano de trabalho, fica autorizada a transferência de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis - APAE, no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais) por ano, a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º O órgão ou a entidade da administração pública municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou do plano de trabalho, mediante solicitação devidamente fundamentada, desde que não haja alteração de seu objeto.

Art. 4º As prestações de contas dos valores recebidos do Município serão feitas na forma prevista na Lei 13.019/2016 e do Decreto Municipal nº 030/2017, sendo que os repasses das parcelas seguintes ficarão vinculados ao cumprimento desta obrigação.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 2075 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA.

UNIDADE: 2075 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda.

Função: 8 Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 26 – Assistência Social Geral

Ação: 2.23 Contribuições para a APAE

Despesa LOA: 195 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Lebon Régis, 09 de dezembro de 2020.

IVONEI GOIS QUERINO

Presidente

OSVALDO SIQUEIRA

1º Secretário

Lindóia do Sul

PREFEITURA

125-2020 EXTRATO DE CONTRATO

Publicação Nº 2753920

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 125/2020

1º TA AO CONTRATO 103/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato: Contratado: FORMATTO ENGENHARIA LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 42/2019 TOMADA DE PREÇOS: 02/2020

Objeto: objetivando a reprogramação do valor contratual, acréscimo.

Valor: 65.219,04

Vigência: 26 de abril de 2020.

Assinatura: 04 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

EXTRATO DE DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 25/2020

Publicação Nº 2753412

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL/SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de combustíveis (óleo diesel S10, gasolina comum, etanol) e arla, de forma parcelada para o exercício de 2021, para o abastecimento da frota da Prefeitura de Lindóia do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "D" parte integrante deste Edital.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Tipo: Menor Preço por item

Sistema de Registro de Preços

Recebimento das propostas até: as 08h15min do dia 28/12/2020, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, Centro, junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC.

Abertura: dia 28/12/2020 as 08h30min

Informações complementares: O edital na íntegra estará disponível dos interessados na home page www.lindoiadosul.sc.gov.br

Lindóia do Sul - SC, 10 de dezembro de 2020.

Flavio Luiz Benini Prefeito em Exercício de Lindóia do Sul

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA N.º 04/2020 - FMAS**

Publicação N° 2753264

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2020

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação da pessoa física ÁUREA MARIA GESSER GORGES, através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a Lei nº 8.666/93, a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL TIPO APARTAMENTO TÉRREO, SITUADO NA LOCALIDADE DA RUA NICOLAU SCHMITZ, Nº 142, APARTAMENTO 02, BAIRRO VILA DO SALTO, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC. Dê-se ciência.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 27 de novembro de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA DISPENSA N.º 04/2020 - FMAS

Publicação N° 2753258

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 08/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2020

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL TIPO APARTAMENTO TÉRREO, SITUADO NA LOCALIDADE DA RUA NICOLAU SCHMITZ, Nº 142, APARTAMENTO 02, BAIRRO VILA DO SALTO, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC.

FORNECEDOR: ÁUREA MARIA GESSER GORGES (CPF: 006.193.999-45).

Luiz Alves, 27 de novembro de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 13/2020 - FMAS

Publicação N° 2753222

EXTRATO DO CONTRATO N.º 13/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES - CNPJ n.º 11.301.643/0001-91.

Contratado: AUREA MARIA GESSER GORGES – CPF nº 006.193.999-45.

Do objeto: locação de imóvel, localizada na Rua Nicolau Schmitz, n.º 142, Apartamento 02, Bairro Vila do Salto, no município de Luiz Alves/SC, com a finalidade de utilização para instalação do Conselho Tutelar do Município, em atendimento ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC de n.º 06.2015.00004944-1.

Dos valores: Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 11.664,00 (onze mil e seiscentos e sessenta e quatro reais).

Da vigência: O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

Luiz Alves, 27 de novembro de 2020.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 431/2020

Publicação Nº 2752464

PORTARIA N.º 431/2020

Altera as Portarias n.º 422/2020 e n.º 428/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Portaria n.º 422, de 29 de outubro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª HELENA PEREIRA MICHELMANN, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar a função de enfermeira - ESF, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018, pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Fica alterado o artigo 1º da Portaria n.º 428, de 12 de novembro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª HELENA PEREIRA MICHELMANN, a pedido desta, do cargo de enfermeira - ESF, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 433/2020

Publicação Nº 2752469

PORTARIA N.º 433/2020

Altera regime de trabalho de servidora pública municipal, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos do Decreto Municipal n.º 83/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Recomendação n.º 8021/2020 do Ministério Público do Trabalho, que recomenda à Administração Pública garantir às gestantes, independentemente da idade gestacional, a realização de suas atividades laborais na modalidade remota (home office);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 83/2020, que dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho especial a ser desenvolvido pelos servidores públicos municipais em decorrência da situação emergencial para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos do inciso I do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 83/2020, o regime de trabalho da servidora Sr.ª ANDRÉA ALTINI, assistente social, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, para desempenhar suas atividades na modalidade remota, com cumprimento de jornada de trabalho por meio de atividades não presenciais.

Art. 2º O regime de trabalho remoto perdurará enquanto estiverem mantidas as medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19, estabelecidas no Decreto Municipal n.º 199/2020, podendo ser alterada, a qualquer tempo, a critério e necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 20 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 434/2020

Publicação N° 2752473

PORTARIA N.º 434/2020

Concede licença-prêmio à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 107 da Lei Complementar Municipal n.º 26, de 15 de agosto de 2019, que dispõe sobre a organização do Magistério Público Municipal de Luiz Alves, permitindo a concessão de licença prêmio de 90 (noventa) dias corridos ao servidor efetivo, após cada quinquênio de exercício no magistério;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 235, de 13 de novembro de 2020, que regulamentou o artigo 107 da Lei Complementar Municipal n.º 26/2019, estabelecendo critérios para a concessão de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio à servidora efetiva Sr.ª SANDRA MARIA RECH, professora de artes, com início no dia 17 de novembro de 2020 e término no dia 14 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 20 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 435/2020

Publicação N° 2752475

PORTARIA N.º 435/2020

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. DOUGLAS REICHERT, engenheiro florestal junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 17 de dezembro de 2020 e término no dia 26 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 436/2020

Publicação N° 2752477

PORTARIA N.º 436/2020

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. DOUGLAS REICHERT, engenheiro florestal junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 28 de dezembro de 2020 e término no dia 16 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 24 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 437/2020

Publicação N° 2752479

PORTARIA N.º 437/2020
Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. VANDRIGO AGLIBERTO WUST, assistente administrativo junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 23 de dezembro de 2020 e término no dia 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 24 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 438/2020

Publicação N° 2752480

PORTARIA N.º 438/2020
Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. VALDÉCIO LUIZ RONCÁLIO, médico veterinário junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 21 de dezembro de 2020 e término no dia 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 24 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 439/2020

Publicação N° 2752483

PORTARIA N.º 439/2020

Concede férias a Secretário Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sr. RONIVANDRO EDSON PICCINI, com início no dia 17 de dezembro de 2020 e término no dia 10 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 440/2020

Publicação N° 2752485

PORTARIA N.º 440/2020

Concede férias ao Diretor do Departamento de Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Diretor do Departamento de Meio Ambiente, Sr. EDER CAGLIONI, com início no dia 17 de dezembro de 2020 e término no dia 26 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 441/2020

Publicação N° 2752487

PORTARIA N.º 441/2020

Concede férias ao Diretor do Departamento de Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Diretor do Departamento de Meio Ambiente, Sr. EDER CAGLIONI, com início no dia 28 de dezembro de 2020 e término no dia 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 442/2020

Publicação N° 2752489

PORTARIA N.º 442/2020

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Sr. EDER DE LARA, motorista junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 21 de dezembro de 2020 e término no dia 07 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 443/2020

Publicação N° 2752492

PORTARIA N.º 443/2020

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. RIVAIR NEUFELDT, operador de máquina junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 21 de dezembro de 2020 e término no dia 25 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 444/2020

Publicação N° 2752493

PORTARIA N.º 444/2020

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. RIVAIR NEUFELDT, operador de máquina junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 28 de dezembro de 2020 e término no dia 11 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 445/2020

Publicação N° 2752495

PORTARIA N.º 445/2020
Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª CLÁUDIA DEBATIN, médica veterinária junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 07 de dezembro de 2020 e término no dia 11 de dezembro de 2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 24 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 446/2020

Publicação N° 2752497

PORTARIA N.º 446/2020
Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª ELAINE APARECIDA SCHWEITZER, dentista junto à Secretaria Municipal de Saúde, com início no dia 1º de dezembro de 2020 e término no dia 30 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 24 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 447/2020

Publicação Nº 2752499

PORTARIA N.º 447/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª ELAINE APARECIDA SCHWEITZER, dentista junto à Secretaria Municipal de Saúde, com início no dia 04 de janeiro de 2021 e término no dia 13 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 449/2020

Publicação Nº 2752501

PORTARIA N.º 449/2020

Rescinde contrato de estagiária de ensino superior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a estagiária Sr.ª POLIANA CORRÊA DA SILVA, a pedido desta, vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 27 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 450/2020

Publicação Nº 2752502

PORTARIA N.º 450/2020

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª JOSIANE KARINA BORCK, a pedido desta, do cargo de enfermeira, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 451/2020

Publicação N° 2752503

PORTARIA N.º 451/2020
Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª JOSIANE KARINA BORCK, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar a função de enfermeira - ESF, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 1º de dezembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 30 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 454/2020

Publicação N° 2752507

PORTARIA N.º 454/2020
Concede férias aos Diretores do Departamento Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos Diretores do Departamento Administrativo abaixo elencados, vinculados à Secretaria Municipal de Administração, com início no dia 29 de dezembro de 2020 e término no dia 11 de janeiro de 2021.

I - PAULO DE OLIVEIRA DA SILVA;

II – EDNA KULKAMP DA SILVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 30 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 458/2020

Publicação N° 2752513

PORTARIA N.º 458/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª TEREZINHA ODETE HABITZREITER, zeladora junto à Secretaria Municipal de Administração, com início no dia 14 de dezembro de 2020 e término no dia 12 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 459/2020

Publicação N° 2752516

PORTARIA N.º 459/2020

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Sr. APARECIDO CARLOS DA SILVA, operário braçal junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, com início no dia 21 de dezembro de 2020 e término no dia 30 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 461/2020

Publicação N° 2752519

PORTARIA N.º 461/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª ANA BEATRIZ DE PAULA, assistente social junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 04 de janeiro de 2021 e término no dia 13 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 30 de novembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 462/2020

Publicação N° 2752522

PORTARIA N.º 462/2020
Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.^a NAIANE LUCIANI, recepcionista junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 17 de dezembro de 2020 e término no dia 26 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 30 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 463/2020

Publicação N° 2752524

PORTARIA N.º 463/2020
Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.^a NAIANE LUCIANI, recepcionista junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 28 de dezembro de 2020 e término no dia 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 30 de novembro de 2020.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

10º TERMO DE APOSTILAMENTO AO ARP N° 167/2019

Publicação N° 2754044

10º TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML N° 167/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 097/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 070/2019

Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, nos termos da Portaria nº 097/20 de 26 maio de 2020, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. ITAMAR TONETTO, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.174.411-19, e portador da cédula de identidade RG nº 8.363.186-4, denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Beira Rio, nº 988, Centro, no Município de Herval D'Oeste, CEP; 89.010-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.833.501/0001-47, neste ato representado por seu sócio/gerente, Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 737.459.109-32, portador da cédula de identidade nº 1.703.356, denominado FORNECEDOR 2, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, § 8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 167/2019, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 167/2019, a partir de 11 de dezembro de 2020, reajustar o valor do item:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unit. Reajustado
3	L	Diesel S10	R\$ 3,669

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de novembro de 2020.

ITAMAR TONETTO
MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATANTE

IVO CARLOS HACK JUNIOR
POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 02-2020 - ANA CLAUDIA HERMANN

Publicação N° 2752754

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO
1º Termo Aditivo do Contrato N° 002/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ANA CLAUDIA HERMANN, brasileira, união estável, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.708.406 e inscrita no CPF/MF sob o nº 077.487.989-07, residente e domiciliada na Rua Cecília Roweder, sn, Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ANA CLAUDIA HERMANN CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 03-2020 - ANDRÉA RIEPE PIRES MIOTTO

Publicação Nº 2752762

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato Nº 003/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ANDRÉA RIEPE PIRES MIOTTO, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 3.802.950-2 e inscrita no CPF/MF sob nº 004.867.249-13, residente e domiciliada na Av. Ayrton Senna da Silva, 190, Bairro Jardim Alvorada, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ANDRÉA RIEPE PIRES MIOTTO CONTRATADA
-------------------------------------	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 05-2020 - DENISE DETOFENO ANTES

Publicação Nº 2752767

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato Nº 005/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e DENISE DETOFENO ANTES, brasileira, casada, professora, portadora da cédula

de identidade nº 3.158.732 e inscrita no CPF/MF sob nº 016.387.609-69, residente e domiciliada na Rua Floriano Peixoto, 60, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	DENISE DETOFENO ANTES CONTRATADA
-------------------------------------	-------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 06-2020 - FLAVIA MEURER

Publicação Nº 2752770

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO
1º Termo Aditivo do Contrato Nº 006/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e FLÁVIA MEURER, brasileira, separada, professora, portadora da cédula de identidade nº 8.241.946 e inscrita no CPF/MF sob nº 645.662.182-87, residente e domiciliada na Rua Nair Souza, 90, Loteamento Suzana, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	FLÁVIA MEURER CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 07-2020 - GRACIELE SANDRA PLOSS FUHR

Publicação Nº 2752772

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**1º Termo Aditivo do Contrato Nº 007/2020**

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e GRACIELE SANDRA PLOSS FUHR, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.289.770 e inscrita no CPF/MF sob nº 037.800.949-40, residente e domiciliada na Rua Hercílio Luz, 91, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	GRACIELE SANDRA PLOSS FUHR CONTRATADA
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 08-2020 - ITALO VICENTE VIVAN

Publicação Nº 2752774

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**1º Termo Aditivo do Contrato Nº 008/2020**

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ITALO VICENTE VIVAN, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade nº 5.464.939 e inscrito no CPF/MF sob nº 052.403.379-00, residente e domiciliado na Rua Oscar Baller, 103, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ITALO VICENTE VIVAN CONTRATADO
-------------------------------------	-----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 09-2020 - JÉSSICA TALYTA RIBEIRO

Publicação Nº 2752776

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**1º Termo Aditivo do Contrato Nº 009/2020**

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e JÉSSICA TALYTA RIBEIRO, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.708.693 e inscrita no CPF/MF sob nº 090.150.989-21, residente e domiciliada na Rua Manoel da Costa, 147, Bairro Frei Bruno, na cidade de Joaçaba/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	JÉSSICA TALYTA RIBEIRO, CONTRATADA
-------------------------------------	---------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 10-2020 - MARIA REGINA FALCHETTI

Publicação Nº 2752779

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**1º Termo Aditivo do Contrato Nº 010/2020**

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e MARIA REGINA FALCHETTI, brasileira, união estável, professora, portadora da cédula de identidade nº 3.158.895 e inscrita no CPF/MF sob nº 016.396.529-30, residente e domiciliada na Rua Nair Souza, 120, Loteamento Suzana, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	MARIA REGINA FALCHETTI CONTRATADA
-------------------------------------	--------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 11-2020 - PÂMELA TERÊNCIO DA SILVA

Publicação N° 2752783

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato N° 011/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e PÂMELA TERÊNCIO DA SILVA, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.488.599 e inscrita no CPF/MF sob nº 066.670.349-30, residente e domiciliada na Linha Leãozinho, S/N, Interior, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	PÂMELA TERÊNCIO DA SILVA CONTRATADA
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 12-2020 - PATRÍCIA DE FREITAS

Publicação N° 2752785

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato N° 012/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e PATRÍCIA DE FREITAS, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.708.465 e inscrita no CPF/MF sob nº 068.806.849-98, residente e domiciliada na Rua José Rupp, S/N, Bairro Jardim José Rupp, na cidade de Herval D'Oeste/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	PATRÍCIA DE FREITAS CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 14-2020 - ROBERTA DA SILVA TEODORO DALLA COSTA

Publicação Nº 2752793

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato Nº 014/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ROBERTA DA SILVA TEODORO DALLA COSTA, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.692.717 e inscrita no CPF/MF sob nº 039.038.319-80, residente e domiciliada na Rua Dois Irmãos, 431, Centro, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ROBERTA DA SILVA TEODORO DALLA COSTA CONTRATADA
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 15-2020 - VALI CAROLINA SPIER

Publicação Nº 2752797

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato Nº 015/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e VALI CAROLINA SPIER, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.621.879 e inscrita no CPF/MF sob nº 052.471.169-09, residente e domiciliada na Rua Nair Souza, 71, Loteamento Suzana, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	VALI CAROLINA SPIER CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 17-2020 - ZÉLIA VICENTE DE AMORIM ANTUNES

Publicação Nº 2752807

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato Nº 017/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ZÉLIA VICENTE DE AMORIM ANTUNES, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 3.153.383 e inscrita no CPF/MF sob nº 844.982.349-87, residente e domiciliada na Rua Sigmunt Vesoloski, 399, Bairro Santa Tereza, na cidade de Joaçaba/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ZÉLIA VICENTE DE AMORIM ANTUNES CONTRATADA
-------------------------------------	---

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 23-2020 - GUSTAVO VALMÓRBIDA

Publicação Nº 2752813

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1º Termo Aditivo do Contrato Nº 023/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e GUSTAVO VALMÓRBIDA, brasileiro, solteiro, professor de educação física, portador da cédula de identidade nº 4.954.822 e inscrito no CPF/MF sob nº 090.928.329-01, residente e domiciliado na Rua Benno Dresch, 75, Vila Alemanha, na cidade de LUZERNA/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	GUSTAVO VALMÓRBIDA CONTRATADO
-------------------------------------	----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

1º TERMO ADITIVO A ARP FMS 019/2019

Publicação Nº 2753923

1º TERMO DE ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 019/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2020, presentes de um lado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo neste ato representado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, Sra. GABRIELA MAZZARINO, brasileira, solteira, enfermeira, inscrita no CPF/MF sob o nº 059.797.959-60 e portadora da cédula de identidade RG nº 5.007.836 SSPSC, denominada de CONTRATANTE e LEVIM DROGARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.780.811/0001-60, com endereço a Rua Vigário Frei João nº 22 Centro, em Luzerna/SC, CEP: 89.609-000, representado por seu sócio proprietário VINICIUS KAEFER, brasileiro, solteiro, farmacêutico, portador da cédula de identidade nº 5.276.942 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 058.701.259-52, denominado FORNECEDOR 1, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO ao REGISTRO DE PREÇO DESTINADO À AQUISIÇÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, EXCETO OS RELACIONADOS NA LISTA BÁSICA DA FARMÁCIA MUNICIPAL, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O ANO DE 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, sem aplicação de reajuste para o item 1 (medicamentos éticos), prorrogar o prazo de vigência da Ata FMS nº 019/2019, passando a vigorar de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Ação (s): 05.001.10.302.0500.2507 – Assistência Farmacêutica de Média Complexidade
Modalidade de Aplicação (s): 3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas
Fonte (s): 002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e nos Termos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de dezembro de 2020.

GABRIELA MAZZARINO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE

VINICIUS KAEFER
LEVIM DROGARIA LTDA ME
FORNECEDOR 1

Testemunhas:

1. ----- 2. -----

1º TERMO ADITIVO A ARP FMS 020/2019

Publicação Nº 2753925

1º TERMO DE ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 020/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro do ano de 2020, presentes de um lado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo neste ato representado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, Sra. GABRIELA MAZZARINO, brasileira, solteira, enfermeira, inscrita no CPF/MF sob o nº 059.797.959-60 e portadora da cédula de identidade RG nº 5.007.836 SSPSC, denominada de CONTRATANTE e COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.212.113/0353-10, com endereço a Av. Santos Dumont, nº 704, Centro, em Herval D'Oeste/SC, CEP: 89.610-000, representado por sua representante legal LUANA CAMPAGNOLO, portadora da cédula de identidade nº 4334773 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 067.284.859-70, doravante denominado FORNECEDOR 2, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO ao REGISTRO DE PREÇO DESTINADO À AQUISIÇÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, EXCETO OS RELACIONADOS NA LISTA BÁSICA DA FARMÁCIA MUNICIPAL, PARA OS PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O ANO DE 2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, sem aplicação de reajuste para os itens 2 e 3 (medicamentos genéricos e medicamentos similares), prorrogar o prazo de vigência da Ata FMS nº 020/2019, passando a vigorar de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA DOTAÇÃO**

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Ação (s): 05.001.10.302.0500.2507 – Assistência Farmacêutica de Média Complexidade
Modalidade de Aplicação (s): 3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas
Fonte (s): 002 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato e nos Termos Aditivos permanecem inalteradas.
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de dezembro de 2020.
GABRIELA MAZZARINO
SECRETÁRIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE

LUANA CAMPAGNOLO
COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA
FORNECEDOR 2

Testemunhas:

1. ----- 2. -----

1º TERMO ADITIVO A ARP PML 064/2020

Publicação Nº 2753442

1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 064/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020

Aos 10 (dez) dias do mês de dezembro do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC neste ato representado pelo Secretário Municipal Sr. ALCIR JOÃO DENARDI, brasileiro, maior e capaz, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 194.688.499-53, e portador da cédula de identidade, denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA JOAÇABA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tirolesa, 600, na cidade de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.306/0001-47, neste ato representada por seu sócio administrador SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 1.122.749 e inscrito no CPF/MF sob o nº 139.433.329-34; denominado de FORNECEDOR 01 -, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO AO REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE BRITAS E DERIVADOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA PRORROGAÇÃO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com concordância de ambas as partes, aditar em 25% (vinte por cento) o item 4 (pedrisco) correspondente a 250 (duzentos e cinquenta) toneladas, sem alteração de valor unitário, conforme estabelecido na Cláusula Décima Primeira da mencionada Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA DOTAÇÃO**

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação (s):

04.007.15.782.0400.2407 – Manutenção dos serviços da área rural

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90 Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte(s):

000 – Recursos Ordinários

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Termos Aditivos permanecem inalteradas. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 10 de dezembro de 2020.

ALCIR JOÃO DENARDI

Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

CONTRATANTE

SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER
PEDREIRA JOAÇABA LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 01-2020 - ALLAN MOTT

Publicação N° 2752752

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato N° 001/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ALLAN MOTT, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade nº 5.464.360 e inscrito no CPF/MF sob nº 059.557.279-06, residente e domiciliado na Vila Kennedy, S/N, Interior, na cidade de Luzerna/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ALLAN MOTT CONTRATADO
-------------------------------------	--------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 04-2020 - ANDRESSA STREY

Publicação Nº 2752765

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato Nº 004/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ANDRESSA STREY, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.008.780 e inscrita no CPF/MF sob nº 081.159.609-50, residente e domiciliada na Rua André Szeremetta, 135, Bairro Jardim José Rupp, na cidade de Herval D'Oeste/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ANDRESSA STREY CONTRATADA
-------------------------------------	------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 13-2020 - PRISCILA DANIELE VANNI

Publicação Nº 2752787

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato Nº 013/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e PRISCILA DANIELE VANNI, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.337.342 e inscrita no CPF/MF sob nº 053.806.359-97, residente e domiciliada na Rua Jacob Reinter, 245, Centro, na cidade de Treze Tílias/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	PRISCILA DANIELE VANNI CONTRATADA
-------------------------------------	--------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 16-2020 - VANESSA ALBERTI WILLMSEN

Publicação Nº 2752801

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato Nº 016/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e VANESSA ALBERTI WILLMSEN, brasileira, casada, professora, portadora da cédula de identidade nº 4.756.600 e inscrita no CPF/MF sob nº 063.112.489-64, residente e domiciliada na Rua São Roque, 465, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	VANESSA ALBERTI WILLMSEN CONTRATADA
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 19-2020 - JORGE JAIR ALVES JUNIOR

Publicação Nº 2752811

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato Nº 019/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e JORGE JAIR ALVES JUNIOR, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade nº 7.234.755 e inscrito no CPF/MF sob nº 111.739.689-46, residente e domiciliado na Linha Limeira, sn, Interior, na cidade de LUZERNA/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	JORGE JAIR ALVES JUNIOR CONTRATADO
-------------------------------------	---------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 25-2020 - ANDRE PEREIRA MECKING

Publicação N° 2752814

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato N° 025/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e ANDRE PEREIRA MECKING, brasileiro, em união estável, professor, portador da cédula de identidade nº 21.111.386-5 e inscrito no CPF/MF sob nº 109.527.297-76, residente e domiciliado na Rua Felipe Schmidt, 296, apto 106 – Centro, na cidade de Joaçaba/SC, doravante designado CONTRATADO, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	ANDRE PEREIRA MECKING CONTRATADO
-------------------------------------	-------------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 26-2020 - HELOISE ANA HEINECK

Publicação N° 2752817

CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2º Termo Aditivo do Contrato N° 026/2020

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Linha Nogueira, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONTRATANTE e HELOISE ANA HEINECK, brasileira, solteira, professora, portadora da cédula de identidade nº 5.895.773 e inscrita no CPF/MF sob nº 094.807.349-74, residente e domiciliada na Rua Do Progresso, sn, Bairro Jardim Morada dos Sol, na cidade de Herval D' Oeste/SC, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda (vigência) passando, a partir desta data, a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Contrato vigorará de 19/12/2020 a 17/12/2021, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE LUZERNA CONTRATANTE	HELOISE ANA HEINECK CONTRATADA
-------------------------------------	-----------------------------------

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

3º TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 024/2019

Publicação Nº 2753820

3º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 024/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de 2020, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, neste ato representado pelo Sr. ITAMAR TONETTO (conforme Portaria nº 097/20), brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.174.411-19, e portador da cédula de identidade RG nº 8.363.186-4, denominado CONTRATANTE e a empresa AEROMETRICS TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.254.708/0001-74, com sede na Rua Engenheiro Roberto Fischer, 208, Cidade Industrial, Curitiba/PR, neste ato representado por sua administradora ROSIMERE SPECK BIANCHIN, brasileira divorciada, empresária, portadora da cédula de identidade nº 3039732 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 864.657.839-91, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO AO REGISTRO DE PREÇO DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE SOFTWARE INTEGRADA COM HARDWARES ESPECÍFICOS E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA GESTÃO TERRITORIAL E DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS; COM OUTSOURCING DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS ATRAVÉS DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO VALOR**

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, aditar em aproximadamente 11,79% o valor correspondente a R\$ 25.970,00 (vinte e cinco mil novecentos e setenta reais), conforme estabelecido na supramencionada Ata e da justificativa anexa.

O CONTRATADO, doará ao CONTRATANTE a licença vitalícia do Sistema GIS-4D e uma TV 4K a qual compõem respectivamente os itens 1.1 e 2.7, os quais inicialmente seriam locados a municipalidade.

CLÁUSULA SEGUNDA**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação: 03.002.04.122.0300.2.302-Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA TERCEIRA**DA RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento. E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Luzerna/SC, 07 de dezembro de 2020.

ITAMAR TONETTO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

CONTRATANTE

ROSIMERE SPECK BIANCHIN

AEROMETRICS TECNOLOGIA LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

DECRETO 3027

Publicação Nº 2754331

DECRETO Nº 3027 de 10 de dezembro de 2020.

“ATUALIZA PREÇOS PÚBLICOS PARA CONCESSÃO DE USO DOS TERRENOS NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL FREI BRUNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005,

DECRETA:

Art.1º- Ficam atualizados os preços públicos para a concessão de uso dos terrenos no CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL FREI BRUNO,

alterando-se os valores atuais dos Anexos I e II, criados pela Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005, aplicando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor de 5,20% (cinco vírgula vinte por cento), verificado no período de dezembro de 2019 a novembro de 2020.

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005 - valores atualizados pelo Decreto nº 3027 de 10 de dezembro de 2020.

ANEXO I

CÁLCULO DO VALOR DOS TERRENOS DO CEMITÉRIO

PARTE EM USO

TIPO	VALOR (R\$) POR TIPO
TÚMULO DUPLO	663,02
TÚMULO SIMPLES	308,78

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Lei nº 613 de 29 de setembro de 2005 - valores atualizados pelo Decreto nº 3027 de 10 de dezembro de 2020.

ANEXO II

CÁLCULO DO VALOR DOS TERRENOS DO CEMITÉRIO

PARTE NOVA

TIPO	DIMENSÕES DO TERRENO (cm)	ÁREA POR TERRENO (m2)	VALOR (R\$) POR TIPO
JAZIGO	290x290	8,410	2.475,20
TÚMULO DUPLO	250x225	5,625	1.237,59
TÚMULO SIMPLES	250x135	3,375	618,83

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 3028

Publicação Nº 2754332

DECRETO Nº 3028 de 10 de dezembro de 2020.

“FIXA ÍNDICE DE CORREÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art.413 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 072 de 21 de agosto de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Ficam corrigidos monetariamente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE, do período de dezembro de 2019 a novembro de 2020, no percentual de 5,20% (cinco vírgula vinte por cento) todos os débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias, bem como todos os demais valores utilizados como base de cálculo ou referência de cálculo de valor de tributos ou de penalidades integrantes dos demonstrativos e tabelas do Código Tributário Municipal, passando a UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ 102,31 (cento e dois reais e trinta e um centavos) para R\$ 107,63 (cento e sete reais e sessenta e três centavos).

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 086/2020 - PE 054/2020 - AGENDAS ESCOLARES - PML

Publicação Nº 2753932

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 086/2020 - PML

Pregão Eletrônico nº 054/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representada neste ato pela Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, referente a confecção e fornecimento de agendas escolares personalizadas, para os alunos da educação infantil e ensino fundamental da Escola Municipal São Francisco, em conformidade com as especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

O Pregão Eletrônico será processado através do sistema BLL: www.bll.org.br

Recebimento das propostas: do dia 14/12/2020 a partir das 13h até o dia 23/12/2020 às 13h.

Abertura das propostas: dia 23/12/2020 às 13h.

Início da sessão de disputa de lances: dia 23/12/2020 às 13h45min.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (www.bll.org.br) e do Município de Luzerna (www.luzerna.sc.gov.br).

PL 087/2020 - PE 055/2020 - LIVROS DE INGLÊS - PML

Publicação Nº 2753936

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 087/2020 - PML

Pregão Eletrônico nº 055/2020 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representada neste ato pela Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à aquisição de livros de inglês para as aulas da educação infantil e do ensino fundamental da Escola Municipal São Francisco, para o ano letivo de 2021, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

O Pregão Eletrônico será processado através do sistema BLL: www.bll.org.br

Recebimento das propostas: do dia 14/12/2020 a partir das 13h até o dia 23/12/2020 às 16h.

Abertura das propostas: dia 23/12/2020 às 16h.

Início da sessão de disputa de lances: dia 23/12/2020 às 16h45min.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (www.bll.org.br) e do Município de Luzerna (www.luzerna.sc.gov.br).

PORTARIA 198/20

Publicação Nº 2752425

PORTARIA Nº 198/20 de 09 de Dezembro de 2020.

“MANTÉM READAPTAÇÃO DA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 39, II e 41 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- MANTER A READAPTAÇÃO, até a data consignada pelo médico do trabalho e laudo da próxima avaliação pericial, em conformidade com a mais recente avaliação médico-pericial, da servidora abaixo relacionada, sem prejuízo de seus vencimentos, em virtude de apresentarem restrições médicas:

Servidor	Cargo de origem	Função exercida	Readaptado até
Claudete Bressan	Professora	Auxiliar de biblioteca e Professora de recuperação	09/12/2021

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de dezembro de 2020.

Luzerna(SC), 09 de Dezembro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

DECRETO N° 4423

Publicação N° 2752637

DECRETO N° 4423

DATA: 08.12.2020

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL "NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS".

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que o estabelecimento de Educação Infantil está localizado na Rua Pioneiro Alfredo Pereira - Bairro Vila Ivete, neste Município.

DECRETA

Art. 1º - Cria o Centro de Educação Infantil Municipal "NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS".

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 08 de Dezembro de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N° 4427

Publicação N° 2753234

DECRETO N° 4427

Data: 10.12.2020.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA – IPMM.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Nomeia os membros do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM, conforme segue:

I – REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL:

A) TITULARES:

ROSEMARI BARBOSA;

MAYSA PIMENTEL DZUS;

JAQUELINE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA;

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO.

B) SUPLENTE:

ROZANE MARIA NISSOLA TEIXEIRA;

MEIRIANE DO RÓCIO PORTELA;

JOSÉ DIOGO SANTOS DE OLIVEIRA;

JUN FERNANDO KATO.

II – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – ASPM:

A) TITULARES:

DIRCELIA PILZ MAZUR;

ROGÉRIO DE BARROS.

B) SUPLENTE:

ANDREA LEAL DE BARROS;

CLAUDIO RAFAEL PLONKOSKI.

III – REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES:

A) TITULARES:

ERONI TEREZINHA MACHADO;
JOYCE ZANETTI SILVA.

B) SUPLENTE:

JACQUELINE SCHULTZ;
LUIZ ROBERTO DA COSTA CECCON.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 10 de dezembro de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4428

Publicação Nº 2753237

DECRETO Nº 4428

Data: 10.12.2020.

**NOMEIA OS MEMBROS DO
CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO
DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO
DE MAFRA – IPMM.**

O Prefeito do Município de Mafra, **WELLINGTON ROBERTO BIELECKI**, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Nomeia os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM, conforme segue:

**I – REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS – ASPM:**

- A) TITULAR: CLAUDIOMAR ZATERA;
- B) SUPLENTE: ARI DE MEDEIROS RAMOS/

II – REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES - SINDISERV:

- A) TITULAR: JANAÍNA SCHULTZ;
- B) SUPLENTE: PAULO CÉSAR VIEIRA MARTINS;

III – REPRESENTANTES DOS APOSENTADOS:

- A) TITULAR: ALTAMIRO JOSÉ SEVERINO BAUER;
- B) SUPLENTE: PEDRO FERNANDO MARTINS SWARCA;

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 10 de dezembro de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 160/2020

Publicação N° 2752836

DECRETO N° 160 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE RECURSOS PRÓPRIO POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal n° 1191 de 10 de janeiro de 2020 - LOA 2020 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.062	Atenção Básica
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	21	Recurso 103
VALOR: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)		

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Atenção as Famílias
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	18	Recurso 103
VALOR: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 09 de Dezembro de 2020.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 09 de Dezembro de 2020.

ALCIR DALMOLIM DA SILVA
Secretário de Administração - Interino

PORTARIA 147/2020

Publicação N° 2752833

Portaria N° 147, de 7 de dezembro de 2020.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor público nomeado para exercer o cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos - ACT, DIORGENES TEIXEIRA CAMPO, CPF 009.531.709-00, matrícula N° 2665, nascido em 23 de novembro de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Contrato Administrativo de Serviço Temporário n° 056/2020.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 7 de dezembro de 2020.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 7 de dezembro de 2020.

ALCIR DALMOLIM DA SILVA

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 841/2020

Publicação Nº 2752349

DECRETO Nº 841, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
Dispõe sobre recesso e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado recesso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino do dia 28 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura manterá atendimento normal nos dias do recesso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de dezembro de 2020.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 165/2020

Publicação Nº 2753737

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

EXTRATO DE REPASSE

Chamamento Público n. 008/2020

Processo Licitatório n. 165/2020

Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 051/2020

O Departamento de Cultura, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a premiação de agentes culturais da sociedade civil, sendo eles pessoa física, pessoa jurídica (MEI) e grupos com constituição jurídica do Município de Maravilha – SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 20 de novembro de 2020.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 178/2020

Publicação Nº 2753266

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 178/2020 - Modalidade

Dispensa por Inexigibilidade n. 052/2020

Chamada Pública n. 005/2019

Contrato Administrativo n. 159/2020

Contratada: Instituto Santé.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha – SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviços médicos para atender a demanda do Município de Maravilha – SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha – SC, 10 de dezembro de 2020. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 179/2020

Publicação Nº 2753659

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 179/2020 - Modalidade

Dispensa por Inexigibilidade n. 053/2020

Chamada Pública n. 005/2019

Contrato Administrativo n. 160/2020

Contratada: Raimed Clínica de Diagnóstico por Imagem.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha – SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviços médicos para atender a demanda do Município de Maravilha – SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha – SC, 10 de dezembro de 2020. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 82.2020 - PORTAS E DIVISÓRIAS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Publicação Nº 2753230

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2020
VALIDADE: 10/12/2020 A 10/12/2021

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito em Exercício, Sr. VALDIR ZAPPELLINI, inscrito no CPF sob o nº 093.104.879-68, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2020, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela licitante cuja proposta comercial foi classificada:

LICITANTE PRESENTE	CNPJ
ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, neste ato representado por ERASMO PAVESI	73.379.026/0001-66

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PORTAS E DIVISÓRIAS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 298760 - ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA					
ITEM	PRODUTO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
7	PORTA DE ABRIR EM ALUMÍNIO TIPO VENEZIANA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, COM BATENTE, DOBRADIÇA E VISTA, INSTALADA EM LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO.	M2	52	R\$ 820,00	R\$ 42.640,00
8	PORTA DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR E=10MM, INSTALADA EM LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO.	M2	70	R\$ 600,00	R\$ 42.000,00
9	JOGO DE FERRAGENS NA COR PRETA OU BRANCA EM PINTURA ELETROSTÁTICA PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, UMA FOLHA COMPOSTA: DOBRADIÇA SUPERIOR E INFERIOR, TRINCO, FECHADURA, CONTRA-FECHADURA, COM CAPUCHINHO.	UNID	20	R\$ 730,00	R\$ 14.600,00
10	MOLA HIDRÁULICA DE PISO PARA VIDRO TEMPERADO E=10MM.	UNID	10	R\$ 1.240,00	R\$ 12.400,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 132.790,00					
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 132.790,00					

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: R\$ 132.790,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL E SETECENTOS E NOVENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado em 14 (quatorze) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, nos locais a serem indicados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;
- b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação em 14 (quatorze) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, nos locais a serem indicados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A licitante vencedora estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 01% (um por cento) do valor da ata de registro de preços por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20% (vinte por cento);

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas desta ata de registro de preços e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta comercial;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

d.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa;

f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba (SC).

7.2. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

a) A entrega/execução do objeto com atraso;

b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;

b) A não entrega/execução do objeto.

7.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.

7.5. As sanções previstas nesta ata de registro de preços, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.6. A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei Federal 8.666/93.

7.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

7.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.

7.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará à licitante a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.

7.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais atinentes à espécie.

7.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 196/2020 e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá ao Sr. Carlos Alexandre Baruffi, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 10 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
VALDIR ZAPPELLINI
CONTRATANTE
ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ERASMO PAVESI
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 83.2020 - SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA

Publicação Nº 2753283

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2020

VALIDADE: 10/12/2020 A 10/12/2021

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito em Exercício, Sr. VALDIR ZAPPELLINI, inscrito no CPF sob o nº 093.104.879-68, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2020, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela licitante cuja proposta comercial foi classificada:

LICITANTE PRESENTE	CNPJ
FROELICH & FROELICH LTDA EPP, neste ato representado por ERASMO KRISCHANSKI	09.420.711/0001-90

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 119954 - FROELICH & FROELICH LTDA EPP					
ITEM	PRODUTO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	TRATOR DE ESTEIRA - PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13,5 T, COM ESCARIFICADOR E LÂMINA ARTICULÁVEL POR SISTEMA HIDRÁULICO. (COM OPERADOR QUALIFICADO)	HORAS	200	R\$ 261,00	R\$ 52.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 52.200,00					
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 52.200,00					

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: R\$ 52.200,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser

prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado nos locais a serem determinados pela Administração Municipal quando da emissão da ordem de compra em, no máximo, 03 (três) dias consecutivos após a emissão da mesma.

3.1.1. O local de partida de todo e qualquer serviço prestado será contabilizado a partir da sede da Prefeitura de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

3.1.2. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da referida Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação nos locais a serem determinados pela Administração Municipal quando da emissão da ordem de compra em, no máximo, 03 (três) dias consecutivos após a emissão da mesma.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.12. Responsabilizar-se por despesas com motorista/operador, combustível e manutenção preventiva/corretiva do equipamento, se por ventura necessária.

5.13. O motorista/operador da licitante que operará o equipamento deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com a categoria exigida pela legislação de trânsito.

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, relativamente ao motorista/operador, quando se tratar de prestação de serviços, saldando-os na época própria, uma vez que o referido profissional não manterá nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.15. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência de espécie, for vítima o motorista/operador no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.16. Responsabilizar-se pelos danos sofridos pelo equipamento durante a execução da ata de registro de preços oriunda deste processo licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A licitante vencedora estará sujeita por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 01% (um por cento) do valor da ata de registro de preços por dia de atraso na prestação do serviço e/ou por atraso na adequação do serviço fornecido, limitado a 20% (vinte por cento);

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de quaisquer cláusulas deste edital e seus anexos, quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta comercial;

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

- d.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
 - d.2) Desatender às determinações da fiscalização;
 - e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa;
 - f) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
 - g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.
- 7.1.1. Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Massaranduba (SC).
- 7.2. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:
- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
 - b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
 - c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
 - d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.
- 7.3. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:
- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
 - b) A não entrega/execução do objeto.
- 7.4. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias.
- 7.5. As sanções previstas neste edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 7.6. A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei Federal 8.666/93.
- 7.7. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.
- 7.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata (situação que a licitante vencedora tem plena ciência e aceita para todos os fins), podendo, entretanto, conforme o caso, se processar a cobrança judicialmente.
- 7.9. A falta de pagamento da(s) multa(s) aplicada(s) mediante regular processo administrativo acarretará à licitante a suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública municipal direta e indireta, enquanto perdurar sua inadimplência, independente da instauração de novo processo, até o efetivo cumprimento da obrigação.
- 7.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas e/ou penais e/ou civis, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais atinentes à espécie.
- 7.11. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem

como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;

g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 200/2020 e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Isaias Kubnik e Pedrinho Osmar Spezia, que exercerão rigoroso controle em relação ao presente certame, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta ata determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba (SC), 10 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

VALDIR ZAPPELLINI

CONTRATANTE

FROEHLICH & FROEHLICH LTDA EPP

ERASMO KRISCHANSKI

CONTRATADA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 201.2020

Publicação Nº 2752641

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2020

ERRATA**1. ALTERA-SE O DESCRITIVO DO ITEM 22:****ONDE SE LÊ:**

22	CALÇADO OCUPACIONAL, CONFECCIONADO EM PVC, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ELÁSTICO, FORRO EM MATERIAL DE TECIDO E NÃO TECIDO. PALMILHA FIXADA PELO SISTEMA STROBEL CONFECCIONADA EM MATERIAL NÃO TECIDO, SOLADO À BASE DE PU (POLIURETANO) BIDENSIDADE COM RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. CALÇADO COM ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR) (E) E COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO DE CERÂMICA CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) (SRA). II) SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). APRESENTAR COM A PROPOSTA O CA IMPRESSO, CATÁLOGO COM FOTO E FICHA TÉCNICA E APRESENTAR CERTIFICAÇÃO IBTEC SELO CONFORTO.	UND	200	R\$ 90,77	R\$ 18.154,00
----	---	-----	-----	-----------	---------------

QUE SE LEIA:

22	CALÇADO OCUPACIONAL, CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ELÁSTICO, FORRO EM MATERIAL DE TECIDO E NÃO TECIDO. PALMILHA FIXADA PELO SISTEMA STROBEL CONFECCIONADA EM MATERIAL NÃO TECIDO, SOLADO À BASE DE PU (POLIURETANO) BIDENSIDADE COM RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL. CALÇADO COM ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR) (E) E COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO DE CERÂMICA CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) (SRA). II) SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). APRESENTAR COM A PROPOSTA O CA IMPRESSO, CATÁLOGO COM FOTO E FICHA TÉCNICA E APRESENTAR CERTIFICAÇÃO IBTEC SELO CONFORTO.	UND	200	R\$ 90,77	R\$ 18.154,00
----	---	-----	-----	-----------	---------------

Massaranduba (SC), 10 de dezembro de 2020.

CÍRIO MARTINI
PREGOEIRO

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2020**

Publicação Nº 2753889

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ONGRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO DESTE JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO, MONTAGEM, COMISSIONAMENTO E ATIVAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, NAS UNIDADES CONSUMIDORAS ESCOLARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I.

ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 22/12/2020.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do mesmo dia.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 3572-1121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, SC, 10 de dezembro de 2020 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

DECRETO 195/2020

Publicação Nº 2752454

DECRETO N.º 195/2020 – 10 de dezembro de 2020.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E RECESSO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica :

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 23 e 24, e recesso nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2020, exceto os serviços considerados essenciais e por sua natureza não podem ser paralisados.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 10 de dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Gabriele Aparecida Bendlin Auxiliar Administrativo	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

PORTARIA 597/2020

Publicação Nº 2753646

PORTARIA Nº 597/2020 – De 07 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TÉCNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, Designada para exercer a função como responsável do SETOR DE COMPRAR, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 598/2020

Publicação Nº 2753663

PORTARIA Nº 598/2020 – De 07 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NILSE GIELINSKI, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 599/2020

Publicação Nº 2753673

PORTARIA Nº 599/2020 – De 07 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ELIANE APARECIDA CASTILHO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional ADMINISTRATIVO na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, Designada para exercer a função de Fiscal da Vigilância Sanitária, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 600/2020

Publicação Nº 2753685

PORTARIA Nº 600/2020 – De 08 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 595/2020 que concedeu a servidora LUCIANE SCHEFFER GOMES, investida no cargo de provimento em

careira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO SEM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR SEM HABILITAÇÃO, designada para desempenhar a função de Professor Com Habilitação e Orientação Educacional, licença para tratamento de saúde, por liberação medica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 601/2020

Publicação Nº 2753689

PORTARIA Nº 601/2020 – De 09 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor EDIVAL BENDLIN, investido no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional TECNICO na categoria funcional ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, para desempenhar suas funções somente como secretário da Junta de Serviço Militar (JSM) e Agente de Identificação em período integral de segunda a sexta feira das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 602/2020

Publicação Nº 2753695

PORTARIA Nº 602/2020 – De 09 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCIO DE PAULA FLEIT, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de CARPINTEIRO, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 603/2020

Publicação N° 2753698

PORTARIA N° 603/2020 – De 09 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora LIDIANE LOURDES FREISLEBEN, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º23/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 604/2020

Publicação N° 2753704

PORTARIA N° 604/2020 – De 09 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CARLOS EVALDO MARSCHALK, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º23/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 605/2020

Publicação N° 2753711

PORTARIA N° 605/2020 – De 09 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor DALTON FAGUNDES, nomeado no cargo de provimento em Comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO, 05 (cinco) dias de Licença Paternidade, de conformidade com o insculpido no art. 150, da Lei Municipal n.º. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 606/2020

Publicação Nº 2753719

PORTARIA Nº 606/2020 – De 09 de Dezembro de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ELCIONE MARSCHALK, Investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de TECNICO EM SAUDE BUCAL, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Dezembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 241/2020

Publicação Nº 2753586

PORTARIA Nº 241/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs. 1.513/2002, 1.960/2010, 2.356/2018, e Edital de Concurso Público 001/2020 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria.

Considerando parecer jurídico.

Considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração a pedido do servidor Gilson Hister, até o momento, como não possuía concurso público, foi realizado a contratação deste período pelo processo seletivo 001/2018.

Considerando a reposição do cargo efetivo Gilson Hister do servidor conforme Lei Complementar nº173/2020 Art. 8 inciso IV.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para nomeação e posse no cargo de Motorista, o Sr. Vilmar da Silva, aprovado no Concurso Público nº 001/2020 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo, com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observado as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria deverá apresentar-se no prazo de 02 (Dois) dias a contar desta data, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos e/ou posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º desta portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 10 de Dezembro de 2020.

Registrado e Publicado na data supra:

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em: ____/____/____.

VILMAR DA SILVA

JANICE MARTINI MULLER

Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL DL N° 001/2020 E CT N° 001/2020

Publicação N° 2752859

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PROCESSO LICITATÓRIO N° 001/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2020. O Município de Mondaí – SC, através da Câmara Municipal de Vereadores, com sede administrativa à Avenida do Engenho, n° 130, Centro, a partir de seu Presidente, torna público a Dispensa de Licitação n° 001/2020, oriunda do Processo Administrativo n°. 001/2020 e, com fulcro no Art. 24, Inciso XXVI, da Lei n°. 8.666/1993, conforme a seguir: OBJETO: Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, pela CONTRATADA, relativos ao Sistema de Gestão das Câmaras de Vereadores - CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, conforme especificações constantes no edital. CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, CNPJ sob o n° 09.427.503/0001-12. VALOR TOTAL: R\$ 7.790,00 (sete mil setecentos e noventa reais). VIGÊNCIA: 31/12/2021. Mondaí – SC, 11 de dezembro de 2020. VOLMIR MIOTTO - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

CONTRATO: n° 001 de 11 de dezembro de 2020. ORIGEM: Processo Licitatório n° 001/2020. MODALIDADE: Dispensa de Licitação n° 001/2020. OBJETO: Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, pela CONTRATADA, relativos ao Sistema de Gestão das Câmaras de Vereadores - CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, conforme especificações constantes no edital. CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, CNPJ sob o n° 09.427.503/0001-12. VALOR TOTAL: R\$ 7.790,00 (sete mil setecentos e noventa reais). VIGÊNCIA: 31/12/2021. Mondaí – SC, 11 de dezembro de 2020. VOLMIR MIOTTO - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2020

Publicação Nº 2753602

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 09/2020

OBJETO: Contratação de empresa para TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DA PRAÇA BAIRRO SÃO CARLOS

ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA DE PREÇOS:

Hora/data: das 08:00 horas do dia 04 de janeiro de 2021 até às 13:15 horas do dia 04.janeiro de 2021.

DIA E HORA PARA INICIO DA ABERTURA DE ENVELOPES: início às 13:30 horas do dia 04 de janeiro de 2021 - Não havendo expediente na data fixada, fica a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo disposição em contrário.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551

Centro.HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.brd) e-Mail: licitacao@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 09 de dezembro 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

Publicação Nº 2754276

EXTRATO DE PROPOSIÇÕES

(RESOLUÇÕES N. 01 E 03/2020)

Sessão do Plenário Virtual de 10/12/2020

Mesa Diretora

Presidente: Volnir Stratmann (PSD)

Vice-Presidente: Ademir Valduga / MDB

1º Secretário: Dirceu de Souza / PSDB

2º Secretário: Luizinho Cordeiro / MDB

=====/
PROPOSIÇÕES ANALISADAS

Proposição: Projeto de Lei do Poder Executivo nº 32 de 2020.

Assunto: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2021 (LOA)

Vereadores presentes: Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente no exercício da Presidência); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Joel de Oliveira (PP); Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Ausentes, justificadamente: Volnir Stratmann - PSD (Presidente)

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, por maioria, com emenda.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Remessa ao Poder Executivo para providências.

=====/
REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA

Proposição: Projeto de Lei do Poder Executivo nº 39 de 2020.

Assunto: AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO

MUNICIPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Súmula da votação em Plenário: Requerimento de urgência, por maioria, acolhido. Designada tramitação do projeto na sessão do plenário virtual, com manifestação verbal das comissões/vereadores.

=====

Sessão do Plenário Virtual de 10/12/2020

Mesa Diretora

Presidente: Volnir Stratmann (PSD)

Vice-Presidente: Ademir Valduga / MDB

1º Secretário: Dirceu de Souza / PSDB

2º Secretário: Luizinho Cordeiro / MDB

=====

PROPOSIÇÕES ANALISADAS

Proposição: Projeto de Lei do Poder Executivo nº 39 de 2020.

Assunto: AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vereadores presentes: Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente no exercício da Presidência); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Joel de Oliveira (PP); Maria Cristina Dick Rigo – PSD e Thais Camile Frozza – PSDB

Ausentes, justificadamente: Volnir Stratmann - PSD (Presidente) e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Remessa ao Poder

Executivo para providências.

=====

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 224/2020

Publicação Nº 2753408

DECRETO Nº 224/2020, em 10 de Dezembro de 2020.

DISCIPLINA O TRÁFEGO DE VEÍCULOS BITREM E RODOTREM NA RODOVIA LIBERO FORTUNATO BORTOLATTO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO, que as infraestruturas viárias do Município não foram dimensionadas para receber tráfego de veículos bitrem e rodotrem;

CONSIDERANDO, que no trecho da proibição trata-se de via não pavimentada, e possuem aclives e declives bem acentuados;

CONSIDERANDO, que por inúmeras vezes vario veículos bitrem e rodotrem bloquearam a via por não conseguir fazer a subida dos aclives, prejudicando o fluxo de trânsito,

DECRETA:

Art. 1º Fica proibido a entrada, parada, estacionamento e circulação de veículos bitrem e rodotrem em toda a extensão da Rodovia Libero Fortunato Bortolatto, dentro do perímetro deste município, em qualquer dia ou hora.

Art. 2º A proibição prevista no artigo anterior não se aplica aos veículos destinados a:

I - manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de gás combustível canalizado, de telecomunicações, de comunicações telefônicas, de coleta e transporte de lixo, de cobertura jornalística e de transporte de valores;

II - transporte coletivo de passageiros;

III - manutenção, conservação e sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo de trânsito;

IV - socorro médico, incêndio, socorro mecânico de emergência. policiamento, fiscalização e operação de trânsito;

Art. 3º Determino a instalação de sinalização do local dando ampla divulgação quanto da proibição de veículos bitrem e rodotrem sobre a via que trata este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de 10 de fevereiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 10 de Dezembro de 2020

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

3638/2020

Publicação Nº 2754399

PORTARIA N º 3638 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.
EXONERA SERVIDOR POR FALECIMENTO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR FALECIMENTO, do cargo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, conforme certidão de óbito, MARIA DA GLORIA PEREIRA DA CRUZ, matrícula 63298601.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

3666/2020

Publicação Nº 2754403

PORTARIA N º 3666 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a LEILA DO SOCORRO SILVA DOS SANTOS SOUZA, matrícula 63302601, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de VIGIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de dezembro de 2020 e termina em 28 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

3667/2020

Publicação Nº 2754404

PORTARIA N º 3667 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a TATIANA LEAO DA SILVA, matrícula 63284701, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de VIGIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 01 de dezembro de 2020 e termina em 28 de fevereiro de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

3671/2020

Publicação Nº 2752897

PORTARIA Nº 3671 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020
CESSÃO DE SERVIDOR PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUMAN

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 07/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder a servidora CLÁUDIA ANGIOLETTI GABRIEL, Bióloga, Matrícula 19807-02, a Fundação Municipal de Meio Ambiente – FUMAN, a partir de 08/12/2020, pelo período de 12 meses, nos termos da lei nº 3105 de 24 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 08/12/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

3673/2020

Publicação Nº 2754405

PORTARIA Nº 3673 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) SUSIMERY MULLER, matricula 285103, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com inicio do afastamento em 08.12.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08.12.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
Secretario de Administração e Logística

3674/2020

Publicação Nº 2754406

PORTARIA Nº 3674 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) EDSON JOSE DOS SANTOS, matricula 4939805, ocupante do cargo de CONSELHO TUTELAR, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com inicio do afastamento em 05.12.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.12.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

3675/2020

Publicação Nº 2754407

PORTARIA Nº 3675 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE MARIA APARECIDA VIEIRA, matrícula 343105 ocupante do cargo AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 426 (Quatrocentos e vinte seis) dias consecutivos, com início em 02.10.2019 e termino em 30.11.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.11.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

3676/2020

Publicação Nº 2754408

PORTARIA Nº 3676 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA INTERRUÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES,

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003.

RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor JULIANO SANTOS VIEIRA (189301), efetivo na função de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, 40 horas, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 01.12.2020.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

3679/2020

Publicação Nº 2754410

PORTARIA Nº 3679 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE VERA LUCIA PRESTES FORTES, matrícula 335609 ocupante do cargo AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 588 (Quinhentos e oitenta oito) dias consecutivos, com início em 23.04.2019 e termino em 30.11.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.11.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

3680/2020

Publicação Nº 2754411

PORTARIA N º 3680 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a NELSON DA CUNHA, matrícula 44601, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TÉCNICO SERVIÇOS COMPLEMENTARES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 09 de dezembro de 2020 e termina em 08 de março de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/12/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

3686/2020

Publicação Nº 2754413

PORTARIA N º 3687 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020
DETERMINA INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES,

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003.

RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor MELLYNA FISCHER ISIDORO DE OLIVEIRA CONOLY (6265301), efetivo na função de ODONTÓLOGO ESF, 40 horas, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 07.12.2020.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

Márcio da Rosa

Secretário de Administração e Logística

3689/2020

Publicação Nº 2754415

PORTARIA Nº 3689 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ONILDO DE JESUS, matrícula 4939805, ocupante do cargo COMISSIÃO de GERENTE, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 09.12.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09.12.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

3690/2020

Publicação N° 2754416

PORTARIA N° 3690 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE IRANI BORGES CARDOSO, matrícula 501704 ocupante do cargo AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 6 (seis) dias consecutivos, com início em 27.11.2020 e termino em 02.12.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.12.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretario de Administração e Logística

3699/2020

Publicação N° 2754420

PORTARIA N ° 3699 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020
DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'inicial', a JORGE ALBERTO TEIXEIRA, matrícula 63381801, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar n° 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar n° 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar n° 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei n° 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei n° 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar n° 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta portaria se dá mediante a avaliação da comissão responsável pelas progressões funcionais, com base no recurso do servidor, publicado no diário oficial nesta data.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA DA SESSÃO -- CHAMADA PÚBLICA 01/2020 FCN

Publicação N° 2754282

EDITAL DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N° 01/2020 FCN

CHAMADA PÚBLICA VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE DIVERSAS LINGUAGENS CULTURAIS COM OBJETIVO DE FOMENTAR A PRODUÇÃO CULTURAL, COMO FORMA DE ATENUAR OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID 19 EM NAVEGANTES, COM RECURSOS RECEBIDOS POR MEIO DA LEI FEDERAL N°14.017/2020 (LEI ALDIR BLANC), ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC.

Ata n° 01/2020 – Habilitação

Aberto o certame, no dia nove de dezembro de dois mil e vinte, no Centro Integrado de Cultura, com a presença da Comissão de Habilitação nomeada pela portaria n° 009/2020 de vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte para abertura das propostas da Chamada Pública n° 001/2020 FCN, sem representante presentes. Participaram desta licitação os licitantes abaixo listados. A comissão fez a análise dos documentos de habilitação das propostas e verificou que doze propostas estavam inabilitadas, conforme tabela abaixo e de acordo com os motivos identificados.

ITEM	PROTOCOLO	NOME DA PROPOSTA	RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA	SITUAÇÃO
05	86588	11 USOS DA PALAVRA FIO	ALANA AGUIDA BERTI	HABILITADO
10	86574	A ARTE NO CEMITÉRIO SÃO JOSÉ NA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR	ALANA AGUIDA BERTI	HABILITADO
05	86612	O QUE CONTÉM NAS CAIXAS?	ALANA AGUIDA BERTI	HABILITADO

10	86626	POR ONDE VAI O CAMINHO	ALANA AGUIDA BERTI	HABILITADO
06	86604	RELICÁRIO DE HISTÓRIAS	ALANA AGUIDA BERTI	HABILITADO
07	86304	CULTURA EM MOVIMENTO	ALYSON FELIPE DO NASCIMENTO	HABILITADO
06	86175	3º ENCONTRÃO DE CONTADORES DE HISTÓRIAS DE NAVEGANTES	ANDREA CRISTINA DA COSTA DIAS	HABILITADO
05	86132	ANIMAIS EM REVOLTO	ANDREA CRISTINA DA COSTA DIAS	HABILITADO
02	86008	CONTANDO PARA CONTADORES: OFICINA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	ANDREA CRISTINA DA COSTA DIAS	HABILITADO
06	86585	CONTAR PARA ENCANTAR - POESIA DE MINUTOS	ANDREA CRISTINA DA COSTA DIAS	HABILITADO
06	86617	LIVROS A MÃO	ANDREA CRISTINA DA COSTA DIAS	HABILITADO
16	86575	"ENCANTOS DE NAVEGANTES" - MÁSCARAS TEMÁTICAS	ANTONIO HUGO ARESSE QUINTANA	HABILITADO
05	84348	ECA ILUSTRADO. "AS AVENTURAS DO GUTO E AS LATINHAS DO EDU"	ANTONIO HUGO ARESSE QUINTANA	HABILITADO
11	86507	ENCANTOS DE NAVEGANTES	ANTONIO HUGO ARESSE QUINTANA	HABILITADO
04	86192	AULAS DE HARMÔNICA PARA INICIANTE	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
04	86412	CURSO DE VIOLÃO E HAMÔNICA SENDO EXECUTADOS SIMULTANEAMENTE	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
04	86376	CURSO DE VIOLÃO PARA INICIANTE	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
03	86548	DAZUMBANHOBAND	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
03	86161	DU MADEIRA COVER	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
03	86179	DU MADEIRA INSTRUMENTAL	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
03	86437	GOSPEL MUSIC	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
04	86464	HISTÓRIA DA MÚSICA	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
03	86473	SERTANEJO NAVEGANTINO	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
03	85334	STREET MUSIC	ANTONIO ROBERTO SABER JUNIOR	HABILITADO
11	85788	AVOANTES	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
10	86511	FIQUEEMCASA	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
10	86525	IMPRESSÕES E DESGASTES	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
10	86502	ISOLAMENTO	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
10	86503	MEU ACERVO	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
05	86513	MEUS ESCRITOS	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
03	86512	MINHA PEQUENAS CANÇÕES	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
11	86498	PORTUÁRIA	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
11	86496	QUARESMEIRA	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
11	86499	REVOADA	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
11	86495	SERES DA RESTINGA	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
11	86500	VIDA MARINHA	ARTEMANHA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	HABILITADO
09	85295	CARNAVAL DE NAVEGANTES, 42 ANOS DE HISTÓRIA	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO
04	85844	CURSO VIRTUAL DE CONTRABAIXO COM MAYKOW SANTOS	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO
04	86613	CURSO VIRTUAL DE GUITARRA COM CRISTIANO VALLE	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO
07	85816	FILMAGEM E EDIÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO
07	85842	FILMAGEM E EDIÇÃO DE CONTAÇÕES DE HISTÓRIAS OU MEDIAÇÕES DE LEITURA	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO
07	85839	FILMAGEM E EDIÇÃO DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO
03	86489	MÚSICA NA MELHOR IDADE	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO
09	86481	PATRIMÔNIO VISTO DE CIMA	ARTHUR HENRIQUE OLSCHOWSKY CHRISTÓVÃO	HABILITADO

03	85410	CANTARES E SABERES DA CAPOEIRA	BÁRBARA CANZIANI KRISTENSEN	HABILITADO
14	86173	CURSO SOBRE ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL	BÁRBARA CANZIANI KRISTENSEN	HABILITADO
15	86341	HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA CAPOEIRA EM NAVEGANTES	BÁRBARA CANZIANI KRISTENSEN	HABILITADO
15	86587	PESQUISA: NAVEGAY PARA O LEGADO DO CARNAVAL NAVEGANTINO	BÁRBARA CANZIANI KRISTENSEN	HABILITADO
14	86592	SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE NAVEGANTES	BÁRBARA CANZIANI KRISTENSEN	HABILITADO
02	86608	AULAS DE BALLET CLASSICO BABY CLASS	BERENICE VALENÇA VIANNA	HABILITADO
02	86532	AULAS DE BALLET CLASSICO INICIANTE	BERENICE VALENÇA VIANNA	INABILITADO, ITEM 4.1, "G"
02	86615	AULAS DE BALLET CLASSICO INICIANTE	BERENICE VALENÇA VIANNA	HABILITADO
01	86620	O SHOW DEVE CONTINUAR	BERENICE VALENÇA VIANNA	HABILITADO
02	86528	AULAS DE BALLET CLASSICO BABY CLASS	BERENICE VIANNA	INABILITADO, ITEM 4.1, "G"
01	86537	CLÁSSICAS E RELÍQUIAS DANÇAS	BIANCA ALCANTARA BALDO	HABILITADO
02	86550	DANÇA E POESIA	BIANCA ALCANTARA BALDO	HABILITADO
02	86534	DANÇAR PARA SER - ENCONTRO DE DANÇATERAPIA	BIANCA ALCANTARA BALDO	HABILITADO
02	86546	OFICINA DE COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA	BIANCA ALCANTARA BALDO	HABILITADO
02	86539	OFICINA DE DANÇA DE SALÃO	BIANCA ALCANTARA BALDO	HABILITADO
02	86531	OFICINA JAZZ DANCE EM CENA	BIANCA ALCANTARA BALDO	HABILITADO
04	86556	CURSO DE PRODUÇÃO MUSICAL	CARLOS HENRIQUE SOUZA LIMA	INABILITADO, ITEM 4.1, "F"
01	85928	APROVEITE O DIA	CIDVAL FRANCISCO BATISTA JUNIOR	HABILITADO
09	85897	NEGRINHO	CIDVAL FRANCISCO BATISTA JUNIOR	HABILITADO
01	85403	OBRA TEATRAL UM DIA	CIDVAL FRANCISCO BATISTA JUNIOR	HABILITADO
01	85399	OBRA TEATRAL VIDA SECA	CIDVAL FRANCISCO BATISTA JUNIOR	HABILITADO
02	86535	OFICINA DE CONFECÇÃO DE BONECOS DE ESPUMA - TEATRO	CIDVAL FRANCISCO BATISTA JUNIOR	HABILITADO
02	86610	OFICINA DE CONFECÇÃO DE BONECOS DE LATEX	CIDVAL FRANCISCO BATISTA JUNIOR	HABILITADO
07	86526	ESPALHANDO A CULTURA COM O AUDIOVISUAL	COSTA LESTE FILMES	HABILITADO
07	86541	ETERNIZANDO ARTE	COSTA LESTE FILMES	HABILITADO
09	86553	PANDEMIA	COSTA LESTE FILMES	HABILITADO
07	86501	REGISTRANDO ARTE	COSTA LESTE FILMES	HABILITADO
07	86547	VISUALIZANDO ARTE EM LIVES	COSTA LESTE FILMES	HABILITADO
09	86611	A CULTURA EM SUAS MÃOS	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
07	86514	CULTURA EM TEMPOS DE PANDEMIA	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
07	86523	DIVULGANDO A CULTURA ATRAVÉS DO AUDIOVISUAL	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
07	86624	DIVULGANDO A CULTURA ATRAVÉS DO AUDIOVISUAL	DANIEL CIPRIANO	INABILITADO, PROPOSTA DUPLICADA
09	86555	FLUXO TEMPORAL	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
07	86506	GRAVANDO CULTURA	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
09	86586	OBSERVADOR	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
07	86519	REGISTRANDO ARTE	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
07	86618	REGISTRANDO PROJETOS CULTURAIS NA PANDEMIA	DANIEL CIPRIANO	HABILITADO
12	85426	ASAS DA LIBERDADE	DANIEL HENRIQUE PICKLER	HABILITADO
12	86370	ATLANTA	DANIEL HENRIQUE PICKLER	HABILITADO
11	86162	O VENTO LEVOU	DANIEL HENRIQUE PICKLER	HABILITADO
11	86141	OCEANO	DANIEL HENRIQUE PICKLER	HABILITADO
11	86152	PESCADOR DE SONHO	DANIEL HENRIQUE PICKLER	HABILITADO
10	86474	CÉU, TERRA E MAR	EDUARDO ALBERTO WERNER	HABILITADO
10	86593	EU E O MAR	EDUARDO ALBERTO WERNER	HABILITADO
10	86579	PEIXE NA MESA	EDUARDO WERNER	HABILITADO
10	86589	VER PARA CRER	EDUARDO WERNER	HABILITADO
03	86568	BANDA REDRUNK	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
03	85795	GRUPO DE CHORO APERTA O PASSO INTERPRETA CLÁSSICOS DO SAMBA E DO CHORO BRASILEIRO (LIVE)	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
03	86325	LIVE COM PROFESSORES DA ESCOLA DE MÚSICA É O SOM	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	INABILITADO, PROPOSTA DUPLICADA
03	86326	LIVE DOS PROFESSORES DA ESCOLA DE MÚSICA É O SOM	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
01	85915	MAESTRO TRIANGULINO ZABUMBA E SEU AMIGO JACAREZINHO	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO

03	84801	MAYKOW SANTOS "ACÚSTICO CATARINENSE"	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
03	86047	MAYKOW SANTOS E BANDA	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
03	86622	PROJETO NOSSO SOM	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
03	85288	RECITAL ON-LINE COM ALUNOS E PROFESSORES DA ESCOLA É O SOM	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
03	86508	REVIVENDO ANTIGOS CARNAVAIS COM A BANDA DO JACARE-ZINHO	ELSON MAYKOW TOLEDO DOS SANTOS	HABILITADO
03	86487	GETÚLIO PRATES AO VIVO NA QUARENTENA	GETÚLIO PRATES	INABILITADO, ITEM 4.2, "A"
09	86150	CONTRAMESTRE LATINO, MESTRE DA CULTURA POPULAR	GIAN CARLOS RIO DOS SANTOS	HABILITADO
07	86494	ARQUIVOS HISTÓRICOS DE NAVEGANTES	GILBERTO FRANCISCO DE OLIVEIRA	HABILITADO
09	86490	DOCUMENTÁRIO - AEROPORTO INTERNACIONAL DE NAVEGANTES - SANTA CATARINA - BRASIL	GILBERTO FRANCISCO DE OLIVEIRA	HABILITADO
01	85414	NAVECLOWN	GILBERTO FRANCISCO DE OLIVEIRA	HABILITADO
01	85978	AS AVENTURAS DO COELHO PITOMBA	GLAICO RUBEM LUERSEN JUNIOR	HABILITADO
01	85985	COMO SER AMIGO	GLAICO RUBEM LUERSEN JUNIOR	HABILITADO
01	85975	PIRILIMPO, CONTRA O LIXO	GLAICO RUBEM LUERSEN JUNIOR	HABILITADO
06	86583	O CONTO DO MENINO LOBO	GRUPO ESCOTEIRO DO MAR NAVEGANTES	INABILITADO, ITEM 4.2, "A"
12	86564	ATUM	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86560	BEM-TE-VI	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86559	CANÁRIO-DA-TERRA	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
09	86536	DOCUMENTÁRIO MOLHE DE NAVEGANTES	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
10	86521	EXPOSIÇÃO PÁSSAROS BRASILEIROS	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
11	85837	FLYING NAVIGATOR	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86558	GAIVOTA	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86544	JOÃO-DE-BARRO	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86538	MERGULHÃO	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
09	86518	MOTIVACIONAL CÃES E GATOS ABANDONADOS	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
09	86098	MOTIVACIONAL PÁSSAROS BRASILEIROS	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86542	PAMPO	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
11	86522	PESCA ARTESANAL DE NAVEGANTES	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86566	ROLINHA	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86562	SIRI	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86569	TESOURÃO	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
12	86570	TUCANO	IGOR DE MELLO INÁCIO	HABILITADO
06	86551	AYÓDÈLÈ- CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS AFRO BRASILEIRAS E AFRICANAS	ISABEL CRISTINA RIBEIRO ROSA	HABILITADO
06	86563	CONTAÇÃO DE HISTÓRIA: A ABAYOUMI	ISABEL CRISTINA RIBEIRO ROSA	HABILITADO
14	86565	OFICINA DE ROUPAS AFRO	ISABEL CRISTINA RIBEIRO ROSA	HABILITADO
06	86623	AS HISTÓRIAS DE BP	JACKSON ALISSON SILVA	INABILITADO, ITEM 4.2, "A"
01	86515	AXÉ VIBE	JARDEL SOARES DA SILVA	HABILITADO
09	86572	IARA CONTRA O VÍRUS	JESUS GABRIEL OLIVEIRA MESSIAS	HABILITADO
09	86520	LUCAS NA PREVENÇÃO CONTRA A COVID-19	JESUS GABRIEL OLIVEIRA MESSIAS	HABILITADO
09	86576	THAYLA, CUIDANDO DA NATUREZA	JESUS GABRIEL OLIVEIRA MESSIAS	HABILITADO
09	86598	CULTURA NA TELINHA	JOSÉ HENRIQUE RAUE	HABILITADO
09	86605	GRAVAÇÃO DAS ÁREAS CULTURAIS	JOSÉ HENRIQUE RAUE	HABILITADO
09	86590	INFECTADA	JOSÉ HENRIQUE RAUE	HABILITADO
09	86601	LIVE CULTURAL	JOSÉ HENRIQUE RAUE	HABILITADO
10	86552	MÃOS QUE PRODUZEM	LIAMARA INACIO PACHECO	HABILITADO
16	86075	MÁSCARA PARA TODOS - PREVINA-SE	LIAMARA INÁCIO PACHECO	HABILITADO
03	86301	SHOW "ARCO ANCESTRAL EM CENA – A MÚSICA DOS BERIMBAUS"	LUCAS CARLOS MARIA	HABILITADO
09	85800	SONS DA CAPOEIRA: DESENVOLVENDO A MUSICALIDADE NO ECOS DE SANTO AMARO	LUCAS CARLOS MARIA	HABILITADO
03	86456	3 É D+	LUCAS LUAN DA SILVA	HABILITADO
03	86245	DOUBLE SHOT	LUCAS LUAN DA SILVA	HABILITADO
03	86463	QUARTETANDO	LUCAS LUAN DA SILVA	HABILITADO
03	86461	UM CAFÉ, UMA MÚSICA	LUCAS LUAN DA SILVA	HABILITADO
03	84938	BANDA DAGUINÉ AO VIVO	LUÍS GUSTAVO BARBOSA	HABILITADO
03	86540	TOCA AÍ DAGUINÉ!	LUÍS GUSTAVO BARBOSA	HABILITADO

03	86616	LIVE REAL BONNI	MARCONE JOSE DE LIMA GOMES	HABILITADO
03	86491	VIVER A MUSICA	MARCONE LIMA	HABILITADO
03	86614	ESPETÁCULO "ELAS": UM TRIBUTOS ÀS MULHERES E AS MÚSICAS DA CULTURA NEGRA BRASILEIRA	MARIA CHRISTINA MEDEIROS MACIEL	HABILITADO
10	86591	"MÃOS DE FADA"	MARINA MARQUES BARBOSA	HABILITADO
16	86505	PROTEÇÃO E SAÚDE	MARINA MARQUES BARBOSA	HABILITADO
06	86582	O CONTO DE VIDA LORD BADEN POWELL	MAURI MACHADO	INABILITADO, ITEM 4.2, "A"
06	86093	"EU CONTO O QUE NINGUÉM CONTA!"	OYAMA ACHCAR PANCOTTI	HABILITADO
13	86510	CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA IMAGEM SACRA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	OYAMA ACHCAR PANCOTTI	HABILITADO
13	85412	CORES QUE NINGUÉM VIA - PROSPECÇÕES ESTRATIGRÁFICAS NOS PATRIMÔNIOS TOMBADOS DE NAVEGANTES.	OYAMA ACHCAR PANCOTTI	HABILITADO
02	85266	CURSO - PERFORMAR	OYAMA ACHCAR PANCOTTI	HABILITADO
14	85371	CURSO: INTRODUÇÃO A CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - HOME OFFICE	OYAMA ACHCAR PANCOTTI	INABILITADO, A PEDIDO DO PROPONENTE
01	84369	PERFORMANCE ITINERANTE: "ELE VIRÁ!"	OYAMA ACHCAR PANCOTTI	HABILITADO
03	86554	LIVE PRISCILA MEIRELES	PRISCILA MEIRELES	HABILITADO
07	86014	FILMAGEM E EDIÇÃO DAS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS DE NAVEGANTES	RAFAEL SEDREZ SILVA	HABILITADO
03	85838	MUSICANTO	RAQUEL DOS SANTOS DELFINO	HABILITADO
03	86392	CANTORIAS AUTORAIS	RAULE GRACILINO DE SOUZA ASSUNÇÃO	HABILITADO
11	86561	ENCANTOS DE NAVEGANTES- A PESCA	RICARDO BATISTA DOS SANTOS	HABILITADO
13	86549	PROJETO "HOMENAGEM AOS NAVEGANTES"-PROJETO TÉCNICO-ARQUITETÔNICO	RICARDO BATISTA DOS SANTOS	HABILITADO
03	85302	SHOW PÉ NA ESTRADA	RICARDO BATISTA DOS SANTOS	HABILITADO
12	86343	ADVINDOS DA ÁGUA	RICARDO ISMAEL TESTONI	HABILITADO
02	85316	ELABORANDO PROJETOS CULTURAIS	RICARDO ISMAEL TESTONI	HABILITADO
10	86627	ENCANTOS SOB GIZ DE CERA	RICARDO ISMAEL TESTONI	HABILITADO
10	86373	EXPOSIÇÃO TÁTIL INCLUSIVA 3D DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DE DANÇA	RICARDO ISMAEL TESTONI	HABILITADO
15	86584	TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO ARTESANAL NAVAL	RICARDO ISMAEL TESTONI	HABILITADO
09	86021	VÍDEO DOCUMENTÁRIO PONTO DE CULTURA COMPANHIA DANÇAR E BRILHAR	RICARDO ISMAEL TESTONI	HABILITADO
03	85977	MÚSICA COM CAFÉ	RICHARD POLL DELFINO	HABILITADO
03	85943	MUSISCANDO	RICHARD POLL DELFINO	HABILITADO
03	85960	QUARTETO DE CORDAS	RICHARD POLL DELFINO	HABILITADO
03	86492	ACÚSTICO NOVAVERSÃO	RODRIGO PINHEIRO COUTO	INABILITADO, ITEM 4.1
03	86493	ACÚSTICO NOVAVERSÃO	RODRIGO PINHEIRO COUTO	INABILITADO, ITEM 4.1
11	85901	ARTE E PAZ	RONALD DA PAZ DO NASCIMENTO	HABILITADO
10	86479	NAVEGA ARTE	RONALD DA PAZ DO NASCIMENTO	HABILITADO
11	86619	NOSSA SENHOR DOS NAVEGANTES	RONALD DA PAZ DO NASCIMENTO	HABILITADO
14	86628	CURSO VIRTUAL DE ARTESANATO	SONIA REGINA SOARES	HABILITADO
10	86530	FILTRO DOS SONHOS	SONIA REGINA SOARES	HABILITADO
09	86524	RESGATANDO TALENTOS	SORAIA MAGALI JOCHAM COIMBRA	HABILITADO
13	86655	REVITALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE GALERIA DE ARTE 01	TÂNIA MARLI ARNDT	HABILITADO
13	86670	REVITALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE GALERIA DE ARTE 02	TÂNIA MARLI ARNDT	HABILITADO
13	86671	REVITALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE GALERIA DE ARTE 03	TÂNIA MARLI ARNDT	HABILITADO
09	86527	AMOR ATÉ O FIM	TANIA REGINA GOLLNICK	HABILITADO
01	85547	BRUXAS	TANIA REGINA GOLLNICK	HABILITADO
02	84157	OFICINA DE CRIAÇÃO E CONFECÇÃO DE MÁSCARAS TEATRAIS	TANIA REGINA GOLLNICK	HABILITADO
14	86053	CURSO "APRENDENDO A GINGAR: PRIMEIROS PASSOS NA CAPOEIRA"	THIAGO KARLO SILVA	HABILITADO
03	86607	SHOW - ARTES DE RUA: HIP HOP E CAPOEIRA	THIAGO KARLO SILVA	HABILITADO
03	84895	RUBY - TRIO ACÚSTICO	VITOR REBELLO VITORINO	HABILITADO
03	85905	RUBY - VOZ & PIANO	VITOR REBELLO VITORINO	HABILITADO

Portanto estão inabilitadas as propostas 86532, 86528, 86556, 86624, 86325, 86487, 86583, 86623, 86582, 85371, 86492, e 86493. As demais inscritas estão habilitadas abre prazo para recurso. Momento em que encerra a sessão.

Navegantes, 09 de dezembro de 2020.
Marcos Venício Montagna
Membro

Roseane de Souza
Membro

Nivaldo José Kloppel
Membro

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO 127/2020 PMN

Publicação N° 2752940

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUCAÇÃO
TOMADA DE PREÇO 127/2020 PMN

A Prefeitura municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Inciso VI, do art. 43 da Lei 8.666/93, HOMOLOGOU o processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N° 127/2020 PMN, tipo menor preço, cujo objeto é Tomada de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia (com fornecimento de material e mão de obra) para execução das obras de finalização da nova escola municipal, localizada no bairro São Domingos, através da Secretaria de Educação de Navegantes/SC e ADJUDICOU o objeto licitado em favor da empresa vencedora da licitação Autentika Engenharia e Construtora Ltda, CNPJ nº 29.084.108/0001-91, em 23 de novembro de 2020, pela proposta mais vantajosa ao município, no valor de R\$ 286.416,76 (duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e dezesseis e setenta e seis centavos).

Navegantes, 23 de novembro de 2020.
EMÍLIO VIEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO 297/2020 - UTILIDADE PÚBLICA SERVIDÃO

Publicação N° 2753040

DECRETO N° 297 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A FAIXA DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE MACRODRENAGEM PLUVIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de implantação de rede de macrodrenagem nas obras de qualificação urbana da Beira Rio para atendimento dos interesses da coletividade, segurança e saúde pública dos munícipes, conforme dispõe o inciso IV, do Art. 9º, da Lei Complementar nº 65, de 08 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico;

Considerando que a implantação da rede de macrodrenagem nas obras de qualificação urbana da Beira Rio somente é possível através do imóvel matriculado sob o nº 18.743, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí e, das terras de marinha de propriedade da União existentes no local, conforme Plantas de levantamentos da Linha de Preamar Médio de 1831, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria do Patrimônio da União – Gerência do Estado de Santa Catarina, folhas 730-023 e 731-023, anexadas ao Ofício nº 328/2020, da Secretaria de Governo do Município de Navegantes;

Considerando que a implantação da rede de macrodrenagem nas obras de qualificação urbana da Beira Rio através do imóvel matriculado sob o nº 18.743, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí e, das terras de marinha contíguas, ocupará apenas parte dos imóveis ora identificados, necessitando, assim, da instituição de uma “faixa sanitária” onde será instituída a servidão administrativa para a passagem dos equipamentos que irão compor a rede de macrodrenagem;

Considerando que a servidão administrativa é direito real que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel privada para permitir a execução das obras e serviços de interesse coletivo;

Considerando que a servidão administrativa afeta apenas o uso da propriedade alheia para possibilitar a execução de obras e serviços de interesse coletivo, não ensejando a perda da propriedade como no caso da desapropriação, o que significa que o sistema indenizatório da servidão administrativa é diferente da desapropriação, pois a regra reside em que a servidão não rende ensejo à indenização se o uso pelo Poder Público não provoca prejuízo ao proprietário, cabendo a este o ônus da prova do prejuízo e, se não provado, presume-se que a servidão não produz qualquer prejuízo;

Considerando que a União, através do Superintendente do Patrimônio da União em Santa Catarina, emitiu a Portaria nº 23.544, de 12 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27/11/2020, Edição 227, Seção 1, Página 28, autorizando a realização das obras de macrodrenagem pluvial na Beira Rio, inclusive com a utilização das terras de marinha para a passagem dos equipamentos que irão compor a rede de macrodrenagem;

Considerando a urgência na implantação da rede de macrodrenagem nas obras de qualificação urbana da Beira Rio;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser instituída, pelo Município de Navegantes, uma servidão administrativa para implantação da rede de macrodrenagem das obras de qualificação urbana da Beira Rio, uma faixa de área de 2.400,00 m2 (dois mil e quatrocentos metros quadrados), constituída por parte do imóvel matriculado sob o nº 18.743, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí e, parte das terras de marinha que lhe estão contíguas, com as seguintes medidas, confrontações e descrições:

Descrição da servidão administrativa: Um terreno, situado no lado ímpar do logradouro público denominado Rua José Francisco Laurindo, representado pela Área I – Servidão Administrativa, situada no Bairro São Domingos, área urbana do Município de Navegantes-SC com área 2.400,00 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações: inicia sua poligonal no vértice P1, de coordenadas E 730942.4810 e N 70248030.115; deste segue até o vértice P2, de coordenadas E 730957.3641 e N 7024801.1423, confrontando ao norte com a Rua José Francisco Laurindo, onde mede 15,00 metros, deste segue até o vértice P3, de coordenadas E 730950.7116 e N 7024641.2806, confrontando a leste com área remanescente da matrícula 18.743 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí, onde mede 160,00 metros; deste segue até o vértice P4, de coordenadas E 730935.8285 e N 7024643.1499, confrontando ao Sul com Marinhas do Rio Itajaí, onde mede 15,00 metros; deste segue até o vértice P1, de coordenadas E 730942.4810 e N 70248030.115, confrontando a oeste com Área A (matrícula 18.986), onde mede 160,00 metros, fechando a descrição da poligonal.

Art. 2º A presente instituição visa à passagem de rede de macrodrenagem das obras de qualificação urbana da Beira Rio, razão pela qual sobre referidas áreas não podem ser levantadas construções de quaisquer espécies, nem poderão ser opostos quaisquer embaraços que inviabilizem ou prejudiquem referida obra.

Art. 3º A servidão administrativa será instituída por escritura pública, em havendo acordo ou anuência do proprietário, ou judicialmente na hipótese contrária.

Art. 4º Havendo comprovada necessidade de indenização o preço não poderá ultrapassar o laudo de avaliação.

Parágrafo único. O ônus da prova do prejuízo/indenização cabe ao proprietário, não o provando, presume-se que a servidão não produz qualquer prejuízo.

Art. 5º As despesas decorrentes com escrituração serão arcadas pelo Município.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Marcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 298/2020 - PONTOS FACULTATIVOS

Publicação Nº 2753269

DECRETO N º 298, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

REGULAMENTA O § 1º, DO ART. 1º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 251/2019 E ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO os feriados de natal e Ano novo.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO em todos os setores da Prefeitura de Navegantes entre os dias 21 de dezembro de 2020 a 03 de janeiro de 2021, exceto para os atendimentos na saúde abaixo especificados e demais servidores em escala de plantão.

Art. 2º Os atendimentos na área da saúde serão realizados:

I – Dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de dezembro de 2020, no Posto de Saúde Central, Posto de Saúde do Bairro Gravatá, Policlínica do Bairro Machados e Farmácia Municipal, das 8h00min até 17h00min, de acordo com a escala de trabalho a ser apresentada pela Secretária Municipal de Saúde.

II – Dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de dezembro de 2020, no Centro de Triagem para Combate do Novo Coronavírus (COVID-19) e no Centro de Testagem do Novo Coronavírus, ambos instalados no Ginásio Municipal Prefeito Domingos Angelino Regis, das 07h00min às 19h00min, e, no Centro de Agendamento e Monitoramento das 8h00min às 12:00 e das 13:00 até 17h00min, de acordo com escala de trabalho a ser

apresentada pela Secretária Municipal de Saúde.

III – Dias 24, 25, 26, 27 e 31 de dezembro de 2020, e 01, 02, 03 de janeiro de 2021 no Hospital Municipal Nossa Senhora dos Navegantes.

IV – Os atendimentos no Departamento de Bem Estar Animal – DABA, funcionarão com equipe interna, do dia 21 de dezembro de 2020 até o dia 03 de janeiro de 2021, em regime de escala de trabalho.

a) Os atendimentos de urgência e emergência relativos aos animais de rua e público que cumprem os requisitos legais para atendimento, deverão ser encaminhados a clínica ANIMAL'S, conveniada com o Município, através do telefone de plantão 47 984223446.

Art. 3º os atendimentos na área de fiscalização tributária serão realizados conforme escalas e sob o telefone do plantão nº 047- 98418 5636.

Art. 4º Os atendimentos dos agentes de trânsito da NAVETTRAN ocorrerão em regime de escala.

Art. 5º Fica em regime de sobreaviso os responsáveis pelas seguintes Secretarias, que poderão requisitar os demais servidores mediante escala de trabalho:

Administração – Márcio da Rosa
Agricultura e Pesca – Jardel do Amaral
Assistência Social – Marycleide Tambosi
Comunicação – Ilva Maila dos Santos Gaya
Criança, adolescente e da Juventude – Marycleide Tambosi
Desenvolvimento Econômico e Receita – Rodrigo Leonardo Vargas Silveira
Educação – Lígia Gorges
Finanças – Márcio Capela
Gestão e Controle – Fernando Sedrez Silva
Gabinete Prefeito – Solange Aparecida Xavier Sutil
Gabinete Vice-Prefeito – Sheila Isensee
Governo – Rodrigo Meirinho Morimoto
Obras – Maxuel Zen
Planejamento Urbano – Waldir Aparecido Lopes Ramos
Procuradoria Geral – Edilson Antonio dos Santos
Segurança de Pública – Johnny Eurico Coelho
Sesan – Arlindo Nunes Barboza
Saúde – Claudete Hermógenes
Turismo – Fernando Cardoso de Souza
Fundação Cultural – Marcos Venício Montagna
Fundação Hospitalar – Claudete Hermógenes
Fundação Municipal de Esportes – Eduardo José Seára Mafra
NAVETTRAN – Johnny Eurico Coelho
FUMAN – Heloísa Flores
NAVEGANTESPREV – Gisele de Oliveira Fernandes

Art. 6º O expediente na Prefeitura de Navegantes voltará ao normal no dia 04 de janeiro de 2021, no horário das 07h00min às 13h00min.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 300/2020

Publicação Nº 2752993

DECRETO N º 300, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a necessidade temporária de excepcional interesse público para efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado, nos termos da Lei nº 2384/2010, e dá outras providências.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 2384/2010, em especial o inciso V do art.2º;

CONSIDERANDO que a Municipalidade esgotou todos os meios possíveis e necessários para a contratação de profissionais de saúde, ao promover o chamamento dos aprovados no último Concurso Público vigente, bem como no último Processo Seletivo e último Processo Seletivo Simplificado;

CONSIDERANDO a defasagem de profissionais Médicos, devido ao desligamento de profissionais do Programa Mais Médicos, solicitações

de exonerações pelos contratados através da chamada pública 001/2020 e por duas médicas efetivas, bem como afastamentos por licença maternidade;

CONSIDERANDO que houve o processo seletivo simplificado Edital nº 36/2020, onde a Secretaria de Saúde pretendia realizar a contratação imediata de 04 (quatro) médicos Clínicos Gerais e 02 (dois) médicos Psiquiatras, porém, apenas 01 (um) médico clínico geral foi classificado e contratado, não houve inscritos para o cargo de médico psiquiatra, e no processo simplificado anterior (o de nº26/2020), não houve inscritos para o cargo de infectologista;

CONSIDERANDO a necessidade de tratamento à saúde mental da população, cujos problemas psíquicos têm sido cada vez mais acentuados e cuja demanda tem aumentado, em razão do isolamento social e da perda de entes queridos;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação emergencial em regime de designação temporária para atender às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades pertencentes à rede em todo Município de Navegantes, enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a falta de profissionais da saúde na linha de frente, devido à quantidade expressiva de servidores afastados, em razão de constituírem o grupo de risco, idade acima de 60 anos, gestantes e até mesmo profissionais infectados pelo COVID-19 decorrentes da pandemia;

CONSIDERANDO a necessidade de profissionais na linha de frente para atendimento nesse momento de pandemia;

CONSIDERANDO a tentativa frustrada na convocação de motoristas de outras secretarias para suprir a demanda no transporte de pacientes, autorizada pelo decreto 51/2020;

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC 001/2014, no sentido de diminuir a fila de espera de castrações, o aumento da demanda de encaminhamentos para a clínica conveniada (animais em situação de emergência e urgência) e do suporte aos animais que ficam no lar transitório do DABA, a falta de profissionais devido à ausência de concurso e a afastamentos por motivo de doença e readaptações,

CONSIDERANDO a necessidade de profissionais na linha de frente para atendimento nesse momento de pandemia, se faz necessário a contratação imediata desses referidos profissionais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 80 (oitenta) dias para contratação temporária de Médico Clínico Geral, Médico Infectologista, Médico Psiquiatra, Veterinário, Motorista, Motorista Socorrista SAMU, Enfermeiro, Enfermeiro ESF, Técnico de Enfermagem, Técnico de Enfermagem ESF, Técnico de Enfermagem SAMU, sendo de excepcional interesse público no que diz respeito a realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo ou evitar o declínio dos serviços públicos de caráter essencial.

Art. 2º Autoriza-se o recrutamento do pessoal a ser contratado mediante processo seletivo simplificado nos termos do edital que será publicado suprimindo as necessidades do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

CLAUDETE HERMOGENES

SECRETÁRIA DE SAÚDE

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 291 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020 - ERRATA

Publicação Nº 2752450

DECRETO Nº 291 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

(ERRATA VALOR DOTAÇÃO 144 INVERTIDO – R\$ 239.400,00 SENDO CORRETO R\$ 293.400,00)

“DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO”.

O Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo parágrafo 1º do art. 15º da Lei Municipal nº 3450 de 27/11/2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 314.391,00 (trezentos e quatorze mil, trezentos e noventa e um reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 5000 – Recursos Ordinários

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

15 – Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes

23.695.0017 – 2.158 - Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município

144 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 293.400,00

Fonte de Recursos: 5001 – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos - Educação

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

12 – Secretaria Municipal de Educação

12.367.0027 – 2.128 – Manutenção e Funcionamento da Educação Especial

74 - 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos: 5079 – Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

15 – Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes

23.695.0017 – 2.157 - Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes

232 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 15.991,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Emílio Vieira

Prefeito

DECRETO Nº 299 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753286

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 299 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo do art. 15, da Lei nº 3450 de 27/11/2019 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), da seguinte dotação na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

13 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

20.606.0009 – 2.015 – Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

119 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

13 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

20.606.0009 – 2.015 – Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

117 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 10 de dezembro de 2020.

Emílio Vieira

Prefeito

DECRETO Nº 300 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753289

DECRETO Nº 300 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO".

O Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo parágrafo 1º do art. 15º da Lei Municipal nº 3450 de 27/11/2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 5000 – Recursos Ordinários

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

07 – Procuradoria Geral do Município

02.092.0023 – 2.036 - Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

22 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Emílio Vieira

Prefeito

DISTRATO 1648/2020

Publicação Nº 2754427

DISTRATO Nº 1648/2020

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Emílio Vieira, e também pelo Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Marcio da Rosa CPF: xxx.xxx.669-87 que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado ADRIANA SIEWERT – CPF xxx.087.xxx-33 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no ADITIVO nº 05/2020, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir de 07/12/2020.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 07 de dezembro de 2020.

Emílio Vieira Prefeito do Município de Navegantes	Marcio da Rosa Secretário de Administração e Logística Adriana Siewert Contratado
--	--

Testemunhas:

MEIRE MESCHKE REIS

KAMILA BRUSTOLIN

EDITAL SELETIVO SIMPLIFICADO 42/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2753226

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 42/2020

A Secretaria da Saúde do Município de Navegantes no uso de suas atribuições, amparada pelo artigo 37, IX da Constituição Federal Brasileira, art. 2º, da Lei nº 2384 de 13 de outubro de 2010, inciso V e, ainda:

CONSIDERANDO que a Municipalidade esgotou todos os meios possíveis e necessários para a contratação de profissionais de saúde, ao promover o chamamento dos aprovados no último Concurso Público vigente, bem como no último Processo Seletivo e último Processo Seletivo Simplificado;

CONSIDERANDO a defasagem de profissionais Médicos, devido ao desligamento de profissionais do Programa Mais Médicos, solicitações de exonerações pelos contratados através da chamada pública 001/2020 e por duas médicas efetivas, bem como afastamentos por licença maternidade;

CONSIDERANDO que houve o processo seletivo simplificado Edital nº 36/2020, onde a Secretaria de Saúde pretendia realizar a contratação imediata de 04 (quatro) médicos Clínicos Gerais e 02 (dois) médicos Psiquiatras, porém, apenas 01 (um) médico clínico geral foi classificado e contratado, não houve inscritos para o cargo de médico psiquiatra, e no processo simplificado anterior (o de nº26/2020), não houve inscritos para o cargo de infectologista;

CONSIDERANDO a necessidade de tratamento à saúde mental da população, cujos problemas psíquicos têm sido cada vez mais acentuados e cuja demanda tem aumentado, em razão do isolamento social e da perda de entes queridos;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação emergencial em regime de designação temporária para atender às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades pertencentes à rede em todo Município de Navegantes, enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a falta de profissionais da saúde na linha de frente, devido à quantidade expressiva de servidores afastados, em razão de constituírem o grupo de risco, idade acima de 60 anos, gestantes e até mesmo profissionais infectados pelo COVID-19 decorrentes da pandemia;

CONSIDERANDO a necessidade de profissionais na linha de frente para atendimento nesse momento de pandemia;

CONSIDERANDO a tentativa frustrada na convocação de motoristas de outras secretarias para suprir a demanda no transporte de pacientes, autorizada pelo decreto 51/2020;

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC 001/2014, no sentido de diminuir a fila de espera de castrações, o aumento da demanda de encaminhamentos para a clínica conveniada (animais em situação de emergência e urgência) e do suporte aos animais que ficam no lar transitório do DABA, a falta de profissionais devido à ausência de concurso e a afastamentos por motivo de doença e readaptações,

TORNA-SE PÚBLICO o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinada ao provimento de vagas temporárias, cuja vigência (chamada) poderá ocorrer pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação do seu resultado, destinado à realização temporária das atribuições dos cargos constantes no presente edital, dentro de suas habilitações.

1. DO PROCESSO DE INSCRIÇÕES

1.1 Ao se inscrever o candidato aceita de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, que constitui as normas que regem o Processo Seletivo, não podendo delas alegar desconhecimento;

1.2 Não serão aceitas inscrições de candidatos que constituem o grupo de risco de contaminação ao COVID-19 (idade igual ou superior a 60 anos, cardiopatas graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica), pneumopatas graves ou descompensados (asma moderada/grave, DPOC); imunodeprimidos; portadores de doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5); portadores de Diabetes mellitus, conforme juízo clínico; doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica; gestação de alto risco.

1.3 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá comparecer na data, local e horários abaixo especificados, para entregar, contra recibo, a documentação descrita no item 2 deste edital.

DATA: 14/12/2020 e 15/12/2020

LOCAL: Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes, Avenida Conselheiro João Gaya, 1050, centro – Navegantes /SC.

HORÁRIO: das 08 horas às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, somente de forma presencial, mediante a entrega da Ficha de Inscrição (ANEXO I), devidamente preenchida a caneta azul ou preta, com letra legível, sem rasuras ou emendas, não devendo ser usado corretivo, e grampeada na parte externa do envelope.

1.4 Não será permitida a realização de inscrição condicional ou extemporânea, nem via fax, via postal ou correio eletrônico;

1.5 A inscrição é pessoal e intransferível;

1.6 Não serão aceitas reclamações posteriores à data estabelecida para a confirmação da inscrição.

1.7 O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo tendo sido aprovado, no caso do fato ser constatado posteriormente à realização do processo seletivo.

1.8 O candidato deve comprovar:

1.8.1 Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;

1.8.2 A nacionalidade brasileira ou naturalização;

1.9 Não haverá cobrança de taxa de inscrição, sendo totalmente gratuita.

2. DO PROCESSO SELETIVO

2.1 O Processo Seletivo constará de análise curricular (experiência na área e títulos), que será realizada pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado e dar-se-á mediante somatório de pontos, conforme as tabelas do Anexo II;

2.2 Será exigida dos candidatos ao Processo Seletivo, para fins de inscrição, a apresentação de cópia simples e/ou original dos seguintes documentos:

a) Documento de Identidade (cópia simples); CPF (cópia simples); Título de Eleitor e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral, (cópia simples);

b) Comprovante de quitação com a obrigação militar (masculino)/(cópia simples);

c) Certificado de conclusão do curso técnico e/ou diploma (habilitação) para o cargo de interesse e registro no respectivo Conselho de Classe (cópias simples);

2.3 Preenchimento da ficha de inscrição (Anexo I) deste edital, (original);

2.4 As informações prestadas na Ficha de Inscrição são de inteira responsabilidade do (a) candidato (a);

2.5 Para fins de comprovação de experiência profissional o candidato deverá ANEXAR à inscrição cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; na hipótese de estatutário, publicação da nomeação em Diário Oficial ou Certidão de Tempo de Serviço expedida por órgão público (documento original);

2.6 A documentação deverá ser entregue em envelope lacrado, contendo nome do candidato e ficha de inscrição, devidamente preenchida a caneta azul ou preta, com letra legível, sem rasuras ou emendas, não devendo ser usado corretivo, e grampeada na parte externa do envelope;

2.7 Será indeferida a inscrição que estiver em desacordo com as disposições deste Edital.

3. DAS VAGAS, DA JORNADA DE TRABALHO, VAGAS, VENCIMENTOS e PRÉ-REQUISITOS

- 3.1 As vagas, em substituição de funcionários afastados para tratamento de saúde, são de caráter temporário e para admissão imediata.
- 3.2 Preenchidas as vagas disponíveis, os demais candidatos aprovados serão aproveitados nos casos de vacâncias ocorridas no período de validade do presente Processo Seletivo Simplificado.
- 3.3 Área de atuação, carga horária, numero de vagas, vencimentos mensal e pré-requisitos:

Área	CH	VAGAS	Vencimento Mensal	Pré - Requisitos
Médico Clínico Geral	40 horas	03 + CR	R\$13.461,41	Portador de Diploma de Curso Superior em Medicina com Registro no Respetivo Conselho Regional.
Médico Infectologista	20 horas	01	R\$ 6.730,70	Conclusão de Curso Superior em Medicina, com registro no respectivo Conselho Regional, Diploma de Especialista na Referida Função Fornecidos por Instituição de Ensino Superior Reconhecida pelo Ministério da Educação.
Médico Psiquiatra	20 horas	01	R\$ 6.730,70	Portador de Diploma de Curso Superior em Medicina com Registro no Respetivo Conselho Regional, Diploma de Especialista na Referida Função Fornecidos por Instituição de Ensino Superior Reconhecida pelo Ministério da Educação.
Médico Psiquiatra	40 horas	01	R\$ 13.461,41	Portador de Diploma de Curso Superior em Medicina com Registro no Respetivo Conselho Regional, Diploma de Especialista na Referida Função Fornecidos por Instituição de Ensino Superior Reconhecida pelo Ministério da Educação.
Veterinário	40 horas	02	R\$3.844,88	Portador de Diploma de Curso Superior na referida função, com registro no respectivo órgão de classe.
Motorista	40horas	03 + CR	R\$1.814,50	Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental, devendo possuir carteira nacional de habilitação com a categoria "B" no mínimo
Motorista Socorrista SAMU	40 horas	CR	R\$1.814,50	Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio, com conhecimentos práticos compatíveis com as atividades a serem exercidas, devendo possuir carteira nacional de habilitação com a categoria "D" no mínimo.
Enfermeiro	40 horas	02+CR	R\$ 3.844,88	Portador de Diploma de Curso Superior na referida função, com registro no respectivo órgão de classe.
Enfermeiro - ESF	40 horas	01+CR	R\$ 3.844,88	Portador de Diploma de Curso Superior na referida função, com registro no respectivo órgão de classe.
Técnico de Enfermagem	40 horas	04+CR	R\$ 1.584,48	Portador de diploma de curso técnico em nível Médio, na área específica, com registro no respectivo órgão de classe
Técnico de Enfermagem - ESF	40 horas	01+CR	R\$ 1.584,48	Portador de diploma de curso técnico em nível Médio, na área específica, com registro no respectivo órgão de classe
Técnico Enfermagem SAMU	40 horas	01+CR	R\$ 1.742,06	Portador de diploma de curso técnico em nível Médio, na área específica, com registro no respectivo órgão de classe.

(*CR) Cadastro de reserva.

4 DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

- 4.1 Na lista de classificação constará a relação dos candidatos, por ordem de classificação, de acordo com o número de pontos obtidos, do primeiro ao último colocado.
- 4.2 Em caso de empate no total de pontos na classificação, terá preferência o candidato que comprovar maior tempo de experiência na área de atuação e se persistir o empate, o mais idoso.
- 4.3 O resultado final do processo seletivo será divulgado no dia 18/12/2020 no site do Município www.navegantes.sc.gov.br.

5 DOS RECURSOS

- 5.1 Após a divulgação da lista de classificação preliminar, o candidato que se sentir prejudicado poderá impetrar recurso mediante requerimento individual, que deverá ser entregue no protocolo da Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.2 O recurso não terá, sob nenhuma hipótese, efeito suspensivo total ou parcial.

6 DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

- 6.1 O Departamento de Recursos humanos (RH) da Prefeitura Municipal de Navegantes convocará os candidatos selecionados de acordo com a ordem classificatória, por telefone ou meio eletrônico, conforme disposto pelo candidato na ficha de inscrição, para preenchimento da ficha cadastral, encaminhamento para exame médico admissional e informações da função a ser exigida, da área de atuação, do tempo de contratação, da lotação, da jornada de trabalho, do início de seu exercício bem como da assinatura do contrato.
- 6.2 Cabe ao candidato manter atualizados seus dados para fins de convocação.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1 O candidato não poderá acrescentar, alterar, substituir ou incluir qualquer informação exigida na ficha de inscrição e curriculum após a entrega dos mesmos;
- 7.2 Não poderão se inscrever no processo seletivo os servidores ocupantes de cargos públicos da Administração Direta e Indireta do Município, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.745/03.
- 7.3 Não haverá inscrição fora da data prevista neste Edital;
- 7.4 O processo Seletivo terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do resultado, prorrogável por igual período, de acordo com o interesse e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.
- 7.5 A inexistência ou irregularidade das informações prestadas no ato da inscrição, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato

do processo seletivo;

7.6 O profissional que por incompatibilidade de horário ou qualquer outro motivo não assumir a vaga oferecida no momento da convocação, perderá o direito à vaga;

7.7 O horário de trabalho do candidato aprovado será determinado pela Secretaria Municipal de Saúde. Os candidatos aprovados no presente processo seletivo simplificado serão chamados para o desempenho de suas atribuições de acordo com a ordem de classificação e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes;

7.8 O candidato aprovado será convocado via email ou telefone, de acordo com os dados informados na ficha de inscrição, cabendo ao candidato manter as informações atualizadas e conferir o recebimento da convocação, dentro do prazo de validade do presente processo seletivo;

7.9 Após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da convocação, o candidato que não comparecer dará direito ao setor de R.H. da Prefeitura Municipal de Navegantes de convocar o próximo classificado;

7.10 Não poderão participar do processo seletivo candidatos não habilitados para a função.

7.11 Os candidatos selecionados, quando convocados, serão submetidos a Inspeção Médica e só poderão ser contratados aqueles que forem julgados aptos fisicamente para o exercício das funções;

7.12 O candidato que vier a ser contratado celebrará termo de contrato temporário regido pelo regime jurídico administrativo, sendo vinculado ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, por um período de 6 (seis) meses, podendo ser rescindido ou prorrogado, conforme interesse da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Navegantes, 9 de dezembro 2020.

Emílio Vieira

Prefeito

Marcio da Rosa Claudete Maria Hermogenes

Secretário de Administração e Logística Secretária Municipal de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL N° /2020			Uso Exclusivo
Número da Inscrição: Nº-			
CARGO:	CARGA HORÁRIA: () 20horas () 40horas		
Nome do(a) Candidato(a):			
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M () F ()	
CPF:			
E-MAIL:			
Endereço:			Bairro:
Município:	Estado:	Fone: ()	
Escolaridade:			
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Local e Data:		Assinatura do Candidato:	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL N° /2020

Número da Inscrição:

CARGO: Horas semanais: () 20 horas () 40 horas

Nome do(a) Candidato(a):

Local e Data:

Assinatura do Responsável:

Via Candidato.

ANEXO II CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO CURRICULAR

a) Análise experiência na área para todos os cargos:

Tempo de Serviço	01 a 10 meses	11 a 20 meses	21 a 30 meses	Acima de 31 meses
Pontos	1,0	2,0	3,0	4,0

b) Avaliação para o cargo de nível fundamental (motorista) e nível médio (motorista samu):

• Curso de capacitação ou aperfeiçoamento na área pleiteada com carga horária mínima de 10(dez) horas - máximo: 05 (cinco) certificados	1 ponto (por certificado)
---	------------------------------

c) Avaliação da titulação nos cargos de nível superior (médico, psiquiatra, infectologista, enfermeiro e veterinário), conforme quadro abaixo:

Titulação	Pontuação
Especialização na área pleiteada – Lato sensu (mínimo de 360 horas)	01 (um) ponto
Mestrado	02 (dois) pontos
Doutorado	03 (três) pontos

- A análise curricular (experiência na área e títulos) será realizada pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado e dar-se-á mediante somatório de pontos, conforme as tabelas acima.

ANEXO III

CRONOGRAMA

11/12/2020	Divulgação do Edital
14/12/2020 e 15/12/2020	Entrega de documentos (inscrição)
16/12/2020	Análise da documentação e Publicação da Classificação Provisória
17/12/2020	Período de interposição de recursos
18/12/2020	Publicação da classificação oficial

ANEXO IV ATRIBUIÇÕES DO CARGO

MÉDICO CLINICO GERAL

Realizar exames clínicos, prescrever medicamentos, realizar cirurgias, cuidar da saúde das pessoas e atuar em programas de prevenção, saneamento e planejamento da saúde pública na área de clínica médica geral. Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida; crianças, adolescentes, adultos e idosos; Realizar consultas e procedimentos na unidade sanitária e quando necessário no domicílio; Atuar como médico generalista nas Unidades Básicas e nos Centros Especializados em Saúde; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar o pronto-atendimento médico nas urgências e emergências nas unidades sanitárias, unidades móveis e pronto-atendimentos; Efetuar procedimentos anestésicos para procedimentos e cirurgias de pequeno porte a nível ambulatorial; Realizar

pequenos procedimentos cirúrgicos em ambulatórios; Encaminhar pacientes para atendimento, quando for o caso, atendendo os critérios de referência e contra-referência; Assessorar a elaboração de campanhas educativas no campo da saúde pública e medicina preventiva; Participar de programas de atendimentos à população atingida por calamidades públicas, integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias; Proceder notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local; Participar do desenvolvimento e execução de planos de fiscalização sanitária; Proceder a perícias médico-administrativas e médico-legais, em pessoas vivas e cadáveres, a fim de fornecer atestado e laudos previstos em normas e regulamentos, de sanidade, aptidão física, mental e de óbito; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para a implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes a sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município em conformidade com a política nacional de saúde vigente; Efetuar exames admissionais, demissionais e de permanência no serviço público; Participar de comissões permanentes ou especiais; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Solicitar exames de laboratório e outros que o caso requeira; Controlar a pressão arterial e o peso da gestante; dar orientação médica à gestante e encaminhá-la à maternidade; Preencher fichas médicas das clientes; Auxiliar, quando necessário, a maternidade e ao bem-estar fetais; Atender ao parto e puerpério; dar orientação relativa à nutrição e higiene da gestante; Prestar o devido atendimento às pacientes encaminhadas por outro especialista; Prescrever tratamento adequado; participar de programas voltados para a saúde pública; Exercer censura sobre produtos médicos, de acordo com sua especialidade; Participar de juntas médicas; solicitar o recurso de outros médicos especializados em casos que requeiram esta providência; Realizar exames de admissão no Serviço Público Municipal; Atender a pacientes em casos de urgência e emergência, mesmo não sendo na sua área específica de atuação, executar outras tarefas afins.

MÉDICO PSIQUIATRA

Realizar atendimento na área de psiquiatria; Desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; Realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes; Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

MÉDICO INFECTOLOGISTA

1. Prestar atendimento nas áreas hospitalar e clínica, na vigilância em saúde, no diagnóstico e enfrentamento das epidemias, no estudo das doenças emergentes e reemergentes, entre outras frentes. 2. Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão 3. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade 4. Participar de programa de treinamento, quando convocado.

ENFERMEIRO

Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de Enfermagem emitir parecer sobre matérias de enfermagem realizar consulta de Enfermagem prescrição da assistência de Enfermagem proceder cuidados e direitos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida proceder cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas participar do planejamento, execução e avaliação da programação de saúde participar da elaboração. Execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde, prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde participar dos Projetos de construção ou reforma de unidades de internação efetivar ações que contribuam com a prevenção e controle sistemático de infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de Enfermagem participar dos programas e das atividades de assistência à saúde individual e dos grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e específicos acompanhar evolução do trabalho de parto executar o parto sem distorcia promover a Educação Visando à melhoria de saúde da população participar dos programas de higiene de segurança do trabalho e de prevenção de doenças profissionais e do trabalho participar da elaboração e da operacionalização do sistema de referencia e contra referencia do paciente dos diferentes níveis de atenção à saúde participar do desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde e exercer outras tarefas correlatas.

ENFERMEIRO-ESF

Realizar cuidados de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para continuidade da assistência prestada realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida, criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001 aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva e organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.

VETERINÁRIO

Colaborar com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), na área do respectivo município, em todas as ações levadas a efeito nos domínios da saúde e bem-estar animal, da saúde pública veterinária, da segurança da cadeia alimentar de origem animal, da inspeção hígio-sanitária, do controle de higiene da produção, da transformação e da alimentação animal e dos controles veterinários de animais e produtos provenientes das trocas intracomunitárias e importados de países terceiros, programadas e desencadeadas pelos serviços competentes, designadamente a DGV e a DGFCQA. Compete aos médicos veterinários municipais, no exercício da colaboração referida no número anterior: colaborar na execução das tarefas de inspeção hígio-sanitária e controle hígio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos referidos na alínea anterior elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adaptar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detectados casos de doenças de caráter epizootico emitir guias sanitárias de trânsito participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional do respectivo município colaborar na realização do recenseamento de animais, de inqueritos de interesse pecuário e ou econômico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

Realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção realizar busca ativa, de casos como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico no nível de suas competências executarem assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF e executar outras atribuições correlatas à função..

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O Técnico de Enfermagem exerce atividades de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente: participar da programação da assistência de enfermagem executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do enfermeiro participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar e participar da equipe de saúde.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU

Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como da cabine posterior da ambulância conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar a manutenção básica dos mesmos estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações conhecer a estrutura de saúde local conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local proceder aos gestos básicos de suporte a vida proceder a imobilização e transporte de vítimas realizar medidas de reanimação cardiopulmonar básica identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e suas utilidades comparecer, atuando técnica e dignamente, ao seu local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto a substituição do plantão deverá se fazer na base em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o técnico de enfermagem poderá solicitar a substituição no local do atendimento as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão se realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregues ao coordenador de enfermagem ou seu substituto com antecedência de 24 horas no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso manter-se atualizado, freq-entando as cursos e de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessários para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel acatar e respeitar as rotinas estabelecidas participar das reuniões convocadas pela direção participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica ser fiel aos interesses do serviço publico, evitando denegri-los, dilapida-lo ou conspirar contra os mesmos acatar as deliberações da direção técnica e participar da formação inicial e de, no mínimo 80% dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretara em sanções sujeitas ao desligamento do profissional.

MOTORISTA SOCORRISTA SAMU

Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações conhecer a malha viária local conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas realizar medidas

reanimação cardiopulmonar básica identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde comparecer, atuando ética e dignamente, ao seu lado de trabalho, conforme escala de serviço predeterminada, e dele não se ausentar até a chegada do seu substituto, sendo: a) a substituição do plantão deverá se fazer na base b) em caso de um atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além da escala, o motorista socorrista poderá solicitar a substituição no local do atendimento c) as eventuais trocas de plantão da escala de serviço deverão ser realizadas mediante preenchimento e assinatura de um formulário próprio, por ambas as partes, e entregue ao Diretor Técnico ou seu substituto, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas d) no caso de não haver troca oficial de plantão por opção das duas partes, a responsabilidade é do profissional que estava escalado originalmente cumprir com pontualidade seus horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de quinze minutos de antecedência tratar com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, liderando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo utilizar-se com zelo e cuidado das acomodações, veículos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários, sendo responsável pelo mau uso manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação continuada e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel acatar e respeitar as rotinas estabelecidas participar das reuniões convocadas pela direção participar das comissões de estudo e de trabalho, quando requisitado pela direção técnica ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos acatar as deliberações da direção técnica e participar da formação inicial e de, no mínimo 80% (oitenta por cento) dos cursos de educação continuada oferecidos, sendo que o não cumprimento acarretará em sanções sujeitas ao desligamento do profissional

MOTORISTA

Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros, respeitando o código Nacional de Trânsito recolher o veículo na garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento manter o veículo limpo e proceder à lavagem e limpeza externa e interna do mesmo fazer reparos de emergência encarregar-se de transporte e entrega de correspondência que lhe for confiada auxiliar no controle de quilometragem e de gasto de combustível promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção e de velocidade providenciar a lubrificação quando indicada verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus tratar com educação e respeito os passageiros do veículo manter a Carteira nacional de Habilitação (CNH) atualizada e executar tarefas afins. I - Conduzir o veículo oficial da Secretaria II - Zelar pelas boas condições físicas e mecânicas do veículo III - Providenciar os reparos necessários e o constante abastecimento de combustível dos veículos IV - Observar as datas pertinentes à renovação da documentação legal dos veículos V - Estar sempre devidamente uniformizado e com asseio pessoal VI - Estar à disposição da Secretaria, ainda que em horas extraordinárias à jornada normal de trabalho VII - Manter em perfeita ordem legal os documentos de habilitação para a condução dos veículos VIII - Manter os veículos limpos e asseados IX - Zelar pelo patrimônio da Secretaria Municipal.

EXTRATO CONTRATUAL 148/2020 PMN

Publicação Nº 2753294

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Licitação : Pregão Presencial nº 148/2020 PMN

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO COMERCIO DE AMBULANTES NA FAIXA ARENOSA E PRAÇAS (INCLUINDO ARENA ESPORTIVA) DAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COMPREENDENDO PRAIA CENTRAL/PONTAL (TRECHO 1), PRAIA DA MEIA-PRAIA (TRECHO 2) E PRAIA DO GRAVATÁ (TRECHO 3) PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) MESES COM INÍCIO EM 01/12/2020 E TÉRMINO EM 03/03/2021, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC.

Permitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contrato Nº 237/2020

Permissionário.: ADEMIR CLEMES

CPF : 721.702.479-04

Valor : 130,00

Contrato Nº 238/2020

Permissionário.: ALAN EDUARDO PACHER

CPF : 113.223.049-71

Valor : 110,00

Contrato Nº 239/2020

Permissionário.: ALINE FERREIRA DA SILVA GOMES

CNPJ : 31.073.526/0001-25

Valor : 800,00

Contrato Nº 240/2020

Permissionário.: ALISSON FERREIRA DA SILVA

CPF : 116.332.954-19

Valor : 105,00

Contrato Nº 241/2020

Permissionário.: AURI CLENIO PETRY FILHO

CNPJ : 22.707.034/0001-53

Valor : 2.100,00

Contrato Nº 242/2020

Permissionário.: CHARLESTON LUCIO MIRANDA

CPF : 061.658.659-09

Valor : 200,00

Contrato Nº 243/2020

Permissionário.: CINTIA VALERIA SANTOS ARMELIM

CPF : 404.283.028-58

Valor : 201,00

Contrato Nº 244/2020

Permissionário.: DAIANE OLIVEIRA ALEXANDRE

CPF : 322.156.638-71

Valor : 100,00

Contrato Nº 245/2020

Permissionário.: DANILO WESLEY DOS SANTOS TROPIANO

CNPJ : 34.388.669/0001-14

Valor : 151,00

Contrato Nº 246/2020

Permissionário.: DORIVAL GUEDES DE FARIA

CNPJ : 14.618.597/0001-47

Valor : 100,00

Contrato Nº 247/2020

Permissionário.: EDEMILSON RODRIGUES

CPF : 489.496.209-87

Valor : 100,00

Contrato Nº 248/2020

Permissionário.: EDILENE LINHARES

CPF : 285.925.468-42

Valor : 100,00

Contrato Nº 249/2020

Permissionário.: FABIO COSTA CEZAR

CPF : 009.006.659-63

Valor : 110,00

Contrato Nº 250/2020

Permissionário.: FLAVIO FERREIRA REIS

CPF : 028.989.545-60

Valor : 102,00

Contrato Nº 251/2020

Permissionário.: GILMAR DE BARROS GOMES

CNPJ : 32.885.947/0001-13

Valor : 800,00

Contrato Nº 252/2020

Permissionário.: GRACIELLE APARECIDA SCHLUKEBIER

CPF : 063.883.189-08

Valor : 150,00

Contrato Nº 253/2020

Permissionário.: GUSTAVO ANTUNES CORREA

CPF : 088.681.419-73

Valor : 100,00

Contrato Nº 254/2020

Permissionário.: JANAINA ROCHA

CPF : 062.173.859-02

Valor : 500,00

Contrato Nº 255/2020

Permissionário.: JOSÉ MELO SIQUEIRA

CPF : 291.777.900-49

Valor : 100,00

Contrato N° 256/2020

Permissionário.: JOSÉ WANDERLEY GUIDI

CPF : 278.183.909-44

Valor : 100,00

Contrato N° 257/2020

Permissionário.: LETIANE NUNES DA SILVEIRA

CNPJ : 35.290.505/0001-12

Valor : 300,00

Contrato N° 258/2020

Permissionário.: LISIANE PEREIRA MARTINS

CPF : 023.922.580-58

Valor : 110,00

Contrato N° 259/2020

Permissionário.: LUCAS DANIEL DA CRUZ

CPF : 408.766.628-07

Valor : 150,00

Contrato N° 260/2020

Permissionário.: LUIZ DE AZEVEDO GOMES

CNPJ : 414.934.514-72

Valor : 100,00

Contrato N° 261/2020

Permissionário.: LUIZ DE AZEVEDO GOMES

CNPJ : 31.126.039/0001-83

Valor : 800,00

Contrato N° 262/2020

Permissionário.: LUIZ R. RIBEIRO

CNPJ : 35.663.102/0001-71

Valor : 5.000,00

Contrato N° 263/2020

Permissionário.: MACAULLY DE SOUZA FRANCO

CPF : 119.297.419-01

Valor : 135,00

Contrato N° 264/2020

Permissionário.: MARCELO DE SOUZA

CPF : 132.407.569-43

Valor : 127,00

Contrato N° 265/2020

Permissionário.: MARIA IANE DOS SANTOS DONATO

CNPJ : 31.436.467/0001-02

Valor : 800,00

Contrato N° 266/2020

Permissionário.: MARIA JOSE DE AZEVEDO GOMES SILVA

CPF : 027.286.389-00

Valor : 300,00

Contrato N° 267/2020

Permissionário.: ODAIR JOSÉ DE ANDRADE

CPF : 718.908.829-68

Valor : 100,00

Contrato N° 268/2020

Permissionário.: PAULO TROPIANO

CPF : 005.961.278-98

Valor : 351,00

Contrato N° 269/2020

Permissionário.: SINEIDE DE AZEVEDO GOMES

CPF : 038.808.654-85

Valor : 110,00

Contrato Nº 270/2020
Permissionário.: TIAGO FEIJO DA SILVA
CPF : 019.554.420-02
Valor : 170,00

Contrato Nº 271/2020
Permissionário.: TIAGO FEIJO DA SILVA
CNPJ : 26.743.992/0001-30
Valor : 277,00

Contrato Nº 272/2020
Permissionário.: VIVIANE ANTUNES CORREA
CPF : 058.684.309-48
Valor : 110,00

Vigência : Início: 01/12/2020 Término 03/03/2021.
Navegantes, 10 de dezembro de 2020.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 07/185/2018PMN

Publicação Nº 2753067

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL Nº 07/185/2018PMN.
CONTRATO PRINCIPAL: 185/2018 PMN.
Concorrência Nº 91/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONTRATADA: CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA,
CNPJ sob o nº 07.637.801/0001-01

Representada pelo senhor Rogério Silvano André

OBJETO: Sétimo Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo do Contrato nº 185/2018 PMN, referente à CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR PADRÃO FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SALDO REMANESCENTE DA CONCORRÊNCIA 130/2017, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 32619, conforme Concorrência nº 91/2018.

Recursos: 1.129 4.490.00 5001 Investimentos em ações melhorias do EF

Vigência: 01/01/2021-30/06/2021.

ORGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Navegantes, 10 de dezembro de 2020.

EXTRATOS CONTRATOS Nº.: 02/133/2020 FMS / 03/133/2020 FMS

Publicação Nº 2753244

Prefeitura Municipal de Navegantes
Fundo Municipal de Saúde
Contrato Nº.: 02/133/2020 FMS.
Contratante: ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICIENCIA CRISTÃ
CNPJ: 86.324.860/0001-04

Representado por: Rogério de Abreu.

Vigência : 01/01/2021 – 31/12/2021 .

Fundamento: Art.57, inciso II, Lei nº 8.666/93.

Licitação : Concorrência nº 15/2020 FMS

Valor global: R\$ 14.880.000,00 (conforme período contratado 12 meses).

Recursos/Dotações: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 / 2.160.3.9.90.00.00.00.00.00

Objeto : Segundo Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo do Contrato nº 133/2020 FMS, referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE HOSPITALAR SEM FINS LUCRATIVOS PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES, ATENDIMENTO AMBULATORIAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., através da Concorrência nº 15/2020 FMS.

Órgão Solicitante / responsável: Secretaria de Saúde de Navegantes.

Responsável: CLAUDETE MARIA HERMOGENES – Secretaria de Saúde.

Navegantes, 10 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Navegantes
Fundo Municipal de Saúde
Contrato Nº.: 03/133/2020 FMS.
Contratante: ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICIENCIA CRISTÃ
CNPJ: 86.324.860/0001-04

Representado por: Rogério de Abreu.

Vigência : 03 (três) meses. Licitação : Concorrência nº 15/2020 FMS

Valor Total: R\$ 695.000,00 (seiscentos e noventa e cinco mil reais).

Recursos/Dotações: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 / 2.160.3.9.90.00.00.00.00 Objeto : Terceiro Termo Aditivo visando o acréscimo de serviços ao Contrato nº 133/2020 FMS, referente à CONCORRENCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE HOSPITALAR SEM FINS LUCRATIVOS PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES, ATENDIMENTO AMBULATORIAL

*Considerando a realização do gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços hospitalares de internação em leitos clínicos no Hospital Municipal Nossa Senhora dos Navegantes às pessoas acometidas pelo COVID-19;

Órgão Solicitante / responsável: Secretaria de Saúde de Navegantes.

Responsável: CLAUDETE MARIA HERMOGENES – Secretaria de Saúde.

Navegantes, 10 de dezembro de 2020.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 016/2020

Publicação Nº 2752701

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 016/2020.

Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e a empresa RADAR DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA, inscrito no CNPJ n. 02.307.788/0001-09. Objetivo: Possibilitar o exercício da atividade econômica da empresa mediante o compromisso de adequação as normas ambientais, cessando a vigência do embargo, interdição e suspensão, mediante ao prévio comprometimento da assunção de encargos visando às adequações necessárias. Vigência do Termo: 06 (seis) meses a contar da data da assinatura, que se deu em 08 de dezembro de 2020, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: Heloisa Cristina Flores, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente FUMAN - Compromitente e RADAR DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ n. 02.307.788/0001-09, neste ato representado por procuração por RAFAEL MULLER PETERMANN, inscrito no CPF sob n.º 025.***.***-**, como compromissário. Navegantes, 10 de dezembro de 2020.

PORTARIA 3685/2020

Publicação Nº 2752989

PORTARIA N.º 3685 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

INSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL POR REALIZAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 75, II

RESOLVE:

Art. 1º. INSTITUIR a Comissão responsável pela realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais da saúde (médico clínico geral, psiquiatra, infectologista, enfermeiro, técnico de enfermagem ESF - Estratégia Saúde da Família, técnico de enfermagem SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, motorista e veterinário), cujos integrantes são os seguintes:

Pablo Sebastian Velho;
Silvania Camargo de Meira;
Fernanda Soares Gomes;
Xana Raquel Ortolan;
Gabriel Antonio Rabel Junior.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Emílio Vieira
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3694/2020

Publicação Nº 2752950

PORTARIA Nº 3694 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.
RECONDUZ COMISSÃO PROCESSANTE DA SINDICÂNCIA Nº004/2019.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes –
CONSIDERANDO o número expressivos de oitivas ainda a serem realizadas necessárias à apuração da verdade real dos fatos,
RESOLVE:

I -DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Salete Maria Branchi para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata os Autos nº 004/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº1964, de 17 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº 2880, de 19 de julho de 2019.

II -A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III -Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3412 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753272

PORTARIA Nº 3412 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 205/2020 PMN do processo licitatório, Tomada de Preço nº 24/2020 FMS cujo objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO PORTO DAS BALSAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Fiscal: DANIELLI DOS SANTOS LOIS DE OLIVEIRA -- (titular)
PAULO ROBERTO COUTO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de novembro de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE NOVEMBRO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3692 DE 09 DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753293

PORTARIA Nº 3692 DE 09 DEZEMBRO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 148/2020 PMN do processo licitatório, Pregão Presencial nº 148/2020 PMN, cujo objeto, PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO COMERCIO DE AMBULANTES NA FAIXA ARENOSA E PRAÇAS (INCLUINDO ARENA ESPORTIVA) DAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COMPREENDENDO PRAIA CENTRAL/PONTAL (TRECHO 1), PRAIA DA MEIA-PRAIA (TRECHO 2) E PRAIA DO GRAVATÁ (TRECHO 3) PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) MESES COM INÍCIO EM 01/12/2020 E TÉRMINO EM 03/03/2021, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC.

Fiscais: JOSÉ OSMAR BEZERRA NETO -- (titular)
FABIANE DA COSTA ELEUTÉRIO -- (suplente).

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3693 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752972

PORTARIA Nº 3693 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 131/2020 PMN do processo licitatório, Tomada de Preço nº 21/2020 PMN cujo objeto: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PARA A GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS, PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Tomada de Preço nº 21/2020 PMN.

Fiscal: ANA EISING -- (titular)
LUCIANO DA COSTA -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3700 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752971

PORTARIA Nº 3700 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 217/2020 PMN do processo licitatório, Tomada de Preço nº 127/2020 PMN cujo objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE FINALIZAÇÃO DA NOVA ESCOLA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Tomada de Preço nº 127/2020 PMN.

Fiscal: GILÇA ONÉLIA DE JESUS -- (titular)
TATIANE NASCIMENTO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3701 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753160

PORTARIA Nº 3701 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 209/2020 PMN do processo licitatório, Tomada de Preço nº 144/2020 PMN cujo objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE ORLA DAS PRAIAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES COM CICLOFAIXA, CALÇADA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE 871967/2018 - OPERAÇÃO 1059020-80 - MTUR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO, CONFORME PROJETOS E DOCUMENTOS TÉCNICOS ANEXOS,. Conforme Tomada de Preço nº 144/2020 PMN.

Fiscal: FABIANE DA COSTA ELEUTÉRIO -- (titular)
FELIX FABRICIO BERNANDES VIEIRA -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3702 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753368

PORTARIA Nº 3702 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 147/2020 PMN do processo licitatório, Tomada de Preço nº 04/2020 FCN cujo objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA PREFEITO MANOEL EVALDO MULLER, ATRAVES DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC. Conforme Tomada de Preço nº 04/2020 FCN.

Fiscal: ROSEANE DE SOUZA -- (titular)
ROSANGELA C. ARCENO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3585/2020 Á 3620/2020

Publicação Nº 2754437

PORTARIA Nº 3585 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "C", a ANA LUCIA DUARTE CARVALHO, matrícula 341204, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3586 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a ANDERSON VIANA ZAGUINI, matrícula 63385201, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR FISCAL, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3587 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", a EDKEYT EUFRÁSIO DE ANDRADE CARDOSO, matrícula 63293601, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3588 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a EVERTHON TAVARES VERONESE, matrícula 63381201, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO ESF, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3589 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'II', a EVILLIN BASTOS, matrícula 63371001, ocupante do cargo efetivo de SECRETÁRIA ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3590 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", a FABIANO LUIZ BIANCHI, matrícula 63371901, ocupante do cargo efetivo de SECRETÁRIO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3591 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", a FLÁVIA RAFAELA RAMOS, matrícula 63375501, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3592 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "E", a JONES FRANCISCO ARAIS, matrícula 6231701, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3593 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a JULIANA DA SILVA GERHARDT NARDES, matrícula 63388101, ocupante do cargo efetivo de MONITORA DO TRANSPORTE ESCOLAR, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3594 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "E", permanecendo no nível 'I', a JULIANA RUBIA DA COSTA SUCCO, matrícula 235706, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA CONSULTORA ADMINISTRATIVA, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3595 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "D", a KAROLINE DE OLIVEIRA BITTENCOURT, matrícula 63299101, ocupante do cargo efetivo de FISCLA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3596 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a LAYSA DE ARAÚJO, matrícula 63382101, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3597 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "G", permanecendo no nível 'II', a LEILA APARECIDA MATIAS PACHECO, matrícula 389201, ocupante do cargo efetivo de GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3598 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "D", permanecendo no nível 'II', a LETICIA ALVES JURADO, matrícula 6326602, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3599 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "C", a LUCIANA FERREIRA DE SOUZA, matrícula 63315001, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3600 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a LUCIANO DA COSTA, matrícula 63387301, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR FISCAL, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3601 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", MARCELO NICOLAS AYALA PERES, matrícula 63343601, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR FISCAL, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3602 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a MARCIA PAWLOWYTSCH, matrícula 63384401, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3603 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'III', a MARCOS LEANDRO DOS SANTOS, matrícula 6279501, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA AMBIENTAL, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3604 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a MARIA CRISTINA SILVA DOS SANTOS, matrícula 6259603, ocupante do cargo efetivo de SECRETÁRIA ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3605 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'II', a MARIA SOLANGE PEREIRA FORNARI, matrícula 114305, ocupante do cargo efetivo de ORIENTADORA SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3606 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a MUNIQUE SOARES FELIX, matrícula 63382701, ocupante do cargo efetivo de PROCURADORA MUNICIPAL, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3607 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", a NATALI ROMANO BATISTA, matrícula 63384301, ocupante do cargo efetivo de ARQUITETA, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3608 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "G", permanecendo no nível 'II', a NELCI MARIA VIEIRA ALBINO, matrícula 378803, ocupante do cargo efetivo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3609 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'II', a NELZI NELI INACIO BITTENCOURT, matrícula 6291304, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3610 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", a PATRICIA BERALDO DE FARIA, matrícula 63278803, ocupante do cargo efetivo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3611 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "H", permanecendo no nível 'I', a PEDRO JOSÉ DA SILVA, matrícula 360805, ocupante do cargo efetivo de PROCURADOR MUNICIPAL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3612 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "D", a REGIANE ELISETE DOS SANTOS COELHO, matrícula 6224104, ocupante do cargo efetivo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar

nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3613 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "E", a ROSIMAR APARECIDA DA SILVA VICENTE, matrícula 1987602, ocupante do cargo efetivo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3614 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, permanecendo estacionada na classe/referência "M", permanecendo no nível 'II', a SHEILA MARIA SAGÁS MACHADO, matrícula 138102, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, devendo permanecer estacionada por mais 04 (quatro) referências.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3615 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "E", a SILVIA MARIA GUNTHER, matrícula 5190204, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3616 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "D", a SINAIR FALCADE, matrícula 1796103, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3617 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "C", permanecendo no nível 'I', a TATIANA DE ALENCAR CARLINI, matrícula 63315701, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA CONSULTORA ADMINISTRATIVA, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3618 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a VICTOR FERNANDO SILVA PORTO DE SOUZA, matrícula 3167401, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - FME,

com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3619 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'I', a VIVIAN BERKENBROCH RAMOS, matrícula 63383601, ocupante do cargo efetivo de FARMACÊUTICO, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3620 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CAPACITAÇÃO, posicionando para a classe/referência "A", permanecendo no nível 'II', a WANDRE DA ROSA, matrícula 63376501, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta progressão está amparada pela Lei Complementar nº 317 de 19 de abril de 2017 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 4 de dezembro de 2003, da Lei Complementar nº 1361 de 20 de dezembro de 2000, da Lei nº 1461 de 20 de novembro de 2001, da Lei nº 1.362 de 20 de dezembro de 2000 e da Lei Complementar nº 206 de 04 de junho de 2014 e dá outras providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESOLUÇÃO COMUSA 02/2020

Publicação Nº 2752841

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - COMUSA
RESOLUÇÃO COMUSA Nº 02/2020

Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal de Saúde – COMUSA para o biênio 2020/2022, cujo mandato terá seu término em março de 2020 e revoga na íntegra a Resolução COMUSA nº 01/2020.

O Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, no uso de suas atribuições, com base nas competências instituídas pela Lei Municipal nº 3044 de 20 de outubro de 2015, em sua Reunião realizada em 25 de novembro de 2020, conforme ofício nº 20/2020, HOMOLOGA:

A nova composição para o Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, para o biênio 2020/2022, tendo o início do mandato em março de 2020 e término em março de 2022, sendo a seguinte composição:

Representantes Governamentais

Representante do Governo Municipal:

Titular: Carla da Silva de Carvalho

Suplente: Francieli Aparecida Nerling

Representantes dos Prestadores de Serviço

Titulares: Christopher Montalto – Felizmed

Neide Maria Sapeli – Digimax

Suplentes: Kamila Caroline Freitas Lustosa Santos- Felizmed

Loreni Tavares Hofema Hack – Digimax

Representantes dos Profissionais de Saúde

Titulares: Morgana Pereira

Maria Raquel da Silva

Salette Albino

Suplentes: Lucilene Leal da Silva

Eli Ana da Silva

Edilene Siqueira da Silva

Representantes Não-Governamentais

Representantes dos Usuários

IVES – Instituto de Valorização a Vida e Estudos Socioeconômicos

Titular: Samael Souza Conceição

Suplente: Sidney José Rodrigues de Souza

Observatório Social

Titular: Marcelo José dos Santos

Suplente: Magrit Decker

AVSHN – Associação do Voluntariado de Saúde do Hospital de Navegantes

Titular: Rosângela Schneider Ristow

Suplente: Priscila Helena Sacavem

SINDIFOZ – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí

Titular: Elisabete Margot Vieira

Suplente: Francisco Eduardo Johannsen

APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais de Navegantes

Titular: Simone da Silva

Suplente: Ana Paula de Col Boldori

Associação de Cultura e Tradições de Matriz Africana – Ojinjé

Titular: Isabel Cristina Ribeiro Rosa

Suplente: Luiz Marcelo Tião

Presidente COMUSA Navegantes: Carla da Silva de Carvalho

Esta Resolução Revoga na íntegra a Resolução nº 01/2020, publicada na Edição nº 3111 do Diário Oficial dos Municípios Catarinenses, de 14 de abril de 2020.

Navegantes, 25 de novembro de 2020.

Carla da Silva de Carvalho

Presidente COMUSA Navegantes

RESOLUÇÃO NAVETRA 02/2020

Publicação Nº 2752844

RESOLUÇÃO NAVETRA Nº 002/2020

INSTITUI SERVIDORES PARA COMPOR A EQUIPE DE ENFRENTAMENTO AO COVID19 E QUE FAZEM JUS A GRATIFICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.472/2020 E REVOGA NA ÍNTEGRA A RESOLUÇÃO NAVETRA 001/2020.

O Secretário Municipal de Segurança e Defesa Social e Superintendente da Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito, no uso das atribuições que lhe confere a lei orgânica municipal em seu art.68, § 1º;

Considerando a necessidade de adoção de medidas para preservar e assegurar a manutenção da saúde e da segurança à população que precisa deixar, mesmo que momentaneamente, o isolamento social para desenvolver atividades essenciais ou adquirir bens de primeira necessidade;

Considerando o aumento excessivo do número de casos confirmados de infecção humana pelo novo COVID19 na cidade de Navegantes;

Considerando a necessidade de criar mecanismos e ações, em caráter emergencial, para diminuir a evolução da transmissão e posterior erradicação do vírus;

Considerando a autorização do chefe do Poder Executivo a conceder gratificação temporária e transitória aos servidores que exercem atividades presenciais de enfrentamento, prevenção e combate ao COVID19, conforme lei nº 3.472 datada em 06/04/2020;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear servidores pertencentes ao quadro pessoal da secretaria de segurança e defesa social e Fundação de Vigilância e Trânsito para receberem a gratificação por exercerem atividades presenciais de enfrentamento, prevenção e combate ao COVID19 por meio de fiscalização através da Defesa Civil.

Artigo 2º - A gratificação será no valor especificado no art.1º e cessará conforme art.3º da lei 3.472/2020 em vigor.

Artigo 3º - Ficam nomeados os servidores FABIANE PIERRE DOS PASSOS e MAURÍCIO TRINDADE DUARTE na função de membros da comissão que fará análise dos servidores lotados/disponibilizados na secretaria de segurança e defesa social;

Artigo 4º - Ficam nomeados os servidores CESAR ALEXANDRE REISER e IRANI DOS SANTOS, na função de membros da comissão que fará análise dos servidores lotados/disponibilizados na Fundação de vigilância e trânsito;

Artigo 5º - Servidores lotados na secretaria de segurança e defesa social:

CESAR ALEXANDRE REISER, DAIANE DA SILVA CAVALCANTI, EDNEI ARAUJO DE QUEIROZ, EVERALDO R DA CUNHA, FABIANE PIERRE DOS PASSOS, FABIO ORESTE POLICARPO, FILOMENA SCHLUCHER, GABRIEL HANSEN PIERRE, GERSON ROBERTO DE OLIVEIRA, GILMAR GHAGAS DE GHAGAS, GIOVANI DE LUCA, GUILHERME NASCIMENTO DOS SANTOS, JAIR ANTONIO QUEIROZ, JAIR DE AVILA VIEIRA, JOSE ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS, JOSE CARLOS DE LIMA, JOYCE APARECIDA PEREIRA LEONARDO ABU FARAH MARCHIORO, LINDSEI DE FATIMA REBELO, MARCELO DE TALES COSTA, MARIA FRANCISCA DA SILVA, NAYARA C F GAMA, NELSON LUVISON, OSMAR AMARO, PATRICIA FERMINO DOS SANTOS, RODOLFO FRANCISCO COUTO FILHO, ROSANGELA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS, SEBASTIÃO APARECIDO RODRIGUES, TANIA MARI PASSOS, VALMIR MACIEL.

Artigo 6º - Servidores lotados na fundação de vigilância e trânsito:

AUGUSTO ROGÉRIO LOPES, IRANI DOS SANTOS, LEILA APARECIDA MATIAS PACHECO, MAURICIO TRINDADE DUARTE, NERI PEREIRA DOS SANTOS, SERGIO NEI DA CRUZ JUNIOR, VALDIR BELARMINDO, WEDSON WILLIAN LEAL.

Parágrafo Único - As referidas comissões serão presididas pelo secretário municipal de segurança e defesa social/superintendente de vigilância e trânsito.

Artigo 7º - Esta Resolução revoga na íntegra a resolução nº 001/2020, publicada na Edição nº 3147 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 21 de maio de 2020.

Navegantes SC – 09 de dezembro de 2020

JOHNNY EURICO COELHO

Secretário Interino de Segurança e Defesa Social

Superintendente da Fundação de Vigilância e Trânsito

TERMO ADITIVO 1692/2020

Publicação Nº 2754432

ADITIVO DE CONTRATO 1692/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1037/2020.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Municipal Sr. Emílio Vieira, CPF: XXX.XXX.XXX-XX o Secretário de Administração de Logística na pessoa do Sr. Marcio da Rosa, CPF: XXX.XXX.XXX-XX e de outro lado CLAUDINEIA RODRIGUES DA SILVA – CPF XXX.XXX.XXX-XX doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1037/2020, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original, firmado em 15/06/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 09/12/2020 até 08/06/2021, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias

de igual teor e forma.

Navegantes, 09 de dezembro de 2020.

EMÍLIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MARCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
CLAUDINEIA RODRIGUES DA SILVA		
TESTEMUNHAS		
NATHALIA ZABEL		MEIRE MESCHKE REIS

TERMO ADITIVO 1693/2020

Publicação Nº 2754430

ADITIVO DE CONTRATO 1693/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 1038/2020.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Municipal Sr. Emílio Vieira, CPF: XXX.XXX.XXX-XX o Secretário de Administração de Logística na pessoa do Sr. Marcio da Rosa, CPF: XXX.XXX.XXX-XX e de outro lado JULIANA MARTINS DE SOUZA – CPF XXX.XXX.XXX-XX doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1038/2020, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original, firmado em 15/06/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 10/12/2020 até 09/06/2021, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 09 de dezembro de 2020.

EMÍLIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MARCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
JULIANA MARTINS DE SOUZA		
TESTEMUNHAS		
NATHALIA ZABEL		MEIRE MESCHKE REIS

RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 041/2020

Publicação Nº 2752333



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 041/2020



EDITAL DE RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Navegantes/ SC, usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, torna público o resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição do Processo Seletivo Edital nº 041/2020, conforme segue:

INSC	NOME	RG	CARGO	RESULTADO	MOTIVO
10304	ADRIANA ANACLETO	5638061	AGENTE DE EDUCAÇÃO - 30 HORAS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10947	ADRIANA BIAZUS	3955025	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10536	ALDAIR JOSÉ JUTTEL	4952711	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10983	ALESSANDRA JESUS DA SILVA	4099083	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10319	BERENICE DAIANE VAZ	4146127	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11151	BRUNO NUNES LEITE	449769276	MOTORISTA	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10511	CAMILA GOMES DE SOUZA	311415640	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10829	CATIUSSE DE JESUS BUENO	6118475216	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10797	DENILSON EZIQUEL DE MELLO	7371021	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA - 40 HORAS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10636	FRANCIELY TEODORO	5836382	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10749	GABRIEL EDSON DOS SANTOS	6958102	MOTORISTA	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10258	GEOVANI PEDRO DE BORBA	7539098	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11524	GISLAINE SILVA DOS SANTOS SANTOS	3086222531	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11034	IVANETE MULLER	5136616	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - MAGISTÉRIO	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10769	JAQUELINE NUNES	7060330	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10046	JERLIANE CARDOSO DE OLIVEIRA JESUS BARBOSA	7821739	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11408	JESSICA ZATELLI	5986016	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 041/2020



INSC	NOME	RG	CARGO	RESULTADO	MOTIVO
11053	JORGE SEGUNDO BRAGA	15180808	MOTORISTA	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11145	JOSE NILDO LEITE OLIVEIRA	14974500	MOTORISTA	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10831	KATIA CILENE DA SILVA MAZON	2299206	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11102	KORINA SEDASSARI GALVÃO DO VALE	12810897	SECRETÁRIO ESCOLAR	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11362	LETICIA NASCIMENTO DOS SANTOS	7673976	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11196	LUCIANO DA SILVA ARAUJO	453415	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA - 40 HORAS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10417	LUZIARA GOMES DA SILVA	6061136	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11155	MAIARA MAFRA	5386927	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11234	MÁRCIO DAMASCENO DE CASTRO	22035605	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11225	MARIA CAROLINA FLORIANO	6413443	SECRETÁRIO ESCOLAR	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10510	MARIANA IVETE JULIO	6085752	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10341	MÔNICA FERNANDES CABRAL COSTA PORTILHO	7984049	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11414	NAYARA CLEMENTINA CALDEIRA	001742889	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10372	NEOWI LUIZ DE MIRANDA	4021579	PROFESSOR - ED FÍSICA (ED INFANTIL E ENS FUND (ANOS INICIAIS E FINAIS))	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10035	PATRICIA ALINE DE OLIVEIRA KERKHOFF	6874031	SECRETÁRIO ESCOLAR	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10680	PATRÍCIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	8401235	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10425	RONALDO JOSE DOS SANTOS	6448966	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11515	ROSANGELA SANSÃO	2960085	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11045	ROSEANE LIMA MENDONÇA BRAGA	37778773	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11395	ROSEMERI FRANÇA PEREIRA	66646398	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 041/2020



INSC	NOME	RG	CARGO	RESULTADO	MOTIVO
10633	ROSEMIR ALVES DE CARVALHO	2294977	MOTORISTA	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10564	RUBIA MARA DO AMARAL	4410354	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10568	RUBIA MARA DO AMARAL	4410354	PROFESSOR – SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENS FUND - HABILITADO	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10683	SALETE APARECIDA GALDINO BERTOLDI	1916949	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10946	SIDNEI JOSÉ CORREIA DA SILVA	5278642	MOTORISTA	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10872	VANDERLEIA ALBINO	1803544	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11353	VANESSA ROCHA RIBEIRO	5591883	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
11139	WELEN RODRIGUES QUEIROZ DE CAMPOS	8213724	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10879	WELISON SOARES RODRIGUES COUTINHO	7658650	PROFESSOR DE SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENS FUND – HISTÓRIA - HABILITADO	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.
10550	WILLIAM PAULO DE FARIAS	2862998	PROFESSOR DE SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENS FUND – MATEMÁTICA - HABILITADO	INDEFERIDO	CANDIDATO(A) NÃO ENCAMINHOU A DOCUMENTAÇÃO COMO CONSTA NO EDITAL NO ITEM 5.

O candidato disporá de 3 (três) dias úteis a partir da divulgação dos resultados da análise dos requerimentos de isenção do pagamento da inscrição, para contestar o indeferimento por meio de interposição de recurso, conforme previsto no Capítulo 12 do edital do processo. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

No dia **18 de dezembro de 2020**, será divulgado no endereço eletrônico **www.rboconcursos.com.br** o resultado do recurso contra o indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição.

Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no Processo Seletivo, deverão acessar o endereço eletrônico **www.rboconcursos.com.br**, imprimir a segunda via do respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição e pagá-lo até a data de seu vencimento.

Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no certame.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 10 de dezembro de 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 009-2020 - SUSPENDE OS EFEITOS LEGAIS E JURÍDICOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 18-2015**

Publicação Nº 2752644

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 09/2020

SUSPENDE TODOS OS EFEITOS LEGAIS E JURÍDICOS DOS 4º, § 3º, PARTE FINAL, E §§ 4º A 7º, ART. 5º, INCISO I, PARTE FINAL, INCISO II, §§ 1º A 3º, E INCISO II, §§ 4º E 5º, ART. 9º, PARTE FINAL; ART. 31, INCISO X, PARTE FINAL; E ARTS.51 A 62, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 018, DE 22-7-2015 E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais e de acordo com lei Orgânica Municipal, em especial o inciso XIV do artigo 28, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º- Fica Suspenso todos os efeitos Legais e Jurídicos do ART. 4º, § 3º, PARTE FINAL, E §§ 4º A 7º, ART. 5º, INCISO I, PARTE FINAL, INCISO II, §§ 1º A 3º, E INCISO II, §§ 4º E 5º, ART. 9º, PARTE FINAL; ART. 31, INCISO X, PARTE FINAL; E ARTS.51 A 62, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 018, DE 22-7-2015, conforme determinação judicial autos nº 9144694-41.2015.8.24.0000.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 09 de dezembro de 2020.

Paulo Rodrigo Melzi
Presidente

José dos Santos
Vice-Presidente

Jefferson Machado Macarini
1º Secretário

Alício Jacob Ricobom Filho
2º Secretário

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**TOMADA DE PREÇO Nº 11/2020 NAVEGANTESPREV**

Publicação Nº 2754351

TOMADA DE PREÇO Nº 11/2020 NAVEGANTESPREV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e Lei 10520/02, que se encontra aberto o processo licitatório para TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA FINANCEIRA PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 08h45 do dia 20/01/2021. Abertura envelopes: às 09h00 do dia 20/01/2021. O Edital na íntegra se encontra à disposição no site www.navegantesprev.sc.gov.br/licitacao. Navegantes, 10 de dezembro de 2020. GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES – DIRETORA PRESIDENTE

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 325/2020 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2753722

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº. 325 de 09 de Dezembro de 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1911, de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$1.890,00 (Um mil oitocentos e noventa reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1041	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIPAMENTOS P/ O SOCIAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 12.65	R\$1.890,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º. Utilizamos os recursos do excesso de arrecadação conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1911/2019 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 09 de Dezembro de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

FABIELLI POLLI
Secretária da Administração, Finanças e Planejamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2020 ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO DOS RECURSOS

Publicação Nº 2753717

ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO DOS RECURSOS

PROCESSO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2020

OBJETO: DISPÕE SOBRE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS/PROJETOS RELACIONADOS A LINGUAGENS ARTÍSTICAS, A FIM DE FOMENTAR A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM-SC

I. DAS PRELIMINARES:

Recursos Administrativos interpostos tempestivamente por Maicon Bruschi, protocolo em 07.12.2020, e Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Nova Erechim-SC, protocolo em 08.12.2020.

Ambos na forma da Lei e edital.

II. DAS ALEGAÇÕES DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS;

O recorrente apresentou sua insurgência, por entender que o seu vínculo com a administração pública não estar correlacionada com a atividade artística, justificando o custo da empresa e materiais e o prejuízo que a pandemia ocasionou com a paralização dos serviços. A Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Nova Erechim-SC, sustenta em seu recurso que o indeferimento que as atividades prestadas ao Município não estão correlacionadas com os eventos tradicionais que são realizados anualmente, estes cancelados, devido ao COVID 19, pois o hospital visa desenvolver a cultura com o evento relatado. Ambos requerem a reconsideração da Comissão.

III. DA DECISÃO E ANÁLISE DOS RECURSOS;

A Lei Aldir Blanc, é uma lei que prevê auxílio financeiro emergencial para o setor cultural, por meio de Renda Emergencial da Cultura aos trabalhadores da cultura e da concessão de subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, provocadas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Prevendo além da renda emergencial e do subsídio mensal também, está prevista a realização de editais, e chamadas públicas para aquisição de bens e serviços, produzidos por empreendimentos culturais atingidos pela pandemia.

Aplicando os princípios gerais que regem o atuar daqueles que integram a Administração Pública, o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, à minguada da necessária isenção de ânimo para tanto. Assim, todos os processos que estejam amparados pela lei de licitações e contratos devem respeitar esta vedação, vedação expressa em edital.

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância.

Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto". (grifos apostos)

O edital foi muito claro ao estabelecer que as regras de participação, cabe aos participantes o cumprimento da integral destas, fomento cultural e a vedação de agentes públicos nos termos da Lei.

Dado isto, as exigências contidas no edital não são meras formalidades, mas sim obediência ao instrumento convocatório bem como às Legislações vigentes, visto que o instrumento convocatório obedece ao disposto em Lei.

Face ao exposto, entende-se, com base nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade e julgamento objetivo, pelo conhecimento e DESPROVIMENTO, dos recursos formulados por Maicon Bruschi este por ser funcionário público municipal, e da Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Nova Erechim por receber recursos financeiros oriundos de serviços médicos hospitalares através de convênio deste ente público municipal, entende-se que o Hospital tem como fator primordial a Saúde Pública, conforme CNAE, e não fomento cultural, ademais este continuou a perceber valores mensais, durante a pandemia.

Nova Erechim(SC) 10 dezembro de 2020.

Comissão:

Sandra Solivo _____

Fabíeli Polli _____

Eunice Terezinha Bruschi _____

Damdara Luana Schuck _____

Soeli Sonia Sartori Marroco _____

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS INSCRITOS NO EDITAL 02/2020

Publicação Nº 2753720

Homologação final dos inscritos no Edital 02/2020

Que dispõe sobre a apresentação de propostas/projetos relacionados a linguagens artísticas, a fim de fomentar a produção artística e cultural do município de Nova Erechim – SC.

NOME	Título do projeto	Resultado
01- Associação de Mães Nossa Senhora de Fátima	Qualidade de Vida em Ação	Deferido
02- Associação de Mães – Comunidade Morro do Chapéu	Ervas Medicinais	Deferido
03- Associação de Jovens Unidos Venceremos – Comunidade Suspiro	Saúde da Mulher e do Homem	Deferido
04- Associação Italiana Veneta -	Noite Cultural	Deferido
05- Associação União Novaerechinense de Esportes	Ensino Esporte e Lazer com Bochas	Deferido
06- Associação de Mães- Comunidade São José	Ervas Medicinais	Deferido
07- Associação de Mães – Comunidade Guabiroba	Atividade Física em Comunidade	Deferido
08- Associação de Mães Só o amor constrói - Sede Vargas	Saúde da Família	Deferido
09- Rádio Comunitária	Dicas de culinária – Aprendendo com Vovó	Deferido
10- CTG – Galpão da Tradição	Nova Erechim Baila com o Galpão da Tradição	Deferido

11-Associação de Mães Raio de Sol	Saúde em Foco	Deferido
12-Associação Juventus	Torneio de Penalti	Deferido
13-Associação de Artesãos	Agulhas e Linhas – Artesanato na comunidade	Deferido
14-Associação Coral Meninos Cantores de Nova Erechim	O Coral vai à Escola	Deferido
15-BRASPOL	Encontro com a Cultura Polonesa (Swieconka – festa da Páscoa)	Deferido
16- Adalberto Luiz Gebel	Vídeo aula de Violão	Deferido
17-Andréia Ferla	Live Música Sertaneja	Deferido
18-Associação de Mães – Comunidade Pinheirinho	Oficina de Culinária Italiana	Deferido
19- Joel Menzem	Oficina de Teclado	Deferido

Nova Erechim 10 de dezembro de 2020

Nédio Antônio Cassol
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159/2020 DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE FÉRIAS DA SERVIDORA JUSCILEI ANA BRESOLIN SCHONORR

Publicação Nº 2752880

PORTARIA Nº 159, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre o cancelamento de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Cancelar o período de gozo de Férias de 04.01.2021 a 02.02.2021, da Servidora Municipal JUSCILEI ANA BRESOLIN SCHNORR, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concedida pela Portaria nº 147, de 19 de novembro de 2020.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 10 de dezembro de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 024-2020 - CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A LUCINÉIA FÁTIMA MERIGO

Publicação Nº 2753307

PORTARIA Nº 024/2020

“Concede Adicional de Titulação a servidor
LUCINÉIA FÁTIMA MERIGO.”

LUIZ CARLOS SILVANO, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor, e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 25 da Lei Complementar nº 0126/2019, de 20 de março de 2019, Anexo III, fica concedido o Adicional de Graduação na ordem de 10%(dez por cento)

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Graduação- Graduação na ordem de 10%(dez por cento), para o Servidor Municipal LUCINÉIA FÁTIMA MERIGO, Matrícula 116/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Câmara de Vereadores de Nova Erechim.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim-SC, 10 de Dezembro de 2020.

LUIZ CARLOS SILVANO
Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim

PORTARIA Nº 022/2020 "FÉRIAS SERVIDORA DEBORA CRISTINA WERLANG

Publicação Nº 2753302

PORTARIA Nº 022/2020

"FÉRIAS SERVIDORA DEBORA CRISTINA WERLANG."

LUIZ CARLOS SILVANO, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor, e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (Quinze) dias de Férias para a Servidora Municipal DEBORA CRISTINA WERLANG, Matrícula 523/01, ocupante do cargo de Assessora Jurídica, lotado na Câmara de Vereadores de Nova Erechim, a ser usufruída no período de 04.01.2021 a 18.01.2021, referente ao período 01.01.2020 a 31.12.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim-SC, 09 de Dezembro de 2020.

LUIZ CARLOS SILVANO
Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim

PORTARIA Nº 023/2020 "FÉRIAS SERVIDOR LUCINÉIA FÁTIMA MERIGO

Publicação Nº 2753304

PORTARIA Nº 023/2020

"FÉRIAS SERVIDOR LUCINÉIA FÁTIMA MERIGO."

LUIZ CARLOS SILVANO, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor, e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (Vinte) dias de Férias para o Servidor Municipal LUCINÉIA FÁTIMA MERIGO, Matrícula 116/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Câmara de Vereadores de Nova Erechim, a ser usufruída no período de 04.01.2021 a 23.01.2021, referente ao período 01.01.2020 a 31.12.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim-SC, 09 de Dezembro de 2020.

LUIZ CARLOS SILVANO
Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO N.º 438/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754382

DECRETO N.º 438/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto aprovado o Calendário Fiscal, para o exercício Financeiro de 2021, definindo Tributos, sua data de vencimento e recolhimento na forma do Anexo Único do presente.

Art. 2º - Os tributos Municipais serão recolhidos diretamente nas Agências bancárias, ou na Tesouraria do Município de Nova Itaberaba - SC.

Art. 3º - Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos no calendário Fiscal para o exercício de 2021, os tributos não liquidados ficam sujeitos as penalidades previstas no código tributário Municipal de Nova Itaberaba - SC, Lei Municipal n.º 354/98 de 15 de dezembro 1998 e legislação posterior, bem como a Inscrição em Dívida Ativa.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

CALENDÁRIO FISCAL - EXERCÍCIO 2021 - ANEXO ÚNICO AO DECRETO N.º 438/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

TIPO DE TRIBUTO	DATAS DE PAGAMENTO			
I.P.T.U	04/05/2021	10/05/2021	10/06/2021	12/07/2021
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	Cota Única c/ desconto de 10%	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela

I.S.S – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	O ISS será cobrado conforme art. 19 e 24 da Lei Complementar nº 008/2003, sendo que para o ISS Fixo, a cobrança será efetuada em seis parcelas de acordo com o inciso II do art. 24 e as datas de vencimento serão as seguintes: 15/04/2021, 17/05/2021, 15/06/2021, 15/07/2021, 16/08/2021 e 15/09/2021.			
--------------------------------	--	--	--	--

TAXA SERVIÇOS	04/05/2021	10/05/2021	10/06/2021	12/07/2021
URBANOS - LIXO	Cota Única	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela

ALVARÁ PARA	10/03/2021		ALVARÁ	09/04/2021
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	Cota Única		SANITÁRIO	Cota Única

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal	GILBERTO SOUZA DOS SANTOS Secretário de Administração	MAURO C. R. DOS SANTOS Assessor Jurídico
---	--	---

DECRETO Nº. 437/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754366

DECRETO Nº. 437/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no inciso "IV" do art. 79 da Lei Orgânica Municipal, e considerando a variação acumulada do Índice de Preços de Mercado – IGPM, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, no período de 01 de dezembro de 2019 a 30 de novembro de 2020, equivalente a 24,51%. (vinte e quatro vírgula cinquenta e um por cento);

DECRETA:

Art. 1º - Os Tributos Municipais ficam atualizados pelo Índice de Preços de Mercado – IGP-M (FGV) em 24,51 % (vinte e quatro vírgula cinquenta e um por cento); e a UFIR (unidade fiscal de referencia do município) passará de R\$ 4,56 em 2020 para R\$ 5,68 a partir de 01 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 439/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754386

DECRETO Nº. 439/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 13.380,00 (Treze mil, trezentos e oitenta reais) no Projeto Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública, na modalidade de aplicação 33.90 - Aplicação Direta – na Fonte 01.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União, criando o detalhamento 34, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União

Detalhamento: 0034 – Atenção Primária Saúde - Saúde da Família (eSF) R\$ 13.380,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 13.380,00 (Treze mil, trezentos e oitenta reais) provenientes da anulação de dotação do Fundo Municipal de Saúde Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Fonte: 0.1.38 - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/União
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Detalhamento: 0013 – Farmácia Básica R\$ 4.700,00
Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta
Detalhamento: 0012 – Agentes Comunitários de Saúde R\$ 8.680,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 440/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754389

DECRETO Nº. 440/2020 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019 de 17 de dezembro de 2019
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba no exercício 2020, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) no Projeto Atividade 2.037 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 0.3.00 - Superávit – Recursos ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 04 Fundo Municipal de Habitação
Função: 16 Habitação
Sub-Função: 482 Habitação Urbana
Programa: 0012 CASA NOVA
Projeto/Atividade: 2.037 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta
Fonte: 03.00 – Superávit – Recursos ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 3.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.262/2019 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais)

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO S. DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 1-2020**

Publicação Nº 2753383

Estado de Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 11/2020
Edital: Pregão Nº.: 1/2020
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de Tecnologia de Informação para fornecimento de licença de uso de um SISTEMA DE GESTÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 22 de dezembro de 2020
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 22 de dezembro de 2020.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2114, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0070.
NOVA ITABERABA, 10 de dezembro de 2020
CELSO FERREIRA DE LIMA
Presidente da Câmara

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 913/2020 "D"

Publicação Nº 2754339

PORTARIA Nº 920/2020

Interrupção da Licença para Tratamento de Saúde de servidor que menciona

Varley Orlando Dalbosco, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, se acordo com o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Artigo 1º Interromper a Licença para Tratamento de Saúde, do Servidor Público Municipal, João Sborz, matrícula nº 8351, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com retorno a partir de 10 de dezembro de 2020, conforme atestado médico, datado de 10 de dezembro de 2020.

Artigo 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de dezembro de 2020.

Varley Orlando Dalbosco
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 917/2020

Publicação Nº 2752367

PORTARIA Nº 917/2020
Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, FERNANDA SALUM CORREA, matrícula nº 6925, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14(quatorze) dias, com efeitos a contar de 08 de dezembro de 2020 a 21 de dezembro de 2020, conforme atestado médico, datado de 08 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de dezembro de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 918/2020

Publicação Nº 2752399

PORTARIA Nº 918/2020
Concede Licença Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 776/2020 que CONCEDEU Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, LEONOR IVETE CASA-GRANDE, matrícula nº 938, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade de Saúde Básica Trinta Reis, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30(trinta) dias, com efeitos a contar de 08 de dezembro de 2020 a 06 de janeiro de 2021, conforme resultado pericial, datado de 09 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de dezembro de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 919/2020

Publicação Nº 2752889

PORTARIA Nº 919/2020**Admissão em caráter temporário**

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas com Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 777/2020 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2019, de 01/11/2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 027/2020, LEILA MARIA GIACOMINI, matrícula nº 8328, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 08 de dezembro de 2020 a 06 de janeiro de 2021, em substituição a titular Leonor Ivete Casagrande, afastada conforme Portaria nº 918/2020. (Licença Tratamento Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de dezembro de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2020

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora LEILA MARIA GIACOMINI, brasileira, separada, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral Baixo Salto, s/nº 268, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 416.588.339-53, firmam o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes

ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 08 de dezembro de 2020 a 06 de janeiro de 2021, em substituição a titular Leonor Ivete Casagrande, afastada conforme Portaria nº 918/2020. (Licença Tratamento Saúde).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 09 de dezembro de 2020.

Adauton Raulino
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Leila Maria Giacomini
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias
Assistente Administrativo/Asses. Adm.
CPF: 040.788.629-00

PORTARIA Nº 920/2020

Publicação Nº 2754345

PORTARIA Nº 920/2020

Interrupção da Licença para Tratamento de Saúde de servidor que menciona

Varley Orlando Dalbosco, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, se acordo com o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Artigo 1º Interromper a Licença para Tratamento de Saúde, do Servidor Público Municipal, João Sborz, matrícula nº 8351, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com retorno a partir de 10 de dezembro de 2020, conforme atestado médico, datado de 10 de dezembro de 2020.

Artigo 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de dezembro de 2020.

Varley Orlando Dalbosco
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

SEXTO ADITIVO - CONTRATO 096/2016

Publicação Nº 2752263

TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2016

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços contínuos de suporte Técnico Mensal no Sistema Tributário Municipal O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, NET JOB TECNOLOGIA LTDA. ME, com sede Rua Pascoaline Inês da Costa, 95, Centro, município de Biguaçu, estado de Santa Catarina, CEP 88.160-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.598.849/0001-62, neste ato representada pelo seu sócio Sr. Marcus Vinicius Lobo da Silva, inscrito no CPF nº 889.668.109-00, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 096/2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO

Fica alterada a Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 096/2016, prorrogando-se a vigência do contrato para mais 1 (um) mês (Vigência: 02/01/2021 até 31/01/2021), com fundamento no inciso IX, do art. 37, da CF/88, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, em especial o art. 57, inciso II.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 096/2016, conforme previsto no 4º Termo Aditivo do Contrato nº 096/2016, o valor de R\$ 1.092,55 (mil e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavo) mensal, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 096/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 08 de dezembro de 2020.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	NET JOB TECNOLOGIA Contratada
Valdemir Luiz Quaiatto Secretário Municipal de Administração e Finanças	
Testemunhas: 1. _____ Aprígio José Botameli	2. _____ Fábio de Freitas

Nova Veneza

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 195/2020 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2753387

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZACNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 195/2020 - PRProcesso Administrativo: 195/2020
Processo de Licitação: 195/2020
Data do Processo: 05/11/2020**Objeto:** Aquisição de notebook para o Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca do Município de Nova Veneza/SC.**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 40 / 2020****Motivo:** ESTE PROCESSO LICITATÓRIO NÃO ACUDIO INTERESSADOS, FICANDO ASSIM DESERTO

Nova Veneza, 1 de Dezembro de 2020

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N.º 198/2020 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2753391

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 198/2020 - PR**

Processo Administrativo: 198/2020
Processo de Licitação: 198/2020
Data do Processo: 10/11/2020

Objeto: Aquisição de placa conforme modelo estabelecido pelas normas técnicas (NT-3) para Junta Militar de Nova Veneza e de placa com estrutura metálica e adesivos para identificação da Intendência Distrital de Caravaggio.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 41 / 2020

Motivo: ESTE PROCESSO LICITATÓRIO NÃO ACUDIO INTERESSADOS, FICANDO ASSIM DESERTO

Nova Veneza, 24 de Novembro de 2020

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE RESCISÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS Nº 006/2019, 016/2019, 026/2018 E 028/2018

Publicação Nº 2753648

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 006/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: OSMAR WRUBLEWSKI

Cargo: Motorista - 40 horas

Objeto: O objeto do presente termo é a rescisão do Contrato Temporário nº 006/2019 e Termo Aditivo nº 01, com fundamentos no inciso III da cláusula oitava, o mesmo diploma e na Lei 410/2009, tendo em vista a solicitação da contratada para rescisão contratual, sendo lhe devido os valores proporcionais ao período contratual executados até 31 de dezembro de 2.020.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 016/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: LORECI APARECIDA CORDEIRO

Cargo: Auxiliar de Serviços - 40 horas

Objeto: O objeto do presente termo é a rescisão do Contrato Temporário nº 016/2019 e Termo Aditivo nº 01, com fundamentos no inciso III da cláusula oitava, o mesmo diploma e na Lei 410/2009, tendo em vista a solicitação da contratada para rescisão contratual, sendo lhe devido os valores proporcionais ao período contratual executados até 31 de dezembro de 2.020.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 026/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: MARIZETE DE OLIVEIRA D SANTI

Cargo: Auxiliar de Serviços - 40 horas

Objeto: O objeto do presente termo é a rescisão do Contrato Temporário nº 026/2018 e Termo Aditivo nº 01, nº 02 e nº 03, com fundamentos no inciso III da cláusula oitava, o mesmo diploma e na Lei 410/2009, tendo em vista a solicitação da contratada para rescisão contratual, sendo lhe devido os valores proporcionais ao período contratual executados até 31 de dezembro de 2.020.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 028/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: MARGARETE RODRIGUES DE LIMA OLIVEIRA

Cargo: Auxiliar de Serviços - 40 horas

Objeto: O objeto do presente termo é a rescisão do Contrato Temporário nº 028/2018 e Termo Aditivo nº 01, nº 02 e nº 03, com fundamentos no inciso III da cláusula oitava, o mesmo diploma e na Lei 410/2009, tendo em vista a solicitação da contratada para rescisão contratual, sendo lhe devido os valores proporcionais ao período contratual executados até 31 de dezembro de 2.020.

Novo Horizonte/SC, em 10 de dezembro de 2.020

VANDERLI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS PARA 2021

Publicação Nº 2753821

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 004/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: CARLA REGINA BATISTI PERES

Cargo: Professora de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes, Desempenhando as funções na Escola Municipal de Ensino Fundamental Aidê Terzinha Garguetti Malagutti localizada na linha Platanéia.

Fundamento Legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 009/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: ELIGIANI MONICA CARDOSO

Cargo: Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

Fundamento Legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 005 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 002/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: ELIS PAULA BOITO.

Cargo: Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais HABILITADA para atender no cargo de professora:

Fundamento Lega: Lei 410/2009

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 018/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: EZEQUIELE FURLANETTO

Cargo: Professora de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes, Desempenhando as funções na Rede Municipal de Ensino.

Fundamento Lega: Lei 410/2009

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 003/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: GILVANI LUIZA DE NEZ PEREIRA

Cargo: Professora de Anos Iniciais de 1º ao 5º ano, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA para atender no cargo de professora de Ensino Religioso:

Fundamento legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 001/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: MARILAK LUCIA M. ROVARIS

Cargo: Professora de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes, Desempenhando as funções na Escola Municipal de Ensino Fundamental Aidê Te-rezinha Garguetti Malagutti localizada na linha Platanéia.

Fundamento legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 002/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: SENI A. B. DALZÓCHIO

Cargo: Professora de Ensino Fundamental de 1º a 5º ano com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes, Desempenhando as funções na Escola Municipal de Ensino Fundamental Aidê Te-rezinha Garguetti Malagutti localizada na linha Platanéia.

Fundamento legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 013/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADA: NILSA M. DE BARROS GERALDI

Cargo: Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

Fundamento legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 007/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADA: VANESSA BRATTI GIOMBELLI

Cargo: Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

Fundamento legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 008/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADA: VERONICA FRANCISCA STANG

Cargo: Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes.

Fundamento legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO TEMPORÁRIO 005/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: ZULEIGA INÊS SCHMAINSKI

Cargo: Professora de Anos Iniciais de 1º ao 5º ano, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais HABILITADA:

Fundamento Legal: Lei 410/2009.

Vigência: 01/01/2021 até o fim do ano letivo de 2021

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 023/2018**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****CONTRATADA: RITALI FILIPINI SANTIAN****Cargo: Profissional em pedagogia 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Desempenhando as funções no CRAS.****Fundamento legal: Lei 410/2009.****Vigência: 01/01/2021 até 31/12/2021****EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 019/2018****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****CONTRATADO: CLOVIS DA SILVA DAQUETTI****Cargo: funções de Operador de Máquinas - 40 (quarenta) horas semanais.****Fundamento Legal: Lei 410/2009.****Vigência: 01/01/2021 até 31/12/2021****EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 013/2018****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****CONTRATADO: GILMARCIO LUIZ ROSSIGNOL****Cargo: funções de Operador de Máquinas - 40 (quarenta) horas semanais.****Fundamento Legal: Lei 410/2009.****Vigência: 01/01/2021 até 31/12/2021****EXTRATO DO TERMO ADITIVO 002 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 021/2019****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****CONTRATADO: MARIZETE PIETA TONON.****Cargo: Assistente Social, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria de Municipal de Saúde e Promoção Social.****Fundamento Legal: Lei 410/2009.****Vigência: 01/01/2021 até 31/12/2021****EXTRATO DO TERMO ADITIVO 005 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 033/2017****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****CONTRATADO: MELANIA FABIA SANDRINI****Cargo: Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Departamento de Promoção Social****Fundamento Legal: Lei 410/2009.****Vigência: 01/01/2021 até 31/12/2021****EXTRATO DO TERMO ADITIVO 003 AO CONTRATO TEMPORÁRIO 010/2019****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****CONTRATADO: FERNANDA DE LIMA VELOZO DA ROSA****Cargo: Psicóloga - 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas funções no Departamento De Promoção Social – Fundamento Legal: Lei 410/2009.****Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021****EXTRATO DO TERMO ADITIVO 02 DO CONTRATO TEMPORÁRIO 025/2019****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE****CONTRATADO: SAMARA TEZZA.****Cargo: Auxiliar de enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.****Fundamento Legal: Lei 410/2009****Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021****Novo Horizonte SC em 10 de dezembro de 2020****VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal**

Orleans

PREFEITURA

DECRETO 4.928/2020

Publicação Nº 2753384

DECRETO N. 4.928 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n. 2.923 de 3 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.046 – Manutenção da Proteção Social Básica

FR – 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.048 – Manutenção da Gestão da Assistência Social

FR – 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art.2º A conta dos recursos anteriores fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.046 – Manutenção da Proteção Social Básica

FR – 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.048 – Manutenção da Gestão da Assistência Social

FR – 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 01 de dezembro de 2020; 136 anos da Fundação e 107 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal da Administração ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM-SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

DECRETO 4.930/2020

Publicação Nº 2753346

DECRETO N. 4.930 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR."

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.923 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

ART. 1º. Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

10.00	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	
10.001	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	

2.017	Manutenção da Secretaria da Saúde	
F. R.	0.1.02.0003 – Aplicações Diretas	
3.1.71.00	Aplicações Diretas	R\$ 4.333,40
F. R.	0.1.02.0003 – Aplicações Diretas	
3.3.71.00	Aplicações Diretas	R\$ 5.305,56
F. R.	0.1.02.0003 – Aplicações Diretas	
4.4.71.00	Aplicações Diretas	R\$ 3.827,24
F. R.	0.1.02.0003 – Aplicações Diretas	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 72.666,07
2.041	Manutenção do Bloco de Atenção Básica	
F. R.	0.1.38.0631 – Aplicações Diretas	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 12.605,00
F. R.	0.1.52.0652 – Aplicações Diretas	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 40.208,00
F. R.	0.3.33.0182 – Aplicações Diretas	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 310,61
2.042	Manutenção do Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
F. R.	0.1.38.0080 – Aplicações Diretas	
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 48,62
Total		R\$ 139.304,50

ART 2º. À conta dos recursos anteriores ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

10.00	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	
10.001	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	
2.017	Manutenção da Secretaria da Saúde	
F. R.	0.1.02.0003 – Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 86.132,27
2.041	Manutenção do Bloco de Atenção Básica	
F. R.	0.1.38.0631 – Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 12.605,00
F. R.	0.1.52.0652 – Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 40.208,00
F. R.	0.3.33.0182 – Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 310,61
2.042	Manutenção do Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
F. R.	0.1.38.0080 – Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 48,62
Total		R\$ 139.304,50

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 01 de dezembro de 2020; 136 anos da Fundação e 107 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração

DECRETO 4.932/2020

Publicação Nº 2753342

DECRETO N. 4.932 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n. 2.971 de 20 de outubro de 2020,

DECRETA:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

08.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

2.020 – Manutenção da Rede Viária

FR 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.292,01

TOTAL R\$ 39.292,01

Art.2º A conta dos recursos anteriores fica suplementada as seguintes dotações orçamentárias:

08.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

2.020 – Manutenção da Rede Viária

FR 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.292,01

TOTAL R\$ 39.292,01

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 04 de dezembro de 2020, 136 anos da Fundação e 107 anos da Emancipação Político Administrativo.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM-SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

DECRETO 4.933/2020

Publicação Nº 2753340

DECRETO N. 4.933 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Art.88, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei n. 2976 de 08 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

02.001 – GABINETE DO PREFEITO/ GABINETE DO PREFEITO

2.002. Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

03.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

2.005. Manutenção da Administração Geral

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

4.4.71.00 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 9.133,33

04.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO/DEPARTAMENTO DA FAZENDA

2.008 - Manutenção da Administração Fazendária

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO/DEPARTAMENTO AS IND. E COMERCIO

2.009 - Gerenciamento da Industria e Comercio

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.012 - Manutenção da Merenda Escolar

F.R. 0.1.01.001 – Recursos Próprios Educação

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 148.000,00

08.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

1.011. Pavimentação e Revitalização de Vias Públicas

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 42.866,67

TOTAL R\$ 345.000,00

Art.2º A conta dos recursos anteriores fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

03.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.005 – Manutenção da Administração Geral

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 155.000,00

2.006 – Pagamento de Inativos e pensionistas

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E TURISMO/FUNDO MUNICIPAL DE EST. PRODUÇÃO AGROPECUARIA.

2.010 – Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura

F.R 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

06.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

F.R. 0.1.01.001 – Recursos Próprios Educação

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.048 – Manutenção da Gestão Social

FR – 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 345.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de dezembro de 2020; 136 anos da Fundação e 107 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, ao nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário da Administração

DECRETO 4.935/2020

Publicação Nº 2753348

DECRETO Nº 4.935 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

“ALTERA O ARTIGO 2º DO DECRETO 4.924 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O RECESSO E FÉRIAS COLETIVAS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 88, Item VIII, da Lei Orgânica do Município de Orleans-SC.

DECRETA:

Art.1º O Artigo 2º do Decreto n. 4.924 de 01 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Excetuam-se do estabelecido no Artigo 1º deste Decreto, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que cumprirão jornada de trabalho normal.”

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos do Decreto n. 4.924 de 01 de dezembro de 2020.

Orleans/SC, 09 de dezembro, 136 anos da Fundação e 107 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias, do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário de Administração.

DECRETO 4.936/2020

Publicação Nº 2753356

DECRETO N. 4.936 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR”.

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.923 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguintes dotações orçamentárias:

08.002– SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.023 – Manutenção dos serviços urbanos

FR 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.93.00 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operação R\$ 58.865,60

TOTAL R\$ 58.865,60

Art.2º A conta dos recursos anteriores fica suplementada as seguintes dotações orçamentárias:

08.002– SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.023 – Manutenção dos serviços urbanos

FR 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3.3.90.00 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operação R\$ 58.865,60]

TOTAL R\$ 58.865,60

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 09 de dezembro de 2020, 136 anos da Fundação e 107 anos da Emancipação Político Administrativo.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM-SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração

PROCESSO Nº 258/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2753192

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 258/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2020

Concedente...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Proponente...: RABELO & BUSSOLO INFORMÁTICA LTDA.

Valor : R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Recursos : DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (85) 3.3.90.00.00.00.00.00 2.023 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
 Objeto : CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA A REDE DE COMPUTADORES DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, COM SEDE EM ORLEANS, ABRANGENDO SERVIDOR, COMPUTADORES, NETBOOKS, NOTEBOOKS, TABLETS, IMPRESSORAS, ESTABILIZADORES E NO-BREAK, VISANDO O FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, TANTO NA PARTE DE HARDWARE COMO DE SOFTWARE, PROMOVENDO A MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS E CONFIGURAÇÕES. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO, CONserto E TROCA/INSTALAÇÃO/CONFIGURAÇÃO DE HARDWARE OU COMPONENTES, BEM COMO INSTALAÇÃO E/OU REINSTALAÇÃO DE SOFTWARE, CONFIGURAÇÃO DE REDE COM DOMÍNIO USANDO SO WINDOWS. QUANDO FOR O CASO DE PROCEDIMENTO QUE IMPLIQUE NO “ZERAMENTO” DA MÁQUINA, DEVERÁ SER FEITA A PRESERVAÇÃO DA TOTALIDADE DOS ARQUIVOS QUE ELA CONTIVER, A MENOS QUE ISSO SEJA TECNICAMENTE IMPOSSÍVEL EM FUNÇÃO DO PROBLEMA OCORRIDO.

FUNDAMENTO LEGAL

Art.24 da Lei 8.666/93, Inciso II
 Orleans, 10 de dezembro de 2020
 JORGE LUIZ KOCH
 PREFEITO MUNICIPAL

REAJUSTE DE PREÇO AO CONTRATO Nº 113/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 2753291

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 – CONTRATO Nº 113/2017

O MUNICÍPIO DE ORLEANS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, JORGE LUIZ KOCH, no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BETHA SISTEMAS, inscrita no CNPJ sob o Nº 00.456.865/0001-67, com sede à Rua João Pessoa, Nº 134, 1º andar, Bairro Centro, Criciúma, Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Senhor ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 004.770.259-19, resolvem celebrar o presente TERMO DE APOSTILAMENTO sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE E RATIFICAÇÃO

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação do contrato nº 113/2017, aplicando-se os índices oficiais para o reajuste dos preços, em virtude da decorrência do prazo superior a 12 (doze) meses do início de vigência do contrato. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Produtos	Índice/Taxa	%	Valor. Atual (R\$)	Valor Reajustado
Livro Eletrônico	INPC = 4,77%	4,77%	2.051,00	2.148,83
Educação	INPC = 4,77%	4,77%	634,77	665,04
Minha Folha	INPC = 4,77%	4,77%	461,47	483,48
Protocolo Fly	INPC = 4,77%	4,77%	1.169,05	1.224,81
Transparência Fly	INPC = 4,77%	4,77%	307,63	322,30
Recursos Humanos	INPC = 4,77%	4,77%	481,98	504,97
e-Nota Fly	INPC = 4,77%	4,77%	3.638,45	3.812,00
Cidadão Web Tributos	INPC = 4,77%	4,77%	548,64	574,81
Tributos (Desktop)	INPC = 4,77%	4,77%	989,60	1.036,80
Patrimônio	INPC = 4,77%	4,77%	174,33	182,64
Planejamento	INPC = 4,77%	4,77%	136,79	143,31
Compras	INPC = 4,77%	4,77%	687,07	719,84
Tesouraria	INPC = 4,77%	4,77%	338,40	354,54
Contabilidade/SAPO	INPC = 4,77%	4,77%	1.654,13	1.733,03
Estoque	INPC = 4,77%	4,77%	501,46	525,37
Folha	INPC = 4,77%	4,77%	1.117,79	1.171,10

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Município de Orleans providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial dos Municípios para promover a publicidade legal.

Orleans, 10 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE ORLEANS JORGE LUIZ KOCH P/ CONTRATANTE	BETHA SISTEMAS ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR P/ CONTRATADA
---	--

REAJUSTE DE PREÇO AO CONTRATO Nº 38/2017 FMS

Publicação Nº 2753297

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 – CONTRATO Nº 38/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 03.230.443/0001-67, neste ato representado pelo Secretário Municipal, MURILO DEBIASI FERRAREIS, no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BETHA SISTEMAS, inscrita no CNPJ sob o Nº 00.456.865/0001-67, com sede à Rua João Pessoa, Nº 134, 1º andar, Bairro Centro, Criciúma, Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Senhor ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 004.770.259-19, resolvem celebrar o presente TERMO DE APOSTILAMENTO sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE E RATIFICAÇÃO

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação do contrato nº 38/2017, aplicando-se os índices oficiais para o reajuste dos preços, em virtude da decorrência do prazo superior a 12 (doze) meses do início de vigência do contrato. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Produtos	Índice/Taxa	%	Valor. Atual	Valor Reajustado
Tesouraria	INPC = 4,77%	4,77%	112,79	118,17
Compras	INPC = 4,77%	4,77%	225,59	236,35
Contabilidade/SAPO	INPC = 4,77%	4,77%	317,90	333,06

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Município de Orleans providenciará a publicação do presente Termo no Diário Oficial dos Municípios para promover a publicidade legal.

Orleans, 10 de dezembro de 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MURILO DEBIASI FERRAREIS P/ CONTRATANTE		BETHA SISTEMAS ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR P/ CONTRATADA	

Otacílio Costa**PREFEITURA****EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS**

Publicação N° 2753292

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 1º aditivo - Contrato N°: 012/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: Izarina Borges Pires

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 02/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Dispensa de Licitação N°. : 001/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação de imóvel tendo como locadora Izarina Borges Pires e beneficiária Angélica Cristina Rosa.

Otacílio Costa, 10 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 1º aditivo - Contrato N°: 039/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: A.G Kienen e Cia Ltda

Valor: 0,32 (trinta e dois centavos) para 0,45 (quarenta e cinco centavos) do item 59.

Vigência: Início: 14/10/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Registro de Preço N°. : 004/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Aquisição de medicação para concessão social.

Otacílio Costa, 03 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 1º aditivo - Contrato N°: 039/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: A.G Kienen e Cia Ltda

Valor: 0,32 (trinta e dois centavos) para 0,45 (quarenta e cinco centavos) do item 59.

Vigência: Início: 14/10/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial Nº.: 003/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Aquisição de peças de informática para uso das Secretarias do Paço Municipal, Fundação de Esportes, Cultura, Saúde e Assist. Social.

Otacílio Costa, 03 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 065/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada. Arino Lopes

Valor. 0,00 (zero)

Vigência. : Início: 05/09/2020 Término: 13/11/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2020 Recursos : Dotação: 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (155)

Saldo: 17.438,9

Objeto. Contrato de aluguel social em favor de NILZA CORDOVA, tendo como locador ARINO LOPES, propriedade situada na Rua Juvenal Machado Silva, n 114, Bairro Fátima.
Otacílio Costa, 20 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 1º aditivo - Contrato Nº: 068/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: MERCEARIA IDEAL LTDA EPP

Valor: 14,31 (quatroze reais e trinta e um centavos) por unidade do Item 02

Vigência: Início: 30/11/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial Nº.: 019/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Aquisição de carne suína, tipo pernil e farinha de trigo destinados a Merenda Escolar pela Prefeitura, no período de março a dezembro de 2020.

Otacílio Costa, 03 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 1º aditivo - Contrato Nº: 096/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: A S CONSTRUTORA LTDA

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 16/12/2019 Término: 30/06/2020

Licitação: Tomada de Preço Nº.: 005/2019

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica da rua Virginia Beggio Folchini (trecho 01), no bairro João Rodrigues.

Otacílio Costa, 16 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 1º aditivo - Contrato N°: 068/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: MERCEARIA IDEAL LTDA EPP

Reajustes:

Item 01 Item 02 Item 26 Item 55 Item 56 Item 57
Item 68 Item 83 Item 87 Item 89 Item 90 Item 118
Item 120 Item 122 Item 123 Item 125 Item 126 Item 128
Item 129 Item 132 Item 147 Item 148 Item 150 Item 157
Item 158 Item 159 Item 166 Item 167 Item 207 Item 276
Item 277 Item 279 Item 295 Item 296 Item 297 Item 298
Item 299

Vigência: Início: 28/10/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial N°.: 018/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Aquisição de materiais de construção para uso das Secretarias e do Paço Municipal.

Otacílio Costa, 03 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. : 1º Termo Aditivo - Contrato N°: 086/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada. MATIAS BRASIL ENGENHARIA EIRELI

Valor 29.768,27 (vinte e nove mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e sete centavos)

Vigência. : Início: 19/10/2020 Término: 05/11/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 9/2020 Recursos : Dotação: 1.026.4.4.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 187.042,4

Objeto. Contratação de empresa especializada na construção de um campo de grama sintética Society, localizado no Bairro Centro Administrativo.

Otacílio Costa, 20 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 2º aditivo - Contrato N°: 001/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: APAE

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 24/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Dispensa de Licitação N°.: 002/2016

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação dos serviços prestados pela APAE no atendimento e acompanhamento de pacientes..

Otacílio Costa, 24 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 2º aditivo - Contrato N°: 022/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES

Valor: 0,057 (cinco centavos) para 0,0707 (sete centavos) do item 152.

Vigência: Início: 21/09/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial N°.: 025/2019

Recursos. : Dotação:

Objeto: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica Municipal.

Otacílio Costa, 03 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. : 2º Aditivo - 028 - Contrato N°: 028/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada. LZK CONSTRUTORA LTDA
Valor 50.387,13 (cinquenta mil trezentos e oitenta e sete reais e treze centavos)

Vigência. : Início: 27/10/2020 Término: 24/11/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 1/2020 Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (75), 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (76)

Objeto. Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica da Av. Luiz Daboite (trecho 01) no Bairro Casa Branca.

Otacílio Costa, 23 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 2º aditivo - Contrato N°: 054/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: SCHMITT COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor: 21,95 (binte e um reais e noventa e cinco centavos)

Vigência: Início: 13/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial N°.: 018/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Aquisição de materiais de construção para uso das Secretarias e do Paço Municipal.

Otacílio Costa, 02 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 2º aditivo - Contrato N°: 060/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: B&P CONSTRUTORA EIRELI

Valor: 244.265,37 (duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos)

Vigência: Início: 19/11/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Tomada de Preço N°.: 003/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção de casas de madeira.

Otacílio Costa, 02 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 2º aditivo - Contrato N°: 082/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: CONSTRUTORA BRANGER LTDA ME

Valor: 173.737,66 (cento e setenta e tres mil setecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos)

Vigência: Início: 10/11/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Tomada de Preço N°.: 008/2020

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada na pavimentação asfáltica e lajota sextavada de 14 ruas do nosso Município.

Otacílio Costa, 02 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 2º aditivo - Contrato N°: 091/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: B&P Construtora Eireli

Valor: 25.477,23 (vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos)

Vigência: Início: 17/12/2019 Término: 31/12/2020

Licitação: Tomada de Preço N°.: 003/2019

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada na Revitalização da Praça Vitor Conde de Westarp..

Otacílio Costa, 10 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 2º aditivo - Contrato Nº: 096/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: A S CONSTRUTORA LTDA

Valor: 6.592,93 (seis mil quinhentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos)

Vigência: Início: 16/12/2019 Término: 30/06/2020

Licitação: Tomada de Preço Nº.: 005/2019

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica da rua Virginia Beggio Folchini (trecho 01), no bairro João Rodrigues.

Otacílio Costa, 16 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 2º aditivo - Contrato Nº: 163/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Valor: 16.123,35 (dezesesseis mil cento e vinte três reais e trinta e cinco centavos)

Vigência: Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2021

Licitação: Dispensa de Licitação nº.: 032/2018

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos no gerenciamento, divulgação e publicação on-line das Leis Municipais.

Otacílio Costa, 19 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 3º aditivo - Contrato Nº: 091/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: B&P Construtora Eireli

Valor: 19.319,55 (dezenove mil trezentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 05/05/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Tomada de Preço Nº.: 003/2019

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada na Revitalização da Praça Vitor Conde de Westarp..

Otacílio Costa, 10 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 3º aditivo - Contrato Nº: 119/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: WILSON SUTIL SCHNEIDER

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 24/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Dispensa de Licitação Nº.: 021/2016

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação do imóvel do Sr. Wilson Sutil Shneider em benefício do Sr. Agostinho de Fátima Alves Andrade..

Otacílio Costa, 24 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 3º aditivo - Contrato Nº: 088/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 03/11/2020 Término: 31/12/2021

Licitação: Pregão Presencial Nº.: 024/2018

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de serviços de coleta de resíduo biológico das Unidades Básicas de Saúde.

Otacílio Costa, 03 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 4º aditivo - Contrato Nº: 061/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: JAMILY NAIARA PAIM EIRELI - ME

Valor: 3.371,08 (três mil trezentos e setenta e um reais e oito centavos)

Vigência: Início: 18/12/2019 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial N°.: 017/2016

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação de veículo para a Secretaria de Finanças

Otacílio Costa, 20 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 4º aditivo - Contrato N°: 066/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: AIRES ROGÉRIO MARAFIGO

Valor: 1.500,35 (mil e quinhentos reais e trinta e cinco centavos)

Vigência: Início: 18/12/2019 Término: 30/06/2020

Licitação: Dispensa de Licitação N°.: 019/2017

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação de imóvel de propriedade de Aires Rogério de Marafigo para uso de um refeitório para Cooperativa de Catadores.

Otacílio Costa, 19 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 4º aditivo - Contrato N°: 107/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: JULIANA DA SILVA

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 30/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial N°.: 019/2018

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa para efetuar as lavagens dos veículos da Frota Municipal de Otacílio Costa..

Otacílio Costa, 24 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 5º aditivo - Contrato N°: 066/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: AIRES ROGÉRIO MARAFIGO

Valor: 0,00

Vigência: Início: 09/07/2020 Término: 30/09/2020

Licitação: Dispensa de Licitação Nº.: 019/2017

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação de imóvel de propriedade de Aires Rogério de Marafigo para uso de um refeitório para Cooperativa de Catadores.

Otacílio Costa, 19 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 5º aditivo - Contrato Nº: 069/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: MARIA REGINA RIGON DA SILVA - ME

Valor: 16,81 (dezesesseis reais e oitenta e um centavos)

Vigência: Início: 18/12/2019 Término: 31/12/2020

Licitação: Pregão Presencial Nº.: 019/2016

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para servir refeições aos servidores públicos municipais que residem no interior..

Otacílio Costa, 26 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 5º aditivo - Contrato Nº: 130/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: Coopercoc

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 09/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Dispensa de Licitação Nº.: 024/2018

Recursos. : Dotação:

Objeto: Contratação de Coperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Otacílio Costa (COOPERCOC).

Otacílio Costa, 10 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 5º aditivo - Contrato Nº: 066/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: AIRES ROGÉRIO MARAFIGO

Valor: 0,00

Vigência: Início: 29/10/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Dispensa de Licitação N°.: 019/2017

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação de imóvel de propriedade de Aires Rogério de Marafigo para uso de um refeitório para Cooperativa de Catadores.

Otacílio Costa, 19 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 7º aditivo - Contrato N°: 022A/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: SEBASTIÃO MONTEIRO E SALETE MONTEIRO

Valor: 898,96 (oitocentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos)

Vigência: Início: 16/12/2019 Término: 31/12/2020

Licitação: Dispensa de Licitação N°.: 027/2013

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação de uma sala comercial para funcionamento do PROCOM e do programa de inclusão digital. .

Otacílio Costa, 19 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°. 8º aditivo - Contrato N°: 022A/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: SEBASTIÃO MONTEIRO E SALETE MONTEIRO

Valor: 674,22 (seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos)

Vigência: Início: 01/03/2020 Término: 31/05/2020

Licitação: Dispensa de Licitação N°.: 027/2013

Recursos. : Dotação:

Objeto: Locação de uma sala comercial para funcionamento do PROCOM e do programa de inclusão digital.

Otacílio Costa, 19 de novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº. 8º aditivo - Contrato Nº: 187/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada: PILBA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Valor: 0,00 ()

Vigência: Início: 27/10/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Chamada Publica Nº.: 002/2013

Recursos. : Dotação:

Objeto: Chamada pública para credenciamento de laboratórios para realização de exames.

Otacílio Costa, 03 de dezembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 013/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL OTACILIO COSTA

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Valor 100.560,00 (cem mil quinhentos e sessenta reais)

Vigência. : Início: 27/07/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020 Recursos : Dotação: 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (23), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto. Aquisição de cestas básicas que são fornecidas aos usuários em situação de vulnerabilidade social.

Otacílio Costa, 16 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 045/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: A G KIENEN & CIA LTDA - PROMEDIC Valor 1.160,00 (um mil cento e sessenta reais)

Vigência. : Início: 20/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020

Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26) Saldo: 54.807,69

Objeto. Aquisição de medicamentos para o serviço de atendimento móvel de urgência SAMU de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 046/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor 19.943,37 (dezenove mil novecentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos)

Vigência. : Início: 20/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020

Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (26) Saldo: 54.807,69

Objeto. Aquisição de medicamentos para o serviço de atendimento móvel de urgência SAMU de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 047/2020

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: PAPELARIA E BAZAR DA MARCIA LTDA - ME Valor 278.708,78 (duzentos e setenta e oito mil setecentos e oito

reais e setenta e oito centavos)
Vigência. : Início: 20/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 158.757,0
Objeto. Aquisição de materiais de expediente para as Unidades de
Saúde, Programa Ser Mãe, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 045/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: A G KIENEN & CIA LTDA - PROMEDIC Valor 1.160,00 (um mil cento e sessenta reais)
Vigência. : Início: 20/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo: 54.807,69
Objeto. Aquisição de medicamentos para o serviço de atendimento
móvel de urgência SAMU de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 046/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA
Contratada...: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor 19.943,37 (dezenove mil novecentos e quarenta e três reais
e trinta e sete centavos)
Vigência. : Início: 20/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo: 54.807,69
Objeto. Aquisição de medicamentos para o serviço de atendimento
móvel de urgência SAMU de Otacílio Costa.
Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 047/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: PAPELARIA E BAZAR DA MARCIA LTDA - ME Valor 278.708,78 (duzentos e setenta e oito mil setecentos e oito
reais e setenta e oito centavos)
Vigência. : Início: 20/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2019
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 158.757,0
Objeto. Aquisição de materiais de expediente para as Unidades de
Saúde, Programa Ser Mãe, Farmácia Básica, Secretaria e Samu.
Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 062-2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CLINI SERRA SERVICOS MEDICOS LTDA Valor 28.000,00 (vinte e oito mil reais)
Vigência. : Início: 10/08/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2020 Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (57) Saldo:
4.501,32
Objeto. Contratação de empresa em caráter temporário (pela
vigência/duração da citada ESPN)
Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 068/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: MERCEARIA IDEAL

Valor 10.737,00 (dez mil setecentos e trinta e sete reais)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2020 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (54), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)

Objeto. Aquisição de carne suína, tipo pernil e farinha de trigo destinados a Merenda Escolar pela Prefeitura, no período de março a dezembro de 2020.

Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 069/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Valor 52.440,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2020 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (54), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)

Objeto. Aquisição de carne suína, tipo pernil e farinha de trigo destinados a Merenda Escolar pela Prefeitura, no período de março a dezembro de 2020.

Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 070/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA - EPP Valor 15.356,62 (quinze mil trezentos e cinq-enta e seis reais e sessenta e dois centavos)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2020 Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00.00 (126) Saldo: 1.268.297,69

Objeto. Troca de 90 luminárias de LED e braços dos postes da Av. Olinkraft, trecho entre trevo da passarela e a rotatória do centro comercial.

Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 068/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: MERCEARIA IDEAL

Valor 10.737,00 (dez mil setecentos e trinta e sete reais)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2020 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (54), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)

Objeto. Aquisição de carne suína, tipo pernil e farinha de trigo destinados a Merenda Escolar pela Prefeitura, no período de março a dezembro de 2020.

Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 069/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Valor 52.440,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2020 Recursos : Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (54), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (55)

Objeto. Aquisição de carne suína, tipo pernil e farinha de trigo destinados a Merenda Escolar pela Prefeitura, no período de março a dezembro de 2020.

Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

Contrato Nº.: 070/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

Contratada...: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA - EPP Valor 15.356,62 (quinze mil trezentos e cinq-enta e seis reais e sessenta e dois centavos)

Vigência. : Início: 08/06/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2020 Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (126)
Saldo: 1.268.297,69
Objeto. Troca de 90 luminárias de LED e braços dos postes da Av.
Olinkraft, trecho entre trevo da passarela e a rotatória do centro comercial.
Otacílio Costa, 24 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 086/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: MATIAS BRASIL ENGENHARIA EIRELI
Valor 120.033,33 (cento e vinte mil e trinta e três reais e trinta e três centavos)
Vigência. : Início: 05/08/2020 Término: 05/11/2020
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2020 Recursos : Dotação: 1.026.4.4.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 187.042,4
Objeto. Contratação de empresa especializada na construção de um campo de grama sintética Society, localizado no Bairro Centro Administrativo.
Otacílio Costa, 20 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 114/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: RAVAZIN - LAMINADOS E SERRADOS LTDA Valor. 2.754.740,83 (dois milhões setecentos e cinq-enta e quatro mil setecentos e quarenta reais e oitenta e três centavos) Vigência. : Início: 30/09/2020 Término: 30/09/2024
Licitação : Concorrência para Alienação Nº.: 2/2020 Recursos. : Dotação:
Objeto. Alienação de terreno industrial conforme Leis Municipais nº 2.724/2019.
Otacílio Costa, 20 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 122/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA
Contratada...: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA - EPP Valor 46.053,00 (quarenta e seis mil e cinq-enta e três reais)
Vigência. : Início: 22/10/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2020 Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (126) Saldo: 1.128.288,33
Objeto. Contratação de empresa especializada e credenciada na CELESC para obra na rede de distribuição de energia, para realocação de postes que estão fora de posição, após levantamento topográfico para asfaltamento das Ruas Theodoro Ruher, Rua Nazaré, Rua 117, Rua Vinícius de Moraes, Rua Talita de Souza machado e Rua Nair Ribeiro de Liz.
Otacílio Costa, 20 de Novembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 123/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: MAPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA Valor 19.900,00 (dezenove mil novecentos reais)
Vigência. : Início: 23/10/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2020
Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (75) Saldo: 196.524,3
Objeto. Aquisição de acessórios e aparelhos para academia ao ar livre no Bairro Poço Rico.
Otacílio Costa, 17 de Novembro de 2020

EXTRATRO DE CONTRATOS 071 - 130

Publicação Nº 2753282

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/20 HOMOLOGAÇÃO: 20/07/20
CONTRATADO: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente didáticos para uso da Secretária de Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.566,46 (onze mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos)
DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/20
HOMOLOGAÇÃO: 20/07/20
CONTRATADO: PAPELARIA E BAZAR DA MARCIA LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente didáticos para uso da Secretária de Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social.
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.625,30 (vinte e um mil e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)
DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/20
HOMOLOGAÇÃO: 20/07/20
CONTRATADO: JUNCES DISTRIBUIDORA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente didáticos para uso da Secretária de Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social.
VALOR DA DESPESA: R\$ 72,00 (setenta e dois reais)
DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/20
HOMOLOGAÇÃO: 20/07/20
CONTRATADO: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente didáticos para uso da Secretária de Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.415,60 (seis mil quatrocentos e quinze reais e sessenta centavos)
DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/20
HOMOLOGAÇÃO: 20/07/20
CONTRATADO: JS SIMOES EIRELI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente didáticos para uso da Secretária de Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.094,00 (um mil noventa e quatro reais)
DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/20
HOMOLOGAÇÃO: 20/07/20
CONTRATADO: BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente didáticos para uso da Secretária de Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.075,50 (seis mil setenta e cinco reais e cinquenta centavos)
DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/20
HOMOLOGAÇÃO: 27/07/20
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de cestas básicas que são fornecidas aos usuários em situação de vulnerabilidade social.
VALOR DA DESPESA: R\$ 100.560,00 (cem mil quinhentos e sessenta reais)
DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 8/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/20 HOMOLOGAÇÃO: 28/07/20
CONTRATADO: CONSTRUTORA BRANGER LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na pavimentação asfáltica e ajetagem de 14 ruas do nosso Município.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.105.336,34 (três milhões e trezentos e trinta e seis reais e quatrocentavos)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- TOMADA DE PREÇO Nº 7/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/20

HOMOLOGAÇÃO: 30/07/20
CONTRATADO: B&P CONSTRUTORA - EIRELI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma do piso da quadra poliesportiva do Ginásio Milton Cruz.
VALOR DA DESPESA: R\$ 51.949,23 (cinquenta e um mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos) DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/20
HOMOLOGAÇÃO: 31/07/20
CONTRATADO: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de material de expediente para a Secretária de Educação e Secretariado do Paço Municipal.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.105,55 (cinco mil cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/20
HOMOLOGAÇÃO: 31/07/20
CONTRATADO: BILLIG COMERCIO E SERVICOS EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de material de expediente para a Secretária de Educação e Secretariado do Paço Municipal.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.115,26 (oitomilcento e quarenta e seis reais e seiscentavos)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- TOMADA DE PREÇO Nº 9/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/20
HOMOLOGAÇÃO: 05/08/20
CONTRATADO: MATIAS BRASIL ENGENHARIA EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na construção de um campo de gramas sintética - Society, localizado no Bairro Centro Administrativo.
VALOR DA DESPESA: R\$ 120.033,33 (cento e vinte mil e trinta e três reais e trinta e três centavos)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/20
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/20
CONTRATADO: EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na detonação de cascalheira (03 pedreiras).
VALOR DA DESPESA: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/20
HOMOLOGAÇÃO: 10/08/20
CONTRATADO: CLINI SERRA SERVICOS MEDICOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa em caráter temporário (pela vigência/duração da citada ESPN)
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
DATA: 09/12/20 - DENILSON LUIZ PADILHA - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/20 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/20
CONTRATADO: ADILSON LISTONE BUENO - ME CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Compra de pneus para as Secretarias de Obras, Obras do Interior e Agricultura.
VALOR DA DESPESA: R\$ 97.412,00 (noventa e sete mil quatrocentos e doze reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/20
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/20
CONTRATADO: Andreia Pereira da Cruz dos Santos CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Locação de imóvel para aluguel social, tendo como locadora Andreia Pereira da Cruz dos Santos e beneficiária Franciele da Silveira Fernandes.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/20

HOMOLOGAÇÃO: 25/08/20

CONTRATADO: JOAQUIM KLEBER RIBEIRO 05415946993 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Concessão de uso do espaço da Praça Ehrhard Wolniewics.

VALOR DA DESPESA: R\$3.000,00 (três mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/20

HOMOLOGAÇÃO: 14/09/20

CONTRATADO: ENERGIZA - ENGENHARIA E INSTALACOES ELETRICAS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada e credenciada na CELESC para obra de distribuição de energia - extensão de rede, localizada na Rua Armindo Frozza - Área Industrial.

VALOR DA DESPESA: R\$60.395,00 (sessenta mil, trezentos e noventa e cinco reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/20

HOMOLOGAÇÃO: 15/09/20

CONTRATADO: Antonio Justen

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Locação de imóvel para aluguel social, tendo como locadora Antônio Justen e beneficiária Marli Aparecida Cabral de Lima. VALOR DA DESPESA: R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/20

HOMOLOGAÇÃO: 21/09/20

CONTRATADO: MRRC LICITACOES E SERVICOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos para Secretaria de Planejamento.

VALOR DA DESPESA: R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/20

HOMOLOGAÇÃO: 24/09/20 CONTRATADO: LOJAS COLOMBO S.A

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de produtos eletroeletrônicos para equipar os serviços de proteção social básica (CRAS e SCFV).

VALOR DA DESPESA: R\$13.841,00 (treze mil, oitocentos e quarenta e um reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 2/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/20 HOMOLOGAÇÃO: 30/09/20

CONTRATADO: RAVAZIN - LAMINADOS E SERRADOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Alienação de terreno industrial conforme Leis Municipais nº 2.724/2019.

VALOR DA DESPESA: R\$2.754.740,83 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/20

HOMOLOGAÇÃO: 30/09/20

CONTRATADO: FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para o SAMU e Unidades de Saúde. VALOR DA DESPESA: R\$31.429,00 (trinta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais)

DATA: 09/12/20 - ALTAMIR JOSÉ PAES - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/20

HOMOLOGAÇÃO: 02/10/20

CONTRATADO: TOPSER - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada no treinamento de professores, para utilização da plataforma Google for Education, utilizada na Rede Municipal de Ensino para as atividades presenciais, durante a Pandemia do COVID-19.

VALOR DA DESPESA: R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- TOMADA DE PREÇO Nº 5/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/20
HOMOLOGAÇÃO: 09/10/20
CONTRATADO: B&P CONSTRUTORA - EIRELI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fechamento da quadra poliesportiva da Unidade Escolar Núcleo Professora Adilha Matias Farias.

VALOR DA DESPESA: R\$ 117.000,00 (cento e dezesseis mil e setecentos reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/20

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/20

CONTRATADO: QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de material para sinalização de trânsito no Município de Otacílio Costa.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.880,00 (quatro mil e oitocentos e oitenta reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/20

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/20

CONTRATADO: ROSALEN FABRICACAO DE TINTAS E QUIMICOS EM GERAL L

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de material para sinalização de trânsito no Município de Otacílio Costa.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.850,00 (nove mil e oitocentos e cinquenta reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/20

HOMOLOGAÇÃO: 19/10/20

CONTRATADO: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de material para sinalização de trânsito no Município de Otacílio Costa.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 11/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/20 HOMOLOGAÇÃO: 20/10/20

CONTRATADO: CONSTRUTORA BRANGER EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica da Avenida Luiz Daboite (trecho 02), bairro Casa Branca.

VALOR DA DESPESA: R\$ 427.628,92 (quatrocentos e setenta e sete mil e seiscentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/20

HOMOLOGAÇÃO: 21/10/20

CONTRATADO: NANI COMUNICACAO VISUAL LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na fabricação e montagem de 01 (um) letreiro em aço galvanizado para passarela (SC-114).

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.240,00 (doze mil e duzentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/20

HOMOLOGAÇÃO: 22/10/20

CONTRATADO: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada e credenciada na CELESC para obra na rede de distribuição de energia, para realocação de postes que estão fora de posição, após levantamento topográfico para asfaltamento das Ruas Theodoro Ruher, Rua Nazaré, Rua 117, Rua Vinícius de Moraes, Rua Talidade Souza Machado e Rua Nair Ribeiro de Liz.

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.053,00 (quarenta e seis mil e cinquenta e três reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/20

HOMOLOGAÇÃO: 23/10/20

CONTRATADO: MAPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de acessórios e aparelhos para academia ao ar livre no Bairro Poço Rico.

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/20
HOMOLOGAÇÃO: 26/10/20
CONTRATADO: RENAN PABLO SOUZA DA LUZ
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em mão de obra para instalação de meio-fio, caixa de rede de esgoto, calçada e calçamentos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 69.974,64 (sessenta e nove mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/20
HOMOLOGAÇÃO: 04/11/20
CONTRATADO: Alberi Luiz de Barros
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Locação de imóvel para aluguel social, tendo como locador Alberi Luiz de Barros e beneficiária Elizabete de Jesus.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/20 HOMOLOGAÇÃO: 05/11/20
CONTRATADO: Milton Pedro Hamann
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Locação de imóvel para aluguel social, tendo como locador Milton Pedro Hamann e beneficiária ANGELICACRISTINAROSA. VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- TOMADA DE PREÇO Nº 13/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/20
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/20
CONTRATADO: BALMAR CONSTRUÇÕES EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Construção de passeio na Avenida Beira Rio total de 4.700,00m².
VALOR DA DESPESA: R\$ 161.080,46 (cento e sessenta e um mil e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- TOMADA DE PREÇO Nº 12/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/20
HOMOLOGAÇÃO: 12/11/20
CONTRATADO: CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada e credenciada na CELESC para obra de rede de distribuição de energia elétrica, localizada no loteamento popular Residencial Pinhais - bairro Igaras. VALOR DA DESPESA: R\$ 221.680,00 (duzentos e vinte e um mil e seiscentos e oitenta reais)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/20
HOMOLOGAÇÃO: 13/11/20
CONTRATADO: ELOI HILARIO BRANDT CONSTRUTORA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em pintura interna e externa da Escola Básica Municipal Pedro Álvares Cabral e Núcleo Adilha Matias-Faria.
VALOR DA DESPESA: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/20
HOMOLOGAÇÃO: 16/11/20
CONTRATADO: LINDOMAR CANDIDO LEMOS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Locação de imóvel para aluguel social, tendo como locador Lindomar Candido Lemos e beneficiária ROSEMEREDOSSANTOS DA SILVA..
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/20
HOMOLOGAÇÃO: 17/11/20
CONTRATADO: ADILSON LISTONE BUENO ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de pneus para veículo da Secretária de Saúde.. VALOR DA DESPESA: R\$ 11.558,00 (onze mil quinhentos e cinqüenta e oito reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 09/12/20 - DENILSON LUIZ PADILHA - Prefeito Municipal

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/20

HOMOLOGAÇÃO: 26/11/20

CONTRATADO: NANI COMUNICACAO VISUAL LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na fabricação de fachada em ACM, estrutura metálica, conforme projeto virtual, com letras, caixa de iluminação, ressaltos 10mm, para instalação no CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.440,00 (doze mil quatrocentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20 HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20

CONTRATADO: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.868,00 (vinte e um mil oitocentos e sessenta e oito reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20

CONTRATADO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.900,00 (quatorze mil novecentos reais) DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20

CONTRATADO: R.S. COMERCIO DE ELETROMESTICOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.179,00 (três mil cento e setenta e nove reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20

CONTRATADO: PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.878,00 (nove mil oitocentos e setenta e oito reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20

CONTRATADO: TYSKI & MACHOVSKI LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.190,00 (dezoito mil cento e noventa reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20

CONTRATADO: MONICA REGINA DE MELLO FARIA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.452,45 (seis mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20

HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20

CONTRATADO: PREQUIP - COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ilda da Silva Velho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais)

DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/20 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/20 HOMOLOGAÇÃO: 01/12/20
CONTRATADO: BLUINTER ELETRODOMESTICOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Aquisição de materiais para atender os alunos da nova unidade escolar CEI Ildada Silva Velho.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.096,00 (cinco mil e noventa e seis reais)
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal.

----- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/20
HOMOLOGAÇÃO: 07/12/20
CONTRATADO: GILBERTO DONIZETE MUNIZ DE SOUZA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA

OBJETO: Locação de imóvel para aluguel social, tendo como locador Gilberto Donizete M. de Souza e beneficiária SUELEZAGOFARIAS GERBER.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.
DATA: 09/12/20 - LUIZ CARLOS XAVIER - Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

PORTARIA 07/2020

Publicação Nº 2753732

PORTARIA Nº 07/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE ROSANGELA MARIA BALDESSAR, brasileira, casada, portador do RG nº 2.183.156-4, CPF nº 636.712.809-30, nomeado pela portaria n.º 140/06, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotado no Fundo Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 3767, inscrito no PIS nº 180.13966.59.9, de acordo com o Art. 40, §1º, III, "a" da CF, Provento Integral - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações, valor dos proventos R\$ 2.499,13 (dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e treze centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 1º de junho de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 08/2020

Publicação Nº 2753731

PORTARIA Nº 08/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE CELSO JACINTO DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.750.629, CPF nº 551.473.729-20, nomeado pela portaria n.º 263/90, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria de Transportes, Obra e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 532, inscrito no PIS nº 108.96118.72-7, de acordo com o Art. 3º da EC 47/05 – FÓRMULA 85/95 – Comum, Provento Integral - Com Paridade, valor dos proventos R\$ 1.723,77 (mil setecentos e vinte e três reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 01 de julho de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 09/2020

Publicação N° 2753730

PORTARIA N° 09/2020

CONCEÇÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE do segurado falecido AROLDO ORLI MOREIRA VELHO, RG nº 2.708.935 e CPF nº 777.580.649-49, à sua dependente SANDRA APARECIDA ANTUNES, RG nº 4.596.478 e CPF nº 049.444.149-60, na qualidade de esposa e seus filhos menores CARLA GRAZIELA ANTUNES VELHO E CARLOS GABRIEL ANTUNES VELHO, até a sua maioridade, tendo em vista o óbito ocorrido em 02/06/2020 e retroagindo a esta data, conforme certidão de óbito Matrícula 150326 01 55 2020 054 0002448 43 em anexo.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 29 de junho de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 10/2020

Publicação N° 2753725

PORTARIA N° 10/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE, DE ROSELI DE SOUZA MERTEN, brasileira, casada, portadora do RG nº 1034869, CPF nº 500.971.729-87, nomeado pela portaria n.º 142/05 ocupante do cargo de MONITORA, lotada na Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 3597, inscrito no PIS nº 108.60855.45-4, de acordo com o Art. art. 40, §1º, III, "b" da CF, Provento Proporcional ao Tempo de Contribuição - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações, valor dos proventos R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 1º de julho de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 12/2020

Publicação Nº 2753716

PORTARIA Nº 12/2020

CONCEÇÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE do segurado falecido DARIO KLEGIN, RG nº 120.911 e CPF nº 573.758.529-87, à sua dependente ZENITA APARECIDA DA LUZ CORREA KLEGIN, RG nº 1.060.936 e CPF nº 423.982.239-49, na qualidade de esposa, tendo em vista o óbito ocorrido em 24/07/2020 e retroagindo a esta data, conforme certidão de óbito Matrícula 150326 01 55 2020 4 00007 078 0002472 69 em anexo.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 10 de agosto de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 13/2020

Publicação Nº 2753712

PORTARIA Nº 13/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE, DE TEREZINHA DO CARMO PEREIRA FUCK FLOR, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 1.430.715, CPF nº 715.954.909-06, nomeada pela portaria n.º 14/08 ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 3655, inscrita no PIS nº 127.28366.72.3, de acordo com o Art. art. 40, §1º, III, "b" da CF, Provento Proporcional ao Tempo de Contribuição - Sem Paridade, Média das 80% maiores Remunerações, valor dos proventos R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 1º de setembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 14/2020

Publicação Nº 2753708

PORTARIA Nº 14/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE ALDEMIR JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.543.051, CPF nº 348.136.759-72, nomeado pela portaria n.º 158/90, ocupante do cargo de AUXILIAR

ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 337, inscrito no PIS nº 107.97772.20-8, de acordo com o Art. art. 6º, da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 3.292,22 (três mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 01 de setembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 15/2020

Publicação Nº 2753706

PORTARIA Nº 15/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE SANDRA TEREZINHA NUNES COELHO ZUCHINALLI, brasileira, casada, portadora do RG nº 27089193, CPF nº 898.250.129-00, nomeada pela portaria n.º 186/96, ocupante do cargo de PROFESSOR I, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 3476, inscrita no PIS nº 1.705.2546.04-1, de acordo com o Art. art. 6º, da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 3.129,12 (três mil cento e vinte e nove reais e doze centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 01 de setembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 16/2020

Publicação Nº 2753703

PORTARIA Nº 16/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE SANDRA APARECIDA DE SOUZA, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.399.751, CPF nº 707.661.939-34, nomeada pela portaria n.º 113/03, ocupante do cargo de ADMINISTRADORA, lotada na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 3054, inscrita no PIS nº 1.901.266.544-5, de acordo com o Art. art. 3º, da EC 47/05 – fórmula 85/95 Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 5.140,59 (cinco mil cento e quarenta reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 01 de setembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 17/2020

Publicação Nº 2753702

PORTARIA Nº 17/2020

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DO SERVIDOR EFETIVO VALDIR BLEICHWEHL, brasileiro, casado, nomeado pela portaria n.º 143/05, portador do RG nº 961.758-5 e CPF nº 384.540.179-68, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 120.18908.57.1, ocupante do cargo de motorista, lotado na Secretaria de Obras do Interior, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 3586, de acordo com art. 40, § 1º, I, da CF, Provento Integral – Sem Paridade – Média das 80% maiores Remunerações, provento a ser pago R\$ 2.095,28 (dois mil e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 11 de setembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 18/2020

Publicação Nº 2753694

PORTARIA Nº 18/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE CLAUDIO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.437.028-0, CPF nº 485.272.709-00, nomeado pela portaria n.º 68/91, ocupante do cargo de PROFESSOR II, lotado na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 830, inscrito no PIS nº 120.26874.48-6, de acordo com o Art. art. 6º, da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 9.421,56 (nove mil quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 11 de setembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 21/2020

Publicação Nº 2753693

PORTARIA Nº 21/2020

CONCEÇÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE do segurado falecido LINO CESAR LEMOS MOREIRA, CPF nº 249.534.079-20, à sua dependente SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MOREIRA, na qualidade de esposa, RG nº 3.199.899 e CPF nº 897.824.889-68, tendo em vista o óbito ocorrido em 06/09/2020, conforme certidão de óbito em anexo, e retroagindo a esta data.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 24 de SETEMBRO de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 22/2020

Publicação Nº 2753692

PORTARIA Nº 22/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE MARISA EGER, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.707.640, CPF nº 833.896.109-44, nomeada pela portaria n.º 214/02, ocupante do cargo de PROFESSOR I, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 1936, inscrita no PIS nº 170.52546.17.3, de acordo com o Art. art. 6º, da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 3.283,42 (três mil duzentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 01 de outubro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 23/2020

Publicação Nº 2753691

PORTARIA Nº 23/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE ASSIS DOS SANTOS BRANCO, brasileiro, casado, portador do RG nº 4.485.298.2, CPF nº 385.473.419-00, nomeado pela portaria n.º 235/02, ocupante do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, lotado na Secretaria de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 2055, inscrito no PIS nº 107.85120.45.6, de acordo com o Art. art. 6º, da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 4.531,74 (quatro mil quinhentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 15 de outubro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 24/2020

Publicação Nº 2753688

PORTARIA Nº 24/2020

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE DO SERVIDOR EFETIVO MARIA CIRLENE MULLER, brasileira, casada, nomeado pela portaria n.º 151/15, portadora do RG nº 2.264.834 e CPF nº 680.139.819-91, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 122.99269.09.8, ocupante do cargo de merendeira, lotado na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 6345, de acordo com art. 40, § 1º, I, da CF, Provento Integral – Sem Paridade – Média das 80% maiores Remunerações, provento a ser pago R\$ 1.154,56 (mil e cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 15 de outubro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 25/2020

Publicação Nº 2753683

PORTARIA Nº 25/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE WALDIRENE VALIM, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 2597140, CPF nº 767.077.339-15, nomeada pela portaria n.º 68/96, ocupante do cargo de PROFESSOR I, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 950, inscrita no PIS nº 123.15679.42-9, de acordo com o Art. art. 6º, da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 3.777,39 (três mil setecentos e setenta e sete reais e trinta e nove).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 16 de novembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 26/2020

Publicação Nº 2753680

PORTARIA RETIFICADORA 26/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Superintendente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - Retificar a portaria nº 01/2020, QUE CONCEDEU A APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, da Servidora Pública Municipal NEUSI MADALENA MASSELA, CPF nº 753.538.819-15 e RG nº 2.185.889, ocupando o cargo de SUPERVISORA, matrícula 667, inscrita no PIS n. 1.702.658.946-4 de acordo com o Art. art. 6º, da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 8.322,08 (oito mil trezentos e vinte e dois reais e oito centavos). nos seguintes termos:

Art. 2ª - A Portaria fica retificada com a alteração da carga horária para 40 horas, conforme portaria NR 234/96.

Art. 3ª - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 18 de novembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 27/2020

Publicação Nº 2753677

PORTARIA Nº 27/2020

CONCEÇÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE do servidor falecido JOÃO ARCANJO GARCIA, RG nº 1.435.431 e CPF nº 387.066.959-49, à seus dependentes SONIA PEREIRA ANTUNES, RG nº 4.274.177 e CPF nº 069.166.127-40, na qualidade de esposa, GABRIELI ANTUNES GARCIA e GABRIEL ANTUNES GARCIA, na qualidade de filhos, até completarem a maioridade, tendo em vista o óbito ocorrido em 18/10/2020 e retroagindo a esta data, conforme certidão de óbito Matrícula 150326 01 55 2020 4 00007 106 0002500 54 em anexo.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 28 de outubro de 2020.
KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 28/2020

Publicação Nº 2753675

PORTARIA Nº 28/2020

CONCEÇÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE do segurado falecido JOSÉ SIMEÃO ANTUNES, RG nº 1.752.000 E CPF 348.108.209-63, à sua dependente ILENA JESUS PEREIRA, RG nº 3.543.045 e CPF nº 015.625.649-51, na qualidade de esposa, tendo em vista o óbito ocorrido em 22/02/2020 e retroagindo a esta data, conforme certidão de óbito Matrícula 150326 01 55 2020 4 00007 033 0002427 85 em anexo.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 04 de março de 2020.

LUCIA DE FÁTIMA COELHO
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 29/2020

Publicação Nº 2753672

PORTARIA Nº 29/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE VERA LUCIA COELHO DE SOUZA PEREIRA, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.479.082, CPF nº 693.654.909-87, nomeado pela portaria n.º 178/90, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 593, inscrito no PIS nº 1.702.658.917-0, de acordo com o Art. 3º, da EC 47/05 – Formula 85/95 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 2.964,98 (dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 07 de dezembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 30/2020

Publicação Nº 2753670

PORTARIA Nº 30/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE NELI FARIAS VALIM, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.662.157, CPF nº 915.385.569-87, nomeada pela portaria n.º 137/96, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 343, inscrito no PIS nº 170.14316.65.4, de acordo com o Art. 3º, da EC 47/05 – Formula 85/95 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração, valor dos proventos R\$ 2.993,79 (dois mil novecentos e noventa e três reais e setenta e nove centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 07 de dezembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 31/2020

Publicação Nº 2753666

PORTARIA Nº 31/2020

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE MARIA LICELMA DA SILVA, brasileira, casada, portador do RG nº 1.752.887, CPF nº 915.521.139-04, nomeado pela portaria n.º 305/02, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 3047, inscrito no PIS nº 130.88331.72.7, de acordo com o Art. 40, § 1º, III, "b" CF – Provento Proporcional ao Tempo de Contribuição - Sem Paridade, Média das 80% maiores contribuições, valor dos proventos R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 10 de dezembro de 2020.

KEYLA CRISTINA CHAVES
PRESIDENTE DO IPAM

Ouro

PREFEITURA

PR N° 0044/2020

Publicação N° 2752852

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0044/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/12/2020, às 09:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0082/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0044/2020, tipo menor preço por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação pelo Sistema de Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de concreto asfáltico usinado a quente (C.A.U.Q.), para recuperação das vias públicas asfaltadas, conforme especificações contidas no Anexo I, do edital. Obtenção do edital:licitacao2@ouro.sc.gov.br;www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 10/12/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR N° 0045/2020

Publicação N° 2753277

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0045/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 04/01/2021, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0083/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0045/2020, tipo menor preço por item, representado pelo maior desconto ofertado por item, com entrega parcelada. Objeto: A presente licitação COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos genéricos, éticos e similares, para distribuição gratuita à população do Município de Ouro, para o exercício de 2021, conforme especificações contidas no Anexo I, do edital. Obtenção do edital:licitacao2@ouro.sc.gov.br;www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 10/12/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

ERRATA AO EDITAL PL 051-2020 DL 015-2020

Publicação N° 2752799

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
ERRATA 01
PROCESSO LICITATÓRIO N° 051/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2020

O Município de Paial-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Goiás, 400, nesta Cidade, torna público alteração do edital do processo licitatório conforme segue:

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DO PROCESSO SELETIVO COM PROVAS OBJETIVAS, PARA OS CARGOS A SEGUIR:

PROCESSO SELETIVO:

Nível Superior - Prova Objetiva:

Farmacêutico

Psicólogo

Fisioterapeuta

Engenheiro Civil

Auxiliar de Enfermagem

Enfermeira

Assistente Social

Nível Superior – Prova Objetiva e Títulos:

Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Professor de Educação Física

Professor de Artes

Professor Língua Inglesa

Auxiliar de Classe

Nível Alfabetizado – Prova Objetiva:

Serviços Gerais

Onde se lê: Auxiliar de Enfermagem

Leia-se: Técnico de Enfermagem

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Paial - SC, 10 de Dezembro de 2020.

NÉVIO ANTONIO MORTARI
PREFEITO MUNICIPAL

Palhoça

PREFEITURA

EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI) DE PALHOÇA - INSCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 2754029

EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI) DE PALHOÇA - INSCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE PALHOÇA/SC, considerando as inscrições para a eleição dos membros da gestão do Conselho Municipal do Idoso (CMI) de Palhoça/SC, para o biênio 2020/2022, por meio da Resolução nº 002/2020/CMI e do Edital nº 01/2020/CMI, publicado em 23 de novembro de 2020, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) nº 3330, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 dias, a contar de 23/12/2020 (último dia de inscrição no Calendário anterior), o prazo para inscrição de candidaturas e postagem de documentação para seleção de entidades da sociedade civil para integrar o CMI de Palhoça.

Art. 2º Alterar o Calendário da Seleção Pública em anexo do referido Edital, conforme atividades e prazos apresentados abaixo:

Publicação do Edital	23/11/2020
Período de Inscrição On-line pelo email: cmiconselhopalhoca@gmail.com Ou no local: Rua Padre Batista Réus, s/n, Caminho Novo, Palhoça/SC (Centro do Idoso).	23/11/2020 à 22/01/2021 (das 14h às 18h)
Homologação dos Inscritos	27/01/2021
Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)	29/01/2021
Data da Eleição e Apuração Local: Rua Padre Batista Réus, s/n, Caminho Novo, Palhoça/SC (Centro do Idoso).	03/02/2021 (das 14h às 17h)
Homologação dos eleitos da sociedade civil	03/02/2021
Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)	05/02/2021
Posse dos Conselheiros Local: Rua Padre Batista Réus, s/n, Caminho Novo, Palhoça/SC (Centro do Idoso).	10/02/2021

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de dezembro de 2020.

Rosângela Campos
Secretária de Assistência Social de Palhoça

EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) DE PALHOÇA - INSCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 2754030

EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) DE PALHOÇA - INSCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE PALHOÇA/SC, considerando as inscrições para a eleição dos membros da gestão do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) de Palhoça/SC, para o biênio 2020/2022, por meio da Resolução nº 001/2020/COMDIM e do Edital nº 01/2020/COMDIM, publicado em 23 de novembro de 2020, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) nº 3330, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 dias, a contar de 27/12/2020 (último dia de inscrição no Calendário anterior), o prazo para inscrição de candidaturas e postagem de documentação para seleção de entidades da sociedade civil para integrar o COMDIM de Palhoça.

Art. 2º Alterar o Calendário da Seleção Pública em anexo do referido Edital, conforme atividades e prazos apresentados abaixo:

Publicação do Edital	23/11/2020
Período de Inscrição On-line pelo email: comdimpalhoca@gmail.com Ou no local: Rua Padre Batista Réus, s/n, Caminho Novo, Palhoça/SC(Centro do Idoso).	23/11/2020 à 27/01/2021 (das 14h às 18h)
Homologação dos Inscritos	01/02/2021
Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)	03/02/2021
Data da Eleição e Apuração Local: Rua Padre Batista Réus, s/n, Caminho Novo, Palhoça/SC(Centro do Idoso).	09/02/2021 (das 14h às 17h)
Homologação dos eleitos da sociedade civil	09/02/2021
Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC)	11/02/2021
Posse dos Conselheiros Local: Rua Padre Batista Réus, s/n, Caminho Novo, Palhoça/SC(Centro do Idoso).	16/02/2021

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de dezembro de 2020.

Rosângela Campos
Secretária de Assistência Social de Palhoça

NOTIFICAÇÃO TITULAR DO DOMÍNIO DO IMÓVEL, CONFRONTANTES E DEMAIS INTERESSADOS

Publicação Nº 2754039

Notificação titular do domínio do imóvel, confrontantes e demais interessados

Ofício nº 58/2020

Palhoça, 25 de novembro DE 2020,.

Ao (a) Senhor (a) ZAMANN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

RUA DEPUTADO PAULO PREIS, nº 590, Bairro JURERE, CEP88.053-580, Município FLORIANOPOLIS-SC (ESPELHO CADASTRAL DO IMÓVEL).

ASSUNTO: Notificação de abertura de procedimento administrativo de Regularização

Fundiária Urbana

Senhor ZAMANN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

,Comunico que no dia 13 DE NOVEMBRO DE 2019 iniciou o processo de regularização fundiária urbana do núcleo informal consolidado denominado MANOEL FELICIO MACHADO, registrado sob nº 25617/2019, da área 723.27 m², localizada no Bairro PASSA VINTE com descrição georreferenciada a seguir

Propriedade de MARCOS AURELIO GUIMARAES do Município de PalHOCA/SC.

Como o imóvel de Vossa Senhoria é confrontante à área demarcada (ou é proprietário/ titular de domínio/ responsável pela formação do núcleo irregular na área demarcada/regularizada pelo procedimento do art. 31), NOTIFICO-O para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 dias, sob pena de anuência de impugnação implicar perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB.

Os documentos referentes à demarcação urbanística estão à disposição para consultar na sede da Prefeitura Municipal, localizada na rua HILZA TEREZINHA PAGANI , nº 280, bairro PAGANI, deste Município. Atenciosamente,

ANTONIO VIDAL PAGANI

Secretario Municipal de Habitação e Regularização Fundiaria

NOTIFICAÇÃO TITULAR DO DOMÍNIO DO IMÓVEL, CONFRONTANTES E DEMAIS INTERESSADOS

Publicação Nº 2754036

Notificação titular do domínio do imóvel, confrontantes e demais interessados

Ofício nº 58/2020

Palhoça, 25 de novembro DE 2020,.

Ao (a) Senhor (a) JENNIFFER ACORDI E JONATA ACORDI

RUA MONTE VERDE, nº 67, Bairro PASSA VINTE , CEP 88.132-240, Município PALHOÇA-SC (ESPELHO CADASTRAL DO IMÓVEL).

ASSUNTO: Notificação de abertura de procedimento administrativo de Regularização

Fundiária Urbana

Senhor JENNIFFER ACORDI E JONATA ACORDI

,Comunico que no dia 13 DE NOVEMBRO DE 2019 iniciou o processo de regularização fundiária urbana do núcleo informal consolidado denominado MANOEL FELICIO MACHADO, registrado sob nº 25617/2019, da área 723.27 m², localizada no Bairro PASSA VINTE com descrição georreferenciada a seguir

Propriedade de MARCOS AURELIO GUIMARAES do Município de PalHOCA/SC.

Como o imóvel de Vossa Senhoria é confrontante à área demarcada (ou é proprietário/ titular de domínio/ responsável pela formação do núcleo irregular na área demarcada/regularizada pelo procedimento do art. 31), NOTIFICO-O para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 dias, sob pena de anuência de impugnação implicar perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB.

Os documentos referentes à demarcação urbanística estão à disposição para consultar na sede da Prefeitura Municipal, localizada na rua HILZA TEREZINHA PAGANI , nº 280, bairro PAGANI, deste Município. Atenciosamente,

ANTONIO VIDAL PAGANI

Secretario Municipal de Habitação e Regularização Fundiaria

NOTIFICAÇÃO TITULAR DO DOMÍNIO DO IMÓVEL, CONFRONTANTES E DEMAIS INTERESSADOS

Publicação Nº 2754033

Notificação titular do domínio do imóvel, confrontantes e demais interessados

Ofício nº 58/2020

Palhoça, 25 de novembro DE 2020,.

Ao (a) Senhor (a) JOAO NELSON DA SILVA

RUA MARINO JORGE DOS SANTOS, nº 1023, Bairro SÃO SEBASTIÃO, CEP88136-200, Município PALHOÇA-SC (ESPELHO CADASTRAL DO IMÓVEL).

ASSUNTO: Notificação de abertura de procedimento administrativo de Regularização

Fundiária Urbana

Senhor JOÃO NELSON DA SILVA,Comunico que no dia 23 DE OUTUBRO DE 2019 iniciou o processo de regularização fundiária urbana do núcleo informal consolidado denominado SILVIO JOÃO DA SILVA, registrado sob nº 23888/2019, da área 169,91 m², localizada no Bairro SÃO SEBASTIÃO/Núcleo SILVIO JOÃO DA SILVA, com descrição georreferenciada a seguir descrição do imóvel

LIMITES e CONFRONTANTES: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 1, de coordenadas N 6.939.578,8795m e E 724.995,5667m; deste segue confrontando com SEVIDÃO SILVIO JOÃO DA SILVA, com azimute de 7°50'23,21" por uma distância de 13,00m, até o ponto 2, de coordenadas N 6.939.591,7580m e E 724.997,3399m ; deste segue com azimute de 350°13'27,80" por uma distância de 0,97m, até o ponto 3, de coordenadas N 6.939.592,7180m e E 724.997,1745m ; deste segue com azimute de 7°29'02,73" por uma distância de 11,26m, até o ponto 4, de coordenadas N 6.939.603,8820m e E 724.998,6411m ; deste segue com azimute de 6°50'37,73" por uma distância de 13,00m, até o ponto 5, de coordenadas N 6.939.616,7882m e E 725.000,1901m ; deste segue com azimute de 6°45'46,27" por uma distância de 40,49m, até o ponto 6, de coordenadas N 6.939.656,9934m e E 725.004,9578m ; deste segue com azimute de 4°34'02,39" por uma distância de 10,13m, até o ponto 7, de coordenadas N 6.939.667,0950m e E 725.005,7648m ; deste segue com azimute de 340°24'35,83" por uma distância de 11,86m, até o ponto 8, de coordenadas N 6.939.678,2687m e E 725.001,7882m ; deste segue com azimute de 340°13'02,92" por uma distância de 9,91m, até o ponto 9, de coordenadas N 6.939.687,5977m e E 724.998,4328m ; deste segue com azimute de 340°18'32,03" por uma distância de 11,13m, até o ponto 10, de coordenadas N 6.939.698,0766m e E 724.994,6826m ; deste segue com azimute de 347°07'25,87" por uma distância de 19,79m, até o ponto 12, de coordenadas N 6.939.717,3690m e E 724.990,2725m ; deste segue confrontando com RIO PASSA VINTE , com azimute de 266°15'41,15" por uma distância de 8,55m, até o ponto 13, deste segue confrontando com JOÃO NELSON DA SILVA CPF: 245.878.009-10 de coordenadas N 6.939.716,8115m e E 724.981,7407m ; deste segue com azimute de 185°34'52,14" por uma distância de 23,62m, até o ponto 14, de coordenadas N 6.939.693,3056m e E 724.979,4437m ; deste segue com azimute de 252°36'55,95" por uma distância de 3,03m, até o ponto 15, de coordenadas N 6.939.692,3998m e E 724.976,5505m ; deste segue com azimute de 178°53'54,15" por uma distância de 11,90m, até o ponto 16, de coordenadas N 6.939.680,4988m e E 724.976,7793m ; deste segue com azimute de 251°50'57,05" por uma distância de 3,11m, até o ponto 17, de coordenadas N 6.939.679,5293m e E 724.973,8222m ; deste segue com azimute de 180°58'32,49" por uma distância de 9,79m, até o ponto 18, de coordenadas N 6.939.669,7454m e E 724.973,6555m ; deste segue com azimute de 183°23'03,57" por uma distância de 12,69m, até o ponto 19, de coordenadas N 6.939.657,0818m e E 724.972,9066m ; deste segue com azimute de 170°49'08,34" por uma distância de 10,08m, até o ponto 20, de coordenadas N 6.939.647,1348m e E 724.974,5143m ; deste segue com azimute de 186°11'47,05" por uma distância de 40,77m, até o ponto 21, de coordenadas N 6.939.606,5994m e E 724.970,1133m ; deste segue com azimute de 275°26'28,57" por uma distância de 7,03m, até o ponto 21, de coordenadas N 6.939.607,2656m e E 724.963,1196m ; deste segue com azimute de 179°56'09,10" por uma distância de 15,60m, até o ponto 21, de coordenadas N 6.939.591,6613m e E 724.963,1371m ; deste segue com azimute de 177°27'56,26" por uma distância de 7,57m, até o ponto 24, de coordenadas N 6.939.584,0950m e E 724.963,4720m ; deste segue com azimute de 98°44'41,15" por uma distância de 16,19m, até o ponto 25, de coordenadas N 6.939.581,6340m e E 724.979,4711m ; deste segue com azimute de 99°42'40,22" por uma distância de 16,33m, até o ponto 1, onde teve início essa descrição.

Propriedade de JOAO NELSON DA SILVA do Município de PalHOCA/SC.

Como o imóvel de Vossa Senhoria é confrontante à área demarcada (ou é proprietário/ titular de domínio/ responsável pela formação do núcleo irregular na área

demarcada/regularizada pelo procedimento do art. 31), NOTIFICO-O para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 dias, sob pena de anuência de impugnação implicar perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB. Os documentos referentes à demarcação urbanística estão à disposição para consultar na sede da Prefeitura Municipal, localizada na rua XX, nº XX, bairro XX, deste Município.

Atenciosamente,

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretario Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

NOTIFICAÇÃO TITULAR DO DOMÍNIO DO IMÓVEL, CONFRONTANTES E DEMAIS INTERESSADOS

Publicação Nº 2754035

Notificação titular do domínio do imóvel, confrontantes e demais interessados

Ofício nº 58/2020

Palhoça, 25 de novembro DE 2020,.

Ao (a) Senhor (a) FLAVIO ROGERIO DA SILVA

RUA MONTE VERDE, nº 47, Bairro PASSA VINTE , CEP 88.132-240, Município PALHOÇA-SC (ESPELHO CADASTRAL DO IMÓVEL).

ASSUNTO: Notificação de abertura de procedimento administrativo de Regularização

Fundiária Urbana

Senhor FLAVIO ROGERIO DA SILVA

,Comunico que no dia 13 DE NOVEMBRO DE 2019 iniciou o processo de regularização fundiária urbana do núcleo informal consolidado denominado MANOEL FELICIO MACHADO, registrado sob nº 25617/2019, da área 723.27 m², localizada no Bairro PASSA VINTE com descrição georreferenciada a seguir

Propriedade de MARCOS AURELIO GUIMARAES do Município de PalHOCA/SC.

Como o imóvel de Vossa Senhoria é confrontante à área demarcada (ou é proprietário/ titular de domínio/ responsável pela formação do núcleo irregular na área demarcada/regularizada pelo procedimento do art. 31), NOTIFICO-O para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 dias, sob pena de anuência de impugnação implicar perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB.

Os documentos referentes à demarcação urbanística estão à disposição para consultar na sede da Prefeitura Municipal, localizada na rua HILZA TEREZINHA PAGANI , nº 280, bairro PAGANI, deste Município.

Atenciosamente,

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretario Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

NOTIFICAÇÃO TITULAR DO DOMÍNIO DO IMÓVEL, CONFRONTANTES E DEMAIS INTERESSADOS

Publicação Nº 2754038

Notificação titular do domínio do imóvel, confrontantes e demais interessados

Ofício nº 58/2020

Palhoça, 25 de novembro DE 2020,.

Ao (a) Senhor (a) RESIDENCIAL VITORIA REGIA

RUA MANOEL FELICIO MACHADO, nº 1374, Bairro PASSA VINTE , CEP 88.133-214, Município PALHOÇA-SC (ESPELHO CADASTRAL DO IMÓVEL).

ASSUNTO: Notificação de abertura de procedimento administrativo de Regularização

Fundiária Urbana

Senhor RESIDENCIAL VITORIA REGIA

,Comunico que no dia 13 DE NOVEMBRO DE 2019 iniciou o processo de regularização fundiária urbana do núcleo informal consolidado denominado MANOEL FELICIO MACHADO, registrado sob nº 25617/2019, da área 723.27 m², localizada no Bairro PASSA VINTE com descrição georreferenciada a seguir

Propriedade de MARCOS AURELIO GUIMARAES do Município de PalHOCA/SC.

Como o imóvel de Vossa Senhoria é confrontante à área demarcada (ou é proprietário/ titular de domínio/ responsável pela formação do núcleo irregular na área demarcada/regularizada pelo procedimento do art. 31), NOTIFICO-O para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 dias, sob pena de anuência de impugnação implicar perda de eventual direito que o notificado titularize sobre o imóvel objeto da REURB.

Os documentos referentes à demarcação urbanística estão à disposição para consultar na sede da Prefeitura Municipal, localizada na rua HILZA TEREZINHA PAGANI , nº 280, bairro PAGANI, deste Município.

Atenciosamente,

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretario Municipal de Habitação e Regularização Fundiaria

PORTARIA Nº. 4931/2020

Publicação Nº 2753305

PORTARIA Nº. 4931/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEBÓRA APARECIDA COUTO DOS SANTOS ESPÍNDOLA, matrícula nº. 100270-2, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 13/04/2015 a 13/04/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/12/2020 a 01/01/2021.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4932/2020

Publicação Nº 2753310

PORTARIA Nº. 4932/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANA ZENIR MARTINS, matrícula nº. 400869-2, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 05/04/2015 a 05/04/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 09/11/2020 a 09/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4933/2020

Publicação Nº 2753311

PORTARIA Nº. 4933/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora FABIANE IRMA MARTINS, matrícula nº. 100385-1, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 02/08/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4934/2020

Publicação Nº 2753312

PORTARIA Nº. 4934/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LISMARI ROSA PERES TORRES, matrícula nº. 100276-1, ocupante da categoria funcional de Monitor, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 16 (dezesesseis) anos e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4935/2020

Publicação Nº 2753314

PORTARIA Nº. 4935/2020.

FLAVIO MARTINS, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) VERA LUCIA PINHO, matrícula nº. 500445-5, categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Maricultura, Pesca e Agricultura, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 21 (vinte e um) dias.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

FLAVIO MARTINS
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4936/2020

Publicação Nº 2753315

PORTARIA Nº. 4936/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SANDRA SEBASTIÃO DE SOUSA MARTINS, matrícula nº. 211095-4, ocupante da categoria funcional de Orientador Educacional, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 26 (vinte e seis) anos, 03 (três) meses e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4937/2020

Publicação Nº 2753316

PORTARIA Nº. 4937/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELOISA APARECIDA PAULI CORDEIRO, matrícula nº. 801866-8, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 06 (seis) anos, 03 (três) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4938/2020

Publicação Nº 2753317

PORTARIA Nº. 4938/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SANDRA CRISTIANE SAIBERT, matrícula nº. 800603-3, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 05 (cinco) anos, 10 (dez) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4939/2020

Publicação Nº 2753319

PORTARIA Nº. 4939/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LUCIANE CRISTINA DA SILVEIRA CASCAES, matrícula nº. 3763073-1, ocupante da

categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, 23 (vinte e três) anos e 06 (seis) dias.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4940/2020

Publicação Nº 2753320

PORTARIA Nº. 4940/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor FELIPE AUGUSTO DE BONI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 165296-8, para atuar no Contrato n.º 381/2020 oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública nº 177/2020. Objeto: "contratação de empresa para execução de drenagem, pavimentação em blocos intertravados de concreto, reposição de lajotas e sinalização viária vertical da Rua João Martins de Souza (Trecho II) e Rua 640, bairro: Pacheco no município de Palhoça/SC".

Esta Portaria entre em vigor em 10 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4941/2020

Publicação Nº 2753321

PORTARIA Nº. 4941/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ADRIANA ANTONIA DA SILVA	ENFERMEIRO	15	28/10/2020
ADRIANA MARIA RODRIGUES	TECNICO EM ENFERMAGEM	09	27/10/2020
ALESSANDRO MATTOS PEREIRA	PROFESSOR	60	26/10/2020
ALEXANDRA OLIVEIRA PACHECO MANDIRA	ENFERMEIRO	02	28/10/2020
ALEXANDRA OLIVEIRA PACHECO MANDIRA	ENFERMEIRO	02	26/10/2020
ALINE PAMPLONA	SECRETÁRIO ADJUNTO	14	22/10/2020
AMANDA FRANCA	TELEFONISTA	11	26/10/2020
AMANTINO RODRIGUES RAULINO	SOCORRISTA	26	22/10/2020
ANA PAULA CALCAGNOTTO IARTO	SUPERVISOR ESCOLAR	60	30/10/2020
ANA PAULA MACHADO	ASSESSOR	10	24/10/2020

ANA PAULA MILIAN DE AZEVEDO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	29/10/2020
ANA PAULA MILIAN DE AZEVEDO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	15/10/2020
ANDREA DA COSTA RANKEL	FONOAUDIOLOGO	04	03/11/2020
ANDREA KOCHÉLA MOREIRA	ASSESSOR	04	27/10/2020
ANGELA DOS SANTOS OLIVEIRA RODRIGUES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	10	26/10/2020
ANGELA MARIA MACHADO	MERENDEIRA	08	30/10/2020
ANGELA MARIA WAGNER	TECNICO EM CONTABILIDADE	03	14/10/2020
ANGELA MARIA WAGNER	TECNICO EM CONTABILIDADE	34	27/10/2020
ANGELICA SOCAS DOIN VIEIRA	MEDICO VETERINARIO	04	27/10/2020
ANGELO NILTON DE AMORIM	MOTORISTA	08	03/11/2020
ANNE CAROLINE DA ROSA MORETTO	PROFESSOR	10	26/10/2020
ARIANE DOS SANTOS FERREIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	06	29/10/2020
BIANCA GUCKERT	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	31/10/2020
BORIS CASSIO DE SOUZA	MEDICO ORTOPEDISTA GERAL	14	27/10/2020
BRUNO JOSE FORTKAMP	ASSESSOR	02	26/10/2020
BRUNO JOSE FORTKAMP	ASSESSOR	03	28/10/2020
CAROLINA MACHADO ARAUJO	ENFERMEIRO	07	28/10/2020
CELIA KUHNEN	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	28/10/2020
CINTIA TULER SILVA	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	30	21/10/2020
CLAUDIO LINO DE CAMPOS	PROFESSOR	30	05/11/2020
CLAUDIR RIBEIRO BERTOLLA	ARTIFICE	06	28/10/2020
DAIANE SUCUPIRA DE FARIAS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	26/10/2020
DAIANE SUCUPIRA DE FARIAS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	07/10/2020
DANIEL OLM SANTOS JUNIOR	ASSESSOR	04	26/10/2020
DANIELA FERREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	03	07/10/2020
DANIELA FERREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	27/10/2020
DULCE SPERBER	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	01	22/10/2020
DULCE SPERBER	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	14	27/10/2020
EDI RODRIGUES DE BRITO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	90	23/10/2020
EDUARDO JOAO DA SILVA	VIGIA	09	27/10/2020
EDUARDO SOUZA KREMER DOS SANTOS	VIGIA	14	26/10/2020
ELIZIANA REGINA FLORES SCHMIDT	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	05	27/10/2020
ELON GUSTAVO CORREIA DA SILVA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	07	26/10/2020
FABIO LINDER DE SOUZA	MOTORISTA	12	26/10/2020
FERNANDA ROSA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	01	28/10/2020
FERNANDA ROSA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	09	29/10/2020
FLAVIA COELHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	23/10/2020
FLAVIA COELHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	02/10/2020
FLAVIA COELHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	27/10/2020
FLAVIA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	03	21/10/2020
FLAVIA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	04	26/10/2020
FLAVIA DE SOUZA BRANCO	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	60	26/10/2020

FLAVIO JOAO DA SILVA JUNIOR	ARTIFICE	14	27/10/2020
FLAVIO JOSE DE SOUZA	DIRETOR DE INFRAESTRUTURA	07	27/10/2020
FRANCIELLE REGINA DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	26/10/2020
GABRIEL NILSON ESPINDOLA	GERENTE DE EMPREGO E RENDA	90	28/10/2020
GABRIELA VEDOIA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04	26/10/2020
GABRIELLA SCHMIDT	ASSESSOR	14	27/10/2020
HELENA MARCIA SEBOLD	PROFESSOR	30	28/10/2020
IRIA TERESINHA PIAI	PROFESSOR	15	27/10/2020
ISABEL CRISTINA DE MATTOS DUARTE	MERENDEIRA	08	27/10/2020
ISABELA LAVINYA PEDRO	ACD	07	26/10/2020
ISABELA LAVINYA PEDRO	ACD	01	08/10/2020
JAINARA MARLENE DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	28/10/2020
JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO	PROFESSOR	45	27/10/2020
JANAINA SENA	PROFESSOR	14	27/10/2020
JANDARACIRA SILVA SANTOS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	23/10/2020
JANE COSER	VICE-PRESIDENTE	14	30/10/2020
JEAN CARLOS DE ALMEIDA	MONITOR	14	28/10/2020
JEFFERSON LUIZ OSTROWSKI	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	60	27/10/2020
JOICE ALZIRA RODRIGUES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	29/10/2020
JONAS MEYER	ASSESSOR	07	27/10/2020
JOSIANE MARIA ESPINDOLA DE MEDEIROS	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	02	28/10/2020
JOSIANE MARIA ESPINDOLA DE MEDEIROS	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	02	20/10/2020
JULIANA COSTA MULLER	PROFESSOR	14	02/11/2020
JULIANA DE ASSUNCAO	MONITOR	08	23/10/2020
JULIANE GONCALVES DE HOLANDA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	09	26/10/2020
KAMILA SCHURHAUS JUSTEN	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	27/10/2020
KAREN ANGELO BERKENBROCK MARTINS	PROFESSOR	05	26/10/2020
KATIA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	26/10/2020
KATIA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	01/10/2020
KATIA REGINA ESPINDOLA	MERENDEIRA	02	28/10/2020
KATIA REGINA ESPINDOLA	MERENDEIRA	60	03/11/2020
LINDAMIR DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	01	05/10/2020
LINDAMIR DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	01	26/10/2020
LINDAMIR DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	02	15/10/2020
LUCIANA AFONSO DA SILVA	PROFESSOR	08	27/10/2020
LUCIANA DEMETRIO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	28/10/2020
LUCIANA ROCHA NEGREIROS	ASSESSOR	07	23/10/2020
LUCIANE CARLA TELO SCHWINDEN	PEDAGOGO	05	26/10/2020
LUISE KARINE DA ROSA	ORIENTADOR SOCIAL	10	27/10/2020
MARCIO ANTONIO PEREIRA	ASSESSOR	14	27/10/2020
MARGARETE DOS SANTOS	MERENDEIRA	08	28/10/2020
MARIA LUCIA GONZAGA DE JESUS	ENFERMEIRO	03	08/10/2020
MARIA LUCIA GONZAGA DE JESUS	ENFERMEIRO	02	27/10/2020
MAURA FERNANDA SOUSA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	28/10/2020
MAYARA CATARINA DE OLIVEIRA	AUDITOR FISCAL	11	20/10/2020
MICHELE PATRICIA MOREIRA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	11	26/10/2020
MICHELINE COELHO	ASSISTENTE SOCIAL	05	26/10/2020

MICHELINE COELHO	ASSISTENTE SOCIAL	14	26/10/2020
MILENE THEODOROVICZ	PROFESSOR	05	27/10/2020
MIRIAN CELESTINA PIERRI VANELLI	ASSESSOR	08	23/10/2020
MONIQUE MARTINS FORTKAMP	ACD	07	26/10/2020
MONIQUE MARTINS FORTKAMP	ACD	02	07/10/2020
NATALIA SOUZA SCHMITZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02	08/10/2020
NATALIA SOUZA SCHMITZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03	27/10/2020
NILCEIA APARECIDA VINGLA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	03	21/10/2020
NILCEIA APARECIDA VINGLA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	05	26/10/2020
NOELI TERESINHA DA SILVA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	08	29/10/2020
OSMAR SALOME VIEIRA FILHO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	30	26/10/2020
PATRICIA SCHARF EGER	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	04	27/10/2020
PAULO LAUDIR MACHADO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	14/10/2020
PRISCILA SILVA DE MORAIS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	08	28/10/2020
RICARDO FRANCISCO ANGELO	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	07	28/10/2020
RODRIGO EDUARDO LOPES DE SOUZA SOARES	MOTORISTA	07	01/11/2020
ROSENI MEDEIROS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	27/10/2020
ROSICLEIA MARIA DE AZEVEDO	PROFESSOR	30	06/11/2020
ROSICLEIA MARLI MARTINS	PROFESSOR	07	24/10/2020
SARA DALLA LANA	ENFERMEIRO	07	26/10/2020
SARAH CRISTINA PFLEGER	PROFESSOR	14	28/10/2020
SERGIO ROBERTO BROERING	MOTORISTA	09	28/10/2020
SONIA ADRIANA CARDOSO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	15	27/10/2020
TARCISIO DA SILVA MOREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	14/10/2020
TARCISIO DA SILVA MOREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	03	26/10/2020
TATIANE CRISTINA PEREIRA SCHUTZ	TECNICO EM ENFERMAGEM	06	28/10/2020
THATIANY SORAIA NASCIMENTO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	08	26/10/2020
THUANY MARIA DOS SANTOS	GERENTE DE	14	01/11/2020
VALDETE MARIA PINHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	28/10/2020
VALDIRENE FERNANDA MARTINS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	08	01/11/2020
VALERIA SANTANA FERNANDES	ASSISTENTE SOCIAL	14	28/10/2020
VALMIR SANTIAGO VIEIRA	MOTORISTA	60	29/10/2020
VANESSA DE SOUZA NUNES	FONOAUDIOLOGO	08	26/10/2020
VANESSA DE SOUZA NUNES	FONOAUDIOLOGO	04	03/11/2020
VIVIANE SOUZA JIMENEZ LAVIL	TECNICO DE ENFERMAGEM	05	26/10/2020

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4942/2020

Publicação Nº 2753324

PORTARIA Nº. 4942/2020.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4062 de 03 de agosto de 2020, que Concedeu Home Office a servidora TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, titular do cargo de Monitor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/11/2020 a 30/12/2020.

Palhoça, SC, em, 04 de novembro de 2020.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4943/2020

Publicação Nº 2753326

PORTARIA Nº. 4943/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINEI DONIZETE MARTINS, matrícula nº. 500243-1 titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 18/06/2010 a 18/06/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/12/2020 a 01/01/2021.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4944/2020

Publicação Nº 2753329

PORTARIA Nº. 4944/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor FELIPE MARCELL ZIEMANN, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 163385-1 para atuar no contrato n.º 379/2020 oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 178/2020. Objeto: "contratação de empresa para Tubulação na vala entre a Rua Acioli Nunes e a Rua Marfim, Centro - Palhoça/SC (Lote 2)".

Esta Portaria entre em vigor em 10 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4945/2020

Publicação Nº 2753331

PORTARIA Nº. 4945/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor EDUARDO HIRT PINTO, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 166282-5 e o Senhor THIAGO SELIGER WOELLNER, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 171796-3 para atuar no contrato n.º 374/2020 oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 183/2020. Objeto: “contratação de empresa para drenagem, pavimentação à Lajotas e Sinalização viária das Ruas Joaquim Caetano Silva (trecho 2), Manoel Bandeira (trecho 2) e Medeiros de Albuquerque, bairro: Caminho Novo - Palhoça/SC (LOTE 1)”.

Esta Portaria entre em vigor em 10 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4946/2020

Publicação Nº 2753332

PORTARIA Nº. 4946/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor EDUARDO HIRT PINTO, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 166282-5 para atuar no contrato n.º 380/2020 oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 178/2020. Objeto: “contratação de empresa para Drenagem, Pavimentação e sinalização viária da Rua Inêz Wanderlind, Bairro Barra do Aririú - Palhoça/SC. (Lote 5)”.

Esta Portaria entre em vigor em 10 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4947/2020

Publicação Nº 2753338

PORTARIA Nº. 4947/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Rosemary Fidelix Jansen	40	20	12/11/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4949/2020

Publicação Nº 2753339

PORTARIA Nº. 4949/2020.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4762 de 01 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office da servidora DIAN CARLA GONÇALVES, titular do cargo de Auditor Fiscal de Tributos do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/11/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em, 04 de novembro de 2020.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4950/2020

Publicação Nº 2753345

PORTARIA Nº. 4950/2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4882 de 26 de outubro de 2020, que Concedeu Home Office a servidora LUCIA CORREIA MARQUES DE MIRANDA MOREIRA, no cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2020 a 16/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4951/2020

Publicação Nº 2753349

PORTARIA Nº. 4951/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor FELIPE MARCELL ZIEMANN, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 163385-1 para atuar no contrato n.º 373/2020 oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 184/2020. Objeto: “contratação de empresa para executar os serviços de drenagem, pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária vertical da Rua Odete Trupel dos Santos, São Sebastião, no município de Palhoça/SC (LOTE 3)”.

Esta Portaria entre em vigor em 11 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4952/2020

Publicação Nº 2753351

PORTARIA Nº. 4952/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 129521-4 para atuar no contrato n.º 375/2020 oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública nº 162/2020. Objeto: “contratação de empresa para executar os serviços de drenagem, pavimentação e sinalização viária da Rua Glauber Rocha, Bairro Jardim Eldorado, no município de Palhoça/SC (LOTE1)”.

Esta Portaria entre em vigor em 11 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4953/2020

Publicação Nº 2753352

PORTARIA Nº. 4953/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor JOSÉ TADEU CUNHA, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 005847-2 para atuar no contrato n.º 372/2020 oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 184/2020. Objeto: “contratação de empresa para executar os serviços de drenagem, pavimentação em paver e sinalização viária da Servidão Erich Truppel, Centro, no município de Palhoça/SC (LOTE 2)”.

Esta Portaria entre em vigor em 11 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4954/2020

Publicação Nº 2753353

PORTARIA Nº. 4954/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4732 de 01 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office da servidora DALILA CELINA DA SILVEIRA HOOG, no cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4955/2020

Publicação Nº 2753354

PORTARIA Nº. 4955/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 4383 de 14 de agosto de 2020, que Contratou Por Tempo Determinado o servidor DIEGO JONAS DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao servidor Josue Rafael da Cruz, que foi convocado e não compareceu para assumir a vaga.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4956/2020

Publicação Nº 2753355

PORTARIA Nº. 4956/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ADAIME BORGES DA ROSA	AUDITOR FISCAL	07	11/11/2020
ADRIANA APARECIDA DA LUZ	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	09	05/11/2020

ADRIANA MACIEL ALBA	ENFERMEIRO	04	30/10/2020
ADRIANA MACIEL ALBA	ENFERMEIRO	01	19/10/2020
ADRIANA MARGARETE DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	14	30/10/2020
ADRIANA MARIA RODRIGUES	TECNICO EM ENFERMAGEM	10	02/11/2020
AMANDA ANDRADA DE MELLO	PEDAGOGO	07	02/11/2020
AMANDA ARLENE FARIAS	TECNICO DE ENFERMAGEM	04	03/11/2020
ANA PAULA DA ROSA ZACCHI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	07	03/11/2020
ANA PAULA MARTINS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	08/10/2020
ANA PAULA MARTINS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	28/10/2020
ANDREIA CRISTINA ALMEIDA DO PRADO	MERENDEIRA	10	30/10/2020
ANGELA MARIA WAGNER	TECNICO EM CONTABILIDADE	03	27/10/2020
ANGELA MARIA WAGNER	TECNICO EM CONTABILIDADE	02	15/10/2020
ANNELISE DOMINGUES DE ANDRADE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09	04/11/2020
BEATRIZ MARLENE BITTENCOURT	PROFESSOR	180	04/11/2020
CAMILA LEIDENS CORREA SILVELLO	ENFERMEIRO	10	02/11/2020
CARLA DOS SANTOS	MONITOR	01	31/10/2020
CARLA DOS SANTOS	MONITOR	03	01/11/2020
CAROLINA SARA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	03/11/2020
CAROLINE GALLI MOREIRA	MEDICO	09	29/10/2020
CECILIA SILVEIRA VILAMIL	ASSISTENTE SOCIAL	09	02/11/2020
CELIO MANOEL RAMOS JUNIOR	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	03/11/2020
CINTIA DE PIERI MARTINS	MEDICO	08	30/10/2020
CLAUDIA CONCEICAO PEREIRA DE OLIVEIRA	ASSESSOR	07	03/11/2020
CLAUDIO CESAR CABRAL	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	30	28/10/2020
CLERES DA SILVA SA	ARTIFICE	09	04/11/2020
CRISTIANE DE SOUZA VIEIRA MENDES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	30/10/2020
CRISTINA DA SILVA SOARES	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	03	06/10/2020
CRISTINA DA SILVA SOARES	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	07	31/10/2020
DAIANA MARCOLINO	FONOAUDIOLOGO	05	02/11/2020
DAIANE MARQUES DOS SANTOS TRINTADE GUEDES	MEDICO	14	03/11/2020
DAIANY MARTINS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	28/10/2020
DANIELA DE OLIVEIRA DA SILVA ROCHA	ASSESSOR	06	29/10/2020
DANIELA RAIMUNDO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	03/11/2020
DEISE DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	04/11/2020
DEISIANE OLIVEIRA HEINZ	TECNICO DE ENFERMAGEM	10	02/11/2020
DULCELI BROERING DA SILVA	TECNICO EM EDUCACAO ESPECIAL	11	30/10/2020
DULCELI BROERING DA SILVA	PROFESSOR	11	30/10/2020
EDINEIA FLORINDA PEDRO BATISTA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	06	31/10/2020
EDUARDO SOUZA KREMER DOS SANTOS	VIGIA	11	02/11/2020
ELAINE CRISTINA GUILHERME DO ESPIRITO SANTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	01/11/2020
ELANE NAZARE BATISTA ALVES	PROFESSOR	11	03/11/2020
ELIANA MARIA DA SILVA	ASSESSOR	07	02/11/2020
ELLISANDRA BOLFONI VARGAS	MEDICO	10	30/10/2020
FABRICIA MARTINS ALVES	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	07	02/11/2020
FERNANDA GOMES PINTO	ENFERMEIRO	07	01/11/2020
FERNANDA ROSA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	04	05/11/2020

FERNANDA SCHROEDER	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	01/11/2020
FRANCOISY CHRISTINA WEICKERT	TECNICO EM ENFERMAGEM	05	30/10/2020
GAB LUCIANA MARTINS DE SOUZA	TECNICO EM CONTABILIDADE	09	04/11/2020
GIANNI CRISTINA BUNN DA ROSA	PROFESSOR	07	02/11/2020
GIDELE GOMES CARDOSO DIRCKSEN	PROFESSOR	30	30/10/2020
GILSEIA DE ARRUDA BECK	TECNICO EM ENFERMAGEM	10	30/10/2020
GLAYSE MINELLI MARTINS GOMES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	11	03/11/2020
HIGOR DAVID	ESTAGIARIO	09	04/11/2020
IEDA MARI BITENCOURT LEITE	PROFESSOR	14	04/11/2020
ISABELA RUTH VIEIRA	ASSESSOR	07	05/11/2020
JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO	PROFESSOR	66	27/10/2020
JANE DE FARIAS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	15	30/10/2020
JANE DE FARIAS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	08	02/11/2020
JESSICA VICENTE ROSA	PSICOLOGO	04	03/11/2020
JOAO PAULO MORGAN	TECNICO DE ENFERMAGEM	09	03/11/2020
JOSE IRINEU SEEMANN ABREU	SOCORRISTA	06	30/10/2020
JULIANA PEREIRA	SOCORRISTA	09	04/11/2020
JULIANE GONCALVES DE HOLANDA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	08	03/11/2020
KARINA MACIEL SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	04	03/11/2020
KEDMA VERONICA FEDERICI DE JESUS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	15	28/10/2020
LEANDRO GILIARD PEREIRA	GERENTE DE FISIOTERAPIA	05	04/11/2020
LUANA CRISTINA CANTUDO LINO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	09	29/10/2020
LUANA MAGALI PATRICIO	ASSISTENTE DE EDUCACAO	09	02/11/2020
LUANA MEURER SAMUEL DE TOLEDO	ASSISTENTE DE EDUCACAO	15	03/11/2020
LUCIA CORREIA MARQUES DE MIRANDA MOREIRA	PROFESSOR COLABORADOR	04	10/11/2020
LUCILENE IRMA BERNARDO SILVEIRA	PROFESSOR	09	02/11/2020
LUIZ GONZAGA MELO	ASSESSOR	07	01/11/2020
LUMA DE ABREU	ENFERMEIRO	08	30/10/2020
MAISA CRISTINA PIERRI	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	04/11/2020
MARCELO MARQUES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	03/11/2020
MARIA APARECIDA BITTENCOURT	VIGIA	30	01/11/2020
MARIA APARECIDA DE SOUZA MACHADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15	03/11/2020
MARIA HELENA SANTIAGO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	15	03/11/2020
MARIA SOUZA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	28/10/2020
MARIANA PAULA RAMOS	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	30	28/10/2020
MARINETE CARMEM ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR	05	03/11/2020
MATHEUS DE LIMA LEITE	TECNICO EM CONTABILIDADE	09	31/10/2020
MIRIAM RAIMUNDO FAUST	PROFESSOR	05	28/10/2020
MYRIAM TERESA DA SILVA	MERENDEIRA	14	04/11/2020
MYRIANE GONCALVES DA SILVA PORTO	ASSISTENTE SOCIAL	03	01/11/2020
MYRIANE GONCALVES DA SILVA PORTO	ASSISTENTE SOCIAL	04	04/11/2020
NATALIA GRAIFF TROJAN	MERENDEIRA	180	29/10/2020
NICOLY BURATTO VENSON	MÉDICO	03	07/10/2020
NICOLY BURATTO VENSON	MÉDICO	01	27/10/2020
PAULO CESAR MARTINS	AUDITOR FISCAL	07	03/11/2020
PRISCILA MARIA MENDONCA GONZAGA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	04/11/2020

RAFAELA DE AGUIAR CHAVES DE SOUZA	TECNICO EM EDIFICACOES	07	02/11/2020
RAFAELA DE MELLO SILVA	ASSESSOR	07	05/11/2020
REGINA WEBER	TECNICO EM ENFERMAGEM	10	03/11/2020
RITA DE CASSIA DE SOUZA	ACD	07	29/10/2020
RITA DE CASSIA DE SOUZA	ACD	01	27/10/2020
ROBERTA MARIANA MARTENDAL	PEDAGOGO	04	03/11/2020
RONALDO CESAR LAURINDO	GERENTE	06	03/11/2020
ROSANA TEREZINHA DE LIMA	ACD	10	03/11/2020
ROSANGELA SANTINA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	30	04/11/2020
ROSEMARY KAMPFERT MARQUES	GERENTE DO PROCON	07	03/11/2020
ROSEMERIE MARIA ESPINDOLA	PROFESSOR	30	03/11/2020
ROSIMARI MEES	ASSESSOR	07	03/11/2020
SABRINA DE FREITAS FERNANDES	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	08	30/10/2020
SABRINA MARIA DUARTE MALGUEIRO	MONITOR	06	01/11/2020
SAMARA MARLENE DANIEL	ASSISTENTE SOCIAL	08	04/11/2020
SANDRA ALBINO BORGES	ACD	01	05/10/2020
SANDRA ALBINO BORGES	ACD	01	02/10/2020
SANDRA ALBINO BORGES	ACD	01	29/10/2020
SANDRA ALBINO BORGES	ACD	01	13/10/2020
SERGIO LUIS DA SILVA	SOCORRISTA	10	27/10/2020
SILVANA MEURER	ASSESSOR	02	29/10/2020
SILVANA MEURER	ASSESSOR	04	03/11/2020
SORAIA REGINA CARDOSO DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	02/11/2020
SULAMITA DE AGUIAR	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	05	04/11/2020
TATIANE CRISTINA PEREIRA SCHUTZ	TECNICO EM ENFERMAGEM	04	03/11/2020
TATIANE DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	03/11/2020
TATIANE DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	04/11/2020
TATIANI MELLO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	03/11/2020
TELIS DOS SANTOS CUSTODIO	MERENDEIRA	07	31/10/2020
VERA APARECIDA RODRIGUES BORGES FERREIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	14	31/10/2020
VILSON HELENO NASCIMENTO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	14	03/11/2020
VINICIUS PINHEIRO ALVES	ASSISTENTE SOCIAL	14	03/11/2020
VIVIANE MEYER	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	14	04/11/2020
WANICE PIERRI	AGENTE ADMINISTRATIVO	14	03/11/2020
WEND DA SILVEIRA	ASSESSOR	04	03/11/2020
YURI KLEY KOCH	MONITOR	02	03/11/2020
YURI KLEY KOCH	MONITOR	02	05/11/2020
ZENAIDE TEREZINHA DE LARA	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	04/11/2020

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4957/2020

Publicação Nº 2753357

PORTARIA Nº. 4957/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor CARLOS MACCARI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 158597-3 para atuar no contrato n.º 369/2020 oriundo do processo licitatório – Tomada de Preços nº 183/2020. Objeto: “contratação de empresa para Execução de Pavimentação em blocos intertravados de concreto e sinalização viária vertical da Rua Lima Barreto - Brejarú - Palhoça/SC (LOTE 3)”.

Esta Portaria entre em vigor em 10 de novembro de 2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4958/2020

Publicação Nº 2753362

PORTARIA Nº. 4958/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FERNANDA BORGES DE CARVALHO, titular do cargo de Merendeira, Matrícula nº. 3763615-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4959/2020

Publicação Nº 2753364

PORTARIA Nº. 4959/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTIANE HILLESHEIN, matrícula nº. 800768-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao q-inq-ênio de 30/06/2007 a 30/06/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/11/2020 a 16/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4960/2020

Publicação Nº 2753366

PORTARIA Nº. 4960/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILVIO DA SILVA, matrícula nº. 500190-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 21/08/2009 a 21/08/2014, por 01 (um) mês, a contar de 17/11/2020 a 17/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4961/2020

Publicação Nº 2753370

PORTARIA Nº. 4961/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARLENE DA SILVA LOPES, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3762570-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4962/2020

Publicação Nº 2753372

PORTARIA Nº. 4962/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIANA CARDOSO FERNANDES, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3761675-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4963/2020

Publicação Nº 2753374

PORTARIA Nº. 4963/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER HOME OFFICE para LUANA STEIMBACK, matrícula nº. 3745154-2, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Decreto nº. 2600 de 15 de junho de 2020 e memorando nº. 69.111/2020, pelo período de 12/11/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4964/2020

Publicação Nº 2753375

PORTARIA Nº. 4964/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4764 de 01 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office do servidor PAULO CESAR ESPINDOLA NETO, no cargo de Técnico em Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 21/11/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4965/2020

Publicação Nº 2753376

PORTARIA Nº. 4965/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4887 de 26 de outubro de 2020, que Concedeu Home Office a servidora ANABELLE BARROSO DE PAIVA, no cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 21/11/2020 a 30/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4966/2020

Publicação Nº 2753377

PORTARIA Nº. 4966/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº. 4511 de 31 de agosto de 2020, que Prorrogou Home Office do servidor ANDRÉ EGON KIRSTEN, no cargo de Engenheiro Civil, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4967/2020

Publicação Nº 2753378

PORTARIA Nº. 4967/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Alexandre Ferreira	35	30	18/11/2020 a 14/12/2020
Darlene de Oliveira Pereira Cipriano	40	35	18/11/2020 a 14/12/2020

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4968/2020

Publicação Nº 2753380

PORTARIA Nº. 4968/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR SUZANA SENNA BOUSFIELD, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3763558-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4969/2020

Publicação Nº 2753381

PORTARIA Nº. 4969/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GUILHERME DORCINO DUARTE SANTOS, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3763893-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4970/2020

Publicação Nº 2753382

PORTARIA Nº. 4970/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DANIEL GARCIA MACHADO, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3763939-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4971/2020

Publicação Nº 2753385

PORTARIA Nº. 4971/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para YANA MARLETE MARTINS DEMETRIUS, matrícula nº. 100055-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro

de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/11/2011 a 01/11/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/12/2020 a 03/01/2021.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4972/2020

Publicação Nº 2753386

PORTARIA Nº. 4972/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA LUCIA GONZAGA DE JESUS, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 250333-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4973/2020

Publicação Nº 2753388

PORTARIA Nº. 4973/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCOS FERNANDES DIAS, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3764084-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4974/2020

Publicação Nº 2753390

PORTARIA Nº. 4974/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JULIA ESPINDOLA DOS SANTOS, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3764052-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4975/2020

Publicação Nº 2753392

PORTARIA Nº. 4975/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUDMILA NASCIMENTO MACHADO, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3764099-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4976/2020

Publicação Nº 2753393

PORTARIA Nº. 4976/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUIZ CARLOS FERRETO JUNIOR, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3764095-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4977/2020

Publicação Nº 2753394

PORTARIA Nº. 4977/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO HELOISA SILVEIRA DANIEL, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3763508-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4978/2020

Publicação Nº 2753395

PORTARIA Nº. 4978/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1970 de 05 de abril de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FABIOLA DA SILVA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 23/04/2020 a 01/11/2020.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4979/2020

Publicação Nº 2753396

PORTARIA Nº. 4979/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JAINE PRISCILA SANTOS FERREIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3763193-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4980/2020

Publicação Nº 2753397

PORTARIA Nº. 4980/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SANDRA ISALDA CARDOSO DE LIMA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3764041-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4981/2020

Publicação Nº 2753402

PORTARIA Nº. 4981/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde Designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA ELISA DA SILVA OLIVEIRA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3745337-5, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/11/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4982/2020

Publicação Nº 2753404

PORTARIA Nº. 4982/2020.

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIO OTAVIO DA SILVA, matrícula nº. 500116-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2012 a 31/07/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 06/04/2020 a 06/06/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4983/2020

Publicação Nº 2753407

PORTARIA Nº. 4983/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3764085-1	Lucas Araujo Gotardo	80%	19/11/2020
3764084-1	Marcos Fernandes Dias	30%	19/11/2020
3764075-1	Maria Denise Ferreira Hornos	20%	21/10/2020
370156-5	Narjara Naomi Bonissoni Izumi	80%	23/11/2020

Palhoça, SC, em 09 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4984/2020

Publicação Nº 2753410

PORTARIA Nº. 4984/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA MUNICIPAL:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a Junta Médica Municipal de acordo com as Leis nº 157, de 27 de fevereiro de 2014:

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 18/11/2020.

MATRICULA	SERVIDOR
3761323-1	Manoela Carreirão de Menezes
370156-5	Narjara Naomi Bonissoni Izumi
3761315-3	Oscar Felipe Gorayeb Arriaza
370161-8	Raquel Ferreira Jose
401719-4	Sebastian Gabriel Perazolo Pera

Palhoça, SC, em 09 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4985/2020

Publicação Nº 2753411

PORTARIA Nº. 4985/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIO OSMAR TEZZIANI, matrícula nº. 123105-1 titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras e Postura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 24/02/2014 a 24/02/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 30/11/2020 a 30/12/2020.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4986/2020

Publicação Nº 2753413

PORTARIA Nº. 4986/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALDO ALBERTO PEREIRA, matrícula nº. 500001-1 titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras e Postura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/04/2006 a 01/04/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/11/2020 a 16/12/2020.

Palhoça, SC, em 09 de novembro de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4987/2020

Publicação Nº 2753414

PORTARIA Nº. 4987/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LEONARDO LUIZ DA SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula nº. 3763965-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/11/2020.

Palhoça, SC, em 09 de novembro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4988/2020

Publicação Nº 2753416

PORTARIA Nº. 4988/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ADRIANA DA SILVA DE FREITAS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	09	03/11/2020
ALINE MELLO AGUIAR	PSICOLOGO	07	06/11/2020
ANA CAROLINA XAVIER	PROFESSOR	10	03/11/2020
ANDRE JOSE SILVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09	02/11/2020
ANDRE PAMPLONA GOULART	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	03	03/11/2020
ANDRE PAMPLONA GOULART	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	07	05/11/2020
ANDREIA SUZANA SGROTT	ENFERMEIRO	02	03/11/2020
ANDREIA SUZANA SGROTT	ENFERMEIRO	02	05/11/2020
ATANIL DE MEDEIROS WAGNER FILHO	PROFESSOR	45	05/11/2020
BIANCA DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	06/11/2020
CAMILA DAUCEN	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03	03/11/2020
CAMILA DAUCEN	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04	05/11/2020
CAMILA DAUCEN	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04	29/10/2020
CARLA ANDREA LEIMANN	FONOAUDIOLOGO	07	05/11/2020
CLAUDIA FERNANDA BORGES PINTO COREA	TECNICO DE ENFERMAGEM	09	06/11/2020
CLEUSA CRISTINA ROMANSKI	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	30/10/2020
DALVANIA VALDESIA BARBOSA	FISIOTERAPEUTA	05	03/11/2020
DEBORA PEREIRA DALLA VALLE	ACD	14	05/11/2020
ELIANE FATIMA FRANCESCHETTI SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL	07	09/11/2020
ELIANE MARA DRANSFELD	PSICOLOGO	30	30/10/2020
ELIETE MARIA MENDES MARTINS	MERENDEIRA	07	03/11/2020
ELISABETH JANSON FERREIRA	MEDICO	30	04/11/2020
ENIA MARA MARTINS SELL	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	05/11/2020
ERLI PAULO	BIBLIOTECARIO	15	04/11/2020
EZEQUIEL ANEDIR BATISTA	ASSESSOR	06	31/10/2020
FABIANA ROSA PEREIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	14	05/11/2020
JAQUELINE DAMIANI RICARDO JOSE	ASSISTENTE SOCIAL	06	05/11/2020
JENIFFER KAMILA EFFTING	ASSESSOR	10	05/11/2020
KARINE DA SILVA CORREIA	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	04	03/11/2020
LECI CRISTINA MACARIO ALVES	MERENDEIRA	10	04/11/2020
LUCAS GABRIEL PADILHA JUNIOR	ARTIFICE	14	29/10/2020
LUIZ ANDRE DE ANDRADE	VIGIA	08	26/10/2020
LUIZ FERNANDO GONCALVES	VIGIA	09	05/11/2020
LUZIANIA MEURER GERALDO	PROFESSOR	09	05/11/2020
MARCIA APARECIDA THOME	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	180	04/11/2020
MARIANA BORGES	ASSESSOR	04	03/11/2020

MARIANE GOMES DE ANDRADE	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	08	05/11/2020
MARILIA SILVEIRA RODRIGUES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	14	06/11/2020
MICHELE DO NASCIMENTO	FISIOTERAPEUTA	30	04/11/2020
MICHELE PATRICIA MOREIRA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	60	05/11/2020
MICHELLE PAULA SANTIAGO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	05/11/2020
MIRIAM MACHADO DA SILVA DEUCHER	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	11	05/11/2020
PRISCILLA MELLILO SENNA	FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	10	05/11/2020
PRISCILLA PIERRI	PEDAGOGO	05	04/11/2020
RAFAEL HENRIQUE SULSBACH	MEDICO CLINICO GERAL	10	05/11/2020
RENATA MARIA BORBA	FONOAUDIOLOGO	10	28/10/2020
ROBERTA MARIANA MARTENDAL	PEDAGOGO	02	28/10/2020
ROSANGELA ZIMERMANN	MONITOR	09	06/11/2020
ROSIANI KRAUTZ	PSICOLOGO	07	05/11/2020
SARA DALLA LANA	ENFERMEIRO	04	04/11/2020
SERGIO RICARDO DE BRITO	MOTORISTA	08	05/11/2020
TALLES RUAN HORACIO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	06	29/10/2020
THIAGO AMARO BARROS	ARTIFICE	14	03/11/2020
THUANY ADRIANO	ASSESSOR	05	09/11/2020
VANESSA MARTINS DAHMANI	ODONTOLOGO	45	04/11/2020
VERA REGINA PARANHOS SORIANO	MERENDEIRA	08	04/11/2020
VIVIANE GONÇALVES DIAS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	06/11/2020

Palhoça, SC, em 09 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4989/2020

Publicação Nº 2753418

PORTARIA Nº. 4989/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016

RESOLVE:

CONCEDER HOME OFFICE para SANDRA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA, matrícula nº. 3745776-1, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Decreto nº. 2600 de 15 de junho de 2020 e memorando nº. 73.971/2020, pelo período de 17/11/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 09 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4990/2020

Publicação Nº 2753419

PORTARIA Nº. 4990/2020.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER HOME OFFICE para VITOR OLIVEIRA, matrícula nº. 200472-11, titular do cargo de Assessor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Decreto nº. 2600 de 15 de junho de 2020 e memorando nº. 71.658/2020, pelo período de 03/11/2020 a 13/11/2020.

Palhoça, SC, em 09 de novembro de 2020.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESULTADO DA TP 239-2020

Publicação N° 2753783

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DA PROPOSTA
TOMADA DE PREÇO N° 239/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da ANALISE DA PROPOSTA do PROCESSO LICITATÓRIO nº 239/2020, que tem como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para (LOTE 01) execução de drenagem, pavimentação em concreto na Estrada Geral do Morro do Cipó no bairro São Sebastião - trecho 01, (LOTE 02) execução de pavimentação em paver, drenagem e sinalização viária da Rua Mil e Seiscentos e sete no bairro Praia de Fora, e (LOTE 03) execução de drenagem, pavimentação em paver e sinalização vertical da servidão Francisco João Medeiros e Servidão Gomes no bairro Guarda do Cubatão no município de Palhoça – SC,

Empresas Vencedoras

Posição	Empresa	Valor
Lote 01 1º lugar	KS Construções Eireli	R\$ 93.666,78
Lote 02 1º lugar	MSM Empreiteira Ltda.	R\$ 120.835,82
Lote 03 1º lugar	MSM Empreiteira Ltda.	R\$ 214.090,15

Palhoça, 10 de dezembro de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO PREGÃO N° 251/2020

Publicação N° 2753012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 251/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 251/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a confecção e instalação de 12 sistemas de cortinas divisórias de leito hospitalar, para entrega única e imediata.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais);

Palhoça, 10 de dezembro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2020**

Publicação Nº 2754020

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00014/2020

Às 14:00 horas do dia 10 de dezembro de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 93/2020 de 01/09/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 17, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00014/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada no fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10) por demanda, para uso nos veículos oficiais da Câmara Municipal de Palhoça, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa vencedora, de forma parcelada, conforme descrito no Anexo I Termo de Referência do Edital. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1 – GRUPO 1

Descrição: GASOLINA

Descrição Complementar: GASOLINA, USO PARA AUTOMOTIVOS, CLASSIFICAÇÃO COMUM, ÍNDICE DE OCTANAGEM IAD 87 MIN

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 4.500 Unidade de fornecimento: Litro

Valor Estimado: R\$ 19.530,0000 Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,50 %

Aceito para: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA, pelo melhor lance de 0,5000 % (valor com desconto: R\$ 19.432,3500) e com desconto negociado a 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 19.334,7000).

Item: 2 – GRUPO 1

Descrição: ÓLEO DIESEL

Descrição Complementar: ÓLEO DIESEL, USO AUTOMOTIVO, APRESENTAÇÃO COM BIODIESEL, COMPOSIÇÃO CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 10 MG/KG

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 2.000 Unidade de fornecimento: Litro

Valor Estimado: R\$ 7.080,0000 Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 0,50 %

Aceito para: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA, pelo melhor lance de 0,5000 % (valor com desconto: R\$ 7.044,6000) e com desconto negociado a 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 7.009,2000) .

Relação de Grupos

GRUPO 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R\$ 26.610,0000 Situação: Aceito e Habilitado

Aceito para: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 26.476,9500 e com valor negociado a R\$ 26.343,9000.

Itens do grupo:

1 - GASOLINA

2 - ÓLEO DIESEL

Histórico

Item: 1 - GRUPO 1 - GASOLINA

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF: 11.209.049/0001-75

Fornecedor: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA

Porte ME/EPP: Sim

Declaração ME/EPP/COOP: Sim

Quantidade: 4.500

Desconto: 0,5000 %

Valor com desconto: R\$ 19.432,3500
Data/Hora Registro: 10/12/2020 11:51:16
Marca: Alesat
Fabricante: Petrobrás
Modelo / Versão: gasolina comum/tipo c
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Gasolina do tipo, dentro dos padrões de qualidade da Agencia nacional do Petróleo (ANP)

Item: 2 - GRUPO 1 - ÓLEO DIESEL

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF: 11.209.049/0001-75
Fornecedor: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA
Porte ME/EPP: Sim
Declaração ME/EPP/COOP: Sim
Quantidade: 2.000
Desconto: 0,5000 %
Valor com desconto: R\$ 7.044,6000
Data/Hora Registro: 10/12/2020 11:51:16
Marca: Alesat
Fabricante: Petrobrás
Modelo / Versão: gasolina comum/tipo c
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Óleo Diesel S-10, dentro dos padrões de qualidade da Agencia nacional do Petróleo (ANP).

HISTÓRICO DO GRUPO 1

Propostas: Participaram deste grupo as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF: 11.209.049/0001-75
Fornecedor: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA
Porte ME/EPP: Sim
Declaração ME/EPP/COOP: Sim
Quantidade: -
Valor Global: R\$ 26.476,9500
Data/Hora Registro: 10/12/2020 11:51:16

Observações:

Suspensão Administrativa: 10/12/2020 14:24:00 - Previsão de Reabertura: 10/12/2020 15:25:00. Motivo: Suspensão para análise de documentação.

Reativado: 10/12/2020 15:26:15

Aceite individual da proposta. Aceite individual da proposta. Fornecedor: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA, CNPJ/CPF: 11.209.049/0001-75, pelo melhor lance de 0,5000% e com percentual negociado a 1,0000%.

Negociação do valor: Alteração na negociação da proposta. Fornecedor: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA, CNPJ/CPF: 11.209.049/0001-75, pelo melhor lance de 0,5000% e com percentual negociado a 1,0000%. Motivo: Valor negociado via chat.

Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: PRIME POSTOS DE GASOLINA LTDA - CNPJ/CPF: 11.209.049/0001-75.

Aberto prazo para intenção de recurso: 10/12/2020 - 16:55:20

Fechamento do prazo para intenção de recurso: 10/12/2020 às 17:30:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 17:32 horas do dia 10 de dezembro de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
Esta ata pode ser lida em sua íntegra no sítio eletrônico www.cmp.sc.gov.br.

DELEON DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

MARCIANO NICOLAU DE MATOS
Equipe de Apoio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação N° 2753080

DESPACHO

REFERENTE: 4º Termo Aditivo – Referente ao Contrato nº 016/2016 que tem em seu objeto prorrogado por mais 01 (um) ano, o prazo contratual. Modalidade Pregão Presencial nº 012/2016.

Contrato nº 016/2016 - objeto a aquisição de circuito de voz para ddr digital que deverão ser conectado em pabx digital modelo alcatel, nas configurações de canal E1 com 30 circuitos de 64kbps, nas condições de full duplex com configuração de tronco chave bilhetado por ramal. Em análise ao parecer jurídico, bem como a justificativa em relação a prorrogação em consonância com o interesse público, qual seja, o mérito do ato administrativo, pois se trata de serviço continuado no tocante aos serviços de telefonia digital e demandas correlatas, sempre demonstrando de forma clara as atuações do Poder Legislativo e, quanto a existência de dotação esclareço que a mesma já se encontra incluída no orçamento.

Assim, DETERMINO a elaboração do 4º Termo Aditivo visando atender as necessidades administrativa deste poder, que terá início a partir do dia 01/01/2020 com vigência até 31/12/2020.

Palhoça, 03 de dezembro de 2019.

EDEMIR NIEHUES

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação N° 2753633

DEPACHO E DECISÃO

Considerando que em 08 de dezembro de 2020, a Procuradora Contábil informou sobre a necessidade de aditar o Contrato do Vale Alimentação – Contrato 06/2020, em decorrência da insuficiência de saldo para pagamento;

Considerando que o Processo de Prorrogação do 1º Termo Aditivo de Prazo já se encontra concluído e publicado, sendo esse pedido de aditivo de valor posterior ao aditivo de prazo, aliado a situação que no aditivo de prazo deve estar consolidado os valores do exercício de 2020, DETERMINO as seguintes providências:

01. Acostar esse despacho ao Processo de Prorrogação de Prazo;
02. Tornar sem efeito o Termo de Prorrogação de Prazo assinado em 04 de novembro de 2020 e publicado em 12 de novembro de 2020;
03. Fazer constar como 1º Termo Aditivo o referente ao acréscimo de valor e, por via de consequência, renumerar para 2º Termo Aditivo referente a prorrogação de prazo, pois referido Termo terá alteração de valor decorrente do aditivo de acréscimo;
04. Por fim, arquivar, o presente processo, dar ciência a empresa e publicar a presente Decisão.

PORTARIA N° 131/2020

Publicação N° 2753742

PORTARIA N° 131 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

RETIFICAR AS PORTARIAS 64 E 65 DE 23 DE JUNHO DE 2020:

Art. 1º - Retifica a Portaria 64 de 23 de junho de 2020, onde concede Licença Prêmio para a servidora efetiva deste Poder Legislativo, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA, passando a vigorar com a seguinte redação:

DATA BASE	Nº MESES	DATA GOZO
2005-2010	3º Mês	28-06-2020 à 27-07-2020
2012-2017	1º Mês	28-07-2020 à 27-08-2020
	2º Mês	28-08-2020 à 27-09-2020
	3º Mês	28-09-2020 à 27-10-2020

Art. 2º - Retifica a Portaria 65 de 23 de junho de 2020, onde concede Férias, para a servidora efetiva deste Poder Legislativo, CRISTIANE APARECIDA DA SILVA, passando a vigorar com a seguinte redação:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DO GOZO
2018-2019	28-10-2020 à 27-11-2020
2019-2020	28-11-2020 à 26-12-2020

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário;

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE TA N.º 170-2020 - CONTRATO 056-2017 - DIGEM

Publicação Nº 2753371

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 170/2020, QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 056/2017. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DIGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA. OBJETO: – Fica prorrogado até 31/12/2021 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de serviços n.º 056/2017, Credenciamento 39/2017.

DATA: 10/12/2020.

EXTRATO DE TA N.º 171-2020 - CONTRATO 063-2017 - G&A

Publicação Nº 2753379

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 171/2020, QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 063/2017. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica G&A ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA. OBJETO: – Fica prorrogado até 31/12/2021 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de serviços n.º 063/2017, Credenciamento 39/2017.

DATA: 10/12/2020.

EXTRATO DE TA N.º 173-2020 - CONTRATO 007-2018 - DIGEM

Publicação Nº 2753469

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 173/2020, TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 007/2018. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DIGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA. OBJETO: – Fica prorrogado até 31/12/2021 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de serviços n.º 056/2017, Credenciamento 56/2017.

DATA: 10/12/2020.

Palma Sola

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020 - REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 2752385

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 106/2020
REGISTRO DE PREÇOS

Aos três dias do mês de dezembro de 2020, às 08:30 horas, na sala de licitações, a Comissão de Licitações por meio de sua pregoeira Srta. Marines Fátima Sansigolo, Elaine Susana Staudt e Marcos Alberto Vivian membros da equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº. 003 de 09/01/2020, reuniram-se com a finalidade de realizar a sessão de lances deste Pregão Presencial, recebendo os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços. Aberta a sessão, procedeu-se ao exame dos documentos oferecidos pelo interessado presente, visando à comprovação de existência de poderes para a formulação de propostas e prática para os demais atos pertinentes ao certame. Em seguida foi recebida a Declaração do Licitante de que atende plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os dois Envelopes contendo a Proposta e os Documentos de Habilitação estabelecidos no Edital, respectivamente. Apresentou proposta de preços (envelopes) apenas uma empresa sendo ela: Niedermaier e Dahmer Ltda CNPJ Nº. 26.124.381/0001-04, – representada neste ato Por Darlei Evandro Dahmer, portadora do CPF nº. 062.406.329-10. Após a etapa de lances conforme consta, em ato contínuo foram abertos os envelopes de documentos de habilitação da empresa participante, que após analisados foram apresentados em conformidade com o Edital. Ressalva: constatou-se a ausência de Licença Ambiental válida da empresa participante, verificando-se, todavia, a existência de protocolo da documentação (FCEI Nº. 526251) para renovação da referida licença, em prazo hábil frente aos órgãos ambientais (FATMA), ficando o mesmo condicionado e ciente de que tão logo da sua expedição comprovar a regularidade a está municipalidade, razão pela qual não houve a desclassificação com vistas a não imputar a morosidade do órgão ao participante. Em tempo: O fornecedor a apresentou proposta de preços com valor acima do estipulado como preço máximo no Edital, no entanto tendo em vista que o mesmo é o único fornecedor do objeto no Município e por força da oscilação de preços no mercado atual, está comissão aceitou a proposta como válida. A pregoeira proporcionou a oportunidade a licitante para manifestar a intenção de interpor recurso, como não houve manifestação encerrou-se a sessão. Os autos serão encaminhados ao digníssimo prefeito municipal para que ele querendo homologue em tempo hábil. Nada mais a registrar em Ata a Pregoeira encerrou a sessão sendo que esta Ata, após lida, foi assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio e pelo representante credenciado.

Marines Fatima Sansigolo
Pregoeira

Marcos Alberto Vivian
Membro da Equipe

Elaine Susana Staudt
Membro da Equipe

Niedermaier e Dahmer Ltda
CNPJ Nº. 26.124.381/0001-04
Darlei Evandro Dahmer
CPF: 062.406.329-10
Proponente

Palmeira

PREFEITURA

DECRETO N.º 1724_2020_EXONERA A SENHORA LEDIANE KAROLINE DE SOUZA, DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL DE CONSULTORIA E AUDITORIA

Publicação N° 2753240

DECRETO N° 1.724/2020

EXONERA A SENHORA LEDIANE KAROLINE DE SOUZA, DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL DE CONSULTORIA E AUDITORIA.

SANDRO ALEX MASSELAI, Prefeito Municipal de Palmeira em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Exonera a partir de 11/12/2020 a senhora Lediane Karoline de Souza, brasileira, inscrita no RG sob nº 45932212 e no CPF sob nº 059.871.739-06, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial de Consultoria e Auditoria, previsto no anexo I, da lei complementar 16/2005, nomeada pelo Decreto n.º 1.644, de 20 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 10 de dezembro de 2020.

SANDRO ALEX MASSELAI

Prefeito Municipal e.e.

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 10 de dezembro de 2020.

Papanduva

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 13/2020/CMAS

Publicação Nº 2752364

RESOLUÇÃO Nº 13/2020 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em reunião ordinária realizada dia 08/12/2020, ata nº15, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Municipal n º 1411 de 17/04/1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Papanduva – CMAS;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo do Co-financiamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social referente ano de 2019, sem restrições.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 08 de dezembro de 2020.

Valdecir Pinheiro

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 0038/2020**

Publicação N° 2753714

PORTARIA N° 0038/2020

DESIGNA O SR. JAMES MICHEL CERNIAC PARA FUNÇÃO DE AUTORIDADE DE REGISTRO, PARA EMISSÃO DE PERFIL DIGITAL.

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina**, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva e atendendo a RESOLUÇÃO 0006/2020, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o Sr. James Michel Cerniak, portador do CPF: 041.576.899-33 para exercer a função de Autoridade de Registro, autorizada a emitir, suspender, renovar ou revogar Perfis de Usuários, bem como a emitir lista de Perfis de Usuários revogados e manter registros de suas operações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Câmara Municipal de Papanduva em, 10 de dezembro de 2020.

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Ernildo Selinke
Presidente
Altamir Glonek
1º Secretário
Nilson Pereira
2º Secretário

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2019

Publicação Nº 2753000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2019, conforme Processo Licitatório 06/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada DC INTERNET EIREILI, CNPJ N.º 29.156.100/0001-93. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato por 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2021.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2020

Publicação Nº 2752954

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2020, conforme Processo Licitatório 28/2020. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e Contratado REGULARIZE IMOVEIS RURAIS E URBANOS CONSULTORIA LTDA- CNPJ: 36.519.909/0001-06. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 15/2020 até 30/04/2021.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019

Publicação Nº 2752438

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2020, conforme Processo Licitatório 01/2019. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada GESTÃO PÚBLICA – CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES, CNPJ N.º 07.756.872/0001-23. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato por 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2021.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2018

Publicação Nº 2752937

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2018, conforme Processo Licitatório 04/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA-ME, CNPJ/MF nº 19.286.537/0001-98. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 07/2018 por 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2021.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2018

Publicação Nº 2752962

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2018, conforme Processo Licitatório 45/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e Locatário ROMÁRIO PACHECO FERNANDES. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência ao contrato nº 34/2018 por 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2021. Locação da sala comercial de aproximadamente 10m x 4,78m, localizada na Rua Joaquim Pedro Machado, s/n - Penha- Paulo Lopes-SC, para funcionamento da Fisioterapia. Código do Imóvel (7513) - 05.08.124.0137.001.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº17/2018

Publicação Nº 2752910

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2018, conforme Processo Licitatório 25/2018. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada VITALAB ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, CNPJ/MF nº 04.888.923/0001-82. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato nº 17/2018 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2021.

Penha

PREFEITURA

3º ADITIVO Nº 032/2020 - FMEDUC

Publicação Nº 2753158

3º TERMO ADITIVO Nº 032/2020-FMEDUC

AO CONTRATO Nº 172/2017-PMP

Licitação: Processo Adm. nº. 107/2017-PMP, modalidade Dispensa de Licitação nº 15/2017-PMP

Objeto: Locação de imóvel localizado à Rua Arthur Silvino dos Reis, nº 322, Bairro Centro, neste Município, com terreno medindo aproximadamente 2.531,900m² e área construída de aproximadamente 735m², Inscrição Imobiliária nº 01.02.063.0156.001, Matrícula do imóvel nº 9.016, 23.402 e 23.403, que será utilizado para funcionamento do Centro de Educação Infantil "Casa da Amizade.

Os signatários deste instrumento de 3º Termo Aditivo nº. 030/2020 FMEDUC ao Contrato Administrativo nº. 172/2017-PMP, de um lado CASA DA AMIZADE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.824.722/0001-98, endereço Rua Arthur Silvino dos Reis, nº 322, Bairro Centro, CEP 88.385-000, Município de Penha, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Presidente Sra. NAIR LEICHT, inscrita no CPF sob nº 966.681.309-25, RG 727.130, residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, nº 205, Bairro Armação, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, denominado LOCADOR e de outro lado, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. DEISE IZONETE DE SOUZA, portadora do CPF de nº 004.458.489-01, residente e domiciliada na Avenida Emanuel Pinto, 1146 – Torre 1 – Apto 1101 – Centro - Piçarras/SC, doravante denominada LOCATÁRIO, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, aditar o Contrato Principal nº 172/2017, vinculados ao Processo de Licitação nº. 107/2017 PMP, Dispensa de Licitação nº 15/2017, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula segunda do Contrato nº 172/2017-PMP e na Primeira Cláusula 2ª Aditivo 055/2019, fica prorrogado para mais 12 (doze) meses, a contar da data de seu vencimento (11/12/2020) conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração através do Memorando nº_7.297/2020 e Parecer Jurídico nº 200/2020/PGM.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor previsto na cláusula terceira do contrato nº 172/2017-PMP e na Segunda Cláusula 2ª Aditivo 055/2019, fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE), perfazendo um valor mensal de R\$ 3.162,14 (Três Mil, Cento e Sessenta e Dois Reais e Quatorze Centavos), totalizando um valor anual de R\$_37.945,68 (Trinta e Sete Mil Novecentos e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

4 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão - 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Elemento: 80.01.2.123. 3.3.90.30.07.00.01.01 (22/2020)

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente Termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 11 de dezembro de 2020

DEISE IZONETE DE SOUZA CASA DA AMIZADE DE PENHA Gestora do Fundo Municipal da Educação Nair Leicht
Locador Locatário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

DE ACORDO:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

ATA 100/2020 FMS

Publicação Nº 2753423

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2020 - FMS**
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2020 - FMS
Sistema De Registro De Preços**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2020**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor, Sr. **SÉRGIO DE MELLO**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa **BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP**, estabelecida à Rua Antônio Gravata nº 80, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.560.267/0001-08, representada, neste ato pelo Sr. Leonardo Antônio Rodrigues Cury, CPF sob o nº 758.729.606.97, Cargo/Função Sócio Administrador, telefone (31) 3374-7799/ 3377-7500, doravante denominados "**FORNECEDORA**" ou "**BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO**", firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 020/2020 - FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição de equipamentos odontológicos para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme solicitação nº 818/2020, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	<p>CADEIRA ODONTOLOGICA COMPLETA: Cadeira odontológica com movimentos automáticos, acionada através de pedal de comando multifuncional, que proporciona o acionamento e a alteração gradual de luminosidade do refletor, a movimentação do encosto e assento, volta à zero e posições de trabalho programável pelo CD. Pedal de comando integrado a base da cadeira para acionamento de todos os seus movimentos. Braço direito ausente ou escamoteável sem presença de base de sustentação, braço esquerdo emborrachado para evitar a ocorrência de riscos superficiais, articulação unilateral ou centra entre assentos e encosto facilitando a limpeza do equipamento. Encosto de cabeça biarticulado que permita uma ampla mobilidade, permitindo o atendimento de cadeirante no lado oposto a cadeira, sem retirá-lo da cadeira de rodas. Sistema pantográfico de elevação com motor redutor. Base da cadeira que permita instalação sem necessidade de fixação por parafusos, caixa de comando de entrada e saída de ar/água/esgoto acoplada e localizada na parte frontal da cadeira. No manual de instruções da cadeira, além de seu número de série, devem constar especificamente e minuciosamente todas as funções acima solicitadas, sem adaptações futuras ou posteriores ao equipamento - equipo odontológico, acoplado a cadeira, com movimentação horizontal e vertical e com travamento pneumático, com 3 terminais, sendo 1 terminal para alta</p>	Unidade	3	R\$ 7.000,00	R\$ 21.000,00

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

rotação, 1 terminal para baixa rotação, 1 seringa tríplice com o bico removível e autoclavável, mesa com puxador, sistema pneumático com seleção automática da peça de mão escolhida para o trabalho, pedal de acionamento das peças de mão com comando progressivo, abastecimento de água para seringa tríplice e spray das canetas em reservatório transparente tipo pet, bandeja de aço inox, sistema de desinfecção dos dutos internos da caneta afim de evitar contaminação cruzada, com reservatório tipo pet e acionamento. Manual. Refletor odontológico monofocal, dotado de espelho multifacetado, que produz luz fria, uniformemente distribuído, campo de iluminação 8 x 18CAM à 80cm de distância com 20.000 LUX de potência, lâmpada halógena 12V x 55W, protetor da lâmpada e espelho em policarbonato transparente, braço com linhas arredondadas, pintura lisa, balanceado com mola. Unidade auxiliar acoplada à cadeira, com corpo em poliestireno de alto impacto com 3mm de espessura e pintura lisa, bacia removível para desinfecção em cerâmica esmaltada, com ralo separador de detritos, 2 terminais para sucção, sendo 1 terminal para sucção de alta potência, com adaptador da cânula autoclavável e sugador tradicional descartável. Acompanha instalação. **GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.**
Marca: DENTEMED PRIME FLEX

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

3	<p>Conjunto de peças de mão para uso odontológico, todos os 4 (quatro) itens deverão ser de mesma marca comercial: 1- Micromotor - conexão Borden 2 furos, Rotação de 5.000 a 20000 rpm, torque de acionamento com 220 kPa (2,2 bar) de pressão: mín 1,5 N.cm, peso líquido máximo de 70g, autoclavável, permite giro livre de 360º. 2 -Contra ângulo - Rotação de 5 000 a 20.000 rpm, Relação de transmissão 1:1 , autoclavavel, possui giro livre de 360º, encaixe INTRAmatic Universal 3 - Peça reta - Sistema de encaixe universal Intra, esterilizável em autoclave, acoplamento borden, rotação de 5.000 a 20.000 rpm. 4 -Turbina de alta rotação - Sistema de troca de broca Puch Boton, nível de ruído sonoro abaixo de 68 db, rolamentos cerâmicos, peso maximo de 37 g, pressão de acionamento de 220kPa (2,2 bar), consumo de ar maximo de 37 l/min, rotação de 380 000 rpm, torque de 0,13 Ncm conexão Borden 2 furos, refrigeração através de spray triplo, autoclavável de no mínimo 1000 ciclos, superfície externa totalmente lisa. Marca: DENTEMED PRIME FIVE</p>	Unidade	3	R\$ 810,00	R\$ 2.430,00
4	<p>Mocho com sistema de elevação do assento a gás, através de alavanca lateral que permita facilidade e rapidez no ajuste de posições, encosto anatômico com ajuste de aproximação e apoio lombar base com 5 rodízios, resistente, estabilidade e fácil mobilidade estofamento em material rígido, resistente, com revestimento sem costura, cor azul claro, densidade adequada e anti-deformante de fácil limpeza e assepsia, assento com elevação central e rebaixamento das bordas anteriores, acabamento liso</p>	Unidade	3	R\$ 300,33	R\$ 900,99

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

	com cantos arredondados, altura regulável Marca: DENTEMED MAGNUS OURO				
6	Fotopolimerizador LED À Bateria de lítio (sem fio). Pode ser utilizado com ou sem fio. luz fria (azul) gerada por LED de alta potência (1250 mW/cm ²). Sem aquecimento dental e da resina, tempos de aplicação disponíveis: 5, 10 e 20 segundos, bivolt automático, podendo ser utilizado em tensões de alimentação entre 100V - 240V~ (50/60Hz), desligamento automático ao final do tempo solicitado, corpo da caneta constituído em ABS, radiometro interno automático. Silencioso, pois não necessita de ventilação forçada, ponteira em Fibra Ótica, ponteiras condutoras da luz com giro de 360°, modo de uso: Rampa, comprimento de onda: 420 à 480 nm, bateria: 3,7V 1400 mA, ponteira autoclavável. Marca: DENTEMED PRIME LED	Unidade	3	R\$ 399,00	R\$ 1.197,00
7	Amalgamador digital para cápsulas pré-dosadas, painel de comando, de fácil acesso e visualização de todas as funções do aparelho, variação do tempo de preparo de 0 a 30 segundos, com precisão e repetibilidade do tempo selecionado, movimento em forma elíptica, com amplitude de 25mm e frequência de 4.000 oscilações por minuto, movimento interrompido, instantaneamente, nos casos de abertura acidental da tampa de proteção, design moderno com cantos arredondados, confeccionado com material resistente, painel de comando com seletor em membrana e mostrador de tempo digital, 220V, sistema eletrônico de baixa tensão, baixo nível de ruído. Apresentar o prospecto do produto na proposta. Marca: DENTEMED DENTMIX	Unidade	3	R\$ 525,00	R\$ 1.575,00

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

9	<p>Equipo Cart 04 Pontas Projetado dentro de conceitos ergonômicos, permite total mobilidade dentro do consultório. Leve e estável, bandeja em aço inóx, ampla que permite a colocação de instrumental de uso constante, bem como um manipulador de materiais dentários. As mangueiras tipo Oblate, sem cantos ou estrias que permite uma perfeita desinfecção. hEquipo Cart 04 Pontas possui 04 terminais de série, sendo 01 terminal com seringa tríplice e 03 terminais Borden (para Alta ou Baixa Rotação) e suporte até 06 os instrumentos, com opcionais (que são: Micro Fotopolimerizador, e Ultrassom), bem dispositivos que permitem que estes instrumentos motor elétricos, como so funcionem. Estes instrumentos ativos, normalmente chamados de peças de mão, utilizam para o seu funcionamento, liquido para refrigeração (água), ar comprimido e eletricidade. Equipo tipo cart com base móvel sobre quatro rodizios duplos, base e coluna com linhas arredondadas. Reservatório de água translúcido e de fácil assepsia. Caixa de ligação do equipo com uma unidade auxiliar. Bandeja e puxador removíveis autoclaváveis. Pedal único, pneumático e acionamento progressivo para o comando das peças e mão. Dimensões: 60x60x60cm com Peso de até 20kg. Marca: DENTEMED MAGNUS PRIM</p>	Unidade	4	R\$ 1.999,00	R\$ 7.996,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 35.098,99					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos materiais/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 5 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:
- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos materiais/equipamentos por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

BETANIAMED COMERCIAL EIRELI EPP
Leonardo Antônio Rodrigues Cury
Contratado

Testemunhas

Nome completo:

Nome completo:

CPF:

CPF:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno

:: Página 11 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

:: Página 12 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

ATA 101/2020 FMS

Publicação Nº 2753426

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2020 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2020 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor, Sr. **SÉRGIO DE MELLO**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa **J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA**, estabelecida à Rua Paulo Brugin, nº 251, na cidade de Cambé/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.972.926/0001-39, representada, neste ato pelo Sr. João Ribeiro de Souza, CPF sob o nº 362.425.009-49, Cargo/Função Sócio Representante, telefone (43) 3253-1380, doravante denominados **"FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 020/2020 - FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição de equipamentos odontológicos para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme solicitação nº 818/2020, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
2	Compressor odontológico de 01 Pistão , isento de óleo, acionamento direto, Dimensões: Largura: 41cm Altura: 68cm Comprimento: 41cm, Alimentação: 127V ou 220V, Monofásico, Fluxo de ar (vazão efetiva): 220 l/min. (7,8 pc/min.), Capacidade do reservatório: 45 Litros, Nível de ruído: 54 Db, Pressão máxima de trabalho: 120 psi, Potência (motor): 1,20 CV (850W), Frequência do Motor: 60 Hz, Velocidade de rotação do motor: 1750 r.p.m. Motor 4 pólos, 2 pistões. Dois manômetros: um para verificar a pressão interna do reservatório e outro para a pressão de saída de ar, Filtro de ar com drenagem automática, Registro para drenagem da umidade condensada no reservatório de fácil acesso, Ventoinha de refrigeração no motor, Filtro de aspiração (entrada de ar no reservatório), Mangueira do motor metálica e flexível. Maior segurança na estanqueidade do ar e de grande vida útil, Válvula de alívio (solenóide) cuja função é a despressurização dos cabeçotes, fazendo com que o compressor, trabalhe com menos esforço. Marca: FIAC CDTOP7-30	Unidade	3	R\$ 2.749,00	R\$ 8.247,00
5	Ultra-som piezoelétrico , frequência de 30.000 Hz e jato de bicarbonato. Corpo Montado em material resistente, liso e com cantos arredondados. • Resistente à oxidação • Fácil limpeza e desinfecção Tecla Liga-Desliga com LED indicativo Mangueiras Lisas, leves e flexíveis, facilidade de limpeza e desinfecção ULTRA-SOM Transdutor Sistema Piezoelétrico ativado através	Unidade	3	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

de pastilhas cerâmicas, em frequência de 30.000 Hz. Que possa realizar operações com e sem água. Ampla variedade de insertos no mínimo 3 devem acompanhar o aparelho (Periodontia: • No. 1 • No. 2 • 10P) Potenciômetro com graduação: Permite a regulagem rápida de acordo com o procedimento a ser executado. Ajuste fino da potência. Através de sistema unificado para seleção e ajuste da potência. Peça de mão Ultra-som Com ergonomia moderna e precisa. Capa do Transdutor Removível e autoclavável. Construída em elastômero especial, que permite firmeza no manuseio e precisão nos movimentos, Duas capas devem acompanhar o aparelho. JATO DE BICARBONATO Peça de mão do Jato Removível e autoclavável. Difusor concêntrico. Ejetora mistura de ar + água + bicarbonato a uma pequena distância da ponta. Sistema de Regulagem fina do Ar e água. Sistema de varredura automática do bicarbonato. Varre os dutos do aparelho evitando acúmulo de resíduos de pó e riscos de entupimentos no sistema. Filtro de ar. Filtra todo o ar que entra em contato com o bicarbonato e com a região operatória. Reservatório do Bicarbonato Transparente e removível. Acesso lateral que permite sua remoção sem a necessidade de virar o aparelho para retirada das sobras de pó.

Marca: ORTUS BIOSCALER

TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 12.447,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos materiais/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 5 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos materiais/equipamentos por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

J. RIBEIRO COMERCIO ATACADISTA LTDA
João Ribeiro de Souza
Contratado

Testemunhas

Nome completo:

Nome completo:

CPF:

CPF:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

ATA 102/2020 - FMS

Publicação Nº 2753530

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2020 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2020 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor, Sr. **SÉRGIO DE MELLO**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA**, estabelecida à Rua São Paulo, nº 2871, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.291.878/0001-83, representada, neste ato pelo Sr. Anderson Luiz Marques, CPF sob o nº 901.691.409-97, Cargo/Função Sócio Representante, telefone (47) 3323-6149, doravante denominados **"FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 020/2020 - FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição de equipamentos odontológicos para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme solicitação nº 818/2020, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
8	<p>Aparelho de raios-X odontológico periapical coluna móvel deverá atender aos requisitos de qualidade e segurança, comprovados através de ensaios e certificações. Certificado de acordo com o regulamento estabelecido pelo INMETRO, em conformidade com as Normas Técnicas: NBR IEC 60601-1 / 97; IEC 60601-2- 7/98; IEC 60601-1- 3/94; IEC 60601-2- 32/94, que visam à qualidade e à segurança dos aparelhos. Montado em base estável, com linhas arredondadas, 4 rodízios reforçados e freio transversal, assegurando total estabilidade e mobilidade. Todas as funções do aparelho devem ser controladas através de comando digital com teclado de membranas a uma distância de 5 metros, e que permita selecionar o tempo de exposição em centésimos de segundos, para assim evitar exposições desnecessárias de radiação. Dispositivo de segurança que bloqueie disparos acidentais, consecutivos e superaquecimento do equipamento. Braços e pés com cantos arredondados, estabilidade e equilíbrio quando os braços estiverem esticados em linha reta horizontal. Potencia 70 kvp e 1,2 KVA; Monofásico; Corrente alternada; Voltagem 220 volts 60 Hz; Proteção com fusíveis de ação rápida; Amperagem do cabeçote 8mA; Sistema de dupla colimação que evite formação de raios secundários. Câmara de expansão dimensionada que evite totalmente o risco de explosão; Indicadores de alta e baixa</p>	Unidade	4	R\$ 6.585,00	R\$ 26.340,00

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

tensão; Modelado tubo Toshiba ou Kailong; Classificação conforme norma NBR IEC 60601-1. Marca: SAEVO RX AXR COLUNA			
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 26.340,00			

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.
- 2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
- 5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.
- 5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:
- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
 - b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - Cumprir a data da entrega dos materiais/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - A falta dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 5 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal n° 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

13.3. No caso de atraso na entrega dos materiais/equipamentos por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA
Anderson Luiz Marques
Contratado

Testemunhas

Nome completo:

Nome completo:

CPF:

CPF:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

:: Página 9 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

ATA 103/2020 - FMS

Publicação N° 2753531

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO N° 052/2020 - FMS**
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2020 - FMS
Sistema De Registro De Preços**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 103/2020**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA/SC, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, n° 311, inscrita no CNPJ sob n° 10.479.670/0001-96, neste ato representado por seu Gestor, Sr. **SÉRGIO DE MELLO**, brasileiro, inscrito no CPF sob n° 712.792.459-72, RG n° 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lúcia, n° 175, Santa Lúcia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa **STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA**, estabelecida à Rua Nova Esperança, n° 976, na cidade de Pinhais/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 32.597.474/0001-59, representada, neste ato pelo Sra. Rhaissa Stefanie Torno Stokloski, CPF sob o n° 075.001.889-51, Cargo/Função Sócio Representante, telefone (41) 3033-2016, doravante denominados "**FORNECEDORA**" ou "**BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO**", firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial n° 020/2020 - FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis n° 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para futura aquisição de equipamentos odontológicos para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme solicitação n° 818/2020, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal n° 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 5 (cinco) dias, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
10	Foco Refletor Clínico e Ambulatorial G&G Luminária de luz auxiliar para exames clínicos e ginecológicos com pressa superior flexível e cromada, pedestal com pressa inferior pintada altura entre	Unidade	4	R\$ 265,00	R\$ 1.060,00

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, n° 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

	100 a 150 cm, pintura em epóxi a 250 ° C de alta resistência, base do pedestal com 04 rodízios proporcionando maior sustentação e segurança ao equipamento, alimentação elétrica automática de 127 a 220 v. 50/60 Hz, lâmpada de Led (luz fria e branca), intensidade luminosa de 6.000 LUX, peso líquido: 3 kg, garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação, produto projetado em conformidade aos requisitos das normas: NBR-IEC 60.601-1 E NBR-IEC 60.601 1-2, lâmpada 5W - 6000K Marca: METALIC MEDICAL MT38				
11	Mesa Auxiliar Aço Inox 40x40x80cm com rodízio, mesa auxiliar hospitalar possui estrutura em tubos de aço inox redondo, tampo e prateleira em chapa de inox. Pés tubulares 3/4 em aço inox com rodízios de 2, tampo e prateleira em aço inox. Suporta até 30kg. Marca: METALIC MEDICAL MT39	Unidade	3	R\$ 295,00	R\$ 885,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 1.945,00					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com a necessidade das Unidades Básicas de Saúde, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde, no prazo de até 10 (dez) dias, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega dos materiais/equipamentos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 5 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Saúde. Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional por meio de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecedor, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega dos materiais/equipamentos por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2020.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Rhaissa Stefanie Torno Stokloski
Contratado

Testemunhas

Nome completo:

Nome completo:

CPF:

CPF:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

DECRETO Nº 3633/2020 DISPÕE SOBRE O RECESSO DE NATAL E FIM DE ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753153

DECRETO Nº 3633/2020

DISPÕE SOBRE O RECESSO DE NATAL E FIM DE ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município

CONSIDERANDO que nos aproximamos das festividades de fim de ano (Natal e Reveillon), nos dias em que almejamos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo, com muita paz, alegria e saúde;

CONSIDERANDO ainda, como é de costume, as repartições públicas Municipais, Estaduais e Federais, concederem todos os anos aos seus servidores recesso, para que possam ficar na companhia de seus familiares,

DECRETA

Art. 1º Fica concedido aos servidores públicos municipais, que prestam serviço na sede da Prefeitura Municipal, nas Secretarias Municipais de: Governo, Administração, Assistência Social, Pesca e Agricultura, Serviços Urbanos, Planejamento Urbano (SEPLAN), Educação e Cultura (SEDUC), Turismo, Saúde (FMS), Desenvolvimento Econômico Sustentável, Fazenda (SEFAZ), Controladoria Interna, Fundação Municipal do Esporte, Instituto do Meio Ambiente, Fundação Municipal Cultural, Procuradoria Geral do Município e órgãos e entidades da administração municipal direta, RECESSO, que iniciará no dia 21 de dezembro de 2020 à 1º de janeiro de 2021.

§ 1º Os servidores em recesso deverão ficar a disposição do Município e se apresentar de imediato se convocado para o serviço;

§ 2º Os servidores convocados para o serviço durante o recesso não receberão horas extras e terão direito de compensar as horas trabalhadas, de comum acordo com o Secretário imediato.

Art. 2º Ficam inalterados os horários de funcionamento dos serviços considerados essenciais, como: Unidades de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas, Farmácia Municipal, Equipe Operacional de Serviços Urbanos, Conselho Tutelar, Abrigo, CREAS, CRAS, Setor de IPTU, Vigilância Sanitária, e setores de fiscalizações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 3629/2020 DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO DE ATOS DE VANDALISMO E DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753535

DECRETO Nº 3629/2020

DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO DE ATOS DE VANDALISMO E DEPREDÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º No uso de seu poder de polícia, compete ao Poder Público Municipal manter permanentemente ação visando coibir atos de vandalismo e depredação contra o Patrimônio Público.

§ 1º Entende-se como Patrimônio Público aqueles pertencentes a quaisquer entes da Federação, como por exemplo:

I - os edifícios públicos em geral, interna e externamente, incluindo muros e fachadas;

II - os equipamentos das empresas concessionárias de serviços públicos, tais como: postes, abrigos de ônibus e afins;

III - as placas de sinalização, endereçamento e semáforos;

IV - os equipamentos de uso público, como quadras de esporte;

V - as esculturas, murais e afins;

VI - os leitos de vias, passeio público, meios-fios, árvores ou plantas;

VII - os viadutos, pontes e afins;

VIII - o trapiche;

IX - as praças e afins;

X - outros bens públicos, assim definidos em Lei.

§ 2º Consideram-se atos de vandalismo todos aqueles que resultem em destruição e/ou descaracterização deliberada, gratuita e injustificável, de bens públicos municipais, de bens cuja posse seja exercida pelo Poder Público Municipal ou de outros bens afetados à prestação de serviços públicos municipais. Senão vejamos:

I – Destruir ou danificar;

II – Pichação e afins;

III – Colagem de cartaz, banners, ou qualquer ato de publicidade ou propaganda feita em bem público, sem a prévia autorização do Poder público;

IV – Entre outros;

Art. 3º Todo e qualquer ato de vandalismo ou depredação contra o Patrimônio Público Municipal, implicará ao infrator nas cominações civis e penais cabíveis, bem como responderá a processo administrativo a ser instaurado no âmbito dos órgãos competentes da Administração Municipal.

Parágrafo único. O processo administrativo de que trata o caput deverá quantificar o montante do prejuízo financeiro decorrente do ato de vandalismo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 19 de novembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 3630/2020 DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ATOS PRATICADOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753534

DECRETO Nº 3630/2020

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ATOS PRATICADOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica proibido no Município de Penha, em espaços públicos e de uso coletivo, como praias, praças, trapiche, entre outros:

I - a utilização de narguilés;

II – a utilização de equipamentos sonoros, a exemplo de caixas de som, ainda que de forma individual.

III – jogar-se do parapeito do Trapiche Municipal;

IV – acampamentos e fogueiras nas praias do Município;

V – entre outros;

Art. 2º A prática dos atos mencionados nos incisos do artigo 1º, implicará ao infrator a apreensão do produto e/ou nas cominações civis e penais cabíveis, bem como responderá a processo administrativo a ser instaurado no âmbito dos órgãos competentes da Administração Municipal.

Parágrafo único. O processo administrativo de que trata o caput deverá quantificar o montante do prejuízo financeiro decorrente do ato de vandalismo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 20 de novembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 3631/2020 AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753533

DECRETO Nº 3631/2020

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Secretaria de Administração não possui veículos a disposição para auxiliar nas demandas do Departamento de T.I;

CONSIDERANDO que o veículo da Secretaria de Assistência Social encontra-se parado no pátio da prefeitura sem utilização; e

CONSIDERANDO que a compra ou a locação de um novo veículo para a Secretaria de Administração, geraria mais gastos ao Poder Público,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a transferência de lotação do veículo Fiat Uno Mille, ano 2013, modelo 2013, cor branca, placa MLK 9436, Renavam nº 586852662, da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A transferência de que trata este artigo será por tempo indeterminado.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Administração, por meio do Departamento de Patrimônio, responsável em promover a troca de lotação do veículo acima descrito nos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 3º Após a utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Administração, esta deverá informar o Departamento de Patrimônio da devolução do veículo à Secretaria Municipal de Assistência Social, para que seja realizado a transferência nos registros do Patrimônio Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 20 de novembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 3632/2020 ALTERA O §1º DO ARTIGO 5º DO DECRETO Nº 3420/2020 QUE DETERMINA A CONTENÇÃO DE DESPESAS E O CORTE DE GASTOS NA PREFEITURA DE PENHA, FIXA JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO POR PERÍODO INDETERMINADO

Publicação Nº 2753532



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 3632/2020

ALTERA O §1º DO ARTIGO 5º DO DECRETO Nº 3420/2020 QUE DETERMINA A CONTENÇÃO DE DESPESAS E O CORTE DE GASTOS NA PREFEITURA DE PENHA, FIXA JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO POR PERÍODO INDETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o artigos 64, inciso VI, 89, I, 'c' da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o §1º do artigo 5º do Decreto nº 3420, de 19 de julho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º...

(...)

§ 1º Os funcionários de serviços operacionais lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos cumprirão o horário das 07h às 11h e das 13h às 17h.

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Penha, 23 de novembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br

DECRETO Nº 3634/2020 DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753538



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 3634/2020**DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 3.511, de 19 de março de 2020, declarou situação de emergência de saúde pública no Município de Penha, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 07 de julho de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do da Foz do Rio Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

CONSIDERANDO a variação do avanço da doença, principalmente nas dimensões de isolamento social e investigação/testagem e isolamento de casos;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina ao Estado e aos Municípios;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO a elaboração e divulgação do Documento orientador nº 01/2020, datado de 10 de julho de 2020 pelo Comitê Regional de Enfrentamento da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar medidas que visem garantir maior estabilidade jurídica para

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

as tomadas de decisões de enfrentamento e combate ao COVID-19; e

CONSIDERANDO as deliberações ocorridas em reunião realizada na sede da AMFRI na data de 13 de julho de 2020, visando a padronização das ações para implantar uma política de regionalização para o combate ao COVID-19 na região da AMFRI e que as medidas surtiram efeito e fizeram com que a taxa de contaminação dentro dos Municípios da AMFRI caíssem consideravelmente;

CONSIDERANDO a Portaria nº 583/2020 SIE/SES, de 24 de agosto de 2020 que autoriza a realização das atividades de transporte intermunicipal, urbano ou rodoviário,

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidas, até 17 de dezembro de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes medidas:

I - Para os estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios (*mercados, mercearias e supermercados*) e congêneres:

- a) a limitação do acesso a apenas 01 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;
- b) a redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 20% do limite permitido;
- c) horário permitido de funcionamento das 06:00hs às 00:00hs, de segunda-feira à domingo.
- d) deve ser feita a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos;
- e) fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 metros;

II - Para serviços que envolvam a alimentação, tais como *restaurantes, padarias, bares, eventos gastronômico, parques de exposição, feiras, food parks, lanchonetes, cafeterias, conveniências, pizzarias, adegas e similares*:

- a) para as padarias e restaurantes o horário permitido de funcionamento será de segunda-feira à domingo, das 6:00hs às 04:00hs;
- b) para os *bares e similares*, o horário de funcionamento será de segunda-feira a domingo das 08hs às 04:00hs;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- c) no período noturno está permitido os serviços por delivery, de segunda-feira à domingo, sem restrição de horário;
- d) limitação de entrada e permanência de pessoas em 60% (sessenta por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes;
- e) priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;
- f) intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão;
- g) disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;
- h) controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;
- i) controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);
- j) uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;
- k) higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;
- l) proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;
- m) afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);
- n) priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;
- o) fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- p) fica proibida a caracterização do estabelecimento de forma temática ou comemorativa (tais como aniversários e festas típicas do calendário);
- q) deve ser priorizada a ventilação natural dos ambientes;
- r) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;
- s) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;
- t) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;
- u) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;

III - que os *velórios* realizados em âmbito municipal tenham a duração máxima de 03 (três) horas, limitando-se a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, devendo as celebrações de despedidas também serem limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara, quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 17h30min., em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS);

IV - em relação as *academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, hidroginástica em estabelecimentos privados e/ou condomínios*:

- a) permitida somente práticas individuais respeitando a taxa de ocupação de 50% e o distanciamento de 1,5 m entre as pessoas e equipamentos;
- b) realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período, com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;
- c) adotar o uso de máscara de tecido por todos os colaboradores;
- d) utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;
- e) utilizar os aparelhos de treinamento cardiorrespiratório em uso intercalado ou distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre os mesmos;
- f) A utilização de espaços e equipamentos compartilhados fica permitida devendo ser higienizado a cada utilização, com material sanitizante;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

V - quanto aos *serviços autônomos e de profissionais liberais* ficam autorizados, desde que observada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% do espaço do local, a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança;

VI - *hotéis, pousadas e similares* devem cumprir as regras previstas neste decreto, e:

- a) poderão ativar 100% de sua capacidade total de hospedagem, respeitando as recomendações de higiene e segurança estabelecidas nesse decreto;
- b) devem disponibilizar álcool gel para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;
- c) os serviços de alimentação, tais como restaurantes, bares e lanchonetes, localizados dentro das hospedagens poderão atender aos hóspedes atendendo o disposto no artigo 1º deste decreto;
- d) as áreas sociais e de convivência, tais como sala de jogos, academias e piscinas, deverão ser previamente agendadas para uso, tendo a limitação de até 10 pessoas por vez;
- e) o serviço de governança deverá intensificar a higienização dos quartos e banheiros com desinfecção das superfícies com álcool a 70º ou sanitizantes de efeito similar, além da limpeza de rotina;
- f) ao final da estadia do hóspede deverá ser realizada limpeza e desinfecção completa do quarto e superfícies, antes da entrada de novo hóspede; e
- g) todos os trabalhadores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto com o público;

VII - *estabelecimentos bancários*: os estabelecimentos devem ter um funcionário local para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras, dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana;

VIII - quanto ao funcionamento de *comércios em geral*: abertura de segunda-feira à domingo, sendo que ficará restrito ao horário das 07:30hs às 22hs;

IX - quanto a *Rede de Atenção Básica*, deverá:

- a) dispor de atendimento para a população por telefone ou sistema on-line para orientar quanto ao melhor local para atendimento de acordo com os sintomas apresentados;
- b) organizar o fluxo de atendimento na unidade de saúde de forma a diminuir contato de pessoas

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

suspeitas ou confirmadas para COVID-19 das pessoas não doentes, inclusive destinando consultório somente para esta finalidade, mantendo o paciente apenas neste local, devendo a equipe técnica acessar este espaço;

- c) ampliar o horário para atendimento de pessoas com sintomas respiratórios;
- d) monitorar as pessoas com sintomas respiratórios em tratamento domiciliar;
- e) monitorar pessoas com doenças crônicas;
- f) notificar os casos suspeitos para COVID-19 e comunicar a vigilância epidemiológica municipal;
- g) realizar ações de educação em saúde para população local voltada para prevenção da transmissão da COVID-19;
- h) suspender atendimentos eletivos;
- i) treinar equipe para atendimento pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19;
- j) treinar equipe para paramentação e desparamentação adequada e cuidados com proteção individual;
- k) ações de enfrentamento, combate e tratamento profilático ou terapêutico relacionados a COVID-19, deverão obedecer o regimento estipulado para a ação específica;

X - Fica autorizado o funcionamento de quadras esportivas particulares, para fins de locação e funcionamento, sendo permitido somente 2 (dois) jogos por noite, com intervalo mínimo de 1 hora entre os jogos, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

- a) Disponibilização de álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento para higienização das mãos;
- b) Todos os atletas e colaboradores deverão fazer uso de máscaras enquanto permanecerem no local, ressalvado o período em que estiver realizando a prática de esporte;
- c) Proibição da utilização de churrasqueiras e demais ambientes de uso comum e/ou de recreação;
- d) Proibição do compartilhamento de equipamentos e utensílios;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

e) Bolas e demais equipamentos de uso coletivo devem ser obrigatoriamente higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, após cada utilização, respeitando as características e as informações da rotulagem;

f) Manutenção dos lavatórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento sem as mãos;

g) Proibir o uso de bebedouros ou qualquer equipamento similar;

h) Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local;

i) Proibição de confraternização ou outras as atividades sociais e de lazer, entre outras, decorrentes destas atividades.

XI – Fica autorizado o funcionamento das aulas presenciais de formação de condutores, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

a) fica estabelecida a limitação de entrada de alunos nas salas de aulas teóricas dos CFC – Centro de Formação de Condutores - no quantitativo de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, mantendo-se o distanciamento mínimo de raio entre as pessoas de 2 m (dois metros).

b) Deverá ser previsto um intervalo mínimo de 30 minutos entre cada turma para que seja providenciado a limpeza de todo o ambiente com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, mesas, corrimãos, cadeiras e interruptores;

c) Todos os alunos e instrutores deverão utilizar máscara durante as aulas, bem como seguir as medidas de segurança constantes na Portaria SES nº 238 de 08 de abril de 2020 e nas normativas que a sucederem.

XII - Fica autorizado o funcionamento de aulas presenciais de cursos livres, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

a) fica estabelecida a limitação de entrada de alunos nas salas de aulas dos cursos livres - no quantitativo de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, mantendo-se o distanciamento mínimo de raio entre as pessoas de 2 m (dois metros).

b) Deverá ser previsto um intervalo mínimo de 30 minutos entre cada turma para que seja providenciado a limpeza de todo o ambiente com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

álcool 70% de maçanetas, mesas, corrimãos, cadeiras e interruptores;

c) Todos os alunos e professores deverão utilizar máscara durante as aulas, bem como seguir as medidas de segurança constantes no artigo 2º deste Decreto.

XIII – Fica autorizado a realização de aulas particulares individuais, desde que obedecidos todas as diretrizes sanitárias.

XIV – Fica autorizado a realização de competições esportivas públicas e privadas, oficiais ou não, com capacidade máxima de 30% (trinta por cento), desde que obedecidos as seguintes recomendações:

a) Disponibilização de álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento para higienização das mãos;

b) Todos os atletas e colaboradores deverão fazer uso de máscaras enquanto permanecerem no local, ressalvado o período em que estiver realizando a prática de esporte;

c) Proibição do compartilhamento de equipamentos e utensílios;

d) Equipamentos de uso coletivo devem ser obrigatoriamente higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, após cada utilização, respeitando as características e as informações da rotulagem;

e) Manutenção dos lavatórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar;

f) Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local;

XV - Fica autorizado o uso dos espaços públicos da Fundação Municipal de Esportes, para a realização de atividades esportivas no Município, desde que obedecidos todas as diretrizes sanitárias.

Parágrafo único. Ficam autorizadas apresentações culturais, como música ao vivo e afins, nos estabelecimentos mencionados no inciso II do artigo 1º e demais atividades correlatas, desde que obedecidos as seguintes diretrizes sanitárias:

a) que o encerramento das apresentações ocorra uma hora antes do encerramento das atividades do estabelecimento;

b) que o ambiente seja ventilado ou aberto, ficando vedada apresentações musicais em ambientes totalmente fechados sem ventilação natural;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- c) que se garanta o uso de máscaras e o distanciamento de 1,5 metros de raio entre os artistas;
- d) que o número de artistas por apresentação seja limitado a, no máximo, cinco;
- e) que se utilize barreira física entre os artistas e o público;
- f) que se diminua o tempo total da apresentação ou a segmente para que o público não permaneça longos períodos no estabelecimento;

XVI - Fica autorizado o retorno das atividades presenciais do Grupo Escoteiro Baden Powell 154/SC, desde que:

- a) seja obedecido as diretrizes sanitárias do estado de Santa Catarina;
- b) seja feito o Formulário de Triagem de saúde;
- c) seja preenchido e assinado o Termo de Autorização de participação das atividades, pelos pais ou responsáveis.

Art. 2º Todos os estabelecimentos do artigo anterior devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID-19 - [COVID-19 - Diretrizes Sanitárias - Diretrizes Sanitárias – Alimentação](#).

Art. 3º A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e Defesa Civil, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Art. 4º Ficam SUSPENSAS, até 17 de dezembro de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes atividades:

I - espaços de academias ao ar livre, playgrounds, parques, praças, clubes sociais, mirantes, espaços públicos, e afins, em qualquer modalidade;

II - praias: ficam suspensas as atividades esportivas aquáticas, incluindo passeios náuticos na modalidade “amadrinhada”, aglomeração de pessoas, nas faixas de areia e em torno dos rios e lagoas, com exceção da pesca profissional, amadora e artesanal, bem como fica permitida a prática *individual* de esportes;

III - aulas coletivas presenciais da rede pública e privada, de cursos superiores e técnicos, inclusive estágios;

IV - cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS (respeitando a Portaria SES/SC nº 421, de 22/06/2020).

Art. 5º Fica autorizado a realização de eventos, públicos ou privados, como: casamentos, aniversários, jantares, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis, atividade de ambulante e congêneres, a abertura ou realização de feiras livres e exposições em geral, de festas comunitárias, de bingos, casas noturnas, casa de shows e espetáculos, Pub's e afins.

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo único. Os eventos que trata o caput deste artigo, deverão ter o acesso controlado, sejam em espaços públicos ou privados, fechados ou abertos, sendo autorizadas apresentações culturais, musicais, shows e afins, mediante cumprimento dos seguintes regulamentos sanitários:

I - Limite da ocupação de 60% do espaço.

II - Os espaços devem permitir o controle de acesso dos participantes, com lista de presença;

III - Uso de máscara por todos os participantes e trabalhadores;

IV - Disponibilizar álcool 70% na entrada e em pontos estratégicos para higienização das mãos;

V - Realizar a aferição de temperatura corporal, sem contato físico, dos trabalhadores e dos participantes na entrada do local do evento;

VI - Caso algum participante apresente temperatura corporal igual ou superior a 37,8°C ou sintomas gripais como, por exemplo: tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, não permitir a participação no evento e orientá-lo a procurar uma unidade de assistência à saúde do município;

VII - Na recepção, providenciar marcação no piso com distanciamento de 1,5 metros;

VIII - O horário de funcionamento será de segunda-feira a domingo das 07hs às 05:00hs;

IX - Manter a distância de 1,5 metros entre os participantes, exceto para pessoas que coabitam. Priorizar a identificação dos assentos destinados aos participantes, mantendo seu uso, evitando o rodízio destes assentos;

X - Avisos das medidas preventivas devem estar fixados na entrada, em banheiros e outras dependências;

XI - Eventos ao ar livre devem criar um sistema que permita atender as regras de distanciamento social de 1,5 metros, exceto para pessoas que coabitam;

XII - Os organizadores e promotores de eventos devem guardar por até 30 dias da realização do evento, o arquivo com a lista de convidados e de fornecedores para possível comunicação de casos identificados;

XIII - Manter todos os ambientes ventilados, com portas e janelas abertas, sempre que possível, incluindo, caso exista, os locais de alimentação.

XIV - Em ambientes climatizados, manter o ar-condicionado com os filtros e os dutos regularmente limpos e a manutenção em dia;

XV - Realizar procedimentos que garantam a limpeza contínua dos espaços, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e a frequente desinfecção com álcool 70%, sob fricção,

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

de superfícies expostas como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros;

XVI - Permitir somente o uso de sofás, mesas, cadeiras com superfícies higienizáveis nas áreas comuns como lounges e salas de espera, bem como evitar o seu compartilhamento, reduzindo os assentos para a capacidade de 30% do local, mantendo-se o distanciamento, exceto para pessoas que coabitam;

XVII - As lixeiras devem ser providas de tampa e pedal, e devem ser higienizadas frequentemente durante o período de realização do evento.

XVIII - Que o encerramento das apresentações ocorra uma hora antes do encerramento das atividades do estabelecimento;

XIX - Que se garanta o uso de máscaras e o distanciamento de 1,5 metros de raio entre os artistas;

XX - Que o número de artistas por apresentação seja limitado a, no máximo, cinco;

XXI - Que se garanta o distanciamento de 1,5 metros entre os artistas e o público;

XXII - Que se diminua o tempo total da apresentação ou a segmente para que o público não permaneça longos períodos no estabelecimento;

Art. 6º Fica mantido o funcionamento de Parque Temático, bem como os ambientes e locais turísticos, o qual deve limitar e ordenar o seu público, desde que não ultrapassem a capacidade permitida de até 80% (oitenta por cento) devendo, obrigatoriamente, organizar as atividades, atendendo no mínimo as seguintes condições:

I. Devem ser disponibilizados dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, para higienização das mãos, na entrada e saída dos estabelecimentos, praça de alimentação, brinquedos, shows e afins;

II. É obrigatório o uso de máscaras descartáveis, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e clientes durante a permanência no estabelecimento, como também manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

III. Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada visitante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;

IV. Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a limpeza geral e a desinfecção de todos os ambientes (Praças de Alimentação, brinquedos, shows e afins) após utilização de cada cliente;

V. O Parque Temático deve organizar filas com grupos de usuários para entrada nos estabelecimentos e recomenda-se a aferição da temperatura na entrada, afim de evitar a disseminação do coronavírus. Quem apresentar febre a partir de 37,8º graus deve ser procurar atendimento médico especializado.

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- VI. Deve haver um distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas, nas filas dos estabelecimentos;
- VII. Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, os mesmos devem fazer a limpeza dos filtros diariamente;
- VIII. Devem ser disponibilizado cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível e de fácil acesso;
- IX. Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não devem frequentar os estabelecimentos;
- X. O estabelecimento deve disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos, para higienização das mãos;
- XI. Clientes e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída dos estabelecimentos, sempre que utilizá-los;
- XII. Os equipamentos, como brinquedos e afins, devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização;
- XIII. Equipamentos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;
- XIV. É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool 70% ou outras substâncias degermantes, bem como orientar os usuários quanto à sua utilização;
- XVI. O estabelecimento deve recomendar aos usuários que evitem utilizar luvas;
- XVII. Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;
- XVIII. Os banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;
- XIX. Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;
- XX. Somente os clientes que estiverem de máscaras poderão acessar o estabelecimento;
- XXI. O estabelecimento deve fornecer álcool 70% para os clientes, na entrada e saída do local.
- XXII. Intensificar a higiene e manter os ambientes ventilados naturalmente.
- XXIII. Aumentar a frequência de higienização de superfícies (mesas, cadeiras, maçanetas, balcões e etc.) do estabelecimento.

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

XXIV. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos trabalhadores sobre a correta higienização das instalações, equipamentos, utensílios e higiene pessoal (com comprovação documental, de acordo com a Resolução RDC nº 216/2004);

XXV. Os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos e antebraços, principalmente após tocarem o rosto, nariz, olhos e boca, após uso de sanitários e após tocar em dinheiro ou cartões de banco;

XXVI. Disponibilizar álcool 70% no caixa para higienização das mãos, dos clientes e dos trabalhadores;

XXVII. Os saneantes utilizados devem estar devidamente regularizados junto a ANVISA e o modo de uso deve seguir as instruções descritas nos rótulos dos produtos;

XXVIII. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos funcionários sobre a correta higienização do estabelecimento e higiene pessoal.

XXIX. Quando possível, realizar o pagamento com cartão, diminuindo o contato com o funcionário do caixa.

XXX. Os idosos e aqueles que integram o grupo de risco para COVID-19 deverão, em caso de filas, terem prioridade no atendimento;

XXXI. A comercialização de ingressos, deverá ser, prioritariamente, por meios eletrônicos, quando for realizada no local, afim de evitar filas e aglomerações;

XXXII. O estabelecimento deverá contar, no seu interior, com monitores treinados para orientar o público a fim de evitar aglomerações e observar a etiqueta sanitária;

XXXIII. Os funcionários, colaboradores e terceiros deverão fazer o uso de máscaras;

XXXIV. O estabelecimento, poderá disponibilizar máscaras ao público;

XXXV. Os estabelecimentos que possuem veículos próprio e/ou terceirizados para transfer deverão garantir a segurança do transporte tanto dos motoristas quanto dos usuários, bem como a limpeza e desinfecção de tais veículos, inclusive, deverá o motorista possuir esquema vacinal completo, álcool em gel 70% à disposição dos usuário, o uso de máscaras para motoristas e passageiros, cumprimento das regras de etiqueta respiratória, controle de usuários com escala, apresentação de procedimentos operacionais padrão sobre a atividade.

XXXVI. Empresas terceirizadas deverão seguir as mesmas medidas de prevenção exigidas aos parques;

XXXVII. Instruir os funcionários acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos frequente, da utilização de produtos antissépticos durante o desempenho de suas tarefas, como álcool em gel 70%, etiqueta respiratória (cobrir boca e nariz, o uso de lenço descartável ou cotovelo ao tossir e espirrar), da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho, da utilização de

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

máscaras caseiras, observando o correto manuseio e higienização, bem como o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, evitando qualquer contato físico, como apertos de mão, abraços, etc.

XXXVIII. O Parque Temático poderá adotar medidas mais restritivas para o combate ao COVID-19, desde que estiverem de acordo com este Decreto.

XXXIX. Disponibilizar lixeiras com tampas por acionamento sem as mãos;

XL. Organizar bancos de uso comum de forma a garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre os visitantes.

XLI. Orientar e desestimular o acesso de pessoas pertencentes a grupos de risco, tais como idosos, hipertensos, imunodeprimidos, diabéticos, gestantes ou portadores de doenças crônicas neste momento;

XLII. Verificar a temperatura corporal com termômetro infravermelho digital (sem contato direto) de todas as pessoas que acessarem o estabelecimento;

XLIII. Disponibilizar informativos sobre a COVID-19 e suas medidas de prevenção e práticas de proteção em todo espaço, da bilheteria à saída para conhecimento de colaboradores, fornecedores e cliente;

XLIV. Não compartilhar alimentos, copos e garrafas;

XLV. Programar a utilização dos refeitórios, restaurantes, lanchonetes e similares de forma a evitar agrupamento e cruzamento, além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre as pessoas;

XLVI. Não utilizar a modalidade de buffet de alto serviço (self service) para as refeições;

XLVII. Preferencialmente definir sistema de fluxo unidirecional de visitantes (sistema semelhante à trânsito de veículos – “mão e contramão”), de forma a evitar o cruzamento de pessoas na mesma linha de condução;

XLVIII. Os locais que disponham de estacionamentos controlados devem ter alternativas de acessos e saídas com comandos sem o contato das mãos, tanto para os colaboradores quanto para os fornecedores e visitantes;

XLIX. Nos veículos de fretamento para transporte de colaboradores, a ocupação de cada veículo recomendada é de 50% da capacidade de passageiros sentados, intercalando a posição janelacorredor (zigzague);

L. Capacitar os colaboradores para aplicação das medidas de prevenção de contaminação pela COVID-19, incluindo a capacitação para paramentação e retirada dos equipamentos de proteção individual (EPI's);

LI. Monitorar os colaboradores, com vistas à identificação precoce de sintomas compatíveis à COVID-19

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

(sintomas respiratórios, tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, com ou sem febre e sintomas gripais);

LII. Manter afastados os colaboradores que coabitam ou tenham outras formas de contato com pessoas suspeitas ou com diagnóstico de infecção de COVID-19 até parecer médico liberando o retorno às atividades laborais;

LIII. Se positivo para COVID-19, manter isolamento domiciliar por, 14 dias do início dos sintomas, ou conforme orientação médica, podendo retornar às atividades após esse período desde que esteja assintomático por, no mínimo 72 horas ou após avaliação clínica atestando sua aptidão para o trabalho;

LIV. Se resultado negativo, pode retornar as atividades laborais desde que assintomático há mais de 72 horas ou após avaliação clínica.

LV. Todos os casos suspeitos ou confirmados para COVID-19 devem ser imediatamente informados para as autoridades sanitárias locais;

Art. 7º Quanto aos trabalhadores dos estabelecimentos citados no artigo 5º:

I. Os trabalhadores devem usar máscaras enquanto permanecerem nos ambientes de uso coletivo;

II. Recomendar que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com as roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;

III. Os locais para refeição, quando presentes, devem ser utilizados com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez). Devem organizar cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomerações e cruzamento entre os trabalhadores (fluxos interno e de entradas e saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

IV. Adotar medidas internas relacionadas à saúde do trabalhador, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho, priorizando o afastamento, sem prejuízo de salários, dos trabalhadores pertencentes a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;

V. Em caso de algum dos trabalhadores (proprietários, empregados próprios ou terceirizados) apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, buscar orientação médica, bem como serem afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades sanitárias devem ser imediatamente informadas desta situação.

VI. Os trabalhadores devem evitar conversar, tocar o rosto, nariz, boca e olhos;

VII. Seguir a etiqueta da tosse, que orienta que ao tossir ou espirrar deve-se cobrir o nariz e a boca com um lenço descartável, descartá-lo imediatamente e realizar higienização das mãos. Caso não tenha disponível um lenço descartável cobrir o nariz e boca com o braço flexionado;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

VIII. Caso a atividade necessite de mais de um trabalhador ao mesmo tempo manter a distância mínima entre eles de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros), sendo que todos deverão usar máscaras;

IX. Disponibilizar álcool gel 70% em cada posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos trabalhadores;

X. Manter ventilados, dentro do possível, todos os postos de trabalho;

XI. Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, corrimãos e interruptores;

XII. Os lavatórios dos locais para refeição e sanitários deverão estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;

XIII. Adotar a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos, sempre que possível;

Art. 8º Ficaram mantidas as seguintes recomendações para a Sociedade em Geral e o Setor Privado, a fim de minimizar os efeitos da Pandemia de COVID-19 no município de Penha:

I - Higienizar as mãos com frequência;

II - Adotar como prática a etiqueta da tosse;

III - Evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa;

IV - Ficar em casa a maior parte do tempo;

V - Ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável;

VI - Manter distância de 1,5 metros de outras pessoas;

VII - Não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas;

VIII - Priorizar serviços de delivery;

IX - Quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar dano a saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes;

X - Utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

XI - Não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do coronavírus;

Parágrafo único. Ao *Setor Privado*:

- a) Adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização;
- b) Adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível;
- c) Adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais;
- d) Afastar colaboradores confirmados ou suspeitos de COVID-19;
- e) Afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco;
- f) Apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19;
- g) Disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais;
- h) Higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais;
- i) Intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais;
- j) Monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5°;
- k) Priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais;
- l) Procurar testar regularmente colaboradores;
- m) Uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

funcionamento;

Art. 9º Fica autorizado, em todo o território do município de Penha, às igrejas, templos religiosos e afins a realização de missas e cultos religiosos presenciais de segunda à domingo, desde que obedecidos as seguintes orientações:

- I – A lotação máxima autorizada será de 80% (oitenta por cento) da capacidade do templo ou igreja;
- II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;
- III – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

§2º Os estabelecimentos citados no art. 1º deverão ainda seguir todos os demais regramentos estabelecidos pelas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito ao seu funcionamento, desde que não forem contrários ao presente Decreto.

Art. 10 Fica SUSPENSO, até dia 17 de dezembro de 2020, as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino profissional, em todos os níveis e modalidades, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, em todo município de Penha, exceto as aulas mencionadas no inciso XI e XII e XIII do artigo 1º deste Decreto.

Art. 11 Fica autorizado o retorno das atividades do transporte municipal e intermunicipal rodoviário, assim como o transporte interestadual e de fretamento que já se encontram autorizados a operar, sendo que as empresas transportadoras devem adotar as seguintes medidas:

- I. Priorizar o afastamento, de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com 60 anos ou mais, imunossuprimidos, com doenças preexistentes crônicas ou graves, gestantes, bem como as pessoas responsáveis pelo cuidado ou contactante domiciliar de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de Covid-19;
- II. Encaminhar imediatamente para teste, todo trabalhador que apresente qualquer dos sintomas de Covid-19, e caso positivo afastá-lo pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades de saúde local devem ser imediatamente notificadas;
- III. Priorizar o trabalho remoto para os setores administrativos, quando possível, nos termos do art. 75-C, parágrafo 1º da CLT;
- IV. Priorizar a comercialização de bilhetes de passagem por internet ou meios digitais;
- V. Disponibilizar bilhetes de passagens até 50% da capacidade de assentos de passageiros sentados,

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

intercalando a posição janela corredor (zigue-zague);

VI. Exigir a utilização de máscaras por todos os passageiros e motoristas, durante todo o percurso e nos terminais de embarque, observadas as normas estabelecidas pelo órgão de saúde ou vigilância sanitária competentes;

VII. Demarcar distância de segurança de no mínimo 1,5 (um metro e meio) nos terminais de embarque e desembarque ou locais destinados para fila, evitando a aglomeração de pessoas.

VIII. Realizar intervalo mínimo de 01(uma) hora entre as partidas da mesma linha;

IX. Manter as salas VIP fechadas;

X. Aplicar as orientações do Guia Sanitário de Veículos Terrestres nº 18/2019 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que descreve medidas e ações para limpeza e desinfecção dos veículos, em especial aquelas sobre o controle de qualidade dos ambientes climatizados e controle de vetores, bem como dos requisitos a serem seguidos pelas empresas de transporte em resposta a eventos de saúde pública ocorridos a bordo dos veículos e sua notificação a autoridade de saúde brasileira;

XI. Circular, preferencialmente, evitando-se o uso do ar condicionado, sendo que quando necessário deverá permitir a renovação do ar condicionado. Realizar a limpeza e troca dos filtros conforme recomendações técnicas.

XII. Realizar a limpeza e desinfecção completa dos veículos ao término de cada viagem, especialmente, a porta de acesso ao salão, as poltronas, os apoios de braço, os encostos de cabeça e perna, o maleiro (porta pacotes), as maçanetas e corrimões (Interno e externo), espaldar da poltrona e os sanitários (incluindo paredes), utilizando produtos regularizados;

XIII. Fica proibida a utilização de geladeiras no interior dos veículos;

XIV. Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar para a higienização das mãos, no interior do veículo, e nos guichês de atendimento ao público;

XV. Exigir que antes de ingressar no veículo todas as pessoas efetuem a higienização das mãos com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

XVI. Garantir a disponibilização de sabão líquido e álcool 70% nos banheiros dos ônibus, quando existir;

XVII. Higienizar os guichês de atendimento e, após cada cliente atendido, determinar para que os atendentes efetuem a higienização das mãos e dos equipamentos de uso compartilhado, como as máquinas para pagamento com cartões.

XVIII. Repassar orientações e informações, no início de cada viagem, acerca das medidas básicas sobre higienização e cuidados a serem adotados pelos passageiros quanto à prevenção do COVID19;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

XIX. Divulgar por meio do sistema audiovisual do ônibus ou por funcionário, no mínimo três vezes durante a viagem, medidas básicas sobre higienização e cuidados a serem adotados pelos passageiros quanto à prevenção do COVID19;

XX. Afixar no espaldar de cada poltrona um encarte com as orientações aos passageiros sobre etiqueta da tosse, uso da máscara, higienização das mãos e distanciamento social.

XXI. Acompanhar os guichês de atendimento, garantindo que haja a higienização das mãos dos colaboradores antes e após cada procedimento de cobrança ou atendimento

XXII. Capacitar os trabalhadores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades.

XXIII. Designar colaborador para que ao início de cada viagem, repasse orientações de segurança sanitária preventivas em relação ao COVID-19.

XXIV. Determinar para que todas as pessoas envolvidas com a operação de transporte de passageiros obrigatoriamente usem máscaras de tecido ou "faceshield" durante todo o expediente, seguindo as orientações de uso conforme já descritas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;

XXV. Recomendar para que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com suas roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;

XXVI. Aferir a temperatura dos passageiros antes de ingressar o ônibus, ficando vedado o embarque daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C;

XXVII. Aferir, antes de iniciar cada turno de serviço, a temperatura de todos os colaboradores envolvidos na operação de transporte de passageiros, ficando vedado o trabalho daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C;

§1º As administradoras dos terminais de transporte rodoviário estão autorizados a operar, devendo-se adotar as seguintes medidas sem prejuízo das anteriores descritas:

I. Priorizar o afastamento de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com 60 anos ou mais, imunossuprimidos, com doenças preexistentes crônicas ou graves, gestantes, bem como as pessoas responsáveis pelo cuidado ou contactante domiciliar de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de Covid-19;

II. Encaminhar imediatamente para teste, todo trabalhador que apresente qualquer dos sintomas de Covid-19, e caso positivo afastá-lo pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades de saúde local devem ser imediatamente notificadas;

III. Priorizar o trabalho remoto para os setores administrativos, quando possível, nos termos do art. 75-C, parágrafo 1º da CLT;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- IV. Priorizar para que os serviços no terminal sejam pagos por meio digital;
- V. Providenciar cartazes informativos dos cuidados, que devem ser afixados em todos os ambientes de operação de transporte, sobre higienização das mãos, uso do álcool 70%, uso de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;
- VI. Controlar o acesso das pessoas aos terminais, permitindo o acesso somente das pessoas que estejam a utilizar o transporte.
- VII. Nos locais de atendimento ao público nos terminais, demarcar e orientar os usuários a manter uma distância mínima de 1,50 (um metro e 50 centímetros) das demais pessoas. Esta orientação também deve estar disponível nos pontos de ônibus, demarcação no chão e assentos nos terminais rodoviários;
- VIII. Aplicar as orientações do Guia Sanitário de Veículos Terrestres nº 18/2019 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que descreve medidas e ações para limpeza e desinfecção dos veículos, em especial aquelas sobre o controle de qualidade dos ambientes climatizados e controle de vetores, bem como dos requisitos a serem seguidos pelas empresas de transporte em resposta a eventos de saúde pública ocorridos a bordo dos veículos e sua notificação a autoridade de saúde brasileira;
- IX. Acompanhar os guichês de atendimento, garantindo que haja a higienização das mãos dos colaboradores antes e após cada procedimento de cobrança ou atendimento
- X. Orientar para que motoristas e demais trabalhadores de operadoras de transporte reforcem seus cuidados pessoais, lavando sempre as mãos com água e sabão e a utilizarem o álcool 70% para higienização das mãos;
- XI. Determinar a todas as pessoas o uso obrigatório de máscaras de tecido durante todo o expediente, seguindo as orientações de uso conforme já descritas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;
- XII. Os locais para refeição dos trabalhadores, quando existentes, poderão ser utilizados com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez). Deverá ser organizado cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomerações e cruzamento entre os trabalhadores (fluxos internos e de entradas e saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);
- XIII. Realizar a desinfecção completa do terminal no fim de cada dia de operação;
- XIV. Os locais para refeição dos trabalhadores e sanitários devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;
- XV. Recomendar para que os trabalhadores não retornem as suas casas diariamente com suas roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;
- XVI. Permitir a entrada apenas do passageiro no terminal rodoviário, sendo proibida a entrada de acompanhantes;
- XVII. Higienizar os guichês de atendimento e acompanhar para que o atendente, após cada cliente atendido,

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

efetue higienização das mãos e dos equipamentos de uso compartilhado, como as máquinas para pagamento com cartões.

XVIII. Disponibilizar estruturas móveis extras, como pias e lavatórios, para higienização das mãos nas plataformas de embarque e desembarque, além das existentes na estrutura;

XIX. Manter equipe específica e capacitada para higienização contínua das estruturas dos terminais;

XX. Nos casos dos Terminais Rodoviários, aferir a temperatura dos passageiros ao ingressar no terminal rodoviário ficando vedada o embarque daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C.

XXI. Aferir, antes de iniciar cada turno de serviço, a temperatura de todos os colaboradores que operam no terminal, ficando vedado o trabalho daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C;

XXII. Capacitar os trabalhadores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades

§2º No retorno das atividades do transporte municipal e intermunicipal com características urbanas, a operação de transporte está condicionada ao funcionamento do terminal urbano.

§3º Cabe aos órgãos de fiscalização municipal, promoverem ações e operações que garantam o cumprimento das medidas sanitárias de controle quanto ao transporte urbano, intermunicipal e interestadual.

Art. 12 Fica autorizada a prestação dos serviços de passeios de escuna no Município de Penha, observadas as seguintes condições:

I - funcionamento limitado a 8h (seis horas) diárias, das 10h às 18h, sem limite de ocupação máxima da embarcação para efeitos administrativos, devendo ser respeitada a legislação marítima vigente;

II - uso obrigatório de máscaras faciais por funcionários, colaboradores e clientes;

III - disponibilização de álcool em gel 70% para higienização das mãos;

IV - observância do distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre os grupos familiares;

V - aferição de temperatura corporal previamente ao embarque e, caso se verifique temperatura superior a 37,5°C ou qualquer outro sintoma de COVID-19, o cliente ou tripulante ficará impedido de embarcar e deverá ser orientado a procurar imediatamente os serviços de saúde;

VI - adoção de providências para se evitarem aglomerações, em especial nas filas para compra de ingressos e para o embarque e desembarque;

VII - limitação do uso e controle de acesso aos banheiros, os quais deverão ser utilizados apenas em casos de urgência e higienizados periodicamente;

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000

Tel.: +55 (47) 3345-0200

www.penha.sc.gov.br



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo único. Os serviços de escuna citados no caput deste artigo, deverão ainda seguir todos os demais regramentos estabelecidos pelas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito ao seu funcionamento, desde que não forem contrários ao presente Decreto.

Art. 13 Ficam autorizados jogos de mesa e bocha em estabelecimentos comerciais, desde que respeitado o distanciamento social, a devida utilização de máscaras, álcool em gel, e protocolos já preestabelecidos, ficando vedado torneios/campeonatos/competições.

§1º Os jogos de mesa apenas poderão ocorrer com no máximo quatro participantes, devendo os jogadores permanecerem todo o período da partida utilizando máscaras.

§2º Os jogos de bocha apenas poderão ocorrer entre dois competidores, devendo durante a partida os competidores utilizarem máscaras.

§3º Os donos de estabelecimentos deverão deixar permanentemente o álcool em gel sobre a mesa de jogo e na saída da cancha de bocha, para que os participantes higienizem as mãos durante as partidas e após o jogo.

§4º Os donos de estabelecimentos deverão higienizar as mesas e cadeiras após a troca de participantes nos jogos e, as bolas de bocha após cada troca de jogadores.

Art. 14 Fica mantida em todo território do Município de Penha a obrigatoriedade do uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos ou privados.

Art. 15 As atividades de fiscalização e de poder de polícia necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto será feita em conjunto por servidores municipais, polícia militar e demais autoridades competentes.

Art. 16 O descumprimento do disposto neste Decreto constitui infração sanitária nos termos da Lei Estadual 6.320/1983 e nas legislações municipais vigentes.

Art. 17 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 06 de novembro de 2020, revogando-se as disposições contrárias, especialmente o Decreto nº 3615/2020.

Penha/SC, 04 de dezembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/Santa Catarina - CEP: 88385-000
Tel.: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 - FMEDUC

Publicação Nº 2753604

**MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 024/2020 – FMEDUC
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2020 – FMEDUC**

Contrato: 030/2020 - FMEDUC

Contratado: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**

Objeto: Contratação do INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM para a realização de Processo Seletivo simplificado, envolvendo todo o trâmite necessário desde a elaboração de edital até a divulgação dos resultados, incluindo apoio técnico para formação de comissão, conforme solicitação nº 193/2020 da Secretaria de Educação.

1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ENVOLVENDO TODO O TRÂMITE NECESSARIO DESDE A ELABORAÇÃO DE EDITAL ATÉ A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS, APÓIO TÉCNICO PARA A FORMAÇÃO DE COMISSÃO E RESPOSTAS AOS QUISTIONAMENTOS QUE PORVENTURA VENHAM A EXISTIR.	SER	1	R\$ 00,00	R\$ 00,00
---	---	-----	---	-----------	-----------

Vigência do contrato: 12 (doze) meses

Fundamentação Legal: Artigo 24, XIII da Lei nº 8.666/93 e alterações, justificativa e solicitação nº 193/2020 (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 10 de dezembro de 2020.

Paulo Timm – Superintendente Geral.

DEISE IZONETE DE SOUZA - Gestora do Fundo Municipal de Educação

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 96/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2020 - DESERTA

Publicação Nº 2752455

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo de Licitação nº 96/2020 – Pregão Presencial nº 46/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços de carpinteiro, pintor, pedreiro e servente do tipo homem/hora para serviços a serem realizados no Município, de acordo com a demanda, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

A Pregoeira do Município de Peritiba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA que o Pregão Presencial nº 46/2020, Processo de Licitação nº 96/2020, foi considerado deserto, pois não houveram interessados ao certame.

Peritiba – SC., 09 de dezembro de 2020.

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Pregoeiro (Decreto nº 134/2020)

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 97/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020 - DESERTA

Publicação Nº 2752456

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo de Licitação nº 97/2020 – Pregão Presencial nº 47/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição e instalação de móveis na sala de artesanato do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Aquarela CRAS, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

A Pregoeira do Município de Peritiba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA que o Pregão Presencial nº 47/2020, Processo de Licitação nº 97/2020, foi considerado deserto, pois não houveram interessados ao certame.

Peritiba – SC., 09 de dezembro de 2020.

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Pregoeiro (Decreto nº 134/2020)

EXTRATO DE CONTRATO 147/2020

Publicação Nº 2753735

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 89/2020, Pregão Presencial nº 42/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para conservação/manutenção de iluminação pública, no perímetro urbano e rural, com disponibilização de equipe completa, com veículo equipado com cesto aéreo, escada giratória, conforme norma reguladora da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e aquisição de materiais para a execução dos devidos serviços, conforme relação de itens constantes no Anexo I deste edital.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2020

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP.

CNPJ nº: 01.627.484/0001-66.

Valor: R\$ 55.700,00 (Cinquenta e cinco mil e setecentos reais)

Data de Vigência: 27/11/2020 até 27/11/2021.

Município de Peritiba – SC., em 27 de novembro de 2020.

DARLAN RECH GERHARDT
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 148/2020

Publicação Nº 2753738

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 102/2020, Dispensa de licitação nº 14/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de fotos e filmagens quando das festividades natalinas para o ano de 2020.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2020

Contratado: LS FOTOGRAFIAS EIRELI.

CNPJ nº: 03.839.858/0002-13.

Valor: R\$ 1.680,00 (Um mil, seiscentos e oitenta reais)

Data de Vigência: 01/12/2020 até 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 01 de dezembro de 2020.

NEUSA KLEIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 149/2020

Publicação Nº 2753739

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 103/2020, Dispensa de licitação nº 15/2020

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto elétrico para decoração natalina da praça José Hilário Simon para o ano de 2020.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2020

Contratado: ELETRO MM LTDA.

CNPJ nº: 12.067.448/0001-01.

Valor: R\$ 1.250,00 (Um mil, duzentos e cinquenta reais)

Data de Vigência: 01/12/2020 até 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 01 de dezembro de 2020.

NEUSA KLEIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 150/2020

Publicação Nº 2753740

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 104/2020, Dispensa de licitação nº 16/2020

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de sonorização e iluminação para as apresentações culturais e show para receber o Papai e Mamãe Noel no dia 07 de dezembro de 2020 quando da abertura da Illuminat Stadt – Cidade Iluminada.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2020

Contratado: ELORI PORT 34793631991.

CNPJ nº: 18.793.024/0001-00.

Valor: R\$ \$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

Data de Vigência: 01/12/2020 até 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 01 de dezembro de 2020.

NEUSA KLEIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 151/2020

Publicação N° 2753741

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 95/2020, Pregão Presencial nº 45/2020

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de um veículo 7 lugares, novo, zero km, no mínimo ano 2020 e modelo 2021 destinado ao uso da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 151/2020

Contratado: AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº: 10.582.050/0006-92.

Valor: R\$ 107.500,00 (Cento e sete mil e quinhentos reais)

Data de Vigência: 03/12/2020 até 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 03 de dezembro de 2020.

NEUSA KLEIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 152/2020

Publicação N° 2753743

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 105/2020, Dispensa de licitação nº 17/2020

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para desinsetização interna e externa contra insetos rasteiros e voadores em diversos prédios pertencentes ao Município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 152/2020

Contratado: ANGELA MARIA GOULART DE SOUZA.

CNPJ nº: 32.002.225/0001-73.

Valor: R\$ 5.798,31 (Cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos)

Data de Vigência: 04/12/2020 até 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 04 de dezembro de 2020.

NEUSA KLEIN
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 153/2020

Publicação N° 2753745

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 106/2020, Dispensa de licitação nº 18/2020

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para realização de show de natal a realizar-se no dia 20 de dezembro de 2020.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 152/2020

Contratado: EZEQUIEL JOSE DIAS 02179487070.

CNPJ nº: 35.158.634/0001-51.

Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais)

Data de Vigência: 04/12/2020 até 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC., em 04 de dezembro de 2020.

NEUSA KLEIN
Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

PORTARIA Nº 203/2020

Publicação Nº 2754363

PORTARIA Nº 203/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Reduzir a carga horária dos cargos de tipo "CONTRATADOS", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ADRIANA DE SOUZA VIEIRA	PROFESSOR 10h + 06 AULAS EXCEDENTES
CRISTIANE CARDOSO FLOR	PROFESSOR 20h + 02 AULAS EXCEDENTES
FERNANDA DEFREIN ALMEIDA	PROFESSOR 10h + 06 AULAS EXCEDENTES
GUILHERME PREUSS BERKENBROCK	PROFESSOR 30h
MATEUS BARRETO MACHADO	PROFESSOR 20h + 05 AULAS EXCEDENTES
MIKAEL DA ROSA FERNANDES	PROFESSOR 30h + 03 AULAS EXCEDENTES
PAULA GIOVANI DE ASSUMPTÃO LUZ	PROFESSOR 06 AULAS
SABRINA MENDES FIRMIANO	PROFESSOR 10h + 06 AULAS EXCEDENTES
VALDETY GARCIA POLICARPO	PROFESSOR 20h + 04 AULAS EXCEDENTES
YASMYNY LIANA COSTA	PROFESSOR 20h

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 02 de dezembro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 204/2020

Publicação Nº 2754365

PORTARIA Nº 204/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, o(a) servidor(a) para o cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ANDREI PEREIRA VITOR	ODONTÓLOGO ESF

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 02 de dezembro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/2020

Publicação Nº 2754368

PORTARIA Nº 205/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar, os(as) servidores(as) dos cargos de tipos "CONTRATADOS", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ADRIANA DE CAMPOS ANDRADE ALBINO	PROFESSORA 40h
ALESANDRA CAMILO MENDES	PROFESSORA 20h
ANDREZA DA SILVA TEIXEIRA	PROFESSORA 20h
DIELEN CARDOSO LIDÓRIO	PROFESSORA 20h
ELANIA DA SILVA BARBOSA	PROFESSORA 20h
INDIANARA BORGES RODRIGUES	PROFESSORA 40h
LARISSY NASCIMENTO BORGES	PROFESSORA 20h
LETÍCIA BARRETO AVELINO	PROFESSORA 20h
LUCIANA DE OLIVEIRA VANDREZEN BARRETO	PROFESSORA 20h

PATRÍCIA FLOR DA ROCHA	PROFESSORA 20h
TAISE VIEIRA	PROFESSORA 20h

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 04 de dezembro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

RESULTADO DE JULGAMENTO TP 11 2020 - CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS

Publicação N° 2753752

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2020

TOMADA DE PREÇOS N° 11/2020

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público resultado do julgamento do Edital de Licitação nº 54//2020, Tomada de Preços nº 11/2020, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE 02 BANHEIROS COM ACESSIBILIDADE, NA PRAÇA EMÍLIA MEURER MOMM, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, na qual declara vencedora a empresa ANTINHAS FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 30.583.319/0001-58, com o valor de R\$ 60.682,62. Valor total: R\$ 60.682.62. Data: 10/12/2020. Petrolândia, 11 de dezembro de 2020. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinhalzinho**PREFEITURA****322**

Publicação Nº 2753162

DECRETO Nº 322/2020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ESPÉCIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso II do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional, espécie suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) nos seguintes projetos/atividades do Orçamento Municipal abaixo:

10.002.0006.0181.0020.2055 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONVÊNIOS SSP

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.3.12.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicação Direta.	13.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte os recursos o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no exercício financeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, 09 de dezembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

323

Publicação Nº 2753166

DECRETO Nº 323/2020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA ABERTURA, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Nomeia os membros da Comissão de Processo Administrativo para apurar os fatos narrados no Boletim de Ocorrência n. 0829676/2020-BO-0067.2020.0001935, que envolve Jusimar Mateus Gallon e o acidente que envolve o Veículo de Placa DFM-5726 e uma retroescavadeira JCB de propriedade do Município.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente para Processo Administrativo, os seguintes membros:

Presidente: Gabriele Ana Paula Danielli Schmitz;

Membros: Leomir Borghardt;

Reneye Ersilia Castelo Branco Trombetta Travassos

Art. 3º - Os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão são considerados de relevante interesse público, não sendo atribuída qualquer remuneração aos seus membros.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 09 de dezembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

324

Publicação N° 2753168

DECRETO N° 324/2020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) nos seguintes projetos/atividades do Orçamento Municipal abaixo:

06.001.0012.0361.0025.2022 – ENSINO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.19.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	100.000,00

06.001.0012.0365.0025.2028 – ENSINO INFANTIL (CRECHE)

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.18.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) nas dotações orçamentarias nos seguintes projetos/atividades:

06.001.0012.0361.0025.2022 – ENSINO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.18.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	100.000,00

06.001.0012.0365.0025.2028 – ENSINO INFANTIL (CRECHE)

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
31900000	0.1.19.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, 09 de dezembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento
Registrado e Publicado em data supra
Sílvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020

Publicação Nº 2754376

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 88/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2020, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, sendo integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR
Lote 01	01	Armários em MDF para arquivo de pasta tipo AZ com as seguintes especificações: mínimo 3,70mt de comprimento X 2,70mt de altura X 40cm de profundidade, fundo com 6mm, em MDF branco (sala do RH) (6 prateleiras com pelo menos 41,5 cm de altura)	R\$ 1.950,00
Lote 02	01	Armários em MDF para arquivo de pasta tipo AZ com as seguintes especificações: mínimo 3,30mt de comprimento X 2,70mt de altura X 40cm de profundidade, fundo com 6mm, em MDF branco (sala do RH) (6 prateleiras com pelo menos 41,5 cm de altura)	R\$ 2.270,00
Lote 03	01	Armários em MDF para arquivo de pasta tipo AZ com as seguintes especificações: mínimo 2,80mt de comprimento X 2,70mt de altura X 40cm de profundidade, fundo com 6mm, em MDF branco (sala do RH) (6 prateleiras com pelo menos 41,5 cm de altura)	R\$ 2.999,00
Lote 04	01	Balcão em MDF, cor branco formato em L para recepção com as seguintes especificações: mínimo 1,65mt de comprimento X 1.15mt X 1,10 de altura com 0,50cm de largura com prateleiras de 40cm de profundidade com portas de correr, deverá ter uma passagem de 0,60 cm com porta vai e vem. (Sala do compras e licitações)	R\$ 2.800,00
Lote 05	01	Armários em MDF com as seguintes especificações: mínimo 2,10mt altura (10cm de rodapé) largura 2,60mt profundidade 0,60cm, fundo com 6mm, com 4 prateleira reforçadas sendo 2 prateleiras com 60cm de altura e 2 prateleiras com 40cm de altura, com 4 portas com chave em MDF branco. Conforme imagem 02 (Sala do TI)	R\$ 4.100,00
Lote 06	01	Armários em MDF com as seguintes especificações: mínimo 0,75 cm altura (10cm de rodapé) 4,15 de comprimento; profundidade 0,60cm, fundo com 6mm, com 8 prateleira com no mínimo 46,88cm com portas, em MDF branco. Conforme imagem 01 (Sala do TI)	R\$ 2.060,00
Lote 07	01	Armários em MDF com as seguintes especificações: mínimo 2,10mt altura (10cm de rodapé) largura 93,75 mt profundidade 60cm, fundo com 6mm: 04 portas, contendo cada porta 2 prateleira reforçadas com 43 cm de altura, 93,75 cm de largura, e 04 prateleiras largura 93,75cm e 28,5 largura. Todas as portas com chave em MDF branco. Conforme imagens (Sala do IPREPI)	R\$ 1.990,00

3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:

Empresa: GRANDO MÓVEIS LTDA

CNPJ: 27.617.103/0001-51

Endereço: Rua da Paz, 124 Bairro Imperial – Concórdia SC

Responsável: Severino Grando Junior

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Município de Pinheiro Preto

5. DA ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. VALIDADE DA ATA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

9.2. É Vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7.892/13.

9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e

por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 10 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	GRANDO MÓVEIS LTDA ME
PEDRO RABUSKE	
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2020

Publicação N° 2754341

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 154/2020 - Dispensa por Justificativa N° DL30/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através da Comissão de Licitações, considerando a construção da nova sede do Centro de referência de Assistência Social – CRAS. Considerando que há necessidade de proteção contra a luz solar no novo ambiente de trabalho. Considerando a necessidade de maior privacidade durante o trabalho, se faz necessário a aquisição de 38m² de persiana vertical em poliéster e 1 m² de persiana horizontal em alumínio. Torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Dispensa por Justificativa, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERSIANAS A SEREM INSTALADAS NA NOVA SEDE DO CRAS Fornecedor: Allure Fino Acabamento Ltda ME CNPJ; 25.065.851/0001-43. VALOR UNITÁRIO, persiana vertical R\$ 92,76 e persiana horizontal R\$ 177,90. QUANTIDADE: 39 (trinta e nove) m² unidades, VALOR TOTAL: 3.702,78 (três mil setecentos e dois reais e setenta e oito centavos Maiores informações pelo e-mail: compras@pinheiropreto.sc.gov.br ou tel.: (49) 3562-2000. Pinheiro Preto, 09/12/2020

Comissão Permanente de Licitações.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 44/2020

Publicação N° 2753025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 44/2020

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2020

Pedro Rabuske, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 01/2020, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
088.648.419-70	INGRYD APARECIDA THIBES DE MORAES	SECRETÁRIO DE ESCOLA

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 30 dias, contados da data da publicação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto ao Setor de Recursos Humanos, pelos telefones 3562-2025 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto – SC, bem como os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;

- h. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
 - i. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
 - j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
 - k. Carteira nacional do S.U.S.;
 - l. Certidão de Casamento;
 - m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
 - n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
 - o. Carteira de Trabalho (CTPS);
 - p. Comprovante de conta corrente bancária;
 - q. Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
 - r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
 - s. Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

Analisados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de dezembro de 2020.

Pedro Rabuske
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 45/2020

Publicação Nº 2754380

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 45/2020
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

Pedro Rabuske, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 01/2020, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
088.138.749-52	JOÃO GABRIEL CHRIST CARDOSO	RECEPCIONISTA

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 30 dias, contados da data da publicação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- a. Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- b. Parcial de Urina;
- c. Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- e. Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- d. ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto ao Setor de Recursos Humanos, pelos telefones 3562-2025 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto – SC, bem como os seguintes documentos:

- a. formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- b. formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- c. formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- d. formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- e. Carteira de Identidade;
- f. Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- g. Certificado de Reservista;
- h. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- i. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- k. Carteira nacional do S.U.S.;
- l. Certidão de Casamento;
- m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- o. Carteira de Trabalho (CTPS);

- p. Comprovante de conta corrente bancária;
q. Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
s. Documentos exigidos para cargos específicos:
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

Analizados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de dezembro de 2020.

Pedro Rabuske
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 667/2020

Publicação Nº 2754340

PORTARIA Nº 667, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

DECLARA FRACASSADO O CERTAME, LICITAÇÃO Nº 084/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que fracassada o certame,

RESOLVE:

Art. 1º Declara fracassada a Licitação 084/2020, modalidade Pregão referente a execução de um lago ornamental na Praça Municipal São Pedro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 668, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754367

PORTARIA N.º 668, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFESSORES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a lei complementar nº 251, de 07 de fevereiro de 2.019;

CONSIDERANDO o edital nº 01/2020 da secretaria municipal de educação,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão de análise de ampliação da carga horária em caráter temporário de professor de educação física, professor de artes e professores regentes na educação infantil e ensino fundamental dos anos iniciais efetivos:

I – Rosania Inês Rossatto Zago, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de educação;

II – Edina Volpato Mariani, ocupante do cargo efetivo de técnica em recursos humanos;

III – Eloiza Felchilcher, ocupante do cargo efetivo de agente de recursos humanos.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de dezembro de 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 663, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752363

PORTARIA Nº 663, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 85/2020 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 85/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO, MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO INCLUINDO MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETI-VAS, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. MAI COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 07.936.711/0001-11, o lote respectivo valor global: Lote 01 - 11.950,00 (onze mil novecentos e cinquenta reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 665, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754378

PORTARIA Nº 665, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 88/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 088/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO, visando a aquisição de Móveis para a Secretaria de Administração, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. GRANDO MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 27.617.103/0001-51, os lotes e respectivos valores: Lote 01 R\$ 1.950,00; Lote 02 R\$ 2.270,00; Lote 03 R\$ 2.999,00; Lote 04 R\$ 2.800,00; Lote 05 R\$ 4.100,00; Lote 06 R\$ 2.060,00; Lote 07 R\$ 1.990,00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 666, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754379

PORTARIA Nº 666, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão

público

RESOLVE:

Art. 1º Designar a funcionária Edina Volpato Mariani, ocupante do cargo de Técnica Recursos Humanos para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Eletrônico nº 088/2020

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta

Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE DEZEMBRO DE 2020

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1446/2020

Publicação N° 2752702

DECRETO N° 1.446/2020, de 10 de Dezembro de 2020.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação apurado por fonte de recursos no valor de R\$ 43.717,09 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.518/2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FCEP

Unidade: 19.01 – Fundação Municipal de Cultura - FCEP

Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade: 08 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1310 – Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativas R\$ 13.000,00

Órgão: 19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FCEP

Unidade: 19.01 – Fundação Municipal de Cultura - FCEP

Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade: 09– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1310 – Outras Despesas Correntes R\$ 30.717,09

TOTAL: R\$ 43.717,09

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação por fonte de recursos, conforme segue:

Fonte de Recursos – 0.1.1310 – Transf. SECDC – Lei 14.017/2020 – Aldir Blanc
..... R\$ 43.717,09

TOTAL: R\$ 43.717,09

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 10 de Dezembro de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 10 de Dezembro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA 129/2020

Publicação Nº 2753181

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA Nº 0129/2020

REGULAMENTA O HORÁRIO DE TRABALHO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA MARI LUCI MORAWSKI DE CHAVES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Regularizar o horário da Servidora Publica Municipal Sra. Mari Luci Morawski de Chaves, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, o horário passa a ser das 07:30 as 13:30.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos consignados do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 08 de Dezembro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 130/2020

Publicação Nº 2753183

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA Nº 0130/2020

DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SUSANA BRAGHINI PARA DESEMPENHAR INTERINAMENTE SUAS FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

CONSIDERANDO, a necessidade de remanejamento de servidores;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Publica Municipal Sra. Susana Braghini, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para desempenhar interinamente suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 10/12/2020.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos consignados do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 10 de Dezembro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 131/2020

Publicação N° 2753210

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA N° 0131/2020

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARILETE CECCHETTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de licença por motivo de doença a Servidora Pública Municipal MARILETE CECCHETTI, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do dia 08/12/2020 a 22/12/2020, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 10 de Dezembro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031 / 2020 - ERRATA

Publicação Nº 2752601

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031/2020 PRAZO

Errata de publicação: onde se lê: 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031/2020, Leia-se: 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031/2020. Processo Administrativo n.º 024 /2020. Dispensa de Licitação n.º 004 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE DE ENSINO DESTINADA A ATUALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE ATUAM NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, COM ÊNFASE NO AUMENTO DE RECEITA E MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO, COM RECURSOS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES. Prazo de Vigência: 90 dias de 01/10/2020 até 31/12/2020. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n.º 031 / 2020 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 90 (noventa) dias; em razão das medidas preventivas da pandemia COVID-19 e seguindo orientações da administração municipal, houve alteração no cumprimento do cronograma, no que se faz necessário a prorrogação, impedindo assim, a execução dos serviços dentro do prazo pre determinado. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Tarcisio dos Santos Junior, Representante legal, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul – FAEPESUL - Contratada.

Pomerode / SC, 18 de Setembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031 / 2020 - PRAZO

Publicação Nº 2752606

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031/2020 PRAZO

Processo Administrativo n.º 024 /2020. Dispensa de Licitação n.º 004 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE DE ENSINO DESTINADA A ATUALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE ATUAM NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, COM ÊNFASE NO AUMENTO DE RECEITA E MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO, COM RECURSOS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES. Prazo de Vigência: 90 dias de 01/10/2020 até 31/12/2020. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n.º 031 / 2020 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 90 (noventa) dias, iniciando-se em 01/01/2021 até 31/03/2021; em razão das medidas preventivas da pandemia COVID-19 e seguindo orientações da administração municipal, programação de férias coletivas, precisa-se de tempo hábil para cumprimento da agenda de capacitação, assim houve alteração no cumprimento do cronograma, no que se faz necessário a prorrogação, impedindo a execução dos serviços dentro do prazo pre determinado. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Tarcisio dos Santos Junior, Representante legal, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul – FAEPESUL - Contratada.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS PRÉ-SELECIONADOS EDITAL COMTUR N° 02/2020

Publicação N° 2753782

	CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE POMERODE Rua XV de Novembro, 818 Fone: (47) 3387-3419 89107-000 – POMERODE – Santa Catarina
--	---

**DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS PRÉ-SELECIONADOS
EDITAL COMTUR N° 02/2020**

Chamamento Público N° 02/2020 objetivando selecionar projetos de eventos turísticos de pessoas jurídicas sem fins lucrativos para fomentar o turismo no Município de Pomerode, através de apoio e aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Município de Pomerode (SC) – FUNDETUR

O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, representado nesse ato pelo seu presidente, Claudio Marcos Krueger, em conformidade com o previsto no item 7.1 do Edital supramencionado, torna público o resultado dos projetos pré-selecionados COMTUR N° 02/2020:

- 1) Bierfest (4ª edição) R\$ 39.793,38
- 2) Desafio dos Rochas (8ª edição) R\$ 34.364,42
- 3) Festival Gastronômico (16ª edição) R\$ 46.132,39
- 4) Osterfest (13ª edição) R\$ 113.096,96
- 5) Pomerlamm (11ª edição) R\$ 27.143,27

Pomerode, 10 de dezembro de 2020.

Claudio Marcos Krueger
Presidente do COMTUR

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151 / 2020

Publicação N° 2753754

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151 / 2020

Processo Administrativo n.º 097 / 2020. Pregão Presencial n.º 055 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: AKON LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 09/12/2021. Valor Total Contratado: R\$94.750,00 (noventa e quatro mil e setecentos e cinquenta reais). Itens 12 e 13.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 152 / 2020

Publicação N° 2753755

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 152 / 2020

Processo Administrativo n.º 097 / 2020. Pregão Presencial n.º 055 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: EKOMOB COMÉRCIO EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 09/12/2021. Valor Total Contratado: R\$88.050,00 (oitenta e oito mil e cinquenta reais). Itens 09 e 11.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 153 / 2020

Publicação Nº 2753757

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 153 / 2020

Processo Administrativo n.º 097 / 2020. Pregão Presencial n.º 055 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: RICHESSE MÓVEIS EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 09/12/2021. Valor Total Contratado: R\$37.000,00 (trinta e sete mil reais). Item 14.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 154 / 2020

Publicação Nº 2753761

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 154 / 2020

Processo Administrativo n.º 097 / 2020. Pregão Presencial n.º 055 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CONECT MÓVEIS EIRELI. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 09/12/2021. Valor Total Contratado: R\$395.300,00 (trezentos e noventa e cinco mil e trezentos reais). Itens 01, 06, 07 e 08.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 155 / 2020

Publicação Nº 2753762

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 155 / 2020

Processo Administrativo n.º 097 / 2020. Pregão Presencial n.º 055 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: NORMÉLIA LOTTERMANN. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 09/12/2021. Valor Total Contratado: R\$110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais). Itens 02, 03, 05 e 10.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 156 / 2020

Publicação N° 2753763

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 156 / 2020

Processo Administrativo n.º 097 / 2020. Pregão Presencial n.º 055 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: JOSÉ EDSON BLASZCZYK. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 09/12/2021. Valor Total Contratado: R\$67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais). Item 04.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2020

Publicação N° 2753928

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2020

Processo Administrativo n.º 022 / 2020. Inexigibilidade de Licitação n.º 004 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS PARA MINISTRAR AULAS DE BANDONEON, ACORDEON, VIOLINO, VIOLA ERUDITA E VIOLONCELO AOS MUNICÍPIOS AMANTES DA MÚSICA, PRESERVANDO AS ATIVIDADES CULTURAIS TRAZIDAS PELOS IMIGRANTES DO MUNICÍPIO DE POMERODE. Valor total Contratado e prazo de execução: Carga horária mensal de 256 horas / aula, no valor unitário de R\$37,00 (trinta e sete reais) e mensal no valor de R\$9.472,00 (nove mil e quatrocentos e setenta e dois reais), totalizando a contratação em R\$94.720,00 (noventa e quatro mil e setecentos e vinte reais), correspondente ao período de execução de 10 meses de trabalho – Março a Dezembro de 2020. Prazo de execução e vigência: inicia em 06/03/2020 e com término em 31/12/2020, sendo vedada a sua prorrogação. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Vendelino Konell, Presidente da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE, Contratada.

Pomerode / SC, 06 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 27.179

Publicação N° 2753285

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 27.179
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MARCOS BONMANN.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor MARCOS BONMANN, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05.10.2016 à 07.10.19, a partir de 02 de dezembro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de dezembro de 2020.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 27.200

Publicação Nº 2752329

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 27.200

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE.

A Prefeita Municipal de Pomerode, em exercício, GLADYS DINAH SIEVERT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Pomerode combinado com o artigo 174 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 269/2014 e artigo 22 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015;

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de eventuais responsabilidades administrativas, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, praticadas pela servidora LENICE ANDRADE, servidora pública do Município de Pomerode, atualmente investida no cargo de agente comunitário de saúde, matrícula nº 222372-0.

De acordo com o Memorando nº 075/2020/GAB e o Memorando nº 1659/2020/SESA, subscrito pela Coordenadora de Enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde, Sra. Michaela Reimer Dopona, para apurar possível abandono de cargo, bem como a insuficiência de desempenho da servidora, consistentes na inobservância do dever funcional previsto no artigo 10 da Lei Federal nº 11.350/2006, bem como nos incisos I, III e IV do art. 149 e art. 25, todos da Lei Complementar nº 269/2014.

Assim, nos termos da legislação acima citada, caso restar comprovado as alegações descritas, a servidora ficará sujeita as penalidades da lei.

II – Designar os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão destinada a apurar os fatos mencionados no item I (artigo 9º e seguintes do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015).

Jaqueline Correa Rausch- Secretária de Escola
Willian Kreutzfeld- Assistente Administrativo
Harriet Volkmann- Fiscal de Vigilância Sanitária

III - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos (artigo 29 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015), podendo ser prorrogado por igual prazo.

IV – Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 08 de dezembro de 2020.

GLADYS DINAH DIEVERT
Prefeita Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL N.º 060 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS - COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Publicação Nº 2753879

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 102 / 2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 060 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação por PREGÃO PRESENCIAL N.º 060 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE TRAVESSIAS ELEVADAS PARA PEDESTRES,

DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO N.º 738/2018 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS”, que o mesmo encontra-se SUSPENSO em virtude de alterações a serem efetuadas no edital de licitação. Ressaltamos que a nova data para recebimento e análise das “Propostas de Preços” e dos documentos de “Habilitação”, bem como a fase de lances deste certame será formalizada posteriormente e conforme determinação legal, republicado nos mesmos jornais de origem.

Pomerode / SC, 10 de Dezembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 633/2020

Publicação Nº 2753164



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO**

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

DECRETO Nº 633/2020, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020.**“DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA”.**

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, matrícula 5.046, CRI de Ponte Serrada, com área total 22.546,45m², identificado como chácara 08 - **SITIO TEREZA PAGLIA**, localizado parte na Estrada Municipal e parte em Rua A, do Bairro Quatro Irmãos, nessa cidade de Ponte Serrada – SC, propriedade de **TEREZA PAGLIA DEQUIGIOVANI**, inscrito no CPF: 973.951.969-53, conforme mapa e memorial descritos no Anexo I.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA,
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2020.**

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

Proprietários: **TEREZA PAGLIA DEQUIGIOVANI**

Bairro: Quatro Irmãos

Município: Ponte Serrada

Estado: Santa Catarina

Matrícula nº: 5.046

Área Total: 22.546,45 m²

Refere-se o presente memorial descritivo do levantamento topográfico para desmembramento de área do imóvel denominado Chácara nº 08, localizado no perímetro urbano do município de Ponte Serrada - SC.

SITUAÇÃO ATUAL

Chácara nº 08 com área de 22.546,45m²

Confrontações:

AO NORDESTE: distância de 94,46m, confrontando com imóvel de Gema Santin Bisatto, CPF 489.477.179-91, Odiles Maria Wrubel, CPF 160.797.289-15, Marcelo Luiz Wrubel, CPF 636.295.509-91, Wanessa Wrubel, CPF 040.468.859-47, Gilberto Alceu Wrubel, CPF 897.843.169-00, Domingos Santo Santin, CPF 021.369.459-04, Domingas Rosa Santin, CPF 955.494.989-87, Natalina Antônia Santin, CPF 848.274.679-00, Lourdes Santin Gavazzoni, CPF 400.441.149-15, Salete Dalpizol, CPF 295.243.009-82 e José Irio Santin, CPF 288.880.659-24 (Matrícula 9.188).;

AO SUDESTE: distância de 40,17m, confrontando com imóvel de Vilmar Liboni, CPF 894.775.299-15 e Edimara de Lourdes Bósio Liboni, CPF 016.150.329-24 (matrícula 11.287); distância de 29,53m, confrontando com imóvel de Sandro Cezar da Silva, CPF 007.645.489-48 e Vera Lucia Libone da Silva, CPF 051.531.089-10 (matrícula 11.284); distância de 39,81m, confrontando com imóvel de Luiz Cândido Liboni, CPF 732.683.139-49 e Olivia Liboni, CPF 021.412.419-36 (matrícula 11.283); distância de 54,18m com José Barbosa, CPF 766.904.159-53 e Elizabete Liboni Barbosa, CPF 052.878.439-09 (matrícula 11.282); distância de 24,30m André da Silva, CPF 030.292.999-10 (matrícula 11.281); distância de 22,25m com Orivaldo Ferreira Hartcopf, CPF 573.635.529-91 e Maria de Fátima dos Passos, CPF 743.574.929-04 (matrícula 11.280); distância de 28,10m com André da Silva, CPF 030.292.999-10 (matrícula 11.279);



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

AO SUDOESTE: distância de 44,18m, confrontando com imóvel de Marta Pino Gomes, CPF 020.546.479-34, Osni Pino Gomes, CPF 020.546.479-34 e Ladi Marsango Dal'Bianco, CPF 594.736.499-91, Nilson Roberto Dal'Bianco, CPF 486.352.009-34, matrícula 5.296 e a distância de 48,31m confrontando com Adirso Marcos Chisté, CPF 732.565.109-06 e Loiri Neis Barrionuevo CPF 825.072.529-87, matrícula 9.257.

AO NOROESTE: distância de 115,82m, confrontando com Rua "A"; distância de 118,91m, confrontando com Estrada Municipal;

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**M1**', coordenadas UTM: **E 399.566,51 m e N 7.027.901,36 m**; Daí segue com o azimuth de 131°41'18" e a distância de 94,46 m, confrontando com imóvel de Gema Santin Bisatto, Odiles Maria Wrubel, Marcelo Luiz Wrubel, Wanessa Wrubel, Gilberto Alceu Wrubel, Domingos Santo Santin, Domingas Rosa Santin, Natalina Antônia Santin, Lourdes Santin Gavazzoni, Salete Dalpizol, José Irio Santin, matrícula 9.188 até o vértice '**M2**' **E 399.637,06 m e N 7.027.838,53 m**; Deste segue confrontando com imóvel de Vilmar Liboni e Edimara de Lourdes Bósio Liboni, matrícula 11.287 com os seguintes azimutes e distâncias: 222°54'27" e 23,36 m até o vértice '**M3**' **E 399.621,16 m e N 7.027.821,42 m**; 222°54'27" e 16,81m até o vértice '**M4**' **E 399.609,71 m e N 7.027.809,11 m**. Daí segue confrontando com imóvel de Sandro Cezar da Silva e Vera Lucia Libone da Silva, matrícula 11.284 com os seguintes azimutes e distâncias: 222°54'27" e 6,27 m até o vértice '**M5**' **E 399.605,44 m e N 7.027.804,51 m**; 222°54'27" e 23,26 m até o vértice '**M6**' **E 399.589,61 m e N 7.027.787,48 m**. Daí segue confrontando com imóvel de Luiz Cândido Liboni e Olivia Liboni, matrícula 11.283 os seguintes azimutes e distâncias: 222°54'27" e 23,71 m até o vértice '**M7**' **E 399.573,47 m e N 7.027.770,12 m**; 222°54'27" e 16,10 m até o vértice '**M8**' **E 399.562,50 m e N 7.027.758,32 m**. Daí segue confrontando com imóvel de José Barbosa e Elizabete Liboni Barbosa, matrícula 11.282 com o azimuth de 222°54'27" e a distância de 54,18 m até o vértice '**M9**' **E 399.525,62 m e N 7.027.718,64 m**. Deste segue confrontando com imóvel de André da Silva, matrícula 11.281 com os seguintes azimutes e distâncias: 222°54'27" e 1,28 m até o vértice '**M10**' **E 399.524,75 m e N 7.027.717,70 m**; 222°54'27" e 23,02 m até o vértice '**M11**' **E 399.509,07 m e N 7.027.700,84 m**. Deste segue confrontando com imóvel de Orivaldo Ferreira Hartcopf e Maria de Fátima dos Passos, matrícula 11.280, com os seguintes azimutes e distâncias: 222°54'27" e 1,01 m até o vértice '**M12**' **E 399.508,39 m e N 7.027.700,10 m**; 222°54'27" e 21,24 m até o vértice '**M13**' **E 399.493,93 m e N 7.027.684,55 m**. Deste segue confrontando com imóvel de André da Silva, matrícula 11.279 segue com os seguintes azimutes e distâncias: 222°54'27" e 2,95 m até o vértice '**M14**' **E 399.491,92 m e N 7.027.682,39 m**; 222°54'27" e 25,15 m até o vértice '**M15**' **E 399.474,80 m e N 7.027.663,97 m**. Daí segue



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

confrontando com confrontando com imóvel de Marta Pino Gomes, CPF 020.546.479-34, Osni Pino Gomes, CPF 020.546.479-34 e Ladi Marsango Dal'Bianco, CPF 594.736.499-91, Nilson Roberto Dal'Bianco, CPF 486.352.009-34, matrícula 5.296 com o azimuth de 310°12'11" e a distância de 44,18 m até o vértice '**M16**' **E 399.441,06 m e N 7.027.692,48 m**; Deste segue com os azimutes e distâncias 316°59'13" e a distância de 45,34 m até o vértice '**M17**' **E 399.410,13 m e N 7.027.725,63 m**; 330°06'38" e 2,97 m até o vértice '**M18**' **E 399.408,65 m e N 7.027.728,21 m** confrontando com imóvel de Adirso Marcos Chisté, CPF 732.565.109-06 e Loiri Neis Barrionuevo CPF 825.072.529-87, matrícula 9.257. Deste segue confrontando com a Rua A com os seguintes azimutes e distâncias: 41°27'44" e 21,16 m até o vértice '**M19**' **E 399.422,66 m e N 7.027.744,07 m**; 41°27'44" e 4,20 m até o vértice '**M20**' **E 399.425,44 m e N 7.027.747,22 m**; 41°27'44" e 19,98 m até o vértice '**M21**' **E 399.438,67 m e N 7.027.762,19 m**; 41°27'44" e 5,38 m até o vértice '**M22**' **E 399.442,23 m e N 7.027.766,22 m**; 41°27'44" e 18,65 m até o vértice '**M23**' **E 399.454,58 m e N 7.027.780,19 m**; 41°27'44" e 23,74 m até o vértice '**M24**' **E 399.470,30 m e N 7.027.797,98 m**. Deste segue com o azimuth de 43°18'26" e 22,71 m confrontando com a Rua "A" e distância de 25,12 m confrontando com Estrada Municipal até o vértice '**M25**' **E 399.503,10 m e N 7.027.832,78 m**; Deste segue confrontando com a Estrada Municipal com os seguintes azimutes e distâncias: 43°18'26" e a distância de 5,04 m até o vértice '**M26**' **E 399.506,55 m e N 7.027.836,45 m**; 37°10'32" e 18,73 m até o vértice '**M29**' **E 399.517,87 m e N 7.027.851,37 m**; 37°10'32" e 1,42 m até o vértice '**M30**' **E 399.518,73 m e N 7.027.852,50 m**; 39°41'38" e 19,93 m até o vértice '**M31**' **E 399.531,45 m e N 7.027.867,83 m**; 41°48'57" e 1,92 m até o vértice '**M32**' **E 399.532,74 m e N 7.027.869,26 m**; 41°48'57" e 12,42 m até o vértice '**M33**' **E 399.541,02 m e N 7.027.878,52 m**; 43°45'40" e 10,67 m até o vértice '**M34**' **E 399.548,39 m e N 7.027.886,22 m**; 43°45'40" e 1,48 m até o vértice '**M35**' **E 399.549,42 m e N 7.027.887,29 m**; 47°16'12" e 11,04 m até o vértice '**M36**' **E 399.557,53 m e N 7.027.894,79 m**; 53°08'42" e 6,50 m até o vértice '**M37**' **E 399.562,73 m e N 7.027.898,68 m**; 54°46'06" e 4,64 m até o vértice '**M1**' **E 399.566,51 m e N 7.027.901,36 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2,254645 ha.

LOTE 01

Área: 2.250,00m²

Perímetro: 238,91m

CONFRONTAÇÕES:

AO NORDESTE: distância de 94,46m, confrontando com imóvel de Gema Santin Bisatto, CPF 489.477.179-91, Odiles Maria Wrubel, CPF 160.797.289-15, Marcelo Luiz Wrubel, CPF 636.295.509-91, Wanessa Wrubel, CPF 040.468.859-47, Gilberto Alceu Wrubel, CPF 897.843.169-00, Domingos Santo Santin, CPF 021.369.459-04, Domingas Rosa Santin, CPF 955.494.989-87, Natalina Antônia Santin, CPF 848.274.679-00, Lourdes Santin Gavazzoni, CPF 400.441.149-15, Salete Dalpizol, CPF 295.243.009-82 e José Irio Santin, CPF 288.880.659-24 (Matrícula 9.188).;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

AO SUDESTE: distância de 23,36m, confrontando com imóvel de Vilmar Liboni, CPF 894.775.299-15 e Edimara de Lourdes Bósio Liboni, CPF 016.150.329-24 (matrícula 11.287);

AO SUDOESTE: distância de 97,43m, confrontando com o Lote 02 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO NOROESTE: distância de 23,66m, confrontando com Estrada Municipal;

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**M1**', coordenadas UTM: **E 399.566,51 m** e **N 7.027.901,36 m**; Daí segue com o azimuth de 131°41'18" e a distância de 94,46 m, confrontando com imóvel de Gema Santin Bisatto, Odiles Maria Wrubel, Marcelo Luiz Wrubel, Wanessa Wrubel, Gilberto Alceu Wrubel, Domingos Santo Santin, Domingas Rosa Santin, Natalina Antônia Santin, Lourdes Santin Gavazzoni, Salete Dalpizol, José Irio Santin, matrícula 9.188 até o vértice '**M2**' **E 399.637,06 m** e **N 7.027.838,53 m**; Deste segue com o azimuth de 222°54'27" e a distância de 23,36 m confrontando com imóvel de Vilmar Liboni e Edimara de Lourdes Bósio Liboni, matrícula 11.287 até o vértice '**M3**' **E 399.621,16 m** e **N 7.027.821,42 m**. Daí segue com o azimuth de 311°41'18" e a distância de 97,43 m confrontando com o Lote 02 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani até o vértice '**M34**' **E 399.548,39 m** e **N 7.027.886,22 m**; Daí segue confrontando com Estrada Municipal com os seguintes azimutes e distâncias: 43°45'40" e 1,48 m até o vértice '**M35**' **E 399.549,42 m** e **N 7.027.887,29 m**; 47°16'12" e 11,04 m até o vértice '**M36**' **E 399.557,53 m** e **N 7.027.894,79 m**; 53°08'42" e 6,50 m até o vértice '**M37**' **E 399.562,73 m** e **N 7.027.898,68 m**; 54°46'06" e 4,64 m até o vértice '**M1**' **E 399.566,51 m** e **N 7.027.901,36 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.250,00 m².

Lote 02

ÁREA: 2.250,01m²

Perímetro: 240,96m

Confrontações:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

AO NORDESTE: distância de 97,43m, confrontando com o Lote 01 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO SUDESTE: distância de 16,81m, confrontando com imóvel de Vilmar Liboni, CPF 894.775.299-15 e Edimara de Lourdes Bósio Liboni, CPF 016.150.329-24 (matrícula 11.287) e distância de 6,27m com Sandro Cezar da Silva, CPF 007.645.489-48 e Vera Lucia Libone da Silva, CPF 051.531.089-10 (matrícula 11.284);

AO SUDOESTE: distância de 97,36m, confrontando com o Lote 03 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO NOROESTE: distância de 23,09m, confrontando com Estrada Municipal;

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado 'M34' , coordenadas UTM: **E 399.548,39 m e N 7.027.886,22 m**; Daí segue confrontando com o Lote 01 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 131°41'18" e a distância de 97,43 m até o vértice '**M3**' **E 399.621,16 m e N 7.027.821,42 m**; Deste segue confrontando com imóvel de Vilmar Liboni e Edimara de Lourdes Bósio Liboni, matrícula 11.287 com o azimute de 222°54'27" e a distância de 16,81 m até o vértice '**M4**' **E 399.609,71 m e N 7.027.809,11 m**; Daí segue confrontando com imóvel de Sandro Cezar da Silva e Vera Lucia Libone da Silva, matrícula 11.284, com o azimute de 222°54'27" e a distância de 6,27 m até o vértice '**M5**' **E 399.605,44 m e N 7.027.804,51 m**; Daí segue confrontando com o Lote 03 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 311°41'18" e a distância de 97,36 m até o vértice '**M32**' **E 399.532,74 m e N 7.027.869,26 m**. Daí segue confrontando com Estrada Municipal com os seguintes azimutes e distâncias: 41°48'57" e 12,42 m até o vértice '**M33**' **E 399.541,02 m e N 7.027.878,52 m**; 43°45'40" e 10,67 m até o vértice '**M34**' **E 399.548,39 m e N 7.027.886,22 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.250,01 m².

Lote 03

Área: 2.250,00m²

Perímetro: 239,95m

Confrontações:

AO NORDESTE: distância de 97,36m, confrontando com o Lote 02 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

AO SUDESTE: distância de 23,26m, confrontando com imóvel de Sandro Cezar da Silva, CPF 007.645.489-48 e Vera Lucia Libone da Silva, CPF 051.531.089-10 (matrícula 11.284);

AO SUDOESTE: distância de 96,06m, confrontando com o Lote 04 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO NOROESTE: distância de 23,27m, confrontando com Estrada Municipal;

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado 'M32', coordenadas UTM: **E 399.532,74 m** e **N 7.027.869,26 m** ; Daí segue confrontando com o Lote 02 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani 131°41'18" e a distância de 97,36 m até o vértice '**M5' E 399.605,44 m** e **N 7.027.804,51 m**; Deste segue confrontando com imóvel de Sandro Cezar da Silva e Vera Lucia Libone da Silva, matrícula 11.284 com o azimute de 222°54'27" e a distância de 23,26 m até o vértice '**M6' E 399.589,61 m** e **N 7.027.787,48 m**; Daí segue confrontando com o Lote 04 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 311°41'18" e a distância de 96,06 m até o vértice '**M29' E 399.517,87 m** e **N 7.027.851,37 m**. Daí segue confrontando com Estrada Municipal com os seguintes azimutes e distâncias: 37°10'32" e 1,42 m até o vértice '**M30' E 399.518,73 m** e **N 7.027.852,50 m**; 39°41'38" e 19,93 m até o vértice '**M31' E 399.531,45 m** e **N 7.027.867,83 m**; 41°48'57" e 1,92 m até o vértice '**M32' E 399.532,74 m** e **N 7.027.869,26 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.250,00 m².

Lote 04

Área: 2.250,01m²

Perímetro: 237,77m

Confrontações:

AO NORDESTE: distância de 96,06m, confrontando com o Lote 03 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO SUDESTE: distância de 23,71m, confrontando com imóvel de Luiz Cândido Liboni, CPF 732.683.139-49 e Olivia Liboni, CPF 021.412.419-36 (matrícula 11.283);



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

AO SUDOESTE: distância de 94,23m, confrontando com o Lote 05 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO NOROESTE: distância de 23,77m, confrontando com Estrada Municipal;

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**M29**' , coordenadas UTM: **E 399.517,87 m** e **N 7.027.851,37 m**; Daí segue confrontando com o Lote 03 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimuth de 131°41'18" e a distância de 96,06 m até o vértice '**M6**' **E 399.589,61 m** e **N 7.027.787,48 m**. Daí segue confrontando com imóvel de Luiz Cândido Liboni e Olivia Liboni, matrícula 11.283 com o azimuth de 222°54'27" e a distância de 23,71 m até o vértice '**M7**' **E 399.573,47 m** e **N 7.027.770,12 m**; Daí segue confrontando com o Lote 05 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimuth de 311°41'18" e a distância de 94,23 m até o vértice '**M25**' **E 399.503,10 m** e **N 7.027.832,78 m**; Daí segue confrontando com Estrada Municipal com os seguintes azimutes e distâncias: 43°18'26" e 5,04 m até o vértice '**M26**' **E 399.506,55 m** e **N 7.027.836,45 m**; 37°10'32" e 18,73 m até o vértice '**M29**' **E 399.517,87 m** e **N 7.027.851,37 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.250,01 m².

Lote 05

Área: 6.750,01m²

Perímetro: 331,32m

Confrontações:

AO NORDESTE: distância de 94,23m, confrontando com o Lote 04 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO SUDESTE: distância de 16,10m, confrontando com imóvel de Luiz Cândido Liboni, CPF 732.683.139-49 e Olivia Liboni, CPF 021.412.419-36 (matrícula 11.283); distância de 54,18m com José Barbosa, CPF 766.904.159-53 e Elizabete Liboni Barbosa, CPF 052.878.439-09 (matrícula 11.282); e distância de 1,28m André da Silva, CPF 030.292.999-10 (matrícula 11.281);

AO SUDOESTE: distância de 93,96m, confrontando com o Lote 06 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

AO NOROESTE: distância de 46,45m, confrontando com Rua “A” e distância de 25,12m, confrontando com Estrada Municipal;

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**M25**' , coordenadas UTM: **E 399.503,10 m** e **N 7.027.832,78 m**. Daí segue confrontando com o Lote 04 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 131°41'18" e a distância de 94,23 m até o vértice '**M7**' **E 399.573,47 m** e **N 7.027.770,12 m**; Daí segue confrontando com imóvel de Luiz Cândido Liboni e Olivia Liboni, matrícula 11.283 com o azimute de 222°54'27" e a distância de 16,10 m até o vértice '**M8**' **E 399.562,50 m** e **N 7.027.758,32 m**; Deste segue confrontando com imóvel de José Barbosa e Elizabete Liboni Barbosa, matrícula 11.282 com o azimute de 222°54'27" e a distância de 54,18 m até o vértice '**M9**' **E 399.525,62 m** e **N 7.027.718,64 m**; Daí segue confrontando com imóvel de André da Silva, matrícula 11.281, com o azimute de 222°54'27" e a distância de 1,28 m até o vértice '**M10**' **E 399.524,75 m** e **N 7.027.717,70 m**; Daí segue confrontando com o Lote 06 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 311°41'18" e a distância de 93,96 m até o vértice '**M23**' **E 399.454,58 m** e **N 7.027.780,19 m**; Daí segue confrontando com Rua “A” com o azimute 41°27'44" e distância de 23,74 m até o vértice '**M24**' **E 399.470,30 m** e **N 7.027.797,98 m**. Deste segue com o azimute de 43°18'26" e 22,71 m confrontando com a Rua “A” e distância de 25,12 m confrontando com Estrada Municipal até o vértice '**M25**' **E 399.503,10 m** e **N 7.027.832,78 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 6.750,01 m².

Lote 06

Área: 2.250,01m²

Prerimetro: 235,36m

Confrontações:

AO NORDESTE: distância de 93,96m, confrontando com o Lote 05 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO SUDESTE: distância de 23,02m, confrontando com imóvel de André da Silva, CPF 030.292.999-10 (matrícula 11.281); e distância de 1,01m com Orivaldo Ferreira Hartcopf, CPF 573.635.529-91 e Maria de Fátima dos Passos, CPF 743.574.929-04 (matrícula 11.280);

AO SUDOESTE: distância de 93,35m, confrontando com o Lote 07 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO NOROESTE: distância de 24,03m, confrontando com Rua “A”;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**M23**' , coordenadas UTM: **E 399.454,58 m** e **N 7.027.780,19 m**. Daí segue confrontando com o Lote 05 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 131°41'18" e a distância de 93,96 m até o vértice '**M10**' **E 399.524,75 m** e **N 7.027.717,70 m**; Daí segue confrontando com imóvel de André da Silva, matrícula 11.281, com o azimute de 222°54'27" e a distância de 23,02 m até o vértice '**M11**' **E 399.509,07 m** e **N 7.027.700,84 m**; Deste segue confrontando com imóvel de Orivaldo Ferreira Hartcopf e Maria de Fátima dos Passos, matrícula 11.280, com o azimute de 222°54'27" e a distância de 1,01 m até o vértice '**M12**' **E 399.508,39 m** e **N 7.027.700,10 m**; Daí segue confrontando com o Lote 07 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 311°41'18" e 93,35 m até o vértice '**M21**' **E 399.438,67 m** e **N 7.027.762,19 m**; Daí segue confrontando com Rua "A" com os seguintes azimutes e distâncias: 41°27'44" e 5,38 m até o vértice '**M22**' **E 399.442,23 m** e **N 7.027.766,22 m**; 41°27'44" e 18,65 m até o vértice '**M23**' **E 399.454,58 m** e **N 7.027.780,19 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.250,01 m².

Lote 07

Área: 2.250,02m²

Prerimetro: 234,46m

Confrontações:

AO NORDESTE: distância de 93,35m, confrontando com o Lote 06 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO SUDESTE: distância de 21,24m, confrontando com imóvel de Orivaldo Ferreira Hartcopf, CPF 573.635.529-91 e Maria de Fátima dos Passos, CPF 743.574.929-04 (matrícula 11.280); e distância de 2,95m com André da Silva, CPF 030.292.999-10 (matrícula 11.279);

AO SUDOESTE: distância de 92,74m, confrontando com o Lote 08 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO NOROESTE: distância de 24,18m, confrontando com Rua "A";

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**M21**' , coordenadas UTM: **E 399.438,67 m** e **N 7.027.762,19 m** ; Daí segue confrontando com o Lote 06 (área a ser desmembrada) de Tereza



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

Paglia Dequigiovani com o azimute de 131°41'18" e a distância de 93,35 m até o vértice '**M12**' E **399.508,39 m** e N **7.027.700,10 m**. Deste segue confrontando com imóvel de Orivaldo Ferreira Hartcopf e Maria de Fátima dos Passos, matrícula 11.280 com o azimute de 222°54'27" e a distância de 21,24 m até o vértice '**M13**' E **399.493,93 m** e N **7.027.684,55 m**; Daí segue confrontando com imóvel de André da Silva, matrícula 11.279, com o azimute de 222°54'27" e a distância de 2,95 m até o vértice '**M14**' E **399.491,92 m** e N **7.027.682,39 m**; Daí segue confrontando com o Lote 08 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 311°41'18" e a distância de 92,74 m até o vértice '**M19**' E **399.422,66 m** e N **7.027.744,07 m**; Daí segue confrontando com Rua "A" com os seguintes azimutes e distâncias: 41°27'44" e 4,20 m até o vértice '**M20**' E **399.425,44 m** e N **7.027.747,22 m**; 41°27'44" e 19,98 m até o vértice '**M21**' E **399.438,67 m** e N **7.027.762,19 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.250,02 m².

Lote 08

Área: 2.296,39m²

Prerimetro: 231,54m

Confrontações:

AO NORDESTE: distância de 92,74m, confrontando com o Lote 07 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani;

AO SUDESTE: distância de 25,15m, confrontando com imóvel de André da Silva, CPF 030.292.999-10 (matrícula 11.281)

AO SUDOESTE: distância de 44,18m, confrontando com imóvel de Marta Pino Gomes, CPF 020.546.479-34, Osni Pino Gomes, CPF 020.546.479-34 e Ladi Marsango Dal'Bianco, CPF 594.736.499-91, Nilson Roberto Dal'Bianco, CPF 486.352.009-34, matrícula 5.296 e a distância de 48,31m confrontando com Adirso Marcos Chisté, CPF 732.565.109-06 e Loiri Neis Barrionuevo CPF 825.072.529-87, matrícula 9.257.

AO NOROESTE: distância de 21,16m, confrontando com Rua "A";

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no vértice denominado '**M19**', coordenadas UTM: E **399.422,66 m** e N **7.027.744,07 m** ; Daí segue confrontando com o Lote 07 (área a ser desmembrada) de Tereza Paglia Dequigiovani com o azimute de 131°41'18" e a distância de 92,74 m até o vértice '**M14**' E **399.491,92 m** e N **7.027.682,39 m**; Daí segue confrontando com imóvel de André da Silva, matrícula 11.279, com o azimute de 222°54'27" e a distância de 25,15 m até o vértice '**M15**' E



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

399.474,80 m e N 7.027.663,97 m; Daí segue confrontando com confrontando com imóvel de Marta Pino Gomes, CPF 020.546.479-34, Osni Pino Gomes, CPF 020.546.479-34 e Ladi Marsango Dal'Bianco, CPF 594.736.499-91, Nilson Roberto Dal'Bianco, CPF 486.352.009-34, matrícula 5.296 com o azimuth de 310°12'11" e a distância de 44,18 m até o vértice '**M16**' **E 399.441,06 m e N 7.027.692,48 m**; Deste segue com os azimutes e distâncias 316°59'13" e a distância de 45,34 m até o vértice '**M17**' **E 399.410,13 m e N 7.027.725,63 m**; 330°06'38" e 2,97 m até o vértice '**M18**' **E 399.408,65 m e N 7.027.728,21 m** confrontando com imóvel de Adirso Marcos Chisté, CPF 732.565.109-06 e Loiri Neis Barrionuevo CPF 825.072.529-87, matrícula 9.257. Deste segue confrontando com a Rua A com o azimuth 41°27'44" e distância de 21,16 m até o vértice '**M19**' **E 399.422,66 m e N 7.027.744,07 m**; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.296,39 m².

Ponte Serrada, 27 de novembro de 2020.



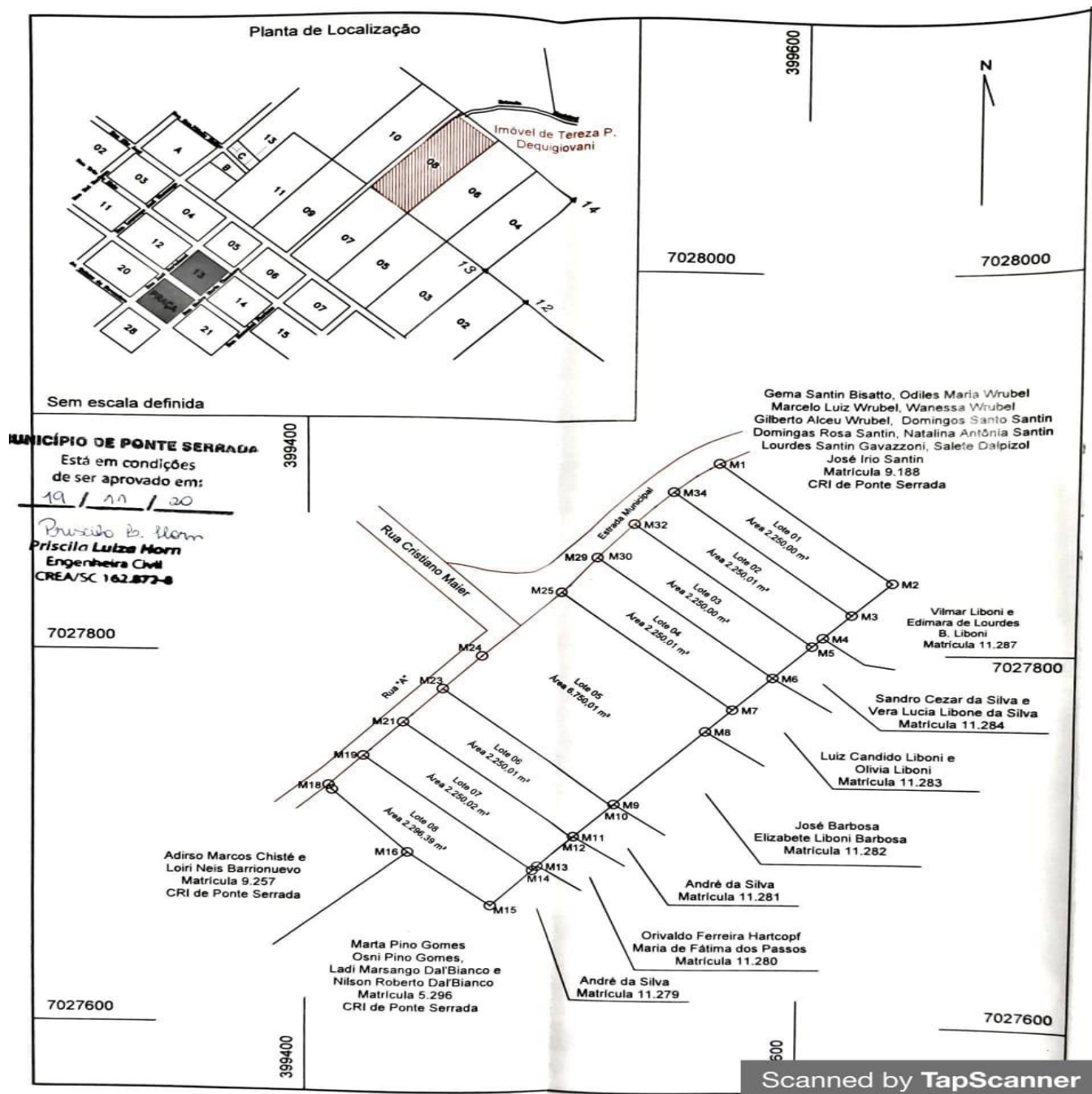
ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – CEP 89.683-000

MAPA DA ÁREA



ANEXO DAS RECEITAS E DESPESAS MENSAIS 2021

Publicação Nº 2752484

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

ANEXO DAS RECEITAS E DESPESAS FISCAIS EXERCÍCIO DE 2021

RECEITAS	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) RECEITAS CORRENTES	5.472.409,25	5.475.867,50	5.557.000,00	6.137.000,00	5.884.000,00	6.247.723,25
(+) RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	4.000,00	4.000,00	5.000,00	3.000,00
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	41.790,75
A (=) REC. FISCAL LÍQUIDA	5.435.409,25	5.438.867,50	5.519.000,00	6.099.000,00	5.847.000,00	6.208.932,50
DESPESAS	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) DESPESAS CORRENTES	5.053.447,50	5.006.500,00	5.316.500,00	5.546.500,00	5.406.500,00	6.639.747,50
(+) DESPESAS DE CAPITAL	229.652,50	260.000,00	288.000,00	509.000,00	238.000,00	284.152,50
(+) RESERVA DE CONTIGÊNCIA						22.000,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	134.500,00	134.500,00	134.500,00	134.500,00	134.500,00	138.500,00
B (=) DESP. FISCAL LÍQUIDA	5.148.600,00	5.132.000,00	5.470.000,00	5.921.000,00	5.510.000,00	6.807.400,00
(A-B) = RES. PRIMÁRIO BIM	286.809,25	306.867,50	49.000,00	178.000,00	337.000,00	-
RESULTADO PRIMÁRIO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO DE 2021						559.209,25

PONTE SERRADA, SC.18 DE DEZEMBRO DE 2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA CRC.SC.41580/O-5

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL 2021

Publicação Nº 2752482

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2021						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE			
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADADAÇÃO	6.141.000,00	5.889.000,00	6.250.723,25			
(+) SALDO BIMEST. ANTERIOR	365.176,75	450.676,75	695.176,75			
(=) DISPONIBILIDADES (A)	6.506.176,75	6.339.676,75	6.945.900,00			
SAIDAS						
SEMESTRAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	2.778.250,00	2.768.250,00	2.778.250,00	2.628.250,00	2.679.000,00	3.960.747,50
> > Pessoal e Encargos Soc.	1.510.000,00	1.510.000,00	1.510.000,00	1.510.000,00	1.510.000,00	3.022.400,00
> > Juros e Enc. Da Dívida	18.250,00	18.250,00	18.250,00	18.250,00	19.000,00	19.000,00
> > Outras Despesas Corr.	1.250.000,00	1.240.000,00	1.250.000,00	1.100.000,00	1.150.000,00	919.347,50
DESPESAS DE CAPITAL	340.000,00	169.000,00	79.000,00	159.000,00	180.250,00	103.902,50
> > Investimentos	40.000,00	120.000,00	30.000,00	110.000,00	130.000,00	53.652,50
> > Inversões Financeiras	251.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> > Amortização da Dívida	49.000,00	49.000,00	49.000,00	49.000,00	50.250,00	50.250,00
TOTAL DAS DESPESAS	3.118.250,00	2.937.250,00	2.857.250,00	2.787.250,00	2.859.250,00	4.064.650,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	6.055.500,00		5.644.500,00		6.923.900,00	
SUPERAVIT = (A - B)	450.676,75		695.176,75		22.000,00	
NAO FOI INCLUIDO DO CRONOGRAMA OS RECURSOS DO SUPERAVIT FINANCEIRO E A RESERVA DE CONTINGÊNCIA						

NAO FOI INCLUIDO DO CRONOGRAMA OS RECURSOS DO SUPERAVIT FINANCEIRO E A RESERVA DE CONTINGENCIA

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO DO MUNICÍPIO

LIANE BERGMAIER
CONTADORA MUNICIPAL

PONTE SERRADA, SC 18 DE DEZEMBRO DE 2020

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO 2021

Publicação Nº 2752471

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

UNIDADE: MUNICÍPIO/CONSOLIDADO

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO 2021(ART. 13, DA LEI 101/2000)

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		34.800.000		5.477.409		5.480.868		5.561.000		6.141.000		5.889.000		6.250.723
RECEITAS CORRENTES		34.774.000,00		5.472.409,25		5.475.867,50		5.557.000,00		6.137.000,00		5.884.000,00		6.247.723,25
- RECEITA TRIBUTÁRIA	0	3.277.472,50		450.000,00		650.000,00		630.000,00		610.000,00		550.000,00		387.472,50
- RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	##	520.000,00		85.000,00		85.000,00		85.000,00		85.000,00		85.000,00		95.000,00
- RECEITA PATRIMONIAL	0	251.790,75		42.000,00		42.000,00		42.000,00		42.000,00		42.000,00		41.790,75
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	73.867,50	0	10.000,00	0	13.867,50		15.000,00		15.000,00		12.000,00		8.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0	-		-		-		-		-		-		-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	113.717,50		18.717,50		15.000,00		25.000,00		20.000,00		20.000,00		15.000,00
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	30.120.460,00		4.800.000,00		4.600.000,00		4.700.000,00		5.300.000,00		5.100.000,00		5.620.460,00
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	416.691,75		66.691,75	0	70.000,00		60.000,00		65.000,00		75.000,00		80.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		26.000,00		5.000,00		5.000,00		4.000,00		4.000,00		5.000,00		3.000,00
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	-		-		-		-		-		-		-
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	-		-		-		-		-		-		-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-		-		-		-		-		-		-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	26.000,00		5.000,00		5.000,00	0	4.000,00		4.000,00		5.000,00		3.000,00
TRANSF. FIN. DO MUN.	0			-		-		-		-		-		-
TOTAIS		34.800.000,00		5.477.409,25		5.480.867,50		5.561.000,00		6.141.000,00		5.889.000,00		6.250.723,25

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPALLIANE BERGMAIER
CONT. CRC. SC 41580/O-5

PONTE SERRADA, SC 18 DE DEZEMBRO DE 2020

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.074/2020

Publicação Nº 2753749

DECRETO Nº 1.074, de 10 de dezembro de 2020.

Determina o reajuste da Taxa Coleta de Lixo, de acordo com a Lei Municipal nº 4.374, de 02 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no Artigo 171 da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, tendo em vista a Lei Municipal nº 4.374, de 02 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados os valores da Taxa de Coleta de Lixo na ordem de 5,20% (cinco vírgula vinte por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 2º O valor a ser cobrado tem como referência a categoria do imóvel (residencial, comercial/industrial/utilidade pública ou mista), o consumo de água/esgoto e o número de economias cadastradas/contidas na matrícula da SANEPAR, conforme consta do Anexo Único.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de dezembro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

ANEXO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.074, de 10 de dezembro de 2020.

TABELA TAXA DE COLETA DE LIXO

Classe do Gerador de Lixo:	Código da Classe	Histórico de consumo de água mensal:	Valor
Taxa Social de coleta de lixo – categoria 013	AA	-	R\$ 8,21
RESIDENCIAL	AB	Até 10m³	R\$ 19,48
RESIDENCIAL	AC	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 26,28
RESIDENCIAL	AD	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 31,57
RESIDENCIAL	AE	De 20,01m³ até 30m³	R\$ 35,06
RESIDENCIAL	AF	De 30,01m³ até 50m³	R\$ 43,82
RESIDENCIAL	AG	Acima de 50,01m³	R\$ 52,59
COM-IND-UTP *	AH	Até 10m³	R\$ 26,28
COM-IND-UTP *	AI	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 31,57
COM-IND-UTP *	AJ	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 35,06
COM-IND-UTP *	AK	De 20,01m³ até 30m³	R\$ 43,82
COM-IND-UTP *	AL	De 30,01m³ até 50m³	R\$ 52,59
COM-IND-UTP *	AM	Acima de 50,01m³	R\$ 82,69
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AN	Até 10m³	R\$ 23,67
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AO	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 28,93
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AP	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 33,31
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AQ	Acima de 20,01m³	R\$ 39,45
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AR	Até 10m³	R\$ 24,54
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AS	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 28,12
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AT	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 33,90
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AU	Acima de 20,01m³	R\$ 40,91
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AV	Até 10m³	R\$ 24,97
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AW	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 30,25
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AX	Acima de 20,01m³	R\$ 34,20
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AY	Até 10m³	R\$ 22,79
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AZ	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 28,07

2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BA	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 32,72
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BB	Acima de 20,01m³	R\$ 37,98
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BC	Até 10m³	R\$ 22,34
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BD	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 27,62
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BE	Acima de 15,01m³	R\$ 32,42
1 RES** + 4 (COM-IND-UTP*)	BF	Até 10m³	R\$ 25,25
1 RES** + 5 (COM-IND-UTP*)	BG	Até 10m³	R\$ 21,03
2 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	BH	Até 10m³	R\$ 24,20
2 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	BI	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 33,66
3 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	BJ	Até 10m³	R\$ 23,14
3 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	BK	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 28,40
4 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BL	Até 10m³	R\$ 22,09
4 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BM	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 27,34
5 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BN	Até 10m³	R\$ 21,91
5 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BO	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 27,18

*COMÉRCIO – INDÚSTRIA – UTILIDADE PÚBLICA

**RESIDENCIAL

ERRATA – PORTARIA Nº 209, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010

Publicação Nº 2753660

ERRATA – PORTARIA Nº 209, de 08 de fevereiro de 2010.

Na publicação da Portaria nº 209, de 08 de fevereiro de 2010, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 450, de 18 de março de 2010, fls. 92,

Onde se lê:

Período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004.

Leia-se:

Período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

ERRATA – PORTARIA Nº 493, DE 25 DE JULHO DE 2005

Publicação Nº 2753657

ERRATA – PORTARIA Nº 493, de 25 de julho de 2005.

Na Portaria nº 493, de 25 de julho de 2005:

Onde se lê:

Período aquisitivo de outubro de 1994 a outubro de 1999.

Leia-se:

Período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.004/2020 - RH

Publicação Nº 2753652

PORTARIA Nº 1.004, de 09 de dezembro de 2020.
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 139/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o pedido de Licença Prêmio das servidoras efetivas: Maria Celina dos Santos Wrubleski no período de 09 a 30 de dezembro de 2020 e Marize Fátima de Souza no período de 31/12/20 a 29/01/21;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 139/2019, no período de 09 de dezembro de 2020 a 29 de janeiro de 2021, de NEUSA GONCALVES DOS SANTOS, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda dos serviços de limpeza das ruas, avenidas e praças e em substituição ao afastamento por Licença Prêmio das servidoras efetivas: Maria Celina dos Santos Wrubleski no período de 09 a 30/12/20 e Marize Fátima de Souza no período de 31/12/20 a 29/01/21.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Departamento de Urbanismo, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de dezembro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

REPUBLICAÇÃO PORTARIA DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO 015/2020 - IMPRESS

Publicação Nº 2753185

PORTARIA Nº 015/2020/IMPRESS, de 03 de dezembro de 2020.

Deferir a Averbação de Tempo de Contribuição junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

- Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, protocolo sob o nº 20022150.1.00014/06-1, NIT 1009757692-9, datada de 11/12/2017, de ALFREDO DE BAIRROS, cargo Operador de Retroescavadeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, junto ao Município de Porto União, do período correspondente a 6.895 (seis mil oitocentos e noventa e cinco) dias, correspondendo a 18 (dezoito) anos, 10 (dez) meses e 25 (vinte e cinco) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição

06/02/1976 a 30/12/1977	Município de Porto União	01 anos 10 meses 25 dias
03/01/1978 a 29/01/1979	Ivo Kerber	01 anos 00 meses 27 dias
01/03/1979 a 22/05/1980	Ivo Kerber	01 anos 02 meses 22 dias
20/03/1981 a 26/09/1981	Ivo kerber	00 anos 06 meses 07 dias
01/10/1981 a 30/04/1982	Indústrias Salto Pintado Ltda	00 anos 07 meses 00 dias
21/05/1982 a 22/12/1982	Massa Falida Construtora Maraja SA	00 anos 07 meses 02 dias
01/09/1983 a 13/05/1985	Madeira Miguel Forte	01 anos 08 meses 13 dias
01/09/1985 a 30/11/1985	Reflorestadora Dissenha Ltda	00 anos 03 meses 00 dias
13/05/1986 a 29/07/1986	Industrias Novacki SA	00 anos 02 meses 17 dias
04/08/1986 a 31/03/1987	Faerber Geração SA	00 anos 07 meses 27 dias
01/02/1998 a 19/05/1999	Construsan Construtora de Obras Ltda ME	01 anos 03 meses 19 dias
02/10/2000 a 01/10/2001	Construferri Saneamento e Terraplenagem Ltda	00 anos 10 meses 01 dias
02/10/2000 a 30/11/2000	Obra de DM Constr de Obras Outros/Consórcio	00 anos 01 meses 29 dias
02/05/2002 a 14/06/2002	Luiz Francisco Antunes de Lima e Cia Ltda	00 anos 01 meses 13 dias
01/07/1980 a 18/08/1980	Kloss Construções Civis Ltda	00 anos 00 meses 00 dias
01/01/1980 a 13/02/1981	Etelvino da Rosa	00 anos 08 meses 21 dias
01/04/1983 a 09/04/1983	Prefeitura Municipal de Porto União	00 anos 00 meses 09 dias
13/05/1983 a 11/07/1983	Central Tubos de Cimento Ltda	00 anos 01 meses 29 dias
10/04/1987 a 30/08/1988	Edeltraud Weingartner	01 anos 04 meses 21 dias
07/08/1989 a 19/01/1995	Prefeitura Municipal de Porto União	05 anos 05 meses 13 dias

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de dezembro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

CÂMARA MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Publicação N° 2753361

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo ao Contrato de Manutenção e Conservação de bens móveis que entre si celebram a Câmara Municipal de Porto União e a Empresa Ricardo Padilha.

A Câmara Municipal de Porto União, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça Hercílio Luz, s/nº, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sandro Luciano Calikoski, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa Ricardo Padilha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 35.729.622/0001-30, sito na Rua Matos Costa, 450, Sala 1, centro, Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante Senhor Ricardo Padilha, denominado CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo, conforme estabelece na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório nº 039/2020, na modalidade Dispensa nº 034/2020, resolvem aditar o Contrato nº 047/2020, celebrado em 25/11/2020, através do presente TERMO ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Altera a tabela constante da Cláusula Primeira do Contrato - Do Objeto -, conforme descrito no Item abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	Cadeira Giratória-Troca de Pistão	01	R\$ 80,00	R\$ 80,00

CLÁUSULA SEGUNDA: Ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato original.

E por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Aditivo em duas vias de igual valor e teor, que vai assinado por todos juntamente com as testemunhas firmadas.

Porto União (SC), 10 de novembro de 2020.

Sandro Luciano Calikoski
Presidente da Câmara Municipal

Ricardo Padilha
Empresa Ricardo Padilha

Testemunhas:

1ª _____ 2ª _____

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020

Publicação N° 2753288

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2020

Dispensa a Licitação com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 em favor da Empresa JEFFERSON ANDREI SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.538.296/0001-92, situado na Prudente de Moraes, 101 – Centro – União da Vitória – Paraná, para a manutenção dos aparelhos e equipamentos de comunicação da Câmara Municipal de Vereadores de Porto União, no valor total de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

Porto União (SC), 04 de Dezembro de 2020.

Maira Teresinha Lusa
Presidente da Comissão de Licitação

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2020

Publicação Nº 2753527

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2020

Dispensa a Licitação com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 em favor da Empresa A LAVANDERIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.529.675/0001-05, com sede sito Rua Costa Carvalho, nº 885, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, para a prestação de serviços de lavanderia, conforme descrito no edital do processo em epígrafe, no valor total de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais).

Porto União (SC), 04 de Dezembro de 2020.

Maira Teresinha Lusa
Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2020

Publicação Nº 2753486

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 044/2020 - Dispensa de Licitação nº 039/2020

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: A Lavanderia (CNPJ nº 09.529.675/0001-05).

Objeto: Contratada empresa para serviços de lavanderia.

Valores: R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 3.3.90.39.46.00.00.00 – Serviços Domésticos.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Sandro Luciano Calikoski
Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

141-EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 2753715

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº141/2020 - PREGÃO ELETRONICO Nº 108/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Eletrônico, através da plataforma www.bll.org.br, o edital Registro de preço para eventual aquisição de equipamento para demarcação viária e carregadeira compacta com opcionais. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 10h00 do dia 10/12/2020 às 13:00 do dia 23/12/2020 e início da sessão no dia 23/12/2020 as 14h00. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou através da plataforma www.bll.org.br.

Pouso Redondo, 10 de dezembro de 2020

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 185/2020 DE 09/12/2020 - ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2752862

DECRETO Nº 185/2020 de 09/12/2020

Altera membros da Comissão de acompanhamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Pouso Redondo, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo para substituir os representantes Lenon Serpa Damazio e Juliana Stetter na Comissão de acompanhamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Pouso Redondo:

I – Gleisi Gracielli dos Santos;

IV – Thiago Esser;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 09 de dezembro de 2020.

OSCAR GUTZ Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO LIXO PR 119 2020

Publicação Nº 2751911

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Tomada de preço Nº 06/2020 PROCESSO Nº119/2020

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a retificação do Edital Tomada de Preço nº 06/2020, DE OBJETO: Contratação de empresa especializada, para executar os serviços de coleta e transporte dos resíduos domésticos produzidos no município. Em virtude das alterações necessárias, altera-se a data de abertura e julgamento que passa a ser a data de 04 de janeiro de 2021 às 14:00hrs.

Pouso Redondo, 09 de dezembro de 2020

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

DECRETO 81

Publicação Nº 2752828

DECRETO Nº 081/2020

FIXA CALENDÁRIO FISCAL IPTU PARA O EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei nº 642/93. DECRETA

Art.1º O IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) será arrecadado em 05(cinco) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

- 1º PARCELA: 10/03/2021
- 2º PARCELA: 12/04/2021
- 3º PARCELA: 10/05/2021
- 4º PARCELA: 10/06/2021
- 5º PARCELA: 12/07/2021

Parágrafo único – Poderá ser efetuado o pagamento em parcela única até 10/03/2021, sendo concedida uma bonificação de 20% (vinte por cento) sobre o imposto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande,
em 08 de dezembro de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

VARNER DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 81

Publicação Nº 2752669

DECRETO Nº 081/2020

FIXA CALENDÁRIO FISCAL IPTU PARA O EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei nº 642/93. DECRETA

Art.1º O IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) será arrecadado em 05(cinco) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

- 1º PARCELA: 10/03/2021
- 2º PARCELA: 12/04/2021
- 3º PARCELA: 10/05/2021
- 4º PARCELA: 10/06/2021
- 5º PARCELA: 12/07/2021

Parágrafo único – Poderá ser efetuado o pagamento em parcela única até 10/03/2021, sendo concedida uma bonificação de 20% (vinte por cento) sobre o imposto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande,
em 08 de dezembro de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

VARNER DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 82

Publicação N° 2752675

DECRETO N° 082/2020

FIXA UNIDADE FISCAL MONETÁRIA PARA 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n° 642/93.
DECRETA

Art. 1º Fica fixada em 74,01 (setenta e quatro reais e um centavo) a UFM- Unidade Fiscal Monetária, com vigência de Janeiro a Dezembro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande,
em 08 de dezembro de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

VARNER DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 83

Publicação N° 2752679

DECRETO N° 083/2020

FIXA VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN FIXO/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n° 642/93.
DECRETA

Art.1º O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN FIXO FISCAL/2021 será arrecadado em 12 (doze) parcelas com os seguintes vencimentos:

- 1ª Parcela: 29/01/2021
- 2ª Parcela: 26/02/2021
- 3ª Parcela: 31/03/2021
- 4ª Parcela: 30/04/2021
- 5ª Parcela: 31/05/2021
- 6ª Parcela: 30/06/2021
- 7ª Parcela: 30/07/2021
- 8ª Parcela: 31/08/2021
- 9ª Parcela: 30/09/2021
- 10ª Parcela: 29/10/2021

11ª Parcela: 30/11/2021
12ª Parcela: 29/12/2021

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande,
em 08 de dezembro de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

VARNER DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 84

Publicação Nº 2752826

DECRETO Nº 084 de 09 de dezembro de 2020.

**REGULAMENTA O CONTROLE DE FROTA DOS
VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito do Município de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando:

Considerando a necessidade de se regulamentar o uso dos veículos que integram a frota da municipalidade;

DECRETA:

**CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto disciplina as normas de gerenciamento, uso e controle da frota de veículos automotores próprios e/ou alugados no âmbito da Prefeitura Municipal de Praia Grande.

Art. 2º Para efeito deste Decreto adotam-se as seguintes definições:

I – veículos de representação – Aqueles destinados ao uso do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

II – veículos de serviço e máquinas – Aqueles destinados ao uso exclusivo em serviço, voltados ao atendimento das necessidades operacionais de cada órgão ou entidade;

III – diário de bordo – É um documento tipo planilha que será usado como forma de controle do uso do veículo e máquinas, conforme modelos em anexo deste Decreto, e terá valor probante para futuras auditorias e fiscalizações dos órgãos de controle. Seu preenchimento e uso diários são obrigatórios;

IV – servidor público – Aquele que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função;

V - para efeitos deste decreto, utilizar-se-á classificação de veículos de serviço de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB:

a) de passageiro;

b) de carga;

c) misto.

VI - atividades específicas: atividades que exigem determinado veículo como instrumento inerente à sua realização. (Exemplo: escavação - veículo de tração – trator);

VII - espécie de veículo: caracterização mais abrangente do veículo, conforme regulação dos órgãos de trânsito, tais como: passageiro, carga, misto, tração, etc.;

VIII - modelo de veículo: nome do veículo, conforme a marca ou o fabricante;

IX - tipo de veículo: caracterização mais específica do veículo, conforme regulação dos órgãos de trânsito, sem identificação de modelo ou marca, tais como: ciclomotor, motoneta, motocicleta, automóvel, etc.;

X - veículo antieconômico: aquele com manutenção onerosa ou cujo rendimento for precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescimento e não seja economicamente vantajosa sua adequação;

XI - veículo irrecuperável (sucata): aquele que em razão de sinistro, intempéries ou desuso, haja sofrido avarias em sua estrutura capazes de inviabilizar recuperação que atenda aos requisitos de segurança veicular;

XII - veículo ocioso: veículo sem aproveitamento pelo órgão em razão de não mais atender suas necessidades, embora em condições de uso;

XIII - veículo recuperável: veículo cuja recuperação seja possível com orçamento máximo de cinquenta por cento de seu valor de mercado;

XIV - consideram-se pessoas a serviço, além do agente público:

- a) o colaborador eventual quando no estrito cumprimento de atividade solicitada pela Administração;
- b) o prestador de serviço cujo contrato preveja expressamente o transporte a cargo do órgão ou entidade; e
- c) aquela que acompanhe servidor com o fim de realizar de serviço.

XV - os veículos oficiais poderão ser:

- a) automóveis: modelo em cor branca, com capacidade e motor compatíveis com o serviço a realizar;
- b) motocicleta, motoneta ou ciclomotor: modelo, com motor com potência condizente com o serviço a realizar;
- c) ônibus ou micro-ônibus: modelo básico, com motor com potência compatível com a atividade;
- d) veículo do tipo caminhonete, furgão, utilitário ou pick-up: modelo com motor com potência condizente com o serviço a realizar;
- e) máquinas e caminhões: modelo com motor com potência condizente com o serviço a realizar.

CAPITULO II

DA SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 3º A solicitação de uso dos veículos de serviço, sempre que possível, deverá ser feita com antecedência mínima de 01 (um) dia, ao Secretário Municipal da pasta.

§ 1º Na solicitação deverão constar, pelo menos, os seguintes dados:

I – identificação do nome, vínculo e lotação do usuário;

II – identificação do motorista;

III – origem, destino, finalidade, horários de saída e de chegada;

IV – nome do passageiro e respectivo telefone.

§ 2º No caso da necessidade do cancelamento do uso do veículo de serviço, o solicitante deverá contatar o Secretário da pasta, com a antecedência mínima de 60 minutos, via telefone, permitindo, com isto, a realocação do veículo para outro serviço.

CAPITULO III

DO USO DE VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 4º O veículo de serviço, classificado como “de passageiros”, será utilizado somente nos dias úteis.

§ 1º Em casos excepcionais, comprovada a necessidade do serviço mediante justificativa por escrito, o Secretário responsável poderá autorizar o uso do veículo fora do horário fixado.

§ 2º Em casos excepcionais, quando o horário for estendido para além da jornada regular, ou se fizer necessário em fins de semana e feriados, desde que haja autorização do Secretário responsável.

§ 3º Excetuam-se à regra do caput o caso de veículos da Secretaria de Saúde e dos motoristas de ônibus da Secretaria de Educação, quando a serviço.

§ 4º Fora do horário autorizado, os veículos de serviço permanecerão, obrigatoriamente, nas respectivas garagens, não podendo ser utilizados para fins particulares, sob pena de responsabilidade, ressalvadas hipóteses de plantão ou casos de relevante interesse público da assistência social, saúde e obras do município.

Art. 5º Os veículos de representação serão usados, exclusivamente, para obrigações decorrentes daqueles que ocupam o cargo, salvo autorizações expressas.

Art. 6º Todos os deslocamentos dos veículos e máquinas de serviço deverão ser obrigatoriamente registrados pelos condutores no diário de bordo, conforme modelo que acompanha o presente Decreto.

Art. 7º É vedado o uso de veículos de serviço da frota da Administração direta e indireta da Prefeitura de Praia Grande para:

- I – fazer transporte coletivo ou individual de servidor público, da residência para o trabalho e vice-versa, exceto na hipótese de viagem a serviço devidamente autorizado;
- II – fazer o transporte de pessoas estranhas ao serviço público, salvo no caso de interesse público;
- III – transportar qualquer pessoa para casa de diversão, supermercado, colégio ou qualquer outro local, para atender interesses alheios ao serviço;
- IV – servir de transporte para passeio ou excursão de qualquer natureza;
- V – transitar, sob qualquer pretexto, sem que o veículo atenda as condições exigidas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
- VI – transitar fora dos dias e horários estabelecidos pelo Artigo 4º deste Decreto;

VII – ser conduzido e/ou utilizado por servidor público quando afastado, por qualquer motivo, do exercício da respectiva função;

VIII – a guarda dos veículos oficiais em garagem residencial, salvo quando houver autorização formal da autoridade máxima do órgão ou entidade, ou por ela designada conforme previsão legal, e atendidas às condições previstas neste Decreto.

Art. 8º A proibição descrita no inciso VI do artigo anterior, não se aplica aos veículos utilizados em serviço de urgência da Secretaria de Saúde, Assistência social e Conselho Tutelar, assim como os caracterizados como ambulância, fiscalização e ônibus escolares.

Art. 9º Todo veículo da frota do Município, só deverá ser conduzido por pessoal habilitado, preferencialmente titular do cargo de motorista.

§ 1º Compete ao Secretário ou a quem ele delegar, credenciar e autorizar os servidores públicos, não ocupantes do cargo de motorista, desde que, devidamente habilitados, para que, em casos excepcionais, conduzirem veículo oficial ou qualquer outro veículo, sob sua responsabilidade.

§ 2º Ao condutor de veículo, sob qualquer pretexto, é vedado afastar-se do mesmo enquanto não estiver regularmente estacionado e trancado.

§ 3º Fica proibido ao condutor de veículo, ceder à direção a terceiros.

§ 4º É permitido o uso dos veículos de serviços comuns para transporte, inclusive a local de embarque e desembarque, de colaborador eventual, estrangeiro ou nacional, participante de evento ou atividade a convite e no interesse da Administração Pública, desde que o colaborador eventual não receba indenização de locomoção nos trajetos em que o veículo oficial seja utilizado.

§ 5º A Carteira Nacional de Habilitação deverá ser compatível ao tipo de veículo que o condutor irá utilizar, conforme a Lei nº 9.503, de 23/09/97.

§ 6º Os condutores deverão se limitar a executar o percurso preestabelecido no roteiro/registro de movimentação do veículo, sendo proibido o desvio para qualquer outro. Havendo necessidade de alteração do percurso, o condutor do veículo deverá contatar o responsável para a devida autorização.

§ 7º Aos condutores será atribuída a responsabilidade pelo cometimento de infração de trânsito, desde que devidamente promovida através de processo legal, e implicará no pagamento da multa por parte do infrator, independentemente de qualquer outra penalidade cabível.

CAPÍTULO IV

DO USO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE

EM REGIME DE PLANTÃO

Art. 10º Fica autorizado aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde que estejam de regime de plantão a deslocarem-se com o veículo que realiza serviço essencial até sua residência, mantendo-os enquanto perdurar o plantão sobre seus cuidados, utilizando-os somente quando forem chamados.

Art. 11º O motorista deverá manter atualizado o diário de bordo, anotando o horário de plantão a que for designado, os períodos em que for devidamente chamado para atendimento e o motivo do deslocamento, bem como o horário de saída e retorno do atendimento.

Art. 12º Fica expressamente vedado o uso do veículo para uso particular, condução de pessoal não autorizado, passeios ou deslocamentos que não sejam oficiais e restritos ao atendimento das urgências e emergências.

Art. 13° Caso seja apurada alguma irregularidade, o motorista/servidor responderá processo administrativo disciplinar, incorrendo nas penalidades cabíveis instituídas no Estatuto Municipal, independente das sanções cíveis e criminais.

CAPITULO V

DO PREENCHIMENTO DO DIÁRIO DE BORDO

Art. 14° Para o controle dos veículos deverá ser preenchido o “Diário de Bordo para Veículos” identificado como Anexo I deste Decreto. Para máquinas e equipamentos deverá ser preenchido o “Diário de Bordo para Máquinas” identificado como Anexo II deste Decreto.

Art. 15° Nenhum veículo, máquina ou equipamento deverá circular sem o Diário de Bordo.

Art. 16° Toda vez que um veículo, máquina ou equipamento for deslocado deverá ser preenchido o diário de bordo constando:

I - data;

II - nome LEGÍVEL do condutor;

III - destino;

IV - hora de saída e de retorno;

V - horímetro ou km na saída;

VI - horímetro ou km de retorno;

VII - total de horas trabalhadas (quando Diário de Bordo para Máquinas);

VIII - assinatura do motorista ou operador.

§ 1º Deverá ser anotado no Diário de Bordo/ Controle de Operação de Máquinas cada novo deslocamento que se inicie, mesmo que tal deslocamento ocorra no mesmo dia.

§ 2º Quando por problemas mecânicos não for possível a indicação correta da quilometragem ou do horímetro do veículo, máquina ou equipamento deverá ser anotado tal problema no Diário de Bordo, não desobrigando o condutor a deixar de preencher os outros campos solicitados.

Art. 17º No final de cada mês o motorista ou operador deverá encaminhar o Diário de Bordo devidamente preenchido e sem rasuras por completo ao Secretário da respectiva Secretaria e retirar outro Diário de Bordo em branco, para o uso no mês seguinte.

Art. 18º O Secretário deverá conferir todos os Diários de Bordo dos veículos, máquinas e equipamentos de sua Secretaria a fim de verificar se todos os campos foram preenchidos corretamente. Caso o Secretário identifique algum campo não preenchido deverá imediatamente solicitar ao responsável o devido preenchimento.

Art. 19º Após o Secretário conferir o correto preenchimento do Diário de Bordo, deverá entregá-lo (a via original) ao Departamento de Patrimônio até o dia 10 do mês subsequente.

Parágrafo único. Não será admitido um diário de bordo que contenha mais de um mês em uma mesma página, salvo casos especiais onde veículos se encontrarem fora do domicílio na passagem de um mês para outro.

CAPITULO VI

DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Art. 20° O condutor de veículo da frota da Administração Direta e Indireta do Município de Praia Grande é o responsável pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e em seu regulamento, decorrentes de atos praticados na direção do veículo.

§ 1º Para atender ao disposto neste artigo, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - todos os Autos de Infrações dos veículos da Administração Municipal de Praia Grande deverão ser endereçados ao Município de Praia Grande, R. Irineu Bornhausen, 320-Centro.

II – as notificações, depois de recebidas, serão encaminhadas ao Órgão de lotação do veículo notificado;

III – o Órgão de lotação do veículo promoverá os procedimentos de:

- a) Identificação do condutor responsável pela infração;
- b) Análise da procedência da infração, verificando se cabe defesa/recurso;
- c) Proceder à notificação pessoal ao condutor infrator, para que este se manifeste, por escrito, quanto a sua decisão de acatar a autuação ou apresentar defesa/recurso pessoalmente junto ao Órgão competente;
- d) Comunicar ao Órgão de trânsito, os dados do condutor, para identificação do responsável pela infração.

§ 2º Esgotados os meios de impugnação da infração ou não havendo sido impugnado o ato, será de responsabilidade do condutor o pagamento da multa, sem prejuízo do procedimento disciplinar cabível.

§ 3º O setor de frota deverá encaminhar ao setor de recursos humanos, cópia da infração anexada à notificação para desconto em folha de pagamento,

autorizando o devido desconto do valor da multa do salário do condutor autuado, de acordo com os critérios aceitos.

§ 4º Se não identificado o condutor, as penalidades e os valores da multa serão descontados do Secretário da Secretaria responsável pelo veículo.

CAPITULO VII DO ACIDENTE

Art. 21º Sem prejuízo das normas de trânsito vigentes, o condutor de veículo pertencente à frota da Prefeitura de Praia Grande, quando se envolver em acidente de trânsito, com ou sem vítima, deverá adotar os seguintes procedimentos, ainda no local:

- I – solicitar a presença de viatura da polícia de trânsito responsável, a fim de proceder à ocorrência do acidente comunicando necessariamente, tratar-se de “veículo oficial”;
- II – permanecer no local do acidente, mantendo o veículo original, até a remoção do veículo sinistrado o que somente poderá pela autoridade de trânsito responsável pela ocorrência o a sua ordem;
- III – comunicar o ocorrido ao Órgão onde o servidor e o veículo envolvido estiverem lotados;
- IV – acompanhar a autoridade de trânsito responsável pela ocorrência, prestando as informações necessárias a garantir a veracidade, lisura dos dados levantados e características do acidente.

§ 1º No caso de acidente de trânsito com vítima, o condutor não deverá realizar alterações na cena do acidente, somente poderá ser procedido com a

remoção do veículo com autorização do órgão de trânsito responsável ou pelo Corpo de Bombeiros.

§ 2º No caso de acidente de trânsito sem vítima, o condutor deverá acionar o órgão de trânsito responsável e realizar a remoção do veículo sobre pista somente após a autorização do mesmo, conforme determina o art. 178 da CTB. Os veículos deverão ser fotografados antes de qualquer alteração na cena para provas futuras.

Art. 22º Ao Órgão onde o servidor e o veículo estiverem lotados, compete:

I – analisar a necessidade de enviar um representante ao local do acidente, para dar o devido acompanhamento do processo de perícia técnica.

II – acompanhar a liberação do laudo de perícia;

III – informar a Comissão de Processo Disciplinar para instauração de procedimento administrativo para apurar a responsabilidade do servidor condutor, a fim de subsidiar possível ressarcimento dos prejuízos e custos decorrentes do sinistro.

Art. 23º Nos casos de sinistro, com ou sem danos a terceiros, onde for constatada a culpabilidade por negligência, imperícia ou imprudência por parte do condutor, este será responsabilizado administrativamente, observado o devido processo legal, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível.

Parágrafo único. Constatada a culpabilidade será feito o levantamento dos custos, e encaminhado para a Secretaria de Administração e Finanças para que seja providenciado o desconto em folha de pagamento, do salário do servidor.

Art. 24° No caso de acidente provocado por dolo ou culpa, o servidor responsável pelo veículo, responderá pelo dano causado, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis previstas neste Decreto.

CAPITULO VIII

DO CONTROLE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Art. 25° Tanto no abastecimento de combustível quanto na troca de óleo lubrificante, deverá ser observada a caracterização do veículo, por intermédio da placa e de sua quilometragem/horímetro atual, e a identificação do condutor.

I – os abastecimentos deverão ser realizados nos Postos de Combustíveis contratadas pelo Município através de licitação ou no Departamento de Obras, conforme orientação das respectivas secretarias;

II – o abastecimento do veículo sem consulta prévia ao sistema será de responsabilidade da Secretaria responsável pelo veículo, caso haja restrição ou ausência de saldo;

III – para a realização do abastecimento, o veículo oficial deverá estar cadastrado no Sistema da empresa contratada, sendo proibido o abastecimento através de preenchimento de ficha ou similar;

IV – a Prefeitura não poderá efetuar pagamento de nota fiscal de combustível, bem como de manutenção, sem a mesma estar devidamente registrada no sistema de frotas;

V – somente serão abastecidos os veículos que possuírem a autorização por escrita das pessoas responsáveis.

CAPITULO IX
DA RESPONSABILIDADE DAS SECRETARIAS DETENTORAS DE
VEÍCULOS

Art. 26° Caberá aos Secretários das Secretarias detentoras de veículos:

- I – definir os nomes das pessoas que podem requisitar veículos, em área de atuação;
- II – exigir a obrigatoriedade do uso e do correto preenchimento do diário de bordo;
- III – promover a fiscalização e controle da guarda dos veículos e circulação dos mesmos;
- IV – manter atualizados os controles de manutenção dos veículos;
- V – manter sobre sua guarda, de forma sempre atualizada, o registro contendo as características gerais dos veículos entregues a sua tutela de uso;
- VI – organizar e manter atualizados os controles de abastecimento dos veículos, com o intuito de acompanhar e controlar o gasto e o consumo de combustível com veículos sobre sua responsabilidade;
- VII – solicitar ao Departamento de Patrimônio, relatórios de abastecimento de veículos, permitindo que sejam cheçadas as irregularidades ocorridas durante o abastecimento da frota e seu consumo;
- VIII – providenciar para que os veículos satisfaçam as condições técnicas e os requisitos exigidos em lei;
- IX – zelar pela boa apresentação dos motoristas e veículos;
- X – manter atualizados os dados pessoais e referentes à habilitação dos motoristas credenciados;
- XI – manter o departamento de Controle Interno informado de toda e qualquer irregularidade verificada;
- XII – cumprir e fazer cumprir o presente Decreto.

CAPÍTULO X

REAPROVEITAMENTO, CESSÃO E ALIENAÇÃO

Art. 27° Os órgãos ou entidades procederão ao desfazimento de veículos classificados como ociosos antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas).

CAPÍTULO XI

LICENCIAMENTO DO VEÍCULO

Art. 28° O Departamento de Patrimônio deverá controlar, emitir e providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos automotores em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo CONTRAN, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

CAPÍTULO XII

MANUTENÇÃO DO VEÍCULO

Art. 29° É de responsabilidade dos Secretários e Diretores o Controle da Frota e a revisão dos veículos, preventiva e corretivamente, com vistas a minimizar a ocorrência de falhas mecânicas e melhorar a gestão da frota, comunicando com antecedência por escrito ao Secretário responsável pelo veículo.

§1° Cumpre aos responsáveis controlar e ordenar as revisões dos veículos e equipamentos, especialmente nos períodos de garantia, observadas as épocas indicadas pelo fabricante; as revisões deverão ser feitas em concessionárias e/ou locais autorizados pelo fabricante, a fim de preservar a garantia dos veículos;

§ 2º É obrigatório manter rígido controle da manutenção dos veículos, com observância das condutas previstas no manual do proprietário.

§ 3 Antes de proceder à manutenção deverá ser encaminhado para o e-mail do setor de compras 01 (um) orçamento das peças a serem substituídas, especificando seus preços líquidos unitários, para que o Setor de Compras encaminhe para verificação e este solicite os demais orçamentos. Caberá ao Setor de compras a emissão de autorização de fornecimento para a aquisição de peças e fornecimento de mão de obra, encaminhando-as posteriormente a contratada.

§ 4º As peças e componentes de reposição, que deverão ser fornecidos e instalados pela contratada, deverão ser originais do fabricante do veículo/máquina e novas; peças paralelas poderão ser instaladas somente mediante autorização do Setor de Frota.

CAPÍTULO XIII

MOTORISTA

Art. 30º São vedados:

- I - o uso de placa não oficial em veículo oficial ou de placa oficial em veículo particular;
- II - o provimento de serviços de transporte para condução de pessoal a partir de sua residência ao local de trabalho e vice-versa, salvo nos casos específicos de atendimento a unidades localizadas em áreas de difícil acesso ou não servidas por transporte público regular;
- III - o uso de veículos oficiais em excursões ou passeios;
- IV - o transporte de familiares do servidor ou de pessoas estranhas ao serviço público e o traslado internacional de servidores, ressalvados os casos excepcionais;

V - a guarda dos veículos oficiais em garagem residencial, salvo quando houver autorização formal da autoridade por ele delegada, conforme previsão específica, em Formulário de Autorização para Guarda de Veículo em Garagem Não Oficial e atendida às condições previstas neste Decreto;

VI - o transporte para estabelecimentos comerciais e congêneres, salvo quando o usuário se encontrar no desempenho de função pública;

VII - o uso de veículos oficiais em atividades de caráter particular.

Art. 31° São obrigações dos motoristas:

I – preencher corretamente o diário de bordo;

II – dirigir o veículo dentro das normas de trânsito obedecendo à sinalização;

III – dirigir somente os veículos permitidos pela categoria de sua carteira nacional de habilitação;

IV – não dirigir sob efeito de sedativos, estimulantes ou bebida alcoólica;

V – não fumar no interior do veículo;

VI – obedecer ao roteiro proposto;

VII – não entregar à direção do veículo a outra pessoa sem o conhecimento do responsável pela frota;

VIII – antes de sair com o veículo verificar o nível de óleo e combustível;

IX – vistoriar o veículo antes de sua entrega, para não deixar objetos e documentos em seu interior;

X – informar imediatamente ao superior imediato quanto a possíveis sinistros ou defeitos já anotados no diário de bordo, para que este tome as providências cabíveis.

XI – assegurar pelo zelo dos veículos oficiais, e em caso de danos, seja apurado os fatos, e se, constatado mau uso, imprudência ou desleixo, o valor do concerto seja revertido ao condutor;

XII – assegurar que os veículos estejam sempre limpos e em condições de uso;

XIII – registrar no diário de bordo e comunicar ao Secretário responsável pelo veículo a falta de acessórios e ferramentas obrigatórias, como macaco, chave de rodas, extintor de incêndio e triângulo, bem como qualquer equipamento ou peça danificada que possa ser objeto de multa de trânsito.

CAPITULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32° É expressamente proibida a permanência de veículos particulares no pátio da garagem da prefeitura.

Art. 33° A partir do momento da saída do veículo oficial das dependências da Prefeitura Municipal, a responsabilidade pelo veículo é do condutor.

Art. 34° A qualquer cidadão é facultado denunciar o uso irregular de veículo pertencente à frota que atende a Prefeitura de Praia Grande e suas entidades vinculadas, através da Ouvidoria Municipal.

§ 1º as denúncias apresentadas deveram ser apuradas pelo Órgão a que o veículo é vinculado.

§ 2º em sendo comprovadas as denúncias o setor competente de cada Órgão a que pertencer o servidor deverá tomar as providências cabíveis.

Art. 35° Responderá funcionalmente, o servidor público ou o dirigente que permitir e/ou praticar quaisquer dos atos vedados ou que não proceder conforme o que regulamenta este Decreto.

Art. 36 ° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Praia Grande, 09 de dezembro de 2020.

Henrique Matos Maciel
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

Varner de Oliveira
Secretário de Adm. e Finanças

ANEXO I

[illegible]

DECRETO 85

Publicação N° 2752684

DECRETO N° 085/2020

FIXA VENCIMENTO DA TAXA DE ALVARÁ SANITÁRIO E TAXA DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n° 642/93.

DECRETA

Art.1º A Taxa de Alvará Sanitário – Ações Básicas serão arrecadadas em parcela única, com vencimento em 26 de Fevereiro de 2021.

Art.2º A Taxa de Licença e Funcionamento – TLF: vencimento em 26 de Fevereiro de 2021.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Praia Grande,
em 08 de dezembro de 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

VARNER DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 86

Publicação N° 2752855

DECRETO N° 086 de 09 de dezembro de 2020.

ESTABELECE PERÍODO DE RECESSO NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, no uso da atribuição que lhe confere o art. 83, VII, da Lei Orgânica, CONSIDERANDO igualmente a necessidade de encerramento do exercício, de atividades internas administrativas, tributação, contabilidade, finanças e demais que poderá ser exercido pelos servidores municipais, CONSIDERANDO a necessidade de manter sem interrupção, sob pena de descontinuidade de serviços públicos essenciais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Recesso, considerado ponto facultativo, nas repartições públicas municipais do Município de Praia Grande/SC, no período de 21/12/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º Excetuam-se do estabelecido no artigo 1º deste Decreto, que cumprirão jornada de trabalho normal: o Conselho Tutelar; os serviços de saúde, compreendendo toda Secretaria de Saúde; a Agência de Correio Comunitário; o serviço de coleta de lixo; e, a Exatoria.

Art. 3º Excetuam-se do estabelecido no artigo 1º deste Decreto, cumprindo apenas expediente interno, os serviços de: Contabilidade; Tesouraria; Compras, Licitação e Contratos; e, Recursos Humanos.

Art. 4º Os servidores em recesso deverão ficar à disposição do Município e se apresentar de imediato se convocados para o serviço.

Art. 5º O Diretor do SAMAE fica autorizado a manter sistema de Plantão de modo a não interromper os serviços essenciais de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praia Grande/SC, 09 de dezembro de 2020

HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA
Secretário Administração e Finanças

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020

Publicação Nº 2753512

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA
OBJETO:	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para manutenção/revisão da Motoniveladora Case 845, Patrimônio Nº 1-2163, incluindo aquisição de peças, serviço de mão de obra e deslocamento de profissional até a garagem municipal, do município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O valor a ser pago a Contratada pela aquisição das peças e a prestação dos serviços é a importância de R\$ 8.006,00 (oito mil e seis reais). O pagamento somente será efetuado após a conferência e aprovação das peças e serviços prestado pela empresa, efetuado pelo Fiscal de Contrato nomeado pelo Município.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	10/12/2020
VIGÊNCIA:	31/12/2020

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2020

Publicação Nº 2752917

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2020

DA TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ERNEST MULLER

CONTRATADA: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

VALOR: R\$ 289.892,65

VIGÊNCIA: 30/06/2021

Presidente Getúlio, 10 de dezembro de 2020.

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2020

Publicação Nº 2752901

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2020

DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDOS GRANÍTICOS, DRENAGEM PLUVIAL E PASSEIOS NA RUA DR. GETÚLIO VARGAS, BAIRRO REVÓLVER, Nº OPERAÇÃO 1052705-57/2018, PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO

CONTRATADA: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

VALOR TOTAL: R\$323.518,29

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 10 de dezembro de 2020.

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2020

Publicação Nº 2753810

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2020

DA PREGÃO PRESENCIAL P/ NORMAL Nº 06/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA DA SAÚDE DE PRESIDENTE GETÚLIO SUBMETIDOS A HEMODIÁLISE NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CONTRATADA: TRANS MAAS LTDA. ME

VALOR TOTAL: R\$6.375,00

VIGÊNCIA: 31/01/2021

Presidente Getúlio, 10 de dezembro de 2020.

Iara Possamai – Secretária de Saúde

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2020

Publicação Nº 2753824

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2020

DA PREGÃO PRESENCIAL P/ NORMAL Nº 04/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, CONFORME RELAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: TRANS MAAS LTDA. ME

VALOR TOTAL: R\$263.832,50

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 10 de dezembro de 2020.
Iara Possamai – Secretária de Saúde

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2020

Publicação Nº 2752930

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2020

DA TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL DA RUA LUIZE FEY, RUA PRESIDENTE JUSCELINO E RUA RUDOLFO PETT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GABROWSKI LTDA. EPP

VIGÊNCIA: 30/06/2021

Presidente Getúlio, 10 de dezembro de 2020.

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2020

Publicação Nº 2752891

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

PREGÃO PRESENCIAL P/NORMAL Nº. 5/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2020

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA UNIDADES DA REDE DE ENSINO. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 06/01/2021 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-ller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 10 de dezembro de 2020.

NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019

Publicação Nº 2752886

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019

DA TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2019

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA, NA COMUNIDADE ESTRADA GERAL SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, COM ÁREA DE 632,60 M², Nº OPERAÇÃO 1047832-51

CONTRATADA: CONSTRUTORA F&F EIRELLI EPP

VALOR TOTAL: R\$80.347,99

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 10 de dezembro de 2020.

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2019

Publicação Nº 2752939

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2019

DA CONCORRÊNCIA Nº 02/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL MIRADOR

CONTRATADA: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 10 de dezembro de 2020.

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019 O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O LICENCIAMENTO DE SOFTWARE SISTEMA GOVGESTÃO, MÓDULO SIFONFI

Publicação Nº 2752818

ADITIVO 01/2021 AO CONTRATO Nº 01/2019

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e PONTOGOV SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.209.146/0001-16, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) NILCELIO MARCE-LINO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulo SIFONFI.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

NILCELIO MARCELINO
PONTOGOV SISTEMAS LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2018 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT

Publicação Nº 2754401

ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2018

Contrato que entre si celebram a FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - 50 - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 23.132.282/0001-86 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e EPAGRI - EMPRESA PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob n.º 83.052.191/0027-00, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) DANIEL ROGERIO SCHMITT, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Inexigibilidade 3/2018, homologado em 11/05/2018, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

DANIEL ROGERIO SCHMITT
EPAGRI - EMPRESA PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2019 O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O LICENCIAMENTO DE SOFTWARE SISTEMA GOVGESTÃO, MÓDULO SIOPE

Publicação Nº 2752831

ADITIVO 01/2021 AO CONTRATO Nº 02/2019

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e PONTOGOV SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.209.146/0001-16, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) NILCELIO MARCELINO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software Sistema GovGestão, módulo SIOPE.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

NILCELIO MARCELINO
PONTOGOV SISTEMAS LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2019 O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE ALUGUEL DE SOFTWARE COM SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SOFTWARE "SAFSISTEMA DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL

Publicação Nº 2754354

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO, INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.662.246/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) EVALDO ROCHA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de aluguel de software com serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "SAF Sistema de Avaliação Funcional".

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor □ de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

EVALDO ROCHA
INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020 CORREIOS

Publicação Nº 2752459

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2020

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, inscrito no CNPJ sob n.º 34.028.316/4931-18, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Inexigibilidade 34/2020, homologado em 30/06/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é "contratação para serviços de postagem do município de Presidente Nereu com a empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que acontecerá no período de junho de 2020 até junho de 2021. O valor a ser pago para o período será de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pagos conforme a utilização dos serviços".

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 30/06/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

CORREIOS
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2019 LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESPORTES

Publicação Nº 2754372

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO, INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.662.246/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) EVALDO ROCHA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de aluguel de software LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESPORTES

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

EVALDO ROCHA
INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E FUNDOS

Publicação Nº 2752498

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO Nº 10/2020

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e GENTE SEGURADORA S/A, inscrito no CNPJ sob n.º 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) SERGIO SUSLIK WAIS, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Pregão 26/2020, homologado em 06/07/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E FUNDOS.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 09 de julho de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

GENTE SEGURADORA S/A
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2019 LOCAÇÃO DO SISTEMA DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS

Publicação Nº 2754381

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO, INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.662.246/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) EVALDO ROCHA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de LOCAÇÃO DO SISTEMA DE OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

IVALDO ROCHA
INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2020 É PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA MATILDE SCHAEFER EXTENSÃO E RUA MAXIMILIADO CADILHAC EXTENSÃO, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 893257/2019 - OPERAÇÃO 1068251-89 PROG

Publicação Nº 2752528

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO Nº 12/2020

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCAO JC LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.898.011/0001-54, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) VILMAR VENDRAMI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Tomada de Preços 35/2020, homologado em 20/08/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA MATILDE SCHAEFER EXTENSÃO E RUA MAXIMILIADO CADILHAC EXTENSÃO, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 893257/2019 - OPERAÇÃO 1068251-89 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 30 de julho de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCAO JC LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2020 PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA MATILDE SCHAEFER EXTENSÃO E RUA MAXIMILIANO CADILHAC EXTENSÃO, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 893257/2019 - OPERAÇÃO 1068251-89 PROGRA

Publicação Nº 2752538

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO Nº 13/2020

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e ALFASIGMA CONSTRUTORA EIRELI, inscrito no CNPJ sob n.º 26.573.018/0001-76, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) LUANA SECHORST, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Tomada de Preços 35/2020, homologado em 20/08/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA MATILDE SCHAEFER EXTENSÃO E RUA MAXIMILIANO CADILHAC EXTENSÃO, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 893257/2019 - OPERAÇÃO 1068251-89 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 30 de julho de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

ALFASIGMA CONSTRUTORA EIRELI
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020 OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA RUA 22 DE JULHO, QUE SERÁ CUSTEADO COM RECURSO FEDERAL ORIUNDO DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL- CÓDIGO PLANO DE AÇÃO 0903-004346 - PROGRAMA 0903 - EMENDA PARLAMENTAR 202022100018

Publicação Nº 2752570

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO Nº 14/2020

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO JC LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.898.011/0001-54, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) VILMAR VENDRAMI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Tomada de Preços 36/2020, homologado em 21/08/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é Obra de Revitalização da Rua 22 de Julho, que será custeado com Recurso Federal oriundo de Transferência Especial- Código Plano de Ação 0903-004346 - Programa 0903 - Emenda Parlamentar 202022100018.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 30 de março de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

VILMAR VENDRAMI
CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCAO JC LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2020 EMPRESA PARA PROVIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL INTEGRADO(ERP)

Publicação Nº 2752710

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e IPM SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 01.258.027/0001-41, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) ALDO LUIZ MEES, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Pregão 49/2020, homologado em 17/11/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é Contratação de empresa para provimento de sistema informatizado de gestão pública municipal integrado(ERP), desenvolvido em tecnologia de computação em nuvem, na forma de licença de uso (locação), sem limite de usuários, incluindo serviços necessários a sua implantação, suporte técnico especializado e manutenção (corretiva e legal), para atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

ALDO LUIZ MEES
IPM SISTEMAS LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2019 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA LOCAÇÃO DE SISTEMA CBO/ CNAE

Publicação Nº 2754392

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO, INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.662.246/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) EVALDO ROCHA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA LOCAÇÃO DE SISTEMA CBO/CNAE.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

EVALDO ROCHA
INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2019 CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL/EMPRESA DO RAMO ARTÍSTICO PARA REGÊNCIA DE CORAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Publicação Nº 2752750

ADITIVO Nº01/2021 AO CONTRATO Nº 37/2019

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e NILO SEZERINO 09497633904, inscrito no CNPJ sob n.º 28.238.845/0001-39, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) NILO SEZERINO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Pregão 27/2019, homologado em 06/06/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL/EMPRESA DO RAMO ARTÍSTICO PARA REGÊNCIA DE CORAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor ☐ de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

NILO SEZERINO
NILO SEZERINO 09497633904
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TREINAMENTO PROFISSIONAL NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DO FNDE/ME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU

Publicação Nº 2752366

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO Nº 73/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO, ANA PAULA DA MOTTA ME, OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e ANA PAULA DA MOTTA ME, inscrito no CNPJ sob n.º 26.732.401/0001-20, neste ato representada por seu representante legal, Senhora ANA PAULA DA MOTTA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Pregão 69/2019, homologado em 10/10/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei N° 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TREINAMENTO PROFISSIONAL NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DO FNDE/ME DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

ANA PAULA DA MOTTA
ANA PAULA DA MOTTA ME
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO N° 74/2019 INTERNET

Publicação N° 2752402

ADITIVO N° 01/2021 AO CONTRATO N° 74/2019

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e SEZERINO E CIA LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 15.564.300/0001-70, neste ato representada por seu representante legal, Senhor CARLOS ALBERTO SEZERINO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Pregão 37/2019, homologado em 09/07/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei N° 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET E INTERCONEXÕES, ENTREGUE EXCLUSIVAMENTE EM FIBRA ÓPTICA DESDE O BACKBONE DA CONTRATADA. PARA O MUNICÍPIO E DEMAIS FUNDOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS ALBERTO SEZERINO
SEZERINO E CIA LTDA - ME
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº02/2020 SISTEMA INFORMATIZADO PARA O MUNICÍPIO, MÓDULO CONTROLE INTERNO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação Nº 2752449

ADITIVO 01/2020 AO CONTRATO Nº 02/2020

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e PONTOGOV SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.209.146/0001-16, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) NILCE-LIO MARCELINO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Licitação Dispensa de Licitação 2/2020, homologado em 08/01/2020, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA SISTEMA INFORMATIZADO PARA O MUNICÍPIO, MÓDULO CONTROLE INTERNO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA PREFEITURA MUNICIPAL.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

NILCELIO MARCELINO
PONTOGOV SISTEMAS LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

ADITIVO AO CONTRATO Nº05/2019 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE CONTAS PÚBLICAS, GERAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS APONTADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2019 E SERVIÇOS MENSIS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS NO SI

Publicação Nº 2752894

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO, INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.662.246/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) EVALDO ROCHA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é tem por objeto a prestação de serviços de Sistema de Contas Públicas, geração e publicação dos relatórios apontados na Cláusula Terceira, referente aos exercícios de 2019 e serviços mensais complementares de manutenção, atualizações, assistência técnica e publicação dos relatórios no Sistema de Contas Públicas.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 – O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor □ de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

EVALDO ROCHA
INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2020

Publicação N° 2752661

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CANCELAMENTO EXTRATO DE CONTRATO N.º 09 /2020

OBJETO: -SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PARA PRÁTICA PROFISSIONAL DA ESCUTA ESPECIALIZADA, ALINHADA AO ECA PARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU -CNPJ: 24.986.096/0001-77

Valor do repasse: R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais.)

Presidente Nereu, 10 de dezembro de 2020.ISAMAR DE MELO. Prefeito.

EDITIVO AO CONTRATO Nº 07/20219 O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE ALUGUEL DE SOFTWARE COM SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SOFTWARE "SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS

Publicação N° 2754360

ADITIVO Nº 01/2021 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO, INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo(a) PREFEITO(A) MUNICIPAL, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.662.246/0001-30, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) EVALDO ROCHA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de aluguel de software com serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS".

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

2.1 - O presente contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

3.1 - As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Nereu, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 9 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

EVALDO ROCHA
INFOVR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA
Contratada

Testemunhas

VALDECI JOSE COMANDOLI

VALDEMAR PETRI

LEI 1630/2020

Publicação Nº 2753420

LEI 16302020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL, DO FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,



LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no orçamento no valor do município de Presidente Nereu, Fundo Municipal Agropecuário, Fundo Municipal de Saude e do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$ 346.000,00 (Trezentos e quarenta e seis mil Reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.0004.0122.1201.2002.331900000000000000 01000000R\$ 85.000,00
15.001.0023.0695.1503.2014.331900000000000000 01000000 R\$ 10.000,00
07.001.0027.0812.1502.2012.331900000000000000 01000000 R\$ 15.000,00
03.001.0004.0122.1301.2003.331900000000000000 01000000 R\$ 90.000,00
10.001.0010.0301.1601.2022.331900000000000000 01020000 R\$ 84.000,00
05.001.0012.0365.1501.2020.331900000000000000 01010000R\$ 48.000,00
12.001.0008.0244.1602.2006.331900000000000000 01000000R\$ 14.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao credito adicional suplementar aberto no artigo 1.º, fica o Poder Executivo autorizado à ANULAR no orçamento do Município de Presidente Nereu, Fundo Municipal Agropecuário, Fundo Municipal de Saude e do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$ 346.000,00 (Trezentos e quarenta e seis mil Reais), como abaixo especifica:

06.001.0013.0392.1503.2036.333900000000000000 01000000 R\$ 14.000,00
02.001.0004.0122.1201.2002.333900000000000000 01000000R\$ 29.000,00
07.001.0027.0812.1502.2043.333900000000000000 01000000R\$ 10.000,00
03.001.0004.0122.1301.2030.331900000000000000 01000000R\$ 15.000,00
03.001.0004.0122.1301.2030.333900000000000000 01000000R\$ 10.000,00
08.001.0015.0451.1701.1002.344900000000000000 01000000R\$ 49.000,00
05.001.0012.0361.1501.2019.333900000000000000 01000000R\$ 21.000,00
06.001.0013.0392.1503.2040.333900000000000000 01000000R\$ 30.000,00
05.001.0012.0306.1501.2017.333900000000000000 01000000R\$ 35.000,00
05.001.0012.0306.1501.2034.333900000000000000 01000000R\$ 26.000,00
05.001.0012.0365.1501.2019.331900000000000000 01010000R\$ 20.000,00
05.001.0012.0365.1501.2010.331900000000000000 01010000R\$ 28.000,00
11.001.0020.0606.1401.2010.333900000000000000 01000000R\$ 45.000,00
12.001.0008.0244.1602.2023.333900000000000000 01000000 R\$ 14.000,00

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 10 de dezembro de 2020.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Quilombo

PREFEITURA

AVISO EDITAL PREGÃO RP 99/2020

Publicação Nº 2753511

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 99/2020
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2020
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROLAMENTO COM MÁQUINA MOTONIVELADORA E COMPACTAÇÃO COM ROLO COMPACTADOR, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER TODA A MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EXISTENTE (CIDADE E INTERIOR).
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 23/12 /2020.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 23/12/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 10 de dezembro de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 359/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754387

DECRETO Nº 359/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2020, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.794/2019 de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO	02
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência Comunitária	244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE	0018
Ação	MANUTENÇÃO DA ASSIT/SOCIAL/FMAS	2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
()	Aplicações Diretas - 3.3.90	03.00 –Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		5.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito adicional, de que trata o artigo anterior, decorrerá do superávit apurado no exercício de 2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 10 de dezembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado
Em ____/12/2020.
Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 001/2020 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754393

PORTARIA Nº. 001/2020 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

DESIGNA A COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSAR E JULGAR CHAMAMENTOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014 E DECRETOS MUNICIPAIS N. 249/2017 E 251/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a Lei Federal n. 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando o Decreto Municipal n. 249/2017, que regulamentou a Lei Federal n. 13.019/2014;

Considerando o Decreto Municipal n. 251/2017, que institui a Comissão de Seleção das parcerias voluntárias entre Administração Pública Municipal e as organizações sociais civis a que se refere a Lei Federal n. 13.019/2014;

Considerando que o Decreto Municipal n. 251/2017 dispõe que os integrantes da Comissão de Seleção e o gestor da parceria serão designados, no âmbito de cada Secretaria da Administração Pública Municipal interessada em formalizar a parceria, por portaria do Secretário Municipal;

Considerando o recurso originado de Emenda Parlamentar n. 202037860003 – Senador Dário Elias Berger direcionado à APAE de Quilombo/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Designar como membros da Comissão de Seleção os servidores:

I – Presidente: Ademir José Picolli;

II – Secretário: Cristiano Albuquerque Dias;

III – Membro: Loreci Albani Dall'Acqua.

Art. 2º Designar como gestor da parceria o servidor João Claudiomiro Nunes.

Art. 3º Os servidores designados deverão ser exercer as funções definidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e Decreto Municipal n. 249/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quilombo/SC, 10 de Dezembro de 2020.

ADEMIR JOSÉ PICOLLI
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em ____/12/2020
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2019

Publicação Nº 2753327

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, com sede nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, CNPJ/MF nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvano de Pariz, inscrito no CPF nº 579.8.729-20 e portador da Carteira de Identidade nº 2.031.348, SSP/SC, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE e de outro lado o GRUPO DE IDOSOS SANTO EXPEDITO, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 09.204.102/0001-01, com sede na Linha Gaúcha, no interior deste Município, neste ato, representado pelo seu Presidente, Sra. Maria Stuari, CPF nº 777.053.869-68, doravante designado simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 004/2019, com fundamento na Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e com fulcro na Lei Municipal nº 2765/2019, de 22 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Fomento nº 004/2019 e a utilização do recurso repassado no de 2020, bem como a prestação de contas do referido recurso até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se as partes por si só, a cumpri-lo, em todos os seus termos.

As demais cláusulas do Termo de Fomento nº 004/2019, permanecem inalteradas.

Município de Quilombo/SC, 10 de dezembro de 2020.

Município de Quilombo Grupo de Idosos Santo Expedito Silvano de Pariz - Prefeito Maria Stuari - Presidente

Testemunha 1: Testemunha 2:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2019

Publicação Nº 2753333

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, com sede nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, CNPJ/MF nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvano de Pariz, inscrito no CPF nº 579.8.729-20 e portador da Carteira de Identidade nº 2.031.348, SSP/SC, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE e de outro lado o GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 19.437.661/0001-07, com sede na Linha São José, no interior deste Município, neste ato, representado pelo seu Presidente, Sr. Modesto Zanella, CPF nº 021.703.969-34, doravante designado simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2019, com fundamento na Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e com fulcro na Lei Municipal nº 2765/2019, de 22 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Fomento nº 005/2019 e a utilização do recurso repassado no de 2020, bem como a prestação de contas do referido recurso até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se as partes por si só, a cumpri-lo, em todos os seus termos.

As demais cláusulas do Termo de Fomento nº 005/2019, permanecem inalteradas.

Município de Quilombo/SC, 10 de dezembro de 2020.

Município de Quilombo Grupo de Idosos Nossa Senhora de Fátima Silvano de Pariz - Prefeito Modesto Zanella - Presidente

Testemunha 1: Testemunha 2:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2019

Publicação Nº 2753337

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DO CARMO, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, com sede nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, CNPJ/MF nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvano de Pariz, inscrito no CPF nº 579.8.729-20 e portador da Carteira de Identidade nº 2.031.348, SSP/SC, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE e de outro lado o GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DO CARMO, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 04.051.239/0001-41, com sede na Linha Nova Brasília, no interior deste Município, neste ato, representado pelo seu Presidente, Sr. Antonio Pedro Dalsasso, CPF nº 248.331.420-15, doravante designado simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2019, com fundamento na Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e com fulcro na Lei Municipal nº 2765/2019, de 22 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Fomento nº 006/2019 e a utilização do recurso repassado no de 2020, bem como a prestação de contas do referido recurso até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se as partes por si só, a cumpri-lo, em todos os seus termos.

As demais cláusulas do Termo de Fomento nº 006/2019, permanecem inalteradas.

Município de Quilombo/SC, 26 de dezembro de 2019.

Município de Quilombo Grupo de Idosos Nossa Senhora do Carmo Silvano de Pariz - Prefeito Antônio Pedro Dalssaso - Presidente

Testemunha 1: Testemunha 2:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 007/2019

Publicação Nº 2753341

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 007/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 007/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, com sede nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, CNPJ/MF nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvano de Pariz, inscrito no CPF nº 579.8.729-20 e portador da Carteira de Identidade nº 2.031.348, SSP/SC, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE e de outro lado o GRUPO DE IDOSOS ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 14.022.510/0001-74, com sede na Linha Vista Alegre, no interior deste Município, neste ato, representado pelo seu Presidente, Sr. Olivo Tansin, CPF nº 347.095.849-15, doravante designado simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 007/2019, com fundamento na Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e com fulcro na Lei Municipal nº 2765/2019, de 22 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Fomento nº 007/2019 e a utilização do recurso repassado no de 2020, bem como a prestação de contas do referido recurso até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se as partes por si só, a cumpri-lo, em todos os seus termos.

As demais cláusulas do Termo de Fomento nº 007/2019, permanecem inalteradas.

Município de Quilombo/SC, 10 de dezembro de 2020.

Município de Quilombo Grupo de Idosos Associação Nossa Senhora de Fátima Silvano de Pariz - Prefeito Olivo Tansini - Presidente

Testemunha 1: Testemunha 2:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 008/2019

Publicação Nº 2753343

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 008/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 008/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS DOM JOSÉ GOMES, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, com sede nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, CNPJ/MF nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvano de Pariz, inscrito no CPF nº 579.8.729-20 e portador da Carteira de Identidade nº 2.031.348, SSP/SC, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE e de outro lado o GRUPO DE IDOSOS DOM JOSÉ GOMES, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 04.713.773/0001-76, com sede na Linha Salto Saudades, no interior deste Município, neste ato, representado pela seu Presidente, Sr. Neuri Valgoi, CPF nº 469.852.809-78, doravante designado simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 008/2019, com fundamento na Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e com fulcro na Lei Municipal

nº 2765/2019, de 22 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Fomento nº 008/2019 e a utilização do recurso repassado no de 2020, bem como a prestação de contas do referido recurso até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se as partes por si só, a cumpri-lo, em todos os seus termos.

As demais cláusulas do Termo de Fomento nº 008/2019, permanecem inalteradas.

Município de Quilombo/SC, 10 de dezembro de 2020.

Município de Quilombo Grupo de Idosos Dom José Gomes Silvano de Pariz - Prefeito Neuri Valgoi - Presidente

Testemunha 1: Testemunha 2:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2019

Publicação Nº 2753344

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, com sede nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, CNPJ/MF nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvano de Pariz, inscrito no CPF nº 579.8.729-20 e portador da Carteira de Identidade nº 2.031.348, SSP/SC, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE e de outro lado o GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 00.108.229/0001-44, com sede na Avenida Primo Alberto Bodanese, no Centro deste Município, neste ato, representado pelo seu Presidente, Sr. Ilírio Galina, CPF nº 227.766.800-15, doravante designado simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2019, com fundamento na Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e com fulcro na Lei Municipal nº 2765/2019, de 22 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Fomento nº 009/2019 e a utilização do recurso repassado no de 2020, bem como a prestação de contas do referido recurso até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se as partes por si só, a cumpri-lo, em todos os seus termos.

As demais cláusulas do Termo de Fomento nº 009/2019, permanecem inalteradas.

Município de Quilombo/SC, 10 de dezembro de 2020.

Município de Quilombo Grupo de Idosos São Vicente de Paula Silvano de Pariz - Prefeito Ilírio Galina - Presidente

Testemunha 1: Testemunha 2:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2019

Publicação Nº 2753347

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O GRUPO DE IDOSOS PADRE SANTO GUERRA, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, com sede nesta cidade, na Rua Duque de Caxias, nº 165, Centro, CNPJ/MF nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Silvano de Pariz, inscrito no CPF nº 579.8.729-20 e portador da Carteira de Identidade nº 2.031.348, SSP/SC, doravante designado simplesmente, CONTRATANTE e de outro lado o GRUPO DE IDOSOS PADRE SANTO GUERRA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 04.574.461/0001-29, com sede na Linha Zamignan, no interior deste Município, neste ato, representado pela seu presidente, Sr. Valdir Zoldan, CPF nº 148.874.289-87, doravante designado simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2019, com fundamento na

Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e com fulcro na Lei Municipal nº 2765/2019, de 22 de maio de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Fomento nº 010/2019 e a utilização do recurso repassado no de 2020, bem como a prestação de contas do referido recurso até 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se as partes por si só, a cumpri-lo, em todos os seus termos.
As demais cláusulas do Termo de Fomento nº 010/2019, permanecem inalteradas.

Município de Quilombo/SC, 10 de dezembro de 2020.

Município de Quilombo Grupo de Idosos Padre Santo Guerra Silvano de Pariz - Prefeito Valdir Zoldan - Presidente

Testemunha 1: Testemunha 2:

Nome: Nome:

CPF nº: CPF nº:

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 05/2020 EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA 06/2020

Publicação Nº 2752884

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 05/2020

EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA 06/2020

DECISÃO

Considerando as normas inerentes ao caso em tela e alicerçado no disposto pelo art. 140 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município – Lei Complementar Municipal n. 032/2001, onde estabelece no caput que “O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos;”

Considerando a ausência de provas quanto ao teor da denúncia manifestada por meio do protocolo nº 00786.2020.000011-06 no sistema de Ouvidoria Fala.Br;

Considerando que o Relatório Final da Comissão, concluindo pelo arquivamento dos autos por falta de material probatório, respeitando o direito constitucional de presunção de inocência – in dubio pro réu;

Considerando o parágrafo único do art. 139 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município – Lei Complementar Municipal n. 032/2001, que dispõe “Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos;”

Acolho o relatório final elaborado pela Comissão, que reconheceu a inocência do servidor Luis Henrique Hilleshein em relação à possível conduta descrita pelo denunciante no sistema Fala.Br de ouvidoria municipal, protocolado sob nº 00786.2020.000011-06, em 25/10/2020, perante qualquer das hipóteses contidas no art. 91, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município – Lei Complementar Municipal n. 032/2001, e determino o arquivamento da Sindicância Administrativa 005/2020.

Gabinete do Prefeito, 07 de dezembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Rancho Queimado

PREFEITURA

PORTARIA 346-2020 ADMITE ARMANDO T JUNIOR MEDICO

Publicação N° 2750756

PORTARIANº 346/2020
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, ARMANDO TARANTO JUNIOR, para ocupar a função de Médico, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 33/2020 até 08 de dezembro de 2021.

Rancho Queimado, em 09 de dezembro de 2020.

INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 347-2020 FRAYNI J A CELESTINO ESTABILIDADE

Publicação N° 2753336

PORTARIANº 347/2020

RECONHECE A ESTABILIDADE
DO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO
QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, considerando o transcurso do período de 03 (três) anos em efetivo exercício no cargo desde a posse do servidor efetivo abaixo indicado, além das aprovações obtidas nas suas correspondentes avaliações durante o estágio probatório, e cumprindo os demais requisitos legais aplicáveis à espécie. RESOLVE:

Art. 1º - Reconhecer, para que produza todos os fins e efeitos jurídicos, o direito à estabilidade do Servidor FRAYNI JOSLEY ALVES CELESTINO, matrícula 178, ocupante do Odontólogo ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Procedam as anotações necessárias no respectivo cadastro funcional, arquivando-se as avaliações.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, 10 de dezembro de 2020.

INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em exercício

Rio do Campo

PREFEITURA

486 PORTARIA N° 486 RETIFICA PORTARIA 465-2020

Publicação N° 2753254

Portaria nº. 486, de 10 de dezembro de 2020.

“RETIFICA PORTARIA 465/2020”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar portaria 465/2020, nos termos a seguir:

ONDE SE LÊ: “Institui Comissão para Reconhecimento de Dívidas de Anos Anteriores”,

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

PASSA-SE A LER: “Instaura Processo Administrativo nº 2 e nomeia comissão para reconhecimento de dívidas de anos anteriores”

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de instauração de Processo Administrativo, visando sedimentar as informações e apurar as responsabilidades individuais.

CONSIDERANDO, ainda que é imprescindível que o Processo Administrativo conduzida por uma Comissão de até 03 (três).

Art. 2º ONDE SE LÊ: “Fica instituída a Comissão para reconhecimento de dívidas de anos anteriores, das farmácias locais, da Prefeitura Municipal de Rio do Campo”.

PASSA-SE A LER: “Fica instaurado processo administrativo nº 2/2020 e instituída a Comissão para reconhecimento de dívidas de anos anteriores, das farmácias locais, da Prefeitura Municipal de Rio do Campo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de novembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Secretária de Administração e Finanças

487 PORTARIA N° 487 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA RAYSSA PASOLD

Publicação N° 2753255

Portaria nº. 487, de 10 de dezembro de 2020.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora RAYSSA PASOLD”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 18 de dezembro de 2020, a servidora RAYSSA PASOLD, matrícula nº. 34330-2, nomeada pela Portaria nº. 92/2020, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Ensino Fundamental – Séries Finais, Nível Básico 1 – ACT NÃO HABILITADO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 18 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini
Coordenadora de Administração e Finanças

ADITIVO Nº 01/2020 AO CONTRATO Nº04/2020

Publicação Nº 2753334

Contrato Nº : 04/2020

Aditivo Nº : 1/2020

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : LABORCENTER LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA.

Licitação : Inexigibilidade 2/2020

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EM NÍVEL DE SERVIÇOS LABORATORIAIS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 10/12/2020

Valor R\$: 15.251,00 (Quinze Mil e Duzentos e Cinquenta e Um Reais)

DISPENSA Nº 24 2020

Publicação Nº 2752418

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020

Fundamento Legal – Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art. 24, inciso II.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO NA DECORAÇÃO NATAL ILUMINADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO.

Empresa: Comercial AMK Eletro Eletrônicos Ltda Me , inscrita no CNPJ sob o nº 10.759.248/0001-94.

Valor: R\$ 11.739,00 (Onze mil setecentos e trinta e nove reais),

Rio do Campo (SC), 09 de dezembro de 2020

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

ERRATA DO PROCESSO Nº 65/2020

Publicação Nº 2752806

ERRATA

No Processo Licitatório nº 65/2020 , onde se lê: "Dispensa de Licitação nº 25/2020 " , Leia-se "Dispensa de licitação nº 24/2020".

Rio do Oeste

PREFEITURA

LEI_2311_LOA_2021

Publicação Nº 2752967



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

1/112

Lei nº 2311/2020 de 09/12/2020

Estima a receita e fixa a despesa do município de Rio do Oeste para o exercício de 2021.

O Prefeito do Município de Rio do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento Geral do Município de Rio do Oeste, para o exercício de 2021, estima a receita e fixa a despesa nos valores previstos no Anexo 01 da presente Lei.

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o desdobramento demonstrado no Anexo 01 da presente lei.

Art. 3º A despesa será realizada de acordo com os anexos previstos no artigo na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2293 de 17 de junho de 2020, que fazem parte da presente Lei, obedecendo à classificação econômica e funcional-programática e o desdobramento institucional demonstrado nos anexos da presente lei.

Art. 4º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação 01000001 - Recursos Ordinários Livres do orçamento fiscal. (ART. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo 14 da presente lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência da unidade gestora não orçados ou orçados a menor.

§ 3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

Art. 5º Fica autorizada, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64 a abertura de créditos adicionais suplementares, limitados a cinco por cento do valor total da despesa fixada no presente orçamento, utilizando:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

2/112

II - o superavit financeiro apurado no balanço do exercício anterior;

III - a anulação de dotações previstas nos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 1º A apuração dos valores previstos nos incisos I e II deste artigo, será por fonte e destinação de recursos observado o disposto no parágrafo único do art. 8º e o art. 50, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Excluem-se do limite previsto no caput deste artigo os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e os provenientes do previsto no inciso II deste artigo.

§ 3º A abertura de créditos adicionais suplementares considerado o disposto no caput deste artigo, poderá ser feita por:

I - decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF);

II – decreto legislativo da Mesa Diretora da Câmara Municipal nos termos do art. 24, IV da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º A renúncia de receita estimada, constante do Anexo 12 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 7º A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de apoio as atividades de defesa civil, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.(ART. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo Controle Interno do município. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 8º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 9º Os programas priorizados no Anexo 15 da Lei nº 2293 de 17/06/2020 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e contemplados na presente Lei serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

3/112

cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e 9º, § 4º da LRF).

Art. 10. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 11. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF), na seguinte ordem de prioridade:

- I – eliminação das despesas com horas extras;
- II – eliminação de vantagens a título de gratificação concedidas a servidores;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 12. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Rio do Oeste, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa não poderá ser classificada no elementos de despesa “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

Art. 13. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 14. Nos casos de necessidade temporária devidamente justificada pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 15. A transferência financeira mensal ao Poder Legislativo no exercício de 2021,



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

4/112

apurada pela fonte de recursos 0.1.00.00.06 - Recursos Vinculados Legislativo, fica limitada a 1/12 avos do total previsto na Lei do Orçamento Anual – LOA para os programas 0101 Processo Legislativo e 0102 – Vereador Mirim.

Art. 16. Na hipótese em que o valor apurado pela fonte de recursos 0.1.00.00.06 - Recursos Vinculados Legislativo for maior que o total previstos nos programas 0101 Processo Legislativo e 0102 – Vereador Mirim, a diferença será orçada na Ação 2004 - Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO.

Art. 17. O saldo financeiro disponível na Câmara de Vereadores ao final do exercício de 2020, será transferido ao Poder Executivo em conta bancária especial e orçados como superavit na Ação 2004 - Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO.

Art. 18. O orçamento previsto para o exercício de 2021 e períodos subseqüentes consignará recursos para ajustes nas despesas com diárias dos poderes Legislativo e Executivo.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Rio do Oeste-SC., 09 de dezembro de 2020

LUIS CARLOS MULLER
Prefeito em exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

5/112

ANEXO 01
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
(Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$
RECEITAS CORRENTES	28.363.092,00	DESPESAS CORRENTES	25.124.570,00
Receitas Tributárias	3.855.470,00	Pessoal e Encargos	12.713.570,00
Receitas de Contribuições	544.800,00	Juros e Encargos da Dívida	162.000,00
Receitas Patrimoniais	291.232,00	Outras Despesas Correntes	12.249.000,00
Receitas Agropecuárias	0,00		
Receitas Industriais	0,00		
Receitas de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	23.501.590,00		
Outras Receitas Correntes	170.000,00		
Déficit	0,00	Superavit	3.238.522,00
Total	28.363.092,00	Total	28.363.092,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.696.262,00	DESPESAS DE CAPITAL	4.892.384,00
Operações de Crédito	0,00	Investimentos	4.446.484,00
Alienação de Bens	350.000,00	Inversões Financeiras	33.900,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	Transferências de Capital	412.000,00
Transferências de Capital	1.346.262,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
Déficit	3.196.122,00	Superavit	0,00
Total	4.892.384,00	Total	4.892.384,00
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	28.363.092,00	DESPESAS CORRENTES	25.124.570,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.696.262,00	DESPESAS DE CAPITAL	4.892.384,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00
TOTAL	30.059.354,00	TOTAL	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

6/112

ANEXO 02
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
(Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
4100000000000000	RECEITAS CORRENTES			28.363.092,00
4110000000000000	RECEITA TRIBUTÁRIA			3.855.470,00
4111000000000000	IMPOSTOS		2.609.000,00	
4111300000000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	855.470,00		
4112000000000000	TAXAS		722.470,00	
4112100000000000	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	218.270,00		
4112200000000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	504.200,00		
4113000000000000	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		524.000,00	
4120000000000000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			544.800,00
4121000000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		20.000,00	
4130000000000000	RECEITA PATRIMONIAL			291.232,00
4131000000000000	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		80.700,00	
4132000000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		210.532,00	
4170000000000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			23.501.590,00
4172000000000000	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		8.003.856,00	
4190000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			170.000,00
4191000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA		80.000,00	
4192000000000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.000,00	
4199000000000000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		80.000,00	
4200000000000000	RECEITAS DE CAPITAL			1.696.262,00
4220000000000000	ALIENAÇÃO DE BENS		350.000,00	
4240000000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.346.262,00	
TOTAL				30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

7/112

ANEXO III

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

RESUMO GERAL DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

(Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF n° 8/85)

Lei n° 2311 de 09/12/2020

DESPESA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
3300000	DESPESAS CORRENTES			25.124.570,00
3310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			12.713.570,00
3317100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		9.812,00	
3319000	APLICAÇÕES DIRETAS		12.703.758,00	
3320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			162.000,00
3329000	APLICAÇÕES DIRETAS		162.000,00	
3330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.249.000,00
3335000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		319.524,00	
3337100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		8.998,00	
3339000	APLICAÇÕES DIRETAS		11.774.694,00	
3339300	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		145.784,00	
3400000	DESPESAS DE CAPITAL			4.892.384,00
3440000	INVESTIMENTOS			4.446.484,00
3449000	APLICAÇÕES DIRETAS		4.446.484,00	
3450000	INVERSÕES FINANCEIRAS			33.900,00
3459000	APLICAÇÕES DIRETAS		33.900,00	
3460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			412.000,00
3469000	APLICAÇÕES DIRETAS		412.000,00	
3900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			42.400,00
3999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		42.400,00	
TOTAL				30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

8/112

ANEXO 04

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO POR ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

(Anexo 6, da Lei 4320/64 Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
Unid. Orçamentária: 101 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
2001 Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	1.065.000,00	0,00	1.065.000,00
2002 Manutenção do Programa Vereador Mirim	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.943.049,12	0,00	1.943.049,12
Unid. Orçamentária: 201 GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.483.937,12	0,00	1.483.937,12
2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	0,00	980.753,12	0,00	980.753,12
2004 Manutenção das Atividades da COMDEC-RO	0,00	503.184,00	0,00	503.184,00
Unid. Orçamentária: 206 FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	296.018,00	0,00	296.018,00
2005 Manutenção dos Conselhos dos Direitos e Tutelar Criança e Adolesc.	0,00	296.018,00	0,00	296.018,00

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 3 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.501.304,88	1.729.502,00	3.230.806,88
Unid. Orçamentária: 301 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.501.304,88	1.729.502,00	3.230.806,88
1 Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	574.000,00	574.000,00
2 Contribuição à Entidades Municipalistas	0,00	0,00	220.624,00	220.624,00
3 Contribuição ao PASEP	0,00	0,00	387.878,00	387.878,00
4 Sentenças Judiciais	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
2006 Manutenção das Atividades Administrativas	0,00	1.501.304,88	0,00	1.501.304,88

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 4 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	2.301.681,00	0,00	2.301.681,00
Unid. Orçamentária: 401 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00
2007 Manutenção do Departamento de Extensão Rural	0,00	534.925,00	0,00	534.925,00
2008 Produtores Rurais do Município Envolvidos com a Pecuária	0,00	180.839,00	0,00	180.839,00
2009 Manutenção das Atividades de Apoio à Agricultura	0,00	110.900,00	0,00	110.900,00
2010 Patrulha Mecanizada	0,00	860.368,00	0,00	860.368,00
Unid. Orçamentária: 402 DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
2011 Manutenção das Atividades de Controle do Meio Ambiente	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 5 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	7.496.060,70	0,00	7.496.060,70
Unid. Orçamentária: 501 DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL	0,00	503.190,70	0,00	503.190,70
2014 Manutenção das Atividades de Apoio à Educação de Jovens e Adultos	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
2015 Alimentação Escolar	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
Unid. Orçamentária: 502 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
2012 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
Unid. Orçamentária: 503 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
2013 Manutenção das Atividades da Educação Infantil	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
Unid. Orçamentária: 504 DEPARTAMENTO DE CULTURA	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
2016 Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 6 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	7.790.955,00	0,00	7.790.955,00
Unid. Orçamentária: 601 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	6.687.931,00	0,00	6.687.931,00
2017 Manutenção das Atividades de Atenção Básica	0,00	4.649.380,00	0,00	4.649.380,00
2018 Manutenção da Farmácia Básica	0,00	634.600,00	0,00	634.600,00
2019 Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	0,00	1.045.887,00	0,00	1.045.887,00
2020 Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	0,00	358.064,00	0,00	358.064,00
Unid. Orçamentária: 602 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.051.224,00	0,00	1.051.224,00
2021 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	439.424,00	0,00	439.424,00
2022 Centro de Referência de Assistência Social	0,00	451.364,00	0,00	451.364,00
2023 Apoio às Atividades de Atenção à Terceira Idade	0,00	160.436,00	0,00	160.436,00
Unid. Orçamentária: 603 FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	51.800,00	0,00	51.800,00
2024 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	0,00	51.800,00	0,00	51.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

9/112

ANEXO IV

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO POR ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

(Anexo 6, da Lei 4320/64 Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 7 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	0,00	1.075.126,00	0,00	1.075.126,00
Unid. Orçamentária: 701 DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	623.926,00	0,00	623.926,00
2025 Manutenção das Atividades do Desporto Amador	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00
Unid. Orçamentária: 702 DEPARTAMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
2026 Manutenção das Atividades de Apoio à Indústria e Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00
2027 Manutenção das Atividades de Apoio ao Turismo	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 8 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
Unid. Orçamentária: 801 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
2028 Manutenção de Estradas Vicinais	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 9 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	2.924.173,00	0,00	2.924.173,00
Unid. Orçamentária: 901 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.633.778,00	0,00	1.633.778,00
2029 Manutenção dos Serviços Urbanos	0,00	923.418,00	0,00	923.418,00
2030 Manutenção da Iluminação Pública	0,00	539.800,00	0,00	539.800,00
2032 Manutenção das Atividades de apoio ao Policiamento	0,00	158.560,00	0,00	158.560,00
Unid. Orçamentária: 902 DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	1.290.395,00	0,00	1.290.395,00
2031 Infraestrutura Urbana	0,00	1.290.395,00	0,00	1.290.395,00

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
Unid. Orçamentária: 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
9999 Reserva de Contingência	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
TOTAL	0,00	28.287.452,00	1.771.902,00	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

10/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN N° 8/85)
Lei n° 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
Unid. Orçamentária: 101 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
2001 Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	1.065.000,00	0,00	1.065.000,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	1.015.000,00	0,00	1.015.000,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	740.000,00	0,00	740.000,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	740.000,00	0,00	740.000,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	275.000,00	0,00	275.000,00
3335000 TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	215.000,00	0,00	215.000,00
3339300 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
2002 Manutenção do Programa Vereador Mirim	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

11/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.943.049,12	0,00	1.943.049,12
Unid. Orçamentária: 201 GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.483.937,12	0,00	1.483.937,12
2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	0,00	980.753,12	0,00	980.753,12
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	795.753,12	0,00	795.753,12
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	469.198,00	0,00	469.198,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	469.198,00	0,00	469.198,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	326.555,12	0,00	326.555,12
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	326.555,12	0,00	326.555,12
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	185.000,00	0,00	185.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	160.000,00	0,00	160.000,00
3450000 INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
3459000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
2004 Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO	0,00	503.184,00	0,00	503.184,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	103.184,00	0,00	103.184,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	103.184,00	0,00	103.184,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	103.184,00	0,00	103.184,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Unid. Orçamentária: 206 FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	296.018,00	0,00	296.018,00
2005 Manutenção dos Conselhos dos Direitos e Tutelar Criança e Adolesc.	0,00	296.018,00	0,00	296.018,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	246.018,00	0,00	246.018,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	186.018,00	0,00	186.018,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	186.018,00	0,00	186.018,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

12/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 3 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.501.304,88	1.729.502,00	3.230.806,88
Unid. Orçamentária: 301 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.501.304,88	1.729.502,00	3.230.806,88
1 Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	574.000,00	574.000,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	162.000,00	162.000,00
3320000 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	162.000,00	162.000,00
3329000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	162.000,00	162.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	412.000,00	412.000,00
3460000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	412.000,00	412.000,00
3469000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	412.000,00	412.000,00
2 Contribuição à Entidades Municipalistas	0,00	0,00	220.624,00	220.624,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	220.624,00	220.624,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	220.624,00	220.624,00
3335000 TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	220.624,00	220.624,00
3 Contribuição ao PASEP	0,00	0,00	387.878,00	387.878,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	387.878,00	387.878,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	387.878,00	387.878,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	387.878,00	387.878,00
4 Sentenças Judiciais	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
2006 Manutenção das Atividades Administrativas	0,00	1.501.304,88	0,00	1.501.304,88
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	1.470.304,88	0,00	1.470.304,88
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	976.932,00	0,00	976.932,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	976.932,00	0,00	976.932,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	493.372,88	0,00	493.372,88
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	481.372,88	0,00	481.372,88
3339300 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

13/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN N° 8/85)
Lei n° 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 4 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	2.301.681,00	0,00	2.301.681,00
Unid. Orçamentária: 401 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00
2007 Manutenção do Departamento de Extensão Rural	0,00	534.925,00	0,00	534.925,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	519.025,00	0,00	519.025,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	402.425,00	0,00	402.425,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	402.425,00	0,00	402.425,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	116.600,00	0,00	116.600,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	116.600,00	0,00	116.600,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.900,00	0,00	15.900,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	15.900,00	0,00	15.900,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	15.900,00	0,00	15.900,00
2008 Produtores Rurais do Município Envolvidos com a Pecuária	0,00	180.839,00	0,00	180.839,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	170.239,00	0,00	170.239,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	129.959,00	0,00	129.959,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	129.959,00	0,00	129.959,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	40.280,00	0,00	40.280,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	40.280,00	0,00	40.280,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
2009 Manutenção das Atividades de Apoio a Agricultura	0,00	110.900,00	0,00	110.900,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	100.300,00	0,00	100.300,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	100.300,00	0,00	100.300,00
3335000 TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	5.300,00	0,00	5.300,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	95.000,00	0,00	95.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
2010 Patrulha Mecanizada	0,00	860.368,00	0,00	860.368,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	148.368,00	0,00	148.368,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	34.768,00	0,00	34.768,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	34.768,00	0,00	34.768,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	113.600,00	0,00	113.600,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	113.600,00	0,00	113.600,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	712.000,00	0,00	712.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	712.000,00	0,00	712.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	712.000,00	0,00	712.000,00
Unid. Orçamentária: 402 DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
2011 Manutenção das Atividades de Controle do Meio Ambiente	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	609.649,00	0,00	609.649,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	31.649,00	0,00	31.649,00
3317100 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	29.649,00	0,00	29.649,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	578.000,00	0,00	578.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	578.000,00	0,00	578.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

14/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 5 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	7.496.060,70	0,00	7.496.060,70
Unid. Orçamentária: 501 DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL	0,00	503.190,70	0,00	503.190,70
2014 Manutenção das Atividades de Apoio a Educação de Jovens e Adultos	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
2015 Alimentação Escolar	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
Unid. Orçamentária: 502 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
2012 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	3.832.199,44	0,00	3.832.199,44
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	2.675.299,44	0,00	2.675.299,44
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	2.675.299,44	0,00	2.675.299,44
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.156.900,00	0,00	1.156.900,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.156.900,00	0,00	1.156.900,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	306.633,00	0,00	306.633,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	301.333,00	0,00	301.333,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	301.333,00	0,00	301.333,00
3450000 INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	5.300,00	0,00	5.300,00
3459000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.300,00	0,00	5.300,00
Unid. Orçamentária: 503 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
2013 Manutenção das Atividades da Educação Infantil	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	2.511.845,56	0,00	2.511.845,56
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	2.032.415,56	0,00	2.032.415,56
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	2.032.415,56	0,00	2.032.415,56
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	479.430,00	0,00	479.430,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	479.430,00	0,00	479.430,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	156.600,00	0,00	156.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	153.000,00	0,00	153.000,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	153.000,00	0,00	153.000,00
3450000 INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00
3459000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00
Unid. Orçamentária: 504 DEPARTAMENTO DE CULTURA	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
2016 Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	174.992,00	0,00	174.992,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	34.112,00	0,00	34.112,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	34.112,00	0,00	34.112,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	140.880,00	0,00	140.880,00
3335000 TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	63.600,00	0,00	63.600,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	71.980,00	0,00	71.980,00
3339300 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	5.300,00	0,00	5.300,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

15/112

ANEXO 05

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

PROGRAMA DE TRABALHO

(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 6 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	7.790.955,00	0,00	7.790.955,00
Unid. Orçamentária: 601 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	6.687.931,00	0,00	6.687.931,00
2017 Manutenção das Atividades de Atenção Básica	0,00	4.649.380,00	0,00	4.649.380,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	3.786.025,00	0,00	3.786.025,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.689.654,00	0,00	1.689.654,00
3317100 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	2.544,00	0,00	2.544,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.687.110,00	0,00	1.687.110,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.096.371,00	0,00	2.096.371,00
3337100 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	6.996,00	0,00	6.996,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.990.891,00	0,00	1.990.891,00
3339300 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	98.484,00	0,00	98.484,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	863.355,00	0,00	863.355,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	863.355,00	0,00	863.355,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	863.355,00	0,00	863.355,00
2018 Manutenção da Farmácia Básica	0,00	634.600,00	0,00	634.600,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	634.600,00	0,00	634.600,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	634.600,00	0,00	634.600,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	634.600,00	0,00	634.600,00
2019 Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	0,00	1.045.887,00	0,00	1.045.887,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	1.030.155,00	0,00	1.030.155,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	763.335,00	0,00	763.335,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	763.335,00	0,00	763.335,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	266.820,00	0,00	266.820,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	266.820,00	0,00	266.820,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.732,00	0,00	15.732,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	15.732,00	0,00	15.732,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	15.732,00	0,00	15.732,00
2020 Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	0,00	358.064,00	0,00	358.064,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	347.464,00	0,00	347.464,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	264.818,00	0,00	264.818,00
3317100 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	4.268,00	0,00	4.268,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	260.550,00	0,00	260.550,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	82.646,00	0,00	82.646,00
3337100 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.002,00	0,00	1.002,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	81.644,00	0,00	81.644,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
Unid. Orçamentária: 602 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.051.224,00	0,00	1.051.224,00
2021 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	439.424,00	0,00	439.424,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	434.124,00	0,00	434.124,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	189.752,00	0,00	189.752,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	189.752,00	0,00	189.752,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	244.372,00	0,00	244.372,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	244.372,00	0,00	244.372,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.300,00	0,00	5.300,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	5.300,00	0,00	5.300,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.300,00	0,00	5.300,00
2022 Centro de Referência de Assistência Social	0,00	451.364,00	0,00	451.364,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	430.364,00	0,00	430.364,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	283.164,00	0,00	283.164,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	283.164,00	0,00	283.164,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	147.200,00	0,00	147.200,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	147.200,00	0,00	147.200,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

16/112

3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00
2023 Apoio às Atividade de Atenção à Terceira Idade	0,00	160.436,00	0,00	160.436,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	134.236,00	0,00	134.236,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	134.236,00	0,00	134.236,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	134.236,00	0,00	134.236,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	26.200,00	0,00	26.200,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	26.200,00	0,00	26.200,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	26.200,00	0,00	26.200,00
Unid. Orçamentária: 603 FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	51.800,00	0,00	51.800,00
2024 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	0,00	51.800,00	0,00	51.800,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	41.200,00	0,00	41.200,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	41.200,00	0,00	41.200,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	41.200,00	0,00	41.200,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

17/112

ANEXO 05

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

PROGRAMA DE TRABALHO

(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 7 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	0,00	1.075.126,00	0,00	1.075.126,00
Unid. Orçamentária: 701 DEPARTAMENTO DE ESPORTES	0,00	623.926,00	0,00	623.926,00
2025 Manutenção das Atividades do Desporto Amador	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	412.490,00	0,00	412.490,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	183.490,00	0,00	183.490,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	183.490,00	0,00	183.490,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	229.000,00	0,00	229.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	229.000,00	0,00	229.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	74.200,00	0,00	74.200,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	74.200,00	0,00	74.200,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	74.200,00	0,00	74.200,00
Unid. Orçamentária: 702 DEPARTAMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
2026 Manutenção das Atividades de Apoio à Indústria e Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00
2027 Manutenção das Atividades de Apoio ao Turismo	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	229.660,00	0,00	229.660,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	102.960,00	0,00	102.960,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	102.960,00	0,00	102.960,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	126.700,00	0,00	126.700,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	126.700,00	0,00	126.700,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	221.540,00	0,00	221.540,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	221.540,00	0,00	221.540,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	221.540,00	0,00	221.540,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

18/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN N° 8/85)
Lei n° 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 8 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
Unid. Orçamentária: 801 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
2028 Manutenção de Estradas Vicinais	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	2.058.502,30	0,00	2.058.502,30
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	551.606,00	0,00	551.606,00
3317100 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	550.606,00	0,00	550.606,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.506.896,30	0,00	1.506.896,30
3337100 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.505.896,30	0,00	1.505.896,30
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	116.600,00	0,00	116.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	116.600,00	0,00	116.600,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	116.600,00	0,00	116.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

19/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 9 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	2.924.173,00	0,00	2.924.173,00
Unid. Orçamentária: 901 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.633.778,00	0,00	1.633.778,00
2029 Manutenção dos Serviços Urbanos	0,00	923.418,00	0,00	923.418,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	912.818,00	0,00	912.818,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	541.818,00	0,00	541.818,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	541.818,00	0,00	541.818,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	371.000,00	0,00	371.000,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	371.000,00	0,00	371.000,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.600,00	0,00	10.600,00
2030 Manutenção da Iluminação Pública	0,00	539.800,00	0,00	539.800,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	459.130,00	0,00	459.130,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	459.130,00	0,00	459.130,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	459.130,00	0,00	459.130,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	80.670,00	0,00	80.670,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	80.670,00	0,00	80.670,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	80.670,00	0,00	80.670,00
2032 Manutenção das Atividades de apoio ao Policiamento	0,00	158.560,00	0,00	158.560,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	72.790,00	0,00	72.790,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	72.790,00	0,00	72.790,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	72.790,00	0,00	72.790,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	85.770,00	0,00	85.770,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	85.770,00	0,00	85.770,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	85.770,00	0,00	85.770,00
Unid. Orçamentária: 902 DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	1.290.395,00	0,00	1.290.395,00
2031 Infraestrutura Urbana	0,00	1.290.395,00	0,00	1.290.395,00
3300000 DESPESAS CORRENTES	0,00	314.011,00	0,00	314.011,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	231.627,00	0,00	231.627,00
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	231.627,00	0,00	231.627,00
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	82.384,00	0,00	82.384,00
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	82.384,00	0,00	82.384,00
3400000 DESPESAS DE CAPITAL	0,00	976.384,00	0,00	976.384,00
3440000 INVESTIMENTOS	0,00	976.384,00	0,00	976.384,00
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	976.384,00	0,00	976.384,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

20/112

ANEXO 05
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
PROGRAMA DE TRABALHO
(Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Órgão: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
Unid. Orçamentária: 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
9999 Reserva de Contingência	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
3900000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
3999900 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
TOTAL	0,00	28.287.452,00	1.771.902,00	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

21/112

ANEXO 06
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUB-FUNÇÕES,
PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS
(Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 1	LEGISLATIVA	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
Subfunção: 31	AÇÃO LEGISLATIVA	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
Programa: 101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	0,00	1.065.000,00	0,00	1.065.000,00
Programa: 102	VEREADOR MIRIM	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 4	ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.482.058,00	0,00	2.482.058,00
Subfunção: 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	2.482.058,00	0,00	2.482.058,00
Programa: 201	ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR	0,00	980.753,12	0,00	980.753,12
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.501.304,88	0,00	1.501.304,88

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 6	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	717.278,00	0,00	717.278,00
Subfunção: 181	POLICIAMENTO	0,00	51.000,00	0,00	51.000,00
Programa: 901	SERVIÇOS ESSENCIAIS	0,00	51.000,00	0,00	51.000,00
Subfunção: 182	DEFESA CIVIL	0,00	666.278,00	0,00	666.278,00
Programa: 202	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	0,00	666.278,00	0,00	666.278,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.399.042,00	0,00	1.399.042,00
Subfunção: 241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0,00	160.436,00	0,00	160.436,00
Programa: 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	160.436,00	0,00	160.436,00
Subfunção: 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	347.818,00	0,00	347.818,00
Programa: 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	347.818,00	0,00	347.818,00
Subfunção: 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	890.788,00	0,00	890.788,00
Programa: 602	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	813.488,00	0,00	813.488,00
Programa: 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	77.300,00	0,00	77.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 10	SAÚDE	0,00	6.687.931,00	0,00	6.687.931,00
Subfunção: 301	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	6.329.867,00	0,00	6.329.867,00
Programa: 601	ATENDIMENTO À SAÚDE	0,00	6.329.867,00	0,00	6.329.867,00
Subfunção: 304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	358.064,00	0,00	358.064,00
Programa: 601	ATENDIMENTO À SAÚDE	0,00	358.064,00	0,00	358.064,00
Subfunção: 305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	0,00	0,00	0,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 12	EDUCAÇÃO	0,00	7.310.468,70	0,00	7.310.468,70
Subfunção: 306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
Programa: 506	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
Subfunção: 361	ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
Programa: 502	ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
Subfunção: 362	ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00
Subfunção: 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
Programa: 503	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
Subfunção: 366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
Programa: 505	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 13	CULTURA	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
Subfunção: 392	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
Programa: 504	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

22/112

ANEXO 06

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUB-FUNÇÕES,
PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Função: 15	URBANISMO	0,00	2.873.173,00	0,00	2.873.173,00
Subfunção: 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	1.409.955,00	0,00	1.409.955,00
Programa: 902	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	0,00	1.409.955,00	0,00	1.409.955,00
Subfunção: 452	SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.463.218,00	0,00	1.463.218,00
Programa: 901	SERVIÇOS ESSENCIAIS	0,00	923.418,00	0,00	923.418,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 18	GESTÃO AMBIENTAL	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
Subfunção: 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
Programa: 402	ATIVIDADES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
Subfunção: 543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	0,00	0,00	0,00	0,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 20	AGRICULTURA	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00
Subfunção: 601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subfunção: 602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Subfunção: 606	EXTENSÃO RURAL	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00
Programa: 401	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 22	INDÚSTRIA	0,00	137.236,00	0,00	137.236,00
Subfunção: 661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	0,00	137.236,00	0,00	137.236,00
Programa: 702	APOIO À INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,00	137.236,00	0,00	137.236,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
Subfunção: 695	TURISMO	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
Programa: 703	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 26	TRANSPORTE	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
Subfunção: 782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
Programa: 801	ESTRADAS VICINAIS	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 27	DESPORTO E LAZER	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00
Subfunção: 812	DESPORTO COMUNITÁRIO	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00
Programa: 701	APOIO AO DESPORTO AMADOR	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	1.729.502,00	1.729.502,00
Subfunção: 843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	574.000,00	574.000,00
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	574.000,00	574.000,00
Subfunção: 845	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	608.502,00	608.502,00
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	608.502,00	608.502,00
Subfunção: 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
Subfunção: 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
Programa: 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
	TOTAL	0,00	28.287.452,00	1.771.902,00	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

23/112

ANEXO 07

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES,
PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 1	LEGISLATIVA	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
Subfunção: 31	AÇÃO LEGISLATIVA	0,00	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00
Programa: 101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	0,00	1.065.000,00	0,00	1.065.000,00
Atividade	Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	1.065.000,00	0,00	1.065.000,00
Programa: 102	VEREADOR MIRIM	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
Atividade	Manutenção do Programa Vereador Mirim	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 4	ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.482.058,00	0,00	2.482.058,00
Subfunção: 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	2.482.058,00	0,00	2.482.058,00
Programa: 201	ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR	0,00	980.753,12	0,00	980.753,12
Atividade	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	0,00	980.753,12	0,00	980.753,12
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.501.304,88	0,00	1.501.304,88
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas	0,00	1.501.304,88	0,00	1.501.304,88

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 6	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	717.278,00	0,00	717.278,00
Subfunção: 181	POLICIAMENTO	0,00	51.000,00	0,00	51.000,00
Programa: 901	SERVIÇOS ESSENCIAIS	0,00	51.000,00	0,00	51.000,00
Atividade	Manutenção das Atividades de apoio ao Policiamento	0,00	51.000,00	0,00	51.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 182	DEFESA CIVIL	0,00	666.278,00	0,00	666.278,00
Programa: 202	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	0,00	666.278,00	0,00	666.278,00
Atividade	Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO	0,00	666.278,00	0,00	666.278,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.399.042,00	0,00	1.399.042,00
Subfunção: 241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0,00	160.436,00	0,00	160.436,00
Programa: 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	160.436,00	0,00	160.436,00
Atividade	Apoio às Atividade de Atenção à Terceira Idade	0,00	160.436,00	0,00	160.436,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	347.818,00	0,00	347.818,00
Programa: 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	347.818,00	0,00	347.818,00
Atividade	Manutenção dos Conselhos dos Direitos e Tutelar Criança e Adolesc.	0,00	296.018,00	0,00	296.018,00
Atividade	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	0,00	51.800,00	0,00	51.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	890.788,00	0,00	890.788,00
Programa: 602	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	813.488,00	0,00	813.488,00
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	439.424,00	0,00	439.424,00
Programa: 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	77.300,00	0,00	77.300,00
Atividade	Centro de Referência de Assistência Social	0,00	77.300,00	0,00	77.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 10	SAÚDE	0,00	6.687.931,00	0,00	6.687.931,00
Subfunção: 301	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	6.329.867,00	0,00	6.329.867,00
Programa: 601	ATENDIMENTO À SAÚDE	0,00	6.329.867,00	0,00	6.329.867,00
Atividade	Manutenção das Atividades de Atenção Básica	0,00	4.649.380,00	0,00	4.649.380,00
Atividade	Manutenção da Farmácia Básica	0,00	634.600,00	0,00	634.600,00
Atividade	Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	0,00	1.045.887,00	0,00	1.045.887,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

24/112

ANEXO 07

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES,
PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**

(Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	358.064,00	0,00	358.064,00
Programa: 601	ATENDIMENTO À SAÚDE	0,00	358.064,00	0,00	358.064,00
Atividade	Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	0,00	358.064,00	0,00	358.064,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 12	EDUCAÇÃO	0,00	7.310.468,70	0,00	7.310.468,70
Subfunção: 306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
Programa: 506	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00
Atividade	Alimentação Escolar	0,00	310.768,00	0,00	310.768,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 361	ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
Programa: 502	ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	0,00	4.138.832,44	0,00	4.138.832,44

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
Programa: 503	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56
Atividade	Manutenção das Atividades da Educação Infantil	0,00	2.668.445,56	0,00	2.668.445,56

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
Programa: 505	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio a Educação de Jovens e Adultos	0,00	192.422,70	0,00	192.422,70

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 13	CULTURA	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
Subfunção: 392	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
Programa: 504	DIFUSÃO CULTURAL	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	0,00	185.592,00	0,00	185.592,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 15	URBANISMO	0,00	2.873.173,00	0,00	2.873.173,00
Subfunção: 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	1.409.955,00	0,00	1.409.955,00
Programa: 902	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	0,00	1.409.955,00	0,00	1.409.955,00
Atividade	Infraestrutura Urbana	0,00	1.302.395,00	0,00	1.302.395,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 452	SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.463.218,00	0,00	1.463.218,00
Programa: 901	SERVIÇOS ESSENCIAIS	0,00	923.418,00	0,00	923.418,00
Atividade	Manutenção dos Serviços Urbanos	0,00	923.418,00	0,00	923.418,00
Atividade	Manutenção da Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 18	GESTÃO AMBIENTAL	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
Subfunção: 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
Programa: 402	ATIVIDADES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00
Atividade	Manutenção das Atividades de Controle do Meio Ambiente	0,00	614.649,00	0,00	614.649,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 20	AGRICULTURA	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00
Subfunção: 606	EXTENSÃO RURAL	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00
Programa: 401	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	0,00	1.687.032,00	0,00	1.687.032,00
Atividade	Manutenção do Departamento de Extensão Rural	0,00	534.925,00	0,00	534.925,00
Atividade	Produtores Rurais do Município Envolvidos com a Pecuária	0,00	180.839,00	0,00	180.839,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

25/112

Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio a Agricultura	0,00	110.900,00	0,00	110.900,00
Atividade	Patrulha Mecanizada	0,00	860.368,00	0,00	860.368,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

26/112

ANEXO 07

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES,
PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN N° 8/85)

Lei n° 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 22	INDÚSTRIA	0,00	137.236,00	0,00	137.236,00
Subfunção: 661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	0,00	137.236,00	0,00	137.236,00
Programa: 702	APOIO À INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,00	137.236,00	0,00	137.236,00
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio à Indústria e Comércio	0,00	137.236,00	0,00	137.236,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
Subfunção: 695	TURISMO	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
Programa: 703	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio ao Turismo	0,00	451.200,00	0,00	451.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 26	TRANSPORTE	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
Subfunção: 782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
Programa: 801	ESTRADAS VICINAIS	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30
Atividade	Manutenção de Estradas Vicinais	0,00	2.175.102,30	0,00	2.175.102,30

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 27	DESPORTO E LAZER	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00
Subfunção: 812	DESPORTO COMUNITÁRIO	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00
Programa: 701	APOIO AO DESPORTO AMADOR	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00
Atividade	Manutenção das Atividades do Desporto Amador	0,00	486.690,00	0,00	486.690,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	1.729.502,00	1.729.502,00
Subfunção: 843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	574.000,00	574.000,00
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	574.000,00	574.000,00
Operação Especial	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	574.000,00	574.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 845	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	608.502,00	608.502,00
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	608.502,00	608.502,00
Operação Especial	Contribuição à Entidades Municipalistas	0,00	0,00	220.624,00	220.624,00
Atividade	Contribuição ao PASEP	0,00	0,00	387.878,00	387.878,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Subfunção: 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
Programa: 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00
Atividade	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	547.000,00	547.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
Função: 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
Subfunção: 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
Programa: 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00
Operação Especial	Reserva de Contingência	0,00	0,00	42.400,00	42.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Projeto	Atividade	Operação Especial	TOTAL
	TOTAL	0,00	28.287.452,00	1.771.902,00	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

27/112

ANEXO 08

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUB-FUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

(Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 1	LEGISLATIVA	0,00	0,00	1.080.000,00
Subfunção 31	AÇÃO LEGISLATIVA	0,00	1.080.000,00	1.080.000,00
Programa 101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	0,00	1.065.000,00	1.065.000,00
Programa 102	VEREADOR MIRIM	0,00	15.000,00	15.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 4	ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	2.482.058,00
Subfunção 122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.327.058,00	155.000,00	2.482.058,00
Programa 201	ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR	825.753,12	155.000,00	980.753,12
Programa 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.501.304,88	0,00	1.501.304,88

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 6	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	717.278,00
Subfunção 181	POLICIAMENTO	0,00	51.000,00	51.000,00
Programa 901	SERVIÇOS ESSENCIAIS	0,00	51.000,00	51.000,00
Subfunção 182	DEFESA CIVIL	163.094,00	503.184,00	666.278,00
Programa 202	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	163.094,00	503.184,00	666.278,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	1.399.042,00
Subfunção 241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	160.436,00	0,00	160.436,00
Programa 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	160.436,00	0,00	160.436,00
Subfunção 243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	327.818,00	20.000,00	347.818,00
Programa 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	327.818,00	20.000,00	347.818,00
Subfunção 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	762.916,00	127.872,00	890.788,00
Programa 602	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	697.616,00	115.872,00	813.488,00
Programa 603	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	65.300,00	12.000,00	77.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 10	SAÚDE	0,00	0,00	6.687.931,00
Subfunção 301	ATENÇÃO BÁSICA	0,00	6.329.867,00	6.329.867,00
Programa 601	ATENDIMENTO À SAÚDE	0,00	6.329.867,00	6.329.867,00
Subfunção 304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	358.064,00	358.064,00
Programa 601	ATENDIMENTO À SAÚDE	0,00	358.064,00	358.064,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 12	EDUCAÇÃO	0,00	0,00	7.310.468,70
Subfunção 306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	212.000,00	98.768,00	310.768,00
Programa 506	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	212.000,00	98.768,00	310.768,00
Subfunção 361	ENSINO FUNDAMENTAL	5.000,00	4.133.832,44	4.138.832,44
Programa 502	ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.000,00	4.133.832,44	4.138.832,44
Subfunção 365	EDUCAÇÃO INFANTIL	3.571,00	2.664.874,56	2.668.445,56
Programa 503	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.571,00	2.664.874,56	2.668.445,56
Subfunção 366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	192.422,70	0,00	192.422,70
Programa 505	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	192.422,70	0,00	192.422,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

28/112

ANEXO 08

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUB-FUNÇÕES
E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS
(Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 13	CULTURA	0,00	0,00	185.592,00
Subfunção 392	DIFUSÃO CULTURAL	185.592,00	0,00	185.592,00
Programa 504	DIFUSÃO CULTURAL	185.592,00	0,00	185.592,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 15	URBANISMO	0,00	0,00	2.873.173,00
Subfunção 451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	322.787,00	1.087.168,00	1.409.955,00
Programa 902	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	322.787,00	1.087.168,00	1.409.955,00
Subfunção 452	SERVIÇOS URBANOS	923.418,00	539.800,00	1.463.218,00
Programa 901	SERVIÇOS ESSENCIAIS	923.418,00	0,00	923.418,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 18	GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	614.649,00
Subfunção 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	564.649,00	50.000,00	614.649,00
Programa 402	ATIVIDADES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	564.649,00	50.000,00	614.649,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 20	AGRICULTURA	0,00	0,00	1.687.032,00
Subfunção 606	EXTENSÃO RURAL	1.111.032,00	576.000,00	1.687.032,00
Programa 401	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	1.111.032,00	576.000,00	1.687.032,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 22	INDÚSTRIA	0,00	0,00	137.236,00
Subfunção 661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	137.236,00	0,00	137.236,00
Programa 702	APOIO À INDÚSTRIA E COMÉRCIO	137.236,00	0,00	137.236,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	451.200,00
Subfunção 695	TURISMO	430.500,00	20.700,00	451.200,00
Programa 703	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	430.500,00	20.700,00	451.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 26	TRANSPORTE	0,00	0,00	2.175.102,30
Subfunção 782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.147.496,30	27.606,00	2.175.102,30
Programa 801	ESTRADAS VICINAIS	2.147.496,30	27.606,00	2.175.102,30

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 27	DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	486.690,00
Subfunção 812	DESPORTO COMUNITÁRIO	416.690,00	70.000,00	486.690,00
Programa 701	APOIO AO DESPORTO AMADOR	416.690,00	70.000,00	486.690,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	1.729.502,00
Subfunção 843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	562.000,00	12.000,00	574.000,00
Programa 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	562.000,00	12.000,00	574.000,00
Subfunção 845	TRANSFERÊNCIAS	608.502,00	0,00	608.502,00
Programa 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	608.502,00	0,00	608.502,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

29/112

Subfunção 846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	547.000,00	0,00	547.000,00
Programa 301	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	547.000,00	0,00	547.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

30/112

ANEXO 08

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES, SUB-FUNÇÕES

E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

(Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN N° 8/85)

Lei n° 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
Função 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	42.400,00
Subfunção 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,00	42.400,00
Programa 999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,00	42.400,00
TOTAL		12.153.618,00	17.905.736,00	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

31/112

ANEXO 09

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

(Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN N° 08/85)

Lei n° 2311 de 09/12/2020

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	LEGISLATIVA	ADMINISTRAÇÃO	SEGURANÇA	ASSISTÊNCIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	1.080.000,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	980.753,12	666.278,00	296.018,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.501.304,88	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	1.103.024,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	0,00	51.000,00	0,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	SAÚDE	EDUCAÇÃO	CULTURA	URBANISMO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	7.310.468,70	185.592,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.687.931,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	0,00	0,00	2.873.173,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	GESTÃO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	614.649,00	1.687.032,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	0,00	0,00	137.236,00	451.200,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00

ÓRGÃOS/FUNÇÕES	TRANSPORTE	DESPORTO	ENCARGOS	RESERVA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	1.729.502,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	0,00	486.690,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	2.175.102,30	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

32/112

ANEXO 09

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

(Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN N° 08/85)

Lei n° 2311 de 09/12/2020

TOTAL POR FUNÇÕES	VALOR
1 - LEGISLATIVA	1.080.000,00
4 - ADMINISTRAÇÃO	2.482.058,00
6 - SEGURANÇA PÚBLICA	717.278,00
8 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.399.042,00
10 - SAÚDE	6.687.931,00
12 - EDUCAÇÃO	7.310.468,70
13 - CULTURA	185.592,00
15 - URBANISMO	2.873.173,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	614.649,00
20 - AGRICULTURA	1.687.032,00
22 - INDÚSTRIA	137.236,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	451.200,00
26 - TRANSPORTE	2.175.102,30
27 - DESPORTO E LAZER	486.690,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.729.502,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00

TOTAL POR ÓRGÃOS	VALOR
1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	1.080.000,00
2 - GABINETE DO PREFEITO	1.943.049,12
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.230.806,88
4 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.301.681,00
5 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	7.496.060,70
6 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.790.955,00
7 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	1.075.126,00
8 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	2.175.102,30
9 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	2.924.173,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

33/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	301
Função:	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Sub-função:	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	843
Programa:	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	301
Operação Especial	Amortização da Dívida Interna	1

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
9001	Amortização da Dívida Interna	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Parcelas contrato	12

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	562.000,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	12.000,00
Soma		574.000,00

DIAGNÓSTICO

O município pretende contratar financiamento junto às instituições financeiras para aquisição de equipamentos e para pavimentação de vias.

OBJETIVOS

Amortização da Dívida Interna

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	162.000,00	0,00	162.000,00
3200	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	162.000,00	0,00	162.000,00
3290	APLICAÇÕES DIRETAS	162.000,00	0,00	162.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	400.000,00	12.000,00	412.000,00
4600	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	12.000,00	412.000,00
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	400.000,00	12.000,00	412.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

34/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	301
Função:	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Sub-função:	TRANSFERÊNCIAS	845
Programa:	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	301
Operação Especial	Contribuição à Entidades Municipalistas	2

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
9002	Contribuição à Entidades Municipalistas	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Consultoria	12

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	220.624,00
	Soma	220.624,00

DIAGNÓSTICO

O Município é associado à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), à Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidades que prestam assessoria e defendem os interesses do Município.

OBJETIVOS

Disponer de assessoria técnica e fortalecer a participação do Município em âmbito Regional, Estadual e Federal.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	220.624,00	0,00	220.624,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	220.624,00	0,00	220.624,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	220.624,00	0,00	220.624,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

35/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	301
Função:	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Sub-função:	TRANSFERÊNCIAS	845
Programa:	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	301
Atividade	Contribuição ao PASEP	3

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
9003	Contribuição ao PASEP	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Reserva de contingência	1

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	387.878,00
Soma		387.878,00

DIAGNÓSTICO

A contribuição ao PASEP tem como base de cálculo as receitas correntes efetivamente arrecadadas pelo Município sobre as quais aplica-se o percentual de 1% com recolhimento mensal.

OBJETIVOS

Atender a legislação vigente.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	387.878,00	0,00	387.878,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	387.878,00	0,00	387.878,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	387.878,00	0,00	387.878,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

36/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	301
Função:	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Sub-função:	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa:	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	301
Atividade	Sentenças Judiciais	4

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
9004	Sentenças Judiciais	
UNIDADE	PRODUTO	META
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	547.000,00
Soma		547.000,00

DIAGNÓSTICO

Encontram-se em tramitação no Poder Judiciário processos tendo como réu o Município de Rio do Oeste, com provável emissão de precatórios de execução de sentença para o período de 2021 a 2022.

OBJETIVOS

Cumprir decisão judicial com os respectivos pagamentos aos requerentes.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	547.000,00	0,00	547.000,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	547.000,00	0,00	547.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	547.000,00	0,00	547.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

37/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	1
Unidade Orçamentária:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	101
Função:	LEGISLATIVA	1
Sub-função:	AÇÃO LEGISLATIVA	31
Programa:	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	101
Atividade	Manutenção das Atividades Legislativas	2001

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2001	Manutenção das Atividades Legislativas	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Sessões legislativas	48
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	1.065.000,00
Soma		1.065.000,00

DIAGNÓSTICO

O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Oeste, com sede própria na Rua Paulo Sardagna, 797, sendo constituído por nove Vereadores. O quadro de pessoal é composto por quatro cargos para servidores efetivos e dois comissionados.

Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município e exercer o controle externo sobre as contas municipais.

Reúne-se ordinariamente na sede do Município, de 02 de fevereiro à 17 de julho e 01 de agosto a 22 de dezembro e extraordinariamente na forma estabelecida no Regimento Interno. São realizadas 04 (quatro) sessões ordinárias no mês, às terças-feiras, com início às 19 (dezenove) horas e duração mínima de 02 (duas) horas.

Os serviços de assessoria jurídica são realizados por servidor em cargo comissionado de acordo com o Plano de Cargos e Salários da Câmara e, complementarmente, pela UCAVI e UVESC, entidades das quais a Câmara é associada.

Possui página própria na internet hospedada no servidor da Prefeitura. A publicidade dos atos e atividades legislativas é feita no Diário Oficial dos Municípios, na página da internet e mural público.

Houve vacância no cargo de Secretária Executiva devido aposentadoria da titular com concurso público suspenso devido a pandemia.

OBJETIVOS

Manutenção da estrutura e aperfeiçoamento dos trabalhos legislativos da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Oeste, atendendo as exigências legais e constitucionais dos instrumentos de controle e transparência.

Implementação e participação em entidades municipalistas de apoio e suporte técnico ao Poder Legislativo.

Participação em Consórcio Público de Informática para implantação do Portal da Câmara, visando melhorar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e Canal Direto com o Cidadão. Aprimoramento dos sistemas de informática e do acesso à internet para incrementar o Portal da Transparência e demais Sistemas via Web, incluindo a transmissão em áudio e vídeo das atividades legislativas nas mídias sociais e no portal. Instalação de servidor para implantação da rede interna de informática.

Manutenção e aquisição de móveis, utensílios e equipamentos para atender as demandas da Sede. Conservação do prédio, incluindo o ajardinamento do entorno.

Aumento da carga horária semanal do cargo de assessor jurídico. Pagamento de auxílio-alimentação aos servidores. Realização de Concurso Público para preenchimento de cargos essenciais ao funcionamento do Poder Legislativo Municipal.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	0,00	1.015.000,00	1.015.000,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	740.000,00	740.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	740.000,00	740.000,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	275.000,00	275.000,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	30.000,00	30.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	215.000,00	215.000,00
3393	TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	30.000,00	30.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	50.000,00	50.000,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	50.000,00	50.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	50.000,00	50.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

38/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	1
Unidade Orçamentária:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	101
Função:	LEGISLATIVA	1
Sub-função:	AÇÃO LEGISLATIVA	31
Programa:	VEREADOR MIRIM	102
Atividade	Manutenção do Programa Vereador Mirim	2002

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2002	Atividades do Vereador Mirim	
UNIDADE	PRODUTO	META
Sessões	Sessões legislativas mirins	20

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	15.000,00
Soma		15.000,00

DIAGNÓSTICO

O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Oeste, composta por nove vereadores com a proposta de um programa que busca contribuir para a formação da cidadania e o entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira.

Diante da conjuntura política atual, as crianças e jovens não estão mais conseguindo estabelecer o vínculo da cidadania, tendo uma visão distorcida do processo político ideal.

Somente com a criação de uma nova consciência, através da promoção do inter-relacionamento entre alunos, escolas e comunidade, podemos estabelecer um novo conceito de administração pública, baseado num contexto de competitividade, representatividade, responsabilidade e moralidade.

Visita a órgãos públicos e conhecimento de projetos educativos. Conhecimento de Câmaras Mirins de outras cidades.

Recebimento de alunos das escolas do município e de Câmaras Mirins de outras cidades para acompanhamento das sessões mirins.

OBJETIVOS

Integrar o Poder Legislativo Municipal com todos os alunos do 5º ao 9º ano das escolas das redes municipal e estadual de ensino de Rio do Oeste.

Semear entre os estudantes a compreensão do papel do Legislativo Municipal no contexto social em que vivem, baseados na democracia, buscando colaborar com todos que sonham com uma sociedade mais justa, bonita, arborizada, livre, pacífica, igualitária, fraterna, com oportunidades de emprego, estudo e lazer.

Dar continuidade a divulgação do Programa Vereador Mirim e conhecimento de Câmaras Mirins de outras cidades, bem como, de outros programas afins.

Promoção de visitas a órgãos públicos do município, de outras cidades e regiões, para conhecer o funcionamento, inclusive de novos projetos educativos.

Recebimento de alunos das escolas do município e de Câmaras Mirins de outras cidades para acompanhamento das sessões mirins.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	0,00	15.000,00	15.000,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	15.000,00	15.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	15.000,00	15.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

39/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	GABINETE DO PREFEITO	201
Função:	ADMINISTRAÇÃO	4
Sub-função:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa:	ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR	201
Atividade	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	2003

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Atividades de Coordenação Superior	12

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	825.753,12
1890001	Alienações Bens Recursos Não Vinculados	150.000,00
1890002	Rem. Dep. Banc. Alineação Bens - Outros	5.000,00
Soma		980.753,12

DIAGNÓSTICO		
O Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito é órgão responsável pela coordenação do Poder Executivo. Tem como assessoria direta a Controladoria, a Comunicação Social, a Defesa Civil e Assessoria Jurídica.		

OBJETIVOS	
Manutenção das atividades de administração e coordenação superior.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	795.753,12	0,00	795.753,12
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	469.198,00	0,00	469.198,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	469.198,00	0,00	469.198,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	326.555,12	0,00	326.555,12
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	326.555,12	0,00	326.555,12
4000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	155.000,00	185.000,00
4400	INVESTIMENTOS	5.000,00	155.000,00	160.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	155.000,00	160.000,00
4500	INVERSÕES FINANCEIRAS	25.000,00	0,00	25.000,00
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	25.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

40/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	GABINETE DO PREFEITO	201
Função:	SEGURANÇA PÚBLICA	6
Sub-função:	DEFESA CIVIL	182
Programa:	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	202
Atividade	Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO	2004

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2004	Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Atividades de Coordenação	12
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	163.094,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	483.184,00
1000056	Rem. Dep. Banc. Legislativo	20.000,00
Soma		666.278,00

DIAGNÓSTICO

A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, é composta pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Rio do Oeste e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Rio do Oeste (COMPDEC-RO), com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade em consonância com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC.

Os equipamentos de combate a incêndio bem como os barcos para atividades em período de enchente encontram-se em imóvel alugado, porém sem manutenção periódica.

OBJETIVOS
Manutenção das atividades permanentes e de defesa preventiva, destinadas a evitar consequências danosas de fenômenos anormais e adversos, que possam afetar a comunidade, bem como o compute de medidas de socorro, assistenciais e recuperativas quando da ocorrência de tais fenômenos, com o fim de restabelecer o bem-estar social.
Manutenção do sistema de comunicação alternativa por rádio VHF já ativo com link de comunicação para emergências com o litoral, principalmente com a Defesa Civil Estadual, via frequência de radioamadores.
Manutenção e ampliação dos alojamentos para enfrentamento do eventos adversos.
Revisar o cronograma de atividades para a COMPDEC-RO em períodos de normalidade e o manual de operações em emergências.
Construir a sede da Defesa Civil em conjunto com o quartel dos Bombeiros Militares de Santa Catarina.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	152.494,00	103.184,00	255.678,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	93.134,00	0,00	93.134,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	93.134,00	0,00	93.134,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.360,00	103.184,00	162.544,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	59.360,00	103.184,00	162.544,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.600,00	400.000,00	410.600,00
4400	INVESTIMENTOS	10.600,00	400.000,00	410.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.600,00	400.000,00	410.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

41/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	206
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	243
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	603
Atividade	Manutenção dos Conselhos dos Direitos e Tutelar Criança e Adolesc.	2005

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2005	Proteção à Criança e ao Adolescente	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Atividades de Coordenação do Conselho	12
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	296.018,00
Soma		296.018,00

DIAGNÓSTICO

Além das atividades voltadas para o apoio à criança e ao adolescente nas unidades educacionais, o município mantém uma estrutura de assistência com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 O Conselho Tutelar é composto por 5 membros eleitos, que atuam em regime permanente com remuneração mensal.

OBJETIVOS	
Atendimento a jovens em situação de risco para cumprimento ao seu direito de integração à sociedade.	
Capacitar os Conselheiros do CMDCA e CT para desenvolvimento e aprimoramento no atendimento à Criança e ao Adolescente. Celebrar convênios com entidades afins para apoio na reeducação de crianças e adolescentes.	
Propiciar condições de reflexão do ato infracional praticado por adolescentes em conflito com a lei.	
Encaminhar adolescentes às entidades cadastradas para cumprirem as medidas sócio-educativas.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	246.018,00	0,00	246.018,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	186.018,00	0,00	186.018,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	186.018,00	0,00	186.018,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000,00	0,00	60.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	60.000,00	0,00	60.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	50.000,00
4400	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	50.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	50.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

42/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	301
Função:	ADMINISTRAÇÃO	4
Sub-função:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa:	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	301
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas	2006

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2006	Atividades de Planejamento e Administração	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Atividade Administrativa	12

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	1.501.304,88
Soma		1.501.304,88

DIAGNÓSTICO		
O gerenciamento administrativo de recursos humanos, contabilidade central e dos fundos municipais, patrimônio, processos licitatórios, projetos, leis e decretos, controle financeiro, bem como suporte administrativo aos demais órgãos é centralizado na Secretaria. da Administração.		

OBJETIVOS	
Oferecer cursos de reciclagem ao pessoal administrativo com incentivo à rotação de setores para ampliar os conhecimentos estabelecendo intercâmbio entre as funções. Interagir com as demais Secretarias para implantação do sistema descentralizado de gerência dos recursos.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	1.470.304,88	0,00	1.470.304,88
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	976.932,00	0,00	976.932,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	976.932,00	0,00	976.932,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	493.372,88	0,00	493.372,88
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	481.372,88	0,00	481.372,88
3393	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	12.000,00	0,00	12.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	31.000,00	0,00	31.000,00
4400	INVESTIMENTOS	31.000,00	0,00	31.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	31.000,00	0,00	31.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

43/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	401
Função:	AGRICULTURA	20
Sub-função:	EXTENSÃO RURAL	606
Programa:	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	401
Atividade	Manutenção do Departamento de Extensão Rural	2007

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2007	Atividades de Extensão Rural	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Atividades de Extensão Rural	12

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	534.925,00
Soma		534.925,00

DIAGNÓSTICO

A atividade agrícola do município está alicerçada em micro-propriedades e pequenas propriedades que exploram a fumiicultura, milho, arroz irrigado, feijão, mandioca, olerícolas, mudas ornamentais e frutíferas, leite e suínos.

Devido ao modelo de pequena propriedade a subsistência é crítica com forte evasão, principalmente, dos jovens para outros centros urbanos.

Uma parcela significativa das propriedades tem dificuldades para usar a mecanização agrícola, devido a falta de recursos financeiros.

OBJETIVOS

Manutenção das atividades de extensão rural com ênfase no fomento e diversificação da produção agropecuária com alternativas viáveis de produtividade para fixação dos agricultores no campo.

Estabelecer junto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural programa de apoio à utilização da mecanização agrícola.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	519.025,00	0,00	519.025,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	402.425,00	0,00	402.425,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	402.425,00	0,00	402.425,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	116.600,00	0,00	116.600,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	116.600,00	0,00	116.600,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	15.900,00	0,00	15.900,00
4400	INVESTIMENTOS	15.900,00	0,00	15.900,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	15.900,00	0,00	15.900,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

44/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	401
Função:	AGRICULTURA	20
Sub-função:	EXTENSÃO RURAL	606
Programa:	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	401
Atividade	Produtores Rurais do Município Envolvidos com a Pecuária	2008

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2008	Apoio à Produção Pecuária	
UNIDADE	PRODUTO	META
Litros	Produção de leite	10000000
Hectares	Pastagens Melhoradas	100

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	180.839,00
Soma		180.839,00

DIAGNÓSTICO

O pequeno produtor tem na atividade leiteira a base financeira para as pequenas despesas mensais da propriedade, mas a produtividade ainda é baixa desestimulando a produção como alternativa de renda.

A topografia dos terrenos utilizados para pastejo na maioria das propriedades rurais é altamente acidentada, além de serem reservadas para as pastagens, normalmente, áreas de baixa produtividade para outras culturas. A prática resulta em pastagens com poucos nutrientes, havendo necessidade de complemento alimentar em forma de ração para o rebanho e, por consequência, altos custos de produção.

OBJETIVOS

Melhoria genética do rebanho leiteiro, com ênfase para a inseminação artificial, através da aquisição de equipamentos, sêmen, nitrogênio e outros materiais necessários ao desenvolvimento da ação. Treinamento e manutenção de mão-de-obra especializada, além de um suporte técnico para a área de sanidade e nutrição dos animais. A ação será por execução direta ou por convênios com entidades representativas da atividade.

Aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção, através da adoção de pastoreio rotativo e melhoria dos campos nativos. Orientação técnica individual e grupal, piqueteamento de pastagens, correção da acidez do solo destas áreas, enriquecimento das pastagens nativas com sobre-semeadura.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	170.239,00	0,00	170.239,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	129.959,00	0,00	129.959,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	129.959,00	0,00	129.959,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.280,00	0,00	40.280,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	40.280,00	0,00	40.280,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.600,00	0,00	10.600,00
4400	INVESTIMENTOS	10.600,00	0,00	10.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.600,00	0,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

45/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	401
Função:	AGRICULTURA	20
Sub-função:	EXTENSÃO RURAL	606
Programa:	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	401
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio a Agricultura	2009

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2009	Incentivo à Produção Agrícola	
UNIDADE	PRODUTO	META
Hectares	Área cultivada com adubação verde	100
Tonelada	Calcário	250
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	110.900,00
Soma		110.900,00

DIAGNÓSTICO		
<p>- Os altos custos de produção estão inviabilizando a tradicional forma de cultivo na pequena propriedade. O uso de defensivos agrícolas tem apresentado danos ao meio-ambiente e também ao agricultor gerando uma atividade de risco tanto financeiro quanto de saúde. Esses fatores aliados à topografia adversa de nosso município tem proporcionado o forte êxodo rural, principalmente entre os mais jovens.
</p> <p>- As áreas propícias ao cultivo tem demonstrado perda de produtividade e um dos principais motivos tem sido o solo com correção inadequada.
</p> <p>- O Município possui excelentes condições climáticas e de solo, além de produtores capacitados e com tradição, para a produção de mudas frutíferas, ornamentais e florestais. Tem mais de 40 famílias envolvidas diretamente com a atividade, muitas delas com bom retorno financeiro, porém existe potencial para que a atividade cresça.
</p> <p>- Durante o ciclo da madeira o município sofreu grande perda na cobertura vegetal, inclusive em áreas legais de preservação permanente e áreas não recomendadas para culturas anuais devido ao relevo acidentado e propensas a forte erosão.</p>		

OBJETIVOS	
<p>- Desenvolver no município um trabalho de base para a produção orgânica economicamente viável como matéria prima para conservas e compotas, como também venda in-natura. A ação será feita através da orientação técnica individual e grupal envolvendo a família dos agricultores, Epagri e empresas do ramo para, inicialmente, melhorar a alimentação dos próprios produtores rurais e posteriormente viabilizar as culturas como fonte de renda alternativa.</p> <p>- Aumentar o teor de matéria orgânica nas áreas de cultivo e a rotação de culturas visando a recuperação do solo diminuindo a dependência de produtos industrializados como adubo e congêneres. Adquirir equipamentos que possibilitem plantio de forrageiras com maior eficiência e economia, a serem utilizados em demonstrações técnicas para incentivar os produtores rurais de modificarem seus métodos de manejo do solo.</p> <p>- Possibilitar o aumento da produção agrícola através da análise e correção do solo incentivando, entre outras técnicas, a utilização do calcário com o apoio da Secretaria Municipal da Agricultura segundo as normas definidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Rio do Oeste.</p> <p>- Estabelecer cooperação com EPAGRI, SEBRAE/SC, APROESC, SENAR, Produtores e Associações do município para organizar e planejar as ações para a produção de mudas frutíferas, ornamentais e florestais em Rio do Oeste.</p> <p>- Incentivar o reflorestamento com plantas exóticas em áreas não recomendadas para culturas anuais, objetivando atender necessidades internas da propriedade e como alternativa de renda na pequena propriedade a longo prazo e a preservação das matas nativas evitando a devastação das áreas remanescentes e sua ampliação através do plantio de espécies nativas.</p>	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	100.300,00	0,00	100.300,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.300,00	0,00	100.300,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.300,00	0,00	5.300,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	95.000,00	0,00	95.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.600,00	0,00	10.600,00
4400	INVESTIMENTOS	10.600,00	0,00	10.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.600,00	0,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

46/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	401
Função:	AGRICULTURA	20
Sub-função:	EXTENSÃO RURAL	606
Programa:	APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	401
Atividade	Patrulha Mecanizada	2010

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2010	Patrulha Mecanizada	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Equipamentos adquiridos	1
Km	Manutenção das estradas de acesso às propriedades	100
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	284.368,00
1000011	Prog. Melhoria Qualidade de Vida - PMQV	50.000,00
1340009	Aquisição de Equipamentos e Veículos	526.000,00
Soma		860.368,00

DIAGNÓSTICO

A economia do município está baseada numa agricultura diversificada, desenvolvida por pequenos produtores rurais. Com aproximadamente 1.000 km de estradas vicinais e equipamentos obsoletos o desenvolvimento do setor primário vem sendo prejudicado ocasionando transtornos aos agricultores no planejamento e execução de suas atividades com conseqüente prejuízo ao município.

OBJETIVOS

Com a Patrulha Mecanizada a Secretaria Municipal da Agricultura estará em condições de executar suas ações dentro de um cronograma pré-estabelecido, visando o desenvolvimento econômico e social das famílias rurais, evitando desta forma o êxodo rural.

Manutenção das estradas de acesso às propriedades rurais.

Aquisição de máquinas, veículos e implementos.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	98.368,00	50.000,00	148.368,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.768,00	0,00	34.768,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	34.768,00	0,00	34.768,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.600,00	50.000,00	113.600,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	63.600,00	50.000,00	113.600,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	186.000,00	526.000,00	712.000,00
4400	INVESTIMENTOS	186.000,00	526.000,00	712.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	186.000,00	526.000,00	712.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

47/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	402
Função:	GESTÃO AMBIENTAL	18
Sub-função:	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	541
Programa:	ATIVIDADES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	402
Atividade	Manutenção das Atividades de Controle do Meio Ambiente	2011

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2011	Atividades de Controle do Meio Ambiente	
UNIDADE	PRODUTO	META
Tonelada	Lixo coletado	100
Tonelada	Lixo reciclado	30

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	564.649,00
1000015	Taxa de controle e fiscalização ambiental	50.000,00
Soma		614.649,00

DIAGNÓSTICO		
- Os serviços de controle e monitoração do meio ambiente com setor de responsabilização específica encontram-se em fase de implantação, pois tais atividades historicamente ficavam diluídas nas diversas Secretarias Municipais, manifestando-se somente por demanda. 		
- O município implantou em 2003 a coleta seletiva do lixo e o Centro de Triagem. 		
- O rejeito está sendo transportado para depósitos privados na região de Otacílio Costa. 		
- O rejeito das unidades de saúde tem coleta específica por empresa especializada.		

OBJETIVOS	
- Manutenção das atividades do Departamento do Meio Ambiente visando prover condições para promover a melhoria da qualidade do meio ambiente através do monitoramento e controle ambiental.	
- Conscientizar a população com campanhas para a necessidade da seletividade do lixo.	
- Manutenção da coleta seletiva do lixo.	
- Manutenção do Centro de Triagem do Lixo.	
- Programa de saneamento básico em consórcio com CIM-AMAVI-SANEAMENTO	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	559.649,00	50.000,00	609.649,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.649,00	0,00	31.649,00
3171	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	2.000,00	0,00	2.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	29.649,00	0,00	29.649,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	528.000,00	50.000,00	578.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	528.000,00	50.000,00	578.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	5.000,00
4400	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	5.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	5.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

48/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	502
Função:	EDUCAÇÃO	12
Sub-função:	ENSINO FUNDAMENTAL	361
Programa:	ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	502
Atividade	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	2012

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2012	Manutenção do Ensino Fundamental	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Alunos atendidos	700
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	5.000,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	1.103.550,00
1010002	Rem. Dep. Banc. Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	5.000,00
1180001	Transferências do FUNDEB – 60%	1.565.995,44
1180002	Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 60%	8.850,00
1190001	Transferências do FUNDEB – 40%	541.419,00
1190003	Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 40%	5.900,00
1320001	Transferências de Convênios – União/Educação	100.000,00
1360001	Salário-Educação	374.000,00
1360002	Rem. Dep. Banc. Salário-Educação	12.000,00
1440001	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo	81.288,00
1440003	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	1.000,00
1620030	Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	233.830,00
1620040	Rem Dep Banc Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	1.000,00
1870001	Alienções de Bens destinados a Educação	100.000,00
Soma		4.138.832,44

DIAGNÓSTICO	
- A rede municipal de ensino fundamental conta atualmente a Escola de Ensino Fundamental Fortunato Tarnowski, situada no bairro Gabiroba e a Escola de Ensino Fundamental Vereador Alfredo Scottini situada na localidade de Toca Grande. 	
- A E.E.F.F.T. atua com todo o espaço físico comprometido sem condições de oferecer novas vagas, porém a demanda está crescendo a cada ano. 	
- A E.E.F.V.A.S. mantém-se dentro das expectativas de crescimento em sua área pólo, porém está surgindo demanda para ampliação com a possível inclusão do ensino médio em suas instalações. 	
- O transporte escolar está polarizado entre a Escola de Educação Básica Expedicionário Mário Nardelli que pertence à rede estadual, E.E.F.F.T. e E.E.F.V.A.S., além das unidade de educação infantil.	

OBJETIVOS	
- Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no ensino fundamental.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	3.827.199,44	3.832.199,44
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.000,00	2.670.299,44	2.675.299,44
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	2.670.299,44	2.675.299,44
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.156.900,00	1.156.900,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.156.900,00	1.156.900,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	306.633,00	306.633,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	301.333,00	301.333,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	301.333,00	301.333,00
4500	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	5.300,00	5.300,00
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.300,00	5.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

49/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	503
Função:	EDUCAÇÃO	12
Sub-função:	EDUCAÇÃO INFANTIL	365
Programa:	ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	503
Atividade	Manutenção das Atividades da Educação Infantil	2013

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2013	Atividades da Educação Infantil	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Crianças Atendidas	400
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	3.571,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	1.081.109,00
1180001	Transferências do FUNDEB – 60%	1.015.184,56
1190001	Transferências do FUNDEB – 40%	564.801,00
1320004	Construção de Unidades de Ensino	0,00
1450001	PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	3.780,00
Soma		2.668.445,56

DIAGNÓSTICO		
<p>A educação infantil é formada pelas unidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Menina instalado em prédio alugado situado no bairro Jardim das Hortênsias; - Centro de Educação Infantil Menino Deus situado no Centro; - Centro de Educação Infantil Chapéuzinho Vermelho, situado no bairro Gabiroba; e - Centro de Educação Infantil Professor Ernesto Ronchi situado na localidade de Toca Grande, interior do município. <p>As três unidades da sede não tem capacidade para oferecer mais vagas, porém há expressiva demanda.</p> <p>Na unidade do interior demanda e oferta permanecem estáveis.</p> <p>O Centro de Educação Infantil Menino Deus está situada em área de risco com frequentes inundações.</p>		

OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual. - Construir nova unidade de educação infantil e desativar as instalações atuais do Centro de Educação Infantil Menino Deus. 	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	3.571,00	2.508.274,56	2.511.845,56
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.571,00	2.028.844,56	2.032.415,56
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	3.571,00	2.028.844,56	2.032.415,56
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	479.430,00	479.430,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	479.430,00	479.430,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	156.600,00	156.600,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	153.000,00	153.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	153.000,00	153.000,00
4500	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	3.600,00	3.600,00
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	3.600,00	3.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

50/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL	501
Função:	EDUCAÇÃO	12
Sub-função:	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	366
Programa:	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	505
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio a Educação de Jovens e Adultos	2014

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2014	Educação de Jovens e Adultos	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Pessoas com o ensino fundamental incompleto e cursando segundo grau e ensino superior ou cursos de qualificação profissional.	300

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	192.422,70
Soma		192.422,70

DIAGNÓSTICO

No município há uma pequena parcela de adultos analfabetos e uma parte expressiva que abandonou a escola sem completar o ensino primário.
 Também existem estudantes que estão cursando o segundo grau e ensino superior que necessitam de auxílio para custear as despesas para poder concluir os estudos.
 Outra parcela significativa de pessoas frequentam o ensino profissionalizante em outros municípios.

OBJETIVOS

- Conceder auxílio visando o incentivo e motivação dos estudantes a concluírem os cursos, objetivando aumentar a qualificação profissional.
- Disponibilizar instalações adequadas e pessoal especializado para oferecer vagas para jovens e adultos que pretendem voltar a estudar.
- Fazer campanha de conscientização aos jovens e adultos da necessidade de completar a educação para obterem melhores perspectivas no mercado de trabalho e cidadania em geral.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	192.422,70	0,00	192.422,70
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	192.422,70	0,00	192.422,70
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	192.422,70	0,00	192.422,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

51/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL	501
Função:	EDUCAÇÃO	12
Sub-função:	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	306
Programa:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	506
Atividade	Alimentação Escolar	2015

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2015	Alimentação Escolar	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Crianças Atendidas	750

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	212.000,00
1430001	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	98.768,00
Soma		310.768,00

DIAGNÓSTICO

O Município está inserido no Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e no Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches (PNAC).

Além da contra-partida nos programas federais os alunos são atendidos com recursos próprios em todas unidades da rede municipal.

OBJETIVOS

Apoio nutricional ao processo pedagógico como complemento de fixação da criança na escola.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	212.000,00	98.768,00	310.768,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	212.000,00	98.768,00	310.768,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	212.000,00	98.768,00	310.768,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

52/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE CULTURA	504
Função:	CULTURA	13
Sub-função:	DIFUSÃO CULTURAL	392
Programa:	DIFUSÃO CULTURAL	504
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	2016

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2016	Atividades de Apoio à Cultura	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Atividades de Apoio à Cultura	12
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	185.592,00
Soma		185.592,00

DIAGNÓSTICO

As atividades estão voltadas para o resgate e manutenção do patrimônio histórico e cultural do município tendo sob sua responsabilidade direta a manutenção da biblioteca publica municipal além do apoio à entidades voltadas à preservação da cultura dos colonizadores do município.

A biblioteca está com o acervo defasado e não possui equipamentos de informática.

Manutenção da Banda e Coral.

O município possui uma torre para retransmissão de sinais de televisão com 27 metros de altura, situada na Serra Dona Filomena.

OBJETIVOS	
- Manutenção das atividades de difusão cultural no âmbito do município ou externamente com apoio financeiro e logístico à entidades que tenham como objetivo a atividade cultural.	
- Ampliar o número de pessoas atendidas, aquisição de novos livros e informatização da biblioteca.	
- Desenvolvimento das expressões artísticas da população com ênfase para os jovens com interesse na cultura musical.	
- Manter as transmissões de televisão sem interrupções, ampliar a segurança das instalações físicas com sistema de monitoramento à distância.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	174.992,00	0,00	174.992,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.112,00	0,00	34.112,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	34.112,00	0,00	34.112,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	140.880,00	0,00	140.880,00
3350	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	63.600,00	0,00	63.600,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	71.980,00	0,00	71.980,00
3393	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	5.300,00	0,00	5.300,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.600,00	0,00	10.600,00
4400	INVESTIMENTOS	10.600,00	0,00	10.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.600,00	0,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

53/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção das Atividades de Atenção Básica	2017

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2017	Atenção Básica	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Aquisição de Veículos	2
Unidade	Aquisição de equipamentos	4
Unidade	Campanhas de Prevenção Bucal nas Escolas	2
Meses	Administração da Saúde	12

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	2.324.318,00
1020011	Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	6.000,00
1330001	Transferências de Convênios – União - Saúde	100.000,00
1330002	Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios – União - Saúde	1.000,00
1380001	PAB - Piso de Atenção Básica	737.810,00
1380002	Rem. Dep. Banc. PAB	8.552,00
1380011	PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	180.000,00
1380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulatorial	319.200,00
1630001	Transferências de Convênios – Estado - Saúde	257.500,00
1760001	Emendas Parlamentares Individuais - PAB	140.000,00
1760002	Emendas Parlamentares Individuais - MAC	97.750,00
1770001	Emendas de bancada de Parlamentares - PAB	360.000,00
1770002	Emendas de bancada de Parlamentares - MAC	17.250,00
1880001	Alienções de Bens destinados a Saúde	100.000,00
Soma		4.649.380,00

DIAGNÓSTICO

Todas as ações de saúde são executadas pelo Fundo Municipal de Saúde com gestor próprio.

Os serviços de saúde no município são prestados pela Unidade Básica de Saúde Prefeito Genésio Vassellai no Centro, Unidade Básica de Saúde Alice Schmidt Pisetta no Centro e Unidade Básica de Saúde na localidade de Santa Catarina com atendimento médico ambulatorial.

As necessidades de deslocamento de pacientes são feitas por duas ambulâncias quando em emergência e por dois veículos específicos para transporte de passageiros com 12 lugares nos atendimentos rotineiros.

O atendimento ambulatorial é feito por dois médicos clínico geral, três médicos em especialidades específicas, um enfermeiro, quatro auxiliares e um odontólogo.

Os atendimentos de rotina em odontologia pelo Município são feitos na Unidade Sanitária Prefeito Genésio Vassellai no Centro na Unidade de Toca Grande.

OBJETIVOS

Promover o acesso universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares com gerenciamento de recursos do SUS e próprios constitucionais.

Manter convênios com entidades de apoio à saúde.

Renovar a frota de veículos.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	0,00	3.786.025,00	3.786.025,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.689.654,00	1.689.654,00
3171	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	2.544,00	2.544,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.687.110,00	1.687.110,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.096.371,00	2.096.371,00
3371	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	6.996,00	6.996,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

54/112

3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	1.990.891,00	1.990.891,00
3393	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	98.484,00	98.484,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	863.355,00	863.355,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	863.355,00	863.355,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	863.355,00	863.355,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

55/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção da Farmácia Básica	2018

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2018	Farmácia Básica	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Pessoas atendidas	12000

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	351.840,00
1380029	Farmácia Básica - União	47.700,00
1380030	Rem. Dep. Banc. Farmácia Básica - União	2.000,00
1670070	Farmácia Básica - Estado	33.060,00
1770001	Emendas de bancada de Parlamentares - PAB	200.000,00
Soma		634.600,00

DIAGNÓSTICO

- O Município disponibiliza os medicamentos básicos para distribuição nas Unidades Sanitárias, adquirindo-os em lotes para estoque no Posto de Saúde ou em quantidades individualizadas, conforme necessidade de consumo prescrita em receitas médicas.

- Para a aquisição o Ministério da saúde participa com R\$ 5,00 por habitante/ano e a Secretaria Estadual da Saúde participa com R\$ 4,50 por habitante/ano

OBJETIVOS	
Disponibilizar medicamentos de para distribuição na Atenção Básica.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	0,00	634.600,00	634.600,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	634.600,00	634.600,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	634.600,00	634.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

56/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	2019

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2019	Saúde da Família	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Famílias atendidas	1250

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	726.061,00
1380001	PAB - Piso de Atenção Básica	201.826,00
1670111	Cofinanciamento ATB Estado ESF	118.000,00
Soma		1.045.887,00

DIAGNÓSTICO

- O Município atua com uma equipe do Programa Saúde da Família, formada pelos seguintes profissionais: 01 médico, 01 enfermeiro, 01 auxiliar de enfermagem e 10 agentes comunitários.

- Para o atendimento mínimo, considerando o número de habitantes, será necessária a formação de duas equipes.

- A equipe utiliza um veículo de apoio e, caso seja formada a segunda, haverá a necessidade de adquirir mais um.

OBJETIVOS

- Atuação de equipes de profissionais da saúde em domicílios e unidades sanitárias visando a prevenção de doenças através de diagnóstico precoce, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população.
- Firmar convênio com entidade sem fins lucrativos e atuante na área de saúde para a execução do programa com duas equipes.
- Adquirir um veículo para deslocamentos da segunda equipe de atendimento, caso a mesma seja implantada.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	0,00	1.030.155,00	1.030.155,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	763.335,00	763.335,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	763.335,00	763.335,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	266.820,00	266.820,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	266.820,00	266.820,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.732,00	15.732,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	15.732,00	15.732,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	15.732,00	15.732,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

57/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	304
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	2020

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2020	Vigilância Sanitária e Epidemiológica	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Estabelecimentos Fiscalizados	800
Unidade	Campanhas de Vacinação	5
Unidade	Exames de focos potenciais.	140

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	281.750,00
1020002	Taxa de Vigilância Sanitária	25.270,00
1020012	Rem. Dep. Banc. Taxa Vigilância Sanitaria	4.000,00
1380019	PFVS - Piso Fixo Vigilância Sanitaria em Saúde	33.664,00
1380032	IPVS - Incentivos Pontuais Vig. Saude	13.380,00
Soma		358.064,00

DIAGNÓSTICO		
- Os serviços de vigilância sanitária são executados por servidor efetivo com especialização na área e um técnico auxiliar. 		
- Os serviços de vigilância epidemiológica são executados pela equipe da Unidade Sanitária com o apoio dos profissionais da Vigilância Sanitária		

OBJETIVOS		
- Fiscalização sanitária como medida preventiva de doenças e epidemias visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
- Vigilância epidemiológica como medida preventiva de doenças e epidemias visando a melhoria da qualidade de vida da população.		
- Campanhas de Vacinação conforme programas federais ou locais.		

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	0,00	347.464,00	347.464,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	264.818,00	264.818,00
3171	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	4.268,00	4.268,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	260.550,00	260.550,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	82.646,00	82.646,00
3371	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.002,00	1.002,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	81.644,00	81.644,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.600,00	10.600,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	10.600,00	10.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	10.600,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

58/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	602
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	2021

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2021	Atividade de Ação Social	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Atividades administrativas do FMAS	12

FONTE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	421.552,00
1350003	IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	16.872,00
1350004	Rem. Dep. Banc. IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	1.000,00
Soma		439.424,00

DIAGNÓSTICO

As ações de assistência social são executadas conforme legislação federal e municipal segundo os preceitos do Conselho Nacional de Assistência Social e diretrizes do Conselho Municipal de Assistência Social pelo Fundo Municipal de Assistência Social. As atividades são exercidas por Servidora Efetiva no cargo de Assistente Social com registro no órgão de classe e uma auxiliar.

OBJETIVOS

Custeio para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social, realizar ações intersetoriais para organizar a rede sócio-assistencial.

- Auxílio Funeral
- Auxílio Benefícios Eventuais
- Auxílio Transporte
- Auxílio Documentação
- Acompanhamento vulnerabilidade social.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	421.552,00	12.572,00	434.124,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	189.752,00	0,00	189.752,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	189.752,00	0,00	189.752,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	231.800,00	12.572,00	244.372,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	231.800,00	12.572,00	244.372,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.300,00	5.300,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	5.300,00	5.300,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	5.300,00	5.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

59/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	603
Atividade	Centro de Referência de Assistência Social	2022

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2022	Centro de Referência de Assistência Social	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Atendimento a famílias vulnerabilizadas	200
Unidade	Atendimento a pessoas portadoras de Neoplasias	40
Unidade	Atendimento a usuários de Anti-depressivos	20
Unidade	Atendimento a pessoas com deficiência	20
Unidade	Benefício de Prestação continuada	15
Unidade	Cadastro único de famílias com renda per-capita de até R\$ 120,00	200

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	341.364,00
1350005	PAIF - Programa de Atenção Integrada a Famílias - PAIF	108.000,00
1650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado Manutenção	1.000,00
1650012	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado Investimento	1.000,00
Soma		451.364,00

DIAGNÓSTICO		
No município há famílias com vulnerabilidades devido a baixa renda, dificuldades de socialização e com portadores de necessidades especiais, que necessitam de acompanhamento e atendimento.		

OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento psicossocial às famílias necessitadas nas suas questões emergentes, estimular a auto-estima da população atendida, bem como possibilitar a construção de vínculos sociais e a participação do grupo familiar em projetos coletivos. - Socialização grupal para fortalecimento das pessoas portadoras de Neoplasias e Promoção da Saúde Mental. - Socializar a pessoa com deficiência através do mercado de trabalho e convivência em grupos. - Auxílio no encaminhamento da documentação que dá acesso ao Benefício de Prestação Continuada aos idosos e portadores de necessidades especiais, previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso Lei 10.741, art. 34. - Cadastro único como instrumento para identificação das famílias em situação de pobreza que permita formular e implantar políticas públicas para a inclusão social das famílias de baixa renda. 	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	331.364,00	99.000,00	430.364,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	228.364,00	54.800,00	283.164,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	228.364,00	54.800,00	283.164,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	103.000,00	44.200,00	147.200,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	103.000,00	44.200,00	147.200,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	11.000,00	21.000,00
4400	INVESTIMENTOS	10.000,00	11.000,00	21.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	11.000,00	21.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

60/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	241
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	603
Atividade	Apoio às Atividade de Atenção à Terceira Idade	2023

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2023	Atenção à Terceira Idade	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Atendimento a pessoa da terceira idade em asilo	5
Unidade	Atendimento a pessoa da terceira idade em grupos de convivência	250
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	160.436,00
Soma		160.436,00

DIAGNÓSTICO

O município conta com um pensionato para idosos em regime integral mantido pela organização não governamental Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada e um centro de convivência para pessoas da terceira idade mantido pelo Clube de Idosos Nós da Velha Guarda, também entidade não governamental sem fins lucrativos.

A entidade não governamental Nós da Velha Guarda, pleiteia recursos junto ao Governo Federal para construir sede própria do seu centro de convivência para idosos.

OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, conforme preconizam a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional do Idoso (PNI). - Atender os idosos que vivem em sistema de internato, proporcionando melhora do estado de saúde, qualidade de vida e atendimento especializado aos mesmos. - Garantir vaga no Ancionato para pessoa em situação de risco social e pessoal, em parceria com o Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada. - Atendimento a terceira idade em grupos, os quais encontram-se semanalmente, sendo realizadas atividades recreativas, culturais, formativas, ocupacionais bem como as voltadas à saúde da população idosa, através de convênio com o Clube de Idosos Nós da Velha Guarda. - Apoio na Construção do Centro de Convivência Nós da Velha Guarda. - Manutenção convênio com entidades em rede socio assistencial 	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	134.236,00	0,00	134.236,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	134.236,00	0,00	134.236,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	134.236,00	0,00	134.236,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	26.200,00	0,00	26.200,00
4400	INVESTIMENTOS	26.200,00	0,00	26.200,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	26.200,00	0,00	26.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

61/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	603
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
Sub-função:	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	243
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	603
Atividade	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	2024

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2024	Atendimento à Criança e ao Adolescente	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Crianças e Jovens atendidos	100
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	31.800,00
1060001	Fundo da Criança e Adolescente - FMDCA	20.000,00
Soma		51.800,00

DIAGNÓSTICO		
- Além das atividades voltadas para o apoio à criança e ao adolescente nas unidades educacionais, o município mantém uma estrutura de assistência com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente. 		
- O Conselho Tutelar é composto por 5 membros eleitos, que atuam em regime permanente com remuneração mensal.		

OBJETIVOS	
- Atendimento a jovens em situação de risco para cumprimento ao seu direito de integração à sociedade.	
- Capacitar os Conselheiros do CMDCA e CT para desenvolvimento e aprimoramento no atendimento à Criança e ao Adolescente.	
- Celebrar convênios com entidades afins para apoio na reeducação de crianças e adolescentes.	
- Propiciar condições de reflexão do ato infracional praticado por adolescentes em conflito com a lei.	
- Encaminhar adolescentes às entidades cadastradas para cumprirem as medida sócio-educativas.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	21.200,00	20.000,00	41.200,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.200,00	20.000,00	41.200,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	21.200,00	20.000,00	41.200,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.600,00	0,00	10.600,00
4400	INVESTIMENTOS	10.600,00	0,00	10.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.600,00	0,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

62/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	7
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	701
Função:	DESPORTO E LAZER	27
Sub-função:	DESPORTO COMUNITÁRIO	812
Programa:	APOIO AO DESPORTO AMADOR	701
Atividade	Manutenção das Atividades do Desporto Amador	2025

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2025	Atividades do Desporto Amador	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Crianças e Jovens na Escolinha de Futebol	50
Unidade	Campeonato Municipal de Futebol de Campo	1
Unidade	Campeonato e Torneio Municipais de FUTSAL	2
Unidade	Campeonato Municipal de Bocha	1
Unidade	Participação em eventos esportivos em outros municípios	3
Meses	Coordenação do Esporte	12

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	416.690,00
1000008	Taxas desportivas	40.000,00
1340002	Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios – União - Outros	30.000,00
Soma		486.690,00

DIAGNÓSTICO		
<p>- As ações voltadas ao desporto amador tem ênfase nos campeonatos municipais de futebol de campo, futebol de salão e bocha, além da manutenção de equipes sob a coordenação do município em diversas modalidades em eventos como os jogos regionais e JASC.
</p> <p>- Desenvolve atividades para crianças e jovens através da Escolinha de Futebol.
</p> <p>- O departamento tem sob sua responsabilidade a manutenção do Ginásio de Esportes Municipal</p>		

OBJETIVOS	
<p>- Apoio à prática desportiva para melhoria da qualidade de vida da população.</p> <p>- Participação com equipes próprias ou apoio, nos eventos: Copa AMAVI, Moleque Bom de Bola, Jogos Micro Regionais, Jogos Regionais, JASC, OLESC, e Brejeiros nas modalidades possíveis.</p> <p>- Promover o Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Futebol de Salão e Bocha. Manutenção com escolinhas de futebol, manutenção do ginásio de esportes.</p>	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	342.490,00	70.000,00	412.490,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	183.490,00	0,00	183.490,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	183.490,00	0,00	183.490,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	159.000,00	70.000,00	229.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	159.000,00	70.000,00	229.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	74.200,00	0,00	74.200,00
4400	INVESTIMENTOS	74.200,00	0,00	74.200,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	74.200,00	0,00	74.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

63/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	7
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	702
Função:	INDÚSTRIA	22
Sub-função:	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	661
Programa:	APOIO À INDÚSTRIA E COMÉRCIO	702
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio à Indústria e Comércio	2026

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2026	Apoio às Atividades de Indústria e Comércio	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Movimento Econômico Bruto Municipal	100
Unidade	Geração de novos empregos	120
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	137.236,00
Soma		137.236,00

DIAGNÓSTICO		
- O agronegócio tem sido predominante como modelo econômico no Município determinando o foco das atividades de indústria e comércio para autuação interdependente. 		
- Como nosso modelo agrícola, de pequena propriedade, tem permanecido em profunda crise a indústria e comércio locais refletem negativamente no movimento econômico. 		
- O ramo de confecções tem se apresentado como excelente opção no movimento econômico e geração de empregos porém há falta de profissionais qualificados ao setor no município.		

OBJETIVOS	
- Apoio à entidades representativas da atividade e implantação de novas indústrias visando a manutenção e geração de novos empregos com a consequente ampliação do movimento econômico e melhoria da arrecadação municipal.	
- Implantar curso profissionalizante para o setor de confecções em parceria com entidades privadas e viabilizar o projeto do Circolo Trentino de Rio do Oeste sobre profissionalização.	
- Ampliar o Movimento Econômico Bruto do município.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	131.936,00	0,00	131.936,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	105.436,00	0,00	105.436,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	105.436,00	0,00	105.436,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.500,00	0,00	26.500,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	26.500,00	0,00	26.500,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	5.300,00	0,00	5.300,00
4400	INVESTIMENTOS	5.300,00	0,00	5.300,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	5.300,00	0,00	5.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

64/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	7
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	702
Função:	COMÉRCIO E SERVIÇOS	23
Sub-função:	TURISMO	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	703
Atividade	Manutenção das Atividades de Apoio ao Turismo	2027

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2027	Apoio às Atividades de Turismo	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Festa Estadual da Polenta	1
Unidade	Exposição de Mudanças Frutíferas e Ornamentais	1
Meses	Coordenação das Atividades de Turismo	12

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	430.500,00
1000009	Parque Gruta do Tigre	20.700,00
Soma		451.200,00

DIAGNÓSTICO		
- O turismo como fonte de renda não está sendo explorado devidamente e não conta com programação específica para alavancar as ações necessárias ao seu incremento. 		
- O ponto turístico com maior possibilidade de ser explorado é o Parque Gruta do Tigre que já conta com infra-estrutura necessária. 		
- A FEPOL, realizada a cada dois anos, faz parte do calendário de eventos do Estado de Santa Catarina e se consolidou como evento temático enfocando as tradições italianas, divulgando nossa cultura mas pouco explorada no que concerne à exposição da produtos locais para efeito de marketing. 		
- A Exposição de Mudanças frutíferas e Ornamentais é realizada anualmente em parceria com o município de Laurentino, com sede alternada a cada ano.		

OBJETIVOS	
- Manutenção do Parque de Eventos Leandro Bértoli, divulgação do município como opção turística através da FEPOL e apoio para desenvolvimento de infra-estrutura turística no município através de execução direta ou por entidades não governamentais.	
- Manutenção e ampliação da área do Parque Gruta do Tigre para implantação de uma reserva ambiental permanente visando o turismo ecológico.	
- Realização da Exposição de Mudanças frutíferas e Ornamentais.	
- Construção da Casa de Memória e infraestrutura de acesso ao Morro do Morumbi.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	208.960,00	20.700,00	229.660,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.960,00	0,00	102.960,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	102.960,00	0,00	102.960,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.000,00	20.700,00	126.700,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	106.000,00	20.700,00	126.700,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	221.540,00	0,00	221.540,00
4400	INVESTIMENTOS	221.540,00	0,00	221.540,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	221.540,00	0,00	221.540,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

65/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	8
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	801
Função:	TRANSPORTE	26
Sub-função:	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	782
Programa:	ESTRADAS VICINAIS	801
Atividade	Manutenção de Estradas Vicinais	2028

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2028	Infraestruturas em Estradas	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Coordenação dos Serviços de manutenção de estradas	12
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	2.147.496,30
1070001	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	26.606,00
1070002	Rem. Dep. Banc. CIDE	1.000,00
Soma		2.175.102,30
DIAGNÓSTICO		
<p>- A topografia acidentada do município exige constante manutenção de bueiros, galerias, pontilhões e retificação do leito das estradas vicinais.

</p> <p>- O Rio Itajaí Do Oeste corta todo município no sentido longitudinal exigindo diversas pontes para sua transposição. Devido ao alto custo das pontes de concreto optou-se pelo paliativo das pontes pênseis que necessitam de constante manutenção pela sua fragilidade.

</p> <p>- A Ponte Pênseil da Rua Manoel Moratelli, acesso à estrada Ribeirão Café não comporta mais o volume de tráfego.</p>		

OBJETIVOS	
<p>- Reforma e construção de bueiros, galerias, pontilhões e pontes pênseis.</p> <p>- Retificação do leito e curso das estradas vicinais visando suavizar os declives e combater a erosão bem como aumentar os pontos muito próximo às cotas de enchentes.</p> <p>- Construir ponte em concreto para acesso à estrada Ribeirão Café.</p>	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	2.030.896,30	27.606,00	2.058.502,30
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	551.606,00	0,00	551.606,00
3171	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00	0,00	1.000,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	550.606,00	0,00	550.606,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.479.290,30	27.606,00	1.506.896,30
3371	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.000,00	0,00	1.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	1.478.290,30	27.606,00	1.505.896,30
4000	DESPESAS DE CAPITAL	116.600,00	0,00	116.600,00
4400	INVESTIMENTOS	116.600,00	0,00	116.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	116.600,00	0,00	116.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

66/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	901
Função:	URBANISMO	15
Sub-função:	SERVIÇOS URBANOS	452
Programa:	SERVIÇOS ESSENCIAIS	901
Atividade	Manutenção dos Serviços Urbanos	2029

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2029	Manutenção dos Serviços Urbanos	
UNIDADE	PRODUTO	META
Meses	Coordenação dos Serviços Essenciais	12
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	923.418,00
Soma		923.418,00

DIAGNÓSTICO

O perímetro urbano conta com ruas pavimento primário exigindo constante manutenção e ensaibramento, além da irrigação para diminuir a poeira.

As praças públicas necessitam de recuperação.

Mão-de-obra escassa para os serviços de limpeza.

O centro do município está situado em área facilmente inundável.

OBJETIVOS
Manutenção de ruas com limpeza, ensaibramento, recuperação de pavimentação degradada, sinalização horizontal e vertical, manutenção de praças e jardins públicos.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	912.818,00	0,00	912.818,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	541.818,00	0,00	541.818,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	541.818,00	0,00	541.818,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	371.000,00	0,00	371.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	371.000,00	0,00	371.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.600,00	0,00	10.600,00
4400	INVESTIMENTOS	10.600,00	0,00	10.600,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.600,00	0,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

67/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	901
Função:	URBANISMO	15
Sub-função:	SERVIÇOS URBANOS	452
Programa:	SERVIÇOS ESSENCIAIS	901
Atividade	Manutenção da Iluminação Pública	2030

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2030	Iluminação Pública	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Ampliação dos Pontos de Iluminação	100
Meses	Manutenção da Iluminação Pública	12

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1080001	COSIP – Recursos Livres	524.800,00
1080002	COSIP – Remuneração Depósitos Bancários	15.000,00
Soma		539.800,00

DIAGNÓSTICO	
A área do perímetro urbano ainda não está totalmente atendida pela iluminação pública.	

OBJETIVOS	
Oferecer condições de segurança em deslocamento noturno aos usuários de vias públicas.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	0,00	459.130,00	459.130,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	459.130,00	459.130,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	459.130,00	459.130,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	80.670,00	80.670,00
4400	INVESTIMENTOS	0,00	80.670,00	80.670,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	80.670,00	80.670,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

68/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	902
Função:	URBANISMO	15
Sub-função:	INFRA-ESTRUTURA URBANA	451
Programa:	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	902
Atividade	Infraestrutura Urbana	2031

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2031	Infraestrutura e Mobilidade Urbana	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Implantação dos Instrumentos do Estatuto das Cidades	1
Km	Ruas Pavimentadas	10

FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	295.227,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	512.000,00
1000057	Rem. Dep. Banc. Contribuição de Melhoria Pavimentação	10.000,00
1340007	Revitalização de Praças e Ruas	361.762,00
1390001	FEP - Fundo Especial do Petróleo	121.406,00
1390002	Rem. Dep. Banc. FEP - Fundo Especial do Petróleo	2.000,00
Soma		1.302.395,00

DIAGNÓSTICO		
O Departamento tem um funcionário de nível médio e um engenheiro para as atividades de planejamento, serviços de topografia e acompanhamento de obras. 		
O Plano Diretor foi atualizado em junho/2009. 		
O perímetro urbano tem ruas não pavimentadas. 		
O centro está localizado em área sujeita a inundações.		

OBJETIVOS	
- Estabelecer convênio com o Ministério das Cidades visando à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.	
- Ampliar o número de ruas com pavimentação para melhoria da qualidade de vida dos habitantes.	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	252.827,00	71.184,00	324.011,00
3100	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	231.627,00	0,00	231.627,00
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	231.627,00	0,00	231.627,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.200,00	71.184,00	92.384,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	21.200,00	71.184,00	92.384,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	42.400,00	935.984,00	978.384,00
4400	INVESTIMENTOS	42.400,00	935.984,00	978.384,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	42.400,00	935.984,00	978.384,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

69/112

ANEXO 10

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	901
Função:	SEGURANÇA PÚBLICA	6
Sub-função:	POLICIAMENTO	181
Programa:	SERVIÇOS ESSENCIAIS	901
Atividade	Manutenção das Atividades de apoio ao Policiamento	2032

AÇÃO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
2032	Apoio às Atividades de Segurança Pública	
UNIDADE	PRODUTO	META
Unidade	Pessoas Atendidas	7400
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	27.560,00
1000014	Convênio Bombeiros Militar - FUNREBOM	36.000,00
1100001	Convênio de Trânsito - Militar	26.000,00
1100002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Militar	5.000,00
1110001	Convênio de Trânsito - Civil	26.000,00
1110002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Civil	5.000,00
1120001	Convênio de Trânsito - Prefeitura	28.000,00
1120002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Prefeitura	5.000,00
Soma		158.560,00

DIAGNÓSTICO		
<p>- A prefeitura mantém um convênio de trânsito para arrecadação de multas cujo valor é rateado entre Polícia Civil (32,5%), Polícia Militar (32,5%) e Prefeitura (35%).
</p> <p>- Através do convênio de Rádio-patrolha a municipalidade mantém uma viatura sob a responsabilidade da Polícia Militar para patrulhamento no município.
</p> <p>- As ruas centrais apresentam alto índice de acidentes, principalmente devido ao excesso de velocidade.</p>		

OBJETIVOS	
<p>- Apoio ao serviços de segurança realizados pela Polícia Civil.</p> <p>- Apoio aos serviços de segurança realizados pela Polícia Militar, com ênfase para o disciplinamento do trânsito e patrulhamento.</p> <p>- Fazer campanha educativa para melhorar o trânsito.</p>	

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
3000	DESPESAS CORRENTES	6.360,00	66.430,00	72.790,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.360,00	66.430,00	72.790,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	6.360,00	66.430,00	72.790,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	21.200,00	64.570,00	85.770,00
4400	INVESTIMENTOS	21.200,00	64.570,00	85.770,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	21.200,00	64.570,00	85.770,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

70/112

ANEXO 10
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS - QDD
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99
Unidade Orçamentária:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999
Função:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99
Sub-função:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999
Operação Especial	Reserva de Contingência	9999

AÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
9999	Reserva de Contingência	
UNIDADE	PRODUTO	META
FONTE		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	VALOR
1000001	Recursos Ordinários Livres	42.400,00
	Soma	42.400,00

DIAGNÓSTICO

O município está inserido em um cenário vulnerável a eventos adversos relacionados ao clima.

A instabilidade econômica vigente no país determina um alto grau de risco no planejamento dos programas e ações municipais.

OBJETIVOS

Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, recuperação de obras danificadas por intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e economia orçamentária para obtenção de resultado primário positivo.

NATUREZA DA DESPESA		FONTES DE FINANCIAMENTO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
9000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,00	42.400,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,00	42.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

71/112

ANEXO 11 LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021 DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA (Art. 12 da Lei Complementar 101 - LRF) Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	REALIZADA NO PERÍODO			EVOLUÇÃO %
		2017	2018	2019	
4100000	RECEITAS CORRENTES	422.926,34	-22.416.530,09	-22.416.530,09	-5.400,34%
4110000	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.801.380,29	-512.230,90	-512.230,90	-128,44%
4111000	IMPOSTOS	1.280.460,90	-482.617,80	-482.617,80	-137,69%
4111200	IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO	801.446,63	-482.516,20	-482.516,20	-160,21%
4111300	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	999.933,66	-29.714,70	-29.714,70	-102,97%
4112000	TAXAS	517.977,04	-29.613,10	-29.613,10	-105,72%
4112100	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	146.248,98	14.223,36	14.223,36	-90,27%
4112200	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	371.728,06	-43.836,46	-43.836,46	-111,79%
4113000	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.942,35	0,00	0,00	-100,00%
4120000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	406.015,43	0,00	0,00	-100,00%
4121000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00%
4122000	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
4130000	RECEITA PATRIMONIAL	147.146,02	0,00	0,00	-100,00%
4131000	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.258,65	0,00	0,00	-100,00%
4132000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	135.765,97	0,00	0,00	-100,00%
4133000	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.121,40	0,00	0,00	-100,00%
4139000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00%
4140000	RECEITA AGROPECUÁRIA	-33,38	-33,38	-33,38	0,00%
4150000	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00%
4160000	RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
4160013	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
4160017	SERVICOS AGROPECUARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
4170000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-2.250.946,19	-21.904.265,81	-21.904.265,81	873,11%
4172000	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	-2.627.072,34	-21.904.265,81	-21.904.265,81	733,79%
4172100	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	-2.555.101,54	-11.518.567,30	-11.518.567,30	350,81%
4172200	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	-3.232.805,10	-10.385.698,51	-10.385.698,51	221,26%
4172400	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.160.834,30	0,00	0,00	-100,00%
4176000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	376.126,15	0,00	0,00	-100,00%
4190000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	319.330,79	-33,38	-33,38	-100,01%
4191000	MULTAS E JUROS DE MORA	73.610,85	-33,36	-33,36	-100,05%
4192000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	73.910,14	0,00	0,00	-100,00%
4193000	RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	166.809,80	-0,02	-0,02	-100,00%
4199000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	5.000,00	0,00	0,00	-100,00%
4200000	RECEITAS DE CAPITAL	1.289.768,70	0,00	0,00	-100,00%
4210000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	478.522,41	0,00	0,00	-100,00%
4220000	ALIENAÇÃO DE BENS	38.401,00	0,00	0,00	-100,00%
4230000	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
4240000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	772.845,29	0,00	0,00	-100,00%
4247000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	772.845,29	0,00	0,00	-100,00%
4250000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL		21.303.489,68	24.547.965,06	6.086.789,68	-71,43%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

72/112

ANEXO 12

LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

(Art. 14 e Art. 5º, II da Lei Complementar 101 - LRF)

Lei nº 2311 de 09/12/2020

TRIBUTO: Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	
MODALIDADE: REVEC CM Desconto em Multa e Juros da Dívida Ativa conforme Lei Complementar	
SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO:	
Programa de Revigoração Econômico - Desconto em Multa e Juros previsto em Lei Complementar.	
COMPENSAÇÃO	
Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.	
RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	8.000,00

TRIBUTO: Contribuição de Melhoria DA	
MODALIDADE: REVEC CM da Dívida Ativa conforme Lei Complementar	
SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO:	
Programa de Revigoração Econômico - Desconto em Multa e Juros previsto em Lei Complementar.	
COMPENSAÇÃO	
Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.	
RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	8.000,00

TRIBUTO: IPTU - REVEC	
MODALIDADE: REVEC IPTU Desconto em Multa e Juros conforme Lei Complementar	
SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO:	
Programa de Revigoração Econômico - Desconto em Multa e Juros previsto em Lei Complementar.	
COMPENSAÇÃO	
Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.	
RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	25.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

73/112

ANEXO 12**LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA****(Art. 14 e Art. 5º, II da Lei Complementar 101 - LRF)****Lei nº 2311 de 09/12/2020**

TRIBUTO: IPTU - REVEC DÍVIDA ATIVA	
MODALIDADE: REVEC IPTU Desconto em Multa e Juros da Dívida Ativa conforme Lei Complementar	
SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO:	
Programa de Revigoração Econômico - Desconto em Multa e Juros previsto em Lei Complementar.	
COMPENSAÇÃO	
Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.	
RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	25.000,00

TRIBUTO: ISS - REVEC	
MODALIDADE: REVEC ISS Desconto em Multa e Juros conforme Lei Complementar	
SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO:	
Programa de Revigoração Econômico - Desconto em Multa e Juros previsto em Lei Complementar.	
COMPENSAÇÃO	
Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.	
RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	25.000,00

TRIBUTO: ISS - DÍVIDA ATIVA	
MODALIDADE: REVEC ISS Desconto em Multa e Juros da Dívida Ativa conforme Lei Complementar	
SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO:	
Programa de Revigoração Econômico - Desconto em Multa e Juros previsto em Lei Complementar.	
COMPENSAÇÃO	
Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF.	
RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	23.000,00

TOTAL	114.000,00
-------	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

74/112

ANEXO 13**LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO****(Art. 5º, II da Lei Complementar 101 – LRF)****Lei nº 2311 de 09/12/2020**

EVENTO	PREVISTO PARA 2021
Aumento Permanente da Receita	28.363.092,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	28.363.092,00
Valor da Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta de Expansão (III = I + II)	28.363.092,00
Saldo Utilizado (IV)	-25.124.570,00
Margem Líquida de Expansão (III – IV)	53.487.662,00

Memória de Cálculo	
Receita Corrente Líquida prevista - RCL 2021	28.363.092,00
Receita Corrente Líquida prevista - RCL 2020	28.363.092,00
Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado - DOCC 2021	25.124.570,00
Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado - DOCC 2020	0,00
Aumento Permanente da Receita = (RCL 2021 - RCL 2020)	28.363.092,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

75/112

ANEXO 14
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA
(Artigo 22 da Lei 4.320/64)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	REALIZADA NO PERÍODO			EVOLUÇÃO %
		2017	2018	2019	
3300000	DESPESAS CORRENTES	20.827.923,49	0,00	0,00	-100,00%
3310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.381.151,28	0,00	0,00	-100,00%
3315000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
3317100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
3319000	APLICAÇÕES DIRETAS	11.381.151,28	0,00	0,00	-100,00%
3320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.995,87	0,00	0,00	-100,00%
3329000	APLICAÇÕES DIRETAS	14.995,87	0,00	0,00	-100,00%
3330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.431.776,34	0,00	0,00	-100,00%
3334000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
3335000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	182.900,83	0,00	0,00	-100,00%
3337100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
3339000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.976.155,12	0,00	0,00	-100,00%
3339300	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	272.720,39	0,00	0,00	-100,00%
3400000	DESPESAS DE CAPITAL	4.268.650,00	0,00	0,00	-100,00%
3440000	INVESTIMENTOS	4.055.986,70	0,00	0,00	-100,00%
3443000	TRANSFERENCIA A ESTADOS E AO DISTRIRO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00%
3445000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
3449000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.055.986,70	0,00	0,00	-100,00%
3450000	INVERSÕES FINANCEIRAS	130.000,00	0,00	0,00	-100,00%
3455000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00%
3459000	APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00	0,00	0,00	-100,00%
3460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	82.663,30	0,00	0,00	-100,00%
3469000	APLICAÇÕES DIRETAS	82.663,30	0,00	0,00	-100,00%
3900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00%
3999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL		21.303.489,68	24.547.965,06	6.086.789,68	-71,43%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

76/112

ANEXO 15
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(Art. 165, § 5º da CF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA		ORÇADO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
410000000000	RECEITAS CORRENTES	25.692.422,00	2.670.670,00	28.363.092,00
411000000000	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.855.470,00	0,00	3.855.470,00
411100000000	IMPOSTOS	2.609.000,00	0,00	2.609.000,00
411130000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	3.855.470,00	0,00	3.855.470,00
411200000000	TAXAS	722.470,00	0,00	722.470,00
411210000000	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	218.270,00	0,00	218.270,00
411220000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	504.200,00	0,00	504.200,00
411300000000	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	524.000,00	0,00	524.000,00
412000000000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	544.800,00	0,00	544.800,00
412100000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	20.000,00	0,00	20.000,00
413000000000	RECEITA PATRIMONIAL	271.680,00	19.552,00	291.232,00
413100000000	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	80.700,00	0,00	80.700,00
413200000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	190.980,00	19.552,00	210.532,00
417000000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.850.472,00	2.651.118,00	23.501.590,00
417200000000	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.825.190,00	178.666,00	8.003.856,00
419000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	170.000,00	0,00	170.000,00
419100000000	MULTAS E JUROS DE MORA	80.000,00	0,00	80.000,00
419200000000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	0,00	10.000,00
419900000000	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	80.000,00	0,00	80.000,00
420000000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.337.762,00	358.500,00	1.696.262,00
422000000000	ALIENAÇÃO DE BENS	250.000,00	100.000,00	350.000,00
424000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.087.762,00	258.500,00	1.346.262,00
TOTAL		27.030.184,00	3.029.170,00	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

77/112

ANEXO 15
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(Art. 165, § 5º da CF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

DESPESA		ORÇADO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
330000000000	DESPESAS CORRENTES	9.561.478,44	15.563.091,56	25.124.570,00
331000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.080.096,44	7.633.473,56	12.713.570,00
331710000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	3.000,00	6.812,00	9.812,00
331900000000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.077.096,44	7.626.661,56	12.703.758,00
332000000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	162.000,00	0,00	162.000,00
332900000000	APLICAÇÕES DIRETAS	162.000,00	0,00	162.000,00
333000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.319.382,00	7.929.618,00	12.249.000,00
333500000000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	250.624,00	68.900,00	319.524,00
333710000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	2.002,00	6.996,00	8.998,00
333900000000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.024.756,00	7.749.938,00	11.774.694,00
333930000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	42.000,00	103.784,00	145.784,00
340000000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.539.633,00	3.352.751,00	4.892.384,00
344000000000	INVESTIMENTOS	1.097.333,00	3.349.151,00	4.446.484,00
344900000000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.097.333,00	3.349.151,00	4.446.484,00
345000000000	INVERSÕES FINANCEIRAS	30.300,00	3.600,00	33.900,00
345900000000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.300,00	3.600,00	33.900,00
346000000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	412.000,00	0,00	412.000,00
346900000000	APLICAÇÕES DIRETAS	412.000,00	0,00	412.000,00
390000000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,00	42.400,00
399990000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,00	42.400,00
TOTAL		11.143.511,44	18.915.842,56	30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

78/112

ANEXO 16
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM
AS METAS FISCAIS E FÍSICAS ESTABELECIDAS NA LDO 2021
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Programa: 101 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	1.065.000,00
Ação: 2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	1.065.000,00
Meta Fiscal: Atividade - 2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	1.065.000,00
Meta Física: 48 Unidade Sessões legislativas	

Programa: 102 - VEREADOR MIRIM	15.000,00
Ação: 2002 - Atividades do Vereador Mirim	15.000,00
Meta Fiscal: Atividade - 2002 - Manutenção do Programa Vereador Mirim	15.000,00
Meta Física: 20 Sessões Sessões legislativas mirins	

Programa: 201 - ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR	980.753,12
Ação: 2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	980.753,12
Meta Fiscal: Atividade - 2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	980.753,12
Meta Física: 12 Meses Atividades de Coordenação Superior	

Programa: 202 - ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	666.278,00
Ação: 2004 - Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO	666.278,00
Meta Fiscal: Atividade - 2004 - Manutenção das Atividades da COMPDEC-RO	666.278,00
Meta Física: 12 Meses Atividades de Coordenação	

Programa: 301 - ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.230.806,88
Ação: 2006 - Atividades de Planejamento e Administração	1.501.304,88
Meta Fiscal: Atividade - 2006 - Manutenção das Atividades Administrativas	1.501.304,88
Meta Física: 12 Meses Atividade Administrativa	
Ação: 9001 - Amortização da Dívida Interna	574.000,00
Meta Fiscal: - 1 - Amortização da Dívida Interna	574.000,00
Meta Física: 12 Unidade Parcelas contrato	
Ação: 9002 - Contribuição à Entidades Municipalistas	220.624,00
Meta Fiscal: - 2 - Contribuição à Entidades Municipalistas	220.624,00
Meta Física: 12 Meses Consultoria	
Ação: 9003 - Contribuição ao PASEP	387.878,00
Meta Fiscal: Atividade - 3 - Contribuição ao PASEP	387.878,00
Meta Física: 1 Unidade Reserva de contingência	
Ação: 9004 - Sentenças Judiciais	547.000,00
Meta Fiscal: Atividade - 4 - Sentenças Judiciais	547.000,00

Programa: 401 - APOIO AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	1.687.032,00
Ação: 2007 - Atividades de Extensão Rural	534.925,00
Meta Fiscal: Atividade - 2007 - Manutenção do Departamento de Extensão Rural	534.925,00
Meta Física: 12 Meses Atividades de Extensão Rural	
Ação: 2008 - Apoio à Produção Pecuária	180.839,00
Meta Fiscal: Atividade - 2008 - Produtores Rurais do Município Envolvidos com a Pecuária	180.839,00
Meta Física: 10000000 Litros Produção de leite	
Meta Física: 100 Hectares Pastagens Melhoradas	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

79/112

ANEXO 16
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM
AS METAS FISCAIS E FÍSICAS ESTABELECIDAS NA LDO 2021
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Ação: 2009 - Incentivo à Produção Agrícola	110.900,00
Meta Fiscal: Atividade - 2009 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agricultura	110.900,00
Meta Física: 100 Hectares Área cultivada com adubação verde	
Meta Física: 250 Tonelada Calcário	
Ação: 2010 - Patrulha Mecanizada	860.368,00
Meta Fiscal: Atividade - 2010 - Patrulha Mecanizada	860.368,00
Meta Física: 1 Unidade Equipamentos adquiridos	
Meta Física: 100 Km Manutenção das estradas de acesso às propriedades	

Programa: 402 - ATIVIDADES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	614.649,00
Ação: 2011 - Atividades de Controle do Meio Ambiente	614.649,00
Meta Fiscal: Atividade - 2011 - Manutenção das Atividades de Controle do Meio Ambiente	614.649,00
Meta Física: 100 Tonelada Lixo coletado	
Meta Física: 30 Tonelada Lixo reciclado	

Programa: 502 - ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	4.138.832,44
Ação: 2012 - Manutenção do Ensino Fundamental	4.138.832,44
Meta Fiscal: Atividade - 2012 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	4.138.832,44
Meta Física: 700 Unidade Alunos atendidos	

Programa: 503 - ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.668.445,56
Ação: 2013 - Atividades da Educação Infantil	2.668.445,56
Meta Fiscal: Atividade - 2013 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	2.668.445,56
Meta Física: 400 Unidade Crianças Atendidas	

Programa: 504 - DIFUSÃO CULTURAL	185.592,00
Ação: 2016 - Atividades de Apoio à Cultura	185.592,00
Meta Fiscal: Atividade - 2016 - Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	185.592,00
Meta Física: 12 Meses Atividades de Apoio à Cultura	

Programa: 505 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	192.422,70
Ação: 2014 - Educação de Jovens e Adultos	192.422,70
Meta Fiscal: Atividade - 2014 - Manutenção das Atividades de Apoio a Educação de Jovens e Adultos	192.422,70
Meta Física: 300 Unidade Pessoas com o ensino fundamental incompleto e cursando segundo grau e ensino superior ou cursos de qualificação profissional.	

Programa: 506 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	310.768,00
Ação: 2015 - Alimentação Escolar	310.768,00
Meta Fiscal: Atividade - 2015 - Alimentação Escolar	310.768,00
Meta Física: 750 Unidade Crianças Atendidas	

Programa: 601 - ATENDIMENTO À SAÚDE	6.687.931,00
Ação: 2017 - Atenção Básica	4.649.380,00
Meta Fiscal: Atividade - 2017 - Manutenção das Atividades de Atenção Básica	4.649.380,00
Meta Física: 2 Unidade Aquisição de Veículos	
Meta Física: 4 Unidade Aquisição de equipamentos	
Meta Física: 2 Unidade Campanhas de Prevenção Bucal nas Escolas	
Meta Física: 12 Meses Administração da Saúde	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

80/112

ANEXO 16
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM
AS METAS FISCAIS E FÍSICAS ESTABELECIDAS NA LDO 2021
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Ação: 2018 - Farmácia Básica	634.600,00
Meta Fiscal: Atividade - 2018 - Manutenção da Farmácia Básica	634.600,00
Meta Física: 12000 Unidade Pessoas atendidas	
Ação: 2019 - Saúde da Família	1.045.887,00
Meta Fiscal: Atividade - 2019 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF	1.045.887,00
Meta Física: 1250 Unidade Famílias atendidas	
Ação: 2020 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica	358.064,00
Meta Fiscal: Atividade - 2020 - Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	358.064,00
Meta Física: 800 Unidade Estabelecimentos Fiscalizados	
Meta Física: 5 Unidade Campanhas de Vacinação	
Meta Física: 140 Unidade Exames de focos potenciais.	

Programa: 602 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	813.488,00
Ação: 2021 - Atividade de Ação Social	439.424,00
Meta Fiscal: Atividade - 2021 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	439.424,00
Meta Física: 12 Meses Atividades administrativas do FMAS	

Programa: 603 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	289.536,00
Ação: 2022 - Centro de Referência de Assistência Social	77.300,00
Meta Fiscal: Atividade - 2022 - Centro de Referência de Assistência Social	451.364,00
Meta Física: 200 Unidade Atendimento a famílias vulnerabilizadas	
Meta Física: 40 Unidade Atendimento a pessoas portadoras de Neoplasias	
Meta Física: 20 Unidade Atendimento a usuários de Anti-depressivos	
Meta Física: 20 Unidade Atendimento a pessoas com deficiência	
Meta Física: 15 Unidade Benefício de Prestação continuada	
Meta Física: 200 Unidade Cadastro único de famílias com renda per-capita de até R\$ 120,00	
Ação: 2023 - Atenção à Terceira Idade	160.436,00
Meta Fiscal: Atividade - 2023 - Apoio às Atividade de Atenção à Terceira Idade	160.436,00
Meta Física: 5 Unidade Atendimento a pessoa da terceira idade em asilo	
Meta Física: 250 Unidade Atendimento a pessoa da terceira idade em grupos de convivência	
Ação: 2024 - Atendimento à Criança e ao Adolescente	51.800,00
Meta Fiscal: Atividade - 2024 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	51.800,00
Meta Física: 100 Unidade Crianças e Jovens atendidos	

Programa: 701 - APOIO AO DESPORTO AMADOR	486.690,00
Ação: 2025 - Atividades do Desporto Amador	486.690,00
Meta Fiscal: Atividade - 2025 - Manutenção das Atividades do Desporto Amador	486.690,00
Meta Física: 50 Unidade Crianças e Jovens na Escolinha de Futebol	
Meta Física: 1 Unidade Campeonato Municipal de Futebol de Campo	
Meta Física: 2 Unidade Campeonato e Torneio Municipais de FUTSAL	
Meta Física: 1 Unidade Campeonato Municipal de Bocha	
Meta Física: 3 Unidade Participação em eventos esportivos em outros municípios	
Meta Física: 12 Meses Coordenação do Esporte	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

81/112

ANEXO 16
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS COM
AS METAS FISCAIS E FÍSICAS ESTABELECIDAS NA LDO 2021
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Programa: 702 - APOIO À INDÚSTRIA E COMÉRCIO	137.236,00
Ação: 2026 - Apoio às Atividades de Indústria e Comércio	137.236,00
Meta Fiscal: Atividade - 2026 - Manutenção das Atividades de Apoio à Indústria e Comércio	137.236,00
Meta Física: 100 Unidade Movimento Econômico Bruto Municipal	
Meta Física: 120 Unidade Geração de novos empregos	

Programa: 703 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	451.200,00
Ação: 2027 - Apoio às Atividades de Turismo	451.200,00
Meta Fiscal: Atividade - 2027 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Turismo	451.200,00
Meta Física: 1 Unidade Festa Estadual da Polenta	
Meta Física: 1 Unidade Exposição de Mudras Frutíferas e Ornamentais	
Meta Física: 12 Meses Coordenação das Atividades de Turismo	

Programa: 801 - ESTRADAS VICINAIS	2.175.102,30
Ação: 2028 - Infraestruturas em Estradas	2.175.102,30
Meta Fiscal: Atividade - 2028 - Manutenção de Estradas Vicinais	2.175.102,30
Meta Física: 12 Meses Coordenação dos Serviços de manutenção de estradas	

Programa: 901 - SERVIÇOS ESSENCIAIS	974.418,00
Ação: 2029 - Manutenção dos Serviços Urbanos	923.418,00
Meta Fiscal: Atividade - 2029 - Manutenção dos Serviços Urbanos	923.418,00
Meta Física: 12 Meses Coordenação dos Serviços Essenciais	
Ação: 2030 - Iluminação Pública	0,00
Meta Fiscal: Atividade - 2030 - Manutenção da Iluminação Pública	539.800,00
Meta Física: 100 Unidade Ampliação dos Pontos de Iluminação	
Meta Física: 12 Meses Manutenção da Iluminação Pública	
Ação: 2032 - Apoio às Atividades de Segurança Pública	51.000,00
Meta Fiscal: Atividade - 2032 - Manutenção das Atividades de apoio ao Policiamento	158.560,00
Meta Física: 7400 Unidade Pessoas Atendidas	

Programa: 902 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	1.949.755,00
Ação: 2031 - Infraestrutura e Mobilidade Urbana	1.302.395,00
Meta Fiscal: Atividade - 2031 - Infraestrutura Urbana	1.302.395,00
Meta Física: 1 Unidade Implantação dos Instrumentos do Estatuto das Cidades	
Meta Física: 10 Km Ruas Pavimentadas	

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00
Ação: 9999 - Reserva de Contingência	42.400,00
Meta Fiscal: - 9999 - Reserva de Contingência	42.400,00

Total	29.763.336,00
--------------	----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

82/112

ANEXO 17
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS PARA 2021
(Art. 5º, III da Lei Complementar 101 – LRF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Descrição do Risco	Valor Previsto	Providência
Reserva de Contingência para Passivos Contingentes	30.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência
Reserva de Contingência para Eventos Fiscais	10.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência
Total dos Riscos Fiscais	40.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

83/112

ANEXO 18
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
(Art. 44 da Lei Complementar 101 – LRF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITAS	VALOR
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00
Alienação de Imóveis Recursos Não Vinculados	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	250.000,00
Alienação de Bens Móveis Não Vinculados	50.000,00
Alienações de Bens Móveis destinados a Saúde	100.000,00
Alienações de Bens destinados a Educação	100.000,00
Total da Receita	350.000,00

DESPESAS	VALOR
DESPESAS DE CAPITAL	350.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
Total da Despesa	350.000,00

SALDO FINANCEIRO	0,00
------------------	------



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

84/112

ANEXO 19
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL PREVISTOS
(Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	Metas para 2021		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
Receita Total	30.059.354,00	28.627.956,19	17.898,76%
Receitas Primárias (I)	29.498.822,00	29.498.822,00	17.564,99%
Despesa Total	30.059.354,00	28.627.956,19	17.898,76%
Despesas Primárias	29.485.354,00	28.081.289,52	17.556,97%
Resultado Primário (III)=(I - II)	13.468,00	12.826,67	8,02%
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00%
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00%

VARIÁVEIS	
Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.	5,00
Cálculo do Valor Constante.	Valor Corrente x 1.05

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL			
ESPECIFICAÇÃO		30/06/2020	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos à Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
META FIXADA			0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

85/112

ANEXO 20 LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021 DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS (Art. 8º e 50, I da Lei Complementar 101 – LRF) Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO/DESCRIÇÃO	VÍNCULO	MODALIDADE	NATUREZA	CATEGORIA
3300000 DESPESAS CORRENTES				25.124.570,00
3310000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			12.713.570,00	
3317100 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		9.812,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	3.000,00			
1020001 Ações de Saúde de 15% s/ Imp. e Transf.	2.544,00			
1020002 Taxa de Vigilância Sanitária	4.268,00			
3319000 APLICAÇÕES DIRETAS		12.703.758,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	4.498.819,00			
1000006 Recursos Vinculados Legislativo	740.000,00			
1010001 Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	996.994,00			
1020001 Ações de Saúde de 15% s/ Imp. e Transf.	2.179.611,00			
1180001 Transferências do FUNDEB – 60%	2.581.180,00			
1180002 Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 60%	8.850,00			
1190001 Transferências do FUNDEB 40%	1.106.220,00			
1190003 Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 40%	5.900,00			
1350005 PAIF - Programa de Atenção Integrada a Famílias - PAIF	54.800,00			
1380001 PAB - Piso de Atenção Básica	531.384,00			
3320000 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			162.000,00	
3329000 APLICAÇÕES DIRETAS		162.000,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	162.000,00			
3330000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.249.000,00	
3335000 TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		319.524,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	289.524,00			
1000006 Recursos Vinculados Legislativo	30.000,00			
3337100 TRANSFERÊNCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		8.998,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	1.000,00			
1020001 Ações de Saúde de 15% s/ Imp. e Transf.	6.996,00			
1020002 Taxa de Vigilância Sanitária	1.002,00			
3339000 APLICAÇÕES DIRETAS		11.774.694,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	5.840.635,00			
1000006 Recursos Vinculados Legislativo	313.184,00			
1000008 Taxas desportivas	40.000,00			
1000009 Parque Gruta do Tigre	20.700,00			
1000011 Prog. Melhoria Qualidade de Vida - PMQV	50.000,00			
1000014 Convênio Bombeiros Militar - FUNREBOM	17.450,00			
1000015 Taxa de controle e fiscalização ambiental	50.000,00			
1000056 Rem. Dep. Banc. Legislativo	20.000,00			
1000057 Rem. Dep. Banc. Contribuição de Melhoria Pavimentação	10.000,00			
1010001 Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	924.432,00			
1010002 Rem. Dep. Banc. Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	5.000,00			
1020001 Ações de Saúde de 15% s/ Imp. e Transf.	1.101.621,00			
1020002 Taxa de Vigilância Sanitária	20.000,00			
1020011 Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde de 15% s/ Imp. e Transf.	6.000,00			
1020012 Rem. Dep. Banc. Taxa de Vigilância Sanitária	4.000,00			
1060001 Fundo da Criança e Adolescente - FMDCA	20.000,00			



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

86/112

ANEXO 20 LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021 DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS (Art. 8º e 50, I da Lei Complementar 101 – LRF) Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO/DESCRIÇÃO	VÍNCULO	MODALIDADE	NATUREZA	CATEGORIA
1070001 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	26.606,00			
1070002 Rem. Dep. Banc. CIDE	1.000,00			
1080001 COSIP ? Recursos Livres	444.130,00			
1080002 COSIP ? Remuneração de Depósitos Bancários	15.000,00			
1100001 Convênio de Trânsito - Militar	9.040,00			
1100002 Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Militar	5.000,00			
1110001 Convênio de Trânsito - Civil	9.040,00			
1110002 Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Civil	5.000,00			
1120001 Convênio de Trânsito - Prefeitura	15.900,00			
1120002 Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Prefeitura	5.000,00			
1340002 Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios – União - Outros	30.000,00			
1340007 Revitalização de Praças e Ruas	12.000,00			
1350003 IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	11.572,00			
1350004 Rem. Dep. Banc. IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	1.000,00			
1350005 PAIF - Programa de Atenção Integrada a Famílias - PAIF	43.200,00			
1360001 Salário Educação	374.000,00			
1360002 Rem. Dep. Banc. Salário Educação	12.000,00			
1380001 PAB - Piso de Atenção Básica	392.520,00			
1380002 Rem. Dep. Banc. PAB	8.552,00			
1380011 PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	59.258,00			
1380013 MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial	319.200,00			
1380019 PFVS - Piso Fixo Vigilância Sanitária em Saúde	33.664,00			
1380029 Farmácia Básica - União	47.700,00			
1380030 Rem. Dep. Banc. Farmácia Básica - União	2.000,00			
1380032 IPVS - Incentivos Pontuais Vig. Saúde	13.380,00			
1390001 FEP - Fundo Especial do Petróleo	49.184,00			
1430001 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	98.768,00			
1440001 Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	81.288,00			
1440003 PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	1.000,00			
1450001 PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	3.780,00			
1620030 Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	233.830,00			
1620040 Rem Dep Banc Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	1.000,00			
1650011 Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado Manutenção	100,00			
1670070 Farmácia Básica - Estado	33.060,00			
1670111 Cofinanciamento ATB Estado ESF	118.000,00			
1760001 Emendas Parlamentares Individuais - PAB	140.000,00			
1760002 Emendas Parlamentares Individuais - MAC	97.750,00			
1770001 Emendas de bancada de Parlamentares - PAB	560.000,00			
1770002 Emendas de bancada de Parlamentares - MAC	17.250,00			
3339300 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		145.784,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	17.300,00			
1000006 Recursos Vinculados Legislativo	30.000,00			
1020001 Ações de Saúde de 15% s/ Imp. e Transf.	98.484,00			
3400000 DESPESAS DE CAPITAL				4.892.384,00
3440000 INVESTIMENTOS			4.446.484,00	
3449000 APLICAÇÕES DIRETAS		4.446.484,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

87/112

1000001 Recursos Ordinários Livres	873.940,00			
------------------------------------	------------	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

88/112

ANEXO 20
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS
(Art. 8º e 50, I da Lei Complementar 101 – LRF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

CÓDIGO/DESCRIÇÃO	VÍNCULO	MODALIDADE	NATUREZA	CATEGORIA
1000001 Recursos Ordinários Livres	873.940,00			
1000006 Recursos Vinculados Legislativo	450.000,00			
1000007 Contribuição de Melhoria Pavimentação	512.000,00			
1000014 Convênio Bombeiros Militar - FUNREBOM	18.550,00			
1010001 Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	254.333,00			
1020001 Ações de Saúde de 15% s/ Imp. e Transf.	294.713,00			
1080001 COSIP ? Recursos Livres	80.670,00			
1100001 Convênio de Trânsito - Militar	16.960,00			
1110001 Convênio de Trânsito - Civil	16.960,00			
1120001 Convênio de Trânsito - Prefeitura	12.100,00			
1320001 Transferências de Convênios ? União - Educação	100.000,00			
1320004 Construção de Unidades de Ensino	0,00			
1330001 Transferências de Convênios - União - Saúde	100.000,00			
1330002 Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios - União - Saúde	1.000,00			
1340007 Revitalização de Praças e Ruas	349.762,00			
1340009 Aquisição de Equipamentos e Veículos	526.000,00			
1350003 IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	5.300,00			
1350005 PAIF - Programa de Atenção Integrada a Famílias - PAIF	10.000,00			
1380001 PAB - Piso de Atenção Básica	15.732,00			
1380011 PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	120.742,00			
1390001 FEP - Fundo Especial do Petróleo	72.222,00			
1390002 Rem. Dep. Banc. FEP - Fundo Especial do Petróleo	2.000,00			
1630001 Transferências de Convênios - Estado - Saúde	257.500,00			
1650012 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado Investimento	1.000,00			
1870001 Alienação de Bens destinados a Educação	100.000,00			
1880001 Alienação de Bens destinados a Saúde	100.000,00			
1890001 Alienação de Bens Recursos não Vinculados	150.000,00			
1890002 Rem. Dep. Banc. Alienação de Bens - Outros	5.000,00			
3450000 INVERSÕES FINANCEIRAS			33.900,00	
3459000 APLICAÇÕES DIRETAS		33.900,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	25.000,00			
1010001 Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	8.900,00			
3460000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			412.000,00	
3469000 APLICAÇÕES DIRETAS		412.000,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	400.000,00			
1000007 Contribuição de Melhorias Obras de Pavimentação	12.000,00			
3900000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				42.400,00
3999900 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		42.400,00		
1000001 Recursos Ordinários Livres	42.400,00			
TOTAL				30.059.354,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

89/112

ANEXO 21
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA
FONTE NA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL
(Art. 48 da Lei Complementar 101 – LRF - Princípio da Transparência)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA POR CATEGORIA				
CÓDIGO/DESCRIÇÃO	ESPÉCIE	ORIGEM	CATEGORIA	%
4110000 RECEITA TRIBUTÁRIA		1.248.892,66		4,1548%
4111000 IMPOSTOS	177.700,00			0,5912%
4112000 TAXAS	659.192,66			2,1930%
4113000 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	412.000,00			1,3706%
4120000 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		544.800,00		1,8124%
4121000 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	20.000,00			0,0665%
4130000 RECEITA PATRIMONIAL		291.232,00		0,9689%
4131000 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	80.700,00			0,2685%
4132000 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	210.532,00			0,7004%
4192000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00			0,0333%
4199000 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	80.000,00			0,2661%
4200000 RECEITAS DE CAPITAL			1.696.262,00	5,6430%
4220000 ALIENAÇÃO DE BENS		350.000,00		1,1644%
4240000 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.346.262,00		4,4787%
TOTAL			30.059.354,00	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

90/112

ANEXO 21 LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021 DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA FONTE NA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL (Art. 48 da Lei Complementar 101 – LRF - Princípio da Transparência) Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA POR FONTE DE RECURSOS			
Código	Descrição	Valor	% s/ total
1000001	Recursos Ordinários Livres	12.153.618,00	40,4321%
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	1.563.184,00	5,2003%
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	524.000,00	1,7432%
1000008	Taxas desportivas	40.000,00	0,1331%
1000009	Parque Gruta do Tigre	20.700,00	0,0689%
1000011	Prog. Melhoria Qualidade de Vida - PMQV	50.000,00	0,1663%
1000014	Convênio Bombeiros Militar - FUNREBOM	36.000,00	0,1198%
1000015	Taxa de controle e fiscalização ambiental	50.000,00	0,1663%
1000056	Rem. Dep. Banc. Legislativo	20.000,00	0,0665%
1000057	Rem. Dep. Banc. Contribuição de Melhoria Pavimentação	10.000,00	0,0333%
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	2.184.659,00	7,2678%
1010002	Rem. Dep. Banc. Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	5.000,00	0,0166%
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	3.683.969,00	12,2556%
1020002	Taxa de Vigilância Sanitária	25.270,00	0,0841%
1020011	Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	6.000,00	0,0200%
1020012	Rem. Dep. Banc. Taxa Vigilância Sanitaria	4.000,00	0,0133%
1060001	Fundo da Criança e Adolescente - FMDCA	20.000,00	0,0665%
1070001	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	26.606,00	0,0885%
1070002	Rem. Dep. Banc. CIDE	1.000,00	0,0033%
1080001	COSIP – Recursos Livres	524.800,00	1,7459%
1080002	COSIP – Remuneração Depósitos Bancários	15.000,00	0,0499%
1100001	Convênio de Trânsito - Militar	26.000,00	0,0865%
1100002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Militar	5.000,00	0,0166%
1110001	Convênio de Trânsito - Civil	26.000,00	0,0865%
1110002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Civil	5.000,00	0,0166%
1120001	Convênio de Trânsito - Prefeitura	28.000,00	0,0931%
1120002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Prefeitura	5.000,00	0,0166%
1180001	Transferências do FUNDEB – 60%	2.581.180,00	8,5869%
1180002	Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 60%	8.850,00	0,0294%
1190001	Transferências do FUNDEB – 40%	1.106.220,00	3,6801%
1190003	Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 40%	5.900,00	0,0196%
1320001	Transferências de Convênios – União/Educação	100.000,00	0,3327%
1330001	Transferências de Convênios – União - Saúde	100.000,00	0,3327%
1330002	Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios – União - Saúde	1.000,00	0,0033%
1340002	Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios – União - Outros	30.000,00	0,0998%
1340007	Revitalização de Praças e Ruas	361.762,00	1,2035%
1340009	Aquisição de Equipamentos e Veículos	526.000,00	1,7499%
1350003	IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	16.872,00	0,0561%
1350004	Rem. Dep. Banc. IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	1.000,00	0,0033%
1350005	PAIF - Programa de Atenção Integrada a Famílias - PAIF	108.000,00	0,3593%
1360001	Salário-Educação	374.000,00	1,2442%
1360002	Rem. Dep. Banc. Salário-Educação	12.000,00	0,0399%
1380001	PAB - Piso de Atenção Básica	939.636,00	3,1259%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

91/112

ANEXO 21 LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021 DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA FONTE NA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL (Art. 48 da Lei Complementar 101 – LRF - Princípio da Transparência) Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA POR FONTE DE RECURSOS			
Código	Descrição	Valor	% s/ total
1380002	Rem. Dep. Banc. PAB	8.552,00	0,0285%
1380011	PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	180.000,00	0,5988%
1380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulatorial	319.200,00	1,0619%
1380019	PFVS - Piso Fixo Vigilância Sanitária em Saúde	33.664,00	0,1120%
1380029	Farmácia Básica - União	47.700,00	0,1587%
1380030	Rem. Dep. Banc. Farmácia Básica - União	2.000,00	0,0067%
1380032	IPVS - Incentivos Pontuais Vig. Saúde	13.380,00	0,0445%
1390001	FEP - Fundo Especial do Petróleo	121.406,00	0,4039%
1390002	Rem. Dep. Banc. FEP - Fundo Especial do Petróleo	2.000,00	0,0067%
1430001	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	98.768,00	0,3286%
1440001	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo	81.288,00	0,2704%
1440003	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	1.000,00	0,0033%
1450001	PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	3.780,00	0,0126%
1620030	Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	233.830,00	0,7779%
1620040	Rem Dep Banc Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	1.000,00	0,0033%
1630001	Transferências de Convênios – Estado - Saúde	257.500,00	0,8566%
1650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado Manutenção	1.000,00	0,0033%
1650012	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado Investimento	1.000,00	0,0033%
1670070	Farmácia Básica - Estado	33.060,00	0,1100%
1670111	Cofinanciamento ATB Estado ESF	118.000,00	0,3926%
1760001	Emendas Parlamentares Individuais - PAB	140.000,00	0,4657%
1760002	Emendas Parlamentares Individuais - MAC	97.750,00	0,3252%
1770001	Emendas de bancada de Parlamentares - PAB	560.000,00	1,8630%
1770002	Emendas de bancada de Parlamentares - MAC	17.250,00	0,0574%
1870001	Alienações de Bens destinados a Educação	100.000,00	0,3327%
1880001	Alienações de Bens destinados a Saúde	100.000,00	0,3327%
1890001	Alienações Bens Recursos Não Vinculados	150.000,00	0,4990%
1890002	Rem. Dep. Banc. Alineação Bens - Outros	5.000,00	0,0166%
TOTAL		30.059.354,00	100,0000%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

92/112

ANEXO 22
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS TRIBUTOS LANÇADOS E NÃO ARRECADADOS ATÉ 2019
(Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019
SALDO DA DÍVIDA ATIVA ANTERIOR	1.396.544,72	1.490.666,17	1.490.666,17
DÍVIDA ATIVA INSCRITA	260.931,27	0,00	0,00
LANÇAMENTO DE JUROS, MULTAS E CORREÇÃO	0,00	0,00	0,00
RECEBIMENTOS DA DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO	166.809,82	0,00	0,00
RECEBIMENTOS DE JUROS, MULTAS E CORREÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00
CANCELAMENTOS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO	1.490.666,17	1.490.666,17	1.490.666,17

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PROVISÃO PARA PERDAS DE DÍVIDA ATIVA			
DESCRIÇÃO	MÉDIA ANUAL %		
	2017	2018	2019
Recebimento da Dívida Ativa (%)			
O cálculo do recebimento da Dívida Ativa em termos percentuais relaciona o valor absoluto recebido com o saldo dos valores no início do exercício.	11,94	0,00	0,00
Média Aritmética dos Percentuais de Recebimento.			
A Média Aritmética dos Percentuais de Recebimento, baseada na média simples dos valores percentuais de recebimento para os três exercícios considerados como base para o ano em que se estima a provisão.		3,98	
Porcentual para provisão (100 - Média Aritmética)			
Aplicar o porcentual sobre saldo da Dívida Ativa ao término do exercício para provisionamento.		96,02	

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA LANÇAMENTO DA DÍVIDA ATIVA DE CURTO PRAZO E LONGO PRAZO	
DESCRIÇÃO	VALOR
Média Anual dos recebimentos no período de 2017 a 2019	55.603,27
Montante a ser lançado no curto prazo (Média Anual x 2)	
No curto prazo devem ser registrados os valores inscritos cuja expectativa de recebimento é até o encerramento do próximo exercício.	111.206,54
O montante a ser lançado em curto prazo é determinado pelo fluxo histórico de recebimentos, e expresso pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios.	
Saldo a ser lançado em Longo Prazo (Saldo da Dívida - Lançado Curto Prazo)	1.379.459,63
O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

93/112

ANEXO 23
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E NATUREZA
(Artigo 48 da Lei Complementar 101 = LRF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

NATUREZA DA DESPESA						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	REALIZADA NO PERÍODO				
		2017	2018		2019	
		R\$	R\$	Evolução	R\$	Evolução
3300000	DESPESAS CORRENTES	20.827.923,49	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.381.151,28	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3319000	APLICAÇÕES DIRETAS	11.381.151,28	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.995,87	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3329000	APLICAÇÕES DIRETAS	14.995,87	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.431.776,34	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3335000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM	182.900,83	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3339000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.976.155,12	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3339300	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	272.720,39	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3400000	DESPESAS DE CAPITAL	4.268.650,00	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3440000	INVESTIMENTOS	4.055.986,70	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3449000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.055.986,70	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3450000	INVERSÕES FINANCEIRAS	130.000,00	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3459000	APLICAÇÕES DIRETAS	130.000,00	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	82.663,30	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
3469000	APLICAÇÕES DIRETAS	82.663,30	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%
TOTAL		25.096.573,49	23.849.229,22	-4,97%	6.691.407,13	-73,34%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

94/112

ANEXO 23
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E NATUREZA
 (Artigo 48 da Lei Complementar 101 = LRF)
 Lei nº 2311 de 09/12/2020

NATUREZA DA DESPESA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	PREVISTA PARA O PERÍODO			
		2020		2021	
		R\$	Evolução	R\$	Evolução
3300000	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00%	25.124.570,00	20,63%
3310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00%	12.713.570,00	11,71%
3317100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00%	9.812,00	100,00%
3319000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00%	12.703.758,00	11,62%
3320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00%	162.000,00	980,30%
3329000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00%	162.000,00	980,30%
3330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00%	12.249.000,00	29,87%
3335000	TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00%	319.524,00	74,70%
3337100	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00%	8.998,00	100,00%
3339000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00%	11.774.694,00	31,18%
3339300	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00%	145.784,00	-46,54%
3400000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00%	4.892.384,00	14,61%
3440000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00%	4.446.484,00	9,63%
3449000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00%	4.446.484,00	9,63%
3450000	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00%	33.900,00	-73,92%
3459000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00%	33.900,00	-73,92%
3460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00%	412.000,00	398,41%
3469000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00%	412.000,00	398,41%
3900000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%	42.400,00	100,00%
3999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%	42.400,00	100,00%
TOTAL		0,00	0,00%	30.059.354,00	19,77%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

95/112

ANEXO 23
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E NATUREZA
 (Artigo 48 da Lei Complementar 101 = LRF)
 Lei nº 2311 de 09/12/2020

DESPESA POR FUNÇÃO						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	REALIZADA NO PERÍODO				
		2017	2018		2019	
		R\$	R\$	Evolução	R\$	Evolução
1	LEGISLATIVA	820.520,55	750.053,93	-8,59%	8.391,18	-98,98%
4	ADMINISTRAÇÃO	2.196.124,63	2.254.340,79	2,65%	1.012.288,66	-53,91%
6	SEGURANÇA PÚBLICA	417.314,12	268.772,81	-35,59%	52.868,82	-87,33%
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	748.213,00	992.019,99	32,59%	57.887,45	-92,26%
10	SAÚDE	5.022.405,73	4.877.783,54	-2,88%	0,00	-100,00%
12	EDUCAÇÃO	7.329.689,33	6.632.324,03	-9,51%	1.734.615,71	-76,33%
13	CULTURA	115.818,59	67.069,47	-42,09%	27.747,88	-76,04%
15	URBANISMO	3.432.531,42	2.895.233,76	-15,65%	1.085.019,62	-68,39%
18	GESTÃO AMBIENTAL	430.940,00	413.116,57	-4,14%	112.031,50	-74,00%
20	AGRICULTURA	750.710,71	928.216,97	23,65%	268.531,36	-64,23%
22	INDÚSTRIA	85.737,53	109.877,28	28,16%	69.722,43	-18,68%
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	485.777,02	236.458,43	-51,32%	165.888,20	-65,85%
26	TRANSPORTE	2.394.138,36	2.163.214,11	-9,65%	1.217.492,35	-49,15%
27	DESPORTO E LAZER	388.967,96	555.299,32	42,76%	479.361,97	23,24%
28	ENCARGOS ESPECIAIS	477.684,54	705.448,22	47,68%	399.560,00	-16,35%
TOTAL		25.096.573,49	23.849.229,22	-4,97%	6.691.407,13	-73,34%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

96/112

ANEXO 23
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E NATUREZA
 (Artigo 48 da Lei Complementar 101 = LRF)
 Lei nº 2311 de 09/12/2020

DESPESA POR FUNÇÃO					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	PREVISTA PARA O PERÍODO			
		2020		2021	
		R\$	Evolução	R\$	Evolução
1	LEGISLATIVA	0,00	-100,00%	1.080.000,00	31,62%
4	ADMINISTRAÇÃO	0,00	-100,00%	2.482.058,00	13,02%
6	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	-100,00%	717.278,00	71,88%
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	-100,00%	1.399.042,00	86,98%
10	SAÚDE	0,00	-100,00%	6.687.931,00	33,16%
12	EDUCAÇÃO	0,00	-100,00%	7.310.468,70	-0,26%
13	CULTURA	0,00	-100,00%	185.592,00	60,24%
15	URBANISMO	0,00	-100,00%	2.873.173,00	-16,30%
18	GESTÃO AMBIENTAL	0,00	-100,00%	614.649,00	42,63%
20	AGRICULTURA	0,00	-100,00%	1.687.032,00	124,72%
22	INDÚSTRIA	0,00	-100,00%	137.236,00	60,07%
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	-100,00%	451.200,00	-7,12%
26	TRANSPORTE	0,00	-100,00%	2.175.102,30	-9,15%
27	DESPORTO E LAZER	0,00	-100,00%	486.690,00	25,12%
28	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	-100,00%	1.729.502,00	262,06%
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%	42.400,00	0,00%
TOTAL		0,00	-4,97%	30.059.354,00	-73,34%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

97/112

ANEXO 24
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E SUA PARTICIPAÇÃO RELATIVA
(Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

Órgão/Unidade	Valor	% Participação
1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	1.080.000,00	3,59%
101 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	1.080.000,00	3,59%
2 GABINETE DO PREFEITO	1.943.049,12	6,46%
201 GABINETE DO PREFEITO	1.483.937,12	4,94%
202 DEFESA CIVIL	163.094,00	0,54%
206 FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	296.018,00	0,98%
3 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.230.806,88	10,75%
301 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	3.230.806,88	10,75%
4 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.301.681,00	7,66%
401 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	1.687.032,00	5,61%
402 DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	614.649,00	2,04%
5 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	7.496.060,70	24,94%
501 DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL	503.190,70	1,67%
502 DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	4.138.832,44	13,77%
503 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.668.445,56	8,88%
504 DEPARTAMENTO DE CULTURA	185.592,00	0,62%
6 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.790.955,00	25,92%
601 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.687.931,00	22,25%
602 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.051.224,00	3,50%
603 FDO. MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	51.800,00	0,17%
7 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	1.075.126,00	3,58%
701 DEPARTAMENTO DE ESPORTES	623.926,00	2,08%
702 DEPARTAMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	451.200,00	1,50%
8 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	2.175.102,30	7,24%
801 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	2.175.102,30	7,24%
9 SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	2.924.173,00	9,73%
901 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	1.633.778,00	5,44%
902 DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.290.395,00	4,29%
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,14%
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.400,00	0,14%
TOTAL	30.059.354,00	100,00%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

98/112

ANEXO 25
LEI DO ORÇAMENTO ANUAL 2021
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, DESPESA COM PESSOAL E SEU COMPROMETIMENTO
(Art. 20 e 48 da LRF)
Lei nº 2311 de 09/12/2020

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS

DESCRIÇÃO	REALIZADA NO PERÍODO			ORÇADA	
	2017	2018	2019	2020	2021
I - RECEITAS CORRENTES	22.839.456,43	0,00	0,00	32.777.292,00	32.247.292,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.313.611,19	0,00	0,00	4.069.470,00	4.069.470,00
IPTU	550.764,28	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	244.429,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	1.518.417,81	0,00	0,00	4.069.470,00	4.069.470,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.653.319,62	0,00	0,00	27.301.790,00	27.171.790,00
Cota-parte do FPM	6.383.374,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte do ICMS	6.290.493,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte do IPVA	678.702,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte do FUNDEB	3.160.834,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	3.139.915,07	0,00	0,00	27.301.790,00	27.171.790,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	872.525,62	0,00	0,00	1.406.032,00	1.006.032,00
II - DEDUÇÕES	-2.825.735,45	0,00	0,00	-3.530.000,00	-3.884.200,00
Deduções para o FUNDEB	-2.695.068,10	0,00	0,00	-3.530.000,00	-3.884.200,00
Outras Deduções	-130.667,35	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	20.013.720,98	0,00	0,00	29.247.292,00	28.363.092,00

DESPESA COM PESSOAL E SEU COMPROMETIMENTO COM A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	REALIZADA NO PERÍODO			ORÇADA	
	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa com Pessoal	11.381.151,28	0,00	0,00	13.995.585,80	12.713.570,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	13.985.773,80	12.703.758,00
Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	11.381.151,28	0,00	0,00	9.812,00	9.812,00
(+/-) Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Indenizações Demissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal	11.381.151,28	0,00	0,00	13.995.585,80	12.713.570,00
% em Relação à Receita Corrente Líquida	56,87%	0,00%	0,00%	47,85%	44,82%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

99/112

ANEXO 26

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES NO ENSINO 2021 (Lei nº 2311 de 09/12/2020)

(Art. 212 da CF e 60 ADCT)

R\$ 1,00

Receita por Fonte de Recursos		
Fonte	Descrição	Valor
1000001	Recursos Ordinários Livres	412.993,70
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	2.184.659,00
1010002	Rem. Dep. Banc. Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	5.000,00
1180001	Transferências do FUNDEB – 60%	2.581.180,00
1180002	Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 60%	8.850,00
1190001	Transferências do FUNDEB – 40%	1.106.220,00
1190003	Rem. Dep. Banc. FUNDEB – 40%	5.900,00
1320001	Transferências de Convênios – União/Educação	100.000,00
1360001	Salário-Educação	374.000,00
1360002	Rem. Dep. Banc. Salário-Educação	12.000,00
1430001	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	98.768,00
1440001	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo	81.288,00
1440003	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	1.000,00
1450001	PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	3.780,00
1620030	Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	233.830,00
1620040	Rem Dep Banc Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	1.000,00
1870001	Alienações de Bens destinados a Educação	100.000,00
Soma da receita por fonte de recursos		0,00
Soma dos recursos próprios 25%		2.602.652,70
Soma dos recursos vinculados		4.707.816,00

Resultado com o FUNDEB		
Código	Descrição	Valor
413210011010100	Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB	14.750,00
417580111000000	Transferências do FUNDEB	3.687.400,00
Soma da Receita		3.702.150,00
917280111000000	(R) Cota-Parte do ICMS	-1.679.160,00
917280121000000	(R) Cota-Parte do IPVA	-178.680,00
917280131000000	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios	-40.000,00
Soma da Dedução		-1.897.840,00
Ganho com o FUNDEB		1.804.310,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

100/112

Aplicação 60% Magistério Efetivo Exercício		
RECEITAS		
Código	Descrição	Valor
Soma das Receitas do FUNDEB 60%		0,00
DESPESAS		
Código	Descrição	Valor
Soma da Aplicação 60% Magistério Efetivo Exercício		0,00
% Aplicado na Projeção		0,00%

Aplicação 25%		
Código	Descrição	Valor
2013	Atividades da Educação Infantil	2.668.445,56
2012	Manutenção do Ensino Fundamental	4.138.832,44
Soma da despesa com ensino		6.807.278,00
(-) Ganho com o FUNDEB		-1.804.310,00
(=) Sub-total		5.002.968,00
(-) Recursos Vinculados		4.707.816,00
(-) Soma das Deduções		4.707.816,00
(=) Sub-total		295.152,00
Valor mínimo 25% a ser aplicado		2.602.652,70
Valor projetado a menor		-1.889.507,00
% projetado		3,38%
Outras Despesas com Educação		
Código	Descrição	Valor
2014	Educação de Jovens e Adultos	192.422,70
2015	Alimentação Escolar	310.768,00
Soma de Outras Despesas com Educação		503.190,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

101/112

ANEXO 27 DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES EM SAÚDE 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

Fonte de Recursos		
Código	Descrição	Valor
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	3.683.969,00
1020002	Taxa de Vigilância Sanitária	25.270,00
1020011	Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	6.000,00
1020012	Rem. Dep. Banc. Taxa Vigilância Sanitaria	4.000,00
1330001	Transferências de Convênios – União - Saúde	100.000,00
1330002	Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios – União - Saúde	1.000,00
1380001	PAB - Piso de Atenção Básica	939.636,00
1380002	Rem. Dep. Banc. PAB	8.552,00
1380011	PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	180.000,00
1380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulatorial	319.200,00
1380019	PFVS - Piso Fixo Vigilância Sanitaria em Saúde	33.664,00
1380029	Farmácia Básica - União	47.700,00
1380030	Rem. Dep. Banc. Farmácia Básica - União	2.000,00
1380032	IPVS - Incentivos Pontuais Vig. Saude	13.380,00
1630001	Transferências de Convênios – Estado - Saúde	257.500,00
1670070	Farmácia Básica - Estado	33.060,00
1670111	Cofinanciamento ATB Estado ESF	118.000,00
1760001	Emendas Parlamentares Individuais - PAB	140.000,00
1760002	Emendas Parlamentares Individuais - MAC	97.750,00
1770001	Emendas de bancada de Parlamentares - PAB	560.000,00
1770002	Emendas de bancada de Parlamentares - MAC	17.250,00
1880001	Alienações de Bens destinados a Saúde	100.000,00
Soma da receita por fonte de recursos		6.687.931,00
Soma dos recursos próprios 15%		3.719.239,00
Soma dos recursos vinculados		2.968.692,00

Aplicação 15%		
Código	Descrição	Valor
2017	Manutenção das Atividades de Atenção Básica	4.649.380,00
2018	Manutenção da Farmácia Básica	634.600,00
2020	Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	358.064,00
Soma da despesa com saúde		5.642.044,00
(-) Recursos Vinculados		2.968.692,00
(=)Sub-total		2.673.352,00
Valor mínimo 15% a ser aplicado		5.868.628,00
Valor projetado a menor		-3.195.276,00
% projetado		6,83%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

102/112

ANEXO 28 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2021 Lei nº 2311 de 09/12/2020

Poder Executivo	
Descrição	Valor
Pessoal Ativo	11.973.570,00
Inativos e Pensionistas	0,00
Serviços de Terceiros	0,00
(+/-) Precatórios	0,00
(-) Inativos Vinculados	0,00
(-) Indenizações Demissões	0,00
(=) Despesa Líquida Executivo	11.973.570,00

Poder Legislativo	
Descrição	Valor
Pessoal Ativo	740.000,00
Inativos e Pensionistas	0,00
Serviços de Terceiros	0,00
(+/-) Precatórios	0,00
(-) Inativos Vinculados	0,00
(-) Indenizações Demissões	0,00
(=) Despesa Líquida Legislativo	740.000,00

(=) Despesa Líquida Total	12.713.570,00
Receita Corrente Líquida	28.363.092,00
% em relação à RCL Executivo	42,22%
% em relação à RCL Legislativo	2,61%
% em relação à RCL Total	44,82%



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

103/112

ANEXO 29 DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO EM 09/12/2020 (Art. 48 da LRF) 2021 Lei nº 2311 de 09/12/2020

ATIVO		PASSIVO	
	0,00		0,00
	0,00		0,00
	0,00		0,00
	0,00		0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

104/112

ANEXO 30
SALDO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
(Art. 48 da LRF)
2021
Lei nº 2311 de 09/12/2020

CREDOR/CONTA	SALDO		
	2018	2019	2020
BADESC PAV. RUA JOHN KENNEDY	409.845,46	101.715,55	0,00
BADESC PAV. RUA JOHN KENNEDY	409.845,46	101.715,55	0,00
TOTAL	819.690,92	203.431,10	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

105/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
411130311000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho			700.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	49.000,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	371.000,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	175.000,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	105.000,00	
411130341000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R			50.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	3.500,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	26.500,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	12.500,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	7.500,00	
411180111000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial			652.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	45.640,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	332.520,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	169.520,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	104.320,00	
411180112000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial			30.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	2.100,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	15.900,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	7.500,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	4.500,00	
411180113000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial			200.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	120.000,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	50.000,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	30.000,00	
411180114000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial			50.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	26.500,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	3.500,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	12.500,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	7.500,00	
411180141000000	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóv			340.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	173.400,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	23.800,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	88.400,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	54.400,00	
411180231000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Prin			645.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	328.950,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	45.150,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	167.700,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	103.200,00	
411180232000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS -			40.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	21.200,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	2.800,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	10.000,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	6.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

106/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
411180233000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS -			50.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	26.500,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	3.500,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	12.500,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	7.500,00	
411180234000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS -			50.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	26.500,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	3.500,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	12.500,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	7.500,00	
411210111010000	Taxa de Vigilância Sanitária			24.270,00
1020002	Taxa de Vigilância Sanitária	FMS-RO	24.270,00	
411210111020000	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			142.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	142.000,00	
411210112020000	Outras Taxas de inspeção, controle e fiscalização			1.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	1.000,00	
411210114000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívid			1.000,00
1020002	Taxa de Vigilância Sanitária	FMS-RO	1.000,00	
411210411010000	Taxa de controle e fiscalização ambiental			50.000,00
1000015	Taxa de controle e fiscalização ambiental	PMRO	50.000,00	
411220111010000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços			50.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	50.000,00	
411220111020000	Taxa de Utilização Ginásio de Esportes			40.000,00
1000008	Taxas desportivas	PMRO	40.000,00	
411220111030000	Taxa Serviços Agricultura			50.000,00
1000011	Prog. Melhoria Qualidade de Vida - PMQV	PMRO	50.000,00	
411220111040000	Taxa de Limpeza Pública			328.200,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	328.200,00	
411220111050000	Taxa de Prevenção Contra Sinistros			36.000,00
1000014	Convênio Bombeiros Militar - FUNREBOM	PMRO	36.000,00	
411300011000000	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras			500.000,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	PMRO	500.000,00	
411300012000000	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros			10.000,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	PMRO	10.000,00	
411300013000000	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa			20.000,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	PMRO	20.000,00	
411300014000000	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e			10.000,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	PMRO	10.000,00	
412199911010000	Contribuições para o FMDCA			20.000,00
1060001	Fundo da Criança e Adolescente - FMDCA	FMDCA-RO	20.000,00	
412400011000000	Contribuição para o custeio do serviço de ilumin			524.800,00
1080001	COSIP ? Recursos Livres	PMRO	524.800,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

107/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
413100111010000	Aluguel Parque Gruta do Tigre			20.700,00
1000009	Parque Gruta do Tigre	PMRO	20.700,00	
413100111020000	Aluguel Prédio Fórum			60.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	60.000,00	
413210011010100	Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB			14.750,00
1180002	Rem. Dep. Banc. FUNDEB ? 60%	PMRO	8.850,00	
1190003	Rem. Dep. Banc. FUNDEB ? 40%	PMRO	5.900,00	
413210011010200	Remuneração de Depósitos Bancários MDE 25%			5.000,00
1010002	Rem. Dep. Banc. Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	5.000,00	
413210011010300	Remuneração de Depósitos Bancários Salário Educaçã			12.000,00
1360002	Rem. Dep. Banc. Salário-Educação	PMRO	12.000,00	
413210011010400	Remuneração de Depósitos Bancários PNAE			2.000,00
1430001	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	PMRO	2.000,00	
413210011010500	Remuneração de Depósitos Bancários PNATE			1.000,00
1440003	PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	PMRO	1.000,00	
413210011010600	Remuneração de Depósitos Bancários Transporte Esco			1.000,00
1620040	Rem Dep Banc Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	PMRO	1.000,00	
413210011010700	Remuneração de Depósitos Bancários Legis			20.000,00
1000056	Rem. Dep. Banc. Legislativo	LEGIS	20.000,00	
413210011010800	Remuneração de Depósitos Bancários CIDE			1.000,00
1070002	Rem. Dep. Banc. CIDE	PMRO	1.000,00	
413210011010900	Remuneração de Depósitos Bancários FEP			2.000,00
1390002	Rem. Dep. Banc. FEP - Fundo Especial do Petróleo	PMRO	2.000,00	
413210011011000	Remuneração de Depósitos Bancários Contribuição de			10.000,00
1000057	Rem. Dep. Banc. Contribuição de Melhoria Pavimentação	PMRO	10.000,00	
413210011011100	Remuneração de Depósitos Bancários COSIP			15.000,00
1080002	COSIP ? Remuneração Depósitos Bancários	PMRO	15.000,00	
413210011011200	Remuneração de Depósitos Bancários Multas de Trâns			5.000,00
1120002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Prefeitura	PMRO	5.000,00	
413210011011300	Remuneração de Depósitos Bancários Multas de Trâns			5.000,00
1110002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Civil	PMRO	5.000,00	
413210011011400	Remuneração de Depósitos Bancários Multas de Trâns			5.000,00
1100002	Rem. Dep. Banc. Convênio de Trânsito - Militar	PMRO	5.000,00	
413210011011500	Remuneração de Depósitos Bancários Convênio União			30.000,00
1340002	Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios ? União - Outros	PMRO	30.000,00	
413210011011600	Remuneração de Depósitos Bancários Alienação de Be			5.000,00
1890002	Rem. Dep. Banc. Alineação Bens - Outros	PMRO	5.000,00	
413210011011700	Remuneração de Depósitos Bancários Saúde 15%			6.000,00
1020011	Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	6.000,00	
413210011011800	Remuneração de Depósitos Bancários PAB			8.552,00
1380002	Rem. Dep. Banc. PAB	FMS-RO	8.552,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

108/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
413210011011900	Remuneração de Depósitos Bancários MAC			1.000,00
1380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulatorial	FMS-RO	1.000,00	
413210011012000	Remuneração de Depósitos Bancários Farmácia Básica			2.000,00
1380030	Rem. Dep. Banc. Farmácia Básica - União	FMS-RO	2.000,00	
413210011012100	Remuneração de Depósitos Bancários Taxa de Vigilância			4.000,00
1020012	Rem. Dep. Banc. Taxa Vigilância Sanitária	FMS-RO	4.000,00	
413210011012200	Remuneração de Depósitos Bancários Convênio União			1.000,00
1330002	Rem. Dep. Banc. Transferências de Convênios ? União - Saúde	FMS-RO	1.000,00	
413210011012300	Remuneração de Depósitos Bancários IG			1.000,00
1350004	Rem. Dep. Banc. IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	FMS-RO	1.000,00	
413210011020100	Remuneração de Depósitos Bancários Recursos não Vi			53.230,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	53.230,00	
417180121000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios			8.830.400,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	2.295.904,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	1.412.864,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	4.503.504,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	618.128,00	
417180131000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios			783.100,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	54.817,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	211.437,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	117.465,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	399.381,00	
417180141000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios			783.100,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	399.381,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	54.817,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	203.606,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	125.296,00	
417180151000000	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial			15.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	1.050,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	7.950,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	3.750,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	2.250,00	
417180261000000	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP			121.406,00
1390001	FEP - Fundo Especial do Petróleo	PMRO	121.406,00	
417180311010000	Piso de Atenção Básica - PAB			939.636,00
1380001	PAB - Piso de Atenção Básica	FMS-RO	939.636,00	
417180311060000	Media e Alta Complexidade Ambulatorial - MAC			318.200,00
1380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulatorial	FMS-RO	318.200,00	
417180311070000	Vigilância Sanitária Federal			33.664,00
1380019	PFVS - Piso Fixo Vigilância Sanitária em Saúde	FMS-RO	33.664,00	
417180311080000	Incentivos Pontuais Vigilância Saúde			13.380,00
1380032	IPVS - Incentivos Pontuais Vig. Saúde	FMS-RO	13.380,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

109/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
417180311090000	Farmácia Básica União			47.700,00
1380029	Farmácia Básica União	FMS-RO	47.700,00	
417180311100000	Qualificação da Gestão do SUS - PMAQ			180.000,00
1380011	PMAQ - Prog. Acesso Melhoria Qualidade	FMS-RO	180.000,00	
417180311150000	Incremento Temporário Piso de Atenção Básica			700.000,00
1760001	Emendas Parlamentares Individuais EC nº 86/2015 - PAB	FMS-RO	140.000,00	
1770001	Emendas de bancada de Parlamentares EC nº 100/2019 - PAB	FMS-RO	560.000,00	
417180311170000	Incremento Temporário Atenção de Média e Alta Comp			115.000,00
1760002	Emendas Parlamentares Individuais EC nº 86/2015 - MAC	FMS-RO	97.750,00	
1770002	Emendas de bancada de Parlamentares EC nº 100/2019 - MAC	FMS-RO	17.250,00	
417180511000000	Transferências do Salário-Educação			374.000,00
1360001	Salário-Educação	PMRO	374.000,00	
417180521000000	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr			3.780,00
1450001	Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola ? PDDE	PMRO	3.780,00	
417180531000000	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr			96.768,00
1430001	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar ? PNAE	PMRO	96.768,00	
417180541000000	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr			81.288,00
1440001	Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar ? PNAT	PMRO	81.288,00	
417180611000000	Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C.			21.400,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	11.342,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	1.498,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	5.350,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	3.210,00	
417181211010000	Índice Gestão Descentralizada			16.872,00
1350003	IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	FMS-RO	16.872,00	
417181211020000	Programa de Atenção Integrada a Famílias PAIF			108.000,00
1350005	Programa de Atenção Integrada a Famílias PAIF	FMS-RO	108.000,00	
417280111000000	Cota-Parte do ICMS			8.395.800,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	587.706,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	4.197.900,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	2.182.908,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	1.427.286,00	
417280121000000	Cota-Parte do IPVA			893.400,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	62.538,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	446.700,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	232.284,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	151.878,00	
417280131000000	Cota-Parte do IPI - Municípios			200.000,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	52.000,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	102.000,00	
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	14.000,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	32.000,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

110/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
417280141000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Dom			26.606,00
1070001	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	PMRO	26.606,00	
417280191010000	Transporte Escolar Alunos Rede Estadual			233.830,00
1620030	Transporte Escolar Alunos Rede Estadual	PMRO	233.830,00	
417280311010000	Estratégia Saúde da Família - ESF Estado			118.000,00
1670111	Cofinanciamento ATB Estado ESF	FMS-RO	118.000,00	
417280311030000	Farmácia Básica Estado			33.060,00
1670070	Farmácia Básica Estado	FMS-RO	33.060,00	
417280711010000	CRAS Estado Custeio			1.000,00
1650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social ? SUAS/Estado	FMS-RO	1.000,00	
417580111000000	Transferências do FUNDEB			3.687.400,00
1180001	Transferências do FUNDEB - 60%	PMRO	2.581.180,00	
1190001	Transferências do FUNDEB - 40%	PMRO	1.106.220,00	
419100111010000	Multas Previstas em Legislação Específica - Trânsi			80.000,00
1100001	Convênio de Trânsito - Militar	PMRO	26.000,00	
1110001	Convênio de Trânsito - Civil	PMRO	26.000,00	
1120001	Convênio de Trânsito - Prefeitura	PMRO	28.000,00	
419229911010000	Outras Restituições - Recursos não vinculados			5.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	5.000,00	
419229911020000	Outras Restituições Ações de Saúde			5.000,00
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	5.000,00	
419909911000000	Outras receitas - Primárias			70.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	70.000,00	
419909921000000	Outras Receitas - Financeiras			10.000,00
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	10.000,00	
422130011010000	Alienação de Bens Móveis Não Vinculados			50.000,00
1890001	Alienação de Bens Móveis Não Vinculados	PMRO	50.000,00	
422130011020000	Alienações de Bens Móveis destinados a Saúde			100.000,00
1880001	Alienações de Bens Móveis destinados a Saúde	FMS-RO	100.000,00	
422130011030000	Alienações de Bens destinados a Educação			100.000,00
1870001	Alienações de Bens destinados a Educação	PMRO	100.000,00	
422200011010000	Alienação de Imóveis Recursos Não Vinculados			100.000,00
1890001	Alienação de Imóveis Recursos Não Vinculados	PMRO	100.000,00	
424181011000000	Transferências de convênio da união para o sistema			100.000,00
1330001	Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	FMS-RO	100.000,00	
424181021020000	Equipamentos para Unidades de Ensino			100.000,00
1320001	Transferências de Convênios - União - Educação	PMRO	100.000,00	
424181091020000	Aquisição de Equipamentos e Veículos			526.000,00
1340009	Aquisição de Equipamentos e Veículos	PMRO	526.000,00	
424181091030000	Revitalização de Praças e Ruas			361.762,00
1340007	Revitalização de Praças e Ruas	PMRO	361.762,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

111/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
424281011010000	Transferências de Convênios ? Estado - Saúde			257.500,00
1630001	Transferências de Convênios ? Estado - Saúde	FMS-RO	257.500,00	
424289911010000	CRAS Estado Investimento			1.000,00
1650012	Transferências do Sistema Único de Assistência Social ? SUAS/Estado Investimento	FMS-RO	1.000,00	
911180111000000	(R) IPTU Desc Pgto Integral			-100.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	-7.000,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	-51.000,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-26.000,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	-16.000,00	
911180112000000	(R) IPTU - Multas e Juros			-25.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	-1.750,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	-13.250,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-6.250,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	-3.750,00	
911180113000000	(R) IPTU - Dívida Ativa			-25.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	-1.750,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	-13.250,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-6.250,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	-3.750,00	
911180232000000	(R) ISS - Multas e Juros			-25.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	-1.750,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	-13.250,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-6.250,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	-3.750,00	
911180234000000	(R) ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros			-23.000,00
1000006	Recursos Vinculados Legislativo	LEGIS	-1.610,00	
1000001	Recursos Ordinários Livres	PMRO	-12.190,00	
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-5.750,00	
1020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	FMS-RO	-3.450,00	
911300012000000	(R) Contribuição de Melhoria - Multas e Juros			-8.000,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	PMRO	-8.000,00	
911300014000000	(R) Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Mult			-8.000,00
1000007	Contribuição de Melhoria Pavimentação	PMRO	-8.000,00	
917180121000000	(R) FPM Cota-mensal			-1.766.080,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-1.766.080,00	
917180151000000	(R) ITR Imposto Sobre a Propriedade Territorial Ru			-2.000,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-2.000,00	
917180611000000	(R) ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96			-4.280,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-4.280,00	
917280111000000	(R) Cota-Parte do ICMS			-1.679.160,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-1.679.160,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

112/112

ANEXO 31 DETALHAMENTO DA RECEITA POR CATEGORIA E VÍNCULO DE RECURSOS 2021

Lei nº 2311 de 09/12/2020

RECEITA				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE	VÍNCULO R\$	CATEGORIA R\$
917280121000000	(R) Cota-Parte do IPVA			-178.680,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-178.680,00	
917280131000000	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios			-40.000,00
1010001	Educação Básica 25% s/ Imp. e Transf.	PMRO	-40.000,00	
TOTAL			30.059.354,00	30.059.354,00

Rio do Sul

PREFEITURA

ADITIVO Nº 099/2020

Publicação Nº 2752893

4º TERMO ADITIVO Nº 099/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 146/2017, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA EPP.

Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA EPP, estabelecida à Rua Julio Roussenq Filho, 399, Bairro Jardim América, no município de Rio do Sul - SC, CEP 89.160-196, inscrita no CNPJ sob o nº 81.611.022/0001-90, representada neste ato pelo Sr. Nilton Rosendo Sabino, inscrito com o CPF sob o nº 180.944.739-91, ora denominada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecidas as condições firmadas pelo contrato original de prestação de serviços nº 146/2017, referente ao Pregão Presencial nº 093/2017, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do Inciso II, do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021. Conforme solicitação da Secretária de Educação por meio do memorando nº 423/2020/SEDUC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA EPP
Nilton Rosendo Sabino
Contratada

ADITIVO Nº 118/2020

Publicação Nº 2752911

4º TERMO ADITIVO Nº 118/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NR. 147/2017, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA INVIO-LÁVEL MONITORAMENTO RIO DO SUL EIRELI EPP.

Aos quatro (04) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa INVIO-LÁVEL MONITORAMENTO RIO DO SUL EIRELI EPP, estabelecida na Rua Monte Castelo, n. 88, sala, Bairro Centro, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-097, inscrita no CNPJ sob o nº 11.215.970/0001-20, ora denominada CONTRATADA, representada pelo, Sr. Karl Heins Muller, inscrito com o CPF n. 037.025.669-70, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 093/2017 e no contrato original de prestação de serviço nº 147/2017, datado de 09 de janeiro de 2018, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do Inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de acordo com os Memorandos Nº 067/2020 emitido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Nº 42/2020/FCRS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2021, com seu término em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os Memorandos Nº 067/2020 emitido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Nº 42/2020/FCRS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Contratante

INVOLÁVEL MONITORAMENTO RIO DO SUL EIRELI EPP

Sr. Karl Heins Muller

Contratada

DECRETO Nº 9513, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752412

DECRETO Nº 9513, de 08 de dezembro de 2020.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 156/2020, DE 20.11.2020”.

O Prefeito em Exercício do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 156/2020, de 20.11.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

COMERCIAL UNIÃO

MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de dezembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9513/2020

Pregão Presencial: Nº 156/2020, de 20.11.2020

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO.

Decisão: Pelo critério de menor preço por lote, o pregoeiro declarou vencedor os licitantes:

COMERCIAL UNIÃO
MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

DECRETO Nº 9514, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752409

DECRETO Nº 9514, de 09 de dezembro de 2020.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161.2020, DE 20.11.2020".

O Prefeito em Exercício do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8740, de 08 de janeiro de 2020, o resultado do Edital de Pregão Eletrônico nº 161/2020, de 20.11.2020, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

SMC SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
09 de dezembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 9514/2020

Pregão Presencial: Nº 161/2020, de 20.11.2020

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE DRONE E LICENÇA DE SOFTWARE PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DO DRONE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE.

Decisão: Pelo critério de menor preço por lote, o pregoeiro declarou vencedor os licitantes:

SMC SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI ME

DECRETO Nº 9515, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752784

DECRETO Nº 9.515, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, art. 37 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a publicação do Mapa de Risco em 09 de dezembro de 2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, o qual classificou a região do Alto Vale do Itajaí com Risco Potencial Gravíssimo;

CONSIDERANDO a entrada em vigor do Decreto Estadual nº 970, de 04 de dezembro de 2020, o qual estabelece medidas de enfrentamento da COVID-19 em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei Estadual nº 18.032, de 8 de dezembro de 2020, a qual dispõe sobre as atividades consideradas essenciais no Estado de Santa Catarina, dentre elas as atividades educacionais, aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada

de ensino, seja municipal, estadual ou federal, relacionadas à educação infantil, ensino fundamental, nível médio, Educação de Jovens e Adultos – EJA, ensino técnico, ensino superior e afins, apenas durante a pandemia causada pelo COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados o caput e o § 6º e revogado o inciso IV, todos do art. 2º do Decreto nº 9.235, de 10 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a redação abaixo:

“Art. 2º São adotadas, pelo prazo de 14 dias, a contar de 10/12/2020, as seguintes medidas de enfrentamento à COVID-19:

(...)

IV – REVOGADO;

(...)

§ 6º O horário de funcionamento de bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias e estabelecimentos afins fica restrito até a meia-noite, permitido o ingresso de novos clientes até as 23:00 horas.

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando enquanto vigente o Decreto Legislativo nº 6/2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.

GABINETE DO PREFEITO

10 de dezembro de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9517, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752769

DECRETO Nº 9517, de 10 de dezembro de 2020.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19/12/2019.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Aplicações Diretas		
01381900	Enfrentamento Coronavírus - COVID 19	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381900	Enfrentamento Coronavírus - COVID 19	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO
10 de dezembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 1157/DGP

Publicação Nº 2752976

PORTARIA Nº 1157/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ANA CRISTINA KLAUBERG DOLZAN, matrícula n.71625-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 26/10/2020 até 09/12/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1158/DGP

Publicação Nº 2752979

PORTARIA Nº 1158/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SIMONE ROSIRES BARBETTA THIEDE, matrícula n.79340-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 28/10/2020 até 11/12/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1159/DGP

Publicação Nº 2752981

PORTARIA Nº 1159/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FABIANA FACHINI SCHEIDT, matrícula n.188549-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 30/10/2020 até 27/01/2021, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1017/DGP, de 25/09/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01 de outubro de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1160/DGP

Publicação Nº 2752990

PORTARIA Nº 1160/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH, matrícula n.167339-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 28/10/2020 até 11/12/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1161/DGP

Publicação Nº 2752992

PORTARIA Nº 1161/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor PAULO HENRIQUE BECKER, matrícula n.31553478-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 26/10/2020 até 24/12/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1162/DGP

Publicação Nº 2753003

PORTARIA Nº1162/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FRANCIELE NICOLE FRANZEN PAWLACK, matrícula n.213985-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, a Licença à Gestante, no período de 26/10/2020 até 22/02/2021, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1163/DGP

Publicação Nº 2753008

PORTARIA Nº 1163/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FRANCIELE NICOLE FRANZEN PAWLACK, matrícula n.213985-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, a Licença Especial à Gestante, no período de 23/02/2021 até 23/04/2021, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1164/DGP

Publicação Nº 2753010

PORTARIA Nº1164/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora EDITE BORGHEZAN, matrícula n.171174-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 04/11/2020 até 03/03/2021, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1165/DGP

Publicação Nº 2753019

PORTARIA Nº 1165/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora EDITE BORGHEZAN, matrícula n.171174-6, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, a Licença Especial à Gestante, no período de 04/03/2021 até 02/05/2021, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1166/DGP

Publicação Nº 2753021

PORTARIA Nº 1166/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUANA ALINE BARTH LOBATO, matrícula n.253650-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, pelo período de 04/11/2020 até 20/01/2021, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0716/DGP, de 07/07/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06 de agosto de 2020 e alterado na Portaria n.1086/DGP, de 26/10/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 29 de outubro de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1167/DGP

Publicação Nº 2753024

PORTARIA Nº 1167/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JOSIANE KRIEGER, matrícula n.106577-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 11/11/2020 até 25/12/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1044/DGP, de 08/10/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 20 de agosto de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1168/DGP

Publicação Nº 2753029

PORTARIA Nº 1168/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CAROLINE DE SOUZA, matrícula n.176605-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 12/11/2020 até 10/01/2021, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde

da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1169/DGP

Publicação Nº 2753030

PORTARIA Nº 1169/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FRANCIANE PROENCO MATTOS, matrícula n.31598137-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 21/11/2020 até 19/01/2021, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1170/DGP

Publicação Nº 2753032

PORTARIA Nº 1170/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA, matrícula n.197530-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 17/11/2020 até 14/02/2021, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1171/DGP

Publicação Nº 2753034

PORTARIA Nº 1171/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ISOLETE BORGERT, matrícula n.79553-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período

de 16/11/2020 até 24/01/2021, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1018/DGP, de 25/09/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 01 de outubro de 2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1172/DGP

Publicação Nº 2753036

PORTARIA Nº1172/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VALDIRENE RIBEIRO JARDUZIM, matrícula n.267171-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, a Licença à Gestante, no período de 19/11/2020 até 18/03/2021, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1173/DGP

Publicação Nº 2753048

PORTARIA Nº 1173/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VALDIRENE RIBEIRO JARDUZIM, matrícula n. 267171-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, a Licença Especial à Gestante, no período de 19/03/2021 até 17/05/2021, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1174/DGP

Publicação Nº 2753051

PORTARIA Nº 1174/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora PAOLA SOFKA RAMOS, matrícula n.257508-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico, a Licença Especial à Gestante, no período de 01/12/2020 até 29/01/2021, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015

e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 012/2020/FCRS, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754396

PORTARIA Nº 012/2020/FCRS, de 10 de dezembro de 2020.

O DIRETOR EXECUTIVO DE CULTURA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL – SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Chefe do Executivo, nos termos do Decreto nº 7795 de 2019.

RESOLVE:

Art.1º - Divulgar o resultado definitivo do PROCESSO DE SELEÇÃO do edital de chamamento público nº 008/2020 que trata da celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil através de seleção de propostas de plano de trabalho voltado para oferecimento de cursos artísticos e profissionais de assessoria cultural:

1. Organização da sociedade civil concorrente:

APP E AMIGOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Avaliação individualizada e pontuação com base nos critérios de julgamento:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexos entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0

(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	<p>- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0);</p> <p>- O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5);</p> <p>- O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0).</p> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.</p>	0,5
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	<p>- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0).</p> <p>- Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0).</p> <p>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).</p> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).</p>	2,0
Pontuação Máxima Global		9,5

2. A organização da sociedade civil selecionada com pontuação máxima global 9,5: APP E AMIGOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

3. A avaliação foi realizada no dia 02 de dezembro de 2020, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, com início às 11h pela Comissão de Seleção composta por: I – HÉLCIO LAURINDO JUNIOR – Gabinete do Prefeito; II - JAIRO WEHMUTH JUNIOR - Procuradoria Jurídica; III - RONALDO DA ROCHA - Diretor de Controle Interno; IV – RAFAEL APARICIO TSCHUMI - Diretor Executivo de Cultura; e DIOVANA MAY MACHADO – Diretora Contábil.

Art. 2º – A presente portaria será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM-SC).

RAFAEL APARICIO TSCHUMI

Diretor Executivo de Cultura

Fundação Cultural de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0664/SEDUC

Publicação Nº 2753186

PORTARIA Nº 0664/SEDUC

JANARA APARECIDA MAFRA, Secretário Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Informar sobre a possibilidade de redução de carga horária equivalente a 10 horas, na disciplina de Inglês e 10 horas, na disciplina de Educação Física, na rede municipal de ensino.

Art. 2º. Os interessados poderão efetivar requerimento por meio do Processo Digital em até cinco dias úteis, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2020.

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretário Municipal de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2020

Publicação Nº 2752982

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MUDAS DE IMPATIENS E FLORES DIVERSAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 11/12/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 08/01/2021.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h01min do dia 08/01/2021.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS
Secretária de Obras e Agricultura

PREGÃO PRESENCIAL 057/2020/FMS

Publicação Nº 2752803

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2020/FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAR SERVIÇOS DE EXAMES ESPECIALIZADOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO SUS, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Federal Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 09h00min do dia 07/01/2021, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

IVANIR SCHLEMPER NEVES
Diretora Técnica de Saúde

MARCIONEI ZUCATELLI
Diretor do Departamento Administrativo de Saúde

RESULTADO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

Publicação Nº 2753676

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o RESULTADO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA - TAF do Edital de Concurso Público 01/2020, conforme segue:

RESULTADO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

GUARDA MUNICIPAL		
Inscrição	Candidato	Situação
0507	GILVAN DE SOUZA	APTO
0322	MAIKEL PAGANINI MICHELS	INAPTO
0018	SABRIANE FERREIRA FAGUNDES	INAPTO
0136	THIAGO RAFAEL VENTURA	APTO
1469	IVANOR GRIGOL JUNIOR	APTO
1263	JANAINA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	AUSENTE
1218	ALINE LOHANA DA SILVA MOREIRA	APTO
1351	JULCEMAR FERREIRA	APTO
0877	JUNEY PAGNONCELLI	INAPTO
1415	GREICE DAIANA DOLZAN STEDILE	INAPTO
1422	EDSON ALVES GONÇALVES	APTO
0993	JONAS DELASENA FATURI	APTO
0615	ASAFE SCHWARTZHAUPT	APTO
1689	JONATHAN RICHARD RINNERT MOHR	INAPTO
0095	JOYCE MARCELINO CONSTANTINO MICHELS	INAPTO
0536	JULIANA SILVA	INAPTO
0889	JEAN CARLOS SOUZA HOFFMANN	INAPTO
0286	BRUNA KESKE	APTO
0823	RODRIGO MAFFEZZOLLI VAVASSORI	APTO
1047	LUIZ CARLOS HAAG	APTO
0740	WILLIAM ALEXANDRE NUNES FIGENIO	APTO
0903	JEFERSON WILLIAN DE MELLO PADILHA	APTO
0053	CLEVERTON BREY ANTONOWISKI	APTO
1889	CAROLINE DÜMES FRÖMMING	INAPTO
0540	ANA CAROLINA SOUZA MENDES	AUSENTE
0837	LUIZ MAURÍCIO LEMOS	APTO
1730	ANA CRISTINA FOGAÇA	INAPTO
1219	FELIPPE MOREIRA COUTO DOS SANTOS	INAPTO
0509	LEONARDO FIAMONCINI	APTO
0283	MARCIO JOSE FURTADO PEREIRA	INAPTO
1885	FRANCISCO COSMO BEZERRA DA FROTA	AUSENTE
0127	DOUGLAS FIGUEIREDO	APTO
0494	EDUARDO EYNG DOS SANTOS	INAPTO
1246	ALEXANDRE DIONIZIO	APTO
1530	LUIS FERNANDO BARCELLOS	APTO
0347	VALDEMIRO HILLESHEIM JUNIOR	APTO
0497	MARA REHBEIN	APTO

0354	LUISMAR AGUIAR SENA JUNIOR	INAPTO
1432	THIAGO GOIS	AUSENTE
1175	LUCAS COSTA SEVERINO	APTO
0808	DANIEL DE GODOI	APTO
1199	VITOR BUENO DA SILVA	APTO
0518	KATHLEEN KATHERINE REBOLHO	INAPTO
0949	ROMÁRIO SAVI	APTO

Inscrição	MOTIVO DA INAPTIDÃO
0322	Não conseguiu realizar o teste de corrida, quarto exercício no TAF, desistindo de percorrer o percurso solicitado na quinta volta, deixando de completar a quinta e sexta volta.
0018	Não conseguiu realizar o teste de shuttle Run, terceiro exercício no TAF, no tempo determinado na primeira tentativa e na segunda tentativa, ultrapassando o tempo máximo permitido em ambas as tentativas.
0877	Não conseguiu realizar o teste de shuttle Run, terceiro exercício no TAF, no tempo determinado na primeira tentativa e na segunda tentativa, ultrapassando o tempo máximo permitido em ambas as tentativas.
1415	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo ficar o tempo mínimo exigido nas duas tentativas, estando o exercício de forma incorreta.
1689	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo realizar as três flexões de forma correta nas duas tentativas.
0095	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo ficar o tempo mínimo exigido nas duas tentativas na posição correta, estando o exercício de forma incorreta.
0536	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo ficar o tempo mínimo exigido nas duas tentativas, estando o exercício de forma incorreta.
0889	Não conseguiu realizar o teste de corrida, quarto exercício no TAF, ultrapassando o tempo máximo permitido para realizar o percurso.
1889	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo ficar o tempo mínimo exigido nas duas tentativas, estando o exercício de forma incorreta.
1730	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo ficar o tempo mínimo exigido nas duas tentativas, estando o exercício de forma incorreta.
1219	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo realizar as três flexões de forma correta nas duas tentativas.
0283	Não conseguiu realizar o teste de shuttle Run, terceiro exercício no TAF, no tempo determinado na primeira tentativa e na segunda tentativa realizou de forma incorreta.
0494	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo realizar as três flexões de forma correta nas duas tentativas.
0354	Não conseguiu realizar o teste de corrida, quarto exercício no TAF, desistindo de percorrer o percurso solicitado na segunda volta, deixando de completar a segunda, terceira, quarta, quinta e sexta volta.
0518	Não conseguiu realizar o teste de barra fixa, segundo exercício no TAF, não conseguindo ficar o tempo mínimo exigido na primeira tentativa e desistiu da segunda tentativa.

METODOLOGIA

Na aplicação de todos os testes que compõem o TAF, estavam presentes representantes da banca, representantes da comissão fiscalizadora, fiscais e avaliadores tecnicamente habilitados.

Todos os exercícios foram filmados e cronometrados de forma manual e digital;

Todas as informações prestadas aos candidatos foram de forma uniforme;

Ao final de cada exercício a situação de apto ou inapto era informada ao candidato, que assinava a sua ficha de avaliação confirmando tal situação no referido exercício;

Nos exercícios em que havia a marcação de tempo, ao final todos os candidatos eram informados do tempo que executou o exercício, mostrando a cronometragem, a qual era fiscalizada por membros da comissão;

Ao final do último teste, o candidato assinou a ficha com todos os exercícios, confirmando sua situação geral no Teste de Aptidão Física – TAF;

Os candidatos que foram considerados INAPTOS em qualquer dos exercícios, era informado de sua inaptidão e assinava a ficha com a sua situação geral INAPTO, conforme o edital, não realizava os exercícios subsequentes.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2020/FMAS

Publicação Nº 2752840



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO
SUL- FMAS

RUA VERDE VALE - 77 Junto ao Centro de Convivência da Terceira Idade | Rio do Sul - SC | Cep 89.163-077
 Fone: (47) 3521-2727 | CNPJ: 12.984.303/0001-75
 e-mail: fernanda.odebrecht@riodosul.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.23/2020**Pregão Eletrônico Nº 10/2020****Validade: 12 meses**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, situado na VERDE VALE Nº. 77, CANTA GALO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 12.984.303/0001-75, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA PINTURA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
OCEANO COLOR TINTAS EIRELI	10.302.650/0001-45

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PARA PINTURA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RIO DO SUL/SC**, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 864030 - OCEANO COLOR TINTAS EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Solvente Raz 5L	GI	EUCATEX	50,00000	R\$50,5300	R\$2.526,5000
2	Massa Niveladora 18Kg	UND	SELAMIX	6,00000	R\$48,5000	R\$291,0000
5	Massa Flex 340gr	U	GOL	8,00000	R\$17,8100	R\$142,4800
6	Fita crepe 50 x 50.	U	ADELBRAS	60,00000	R\$9,2600	R\$555,6000
8	Rolo anti gotas lâ 15 cm com suporte	U	CONDOR	12,00000	R\$15,5000	R\$186,0000
9	Rolo anti gotas lâ 9 cm com suporte	U	CONDOR	12,00000	R\$9,9000	R\$118,8000
10	Pincel 3 polegadas cerdas brancas natural	U	ATLAS	40,00000	R\$9,7500	R\$390,0000
Total do Fornecedor:						R\$4.210,3800
Total Geral dos Itens:						R\$4.210,3800

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$4.210,38 (quatro mil, duzentos e dez e trinta e oito)

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$18.737,24 (dezoito mil, setecentos e trinta e sete e vinte e quatro)

Rio do Sul (SC), 25 de Novembro de 2020

 DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE
 CPF: 004.185.619-82
 Contratante

 OCEANO COLOR TINTAS EIRELI
 CONTRATADA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1364/2020**

Publicação Nº 2752888



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1.364, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020**

Autoriza o Gozo de Férias a servidora
Jenifer Aline Passing

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:**

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 04 a 13 de janeiro de 2021 (10 dias), referente ao exercício 2021, a servidora Jenifer Aline Passing, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e Processo Digital nº 720/2020.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2020.

ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral
[Assinado Digitalmente]

**ROBERTO
ANDRADE
BASTOS:02688
543946**

Assinado de forma digital por ROBERTO ANDRADE BASTOS:02688543946
Dados: 2020.12.10 11:32:10 -03'00'

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa
[Assinado Digitalmente]

**THAYNA
FIAMONCINI:
05666277952**

Assinado de forma digital por THAYNA FIAMONCINI:05666277952
Dados: 2020.12.10 11:29:23 -03'00'

Portaria nº 1.364/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA N° 1365/2020

Publicação N° 2752890



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**PORTARIA N° 1.365, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020**

Concede ausência ao serviço em
virtude de convocação eleitoral a
servidora Sandra Regina Orlando
Solano

**O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL,
Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela
Portaria n° 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:**

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a ausência ao serviço, nos dias 17, 18, 21 e 22 de dezembro de 2020, a servidora Sandra Regina Orlando Solano, Atendente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em virtude de convocação pela Justiça Eleitoral para trabalho nas Eleições 2020 – função Presidente de Mesa, seção 227 – Treinamento realizado em 11 de setembro de 2020 e 1º turno realizado em 15 de novembro de 2020, de acordo com o artigo 163, inciso V, da Lei Complementar n° 309, de 01 de dezembro de 2015 – Consolidação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme Processo Digital n° 723/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2020.

ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral
[Assinado Digitalmente]

ROBERTO
ANDRADE
BASTOS:02688543946
3946

Assinado de forma
digital por ROBERTO
ANDRADE
BASTOS:02688543946
Dados: 2020.12.10
11:31:41 -03'00'

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa
[Assinado Digitalmente]

THAYNA
FIAMONCINI:
05666277952

Assinado de forma
digital por THAYNA
FIAMONCINI:056662779
52
Dados: 2020.12.10
11:30:02 -03'00'

Portaria n° 1.365/2020 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução n° 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. Nº 07/2020

Publicação Nº 2752616

INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. Nº 07/2020

A presente Instrução Normativa disciplina o disposto na Constituição Federal e na Súmula Vinculante Nº 13, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rio dos Cedros, onde fica vedada a prática de nepotismo.

CONSIDERANDO a Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, que tem caráter cogente, com efeito erga omnes e que vincula o seu conteúdo a toda a Administração Pública, conforme preceitua o art. 10-A, da Constituição Federal, sendo que o seu descumprimento enseja as sanções aplicáveis no âmbito da improbidade administrativa, nos termos do art. 1º, XIII, do Decreto nº 201/1967;

CONSIDERANDO que a Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, foi publicada posteriormente à emenda à Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros que também trata da matéria, e que a Emenda Constitucional nº 45/2004 introduziu ao texto constitucional o artigo 103-A, conferindo poderes ao Supremo Tribunal Federal para "[...] aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta";

CONSIDERANDO que a prática de nepotismo é contrária aos princípios da moralidade, da impessoalidade, da isonomia e da eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º Fica vedada a prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rio dos Cedros, nos termos da Constituição Federal e da Súmula Vinculante 13, do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, conforme demonstrado no Anexo I.

I - a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal; e

II - a contratação, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa física ou jurídica da qual seja sócio cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Rio dos Cedros.

§ 1º Também será considerado nepotismo a nomeação de servidor efetivo para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou em função gratificada, desde que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, ressalvados os cargos de Secretário e os que sejam a este equiparados.

§ 2º Não caracteriza nepotismo o exercício de função gratificada por servidor efetivo que já exercia a função no mesmo Poder antes de o seu parente ser eleito ou nomeado em cargos de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresas que venham a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, nos casos de contratação direta ou por dispensa/inexigibilidade de licitação, devendo tal condição constar, expressamente, dos editais de licitação.

Art. 4º São nulos e constituem atos de improbidade administrativa, nos termos do § 4º, do art. 37 da Constituição Federal, os atos de nomeação praticados em desacordo com o disposto nos arts. 1º e 2º desta Instrução.

Art. 5º Constatada a nomeação ou designação de parentes em situação de fraude ao disposto nesta Instrução, será imediatamente declarada a nulidade do ato, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda adotar as providências cabíveis para garantir o cumprimento do disposto nesta Instrução, incluindo a adoção da DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO, Anexo II desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O nomeado para exercício de cargo em comissão ou de confiança ou função gratificada, antes da posse, declarará, por escrito, não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada pela Constituição Federal, pela Súmula Vinculante 13, do Supremo Tribunal Federal e por esta Instrução.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Fazenda e Diretoria de Recursos Humanos a partir da vigência desta Instrução, promoverão, assim do

recebimento das determinações de cada autoridade, a exoneração dos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou de confiança e de funções gratificadas que se enquadrem nas situações previstas nesta Instrução.

§ 1º Cada autoridade adotará as medidas cabíveis para promover a exoneração dos servidores que se enquadrem nas descrições supra.

§ 2º Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 8º Esta Instrução Normativa vincula e científica, para todos os efeitos legais, os destinatários nela contidos, sendo exequível após sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, quando entra em vigor.

Rio dos Cedros, 10 de dezembro de 2020.

Eduardo Osti
Agente de Controle Interno

ANEXO I

Demonstração do Grau de Parentesco para fins de NEPOTISMO

PARENTES CONSAGÜINEOS

• LINHA RETA - ASCENDENTES:

- 1º GRAU = PAI e MÃE
- 2º GRAU = AVÔ e AVÓ
- 3º GRAU = BISAVÔ E BISAVÓ

• LINHA RETA - DESCENDENTE

- 1º GRAU = FILHO e FILHA
- 2º GRAU = NETO e NETA
- 3º GRAU = BISNETO E BISNETA

• LINHA COLATERAL

- 1º GRAU - NÃO TEM
- 2º GRAU - IRMÃO e IRMÃ
- 3º GRAU - TIO, TIA (MATERNOS E PATERNOS) SOBRINHOS (AS)

2. PARENTES POR AFINIDADE

• LINHA RETA - ASCENDENTES

- 1º GRAU: SOGRO, SOGRA, PADRASTO e MADRASTA DO CÔNJUGE
- 2º GRAU: PAIS DO SOGRO (AVÔ, AVÓ DO CÔNJUGE)
- 3º GRAU: AVÓS DOS SOGROS (BISAVÔ, BISAVÓ DO CÔNJUGE)

• LINHA RETA - DESCENDENTES

- 1º GRAU: FILHO DO (A) ESPOSO (A) - ENTEADO (A), GENRO, NORA
- 2º GRAU: FILHO (A) DO (A) ENTEADO (A) - NETO OU NETA DO (A) ESPOSO (A)
- 3º GRAU: BISNETO, BISNETA DO CÔNJUGE

• LINHA COLATERAL

- 2º GRAU: CUNHADO, CUNHADA

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito(a) no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado(a) à (endereço), declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, que não possuo parentesco consanguíneo ou afim, até terceiro grau, com empregados ou dirigentes da (nome da companhia, entidade ou órgão).

Rio dos Cedros, (dia) de (mês) de (ano).

(assinatura)

(nome)

Rio Fortuna

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2020 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020 FMS

Publicação Nº 2753031

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA
Processo de Licitação FMS nº 034/2020
Pregão Presencial FMS nº 024/2020

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h30min, do dia 24 de dezembro de 2020, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, pelo telefone (48) 3653-1122, no site oficial do Município, no endereço www.riofortuna.sc.gov, ou solicitar por e-mail: licitacoes@riofortuna.sc.gov.br. Rio Fortuna/ SC, 10 de dezembro de 2020.

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2020 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2020

Publicação Nº 2753027

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
Processo de Licitação nº 086/2020
Pregão Presencial nº 039/2020

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 07h30min, do dia 24 de dezembro de 2020, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, pelo telefone (48) 3653-1122, no site oficial do Município, no endereço www.riofortuna.sc.gov, ou solicitar por e-mail: licitacoes@riofortuna.sc.gov.br. Rio Fortuna/ SC, 10 de dezembro de 2020.

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO TP 114/2020

Publicação Nº 2752874

ATA DA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2020 – Tomada de Preços para EXECUÇÃO DE PAISAGISMO DA PRAÇA JARDIM CENTRO CÍVICO, NO CENTRO DE RIO NEGRINHO, INCLUINDO FORNECIMENTO DAS PLANTAS ORNAMENTAIS E PLANTIO DAS MESMAS, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 869956/2018 celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho. Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, com a presença dos Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl e Claudia Simone de Souza Campos, respectivamente, presidente, secretário e membro da Comissão Permanente de Licitações - CPL, nomeada através da Portaria nº 24.487, de 22 de janeiro de 2020, foi instalada a sessão de abertura do Processo Licitatório supracitado, autorizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal e publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Jornal A Notícia, edições do dia 24/11/2020, bem como no mural localizado no átrio da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho. Iniciados os trabalhos, a CPL atestou a presença do senhor Tonny Christian Negrelli, representante da empresa LN Construções Ltda. Em seguida foram rubricados e abertos os envelopes de documentação da única licitante participante, LN Construções Ltda. Após a análise dos documentos referentes à habilitação pela CPL, a mesma foi declarada habilitada, tendo cumprido fielmente todos os requisitos. A seguir foi aberto o envelope da proposta, a qual foi apresentada no valor global de R\$ 86.782,24 (oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), sendo declarada a mesma vencedora do certame, por cumprir todos os requisitos do edital, inclusive quanto ao preço máximo estabelecido. Fica concedido o prazo legal de recurso de cinco dias úteis, excluindo-se da contagem os dias de recesso na Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, os quais ainda não foram definidos/decretados pela Autoridade Competente. Após decorrido o prazo legal de recurso ou, no caso de haver desistência expressa em recorrer, a homologação do certame fica sob responsabilidade e decisão do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Rio Negrinho. A presente ata será publicada, em seu inteiro teor, na edição do dia 11/12/2020 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue por todos assinada. Rio Negrinho, 10 de dezembro de 2020.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CPL	
Glaucio Liebl	Secretário CPL	
Claudia Simone de Souza Campos	Membro CPL	
Tonny Christian Negrelli	Representante	

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 86/2020 - TOMADA DE PREÇO N° 16/2020

Publicação N° 2753600

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 86/2020 – TOMADA DE PREÇO N° 16/2020

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 86/2020, na Modalidade de Tomada de Preço nº 16/2020, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 28 de dezembro de 2020. Abertura das propostas as 08h40min do dia 28 de dezembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 10 de dezembro de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO Nº 099/2020 TP

Publicação Nº 2753278

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Licitação nº 099/2020 – Tomada de Preços nº 099/2020

Às 13h45min (treze horas e quarenta e cinco minutos) do dia dez de Dezembro de dois mil e vinte, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 003/2020 de 03 de Janeiro de 2020, reuniram-se com o objetivo de abrir os envelopes nº 01, contendo a documentação de habilitação da Licitação nº 099/2020, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é "execução de quadra coberta em estrutura metálica nas dimensões de 14x27MT para a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS".

Entregou, tempestivamente, os envelopes contendo a habilitação e a proposta, a licitante abaixo relacionada:

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
ACTIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP	09.035.354/0001-46	AUSENTE

1. Na sequência o Presidente da Comissão deu prosseguimento aos trabalhos.
2. Iniciou-se a análise do envelope de habilitação da empresa, conforme quadro acima.
3. Após, o envelope da documentação de habilitação circulou para a verificação do fechamento e forma de apresentação na conformidade do Edital. Verificando tudo normal, passou-se então à abertura do mesmo, cujos documentos circularam entre os membros da Comissão de Licitação para verificação e rubricas.
4. As empresas ACTIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP apresentou todas as documentações exigidas no ato convocatório, sendo, portanto, HABILITADA.
5. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, determinou o prosseguimento da abertura do envelope de Proposta de Preços e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Santa Rosa do Sul, 10 de Dezembro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz Presidente da CPL	
Renato Souza de Matos Membro da CPL	
Marcia Josane Silveira Velhos Membro da CPL	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO Nº 100/2020 TP

Publicação Nº 2753788

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Licitação nº 100/2020 – Tomada de Preços nº 100/2020

Às 16h45min (treze horas e quarenta e cinco minutos) do dia dez de Dezembro de dois mil e vinte, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 003/2020 de 03 de Janeiro de 2020, reuniram-se com o objetivo de abrir os envelopes nº 01, contendo a documentação de habilitação da Licitação nº 100/2020, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é "execução de cobertura de quadra poliesportiva, medindo 34x48MT".

Entregou, tempestivamente, os envelopes contendo a habilitação e a proposta, a licitante abaixo relacionada:

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
ACTIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP	09.035.354/0001-46	AUSENTE

1. Na sequência o Presidente da Comissão deu prosseguimento aos trabalhos.
2. Iniciou-se a análise do envelope de habilitação da empresa, conforme quadro acima.
3. Após, o envelope da documentação de habilitação circulou para a verificação do fechamento e forma de apresentação na conformidade do Edital. Verificando tudo normal, passou-se então à abertura do mesmo, cujos documentos circularam entre os membros da Comissão de Licitação para verificação e rubricas.

4. As empresas ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP apresentou todas as documentações exigidas no ato convocatório, sendo, portanto, HABILITADA.

5. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, determinou o prosseguimento da abertura do envelope de Proposta de Preços e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Santa Rosa do Sul, 10 de Dezembro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz
Presidente da CPL

Renato Souza de Matos
Membro da CPL

Marcia Josane Silveira Velhos
Membro da CPL

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA 099/2020 TP

Publicação N° 2753274

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 099/2020 – Tomada de Preços nº 099/2020

Às 14h00min (quatorze horas) do dia 10 de dezembro de dois mil e vinte, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto N° 003/2020 de 03 de Janeiro de 2020, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar a proposta de preço ofertada pelas Licitantes habilitadas no processo licitatório nº 099/2020 – Tomada de Preços.

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP	09.035.354/0001-46	AUSENTE

1.

Reuniu-se a comissão permanente de licitação para o Julgamento da Proposta de Preços.

2. O envelope contendo a proposta de preço circulou entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.

3. Na sequência o Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura do envelope, já devidamente rubricado, contendo as propostas de preços.

4. A proposta de preços circulou entre a comissão de Licitação, para análise e rubrica.

5. Sendo assim restou classificada, uma vez que cumpriu com os requisitos editalícios, resultando na seguinte ordem de classificação final da proposta de preços do licitante habilitado:

ORDEM	PROPONENTE	VALOR R\$
1º Lugar	ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP	319.924,27

6. Nada mais havendo a tratar o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão.

Santa Rosa do Sul, 10 de Dezembro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz
Presidente da CPL

Renato Souza de Matos
Membro da CPL

Marcia Josane Silveira Velhos
Membro da CPL

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA 100/2020 TP

Publicação Nº 2753786

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 100/2020 – Tomada de Preços nº 100/2020

Às 16h50min (dezesesseis horas e cinquenta minutos) do dia 10 de dezembro de dois mil e vinte, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 003/2020 de 03 de Janeiro de 2020, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar a proposta de preço ofertada pelas Licitantes habilitadas no processo licitatório nº 100/2020 – Tomada de Preços.

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE
ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP	09.035.354/0001-46	AUSENTE

1.

Reuniu-se a comissão permanente de licitação para o Julgamento da Proposta de Preços.

2. O envelope contendo a proposta de preço circulou entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.

3. Na sequência o Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura do envelope, já devidamente rubricado, contendo as propostas de preços.

4. A proposta de preços circulou entre a comissão de Licitação, para análise e rubrica.

5. Sendo assim restou classificada, uma vez que cumpriu com os requisitos editalícios, resultando na seguinte ordem de classificação final da proposta de preços do licitante habilitado:

ORDEM	PROPONENTE	VALOR R\$
1º Lugar	ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP	702.557,18

6. Nada mais havendo a tratar o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão.

Santa Rosa do Sul, 10 de Dezembro de 2020.

Rafael Raupp Lummertz Presidente da CPL	
Renato Souza de Matos Membro da CPL	
Marcia Josane Silveira Velhos Membro da CPL	

DECRETO Nº 064, DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752521

DECRETO Nº 064, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020.

CRIA O COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE REPASSES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, REFERENTES À LEI FEDERAL Nº 14.017/2020 - LEI ALDIR BLANC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, usando de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 33 e 120 da Lei Nº 92, de 05/12/91 e Lei Nº567 de 24/12/03

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Avaliação e Análise, Definição e Acompanhamento dos Recursos da Lei Emergencial Aldir Blanc, órgão deliberativo, com a atribuição de distribuir os recursos oriundos da Lei Federal nº 14.017/2020 e conforme sua regulamentação.

Art. 2º A referida Comissão poderá ter suas atribuições ampliadas ou restringidas com base na regulamentação federal da presente Lei.

Art. 3º A Diretora de Cultura e Turismo, em pleno gozo de suas funções, desempenhará a coordenação da Comissão, sendo ela membro nato do Comitê, ocupando a vaga destinada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 4º As reuniões deverão acontecer em horário e local determinado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo em conjunto com comitê em agenda previamente definida e amplamente divulgada.

Art. 5º O Comissão deve ser formada por 02 (dois) membro do poder público, sendo, Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo e Diretora de Cultura e Turismo e 02 (dois) membros da AMESC – Associação Municipal do Extremo Sul Catarinense, que deverão ser indicados pelo chefe do poder executivo, passando a referida Comissão a ser composto dos seguintes membros:

- a) Mara Rejane da Silva Roxo
- b) Marcia Fernanda da Rosa
- c) Helen Becker
- d) Valdemar Hahn Junior

Art. 6º As atividades desenvolvidas pelos membros do Comissão de Avaliação, não serão remuneradas ou gratificadas a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, 23 de novembro de 2020.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA MUNICIPAL N°. 276/2020

Publicação N° 2753724

PORTARIA N° 276/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor IDELIR SEBASTIÃO SECCHI, Matrícula 841/01, conforme o Atestado Médico no período de 08 de dezembro de 2020 á 12 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de dezembro de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL N°. 277/2020

Publicação N° 2753727

PORTARIA N° 277/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde para o Servidora Pública senhora MARIA APARECIDA FOSCARINI, Matrícula 10944/04, conforme o Atestado Médico no período de 09 de dezembro de 2020 á 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 09 de dezembro de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

53-2020 LICITAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

Publicação Nº 2752369

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 87/2020.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos de concreto para utilização pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Santiago do Sul.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 23 de Dezembro de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 23 de Dezembro de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 09 de dezembro de 2020.

JULCIMAR LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

54.2020 RECAPAGENS

Publicação Nº 2752515

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 88/2020.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus de máquinas, veículos e equipamentos da frota do município de Santiago do Sul-SC.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 28 de Dezembro de 2020

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 28 de Dezembro de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 10 de dezembro de 2020.

JULCIMAR LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

55.2020 SERVIÇO DE SOLDA

Publicação Nº 2752520

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO



Processo Administrativo Nº 89/2020.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e prestação de mão de obra para soldagem/solda, serviços mecânicos de desmontagem e montagem de veículos, máquinas, equipamentos rodoviários e equipamentos agrícolas da frota do município de Santiago do Sul - SC.

Entrega dos Envelopes: 13:15 horas do dia 23 de Dezembro de 2020

Abertura dos Envelopes: 13:15 horas do dia 23 de Dezembro de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 10 de dezembro de 2020.

JULCIMAR LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

56.2020 MÃO DE OBRA PREDIAL

Publicação Nº 2752699

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 90/2020.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de mão de obra de instalação elétrica para os prédios públicos das Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.

Entrega dos Envelopes: 15:30 horas do dia 23 de Dezembro de 2020

Abertura dos Envelopes: 15:30 horas do dia 23 de Dezembro de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 10 de dezembro de 2020.

JULCIMAR LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

57.2020 LAVAGEM DE VEICULOS

Publicação Nº 2752837

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 91/2020.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de lavagem, consertos de pneus e montagem/desmontagem de pneus de veículos, máquinas e equipamentos da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde.

Entrega dos Envelopes: 13:15 horas do dia 28 de Dezembro de 2020

Abertura dos Envelopes: 13:15 horas do dia 28 de Dezembro de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 10 de dezembro de 2020.

JULCIMAR LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

58.2020 LICITAÇÃO DE COMBUSTIVEL

Publicação Nº 2754377

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 92/2020.

Edital: PREGÃO ELETRONICO Nº 58/2020.

Objeto: Aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul, com abastecimento direto nos tanques dos veículos da frota municipal, com unidade de abastecimento localizada na sede do município de Santiago do Sul/SC.

Recebimento das propostas: até às 09:00 do dia 29/12/2020

Início da sessão: dia 29/12/2020, às 09h05min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no sitio www.santiagodosul.sc.gov.br.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 10 de dezembro de 2020.

JULCIMAR A. LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 386/2020 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753177

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 386/2020 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do contrato da Servidora Municipal JANICE LUCI DE MARQUI, aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013, de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, nos termos do art.10, II, "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988, a contratação da Servidora JANICE LUCI DE MARQUI, nomeada através do Decreto Nº075/2018 de 07 de fevereiro de 2020 para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, para até dia 31 de agosto de 2020 ou até o término do prazo previsto no art. 10, II, "b" do ADCT, aquele que vier primeiro.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº 392/2020 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753199

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 392/2020 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do contrato do Servidor Municipal JUNEOR GREGOLON, aprovado em Processo Seletivo Simplificado.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013, de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada até 31 de Dezembro de 2021 ou até o retorno do Servidor efetivo Valdecir José Lorenzetti ao desempenho do cargo, aquele que vier primeiro, a contratação do servidor JUNEOR GREGOLON ao Cargo Temporário de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Grupo 02 (Serviços Operacionais - SOP), Nível 27, Código 02.07, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Processo Seletivo nº 003/2019, com carga horária de 40 Horas Semanais, nos termos do artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de maio de 2013

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº 393/2020 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753202

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 393/2020 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a prorrogação do contrato da Servidora Municipal SABINA MEIRA SAGAS aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital do Processo Seletivo Nº004/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado a vigência do contrato temporário de trabalho da Servidora SABINA MEIRA SAGAS, Cargo Temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Processo Seletivo nº 004/2018, Carga horária de 40 Horas Semanais, para até 31 de dezembro de 2021, ou até o retorno da servidora efetiva ao desempenho da função, tendo em vista que o quadro de saúde da Servidora Efetiva Marilene Petricoski Menegat permanece inalterado, nos termos do artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de maio de 2013.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº391/2020 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753197

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº391/2020 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.
Dispõe sobre a Posse de Conselheiro Tutelar do Município de Santiago do Sul-SC.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 47, da Lei Municipal Nº931/2019, de 27 de fevereiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado, a partir de 08 de dezembro de 2020, o seguinte Conselheiro Tutelar do Município de Santiago do Sul-SC, para desempenho da atividade no período de 08 de dezembro de 2020 a 09 de janeiro de 2024.

1- ELIZANDRA BRIZOLA DOS SANTOS;

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

ARONILDO PEREIRA FLOR
Presidente do CMDCA

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

DECRETO Nº.387/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753182

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.1006/2020, de 02 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal nº.969/2019 de 21 de novembro de 2019, no valor de R\$ 43.100,00 (Quarenta e três mil e cem reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 0007 – Toda Criança na Escola
Ação: 2.063 – Manutenção das Atividades da Creche
Atividade: 2.063 – Manutenção das Atividades da Creche
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-D.R.0.1.18-Aplicações Diretas (77) R\$ 43.100,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação de dotação do orçamento municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0007 – TODA A CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB
Atividade: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.1.19-Aplicações Diretas (62) R\$ 23.100,00
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-D.R.0.1.18-Aplicações Diretas (61) R\$ 6.000,00

Pág.1/2

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 007 – Toda Criança na Escola
Ação: 2.010 – Manutenção Atividades Ensino Infantil
Atividade: 2.010 – Manutenção Atividades Ensino Infantil
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-D.R.0.1.18-Aplicações Diretas (71) R\$ 14.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec.Administração

Pág.2/2

DECRETO Nº.388/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753189

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.1007/2020, de 02 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº.969/2019 de 21 de novembro de 2019, no valor de R\$ 39.500,00 (Trinta e nove mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0007 – Toda Criança na Escola
Ação: 1.007 – Aquisição Móveis e Equip.Ensino Fundamental
Projeto: 1.007 – Aquisição Móveis e Equip.Ensino Fundamental
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.01 – Aplicações Diretas.(44). R\$ 20.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0007 – Toda Criança na Escola
Ação: 1.005 – Aquisição de Móveis e Equipamentos. Ensino Infantil
Projeto: 1.005 – Aquisição de Móveis e Equipamentos. Ensino Infantil
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.01 – Aplicações Diretas.(68).R\$ 4.700,00

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 1.055 – Aquisição Móveis e Equipamentos para a Creche
Projeto: 1.055 – Aquisição Móveis e Equipamentos para a Creche
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.01 – Aplicações Diretas.(69). R\$ 4.800,00

Fls.1/3

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 0011 – Esporte é Saúde
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 D.R.0.1.00 – Aplicações Diretas.(91).....R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação de dotação do orçamento municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.011 – Transporte Escolar – Educação Infantil
Atividade: 2.011 – Transporte Escolar – Educação Infantil
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R.0.1.01 - Aplicações Diretas.(74) R\$ 8.500,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0007 – TODA A CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.016 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental
Atividade: 2.016 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R.0.1.01 - Aplicações Diretas.(58) R\$ 21.000,00

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 0011 – Esporte é Saúde
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.00 – Aplicações Diretas.(89).....R\$ 10.000,00

Fls.2/3

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 07 de dezembro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec.Administração

Pág.3/3

DECRETO Nº.389/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753190

Dispõe sobre alteração do Decreto N.351/2020 de 06 de outubro de 2020 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº.1005/2020, de 02 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto N.351/2020 de 06 de outubro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares e créditos adicionais especiais no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde, Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019, no valor de R\$ 292.000,00 (Duzentos e noventa e dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Natureza de Despesa: 3.1.90.00-D.R 0.1.38 - Aplicações Diretas.(104).....R\$ 12.000,00

Natureza de Despesa: 3.3.90.00-D.R 0.1.02 - Aplicações Diretas.(12).....R\$ 10.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.029 – Manutenção Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 – Manutenção Atividades Transporte de Pacientes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.02 - Aplicações Diretas.(17).....R\$ 50.000,00

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.1.02 - Aplicações Diretas.(18).....R\$ 12.000,00

Pág.1/4

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.032 – Manut.Atividades de Saúde Bucal

Atividade: 2.032 – Manut.Atividades de Saúde Bucal

Natureza de Despesa: 3.1.90.00–D.R.0.1.38-Aplicações Diretas.(27).....R\$ 32.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 304 – Vigilância Sanitária

Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.035 - Manut. Atividades de Vigilância Sanitária

Atividade: 2.035 - Manut. Atividades de Vigilância Sanitária

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.38–Aplicações Diretas.(53) R\$ 22.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.080 – Manut.Atividades Equipe do NASF

Atividade: 2.080 – Manut.Atividades Equipe do NASF

Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.38 - Aplicações Diretas (41).....R\$ 78.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.076 – Atendimento de Média e Alta Complexidade

Atividade: 2.076 – Atendimento de Média e Alta Complexidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R 0.1.02 - Aplicações Diretas (49).....R\$ 36.000,00

Natureza da Despesa: 3.3.93.00-D.R 0.1.02 - Aplicação Direta decorrente de operações entre órgãos (107).... R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o presente Decreto, para a Fonte de Recursos 0.1.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde/União, no valor de R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais), serão utilizados parte dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado na Rubrica da Receita: 4.1.7.1.8.03.9.1.01.02.00 – FMS CORONAVÍRUS (COVID-19) Portaria GM/MS 1666/2020 - Fonte de Recursos: 0.1.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Grupo: CORONAVÍRUS (COVID-19); Ação: Enfrentamento da Emergência de Saúde – Nacional (Crédito Extraordinário); Ação Detalhada: CORONAVÍRUS (COVID-19), disponíveis na Conta Bancária Nº.33.586-X Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Pág.2/4

Art. 3º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares e especiais de que trata o presente Decreto, para a Fonte de Recursos 0.1.02 – Receita de Transferência de Impostos – Saúde, no valor de R\$ 148.000,00 (Cento e quarenta e oito mil reais), serão provenientes da anulação de dotações do Orçamento Municipal vigente da Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.082 – Manutenção das Ativ.da Administração Geral da Saúde

Atividade: 2.082 – Manutenção das Ativ.da Administração Geral da Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.02-Aplicações Diretas (01).....R\$ 15.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manutenção Atividades Unidade Sanitária

Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.02- Aplicações Diretas (10) R\$ 30.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família

Atividade: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família

Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.02- Aplicações Diretas (20).....R\$ 52.000,00

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.034 – Manut. Atividades Agentes de Saúde

Atividade: 2.034 – Manut. Atividades Agentes de Saúde
Natureza da Despesa: 3.1.90.00–D.R.0.1.02 – Aplicações Diretas.(33).....R\$ 10.000,00

Pág.3/4

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.080 – Manut.Atividades Equipe do NASF
Atividade: 2.080 – Manut.Atividades Equipe do NASF
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.02 - Aplicações Diretas (40).....R\$ 10.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.032 – Manut.Atividades de Saúde Bucal
Atividade: 2.032 – Manut.Atividades de Saúde Bucal
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.02 - Aplicações Diretas (26).....R\$ 23.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.036 – Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde
Atividade: 2.036 – Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde
Natureza de Despesa: 3.1.90.00-D.R.0.1.02– Aplicações Diretas.(57) R\$ 8.000,00”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 06 de outubro de 2020.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec.Administração

Pág.4/4

DECRETO Nº.390/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753196

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS, no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro e quinhentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde- FMS
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.02 - Aplicações Diretas.(99) R\$ 4.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec.Administração

DECRETO Nº.394/2020 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753205

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde-FMS, no valor de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.034 – Manut. Atividades Agentes de Saúde
Atividade: 2.034 – Manut. Atividades Agentes de Saúde
Natureza da Despesa: 3.1.90.00–D.R. 0.1.38 – Aplicações Diretas.(34).....R\$ 8.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes do exesso de arrecadação verificado na Rubrica da Receita 4.1.7.1.8.03.1.1.06.03.00 – FMS – Agente Comunitário de Saúde, na Fonte de Recursos: 0.1.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Grupo: Atenção Básica; Ação: Piso da Atenção Básica em Saúde, Ação detalhada: Agentes Comunitários de Saúde - ACS, disponíveis na Conta Corrente Nº.33.586-X Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de dezembro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec.Administração

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº.048/2020 – DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752551

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2003, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003 (ISSQN) E SUAS ALTERAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica alterado o § 2º do artigo 1º, da Lei Complementar 12/2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.”

Art. 2º Ficam alterado os incisos X, XIV, XVII e XXIII do art. 4º, da Lei Complementar 12/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios.”

“XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa.”

“XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa.”

“XXIII – do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09.”

Art. 3º. Ficam inseridos os §§ 3º ao 11º ao artigo 4º, da Lei Complementar 12/2003, com a seguinte redação:

“§ 3º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do art. 8º-A da Lei Complementar Federal nº 116/2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.”

“§ 4º - Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 5º a 11 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXI, XXII e XXIII do caput deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.”

“§ 5º - No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a Lei Complementar Federal nº 116/2003, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.”

“§ 6º - Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 5º deste artigo.”

“§ 7º - No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a Lei Complementar Federal nº 116/2003, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.”

“§ 8º - O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a Lei Complementar Federal nº 116/2003 relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras; ou

III - emissoras de cartões de crédito e débito.”

“§ 9º - No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a Lei Complementar Federal nº 116/2003, o tomador é o cotista.”

“§ 10º - No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.”

“§ 11º - No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.”

Art. 4º. Ficam inseridos os §§ 4º e 5º ao artigo 8, da Lei Complementar 12/2003, com a seguinte redação:

“§ 4º - O tomador de serviço que contratar, pessoa física ou jurídica, que não esteja regularmente inscrito no cadastro de rendas mobiliárias do Município, ou tenha contratado serviço sem a obtenção da nota fiscal de serviço, exceto para os serviços dos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09.”

“§ 5º - As pessoas referidas nos incisos II ou III do § 8º do art. 4º. desta Lei Complementar, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.”

Art. 5º. Ficam alterado os incisos I, II, III e V e o parágrafo único do art. 24, da Lei complementar nº 12/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“I – por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes do

município, exceto para os itens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09, sendo para estes o vencimento, conforme determina a Lei Federal nº 175/2020.”

“II – quando fixo, em parcelas mensais conforme definido em regulamento, exceto para os itens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09, sendo para estes o vencimento, conforme determina a Lei Federal nº 175/2020.”

III - quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até do dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, exceto para os itens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09, sendo para estes o vencimento, conforme determina a Lei Federal nº 175/2020.”

“V – nos demais casos, sob o preço dos serviços prestados, apurados mensalmente até do dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de referência, exceto para os itens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09, sendo para estes o vencimento, conforme determina a Lei Federal nº 175/2020.”

“§ 1º - Poderá ser autorizado, em caráter especial e mediante despacho do titular do órgão fazendário do Município que os estabelecimentos temporários e os contribuintes estabelecidos em outros Estados ou Municípios que prestem serviços dentro dos limites territoriais do Município de Santiago do Sul, recolham o imposto no prazo e na forma definidos no respectivo despacho e, na falta deste, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de referência, ao domicílio bancário informado pelo Município para recebimento do ISSQN, exceto para os itens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09, sendo para estes o vencimento, conforme determina a Lei Federal nº 175/2020.”

Art. 6º. Fica inserido o artigo 33-A, a Lei Complementar 12/2003, com a seguinte redação:

“Art. 33-A – As obrigações acessórias que dispuser desta lei não se aplicam no caso dos serviços a que se refere os subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09, ficando esses serviços sujeitos às obrigações acessórias dispostas na Lei Complementar Federal nº 175/2020.”

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º. Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº.1008/2020 – 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752541

Altera o art. 6º da Lei Municipal nº 856/2017, de 25 de abril de 2017 e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 6º da Lei Municipal nº 856/2017, de 25 de abril de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal 918/2018 de 19 de setembro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº.1009/2020 – 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752547

Altera o art. 3º da Lei Municipal nº 893/2017, de 14 de dezembro de 2017 e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 3º da Lei Municipal nº 893/2017, de 14 de dezembro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º O Programa de que trata a presente lei se encerrará na data de 31 de dezembro de 2024, sendo que o auxílio financeiro total a ser repassado será de até 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com destinação de até 100.000,00 (cem mil reais) ao ano.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº.1010/2020 – 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752548

Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 663/2017, de 05 de março de 2013 e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 663/2017, de 05 de março de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programa de Estágio de Estudantes, mediante a concessão de Bolsas de Estágio, para os seguintes níveis, valores e carga horária:

Nível	Horas de Estágio	Número de Vagas	Valor Mensal em R\$
2º Grau Ensino Médio	4 horas – 20 horas semanais	06	400,00
3º Grau	4 horas – 20 horas semanais	05	600,00
3º Grau	6 horas – 30 horas semanais	04	700,00

Art. 2º. Esta lei iniciará sua vigência a partir de 01 de janeiro de 2021.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº287/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753167

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº287/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ROSELI PEREIRA ANTUNES DA SILVA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora ROSELI PEREIRA ANTUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 03 (três) dias, ou seja, do dia 07 de dezembro de 2020 a 09 de dezembro de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº288/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753169

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº288/2020 – DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Complementa as férias da Servidora Pública Municipal ROSELI PEREIRA ANTUNES DA SILVA e dá Outras 0Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS da Servidora Pública Municipal ROSELI PEREIRA ANTUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 06 (seis) dias, a contar do dia 10 de dezembro de 2020 a 15 de dezembro de 2020.

Parágrafo Único. Fica a servidora autorizada a gozar 06 (seis) Dias de férias consecutivas, interrompidas pela Portaria Nº100/2020, de 18 de maio de 2020.

, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

PORTARIA Nº289/2020 – DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753170

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº289/2020 – DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora TATIANE CHIMELLO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal TATIANE CHIMELLO, ocupante do Cargo de FARMACÊUTICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 02 (DOIS) dias, ou seja, a partir das 13:10 horas do dia 09 de dezembro de 2020 até 13:00 horas do 11 de dezembro de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

PORTARIA Nº290/2020 – DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753172

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº290/2020 – DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora DANIELA CRISTINA MENEGUZZI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora DANIELA CRISTINA MENEGUZZI, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 02 (Dois) dias, ou seja, do dia 07 de dezembro de 2020 a 08 de dezembro de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 dezembro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

PORTARIA Nº291/2020 – DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753174

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº291/2020 – DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora DANIELA CRISTINA MENEGUZZI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora DANIELA CRISTINA MENEGUZZI, ocupante do Cargo de CHEFE DE SETOR, Lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 03 (três) dias, ou seja, do dia 09 de dezembro de 2020 a 11 de dezembro de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração

PORTARIA Nº292/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753176

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº292/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor ITACIR TREVISOL e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal ITACIR TREVISOL, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I – TRATOR DE PNEUS, Lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, do dia 10 de dezembro de 2020 a 11 de dezembro de 2020, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec.

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752554



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.**Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santiago do Sul para o exercício de 2021 e dá outras providências.**

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Santiago do Sul para o exercício de 2021, estima a Receita em R\$ 15.600.000,00 (Quinze milhões e seiscentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 15.600.000,00 (Quinze milhões e seiscentos mil reais), sendo R\$ 11.616.020,00 (Onze milhões, seiscentos e dezesseis mil e vinte reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.983.980,00 (Três milhões, novecentos e oitenta e três mil e novecentos e oitenta reais), do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS

Art. 2º O Orçamento da Entidade Prefeitura para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$11.693.000,00 (Onze milhões e seiscentos e noventa e três mil reais) e fixa a despesa em R\$11.693.000,00 (Onze milhões e seiscentos e noventa e três mil reais), que contempla também os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA e do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, figurando como Unidades Orçamentárias e Câmara de Vereadores com autonomia própria com uma despesa de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais).

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 749.021,00 (Setecentos e quarenta e nove mil e vinte e um reais) e fixa a despesa em R\$ 3.207.000,00 (Três milhões e duzentos e sete mil reais), sendo o valor de R\$ 2.457.979,00 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil e novecentos e setenta e nove reais) à título de Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura para Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde – FMS.

§ 1º As Receitas da Entidade Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos à presente lei, com o seguinte desdobramento:

ORÇAMENTO TOTAL

4	RECEITAS	R\$	15.600.000,00
4.1	Receitas Correntes	R\$	15.584.900,00
4.2	Receitas de Capital	R\$	15.100,00
PREFEITURA - FMAS - FMHIS – FIA			
4	RECEITAS	R\$	15.600.000,00
4.1	Receitas Correntes	R\$	14.135.879,00
4.2	Receitas de Capital	R\$	15.100,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

	Fundo Municipal de Saúde – FMS		
4	RECEITAS	R\$	749.021,00
4.1	Receitas Correntes	R\$	749.021,00
4.2	Receitas de Capital	R\$	-

§ 2º As Despesas da Prefeitura e Fundos, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes da presente, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$	696.290,00
03.00	SECRETARIA MUN.DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	1.994.353,00
04.00	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	3.498.182,00
05.00	SECRETARIA MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:		
05.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	R\$	3.207.000,00
05.02	FUNDO MUNIC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS	R\$	747.980,00
05.03	FUNDO MUNIC.DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIAS – FIA	R\$	23.000,00
05.04	FUNDO MUNIC.HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FMHIS	R\$	6.000,00
06.00	SECRETARIA MUN.DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$	2.672.700,00
07.00	SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	1.974.200,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.295,00
	TOTAL	R\$	14.900.000,00
II	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.504.443,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	88.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	781.980,00
10	SAÚDE	R\$	3.207.000,00
12	EDUCAÇÃO	R\$	3.030.182,00
13	CULTURA	R\$	183.000,00
15	URBANISMO	R\$	879.400,00
16	HABITAÇÃO	R\$	6.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	219.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	1.000,00
20	AGRICULTURA	R\$	1.807.200,00
22	INDÚSTRIA	R\$	3.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	1.650.300,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	274.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	185.200,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.295,00
	TOTAL	R\$	14.900.000,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

III	CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	R\$	792.290,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$	1.156.153,00
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$	420.000,00
124	CONTROLE INTERNO	R\$	136.000,00
182	DEFESA CIVIL	R\$	88.000,00
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	R\$	66.000,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$	103.000,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$	612.980,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL - FMS	R\$	227.000,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	R\$	2.648.500,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	R\$	189.700,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$	81.000,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	60.800,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	R\$	131.500,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$	1.641.400,00
362	ENSINO MÉDIO	R\$	209.000,00
364	ENSINO SUPERIOR	R\$	35.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$	1.013.282,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	R\$	183.000,00
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	R\$	126.000,00
452	SERVIÇOS URBANOS	R\$	753.400,00
482	HABITAÇÃO URBANA	R\$	6.000,00
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	R\$	166.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$	53.000,00
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	R\$	1.000,00
606	EXTENSÃO RURAL	R\$	1.807.200,00
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	R\$	3.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	R\$	1.650.300,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	R\$	244.000,00
813	LAZER	R\$	30.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	185.200,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.295,00
	TOTAL	R\$	14.900.000,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

IV	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	R\$	447.290,00
3	CONTROLADORIA	R\$	136.000,00
4	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$	1.156.153,00
5	MUNICÍPIO FORTALECIDO	R\$	233.000,00
6	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$	420.000,00
7	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	R\$	2.786.182,00
8	APOIO AO ENSINO MÉDIO	R\$	209.000,00
9	APOIO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR	R\$	35.000,00
11	ESPORTE É SAÚDE	R\$	285.000,00
12	RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA	R\$	100.000,00
13	BIBLIOTECA PÚBLICA	R\$	83.000,00
14	SAÚDE COM QUALIDADE	R\$	3.207.000,00
15	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	173.160,00
16	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$	358.820,00
17	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R\$	146.000,00
18	ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	R\$	135.000,00
19	HABITAÇÕES URBANAS	R\$	6.000,00
21	SANTIAGO – VIVER MELHOR	R\$	1.019.400,00
22	PRÓ EMPREGO	R\$	3.000,00
23	PRÓ VIAS	R\$	1.650.300,00
24	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	R\$	1.974.200,00
25	CONVIVÊNCIA E FORTALEC.DE VÍNCULOS	R\$	70.000,00
26	SITUAÇÃO EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBL.	R\$	1.000,00
0	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	185.200,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.295,00
	TOTAL	R\$	14.900.000,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

V	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	14.420.562,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	7.208.200,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$	500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	7.211.862,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	399.143,00
4.4.00.00	Investimentos	R\$	397.643,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	R\$	1.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$	500,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.295,00
9.9.00.00	Reserva de Contingência	R\$	80.295,00
	TOTAL	R\$	14.900.000,00

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por intempéries:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Especificação	Valor R\$
1. Intempéries (enchente, vendaval, granizo, geada, estiagem etc)	R\$ 80.295,00
TOTAL	R\$ 80.295,00

§ 4º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos especificado neste artigo.

Art. 4º O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2021 fixa a despesa em R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais).

§ Único – A Despesa da Câmara será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas na seguinte maneira:

I	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
01.00	CÂMARA DE VEREADORES	R\$	700.000,00
	TOTAL	R\$	700.000,00
II	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01	LEGISLATIVA	R\$	700.000,00
	TOTAL	R\$	700.000,00
III	CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
31	AÇÃO LEGISLATIVA	R\$	700.000,00
	TOTAL	R\$	700.000,00
IV	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$	678.000,00
0027	VEREADOR MIRIM	R\$	22.000,00



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

TOTAL		R\$	700.000,00
V	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	672.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	420.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	252.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	28.000,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$	18.000,00
4.5.90.00	Inversões Financeiras	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	700.000,00

Art. 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderão sofrer alterações, inclusões ou exclusões, de acordo com as necessidades.

Art. 6º O Executivo está autorizado, nos termos do Art.7º. da Lei Federal nº.4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento municipal, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados à destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos Artigos 8º, Parágrafo Único e 50, I da LRF e Portaria Conjunta Nº3, de 14 de outubro de 2008 da STN, com alterações da Portaria Conjunta N.1, de 30 de junho de 2009, Portaria N.467 de 6 de agosto de 2009 e alterações posteriores.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos Artigos 8º, 42 e 50, I



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

LEI MUNICIPAL N.1011/2020 – DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

da LRF e Portaria Conjunta Nº3, de 14 de outubro de 2008 da STN, com alterações da Portaria Conjunta N.1, de 30 de junho de 2009, Portaria N.467 de 6 de agosto de 2009 e alterações posteriores.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Durante o exercício de 2021 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 12º. Os códigos das fontes de recursos/idosos constantes dos anexos da presente Lei poderão ser modificados no exercício de 2021, de acordo com a especificação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 13º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2021, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,
Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec.Administração

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.982/2020

Publicação Nº 2753769

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.982, de 02 de Dezembro de 2020.

PRORROGA PRAZO DO PROCESSO SELETIVO ABERTO PELO EDITAL Nº 013/2019.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE :

Prorrogar por mais 01 (um) ano o prazo do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 013/2019, somente os cargos Artífice (coleta de lixo), Assistente Social – CAPS, Enfermeiro – CAPS, Enfermeiro – ESF, Fonoaudiólogo, Médico Ginecologista, Motorista – Categoria B, Motorista Socorrista - SAMU, Nutricionista, Psicólogo NASF, Odontólogo: com aperfeiçoamento em Endodontista, Odontólogo: cirurgião dentista para atendimento de pessoas com necessidades especiais, Odontólogo: com aperfeiçoamento em cirurgia oral, Odontólogo: com aperfeiçoamento na área de periodontia, Psicólogo – CAPS, Técnico de Enfermagem – ESF, Técnico de Enfermagem – SAMU, .

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Dezembro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 18/2020

Publicação Nº 2753862

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 18/2020.

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE DIREITO, PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.

O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ torna público que realizará processo seletivo, visando a classificação de estudantes de nível superior do curso de Direito, para desenvolvimento de estágio, embasado no artigo 5º da Lei Complementar nº. 60, de 17 de dezembro de 2009, conforme disposições a seguir:

1 - DAS VAGAS

1.1 - O presente processo seletivo visa à classificação de estudantes que estejam cursando o nível superior a partir da 5ª fase, inclusive esta, na graduação de Direito, para preenchimento de uma vaga de estágio, junto ao Município de Santo Amaro da Imperatriz, seus órgãos e instituições conveniadas, e cadastro de reserva.

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições deverão ser realizadas dos dias 4 e 5 de janeiro de 2021, das 12:00 às 18:00 horas, no setor de Protocolos – espaço Santo Amaro Cidadão - Prefeitura de Santo Amaro da Imperatriz, localizado na Praça Governador Ivo Silveira, nº. 5469, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, SC.

2.2 - Para realizar a inscrição, o candidato deverá recolher a taxa de protocolo, no ato da inscrição, sob pena de indeferimento. A taxa deverá ser solicitada previamente ao ato da inscrição, e o comprovante anexado com os demais documentos.

2.3 - Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, que segue em anexo a este edital, o candidato receberá, no ato, o número de protocolo de sua inscrição.

2.4 - Os documentos pessoais do candidato serão devolvidos no ato da apresentação, após as devidas anotações na ficha de inscrição.

2.5 - Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

3 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO:

3.1 – Fotocópia do documento de Identificação (Carteira de Identidade Civil/Profissional ou CNH) e CPF (se tiver o CPF na carteira de identidade, é dispensada a fotocópia do mesmo – caso contrário, é obrigatório a fotocópia do CPF);

3.1.1 – Histórico escolar;

3.1.2 – Comprovante de frequência;

3.1.3 – Comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

3.2 - O candidato deverá manter atualizados seus números de telefone e endereço, enquanto estiver participando do Processo Seletivo de Estagiário. É de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seus contatos.

3.3 - Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, via procuração pública ou instrumento particular com firma reconhecida e poderes específicos, onde conste obrigatoriamente menção a este Edital, devendo o procurador, no ato da inscrição, entregar além dos documentos exigidos por este Edital, cópia do instrumento de procuração.

3.4 - Efetuada a inscrição, o candidato receberá um protocolo de confirmação, que servirá como comprovante de inscrição.

4 - DO CRITÉRIO DE ESCOLHA

4.1 – O critério de escolha será feito de acordo com a média das notas constantes no histórico escolar.

4.1.2 – Em caso de empate será utilizado primeiro o critério de quem estiver cursando o maior número de fases do curso. Persistindo o empate, o desempate dar-se-á pelo critério da maior idade.

5 - A PUBLICAÇÃO DOS CLASSIFICADOS

5.1 - A lista classificatória prévia da primeira etapa será divulgada pela Secretaria Municipal de Administração, até o dia 12 de janeiro de 2021, no órgão oficial do Município.

6 - DO VALOR E PRAZO DO CONTRATO

6.1 - O estagiário receberá auxílio financeiro equivalente a um piso salarial municipal, amparado pela lei federal n.11.788/2008, e terá carga horária de 30 (trinta) horas semanais, como fixado pela legislação do Município, cujo contrato terá duração de 12 meses, admitida a prorrogação por igual período a critério exclusivo do Município.

7 - DAS FUNÇÕES DOS ESTAGIÁRIOS

7.1 - As atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários deverá estar relacionada ao curso frequentado.

8 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - Os classificados serão contratados de acordo com a conveniência e interesse do Município, sendo que o desenvolvimento do estágio ser pelo prazo inicial de até 12 meses, prorrogável apenas uma vez, por igual período.

8.2 - Para elaboração do contrato de estágio, os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados pelo Setor de Pessoal, responsabilizando-se, inclusive, pela anuência a ser obtida junto à respectiva Instituição de Ensino, bem como pelo pagamento do seguro de vida.

8.3 - Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos por comissão a ser nomeada pelo Secretário da Administração, caso assim for necessário.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 10 de dezembro de 2020.

Edésio Justen
Prefeito Municipal

FICHA DE INSCRIÇÃO
EDITAL 18/2020
ESTAGIÁRIO DO CURSO DE DIREITO

INSCRIÇÃO Nº: _____

CANDIDATO	
NOME	
ENDEREÇO	
E-MAIL	
TELEFONE	
IDENTIDADE	
CPF	
IDADE	
DATA DE NASCIMENTO	

FASE DO CURSO

Declaro para os devidos fins que estou de acordo com todas as normas do Edital 18/2020.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, de de 2021.

Assinatura do candidato(a)

Inscrição Deferida: Sim () Não ()

Média do Histórico: Nota: _____.

Classificado: Sim () Não ()

Colocação: _____

LEI Nº 2.804, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753931

LEI Nº 2.804, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Santo Amaro da Imperatriz para o exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Santo Amaro da Imperatriz para o exercício de 2021 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 96.731.000,00 (noventa e seis milhões, setecentos e trinta e um mil reais), sendo R\$ 59.854.000,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 36.877.000,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos do Executivos e Legislativo

Art. 2º O Orçamento do Município para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 96.731.000,00 (noventa e seis milhões, setecentos e trinta e um mil reais). Fixa a Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e em R\$ 94.731.000,00 (noventa e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil reais) as Despesas do Poder Executivo.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	93.483.000,00
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MELHORIAS	17.095.000,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.847.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	12.116.000,00
1.6. RECEITAS DE SERVIÇOS	310.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.934.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.181.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	4.350.000,00
2.4. TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	4.350.000,00
7. RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTARIA	6.222.000,00
7.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.222.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.324.000,00
9.7. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.324.000,00
SOMA	96.731.000,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 – CÂMARA MUNICIPAL	1.985.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO	1.178.000,00
03 – SECRETARIA MUN. DA ADM., FINA. PLANEJAMEN.	5.440.000,00
04 – SECRETARIA MUN. DOS TRANSP., OBRAS E SERV	9.325.000,00
05 – SECRETARIA MUN. DA AGRIC. E DESENV. RURAL	1.371.000,00
06 – SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. MEIO AMB.	3.047.000,00
07 – SECRETARIA MUN. DE TURISMO E CULTURA	480.000,00

08 – SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E ESPORTES	31.778.000,00
09 – SECRETARIA MUN. DA ASSISTENCIA SOCIAL	431.000,00
10 – ENCARGOS ESPECIAIS	4.330.000,00
11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.149.000,00
12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14.314.000,00
13 – IPRESANTOAMARO	8.000.000,00
14 - FUNREBOM	364.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – IPRESANTOAMARO	12.489.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – PREFEITURA	50.000,00
SOMA	96.731.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.985.000,00
04 – Administração	6.484.000,00
06 – Segurança Pública	998.000,00
08 – Assistência Social	2.574.000,00
09 – Previdência Social	7.500.000,00
10 – Saúde	14.314.000,00
12 – Educação	30.399.000,00
13 – Cultura	356.000,00
15 – Urbanismo	7.254.000,00
16 – Habitação	6.000,00
17 – Saneamento	461.000,00
20 – Agricultura	1.371.000,00
23 – Comércio e Serviços	428.000,00
26 – Transporte	4.604.000,00
27 – Desporto e Lazer	1.128.000,00
28 – Encargos Especiais	4.330.000,00
99 – Reserva de Contingência	12.539.000,00
SOMA	96.731.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000 - Encargos Gerais	11.830.000,00
0001 – Gestão Administrativa Superior	8.833.000,00
0002 - Ensino de Qualidade	30.650.000,00
0003 - Descobrimdo Novos Talentos	1.128.000,00
0004 - Saúde para Todos	14.314.000,00
0005 - Serviços Sócios Assistenciais	2.580.000,00
0006 – Revit. a Cidade de Santo Amaro da Imperatriz	6.549.000,00
0007 - Geração de Emprego e Renda	8.203.000,00
0008 - Fomentando a Cultura	105.000,00
9999 - Reserva de Contingência	12.539.000,00
SOMA	96.731.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	76.111.000,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.216.000,00
3.2.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.695.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	8.081.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	6.731.000,00
4.6.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.350.000,00
9.9.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.539.000,00
SOMA	96.731.000,00

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Art. 3º O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 69.764.000,00 (sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 57.415.000,00) e as transferências do tesouro ao Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal em R\$ 12.349.000,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e nove mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferência Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras

esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	72.888.000,00
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MELHORIA	16.479.000,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.880.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	104.000,00
1.6. RECEITAS DE SERVIÇOS	310.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.315.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	800.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	4.200.000,00
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.200.000,00
9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.324.000,00
9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.324.000,00
TOTAL	69.764.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração	5.969.000,00
06 – Segurança Pública	634.000,00
08 – Assistência Social	425.000,00
12 – Educação	30.399.000,00
13 – Cultura	356.000,00
15 – Urbanismo	7.254.000,00
16 – Habitação	6.000,00
17 – Saneamento	461.000,00
20 – Agricultura	1.371.000,00
23 – Comércio e Serviços	428.000,00
26 – Transporte	4.604.000,00
27 – Desporto e Lazer	1.128.000,00
28 – Encargos Especiais	4.330.000,00
99 – Reserva de Contingência	50.000,00
SOMA	57.415.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	12.349.000,00
TOTAL	69.764.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	49.653.000,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.549.000,00
3.2.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.859.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.712.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	6.362.000,00
4.6.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.350.000,00
9.9.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	50.000,00
SOMA	57.415.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	12.349.000,00
TOTAL	69.764.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Art. 4º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.951.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.149.000,00 (dois milhões, cento e quarenta e nove mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferência Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminados nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	197.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	7.000,00

1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	189.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00
SOMA	197.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.951.000,00
SOMA	1.951.000,00
TOTAL	2.148.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – Assistência Social	2.148.000,00
TOTAL	2.148.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.128.000,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.502.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	626.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	21.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	21.000,00
SOMA	2.149.000,00

Do Orçamento do FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Art. 5º O orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 5.917.000,00 (cinco milhões, novecentos e dezessete mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro municipal em R\$ 8.397.000,00 (oito milhões, trezentos e noventa e sete mil reais) e fixa a despesa em R\$ 14.314.000,00 (quatorze milhões, trezentos e quatorze mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	5.767.000,00
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MELHORIAS	253.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	4.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.430.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	150.000,00
SOMA	5.917.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	8.397.000,00
SOMA	8.397.000,00
TOTAL	14.314.000,00

§ 2º A Despesas de entidade Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde	14.314.000,00
TOTAL	14.314.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	14.056.000,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.051.000,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.005.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	258.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	258.000,00
TOTAL	14.314.000,00

Do Orçamento do IPRESANTOAMARO

Art. 6º O Orçamento da entidade IPRESANTOAMARO para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 20.489.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais) e fixa as Despesas do mesmo valor.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	14.267.000,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.967.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	12.000.000,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300.000,00
7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIA	6.222.000,00
7.1. RECEITAS CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT.	6.222.000,00
TOTAL	20.489.000,00

§ 2º A Despesa da entidade IPRESANTOAMARO será realizado segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 – Administração	500.000,00
09 – Previdência Social	7.500.000,00
99 – Reserva de Contingência	12.489.000,00
SOMA	20.489.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	7.980.000,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.655.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	325.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	20.000,00
9.9.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	12.489.000,00
TOTAL	20.489.000,00

Do Orçamento do FUNREBOM

Art. 7º O Orçamento da entidade FUNREBOM para o exercício de 2021 estima a Receita e fixa a despesa em 364.000,00 (trezentos e sessenta e quatro mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento

1. RECEITAS CORRENTES	364.000,00
1.1. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MELHORIAS	363.000,00
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00
TOTAL	364.000,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNREBOM será realizado segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 – Segurança	364.000,00
TOTAL	364.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	314.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	314.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	50.000,00
TOTAL	364.000,00

Do Orçamento da CAMARA MUNICIPAL

Art. 8º O Orçamento da entidade Câmara Municipal para o exercício de 2021 receberá como transferência financeira da Prefeitura o valor

de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e fixa a despesa do mesmo valor.

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferência Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminados nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	2.000.000,00
SOMA	2.000.000,00
TOTAL	2.000.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	2.000.000,00
TOTAL	2.000.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.980.000,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.414.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	566.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	20.000,00
SOMA	2.000.000,00

Art. 9º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho da despesa.

Art. 10 Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, admitida a sua utilização para outra finalidade por ato do Chefe do Poder Executivo, no final do respectivo exercício, justificadamente, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único – Os recursos orçamentários reservados no anexo de riscos fiscais no evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, assim como, incluir na ação de Governo, novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para atender aos objetivos e metas nela estabelecidas.

Art. 12 O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 13 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, com remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, com ações e serviços públicos de saúde e os gastos com recursos do FUNDEB serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo estabelecido na norma constitucional e legal na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

§1º Para efeito de cálculo dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado o valor das despesas empenhadas ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB em relação às receitas resultantes de impostos arrecadadas.

§2º Para efeito de cálculo dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerado o valor das despesas empenhadas ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.09.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício em relação às receitas arrecadadas a título de FUNDEB e seus rendimentos.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerado o valor das despesas empenhadas e liquidadas na fonte de recursos 0.1.03.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde em relação às receitas produto de impostos arrecadadas.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo de 95% dos recursos recebidos a título de FUNDEB no exercício de 2021 será considerado o valor total das despesas empenhadas ou liquidadas nas fontes de recursos: 0.1.09.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício; 0.1.10.000000 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e seus rendimentos.

Art. 14 Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais sem comprometer o

limite previsto no artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

Art. 15 Durante o exercício de 2021 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 16 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Santo Amaro da Imperatriz, em 10 de dezembro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 16.244/2020

Publicação Nº 2753777

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 16.244, de 09 de dezembro de 2020.
HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 060/09, considerando as avaliações realizadas para cada servidor em específico,

RESOLVE :

- Homologar as avaliações realizadas no presente ano dos seguintes servidores:

NOME	CARGO	MAT.
Adriano Celso Martins	Motorista	7823
Adriano Gaspar	Professor da Educação Básica	7351
Alex Giliolo	Motorista	6846
Aline Giovana Stein	Auxiliar de Serviços Gerais	7299
Aline Maria de Souza Mariano	Auxiliar de Serviços Gerais	7300
Ana Carolina Gomes de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	7301
Ana Carolina Schmitz	Professora da Educação Básica	7838
Ana Lucia Degering dos Santos	Professora da Educação Básica	8231
Ana Rute Bueno do Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	7374
Andreia Brich	Professora da Educação Básica	7721
Andreia Campos	Assistente Administrativo	7713
Angela Aparecida Lohn	Professora da Educação Básica	7367
Angelica de Borba	Auxiliar de Serviços Gerais	6561
Angelita Mara Peixoto Momm	Professora da Educação Básica	7311
Angelo Luiz Bruggemann	Professor da Educação Básica	7312
Barbara Martins Medeiros	Professora da Educação Básica	7746
Bianca Caroline Elias	Nutricionista	7861
Bruna Carla dos Santos Coelho	Professora da Educação Básica	6848
Carla Sirley Lehmkuhl	Professora da Educação Básica	7799
Carlos Renato Loch	Motorista	7815
Catia Regina de Souza	Professora da Educação Básica	7313
Cezar Franco Faraco	Assistente Administrativo	8298
Claudinei de Espíndola	Motorista	6828
Cristiane Machado Augusto	Professora da Educação Básica	7315
Daiana Gusi da Costa Caxambu	Professora da Educação Básica	6849
Daiana Margarete Campos	Professora da Educação Básica	6952
Daiana Regina de Souza	Professora da Educação Básica	7447
Daiane Cecilia Schlichting	Professora da Educação Básica	6850
Daiane de Medeiros Florenco	Professora da Educação Básica	7830
Daniella Aparecida Mohr	Auxiliar de Serviços Gerais	7303
Debora Aparecida Couto dos Santos Espindola	Professora da Educação Básica	7316

Débora da Silva	Técnica de Enfermagem	7286
Elenita Aparecida da Rosa	Técnica de Enfermagem	7842
Eliana Oliveira	Professora da Educação Básica	6851
Eliane Ferreira Folster	Auxiliar de Serviços Gerais	7816
Fabiane Aparecida Rempel	Auxiliar de Serviços Gerais	7368
Fabiani da Silva	Professora da Educação Básica	7453
Fabiele Martendal Luckmann	Professora da Educação Básica	6852
Fabiola Marize Silveira Lohn	Professora da Educação Básica	6853
Fairuz Rodrigues	Professora da Educação Básica	6854
Fernanda dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	8082
Fernando Lucas do Nascimento	Professor da Educação Básica	7319
Fernando Luiz de Souza	Professor da Educação Básica	7318
Francielle Sommer Bruggemann	Professora da Educação Básica	6855
Francielmo Monteiro Pires	Artífice	7831
Francini Santana	Auxiliar de Serviços Gerais	6495
Francisca Amelia dos Santos Barcelos	Professora da Educação Básica	7367
Gabriela Cristina dos Santos Bruggemann	Auxiliar de Serviços Gerais	7304
Giselli Cristina de Sá Melo Maciel	Professora da Educação Básica	6856
Graziela Silva Martins do Carmo	Professora da Educação Básica	7899
Isabela Beatriz Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	7385
Janaina Lehmkuhl Rosa	Professora da Educação Básica	6858
Janaina Lurdes Pedro	Técnica em Enfermagem	7285
Jane Maria Lofi	Professora da Educação Básica	6859
Jefferson de Andrade	Motorista	8287
Joice Amancio	Auxiliar de Serviços Gerais	7900
Joice Fernanda da Silva Koerich	Professora da Educação Básica	6867
Jorge Luiz Knop	Professor da Educação Básica	7321
Jose Carlos Santos Souza	Motorista	6860
Juatan Jurua Miranda	Artífice – Coleta de Lixo	7943
Julia Graziela Jochen Oliveira	Professora da Educação Básica	6861
Juliana Artigas Flores	Professora da Educação Básica	7448
Julio Jacob Broering Filho	Professor da Educação Básica	7337
Katia Rech Loch	Professora da Educação Básica	6863
Leatrice Meira	Professora da Educação Básica	7322
Liandra Savanhago	Psicóloga	7849
Liliane de Pinho	Professora da Educação Básica	7323
Limara Ramack Martins	Fonoaudióloga	6609
Lorenice Steinbach Vieira	Professora da Educação Básica	7324
Luiz Augusto da Silva	Professor da Educação Básica	7325
Marcos Antonio Soares	Assistente Administrativo	7859
Marcos Henrique de Sousa	Auxiliar de Serviços Gerais	7451
Maria Conceição Zacchi	Auxiliar de Serviços Gerais	7450
Maria Luiza Guckert	Professora da Educação Básica	6865
Marinelze Silva Lehmkuhl	Professora da Educação Básica	7786
Messias Vieira	Motorista	7124
Michele Dias	Professora da Educação Básica	7454
Monique Bitencourt	Professora da Educação Básica	7328
Patrícia Leal	Auxiliar de Serviços Gerais	7416
Pedro Henrique Lohn	Professor da Educação Básica	7329
Primo Buratto Neto	Auxiliar de Serviços Gerais	8284
Priscila Rose da Silva	Professora da Educação Básica	7330
Roberta Schwinden Duarte Silva	Professora da Educação Básica	7944
Rodriane Yamee Leão Ribeiro	Professora da Educação Básica	8232
Rogério Dutra Porto Alegre	Professor da Educação Básica	7945
Rubem Jose Martins	Professor da Educação Básica	7946
Sandra Regina de Bem	Professora da Educação Básica	7332
Simoni Cristina de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	7306
Solange Farias	Auxiliar de Serviços Gerais	5665
Taise Prim Schurhaus	Professora da Educação Básica	7873
Tania Regina Pelegrini Martins	Professora da Educação Básica	7333
Thaiany Piazero Fanni Bavaresco	Nutricionista	7121
Thaise Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	7836
Thiago Carlos Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	7452
Valeria Mota Scardua	Professora da Educação Básica	8084

Valkiria Pavanati Marcelino	Auxiliar de Serviços Gerais	7307
Vandressa Machado de Abreu	Auxiliar de Serviços Gerais	7308
Vera Lucia da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	7309
Vladimir Silva da Cunha	Professora da Educação Básica	7335
Wallace Cardoso Muller	Professora da Educação Básica	7336

- Tornar estáveis, diante do período de efetivo exercício e da avaliação periódica de desempenho, aos servidores abaixo:

NOME	CARGO	MAT.
Angelica de Borba	Auxiliar de Serviços Gerais	6561
Francini Santana	Auxiliar de Serviços Gerais	6495

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.248/2020

Publicação Nº 2753773

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.248, de 09 de Dezembro de 2020.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 90 (noventa) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA DO CARMO MATOS LAURINDO, matrícula nº 574, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 01/12/2020 à 28/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de Dezembro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.249/2020

Publicação Nº 2753776

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.249, de 09 de Dezembro de 2020.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora MARIA DO CARMO MATOS LAURINDO

RESOLVE :

Prorrogar até 18/12/2020 a designação da servidora THAYZE SOUZA GOMES DA LUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 16.053/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de Dezembro de 2020.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 50, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2753827

PORTARIA Nº 50, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado para 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão do inventário patrimonial a ser realizado pela comissão especial de avaliação de bens móveis e imóveis da Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz.

Parágrafo único - A composição da comissão especial referida no caput para o ano de 2021 permanecerá igual a do ano de 2020.

Art. 2º - Revoga-se o artigo 2º da Portaria n. 46 de 26 de novembro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 09 de dezembro de 2020.

RICARDO PASSIG TURNES

Presidente

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2044/2020

Publicação Nº 2752581

DECRETO Nº 2044, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 1994, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020, QUE CRIA O COMITÊ MUNICIPAL DE CRISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SUAS COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 1994, de 12 novembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

1. Rosemare Augustin – Diretora do Departamento de Políticas Públicas do SUAS;
2. Solange Foggiatto – Assessora de Assistência Social;
3. Vanessa Regina Brandenburg – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial;
4. Roseli Rozangela Pascoal – Assistente Social – Benefícios Eventuais;
5. Kátia Beatriz da Silva – Assistente Social – Vigilância Socioassistencial;
6. Fábila Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária Municipal de Assistência Social;
7. Maiara Dufloth Pelissa – Psicóloga – Família Acolhedora;
8. Claudiceia Franco de Oliveira Terres – Família Acolhedora;
9. Claudine Alves do Rosário Lima – Coordenadora do CRAS Serra Alta;
10. Karen dos Santos – Coordenadora do CRAS Centenário;
11. Luciane Stawny Sampaio – Coordenadora CRAS Vereadora Rita Maria Dums;
12. Solange Rckl – Psicóloga;
13. Rosangela Ciecilinski Gorniak – Coordenadora Bolsa Família;
14. Maria Elizabeth Amaral de Souza Lima – Psicóloga CREAS.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO - AIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2753308

EDITAL DE INTIMAÇÃO - AIA Nº 005/2020

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, por intermédio do presente, faz saber a:

LUIZ ALZIR COPPETI E TERCÍLIA COPPETI, CPF: 145.744.089 68 / 832.726.159 20, em local incerto e não sabido, que foi lavrado o Auto de Infração Ambiental — AIA n. 005/2020 com sanção de multa no valor de R\$ 5.150,00 (cinco mil, cento e cinquenta reais) seguindo parâmetros da Portaria Conjunta IMA/CPMA nQ 143/2019, com a descrição sumária a seguir: Cortar árvores em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida, sem permissão da autoridade competente, conforme descrito no Relatório de Fiscalização no 015/2020.

Ao administrado é concedido prazo de vinte dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados a partir da data da publicação deste edital, devendo protocolá-lo até às 16h30min do último dia do prazo através de e-mail quiriri@quiriri.com.br. Os trâmites referentes a este processo seguem o previsto na Portaria Conjunta IMA/CPMA nQ 143/2019.

Os processos administrativos estão disponíveis para consulta dos interessados no endereço da sede do Consórcio Intermunicipal Quiriri — CIQ, localizado na Travessa Theodoro Koch, nº 30, sala 20 — Centro, São Bento do Sul/SC.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - AIA Nº 025/2020

Publicação Nº 2753313

EDITAL DE INTIMAÇÃO – AIA Nº 025/2020

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, por intermédio do presente, faz saber a:

IRACILDE GROSSL DE PRADO, CPF: 506.615.829-49, em local incerto e não sabido, que foi lavrado o Auto de Infração Ambiental — AIA n. 025/2020 com sanção de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) seguindo parâmetros da Portaria Conjunta IMA/CPMA nQ 143/2019, com a descrição sumária a seguir: Intervenção com terraplanagem e supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração em área de preservação permanente, conforme descrito no Relatório de Fiscalização n o 073/2020.

Ao administrado é concedido prazo de vinte dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados a partir da data da publicação deste edital, devendo protocolá-lo até às 16h30min do último dia do prazo através de e-mail quiriri@quiriri.com.br. Os trâmites referentes a este

processo seguem o previsto na Portaria Conjunta IMA/CPMA nQ 143/2019.

Os processos administrativos estão disponíveis para consulta dos interessados no endereço da sede do Consórcio Intermunicipal Quiriri — CIQ, localizado na Travessa Theodoro Koch, nº 30, sala 20 — Centro, São Bento do Sul/SC.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 244/2020

Publicação Nº 2753084

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 244/2020

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria Técnica de nº 227/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, em 13 de dezembro de 2019, conforme Edital de Pregão Presencial nº 213/2019.

Considerando o objeto do Contrato de nº 227/2019 que consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica especializada, visando a elaboração do Plano de Outorga para a Concessão Comum dos Serviços Funerários do município de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 213/2019, o qual fica fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

Considerando o vencimento da vigência do contrato em 12 de dezembro de 2020 e que o cronograma de execução dos serviços está pausado em 4 (quatro) fases, sendo que as 3 (três) primeiras estão concluídas e devidamente quitadas.

Considerando que a última etapa, que será de assessoria técnica à Comissão Permanente de Licitação durante a fase externa, no período de hasta pública do novo Edital de Concorrência Pública de Concessão Comum dos Serviços Funerários do Município de São Bento do Sul, que engloba os seguintes trabalhos:

- Assessoria técnica em eventuais consultas e impugnações administrativas,
- Assessoria técnica nas respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações,
- Assessoria técnica durante as fases de análise da proposta financeira e julgamento da habilitação,
- Assessoria técnica na análise de eventuais recursos.

Ainda será executada após a tramitação e aprovação do projeto de Lei que autoriza a concessão dos serviços funerários no Município, seguido de encaminhamento do novo Edital para análise do Tribunal de Contas do Estado de SC e posteriormente a sua liberação, e o andamento da licitação propriamente dita.

Diante do exposto e para continuidade da prestação dos serviços, se faz necessário a prorrogação do referido contrato com base na Cláusula Quarta – Da Vigência e Art. 57 da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 13 de dezembro de 2020 com término em 12 de junho de 2021.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 13 de dezembro de 2019 e Termo Aditivo nº 106/2020 de 09 de junho de 2020 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2020.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, como Contratada.

PORTARIAS Nº 11982/2020 A 11987/2020

Publicação Nº 2752584

PORTARIA Nº 11982, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Redução de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 7º, da Lei Municipal nº 2966/2012,

RESOLVE:

Reduzir, a pedido, a carga horária de trabalho de ALIANE SEIDL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 14 de dezembro de 2020, conforme Processo nº 21494/2020.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11983, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor FABIO LUIZ DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa triênio 2013/2016, conforme Processo nº 14232/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 04/01/2021 a 02/02/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11984, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LEILA MARA DE OLIVEIRA JELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, licença prêmio relativa triênio 2016/2019, conforme Processo nº 19279/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 04/01/2021 a 02/02/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11985, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANTONIO MARCOS DANIEL VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, na Secretaria Municipal de Administração, licença prêmio relativa triênio 2015/2018, conforme Processo nº 19266/2020.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/01/2021 a 30/01/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11986, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor WAGNER GROSSL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial motocicleta Honda/CG 125 Titan KS, placas MCM 5592.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11987, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor BRUNO BAPTISTA FRAGOZO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placas MIU 1477
- GM/Corsa, placas MIU 1547
- GM/Corsa Classic, placas MLB 4516
- GM/Celta, placas MCS 6957
- VW/Gol, placas MHQ 6962
- GM/Corsa, placas MJA 1377

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 013/2020

Publicação Nº 2752529

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 013/2020. DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2018, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e A4 Terceirização Eireli-ME. Considerando a previsão legal para a alteração contratual, se faz necessária a prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses. DO PRAZO: 15 de janeiro de 2021 à 14 de janeiro de 2022. DO VALOR: R\$ 40.958,00 (quarenta mil, novecentos e cinquenta e oito reais). As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecerão inalteradas. São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul
MARCIA ALVES TRINDADE – pela Empresa Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2020

Publicação Nº 2752504

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2020. DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2018, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e MEP Produções Ltda. O referido instrumento será prorrogado considerando o disposto na Lei nº 8666/93, em seu art. 57, II, assim como a Cláusula 3ª, bem como havendo previsão orçamentária. DO PRAZO: 28 de janeiro de 2021 à 27 de janeiro de 2022. DO VALOR: R\$ 119.948,06 (cento e dezenove mil, novecentos e quarenta e oito reais e seis centavos). As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecerão inalteradas. São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul
EDSON SCHROEDER – pela Empresa Contratada

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 188, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752323

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 188, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor GILNEI DO AMARAL, matrícula 320, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 189, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752328

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 189, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor ADAIR CHAVES, matrícula 350, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 190, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752336

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 190, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor GABRIEL BENJAMIM DOS SANTOS, matrícula 348, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Manutenção, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 191, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752337

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 191, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER à servidora MARLI ALVES DE CARVALHO, matrícula 372, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 192, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752340

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 192, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor AMARILDO CHAVES, matrícula 405, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 193, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752341

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 193, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor FABIANO VIEIRA KINDERMANN, matrícula 422, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 194, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752342

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 194, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor ANTÔNIO VALDEMIR BAIER, matrícula 446, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 195, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752347

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 195, de 9 de dezembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor EDEMILSON PAULO DE MORAIS, matrícula 428, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 16 de dezembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 187/2020

Publicação Nº 2753437



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

CONTRATO Nº 187/2020

O Município de **SÃO BERNARDINO-SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício Sr. **CLAUDIR KEL DOS SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid, nº 997, neste Município, inscrito no CPF nº 016.775.179-48, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa, **ESB INDÚSTRIA E COM. DE ELETRO ELETRÔNICOS EIRELI** inscrita no CNPJ nº 13348127000148, localizada na RUA ARMELINDO FABIAN 395, na Cidade de Erechim - RS, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pela Sra. **SALETE MOTERLE CARBONERA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na RUA ARMELINDO FABIAN 395, na Cidade de Erechim - RS, inscrita no CPF sob nº 912.580.730-72, neste ato contratual simplesmente denominado **FORNECEDOR**, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 186/2020 QUE CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DOS MESMOS E PARA RETIRADA DOS EXISTENTES. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MELHORAR O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RUAS: SÃO GREGÓRIO E SÃO GERÔNIMO..

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 49/2020, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e Contrato nº 186/2020.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 19.370,00 (dezenove mil trezentos e setenta reais).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 10/12/2020 até o dia 31/12/2020, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, **de acordo com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93**, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

.CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 49/2020, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e Contrato nº 186/2020, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	26	Und	Luminária pública LED com selo de certificação INMETRO em	ESB LIGHT	545,00	14.170,00

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (49)36540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

			conformidade com a portaria n.º 20/2017, potência de 150W, 5000K, fluxo luminoso efetivo mínimo de 15.000 lúmens (100lm/W), vida útil mínima 50.000h, encaixe para suporte com braço diâmetro Ø48-60mm, marcações conforme ABNT NBR15129 gravadas de forma legível e indelével na luminária, IP66 mínimo, IK08mínimo, com fiação interna PP 3x#1,50mm² identificada pronta para conexão com a rede, com relé fotoelétrico acoplado, fator de potência FP =0,92, IRC = 70, faixa de tensão de operação 100 - 250Vca @50-60Hz, com DPS mínimo 10kA Classe II, distorção harmônica			
2	26	Und	Braço para iluminação pública de 3 metros de comprimento, com sapata, produzido em tubo de aço galvanizado tipo SAE1010/1020, soldado por processo contínuo e uniforme, com acabamento zincado a fogo por imersão, homologado pela Celesc	ESB LIGHT	120,00	3.120,00
3	26	Und	Mão de obra - Retirada de braço existente, sem reaproveitamento	ESB LIGHT	10,00	260,00
4	26	Und	Mão de obra - Retirada de luminária pública existente sem reaproveitamento	ESB LIGHT	10,00	260,00
5	26	Und	Mão de obra - Instalação de luminária pública (incluindo fita isolante e conector)	ESB LIGHT	30,00	780,00
6	26	Und	Mão de obra - Instalação de braço 3 metros com sapata para iluminação pública	ESB LIGHT	30,00	780,00
Total						19.370,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 186/2020

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 49/2020, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e Contrato nº 186/2020

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o ODIMAR TALIAN, portador do CPF nº 026.435.119-30, Secretário da Infraestrutura, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 186/2020.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino – SC 10/12/2020

CLAUDIR KEL DOS SANTOS
Prefeito Municipal em exercício
Município

SALETE MOTERLE CARBONERA
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

Rua Verônica Scheid, Nº 1008, Centro, São Bernardino- SC, CEP . 89.982-000.
Fone/Fax (4936540054/0014/0055)

DECRETO Nº 283/2020

Publicação Nº 2752543

DECRETO Nº 283/2020, DE 08/12/2020.

Altera o art. 6º e parágrafo único do Decreto 249/2020, de 09 de novembro de 2020, que Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Estiagem.

Prefeito Municipal em exercício de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe é conferida pelo Art. 57, da Lei Orgânica do Município de São Bernardino, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - O art. 6º e parágrafo único do Decreto 249/2020, de 09 de novembro de 2020, que Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por Estiagem, passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º. Este Decreto terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua publicação.

(...)

Art.2º As demais cláusulas do Decreto 249/2020, de 09 de novembro de 2020 permanecem em vigor e sem alteração.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 09 de Novembro de 2020.
--	--

CLAUDIR KEL DOS SANTOS
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 284/2020

Publicação Nº 2752546

DECRETO Nº 284/2020 DE 10/12/2020

DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIR KEL DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de São Bernardino-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o que dispõe o Artigo 8º da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000;

DECRETA:

Art. 1º - Para efeito de atendimento ao Artigo 8º da Lei Complementar nº 101/00 de 04 de Maio de 2000, fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do orçamento financeiro de 2021 do Município de São Bernardino-SC, conforme demonstrativos por unidade orçamentária em anexo a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de São Bernardino-SC, aos 10 de Dezembro de 2020.

CLAUDIR KEL DOS SANTOS
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm e Fazenda

DESDOBRAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Para efeito de atendimento ao Artigo 8º da Lei Complementar nº 101/00 de 04 de Maio de 2000, fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do orçamento financeiro de 2021 da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Bernardino-SC, conforme demonstrado abaixo:

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
										TOTAL	780.000,00

CLAUDIR KEL DOS SANTOS
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 132/2020

Publicação Nº 2754026

Decreto CTB Nº 132/2020

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.412,75 (sete mil, quatrocentos e doze reais e setenta e cinco centavos).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1493, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos das Transferências Decorrentes da Compensação Financeira – Petróleo, um Crédito Suplementar no montante de de R\$ 7.412,75 (sete mil, quatrocentos e doze reais e setenta e cinco centavos), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01.15.451.0008.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00.0700 - Aplicações Diretas R\$ 7.412,75

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de dezembro de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 137/2020

Publicação Nº 2753473

DECRETO N.º 137, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1871/2019 de 11 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no orçamento CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na seguinte Referência de Dotação Orçamentária;

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS	001
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	0015
Atividade	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL – FMS	2.040
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo
(227)	Aplicação Direta –3.3.90	1038 – Transf. do SUS – União.
Valor Total R\$:		10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2020, na destinação de Recursos DR nº - 1038 - Transferência do SUS – União no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 10 de Dezembro de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO N. 010/2020 - FMS

Publicação Nº 2753061

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATO DE RATEIO	
Processo Adm. nº:	023/2020 - FMS
Contrato Rateio Nº	010/2020 - FMS
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC.
Objeto:	PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC - RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS DO CONSÓRCIO, EXERCÍCIO DE 2021.
Valor:	R\$ 994.200,00 (novecentos e noventa e quatro mil e duzentos reais)
Vigência:	02/01/2021 A 31/12/2021
Licitação:	Dispensa de Licitação nº 004/2020 - FMS
Recursos:	DOTAÇÃO: As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação: 2.042 - 31.71.00 – 322/2021 – CONTRIBUIÇÃO AO CIS-AMOSC - FMS; 2.042 - 33.71.00 – 323/2021 – CONTRIBUIÇÃO AO CIS-AMOSC - FMS; 2.042 - 33.93.00 – 324, 325/2021 – CONTRIBUIÇÃO AO CIS-AMOSC - FMS; 2.042 – 44.71.00 – 327/2021 – CONTRIBUIÇÃO AO CIS-AMOSC - FMS;
SÃO CARLOS/SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Domingos

PREFEITURA

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 021 DE 10/12/2020 (1º TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2752508

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 021 DE 10/12/2020 (1º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/12/2020

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 039/2020 Dispensa de Licitação n. 023/2020

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Clínica de diagnóstico Scarioti & Longo LTDA

CPF/CNPJ: n. 07.100.523/0001-59

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 15/01/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 023 DE 10/12/2020 (5º TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2752922

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 023 DE 10/12/2020 (5º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/12/2020

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 026/2019 Tomada de Preços n. 004/2019

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO do contrato 005 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: HELPMED SAÚDE LTDA

CPF/CNPJ: n. 04.770.650/0001-77

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 28/02/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 024 DE 10/12/2020 (1º TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2753204

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 024 DE 10/12/2020 (1º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/12/2020

LICITAÇÃO: Processo Licitatório FMS n. 010/2020 Tomada de Preços n. 003/2020

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO do contrato FMS n. 004 de 23 de abril de 2020.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: Clínica de Fonoaudiologia Ana Kelly LTDA.

CPF/CNPJ: n. 14.739.355/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 025 DE 10/12/2020 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2753267

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 025 DE 10/12/2020 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/12/2020

LICITAÇÃO: Processo FMS n. 020/2020, Tomada de Preços n. 004/2020

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato FMS n. 006 de 01/07/2020

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: EXAMES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI

CNPJ: 14.437.447/0001-37

DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/03/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 026 DE 10/12/2020 (5º TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2753299

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 026 DE 10/12/2020 (5º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/12/2020

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 012/2018 Tomada de Preços n. 003/2018

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA – PRAZO do contrato FMS n. 006 de 02 de maio de 2018.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Clínica Medica Viana LTDA

CPF/CNPJ: n. 24.563.973/0001-05

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/06/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 027 DE 10/12/2020

Publicação Nº 2753367

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 027 DE 10/12/2020

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2021

LICITAÇÃO: Processo Licitatório FMS n. 014/2018 Dispensa de Licitação n. 005/2018

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda e da Cláusula terceira do Contrato FMS n. 005/2018

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Certa Sistemas Informatizados LTDA

CPF/CNPJ: 02.792.912/0001-79

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 028 DE 10/12/2020 (2º TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2753441

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 028 DE 10/12/2020 (2º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2021

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 031/2018 Tomada de Preços n. 004/2018

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Sexta do Contrato FMS N. 001 de 09 de janeiro de 2019.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: CLINICA RADIOLOGICA SUDOESTE LTDA

CNPJ n. 77.485.837/0001-00

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 029 DE 10/12/2020 (6º TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2753481

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 029 DE 10/12/2020 (6º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2021

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 031/2016 Tomada de Preços n. 003/2016

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO do contrato FMS n. 011 de 29 de Dezembro de 2016.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Clínica de Diagnostico Scarioti & Longo LTDA

CPF/CNPJ: n. 07.100.523/0001-59

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/01/2021

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 030 DE 10/12/2020 (4º TERMO ADITIVO)

Publicação Nº 2753516

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 030 DE 10/12/2020 (4º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/12/2020

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 031/2016 Tomada de Preços n. 003/2016

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO do contrato FMS n. 010 de 29 de Dezembro de 2016.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: MAP Serviços Médicos Sociedade Simples LTDA-

CPF/CNPJ: n. 07.307.489/0001-98

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2021

RESOLUÇÃO N.º 12 – CMGP – 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753257

MINUTA OPCIONAL DE REGRAMENTO INTERNOS DOS COMITÊS MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19**RESOLUÇÃO N.º 12 – CMGP – 13 DE NOVEMBRO DE 2020**

Institui e estabelecem critérios para aprovação e homologação do Plano de Contingência Escolar da Escola de Educação Básica Santo Antonio do Município de São Domingos/SC, para o retorno de atividades escolares presenciais etapas da Educação Básica e Profissional.

O(A)Presidente/Coordenador(a) do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19, em sintonia com a deliberação dos membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Covid-19 em São Domingos/SC, em reunião ocorrida no dia 03 de novembro de 2020 e em conformidade com Decreto nº 1195 de 11 de setembro de 2020 e, ainda,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 562/2020;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas respeitadas a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate a COVID19.

CONSIDERANDO a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde, e suas atualizações;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750, de 25 de setembro de 2020, que determina a elaboração e a validação dos Planos de Contingência: Municipal e Escolares para a Educação e a organização dos Comitês Municipais e Comissões Escolares para o gerenciamento da COVID-19 para Educação;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SES/SED nº 778 de 06 de outubro de 2020, que estabelece critérios para o retorno de atividades escolares/educacionais presenciais para as etapas da Educação Básica e Profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta nº 792/2020 SED/SES de 13 de outubro de 2020, que altera a Portaria Conjunta nº 750/2020 SED/SES/DCSC de 25 de setembro de 2020,

RESOLVE

Art. 1.º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da COVID-19 homologaram Plano de Contingência da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA SANTO ANTONIO, do estabelecimento de ensino que ofertam Educação Básica Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais no território do Município de São Domingos/SC, após avaliação e assinatura do termo de responsabilidade da Comissão Escolar de Gerenciamento da pandemia da COVID 19 da unidade.

Art. 2.º Os estabelecimentos de ensino devem obrigatoriamente utilizar o Plano de Contingência Escolar de São Domingos.

§ 1º- É responsabilidade da Comissão Escolar a elaboração do Plano de Contingência Escolar.

§ 2º- O plano de ação e protocolos constituem o Plano de Contingência Escolar.

§ 3º - Na elaboração do Plano de Contingência Escolar, deverão ser acrescentados dados e informações específicas de acordo com a realidade do estabelecimento de ensino.

§ 4º - Fica vedado na elaboração do Plano de Contingência Escolar supressões no texto do Plano de Contingência Municipal para a Educação.

§ 5º - No preenchimento das ações das diretrizes, quando a unidade não atender em suas especificidades ao item em questão, essa deverá informar "Não se Aplica".

Parágrafo único. O termo de responsabilidade a que se refere o caput estará disponível no site do Comitê Municipal de Gerenciamento da pandemia da Covid-19.

Art. 3.º Para elaboração do Plano de Contingência Escolar a Comissão Escolar deverá cumprir as determinações constantes:

I – a Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750, de 25 de setembro de 2020;

II – a Portaria Conjunta SES/SED nº 778 de 06 de outubro de 2020; e

III – a Portaria Conjunta nº 792/2020 SED/SES de 13 de outubro de 2020.

Art. 4.º A unidade de ensino através da comissão escolar deverá protocolar o Plano de Contingência Escolar ao Comitê Municipal no site do Comitê Municipal de Gerenciamento da pandemia da Covid-19 para avaliação e aprovação.

§ 1.º O envio do Plano de Contingência Escolar deverá ser feito após a homologação e publicação do Plano de Contingência Municipal no Jornal do Município.

§ 2.º A análise ocorrerá por ordem de recebimento, tendo o comitê o prazo de até 7 dias úteis para homologar ou requerer alterações para comissão.

§ 3.º Ocorrendo necessidade de alteração o estabelecimento de ensino deverá cumprir as exigências e reenviar, passando a integrar a fila geral de documentos em espera para análise.

§ 4.º O envio do Plano de Contingência Escolar, para análise e homologação no ano de 2020, deverá acontecer até a data de 30 de novembro de 2020.

§ 5.º O envio do Plano de Contingência Escolar, para análise e homologação no ano de 2021, deverá acontecer a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, com data limite até dia 31 de março de 2021.

Art. 5.º A homologação do Plano de Contingência Escolar ocorrerá em reunião do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19.

Parágrafo único. O quórum para aprovação do Plano Escolar de Contingência deverá conter a maioria absoluta dos membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19.

Art. 6.º O resultado do requerimento de homologação do Plano de Contingência Escolar será informado pelo e-mail educação@saodomingos.sc.gov.br as unidades de ensino requerentes.

Art. 7.º O Plano de Contingência Escolar só terá validade após homologação pelo Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19 de acordo com o determinado nas Portarias SES/ SED 750 e 778

Parágrafo único - o Comitê de Gerenciamento da Covid-19 permitirá a entrega do PLANCON escolar, acompanhado de termo de compromisso e responsabilidade da Comissão Escolar de Gerenciamento da pandemia da COVID 19 da unidade, desde que:

I esteja de acordo com o anexo I desta resolução;

II a unidade escolar assine o termo de ciência, conforme anexo II desta resolução, que desta que o Termo de Compromisso e Responsabilidade é condicional é temporário autorizando a abertura das escolas com responsabilidade exclusiva da Comissão Escolar, até que o Comitê de Gerenciamento da COVID homologue o PLANCON Escolar nos termos das portarias de biossegurança para o retorno das atividades escolares determinadas para o Território Catarinense

Art. 8.º Casos omissos serão analisados pontualmente pelo Comitê.

Art. 9.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivanete Rodrigues Hennerich.

Presidente/Coordenador(a) do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19 do Município de São Domingos, SC.

Paula Natana Comachio

Vice-Presidente/Coordenador(a) do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19 do Município de São Domingos, SC.

Mirian Cunico Figueiro

Secretário(a) do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da Covid-19 do Município de São Domingos, SC

TERCEIRO TERMO ADITIVO FMS 022 DE 10/12/2020

Publicação N° 2752892

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO FMS 022 DE 10/12/2020

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/12/2020

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA do contrato FMS 010 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

CPF/CNPJ: 23.299.477/0001-15

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2021

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 022.8-16 CP. 131-2015 ARKA EMPREENDIMENTOS

Publicação Nº 2752964

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO CONTRATO

ADITIVO 022.8-16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA.

PROCESSO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA-LICITAÇÃO Nº 131/2015, homologado e adjudicado em 03/03/2016

OBJETO: Construção da Escola Municipal João Germano Machado, localizada na Rodovia Duque de Caxias, SC – 415, S/N, no bairro Iperoba com área a construir de 3.228,08 m² em alvenaria. Prorroga o prazo de execução em 91(Noventa e um) dias (01/09/2020 à 30/11/2020), sendo a vigência prorrogada por 92(Noventa e dois) dias (01/11/2020 findando em 31/01/2021).

São Francisco do Sul, 01 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 016.2-20 TP. 231-2019 CR ARTEFATOS DE CIMENTO

Publicação Nº 2752994

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 016.2-20

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2019 – Modalidade: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: Implantação e requalificação de Passeios Públicos com acessibilidade na Avenida Dr. Nereu Ramos – bairro Rocio Grande, neste Município”, prorroga em mais 03 (três) meses, o prazo de execução de 01/10/2020 até 30/12/2020, e vigência em 03 (três) meses, de 31/01/2021 à 30/04/2021.

São Francisco do Sul, 30 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 035.1-20 CP. 009-2020 EMPREIT. DE MÃO DE OBRA ADRIMAR

Publicação Nº 2752973

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 035.1-20

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR.

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA - LICITAÇÃO Nº 009/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação rodoviária asfáltica, execução de drenagem e adequações dos passeios, conforme relatório técnico, com extensão de 3.677,79 metros, contemplando a rua Binot Palmier de Goneville, bairro São José do Acaraí, neste município”, prorroga o prazo da vigência em 06(SEIS) MESES (10/11/2020 à 09/05/2021), e execução também em mais 06(SEIS) MESES (10/09/2020 à 09/03/2021).

VALOR: R\$ 160.437,33(Cento e sessenta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos)

São Francisco do Sul, 09 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 061.3-17 PP. 073-2017 KAROLINE DA SILVA ADAMO

Publicação Nº 2752970

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO CONTRATO

ADITIVO 061.3-17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: KAROLINE DA SILVA ADAMO MACHADO-ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2017 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 06/09/2017)

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva em equipamentos de informática, com reposição de peças/componentes, para atendimento ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) em São Francisco do Sul”, prorroga o prazo referente a cláusula 8ª do Contrato supracitado, pelo período de 12 (DOZE) meses, ou seja, de 07/09/2020 à 06/09/2021.

VALOR: R\$ 10.300,00 (Dez mil e trezentos reais)

São Francisco do Sul, 04 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 064.3-17 DL. 081-2017 BEATRIZ MULLER

Publicação Nº 2752983

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 064.3-17

LOCADOR: BEATRIZ MÜLLER

LOCATÁRIO: Município de São Francisco do Sul

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081-2017, de 20/09/2017

OBJETO: Locação de imóvel em alvenaria, medindo 238,90m², localizada na Rua Canavieiras, s/nº- lote 13 da quadra 39 do Loteamento Balneário Praia Grande, situado no bairro Ervino, neste município, prorroga o prazo para prestação de serviço por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 19 de Setembro de 2019 à 19 de Setembro de 2021.

VALOR: R\$ 22.871,39 (Vinte e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos)

SÃO FRANCISCO DO SUL, 18 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 081.4-16 CP. 106-2016 NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2752966

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO CONTRATO

ADITIVO 081.4-16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 106/2016, homologada em 18/08/2016

OBJETO: Fornecimento de alimentação escolar, executado através de serviços contínuos, incluindo o pré-preparo e preparo da merenda escolar, com o fornecimento de todos os gêneros, e demais insumos, distribuição nos locais de consumo, logística, supervisão, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados e mão-de-obra”, prorroga pelo período de 12(doze) meses, ou seja, de 02/09/2020 à 01/09/2021.

R\$ 5.790.734,85 (Cinco milhões, setecentos e noventa mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos)

São Francisco do Sul, 01 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 087.6-16 PP. 123-2016 IPM SISTEMAS

Publicação Nº 2752991

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 087.6-16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO MULTI ENTIDADE Nº 11819/2016 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL EDITAL Nº 123/2016, homologado em 28/09/2016

OBJETO: Fornecimento de licença de uso, provimento de software plataforma web, data center e prestação de serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico para sistema informatizado de Gestão Pública em ambiente web, para a Administração Pública Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC, prorroga sem reajuste de valores a vigência em 04(Quatro) meses, a contar da data de término do contrato acima citado, ou seja, de 29/09/2020 findando em 28/01/2021.

VALOR: R\$ 352.806,48(Trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e seis reais e quarenta e oito centavos)

São Francisco do Sul, 28 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 090-2.19 PP. 096-2019 VIGISOL VIGILÂNCIA

Publicação Nº 2752968

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO CONTRATO

ADITIVO 090.2-19

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

CONTRATADA: VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI.

OBJETO: Contratação de serviços de monitoramento de sistema de segurança, com locação e instalação dos equipamentos, assistência técnica e atendimento 24 horas realizados através de vigilantes cursados na forma da lei, com duas vias de comunicação (GRPS) e seguro de bens para 02 unidades do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Conselho Tutelar.

OBJETO: Incluí kit com 04 câmeras de monitoramento em cada equipamento, com equipamento DVR, nos locais abaixo relacionados pelo período de 03/09/2020 à 10/06/2021:

- a) CRAS MAJORCA
- b) CRAS SANDRA REGINA
- c) CREAS
- d) CONSELHO TUTELAR

VALOR: R\$ 1.655,43(Hum mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos)

São Francisco do Sul, 03 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 123.1-19 PP. 140-2019 AUTO PEÇAS E MECÂNICA OCEANO SUL

Publicação Nº 2752980

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 123.1-19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: AUTO PEÇAS E MECÂNICA OCEANO SUL LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva de veículos oficiais a diesel da frota da Prefeitura de São Francisco do Sul, para um período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição” prorroga pelo período de 16/09/2020 à 31/12/2020.

São Francisco do Sul, 16 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 131.6-18 TP. 154-2018 CCT CONSTRUTORA DE OBRAS

Publicação Nº 2752974

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 131.6-18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: CCT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

PROCESSO: Edital de TOMADA DE PREÇO - Licitação nº 154/2018

OBJETO: Obra de drenagem pluvial, pavimentação e sinalização vertical e horizontal da Rua Rio dos Cedros, neste município, com extensão de 1.929,828 metros” prorroga o prazo da vigência em 113(cento e treze) dias (09/12/2020 à 31/03/2021), e execução também em mais 111(cento e onze) dias (12/09/2020 até 31/12/2020).

São Francisco do Sul, 11 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 132.1-19 PP. 128-2020 GEO PIXEL GEOTECNOLOGIAS

Publicação Nº 2752978

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 132.1-19

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: GEO PIXEL GEOTECNOLOGIAS E CONSULTORIA DE SERVIÇOS LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Locação de Software como Serviço (Software as a Service – SaaS) na Web, para as necessidades de Gestão Municipal da Base de Dados Cadastral Multifinalitária, Revisão da Planta de Valores Genéricos e Serviços necessários para a Modernização Administrativa Tributária do Município de São Francisco do Sul - SC por um período de 12 meses "prorrogar o prazo por 12(doze) meses, ou seja, de 13/09/2020 à 12/09/2021 relativo ao Item 2(Manutenção do Sistema), e. execução pelo período de 06(seis) meses, de 13/09/2020 à 12/03/2021, relativo aos itens 01, 08, 09 e 10

VALOR: R\$ 897.820,00(Oitocentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte reais)

São Francisco do Sul, 11 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO Nº 145.4-14 CP. 166-2014 F. ANDREIS

Publicação Nº 2752986

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 145.4-14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CONTRATADA: F. ANDREIS & CIA LTDA.

PROCESSO: concorrência nº 166/2014

OBJETO: Concessão do Serviço Público de Transporte Marítimo de veículos, cargas e passageiros, na travessia aquaviária, ligando a cidade de São Francisco do Sul (Laranjeiras) ao Continente (Estaleiro), no percurso de 4.815,00m"; prorrogado em 60 (SESSENTA) dias à partir da data de término do aditivo anterior, ou seja, de 27 de Setembro de 2020 à 26 de Novembro de 2020.

São Francisco do Sul, 27 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO Nº 147.2-19 PP. 175-2019 GENTE SEGURADORA

Publicação Nº 2752984

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO 147.2-19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 175/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Contratação de seguro total de veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, pelo período de 12 (doze) meses", inclui os veículos abaixo FORD COURIER L 1.6 FLEX – 2012/2012 – Placa MKL-6503 – bônus 0;

VALOR: R\$ 55.580,94 (Cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos).

São Francisco do Sul, 24 de Setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

LAUDA JULIA

Publicação N° 2753064

FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL – FUCISF

EXTRATO DE SUBSÍDIO

EDITAL n° 005/2020

Beneficiário /proponente :JULIA TAPIA

Inscrição : on- 67244449

OBJETO: Edital chamamento público para aquisição de livros destinados ao setor cultural o qual teve suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social segundo o art. 2º inciso III da lei federal 14.017 de 29 de julho de 2020 - lei Aldir Blanc.

VALOR RECURSO: R\$ 10.410, 00 (dez mil quatrocentos e dez

DATA :São Francisco do Sul, 10 de dezembro de 2020.

PAULO CEZAR RAMOS

DIRETOR PRESIDENTE DA FUCISF

PORTARIA N° 16.808/2020

Publicação N° 2753248

PORTARIA n° 16.808, de 10 de dezembro de 2020.

O Secretária Municipal interino de Administração e Gestão de Pessoas e a Diretora Presidente da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 60, todos da Lei Orgânica do Município; de acordo com a Lei Complementar n. 72, de 10 de julho de 2015; de acordo com o Decreto n. 3.400, de 21 de julho de 2020, e conforme Requerimento n° 018/2020/IPRESF

RESOLVEM:

Art. 1º CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com fundamento no art. 6º da EC n.º 41/2003; art. 45, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; c/c art. 20, §4º, c/c art. 36, II, da EC n.º 103/2019, à servidora EURIDES NUNES DE MIRANDA CORRÊA, matrícula 459224, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, nível 11, lotada na Secretaria Municipal de Administração do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais correspondentes à última remuneração, com direito a paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar n° 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 10 de dezembro de 2020.

WILSON FELÍCIO DOS REIS Secretário Municipal interino de Administração e Gestão de Pessoas	BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS Diretora Presidente do IPRESF
---	--

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM n° _____.

PORTARIA N° 16.809/2020

Publicação N° 2753250

PORTARIA n° 16.809, de 10 de dezembro de 2020.

O Secretária Municipal interino de Administração e Gestão de Pessoas e a Diretora Presidente da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 60, todos da Lei Orgânica do Município; de acordo com a Lei Complementar n. 72, de 10 de julho de 2015; de acordo com o Decreto n. 3.400, de 21 de julho de 2020, e conforme Requerimento n° 001/2020/IPRESF

RESOLVEM:

Art. 1º CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com fundamento no art. 6º da EC n.º 41/2003; art. 45, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; c/c art. 20, §4º, c/c art. 36, II, da EC n.º 103/2019, à servidora BELQUIS AMORIM MEIRA, matrícula 230197, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Executivo, nível 16, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais correspondentes à última remuneração, com direito a paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar n° 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 10 de dezembro de 2020.

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal interino de Administração e Gestão de Pessoas

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS
Diretora Presidente do IPRESF

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.810/2020

Publicação Nº 2753253

PORTARIA nº 16.810, de 10 de dezembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, incisos VI e IX e artigo 60, todos da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.400, de 21 de julho de 2020, e de acordo com o disposto no inciso II, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2003, no artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 0327, de 10 de dezembro de 2020, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, por permuta, ao servidor DIOGO MARCELO ZIMMERMANN, matrícula nº 80915280, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Geografia, onde exerce suas funções na EBM Dr. Franklin de Oliveira, com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º - O servidor acima citado exercerá suas funções na EBM Dr. Franklin de Oliveira, com carga horária de 10 horas semanais e na EBM Waldemar da Costa - Supletivo, com carga horária de 20 horas semanais, totalizando 30 horas semanais, onde permanecerá LOTADO.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2021.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 16.793, de 4 de dezembro de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 10 de dezembro de 2020.

JUCÉLIO DE CARVALHO
Secretário Municipal

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

São João Batista

PREFEITURA

1ª RETIFICAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 087/PMSJB/2020

Publicação Nº 2753173

1ª Retificação ao Processo Licitatório nº 106/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 087/PMSJB/2020

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna pública a 1ª retificação ao Processo Licitatório nº 106/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 087/PMSJB/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição futura de asfalto usinado a quente para aplicação a frio para atender as necessidades do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal - SISAM e Secretaria Municipal de Infraestrutura de São João Batista, SC. Houve alteração no item 9.11. Qualificação Técnica; A nova data de Início da sessão será as 8h30min do dia 14/01/2021 e Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 14/01/2021; no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 10 de dezembro de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

DECRETO 4094/2020

Publicação Nº 2753605

DECRETO 4094/2020

Dispõe sobre a homologação do Plano de Contingência Municipal elaborado pelo Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e da outras disposições.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SED/SES/DCS nº750, de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SES/SED nº778, de 2020;

CONSIDERANDO a aprovação do Plano Municipal de Contingência elaborado pelo Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, pelos Disseminadores do Plano de Contingência da Região da Grande Florianópolis;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano de Contingência Municipal elaborado pelo Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19, constituído pelo Decreto nº 4070, 11 de novembro de 2020, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Os Planos de Contingências Escolares deverão ser elaborados pelas respectivas Unidades Escolares de Educação, sediadas no território do Município de São João Batista, através de sua Comissão Escolar de Gerenciamento da Pandemia COVID-19, e em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Contingência Municipal, nos termos do art. 8º, I, do Decreto n. 4070/2020.

§ 1º Os Planos de Contingências Escolares deverão ser submetidos à homologação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no Âmbito da Educação, conforme artigo 3º, VI, do Decreto n. 4070/2020.

§ 2º Somente poderão retornar às atividades de forma presencial os estabelecimentos de ensino que obtiverem a homologação do Plano de Contingência Escolar pelo Comitê.

§ 3º Os Planos de Contingência Escolares serão homologados por meio de reunião do Comitê e registro de ata de reunião.

§ 4º Para homologar o Plano de Contingência Escolar, o Comitê deverá analisar o Plano de Ação e Protocolos escolares que deverão seguir todas as diretrizes estabelecidas nos Cadernos de Diretrizes para o retorno às aulas, que constam na página 19 do Plano Estadual de Contingência para a Educação, e foram homologadas pelo COES Estadual.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 10 de dezembro de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL 209/2020

Publicação Nº 2753884

DECRETO FUNCIONAL 209/2020**Exoneração**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica exonerado RICARDO MOYSES FACCHINI MACHADO, ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR DE COMPRAS, a contar de 27 de novembro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 10 de dezembro de 2020.

Daniel Netto Cândido	
Prefeito Municipal	

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/IPRESJB/2017

Publicação Nº 2753128

Extrato do quarto termo aditivo ao Contrato nº 004/IPRESJB/2017

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São João Batista (IPRESJB), inscrito no CNPJ n.º 04.545.243/0001-66;

Contratada: Krause Consultores Associados S/S LTDA, inscrita no CNPJ n.º 03.448.633/0001-55;

Processo Licitatório nº 004/IPRESJB/2017 – Pregão Presencial nº 003/IPRESJB/2017;

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Terceira, item 3.4, do Contrato nº 004/IPRESJB/2017, que passa a ter a seguinte redação: "3.4 O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 13/12/2020 a 12/12/2021";

Dotação orçamentária: (4) 3.3.90.35.01.00.00.00.00;

Data da assinatura: 10/12/2020.

PORTARIA 643/2020

Publicação Nº 2753620

PORTARIA Nº 643/2020**Prorrogação de Contrato.**

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração;

Art. 1º Fica prorrogado a contar 12/12/2020 o contrato do (a) servidor (a) ANA GABRIELA CÂNDIDO DE LIMA admitido (a) para a função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, nos termos do Processo nº 4571/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 11 de dezembro de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen	
Secretário de Administração	

PORTARIA 644/2020

Publicação Nº 2753616

PORTARIA Nº 644/2020**Prorrogação de Contrato.**

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração;

Art. 1º Fica prorrogado a contar 12/12/2020 o contrato do (a) servidor (a) ANA MARIA PEIXER admitido (a) para a função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I - 1º/5º, nos termos do Processo nº 4570/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 11 de dezembro de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 645/2020

Publicação Nº 2753613

PORTARIA Nº 645/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração;

Art. 1º Fica prorrogado a contar 12/12/2020 o contrato do (a) servidor (a) JANDERLENE LAURIDO admitido (a) para a função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PRE ESCOLAR, nos termos do Processo nº 4270/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 11 de dezembro de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

RESULTADO PRELIMINAR

Publicação Nº 2753895

EDITAL Nº 010/2020 – CHAMADA PÚBLICA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ÁREA DA SAÚDE EM CARÁTER EMERGENCIAL E TEMPORÁRIO PARA O ANO DE 2020

CONSIDERANDO o Edital nº 010/2020 – Chamada Pública;

CONSIDERANDO o cronograma a ser seguido;

APRESENTA-SE a publicação do resultado e da ordem preliminar de classificação:

Cargo: Médico (40 horas)

Classificação	Nome	Escolaridade	Tempo de Serviço	Cursos	Pontuação Total
1º	Igor Martins de Menezes	1,5	0,5	0,00	2,00
2º	Karen Kowalski Armanini	1,00	0,00	0,2	1,02

Cargo: Médico (20 horas)

Classificação	Nome	Escolaridade	Tempo de Serviço	Cursos	Pontuação Total
1º	Osvaldo Fernandes de Oliveira Neto	1,5	0,3	0,00	1,80
2º	Victor Hugo de Castro e Silva	1,0	0,00	0,00	1,00

Cargo: Técnico em Enfermagem (40 horas)

Classificação	Nome	Escolaridade	Tempo de Serviço	Cursos	Pontuação Total
1º	Sandra Maria Azevedo Dandolini	1,00	0,35	0,55	1,90
2º	Maria Izabel Fagundes	1,00	0,10	0,00	1,10
3º	Jaqueline Fernandes	1,00	0,00	0,10	1,10
4º	Milane Terezinha Bittencourt	1,00	0,00	0,00	1,00

São João Batista, 10 de dezembro de 2020.

LUIZ HENRIQUE LAURITZEN
Secretário Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/PMSJB/2020

Publicação Nº 2752567

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/18

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 103/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 65/2020**

No dia 10 do mês de Dezembro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 85/2020, Processo Licitatório nº. 103/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, ATENDENDO A LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 026 DE 17/06/2013. DESTINADOS AOS ALUNOS MATRICULADOS REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10556	COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	2, 6, 8, 31, 32, 49, 50, 53, 65, 66, 71
16973	PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI	1, 3, 7, 9, 30, 36, 43, 46, 55, 57, 59, 76, 77
11134	ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP	21, 22, 23, 24, 37, 41, 42, 64, 67, 68, 74, 75
16971	SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	38, 39
367	SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	5, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 54, 58, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 72, 73

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	73.977.480/0001-19		-
PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI	33.488.848/0001-60		-
ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP	81.825.952/0001-46		-
SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	33.154.286/0001-19		-
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	12.970.750/0001-75		-

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, ATENDENDO A LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 026 DE 17/06/2013. DESTINADOS AOS ALUNOS MATRICULADOS REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 367 - SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	AMEIXA SECA SEM CAROÇO / AMEIXA SECA, SEM CAROÇO, PACOTE COM 150 GRAMAS. OBTIDA DE FRUTAS MADURAS, INTEIRAS, SÃS, LIMPAS E DESIDRATADAS; LIVRE DE FERMENTAÇÕES, MANCHAS OU DEFEITOS; ACONDICIONADA EMBALAGENS LACRADAS COM TRATAMENTO INTERNO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	DAVO	300,000	11,8000	3.540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/18

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Processo N°.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 85/2020

Fornecedor: 367 - SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	AVEIA EM FLOCOS FINOS / PRODUTO RESULTANTE DA MOAGEM DE GRÃOS DE AVEIA APÓS LIMPEZA E CLASSIFICAÇÃO. EMBALADA EM POLIETILENO ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. A VALIDADE DO PRODUTO NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 12 MESES DO RECEBIMENTO. EMBALAGEM DE 250G.	UN	KANTY	400,000	4,6400	1.856,00
11	BISCOITO DE COCO. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPO, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE DE NÃO INFERIOR A 120 DIAS.	PCT	PRODASA	2.000,000	3,1500	6.300,00
12	BISCOITO MAISENA / DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPO, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N° 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E RESOLUÇÃO CNPNA N° 12/1978 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS.	PCT	DIANA	2.000,000	2,7900	5.580,00
13	BISCOITO MARIA / DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPO, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE DE NÃO INFERIOR A 120 DIAS.	PCT	DIANA	2.000,000	2,7900	5.580,00
15	BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL / DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPO, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N°263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E RESOLUÇÃO CNPNA N°12/1978 E ROTULADO DE ACORDO COM A ROTULAÇÃO RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS.	PCT	DIANA	3.500,000	2,8500	9.975,00
17	BISCOITO SEM GLÚTEN E LACTOSE / INGREDIENTES PRIORITÁRIOS: FARINHA DE ARROZ INTEGRAL, MELADO DE CANA, AMIDO, ÓLEOS VEGETAIS. ISENTO DE GLÚTEN E LACTOSE. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, LACRADO, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 150G. FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMações: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMações NUTRICIONAIS. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	PCT	DAVO	200,000	7,9000	1.580,00
19	CANELA EM PAU / OBTIDA DA CASCA DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNS; GRÃOS SÃOS E LIMPOS; DE COLORAÇÃO PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO; COM ASPECTO CHEIRO AROMÁTICO E SABOR PRÓPRIOS; LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE; ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. PACOTE DE 20 GRAMAS.	PCT	NEILAR	100,000	2,3000	230,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 367 - SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	CANELA EM PÓ / A CANELA DEVE SER CONSTITUÍDA POR CASCAS PROCEDENTES DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍDOS, SÃOS E LIMPOS. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E RESOLUÇÃO CNNPA Nº 12/1978 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM COM 30 GRAMAS.	UN	NEILAR	200,000	2,3000	460,00
25	CEREAL MATINAL TIPO GRANOLA SEM AÇÚCAR / DE PROCEDÊNCIA NACIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA: AVEIA EM FLOCOS, FLOCOS DE MILHO, COCO RALADO, FLOCOS DE ARROZ, CORANTE NATURAL. ISENTOS DE MOFO, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, ODORES OU SABOR DIFERENTES DA SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. EMBALADO EM PLÁSTICO ATÓXICO, COM CAPACIDADE PARA 0,500 KG, EMBALAGEM PRIMÁRIA TERMOSSELADA, CONTENDO DECLARAÇÃO DA MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE, VALIDADE MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	SUPER	1.200,000	23,4000	28.080,00
26	COLORÍFICO / PRODUTO CONSTITUÍDO PELA MISTURA DE FUBÁ OU FARINHA DE MANDIOCA COM URUCUM EM PÓ OU EXTRATO OLEOSO DE URUCUM ADICIONADO OU NÃO DE SAL E DE ÓLEOS COMESTÍVEIS. DEVERÁ SER PREPARADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE BOA QUALIDADE E NÃO DEVERÁ APRESENTAR CHEIRO ACRE OU RANÇOSO. NÃO PODERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. EMBALAGEM DE 0,500 KG.	KG	SINHA	500,000	8,1500	4.075,00
27	COMINHO EM PÓ / TEMPERO / CONDIMENTO, DESIDRATADO E MOÍDO, EMBALAGEM C/ 40 GRAMAS.	UN	NEILAR	100,000	3,1500	315,00
28	CRAVO DA ÍNDIA / PRODUTO NATURAL, EMBALADO EM SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, PACOTE CONTENDO 8 GRAMAS. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	PCT	MÃO DE PLÁ	100,000	2,7000	270,00
33	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO 1, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO DESGERMINADO, SÃOS E LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA, COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, CHEIRO PRÓPRIO E SABOR PRÓPRIO. DEVERÁ OBEDECER A RESOLUÇÃO RDC Nº 344, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002 E ESTAR ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259 DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 1 KG. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS	KG	ROSESOL	4.000,000	2,6500	10.600,00
34	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL / PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO DESGERMINADO, SÃOS E LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. DEVERÁ OBEDECER A RESOLUÇÃO CNNPA Nº 12/1978, RESOLUÇÃO RDC Nº 263 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ESTAR ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259 DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 1 KG. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS	KG	NORDESTE	800,000	3,5000	2.800,00
35	FERMENTO BIOLÓGICO. PRODUTO OBTIDO DE CULTURAS PURAS DE LEVEDURAS (SACCHAROMYCES CEREVISIAS) POR PROCEDIMENTO TECNOLÓGICO ADEQUADO E EMPREGADO PARA DAR SABOR PRÓPRIO E AUMENTAR O VOLUME E A POROSIDADE DOS PRODUTOS FORNEADOS. O PRODUTO DEVERÁ SER FABRICADO COM MATÉRIAS-PRIMAS EM PERFEITO ESTADO DE SANITÁRIO, ISENTOS DE MATÉRIAS TERROSAS E DETRITOS VEGETAIS E ANIMAIS. O PRODUTO NÃO DEVERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO, NÃO DEVERÁ POSUIR CHEIRO A MOFO E SABOR AMARGO. DESIDRATADO, INSTANTÂNEO E EMBALADO A VÁCUO EM SACO LAMINADO, EMBALAGEM DE 0,500 KG. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS.	PCT	GLORIPAN	300,000	15,8900	4.767,00
44	LEITE À BASE DE SOJA / INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, VITAMINAS (C, E, B6, A, ÁCIDO FÓLICO, D, B12), AROMATIZANTE (AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA), ESPESANTE GOMA CARRAGENA, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM TETRA PAK. DEVERÁ CONSTAR O REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. DEVERÁ OBEDECER A RDC Nº 268, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RESOLUÇÃO CNNPA Nº 14/1978 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM 1 LITRO.	LTS	ADES	60,000	7,2400	434,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 367 - SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM LACTOSE / CONTENDO LEITE INTEGRAL, MALTODEXTRINA, SORO DE LEITE, ENZIMA LACTASE, MINERAIS (PIROFOSFATO FÉRRICO E SULFATO DE ZINCO), VITAMINAS (L-ASCORBATO DE SÓDIO, ACETATO DE RETINILA, COLECALCIFEROL), EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E REGULADOR DE ACIDEZ HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ACONDICIONADO EM LATA, EMBALAGEM ASSÉPTICA, IMPERMEÁVEL AO AR, LUZ E GERMES E POSSUIR PERFEITA CONSERVAÇÃO DO SABOR E DAS QUALIDADES NUTRITIVAS DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 146, DE 07 DE MARÇO DE 1996. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM 380G. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	NINHO	400,000	20,8900	8.356,00
47	LOURO EM FOLHAS / FOLHAS SECAS, OBTIDAS DE ESPÉCIES GENUÍNAS, FOLHAS SÁS, LIMPAS E SECAS, DE COLORAÇÃO VERDE PARDACENTA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPÉCIE, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO. EMBALAGEM DE 5 G. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	NEILAR	100,000	2,0000	200,00
48	MACARRÃO COM OVOS LETRINHAS. SUBMETIDO AO PROCESSO DE SECAGEM, ACONDICIONADO EM SACO TRANSPARENTE DE POLIETILENO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPOS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. NÃO PODE ESTAR FERMENTADO OU RANÇOSO. NA EMBALAGEM NÃO PODERÁ HAVER MISTURA DE OUTROS TIPOS DE MACARRÃO. RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. DEVERÁ OBEDECER A RDC Nº 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 0,500 KG	KG	GALO	800,000	5,0000	4.000,00
51	MACARRÃO TIPO PARAFUSO SEM OVOS / SUBMETIDO AO PROCESSO DE SECAGEM, ACONDICIONADO EM SACO TRANSPARENTE DE POLIETILENO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPOS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. NÃO PODE ESTAR FERMENTADO OU RANÇOSO. NA EMBALAGEM NÃO PODERÁ HAVER MISTURA DE OUTROS TIPOS DE MACARRÃO. RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. DEVERÁ OBEDECER A RDC Nº 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	KG	DIANA	2.500,000	3,5000	8.750,00
52	MACARRÃO TIPO YAKISSOBA / MASSA ALIMENTÍCIA SECA SEM OVOS PARA YAKISSOBA. PRODUTO NÃO FERMENTADO A BASE DE FARINHA DE TRIGO, APRESENTADO COMO MASSA LONGA, SOB VÁRIAS FORMAS (ESPESURAS), OBTIDA PELO EMPASTO, AMASSAMENTO MECÂNICO E FORMATAÇÃO DO MESMO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÁS E LIMPOS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. NÃO PODE ESTAR FERMENTADO OU RANÇOSO. NA EMBALAGEM NÃO PODERÁ HAVER MISTURA DE OUTROS TIPOS DE MACARRÃO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. EMBALAGEM DE 0,500 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	NISSIN	600,000	5,4900	3.294,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 367 - SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
54	MASSA PARA LASANHA PRÉ COZIDA / INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPOS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. NÃO PODE ESTAR FERMENTADO OU RANÇOSO. EMBALAGEM COM 200 GRAMAS. PRODUTO SUJEITO À VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	ORQUIDEA	400,000	4,6600	1.864,00
58	ORÉGANO / EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO, INCOLOR, ATÓXICO, LACRADO. EMBALAGEM COM 7 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	MÃO DE PILÃ	200,000	2,4000	480,00
60	PÃO DOCE COM FAROFA E CREME / UNIDADE APROXIMADAMENTE DE 60 GRAMAS. PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS ADEQUADAS, DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. É PERMITIDA A FABRICAÇÃO DE PÃO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS. EMBALADO EM SACO PRÓPRIO PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTO, DEVIDAMENTE FECHADO. TRANSPORTADO E ENTREGUE EM EMBALAGEM DEVIDAMENTE HIGIENIZADA. DEVERÁ OBEDECER A RDC N.º 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RDC N.º 359 E 360 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N.º 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A DATA DE VALIDADE E A DATA DE FABRICAÇÃO DO ALIMENTO. PRODUTO SUJEITO À VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. KG.	KG	MOTTER	2.000,000	15,7000	31.400,00
61	PÃO DOCE, TIPO HOT DOG / PESO DE APROXIMADAMENTE 80G POR UNIDADE, DO TIPO BRIOCHE, PREPARADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITAS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO, COM ODOR E SABOR DESAGRADÁVEL, PRESENÇA DE FUNGOS E NÃO SERÁ PERMITIDA A ADIÇÃO DE FARELOS E DE CORANTES DE QUALQUER NATUREZA EM SUA CONFECCÃO. ISENTO DE PARASITA, SUJIDADES, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO RESISTENTE E ATÓXICO COM 10 UNIDADES CADA. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO, VALIDADE MÍNIMA DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR NO ATO DA ENTREGA. PRODUTO SUJEITO À VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. KG.	KG	MOTTER	1.000,000	15,2700	15.270,00
62	PÃO FRANCÊS / UNIDADE APROXIMADAMENTE 50 GRAMAS. PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS ADEQUADAS, DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. É PERMITIDA A FABRICAÇÃO DE PÃO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS. EMBALADO EM SACO PRÓPRIO PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTO, DEVIDAMENTE FECHADO. TRANSPORTADO E ENTREGUE EM EMBALAGEM DEVIDAMENTE HIGIENIZADA. DEVERÁ OBEDECER A RDC N.º 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RDC N.º 359 E 360 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N.º 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A DATA DE VALIDADE E A DATA DE FABRICAÇÃO DO ALIMENTO. PRODUTO SUJEITO À VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. KG.	KG	MOTTER	500,000	11,0500	5.525,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 6/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 367 - SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
63	PÃO FRANCÊS INTEGRAL / UNIDADE APROXIMADAMENTE 50 GRAMAS. PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS ADEQUADAS, DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. É PERMITIDA A FABRICAÇÃO DE PÃO COM FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS. EMBALADO EM SACO PRÓPRIO PARA ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTO, DEVIDAMENTE FECHADO. TRANSPORTADO E ENTREGUE EM EMBALAGEM DEVIDAMENTE HIGIENIZADA. DEVERÁ OBEDECER A RDC N.º 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RDC Nº 359 E 360 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A DATA DE VALIDADE E A DATA DE FABRICAÇÃO DO ALIMENTO. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. KG.	KG	MOTTER	1.500,000	14,7000	22.050,00
69	REQUEIJÃO CREMOSO / PRODUTO PASTOSO DE COR CLARA E UNIFORME, ODORE E SABOR PRÓPRIOS, ISENTO DE MOFOS, BOLORES OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO, CONTENDO 200G. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, CARIMBOS OFICIAIS E SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE E DATA DE EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 50 (CINQUENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVE TER O SELO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO (SIE). PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	CAROLINA	500,000	4,6000	2.300,00
70	SAGU / DERIVADO DAS RAÍZES DA MANDIOCA, TIPO 1, CLASSE PÉROLA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALADO EM SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE E RESISTENTE. DEVERÁ OBEDECER A RESOLUÇÃO CNPq Nº 12/1978, RESOLUÇÃO RDC Nº 263 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ESTAR ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259 DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 0,500 KG. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	KG	NEVE	300,000	8,4000	2.520,00
72	TÂMARA SECA SEM CAROÇO / TÂMARA, FRUTA SECA, SEM CAROÇO, DE TAMANHO MÉDIO, UNIFORMES, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM/POTE PLÁSTICO ORIGINAL DE FÁBRICA, DE 260G. ISENTA DE FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS. EMBALAGEM APRESENTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 200 GRAMAS.	UN	DAVO	300,000	11,7600	3.528,00
73	VINAGRE ACÉTICO FERMENTADO DE ALCOOL. ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL E AUSÊNCIA DE CORANTES, CONSERVANTES, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. NO RÓTULO DEVERÁ CONSTAR A DENOMINAÇÃO DO PRODUTO E ROTULAGEM NUTRICIONAL OBRIGATÓRIA. EMBALAGEM EM FRASCOS PLÁSTICO RESISTENTES E BEM LACRADOS COM TAMPAS INVOLÁVEIS, HERMETICAMENTE FECHADOS. VALIDADE: NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ CONSTAR DA EMBALAGEM PRIMÁRIA. EMBALAGEM DE 0,900 LITROS	UN	HEINING	900,000	1,3000	1.170,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 7/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 10556 - COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	<p> AÇÚCAR MASCAVO / ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FÓLICO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA E UNIFORME. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE E DEVERÁ CONTER DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NUMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO E ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 271, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RESOLUÇÃO CNPNA Nº 12/1978 E RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. A VALIDADE DO PRODUTO NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 12 MESES DO RECEBIMENTO. EMBALAGEM DE 1KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. </p>	KG	PUXA DE BOA	500,000	8,7000	4.350,00
6	<p> AMIDO DE MILHO, DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS, COM A INSCRIÇÃO NO RÓTULO DE "NÃO CONTÉM GLÚTEN". DEVERÁ OBEDECER A RESOLUÇÃO CNPNA Nº 12/1978, RESOLUÇÃO RDC Nº 263 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ESTAR ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259 DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 KG. </p>	KG	PQ	200,000	3,7500	750,00
8	<p> ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1, SEM GLÚTEN, CONTENDO NO MÍNIMO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS COM NO MÁXIMO DE 14% DE UMIDADE, RENDIMENTO APÓS O COZIMENTO DE NO MÍNIMO 2,5 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO, DEVENDO TAMBÉM APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA OU AMARELADA, GRÃOS INTEIROS E SOLTOS APÓS O COZIMENTO. DEVERÁ OBEDECER A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 KG. </p>	KG	KIKA	3.500,000	3,7500	13.125,00
31	<p> FARINHA DE MANDIOCA / FINA BRANCA, PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DA RALADURA DAS RAÍZES DE MANDIOCA (MANIBOT UTILÍSSIMA) PREVIAMENTE DESCASCADA A MÃO, LAVADA, E ISENTAS DO RADICAL CIANETO, FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS, DEVENDO OBEDECER A RESOLUÇÃO CNPNA Nº 12/1978 E RESOLUÇÃO RDC Nº 263 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005. EMBALAGEM: SACO PLÁSTICO INCOLOR, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, SELADA. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. </p>	KG	DINA	1.000,000	2,9000	2.900,00
32	<p> FARINHA DE MILHO MÉDIA AMARELA / PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, PREVIAMENTE MACERADO, SOCADO E PENEIRADO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS, COM A INSCRIÇÃO NO RÓTULO DE "NÃO CONTÉM GLÚTEN". DEVERÁ OBEDECER A RESOLUÇÃO CNPNA Nº 12/1978, RESOLUÇÃO RDC Nº 263 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ESTAR ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259 DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. </p>	KG	ZANIN	2.500,000	2,5000	6.250,00
49	<p> MACARRÃO COM OVOS TIPO ALETRIA/CABELO DE ANJO/NINHO. SUBMETIDO AO PROCESSO DE SECAGEM, ACONDICIONADO EM SACO TRANSPARENTE DE POLIETILENO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPOS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. NÃO PODE ESTAR FERMENTADO OU RANÇOSO. NA EMBALAGEM NÃO PODERÁ HAVER MISTURA DE OUTROS TIPOS DE MACARRÃO. RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. EMBALAGEM DE 0,500 KG. </p>	KG	RENATA	800,000	6,0000	4.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 8/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 10556 - COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
50	MACARRÃO TIPO GRAVATA SEM OVOS / SUBMETIDO AO PROCESSO DE SECAGEM, ACONDICIONADO EM SACO TRANSPARENTE DE POLIETILENO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM E QUANTIDADE DO PRODUTO. DEVERÃO SER FABRICADOS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPOS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. NÃO PODE ESTAR FERMENTADO OU RANÇOSO. NA EMBALAGEM NÃO PODERÁ HAVER MISTURA DE OUTROS TIPOS DE MACARRÃO. RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. DEVERÁ OBEDECER A RDC N.º 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	KG	GALO	1.500,000	5,5000	8.250,00
53	MANTEIGA / MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM SAL. ESPECIFICAÇÃO: CREME PASTEURIZADO OBTIDO A PARTIR DO LEITE DE VACA. É O PRODUTO GORDUROSO OBTIDO EXCLUSIVAMENTE PELA BATEÇÃO E MALAXAGEM, COM OU SEM MODIFICAÇÃO BIOLÓGICA DE CREME PASTEURIZADO DERIVADO EXCLUSIVAMENTE DO LEITE DE VACA. A MATÉRIA GORDA DA MANTEIGA DEVERÁ ESTAR COMPOSTA EXCLUSIVAMENTE DE GORDURA LÁCTEA. NÃO DEVERÁ CONTER: GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, CORANTES E AROMATIZANTES ARTIFICIAIS. EMBALAGEM 500 GRAMAS.	KG	PREDILETOS	500,000	27,0000	13.500,00
65	POLVILHO AZEDO / PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE RAÍZES LIMPAS, LIVRE DE INSETOS, DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA, COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, CHEIRO PRÓPRIO E SABOR PRÓPRIO. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM 1 KG.	KG	JOPLLAN	200,000	5,0000	1.000,00
66	POLVILHO DOCE / PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE RAÍZES LIMPAS, LIVRE DE INSETOS, DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA, COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, CHEIRO PRÓPRIO E SABOR PRÓPRIO. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	KG	JOPLLAN	200,000	5,0000	1.000,00
71	SAL REFINADO IODADO. COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS, COM NO MÍNIMO DE 98,5% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS DE IODO DE NO MÍNIMO DE 10 MG E MÁXIMO DE 15 MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECÍFICA. EMBALAGEM DE 1 KG.	KG	MARFIM	1.500,000	0,9000	1.350,00

Fornecedor: 11134 - ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	CARNE BOVINA COXÃO DURO EM PEÇA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA. COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, SER ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS, COM REGISTRO DO SIE E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 1 KG.	KG	ROSAR	2.000,000	30,4500	60.900,00
22	CARNE BOVINA EM CUBOS (PATINHO) / DE 1ª QUALIDADE, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DIMENSÕES DOS CUBOS 2CM X 2CM. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, SER ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS, COM REGISTRO DO SIE, E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGENS DE 1 KG.	KG	ROSAR	3.000,000	24,9000	74.700,00
23	CARNE BOVINA MOIDA (PATINHO) DE 1ª QUALIDADE, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA. DEVE SER ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS E CONTER NO MÁXIMO DE 3% DE APONEVROSES, COM REGISTRO DO SIE, E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGENS DE 1 KG.	KG	ROSAR	3.000,000	23,9900	71.970,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 9/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 11134 - ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	CARNE SUÍNA PERNIL CONGELADA / SEM TEMPERO, CORTADA, DESOSSADA, EMBALADA A VÁCUO EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ATÓXICOS, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 10 % DE GORDURA. DEVE SER ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS E CONTER NO MÁXIMO DE 3 % DE APONEUROSSES, COM REGISTRO NO SIE. EMBALAGEM 1 KG. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES E COM DATA DE EMBALAMENTO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS. COM CERTIFICADO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002.	KG	ROSAR	2.000,000	17,4000	34.800,00
37	FILÉ DE PEITO SASSAM// FILÉ DE PEITO DE FRANGO, SEM TEMPEROS, MANIPULADOS EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS ADEQUADAS, CONGELADAS E PROVENIENTE DE AVES SADIAS, ABATIDAS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA, CONSTANDO REGISTRO NO SIE. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. A PORCENTAGEM DE GELO NÃO DEVERÁ ULTRAPASSAR 10%. ACONDICIONAMENTO: EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE E PESANDO 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002.	KG	DANIELI	2.000,000	10,3000	20.600,00
41	FRANGO (COXA/SOBRECOXA) CONGELADO, COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 6%, ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. REGISTRO NO SIE. EMBALAGEM DE 1KG.	KG	DANIELI	4.000,000	7,3800	29.520,00
42	FRANGO (PEITO COM OSSO) / CONGELADO, COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 6%. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. REGISTRO NO SIE. EMBALAGEM DE 1KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002.	KG	MORGANA	5.000,000	7,9000	39.500,00
64	PEIXE FILÉ DE CAÇÃO / DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, SEM COURO OU ESCAMAS, SEM ESPINHA, FATIADOS EM BIFES DE 100G EM MÉDIA, CONGELADOS A (-12°C), ISENTAS DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS). DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SIE, EM PACOTE DE 1 KG, DEVIDAMENTE SELADA, VALIDADE A VENCER DE NO MÍNIMO 60 MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. PERMITIDO PERCENTUAL DE GLACIAMENTO DO PEIXE CONGELADO, ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE 12% (DOZE POR CENTO) DO PESO LÍQUIDO DECLARADO. A ÁGUA INCORPORADA NO PROCESSO DE GLACIAMENTO NÃO COMPÕE O PESO LÍQUIDO DECLARADO DO PRODUTO. OU SEJA, O PESO LÍQUIDO DEVERÁ SER 1KG.PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA. ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002.	KG	LEARDINE	2.000,000	26,5000	53.000,00
67	QUEIJO MUSSARELA / FRESCO, REFRIGERADO, CORTADO EM FATIAS FINAS EM TORNO DE 20G CADA, INTERFOLHADAS, EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE ATÓXICO E TRANSPARENTE. ISENTO DE ESTUFAMENTO, RACHADURA E MOFOS. CONTENDO NA EMBALAGEM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, DATA DE EMBALAGEM, PESO LÍQUIDO, MARCA DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ TER SELO DE INSPEÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 15 DIAS A CONTAR NO ATO DA ENTREGA. A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVE TER O SELO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO (SIE), CONTER REGISTRO DA DATA DE FABRICAÇÃO, PESO E VALIDADE ESTAMPADA NO RÓTULO DA EMBALAGEM. EMBALAGEM COM 400 GRAMAS. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	RIOLAT	500,000	13,3000	6.650,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 10/18

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Processo N°.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 85/2020

Fornecedor: 11134 - ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
68	QUEIJO RICOTA / PRODUZIDO A PARTIR DE LEITE DE VACA PASTEURIZADO, COM SAL. EMBALADO À VÁCUO COM MATERIAIS ADEQUADOS PARA AS CONDIÇÕES PREVISTAS DE ARMAZENAMENTO E QUE GARANTAM A HERMETICIDADE DA EMBALAGEM E PROTEÇÃO APROPRIADA CONTRA A CONTAMINAÇÃO. DEVE APRESENTAR TEXTURA, COR, ODOR, E CARACTERÍSTICA FÍSICO/QUÍMICA COMPATÍVEL AO PRODUTO E DESCRIÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DESCRIÇÃO DE CONSERVAÇÃO. A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVE TER O SELO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO (SIE). PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	RIOLAT	500,000	5,5000	2.750,00
74	CARNE BOVINA EM CUBOS (PATINHO) / DE 1ª QUALIDADE. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DIMENSÕES DOS CUBOS 2CM X 2CM. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, SER ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS, COM REGISTRO DO SIE, E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGENS DE 1 KG.	KG	ROSAR	1.000,000	24,9000	24.900,00
75	CARNE BOVINA MOÍDA (PATINHO) DE 1ª QUALIDADE. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, DEVE SER ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS E CONTER NO MÁXIMO DE 3% DE APONEVROSES, COM REGISTRO DO SIE, E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGENS DE 1 KG.	KG	ROSAR	1.000,000	23,9900	23.990,00

Fornecedor: 16971 - SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
38	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA ENRIQUECIDA COM FERRO E ADICIONADA DE L-METIONINA. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E PROTEÍNAS LÁCTEAS. DEVERÁ OBEDECER A PORTARIA N.º 977, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1998 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM LATA 400 G.	LT	NAN SOJA/NE	20,000	41,9900	839,80
39	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA, COM PREDOMINÂNCIA PROTÉICA DE CASEÍNA; É ACRESCIDA DE ÓLEOS VEGETAIS, MALTODEXTRINA E ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. DEVERÁ OBEDECER A PORTARIA N.º 977, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1998 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM LATA 400 G.	LT	NESTOGENO	300,000	15,5000	4.650,00

Fornecedor: 16973 - PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACHOCOLATADO INSTANTÂNEO EM PÓ / PRODUTO PREPARADO COM O CACAU OBTIDO POR PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO E AÇÚCAR, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS, INGREDIENTES BÁSICOS: CACAU EM PÓ SOLÚVEL, AÇÚCAR REFINADO, AROMATIZANTE, OUTROS INGREDIENTES QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO E PERMITIDO NA LEGISLAÇÃO E OUTROS ADITIVOS PERMITIDOS NA LEGISLAÇÃO. O AÇÚCAR EMPREGADO NO SEU PREPARO DEVE SER NORMALMENTE SACAROSE, PODENDO SER SUBSTITUÍDO PARCIALMENTE POR GLICOSE PURA E ISENTO DE LACTOSE, PORÉM, QUE SEJA EM TEXTURA FINA E UNIFORME. NÃO PODERÁ CONTER A ADIÇÃO DE GORDURA E ÓLEOS ESTRANHOS A QUALQUER TIPO DE CHOCOLATE, BEM COMO, À MANTEIGA DE CACAU E NÃO PODERÁ SER ADICIONADO DE AMIDO E FÉCULAS ESTRANHAS. DEVERÁ SER OBTIDO DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAIS TERROSOS, DE PARASITAS, DETRITOS DE ANIMAIS, CASCAS DE SEMENTE DE CACAU E OUTROS DETRITOS VEGETAIS. ASPECTO: PÓ HOMOGÊNEO, COR PRÓPRIO DO TIPO, CHEIRO CARACTERÍSTICO E SABOR DOCE. COM UMIDADE MÁXIMA DE 3%. DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO "NÃO CONTÉM GLÚTEN" E ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC N° 264, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RESOLUÇÃO RDC N° 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	KG	SHOWCAU	1.000,000	8,3000	8.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 11/18

Processo Nº.: 103/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 16973 - PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AÇÚCAR REFINADO / OBTIDO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E DETRITOS DE ANIMAIS OU VEGETAIS. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO ESCURA E MISTURA. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE E DEVERÁ CONTER DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO E ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 271, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RESOLUÇÃO CNPq Nº 12/1978 E RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. A VALIDADE DO PRODUTO NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 12 MESES DO RECEBIMENTO. EMBALAGEM DE 1KG.	KG	CARAVELAS	3.500,000	2,5500	8.925,00
7	ARROZ INTEGRAL / CLASSE: LONGO, FINO, TIPO I INTEGRAL. PROCEDÊNCIA NACIONAL, ISENTO DE MOFO, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, EMBALAGEM PLÁSTICA E TRANSPARENTE. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 180 DIAS APÓS A DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 1 KG. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	KG	SAFRA	600,000	4,5000	2.700,00
9	ARROZ POLIDO / TIPO 1, SEM GLÚTEN, CONTENDO NO MÍNIMO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS COM NO MÁXIMO DE 14% DE UMIDADE. RENDIMENTO APÓS O COZIMENTO DE NO MÍNIMO 2,5 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO, DEVENDO TAMBÉM APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, GRÃOS INTEIROS E SOLTOS APÓS O COZIMENTO. DEVERÁ OBEDECER A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS / EMBALAGEM DE 1 KG.	KG	SAFRA	2.000,000	4,0000	8.000,00
30	DOCE DE FRUTAS / SABORES: ABACAXI, BANANA, FIGO, MORANGO, PÊRA, PÊSSEGO, UVA. OBTIDA DA COCÇÃO DE FRUTAS INTEIRAS OU EM PEDAÇOS; AUSENTE DE CORANTES E AROMATIZANTES ARTIFICIAIS; ADMITINDO ADIÇÃO DE GLICOSE OU AÇÚCAR INVERTIDO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM: DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E ESTAR ROTULADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A CONTAR DA ENTREGA. EMBALAGEM CONTENDO 400 G DO PRODUTO.	UN	LUÍZ ALVENS	100,000	2,5000	250,00
36	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO / PRODUTO FORMADO POR SUBSTÂNCIA OU MISTURA DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS QUE PELA INFLUÊNCIA DO CALOR E/OU UMIDADE, PRODUZ DESPRENDIMENTO GASOSO CAPAZ DE EXPANDIR MASSAS ELABORADAS COM FARINHAS, AMIDO OU FÉCULAS, AUMENTANDO-LHES O VOLUME E A POROSIDADE. NO RÓTULO DEVERÁ CONSTAR A DESIGNAÇÃO "FERMENTO QUÍMICO" E A RECOMENDAÇÃO "CONSERVE AO ABRIGO DE UMIDADE" OU "CONSERVE EM AMBIENTE SECO". NECESSÁRIA ROTULAGEM NUTRICIONAL OBRIGATÓRIA. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CNPq Nº 38/1977 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 0,100 KG. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	APTI	1.300,000	2,1000	2.730,00
43	IOGURTE / IOGURTE LÍQUIDO COM SABORES VARIADOS, DEVENDO TER NO MÍNIMO DOIS DESSES SABORES: COCO, SALADA DE FRUTAS, MORANGO, PÊSSEGO. EMBALAGEM DE PLÁSTICO POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE. ELABORADO A PARTIR DE LEITE, AÇÚCAR; FERMENTOS LÁCTEOS, POLPA DE FRUTAS; ESTABILIZANTE, ACIDULANTE, CONSERVANTE; CONSERVADO ENTRE 1 A 10 GRAUS CENTÍGRADOS; VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 273/05 DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 24/11/05, DO MAPA, DEVENDO APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO E CONTATO DO FORNECEDOR, NOME DO PRODUTO, PESO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E SELO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CONSERVANTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. ISENTO DE MICROORGANISMOS CAUSADORES DA DECOMPOSIÇÃO DO PRODUTO. EMBALAGEM 0,9 LITRO. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	LASAROLI	11.250,000	4,3900	49.387,50
46	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO UHT, ACONDICIONADO EM CAIXA MULTILAMINADA, CARTONADA, ASSÉPTICA, IMPERMEÁVEL AO AR, LUZ E GERMES E POSSUIR PERFEITA CONSERVAÇÃO DO SABOR E DAS QUALIDADES NUTRITIVAS DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 146, DE 07 DE MARÇO DE 1996. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	LTS	LANGUIRU	30.000,000	3,2500	97.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 12/18
 Processo Nº.: 103/2020
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

Fornecedor: 16973 - PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
55	MILHO PARA PIPOCA / TIPO 1, PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MÁXIMO DE 15% DE UMIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS / EMBALAGEM DE 500G. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	KG	SINHA	400,000	5,2500	2.100,00
57	ÓLEO DE SOJA REFINADO. SOFREU PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, FRIGORIFICAÇÃO OU NÃO DE DESODORIZAÇÃO. PREPARADA A PARTIR DE GRÃOS DE SOJA SÃOS E LIMPOS. SEM CONSERVANTES. LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITAS, DE DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. DEVERÁ OBEDECER A RDC N.º 270, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM PET DE 0,900 LITROS.	UN	LEVE	2.000,000	7,5700	15.140,00
59	OVO DE GALINHA TIPO DE GRANJA / TAMANHO EXTRA GRANDE, BRANCOS OU VERMELHOS, DEVEM ESTAR LIMPOS E NÃO TRINCADOS. COM DATA DE VALIDADE E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 20 DIAS. FRESCO, LIMPO, PESANDO APROXIMADAMENTE 60 GRAMAS CADA, ACONDICIONADO EM 12 UNIDADES (DÚZIA) EM SUPORTE PRÓPRIO E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM PRÓPRIA, LIMPA, SECA, NÃO VIOLADA, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 35, DE 17 DE JUNHO DE 2009. POSSUIR REGISTRO NO SIM. TRANSPORTE FECHADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	DZ	LINDSAY	3.000,000	4,8000	14.400,00
76	IOGURTE / IOGURTE LÍQUIDO COM SABORES VARIADOS, DEVENDO TER NO MÍNIMO DOIS DESSSES SABORES: COCO, SALADA DE FRUTAS, MORANGO, PÊSSEGO. EMBALAGEM DE PLÁSTICO POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE. ELABORADO A PARTIR DE LEITE, AÇÚCAR, FERMENTOS LÁCTEOS, POLPA DE FRUTAS; ESTABILIZANTE, ACIDULANTE, CONSERVANTE; CONSERVADO ENTRE 1 A 10 GRAUS CENTÍGRADOS; VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 273/05 DA ANVISA/MS. O RÓTULO DEVERÁ SEGUIR A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 24/11/05, DO MAPA, DEVENDO APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO E CONTATO DO FORNECEDOR, NOME DO PRODUTO, PESO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E SELO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CONSERVANTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. ISENTO DE MICROORGANISMOS CAUSADORES DA DECOMPOSIÇÃO DO PRODUTO. EMBALAGEM 0,9 LITRO. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA.	UN	LASAROLI	3.750,000	4,3900	16.462,50
77	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO UHT. ACONDICIONADO EM CAIXA MULTILAMINADA, CARTONADA, ASSÉPTICA, IMPERMEÁVEL AO AR, LUZ E GERMES E POSSUIR PERFEITA CONSERVAÇÃO DO SABOR E DAS QUALIDADES NUTRITIVAS DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 146, DE 07 DE MARÇO DE 1996. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	LTS	LANGUIRU	10.000,000	3,2500	32.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 13/18

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 103/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 14/18
Processo Nº.: 103/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 15/18
Processo Nº.: 103/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 16/18
Processo Nº.: 103/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 17/18
Processo N°. 103/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 85/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 10 de Dezembro de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	CNPJ: 73.977.480/0001-19	_____
PR COMERCIO ATACADISTA EIRELI	CNPJ: 33.488.848/0001-60	_____
ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP	CNPJ: 81.825.952/0001-46	_____
SEBMED PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI	CNPJ: 33.154.286/0001-19	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 18/18
Processo Nº.: 103/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 85/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 10 de Dezembro de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 12.970.750/0001-75 _____

DECRETO 4091/2020

Publicação N° 2753630

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 4091/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.304.0004.2.034 - Manut Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

3.1.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicacoes Diretas

Valor - 23.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação das transferências de recursos do SUS para enfrentamento da emergência de saúde nacional (COVID-19).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Novembro de 2020**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 30/11/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4091/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

10.304.0004.2.034 - Manut Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

3.1.90.00.00.00.00.0009 - Aplicacoes Diretas

Valor - 23.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação das transferências de recursos do SUS para enfrentamento da emergência de saúde nacional (COVID-19).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Novembro de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/11/2020

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4091/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003949/19 de 10 de Dezembro de 2019.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

10.304.0004.2.034 - Manut Fundo Municipal de Saúde - Vig. San.

3.1.90.00.00.00.00.0009 - Aplicacoes Diretas

Valor - 23.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação das transferências de recursos do SUS para enfrentamento da emergência de saúde nacional (COVID-19).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 30 de Novembro de 2020

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 30/11/2020

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 34/2020 DISPENSA Nº 22/2020 FMS

Publicação Nº 2753216

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste e Aman Serviços Médicos Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 22/2020

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ambulância para remoção de pacientes com necessidades de internação, em razão da ausência de veículo adequado disponível da Secretaria de Saúde do Município de São João Do Oeste entre os dias 09 a 16 de outubro de 2020."

VALOR: 3.589,75

PRAZO: 09.10.2020 até 16.10.2020

São João do Oeste – 16 de outubro de 2020.

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 40/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2020 FMS

Publicação Nº 2753211

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 40/2020

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste e Nutrir Nutrição enteral e Suplementação LTDA

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 24/2020

OBJETO: "Aquisição de 40 (quarenta) latas de suplementação alimentar enteral para tratamento de paciente oncológico menor de idade do município de São João do Oeste - SC."

VALOR: R\$ 1.384,00

PRAZO: 20.11.2020 até 30.11.2020

São João do Oeste – 20 de novembro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

PORTARIA 119/2020

Publicação Nº 2754409

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 119 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E TRIAGEM E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. ROSEMERE MARIA ROHR, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de diretora de programa de assistência e triagem, matrícula funcional nº 904, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 014/17 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 120/2020

Publicação Nº 2754412

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 120 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADORA DE BIBLIOTECA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. JULIANE STEFFEN, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de coordenadora de biblioteca, matrícula funcional nº 835, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 022/15 de 05 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 121/2020

Publicação Nº 2754414

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 121 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIA ESCOLAR E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. LISETE WOLSCHICK LOTTERMANN, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de secretária escolar, matrícula funcional nº 942, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 080/17 de 17 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 122/2020

Publicação Nº 2754417

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 122 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE SECRETARIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. FABIANA SCHWAB WELCHEN, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de chefe de secretaria, matrícula funcional nº 1048, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 117/17 de 11 de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 123/2020

Publicação Nº 2754418

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 123 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE OFICINA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Sr. MARCELO HAMMES, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de diretor de oficina, matrícula funcional nº 1061, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 005/18 de 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 124/2020

Publicação Nº 2754419

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 124 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE ESCOLA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. MARLISE INÊS HECK HERSCHAFT, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de diretora de escola, matrícula funcional nº 1114, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 072/18 de 09 de julho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 125/2020

Publicação Nº 2754421

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 125 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Sr. ALEXANDRE MIGUEL REIS, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de chefe do setor de tecnologia e informação, matrícula funcional nº 1162, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 052/19 de 20 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 126/2020

Publicação Nº 2754423

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 126 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Sr. CLAUDIR RAUBER, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de secretário municipal de administração, finanças e planejamento, matrícula funcional nº 1178, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 092/19 de 1º de julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 127/2020

Publicação Nº 2754424

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 127 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Sr. CRISTIANO RICARDO GRASEL, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de assessor jurídico, matrícula funcional nº 1193, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 131/19 de 29 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 128/2020

Publicação Nº 2754426

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 128 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE ESPORTES E LAZER E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Sr. VALDOMIRO MARTINS KEMMERICH, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de diretor de esportes e lazer, matrícula funcional nº 1196, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 002/20 de 03 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 129/2020

Publicação Nº 2754428

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 129 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Sr. JAIR MARCIO MUELLER, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de coordenador do departamento de esportes, matrícula funcional nº 1198, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 010/20 de 10 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 130/2020

Publicação Nº 2754429

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 130 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE SECRETARIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. EMANOELLE IMMIG, a partir do dia 18 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de chefe de secretaria, matrícula funcional nº 1204, sendo seu último dia de trabalho o dia 18 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 012/20 de 14 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 18 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 131/2020

Publicação Nº 2754431

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 131 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE ESCOLA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. FELÍCIA MULLER THEISEN, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento

comissionado de diretora de escola, matrícula funcional nº 1242, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 078/20 de 01 de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 132/2020

Publicação Nº 2754433

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 132 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a Sra. SILVANE INÊS SCHNEIDERS BAUMGARTEN, brasileira, residente e domiciliada neste município, da função de SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, tornando sem efeito a Portaria nº 116/12, de 02 de julho de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 133/2020

Publicação Nº 2754434

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 133 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE SECRETARIA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. VIVIAN MARKWARDT ARONES, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de chefe de secretaria, matrícula funcional nº 902, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 004/17 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA 134/2020

Publicação Nº 2754436

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 134 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE SERVIÇOS SOCIAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal

nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sra. ANDRESSA MARASCA, a partir do dia 31 de dezembro de 2020, ocupante do cargo de provimento comissionado de diretora de serviços sociais, matrícula funcional nº 901, sendo seu último dia de trabalho o dia 30 de dezembro de 2020, tornando sem efeito a Portaria 013/17 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 31 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 04 de dezembro de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

TP 13.2020 QUIOSQUE NO POLIESPORTIVO

Publicação Nº 2753864

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0162/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 013/2020

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: Contratação em regime de empreitada global de empresa especializada para realização de construção de quiosque junto ao parque poliesportivo do município de São João do Oeste.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 29 de dezembro de 2020, e abertura e julgamento no dia 29 de dezembro de 2020 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 10 de dezembro de 2020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 182/2020

Publicação Nº 2753494

CONTRATO Nº 182/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ELIZABETE TERRA SANTOS

OBJETO: Contratação Temporária no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar na Unidade Central de Saúde, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 24/11/2020 a 30/12/2020

VALOR MENSAL: R\$ 1.084,08

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul – SC, 24 de Novembro de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 408/2020

Publicação Nº 2752553

DECRETO Nº 408/2020

“QUE REGULAMETA O ARTIGO 211 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.562/2003
E ESTABELECE O VALOR DA UFRM”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentado o Artigo 211 da Lei Municipal Nº 2.562/2003 “Institui o Código Tributário do Município de São Joaquim”, de 30/12/2003 e estabelece o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal que corresponderá a R\$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos), que será atualizado anualmente no primeiro dia útil do exercício, com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulados nos últimos 12 (doze) meses da primeira quinzena de Dezembro do exercício anterior até a primeira quinzena de novembro do exercício atual.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado os efeitos do Decreto Nº 467/2019 de 16/12/2019, e produzirá os seus efeitos legais a partir de 01 de Janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 606/2020

Publicação Nº 2752556

PORTARIANº 606/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – CLEBER OTÁVIO CASTELO MEDEIROS, ocupante do cargo de Topógrafo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 09/12/2020 à 18/12/2020. – DEISE DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 09/12/2020 à 18/12/2020. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 09/12/2020 à 18/12/2020. – JACOB ARI DA SILVA LIMA, ocupante da função de Técnico em Enfermagem - CAPs, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 09/12/2020 à 07/01/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 607/2020

Publicação Nº 2752559

PORTARIANº 607/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes servidores: – ADRIANA APARECIDA ARRUDA FRONZA CAMARGO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido

designada através da Portaria Nº 109/2020, de 05/02/2020. – ADRIANA APARECIDA MACEDO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 080/2020, de 03/02/2020. – ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, localidade Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 080/2020, de 03/02/2020. – ALAN LOTIN, ocupante da função de Professor Substituto, na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 080/2020, de 03/02/2020. – ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS BERNARDO, ocupante da função de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 057/2020, de 22/01/2020. – ALINE FERNANDA SIMIANO RIBEIRO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 114/2020, de 06/02/2020. – ALINE FERNANDA SIMIANO RIBEIRO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 114/2020, de 06/02/2020. – ALINE RIBEIRO CARDOSO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 108/2020, de 05/02/2020. – AMANDA OLIVERIO DE LIMA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 080/2020, de 03/02/2020. – ANA CARLA DE SOZA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Santa Paulina, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 135/2020, de 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 21 de dezembro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 608/2020

Publicação Nº 2752561

PORTARIANº 608/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes servidores: – ANA PAULA DE LIMA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 080/2020, de 03/02/2020. – ANDRE RICHARDT DE OLIVEIRA MACHADO, ocupante da função de Professor Substituto, no Ginásio de Esportes, bairro Centro, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 080/2020, de 03/02/2020. – ANDREA ANTUNES DA SILVA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 311/2020, de 02/06/2020. – ANDREA ARRUDA CAMARGO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 314/2020, de 02/06/2020. – ANDREIA ARTISMO DE SOUZA OLIVEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 108/2020, de 05/02/2020. – CHARLÔ PEREIRA DA SILVA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 083/2020, de 03/02/2020. – CAMILA DA SILVA RODRIGUES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 129/2020, de 10/02/2020. – ARIANA DE FATIMA DA CRUZ, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, bairro Nossa Senhora Aparecida, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 200/2020, de 04/03/2020. – ANDRESA DE CARVALHO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 083/2020, de 03/02/2020. – ANDREIA RAMOS FLORES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Santa Paulina, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 470/2020, de 31/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 21 de dezembro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 609/2020

Publicação Nº 2752562

PORTARIANº 609/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes servidores: – CRISTIANE RIBEIRO SOUZA FLORES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 461/2020, de 28/08/2020. – CRISTIANE RIBEIRO SOUZA FLORES, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, bairro Nossa Senhora Aparecida, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 114/2020, de 06/02/2020. – CLEUZA APARECIDA BORGES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 119/2020, de 06/02/2020. – CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, bairro Santa Paulina, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 083/2020, de 03/02/2020. – CLAUDIA MARIA DOS SANTOS, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 222/2020, de 11/03/2020. – DAIANA ALVES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 109/2020, de 05/02/2020. – DAIANA ALVES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 108/2020, de 05/02/2020. – DAIANE APARECIDA VITORINO, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 083/2020, de 03/02/2020. – DAIANE MARTINS DE SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 552/2020, de 05/11/2020. – DAMARIS MEDEIROS GODINHO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 200/2020, de 04/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 21 de dezembro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 610/2020

Publicação Nº 2752564

PORTARIANº 610/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes servidores: – DANIARA PINTO DE ARRUDA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, bairro Nossa Senhora Aparecida, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 149/2020, de 17/02/2020. – DANIELA APARECIDA ALANO, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 135/2020, de 12/02/2020. – DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 201/2020, de 04/03/2020. – DEIZIANE PADILHA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 114/2020, de 06/02/2020. – DENIZE GILCIANE DA SILVA LIMA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 083/2020, de 03/02/2020. – DIENIFER DUARTE MACEDO, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 135/2020, de 12/02/2020. – EDNA VICENTE, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 084/2020, de 03/02/2020. – EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA, ocupante da função de Professor Substituto, no Ginásio de Esportes, bairro Centro, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 109/2020, de 05/02/2020. – ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, localidade de Arvoredo, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 083/2020, de 03/02/2020. – ELANE OLIVEIRA NUNES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 084/2020, de 03/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 21 de dezembro de 2020, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 611/2020

Publicação Nº 2752566

PORTARIANº 611/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes servidores: – ELZA DOS SANTOS, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 109/2020, de 05/02/2020. – EVANIR CEQUINEL DO AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 084/2020, de 03/02/2020. – FABIANA DA SILVA PEREIRA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 109/2020, de 05/02/2020. – FABIANO BORGES DE SOUZA, ocupante da função de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 057/2020, de 22/01/2020. – FABRICIO BORTOLUSI MELO, ocupante da função de Professor Substituto, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 114/2020, de 06/02/2020. – FRANCIELI MACHADO DE SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 109/2020, de 05/02/2020. – GABRIELA BARBOSA SOUZA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 206/2020, de 05/03/2020. – GEDIEL KALEB BRANCO GONÇALVES, ocupante da função de Professor Substituto, na E.B.M. CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 225/2020, de 12/03/2020. – GESEN KELE NASCIMENTO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, no Ginásio de Esportes, bairro Centro, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 135/2020, de 12/02/2020. – GISELA MENDONÇA GOULART, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 434/2020, de 14/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 21 de dezembro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 612/2020

Publicação Nº 2752568

PORTARIANº 612/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes servidores: – GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Jurema Hugen Palma, bairro Santa Paulina, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 084/2020, de 03/02/2020. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 132/2020, de 12/02/2020. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 110/2020, de 05/02/2020. – IARA DE FATIMA DA SILVA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 219/2020, de 11/03/2020. – INDIARA CORDOVA FERON, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 119/2020, de 06/02/2020. – JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Marcio Fabre de Melo, localidade de Santa Isabel, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 084/2020, de 03/02/2020. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 085/2020, de 03/02/2020. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 115/2020, de 06/02/2020. – JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN, ocupante da função de Professora Substituta,

no C.E.I. Joaquim Pereira, localidade de Boava, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 149/2020, de 17/02/2020. – JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO, ocupante da função de Professor Substituto, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 110/2020, de 05/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 21 de dezembro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 613/2020

Publicação Nº 2752571

PORTARIANº 613/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADOS por Término de Contratos os seguintes servidores: – JOSIELLI DA SILVA PADILHA, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 110/2020, de 05/02/2020. – JULIANA ALVES DA SILVA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Madre Paulina, bairro Santa paulina, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 238/2020, de 17/03/2020. – JULIANA BORGES DE ANSELMO, ocupante da Função de Professora Substituta, no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 138/2020, de 13/02/2020. – KARLINE LEITE IZIDORO, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 085/2020, de 03/02/2020. – KATIA OLIVEIRA ROSA, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, localidade de Boava, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 136/2020, de 12/02/2020. – KEILA DA SILVA MATOS, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 108/2020, de 05/02/2020. – KEILA DA SILVA MATOS, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 110/2020, de 05/02/2020. – KELY CRISTINA MATTOS NUNES, ocupante da função de Professora Substituta, no C.E.I. Anibal Nezi, localidade de Despraiado, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 085/2020, de 03/02/2020. – KLEYTON GONÇALVES LUZ NUNES, ocupante da função de Professor Substituto, na E.B.M. CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido designado através da Portaria Nº 115/2020, de 06/02/2020. – LARISSA RAMOS FLORES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, para a qual havia sido designada através da Portaria Nº 203/2020, de 04/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos legais no dia 21 de dezembro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 614/2020

Publicação Nº 2752572

PORTARIANº 614/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora: - GABRIELA GONÇALVES PADILHA RIBEIRO, ocupante da função de Professora, na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 320/2020, de 08/06/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 615/2020

Publicação Nº 2752573

PORTARIANº 615/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, período matutino do dia 02/12/2020. – FABIANO PADILHA, ocupante do cargo comissionado de Secretário da Educação, Cultura e Desporto, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 02/12/2020. – DANILO ROSA PADILHA, ocupante do cargo de Calceteiro, por 09 (nove) dias, a contar do dia 02/12/2020. – GIOVANA BEDIN PEREIRA, ocupante do cargo de Psicóloga, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 03/12/2020. – SIMONE OLIVEIRA MATOS DE SOUZA, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 07 (sete) dias, a contar do dia 03/12/2020. – LORENA NUNES DA SILVA VALERIO, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 07 (sete) dias, a contar do dia 03/12/2020. – VINICIUS CARDOSO BOLZANI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 03/12/2020. – EZOLENE DE PAULA PADILHA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por ½ (meio) dia, período vespertino do dia 03/12/2020. – VANESSA ANDRADE CARDOSO, ocupante da função de Técnica em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 03/12/2020. – EZOLENE DE PAULA PADILHA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 04/12/2020. – GLEICE MEDEIROS, ocupante da função de Enfermeira - ESF, por 01 (um) dia, no dia 04/12/2020, para tratamento de saúde de seu filho. – MARIA AMELIA SILVEIRA, ocupante do cargo de Atendente de Farmácia, por ½ (meio) dia, período matutino do dia 07/12/2020. – IVANA SILVEIRA GOSS, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por ½ (meio) dia, período vespertino do dia 07/12/2020. – LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, período vespertino do dia 07/12/2020. – VINICIUS CARDOSO BOLZANI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 08/12/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de dezembro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº368/2020

Publicação Nº 2753548

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 368/2020 – PE 084/2020 – Processo 345/2020 – Proc. Adm. 3000/2020 – Fornecedor: MAX DIAGNÓSTICA COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS LABORATORIAIS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO POR MEIO DA EMENDA PARLAMENTAR – PROPOSTA Nº 11214.458000/1190-09, DESTINADOS AO LABORATÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 63.300,00 (sessenta e três mil e trezentos reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 07 de dezembro de 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº369/2020

Publicação Nº 2753576

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 369/2020 – PE 084/2020 – Processo 345/2020 – Proc. Adm. 3000/2020 – Fornecedor: C.E. CARVALHO COMERCIAL - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO POR MEIO DA EMENDA PARLAMENTAR – PROPOSTA Nº 11214.458000/1190-09, DESTINADOS AO LABORATÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 50.796,47 (cinquenta mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 07 de dezembro de 2020

CONTRATO CT Nº 107/2020

Publicação Nº 2753470

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 107/2020 – TP Nº 029/2020 – Processo nº 381/2020 – Proc. Adm. 5466/2020 – Contratado: AMVT CONSTRUÇÕES LTDA - ME. Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO SEXTAVADO NARUASERVAS MARIA REPARADORA - BARREIROS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor do Contrato: O valor do presente contrato é de R\$ 64.302,55 (sessenta e quatro mil, trezentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Prazo de Vigência: 04 (quatro) meses, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura: 24 de novembro de 2020.

DECRETO 14020/2020

Publicação Nº 2753792

DECRETO Nº 14020/2020
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 31, 33 e 40 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.102.2.533 – Ações do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

44524 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 10.000,00
 Total desta Atividade R\$ 10.000,00
 Total do Órgão R\$ 10.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.28.846.0105.2.078 – Sentenças Judiciais

1404 – 3.1.90.91.00.00.0080 – Sentenças Judiciais,
 Recursos Próprios R\$ 800.000,00
 Total desta Atividade R\$ 800.000,00

28.01.28.843.105.2.269 – Administração da Dívida Interna

1400 – 3.2.90.21.00.00.0080 – Juros Sobre a Dívida por Contrato,
 Recursos Próprios R\$ 200.000,00
 1401 – 3.2.91.21.00.00.0080 – Juros Sobre a Dívida por Contrato,
 Recursos Próprios R\$ 70.000,00
 Total desta Atividade R\$ 270.000,00
 Total do Órgão R\$ 1.070.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.080.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1014 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 10.000,00
 Total desta Atividade R\$ 10.000,00
 Total do Órgão R\$ 10.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 - Manutenção da Educação Infantil - Creche

281 – 3.3.90.46.00.00.0081 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Educação R\$ 500.000,00
 Total desta Atividade R\$ 500.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola

296 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,
 Recursos Ordinários – Educação R\$ 400.000,00
 Total desta Atividade R\$ 400.000,00

08.01.12.367.0103.2.529 – Manutenção da Educação Especial – Educação Infantil

326 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,
 Recursos Ordinários – Educação R\$ 170.000,00
 Total desta Atividade R\$ 170.000,00
 Total do Órgão R\$ 1.070.000,00
 Total da Anulação R\$ 1.080.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

DECRETO 14029/2020

Publicação Nº 2753795

DECRETO Nº 14029/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o § 1º e caput do artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.200.068,80 (um milhão, duzentos mil, sessenta e oito reais e oitenta centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1026 – 3.3.90.34.00.00.0138 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização,

Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 100.000,00

1028 – 3.3.90.39.00.00.0138 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 180.000,00

1031 – 3.3.90.48.00.00.0082 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 24.000,00

1038 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 242.000,00

Total desta Atividade R\$ 546.000,00

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

1074 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 28.527,00

44807 – 3.3.90.39.00.00.1119 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Coronavírus (COVID-19) R\$ 440.546,80

44852 – 3.3.90.39.00.00.1121 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos da Lei Complementar 173/2020 – Saúde e Assistência Social..R\$ 52.750,00

Total desta Atividade R\$ 521.823,80

25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

1098 – 3.3.90.34.00.00.0138 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização,

Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 120.000,00

44490 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 245,00

Total desta Atividade R\$ 120.245,00

25.01.10.301.102.2.554 – Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outros

1061 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 12.000,00

Total desta Atividade R\$ 12.000,00

Total do Órgão R\$ 1.200.068,80

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.200.068,80

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.200.068,80 (um milhão, duzentos mil, sessenta e oito reais e oitenta centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

44484 – 3.3.90.30.00.00.1119 – Material de Consumo,

Recursos Coronavírus (COVID-19) R\$ 70.000,00

44483 – 3.3.90.39.00.00.1119 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Coronavírus (COVID-19) R\$ 239.048,49
 Total desta Atividade R\$ 309.048,49

25.01.10.301.102.2.534 – Ações de Saúde Bucal

1052 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 30.000,00
 Total desta Atividade R\$ 30.000,00

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

44552 – 3.3.90.30.00.00.1119 – Material de Consumo,
 Recursos Coronavírus (COVID-19) R\$ 131.498,31
 1083 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Ordinários - Saúde R\$ 21.000,00
 Total desta Atividade R\$ 152.498,31

25.01.10.304.102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

1138 – 3.3.90.34.00.00.0138 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos
 de Terceirização,
 Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 220.000,00

1140 – 3.3.90.39.00.00.0138 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 180.000,00
 Total desta Atividade R\$ 400.000,00

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

44809 – 3.3.90.30.00.00.1121 – Material de Consumo,
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 – Saúde e Assistência Social..R\$ 52.750,00
 Total desta Atividade R\$ 52.750,00

25.01.10.122.0102.2.545 – Administração Geral da Saúde

1004 – 3.3.90.34.00.00.0082 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos
 de Terceirização,
 Recursos Ordinários - Saúde R\$ 50.000,00
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00

25.01.10.303.102.2.555 – Fornecimento de Medicamentos Judiciais

1124 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 108.000,00
 Total desta Atividade R\$ 108.000,00

25.01.10.301.102.2.557 – Alimentação e Nutrição

1062 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 97.772,00
 Total desta Atividade R\$ 97.772,00
 Total do Órgão R\$ 1.200.068,80
 Total da Anulação R\$ 1.200.068,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/FUNESJ/2020

Publicação Nº 2753801

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/FUNESJ/2020

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de 2020, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o 1º Termo ADITIVO ao termo de Colaboração de acordo

com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Colaboração nº 09/FUNESJ/2020

Edital: 01/FUNESJ/2020

Número: 09/FUNESJ/2020

Valor do Instrumento: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: CLUBE ESPORTIVO DE HANDEBOL, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 28.254.901/0001-29, com sede na Rua Corifeu de Azevedo Marques, nº 2, Bairro São Judas- Itajaí, SC, CEP 88303-270

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de RENDIMENTO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de HANDEBOL, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.00

Prazo de Vigência: Início a partir do dia 20/02/2020 e término em 20/12/2020.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br

São José, 10 de dezembro de 2020.

JOÃO DAVID GARCIA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

PORTARIA SA 0458/2020

Publicação Nº 2753049

P O R T A R I A- SA - N.º 0458/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotados na secretaria de Educação, Licença Maternidade por 180 dias, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Afast.
430899-9	Patrícia de Andrade	Aux. Ensino	16/11/2020

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Novembro de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de dezembro de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA SA 0459/2020

Publicação Nº 2753052

P O R T A R I A- SA - N.º 0459/2020

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 106 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o (a) servidor (a) Juliana Cristina dos Santos Prudêncio, matrícula n. 13930-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisora Escolar, está apta para exercer suas atividades laborais a partir de 03.11.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2020.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de dezembro de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0460/2020

Publicação N° 2753054

PORTARIA- SA – N° 0460/2020

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s) lotado (s) na Secretaria de Educação:

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Início	Período (dias)
1421-4	Izabel Zimmermann de Souza	Professor	2001/2006	30/11/2020	30
13741-3	Terezinha de Souza	Aux.Ensino	2014/2019	07/12/2020	90
13640-9	Cristina Aparecida da Silva	Sup. Escolar	2014/2019	23/11/2020	90

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Novembro de 2020.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Dezembro de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0461/2020

Publicação N° 2753056

PORTARIA- SA - N° 0461/2020

O Secretário da Administração do Município de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e do Decreto nº 170/81, de 03 de junho de 1981.

Considerando o ofício nº 0108/2020 – SINTRAM /SJ

RESOLVE:

I – Prorrogar licença especial para desempenho de mandato classista do servidor Marcos Antônio Cúrcio, matrícula 33303-4, até o final da atual gestão (02/12/2022), em conformidade com o art. 127, § 1º da Lei nº 2.248 de 20 de março de 1991, e art.115, inciso I da Lei nº 2.791 de 25 de abril de 1995, ficando à disposição do SINTRAM – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de São José, considerando o retorno ao local de trabalho do servidor Marcos Aurélio dos Santos, revogando a licença deste.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 10 de Dezembro de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 0462/2020

Publicação Nº 2753057

P O R T A R I A - S A - N.º 0462/2020

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Readaptação Funcional conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data Readap.	Prazo(dias)
13624-7	Millene Rothstein	Auxiliar de Sala	23/11/2020	30
1828-7	José Nicolau Schmitt	Motorista	26/11/2020	90
428840-8	Manoella C. da Silva Amaral	Auxiliar de Ensino	07/12/2020	90
21741-7	Andrea Nascimento	Auxiliar de Ensino	01/12/2020	18
21671-2	Inezita Cabral de Andrade	Auxiliar de Sala	26/11/2020	30
35664-6	Marisane S. P. Fernandes	Auxiliar de Sala	16/11/2020	90
13890-8	Patrícia Santos Pereira	Professora	07/12/2020	17
15172-6	Simone Souza	Professora	07/12/2020	17
35982-3	Antonio de Assis Poleza	Professor	07/12/2020	17
40655-4	Janete Barreiros Barbosa Olguins	Professora	07/12/2020	60
15174-2	Silvia Patrícia Machado Faria	Professora	26/11/2020	30
13597-6	Nilva Fátima Gomes	Professora	23/11/2020	30
17027-5	Maria Ivone Semonetti Guedes	Professora	01/12/2020	18

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de novembro de 2020;

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Dezembro de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SMI/PMSJ Nº044/2020

Publicação Nº 2753487

PORTARIA SMI/PMSJ nº 044, de 24 de NOVEMBRO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Jailson Hames, matrícula n.º 33.154-6, para efetuar a fiscalização do Contrato n.º 107/2020, decorrente da Tomada de Preços n.º 029/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr. Diego Vicente , matrícula.º 39.697-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior

Secretário Municipal de Infraestrutura

PORTARIA SMS/PMSJ N°054/2020

Publicação N° 2753522

PORTARIA SMS/PMSJ n° 054, de 09 de DEZEMBRO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora Rita de Cassia B. Delgado, matrícula n° 22346-8, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços n.º 368 e 369/2020 decorrentes do Pregão Eletrônico n° 084/2020, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a servidora Sr.ª Geovana Stedile n° 21515, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni

Secretária Municipal de Saúde

POTARIA SA 0457/2020

Publicação N° 2753046

P O R T A R I A- SA - N.º 0457/2020

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (s) servidor (es) abaixo relacionado (s), lotado (s) na Secretaria de Educação, Licença para tratamento de Saúde conforme segue:

Matrícula	Nome do servidor	cargo	Data início afastamento	Prazo(dias)
10785-9	Carmen Lucia Medeiros Laureano	PROFESSOR	19/11/2020	30
35745-6	Michele Jutel Pereira dos Santos	PROFESSOR	10/11/2020	45
1595-4	Sidney Linhares	PROFESSOR	21/10/2020	90
35815-0	Marize Richartz	PROFESSOR	30/10/2020	90
39846-2	Marcia Regina da Silva e Silva	PROFESSOR	19/11/2020	30
36386-3	Marcos Vinicius Martim da Silva	PROFESSOR	07/12/2020	17
35806-1	Luiz Guilherme Menezes Lopes	PROFESSOR	27/11/2020	30
16509-3	Fernanda Rocha Pereira Barcelos	PROFESSOR	07/11/2020	30
25914-4	Maristela Muller	AUX. ENSINO	28/11/2020	21
13804-5	Neusa Terezinha Bastos	AUX. ENSINO	07/12/2020	17
13788-0	Tatiana Pereira Rosa	AUX. ENSINO	27/10/2020	45
13843-6	Claudia Martins Rauhen Losso	AUX. ENSINO	16/11/2020	33
22459-6	Laercia Aparecida Maciel	AUX. ENSINO	16/11/2020	35
13898-7	Joicy Isabel da Silva	AUX. ENSINO	16/11/2020	30
428831-9	Simone Muniz Kuwer	AUX. ENSINO	26/11/2020	23
429550-1	Neusa Santiago Varnieri	AUX. ENSINO	23/10/2020	30

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de outubro de 2020.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de dezembro de 2020.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2020-01

Publicação Nº 2753444

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo A Ata de Registro de preço nº 227/2020-01 Proc. Adm. 7511/2020 – Contratado: MAYCON WILL EIRELI. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO QUALITATIVO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 227/2020 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO ACRÉSCIMO QUALITATIVO: Será acrescido qualitativamente na Ata de Registro de Preços o item 07 do processo, o que equivale ao montante total de R\$ 2.203,50 (dois mil, duzentos e três reais e cinquenta centavos), referentes a 1.950 (um mil, novecentas e cinquenta) unidades de EMBALAGEM COM HASTES FLEXÍVEIS com valor unitário de R\$ 1,13 (um real e treze centavos), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, constante do Memorando n.º445/2020/COMPRAS/SMS/SJ de 17/11/2020; O referido acréscimo altera o valor global da Ata de Registro de Preços de R\$12.928,50 (doze mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos) para R\$15.132,00 (quinze mil, cento e trinta e dois reais). Data da assinatura: 03 de DEZEMBRO de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2020-01

Publicação Nº 2753399

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 003/2020-01 – Proc. Adm. 7131/2020 – Contratado: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, nos termos previstos no contrato e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar do dia 08/01/2021. O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, nos termos previstos no contrato e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar do dia 08/01/2021. Data da assinatura: 19 de NOVEMBRO de 2020.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 004/2020-01

Publicação N° 2753350

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 004/2020-01 – Proc. Adm. 7129/2020 – Contratado: GENTE SEGURADORA S.A. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, nos termos previstos no contrato e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar do dia 08/01/2020, sem reajuste. Data da assinatura: 19 de NOVEMBRO de 2020.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.144/2020

Publicação Nº 2752798

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº144/2020

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº144/2020, Edital de Pregão Nº144/2020, Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA O NOVO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - CTG. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 23/12/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LAO Nº 1005/2020 - DOM - LOTEAMENTO SANTA RITA III - 10052020

Publicação Nº 2754283

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO PROTOCOLO Nº 1005/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1005/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CNPJ 83.026.781/0001-10, para a atividade de 71.11.05 – CONJUNTOS HABITACIONAIS DESTINADOS À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, LOTEAMENTO SANTA RITA III, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.942, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752618

DECRETO Nº 6.942, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Altera o Decreto nº 6.587, de 30 de janeiro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a necessidade de organizar as atividades da administração municipal nos últimos dias do exercício de 2020, mantendo em funcionamento no horário habitual, serviços essenciais para a comunidade,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto nº 6.587, de 30 de janeiro de 2020, alterado pelo Decreto nº 6.939, de 08 de dezembro de 2020, passa a vigorar acrescido do §3º, com a seguinte redação:

“Art. 3º

§3º O turno único instituído no §1º deste artigo também não se aplica para os órgãos CRAS e CREAS, pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social, que funcionarão no horário já estabelecido”. (N.R.).

Art. 2º Permanecem em vigor as demais disposições do Decreto nº 6.587 de 30 de janeiro de 2020 naquilo em que não alteradas pelo presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 377/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743139

EXTRATO DO CONTRATO Nº 377/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2019

Origem: Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 032/2019, de 30/01/2019, (originário do Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 431.973,78 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Edson Ferrari pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 378/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743153

EXTRATO DO CONTRATO Nº 378/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ANTONIO LISIAK ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.759.710/0001-50.
Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 034/2019, de 30/01/2019, (originário do Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.
Valor: R\$ 14.871,60 (quatorze mil, oitocentos e setenta e um reais, e sessenta centavos).
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.
Data de Assinatura: 03/12/2020.
Vigência: 31/12/2021.
Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Antonio Lisiak pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 379/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743165

EXTRATO DO CONTRATO Nº 379/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2020.
Origem: Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: CARLOS PREZZI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.038.803/0001-57.
Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 043/2020, de 07/02/2020, (originário Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2020), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.
Valor: R\$ 69.630,00 (sessenta e nove mil e seiscentos e trinta reais).
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.
Data de Assinatura: 03/12/2020.
Vigência: 31/12/2021.
Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Carlos Prezzi pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 380/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743170

EXTRATO DO CONTRATO Nº 380/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2018.
Origem: Processo Licitatório nº 083/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 061/2018.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: DISUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.535.096/0001-67.
Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 172/2018, de 23/05/2018, (originário do Processo Licitatório nº 083/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 061/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NAS VIAGENS DE ESTUDOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO LETIVO DE 2018), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.
Valor: R\$ 59.727,00 (cinquenta e nove mil e setecentos e vinte e sete reais).
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.
Data de Assinatura: 03/12/2020.
Vigência: 31/12/2021.
Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Dilmar Bauer pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 381/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743173

EXTRATO DO CONTRATO Nº 381/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2018.
Origem: Processo Licitatório nº 211/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 156/2017.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: DISUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.535.096/0001-67.
Objeto: Processo Licitatório nº 211/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 156/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO PERÍMETRO URBANO VINCULADAS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 89.925,00 (oitenta e nove mil e novecentos e vinte e cinco reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Dilmar Bauer pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 382/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743176

EXTRATO DO CONTRATO Nº 382/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LUIZ ALBERTO MIOTTO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.885.124/0001-52.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 031/2019, de 30/01/2019, (originário do Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 103.100,00 (cento e três mil e cem reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Luiz Alberto Miotto pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 383/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743182

EXTRATO DO CONTRATO Nº 383/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2020.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LANZ TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.372.548/0001-65.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 046/2020, de 07/02/2020, (originário Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2020), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 95.905,20 (noventa e cinco mil, novecentos e cinco reais e vinte centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Marcelo Alécio Lanz pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 384/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743194

EXTRATO DO CONTRATO Nº 384/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2020.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SCHVANS TRANSPORTES LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.460.261/0001-48.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 044/2020, de 07/02/2020, (originário Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2020), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 73.700,80 (setenta e três mil, setecentos reais e oitenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Almir Schvans pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 385/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743203

EXTRATO DO CONTRATO Nº 385/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 191/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 144/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ROSA & PELIZZER LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.120.522/0001-76.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 022/2018, de 26/01/2018 (originário do Processo Licitatório nº 191/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 144/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2018), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 207.795,10 (duzentos e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e dez centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdemar Pelizzer pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 386/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743213

EXTRATO DO CONTRATO Nº 386/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 191/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 144/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: SAN CARMO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.226.094/0001-60.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 033/2019, de 30/01/2019, (originário do Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019, até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 159.594,00 (cento e cinquenta e nove mil e quinhentos e noventa e quatro reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e João Maria Barbosa de Camargo pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 387/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743226

EXTRATO DO CONTRATO Nº 387/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 110/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 035/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 025/2019.

Contratada: SOLANGE V. BERGGOZZA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.785.817/0001-73.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 110/2019, de 12/04/2019, (originário do Processo Licitatório nº 035/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 025/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 89.912,80 (oitenta e nove mil, novecentos e doze reais e oitenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Solange Vial Bergozza pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 388/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743240

EXTRATO DO CONTRATO Nº 388/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018.

Contratada: V. BERGGOZZA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.549.337/0001-40.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 030/2019, de 30/01/2019, (originário do Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão

Presencial nº 123/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 66.867,75 (sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdemar Berggozza pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 389/202, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743252

EXTRATO DO CONTRATO Nº 389/202, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 191/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 144/2018.

Contratada: V. BERGOZZA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.549.337/0001-40.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 023/2018, de 26/01/2018, (originário do Processo Licitatório nº 191/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 144/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2018), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 124.929,32 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdemar Berggozza pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 390/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743268

EXTRATO DO CONTRATO Nº 390/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 036/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018.

Contratada: V.MARTINS DA SILVA E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.828.072/0001-82.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 036/2019, de 30/01/2019, (originário do Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 286.901,16 (duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e um reais e dezesseis centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdevino Martins da Silva pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 391/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743275

EXTRATO DO CONTRATO Nº 391/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2020.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020.

Contratada: VIAÇÃO SÃO JOÃO TRANSPORTE PASSAGEIROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.746.526/0001-37.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 045/2020, de 07/02/2020, (originário Processo Licitatório nº 009/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2020, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2020), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 79.758,00 (setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e João Maria Barbosa De Camargo pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 392/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743286

EXTRATO DO CONTRATO Nº 392/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018.

Contratada: VITALINO BALDIN ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.788.246/0001-03.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 029/2019, de 30/01/2019, (originário do Processo Licitatório nº 175/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 77.352,65 (setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Vitalino Baldin pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 393/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2743294

EXTRATO DO CONTRATO Nº 393/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 191/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 144/2018.

Contratada: VITALINO BALDIN ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.788.246/0001-03.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 024/2018, de 26/01/2018, (originário do Processo Licitatório nº 191/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 144/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2018), até a data de 31/12/2021, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços de transporte escolar para o próximo ano letivo.

Valor: R\$ 93.937,97 (noventa e três mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2021.

Data de Assinatura: 03/12/2020.

Vigência: 31/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Vitalino Baldin pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 394/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752773

CONTRATO Nº 394/2020, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 303/2020.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede a Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.436.989, inscrito no CPF sob o nº 991.345.609-63, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa QUARK ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.496.490/0001-48, com sede a Rua Gothard Kaesemodel, nº 732, bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville - SC, CEP: 89.203-522, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. Hoylson Trevisol, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade/RG nº 3.746.083-8, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 028.182.679-00, residente e domiciliado a Rua Antonio Bischof, nº 213, bairro Vila Nova, na cidade de Joinville - SC, CEP: 89237-321, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Relações Institucionais, e decisão favorável do Executivo Municipal, quanto à necessidade de prorrogar os prazos de vigência e execução, do Contrato nº 303/2020, (originário do Processo Licitatório nº 117/2020, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 019/2020, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE SUBESTAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO E MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA PRAÇA DA BANDEIRA, BEM COMO DE ALTERAÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXISTENTE NA TRAVESSA SÃO PEDRO COM REINSTALAÇÃO NA RUA TIRADENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO), em razão do atraso na entrega dos materiais, mais especificamente quanto às luminárias/refletores LED, trata-se de produto de importação, e devido aos atrasos ocorridos, e os processos de liberações nos portos em função da Covid - 19, e conforme justificativa anexa ao presente;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato

e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

(...).

Têm entre si justo e acertado este Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 303/2020, (originário do Processo Licitatório nº 117/2020, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 019/2020), com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, mediante a sujeição às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS PRAZOS

I.1 - A execução do Contrato nº 303/2020, fica prorrogada pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar de 14/12/2020 a 28/01/2021.

I.2 - A vigência do Contrato nº 303/2020, fica prorrogada pelo prazo a contar de 05/02/2021 a 31/12/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

II.1 - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de dezembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER Prefeito Municipal	HOYLSO TREVISOL Quark Engenharia EIRELI
--	--

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 395/2020, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752777

EXTRATO DO CONTRATO Nº 395/2020, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 392/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 177/2019, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 014/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33.

Objeto: prorrogar a vigência e reajustar o valor do Contrato nº 392/2019, DE 06 de dezembro de 2019, (originário do Processo Licitatório nº 177/2019, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 014/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS DO 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO), até 05/12/2021, para atender os alunos da Rede Municipal de Educação, no ano letivo de 2021, e reajustar o valor dos itens do contrato em 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento), com base na variação do IPCA, ocorrida nos últimos 12 meses de vigência contratual.

Valor: R\$ 732.003,60 (setecentos e trinta e dois mil, três reais e sessenta centavos)

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguinte rubricas orçamentárias: D – 048/2020 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 – Manutenção do Ensino Fundamental – Secretaria Municipal de Educação; D – 183/2020 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 – Manutenção do Ensino Fundamental – Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 04/12/2020.

Vigência: 05/12/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e . Lucas Raduy Guimarães pela contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 396/2020, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752782

EXTRATO DO CONTRATO Nº 396/2020, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 104/2018, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 008/2018.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: VG - MAX PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.777.063/0001-66.

Objeto: prorrogar o prazo de início das atividades do Contrato nº 231/2018, de 17 de julho de 2018, decorrente do (Processo Licitatório

nº 104/2018, Modalidade Concorrência para Compras e Serviços nº 008/2018 cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PERMISSÃO ONEROSA, COM EXCLUSIVIDADE, PARA ADMINISTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 1.910/2010), em 180 (cento e oitenta) dias, em razão necessidade de finalização da obra, conforme justificativa anexa ao presente.

Data de Assinatura: 04/12/2020.

Vigência: 07/06/2021.

Signatários: Prefeito Municipal, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Volnei Luis Stefanello pela contratada.

PORTARIA Nº 1.324, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752400

PORTARIA Nº 1.324, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, ao Servidor Público Municipal UILSON MACHADO, ocupante do cargo de Gerente de Educação Infantil, matrícula nº 141/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 07 a 14 de dezembro de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de dezembro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 1.325, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752845

PORTARIA Nº 1.325, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal TERESINHA APARECIDA PERES MATTEI, matrícula nº 3336/02, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, de 10 de janeiro a 08 de fevereiro de 2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORT.1352 - MARCO ANTÔNIO IRAJA PEREIRA - CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2752440

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1352/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 5391/2020, com a solicitação de gozo de licença prêmio para o servidor público municipal efetivo Marco Antônio Irajá Pereira.

Considerando que a Portaria nº 0776/2018 de 26 de abril de 2018, indicou que o servidor Marco Antônio Irajá Pereira, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 26 de fevereiro de 2011 a 25 de fevereiro de 2016.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a MARCO ANTONIO IRAJA PEREIRA, efetivo, ocupante do cargo de Professor, o gozo de 61(sessenta e um) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), da 4ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 0776/2018 de 26 de abril de 2018, referente ao período de 26 de fevereiro de 2011 a 25 de fevereiro de 2016, a serem gozados de 17 de dezembro de 2020 a 30 de dezembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 07 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1353 - CRISTIANE PAULA FROHLICH BELLO - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO

Publicação N° 2752442

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1353/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a contratação da servidora pública municipal Cristiane Paula Frohlich Bello, em substituição a servidora pública municipal efetiva Roseli Arlei Werlang, conforme portaria SGPT 0358/2020 de 03 de fevereiro de 2020.

Considerando que a servidora Roseli Arlei Werlang, encontra-se em gozo de licença prêmio até 22 de dezembro de 2020, e que em 23 de dezembro de 2020 retorna às suas funções junto ao CEI pequeno Polegar.

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a servidora pública municipal CRISTIANE PAULA FROHLICH BELLO, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22 de dezembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 07 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1354 - DEBORA ROSALEN RISSI - NOMEAR EFETIVO

Publicação Nº 2752461

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1354/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

Considerando o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

Considerando o resultado do Concurso Público nº 010/2019, no qual há seleção de candidatos para o cargo de Médico.

Considerando que há a vacância do cargo de Médico, devido ao pedido de exoneração do servidor efetivo Mauro Primo Delanoy, a partir de 19 de novembro de 2020, conforme portaria SAFGP nº 1311/2020, de 19 de novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR DEBORA ROSALEN RISSI, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com Lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do art. 24 da LCM 009/2012, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1355 - CARIN ANDRESSA PALOSCHI - NOMEAR EFETIVO

Publicação Nº 2752463

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1355/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

Considerando o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

Considerando o resultado do Concurso Público nº 008/2019, no qual há seleção de candidatos para o cargo de Atendente Social.

Considerando que há a vacância do cargo de Atendente Social, devido ao pedido de exoneração da servidora efetiva Maristela Aparecida de Oliveira, a partir de 30 de novembro de 2020, conforme portaria SAFGP nº 1334/2020, de 30 de novembro de 2020.

Considerando que a candidata Simone Margarete Kaisekamp, desistiu da vaga.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR CARIN ANDRESSA PALOSCHI, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Atendente Social, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do art. 24 da LCM 009/2012, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORT.1356 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO - PORTARIA 0674-2020 - CRISTIAN RAFAEL LAZZAROTTO BERNDT-1

Publicação Nº 2752466

PORTARIA SAFGP/DDP N. 1356/2020

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA SGPT/DDP N. 0674/2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto Municipal n. 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM n. 024/2013 e suas alterações; CONSIDERANDO que o relatório final da comissão Designada pela Portaria SGPT/DDP n. 0674/2020, exarado em 03 de novembro de 2020, opinou pelo arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, visto que não restou caracterizada infração funcional;

CONSIDERANDO que o julgamento final levará em consideração o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos nos termos do Art. 169 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012.

RESOLVE:

Art. 1º ABSOLVER o servidor Cristian Rafael Lazzarotto Berndt da violação funcional prevista no Art. 124, X, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012, nos termos da decisão proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SGPT/DDP n. 0674/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 08 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

PORT.1357 - SUINARA MARIA LUCCA FOLMER - DEFENSOR DATIVO PAD PORTARIA 1278_2020

Publicação Nº 2752467

PORTARIA SAFGP/DDP N. 1357/2020

DESIGNA DEFENSOR DATIVO PARA ACOMPANHAR AS FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA SAFGP/DDP N. 1278/2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990,

CONSIDERANDO que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e

ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, nos termos do Art. 5º, LV, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o teor do Art. 165, §2º, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012, o qual dispõe que "para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado".
CONSIDERANDO, por fim, o Memorando n. 5.554/2020, no qual a Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SAFGP/DDP N. 1278/2020, solicita a designação de defensor dativo para defender o indiciado M. L. F.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Suinara Maria Lucca Folmer, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula funcional nº 1201701, para atuar como defensora dativa nas fases do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria SAFGP/DDP N. 1278/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 08 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

PORT.1358 - VERA L. C. RAFFEL E NEUSA S. WREGE - REMOVER POR PERMUTA

Publicação Nº 2752468

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1358/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a solicitação de remoção efetuada pelas próprias servidoras Vera Lucia Romero Campelli Raffel e Neusa Salete Wrege, pelos memorandos 4727/2020 e 5128/2020.

Considerando que as servidoras são ocupantes do mesmo cargo;

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER POR PERMUTA a servidora pública municipal efetiva VERA LUCIA ROMERO CAMPELLI RAFFEL, ocupante do cargo de Merendeira, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao CEI Ciranda da Alegria, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10 de dezembro de 2020.

Art. 2º REMOVER POR PERMUTA a servidora pública municipal efetiva NEUSA SALETE WREGE, ocupante do cargo de Merendeira, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10 de dezembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1359 - ZACARIAS FERREIRA GARCES FILHO - CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2752470

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1359/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 5628/2020, com a solicitação de gozo de licença prêmio para o servidor público municipal efetivo Zacarias

Ferreira Garces Filho.

Considerando que a Portaria nº 1112/2019 de 07 de agosto de 2019, indicou que o servidor Zacarias Ferreira Garces Filho, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 25 de abril de 2014 a 24 de abril de 2019.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a ZACARIAS FERREIRA GARCES FILHO, efetivo, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços Gerais, o gozo de 30(trinta) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), da 6ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 1112/2019 de 07 de agosto de 2019, referente ao período de 25 de abril de 2014 a 24 de abril de 2019, a serem gozados de 21 de dezembro de 2020 a 19 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1360 - VOLMIR MOCELLIN - CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2752472

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1360/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 5628/2020, com a solicitação de gozo de licença prêmio para o servidor público municipal efetivo Volmir Mocellin.

Considerando que a Portaria nº 1738/2014 de 10 de outubro de 2014, indicou que o servidor Volmir Mocellin, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 24 de julho de 2007 a 23 de julho de 2012.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a VOLMIR MOCELLIN, efetivo, ocupante do cargo de Motorista, o gozo de 30(trinta) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), da 2ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 1738/2014 de 10 de outubro de 2014, referente ao período de 24 de julho de 2007 a 23 de julho de 2012, a serem gozados de 21 de dezembro de 2020 a 19 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1361 - CHEVANIR NOE - CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2752476

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1361/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 5628/2020, com a solicitação de gozo de licença prêmio para o servidor público municipal efetivo Chevanir Noe.

Considerando que a Portaria nº 0760/2016 de 01 de agosto de 2016, indicou que o servidor Chevanir Noe, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 18 de julho de 2011 a 17 de julho de 2016.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a CHEVANIR NOE, efetivo, ocupante do cargo de Operador de Máquina, o gozo de 30(trinta) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), da 1ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 0760/2016 de 01 de agosto de 2016, referente ao período de 18 de julho de 2011 a 17 de julho de 2016, a serem gozados de 21 de dezembro de 2020 a 19 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1362 - GILMAR PEREIRA DA SILVA - CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2752478

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1362/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 5628/2020, com a solicitação de gozo de licença prêmio para o servidor público municipal efetivo Gilmar Pereira da Silva.

Considerando que a Portaria nº 0532/2010 de 12 de abril de 2010, indicou que o servidor Gilmar Pereira da Silva, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2005 a 31 de março de 2010.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a GILMAR PEREIRA DA SILVA, efetivo, ocupante do cargo de Motorista, o gozo de 30(trinta) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), da 1ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 0532/2010 de 12 de abril de 2010, referente ao período de 01 de abril de 2005 a 31 de março de 2010, a serem gozados de 21 de dezembro de 2020 a 19 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1363 - PAULO BIANCHI JUNIOR - CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2752481

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1363/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 5628/2020, com a solicitação de gozo de licença prêmio para o servidor público municipal efetivo Paulo Bianchi Junior.

Considerando que a Portaria nº 0497/2013 de 14 de março de 2013, indicou que o servidor Paulo Bianchi Junior, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2008 a 17 de fevereiro de 2013.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a PAULO BIANCHI JUNIOR, efetivo, ocupante do cargo de Operador de Máquina, o gozo de 30(trinta) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), da 1ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 0497/2013 de 14 de março de 2013, referente ao período de 18 de fevereiro de 2008 a 17 de fevereiro de 2013, a serem gozados de 21 de dezembro de 2020 a 19 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1364 - PAULO AIRTON BIGATON - CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Publicação N° 2752488

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1364/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 5628/2020, com a solicitação de gozo de licença prêmio para o servidor público municipal efetivo Paulo Airtton Bigaton.

Considerando que a Portaria nº 0271/2013 de 14 de fevereiro de 2013, indicou que o servidor Paulo Airtton Bigaton, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2008 a 12 de fevereiro de 2013.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a PAULO AIRTON BIGATON, efetivo, ocupante do cargo de Operador de Máquina, o gozo de 30(trinta) dias de licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor), da 1ª licença prêmio, concedido o direito conforme Portaria nº 0271/2013 de 14 de fevereiro de 2013, referente ao período de 13 de fevereiro de 2008 a 12 de fevereiro de 2013, a serem gozados de 21 de dezembro de 2020 a 19 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT.1365 - IVETE FAVRETTO SCHONS - EXONERAR POR APOSENTADORIA

Publicação Nº 2752490

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1365/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que o Art. 54 "d", da Lei Complementar 009/2012 de 02 de Abril de 2012, estabelece que o cargo público ficara vago em decorrência da aposentadoria;

Considerando o memorando 5657/2020, com a solicitação de exoneração por aposentadoria da servidora Ivete Favretto Schons.

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR POR APOSENTADORIA a servidora pública municipal efetiva IVETE FAVRETTO SCHONS, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, desta Prefeitura Municipal, em decorrência de Aposentadoria por Tempo de Contribuição junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, a partir de 28 de dezembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de dezembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2020 - PONTUAÇÃO TÍTULOS - ANTES DOS RECURSOS

Publicação Nº 2752790

RELAÇÃO DA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS (ANTES DOS RECURSOS)

· A COMISSÃO ESPECIAL DE TESTE SELETIVO, que tem por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do certame seletivo, instaurado através do Edital nº 002/2020, torna público o AFERIMENTO da pontuação da prova de títulos (antes dos recursos), pela comprovação de requisitos exigidos no referido Edital, e informa que:

· A prova Objetiva para todos os cargos dispostos no presente edital, será realizada nas dependências da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), R. Oiapoc, 211 - Agostini, São Miguel do Oeste - SC, 89900-000.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	539	Adreana Peruzzo	0,00	0,00	0,00	0,00
2	497	Adriane Rossatto	0,00	0,50	0,50	1,00
3	798	André Schmitt Zanin	0,00	0,00	0,00	0,00
4	511	Carla Cristiane Goulart De Lima	0,00	0,00	0,00	0,00
5	783	Carlos Alexandre Alves Pinheiro	0,00	0,50	0,50	1,00
6	499	Caroline Arcari	0,00	0,50	0,50	1,00
7	644	Catia Regina Silva Pomper-mayer Loch	0,00	0,25	0,50	0,75
8	403	Cléa Cristina Silvério Bas-seto	0,00	0,50	0,50	1,00
9	638	Davi Pereira Da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00
10	728	Fabriela Andreia Zordan	0,00	0,25	0,50	0,75
11	663	Grazieli Loff Piola	0,00	0,50	0,50	1,00
12	559	Jane Denasi Wickert Kos-mann	0,00	0,50	0,20	0,70
13	764	Jaqueline Machado	0,00	0,50	0,50	1,00
14	260	Jocileia Ximenes Ribeiro	0,00	0,00	0,50	0,50
15	348	Juliana Schneider Basso	0,00	0,50	0,50	1,00
16	124	Ledeleine Nunes Fortunato	0,00	0,25	0,50	0,75
17	505	Marcia Isabel Santo Ramires	0,00	0,00	0,50	0,50
18	699	Marta Cenci	0,00	0,50	0,50	1,00
19	1	Raquel Calescura	0,00	0,50	0,50	1,00
20	675	Tais Cristina Zanatta Lermen	0,00	0,00	0,00	0,00
21	446	Tereza Genoveva Morandin	0,00	0,25	0,50	0,75
22	218	Vanessa Royer	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	350	Andréa Dos Santos	0,00	0,25	0,00	0,25
2	412	Carolina Thomas	0,00	0,00	0,00	0,00
3	178	Deliane Bevilaqua	0,00	0,25	0,50	0,75
4	502	Elisa Paula Mariga	0,00	0,00	0,50	0,50
5	385	Elonir Biondo	0,00	0,25	0,30	0,55
6	685	Hideko Yamashita Obo	0,00	0,50	0,50	1,00
7	793	Iohana Eloise Weiss	0,00	0,00	0,00	0,00
8	463	Marcos Andre Maggioni	0,00	0,25	0,20	0,45
9	172	Paulo Roberto Socol	0,00	0,00	0,00	0,00
10	346	Rosemari Almeida Rosa	0,00	0,25	0,10	0,35
11	720	Vanise Pelissari	0,00	0,25	0,50	0,75

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	581	Mateus Junior Fazzioni	0,00	0,00	0,00	0,00
2	162	Pâmela Zanatta	0,00	0,00	0,00	0,00
3	153	Viviane Moesch Juvencio	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	112	Josieli Teixeira	0,00	0,25	0,50	0,75
2	233	Juliane Michele Mueller	0,00	0,25	0,00	0,25
3	552	Juliano Do Vale Silvestrin	0,00	0,50	0,00	0,50
4	633	Michelli Staudt	0,00	0,00	0,00	0,00
5	489	Samara Cristina Guinami Goetz	0,00	0,00	0,00	0,00
6	447	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	0,00	0,25	0,50	0,75

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	492	Bruna Brombati Frare	0,00	0,00	0,00	0,00
2	692	Daiane Bernardi	0,00	0,25	0,20	0,45
3	598	Katielli Koswoski	0,00	0,25	0,50	0,75

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	797	Adriana Barbosa	0,00	0,00	0,00	0,00
2	133	Adriana Ecker Palú	0,00	0,00	0,50	0,50
3	291	Amanda Turmina	0,00	0,25	0,50	0,75
4	54	Ana Paula Pazzini	0,00	0,00	0,30	0,30
5	591	Ariane Devicari	0,00	0,25	0,50	0,75
6	390	Arlei Terezinha Finatto	0,00	0,25	0,50	0,75
7	695	Camila Dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00
8	150	Carolina Breunig	0,00	0,25	0,40	0,65
9	697	Chaiane Domerasky Da Rocha Porfirio	0,00	0,25	0,50	0,75
10	30	Claudiane De Fatima Dos Santos	0,00	0,50	0,50	1,00
11	334	Cleci Luciane Panis	0,00	0,25	0,50	0,75
12	743	Daiana Lucia Villa Basso	0,00	0,50	0,50	1,00
13	230	Daniele Cordova Sachett	0,00	0,25	0,50	0,75
14	445	Denilde Fatima Bacin Finato	0,00	0,50	0,50	1,00
15	560	Deyse Sara Lermen Quadro	0,00	0,25	0,50	0,75
16	593	Edivandra Maria Morais	0,00	0,50	0,50	1,00
17	222	Eliane Bonho	0,00	0,50	0,50	1,00
18	640	Eliese Karczewski	0,00	0,25	0,50	0,75
19	418	Fabiana Da Cruz Alves De Oliveira	0,00	0,00	0,30	0,30
20	756	Fabiana Glauca Herbert	0,00	0,00	0,00	0,00
21	527	Franciela Triches Blasi	0,00	0,00	0,30	0,30
22	762	Francineidi Cadore Naidk	0,00	0,00	0,50	0,50
23	345	Geane Marcia Christofoli	0,00	0,50	0,40	0,90
24	302	Ivanete Teixeira	0,00	0,50	0,50	1,00
25	737	Janete Bernardy	0,00	0,25	0,50	0,75
26	563	Janice Lourdes Viera	0,00	0,25	0,50	0,75
27	118	Joyci Lainara Nogueira De Medeiro	0,00	0,50	0,50	1,00
28	202	Juliana De Souza	0,00	0,50	0,50	1,00

29	113	Juracema Fassbinder Schaffer	0,00	0,50	0,50	1,00
30	290	Jussinéia Zappani	0,00	0,25	0,50	0,75
31	226	Kaila Amanda Borghetti	0,00	0,50	0,50	1,00
32	104	Leila Daiane Colussi Gomes	0,00	0,00	0,40	0,40
33	742	Márcia Fabbi Correa	0,00	0,00	0,00	0,00
34	5	Marcia Jaqueline Pasa	0,00	0,00	0,00	0,00
35	721	Maria Helena Araujo Schlin-dwein	0,00	0,25	0,50	0,75
36	195	Marilene Correia	0,00	0,00	0,00	0,00
37	213	Marilene Toral Simoni	0,00	0,00	0,00	0,00
38	504	Marli Teresinha Bressa	0,00	0,00	0,50	0,50
39	770	Nair Dacila Engel Schneider	0,00	0,25	0,30	0,55
40	733	Neiva Maria Becker Bossa	0,00	0,25	0,50	0,75
41	122	Neuza Darif	0,00	0,25	0,50	0,75
42	96	Nilva Maria Dal Piva Scariot	0,00	0,50	0,50	1,00
43	67	Patricia Roman De Bona	0,00	0,00	0,00	0,00
44	283	Paula Angelica Bagatoli	0,00	0,50	0,50	1,00
45	134	Priscila Vansin Dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00
46	732	Rosamar Mazzone	0,00	0,25	0,40	0,65
47	716	Rosane Villa	0,00	0,25	0,20	0,45
48	524	Roseli Carmen Heineck	0,00	0,50	0,50	1,00
49	530	Samara Guggiel Ramos	0,00	0,50	0,50	1,00
50	550	Sandrea Battisti	0,00	0,00	0,50	0,50
51	343	Simone Gregolon	0,00	0,50	0,50	1,00
52	132	Simone Schuch	0,00	0,25	0,00	0,25
53	423	Simone Zancanaro	0,00	0,00	0,40	0,40
54	508	Soelí Do Carmo Guerra	0,00	0,25	0,50	0,75
55	36	Taiana De Oliveira De Paoli	0,00	0,25	0,50	0,75
56	341	Terezinha Aparecida De Souza Kissmann	0,00	0,00	0,20	0,20
57	678	Tilvia Reinke	0,00	0,25	0,50	0,75
58	785	Vanessa Inelva Previdi	0,00	0,25	0,50	0,75

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA** - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	790	Adriane Gomes	0,00	0,00	0,20	0,20
2	25	Adrieli Kamila Willembing	0,00	0,00	0,30	0,30
3	85	Amanda Manfrin	0,00	0,00	0,20	0,20
4	525	Ana Lucia Bogado Lobato	0,00	0,25	0,00	0,25
5	247	Andressa Andreola	0,00	0,00	0,00	0,00
6	507	Bruno Roani Meneguel	0,00	0,00	0,00	0,00
7	386	Charles De Lucca Gasperin	0,00	0,00	0,00	0,00
8	289	Clarisse Pereira	0,00	0,25	0,50	0,75
9	487	Daiane Lenir Vaccarin Moreira	0,00	0,25	0,50	0,75
10	538	Dayana Aparecida Von Dentz	0,00	0,25	0,20	0,45
11	117	Deisi Isabel Filippin	0,00	0,00	0,00	0,00
12	320	Edenilson Barbieri	0,00	0,00	0,10	0,10

13	664	Éder Berndt	0,00	0,00	0,00	0,00
14	479	Eduarda Bernardi	0,00	0,00	0,00	0,00
15	256	Eliane Fachi Cardozo	0,00	0,25	0,50	0,75
16	128	Eliara Bonamigo	0,00	0,25	0,40	0,65
17	641	Eliel Araujo Do Rosario	0,00	0,00	0,00	0,00
18	318	Emerson Maico Baierle	0,00	0,50	0,50	1,00
19	50	Fábio Alex Rost	0,00	0,00	0,50	0,50
20	687	Fabio Moacir Martinelli	0,00	0,00	0,00	0,00
21	400	Fábio Schuster	0,00	0,00	0,00	0,00
22	185	Fernanda Renilde Sbarde- lotto	0,00	0,00	0,00	0,00
23	34	Francielly Rodrigues De Assis	0,00	0,50	0,50	1,00
24	521	Gabriela Philipsen	0,00		0,50	0,50
25	231	Hirlany Dal Puppo Felix	0,00	0,00	0,00	0,00
26	730	Jessica Fernanda Dalbosco Gritti	0,00	0,25	0,00	0,25
27	68	Joseane Pavan	0,00	0,00	0,50	0,50
28	740	Karine Engel Da Cunha	0,00	0,25	0,50	0,75
29	203	Karine Teixeira Oliveira Zille	0,00	0,00	0,00	0,00
30	467	Katyana Tanara Von Dentz	0,00	0,50	0,50	1,00
31	781	Kennya Andréa Souza Do Nascimento Mendes	0,00	0,00	0,00	0,00
32	78	Ketlyn Aline De Paula	0,00	0,00	0,00	0,00
33	594	Larissa Ballico	0,00	0,00	0,00	0,00
34	506	Leonardo Bucgs	0,00	0,00	0,00	0,00
35	449	Loislene Ferreira	0,00	0,00	0,00	0,00
36	671	Luiza Cella Zangalli	0,00	0,00	0,00	0,00
37	192	Marciéli Fransozi	0,00	0,25	0,00	0,25
38	294	Michel Luiz Bavaresco	0,00	0,00	0,00	0,00
39	156	Naíssa Carmine Schaurich	0,00	0,25	0,50	0,75
40	757	Nilmar Oliveira Das Neves Junior	0,00	0,00	0,00	0,00
41	705	Paloma Mezzomo	0,00	0,25	0,50	0,75
42	632	Paulo Gluitz	0,00	0,25	0,50	0,75
43	237	Pedro Paulo De Souza	0,00	0,25	0,50	0,75
44	411	Poliana Rugeri Alves	0,00	0,00	0,30	0,30
45	308	Raquel Cristina Lazarotto	0,00	0,25	0,10	0,35
46	710	Roberto Schuster	0,00	0,00	0,00	0,00
47	89	Sabrina Priscila Simioni	0,00	0,50	0,50	1,00
48	769	Sidinei Rodrigues Alves Da Silva Janowitz	0,00	0,00	0,00	0,00
49	280	Sinara Bieger	0,00	0,25	0,50	0,75
50	324	Sirlei Rubin	0,00	0,00	0,00	0,00
51	83	Taina Menuncin	0,00	0,00	0,00	0,00
52	29	Tatiane Colombo	0,00	0,25	0,50	0,75
53	725	Tcherlyn Luana Erlo	0,00	0,00	0,50	0,50
54	750	Thainã Aparecida Dos Santos	0,00	0,25	0,50	0,75
55	295	Tiago Rigoni	0,00	0,25	0,20	0,45
56	207	Vanessa Carniel	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO						
Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	330	Adriana Berté	0,00	0,25	0,50	0,75
2	571	Adriana Cristina Scain Pinto	0,00	0,25	0,50	0,75
3	806	Adriana Turmina Schmitz	0,00	0,00	0,00	0,00
4	807	Alana De Oliveira	0,00	0,25	0,30	0,55
5	257	Albina Cecilia Fortunato.	0,00	0,00	0,10	0,10
6	706	Alice Feltez	0,00	0,00	0,50	0,50
7	27	Aline Faustino Faria	0,00	0,00	0,50	0,50
8	277	Alini Dassi	0,00	0,50	0,50	1,00
9	212	Allyne Wandecledina Freitas De Souza	0,00	0,25	0,50	0,75
10	24	Ana Leticia Scheidt	0,00	0,00	0,50	0,50
11	456	Andressa Stanga Schneider	0,00	0,25	0,50	0,75
12	595	Bernadete Goergen Schwen- gber	0,00	0,25	0,50	0,75
13	13	Brenda Provensi Massaia	0,00	0,00	0,50	0,50
14	47	Bruna Dallemole	0,00	0,25	0,30	0,55
15	773	Camila Ana De Lima	0,00	0,25	0,50	0,75
16	686	Camila Stedile Zanin	0,00	0,00	0,00	0,00
17	605	Camila Trevisol	0,00	0,25	0,50	0,75
18	568	Carine Eva Dalmonte Sartori	0,00	0,25	0,50	0,75
19	531	Carla Andrieli Agostini	0,00	0,00	0,50	0,50
20	255	Cassiane Dorneles	0,00	0,00	0,50	0,50
21	484	Cediane De Fatima Jagu- zeski Novello	0,00	0,25	0,50	0,75
22	441	Clacir Gomes	0,00	0,25	0,50	0,75
23	70	Clarice Scherner	0,00	0,25	0,50	0,75
24	657	Claudete Faust	0,00	0,25	0,50	0,75
25	131	Claudia Rosalia Pedrossini	0,00	0,25	0,50	0,75
26	802	Cleide De Fatima Netto Isoton	0,00	0,50	0,50	1,00
27	533	Cristiane Lohmann Pereira	0,00	0,00	0,40	0,40
28	119	Cristiane Paula Frohlich Belló	0,00	0,25	0,50	0,75
29	522	Daiana Melz Link	0,00	0,50	0,50	1,00
30	216	Daiane Felicetti	0,00	0,25	0,50	0,75
31	582	Daniela Paula Liberalesso	0,00	0,00	0,00	0,00
32	795	Dayane Battaglin Eidt	0,00	0,00	0,00	0,00
33	189	Debora Reck Konflanz	0,00	0,00	0,00	0,00
34	51	Débora Furlanetto	0,00	0,50	0,50	1,00
35	415	Débora Regina Weimann	0,00	0,00	0,20	0,20
36	813	Deisi Noemi Taube	0,00	0,00	0,00	0,00
37	44	Denise Aparecida Bach Weber	0,00	0,25	0,50	0,75
38	409	Dhenifer Coffferri Stuani	0,00	0,25	0,50	0,75
39	626	Diana De Pellegrin Fraporti	0,00	0,00	0,50	0,50
40	753	Dorca Mendes Dos Santos Nunes	0,00	0,25		0,25
41	474	Edilaine Gawski Previde	0,00	0,00	0,30	0,30

42	100	Edilene Mara Lewe	0,00	0,00	0,00	0,00
43	658	Eduarda Deitos	0,00	0,25	0,50	0,75
44	170	Eliane De Almeida Vichinieski	0,00	0,00	0,30	0,30
45	541	Eliete Do Nascimento Araujo	0,00	0,25	0,50	0,75
46	46	Elisane Moresco	0,00	0,00	0,50	0,50
47	443	Elisangela Fatima Pereira Gracik	0,00	0,00	0,50	0,50
48	297	Elisiane Schulmann	0,00	0,00	0,30	0,30
49	278	Elizabete Cavalli	0,00	0,00	0,50	0,50
50	649	Ethyenne Ribeiro Tavares De Lacerda	0,00	0,00	0,30	0,30
51	470	Evandra Barichello	0,00	0,25	0,50	0,75
52	19	Evely Andreolla	0,00	0,00	0,50	0,50
53	7	Evelyn Bergmann	0,00	0,25	0,50	0,75
54	569	Fabiana Michelle Schauble Maciel	0,00	0,50	0,50	1,00
55	79	Fabiola Hanauer	0,00	0,00	0,00	0,00
56	358	Franciele Wergutz	0,00	0,25	0,50	0,75
57	700	Franciele Patricia Herbert Scherer	0,00	0,25	0,50	0,75
58	413	Francieli Bottega Schneider	0,00	0,00	0,50	0,50
59	373	Gabriela Dal Magro	0,00	0,00	0,50	0,50
60	110	Gabriella Thainá Konzen	0,00	0,00	0,00	0,00
61	316	Gislaine Orth	0,00	0,00	0,50	0,50
62	387	Gisteli Da Silva	0,00	0,25	0,50	0,75
63	184	Glaucia Dalla Longa	0,00	0,00	0,50	0,50
64	655	Graciele Sehn	0,00	0,00	0,50	0,50
65	586	Greissi Marcia Flach	0,00	0,25	0,50	0,75
66	613	Gricelda Rodrigues Da Silva	0,00	0,25	0,50	0,75
67	486	Inês Maria De Valle Gonzatti	0,00	0,25	0,50	0,75
68	488	Ivete Weber	0,00	0,00	0,40	0,40
69	454	Izabel Orso Bianchi	0,00	0,00	0,20	0,20
70	726	Jacira Ines Panegalli	0,00	0,25	0,50	0,75
71	599	Janaina Aparecida Amaro Dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00
72	501	Janaina Paula Ghissi	0,00	0,50	0,50	1,00
73	490	Jane Janete Groth	0,00		0,50	0,50
74	425	Janecler De Carvalho Jesus	0,00	0,25	0,50	0,75
75	183	Janete Cláudia Sebben De Andrade	0,00	0,50	0,40	0,90
76	106	Janete Henkes De Carli	0,00	0,00	0,50	0,50
77	429	Janieli Prudente	0,00	0,00	0,50	0,50
78	612	Jaqueline Fernanda Cardoso Taparelo	0,00	0,00	0,00	0,00
79	751	Jéssica Dalla Possa Baldissera	0,00	0,00	0,50	0,50
80	33	Jéssica Ferreira Stoer	0,00	0,00	0,20	0,20
81	616	Jéssica Valquiria Hertes	0,00	0,25	0,50	0,75
82	219	Jocelaine Santin	0,00	0,50	0,50	1,00
83	42	Josiani Carine Comassetto	0,00	0,50	0,50	1,00
84	464	Juliana Andressa Maggioni	0,00	0,25	0,50	0,75
85	236	Juliana Basso Donadello	0,00	0,25	0,50	0,75

86	301	Juliana Castagnara	0,00	0,00	0,00	0,00
87	355	Juliana Fátima Klein	0,00	0,25	0,50	0,75
88	572	Juliana Flavia Moschen	0,00	0,50	0,50	1,00
89	555	Karine Vincenzi	0,00	0,00	0,40	0,40
90	138	Keila Regina Kleinert	0,00	0,25	0,50	0,75
91	523	Keli Adriani Taparelo	0,00	0,25	0,00	0,25
92	528	Kelin Baldin	0,00	0,25	0,50	0,75
93	279	Kely Cristina Carminatti	0,00	0,00	0,40	0,40
94	480	Laine Lorenski	0,00	0,25	0,50	0,75
95	407	Liana Turatti Happke	0,00	0,00	0,00	0,00
96	428	Liane Herber Corá	0,00	0,00	0,00	0,00
97	631	Lilian Carla Dall Agnol	0,00	0,00	0,40	0,40
98	812	Lilian Patricia Ribeiro Dos Santos	0,00	0,00	0,00	0,00
99	281	Liliana Raquel Berguiste De Paula	0,00	0,00	0,00	0,00
100	768	Liliane Bencke	0,00	0,00	0,10	0,10
101	282	Luciane Do Val Moraes	0,00	0,00	0,00	0,00
102	310	Luciane Schlickmann	0,00	0,25	0,50	0,75
103	391	Maiara Kochen Grassi	0,00	0,00	0,50	0,50
104	518	Marceli Aparecida Johner Schmidt	0,00	0,25	0,50	0,75
105	600	Marcia Beatriz Stein Scain	0,00	0,25	0,50	0,75
106	11	Marcia Rautta Santi	0,00	0,00	0,50	0,50
107	6	Marciane Frare	0,00	0,50	0,50	1,00
108	64	Marciele Danhaia	0,00	0,00	0,50	0,50
109	111	Marciele Huning Dos Santos	0,00	0,25	0,50	0,75
110	94	Margarete Lisaki	0,00	0,25	0,50	0,75
111	760	Mari Lucia Damasceno	0,00	0,00	0,50	0,50
112	354	Maria Ivone Moraes	0,00	0,25	0,50	0,75
113	361	Maria Paulina Machado Da Silva Modrak	0,00	0,25	0,50	0,75
114	427	Marice Nardi Gorziza	0,00	0,25	0,50	0,75
115	761	Marines Amalia Milani	0,00	0,00	0,00	0,00
116	307	Marines Graff Mossmann	0,00	0,50	0,50	1,00
117	491	Maritânia M.Lolato	0,00	0,50	0,50	1,00
118	458	Marizete Fatima Basso Trevizan	0,00	0,25	0,50	0,75
119	127	Marta Da Silva Moura Gralha Dos Santos	0,00	0,25	0,50	0,75
120	405	Marta Margarete Chies Stertz	0,00		0,50	0,50
121	304	Michelli Andreza Leao	0,00	0,25	0,40	0,65
122	18	Milena Paulata	0,00	0,00	0,00	0,00
123	276	Mirian Tais Delariva De Lima	0,00	0,00	0,50	0,50
124	41	Mônica Battisti	0,00	0,25	0,50	0,75
125	478	Mônica Emanuele Maldaner	0,00	0,00	0,20	0,20
126	694	Nádia Costacurta	0,00	0,25	0,40	0,65
127	337	Nadiesca Da Silva Lacerda	0,00	0,25	0,50	0,75
128	315	Natália Costa Lima Aléssio	0,00	0,00	0,40	0,40
129	344	Natalia Maria Klagenebrg	0,00	0,00	0,10	0,10

130	500	Neiva Maria Perego Tonet	0,00	0,00	0,50	0,50
131	619	Neura Ana Trenhago	0,00	0,00	0,50	0,50
132	509	Paola Thais De Souza	0,00	0,00	0,00	0,00
133	494	Patricia Adriana Albina Da Silva Araldi	0,00	0,00	0,50	0,50
134	713	Patrícia Fernanda Gomes	0,00	0,25	0,50	0,75
135	92	Priscila Rosin	0,00	0,00	0,50	0,50
136	284	Queli Antunes De Oliveira	0,00	0,25	0,10	0,35
137	351	Raquel Castoldi	0,00	0,00	0,00	0,00
138	575	Raquel Fabiana De Oliveira Bracht	0,00	0,50	0,50	1,00
139	176	Regiane Frigo Piasieski	0,00	0,50	0,50	1,00
140	43	Rosana Dos Santos	0,00	0,25	0,50	0,75
141	120	Rosana Martinazzo	0,00	0,25	0,50	0,75
142	561	Rosane Marlene Tonello Dresch	0,00	0,25	0,50	0,75
143	26	Rosangela Aparecida Camara	0,00	0,50	0,50	1,00
144	148	Roseli Pereira Do Amaral Genevro	0,00	0,25	0,50	0,75
145	597	Rosemeri Muraro	0,00	0,00	0,00	0,00
146	313	Rosmeri Salete Martini	0,00	0,25	0,50	0,75
147	23	Rubia Cristina Kosmann	0,00	0,50	0,50	1,00
148	17	Rubiele Scariot	0,00	0,00	0,50	0,50
149	174	Salete Andretta	0,00	0,25	0,50	0,75
150	77	Sandra Maria Weiss	0,00	0,25	0,00	0,25
151	288	Schaiane Rambo	0,00	0,00	0,50	0,50
152	670	Sildes Maria Rodrigues De Araujo	0,00	0,00	0,50	0,50
153	90	Silvana Gabbiatti	0,00	0,00	0,50	0,50
154	677	Silvana Leonice Motta	0,00	0,00	0,00	0,50
155	357	Silvane Frigotto Dutkiewicz	0,00	0,25	0,50	0,75
156	328	Silvete Lago Thuns	0,00	0,25	0,50	0,75
157	680	Simone Carla Boito	0,00	0,00	0,00	0,00
158	269	Simone Gawski	0,00	0,25	0,50	0,75
159	414	Simone Maria Bracht	0,00	0,25	0,50	0,75
160	402	Solange Lucia Citolin	0,00	0,00	0,50	0,50
161	424	Solange Tibola	0,00	0,50	0,50	1,00
162	438	Suzana Idalgo Ceconi Franzon	0,00	0,00	0,00	0,00
163	674	Suzane Dalla Rosa	0,00	0,25	0,50	0,75
164	306	Tais Dos Santos	0,00	0,25	0,50	0,75
165	16	Taís Kossmann	0,00	0,00	0,00	0,00
166	630	Taize Aparecida Duarte	0,00	0,00	0,40	0,40
167	285	Tamara Tuane Tamanho	0,00	0,00	0,40	0,40
168	577	Tatiana Cichelero	0,00	0,00	0,40	0,40
169	774	Tatiane Cristina Dias	0,00	0,00	0,00	0,00
170	267	Tatiane Maria Kummer Dalpiaz	0,00	0,25	0,50	0,75
171	431	Thaina Luiza Barbieri	0,00	0,00	0,00	0,00
172	37	Tisiane Scheila Dumke	0,00	0,00	0,50	0,50
173	72	Valdene Fontanari Dávi	0,00	0,00	0,00	0,00

174	614	Vanessa Da Silva	0,00	0,00	0,50	0,50
175	698	Vanessa Dos Santos Weschenfelder	0,00	0,25	0,50	0,75
176	404	Vania Cristina Policena	0,00	0,25	0,50	0,75
177	457	Venilda Giese	0,00	0,25	0,50	0,75
178	235	Verani Pastore	0,00	0,25	0,50	0,75
179	57	Veridiane Rucks	0,00	0,00	0,40	0,40

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	752	Aline Gabriele Paliano	0,00	0,00	0,00	0,00
2	818	Álvaro Leonardo Specht	0,00	0,00	0,00	0,00
3	780	Ana Carolina Sobreira Almeida	0,00	0,00	0,00	0,00
4	9	Ana Paula Longhi	0,00	0,00	0,00	0,00
5	707	Clair Constâncio Lichack	0,00	0,00	0,00	0,00
6	719	Cristiana Roecker	0,00	0,00	0,00	0,00
7	381	Débora Cristina Da Costa	0,00	0,00	0,00	0,00
8	298	Eligiane Salini Pietro Biasi	0,00	0,00	0,30	0,30
9	701	Franciele Schwaab Simon	0,00	0,00	0,40	0,40
10	321	Jarielly Guedes Dorneles	0,00	0,00	0,00	0,00
11	167	Mariana Camila Tomasi	0,00	0,00	0,00	0,00
12	300	Sandra Iane Franco	0,00	0,00	0,00	0,00
13	736	Valeria Petry	0,00	0,00	0,00	0,00
14	782	Vanise Solange Galarça Griep	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	209	Aglimone Battisti Soelo	0,00	0,00	0,00	0,00
2	588	Ana Cavalheiro Da Silveira Pilatti	0,00	0,00	0,50	0,50
3	615	Angélica Paula Romio	0,00	0,25	0,50	0,75
4	755	Berenice Knöner Lopes	0,00	0,00	0,00	0,00
5	529	Betânia Luiza Poli	0,00	0,25	0,50	0,75
6	214	Bruna Bronzatti	0,00	0,00	0,50	0,50
7	91	Bruna Carla Berté	0,00	0,25	0,40	0,65
8	636	Bruna Eliza Dal Magro	0,00	0,00	0,00	0,00
9	532	Bruna Troiani Bertoletti	0,00	0,00	0,20	0,20
10	513	Carmen Renate Stumm Raimann	0,00	0,25	0,50	0,75
11	459	Cátia Schmitz	0,00	0,25	0,50	0,75
12	817	Cirlene Mathiello	0,00	0,00	0,00	0,00
13	542	Cleunice Dai Prai	0,00	0,25	0,50	0,75
14	667	Débora Luana Haupenthal	0,00	0,25	0,10	0,35
15	562	Delisiane Da Rosa Schallenberger	0,00	0,00	0,50	0,50
16	688	Dilvane Lorencini	0,00	0,00	0,50	0,50
17	526	Dilvane Schirmann	0,00	0,00	0,50	0,50
18	436	Edeli De Fatima Bortoli Thiel	0,00	0,00	0,00	0,00

19	416	Elenice Francisca Carnetti Finn	0,00	0,25	0,50	0,75
20	40	Fernanda Paparella Viapiana	0,00	0,25	0,50	0,75
21	554	Francieli Eyng	0,00	0,25	0,50	0,75
22	759	Gabrielle Haag	0,00	0,00	0,00	0,00
23	228	Gessi Teresinha Santin	0,00	0,50	0,50	1,00
24	244	Hélen Kauane Bugança	0,00	0,00	0,00	0,00
25	493	Ines Weber	0,00	0,25	0,40	0,65
26	451	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	0,00	0,25	0,50	0,75
27	55	Joice Roden Schlickmann	0,00	0,25	0,50	0,75
28	799	Jose Paulo Medeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
29	215	Josiele Dezanetti	0,00	0,25	0,50	0,75
30	623	Juliana Agostini	0,00	0,00	0,50	0,50
31	265	Juliana Carollo	0,00	0,50	0,40	0,90
32	777	Karin Tamires Da Rosa	0,00	0,00	0,50	0,50
33	238	Ketlin Maiara Ledur	0,00	0,25	0,50	0,75
34	717	Ketlin Paula Mileski	0,00	0,50	0,50	1,00
35	52	Loreni Elisabete Laufer	0,00	0,25	0,50	0,75
36	735	Luci Lene Furlan	0,00	0,25	0,50	0,75
37	314	Luciana Maria Viera	0,00	0,25	0,50	0,75
38	336	Luciana Moreira Da Silva	0,00	0,25	0,50	0,75
39	433	Maichele Daiane Passarin	0,00	0,50	0,50	1,00
40	656	Mariane Korbes Zilles	0,00	0,00	0,00	0,00
41	668	Marli Ines Jesuir Bernardi	0,00	0,25	0,50	0,75
42	778	Neusa Machado Da Silva	0,00	0,25	0,10	0,35
43	564	Neuza Faqui	0,00	0,25	0,50	0,75
44	653	Odete Hammes	0,00	0,25	0,50	0,75
45	683	Paula Regina Schuch	0,00	0,25	0,50	0,75
46	643	Prescila Elena Moreira	0,00	0,00	0,00	0,00
47	462	Roque Francisco Ribeiro	0,00	0,25	0,50	0,75
48	473	Roselene Martins Alves	0,00	0,00	0,00	0,00
49	339	Suzana Simioni	0,00	0,25	0,50	0,75
50	570	Terezinha Fiametti	0,00	0,25	0,40	0,65
51	327	Terezinha Rizzi Casagrande	0,00	0,25	0,50	0,75
52	794	Valdomira Reis Bispo De Souza	0,00	0,00	0,00	0,00
53	69	Vaniele Solange Hermes	0,00	0,25	0,50	0,75
54	251	Zaida Pagnhunsat Herbert	0,00	0,25	0,30	0,55

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	147	Alessandro Pablo Zanarsi	0,00	0,00	0,00	0,00
2	609	Ediane Lapazini	0,00	0,00	0,00	0,00
3	56	Giane Estela Mezzomo	0,00	0,00	0,00	0,00
4	481	Marlise Maria Schutz Kuhn	0,00	0,00	0,00	0,00
5	659	Vivian Baroni	1,00	0,00	0,30	1,30

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	166	Quelen Cristiane Fragoso Santos	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	329	Fabieli Rosa De Andrade	0,00	0,25	0,50	0,75
2	652	Luiz Antonio Schimitz	1,00	0,25	0,00	1,25
3	396	Rodrigo Giacomelli	0,00	0,00	0,00	0,00
4	299	Tauã Medino Gomes Da Silva Esá	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	607	Fabiano Ricardo Herbert	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	546	Aline Decker Martinotto	0,00	0,00	0,00	0,00
2	801	Cristiane Eloisa Ternus Alves Kanofre Benedetti	0,00	0,00	0,40	0,40
3	601	Cristianes Rodrigues Amancio	0,00	0,25	0,30	0,55
4	786	Edson Macambira Monteiro	0,00	0,00	0,00	0,00
5	417	Fernanda Tacca	0,00	0,25	0,50	0,75
6	20	Heloiza Rodrigues	0,00	0,00	0,00	0,00
7	160	Jennifer Cristine De Amorim Brambilla	0,00	0,00	0,00	0,00
8	746	Luiz Fernando Ribeiro Da Luz	0,00	0,00	0,00	0,00
9	393	Mateus Rodrigo Nascimento	0,00	0,25	0,50	0,75
10	419	Patricia Maria Vani Zanotti	0,00	0,00	0,50	0,50
11	639	Patricia Miguel Cavagnoli	0,00	0,00	0,00	0,00
12	549	Samara Caroline Lovatel	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	114	Ivanici Veríssimo	0,00	0,00	0,00	0,00
2	771	Jéssica Revers	0,00	0,00	0,00	0,00
3	520	José Henrique Da Silveira	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE LÍNGUA ESPANHOLA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	450	Aline Andressa Soares Veiga	0,00	0,00	0,30	0,30
2	681	Osmar Padilla Rodriguez	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	589	Bruna Luiza Basei	0,00	0,25	0,50	0,75
2	766	Diego Bonatti	0,00	0,00	0,00	0,00
3	434	Edinara Fernandes	0,00	0,25	0,50	0,75

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - NÃO HABILITADO						
Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	326	Camila Marina Orso	0,00	0,00	0,00	0,00
2	333	Evelyn Gnoatto Machado	0,00	0,00	0,00	0,00
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO						
Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	815	Aline Flach Von Dentz	0,00	0,00	0,00	0,00
2	181	Ana Julia Joaquim	0,00	0,00	0,50	0,50
3	477	Angela Srocynski Da Costa	0,00	0,00	0,00	0,00
4	401	Débora Dos Passos	0,00	0,25	0,50	0,75
5	673	Marcianita Da Silva	0,00	0,25	0,10	0,35
6	583	Pablo Marangon Dourado	0,00	0,00	0,00	0,00
7	384	Paulo Ricardo Longhi	0,00	0,00	0,00	0,00
8	158	Rodrigo Moraes	0,00	0,50	0,50	1,00
9	767	Vilma Maria Schmitt	0,00	0,25	0,00	0,25
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO						
Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	186	Davi Da Conceição	0,00	0,00	0,00	0,00
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO						
Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	262	Caroline Chiesa	0,00	0,25	0,20	0,45
2	708	Eder Weber Alvarenga	0,00	0,00	0,00	0,00
3	712	Fábio Rodrigo Vicari	0,00	0,25	0,50	0,75
4	292	Gelavir Picinin	0,00	0,25	0,50	0,75
5	718	Giovane Miguel Kuhn	0,00	0,00	0,00	0,00
6	482	Lisandro Sandini Alves	0,00	0,00	0,00	0,00
7	731	Mauricio Hennicka	0,00	0,00	0,00	0,00
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO						
Nº	Insc.	Candidato (a)	Mestrado	Pós Graduação	Cursos	Total
1	604	Daniel Dos Santos Da Rocha	0,00	0,00	0,00	0,00
2	322	Julian Diego De Jesus Pinto	0,00	0,00	0,00	0,00

Os candidatos terão os dias 10 e 11 de Dezembro de 2020 para interpor recurso pelo site: <https://ameosc.selecao.net.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC em, 09 de Dezembro de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N°184/2020

Publicação N° 2752866

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°184/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.278 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 88.930,00 (oitenta e oito mil e novecentos e trinta reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos ordinários, na dotação abaixo identificada:

02- GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.14.422.0002.2.095 – Manutenção do Conselho Tutelar R\$ 1.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DESPORTO

04.02.12.365.0004.2.102 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil - Magistério R\$ 24.650,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.00161 – Aplicações Diretas R\$ 16.650,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.00161 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

05- SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.08.244.0007.2.036 – Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 700,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.000 – Aplicações Diretas R\$ 700,00

05.02.08.244.0007.2.040 – Proteção Social Especial da Alta Complexidade R\$ 1.430,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.000 – Aplicações Diretas R\$ 1.430,00

07- SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.078 – Funcionamento e Manutenção da Da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 2.500,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07.01.15.452.0010.2.077 – Funcionamento e Manutenção da Da Coordenadoria de Obras R\$ 1.150,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.150,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 – Funcionamento e Manutenção da Agricultura R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS

07.01.28.845.0011.2.086 – Contribuição ao PASEP R\$ 42.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº185/2020

Publicação Nº 2752867

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº185/2020

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.278/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos ordinário na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056– Func. e Manutenção da Secretaria da
Saúde R\$ 50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 180 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753113

DECRETO Nº 180 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

Declara Estado de Emergência em todo o Território do Município de São Pedro de Alcântara - SC.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- I - Que o Município de São Pedro de Alcântara, desde o dia 5 de dezembro de 2020, foi fortemente atingido por chuvas intensas;
- II - Os sérios danos causados a comunidade, à sua segurança, ao patrimônio público e privado, objeto ainda de identificação e quantificação;
- III - A previsão meteorológica para os próximos dias é de chuvas intensas;
- IV - A necessidade da adoção de providências urgentes pelo Poder Público Municipal, contratando a aquisição de materiais e serviços

necessários no sentido de amenizar os problemas e restabelecer a normalidade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ESTADO DE EMERGÊNCIA em todo o território do Município de São Pedro de Alcântara – SC, em decorrência dos danos causados ao patrimônio público e privado, com desmoronamento de barreiras e muros e danos nas estradas provocados pelas chuvas intensas.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil Municipal nas ações de resposta aos problemas decorrentes desse desastre.

Art. 3º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC Federal nº 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de materiais, serviços e obras relacionadas a recuperação dos

danos causados por esse desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da expedição deste Decreto, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

São Pedro de Alcântara, 010 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 439/2020

Publicação Nº 2753552

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 439/2020

Exonera ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 018/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 440/2020

Publicação Nº 2753559

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 440/2020

Exonera ALINE PFLEGER do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ALINE PFLEGER do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 043/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 441/2020

Publicação N° 2753562

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 441/2020

Exonera ANA CAROLINA JUNCKES do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ANA CAROLINA JUNCKES do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 001/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 442/2020

Publicação N° 2753567

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 442/2020

Exonera BRUNA DE SOUZA SCHMITT do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar BRUNA DE SOUZA SCHMITT do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 016/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 443/2020

Publicação N° 2753568

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 443/2020

Exonera CLARICE MARTENDAL FUCK do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CLARICE MARTENDAL FUCK do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 024/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 444/2020

Publicação N° 2753573

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 444/2020

Exonera DEBORA MULLER FREIRE do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar DEBORA MULLER FREIRE do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 019/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 445/2020

Publicação N° 2753578

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 445/2020

Exonera ELAINE CRISTINA DOS SANTOS do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ELAINE CRISTINA DOS SANTOS do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 005/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 446/2020

Publicação Nº 2753583

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 446/2020

Exonera FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 030/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 447/2020

Publicação Nº 2753588

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 447/2020

Exonera FERNANDA LEANDRA CONSTANTE do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FERNANDA LEANDRA CONSTANTE do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 002/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 448/2020

Publicação Nº 2753591

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 448/2020

Exonera FRANCIELI VENTURA MARTINS do cargo de Monitor de Transporte Escolar.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELI VENTURA MARTINS do cargo de Monitor de Transporte Escolar, contrato de trabalho nº. 052/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 449/2020

Publicação Nº 2753595

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 449/2020

Exonera GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 053/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 450/2020

Publicação N° 2753598

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 450/2020

Exonera ISABELA MARTINS SCHABERLE do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ISABELA MARTINS SCHABERLE do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 008/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 451/2020

Publicação N° 2753599

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 451/2020

Exonera JANAINA ELENA SILVEIRA do cargo de Nutricionista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JANAINA ELENA SILVEIRA do cargo de Nutricionista, contrato de trabalho nº. 050/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 452/2020

Publicação N° 2753601

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 452/2020

Exonera JANAINA MARIA KAMMER do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JANAINA MARIA KAMMER do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 044/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 453/2020

Publicação N° 2753603

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 453/2020

Exonera JOÃO PEDRO JUNCKES do cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar JOÃO PEDRO JUNCKES do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 017/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 454/2020

Publicação N° 2753606

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 454/2020

Exonera KEDMA KUHNEN DA SILVA DE SOUZA do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar KEDMA KUHNEN DA SILVA DE SOUZA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 032/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 455/2020

Publicação Nº 2753607

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 455/2020

Exonera LARICE PATRICIA DE ALMEIDA do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LARICE PATRICIA DE ALMEIDA do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 021/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 456/2020

Publicação Nº 2753608

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 456/2020

Exonera LEILANE STEFFENS do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LEILANE STEFFENS do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 026/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 457/2020

Publicação N° 2753609

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 457/2020

Exonera LETICIA SANTOS MARQUES SCOLMEISTER do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LETICIA SANTOS MARQUES SCOLMEISTER do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 033/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 458/2020

Publicação N° 2753611

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 458/2020

Exonera LUIZA CECILIA KRETZER DOS PASSOS do cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar LUIZA CECILIA KRETZER DOS PASSOS do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 039/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 459/2020

Publicação N° 2753612

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 459/2020

Exonera MARIA JOCELINA FERNANDES do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIA JOCELINA FERNANDES do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 031/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 460/2020

Publicação N° 2753614

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 460/2020

Exonera MARIA LUIZA COELHO do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIA LUIZA COELHO do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 025/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 461/2020

Publicação N° 2753622

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 461/2020

Exonera MARIANE APARECIDA PEREIRA do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIANE APARECIDA PEREIRA do cargo de Professora II, contrato de trabalho n°. 003/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 462/2020

Publicação N° 2753626

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 462/2020

Exonera MARLANA DE SOUZA LOHN do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARLANA DE SOUZA LOHN do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho n°. 028/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 463/2020

Publicação N° 2753628

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 463/2020

Exonera SCHARLINE SUZANA GONÇALVES ALBINO do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar SCHARLINE SUZANA GONÇALVES ALBINO do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 012/2018.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 464/2020

Publicação Nº 2753629

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 464/2020

Exonera SHAIANE CRISTINE DA SILVA do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar SHAIANE CRISTINE DA SILVA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 029/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 465/2020

Publicação Nº 2753632

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 465/2020

Exonera THAMARA HELENA SILVA do cargo de Professora Auxiliar de Sala.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar THAMARA HELENA SILVA do cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 007/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de dezembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 004/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA JOICE APARECIDA PRIM OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II

Publicação Nº 2753545

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 004/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA JOICE APARECIDA PRIM OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a a Senhorita JOICE APARECIDA PRIM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 102.370.609-14, residente a Rua Antônio Pedro Scherer, s/nº, Santa Maria – Antônio Carlos/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 004/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 004/2020 até a data em que a criança complete cinco meses de idade, devido a estabilidade gestacional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 015/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GRACIANE MULLER DE CASTRO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II

Publicação Nº 2732729

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 015/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GRACIANE MULLER DE CASTRO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GRACIANE MULLER DE CASTRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 044.599.559-97, residente a Rua Francisco Antônio da Silva, nº. 19067, Sertão do Maruim, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 015/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 015/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 022/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANA HAMES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II

Publicação Nº 2732727

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 022/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANA HAMES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA HAMES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº. 041.535.819-17, residente a Rua Matias Nicolau Hoffmann, nº 600, Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 022/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 022/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 023/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA EDUARDA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II

Publicação Nº 2732724

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 023/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA EDUARDA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita EDUARDA STAHELIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 077.878.749-45, residente a Rua Arnaldo Alfredo Stahelin, nº 178, Vira Copo – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 023/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 023/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 034/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA REGIANI LILIAN DO NASCIMENTO BILIBIO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA

Publicação Nº 2732734

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 034/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA REGIANI LILIAN DO NASCIMENTO BILIBIO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora REGIANI LILIAN DO NASCIMENTO BILIBIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 019.662.799-06, residente e domiciliada a Rua João Odimar dos Santos, nº. 205, Ponte do Imaruim – Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 034/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 034/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ADRIELI ROBERTA NUNES SCHONS OCUPANTE DO CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL

Publicação Nº 2752351

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ADRIELI ROBERTA NUNES SCHONS OCUPANTE DO CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ADRIELI ROBERTA NUNES SCHONS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 064.037.699-10, residente a Rua Orlando Odílio Koerich, nº. 201, Jardim Atlântico, Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito a Lei Complementar nº 121/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 064/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 064/2020 até 30/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 10 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 065/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ANA CAROLINA CORDEIRO SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II

Publicação Nº 2732714

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 065/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ANA CAROLINA CORDEIRO SILVA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANA CAROLINA CORDEIRO SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 081.797.449-06, residente e domiciliada a Rua Arnaldo Alfredo Stahelin, nº. 1616, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que sequeem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 065/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 065/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO	CONTRATADO
-----------	------------

TESTEMUNHAS:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 020/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA KASSIA SOUZA CARDONE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA

Publicação Nº 2732730

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 020/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA KASSIA SOUZA CARDONE OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora KASSIA SOUZA CARDONE, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob nº 046.989.689-25, residente e domiciliada a Rua Mathias Schell, nº. 22, Sertão do Maruim – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 020/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 020/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO	CONTRATADO
-----------	------------

TESTEMUNHAS:

Publicação Nº 2732721

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANNA CAROLINE SOARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 057.771.699-96, residente e domiciliada a Recanto dos Santos, nº. 129, Passa Vinte – Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 060/2019 até 22/12/2020.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

TESTEMUNHAS:

Publicação Nº 2732733

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor OSVALDO RICARDO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 543.489.869-91, residente a Rua Benjamin Gerlach, nº 434, Fazenda Santo Antônio – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seque[m]:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 040/2020 até 22/12/2020.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 042/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ADRIANA VIEIRA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II

Publicação Nº 2732704

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 042/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ADRIANA VIEIRA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ADRIANA VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 685.664.929-00, residente a Servidão Eugenio Ferreira da Silva, nº. 91, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 042/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 042/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 046/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA VANESSA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA

Publicação Nº 2732740

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 046/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA VANESSA STAHELIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita VANESSA STAHELIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 051.327.459-62, residente e domiciliada a Rua Francisco José Ferreira, nº. 32, Forquilha – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 046/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 046/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 047/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ADRIANA SIQUEIRA LEAL OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA

Publicação Nº 2732696

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 047/2020, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA ADRIANA SIQUEIRA LEAL OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ADRIANA SIQUEIRA LEAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 978.345.560-53, residente e domiciliada a Rua Domingos Cândido da Cunha, nº. 80, Centro – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 047/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 047/2020 até 22/12/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de dezembro de 2020.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Saudades

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO Nº 002/2020 CONTRATO Nº 048/2020

Publicação Nº 2753261

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2020
CONTRATO Nº 48/2020
DATA: 17/07/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE SAUDADES
ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME

ALTERAÇÃO: O prazo de vigência do Contrato nº 048/2020, firmado em 17/07/2020, Processo Licitatório nº 1174/2020, Modalidade Tomada de Preços nº 001/2020, que tem por objeto a contratação de empresa sob regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão de obra para executar ampliação e reforma do ginásio municipal de esportes do Distrito de Juvêncio, área de 177,40m². Fica prorrogado por mais 63 (sessenta e três) dias corridos com término para o dia 20/02/2021. A alteração do prazo contratual ocorre em razão de solicitação da empresa fornecedora pelos motivos apresentados no ofício enviado ao Município, com fundamento no Art. 57, § 1º Inciso II da Lei nº 8.666/93 (Covid19).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, § 1º Inciso II da Lei nº 8.666/93 (Covid19).

DATA DA ALTERAÇÃO: 09/12/2020.

DATA DO NOVO VENCIMENTO: 20/02/2021

DANIEL KOTHE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 004/2020 CONTRATO Nº 009/2017

Publicação Nº 2753778

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2017
CONTRATO Nº 9/2017
DATA: 16/03/17

PARTES: Município de Saudades
INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

ALTERAÇÃO: A alteração do prazo contratual ocorre conforme prevê o item 13.3 do Edital e Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93. Adita-se o prazo do Contrato nº 009/2017, em mais 12 meses, corrigindo-se o valor mensal pelo INPC acumulado dos últimos 12 meses (4,7706%), cujo valor mensal passa a R\$ a R\$ 2.271,45 (dois mil duzentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos), totalizando R\$ 27.257,40 (vinte e sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos) no ano.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme prevê o item 13.3 do Edital e Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ALTERAÇÃO: 09/12/2020.

DATA DO NOVO VENCIMENTO: 31/12/2021.

DANIEL KOTHE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 005/2020 CONTRATO Nº 008/2017

Publicação Nº 2753746

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2017
CONTRATO Nº 8/2017
DATA: 16/03/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE SAUDADES
INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

ALTERAÇÃO: O prazo de vigência do Contrato nº 008/2017, firmado em 16/03/2017, Processo Licitatório nº 294/2017, Modalidade Pregão

Presencial nº 008/2017, que tem por objeto a implantação de sistema de telefonia digital (PABX) baseado em servidor IP, contendo software para gerenciamento da plataforma IP e equipamentos em comodato para o funcionamento de 25 ramais, 25 ligações simultâneas SIP fixo Brasil geral com minutos 12.000 para fixo e 1.000 para móvel, fica prorrogado por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias corridos de 01/01/2021 até 31/12/2021. A alteração do prazo contratual ocorre conforme prevê a Cláusula Terceira do Contrato nº 008/2017 e Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Cláusula Terceira do Contrato nº 008/2017 e Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ALTERAÇÃO: 09/12/2020.

DATA DO NOVO VENCIMENTO: 31/12/2021.

DANIEL KOTHE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2020

Publicação Nº 2753318

EXTRATO CONTRATUAL Nº 78/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA 05 (CINCO) CARGOS MAIS CADASTRO DE RESERVA, PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE INGLÊS E AGENTE EDUCATIVO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR: 4.800,00

PRAZO: 28/02/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2581/2020

MODALIDADE: DISPENSA POR LIMITE Nº 2538/2020.

SAUDADES SC, 08/12/2020.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

ORDEM DE PARALISAÇÃO DE OBRA TOMADA DE PREÇOS Nº. 20/2020 – PMS

Publicação Nº 2752373

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 110/2020 – PMS
Processo de licitação nº. 145/2020 - PMS
Tomada de Preços nº. 20/2020 – PMS

ORDEM DE PARALISAÇÃO DE OBRA

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados;
Fica a PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA a partir de 21/12/2020 até 03/01/2021, da contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para construção da Quadra Esportiva na Escola Municipal Frida Hein Krause, com área total de 585m², localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bairro Schroeder III neste Município, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, referente ao Contrato nº. 110/2020 – FMS, Processo de licitação nº. 145/2020–FMS, Tomada de Preços nº. 20/2020–FMS, firmado com a empresa ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 31.054.795/0001-44, conforme solicitação pela empresa contratada, devido ao período de férias coletivas de seus colaboradores entre 21/12/2020 até 03/01/2021.

Schroeder, 09 de dezembro de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.504/2020, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2754385

PORTARIA Nº 8.504/2020, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença de 09/12/2020 a 11/12/2020 da servidora Sra. Ilvane Wudtke, que desempenha a função de Servente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se

Schroeder, 9 de dezembro de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A161/2020 – PMS

Publicação Nº 2753268

TERMO ADITIVO Nº. A161/2020 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2020– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 46/2020-PMS, celebrado em 03 de junho de 2020, Modalidade Tomada da Preço nº. 06/2020-PMS, Processo nº. 65/2020-PMS, tendo como objeto contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de março, EST OPP- Est 124 + 6m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 2.486,00m e área total de 19.868,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.466/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação do prazo de execução de obra até 31/03/2021, conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.2 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra até 31/03/2021.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 46/2020-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Valderi Rocha de Camargo

CPF nº. 301.633.589-15

TERMO ADITIVO Nº. A162/2020 – PMS

Publicação Nº 2753290

TERMO ADITIVO Nº. A162/2020 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2020– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 71/2020-PMS, celebrado em 16 de junho de 2020, Modalidade Tomada de Preço nº. 07/2020-PMS, Processo nº. 66/2020-PMS, tendo como objeto contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Estrada Rancho Bom – Trecho 01, Est. OPP 00 a est. 54 + 0,00 m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.080,00m e área total de 10.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.461/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação do prazo de execução de obra até 31/03/2021, conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Segunda "DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL" no item 2.2 e Cláusula Décima "DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA" no item 10.1.4 prorrogando o prazo de execução da obra até 31/03/2021.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 71/2020-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Valderi Rocha de Camargo
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 301.633.589-15

TERMO ADITIVO Nº. A163/2020 – PMS

Publicação Nº 2753300

TERMO ADITIVO Nº. A163/2020 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 99/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 99/2019-PMS, celebrado em 21 de novembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº.

17/2019-MS, Processo nº. 133/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Alemanha EST OPP- Est 14+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 295,00m e área total de 3.132,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.416/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 2.610,80 (dois mil seiscentos e dez reais e oitenta centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditando no valor R\$ 2.610,80 (dois mil seiscentos e dez reais e oitenta centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 380.899,76 (trezentos e oitenta mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos) .

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 99/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Valderi Rocha de Camargo
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 301.633.589-15

TERMO ADITIVO Nº. A164/2020 – PMS

Publicação Nº 2753363

TERMO ADITIVO Nº. A164/2020 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 94/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 94/2019-PMS, celebrado em 20 de novembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 13/2019-MS, Processo nº. 129/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Carlos Eggert EST OPP- Est 19+2,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 382,00m e área total de 4.123,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e

demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCE-
RIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.420/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento
o convocatório conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei
Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 4.234,65 (quatro mil duzentos
e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as
partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditando no valor R\$ 4.234,65 (quatro mil duzentos e trinta
e quatro reais e sessenta e cinco centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 489.211,18 (quatrocentos e oitenta e nove mil
duzentos e onze reais e dezoito centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 94/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no
presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para
único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente
contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como
observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Valderi Rocha de Camargo

CPF nº. 301.633.589-15

TERMO ADITIVO Nº. A165/2020 – PMS

Publicação Nº 2753417

TERMO ADITIVO Nº. A165/2020 – PMS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço
municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito
Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº.
1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de
CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira
de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 84/2019-PMS, celebrado em 19 de novembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº.
08/2019-MS, Processo nº. 124/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento
de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e
sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua XV de Novembro EST OPP- Est 39+15,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/
SC compreendendo uma extensão de 795,00 e área total de 8.253,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e
demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCE-
RIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.423/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento
o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei
Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, B, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 11.788,35 (onze mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditando o valor de R\$ 11.788,35 (onze mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 943.450,41 (novecentos e quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 84/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Valderi Rocha de Camargo

CPF nº. 301.633.589-15

TERMO ADITIVO Nº. A166/2020 – PMS

Publicação Nº 2753480

TERMO ADITIVO Nº. A166/2020 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 83/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 83/2019-PMS, celebrado em 19 de novembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 07/2019-MS, Processo nº. 123/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gottfried Maske – Est. OPP a Est. 9+ 2,60m, Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 175,15m e área total de 1.812,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCE-RIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.419/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao Aditivo no valor R\$ 796,95 (setecentos e noventa e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado no valor R\$ 796,95 (setecentos e noventa e seis reais e noventa e cinco centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 229.416,78 (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 83/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A167/2020 – PMS

Publicação Nº 2753491

TERMO ADITIVO Nº. A167/2020 – PMS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 91/2019-PMS, celebrado em 20 de novembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 11/2019-MS, Processo nº. 127/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Jorge Lacerda – trecho 03 – trecho – 1 Est. OPP a 2+13,00m trecho – 2 Est. OPP a 2+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 108,00m e área total de 1.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.413/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 672,13 (seiscentos e setenta e dois reais e treze centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditando no valor R\$ 672,13 (seiscentos e setenta e dois

reais e treze centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 127.472,31 (cento e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 91/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Daniela Samulescki Nome: Valderi Rocha de Camargo
CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 301.633.589-15

TERMO ADITIVO Nº. A168/2020 – PMS

Publicação Nº 2753514

TERMO ADITIVO Nº. A168/2020 – PMS

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 97/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 97/2019-PMS, celebrado em 21 de novembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 15/2019-MS, Processo nº. 131/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Jorge Lacerda trecho 02 – Est 10+8,40m a Est. 22+18,90m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 250,50m e área total de 2.748,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.412/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 1.625,71 (um mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditando no valor R\$ 1.625,71 (um mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 392.923,23 (trezentos e noventa e dois mil novecentos e vinte e três reais e vinte e três centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 97/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no

presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Daniela Samulescki Nome: Valderi Rocha de Camargo
CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 301.633.589-15

TERMO ADITIVO Nº. A169/2020 – PMS

Publicação Nº 2753581

TERMO ADITIVO Nº. A169/2020 – PMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 95/2019– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 95/2019-PMS, celebrado em 20 de novembro de 2019, Modalidade Tomada de Preços nº. 14/2019-MS, Processo nº. 130/2019-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Francisco Weiss Trecho 01 EST OPP- Est 08+15,00m; trecho 02 EST OPP – Est12+9,30m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 424,30m e área total de 4.425,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal nº: 0501.363-08 e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.414/2019, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 1.401,49 (um mil quatrocentos e um reais e quarenta e nove centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditando no valor R\$ 1.401,49 (um mil quatrocentos e um reais e quarenta e nove centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 550.127,82 (quinhentos e cinquenta mil cento e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 95/2019-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente

contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2020.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Nome: Valderi Rocha de Camargo

CPF nº. 301.633.589-15

ATA PREGÃO PRESENCIAL 108_2020-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2752895

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCPREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 64/2020 - PRProcesso Administrativo: 144/2020
Processo de Licitação: 11/08/2020
Data do Processo:

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃONúmero da ATA: 253/2020 (Sequência: 3)OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de máscara cirúrgica descartável, tripla camada, para atender as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura do envelope de habilitação da empresa MAYCON WILL EIRELI - EPP conforme determinado no Parecer nº. 247/2020-PROJUR. A documentação será analisada referente a data de abertura do processo que foi em 27/08/2020. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa MAYCON WILL EIRELI - EPP, constatando que a empresa MAYCON WILL EIRELI - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Fica intimada a empresa MAYCON WILL EIRELI - EPP para no prazo de 03 (três) dias úteis apresentar a documentação atualizada, quais sejam as referentes ao edital nos itens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4, 7.1.5, 7.1.12 e 7.1.13. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata e o Parecer nº 247/2020-PROJUR à empresa.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	-	- Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	-	- Equipe de Apoio

ATA PREGÃO PRESENCIAL 109_2020-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2753074

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 109/2020 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 227/2020 Data do Processo: 05/11/2020</p>
	Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, pães, produtos congelados, refrigerados e resfriados, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 258/2020 (Sequência: 3)

Ao(s) 10 de Dezembro de 2020, às 13:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 8266/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 227/2020, Licitação nº 109/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do Laudo Técnico de Análise das Amostras e Ficha Técnica através do Ofício n. 009/2020/CAAF, no qual traz que a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PANIFÍCIO E CONFEITARIA AMORE DI-PANE LTDA. - EPP tem as amostras e fichas técnicas aprovadas para o item 01, a empresa ROSAR ALIMENTOS LTDA. - EPP tem as amostras e fichas técnicas aprovadas para os itens 12, 13 e 16, a empresa JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - EPP tem as amostras e fichas técnicas aprovadas para os itens 10 e 15 e a empresa PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA. - EPP tem as amostras e fichas técnicas aprovadas para os itens 03 a 06, 08, 09, 11 e 14. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata às empresas participantes.

Participante: 9854 - INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICIO E CONFEITARIA AM

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (isento de lactose). Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	40.000,00	AMORE DI PANE	0,0000	0,54	21.600,00

Total do Participante -----> 21.600,00

Participante: 14058 - ROSAR ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	3.800,00	ROSAR	0,0000	8,85	33.630,00
13	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	2.000,00	ROSAR	0,0000	12,91	25.820,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 109/2020 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 227/2020
Data do Processo: 05/11/2020

Folha: 2/4

Participante: 14058 - ROSAR ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	PEITO DE FRANGO, FILÉ TIPO SASSAMI, DE 1ª QUALIDADE, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	3.200,00	ROSAR	0,0000	12,14	38.848,00

Total do Participante -----> 98.298,00

Participante: 14314 - JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo PATINHO. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	4.000,00		0,0000	18,98	75.920,00
15	PALETA BOVINA DE 1ª QUALIDADE, CUBOS MÉDIOS, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	3.500,00		0,0000	18,98	66.430,00

Total do Participante -----> 142.350,00

Participante: 14533 - PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1ª qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	UN	1.300,00	LACTOVALLE	0,0000	12,33	16.029,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 109/2020 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 227/2020 Data do Processo: 05/11/2020
Folha: 3/4	

Participante: 14533 - PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1 LITRO. Não deve ser substituído por bebida láctea. Sabores variados. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	3.500,00	FRIMESA	0,0000	7,80	27.300,00
5	IOGURTE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM POLPA DE FRUTAS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. Não deve ser substituído por bebida láctea. Sabores variados. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	700,00	TIROL	0,0000	3,32	2.324,00
6	IOGURTE DE SOJA, COM POLPA DE FRUTAS - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Não deve ser substituído por bebida láctea. Sabores variados. Alimento com soja e polpa de frutas. De baixo valor calórico e SEM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLUTEN. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	150,00	BATAVO	0,0000	3,99	598,50
8	CALDO DE PEIXE (TILÁPIA), CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápia), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	KG	3.000,00	RANCHO BOM	0,0000	16,98	50.940,00
9	CAÇÃO (TIPO ANJO) EM POSTA, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne branca, sem espinhos. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	1.200,00	VITALMAR	0,0000	25,55	30.660,00
11	CARNE (PALETA) SUÍNA, CUBOS, DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. Cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pêlos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	3.000,00	FRONTAL	0,0000	19,75	59.250,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 109/2020 - PR**

Processo Administrativo: 227/2020
Processo de Licitação:
Data do Processo: 05/11/2020

Folha: 4/4

Participante: 14533 - PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	FÍGADO DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	500,00	LAR	0,0000	7,43	3.715,00
Total do Participante ----->							190.816,50
Total Geral ----->							453.064,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 10 de Dezembro de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki - - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza - - Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna - - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo - - Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow - - Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen - - Equipe de Apoio

ATA PREGÃO PRESENCIAL 110_2020-PMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 2752896

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 110/2020 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 228/2020 Data do Processo: 05/11/2020

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 256/2020 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de Poltronas Reclináveis, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para o Domus Planetário do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para comprovar quem assina a declaração de habilitação a empresa F. A. BARROS - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para comprovar quem assina a declaração de habilitação da empresa F. A. BARROS - ME, constatando-se que a empresa F. A. BARROS - ME não apresentou documentos para credenciar representante, porém a documentação de quem assina a declaração de habilitação está de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa F. A. BARROS - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa F. A. BARROS - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa F. A. BARROS - ME não apresentou CND Federal este documento é exigido no edital no item 7.1.1, não apresentou CND Estadual este documento é exigido no edital no item 7.1.2, não apresentou CND Municipal este documento exigido no edital no item 7.1.3, apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação este documento é exigido no edital no item 7.1.6 e deve seguir o exigido no edital no item 7.4, sendo assim a empresa não apresentou a documentação de acordo com o edital, de acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata à empresa.

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 110/2020 - PR</p>
<p>Processo Administrativo: 228/2020 Processo de Licitação: Data do Processo: 05/11/2020</p>	<p>Folha: 2/2</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 256/2020 (Sequência: 2)

Schroeder, 10 de Dezembro de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	- - Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 108/2020-PMS

Publicação Nº 2752913

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Número do Registro de Preços: 96/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
1	OVO DE GALINHA VERMELHO, TIPO GRANDE - DÚZIA. Ovos selecionados, com cascas limpas, sem trincas ou rachaduras. Devem estar isentos de fezes de animais. Embalagem própria para o acondicionamento de ovos (caixa para dúzia). Peso mínimo de 720 g. Rótulo com indicação do fabricante, tipo de produto, quantidade, data de envase, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Com registro no órgão competente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	CANELA	0	6.9000	1			
2	ABACATE - KG. Fruta com cor característica (verde) isenta de doenças. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4.5000	1			
3	ABACAXI TIPO PEROLA - PEÇA. Fruta de cor característica (casca amarela e coroa verde). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Peso aproximado por unidade/peça = 1 a 1,5 Kg. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3.2000	1			
4	ABOBRINHA VERDE - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3.8000	1			
5	AGRIÃO (TIPO D'ÁGUA) - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchadas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3.5000	1			
6	APIM CRU, DESCASCADO, CONGELADO - KG. Isento de doenças. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	GARBALDE	0	5.6000	1			
7	ALFACE TIPO CRESPA - PEÇA. Verde, consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Produto fresco e com grau de maturação intermediário. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	2.2000	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Página: 2/9

Número do Registro de Preços: 96/2020			Data do Registro: 10/12/2020			Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	
8	ALHO INTEIRO - KG. Produto in natura com cabeças íntegras. Livre de doenças, brotos e partes amolecidas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	24,0000	1	
9	BANANA CATURRA - KG. Grau de maturação intermediário, bem desenvolvida, coloração característica (amarela), consistência firme e sem pontos de apodrecimento. Livre de insetos, fungos, sujidades e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,2000	1	
10	BATATA DOCE - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	2,9900	1	
11	BATATA INGLESA LAVADA - KG. Tamanho uniforme, sem doenças, danos físicos ou estágio avançado de maturação. Ausência de brotos e partes moles ou unidades estragadas. Deve estar em boas condições de apresentação, livre de insetos e fungos. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4,5000	1	
12	BERINJELA - KG. Frutos firmes, com a casca de cor brilhante, sem partes escuras ou amolecidas, isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	5,0000	1	
13	BETERRABA - KG. Tubérculo com boa aparência, sem doenças ou danos físicos. Ausência de brotos ou partes moles, ou unidades estragadas. Não deve apresentar aspecto avançado de maturação, nem matéria terrosa. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,9000	1	
14	BRÓCOLIS - PEÇA. Produto fresco, cor verde, consistência firme, sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,5000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 96/2020			Data do Registro: 10/12/2020			Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
15	CAQUI TIPO FUYU - KG. Fruta de cor característica (casca alaranjada). Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	6,5000	1	
16	CEBOLA BRANCA, DE CABEÇA - KG. Classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4,1500	1	
17	CEBOLA ROXA, DE CABEÇA - KG. Classe média, de 1ª qualidade e tamanho uniforme. Superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Sem partes moles, enrugadas ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4,5900	1	
18	CEBOLINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	1,9000	1	
19	CENOURA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (alaranjada), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou brotos. Não deve apresentar partes que permaneçam rígidas e secas após a cocção. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,0000	1	
20	CHUCHU - KG. Deve apresentar boa aparência, aspecto firme e coloração característica (verde). Livre de doenças e danos mecânicos, sem partes moles ou unidades muito amadurecidas. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,5000	1	
21	COUVE-FLOR - PEÇA. Produto fresco, consistência firme, sem pontos de apodrecimento (escuros), em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,5000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 96/2020			Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	COUVE FOLHA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	1.9000	1
23	ESPINAFRE - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	1.9000	1
24	LARANJA LIMA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3.2000	1
25	LARANJA PÊRA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3.2000	1
26	LIMÃO TAITI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3.5000	1
27	MACÁ TIPO ARGENTINA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	5.9000	1
28	MACÁ TIPO GALA - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (vermelha). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4.9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Página: 5/9

Número do Registro de Preços: 96/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	MAMÃO TIPO FORMOSA - PEÇA. Fruta com tamanho uniforme, com no mínimo 1,5 kg cada unidade. Boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,2000	1
30	MANGA TIPO TOMI - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (alaranjada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	2,5000	1
31	MELANCIA - PEÇA. Fruta com tamanho uniforme, pesando entre 8 à 10 kg cada unidade. Boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Sem partes apodrecidas. Cor característica (casca verde e miolo vermelho). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	12,5000	1
32	MELÃO TIPO ESPANHOL - PEÇA. Fruta com tamanho uniforme, pesando entre 1,5 a 2 kg cada unidade. Boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (amarela). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4,9000	1
33	MORANGA (ABÓBORA) - PEÇA. Vegetal com cor característica (alaranjada), PESANDO ENTRE 2,5 E 3 KG. Superfície lisa, sem partes moles. Isenta de doenças, partes moles ou enrugadas. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	6,9000	1
34	PEPINO TIPO SALADA - KG. De 1ª qualidade, cor característica (casca verde e miolo branco), tamanho uniforme (de médio a grande), superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 6/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Número do Registro de Preços: 96/2020			Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	PÉRA TIPO WILLIAMS - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Cor característica (verde claro ou amarelo claro). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	6,5000	1
36	PIMENTÃO VERDE - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	5,5000	1
37	REPOLHO BRANCO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme, sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor branca. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,0000	1
38	REPOLHO ROXO - PEÇA. Produto fresco, consistência firme, sem pontos de apodrecimento, em perfeita maturação e conservação, cor roxa. Tamanho médio a grande. Livre de insetos, fungos e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	4,5900	1
39	RÚCULA - MAÇO. Vegetal verde escuro, isento de doenças e folhas murchas. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,5000	1
40	SALSINHA TIPO TEMPERO - MAÇO. Tempero verde, isento de insetos, em perfeita maturação e conservação. Peso mínimo de 300 g por maço. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, quantidade, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,5000	1
41	TANGERINA TIPO POKKAN - KG. Fruta com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles. Isenta de doenças. Não deve apresentar estado avançado de maturação. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Página: 7/9

Número do Registro de Preços: 96/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	TOMATE - KG. Fruto com tamanho uniforme, boa apresentação e aspecto uniforme. Deve apresentar a casca íntegra, sem partes moles ou muito amadurecidas. Isenta de doenças. Em perfeito estado de maturação. Cor característica (avermelhada). Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	3.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Número do Registro de Preços: 96/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	VAGEM - KG. De 1ª qualidade, cor característica (verde claro), tamanho uniforme, superfície lisa, isenta de doenças ou podridões. Livre de insetos, fungos, matéria terrosa e sujidades. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	INATURA	0	6,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2020

Número do Registro de Preços: 96/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, hortifrutigranjeiros, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2020
PROCESSO Nº 226/2020
(14533) - PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA

Schroeder, 10 de Dezembro de 2020.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 109_2020-PMS

Publicação Nº 2753081

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 97/2020

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 97/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, pães, produtos congelados, refrigerados e resfriados, destinados a alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Cei			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. NÃO deve conter LEITE entre os ingredientes da receita (senão de lactose). Pão preparado com farinha de trigo integral, farinha de trigo especial, centeio e sementes ou grãos (linhaça, gergelim, aveia). Deve apresentar massa fresca e macia. Embalagem plástica, transparente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e sujidades. Com registro no órgão competente.	UN	INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICIO E CONFEITARIA AM (9854)	AMORE DI PA	0	0,5400	1		
3	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G. Produto alimentício derivado do leite. Espessura fina, de 1ª qualidade. Deve apresentar coloração amarelo claro, sabor e odor característicos de queijo fresco. Pacotes lacrados, provenientes das indústrias de laticínios. O queijo não deve ser fatiado e subdividido no estabelecimento comercial do fornecedor. Embalagem plástica íntegra, transparente, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	LACTOVALLE	0	12,3300	1		
4	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS, PARCIALMENTE DESNATADO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1 LITRO. Não deve ser substituído por bebida láctea. Sabores variados. Produto alimentício derivado do leite. Possui polpa de frutas e açúcar entre os ingredientes. Deve apresentar consistência líquida/cremosa, isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	LACTOVAL	0	12,3500	2		
		UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	FRIMESA	0	7,8000	1		
5	IOGURTE ZERO LACTOSE, PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE, COM POLPA DE FRUTAS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 150 G. Não deve ser substituído por bebida láctea. Sabores variados. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	TIROL	0	3,3200	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 97/2020

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 97/2020			Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, pães, produtos congelados, refrigerados e resfriados, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Cei							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	IOGURTE DE SOJA, COM POLPA DE FRUTAS - EMBALAGEM COM 100 A 200 G. Não deve ser substituído por bebida láctea. Sabores variados. Alimento com soja e polpa de frutas. De baixo valor calórico e SEM LACTOSE. NÃO CONTEM GLUTEN. Deve apresentar consistência líquida/cremosa. Isento de pontos escuros e odor ou sabor azedo. Embalagem plástica, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Com registro no órgão competente.	UN	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	BATAVO	0	3,9900	1
8	CALDO DE PEIXE (TILÁPIA), CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Ingredientes: carne de peixe (tilápias), água, sal, cebola, tomate, batata, extrato de tomate, óleo de soja, tempero verde e condimentos. Deve ser CONGELADO e TRITURADO. Não deve conter espinhas nem partes rígidas. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro no órgão competente.	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	RANCHO BON	0	16,9800	1
9	CACÃO (TIPO ANJO) EM POSTA, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne branca, sem espinhos. Coloração e odor característicos. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	VITALMAR	0	25,5500	1
10	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo PATINHO. Congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pelos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de excessivos pontos brancos, indicativos de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14314)		0	18,9800	1
			ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	LEARDIN	0	25,6000	2
			ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	ROSAR	0	22,9500	2
			PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	FRONTAL	0	22,9500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 97/2020

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 97/2020			Data do Registro: 10/12/2020			Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, pães, produtos congelados, refrigerados e resfriados, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Cen								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
11	CARNE (PALETA) SUÍNA, CUBOS, DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. Cortada em cubos, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pelos. Coloração rosada e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de elevada quantidade de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	FRONTAL	0	19,7500	1	
12	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	ROSAR	0	8,8500	1	
13	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO CONGELADA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. SEM TEMPERO. Não deve apresentar outros cortes além da coxa e sobrecoxa. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	ROSAR	0	12,9100	1	
14	FIGADO DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, conservado em equipamento adequado. Não deve estar amolecido, nem pegajoso, nem apresentar manchas esverdeadas. Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	LAR	0	7,4300	1	

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 97/2020

Número do Registro de Preços: 97/2020			Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, pães, produtos congelados, refrigerados e resfriados, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Cen							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	PALETA BOVINA DE 1ª QUALIDADE, CUBOS MÉDIOS, CONGELADA - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne tipo paleta, congelada, isenta de gorduras, ossos, cartilagens, nervos, peles, couros, demais aparas ou pelos. Coloração vermelha intensa e odor característico de carne fresca (agradável). Livre de quantidade elevada de gordura. Embalagem plástica resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI (14314)		0	18,9800	1
16	PEITO DE FRANGO, FILÉ TIPO SASSAMI, DE 1ª QUALIDADE, CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Isenta de gorduras, cartilagens e ossos. Congelada, compacta e conservada em equipamento adequado. Não deve estar amolecida, nem pegajosa, nem apresentar manchas esverdeadas. Coloração característica (rosada). Embalagem resistente, íntegra, limpa e não violada. Rótulo com indicação de procedência/produto, tipo de carne, lote, peso, informação nutricional, data de processamento, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Com registro de inspeção animal municipal, estadual ou federal (Ministério da Agricultura).	KG	ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	ROSAR	0	19,9800	2
			ROSAR ALIMENTOS LTDA (14058)	ROSAR	0	12,1400	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 97/2020

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 97/2020 Data do Registro: 10/12/2020 Válido até: 10/12/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, pães, produtos congelados, refrigerados e resfriados, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Cei

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA (14533)	LAR	0	12,1500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 97/2020

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 97/2020		Data do Registro: 10/12/2020		Válido até: 10/12/2021		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, pães, produtos congelados, refrigerados e resfriados, destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Cei						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2020
- PROCESSO Nº 227/2020
- (9854) - INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICIO E CONFEITARIA AM
 - (14058) - ROSAR ALIMENTOS LTDA
 - (14314) - JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI
 - (14533) - PEG LOJA DE DEPARTAMENTO LTDA

Schroeder, 10 de Dezembro de 2020.

DECRETO Nº 5.397/2020, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752374

DECRETO Nº 5.397/2020, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 69.566,02 (sessenta e nove mil quinhentos e sessenta e seis reais e dois centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais	R\$	5.000,00
05.04.12.361.0003.2.024 - Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	R\$	25.000,00
05.04.12.365.0003.2.025 - Manutenção Centro de Educação Infantil - FUNDEB		
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais	R\$	3.700,00
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao	R\$	1.526,25
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	R\$	17.000,00
3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Contratacao por Tempo Determinado	R\$	17.139,77
05.04.12.365.0003.2.027 - Manutenção Jardins - FUNDEB		
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais	R\$	200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo	R\$	5.000,00
05.04.12.361.0003.2.024 - Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB		
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao	R\$	25.000,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.365.0003.2.027 - Manutenção Jardins - FUNDEB		
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxilio-Alimentacao	R\$	200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 4 de Dezembro de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.398/2020, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753245

DECRETO Nº 5.398/2020, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.894,85 (um mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0003.1.004 - Reforma, Ampliações e Construções de CEIM

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalações R\$ 1.894,85

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 4 de Dezembro de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.400/2020, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752764

DECRETO Nº 5.400/2020, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020**ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO
PROGRAMA DE 2020.**

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.05 - SETOR DE SAUDE**

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**04.05 - SETOR DE SAUDE**

04.05.10.301.0013.2.055 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 5.401/2020, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752376

DECRETO Nº 5.401/2020, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - EXTRAORDINÁRIO - ABERTOS NO ORÇAMENTO
PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.476/2020 de 5 de maio de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.240,00 (quatro mil duzentos e quarenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.122.0013.2.075 - Enfrentamento da Emergência COVID 19

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0122 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.240,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 2088

Publicação Nº 2753615

DECRETO Nº 2088, DE 10 DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o cancelamento dos restos a pagar inscritos no exercício de 2019 do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e,

CONSIDERANDO que as despesas constantes no presente Decreto, inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2019 não atendem todos os requisitos previstos no art. 63 e seus § 1º e § 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964, ou seja, a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

CONSIDERANDO que as contas contábeis de Restos a Pagar integram o grupo de Dívida Flutuante, com duração de um exercício financeiro;

CONSIDERANDO o inciso III do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre as demonstrações contábeis de cada órgão, fundo ou entidade; e

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de Decreto o cancelamento de restos a pagar conforme exposto nos considerandos anteriores,

DECRETA

Art. 1º O Fundo Municipal de Saúde, como órgão e unidade orçamentária do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal deverá cancelar, integralmente, os saldos de Restos a Pagar que não atendem todos os requisitos previstos no art. 63 e seus § 1º e § 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964 inscritos no exercício de 2019, referente a saldos de empenhos não utilizados pelo Fundo, que não tiverem sido pagos até a presente data.

§ 1º Os Restos a Pagar Processados e não Processados previstos no caput do presente artigo são os seguintes:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS			
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Nº Empenho	Credor	Fonte Recursos	Valor
0000222/19	Ar Fiorenzano Distribuidora de Medicamentos Ltda.	0.1.0831	3.450,00
0000643/19	Imedic Diagnóstico por Imagem Ltda.	0.1.0003	1.739,00
0000768/19	Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda.	0.1.0831	285,66
0000775/19	Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares	0.1.0003	1.270,00
0001006/19	INSS - Instituto Nacional Do Seguro Social	0.1.0003	1.040,00
0001198/19	Jn – Dalchasso Ltda. – ME	0.1.0003	1.258,00
0001251/19	Casa Dos Fogoes Moveis e Eletro Ltda.	0.1.0003	120,00
0001572/19	Mauro Marciano Comercio de Medicamentos Ltda.	0.1.0003	3.750,00
0001575/19	Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospital	0.1.0003	2.703,36
0001627/19	Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda – ME	0.1.0003	857,00
0001640/19	Casa dos Fogoes Moveis e Eletro Ltda.	0.1.0003	354,10
0001690/19	Tochetto - Tele Gás Ltda – ME	0.1.0003	279,60
0001698/19	Dimeva Distribuidora de Medicamentos Ltda.	0.1.0003	417,75
0001718/19	Inovamed Com de Medicamentos Ltda.	0.1.0003	31,50
0001719/19	CENTERMEDI – Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.	0.1.0003	1.060,00
0001791/19	Geliane R. W. Sonza – ME	0.1.0831	150,00
0001863/19	Adair Antonio Rubas 79851630934	0.1.0003	735,00
0001929/19	Mauro Marciano Comercio de Medicamentos Ltda.	0.1.0003	1.784,00

0001932/19	Inovamed Com De Medicamentos Ltda.	0.1.0003	38,26
0001942/19	Medilar Importação e Distribuição de Produtos	0.1.0003	69,60
0001949/19	Centermedi-Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	0.1.0003	1.060,00
0001979/19	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	0.1.0003	90,09
0002023/19	Cordasso e Cia. Ltda.	0.1.0003	122,00
0002121/19	Near Nucleo Especializado De Avaliacao e Reabilita	0.1.0003	3.125,00
0002138/19	Flavio Tonello – Me	0.1.0003	558,00
0002139/19	Flavio Tonello – Me	0.1.0003	290,00
0002158/19	Damedi Dambrós Comércio de Medicamentos Ltda	0.1.0003	463,60
0002186/19	Silmes Comercio De Produtos Odontologicos Ltda - E	0.1.0003	368,70
0002199/19	Laboratorio Lazzarotto Ltda. – ME	0.1.0003	3.573,32
0002220/19	Ar Fiorenzano Distribuidora de Medicamentos Ltda.	0.1.0003	1.795,00
0002222/19	Damedi Dambrós Comércio de Medicamentos Ltda.	0.1.0003	541,50
0002224/19	Dimeva Distribuidora De Medicamentos Ltda	0.1.0003	27,75
0002225/19	Mecanica Burin Ltda.	0.1.0003	230,00
0002226/19	Mecanica Burin Ltda.	0.1.0003	180,00
0002227/19	Mecanica Burin Ltda.	0.1.0108	160,00
0002228/19	Mecanica Burin Ltda.	0.1.0003	120,00
0002229/19	Mecanica Burin Ltda.	0.1.0003	215,00
0002230/19	Mecanica Burin Ltda.	0.1.0003	160,00
0002323/19	Giotto – Eletro Motores Ltda. - ME	0.1.0831	150,00
0002324/19	Giotto – Eletro Motores Ltda – ME	0.1.0831	30,00
0002378/19	Laboratorio Lazzarotto Ltda. – ME	0.1.0003	3.909,64
0002381/19	Laboratório De Análises Clínicas Labvita Ltda.	0.1.0003	2.241,06
0002387/19	WF – Soluções Tecnológicas Ltda. – ME	0.1.0003	260,00
Total de Restos a Pagar Processados e não Processados			41.063,49

§ 2º Os fornecedores e prestadores de serviços que tenham dívidas empenhadas inscritas em Restos a Pagar identificados no § 1º do art. 1º do presente Decreto deverão, nos termos do art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964, comprovar a liquidação da despesa até o prazo estipulado no art. 2º do presente Decreto.

§ 3º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, com fundamento no art. 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

Art. 2º Ficam desde já notificados todos os credores constantes do rol do § 1º do art. 1º deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 60 (sessenta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal da Fazenda o direito ao pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 10 de dezembro de 2020

Jerson Antonio Brusamarello
Prefeito Municipal em exercício

Registra-se e Publica-se
Em 10 de dezembro de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DECRETO Nº 2089

Publicação Nº 2753618

DECRETO nº 2089, de 10 de dezembro de 2020.

Instaura Processo Administrativo e da outras providências

O Prefeito Municipal em exercício, de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em atendimento ao disposto no artigo 181 combinado com o artigo 188 da Lei Complementar nº. 18/2003,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instaurado o processo administrativo para dar cumprimento à determinação judicial proferida nos autos da Apelação Cível n.º 0000541-05.2008.8.24.0068 (RE 650.447/SC), com a finalidade de oportunizar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa para esclarecimentos dos fatos acerca da situação funcional de P.F.S.

Art. 2º. Para comporem a Comissão do Processo Administrativo, ficam nomeados os seguintes servidores públicos:

Jaqueline Ribeiros – Adjunto Administrativo – Presidente
Taís Cristina Dreon – Adjunto Administrativo - Secretária
Arival Cruz do Nascimento- Operador de Máquinas Pesadas - Membro

Art. 3º. A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação, para a concluir os trabalhos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 10 de dezembro de 2020.

JERSON ANTONIO BRUSAMARELLO
Prefeito Municipal em exercício

Registra-se e Publica-se
Em 10 de dezembro de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DECRETO Nº 2090

Publicação Nº 2753621

DECRETO Nº 2090, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial dos exercícios anteriores no valor de R\$ 42.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 2024, de 20 de novembro de 2019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea "b", do inciso IV, do art. 4º da Lei 2029 de 26 de dezembro de 2019, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2020 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Unidade: 01 Departamento da Fazenda Municipal
Projeto Atividade: 0.010 – Amortização e Encargos da Dívida Interna Contratual
Modalidade: 331 4.6.90.00.00.00.00 0.3.0000 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Projeto Atividade: 0.015 – Contribuição para Formação do PASEP
Modalidade: 332 3.3.90.00.00.00.00 0.3.0000 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 42.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro
Fonte: 0.3.0000 – Recursos Ordinários R\$ 7.000,00
Fonte: 0.3.0000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 42.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 10 de dezembro de 2020.

JERSON BRUSAMARELLO
Prefeito Municipal em exercício
Registra-se e Publica-se
Em 10 de dezembro de 2020

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 101/2020

Publicação Nº 2752850

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 101, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Do Edital de Chamamento Público nº 96, de 02 de dezembro de 2020, para Processo Seletivo para o Cargo de Médico, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do item "4" e seus subitens – Da Classificação e dos Critérios de Desempate e item 5 – Do Resultado Final, do Edital nº 96, de 02 de dezembro de 2020, referente ao Processo Seletivo para preenchimento de vaga, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal,

HOMOLOGA:

1. Fica homologado o resultado final do Edital de Chamamento Público nº 96, de 02 de dezembro de 2020, para o preenchimento da vaga de Médico, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

1.1. Médico/40h:

Nº Inscrição	Nome Candidato	Análise do Curriculum Vitae	
		Número de Pontos	Classificação
03	Rodrigo Lemos	15,00	1º Lugar
01	Alaina Elisa Sordi	5,60	2º Lugar
02	Louyse Barzotto	5,20	3º Lugar
04	André Salatti Montes Junior	Sem Pontuação	4º Lugar
05	Mário Eduardo Rocha Silva	Inscrição Indeferida: Inscrição fora de prazo (*)	

1.1.1. (*) A inscrição foi indeferida por ter sido encaminhada por e-mail no endereço eletrônico rh01@seara.sc.gov.br nos termos do subitem 1.2.1 do Edital nº 96, de 02 de dezembro de 2020, às 18h41min, contrariando totalmente o estabelecido 1.2, do mesmo Edital "cuja as inscrições serão realizadas através da entrega de envelopes contendo a documentação abaixo caracterizada que deverá ocorrer até as 17h30min do dia 07 de dezembro de 2020".

2. Nos termos do item 6.2 – Dos Recursos do Edital de Chamamento Público nº 96, de 02 de dezembro de 2020, para Processo Seletivo para o cargo de Médico, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal de Saúde, os recursos deverão ser apresentados mediante requerimento dirigido à Secretária Municipal de Administração, protocolado no Departamento de Recursos Humanos, cuja decisão será publicada no site www.seara.sc.gov.br e Link ACESSO A INFORMAÇÃO/PROCESSO SELETIVO, e interpostos em 1 (um) dia útil, contado a partir do primeiro dia útil seguinte da data de sua publicação.

3. Sob pena de exclusão do presente processo seletivo, os candidatos que tenham realizado inscrições por e-mail na forma prevista subitem 1.2.1 do Edital nº 96, de 02 de dezembro de 2020, deverão apresentar os documentos originais no Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Anita Garibaldi, 371, nesta cidade e Município de Seara/SC até 3 (três) dias úteis, contados da data do chamamento para assumir o cargo, para o fim de autenticação dos documentos encaminhados.

Seara/SC, 10 de dezembro de 2020.

Jerson Antônio Brusamarello
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 10 de dezembro de 2020.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

EXTRATO DOS CONTRATOS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação N° 2753471

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA.

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Novembro de 2020.

Contrato nº 251/2020 - Dispensa de Licitação nº 051/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Kraemer & Filho Ltda - ME, CNPJ nº 17.148.056/0001-90 - Contratada. OBJETO: Aquisição de 20 persianas de algodão, para as janelas e portas da nova sede da Secretaria da Agricultura. PRAZO: 10 (dez) dias. VALOR: R\$ 5.280,00. DATA DO CONTRATO: 03/11/2020.

Contrato nº 252/2020 - Tomada de Preços nº 020/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa SRV Projetos e Construções Ltda - ME, CNPJ nº. 22.797.458/0001-56 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do contrato nº 234/2019 em mais 90 dias, a contar do dia 07/11/2020. DATA DO CONTRATO: 03/11/2020.

Contrato nº 253/2020 - Dispensa de Licitação nº 052/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Morandi Comércio e Assistência de Materiais Hidráulicos Ltda, CNPJ nº 26.329.228/0001-13 – Contratada. OBJETO: Aquisição de tampas, tubos e serviços de testes de vazão em poços artesianos comunitários localizados em Linha Gramado, Linha São Paulo e Linha Bonita. PRAZO: 31/12/2020. VALOR: R\$ 9.195,00. DATA DO CONTRATO: 05/11/2020.

Contrato nº 254/2020 – Tomada de Preços nº 016/2019.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Deivys Kunrath ME, CNPJ nº 23.351.128/0001-03 – Contratada. OBJETO: Acréscimo nos materiais e serviços no valor de R\$ 1.259,75 e supressão no valor de R\$ 964,04, resultando em aumento no valor do contrato em R\$ 297,71. DATA DO CONTRATO: 05/11/2020.

Contrato nº 255/2020 – Dispensa de Licitação nº 053/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado à empresa Ademar Fracasso & Filho Ltda, CNPJ n.º 03.607.860/0001-86 - Contratada. OBJETO: Fornecimento e instalação de 06 (seis) exaustores eólicos junto ao Centro Comunitário. PRAZO: 02 (dois) dias. VALOR: R\$ 8.100,00. DATA DO CONTRATO: 09/11/2020.

Contrato nº 256/2020 - Dispensa de Licitação nº 054/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Jean Paulo Tochetto 08223271982, CNPJ nº 28.939.236/0001-07 - Contratada. OBJETO: Aquisição de guarda-corpo de tubo galvanizado e serviços de mão de obra para instalação na ponte localizada no distrito de Nova Teutônia. PRAZO: 02 (dois) dias. VALOR: R\$ 9.502,30. DATA DO CONTRATO: 10/11/2020.

Contrato nº 257/2020 – Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Serviço Social da Indústria-SESI, CNPJ nº 03.777.341/0309-01 - Contratada. OBJETO: Alteração do valor originalmente contratado, reduzindo-o nas seguintes condições: novembro/2020 no valor de R\$ 38.936,50. DATA DO CONTRATO: 13/11/2020.

Contrato nº 258/2020 – Pregão Presencial nº 129/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado à empresa Poletto Planejamento Ambiental Ltda, CNPJ nº. 06.242.246/0001-56 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato nº 186/2014 em mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar do dia 15/11/2020. DATA DO CONTRATO: 13/11/2020.

Contrato nº 259/2020 - Dispensa de Licitação nº 078/2019.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e de outro lado o Sr. Erni Schumann, CPF nº 032.032.209-20 - Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses a contar de 01/12/2020. DATA DO CONTRATO: 16/11/2020.

Contrato nº 260/2020 – Dispensa de Licitação nº 055/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado à empresa WF Soluções Tecnológicas Ltda, CNPJ nº 11.180.474/0001-89 – Contratada. OBJETO: Aquisição de 01 (um) projetor Benq 3300 Lumens, WXGA, HDMI, branco, Mw864ust, para utilização pela Superintendência Municipal de Esportes e Lazer. PRAZO: 01 (um) dia. VALOR: R\$ 9.400,00. DATA DO CONTRATO: 16/11/2020.

Contrato nº 261/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado a Sra. Eliane Marcia Gomann, CPF nº 045.006.689-42 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços para transporte de água com caminhão tanque, capacidade de 8.000 litros, objetivando atender as comunidades no interior, em virtude da situação de emergência decretada pelo município. PRAZO: 31/12/2020. VALOR: R\$ 90,64/Hora. DATA DO CONTRATO: 16/11/2020.

Contrato nº 262/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado o Sr. Rene Jose Bianchini, brasileiro, CPF nº 576.709.439-04 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços para transporte de água com caminhão tanque, capacidade de 15.000 litros, objetivando atender as comunidades no interior, em virtude da situação de emergência decretada pelo município. PRAZO: 31/12/2020. VALOR: R\$ 170,00/Hora. DATA DO CONTRATO: 16/11/2020.

Contrato nº 263/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado o Sr. Lauri Pedro Vani, CPF nº 738.091.109-06 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços para transporte de água com caminhão tanque, capacidade de 10.000 litros, objetivando atender as comunidades no interior, em virtude da situação de emergência decretada pelo município. PRAZO: 31/12/2020. VALOR: R\$ 113,30/Hora. DATA DO CONTRATO: 16/11/2020.

Contrato nº 264/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado o Sr. William Tofoli, CPF nº 091.734.329-89 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços para transporte de água com caminhão tanque, capacidade de 12.000 litros, objetivando atender as comunidades no interior, em virtude da situação de emergência decretada pelo município. PRAZO: 31/12/2020. VALOR: R\$ 135,96/Hora. DATA DO CONTRATO: 16/11/2020.

Contrato nº 265/2020 - Dispensa de Licitação nº 056/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado à empresa Chapemáquinas Comércio e Serviços Ltda - ME, CNPJ nº 07.869.457/0001-86 – Contratada. OBJETO: Aquisição de peças destinadas a manutenção do trator D51 EX-200 – Frota 115. PRAZO: 05 (cinco) dias. VALOR: R\$ 6.530,73. DATA DO CONTRATO: 19/11/2020.

Contrato nº 266/2020 - Dispensa de Licitação nº 057/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado à empresa Sergio Augusto Basse - ME, CNPJ nº. 02.630.482/0001-99 – Contratada. OBJETO: Fornecimento de peças e serviços de mão de obra para manutenção do motor da retroescavadeira traçada Case – frota 73. PRAZO: 10 (dez) dias. VALOR: R\$ 8.952,00. DATA DO CONTRATO: 19/11/2020.

Contrato nº 267/2020 - Tomada de Preços nº 019/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado a empresa SRV Projetos e Construções Ltda - ME, CNPJ nº. 22.797.458/0001-56 - Contratada. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material e mão de obra), para execução da obra de reforma da Escola Núcleo Deolindo Zílio, com área de aproximadamente 974m² de salas de aula e 254m² do pavilhão 2. PRAZO: 05 (cinco) meses. VALOR: R\$ 465.879,08. DATA DO CONTRATO: 23/11/2020.

Contrato nº 268/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado o Sr. William Tofoli, CPF nº 091.734.329-89 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços para transporte de água com caminhão tanque, capacidade de 12.000 litros, objetivando atender as comunidades no interior, em virtude da situação de emergência decretada pelo município. PRAZO: 31/12/2020. VALOR: R\$ 135,96/Hora. DATA DO CONTRATO: 24/11/2020.

Contrato nº 269/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado a Sra. Eliane Marcia Gomann, CPF nº 045.006.689-42 – Contratada. OBJETO: Prestação de serviços para transporte de água com caminhão tanque, capacidade de 8.000 litros, objetivando atender as comunidades no interior, em virtude da situação de emergência decretada pelo município. PRAZO: 31/12/2020. VALOR: R\$ 90,64/Hora. DATA DO CONTRATO: 24/11/2020.

Contrato nº 270/2020 - Tomada de Preços nº 012/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado à empresa Balbinot Terraplenagem, Pavimentação e Obras Ltda, CNPJ nº. 07.548.596/0001-08 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 208/2020 em mais 02 (dois) meses, a contar do dia 28/11/2020. DATA DO CONTRATO: 25/11/2020.

Contrato nº 271/2020 - Tomada de Preços nº 013/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado a empresa Balbinot Terraplenagem, Pavimentação e Obras Ltda, CNPJ nº. 07.548.596/0001-08 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 209/2020 em mais 02 (dois) meses, a contar do dia 28/11/2020. DATA DO CONTRATO: 25/11/2020.

Contrato nº 272/2020 - Tomada de Preços nº 010/2020

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e de outro lado à empresa Priscilla Elisa Sckalei, CNPJ nº 36.578.107/0001-69 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 212/2020 em mais 02 (dois) meses, a contar do dia 05/12/2020. DATA DO CONTRATO: 25/11/2020.

Contrato nº 273/2020.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ nº 34.028.316/0028-23 - Contratada. OBJETO: Prestação, pelos CORREIOS, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE. VALOR: Estimado R\$ 20.000,00. PRAZO: 12 (doze) meses. DATA DO CONTRATO: 30/11/2020.

Termo de Doação nº 01/2020

PARTES: O Município de Seara, e Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP e Delegacia de Polícia Civil do Município de Seara – SC CNPJ nº 82.951.294/0001-00. OBJETO: Doação de Bens Móveis. DATA: 04/11/2020.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato nº 043/2020-FMS - Tomada de Preços nº 003/2020.

PARTES: O Fundo Municipal de Saúde – FUNDO, e a empresa Decora Pintura Ltda, CNPJ nº 19.751.753/0001-67. OBJETO: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material e mão de obra),

para execução de pintura externa e interna com tinta látex acrílica do ESF 06. PRAZO: 02 (dois) meses. VALOR: R\$ 53.506,21. DATA DO CONTRATO: 04/11/2020.

Contrato nº 044/2020 - Tomada de Preços nº 001/2020-FMS.

PARTES: O Fundo Municipal de Saúde – FUNDO, e a empresa WA Construções e Serviços Ltda, CNPJ nº 27.236.024/0001-09. OBJETO: Acréscimo nos materiais e serviços, ocasionando aumento no valor do contrato em R\$ 3.973,94. DATA DO CONTRATO: 11/11/2020.

Contrato nº 045/2020 - FMS – Dispensa de Licitação nº 024/2020-FMS.

PARTES: O Fundo Municipal de Saúde – FUNDO, e a empresa Selaria Santa Rosa Ltda, CNPJ nº 02.017.728/0001-51. OBJETO: Aquisição de materiais/equipamentos para a prática de equoterapia. PRAZO: 20 (vinte) dias. VALOR: R\$ 8.146,00. DATA DO CONTRATO: 12/11/2020.

Contrato nº 046/2020 - FMS - Pregão Presencial nº 019/2019 - FMS.

PARTES: O Fundo Municipal de Saúde – FUNDO, e de outro lado o Sr. Ivan Carlos Dalle Laste, CPF nº. 054.615.169-80. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses a contar de 01/12/2020. DATA DO CONTRATO: 25/11/2020.

Seara, SC, 10 de dezembro de 2020.

Taís Cristina Dreon
Departamento de Licitações

LEI COMPLEMENTAR Nº 107

Publicação Nº 2752325

LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 75, de 23 de dezembro de 2016 que institui a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Ficam alterados o Anexo I e o Anexo III da Lei Complementar nº 75, de 23 de dezembro de 2016 que institui Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

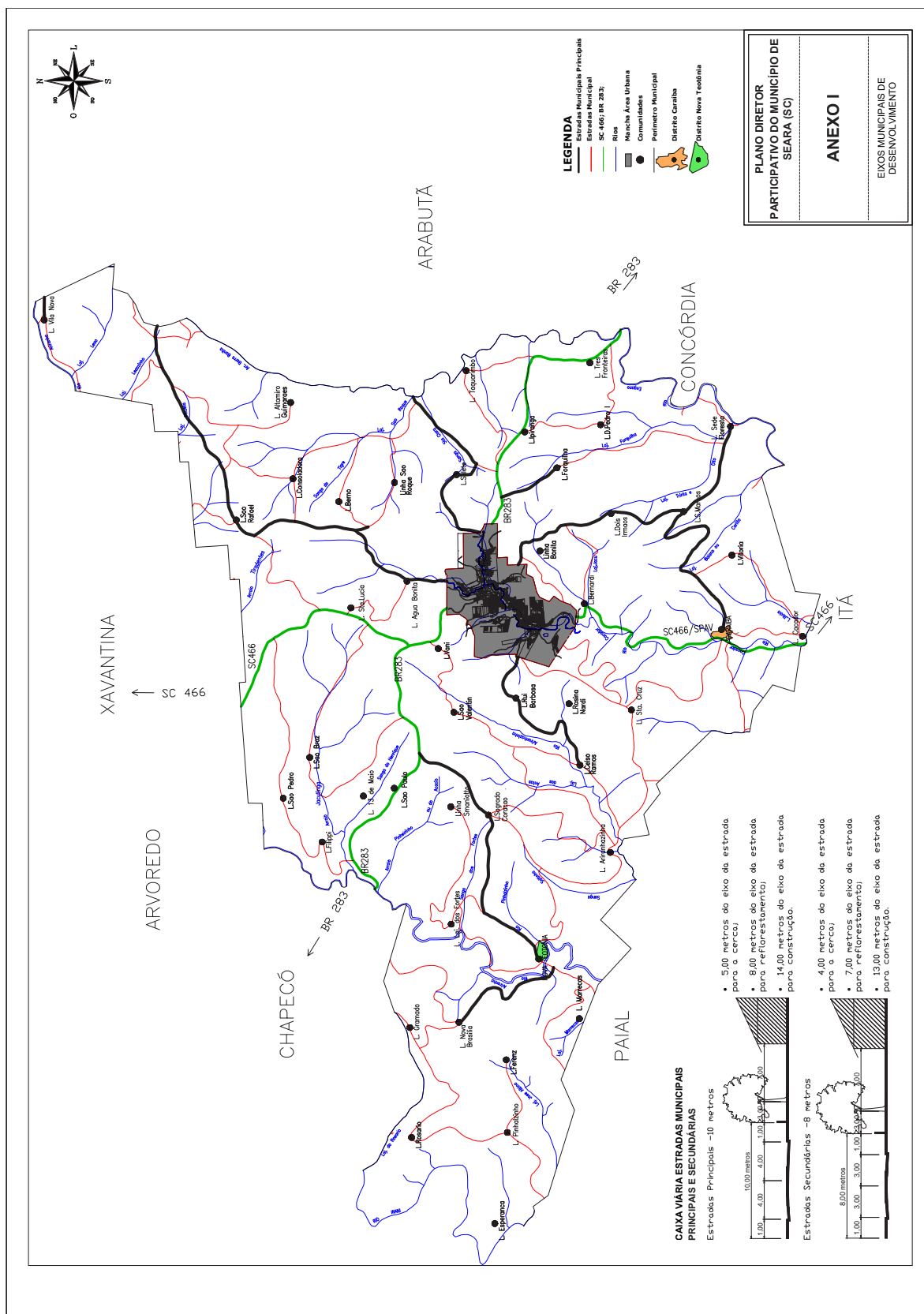
Art. 2º A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 09 de dezembro de 2020

JERSON ANTONIO BRUSAMARELLO
Prefeito Municipal em exercício

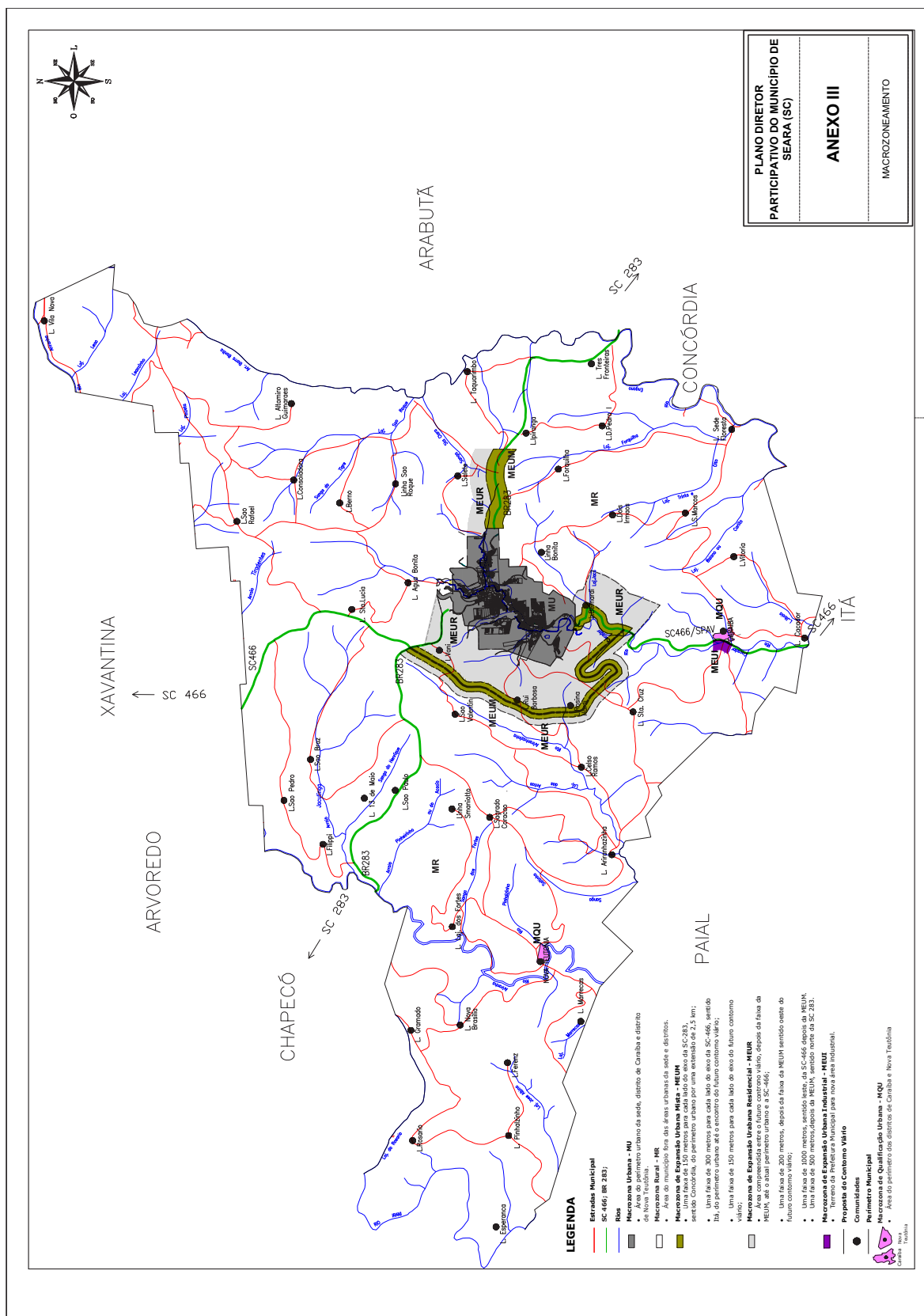
LEI COMPLEMENTAR Nº 107 - ANEXO I

Publicação Nº 2752330



LEI COMPLEMENTAR Nº 107 - ANEXO III

Publicação Nº 2752335



Serra Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037- PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020

Publicação Nº 2753262

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037 DE 10/12/2020

No dia 10 de Dezembro de 2020, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Avenida Dom Pedro II, Nº830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº042/2020, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, com sede na Av. Dom Pedro II, nº226, centro, Município de Serra Alta – SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.674.325/0001-12, neste ato representada por seu representante legal Senhor EDEMAR MARTINI, portador do CPF 607.141.589-68 e RG 2.544.236, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso da possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 01.674.325/0001-12, aqui representada por seu representante legal, Sr, Edemar Martini, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº042/2020 cujo objeto é o registro de preços para a possível Aquisição de TUBOS DE PVC SOLDÁVEL, atendendo a demanda da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Conforme descrições mínimas constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

1.2 Os preços ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos materiais é o especificado abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	3000 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 32MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 37,90	R\$ 113.700,00
02	3000 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 40MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 48,90	R\$ 146.700,00
03	2000 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 50MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 71,80	R\$ 143.600,00
04	2000 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 60MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 104,90	R\$ 209.800,00
05	500 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 75MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 159,90	R\$ 79.950,00
06	500 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 85MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 254,90	R\$ 127.450,00
07	400 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 110MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 378,90	R\$ 151.560,00
08	3000 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 20MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 14,90	R\$ 44.700,00
09	3000 Unid.	TUBOS PVC SOLDÁVEL EB 892 PARA ÁGUA FRIA PREDIAL DN 25MM (UND. COM 6 METROS).	PEVESUL	R\$ 21,90	R\$ 65.700,00
		(Hum milhão, oitenta e três mil, cento e sessenta reais)		TOTAL ESTIMADO	R\$ 1.083.160,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(o) pago(s) na possível aquisição dos tubos, está especificado(s) na cláusula primeira deste instrumento e no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos tubos será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 A Detentora da Ata deverá entregar os tubos de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

5.3 Os tubos entregues pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à entrega dos tubos, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos tubos entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos entregues, no prazo de 30 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2020 e 2021, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

08.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV. URBANOS

08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

2.800 – Manutenção da Secretaria dos Transportes - 3.3.90.00

2.801- Manutenção dos Serviços Urbanos – 33.90.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Ao fornecedor poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia e ampla defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

7.2 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assina-la.

7.3 Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pelas licitantes após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

7.4 A penalidade de multa, prevista no item anterior, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa.

7.5 Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas da ATA, sujeitas ainda:

7.6 Suspensão temporária e a Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que serão cominadas nas condições definidas pela CONTRATANTE, em caso de faltas graves ocorridas na vigência do ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, apuradas em processo administrativo que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

7.7 A Administração Municipal de Serra Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pelas licitantes vencedoras, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

7.8 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.9 Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Serra Alta poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

7.10 Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA– DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

8.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

9.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 042/2020 e a proposta da empresa abaixo relacionada.

9.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

9.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

9.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 10 de Dezembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
EDEMAR MARTINI
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA

Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	ROQUE CEREZOLLI
CPF: 029.867.439-43	CPF: 488.137.459-15
Sec. de Administração	Sec. de Transportes, Obras e Serv. Urb.

DECRETO Nº 262/2020 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752580

DECRETO Nº 262/2020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CRISTIANA MARTELLO DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 11 de dezembro de 2020, a Sra. CRISTIANA MARTELLO, portador do CPF nº. 009.550.809-08, do Cargo de Diretora de Departamento de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, lotado junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de dezembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 263/2020 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752804

DECRETO Nº 263/2020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR EM ZONA MISTA DIVERSIFICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 40 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a construção de edificação residencial unifamiliar em Zona Mista Diversificada – ZMD, conforme requerimento apresentado em 04 de dezembro de 2020 pela empresa Nova Soluções Indústria e Comércio de Móveis Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 15.742.316/0001-26, localizado na Rodovia SC 160, km 02, nº 963, Município de Serra Alta SC, em imóvel de sua propriedade localizado na Parte do Lote Rural nº 160 e Parte do Lote Rural nº 161, da seção Jundiá, com área de 10.000,00 m2 (dez mil metros quadrados) inscrito sob a Matrícula de Nº 6.985, de 24 de novembro de 2020, certidão registro geral nº 2, Ficha 01, Ofício de Registro de

Imóveis da Comarca de Modelo - SC.

Art. 2º. Por tratar-se de edificação residencial unifamiliar sua construção em Zona Mista Diversificada é permissível, nos termos da legislação municipal de regência.

Art. 3º. O processo administrativo referente a construção do imóvel ficará arquivado junto a Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de dezembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 264/2020 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752861

DECRETO N.º 264/2020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E TURNO ÚNICO PARA O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e em consonância com a Lei Municipal nº 088/1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas do Município de Serra Alta/SC, no dia 24 e 31 de dezembro de 2020, em decorrência das festividades de fim de ano, Natal e Revellion, respectivamente.

Art. 2º Fica instituído TURNO ÚNICO, das 07hrs00min às 13hrs00min, em todos os setores da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, a partir do dia 28 de dezembro de 2020 ao dia 30 de dezembro de 2020.

Art. 3º O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais poderão, eventualmente, designar servidores para execução de serviços de apoio técnico e administrativo e/ou de caráter emergencial ou de interesse público, além do horário estabelecido por este Decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de dezembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017-FMS

Publicação Nº 2748263

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 005/2017.

QUARTO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor DARCI CERIZOLLI portador do CPF nº 430.332.889-87 e RG nº 12C 1.233.665 SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO, com sede na(o) Rua XV de novembro, nº 4000, centro do Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.303.339/0001-94, neste ato representada por seu representante legal Senhor Presidente Sérgio Luiz Knorst, portador do RG 12R 820.864 e CPF nº 384.373.509-30.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo, em decorrência do Processo de Licitação Nº004/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017, homologado em 01/03/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento relativo ao contrato nº005/2017, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º e artigo 57 inciso II da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO”

“3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (01/01/2021 a 31/12/2021), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II, e Consoante Prejulgado nº 1151 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dada a natureza continuada dos serviços de atendimentos médicos.”

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 005/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Serra Alta (SC), 11 de dezembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal de Serra Alta
CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO
SÉRGIO LUIZ KNORTS
Presidente
CONTRATADA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI CPF: 029.867.439-43 Sec. de Administração	PEDRINHO DALL'AGNOL CPF: 867.238.129-72 Sec. de Saúde
---	---

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017-FMS

Publicação Nº 2749274

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

SEXTO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA MENDES ARISA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA através do Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Almirante Barroso, nº 525, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 11.583.359/0001-55, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL Senhor DARCI CERIZOLLI portador do CPF nº 430.332.889-87 e RG nº 12C 1.233.665 SSP/SC.

CONTRATADA: Empresa MENDES ARISA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, com sede na(o) Avenida São Paulo, nº 1.531, Apto 301, centro do Município de Pinhalzinho/SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 28.058.481/0001-05, neste ato representada por seu representante legal Senhor Alessandro Mendes Arisa, médico, CRM 9784/SC, portador do RG sob o nº 6.015.030-3 e CPF nº 020.592.069-10.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 010/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017-FMS, homologado em 31/07/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1. Alterar o item 3.1 da Cláusula Terceira – Do Prazo e Recebimento, oriundo do contrato nº 008/2017-FMS, com fundamentação legal no artigo 57 inciso II, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO

“3.1. O prazo de execução da prestação dos serviços do presente contrato fica aditivado tendo o acréscimo de 12 meses, ficando com a vigência de (01/01/2021 a 31/12/2021), contados a partir da assinatura deste aditivo, condicionada sua eficácia a publicação do extrato do contrato no órgão oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo, limitada a 60 meses, desde que seja acordado entre as partes, nos termos do art. 57, inciso II.”

CLÁUSULA SEGUNDA– DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.2. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 008/2017, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

Serra Alta - SC, 11 de dezembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MENDES ARISA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
ALESSANDRO MENDES ARISA
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	PEDRINHO DALL'AGNOL
CPF: 029.867.439-43	CPF: 867.238.129-72
Sec. de Administração	Sec. de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 15/2020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2754400

DECRETO Nº 15/2020, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPOE SOBRE A ESCALA DAS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA HELENA VANZELLA DALL'AGNOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ULISSES BAESSO, Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER que fica promulgado o seguinte Decreto:

DECRETA:

Art. 1º Fica concedidas as Férias da Servidora Pública Municipal HELENA VANZELLA DALL'AGNOL, ocupante do Cargo de Serviços Gerais, lotada na Câmara de Vereadores de Serra Alta, no período de 22 de dezembro de 2020 à 21 de janeiro de 2021, conforme o que segue:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
01/01/2020 a 31/12/2020	22/12/2020 a 21/01/2021	30 dias

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta, 11 de dezembro de 2020.

ULISSES BAESSO

Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta

Sombrio

PREFEITURA

CONTRATO 118/2020

Publicação Nº 2752452

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 118/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC

CONTRATADO: RN CONCRETAGEM LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação com lajota sextavada de concreto da Rua nº 210, no Bairro Januária, no município de Sombrio/SC, com área total de 31,00 metros, conforme descritivos, quantitativos, valores e demais condições constantes na tabela anexa, a qual integra este instrumento, independente de transcrição

VALOR: R\$ 20.381,40

DA VIGÊNCIA: 20/11/2020 a 31/12/2020.

Data da assinatura: 20/11/2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO P.E. 105/2020

Publicação Nº 2753082

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2020

PREGÃO ELETRÔNICO P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2020

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de 01 (uma) retroescavadeira nova, tração 4x4, com cabine operador fechada e demais especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital, para o município de Sombrio/SC. Base Legal: Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/19, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Forma de Julgamento: Menor Preço. Do Encaminhamento da Proposta, Documentos de Habilitação e da Sessão Pública: Exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia 23 de dezembro de 2020 às 11h00min, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas no Edital. Informações através do e-mail: licita.sombrio@gmail.com, no horário das 07h00 às 13h00min ou pelo Fone (48) 3533-5225.

Sombrio/SC, 10 de dezembro de 2020.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO - P.P 104/2020

Publicação Nº 2753124

TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2020

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC, com sede à Av. Nereu Ramos, nº 31, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais. RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração para ajustes e correções, o Processo Licitatório tombado sob o nº 104/2020, e consequentemente a licitação por Pregão Presencial sob o mesmo número, cujo objeto é: "O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo simplificado para contratação de profissionais em caráter temporário para o município de Sombrio/SC, obedecendo as condições constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital".

Tal revogação se dá em razão do equívoco na publicação do certame em voga, posto que, não existe instrumento convocatório elaborado com regras definidas para o referido certame.

Sombrio/SC, em 10 de dezembro de 2020.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 0399-2020 DE 10-12-2020 REMANEJAMENTO PM

Publicação Nº 2752586

DECRETO Nº 0399/2020 DE 10/12/2020

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/ Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

DE: 04.001.0012.0365.0006.2.015- Manutenção do Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (83)	01191019	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

PARA: 04.001.0012.0365.0006.2.015- Manutenção do Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (82)	01181018	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

DE: 03.002.0004.0123.0004.2.009- Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (42)	01001000	Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

PARA:03.002.0004.0123.0004.2.009-Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (41)	01001000	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 10 de dezembro de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0398-2020 DE 10-12-2020- SUPL SUPERÁVIT 2019 PM

Publicação Nº 2752436

DECRETO Nº 0398/2020 DE 10/12/2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

06.004.0020.0608.0010.2.051- Incentivo a Hora Máquina para Empreendimentos Agropecuários

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------

4.4.90.00(371)	0300300	Outras Despesas. Correntes- Apl. Diretas	R\$ 10.000,00
----------------	---------	--	---------------

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2019.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 10 de dezembro de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

PORTARIA N° 0106 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2752695

PORTARIA N° 0106, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARIA CLECI DE MOURA DAL SANTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Saúde de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 23.01.2019 e 22.01.2020 e 23.01.20 a 22.01.2021, a serem gozadas no período de 07.12.2020 a 04.01.2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
02 de dezembro de 2020.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

EDITAL DE PREMIAÇÃO ALDIR BLANC RETIFICADO 001-2020

Publicação N° 2753684

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE, E LAZER.

Edital n° 001/2020 (Retificado)

Edital de premiação de projetos artísticos e culturais da cidade de Tangara-SC, que serão apoiadas com recursos emergenciais da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei n° 14.017/2020).

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 82827999/0001- 01, com sede na Avenida Irmãos Piccoli, centro n° 267, nesta cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Juventude e Lazer, nesse identificada como DCT, torna público o presente EDITAL DE PROJETOS DE EMERGÊNCIA CULTURAL com inscrições abertas de 27 de outubro a 25 de novembro de 2020, por meio do sistema presencial conforme na Secretaria de Educação, Cultura, juventude, Esporte e Lazer em conformidade com o artigo 22, § 4º da Lei Federal n° 8.666/1993; Lei Federal n° 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais), inciso III do artigo 2º da Lei Federal n° 14.017/2020, nesse identificada como Lei Aldir Blanc, o Decreto Federal n° 10.464/2020; Decreto Municipal n° 139 de 22 de setembro de 2020, em consonância com as deliberações da Comissão de Acompanhamento, Aplicação e Fiscalização, instituído pelo Decreto Municipal n° 131/2020 e condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O edital de premiação será realizado com recursos financeiros, em caráter emergencial, provenientes da Lei Aldir Blanc, regulamentada pelo Decreto Federal n° 10.464/2020 e Decreto Municipal n° 139 de 22 de setembro de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a ser adotado durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo N° 6, de 20 de Março de 2020.

1.2. Sua realização visa minimizar os impactos sociais e econômicos sofridos pelos Trabalhadores (as) da Cultura, Grupos, Coletivos Espaços e Empreendimentos Artísticos e Culturais devido à pandemia ocasionada pela Covid19.

1.3. Esse edital de premiação atende ao inciso III do artigo 2º da Lei Aldir Blanc, destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

1.4. Para efeitos deste edital entende-se por:

a). PRÊMIO: categoria de repasse financeiro à proposta selecionada por mérito e critérios objetivos, reconhecendo sua produção artística e cultural, atuação no fomento, desenvolvimento, fruição e acesso aos bens culturais em consonância com o artigo 22, inciso IV e § 4º da Lei Federal 8.666/1993;

b). PROPONENTE: Pessoa física maior de 18 anos ou pessoa jurídica de direito privado, com ou sem fins lucrativos, que assume a responsabilidade legal por sua inscrição, veracidade das informações e contrapartidas;

c). PROPOSTA: Formalização de candidatura do (a) proponente para esse prêmio por meio de informações e documentos apresentados;

d). CONTRAPARTIDA: Oferta de um conjunto de ações, visando garantir o mais amplo acesso da população em geral ao produto cultural premiado, objetivando com isso a descentralização e/ou garantia da universalização do benefício ao cidadão, sempre em consideração ao interesse público e a democratização do acesso aos bens culturais.

1.5. As legislações, informações e resultados atrelados a esse edital, estarão disponíveis através da Secretaria de Educação Cultura, Juventude, Esporte e Lazer

2. DO OBJETO

2.1. O presente Edital tem por finalidade selecionar projetos, em caráter emergencial, voltados ao desenvolvimento cultural local por meio da concessão de prêmios, considerando o interesse público e relevante à sociedade e que, sua contribuição para a promoção, fruição, formação, capacitação e acesso aos bens culturais no município de Tangará.

2.2. Entende-se, por Projeto Cultural, todo o conjunto de atividades, ações e ou produtos resultantes de processos criativos, pesquisas e vivências, exequíveis, mensuráveis, realizados por trabalhadores e trabalhadoras de arte e da cultura.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Podem participar proponentes de qualquer linguagem artística ou cultural com atividade na área existente e comprovada nos últimos 2 (dois) anos por meio de materiais cadastrados já enviados e permanecendo em anexo na Secretaria Municipal de educação de Tangará. E aprovado pela Comissão Municipal Aldir Blanc. Conforme Ata nº 02/2020.

Parágrafo único. A comprovação que se refere o caput poderá ser feita por meio de Portfólio, currículo do Proponente, bem como por materiais comprobatórios, tais como: cópias de materiais diversos que ajudem os avaliadores a conhecerem melhor a atuação Cultural do Proponente, cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual (DVDs ou CDs,,), folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, depoimentos, programas, convites para participar de eventos, entre outras formas de comprovação na área artística ou cultural.

3.2. Caso o (a) proponente esteja recebendo auxílio emergencial, Previsto na Lei nº 13.982, 02 de Abril de 2020, este fato inviabiliza a sua participação neste Edital.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição é gratuita e o período de inscrições estará aberto de 27 de outubro (8h) a 25 de novembro (11h30min) de 2020, por meio da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

4.2. O envio do projeto compreende o preenchimento de todos os campos obrigatórios com o envio dos documentos solicitados em envelopes lacrados e entregue na Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

4.3. Cada proponente poderá encaminhar um projeto por categoria.

4.4. As propostas não finalizadas ou incompletas após o término do prazo de inscrição serão canceladas, desclassificadas e não terão direito a recurso

4.5 Para a inscrição de projetos, a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer. Solicita:
Preenchimento dos formulários obrigatórios, de acordo com o edital e solicitados no sistema (relação completa no ANEXO II);

b) Declaração de autenticidade;

c) Dados do currículo do proponente, informando sua atuação na área cultural;

d) Comprovantes de Regularidade Fiscal e Trabalhista

1. Certidões Negativas de Débitos

1.1. Junto ao município (CND Municipal);

1.2. Junto ao estado (CND Estadual);

1.3. Junto à União (CND Federal);

1.4. Junto à Justiça do Trabalho (CND Trabalhista), no caso de pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos;

2. Certificado de Regularidade do Empregador junto à Caixa (CND FGTS), no caso de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos;

3. Conta bancária em nome do Proponente, em instituição bancária nacional, não podendo ser conta conjunta.

3.6 Finalizado o período de inscrições, não serão permitidas alterações no Projeto ou no Cadastro do Proponente.

3.7. A Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas/lentidão e ou atraso de inscrições.

3.8. O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do Proponente.

3.9. Os documentos enviados para inscrição não serão devolvidos sob qualquer hipótese.

3.10. É proibida a duplicidade de projetos. Ou seja, um mesmo projeto (com mesmo conteúdo e objetivos) não poderá ser inscrito em mais do que uma categoria.

3.11. A inobservância de algum dos documentos estabelecidos, a falta ou impossibilidade de análise dos documentos solicitados, implicará a inabilitação da inscrição efetuada.

3.12. Ao se inscreverem, os proponentes reconhecem a inexistência de plágio no projeto, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos relacionados a direito autoral e/ou intelectual.

5. DAS CATEGORIAS, QUANTIDADE DE PRÊMIOS E VALORES.

5.1. Os recursos aportados neste edital são fruto de transferência da União para o Município por meio da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), regulamentada pelo Decreto nº 10.464/2020, transferido pelo Fundo Nacional da Cultura (FNC), do Ministério do Turismo, por meio de Transferência Fundo a Fundo, conforme Plano de Ação nº 07208420200002-003647 aprovado pelo Ministério do Turismo em 08/09/2020 e firmado pelo Termo de Adesão nº 07208420200002-003647.

5.2. Do aporte financeiro deste edital, o valor integral de que será destinado para a premiação dos projetos. 71.247,48 (setenta e um mil duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

5.3. Os projetos deverão ser enquadrados em uma das seguintes categorias:

Categorias	Quantidade	R\$ Prêmio	R\$ Total
Projeto Individual - Agente Cultural	01	R\$ 14.247,48	14.247,48
Projetos Coletivos – Agentes Culturais (Grupos Musicais, Grupo de Dança Alemã e Coral	04	R\$ 14.250,00	57.000,00

5.4. Caberá ao Proponente identificar dentre as categorias acima apresentadas, aquela que melhor enquadra e contempla seu Projeto Cultural, considerando aspectos econômicos, técnicos, criativos e outros, observando que tal informação é autodeclarada e será submetida à análise da Comissão de Organização e Acompanhamento (COA.)

5.5. Considera-se, para o cálculo de quantidade de pessoas envolvidas na execução do projeto, todos os prestadores e/ou fornecedores (artistas, técnicos, profissionais contratados temporariamente e outros) que deverão ser previamente informados no formulário de inscrição do projeto.

5.6. Considerar-se-á, automaticamente, para o cálculo de pessoas envolvidas no projeto, tanto a proponente pessoa física quanto os responsáveis legais do proponente pessoa jurídica.

5.6.1. A divisão de categorias financeiras a partir da análise da quantidade de pessoas envolvidas na execução do projeto tem como objetivo abranger o maior número de profissionais do ecossistema artístico e cultural no desenvolvimento dos projetos, promovendo a descentralização dos recursos, a geração de emprego e renda e reflexos positivos na economia da cultura.

5.7. Os prêmios poderão ter seus valores e quantidades alterados conforme demanda, a critério da Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) para a melhor aplicação do recurso na localidade.

5.7.1. Caso haja quantidade de projetos, de diferentes proponentes, avaliados acima da nota de corte, maior do que as quantidades de prêmios previstas na tabela do item 5.4, a (COA) irá adequar os valores unitários dos prêmios para acomodar a demanda apta a receber recursos deste Edital. Caso esta hipótese se realize, os projetos selecionados serão convidados a adaptar/reduzir o seu plano de ação. É resguardado ao proponente que não quiser readequar o plano de ação do seu projeto à realidade de execução, o direito de declinar da participação no respectivo Edital em qualquer tempo.

5.7.2. Caso haja quantidade de projetos, de diferentes proponentes, avaliados acima da nota de corte, menor do que as quantidades de prêmios previstas na tabela do item 5.4, o (COA) poderá ampliar os valores unitários dos prêmios conforme a demanda apresentada. Nesta hipótese, os projetos selecionados serão convidados a adequar o seu plano de ação aos novos valores dos prêmios.

5. DOS IMPEDIMENTOS.

6.1. Assim como previsto no artigo 12 do Decreto Municipal nº 139 de 22 de setembro de 2020, o (a) Proponente não poderá, em hipótese alguma, ser beneficiado em diferentes municípios, com recursos emergenciais custeados especificamente com os valores descentralizados pela União aos municípios, nos termos do art. 3º, II, da Lei Federal nº 14.017/2020.

6.2. Ficarão impedidos de participar do presente Edital:

- a) Membros da Comissão de Organização e Acompanhamento (COA);
- b) Membros da Comissão de Organização e Acompanhamento e Fiscalização;
- Servidores efetivos e comissionados da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.
- c) Empresas ou entidades que possuam em sua diretoria, na qualidade de presidente ou representação legal, pessoas vedadas pelos itens anteriores;

6.2.1 É vedada a participação, na condição de proponente de projetos neste edital, de pessoas físicas e jurídicas que estejam inadimplentes com tributos, contratos e/ou convênios celebrados com a Prefeitura de Município de Tangará.

7. DA TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES.

7.1. Conforme previsto no artigo 17 do Decreto Federal nº 10.464/2020, a dará ampla publicidade e transparência à da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer a estimação dos recursos de que trata a Lei Aldir Blanc.

7.2. A participação no presente edital implica na aceitação do (a) Proponente em publicitar todas as informações do projeto inscrito na Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer principalmente aqueles que incidam em análise de pontuação, classificação, prazos de execução e valores recebidos.

7.3. O (a) Proponente do edital autoriza a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer a publicar e divulgar as imagens e informações contidas na inscrição e se responsabiliza pela veracidade das informações, documentos e materiais apresentados.

7.4. O (a) Proponente, bem como os demais participantes do projeto inscrito, autoriza a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer a utilizar as imagens, áudio e informações para geração de indicadores, exibição em mídia impressa e eletrônica, em materiais institucionais e internet, exclusivamente para fins de divulgação e difusão das ações culturais municipais, sem fins lucrativos.

7.5. As autorizações aqui descritas não possuem limitação temporal ou numérica e são válidas para o Brasil e exterior, sem que seja devida nenhuma remuneração a qualquer título.

8. DA AUTODECLARAÇÃO NO PROCESSO DE INSCRIÇÃO.

8.1. Visando dar celeridade ao credenciamento e seleção dos projetos participantes do presente edital, serão aceitas no ato da inscrição as informações de forma auto declaratória.

8.2. O (a) Proponente deve estar ciente, no processo de inscrição e cadastramento, das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal que diz: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular."

9. DA TRAMITAÇÃO.

9.1. A Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) será responsável pela análise documental para a verificação se a proposta atende a todos os requisitos deste edital, a conferência dos documentos comprobatórios.

9.2. O (a) Proponente deve atentar-se para os seguintes prazos (Com Prorrogação do Período das inscrições).

27 de outubro a 25 de novembro de 2020	Prazo para cadastro de projetos culturais
27 de novembro de 2020	Análise da documentação
04 de dezembro de 2020	Período de recurso
09 de dezembro de 2020	Publicação da relação final de contemplados
11 de dezembro de 2020	Início do processo de empenho e pagamento dos prêmios

10. DA DESCLASSIFICAÇÃO, INABILITAÇÃO E HABILITAÇÃO.

10.1 A habilitação compreende: triagem, de caráter eliminatório, com o objetivo de verificar se o proponente cumpre as exigências previstas neste edital e se enviou toda a documentação solicitada.

10.2. A lista dos projetos desclassificados, inabilitados e habilitados será publicada no site da prefeitura municipal de Tangará. www.tangara-sc.gov.br

10.3. Será DESCLASSIFICADA e consequentemente sem direito a recurso, a proposta:

- a) Cujo Proponente não tenha finalizado o cadastro;
- b) Não esteja alinhada ou enquadrada na Lei Aldir Blanc, não possua finalidade predominantemente artístico-cultural ou que não esteja alinhada com as diretrizes do presente edital;
- c) Propostas apresentadas de forma incompleta até a finalização do período de inscrição.

10.4. Será INABILITADA a proposta cujo (a) Proponente:

- a) Com documentos desatualizados e/ou ilegíveis; e
- b) Apresentarem informações incongruentes.
- c) Não cadastrar ou enviar todas as informações e documentos solicitados neste edital, cuja relação também está disponível no ANEXO II.

9.5. As propostas INABILITADAS terão 5 (cinco) dias úteis para sua regularização e, sendo deferidas, analisadas pelo Comissão de Organização e Acompanhamento (COA).

Os recursos referentes à inabilitação da inscrição deverão ser enviados por meio da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer e Transparência da Lei Aldir Blanc.

9.6. Entende-se por proposta HABILITADA aquela que encaminhar, no momento da inscrição, a documentação obrigatória completa constante no presente Edital e/ou que regularize as informações incongruentes no período formal conforme item anterior.

11. DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO.

11.1. A avaliação de mérito, de caráter classificatório, abrangerá todos os projetos habilitados e será realizada pela Comissão de Organização e Acompanhamento (COA).
Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, composta pela comissão municipal Aldir Blanc. Conforme decreto.

11.2. A Comissão municipal Aldir Blanc analisará as propostas inscritas, e decidirá acerca do mérito cultural e artístico dos (as) concorrentes, escolhendo os melhores trabalhos, segundo os critérios de seleção previstos neste Edital.

11.3. A Comissão municipal Aldir Blanc atribuirá notas aos projetos de acordo com os critérios e pontuações abaixo:

Nº	Critérios	Descrição	Pontos
1	Tempo de atuação na área	Analisa, com base no currículo e portfólio do proponente, do tempo de atuação comprovado no setor artístico-cultural.	2 pontos por ano de atuação até o limite de 30 pontos
3	Relevância Cultural do projeto para a sociedade local	Verifica se o projeto cultural possui relevância na localidade considerando aspectos socioeconômicos e culturais locais e traçando um panorama com os demais projetos propostos.	0 a 20
4	Relevância de atividades do agente ou coletivo	Analisa a relevância de atuação na área artística e cultural por parte do proponente, de acordo com as ações desenvolvidas, periodicidade e contribuição com o desenvolvimento cultural, tendo como parâmetro o alinhamento da atuação do proponente ao Plano Estadual de Cultura e Plano Nacional de Cultura.	0 a 20
1	Viabilidade de execução do projeto	Verifica se o conjunto de ações previstas, o cronograma de execução está coerente com a planilha orçamentária	0 a 10
		Apresentada.	
2	Qualificação dos profissionais envolvidos	Analisa o currículo da equipe envolvida na execução do projeto (no caso de projetos coletivos) ou a qualificação do proponente ou representante legal do proponente pessoa jurídica, nos casos de projetos individuais.	0 a 10
5	Contrapartida social	Analisa se o projeto prevê ações em formato de contrapartida que podem ampliar o acesso da população ao projeto cultural.	0 a 10
		Pontuação Máxima	100 pontos

11.4 A Comissão Municipal Aldir Blanc desclassificará propostas que contiverem ou fizerem qualquer tipo de menção indecorosa, preconceituosa, pornográfica, desrespeitosa, discriminatória, injuriosa, caluniosa, difamatória, que incite a violência, o uso de drogas, tabaco e álcool.

11.17 Os currículos e informações da Comissão de Seleção estarão disponíveis, após a análise dos projetos da Lei Aldir Blanc.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE.

12.1. Cabe ao (a) Proponente buscar as informações sobre o andamento do presente edital.

12.2. Caberá ao (a) Proponente responder, de forma exclusiva e integral, por eventuais denúncias, reclamações e/ou questionamentos, assegurando Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer o pleno ressarcimento por possíveis prejuízos sofridos.

12.3. Os proponentes premiados deverão cumprir integralmente a proposta aprovada e incluir em todo o material de divulgação da referência da Lei Federal Aldir Blanc. Para tanto deverá constar em todos os materiais de divulgação a seguinte frase: " Projeto realizado cm recursos da Lei Aldir Blanc 14.017/2020".

12.4. A Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer não se responsabilizará, solidária ou subsidiariamente, em hipótese alguma, pelos atos, contratos e compromissos de natureza comercial, financeira, trabalhista ou outra, bem como pelas respectivas taxas, tributos e/ou encargos deles decorrentes, assumidos pelo (a) Proponente para fins de realização da proposta inscrita.

12.5. Todos os custos que impliquem na contratação de terceiros, deverão assegurar o recolhimento dos direitos autorais e conexos, bem como das contribuições sociais e dos tributos previstos em lei, sendo está uma responsabilidade integral do Proponente.

12.6. A omissão de quaisquer informações pertinentes a titulares de direitos de autor ou propriedade é de responsabilidade de quem prestou a informação, de forma exclusiva e integral.

13. DO TERMO DE COMPROMISSO, RECEBIMENTO E EXECUÇÃO DO PROJETO.

13.1. Os projetos contemplados serão convocados para a assinatura de Termo de Compromisso que constará os prazos para execução do projeto e outras obrigações, como o envio de relatório de atividades que comprova a execução do projeto.

13.2. O pagamento do prêmio será realizado por meio de transferência bancária para a conta informada pelo proponente, de acordo com este edital.

13.3. Em virtude de o município estar em alerta vermelho da pandemia COVID-19, Os contemplados terão o prazo ate 31/01/2021 (trinta um de janeiro de dois mil e vinte um) para executar por completo o plano de trabalho.

13.4. Os projetos contemplados poderão receber visitas ou solicitações de informações sobre o andamento da execução do projeto da

Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e/ou solicitação de informações sobre o desenvolvimento do projeto.

13.5. No caso de projeto que prevejam exposições/apresentações públicas, os premiados comprometem-se a respeitar as condições de acessibilidade, bem como a seguir as recomendações sanitárias municipais, estaduais e nacionais devido à pandemia da Covid-19;

14. DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES.

14.1. O responsável por projeto contemplado para a conclusão de prestação de contas deverá ser elaborado um relatório das atividades desenvolvidas contando da data de depósito do recurso financeiro na conta do proponente, entregue na Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

14.2. O não cumprimento do projeto nos prazos legais deste edital, a falta de envio de Relatório de Atividades ou a desistência do proponente na realização do projeto acarretará na devolução integral dos recursos recebidos, mesmo que o projeto tenha sido executado em sua totalidade ou parcialidade.

14.3. Havendo qualquer tipo de irregularidade na execução, seja ela constatada por meio de denúncia ou acompanhamento regular por parte da comissão municipal, o proponente poderá ser orientado, advertido ou até mesmo penalizado.

14.4. O Relatório de Atividade será analisado pela Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) e poderá ser aprovado, aprovado com ressalvas, diligenciado (solicitação de informações adicionais) e/ou reprovado.

14.5. Na hipótese do relatório de atividades não ser aprovado e esgotadas todas as providências cabíveis, a Comissão de Organização e Acompanhamento registrará o fato que será encaminhado à Procuradoria Jurídica do Município para a aplicação das medidas de sua competência.

14.6. Rejeitada a comprovação de execução do projeto por meio de Relatório de Atividade em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio de recursos ou desvio de finalidade do objeto, o proponente estará sujeito à multa de até 02 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativa, cíveis ou penais, do Decreto Municipal nº 139 de 22 de setembro 2020.

14.7. A análise da execução do projeto no relatório de atividades estará limitada aos registros do efetivo cumprimento do objeto, por meio de textos, fotos, vídeos, documentos e outros, não cabendo análise financeira e/ou de documentos contábeis.

14.8. É de integral responsabilidade do proponente a correta aplicação dos recursos, a gestão de contratos, o recebimento e a guarda, por um prazo de 10 (dez) anos, de documentos fiscais, faturas, recibos e demais responsabilidades inerentes à sua atividade junto a qualquer órgão de controle, conforme dispõe o art. 18 do Decreto nº 10.464/2020.

14.9. No caso de relaxamento das medidas de isolamento social pelas autoridades sanitárias competentes, os projetos previstos para serem realizados em formato digital poderão ser adaptados ao modo presencial, desde que autorizados pela comissão municipal da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que orientará este processo.

15. DA PUBLICIDADE DA PREMIAÇÃO.

15.1. O Proponente premiado deverá divulgar o recebimento do apoio emergencial de forma explícita, visível e destacada, conforme Decreto Municipal nº 139 de 22 de setembro de 2020.

15.2. Todos os materiais de divulgação e comunicação institucional do projeto deverão constar a expressão: "Projeto viabilizado por meio da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) no município de Tangará.

15.3. Deverá mencionar em todos os atos de divulgação do projeto cultural o brasão oficial da cidade, de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos, respeitando as restrições da legislação referente ao período eleitoral.

15.3.1. Os materiais de divulgação dos projetos culturais deverão ser avaliados previamente pela Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer. E-mail educacao@tangara.sc.gov.br

15.3.2. Os atos de divulgação e publicidade da premiação recebida devem ter caráter informativo e não de promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

16. Das Obrigações dos Projetos Premiados a Prestações de Contas.

16.1. A prestação de contas deverá ser apresentada no prazo máximo de 120 dias após a data de depósito do recurso financeiro na conta do proponente.

16.2. Os projetos premiados deverão ser realizados integralmente dentro dos prazos previstos neste edital a contar da data de depósito do recurso financeiro na conta do proponente.

16.3. É obrigação de o proponente encaminhar os cronogramas de atividades para o e-mail educacao@tangara.sc.gov.br, para inclusão das atividades no calendário de eventos e de divulgação.

16.4. Das obrigações tanto de: projeto individual de Agente Cultural, como Projetos Coletivos de Agentes Culturais: grupos de musicais, grupo de Dança Alemã e Coral deverão apresentar lives, vídeos, fotos. Das obrigações na cláusula 16.4, referente aos proponentes será

necessário para prestação de contas que cada contemplado produza 01 live com duração de 20 a 40 minutos. Elaboração de 03 vídeos com apresentação em locais variados, sendo dois destes vídeos realizados próximos ao centro do município de Tangará. O terceiro vídeo fica a escolha do proponente, relacionando-se ao local. Para a conclusão de prestação de contas deverá ser elaborado um relatório especificado das atividades desenvolvidas, contando da data de depósito do recurso financeiro na conta proponente.

Fica determinado também 10 fotos, impressas e coloridas ao total das apresentações.

16.5. Para a conclusão de prestação de contas deverá ser elaborado um relatório das atividades desenvolvidas contando da data de depósito do recurso financeiro na conta do proponente, entregue na Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer.

16.6. Deverá ser apresentado documentos que permitam a administração averiguar se as metas foram cumpridas.

16.7. A prestação de contas será avaliada pela Comissão de Organização e Acompanhamento (COA) no prazo de 15 (quinze) dias, após a execução dos trabalhos de contra partida.

16.8. A não aprovação da prestação de contas obrigará o beneficiado a devolver os valores recebidos na sua integralidade.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

17.1. O repasse do recurso fica condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira oriundos da Lei Aldir Blanc.

17.2. A inscrição no presente edital de premiação implica na total aceitação das normas nele contidas e o (a) Proponente declara total ciência das legislações nele citadas, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

17.3. A qualquer tempo, esse edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

17.4. Para mais informações a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer. Localizada na Rua Dr. Antonio Teixeira Pinto nº 286, centro. De segunda e sexta feira das 08h30min às 11h30min Contatos (49)3532-7478.

17.5. Eventuais questionamentos sobre os itens não expostos neste edital deverão ser feitos EXCLUSIVAMENTE através da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e lazer, Lei Aldir Blanc, pelo campo de "contato".

17.6. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnação deste Edital de Concurso, por meio de petição escrita, apresentada a Comissão de organização municipal em até 03 (três) dias úteis antes da data indicada para a assinatura dos contratos, respeitando os horários de funcionamento conforme art. 41. § 1º da Lei nº 8.666/93 na Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e lazer.

17.6.1. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a retificação dos procedimentos.

17.7. Os casos omissos ou não previstos neste regulamento serão analisados e decididos pela Comissão de Organização e Acompanhamento (COA).

Tangará 18 de novembro de 2020.

PORTARIA Nº 618, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2753679

PORTARIA Nº 618, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação de papai noel para distribuição de doces pelo município de Tangará/SC, no valor de R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais), da empresa ESTUDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA-ME, CNPJ nº 19.734.531/0001-36, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 074/2020

Publicação Nº 2754027

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 150/2020 Pregão Presencial n. 74/2020

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E FRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSERTOS, RECUPERAÇÃO E REPAROS DE PEÇAS DA FROTA DE TRATORES, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 06/01/2021. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 10 de Dezembro de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2019 SAÚDE

Publicação Nº 2753133

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Fundo Municipal de Saúde

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo contratual, referente contrato nº. 005/2019, cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviços médicos para disponibilização de um profissional médico clínico geral para atendimento do programa ESF do Município de Tigrinhos, 40 horas semanais.

TIGRINHOS/SC, em 11 de dezembro de 2020.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/2017

Publicação Nº 2753729

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente contrato nº. 020/2017, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para serviço de transporte coletivo de passageiros, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 11 de dezembro de 2020.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1636-2020

Publicação Nº 2754343

DECRETO Nº 1636, 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

Declara de utilidade pública imóvel que especifica, para fins de desapropriação consensual ou judicial.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 82 e na forma da alínea "d", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A e alínea "e", do inciso I, do art. 103, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições das alíneas "h", "g" e "m" do art. 5º e art. 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e demais disposições legais,

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal no imóvel de posse de PEDRO PAULO DE CAMPOS, especialmente em razão de sua localização, uma vez que o imóvel está bem centralizado no Bairro, próximo de outros aparelhos públicos existentes no local, apresenta dimensão compatível com a finalidade de instalar no local serviço público essencial (CAPS);

CONSIDERANDO, a necessidade de contemplar o princípio da economicidade, uma vez que o imóvel vem sendo locado pela Municipalidade desde novembro de 2013, para abrigar o Centro Municipal de Educação Infantil "Olegário João Clemes", que recentemente foi transferido para uma nova unidade, carecendo o imóvel pelo uso, de reparos antes da sua devolução, evitando com a desapropriação dispêndio público;

CONSIDERANDO o interesse público de se adquirir o imóvel que será destinado abrigar serviços para atender as necessidades da administração, na instalação de uma unidade do CAPS Centros de Atenção Psicossocial, que consistem em centro de atenção à saúde mental da comunidade, que visa à humanização do tratamento e sua desinstitucionalização, buscando oferecer: serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outra droga, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação consensual ou judicial, um terreno urbano localizado a direita (lado par) da Rua Sebastião Telles, s/nº, a 21,00 metros da esquina com a Rua Nova Trento onde se inicia a referida rua, no bairro Joáia em Tijucas/SC com área de 1.234,82 m² (um mil trezentos e trinta e quatro metros e oitenta e dois decímetros quadrados) com a seguinte descrição: inicia no perímetro no vértice 01, de coordenadas N 6.983.275,7274m e E 731.261.9159m; a partir deste, segue confrontando com a propriedade de ESPOLIO DE MARIA LEAL TERNES, Terras de Posse, com azimute de 94º53'14" por uma distância de 18,51m até o vértice 02, de coordenadas N 6.983.274,1503m e E 731.280,3603m; a partir deste, confrontando com a propriedade de DOROTEIA DA SILVA CASAS, Terras de Posse, com azimute de 186º55'21" por uma distância de 10,64m até o vértice 03, de coordenadas N 6.983.263,5900, e E 731.279,0782m; deste segue, com azimute de 186º15'29" por uma distância de 28,91m até o vértice 04, de coordenadas N 6.983.234,8573, e E 731.275,9273m; a partir deste, confrontando com a propriedade de MARIA DOS SANTOS VARGAS (viúva), Terras de Posse, com azimute de 186º15'29" por uma distância de 9,54m até o vértice 05, de coordenadas N 6.983.225,3755m e E 731.274,8875m; a partir deste, confrontando com a propriedade de OSVALDO CARMO FELICIANA, Terra de Posse, com azimute de 186º15'29" por uma distância de 2,09m até o vértice 06, de coordenadas N 6.983.223,2979m e E 731.274,6597m; a partir deste, confrontando com a propriedade de ALEXANDRE VALDIR DA SILVA, Terras de Posse, com azimute de 272º25'29" por uma distância de 22,02m até o vértice 07, de coordenadas N 6.983.224,2295m e E 731.252,6594m; a partir deste, confrontando com a propriedade de ESPOLIO DE MARIA LEAL TERNES, Terras de Posse, com azimute de 3º41'04" por uma distância de 13,71m até o vértice 08, de coordenadas N 6.983.237,9133m e E 731.253,5406m; deste segue, com azimute de 4º09'56" por uma distância de 2,25m até o vértice 09, de coordenadas N 6.983.240,1604m e E 731.253,7043m; deste segue, com azimute de 302º26'13" por uma distância de 2,04, até o vértice 10, de coordenadas N 6.983.2341,2569m e E 731.251,9789m; deste segue, com azimute de 3º20'58" por uma distância de 28,06m até o vértice 11, de coordenadas N 6.983.269,2662m e E 731.253,6181m; a partir deste, confrontando com a RUA SEBASTIÃO JOÃO TELES, com azimute 52º05'37" por uma distância de 10,52m até o vértice 01, de coordenadas N 6.983.275,7274m e E 731.261,9159m; ponto inicial da descrição deste perímetro, sendo que no referido imóvel encontra-se edificada uma casa de 320,00 m² (trezentos e vinte metros quadrados).

Parágrafo único. A área descrita neste artigo é de posse de PEDRO PAULO DE CAMPOS, portador da cédula de identidade RG nº. 2.786.714 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 602.764.529-68, autor da ação de usucapião, processo nº 5001746-49.2020.8.24.0072, em tramitação na 2ª Vara Cível da Comarca de Tijucas-SC.

Art. 2º A desapropriação do imóvel de que trata o art. 1º deste Decreto destina-se a construção do prédio que abrigará o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, no Bairro da Joáia, no Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, nos termos das alíneas "g", "h" e "m", art. 5º, do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º O imóvel expropriado deverá ser avaliado na forma da Lei, por Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis ou mediante apresentação de 3 (três) laudos de avaliação imobiliária, elaborados por corretores locais.

Art. 4º Fica a Secretaria Municipal de Administração conjuntamente com a Procuradoria-Geral do Município, autorizados a promoverem os atos administrativos e judiciais necessários, visando à efetivação da desapropriação de que trata este Decreto, podendo, para efeito de

imissão na posse definitiva, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º A despesa decorrente da execução do disposto neste Decreto correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 11 de dezembro de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 081/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

Publicação Nº 2752835

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 081/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 008/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: CLARAIZA LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA DO PRÉDIO QUE ABRIGOU O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “ENEIDE MANNIRICH DOS SANTOS”, LOCALIZADO NA RUA CEL. BUCHELLE Nº 116, BAIRRO CENTRO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR ADITIVADO: COM O AUMENTO QUANTITATIVO NA EXECUÇÃO DO OBJETO, O VALOR INICIAL DO CONTRATO Nº 081/PMT/2020, FIRMADO EM 29 DE JUNHO DE 2020, QUE ERA DE R\$ 121.554,89 (CENTO E VINTE E UM MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), COM O ACRÉSCIMO DE 18,67%, PASSA O VALOR GLOBAL DO CONTRATO PARA R\$ 144.251,53 (CENTO E QUARENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS), SENDO ADITIVADO O VALOR DE R\$ 22.696,84 (VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), CONFORME JUSTIFICATIVA DA CONTRATANTE. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/PMT/2020 – TOMADA DE PREÇO 008/PMT/2020.

LEI COMPLEMENTAR Nº 71-2020

Publicação Nº 2754346

LEI COMPLEMENTAR Nº 71, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Altera o artigo 25, da Lei Complementar nº 17/2013, que trata dos fatores e método de avaliação do desempenho dos servidores da câmara municipal de Tijucas e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera-se o artigo 25 da Lei Complementar n. 17/13, e acrescentam-se artigos, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 25 A Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos tem a finalidade de:

I – acompanhar e prestar orientação e apoio técnico;

II - avaliar em sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo;

III – assegurar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho;

IV – identificar e avaliar o desempenho funcional do servidor;

V – permitir que o servidor identifique e busque os meios necessários ao auto desenvolvimento, por meio de sua participação e conhecimento dos resultados da avaliação;e

VI – aferir o mérito para a Progressão.

Art. 25A O desempenho funcional dos servidores será avaliado mediante o preenchimento do Formulário de Avaliação de Desempenho, que constitui o Anexo desta Lei Complementar.

Art. 25B O processo de avaliação de desempenho será realizado pactuando-se a transparência dos instrumentos de avaliação para o avaliado e o avaliador, resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

Art. 25C Os servidores efetivos que ocupam Cargo em Comissão ou Função de Confiança ou Função Gratificada também ficam sujeitos à avaliação de desempenho.

Art. 25DO servidor será avaliado atribuindo-se pontuação aos seguintes fatores:

I - produtividade e qualidade no desempenho das atividades laborais:

- a) qualidade no trabalho;
- b) conhecimento em sua área de atuação;
- c) produtividade no trabalho;
- d) cooperação;

II - idoneidade profissional e respeito comunitário:

- a) ética profissional e pública;
- b) respeito aos níveis hierárquicos;
- c) relacionamento interpessoal e espírito de grupo;
- d) relacionamento com o público e a comunidade;

III - Responsabilidade pelos equipamentos, máquinas, utensílios, materiais e outros objetos:

- a) zelo pelo material;
- b) utilidade e racionalidade com patrimônio público;

IV - procedimento profissional:

- a) habilidades e competências;
- b) dedicação ao aprendizado e coerência ao sugerir, criar, decidir, participar e influenciar na melhoria dos serviços;

V - Efetividade e resultados no trabalho:

- a) assiduidade e colaboração;
- b) permanência e aderência ao ambiente de labor;
- c) pontualidade e dedicação além horário regulamentar.

§1º Considera-se:

- a) Produtividade: a medida referente ao rendimento, ao conhecimento do trabalho, ao empenho e à agilidade na execução das atividades pertinentes ao cargo em termos de quantidade e qualidade, quando comparados aos resultados esperados pela instituição, considerada a utilizado otimizada de recursos disponíveis.
- b) Disciplina/idoneidade profissional: o cumprimento das normas institucionais, planos e acordos firmados nos setores. A este estão incluídas adaptações às situações ambientais e harmonia nas relações interpessoais, sabendo aceitar críticas, respeitando os níveis hierárquicos e sempre visando à melhoria das atividades e processos que são de interesse da administração.
- c) Responsabilidade: o comprometimento, de forma correta e confiável, com as tarefas e os prazos aliado ao senso de prioridade e integração organizacional, considerando o zelo pelos materiais, equipamentos e informações.
- d) Capacidade/Procedimento profissional: a desenvoltura, independência e autonomia para resolver questões que surjam no seu trabalho, respeitando os limites de sua competência, bem como propor soluções e sugestões que visem à melhoria efetivas da qualidade do atendimento às demandas institucionais.
- e) Efetividade/Assiduidade: o comparecimento do servidor ao local de trabalho consideradas a frequência, a permanência e o cumprimento das tarefas com dedicação, bem como o compromisso de negociar junto à sua autoridade imediata as ocorrências que possam refletir em faltas, atrasos e saídas antecipadas.

§2º Cada subfator possui quatro descrições de desempenho ou comportamento classificadas pelas letras a, b, c e d, as quais receberão de um a quatro pontos, conforme será apurado pela Comissão de Avaliação de Desempenho na forma da Apuração de Nota, Anexo desta Lei Complementar.

§3º A chefia imediata deverá escolher, entre as quatro descrições de desempenho ou comportamento de cada subfator, uma única descrição que melhor defina o desempenho ou comportamento do servidor avaliado.

§4º O total de pontos do fator será dividido pelo número de subfatores e o resultado multiplicado pelo peso:

- I - quatro, para fator de que trata o inciso I;
- II - três, para o fato de que trata o inciso II;
- III - dois, para os fatores de que tratam os incisos III e IV;
- IV - um vírgula cinco, para o fator de que trata o inciso V.

§5º O resultado de cada avaliação corresponderá ao somatório dos pontos apurados e divididos por cinco.

Art.25 E Na avaliação serão atribuídos os seguintes conceitos:

- I - Excelente: quando o resultado final for igual ou superior a nove pontos;
- II - Bom: quando o resultado final for igual a sete e inferior a nove pontos;
- III - Regular: quando o resultado final for igual a cinco e inferior a sete pontos;
- IV - Insatisfatório: quando o resultado final for inferior a cinco pontos.

Parágrafo Único – A atribuição do conceito regular e insatisfatório determinará a inclusão do servidor em programa de acompanhamento funcional de modo que ele possa melhorar nas avaliações subsequentes.

Art.2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 10 de Dezembro de 2020.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

Origem: Projeto de Lei Complementar nº 04/2020

LEI ORDINÁRIA Nº 2806-2020

Publicação Nº 2754348

LEI Nº 2806, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Denomina de Nivene Scheibe de Vargas, a Servidão localizada no bairro Praça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica denominada de NIVENE SCHEIBE DE VARGAS, a servidão situada no bairro Praça.

Parágrafo único. Trata-se de uma servidão com seu ponto inicial localizado na latitude -27º14'23" e longitude -48º37'07", conforme identificado no mapa anexo.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas (SC), 10 de Dezembro de 2020.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

Origem: Projeto de Lei nº 112/2020

ANEXOS

Timbó

PREFEITURA

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PP 71 2020 PMT - MACROMAQ

Publicação Nº 2753915

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2020 PMT
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados, que no Pregão Presencial nº. 71/2020 PMT, que objetiva a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, DESTINADOS A SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA COM POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO FINISA, CONFORME PVL02.009678/2019-56, PROCESSO Nº 17944.101322/2020-70, recebeu recurso da empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA contra decisão de desclassificação proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme registrado na Ata Pregão Presencial nº 71/2020.

Desta forma, abre-se o prazo de 03 (três) dias, igual período de recurso, para interposição das contrarrazões, caso haja interesse, consoante consta no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002.

O recurso será encaminhado via e-mail, conforme contatos cadastrados no processo licitatório, bem como disponibilizado em formato digital no site www.timbo.sc.gov.br (link de Licitações, em anexo ao edital).

Timbó, 10 de dezembro de 2020.

Angela Preuss
Diretora do Departamento de Compras,
Licitações e Contratos Administrativos

AVISO PP 76 2020 PMT

Publicação Nº 2753922

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2020 PMT

OBJETO: EXECUÇÃO DE SISTEMA DE RENOVAÇÃO DE AR, JUNTO À CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (SIMPLIFICA TIMBÓ), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO TÉCNICO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 23 de dezembro de 2020. ABERTURA: dia 23 de dezembro de 2020 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou pelo e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380 7035.

Timbó (SC), 10/12/2020
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 146.2020 PMT

Publicação Nº 2754279

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2020 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa PR COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, CNPJ nº. 33.488.848/0001-60, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 16/12/2020.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 10 de dezembro de 2020.

PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

EDITAL Nº 2/2020 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Publicação Nº 2753625

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

Edital nº 2/2020.

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da pavimentação asfáltica, da Rua Argélia.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Argélia, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação asfáltica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto-lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, bem como Lei 2964, de 08 de maio 2018 (autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Argélia) e Edital de pavimentação por Mutirão nº 24/2018 (publicado diário oficial dos municípios em 20 de novembro 2018, Edição nº 2684), executou a obra de melhoria através da Pavimentação asfáltica, tendo como custo apurado na área correspondente ao contribuinte não aderente, o valor total de R\$46917,85 (quarenta e seis mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), incluindo a infraestrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação asfáltica da Rua Argélia - Timbó-SC

1- Memorial descritivo da obra:

1.1 - Identificação:

Projeto para pavimentação asfáltica, da Rua Argélia - (com área de 2764,53m²), sendo que 2337,05m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 427,48m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), a rua está situada no Bairro Das Nações, em Timbó – SC.

Considerando que a Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital. Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Argélia foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3– Especificações:

Para a pavimentação da Rua Argélia será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5cm, conforme especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

2 – Orçamento para implantação (referente a parte da rua a ser lançada como Contribuição de

2.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Argélia - (com área de 427,48m²): quatrocentos e vinte e sete e quarenta e oito metros quadrados.

2.1.1 – Pavimentação asfáltica Rua Argélia - (com área de 427,48m²)		
Serviços preliminares, projetos, topografia e ARTS	427,48m²	
Custo por m²	R\$	0,75
Custo total	R\$	320,61
Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-		
	235,11m³	
Custo por m³	R\$	8,39
Custo total	R\$	1.972,61
Aterro Compactado		
	170,99m³	
Custo por m³	R\$	35,55
Custo total	R\$	6.078,77
Serviços de Preparo da cancha		
	427,48m²	
Custo por m²	R\$	1,72
Custo total	R\$	735,27
2.1.2 - Drenagem		
Escavação		
	0m³	
Custo por m³	R\$	-
Custo total	R\$	-
Reaterro		
	0m³	
Custo por m³	R\$	-
Custo total	R\$	-
Execução tubulação de -0mm		
	0m	
Preço unitário material e mão de obra	R\$	-
Custo total	R\$	-
Preço unitário para execução de bocas de lobo e material	R\$	-
Custo total para execução de 0 boas de lobo	R\$	-
Custo da base,CBUQ, meio fio e mão de obra para os não aderentes	R\$	37.810,61
Custo total preparação da base e drenagem	R\$	9.107,25
Custo total da obra	R\$	46.917,85

3- Cronograma:

A obra teve início no dia 10-fev-2020 e terminou no dia 4-mai-2020.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação da Rua Argélia beneficiou diretamente 7(sete) não aderente(s), através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Argélia correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área de 427,48m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2D inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário / Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valor antes pav.		Valor após pav.		Valorização	
LEONEL MENGARDA	01.04.025.0583	R\$	111.253,50	R\$	122.378,85	R\$	11.125,35
MILTON HEILMANN (Proprietário) MARIA LOCH BUSARELLO(responsável Tributário)	01.04.025.0568	R\$	111.253,50	R\$	122.378,85	R\$	11.125,35
ARLITO LUTZ	01.04.025.0523	R\$	111.253,50	R\$	122.378,85	R\$	11.125,35
ARLITO LUTZ	01.04.025.0508	R\$	111.253,50	R\$	122.378,85	R\$	11.125,35
ARLITO LUTZ	01.04.025.0493	R\$	111.253,50	R\$	122.378,85	R\$	11.125,35
INGOBERT GRAMKOW	01.04.024.0225	R\$	111.253,50	R\$	122.378,85	R\$	11.125,35
INGOBERT GRAMKOW	01.04.024.0240	R\$	111.253,50	R\$	122.378,85	R\$	11.125,35
SOMATÓRIO		R\$	778.774,50	R\$	856.651,95	R\$	77.877,45

7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo.

6.1 – Participação do Município de Timbó, correspondente a 15% da obra: R\$7037,67

6.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) , o que corresponde à 85% da obra R\$39880,18

6.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = AxVi/Vtr$, onde:

CM: Valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

A: Valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhorias: R\$39880,18

Vi: Valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

Vtr: Somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados: R\$77877,45

6.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário / Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	Valorização Imobiliária		Contribuição de melhorias		Contribuição de melhorias +15%	
LEONEL MENGARDA	01.04.025.0583	R\$	11.125,35	R\$	5.697,17	R\$	6.551,75
MILTON HEILMANN (Proprietário) MARIA LOCH BUSARELLO(responsável Tributário)	01.04.025.0568	R\$	11.125,35	R\$	5.697,17	R\$	6.551,75
ARLITO LUTZ	01.04.025.0523	R\$	11.125,35	R\$	5.697,17	R\$	6.551,75
ARLITO LUTZ	01.04.025.0508	R\$	11.125,35	R\$	5.697,17	R\$	6.551,75
ARLITO LUTZ	01.04.025.0493	R\$	11.125,35	R\$	5.697,17	R\$	6.551,75
INGOBERT GRAMKOW	01.04.024.0225	R\$	11.125,35	R\$	5.697,17	R\$	6.551,75
INGOBERT GRAMKOW	01.04.024.0240	R\$	11.125,35	R\$	5.697,17	R\$	6.551,75
		R\$	-	R\$	-	R\$	-
SOMATÓRIO		R\$	77.877,45	R\$	39.880,18	R\$	45.862,25

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.2 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa, com possibilidade de protesto, nos termos da Lei Complementar nº 493/2017, bem como cobrança judicial de acordo com o Código Tributário Municipal (LC 142/1998).

8.3 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação se referir à parte técnica da obra;

c) apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação se referir à parte jurídica do Edital/Obra;

d) apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.
O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.
Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. ”

Município de Timbó, 15 de outubro de 2020.

Jorge Augusto Kruger	Maria Angélica Faggiani
Prefeito	Secretária da Fazenda e Administração
Roseli Lourdes da Rocha	Débora Roiwas
Supervisora Div. Urbanismo	Fiscal de Tributos

EXTRATO CONTRATO 142.2020 FMS

Publicação Nº 2753924

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 142/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: ADANASERV SERVIÇOS GERAIS LTDA.

OBJETO: Serviço de sanitização de ambientes públicos internos e externos, visando obtenção de adequada condição de salubridade e higiene, com utilização de produtos saneantes, materiais e equipamentos, a fim de usar no combate à propagação da transmissão da covid-19, infecção humana causada pelo coronavírus (sars-cov-2), em cumprimento aos decretos nº 5537, de 16/03/2020, e 5539, de 18/03/2020, que dispõe acerca de procedimentos e medidas de prevenção e combate ao coronavírus (covid-19) no município de timbó/ SC, nos termos da lei nº 13.979/2020, de acordo com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial n. 13/2020 FMS, demais anexos e o presente instrumento.

VALOR TOTAL: R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil, duzentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 01/12/2020.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2020 FMDE

Publicação N° 2733448

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 02/2020 - FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.

OBJETO: Aquisição de material escolar (educacional e de expediente) para uso na rede municipal de ensino.

EMPRESAS FORNECEDORAS: R.S. DISTRIB. COM. ART. PAPELARIA LTDA EPP, INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP, RSUL LTDA ME, DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA, M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA – ME, MAXIMA ATACADISTA EIRELI – ME, TIAGO DANIEL VEDAN – ME, JS SIMÕES EIRELI ME, BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, COMERCIAL PRINT LUX EIRELI e BIANCA RICACHESKI RAUBER. TOTAL ESTIMADO: R\$ 202.861,40 (duzentos e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/09/2021

Timbó, 11/09/2020
MÁRCIA WITTHOEFT MELLIES
Secretário Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N° 14/2020**

Publicação N° 2753358

Câmara Municipal de Timbó
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 14-2020

Dispensa de licitação nº 13/2020

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ.

Contratado: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A.

Do objeto contratado: a) Fornecer conexão com a Internet através de "LINK INTERNET IP DEDICADO", para a conexão da rede local de computadores e desta à Internet em fibra óptica com garantia de disponibilidade e velocidade Suporte técnico dedicado e monitoramento constante, Endereçamento IP FIXO e tráfego via backbone (próprio) com topologia redundante, Garantia de acesso através de múltiplas saídas, Conexão simétrica, com velocidade e banda garantida de 50 mbps – velocidade de download e 50 mbps de velocidade de upload. b) Fornecimento de Internet Banda Larga de 150 mbps de download e de 75 mbps de upload exclusiva para conexão sem fio com o objetivo de permitir maior controle e segurança no uso da rede interna além da melhoria na qualidade da internet para usuários para acesso de internet sem fio. c) Fornecimento de plano de telefonia fixa, com fornecimento de 04 linhas, franquia local de 4.000 minutos, tarifa local de R\$ 0,10 para excedentes além da franquia, franquia LDN (ligações de longa distância) de R\$ 0,30, franquia VC1 (ligações para móvel dentro da área 47) de 500 minutos, tarifa VC1 (Ligações para móvel dentro da área 47) de R\$ 0,79, franquia VC2/VC3 DE R\$ 0,99.

Do valor total: Pelo contrato a contratante pagará à contratada o valor de R\$ 16.599,60 (dezesesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Data da assinatura: 10 de dezembro de 2020.

Assinantes: Adilson Mesch (Presidente da Câmara Municipal de Timbó) e Richard Marques de Córdova (Procurador Unifique Telecomunicações S/A).

Três Barras

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O PREMIO ALDIR BLANC

Publicação Nº 2753519

A Prefeitura Municipal de Três Barras através da secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, realiza Chamamento Público para o Premio Aldir Blanc através de seleção de Projetos Culturais que contribuam para produção, difusão e fruição cultural e artística no município por meio da seleção de projetos de pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, com atuação e impacto no desenvolvimento do setor cultural local. Será realizado através de repasses financeiros aos projetos culturais selecionados.

As inscrições serão realizadas na secretária de Educação Cultura e Esporte no período de 11/12/2020 a 21/12/2020 das 8h às 12hs e das 13h as 17hs, Rua Lumber nº S/N Três Barras.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2020 – PMTB

Publicação Nº 2752401

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2020 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Procedimento Licitatório nº 118/2020

Modalidade "Pregão Presencial nº 80/2020"

Contratante: O MUNICÍPIO DE TRES BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras - SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. Luiz Divonsir Shimogui, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.190.216/0001-22, com endereço na Rua São Pedro, nº 549, no bairro Areias, São José – SC, CEP nº 88.113-250, por seu representante legal, o senhor MARCELO VEBER, brasileiro, casado, técnico em eletrotécnica, CPF nº 787.068.829-00, RG 5.733.284-0 SSP/PR, domiciliado na Rua Zigomar Georgina de Souza Silva, nº 450, bairro Areias, São José – SC, doravante denominada CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 118/2020, Pregão Presencial nº 80/2020.

Objeto: O objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA E DEMAIS EQUIPAMENTOS PARA VIDEOMONITORAMENTO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, conforme o termo de referência contido na cláusula 1.2 do edital da licitação, atendendo as necessidades e disponibilidades, seguindo as premissas, especificações e quantidades indicadas abaixo:

710792 - XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA

Lote: 1 - REFERENTE AO FORNECIMENTO E INTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA CONTIDO NA CLAUSULA 1.2 DO EDITAL.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CAMERA IP PTZ STD. 2MP, MINI-MO 30X ZOOM IP66	UNIDADE	HIKVISION DS	25	R\$5.593,30	R\$139.832,50
2	UNIDADE INTEGRADA DE TRANSMISSÃO, ALIMENTAÇÃO E CONTROLE (UI-TAC)	UNIDADE	XPTI UI TAC	25	R\$2.922,57	R\$73.064,25
3	COLUNA METÁLICA (POSTE) 7 MT 4 POLEGADAS GALVANIZADO A FOGO	UNIDADE	XPTI POSTE 7M	25	R\$1.670,32	R\$41.758,00
4	PROLONGADOR DE SUPORTE 1 MT	UNIDADE	XPTI PROLONGADOR	25	R\$334,46	R\$8.361,50
5	CÂMERA FIXA - RECONHECIMENTO DE PLACAS VEICULARES (LPR) ATE 80 KM	UNIDADE	HIKVISION DS	15	R\$5.943,69	R\$89.155,35
6	SERVIDOR STORAGE PARA GERENCIAMENTO E ARMAZENAMENTO DE IMAGENS	UNIDADE	DELL - POWER	1	R\$56.241,60	R\$56.241,60
7	DESKTOP DE MONITORAÇÃO DE IMAGENS	UNIDADE	DELL - WORKSTATION	2	R\$13.239,17	R\$26.478,34
8	MONITOR LED 48" PROFISSIONAL	UNIDADE	SAMSUNG	8	R\$5.968,57	R\$47.748,56
9	MESA OPERADORA - JOYSTICK	UNIDADE	DIGIFORT	2	R\$9.483,43	R\$18.966,86
10	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000MBPS	UNIDADE	TP-LINK	1	R\$5.008,98	R\$5.008,98

11	NOBREAK 5000KVA	UNIDADE	PHD	2	R\$6.778,90	R\$13.557,80
12	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA COM LICENÇA BASE 8	UNIDADE	DIGIFORT	1	R\$8.550,81	R\$8.550,81
13	PACOTE DE EXPANSÃO PARA 2 CÂMERAS NO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, GRAVAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE IMAGENS	UNIDADE	DIGIFORT	1	R\$1.612,69	R\$1.612,69
14	PACOTE DE EXPANSÃO PARA 4 CÂMERAS NO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, GRAVAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE IMAGENS	UNIDADE	DIGIFORT	1	R\$2.978,41	R\$2.978,41
15	PACOTE DE EXPANSÃO PARA 16 CÂMERAS NO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, GRAVAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DE IMAGENS	UNIDADE	DIGIFORT	1	R\$10.193,20	R\$10.193,20
16	SOFTWARE PARA RECONHECIMENTO DE LEITURA DE PLACAS VEICULARES	UNIDADE	DIGIFORT	15	R\$4.173,85	R\$62.607,75
17	SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO CENTRAL	P.SERV.		1	R\$7.921,60	R\$7.921,60
18	MANUTENÇÃO EM GARANTIA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO	MES		12	R\$2.976,40	R\$35.716,80
19	MANUTENÇÃO EM GARANTIA PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO	MES		300	R\$124,42	R\$37.326,00
20	MANUTENÇÃO EM GARANTIA PONTO DE CAPTURA DE PLACA VEICULAR - LPR	MES		180	R\$99,55	R\$17.919,00
Total						R\$705.000,00

Vigência: A vigência do Contrato terá início em 30 de novembro de 2020, com término previsto para 29 de novembro de 2021.

Valor: O valor global do presente contrato, incluindo equipamentos, treinamento e instalação será de R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 30 de novembro de 2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 81/2020 - PMTB

Publicação Nº 2752355

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 78/2020

DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo Licitatório nº 88/2020

Modalidade: "Tomada de Preços nº 22/2020"

Termo Aditivo nº 81/2020

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: CONSTRUTORA IC LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 85.248.920/0001-86, estabelecida na Rua Boleslau Polanski, nº 1170, Bairro João Paulo II, no Município de Três Barras – SC, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Israel Nunes Cavalheiro, portador da carteira de identidade civil RG nº 2.314.875, doravante denominado CONTRATADO.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, §1º do artigo 65 e artigos 54 à 80, bem como as condições dispostas no Procedimento Licitatório nº 88/2020, Edital Tomada de Preços nº 22/2020.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 78/2020, suprimindo o valor total de R\$ 22.809,06 (vinte e dois mil e oitocentos e nove reais e seis centavos), conforme documento elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

SUPRESSÕES	
Item	Subtotal (R\$)
1.1	477,41
1.2	109,52

1.3	111,59
2.1	1.799,00
2.2	2.154,15
2.3	830,22
2.4	1.967,55
2.5	1.447,15
2.6	2.208,90
3.1	878,03
5.1	4.520,73
3.2	965,30
5.2	2.979,90
6.2	45,00
6.10	40,81
6.11	45,00
6.12	76,32
7.1	402,50
7.2	1.750,00
Total (R\$)	22.809,06

Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 78/2020, incluindo serviços e materiais indispensáveis à conclusão dos serviços, num valor total de R\$ 10.689,25 (dez mil e seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), constantes na planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

ADITIVOS	
Item	Subtotal (R\$)
4.2	10.689,25
Total (R\$)	10.689,25

Valor: Considerando as supressões e os acréscimos realizados, o valor total do presente Termo Aditivo, a ser suprimido, ao Contrato nº 78/2020, será de R\$ 12.119,81 (doze mil e cento e dezenove reais e oitenta e um centavos).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 02 de dezembro de 2020.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2647

Publicação Nº 2753092

DECRETO Nº 2.647 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 2.027/2019 de 06/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 76,885,81 (setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos), para reforçar as dotações abaixo, anulando as dotações conforme relação:

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Suplementa : (9) 3.3.90.00.00.00.00.00.0105	R\$ 41.541,94
Anula: (10) 3.3.93.00.00.00.00.00.0105	R\$ 21.541,94
Anula:(11) 4.4.90.00.00.00.00.00.0105	R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

02- SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

2.217 - Manutenção da Iluminação Pública

Suplementa:(162) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.3008	R\$ 35.333,42
Anula : (133) 4.4.90.00.00.00.00.00.00.3008	R\$ 35.333,42

09- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01- EXTENSÃO RURAL

2.017- Manutenção da Agricultura e promoção rural

Suplementa : (163) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0089	R\$ 10,45
Anula ; Excesso de arrecadação de alienações	R\$ 10,45

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 09 dias do mês de dezembro de 2.020

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças- designado

DECRETO 2648

Publicação Nº 2753091

DECRETO Nº 2.648 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

DETERMINA BAIXA DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, DECLARANDO INSERVÍVEIS OU OBSOLETOS OS BENS ESPECIFICADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a Baixa do Patrimônio Municipal, declarando como inservíveis ou obsoletos os bens especificados a seguir:

CÓD.- DESCRIÇÃO DO BEM

4455 VEICULO VW KOMBI ESCOLAR PLACA MCZ-6344 ANO 06/06 COR BRANCA FLEX 15 P 85 CV CHASSI 9BWGF07X46PO13758

6556 AR CONDICIONADO SPLINT HI-WALL 18000 BTU'S
5970 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHER MFC-8890
5963 APARELHO DE TELEFONE SEM FIO TS 40 ID INTEL
4980 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO ORGANICO 6000 LITROS
MARCA IAC COR AZUL
4981 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO ORGANICO 5000 LITROS
IAC COR AZUL
5023 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO ORGANICO TRAMAK
ECOMAGRI COR VERMELHA ANO 01/01
5042 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO ORGANICO MARCA
FERTILANCE 3000 LITROS
6449 DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LIQUIDO CAPACIDADE 6000 LTS
BOMBA VACUO ROD. TANDEM
4991 DISTRIBUIDOR DE AGUA 4000 LITROS ANTIGO
4504 MOCHO GIRATORIO ESTOFADO EM CORVIN BEGE
8337 ESTABILIZADOR SMS
5391 MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2.80 GHZ 2.99 GB DE
RAM
5306 IMPRESSORA MATRICIAL EPSON LX-300
2063 MESINHA EM MDF BRANCO ESTRUTURA EM FERRO PRETO
2604 CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO PRETO
2644 MICROCOMPUTADOR POSITIVO INTEL CELERON
2654 ESTABILIZADOR MICROSOL MIE G3
2655 ESTABILIZADOR MICROSOL MIE G3
6490 DVD PLAYER USB PHILLIPS
7755 MAQUINA ELETROLUX 13KG TURBO ENCONOMIA
6123 MONITOR AOC LED 18,5' WIDESCREEEN
6126 MONITOR AOC LED 18,5''WIDESCREEEN
5972 IMPRESSORA MATRICIAL EPSON LX300
4924 MESA EM MADEIRA TAMPA REDONDA
4867 MESA EM MADEIRA MARROM TAMPA REDONDA
0121 GAVETEIRO EM MADEIRA BRANCA 12 GAVETAS C/
PUCHADOR
1289 CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1991 VENTILADOR DE COLUNA ARGE MAX
1985 VENTILADOR DE MESA MARCA BRITANIA
2776 TELEVISOR 29 POL TOSHIBA LUMINA LINE
6162 CARTEIRA ADULTO ,V-10E
6118 NOTEBOOK ACER
5974 IMPRESSORA MULTI LASER ,FC8912DW
C/TRANSFORMADORES
6655 AQUECEDOR CADENCE AQC300 HALOGENIO PRETO
6656 AQUECEDOR CADENCE AQC300 HALOGENIO PRETO
6011 CHALEIRA BRITÂNIA ELETRICA 1,7 L 220V
2401 TELEVISOR 20 POL MARCA BROK SONIC
8239 ESTABILIZADOR
8256 AQUECEDOR NICO
8282 MESA DE APOIO EM INOX
8326 ELETROCAUTERIO
8328 MONITOR CARDIACO
8372 SUPORTE PARA SORO EM FERRO NA COR BRANCA
8383 ARMARIO AEREO EM MDF NA COR BRANCA
8431 MESA ESCRITORIO COM 3 GAVETAS NA COR BEGE
8433 CPU CONCORDIA
8469 MESA DE APOIO COM 1 GAVETA EM AÇO INOX
8470 POLTRONA EM CORVIN NA COR BRANCA
8479 SUPORTE PARA PUNÇÃO
8666 POLTRONA EM MADEIRA E CORVIN NA COR BEGE
8667 POLTRONA EM CORVIN NA COR BRANCA
5915 APARELHO DE DVD 051 PLAYER SATELLITE
7730 MONITOR EFFICIA CM10
6196 BISTURI MODELO BP-100
5583 CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL
5584 CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL
5585 CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL
5620 VENTILADOR DE PAREDE MARCA VENTISOL
5621 VENTILADOR DE PAREDE MARCA VENTISOL
5623 MINISYSTEM PHILCO C/ 2 CAIXAS COR PRETA MSP 211N
5625 MINISYSTEM PHILCO C/ 2 CAIXAS COR PRETA MSP 211N

5626 MINISYSTEM PHILCO C/ 2 CAIXAS COR PRETA MSP 211N
5627 MINISYSTEM PHILCO C/ 2 CAIXAS COR PRETA MSP 211N
5630 MINISYSTEM PHILCO C/ 2 CAIXAS COR PRETA MSP 211N
5631 MINISYSTEM PHILCO C/ 2 CAIXAS COR PRETA MSP 211N
5632 MINISYSTEM PHILCO C/ 2 CAIXAS COR PRETA MSP 211N
5639 MICROONDAS MIDEA COR BRANCA
5643 DVD CCE
8434 ESTABILIZADOR ADFTRONIK
8248 REFRIGERADOR CONSUL NA COR BRANCA 342 LTS FROSFREE
8487 ESTABILIZADOR SMS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias em 10 de dezembro de 2020.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração Designado

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 413/20

Publicação Nº 2753422

PORTARIA 413/20 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Edital de Chamada Pública para admissão de Nutricionista em caráter temporário – Edital nº 004/2020 de 18 de março de 2020.

CONSIDERANDO: o Decreto 027/20 de 27 de março de 2020, que homologa a classificação final do Edital 004/2020;

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho em 30 (trinta) dias da servidora pública municipal Sra. SORAIA STÜPP DE CARVALHO, ocupante do cargo de provimento temporário de Nutricionista, a desempenhar suas funções junto a Secretaria da Educação e do Esporte, no período compreendido entre 21 de dezembro de 2020 a 19 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de dezembro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de dezembro de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO COMUNICA ERRATA NO EDITAL, PUBLICADO NO DIA 09/12/2020 NO DOM

Publicação N° 2754191

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 09/12/2020 no DOM.

OBJETO:

A presente Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E DEVIDA INSTALAÇÃO DE CORTINAS, QUE SERÃO DESTINADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CASA MORTUÁRIA, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Houve alteração do nº do Processo e do número do Pregão Presencial.

ONDE SE LÊ :

Processo de Compra N°.: 315/2020

Pregão Presencial nº: 128/2020

LEIA –SE:

PROCESSO DE COMPRA N°.: 321/2020

PREGÃO PRESENCIAL N°: 131/2020

A data da abertura permanece a mesma, considerando que não houve alteração na proposta.

“Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,10/12/2020.

AQUILES BAMBERG

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

União do Oeste

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 35/2020

Publicação Nº 2753759

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2020

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CGC/MF sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, inscrito no CPF nº 422.972.909-00, carteira de identidade nº 763.172, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ do MF sob o n. 01.341.214/0001-94, com sede na Rua Borges de Medeiros, nº 1477-E, bairro Presidente Médici, na cidade de Chapecó/SC, neste ato representada por seu Administrador, Sr. DANILO CONTE, inscrito no CPF nº 347.071.319-72, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, ao edital e contrato antes citado;

Considerando parecer técnico e planilha orçamentária apresentada pelo Departamento de engenharia e Determinação do Executivo Municipal, celebra conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - altera a cláusula terceira do contrato nº 35/2020, ficando aditado o valor de R\$ 4.525,00 (quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais), correspondente a aditivo do valor da execução da obra de Pavimentação Asfáltica na Rua travessa dona Nelie, centro, União do Oeste/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - Tal alteração, se demonstra possível diante do princípio da eficiência dos atos administrativos, não representando qualquer lesão os direitos dos demais participantes do certame.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e disposições contratuais continuam em plena vigência.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

União do Oeste, 10 de dezembro de 2020.

CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
DANILO CONTE
CONTRATADA

IGOR LEONARDO LOEBLEIN FURRAER
FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Joel Fernando Capeleto	Andressa G. Donzelli
CPF 061.870.909-69	CPF 090.534.369-79

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 55/2019

Publicação Nº 2752605

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 55/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 55/2019, que fazem de um lado o MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz - Centro CEP: 89845-000 – União

do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa BIQ BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.878.237/0001-19, com sede na Rua Vergueiro, nº 3.185, Vila Mariana/SP, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) ANDRÉ CARLOS FONSECA, inscrito(a) no CPF sob nº 181.741.198-50, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supracitado, por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2021.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 55/2019, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 10 de dezembro de 2020.

CELSO MATIELLO
P/CONTRATANTE

BIQ BENEFÍCIOS LTDA
ANDRÉ CARLOS FONSECA
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Andressa Gregolin Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 07/2019

Publicação Nº 2753669

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 07/2019

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 07/2019, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa RR RAUBER TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 15.801.213/0001-90, com sede Rua Tiradentes, nº 223, Bairro Alvorada, Xaxim, SC. CEP: 89.825-000, representada neste ato pelo seu Sócio Sr. FRANCISCO RAUBER, CPF nº 868.227219-91, denominada doravante simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado para mais 06 (seis) meses, passando a vigor até 30 de junho de 2021.

Clausula Segunda. Pela prorrogação do contrato a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 89.082,00 (oitenta mil e duzentos e sessenta e dois reais). Sendo pago em parcelas mensais, mediante a prestação dos serviços.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2021, com a seguinte classificação:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 2.014 – MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR
CÓD. RED.: 52, 53, 51, 49 e 50 – APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 07/2019 permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, SC, 10 de dezembro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

RR RAUBER TRANSPORTES LTDA
FRANCISCO RAUBER
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Andressa Gregolin Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal 1010/2014

4 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM N° 08/2019

Publicação N° 2753699

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 08/2019

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 08/2019, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa TRANSVOLMAR TRANSPORTES LTDA ME, inscrita no CNPJ N.º 14.120.218/0001-94, com sede na Vila Linha Parafuzinho, Bairro SN, Interior, União do Oeste – SC. CEP: 89.845-00, representada neste ato pelo seu representante Legal Sr. VALDIR TEIXEIRA, CPF n.º 552.071.899-72, denominada doravante simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado para mais 06 meses, passando a vigor até 30 de junho de 2021.

Clausula Segunda. Pela prorrogação do contrato a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 283.062,60 (Duzentos e oitenta e três mil, sessenta e dois reais e sessenta centavos). Sendo pago em parcelas mensais, mediante a prestação dos serviços.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2021, com a seguinte classificação:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade - 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 2.014 – MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR
CÓD. RED.: 52, 53, 51, 49 e 50 – APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 08/2019 permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, SC, 10 de dezembro de 2020.

CELSO MATIELLO TRANSVOLMAR TRANSPORTES LTDA ME
Prefeito Municipal VALDIR TEIXEIRA
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Nome: Andressa Gregolin Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014

DECRETO N. 4.553/2020

Publicação Nº 2752597

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.553, De 18 de novembro de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1.146/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2020 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 – Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 – Atenção Básica

Projeto Atividade: 2.038 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica Variável

18 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.01.0138	100.000,00
--	------------

Saldo Total a Suplementar	100.000,00
---------------------------------	------------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

ORIGEM DOS RECURSOS

Fonte Recurso: 00.01.138 – Transferência do sistema único de saúde – SUS União	100.000,00
--	------------

Finalidade: Manutenção da Saúde Básica Livre Aplicação

Total de Recursos Suplementados	100.000,00
---------------------------------------	------------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N.º 1.010/2014.

DECRETO N. 4.588/2020

Publicação Nº 2752532

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.588, de 10 de dezembro de 2020.

Concede Adicional Titulação à Servidor Público Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar Municipal N.º 090 de 27 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica concedido Adicional Titulação ao Servidor JOSEI EDER CORBARI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo da Saúde, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente apresentação do Certificado de Conclusão do Curso de Pós - Graduação, correspondente ao valor de 10% sob a denominação de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO, calculado sobre o vencimento base do servidor.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 10 de dezembro de 2020.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 003/2020

Publicação Nº 2752960

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2020 QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE URUBICI – APAE.

O MUNICÍPIO DE URUBICI, Estado de Santa Catarina, por meio do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE com sede na Praça Francisco Pereira de Souza, Centro, CEP 88.650-000, URUBICI – SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Gisiane Letícia Ribeiro de Souza, abaixo identificado e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS DE URUBICI – APAE, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na Rua Clarismundo José Custódio, 980, na cidade de Urubici SC, CEP 88.650-000, inscrito no CNPJ sob o nº 75.325.068/0001-40, neste ato representado por seu Representante Legal, MARILENE APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 003.630.769-64 firmam o presente aditamento contratual regido pela Lei 8666/93, que se origina do Termo de Colaboração nº 003/2020.

Cláusula Primeira – Prorrogação do prazo de Vigência:
As partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do contrato até 31/12/2021.

Cláusula Segunda – Ratificação:
Permanecem em vigor todas as demais cláusulas do contrato original, que não contrariarem o presente Aditivo.

Cláusula Terceira – Foro:
Fica eleito o foro da Comarca de URUBICI-SC, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da aplicabilidade deste contrato.

Urubici/SC, 26 de novembro de 2020.

Gisiane Letícia Ribeiro de Souza
Secretária Municipal de Saúde
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Urubici – APAE

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº886/2020

Publicação Nº 2753723

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Dispensa de licitação/Compra Direta nº 886/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Urubici. Contratada: Gráfica 85 Ltda CNPJ: 78.998.382/0001-81. Objeto. Referente a aquisição de ingressos para cobrança em pontos turísticos do município. Data 10/12/2020. Valor: \$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Elvio Antunes de Souza- Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO HABILITAÇÃO TP 011/2020

Publicação Nº 2753188

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 037/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 011/2020
RESULTADO HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação das ruas Otávio França e José Rabelo Flores no Bairro Águas Brancas no Município de Urubici, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Empresas Habilitadas: JN Momm Construção e Comércio Ltda, Impsum Serviços Especializados Eireli, e Construtora Branger Eireli. Abre-se prazo legal para recurso. Cumpridas as formalidades, publique-se o resultado, para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli - Prefeito Municipal.

EXTRATO HABILITAÇÃO TP 012/2020

Publicação Nº 2753460

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 038/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 012/2020
RESULTADO HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação da Rua Brasília no Bairro Brasília no Município de Urubici, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Empresas Habilitadas: JN Momm Construção e Comércio Ltda, Impsum Serviços Especializados Eireli, e Construtora Branger Eireli. Abre-se prazo legal para recurso. Cumpridas as formalidades, publique-se o resultado, para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli - Prefeito Municipal.

EXTRATO PROPOSTA TP 010/2020

Publicação Nº 2753890

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2020
PROCESSO DE COMPRA Nº 033/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 010/2020
RESULTADO PROPOSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de infraestrutura no Parque de Exposições Manoel Prá no Município de Urubici/SC, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital, e em conformidade com o contrato de repasse OGU nº 887460/2019 – operação 1063876-95. EMPRESA VENCEDORA: JN Momm Construção e Comércio Ltda ME, CNPJ 80.695.620/0001-21, foi declarada vencedora do certame, tendo apresentado o valor global de R\$ 297.646,40 (duzentos e noventa e sete mil seiscientos e quarenta e seis reais e quarenta centavos). Abre-se prazo legal para recurso. Cumpridas as formalidades, publique-se o resultado, para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli-Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

DECRETO GP/Nº 43/2020

Publicação Nº 2752842

DECRETO GP/Nº 43, DE 05 DE MAIO DE 2020.

Autoriza a extinção da escola Jardim Infantil Linha Rio Maior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IV do parágrafo único do artigo 29 da Lei Orgânica c/c com o inciso XII do artigo 10 da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO a manifestação favorável da comunidade em extinguir a Escola Jardim Infantil Linha Rio Maior;
CONSIDERANDO que a escola municipal supracitada é escola pequena, com estrutura física precária e com pequena quantidade de alunos;
CONSIDERANDO que com a extinção da escola os alunos serão realocados para a escola mais próxima respeitando o zoneamento, o que viabiliza a separação em classes de acordo com a idade, elevando a qualidade do ensino,

DECRETA:

Art. 1º Fica extinta a escola Jardim Infantil Linha Rio Maior, localizada na Estrada Geral, s/n, no bairro Linha Rio Maior, Urussanga, SC.

Art. 2º. Toda a documentação e o acervo escolar do estabelecimento de ensino, cujo funcionamento fica extinto pelo presente Decreto, ficarão sob a guarda e responsabilidade da Secretaria de Educação, localizada na Rua João Maria Cancellier, 85, Bairro da Estação, Urussanga, SC.

Parágrafo único. A expedição de documentos escolares com base no acervo do estabelecimento extinto, ficará sob a responsabilidade Secretária de Educação, encarregada de sua guarda e conservação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 05 de maio de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2020, 38/2020, 39/2020, 40/2020, 41/2020, 42/2020, 43/2020, 44/2020

Publicação Nº 2739136

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 24/2020 Pregão Presencial 20/2020 - Ata de Registro de Preços nº 37/2020, 38/2020, 39/2020, 40/2020, 41/2020, 42/2020, 43/2020, 44/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição parcelada de materiais escolares, de expediente e artigos de escritório, novos e de boa qualidade, para o exercício do ano de 2020, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3078 de 11/03/2020, Pág. nº 1717, 1718, 1719, 1720, 1721 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 10/03/2021
4ª Publicação

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 02/2020/FMAS

Publicação N° 2752391

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 02/2020/FMAS

A Prefeitura Municipal de URUSSANGA torna público, para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU A PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2020/FMAS, que tem por finalidade aquisição parcelada de cestas básicas de boa qualidade e procedência, devendo os produtos serem novos, de acordo com o edital e seus anexos, para o exercício do ano de 2021. Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 08/12/2020.

Onde-se lê PREGÃO N.º 02/2020/FMAS, leia-se PREGÃO N.º 01/2020/FMAS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 08h30min do dia 21/12/2020 no setor de licitações desta Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Bandeira, n.º 12, Urussanga – SC, somente em dias úteis.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h15 do dia 21/12/2020, no mesmo local da entrega dos envelopes.

Luis Gustavo Cancellier – Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 17/2020 ENGENHEIRO CIVIL PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Publicação Nº 2753449

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGA Nº 17/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato classificado em 5º lugar no Processo Seletivo nº 001/2017 abaixo relacionado para contratação temporária para as funções do cargo de Engenheiro Civil, 20 horas, para escolha de vaga e agendamento de entrega de documentos e consulta médica pré-admissional:

- Guilherme Antonio Badotti

O candidato convocado deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração, na Rua 7 de Setembro, Centro, Vargeão-SC, até a data de 14/12/2020 no horário das 08h as 11h30min e 13h30min às 17h.

OBSERVAÇÕES:

- 1 - O convocado deverá comparecer no local e horário acima indicado, munido da cédula de identidade.
- 2 - O não comparecimento do candidato convocado acarretará a sua desistência da vaga com a imediata disponibilização da vaga para chamadas subsequentes de outros candidatos aprovados.
- 3 - O candidato convocado e que aceitar a vaga ofertada deverá providenciar os documentos necessários e consulta médica para apresentação na data estipulada na escolha de vaga.

Vargeão-SC, 10 de dezembro de 2020.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 035/2017

Publicação Nº 2753461

EXTRATO DE ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SEFE – SISTEMA EDUCACIONAL FAMÍLIA E ESCOLA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 035/2017 por mais um período, até 31/12/2021

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 035/2017.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.

Volmir Felipe
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2020

Publicação Nº 2752577

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PROTEC COMÉRCIO E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL EIRELI

CNPJ: 22.932.456/0001-22

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses para futura e eventual aquisição e instalação de 02 (dois) grupos geradores de energia, com motor a diesel, de acordo especificações constantes no Anexo I do edital.

VALOR: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)

VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 10 de Dezembro de 2020 até 09 de Dezembro de 2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações.

Vargeão, SC, 10 de Dezembro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 008/2020

Publicação Nº 2752596

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: G.A. BEBIDAS EIRELI

CNPJ: 13.120.173/0001-95

OBJETO: Acresce quantitativo conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão do acréscimo quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 1.267,97 (hum mil, duzentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 008/2020.

Vargeão, SC, 10 de dezembro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVOS DE CONTRATOS

Publicação Nº 2753325

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CONTRIBUTO ESTUDOS TRIBUTÁRIOS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 018/2019 por mais um período, até 31/12/2021

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 018/2019.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: KADOBIT INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 043/2019 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 043/2019.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PANIZZI ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 016/2018 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 016/2018.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA SCHAEGLER LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 004/2017 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 004/2017.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA DE PEDIATRIA GONZATTO S/C LTDA-ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 113/2017 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 113/2017.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FERNANDA FACHINELLO-ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 070/2019 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 070/2019.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: EDUARDO LUIZ BONAN ANGONESE

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 195/2019 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 195/2019.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LAÍS LTDA-ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 204/2018 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 204/2018.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAXINAL LTDA-ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 022/2019 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 022/2019.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 175/2019 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 175/2019.
Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: TI TELEMEDICINA INTEGRADA LTDA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 176/2019 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 176/2019.
Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: TELEVIDA CENTRO ESPECIALIZADO DE TELEDIAGNÓSTICO LTDA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 177/2019 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 177/2019.
Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ALVORI MIGUEL BARBIERI
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 061/2020 por mais um período, até 30/06/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 061/2020.
Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA ESPINOSA LTDA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 001/2020 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 001/2020.
Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CRI – COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 006/2020 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 006/2020.
Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 020/2020 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 020/2020.
Vargêão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: CASTILHO – COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA - ME
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 004/2020 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 004/2020.
Vargêão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: ODONTOLOGIA PIOVEZANI EIRELI
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 047/2020 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 047/2020.
Vargêão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: SÃO BENTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 062/2020 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 062/2020.
Vargêão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: PATRIMONIAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 182/2018 por mais um período, até 31/12/2021.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 182/2018.
Vargêão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
QUARTO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 006/2017 por mais um período, até 31/12/2021
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 006/2017.
Vargêão SC, 10 de dezembro de 2020.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ERMES LUIZ PALLA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 045/2019 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 045/2019.

Vargeão SC, 10 de dezembro de 2020

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE VARGEÃO - ACIVA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Convênio nº 07/2018 por mais um período, até 31/12/2021.

AMPARO LEGAL: Lei nº 1.642/2018 e Convênio nº 07/2018.

Vargeão, SC, 10 de dezembro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 03/2020**

Publicação Nº 2754388

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2020
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS/SC
CNPJ: 16.537.849/0001-39
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2020
CONTRATADO: COMERCIO DE MOVEIS BARNI LTDA -ME.
CNPJ: nº 02.515.579/0001-50.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e montagem de móveis confeccionados em MDF de 15MM, engrossamento de 30mm com puxadores para uso da Câmara Municipal de Vidal Ramos/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I deste edital.

FUNDAMENTO LEGAL:

A presente dispensa de licitação é realizada com fundamento no art. no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, bem como a Medida Provisória nº 961, Art. 1º, inciso I, letra b, de 06 de maio de 2020.

VALOR: O Município pagará pelo fornecimento e montagem dos móveis o valor de R\$ 4.950,00 (quatro mil e novecentos e cinquenta reais), no prazo máximo de 30 dias (trinta) dias após a devida emissão e apresentação da fatura de cobrança dos serviços, atestado pelo fiscal responsável por seu recebimento.

VIGÊNCIA: O prazo para execução dos serviços terá início em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato e deverá ser finalizado até 21 de dezembro de 2020, data limite em que a Contratada deverá proceder a prestação total dos serviços ora contratados, devidamente concluídos e aprovados, entregues pela Contratante, através de seu (s) preposto (s). O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

Vidal Ramos/SC; 10 de dezembro de 2020.

IVONEZIO HECK
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 04/2020

Publicação Nº 2754390

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2020
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS/SC
CNPJ: 16.537.849/0001-39
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2020
CONTRATADO: JDA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.
CNPJ: nº 22.091.703/00001-05.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de computador com monitor, teclado e mouse para uso da Câmara Municipal de Vidal Ramos/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I deste edital.

FUNDAMENTO LEGAL:

A presente dispensa de licitação é realizada com fundamento no art. no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, bem como a Medida Provisória nº 961, Art. 1º, inciso I, letra b, de 06 de maio de 2020.

VALOR: O Município pagará pelo fornecimento e montagem dos móveis o valor de R\$ 3.699,00 (três mil, seiscentos e noventa e nove reais), no prazo máximo de 30 dias (trinta) dias após a devida emissão e apresentação da fatura de cobrança dos serviços, atestado pelo fiscal responsável por seu recebimento.

VIGÊNCIA: O prazo para execução dos serviços terá início em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato e deverá ser finalizado até 21 de dezembro de 2020, data limite em que a Contratada deverá proceder a prestação total dos serviços ora contratados, devidamente concluídos e aprovados, entregues pela Contratante, através de seu (s) preposto (s). O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

Vidal Ramos/SC; 10 de dezembro de 2020.

IVONEZIO HECK
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2020

Publicação Nº 2752324

Prefeitura de Vidal Ramos
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2020 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2020 - FMS

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA UNIDADE ODONTOLÓGICA PARA O DEPARTAMENTO DA SAÚDE DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no período de 12 meses. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2020 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/2020, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até às 08:30 horas do dia 22/12/2020.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 08:30 horas do dia 22/12/2020 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@vidalramos.sc.gov.br.

VIDAL RAMOS, 10 de Dezembro de 2020

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO 17.688/2020

Publicação Nº 2752759

DECRETO Nº 17.688/20, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Define o rol dos Feriados e Pontos Facultativos do ano de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 830/2001 e alterações,

DECRETA

Art. 1º O rol dos feriados, nos termos da legislação vigente, no curso do ano de 2021, fica assim constituído:

- I. 1º de janeiro – Confraternização Universal – sexta-feira
- II. 1º de março - Dia do Município – segunda-feira;
- III. 02 de abril – Paixão de Cristo – sexta-feira;
- IV. 21 de abril - Tiradentes – quarta-feira;
- V. 1º de maio - Dia do Trabalho – sábado;
- VI. 03 de junho – Corpus Christi – quinta-feira;
- VII. 07 de setembro - Independência do Brasil – terça-feira;
- VIII. 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida – terça-feira;
- IX. 02 de novembro - Finados – terça-feira;
- X. 15 de novembro - Proclamação da República – segunda-feira;
- XI. 8 de dezembro - Dia da Imaculada Conceição – quarta-feira;
- XII. 25 de dezembro - Natal – sábado.

Art. 2º Os pontos facultativos, durante o ano de 2021, nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades essenciais, são constituídos pelos dias abaixo relacionados:

- I. 15 de fevereiro – segunda-feira decorrente do carnaval;
- II. 16 de fevereiro – carnaval - terça-feira;
- III. 17 de fevereiro – Quarta-feira de Cinzas (até as 13:30h) – quarta-feira;
- IV. 04 de junho – decorrente feriado Corpus Christi – sexta-feira;
- V. 15 de outubro – Comemoração do "Dia do Professor", conforme art. 313 do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Videira – Lei Complementar nº 130/12, exclusivo para os servidores da Secretaria Municipal de Educação – sexta-feira;
- VI. 29 de outubro – comemoração do "Dia do Servidor", conforme art. 313 do Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar nº 129/12 – exceto para os servidores da Secretaria Municipal de Educação - sexta-feira;
- VII. 1º de novembro – decorrente do feriado de Finados – segunda-feira;
- VIII. 24 de dezembro – véspera de Natal – sexta-feira;
- IX. 31 de dezembro – véspera de Ano Novo – sexta-feira.

Art. 3º Os pontos facultativos relacionados no art. 2º deste Decreto poderão sofrer supressões ou alterações, mediante decreto, se assim o determinar a conveniência e a oportunidade para a Administração Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de dezembro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de dezembro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.686/20

Publicação Nº 2754371

DECRETO Nº 17.686/20, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.818/20 de 07 de julho de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.063 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0– Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	50.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de dezembro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de dezembro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2020 - PMV

Publicação Nº 2752368

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 09/12/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "MESTRES DO SICONFI E FECHAMENTO DE BALANÇOS MUNICIPAIS"
A SER MINISTRADO POR J.M.M SCARAMELLI ASSESSORIA E TREINAMENTOS DE FORMA ONLINE PARA A SERVIDORA CRISTINA KLOCK.

VALOR: R\$ 997,00 (novecentos e noventa e sete reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, II da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 09 de dezembro de 2020

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

PORTARIA Nº 0795/2020

Publicação Nº 2754364

PORTARIA nº 0795/2020
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 23044/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 1 (um) mês a servidora KALYNE DANIELEWICZ TAIETTI, Agente Administrativo II, no período de 19 de janeiro de 2021 a 19 fevereiro de 2021, referente ao quinquênio de 2 de maio de 2012 até 9 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 19 de janeiro de 2021.

Videira, 9 de dezembro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de dezembro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0805/2020

Publicação Nº 2754373

PORTARIA nº 0805/2020
Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 23933/2020;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do estacionamento na Rua Nicolau Cavon (lado esquerdo) pela Sociedade Videirense de Beneficência, no dia 13 de dezembro de 2020, para a realização da 6ª Campanha Natal sem Fome.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A realização do evento fica condicionada a observação das regras de prevenção a disseminação do coronavírus (COVID-19), com distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando a Sociedade Videirense de Beneficência, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de dezembro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de dezembro de 2020.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

TERMO ADITIVO Nº 231/2020 - PMV

Publicação Nº 2752583

Termo Aditivo nº 231/2020
Contrato/ATA nº 78/2020
Processo: PE 13/2020 - PMV
Contratado: RODE LANCHONETE LTDA
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 78/2020 por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 01/01/2021 até 04/06/2021.
Data: 10/12/2020.

TERMO ADITIVO Nº 232/2020 - PMV

Publicação Nº 2752709

Termo Aditivo nº 232/2020
Contrato/CT nº 229/2019
Processo: TP 35/2020 - PMV
Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 229/2019, com efeitos a partir de 13/12/2020 até 31/01/2021.
Data: 10/12/2020.

TERMO ADITIVO Nº 233/2020 - PMV

Publicação Nº 2752912

Termo Aditivo nº 233/2020
Contrato/ATA nº 113/2020
Processo: PE 41/2020 - PMV
Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SEGURANÇA LTDA – EPP
Objeto: Reequilibrar o valor do item 01 da Ata de Registro de Preços nº 113/2020, passando o valor do galão para R\$ 458,00.
Data: 10/12/2020.

Vitor Meireles**PREFEITURA****12º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033/2019**

Publicação N° 2752421

12º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.13/2019**Pregão N° 33/2019****Validade: 31/12/2020**

Aos 09 de dezembro de 2020, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, N° 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ N°. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n°. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 33/2019, firmam o presente Termo Aditivo para realinhar/reajustar o valor pactuado na Ata de registro de preços para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto realinhar/reajustar os valores dos itens abaixo, repassados pelos fornecedores conforme documentação apresentada, passando a vigorar conforme tabela abaixo:

Fornecedor: 62251 - AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	OLEO DIESEL S500	LITRO		230.000	3,50	
Total do Fornecedor:						

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. N°. 33/2019, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n°. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 09 de dezembro de 2020.

VALDELI JOSE SEBASTIAO
Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ
Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING
Equipe de Apoio

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP
CONTRATADA

LEI Nº 1080

Publicação Nº 2752500

LEI N. 1080 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

AUTORIZA ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular, até o valor constante nessa lei, as seguintes dotações orçamentárias:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 – Manutenção da Administração e Finanças

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 72.000,00

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.004.0001 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

32000000.00 – Juros e Encargos da Dívida
--

32900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 48.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.364.016.2027 – Apoio ao Ensino Superior e Especializações

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.367.010.2042 – Educação Especial

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar, até o valor constante nessa lei, a seguinte dotação orçamentária:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.010.2022 – Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 160.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 10 de dezembro de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

LEI Nº 1081

Publicação Nº 2752540

LEI N. 1081 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

AUTORIZA ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular, até o valor constante nessa lei, as seguintes dotações orçamentárias:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 – Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD

31000000.00 – Pessoal e Encargos Social

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 – Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3818 – Portaria 1666 - (COVID-19) R\$ 100.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.010.2023 – Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 90.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar, até o valor constante nessa lei, a seguinte dotação orçamentária:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 – Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 – Manutenção do Programa de Saúde na Família, NASF e TFD

31000000.00 – Pessoal e Encargos Social

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3818 – Portaria 1666 - (COVID-19) R\$ 100.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 – Ampliação e Manutenção dos Serviços de Ensino Fundamental

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 90.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 10 de dezembro de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Witmarsum

PREFEITURA

LEI N.º 1590/20, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2752626

LEI N.º 1590/20, de 08 de dezembro de 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE WITMARSUM A DESAPROPRIAR PARTE DO IMÓVEL DE MATRÍCULA N.º 11.137 (ANEXA), DE PROPRIEDADE DE GILBERTO HECK E DE SUA ESPOSA LUCIANE WILHELM HECK, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ATRAVÉS DO DECRETO MUNICIPAL N.º 209/20, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Município de Witmarsum autorizado a desapropriar pelos meios amigáveis e/ou judiciais, parte do imóvel de parte do imóvel registrado no Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Presidente Getúlio sob n.º 11.137 do Livro 2 RG, de propriedade de Gilberto Heck e sua esposa Luciane Wilhelm Heck, declarado de Utilidade Pública através do Decreto Municipal n.º 209/20, de 16 de novembro de 2020, conforme matrícula imobiliária, memorial descritivo e planta topográfica que seguem anexos, sendo:

Área a ser desapropriada: O imóvel, formado de parte do lote de terra n.º 1.633, numeração da extinta colonizadora hanseática, é localizado pelo vértice OP, de coordenadas plano retangulares, no sistema de referência geodésico SIRGAS 2000,4, na projeção cartográfica UTM, E= 618.758,198 metros e N= 7.020.884,945 metros, situado entre as divisas das propriedades de registro 5.844 do Livro 2-RG, pertencente a Prefeitura Municipal de Witmarsum, e alinhamento Ímpar da Rua 15 de Novembro, contendo uma área a ser desapropriada de Vinte e Dois Mil Cento e Cinquenta e Três Metros e cinquenta e dois decímetros quadrados (22.153,52 m²). Sem Edificações.

Inicia-se o perímetro do imóvel pelo vértice OP, de coordenadas E= 618.758,198 metros e N= 7.020.884,945 metros, situado entre as divisas das propriedades de registro 5.844 do Livro 2-RG, pertencente a Prefeitura Municipal de Witmarsum, e alinhamento Ímpar da Rua 15 de Novembro, segue em um ângulo de 90°16'52" com o vértice 4P, em uma distância de 110,12 metros, até chegar ao vértice 1P, de coordenadas E= 618.648,097 metros e N= 7.020.886,770 metros, confrontando pela FRENTE, com o alinhamento Ímpar da Rua 15 de Julho. Do vértice 1P, segue em um ângulo de 89°25'51" com o vértice OP, em uma distância de 199,05 metros, até chegar ao vértice 2P, de coordenadas E= 618.646,776 metros e N= 7.020.687,719 metros, confrontando com terras de Gilberto Heck e Luciane Wilhelm Heck, registro 11.137 do Livro 2-RG/PG, pelo lado ESQUERDO. Do vértice 2P, segue em um ângulo de 93°47'24" com o vértice 1P, em uma distância de 109,32 metros, até chegar ao vértice 3P, de coordenadas E= 618.755,805 metros e N= 7.020.679,770 metros, confrontando com terras de Gilberto Heck e Luciane Wilhelm Heck, registro 11.137 do Livro 2-RG/PG, pelos FUNDOS. Do vértice 3P, segue em um ângulo de 86°29'53" com o vértice 2P, em uma distância de 118,15 metros, até chegar ao vértice 4P, de coordenadas E= 618.757,183 metros e N= 7.020.797,914 metros, confrontando com terras de Luiz José de Oliveira, Marlindo de Souza, Moacir Sacani, Mateus Sacani, e Bianca Sacani, registro 9.764 do Livro 2-RG/PG, segue em um ângulo de 180°00'00" com o vértice 2P, em uma distância de 87,04 metros, até retornar ao vértice OP, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Witmarsum, registro 5.844 do Livro 2-RG/PG, confrontando assim pelo lado DIREITO. Fechando assim o perímetro da área a ser desapropriada.

Art. 2º - O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a regularização da área para destinação de uso com finalidades culturais, esportivas, de saúde, dentre outras voltadas aos municípios e usuários de serviços públicos.

Art. 3º - Conforme convencionado amigavelmente entre as partes, fica autorizado o Município de Witmarsum a pagar pela parte do imóvel, a título de indenização, a quantia de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a título simbólico e para os necessários efeitos legais, no ato da assinatura da escritura definitiva.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

WITMARSUM – SC, 08 de dezembro de 2020.

CESAR PANINI
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 317/2020

Publicação Nº 2753775

DECRETO Nº 317/2020

ALTERA REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei nº 2945/2007, alterada pela Lei nº 3198/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a representatividade não-governamental, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE, alínea "d", inciso II, art. 1º, do decreto nº 193, de 18.08.2020, passando a ter a seguinte representação:

"Art. 1º ...

II – Membros Não-Governamentais:

d) dois representantes de Pessoas com Deficiência Física

PAULO ROBERTO FERRONATO Titular

FÁBIO MARASCHIN Suplente

MARIA EULEUTÉRIO DA LUZ Titular

ANDERSON LIMA Suplente"

Art. 2º Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº 193/2020, de 18.08.2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 09 de dezembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2752615

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Município de Xanxerê, por meio do Departamento de Tributação, cumprindo as determinações da Lei 2880/2005 (Código Tributário Municipal), ficam os contribuintes inadimplentes notificados da inscrição de seu nome no cadastro de Dívida Ativa, bem como intimados a recolher os tributos municipais relacionados ou apresentar defesa administrativa no prazo de 30 (trinta) dias. Para tanto, solicita-se o imediato comparecimento no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal. Esclarecemos, ainda, que a falta de pagamento dos débitos implicará no protesto extrajudicial e posterior execução fiscal. Xanxerê, 10 de dezembro de 2020.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2753028

EDITAL DE ABANDONO DE CARGO PÚBLICO

O Município de Xanxerê, através do Departamento de Recursos Humanos, comunica o abandono de cargo público do Servidor André Luiz Nora, matrícula 4222, RG nº 3.647.471, CPF nº 007.669.609-00, nomeado pelo Decreto nº BLB 123/10, em 10 de março de 2010 para o cargo de auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

O servidor deixou de comparecer ao serviço, imotivadamente, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, infringindo o artigo 131 da Lei Municipal nº HW 1.775/91: "Configura abandono de cargo a ausência imotivada do funcionário, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos."

Xanxerê, 09 de dezembro de 2020.

ANDREZA GALLAS

Controladora Geral do Município de Xanxerê

ELIA GASPARETTO TRES

Diretora Administrativa do Departamento de Recursos Humanos

EDITAL DE PROGRESSIVIDADE IPTU

Publicação Nº 2752603

EDITAL PROGRESSIVIDADE IPTU

Município de Xanxerê, por meio do Departamento de Tributação, cumprindo as determinações da Lei 2880/2005 (Código Tributário Municipal) e da Lei 2920/2006 (Código de Zoneamento de Ocupação e uso do solo de Xanxerê), os proprietários e/ou possuidores a qualquer título de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, ficam notificados a promover a utilização do bem imóvel, mediante apresentação de projeto junto a Secretaria de Obras no prazo de 1 (um) ano e início das obras em até 2 (dois) anos. Em caso de descumprimento das determinações, incidirão sobre o imóvel as alíquotas progressivas conforme previsto em lei. Xanxerê, 10 de dezembro de 2020.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 0087/2020

Publicação Nº 2752382

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0135/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MAXI ACESSÓRIOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e materiais originais para veículos, pertencentes à frota do 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê, com base na Tabela de Orçamentação Eletrônica de Mercado, sistema Audatex, Cilia, similar ou superior para as peças e no valor da hora de mão de obra técnica estimado em cada lote, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

LOTE	DESCRIÇÃO	Valor total estimado R\$	Percentual (%) Ofertado
03	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e materiais originais para Veículos Pesados do 14º Batalhão de Bombeiros de Xanxerê. Valor com desconto dos Serviços M.O: R\$ 81,20,00 p/hora	100.000,00	42%

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0136/2020

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: GUARANI SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e materiais originais para veículos, pertencentes à frota do 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê, com base na Tabela de Orçamentação Eletrônica de Mercado, sistema Audatex, Cilia, similar ou superior para as peças e no valor da hora de mão de obra técnica estimado em cada lote, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

LOTE	DESCRIÇÃO	Valor total estimado R\$	Percentual (%) Ofertado
01	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e materiais originais para Veículos Leves do 14º Batalhão de Bombeiros de Xanxerê. Valor ref. Serviços M.O: R\$ 44,00 p/hora	90.000,00	56%
02	Serviços Técnicos Especializados para Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de Peças, componentes e materiais originais para Veículos Médios do 14º Batalhão de Bombeiros de Xanxerê. Valor ref. Serviços M.O: R\$ 52,80 p/hora	90.000,00	56%

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 08 de dezembro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0064/2018

Publicação Nº 2752823

Extrato 10º Aditivo ao Contrato nº 0064/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: ABREU E ABREU EIRELI ME

Objeto: Obras de Reforma e Adaptações do Centro de Etnia Italiana CEIT no Parque da FEMI, Reforma e Adaptações do Centro de Convivência do Bairro Colatto e Reforma e Adaptações no Centro de Convivência no Bairro Sufiatti, no Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, por mais 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia 31 de outubro de 2020, vigorando até 27 de fevereiro de 2021, conforme Ofícios da Contratada, e de acordo com as considerações do Parecer do Comitê Gestor nº 432/2020, em anexos.

Xanxerê-SC, 30 de outubro de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal de Xanxerê.

PORTARIA Nº 1028/2020

Publicação Nº 2753119

PORTARIA Nº 1028/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 14.12.2020 a 23.12.2020, a Servidora Pública Municipal, Sra. VIVIANE GAVA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 2.071.958-2 e CPF n.º 692.474.479-68 nomeada pelo Decreto Municipal n.º AM 163/03 no cargo de EDUCADOR SOCIAL, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005476/2020 datado de 08.12.2020.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.08.2009 a 08.06.2012 = 10 dias

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 14.12.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Dezembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1029/2020

Publicação Nº 2753140

PORTARIA Nº 1029/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 20 (vinte) dias a partir de 21.12.2020 a 09.01.2021, a Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA MARA CARAFINI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 6.686.370 e CPF n.º 858.327.151-87 nomeada pelo Decreto Municipal Nº 024/2012 no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005500/2020 datado de 08.12.2020.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 13.02.2015 a 12.02.2018 = 20 dias

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 21.12.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Dezembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1030/2020

Publicação Nº 2753154

PORTARIA Nº 1030/2020
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 21.12.2020 a 30.12.2020, a Servidora Pública Municipal, Sra. JUCILENE GIUNTA PIVA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.208.151 e CPF n.º 941.987.649-72 nomeada pelo Decreto Municipal Nº LJV 199/2011 no cargo de TELEFONISTA, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005472/2020 datado de 08.12.2020.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 15.08.2011 a 14.08.2014 = 10 dias

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 21.12.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Dezembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1031/2020

Publicação Nº 2753193

PORTARIA Nº 1031/2020

DETERMINAR HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Art. 94, parágrafo único.

RESOLVE

ESTABELECER a partir de 10.12.2020 horário de trabalho dos servidores públicos municipais de segunda-feira a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas:

- Sr. FLAVIO PEREIRA

- Sra. EUNICE DE OLIVEIRA

- Sra. CENIRA CONTE

- Sra. EMILIA GRABOSKI RUBAS

Estabelecer o horário de trabalho das referidas servidoras de segunda-feira a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas, pelo período de 10.12.2020 a 31.12.2020

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Dezembro 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

RESULTADO DA DISPENSA Nº 0046/2020

Publicação Nº 2752749

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE XANXERE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Departamento de Apoio Administrativo CNPJ: 83.009.860/0001-13 Fone: 34418500 Fax: 34418506 RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455 C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 46/2020 - DL Processo Nr.: 221/2020 Data do Processo: 08/12/2020 <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; text-align: right;">Folha: 1/1</div>
--	---

ITENS VENCIDOS POR LICITAÇÃO

Objeto.....: Aquisição de 75 unidades de kit epóxi incolor (verniz para piso A+B+C, diluente epóxi 0,5), capacidade de 3,6 litros cada unidade. Considerando necessidade de impermeabilização do piso da EMEB Janete Cassol, faz-se necessário a aplicação de tinta epóxi em todas as salas e corredores que possuem piso granítica.

Condições de Pagamento: Conforme Edital

Vigência: 3 meses

Despesa83

Elemento Despesa:[33903099000000]

Despesa101

Elemento Despesa:[33903099000000]

Despesa106

Elemento Despesa:[33903099000000]

Fornecedor: 310 ROSEMI TINTAS COM. REPRESENT. LTDA						
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	75,000	UN	Kit epóxi incolor (verniz para piso A+B+C, diluente epóxi 0,5), capacidade de 3,6 litros cada unidade		212,00	15.900,00
Total do Fornecedor:						15.900,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	15.900,00
----------------------------------	---------------------	------------------

Xanxerê, 10 de Dezembro de 2020

Comissão:

JUCIMAR BORTONCELLO - _____ PREGOEIRO

MUNIQUE FRIEDERICH - _____ SECRETÁRIA

DANIEL STRADA - _____ EQUIPE DE APOIO

FRANCIELE OGLIRI ZAPE - _____ EQUIPE DE APOIO

CRISTIANE GUADAGNIN SPAGNOL - _____ EQUIPE DE APOIO

LEONICE TIECHER RAMME - _____ EQUIPE DE APOIO

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO: _____



RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0091/2020

Publicação Nº 2752753

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
MUNICÍPIO DE XANXERÊ		Nr.: 91/2020 - PR	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		Processo Nr.: 215/2020	
Departamento de Apoio Administrativo		Data do Processo: 26/11/2020	
CNPJ: 83.009.860/0001-13 Fone: 34418500 Fax: 34418506			
RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455			
C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC		Folha: 1/2	

ITENS VENCIDOS POR LICITAÇÃO

Objeto.....: Aquisição de Kits de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme Lei nº 13.987/2020 e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Condições de Pagamento: Conforme Edital

Prazo Máximo: Conforme Edital

Vigência: 04 meses

Despesa77

Elemento Despesa:[33903007000000]

Despesa78

Elemento Despesa:[33903007000000]

Despesa79

Elemento Despesa:[33903007000000]

Fornecedor: 6158 MARCELO CANELLO - ME			
Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1102,000	KIT	Kit de alimentação escolar composto de:
			- 02 kg de arroz (pacote 02 kg);
			- 01 kg de feijão;
			- 01 kg de farinha de milho;
			- 01 Un de Abóbora Cabotian (com peso mínimo de 1,8 a 2kg);
			- 01 kg de batata inglesa;
			- 01 kg de Beterraba;
			- 01 kg de banana catuturra;
			- 01 Un de Macarrão espaguete (500 gr);
			- 01 Dúzia de ovos galinha vermelha;
			- 01 Un de óleo de soja (900ml)
			- 03 Litros Leite Integral UHT.
			Preço Total
			81.768,40
			Preço Unitário
			74,20
			Marca
			Total do Fornecedor:
			81.768,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XANXERE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Apoio Administrativo

CNPJ: 83.009.860/0001-13

Fone: 34418500

Fax: 34418506

RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455

C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 91/2020 - PR

Processo Nr.: 215/2020

Data do Processo: 26/11/2020

Folha: 2/2

Fornecedor: 11122 SCS COMERCIO LTDA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	3082,000	KIT	Kit de alimentação escolar composto de: - 02 kg de arroz (pacote 02 kg); - 01 kg de feijão; - 01 kg de farinha de milho; - 01 kg de batata-doce; - 01 kg de batata inglesa; - 02 kg de banana; - 01 Dúzia de ovos de galinha vermelho; - 01 Un de óleo de soja (900ml); - 01 Litro Leite Integral UHT.		56,45	173.978,90

Total do Fornecedor: 173.978,90

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:
	255.747,30

Xanxerê, 10 de Dezembro de 2020

Comissão:

DANIEL STRADA - PREGOEIRO

LEONICE TIECHER RAMME - EQUIPE DE APOIO

MUNIQUE FRIEDERICH - SECRETÁRIA

FRANCIELE OGLIARI ZAPE - EQUIPE DE APOIO

CRISTIANE GUADAGNIN SPAGNOL - EQUIPE DE APOIO

LEONICE TIECHER RAMME - EQUIPE DE APOIO

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO: _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XANXERÊ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Apoio Administrativo

CNPJ: 83.009.860/0001-13 Fone: 34418500 Fax: 34418506
RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455
C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 91/2020 - PR

Processo Nr.: 215/2020

Data do Processo: 26/11/2020

Folha: 1/2

ITENS VENCIDOS POR LICITAÇÃO

Objeto.....: Aquisição de Kits de Gêneros Alimentícios destinados a Alimentação Escolar aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme Lei nº 13.987/2020 e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Condições de Pagamento: Conforme Edital

Prazo Máximo: Conforme Edital

Vigência: 04 meses

Despesa77

Elemento Despesa: [33903007000000]

Despesa78

Elemento Despesa: [33903007000000]

Despesa79

Elemento Despesa: [33903007000000]

Fornecedor: 6158 MARCELO CANELLO - ME

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	-------	---------------	-------	----------------	-------------

1	1102,000	KIT	Kit de alimentação escolar composto de: - 02 kg de arroz (pacote 02 kg); - 01 kg de feijão; - 01 kg de farinha de milho; - 01 Un de Abobora Cabotian (com peso mínimo de 1,8 a 2kg); - 01 kg de batata inglesa; - 01 kg de Beterraba; - 01 kg de banana caturra; - 01 Un de Macarrão espaguete (500 gr); - 01 Dúzia de ovos galinha vermelha; - 01 Un de óleo de soja (900ml) - 03 Litros Leite Integral UHT.		74,20	81.768,40
---	----------	-----	--	--	-------	-----------

Total do Fornecedor: 81.768,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XANXERE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Apoio Administrativo

CNPJ: 83.009.860/0001-13

Fone: 34418500

Fax: 34418506

RUA JOSE DE MIRANDA RAMOS, 455

C.E.P.: 89820-000 - Xanxerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 91/2020 - PR

Processo Nr.: 215/2020

Data do Processo: 26/11/2020

Folha: 2/2

Fornecedor: 11122 SCS COMERCIO LTDA				
Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca
2	3082,000	KIT	Kit de alimentação escolar composto de: - 02 kg de arroz (pacote 02 kg); - 01 kg de feijão; - 01 kg de farinha de milho; - 01 kg de batata-doce; - 01 kg de batata inglesa; - 02 kg de banana; - 01 Dúzia de ovos de galinha vermelho; - 01 Un de óleo de soja (900ml); - 01 Litro Leite Integral UHT.	
Total do Fornecedor:				173.978,90

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:
	255.747,30

Xanxerê, 10 de Dezembro de 2020

Comissão:

DANIEL STRADA -

PREGOEIRO

LEONICE TIECHER RAMME -

EQUIPE DE APOIO

MUNIQUE FRIEDERICH -

SECRETÁRIA

FRANCIELE OGLIARI ZAPE -

EQUIPE DE APOIO

CRISTIANE GUADAGNIN SPAGNOL -

EQUIPE DE APOIO

LEONICE TIECHER RAMME -

EQUIPE DE APOIO

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO: _____

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 064/2020 PMXV

Publicação Nº 2753053

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2020 PMXV.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para construção de ponte de concreto sobre o Lajeado Barra Pequena, em estrada vicinal, na localidade de linha Santa Terezinha, área rural do Município de Xavantina/SC, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital.

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 460/2020, sob a presidência do Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, tendo como membro a Senhora Taciane Caon e suplente a Senhora Cátia Mara Cosmann Boff, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta comercial, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame a seguinte empresa:

EMPRESA	CNPJ	NOME DO REPRESENTANTE
ULTRASOLO SONDAGENS E PERFURAÇÕES EIRELI	13.111.439/0001-33	SEM REPRESENTANTE

Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros, o Envelopes 01 – Documentação e o Envelope 02 – Propostas Comercial, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado nos subitens 1.2 e 1.3 do Edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão. A empresa ULTRASOLO SONDAGENS E PERFURAÇÕES EIRELI apresentou a Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial do sistema esaj, sendo que faltou a Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial do sistema eproc. Conforme orientação da Fecam Ofício Circular 055/2019 autoriza a municipalidade a realizar a consulta da Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, quando da apresentação de um sistema, realiza a consulta no outro. O Presidente da Comissão Permanente de Licitações realizou a consulta, sendo a mesma emitida, impressa e juntada a documentação. A empresa ULTRASOLO SONDAGENS E PERFURAÇÕES EIRELI atendeu adequadamente aos requisitos de habilitação, exigidos no item nº 5 (e respectivos subitens) do ato convocatório e, por conseguinte, foi julgada habilitada. A empresa ULTRASOLO SONDAGENS E PERFURAÇÕES EIRELI, apresentou por escrito a renúncia da fase de habilitação. Em ato contínuo, a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 – Proposta Comercial da licitante habilitada, os quais foram conferidos com os requisitos constantes do ato convocatório e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que a licitante atendeu às exigências formais relativas à proposta, constantes no item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. A proposta comercial foi a seguinte:

EMPRESA	CNPJ	Valor R\$	Situação
ULTRASOLO SONDAGENS E PERFURAÇÕES EIRELI	13.111.439/0001-33	91.727,04	1º Colocada

Quanto ao preço cotado pela licitante vencedora, verificou-se que os valores ficaram abaixo dos valores máximos unitários estipulados no subitem 9.1 do Edital. A empresa ULTRASOLO SONDAGENS E PERFURAÇÕES EIRELI poderá renunciar via e-mail ao prazo de recurso pertinente à fase de Proposta de Preço. Referente ao recurso para a fase de proposta, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação desta ata no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH Presidente da CPL	
CÁTIA MARA COSMANN BOFF Suplente CPL	TACIANE CAON Membro CPL

DECRETO N. 535, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753642

DECRETO N. 535, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e conforme permissivo contido no artigo 5º, "a", §1º, inciso I, da Lei Municipal n. 1.715, de 14 de novembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura

Projeto/ Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 129) R\$ 30.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes

Projeto/ Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 146) R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior, na fonte de recursos 03.0000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 235, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753828

PORTARIA N. 235, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede férias à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal JANETE DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Odontólogo(a), do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 06/08/2019 à 05/08/2020, com período de gozo de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 236, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2753829

PORTARIA N. 236, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal EUGENIO JOÃO COMIN, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Motorista, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 31/01/2019, com período de gozo de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 237, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2753830

PORTARIA N. 237, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de adicional de titulação à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar Municipal n. 020, de 25 de março de 2004 (atualizada) e, considerando requerimento apresentado pela servidora, acompanhado de novo título;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ELIZANDRO FASOLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, Adicional de Titulação, verba denominada Adicional de Ensino Médio, no percentual correspondente a 3,5% (três e meio por cento), que será calculado sobre o vencimento base do servidor, gerando efeitos a contar da apresentação do requerimento e do respectivo diploma.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

PORTARIA N. 238, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2753831

PORTARIA N. 238, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Concede férias remanescentes a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, considerando a Portaria n. 046/2020 que concedeu 30 (trinta) dias de férias; considerando a Portaria n. 075/2020 que interrompeu parcialmente as férias concedidas; e, considerando que restam dias de férias remanescentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 14 (quatorze) dias de férias remanescentes ao Servidor Público Municipal DIEGO FELIPE PINZETTA, ocupante do cargo efetivo de Diretor(a) do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, a serem gozados a partir do dia 10/12/2020.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 10 de dezembro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)
MATHEUS ALVES VIDAL
Auditor de Controle Interno

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 513/2020 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação N° 2752938



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE XAXIM

DECRETO N° 513/20, de 3 de Dezembro de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2020.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal n° 4435/19 de 16 de Dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 127.402,81 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.01 - Secretaria de Administração

04.01 - 04.122.0402 - 2.022 - 009/2020 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 127.402,81

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.01 - Secretaria de Administração

04.01 - 04.122.0402 - 2.022 - 006/2020 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 127.402,81

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 3 de Dezembro de 2020

LIRIO DAGORT
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0166/2020 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2752642

DECRETO Nº 0166/2020 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 56.524,55 (cinquenta e seis mil e quinhentos e vinte e quatro reais com cinquenta e cinco centavos) por conta do superávit financeiro do exercício anterior na seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Zortéa:

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.1.014 – Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 - 00.03.0050.000000 (44) – Aplicações DiretasR\$ 19.439,22

Superávit Financeiro da Cessão Onerosa - 00.03.0050.000000 – R\$ 19.439,22

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.1.014 – Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 - 00.03.0023.000000 (56) – Aplicações DiretasR\$ 37.085,33

Superávit Exercício Anterior – Transf. de Convênios - Saúde 00.03.0023.000000 – R\$ 37.085,33

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 56.524,55

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Superávit Financeiro da Cessão Onerosa - 00.03.0050.000000 – R\$ 19.439,22

Superávit Exercício Anterior – Transf. de Convênios - Saúde 00.03.0023.000000 – R\$ 37.085,33

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 56.524,55

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 07 de dezembro de 2020.

ALCIDES MANTOVANI BIRAJARA CESAR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Registrado e publicado o presente Decreto em 07 de dezembro de 2020.

DECRETO Nº 0167/2020 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2752647

DECRETO Nº 0167/2020 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Ordinária nº 651 de 09 de dezembro de 2020:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 952.260,54 (novecentos e cinquenta e dois mil e duzentos e sessenta reais com cinquenta e quatro centavos) nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (23) – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 170.000,00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.04 – DIRETORIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

04.121.0002.2.008 – Manutenção da Diretoria de Planejamento

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (31) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 5.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0008.2.011 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (52) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 150.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0008.2.021 – Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (69) – Aplicações Diretas R\$ 105.205,99

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 105.205,99

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.01 – DIRETORIA MEIO AMBIENTE, AGUA E ESGOTO

17.512.0021.2.033 – Manutenção da Diretoria de Meio Ambiente Água e Esgoto

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (77) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (78) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 40.000,00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.04 – DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS

26.782.0018.2.032 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (100) – Aplicações Diretas R\$ 137.846,58

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 137.846,58

07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

22.661.0019.2.027 – Manutenção da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (120) – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 120.000,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.039 – Manutenção da Assistência Social Geral

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (136) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 30.000,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.047 – Bloco de Proteção Social

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (156) – Aplicações Diretas R\$ 73.680,32

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (157) – Aplicações Diretas R\$ 60.327,65

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 73.680,32

Transferência do SUAS/União – 00.01.0035.00000 - R\$ 60.327,65

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2.052 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0002.000000 (9) – Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0038.000000 (10) – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0063.000000 (15) – Aplicações Diretas R\$ 7.200,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde – 00.01.0002.00000 - R\$ 44.000,00

Transferência do SUS/União – 00.01.0038.00000 - R\$ 9.000,00

Transferência de Convênio – Estado/Saúde – 00.01.0063.00000 - R\$ 7.200,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 952.260,54

Recursos Ordinários – 00.01.0000.00000 - R\$ 576.526,90

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.00000 - R\$ 255.205,99

Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde – 00.01.0002.00000 - R\$ 44.000,00

Transferência do SUAS/União – 00.01.0035.00000 - R\$ 60.327,65

Transferência do SUS/União – 00.01.0038.00000 - R\$ 9.000,00

Transferência de Convênio – Estado/Saúde – 00.01.0063.00000 - R\$ 7.200,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE PREFEITO

06.182.0004.2.006 – Contribuição ao Corpo de Bombeiros

3.3.50.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (12) – Transf. a Institui. Priv. Sem Fins Lucrativos R\$ 2.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.00000 - R\$ 2.000,00

02.00 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE PREFEITO

06.182.0004.2.058 – Manutenção da Defesa Civil Municipal

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (16) – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.00000 - R\$ 8.000,00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1.018 – Construção, Reforma e Melhorias no Centro Administrativo Municipal

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (20) – Aplicações Diretas R\$ 3.692,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (21) – Aplicações Diretas R\$ 17.500,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.00000 - R\$ 21.192,00

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

24.722.0023.1.017 – Implantação do Sistema de Internet Rural

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (29) – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (30) – Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.00000 - R\$ 15.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0008.1.002 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (44) – Aplicações Diretas R\$ 24.460,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.00000 - R\$ 24.460,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0008.1.003 – Aquisição de Veículo de Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (46) – Aplicações Diretas R\$ 1.250,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.00000 - R\$ 1.250,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0008.1.029 – Aquisição de Imóveis para o Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (48) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 1.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0008.2.016 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (56) – Aplicações Diretas R\$ 157.105,99

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 157.105,99

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.362.0022.2.017 – Transporte Escolar – Ensino Médio

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (59) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 1.000,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.364.0013.2.018 – Transporte Escolar – Ensino Superior

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (62) – Aplicações Diretas R\$ 109.966,96

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (63) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 119.966,96

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0008.1.004 – Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Educacionais – Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (64) – Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (65) – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 22.500,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0008.1.005 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (66) – Aplicações Diretas R\$ 6.140,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 6.140,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.366.0011.2.020 – Alfabetização de Jovens e Adultos

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (70) – Aplicações Diretas R\$ 1.700,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 1.700,00

04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.02 – DEPARTAMENTO DE APOIO PEDAGÓGICO

12.361.0008.2.022 – Manutenção do Departamento de Apoio Pedagógico

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (72) – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0001.000000 (73) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 44.000,00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.02 – DIRETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0018.1.006 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos - Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (86) – Aplicações Diretas R\$ 118.200,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 118.200,00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.02 – DIRETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0018.1.008 – Construção e Reformas de Pontes, Passarelas e Pontilhões

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (95) – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (96) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 3.500,00

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

05.02 – DIRETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.0018.1.030 – Ampliação e Reformas na Garagem da Frota de Máquinas Municipal

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (97) – Aplicações Diretas R\$ 6.250,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (98) – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 21.250,00

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.02 – FUNDO DO HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHS

08.244.0005.1.013 – Construção, Reformas e Ampliações de Espaços Socioassistenciais

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (103) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 7.000,00

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.02 – FUNDO DO HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHS

16.482.0006.1.023 – Aquisição de Imóveis para Habitação

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (109) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 1.000,00

07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.01 – DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

22.661.0019.1.010 – Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Destinados a Agri. Indus. e Com.

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (110) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 5.000,00

07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0019.1.011 – Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Implementos Agrícolas

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (116) – Aplicações Diretas R\$ 33.287,62

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 33.287,62

07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0019.1.027 – Construção e Reformas de Centros Comunitários

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (117) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (118) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 14.000,00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E CULTURA

11.01 – DIRETORIA DE ESPORTES

27.812.0016.1.012 – Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Esportivos e Culturais

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (126) – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (127) – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 57.000,00

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, TURISMO E CULTURA

11.02 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

13.392.0026.2.057 – Festividade Municipais

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (134) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (135) – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 102.500,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.041 – Bloco de Proteção Social Básica – PBF

3.1.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (142) – Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (143) – Aplicações Diretas R\$ 6.623,07

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (144) – Aplicações Diretas R\$ 2.408,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 21.531,07

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.042 – Bloco de Proteção Social Básica – SCFV

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (145) – Aplicações Diretas R\$ 7.149,25

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 7.149,25

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.043 – Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (146) – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 2.500,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.044 – Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (147) –Transf. a Institui. Priv. Sem Fins Lucrativos R\$ 2.500,00

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (148) – Aplicações Diretas R\$ 3.750,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 6.250,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.045 – Bloco de Gestão - IGDSUAS

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (149) – Aplicações Diretas R\$ 3.750,00

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (150) – Aplicações Diretas R\$ 24.727,30

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0000.000000 (151) – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (152) – Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 6.250,00

Transferência do SUAS/União – 00.01.0035.000000 - R\$ 48.727,30

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2.046 – Bloco de Gestão - IGDBF

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (154) – Aplicações Diretas R\$ 11.600,35

Transferência do SUAS/União – 00.01.0035.000000 - R\$ 11.600,35

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.1.015 – Aquisição de Veículos e Equipamentos – Secretaria de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0002.000000 (4) – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0038.000000 (5) – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0063.000000 (6) – Aplicações Diretas R\$ 7.200,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde – 00.01.0002.000000 - R\$ 2.000,00

Transferência do SUS/União – 00.01.0038.000000 - R\$ 9.000,00

Transferência de Convênio – Estado/Saúde – 00.01.0063.000000 - R\$ 7.200,00

14.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2.056 – Programa PROIDOSO

3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0002.000000 (20) – Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde – 00.01.0002.000000 - R\$ 42.000,00

TOTAL ANULADO: R\$ 952.260,54

Recursos Ordinários – 00.01.0000.000000 - R\$ 576.526,90

Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação – 00.01.0001.000000 - R\$ 255.205,99

Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde – 00.01.0002.000000 - R\$ 44.000,00

Transferência do SUAS/União – 00.01.0035.000000 - R\$ 60.327,65

Transferência do SUS/União – 00.01.0038.000000 - R\$ 9.000,00

Transferência de Convênio – Estado/Saúde – 00.01.0063.000000 - R\$ 7.200,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 09 de dezembro de 2020.

ALCIDES MANTOVANI BIRAJARA CESAR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Registrado e publicado o presente Decreto em 09 de dezembro de 2020.

DECRETO Nº 0168/2020 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2752651

DECRETO Nº 0168/2020 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 30.000,00 (vinte e cinco mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0028.2.047 – Bloco de Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (170) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Transferência SUAS/União - 00.01.0035.000000 – R\$ 25.000,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0028.2.046 – Bloco de Gestão IGD BF
3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (154) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Transferência SUAS/União - 00.01.0035.000000 – R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0028.2.047 – Bloco de Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (157) – Aplicações DiretasR\$ 25.000,00

Transferência SUAS/União - 00.01.0035.000000 – R\$ 25.000,00

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0028.2.046 – Bloco de Gestão IGD BF
4.4.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (155) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL ANULADO: R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 09 de dezembro de 2020.

ALCIDES MANTOVANI BIRAJARA CESAR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Registrado e publicado o presente Decreto em 09 de dezembro de 2020.

Associações

AMURC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 06-2020

Publicação Nº 2752609

Edital De Convocação 06-2020

ASSEMBLEIA GERAL (VIRTUAL)

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC, Sr. José Antônio Guidi, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve adiar a Assembléia Geral Ordinária 04-2020 e 05-2020 que seria realizada no dia 14/12/2020 (segunda-feira) às na sala de reuniões da AMURC, localizada na Rua Cornélio de Haro Varela, n. 1835, Água Santa, Curitiba - SC, por motivo de suspeita de COVID-19 entre os membros da AMURC, com nova data agendada para o dia 14/12/2020 (segunda-feira) às 09:00h., de forma virtual para a participação dos seus integrantes que será transmitida no ambiente tecnológico (plataforma). A assembleia será realizada desta forma virtual diante o caráter excepcional devido ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 decorrente da Pandemia do Coronavírus (COVID-19), e legislações correlatas, principalmente em atenção à segurança e saúde dos participantes, ficando sem efeito a convocação 04-2020 e 05-2020 datada em 27/11/2020.

. A pauta a ser deliberada será:

- Prestação de contas 2020;
- Movimento econômico;
- Assuntos Diversos.

Curitiba, 10 de dezembro de 2020.

José Antônio Guidi
Presidente da AMURC

O presente edital foi publicado no mural da sede do AMURC em: 10/12/2020.

Consórcios

AGIR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CL Nº 050/2020 - AGIR

Publicação Nº 2753409

EXTRATO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 050/2020

- EXTRATOS CONTRATOS / 2020

NÚMERO DO CONTRATO: 050/2020
DATA VIGÊNCIA: 01/01/2021 a 31/12/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 055/2020 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR
CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)
CONTRATADA: AUTO POSTO BAILER LTDA (CNPJ nº 01.886.370-0001-30)
OBJETO: Fornecimento de combustível (gasolina e/ou álcool), bem como de óleo, lubrificantes e derivados para o veículo oficial na realização de atividades e rotinas externas de atuação da AGIR.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Blumenau (SC), em 10 de dezembro de 2020.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

CIDEMA

EDITAL Nº 03/2020

Publicação Nº 2753373

EDITAL Nº 03/2020

LUCIANO JOSÉ BULIGON, Prefeito de Chapecó e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 17, VI, do Estatuto Social,

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados para a Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente – CIDEMA a realizar-se:

Data: 18 de dezembro de 2019 – sexta feira
Local: Videoconferência
Horário: 14:00 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

- I. Panorama Regional sobre COVID-19;
- II. Aprovação do Plano de Metas e Orçamento para 2021;
- III. Informações de final de ano;
- IV. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapeco, SC, 10 de dezembro de 2020

Luciano José Buligon
Prefeito de Chapecó
Presidente do CIDEMA

CIGA**ATO DE DISPENSA Nº 17/2020**

Publicação Nº 2753090

ATO DE DISPENSA Nº 17/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2806/2020

OBJETO: Contratação de seguro do automóvel do CIGA: Fluence Privilège - Marca Renault; placa MLQ0429; e ano/modelo 2014/2014
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de renovação do seguro do veículo oficial do CIGA, cuja vigência da apólice atual encerrará 27 de dezembro de 2020.

Considerando que o seguro do automóvel do CIGA deve possuir, no mínimo, as seguintes características e coberturas:

- Período de vigência: 12 meses
- Casco: 100% Tabela Fipe
- Danos Materiais a Terceiros: R\$ 200.000,00
- Danos Corporais a Terceiros: R\$ 300.000,00
- Danos Morais: R\$ 50.000,00
- Morte/Invalidez: R\$ 15.000,00
- Assistência 24h: Guincho com Km Ilimitado
- Carro Reserva: 15 dias
- Vidros/Farol/Lanterna/Retrovisor

Faz-se necessária a contratação de seguro para o veículo oficial do CIGA para o período de mais 12 (doze) meses, de 27 de dezembro de 2020 a 27 de dezembro de 2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade 2.001 – Administração e Manutenção do Consórcio; Elemento de despesa 3.3.90.39.69 (Seguros em geral).

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

VALOR 1.486,02.(mil quatrocentos e oitenta e seis reais e dois centavos).

Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 18/2020

Publicação Nº 2753152

Ato de Dispensa nº 18/2020
Processo ADMINISTRATIVO nº 2873/2020

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços gráficos relativos à impressão dos seguintes itens, conforme quantitativos e descritivos a seguir:

- 1.000 (mil) informativos com as seguintes especificações: 21x29,7cm fechado, 4x4 cores em Couché Fosco Comercial 150g, 8 páginas;
- 1.000 (mil) folders com as seguintes especificações: folder 56x30cm aberto, com três dobras, 4x4 cores, papel couchet fosco 150g; e
- 400 Relatórios - Lombada Grampeado Capa: 29, 7x42, 6cm, 4x4 cores em Couché Fosco Comercial 300g. Prova Por E-mail. Miolo: 64 pgs, 21x29,7cm, 4 cores em Couché Fosco Comercial 115g. Prova por e-mail. Faca para vinco (Capa), Corte e Vinco, N.º Imagens 2(Capa), Alceamento e Grampo Automático, Com Laminação em Bopp Fosco, Nº lados

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade do CIGA de prestar contas referente ao exercício de 2020 e apresentar o seu Plano de Trabalho para 2021, além de divulgar as soluções disponibilizadas e demais ações empreendidas aos entes consorciados na sua Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá em janeiro de 2021;

Considerando a importância de interagir e apresentar o CIGA e suas soluções aos novos gestores municipais, uma vez que os municípios consorciados precisam ter esta aproximação com o CIGA a fim de que conheçam e utilizem os sistemas ofertados, bem como possam vir a auxiliar no processo de definição das novas soluções a serem disponibilizadas pelo CIGA.

Considerando a necessidade do CIGA de dispor de material gráfico para divulgação do CIGA, incluindo suas ações e suas soluções, de forma contínua.

Para tanto, visando a distribuição de material gráfico com informações acerca da atuação do CIGA, bem como para cumprir sua obrigação de prestação de contas e exposição de seu plano de trabalho aos consorciados, faz-se necessário a impressão de folder e informativo atualizados e, ainda, do "Relatório de Atividades e Prestação de Contas 2020 - Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária 2021", visando a distribuição de tais materiais aos consorciados, aos municípios que poderão vir a integrar este consórcio, às entidades interessadas em firmar parcerias com o CIGA, entre outros públicos-alvo relacionados à área de atuação do CIGA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade nº 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio; Elemento de Despesa nº 3.3.90.30.99 (Outros

materiais de consumo).

Contratada: ROCHA SOLUÇÕES GRÁFICAS

CNPJ: 95.833.307/0001-80

VALOR: 12.909,00 (doze mil novecentos e nove reais)

Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CANCELAMENTO DE EXTRATO DE SOLICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE GASPAR PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1664/2020/CIGA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2020/CIGA

Publicação Nº 2752863

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CANCELAMENTO DE EXTRATO DE SOLICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE GASPAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1664/2020/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2020/CIGA

Devido ao envio de nova solicitação pelo órgão participante: Prefeitura Municipal de Gaspar, a qual deve substituir a anteriormente enviada, considera-se cancelado o 'EXTRATO DE SOLICITAÇÃO' publicado na Edição n. 3338 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC no dia 01 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 222 / 2020 - MUNICÍPIO DE SALETE

Publicação Nº 2753365

EXTRATO DE CONTRATO Nº 222/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Salete

CONTRATANTE: Município de Salete

CNPJ: 83.102.723/0001-29

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; ; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 06 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 223 / 2020 - MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação Nº 2753631

EXTRATO DE CONTRATO Nº 223/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Ipumirim

CONTRATANTE: Município de Ipumirim

CNPJ: 82.814.575/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 143/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Geo: sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geo-esaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado.

VALOR: R\$ 13.175,80 (treze mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 09 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 224 / 2020 - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Publicação N° 2753636

EXTRATO DE CONTRATO N° 224/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de São José

CONTRATANTE: Município de São José

CNPJ: 82.892.274/0001-05

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 74.429,30 (setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 30 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 225 / 2020 - MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

Publicação N° 2753649

EXTRATO DE CONTRATO N° 225/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Celso Ramos

CONTRATANTE: Município de Celso Ramos

CNPJ: 78.493.343/0001-22

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0120/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves

Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 6.426,00 (seis mil e quatrocentos e vinte e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 226 / 2020 - MUNICÍPIO DE POMERODE

Publicação Nº 2753667

EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Pomerode

CONTRATANTE: Município de Pomerode

CNPJ: 83.102.251/0001-04

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 98/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; ; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 16.210,56 (dezesesseis mil, duzentos e dez reais e cinquenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 227 / 2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Publicação Nº 2753863

EXTRATO DE CONTRATO Nº 227/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Bom Jardim da Serra

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Bom Jardim da Serra

CNPJ: 73.590.937/0001-38

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 05/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/

processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; eVI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 7.790,00 (sete mil e setecentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 20 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 228 / 2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

Publicação Nº 2753681

EXTRATO DE CONTRATO Nº 228/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santa Cecília

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cecília

CNPJ: 85.997.237/0001-41

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 0130/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 10.183,56 (dez mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 229 / 2020 - MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2753690

EXTRATO DE CONTRATO Nº 229/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Ibirama

CONTRATANTE: Município de Ibirama

CNPJ: 83.102.418/0001-37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0104/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura

de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 11.151,00 (onze mil e cento e cinquenta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 30 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 230 / 2020 - MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 2753696

EXTRATO DE CONTRATO Nº 230/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Timbé do Sul

CONTRATANTE: Município de Timbé do Sul

CNPJ: 82.915.232/0001-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0108/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 4.851,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 231 / 2020 - MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Publicação Nº 2753360

EXTRATO DE CONTRATO Nº 231/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Paulo Lopes

CONTRATANTE: Município de Paulo Lopes

CNPJ: 82.892.365/0001-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 17/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 232 / 2020 - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Publicação Nº 2753701

EXTRATO DE CONTRATO Nº 232/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Benedito Novo

CONTRATANTE: Município de Benedito Novo

CNPJ: 83.102.780/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0156/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 8.025,00 (oito mil e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 18 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 233 / 2020 - MUNICÍPIO DE ANCHIETA

Publicação Nº 2753713

EXTRATO DE CONTRATO Nº 233/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Anchieta

CONTRATANTE: Município de Anchieta

CNPJ: 83.024.687/0001-22

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 01/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CIGA Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 9.434,64 (nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 234 / 2020 - MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

Publicação Nº 2753721

EXTRATO DE CONTRATO Nº 234/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Vargem Bonita

CONTRATANTE: Município de Vargem Bonita

CNPJ: 95.996.187/0001-31

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 087/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 235 / 2020 - MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

Publicação Nº 2753728

EXTRATO DE CONTRATO Nº 235/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Balneário Arroio do Silva

CONTRATANTE: Município de Balneário Arroio do Silva

CNPJ: 01.605.479/0001-52

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 236 / 220 - MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

Publicação Nº 2753733

EXTRATO DE CONTRATO Nº 236/220

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Balneário Arroio do Silva

CONTRATANTE: Município de Balneário Arroio do Silva

CNPJ: 01.605.479/0001-52

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 237 / 2020 - MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Publicação Nº 2753734

EXTRATO DE CONTRATO Nº 237/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Itapiranga

CONTRATANTE: Município de Itapiranga

CNPJ: 82.821.208/0001-36

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 084/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 11.328,00 (onze mil e trezentos e vinte e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 238 / 2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU

Publicação Nº 2753853

EXTRATO DE CONTRATO Nº 238/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Ipuacu

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ipuacu

CNPJ: 04.150.804/0001-28

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 06/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.230,00 (seis mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 24 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 239 / 2020 - MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX

Publicação Nº 2753736

EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de José Boiteux

CONTRATANTE: Município de José Boiteux

CNPJ: 79.372.553/0001-25

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 241 / 2020 - MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

Publicação Nº 2753750

EXTRATO DE CONTRATO Nº 241/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Itaiópolis

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CNPJ: 83.102.517/0001-19

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 53/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações

relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 12.495,00 (doze mil e quatrocentos e noventa e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 242 / 2020 - MUNICÍPIO DE CUNHATA

Publicação Nº 2753758

EXTRATO DE CONTRATO Nº 242/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Cunhataí

CONTRATANTE: Município de Cunhataí

CNPJ: 01.612.116/0001-44

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 10/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 243 / 2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE CAIBI

Publicação Nº 2753832

EXTRATO DE CONTRATO Nº 243/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Caibi

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Caibi

CNPJ: 04.182.896/0001-28

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 05/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.230,00 (seis mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 23 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 244 / 2020 - MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Publicação Nº 2753770

EXTRATO DE CONTRATO Nº 244/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Guaramirim

CONTRATANTE: Município de Guaramirim

CNPJ: 83.102.475/0001-16

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 07/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 18.163,56 (dezoito mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 245 / 2020 - MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

Publicação Nº 2753780

EXTRATO DE CONTRATO Nº 245/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Tigrinhos

CONTRATANTE: Município de Tigrinhos

CNPJ: 01.566.620/0001-55

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 6.426,00 (seis mil e quatrocentos e vinte e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 246 / 2020 - CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Publicação Nº 2753826

EXTRATO DE CONTRATO Nº 246/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

CNPJ: 17.357.220/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 03/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.230,00 (seis mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 247 / 2020 - MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO

Publicação Nº 2753784

EXTRATO DE CONTRATO Nº 247/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Jacinto Machado

CONTRATANTE: Município de Jacinto Machado

CNPJ: 82.960.758/0001-36

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0118/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 8.025,00 (oito mil e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 26 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 248 / 2020 - MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Publicação Nº 2753785

EXTRATO DE CONTRATO Nº 248/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Leoberto Leal
CONTRATANTE: Município de Leoberto Leal
CNPJ: 82.924.390/0001-50
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 51/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 6.426,00 (seis mil e quatrocentos e vinte e seis reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2020.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 249 / 2020 - MUNICÍPIO DE OURO VERDE

Publicação Nº 2753800

EXTRATO DE CONTRATO Nº 249/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Ouro Verde
CONTRATANTE: Município de Ouro Verde
CNPJ: 80.913.031/0001-72
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 5.008,56 (cinco mil, oito reais e cinquenta e seis centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2020.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 250 / 2020 - MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Publicação Nº 2753819

EXTRATO DE CONTRATO Nº 250/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Águas Frias
CONTRATANTE: Município de Águas Frias
CNPJ: 95.990.180/0001-02
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0123/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 6.688,56 (seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2020.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 252 / 2020 - MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Publicação Nº 2753790

EXTRATO DE CONTRATO Nº 252/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio do Sul
CONTRATANTE: Município de Rio do Sul
CNPJ: 83.102.574/0001-06
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 0197/2020
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 3.553,05 (três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinco centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 27 de novembro de 2020.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 5240 / 2020 - MUNICÍPIO DE ATALANTA

Publicação Nº 2753744

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5240/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Atalanta
CONTRATANTE: Município de Atalanta
CNPJ: 83.102.616/0001-09
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2019
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves

Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 4.851,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 01 de janeiro de 2022.

Florianópolis, 25 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE SOLICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1435/2020/CIGA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020/CIGA

Publicação Nº 2753359

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

EXTRATO DE SOLICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1435/2020/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020/CIGA

ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

ÓRGÃO PARTICIPANTE SOLICITANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

FORNECEDOR: SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 07.432.517/0001-07

ATA Nº 12:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	06	Notebook modelo 02: HP Probook 440 G7 14" Intel I7- 10510U	03

A presente adesão dar-se-á em consonância com o art. 15 da Lei n.º 8666/93, com o prejulgado n.º 1895 do Tribunal de Contas Estadual de Santa Catarina, e de acordo com a Resolução n.º 180/2020 do Consórcio Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA - órgão gerenciador desta Ata.

A responsabilidade por firmar os contratos para aquisição dos produtos solicitados da ATA DE REGISTRO DE PREÇO é do próprio órgão/entidade solicitante, e não do CIGA. Assim, também são de responsabilidade do órgão/entidade contratante, com o apoio do órgão de assessoramento jurídico, se for o caso, as atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, incluindo o recebimento e conferência da quantidade e da qualidade dos produtos entregues, as providências relacionadas à eventual aplicação de sanções à empresa por descumprimento de cláusulas contratuais, bem como os procedimentos relativos ao pagamento dos produtos ao fornecedor.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE SOLICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1664/2020/CIGA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2020/CIGA

Publicação Nº 2753406

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

EXTRATO DE SOLICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1664/2020/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2020/CIGA

ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

ÓRGÃO PARTICIPANTE SOLICITANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar

CNPJ: 83.102.244/0001-02

FORNECEDOR: Hexa Soft Do Brasil Indústria, Comércio, Exportação E Importação Ltda Me

CNPJ: 03.115.002/0001-14

ATA Nº 10 e ATA Nº11:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
02	01	Chromebook Tipo 2	775

A presente adesão dar-se-á em consonância com o art. 15 da Lei n.º 8666/93, com o prejulgado n.º 1895 do Tribunal de Contas Estadual de Santa Catarina, e de acordo com a Resolução n.º 180/2020 do Consórcio Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA - órgão gerenciador desta Ata.

A responsabilidade por firmar os contratos para aquisição dos produtos solicitados da ATA DE REGISTRO DE PREÇO é do próprio órgão/entidade solicitante, e não do CIGA. Assim, também são de responsabilidade do órgão/entidade contratante, com o apoio do órgão de assessoramento jurídico, se for o caso, as atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, incluindo o recebimento e conferência da quantidade e da qualidade dos produtos entregues, as providências relacionadas à eventual aplicação de sanções à empresa por descumprimento de cláusulas contratuais, bem como os procedimentos relativos ao pagamento dos produtos ao fornecedor.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

TERMO ADITIVO N.º 01/2020

Publicação Nº 2752602

TERMO ADITIVO N.º 01/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 136/2020, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e empresa OPTIDATA LTDA., visando à prestação de serviços dedicados para locação de servidores de rede virtualizados e armazenamento de dados, além de fornecimento on demand de recursos para criação de máquinas virtuais customizadas, possuindo infraestrutura própria (cloud e servidores), com alta disponibilidade dos dados e integridade das informações.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado OPTIDATA LTDA., com sede à Rua Avenida Getúlio Dorneles Vargas Nº 4135-N - Chapecó – SC, inscrita no CNPJ sob o n.º . 01.687.282/0001-00, representada neste ato por Darlan Segalin, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada CONTRATADA, nos termos das Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 136/2020, celebrado em 29 de setembro de 2020, originário do Processo n.º 1826/2020/CIGA, Pregão Eletrônico n. 04/2020/CIGA, o que fazem com fundamento na Cláusula Nona, e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 136/2020, nos termos do art. 57, IV, da Lei n. 8.666/1993, e Cláusula Nona (Da vigência) e Trigésima Primeira (Das alterações contratuais) do Contrato Administrativo 136/2020/CIGA, e desde que esta prorrogação não exceda o limite máximo imposto, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor global estimado para o exercício de 2021 é de acordo com tabela abaixo, que corresponde ao valor apresentado na proposta comercial da CONTRATADA.

LOTE	ITEM	UND	QTD EST.	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS		
					UNITÁRIO	TOTAL MENSAL ESTIMADO	TOTAL EM 12 MESES ESTIMADO
01	01	Und.	8	Máquina Virtual com as seguintes especificações: - 4 vCPUs com alcance de 1.500 pontos no CPU Benchmark por vCPU; - 8 GB de memória RAM; - Mínimo de 500 GB de armazenamento SSD; - Tolerância à falha de disco; - Link mínimo de 10 Mbps; - 1 endereço IPv4 real;	R\$ 385,15	R\$ 3.081,20	R\$ 36.974,40

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01					R\$ 36.974,40		
LOTE	ITEM	UND	QTD. EST.	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS		
					UNITÁRIO	TOTAL MENSAL ESTIMADO	TOTAL EM 12 MESES ESTIMADO
04	01	Unid.	04	Máquina Virtual com as seguintes especificações: - 12 vCPUs com alcance de 1.500 pontos no CPU Benchmark por vCPU; - 64 GB de memória RAM; - Mínimo de 2 TB de armazenamento SSD; - Tolerância à falha de disco; - Link mínimo de 25 Mbps; - 1 endereço IPv4 real;	R\$ 2.031,25	R\$ 8.125,00	R\$ 97500,00
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 04					R\$ 97.500,00		
LOTE	ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALORES REGISTRADOS		
					UNITÁRIO	TOTAL MENSAL ESTIMADO	TOTAL EM 12 MESES ESTIMADO
05	01	Und.	10	Armazenamento em nuvem - Mínimo de 1 TB de armazenamento - Acesso web para download e upload - Acesso via API REST - Sistema para gerenciar controle de acesso a nível de diretório e diretórios públicos/privados - Link mínimo de 100 Mbps	R\$ 687,50	R\$ 6.875,00	R\$ 82.500,00
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 05					R\$ 82.500,00		

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 136/2020.

CLÁUSULA QUINTA– DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 02 de novembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATANTE
DARLAN SEGALIN Representante Legal CONTRATADA

Testemunhas:

CRISTIANA PEREIRA Assistente Administrativa do CIGA
--

CIMVI**ARQUIVAMENTO - OFÍCIO Nº 5544/2020**

Publicação Nº 2753840

Ofício nº 5.544/2020
Timbó, 17 de novembro de 2020.

À

Sueli de Lourdes Silva Alves Velho, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.901.556/0001-17, com sede na rua Felício Fachini, nº 25, Bairro São Francisco, em Acurra/SC, CEP 89.138-000.

Procurador (a)

Daniel Lima de Oliveira, inscrito no CPF sob nº 024.456.137-01, com endereço na rua General Osório, nº 4478, Bairro Salto Weissbach, em Blumenau/SC, CEP 89032-240.

Nesta,

Referência: Processo de licenciamento ambiental simplificado (AuA) da requerente - Cód. Ativ. Res. CONSEMA nº99/2017 - 11.08.03

Protocolo CIMVI nº 840/2020

Protocolo Prefeitura de Pomerode s/nº/2020

Através do presente o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnico-jurídica com o MUNICÍPIO DE POMERODE, vem COMUNICAR acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

A Renova Ambiental, através do Gestor Ambiental Daniel Lima de Oliveira, protocolou em 17/11/2020 pedido de baixa do processo em epígrafe.

Considerando as justificativas apresentadas e que o empreendimento já possui licença ambiental emitida pelo IMA em 10/10/2020, comunicamos o cancelamento e ARQUIVAMENTO DEFINITIVO do processo administrativo respectivo.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, no município de Timbó, estado de Santa Catarina.

Certos de que o assunto merecerá pronta acolhida e compreensão de Vossa Senhoria, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima. Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - AUA

Publicação Nº 2753842

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 337/2020

LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 432/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento THAFFAREL LUIS BORGES 06877712935 (KS LAVANDERIAS), pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 32.952.987/0001-30, para a atividade 24.80.00 - Serviços industriais de tinturaria, de estamparia (exceto por sublimação ou digital, desde que sem lavagem), de lavanderia ou de outros processos de acabamentos), que será exercida no imóvel situado à Rua Fritz Lorenz, nº 2.215 – Sala T – Bairro Fritz Lorenz – Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó/SC, 09 de dezembro 2020.

Ricardo Longo Orsi

Município de Timbó

Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - AUC

Publicação Nº 2753857

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AuC Nº 25/2020/LIC (2ª Via – Prorrogação de prazo)

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 326/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão AUTORIZAÇÃO DE CORTE, válida até 03/03/2021, formulado pelo empreendimento SMART BUSINESS PARTICIPAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 22.134.434/0001-17, para a atividade Supressão de vegetação nativa para regularização de loteamento residencial, que será exercida na Rua Patrimônio, s/n, bairro Patrimônio em Massaranduba, Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº

237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
Massaranduba/SC, 23 de abril de 2020.
Elaine Cristina Gums Vick
Município de Massaranduba/Portaria nº 968/2020

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - CCA

Publicação Nº 2753852

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 637/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 950/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 31/12/2021, formulado pelo empreendedor LABORTRANS REPRESENTAÇÃO COMERCIAL S/A, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 10.289.446/0001-31, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais, situado nas Ruas Projetadas D2 e E2, s/nº (Lotes nº 33 e 34 (Rua D2) e 03 e 04 (Rua E2), Quadra E, do Loteamento Jardim Europeu – Matrícula nº 32.164, Livro nº 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar), que será constituído por 08 (oito) Unidades Habitacionais (NH), Bairro Centro, no Município de Ilhota, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ilhota, 31 de novembro de 2020.

Roberto da Silva

Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do

Município de Ilhota

Portaria nº 35/2020

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 638/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 961/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 16/11/2023, formulado pelo empreendedor OPPORTUNITY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.105.619/0001-63, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais, que será constituído por 02 (duas) Unidades Habitacionais (NH), situada na Rua João Tesch, s/nº (Área 03, do desmembramento denominado "Administradora Haus & Garten LTDA ME" - Matrícula nº 28.763, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), Bairro dos Imigrantes, Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 09 de dezembro de 2020.

Ricardo Longo Orsi

Município de Timbó

Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - DANC

Publicação Nº 2753844

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 963/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 963/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 09/12/2021, formulado pelo empreendedor CONFECÇÕES EVANILDA LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 81.377.343/0001-71, para a atividade Confecção de roupas íntimas, situado na Rua Birmânia, nº 101, Bairro Nações, no Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó/SC, 09 de dezembro de 2020.

Ricardo Longo Orsi

Município de Timbó

Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 958/2020 (2ª Via – Retificada)

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 996/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 09/12/2021, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob

nº 79.373.775/0001-62, para a atividade Pavimentação com blocos intertravados e Calçadas – 74,50m de extensão, situado no Beco Olívio Bertoldi, s/nº, Bairro Centro, no Município de Doutor Pedrinho, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Doutor Pedrinho/SC, 09 de dezembro de 2020.

José Marcos Claudino dos Santos

Município de Doutor Pedrinho

Portaria nº 050/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 962/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 958/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 09/12/2021, formulado pelo empreendedor JULIANA RAMOS, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 10.610.748/0001-60, para a atividade Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, situada na Rua Augusto Maas, nº 2.639, Bairro Arapongas, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 09 de dezembro de 2020.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAO

Publicação Nº 2753847

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 340/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 48/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor DEISE DIANA MORASTONI ZIMATH LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 35.973.525/0001-98, para a atividade 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento, que será exercida na Rua Lúcio Marchi, s/nº, Bairro Nossa Senhora de Lurdes – Ascurra/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ascurra/SC, 01 de dezembro de 2020.

Odirlei Fistarol

Município de Ascurra

Portaria 5785/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAP

Publicação Nº 2753850

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 125/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 825/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendimento GARDEN INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS SPE LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 32.973.912/0001-36, para a atividade de 71.11.08 - Parcelamento do solo urbano: Condomínio de lotes para fins residenciais, que será exercida no imóvel situado a Rua Biguaçu, s/nº - Lote 01 - Bairro Quintino – Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó/SC, 08 dezembro de 2020.

Ricardo Longo Orsi

Município de Timbó

Portaria nº 4817/2018

INDEFERIMENTO - OFÍCIO Nº 5592/2020

Publicação Nº 2753836

Ofício nº 5.592/2020

Timbó, 04 de novembro de 2020.

À

BONOW AGROPASTORIL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.629.359/0001-16, com sede na rua Gustavo Richard, nº 120 – sala 18, bairro centro em Camboriú/SC – CEP 88.340-281.

Nesta,

Referência: Processo de Licenciamento (empreendimento Loteamento Residencial localizado na rua Campinas, s/nº, Bairro Campinha, em Massaranduba, Santa Catarina – Cód. Ativ. Res. CONSEMA nº 99/2017 - 71.11.00)

Protocolo CIMVI nº 121/2017

Protocolo Prefeitura de Massaranduba nº 3.202/2016

Através do presente o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89120-000, em parceria técnica com o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, vem, com referência ao processo de licenciamento mencionado em epígrafe expor e requerer o que segue:

CONSIDERANDO que o empreendedor formulou pedido de Licença Ambiental de Instalação para a atividade citada na referência acima (71.11.00 - Parcelamento de solo urbano).

CONSIDERANDO que, já foi emitida 04 guias para o recolhimento da taxa, tendo o(a) empreendedor(a) deixado vencer o prazo sem o pagamento;

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu artigo 13 reza que: "O custo de análise para a obtenção da licença ambiental deverá ser estabelecido por dispositivo legal, visando o ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo órgão ambiental competente", havendo previsão legal para cobrança de taxa;

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, em seu artigo 17 reza que: "O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 10, mediante novo pagamento de custo de análise. ";

Fica a Vossa Senhoria COMUNICADO (A) do INDEFERIMENTO do pedido de emissão de Licença Ambiental de Instalação, pelos fundamentos acima citados, bem como para que querendo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do presente, apresente recurso junto ao órgão ambiental do Município.

Considerando que a atividade desenvolvida por Vossa Senhoria é licenciável conforme listagem definida pela Resolução CONSEMA/SC nº 99/17 " (71.11.00 - Parcelamento de solo urbano", fica Vossa Senhoria desde já advertido, de que possui o prazo de 01 (um) mês para promover a IMEDIATA regularização do empreendimento, dando entrada ao processo de licenciamento ambiental e recolhendo as taxas respectivas, o que deverá ser efetuado junto ao órgão ambiental competente.

Desde já fica Vossa Senhoria advertida de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, quer na esfera civil, criminal e administrativa, com remessa de informações a todos os órgãos públicos para que executem suas atribuições no âmbito de competências das respectivas searas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89120-000.

Certos de que o assunto merecerá pronta acolhida e compreensão de Vossa Senhoria, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima. Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Homologo as razões acima, as quais utilizo como fundamento e com base em tais motivos INDEFIRO o pedido de aprovação de Licença Ambiental de Instalação, e DETERMINO o ARQUIVAMENTO DEFINITIVO do processo administrativo respectivo, diante do abandono do processo.

Eventual recurso poderá ser formulado no endereço do órgão ambiental municipal de Massaranduba, em horário de expediente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do presente.

P.R.I.A.C.-se.

Massaranduba, 04 de novembro de 2020.

Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

Elaine Cristina Gums Vick

Portaria nº 968/2020

CINCATARINA**15_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0009_2020 - MILANO COM DE PNEUMATICOS LTDA**

Publicação Nº 2754017

DECISÃO 0015

EDITAL Nº 0009/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4450/2020-e

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua João Carlos Marinho, Nº 25, Bairro Bortolon, na cidade de Xanxerê - SC, CEP: 89820-000, inscrita no CNPJ sob o nº 36.097.231/0001-02, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0009/2020, Processo Administrativo Eletrônico Nº 4450/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM ATUALIZADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	UNIDADE	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA / MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO
75	0500-9855	UNIDADE	PNEU 750-16 TIPO DIAGONAL OU CONVENCIONAL, DESENHO DE TRAÇÃO, COM AS SEGUIN- TES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 10 LONAS, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DO SULCO DE 15MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9855)	GOODYEA CT 160	9855-2

Justificativa: Após avaliação em novo procedimento de pré-qualificação resultou a aprovação da mesma marca/modelo já pré-qualificado. Quanto aos bens submetidos à avaliação e que estão devidamente aprovados em análises anteriores, pois apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem as necessidades administrativas, já estão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Diante do exposto, decido pela atualização da pré-qualificação de bens aprovados, no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como cientifique-a que o prazo de recurso é de até 5 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2020.

AT20CIN42358-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA-PAL0083082020

Publicação Nº 2754228

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42359-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020

Publicação Nº 2754242

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42359

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42360-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753937

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42360

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42361-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753984

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42361

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42362-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753988

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42362

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42363-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753986

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42363

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42364-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754245

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42364

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42365-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754253

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42365

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42366-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754252

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42366

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42369-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0040002020

Publicação Nº 2754047

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42369

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42370-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-DIMERIOS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - E-PAL0040002020

Publicação Nº 2754218

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42370

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
FORNECEDOR: DIMERIOS COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - EPP
PAL: 004000/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/04/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 07/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42372-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753985

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42372
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ
FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/05/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 07/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42373-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754220

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42373
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
PAL: 004000/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 15/04/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 07/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42380-SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HE-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020

Publicação Nº 2754257

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42380
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA
FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 07/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 07/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42386-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753987

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42386

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42392-TRÊS BARRAS-R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME-PAL0049222020

Publicação Nº 2754256

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42392

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42393-TRÊS BARRAS-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754255

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42393

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42394-TRÊS BARRAS-R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME-PAL0049222020

Publicação Nº 2754254

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42394

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: R.K. KASCZUK & CIA LTDA - ME

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42395-TRÊS BARRAS-DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI-PAL0049222020

Publicação Nº 2754246

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42396-TRÊS BARRAS-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754247

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42396

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42397-TRÊS BARRAS-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754248

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42398-TRÊS BARRAS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754249

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42403-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754219

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de

MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CIN-CATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42404-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2754217

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CIN-CATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42405-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2754050

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42405

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: IMPACTA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CIN-CATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42406-TRÊS BARRAS-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2754048

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CIN-CATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42407-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI-PAL0040002020

Publicação Nº 2754049

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42407
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI
PAL: 004000/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 09/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42408-IPASC-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754273

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42408
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CACADOR - IPASC
FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA
PAL: 000173/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CACADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 09/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42409-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754244

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42409
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME
PAL: 008308/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021
OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42410-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-LUCIANO PILATTI-PAL0083082020

Publicação Nº 2754243

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42410
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI
PAL: 008308/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42427-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753938

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42427
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42428-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753939

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42428
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME
PAL: 001036/2020 - CINCATARINA
EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020
Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42429-MUNICÍPIO DE IBIAM-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753940

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42429

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42430-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753941

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42431-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753942

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42432-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753943

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42432

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42433-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753944

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42434-CINCATARINA-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753945

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42434

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42435-CINCATARINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753946

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42435

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42436-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753947

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42436

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42437-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753948

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42437

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42438-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753949

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42438

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42439-MUNICÍPIO DE VARGEM-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753950

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42439

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42440-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753951

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42440

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42441-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753952

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42441

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42442-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753953

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42442

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42443-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753954

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42443

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42444-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753955

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42444

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42445-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753956

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42445

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42446-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753957

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42447-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753958

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42447

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42448-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753959

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42448

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42449-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753960

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42449

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42450-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753961

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42450

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42451-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753962

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42451

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42452-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753963

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42452

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42453-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753964

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42453

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42454-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753965

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42454

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42455-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753966

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42455

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42456-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753967

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42456

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42457-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753968

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42457

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42458-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753969

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42459-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753970

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42459

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42460-AGROLÂNDIA-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753971

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42460

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42461-AGROLÂNDIA-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753972

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42461

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42462-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754066

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42462

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42463-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754051

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42463

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42464-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754052

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42464

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42465-MUNICÍPIO DE CALMON-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754053

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42465

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42466-MUNICÍPIO DE IBIAM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754054

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42466

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42467-MUNICÍPIO DE IBIAM-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754055

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42467

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42468-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754056

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42468

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42469-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754057

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42469

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42470-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754058

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42470

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42471-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754059

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42471

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42472-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754060

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42472

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42473-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754061

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42473

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42474-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754063

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42475-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754064

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42475

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42476-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754065

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42476

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42477-MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754163

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42477

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42478-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754067

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42478

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42479-CINCATARINA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754068

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42479

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42480-CINCATARINA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754069

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42480

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42481-CINCATARINA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754070

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42481

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42482-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754071

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42482

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42483-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754072

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42483

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42484-HOSPITAL STO ANTONIO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754073

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42484

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42485-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754074

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42485

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42486-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754075

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42486

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42487-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754076

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42487

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42488-MUNICÍPIO DE IRANI-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754077

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42488

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42489-MUNICÍPIO DE LUZERNA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754078

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42489

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42490-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754079

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42490

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42491-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754080

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42491

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42492-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754081

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42492

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42493-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754082

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42493

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42494-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754083

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42494

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42495-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754085

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42495

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42496-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754086

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42496

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42497-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754087

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42497

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42498-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754088

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42498

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42499-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754089

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42499

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42500-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754090

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42500

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42501-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754091

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42501

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42502-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754092

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42502

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42503-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE XAXIM-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754093

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42503

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42504-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754094

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42504

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42505-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754095

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42505

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42506-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754096

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42506

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42507-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754097

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42507

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42508-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754099

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42508

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42509-MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754100

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42509

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42510-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754101

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42510

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42511-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754102

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42511

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42512-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754103

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42512

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42513-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754104

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42513

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42514-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754105

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42514

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42515-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754106

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42515

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42516-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754107

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42516

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42517-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754108

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42517

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42518-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754109

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42518

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42519-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754110

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42519

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42520-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754112

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42520

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42521-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754113

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42521

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42522-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754114

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42522

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42523-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754115

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42524-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754116

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42524

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42525-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754117

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42525

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42526-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754118

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42526

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42527-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754119

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42527

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42528-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754120

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42528

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42529-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754121

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42529

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42530-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754122

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42530

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42531-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754123

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42531

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42532-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754124

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42532

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42533-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754125

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42533

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42534-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754126

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42534

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42535-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754127

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42535

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42536-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754128

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42536

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42537-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754130

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42537

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42538-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754131

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42538

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42539-MUNICÍPIO DE OURO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754132

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42539

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42540-MUNICÍPIO DE OURO-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754133

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42540

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42541-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754134

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42541

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42542-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754136

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42542

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42543-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754137

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42543

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42544-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754138

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42544

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42545-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754139

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42545

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42546-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754140

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42546

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42547-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754141

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42547

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42548-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754142

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42548

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42549-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754143

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42549

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42550-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754144

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42550

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42551-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754145

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42551

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42552-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754146

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42552

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42553-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754147

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42553

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42554-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754148

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42554

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42555-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754149

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42555

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42556-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754150

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42556

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42557-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754151

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42557

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42558-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754152

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42558

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42559-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754153

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42559

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42560-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754155

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42560

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42561-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754156

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42561

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42562-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754157

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42562

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42563-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754158

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42563

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42564-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754159

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42564

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42565-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754160

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42565

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42566-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754161

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42566

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42567-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754162

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42567

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42568-COCAL DO SUL-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754216

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42568

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42569-COCAL DO SUL-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754164

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42569

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42570-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754165

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42570

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42571-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754166

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42571

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42572-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754168

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42572

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42573-AGROLÂNDIA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754169

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42573

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42574-DONA EMMA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754170

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42574

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42575-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754171

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42575

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42576-GUATAMBÚ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754172

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42576

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42577-GUATAMBÚ-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754173

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42577

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42578-GUATAMBÚ-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754174

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42578

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42579-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-POSSATTO & POSSATTO LTDA ME-PAL0040002020

Publicação Nº 2754175

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42579

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42580-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754176

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42580

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42581-MUNICÍPIO DE SALETE-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754177

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42581

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42582-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754178

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42582

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42583-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754179

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42583

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42584-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754180

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42584

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42585-LAURENTINO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754181

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42585

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42586-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754240

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42586

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42587-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754241

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42587

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42588-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754229

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42588

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42589-MUNICÍPIO DE IBIAM-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754230

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42589

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42590-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754231

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42590

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42591-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754232

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42591

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42592-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754233

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42592

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42593-MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754234

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42593

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42594-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754235

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42594

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42595-MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754236

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42595

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42596-ITUPORANGA-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754237

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42596

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42597-MUNICÍPIO DE ORLEANS-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754238

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42598-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0083082020

Publicação Nº 2754239

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42598

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 008308/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0017/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42745-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753973

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42745

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42746-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020

Publicação Nº 2754272

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42746

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42747-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754275

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42747

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42748-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754271

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42748

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42749-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020

Publicação Nº 2754274

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42749

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42750-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020

Publicação Nº 2754258

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42750

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42751-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-GIGA1.COM EIRELI-PAL0001732020

Publicação Nº 2754259

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42751

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42752-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0001732020

Publicação Nº 2754260

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42752

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42753-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754261

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42753

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42754-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-LPK LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754262

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42754

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: LPK LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42755-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI -PAL0001732020

Publicação Nº 2754263

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42755

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42756-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754264

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42756

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42757-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020

Publicação Nº 2754265

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42757

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42758-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020

Publicação Nº 2754266

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42758

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 09/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 09/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42771-LAURENTINO-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753974

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42771

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42772-LAURENTINO-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753975

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42772

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42773-LAURENTINO-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753976

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42773

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42774-LAURENTINO-BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP-PAL0010362020

Publicação Nº 2753977

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42774

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42775-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753978

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42775

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42776-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753979

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42776

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42777-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754250

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42777

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42778-MUNICÍPIO DE SALETE-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754182

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42778

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42779-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754267

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42779

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42780-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0001732020

Publicação Nº 2754268

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42780

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42781-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0001732020

Publicação Nº 2754269

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42781

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42782-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0001732020

Publicação Nº 2754270

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42782

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000173/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 31/03/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENE, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42784-MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE-MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA-PAL0049222020

Publicação Nº 2754251

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42784

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42785-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753980

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42785

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42786-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 2753981

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42786

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42787-TRÊSBARRAS-COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - PAL0040002020

Publicação Nº 2754183

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42787

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42788-TRÊS BARRAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754184

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42788

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42789-TRÊS BARRAS-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0040002020

Publicação Nº 2754185

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42789

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42790-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754186

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42790

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42791-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754187

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42791

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42792-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754188

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42792

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42793-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754189

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42793

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42794-CINCATARINA-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754190

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42794

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42795-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754192

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42795

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42796-HOSPITAL STO ANTONIO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754193

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42796

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42797-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754194

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42797

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42798-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754195

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42798

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42799-MUNICÍPIO DE VARGEM-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754196

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42799

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42800-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754197

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42800

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42801-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754198

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42801

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42802-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754199

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42802

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42803-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754200

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42803

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42804-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754201

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42804

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42805-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754202

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42805

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42806-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754203

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42806

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42807-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754204

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42807

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42808-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754205

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42808

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42809-MUNICÍPIO DE OURO-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754206

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42809

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42810-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754207

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42810

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42811-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754208

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42811

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42812-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754209

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42812

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42813-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754210

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42814-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754211

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42814

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42815-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754212

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42815

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42816-GUATAMBÚ-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754213

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42816

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42817-MUNICÍPIO DE SALETE-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754214

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42817

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42818-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0040002020

Publicação Nº 2754215

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42818

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 004000/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0014/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/04/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42880-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL-PAL0010362020

Publicação Nº 2753982

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42880

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT20CIN42881-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 2753983

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN42881

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/12/2020 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/12/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de dezembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0003_2019 - V&V

Publicação Nº 2753856

DECISÃO

ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Rocha Pombo, nº 2561, Bairro Águas Belas, na cidade de São José dos Pinhais - PR, CEP: 83.010-620, inscrita no CNPJ sob o nº 22.771.751/0001-44 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS

Especificações	Marca	Modelo	Código Aprovação Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital
SERINGA DESCARTÁVEL 1CC COM AGULHA DE 13 X 4,5MM, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA. ESTÉRIL, ATÓXICA, API-ROGÊNICA E LIVRE DE LÁTEX. COM CORPO TRANSPARENTE, ESCALA NÍTIDA E LEGÍVEL. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8628)	TKL		8628-2	125	0003/2019

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante do exposto, decido pela atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,
Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

Elói Rönnau
Diretor Executivo CINCATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INGRESSO CINCATARINA - 115

Publicação Nº 2753217

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 115

CONSIDERANDO a solicitação de Ingresso do Município de Urupema e as previsões contidas no Protocolo de Intenções;
CONSIDERANDO que a Lei de Ratificação ao Protocolo de Intenções não previu reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções e que a homologação do ingresso poderá ser de forma automática.
CONSIDERANDO que a assembleia geral aprovou a homologação de forma automática de ingresso do referido município;

DECIDO:
Pela HOMOLOGAÇÃO do Ingresso ao CINCATARINA do Município de Urupema, nos termos da Lei Municipal nº 1.081/2020, de 10 de dezembro de 2020;
Publique-se.

Florianópolis, SC, 10 de dezembro de 2020.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER
Prefeita de Vargem
Presidente do CINCATARINA

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Publicação Nº 2753796

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Página 1

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Ativo	S		7.413.516,82	8.598.974,24	2.549.317,02	13.463.174,04
1.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Ativo circulante	S		6.466.779,84	8.584.791,33	2.549.317,02	12.502.254,15
1.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Caixa e equivalentes de caixa	S		2.822.106,77	8.583.291,33	2.185.353,68	9.220.044,42
1.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	S		2.822.106,77	8.583.291,33	2.185.353,68	9.220.044,42
1.1.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional - consolidação	S		2.822.106,77	8.583.291,33	2.185.353,68	9.220.044,42
1.1.1.1.1.1.19.00.00.00.00.00.00	Bancos conta movimento - demais contas	S	F	2.822.106,77	8.583.291,33	2.185.353,68	9.220.044,42
1.1.1.1.1.1.19.00.01.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL MOVIMENTO	S		2.822.106,77	8.583.291,33	2.185.353,68	9.220.044,42
1.1.1.1.1.1.19.00.01.01.00.00.00	B. Brasil Sa Movimento 18.520-5	A	F	25.482,35	2.235,03	23,81	27.693,57
1.1.1.1.1.1.19.00.01.04.00.00.00	B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7	A	F	417.741,71	1.148.753,19	1.396.341,31	170.153,59
1.1.1.1.1.1.19.00.01.06.00.00.00	B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7	A	F	963.785,09	362.614,27	449.829,42	876.569,94
1.1.1.1.1.1.19.00.01.08.00.00.00	B. Brasil - TELEFONIA 22864-8	A	F	57.421,48	25.211,55	21.183,00	61.450,03
1.1.1.1.1.1.19.00.01.11.00.00.00	B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5	A	F	64.701,16	259.912,14	174.477,50	150.135,80
1.1.1.1.1.1.19.00.01.12.00.00.00	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 27593-X	A	F	4.616,95	6.425.263,89	0,00	6.429.880,84
1.1.1.1.1.1.19.00.01.13.00.00.00	B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8	A	F	22.364,87	359.176,61	80.597,12	300.944,36
1.1.1.1.1.1.19.00.01.14.00.00.00	B. Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 02 conta 28852-7	A	F	74.771,37	2,86	62.901,52	11.872,71
1.1.1.1.1.1.19.00.01.15.00.00.00	B. Brasil - Convênio Projeto Novos Rumos conta 28927-2	A	F	1.191.221,79	121,79	0,00	1.191.343,58
1.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Créditos a curto prazo	S		726.160,31	0,00	362.463,34	363.696,97
1.1.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Créditos de transferências a receber	S		726.160,31	0,00	362.463,34	363.696,97
1.1.2.3.1.00.00.00.00.00.00.00	Créditos de transferências a receber - consolidação	S		726.160,31	0,00	362.463,34	363.696,97
1.1.2.3.1.02.00.00.00.00.00.00	Créditos de consórcios públicos decorrentes de contrato de rateio	S	P	726.160,31	0,00	362.463,34	363.696,97
1.1.2.3.1.02.00.03.00.00.00.00	PROGRAMA 03 PROAMA	S	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.00.00.00.00	LICITAÇÃO COMPARTILHADA	S	P	726.160,31	0,00	362.463,34	363.696,97
1.1.2.3.1.02.00.04.10.01.00.00	ABDON BATISTA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.02.00.00	ABELARDO LUZ	A	P	9.740,00	0,00	4.870,00	4.870,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.03.00.00	AGROLÂNDIA	A	P	7.459,99	0,00	3.730,00	3.729,99
1.1.2.3.1.02.00.04.10.05.00.00	ÁGUA DOCE	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.08.00.00	AGUAS MORNAS	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.10.00.00	ALTO BELA VISTA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.13.00.00	ANITA GARIBALDI	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.14.00.00	ANITÁPOLIS	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.15.00.00	ANTÔNIO CARLOS	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.21.00.00	ARROIO TRINTA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.23.00.00	ASCURRA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.42.00.00	BOM JESUS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.48.00.00	BRAÇO DO TROMBUDO	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.49.00.00	BRUNOPOLIS	A	P	2.970,00	0,00	2.970,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.51.00.00	CAÇADOR	A	P	16.580,00	0,00	8.290,00	8.290,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.53.00.00	CALMON	A	P	28.747,32	0,00	2.970,00	25.777,32
1.1.2.3.1.02.00.04.10.58.00.00	CAMPOS NOVOS	A	P	12.020,00	0,00	6.010,00	6.010,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.62.00.00	CAPINZAL	A	P	10.500,00	0,00	5.250,00	5.250,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.64.00.00	CATANDUVAS	A	P	7.460,00	0,00	7.460,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.66.00.00	CELSO RAMOS	A	P	8.910,00	0,00	2.970,00	5.940,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.70.00.00	COCAL DO SUL	A	P	8.980,00	0,00	4.490,00	4.490,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.74.00.00	CORONEL MARTINS	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.80.00.00	CURITIBANOS	A	P	12.780,00	0,00	6.390,00	6.390,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.83.00.00	DONA EMMA	A	P	5.939,99	0,00	2.970,00	2.969,99
1.1.2.3.1.02.00.04.10.87.00.00	ERVAL VELHO	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.88.00.00	FAXINAL DOS GUEDES	A	P	7.460,00	0,00	3.730,00	3.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.93.00.00	FRAIBURGO	A	P	12.020,00	0,00	6.010,00	6.010,00
1.1.2.3.1.02.00.04.10.94.00.00	FREI ROGERIO	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.06.00.00	GUATAMBÚ	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.07.00.00	HERVAL D'OESTE	A	P	9.740,00	0,00	4.870,00	4.870,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.08.00.00	IBIAM	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.09.00.00	IBICARÉ	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.13.00.00	IMARUÍ	A	P	10.319,66	0,00	0,00	10.319,66
1.1.2.3.1.02.00.04.11.17.00.00	IOMERÉ	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.20.00.00	IPUAÇU	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.21.00.00	IPUMIRIM	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.23.00.00	IRANI	A	P	7.460,00	0,00	3.730,00	3.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.25.00.00	IRINEÓPOLIS	A	P	7.460,00	0,00	3.730,00	3.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.26.00.00	ITÁ	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.31.00.00	ITAPOÁ	A	P	5.250,00	0,00	0,00	5.250,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 2

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.1.2.3.1.02.00.04.11.32.00.00	ITUPORANGA	A	P	15.750,00	0,00	10.500,00	5.250,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.33.00.00	JABORÁ	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.38.00.00	JOAÇABA	A	P	11.260,00	0,00	5.630,00	5.630,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.42.00.00	LACERDÓPOLIS	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.43.00.00	LAGES	A	P	23.800,00	0,00	11.900,00	11.900,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.45.00.00	LAJEADO GRANDE	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.46.00.00	LAURENTINO	A	P	6.573,34	0,00	3.603,34	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.48.00.00	LEBON REGIS	A	P	7.460,00	0,00	3.730,00	3.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.49.00.00	LEOBERTO LEAL	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.50.00.00	LINDÓIA DO SUL	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.51.00.00	LONTRAS	A	P	3.730,01	0,00	0,00	3.730,01
1.1.2.3.1.02.00.04.11.53.00.00	LUZERNA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.54.00.00	MACIEIRA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.60.00.00	MAREMA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.62.00.00	MATOS COSTA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.67.00.00	MONTE CARLO	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.68.00.00	MONTE CASTELO	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.69.00.00	MORRO DA FUMAÇA	A	P	9.740,00	0,00	9.740,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.74.00.00	NOVA TRENTO	A	P	8.220,00	0,00	4.110,00	4.110,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.77.00.00	ORLEANS	A	P	10.500,00	0,00	10.500,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.79.00.00	OURO	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.80.00.00	OURO VERDE	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.85.00.00	PALMEIRA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.90.00.00	PASSOS MAIA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.91.00.00	PAULO LOPES	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.94.00.00	PERITIBA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.96.00.00	PETROLÂNDIA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.98.00.00	PINHEIRO PRETO	A	P	2.970,00	0,00	2.970,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.99.00.00	PIRATUBA	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.03.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	A	P	8.910,00	0,00	2.970,00	5.940,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.04.00.00	PONTE SERRADA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.09.00.00	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	A	P	8.910,00	0,00	2.970,00	5.940,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.14.00.00	RANCHO QUEIMADO	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.15.00.00	RIO DAS ANTAS	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.19.00.00	RIO DOS CEDROS	A	P	7.460,00	0,00	3.730,00	3.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.21.00.00	RIO NEGRINHO	A	P	12.780,00	0,00	6.390,00	6.390,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.26.00.00	SALETE	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.28.00.00	SALTO VELOSO	A	P	8.910,00	0,00	2.970,00	5.940,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.30.00.00	SANTA CECILIA	A	P	8.220,00	0,00	4.110,00	4.110,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.34.00.00	SANTA TEREZINHA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.40.00.00	SÃO BONIFÁCIO	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.43.00.00	SÃO DOMINGOS	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.53.00.00	SÃO LOURENÇO DO OESTE	A	P	5.630,00	0,00	5.630,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.58.00.00	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	A	P	5.940,00	0,00	2.970,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.67.00.00	TANGARÁ	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.72.00.00	TIMBÓ GRANDE	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.76.00.00	TREZE TILIAS	A	P	6.700,00	0,00	3.350,00	3.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.82.00.00	URUBICI	A	P	7.460,00	0,00	3.730,00	3.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.85.00.00	VARGEÃO	A	P	2.970,00	0,00	0,00	2.970,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.86.00.00	VARGEM	A	P	8.910,00	0,00	2.970,00	5.940,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.89.00.00	VIDEIRA	A	P	15.060,00	0,00	7.530,00	7.530,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.92.00.00	XANXERÊ	A	P	13.540,00	0,00	13.540,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.93.00.00	XAVANTINA	A	P	8.910,00	0,00	2.970,00	5.940,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.94.00.00	XAXIM	A	P	11.260,00	0,00	5.630,00	5.630,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.95.00.00	ZORTÉA	A	P	8.910,00	0,00	5.940,00	2.970,00
1.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	Demais créditos e valores a curto prazo	S		2.918.512,76	1.500,00	1.500,00	2.918.512,76
1.1.3.1.0.00.00.00.00.00.00	Adiantamentos concedidos - consolidação	S		6.000,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
1.1.3.1.1.00.00.00.00.00.00	Adiantamentos concedidos - consolidação	S		6.000,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
1.1.3.1.1.99.00.00.00.00.00	Adiantamentos diversos concedidos	A	P	6.000,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
1.1.3.5.0.00.00.00.00.00.00	Depósitos restituíveis e valores vinculados	S		2.851.735,06	0,00	0,00	2.851.735,06
1.1.3.5.1.00.00.00.00.00.00	Depósitos restituíveis e valores vinculados - consolidação	S		2.851.735,06	0,00	0,00	2.851.735,06
1.1.3.5.1.04.00.00.00.00.00	Depósitos especiais	A	F	2.851.735,06	0,00	0,00	2.851.735,06
1.1.3.8.0.00.00.00.00.00.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo	S		60.777,70	0,00	0,00	60.777,70



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 3

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.1.3.8.1.00.00.00.00.00.00.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo - consolidação	S		60.777,70	0,00	0,00	60.777,70
1.1.3.8.1.29.00.00.00.00.00.00	Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais	S	P	60.777,70	0,00	0,00	60.777,70
1.1.3.8.1.29.00.02.00.00.00.00	MIP VARIÁVEL	S	P	25.217,70	0,00	0,00	25.217,70
1.1.3.8.1.29.00.02.01.00.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.02.07.00.00.00	SÃO FRANCISCO DO SUL	A	P	25.217,70	0,00	0,00	25.217,70
1.1.3.8.1.29.00.02.08.00.00.00	ITUPORANGA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.02.09.00.00.00	RIO DO SUL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.02.10.00.00.00	URUBICI	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.06.00.00.00.00	AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS	S	P	4.560,00	0,00	0,00	4.560,00
1.1.3.8.1.29.00.06.10.00.00.00	RIO DO SUL	A	P	4.560,00	0,00	0,00	4.560,00
1.1.3.8.1.29.00.06.11.00.00.00	URUBICI	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.00.00.00.00	AÇÕES CONJUNTAS EM EXECUÇÃO	S	P	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
1.1.3.8.1.29.00.07.01.00.00.00	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	S	P	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
1.1.3.8.1.29.00.07.01.01.00.00	RIO NEGRINHO	A	P	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
1.1.3.8.1.29.00.07.01.02.00.00	SÃO FRANCISCO DO SUL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.00.00.00	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	S	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.01.00.00	IBICARÉ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.02.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.03.00.00	LACERDÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.04.00.00	RIO DOSUL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.05.00.00	URUBICI	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.06.00.00	ABDON BATISTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.07.00.00	ANTÔNIO CARLOS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.08.00.00	ARROIO TRINTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.09.00.00	LEBON RÉGIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.10.00.00	LUZERNA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.11.00.00	MACIEIRA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.12.00.00	MATOS COSTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.13.00.00	PINHEIRO PRETO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.14.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.15.00.00	PONTE SERRADA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.16.00.00	RANCHO QUEIMADO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.17.00.00	RIO DAS ANTAS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.19.00.00	SALTO VELOSO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.20.00.00	SANTA TEREZINHA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.21.00.00	TANGARÁ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.22.00.00	TIMBÓ GRANDE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.23.00.00	VARGEM	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.24.00.00	VIDEIRA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.25.00.00	BRUNÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.27.00.00	CALMON	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.28.00.00	ERVAL VELHO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.29.00.00	FRAIBURGO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.30.00.00	FREI ROGÉRIO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.31.00.00	IBIAM	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.33.00.00	IOMERÉ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.34.00.00	IRINEÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.35.00.00	ITUPORANGA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.00.00.00	AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS	S	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.01.00.00	ITAPOÁ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.02.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.03.00.00	IRINEÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Ativo não circulante	S		946.736,98	14.182,91	0,00	960.919,89
1.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Imobilizado	S		946.736,98	14.182,91	0,00	960.919,89
1.2.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Bens móveis	S		946.736,98	14.182,91	0,00	960.919,89
1.2.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Bens móveis - consolidação	S		946.736,98	14.182,91	0,00	960.919,89
1.2.3.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	S		70.789,69	0,00	0,00	70.789,69
1.2.3.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Aparelhos de medição e orientação	A	P	9.816,00	0,00	0,00	9.816,00
1.2.3.1.1.01.02.00.00.00.00.00	Aparelhos e equipamentos de comunicação	A	P	22.058,08	0,00	0,00	22.058,08
1.2.3.1.1.01.05.00.00.00.00.00	Equipamento de proteção, segurança e socorro	A	P	3.817,50	0,00	0,00	3.817,50
1.2.3.1.1.01.07.00.00.00.00.00	Máquinas e equipamentos energéticos	A	P	4.295,90	0,00	0,00	4.295,90
1.2.3.1.1.01.08.00.00.00.00.00	Máquinas e equipamentos gráficos	A	P	588,00	0,00	0,00	588,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 4

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.2.3.1.1.01.19.00.00.00.00.00	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	A	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
1.2.3.1.1.01.99.00.00.00.00.00	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	A	P	15.144,21	0,00	0,00	15.144,21
1.2.3.1.1.02.00.00.00.00.00.00	Bens de informática	S		396.507,50	11.388,00	0,00	407.895,50
1.2.3.1.1.02.01.00.00.00.00.00	Equipamentos de processamento de dados	A	P	396.507,50	11.388,00	0,00	407.895,50
1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.00.00	Móveis e utensílios	S		135.577,79	2.794,91	0,00	138.372,70
1.2.3.1.1.03.01.00.00.00.00.00	Aparelhos e utensílios domésticos	A	P	4.312,85	0,00	0,00	4.312,85
1.2.3.1.1.03.02.00.00.00.00.00	Máquinas e utensílios de escritório	A	P	595,00	0,00	0,00	595,00
1.2.3.1.1.03.03.00.00.00.00.00	Mobiliário em geral	A	P	130.669,94	2.794,91	0,00	133.464,85
1.2.3.1.1.04.00.00.00.00.00.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação	S		12.932,00	0,00	0,00	12.932,00
1.2.3.1.1.04.05.00.00.00.00.00	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	A	P	12.932,00	0,00	0,00	12.932,00
1.2.3.1.1.05.00.00.00.00.00.00	Veículos	S		306.550,00	0,00	0,00	306.550,00
1.2.3.1.1.05.03.00.00.00.00.00	Veículos de tração mecânica	A	P	306.550,00	0,00	0,00	306.550,00
1.2.3.1.1.99.00.00.00.00.00.00	Demais bens móveis	S		24.380,00	0,00	0,00	24.380,00
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00.00.00	Outros bens móveis	A	P	24.380,00	0,00	0,00	24.380,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 5

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Passivo e patrimônio líquido	S		(12.230.456,47)	2.321.141,51	2.239.871,00	(12.149.185,96)
2.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Passivo circulante	S		(3.954.787,46)	2.321.141,51	2.239.871,00	(3.873.516,95)
2.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	S		(76.258,37)	448.560,41	483.631,97	(111.329,93)
2.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Pessoal a pagar	S		0,00	372.302,04	372.302,04	0,00
2.1.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Pessoal a pagar - consolidação	S		0,00	372.302,04	372.302,04	0,00
2.1.1.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Pessoal a pagar do exercício	S		0,00	372.302,04	372.302,04	0,00
2.1.1.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Salários, remunerações e benefícios do exercício	S	M	0,00	252.666,17	252.666,17	0,00
2.1.1.1.1.01.01.02.00.00.00.00	Salários, remunerações e benefícios do exercício (F)	A	F	0,00	252.666,17	252.666,17	0,00
2.1.1.1.1.01.02.00.00.00.00.00	Décimo terceiro salário	S	M	0,00	100.569,21	100.569,21	0,00
2.1.1.1.1.01.02.02.00.00.00.00	Décimo terceiro salário (F)	A	F	0,00	100.569,21	100.569,21	0,00
2.1.1.1.1.01.03.00.00.00.00.00	Férias	S	M	0,00	19.066,66	19.066,66	0,00
2.1.1.1.1.01.03.02.00.00.00.00	Férias (F)	A	F	0,00	19.066,66	19.066,66	0,00
2.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios previdenciários a pagar	S		0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios previdenciários a pagar - consolidação	S		0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Benefícios previdenciários do exercício	S	M	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.2.1.01.00.02.00.00.00.00	Benefícios previdenciários do exercício (F)	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.4.0.00.00.00.00.00.00.00	Encargos sociais a pagar	S		(76.258,37)	76.258,37	111.329,93	(111.329,93)
2.1.1.4.1.00.00.00.00.00.00.00	Encargos sociais a pagar - consolidação	S		(21.036,79)	21.036,79	30.712,16	(30.712,16)
2.1.1.4.1.05.00.00.00.00.00.00	FGTS	S	M	(21.036,79)	21.036,79	30.712,16	(30.712,16)
2.1.1.4.1.05.00.02.00.00.00.00	FGTS (F)	S	F	(21.036,79)	21.036,79	30.712,16	(30.712,16)
2.1.1.4.1.05.00.02.01.00.00.00	FGTS - do exercício	A	F	(21.036,79)	21.036,79	30.712,16	(30.712,16)
2.1.1.4.3.00.00.00.00.00.00.00	Encargos sociais a pagar - inter OFSS - união	S		(55.221,58)	55.221,58	80.617,77	(80.617,77)
2.1.1.4.3.01.00.00.00.00.00.00	INSS a pagar	S		(55.221,58)	55.221,58	80.617,77	(80.617,77)
2.1.1.4.3.01.01.00.00.00.00.00	INSS - contribuição sobre salários e remunerações	S		(55.221,58)	55.221,58	80.617,77	(80.617,77)
2.1.1.4.3.01.01.02.00.00.00.00	INSS - contribuições sobre salários e remunerações (F)	S	F	(55.221,58)	55.221,58	80.617,77	(80.617,77)
2.1.1.4.3.01.01.02.01.00.00.00	INSS - contribuições sobre salários e remunerações - do exercício	A	F	(55.221,58)	55.221,58	80.617,77	(80.617,77)
2.1.1.4.3.01.01.02.02.00.00.00	INSS - contribuições sobre salários e remunerações - de exercícios anteriores	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	S		(893.134,65)	1.681.285,40	1.612.899,59	(824.748,84)
2.1.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	S		(893.134,65)	1.681.285,40	1.612.899,59	(824.748,84)
2.1.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo - consolidação	S		(893.134,65)	1.681.285,40	1.612.899,59	(824.748,84)
2.1.3.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Fornecedores nacionais	S		(893.134,65)	1.681.285,40	1.612.899,59	(824.748,84)
2.1.3.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Fornecedores não financiados a pagar	S	M	(893.134,65)	1.681.285,40	1.612.899,59	(824.748,84)
2.1.3.1.1.01.01.02.00.00.00.00	Fornecedores Não Financiados a Pagar (F)	S	F	(893.134,65)	1.681.285,40	1.612.899,59	(824.748,84)
2.1.3.1.1.01.01.02.01.00.00.00	Fornecedores Não Financiados a Pagar (F) - do exercício	A	F	(893.134,65)	1.681.285,40	1.612.899,59	(824.748,84)
2.1.3.1.1.01.01.02.02.00.00.00	Fornecedores Não Financiados a Pagar (F) - de exercícios anteriores	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3.1.5.00.00.00.00.00.00.00	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo - inter OFSS - município	S		0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3.1.5.01.00.00.00.00.00.00	Fornecedores nacionais	S		0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3.1.5.01.01.00.00.00.00.00	Fornecedores não financiados a pagar	S	M	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3.1.5.01.01.02.00.00.00.00	Fornecedores não Financiados a Pagar (F)	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.4.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo	S		(1.342,20)	1.632,35	911,61	(621,46)
2.1.4.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo com a união	S		0,00	23,81	23,81	0,00
2.1.4.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo com a união - consolidação	S		0,00	23,81	23,81	0,00
2.1.4.1.1.11.00.00.00.00.00.00	PIS/PASEP a recolher	S	M	0,00	23,81	23,81	0,00
2.1.4.1.1.11.00.02.00.00.00.00	PIS/PAEP a Recolher (F)	A	F	0,00	23,81	23,81	0,00
2.1.4.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo com os estados	S		(1.342,20)	1.608,54	887,80	(621,46)
2.1.4.2.4.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo com os estados - inter OFSS - estado	S		(1.342,20)	1.608,54	887,80	(621,46)
2.1.4.2.4.99.00.00.00.00.00.00	Outros tributos e contribuições estaduais a recolher	S	M	(1.342,20)	1.608,54	887,80	(621,46)
2.1.4.2.4.99.00.02.00.00.00.00	Outros tributos e contribuições estaduais a recolher (F)	A	F	(1.342,20)	1.608,54	887,80	(621,46)
2.1.8.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Demais obrigações a curto prazo	S		(2.984.052,24)	189.663,35	142.427,83	(2.936.816,72)
2.1.8.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Valores restituíveis	S		(2.984.052,24)	182.977,34	135.741,82	(2.936.816,72)
2.1.8.8.1.00.00.00.00.00.00.00	Valores restituíveis - consolidação	S		(2.984.052,24)	182.977,34	135.741,82	(2.936.816,72)
2.1.8.8.1.01.00.00.00.00.00.00	Consignações	S		(141.826,95)	182.977,34	135.741,82	(94.591,43)
2.1.8.8.1.01.02.00.00.00.00.00	INSS	S	F	(95.752,43)	95.752,43	81.155,31	(81.155,31)
2.1.8.8.1.01.02.01.00.00.00.00	INSS sobre Folha de Pagamento	A	F	(24.890,97)	24.890,97	25.168,20	(25.168,20)
2.1.8.8.1.01.02.02.00.00.00.00	INSS Conduvale	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.03.00.00.00.00	INSS QUARK	A	F	(66.774,57)	66.774,57	49.431,42	(49.431,42)
2.1.8.8.1.01.02.05.00.00.00.00	INSS ORBENK	A	F	(2.053,08)	2.053,08	2.053,08	(2.053,08)
2.1.8.8.1.01.02.06.00.00.00.00	INSS OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	A	F	(1.154,86)	1.154,86	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.07.00.00.00.00	INSS T.E.S. TECNOLOGIA DE SOLOS LTDA	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.08.00.00.00.00	INSS VIGA-PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 6

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.02.09.00.00.00.00	INSS RAI SERVIÇOS EIRELI	A	F	(660,00)	660,00	660,00	(660,00)
2.1.8.8.1.01.02.10.00.00.00.00	INSS CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.11.00.00.00.00	INSS TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	A	F	(51,42)	51,42	3.180,60	(3.180,60)
2.1.8.8.1.01.02.12.00.00.00.00	INSS QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES	A	F	(167,53)	167,53	662,01	(662,01)
2.1.8.8.1.01.02.13.00.00.00.00	LTDA INSS CEGE ENGENHARIA LTDA - ME	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.14.00.00.00.00	INSS MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.15.00.00.00.00	LTDA INSS PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.16.00.00.00.00	INSS SINALIZADORA RODOVIÁRIA LTDA	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00.00.00	Imposto sobre a renda retido na fonte - irrf	S	F	(29.128,72)	60.806,20	32.750,05	(1.072,57)
2.1.8.8.1.01.04.01.00.00.00.00	IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	A	F	(28.850,63)	59.346,30	31.568,24	(1.072,57)
2.1.8.8.1.01.04.02.00.00.00.00	IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS	S	F	(278,09)	516,38	238,29	0,00
2.1.8.8.1.01.04.02.01.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS IPM INFORMÁTICA LTDA	A	F	(11,84)	23,68	11,84	0,00
2.1.8.8.1.01.04.02.02.00.00.00	ELÉTRICA LTDA ME IRRF SERV TERCEIROS ELENGE ENGENHARIA	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.04.02.05.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS ORBENK ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	A	F	(186,65)	373,30	186,65	0,00
2.1.8.8.1.01.04.02.07.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZEM DATACENTER LTDA	A	F	(79,60)	119,40	39,80	0,00
2.1.8.8.1.01.04.03.00.00.00.00	ENGENHARIA LTDA IRRF SERV TERCEIROS IGUATEMI CONSULTORIA E SERV	A	F	0,00	943,52	943,52	0,00
2.1.8.8.1.01.04.04.00.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00.00.00	ISS	S	F	(14.131,50)	17.046,69	14.696,74	(11.781,55)
2.1.8.8.1.01.08.01.00.00.00.00	ISS a Recolher Iomere	A	F	(51,51)	51,51	102,91	(102,91)
2.1.8.8.1.01.08.02.00.00.00.00	ISS a Recolher Rio das Antas	A	F	(59,10)	59,10	52,17	(52,17)
2.1.8.8.1.01.08.03.00.00.00.00	ISS a Recolher Lebon Regis	A	F	(98,94)	98,94	62,46	(62,46)
2.1.8.8.1.01.08.04.00.00.00.00	ISS a Recolher Fraiburgo	A	F	(498,32)	498,32	528,75	(528,75)
2.1.8.8.1.01.08.05.00.00.00.00	ISS a Recolher Arroio Tinta	A	F	(24,65)	24,65	6,24	(6,24)
2.1.8.8.1.01.08.06.00.00.00.00	ISS a Recolher Videira	A	F	(728,94)	728,94	377,78	(377,78)
2.1.8.8.1.01.08.07.00.00.00.00	ISS a Recolher Cacador	A	F	(257,56)	257,56	244,86	(244,86)
2.1.8.8.1.01.08.08.00.00.00.00	ISS a Recolher Salto Veloso	A	F	(26,26)	26,26	21,77	(21,77)
2.1.8.8.1.01.08.09.00.00.00.00	ISS a Recolher Matos Costa	A	F	(39,78)	39,78	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.10.00.00.00.00	ISS a Recolher Calmon	A	F	0,00	0,00	37,01	(37,01)
2.1.8.8.1.01.08.11.00.00.00.00	ISS a Recolher Ibiam	A	F	(54,26)	54,26	12,62	(12,62)
2.1.8.8.1.01.08.12.00.00.00.00	ISS a Recolher Macieira	A	F	(73,95)	73,95	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.13.00.00.00.00	ISS a Recolher Pinheiro Preto	A	F	(77,24)	77,24	30,64	(30,64)
2.1.8.8.1.01.08.14.00.00.00.00	ISS a Recolher Tangara	A	F	(167,46)	348,01	850,95	(670,40)
2.1.8.8.1.01.08.15.00.00.00.00	ISS a Recolher Timbo Grande	A	F	(5,98)	5,98	75,87	(75,87)
2.1.8.8.1.01.08.17.00.00.00.00	ISS A Recolher Brunópolis	A	F	(54,94)	54,94	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.18.00.00.00.00	ISS a Recolher Vargem	A	F	(32,43)	32,43	58,68	(58,68)
2.1.8.8.1.01.08.19.00.00.00.00	ISS a Recolher Abdon Batista	A	F	(39,75)	39,75	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.20.00.00.00.00	ISS a Recolher Ponte Serrada	A	F	(46,24)	46,24	1.587,52	(1.587,52)
2.1.8.8.1.01.08.21.00.00.00.00	ISS a Recolher São Francisco do Sul	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.22.00.00.00.00	ISS a Recolher Ibicaré	A	F	(289,82)	289,82	343,65	(343,65)
2.1.8.8.1.01.08.23.00.00.00.00	ISS a Recolher Erval Velho	A	F	(130,85)	130,85	27,83	(27,83)
2.1.8.8.1.01.08.24.00.00.00.00	ISS a recolher Lacerdópolis	A	F	(264,78)	304,47	39,69	0,00
2.1.8.8.1.01.08.25.00.00.00.00	ISS a recolher Santa Cecilia	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.26.00.00.00.00	ISS a Recolher Rio do Sul	A	F	(1.573,21)	1.573,21	1.909,22	(1.909,22)
2.1.8.8.1.01.08.27.00.00.00.00	ISS a Recolher Irineópolis	A	F	(82,59)	82,59	233,64	(233,64)
2.1.8.8.1.01.08.28.00.00.00.00	ISS a Recolher Santa Terezinha	A	F	(143,44)	143,44	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.29.00.00.00.00	ISS a Recolher Luzerna	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.30.00.00.00.00	ISS a Recolher Ituporanga	A	F	(205,93)	205,93	41,10	(41,10)
2.1.8.8.1.01.08.31.00.00.00.00	ISS a Recolher Florianópolis	A	F	(136,72)	2.023,77	2.023,77	(136,72)
2.1.8.8.1.01.08.32.00.00.00.00	ISS a Recolher Rancho Queimado	A	F	(123,59)	123,59	18,54	(18,54)
2.1.8.8.1.01.08.34.00.00.00.00	ISS a Recolher Ponte Alta do Norte	A	F	0,00	0,00	172,28	(172,28)
2.1.8.8.1.01.08.36.00.00.00.00	ISS a Recolher Antônio Carlos	A	F	(155,89)	155,89	151,59	(151,59)
2.1.8.8.1.01.08.37.00.00.00.00	ISS A RECOLHER ZORTÉA	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.38.00.00.00.00	ISS a recolher Joaçaba	A	F	(400,00)	400,00	400,00	(400,00)
2.1.8.8.1.01.08.39.00.00.00.00	ISS a Recolher Novo Horizonte	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.40.00.00.00.00	ISS a Recolher São Lourenço do Oeste	A	F	(4.238,77)	4.238,77	3.138,24	(3.138,24)
2.1.8.8.1.01.08.41.00.00.00.00	ISS a Recolher Quilombo	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.42.00.00.00.00	ISS a Recolher Água Doce	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.43.00.00.00.00	ISS a Recolher Campos Novos	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.44.00.00.00.00	ISS a Recolher Itapoá	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.45.00.00.00.00	ISS a Recolher Garuva	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 7

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.08.46.00.00.00.00	ISS a Recolher Irati	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.47.00.00.00.00	ISS a Recolher Treze Tilias	A	F	(251,18)	251,18	62,55	(62,55)
2.1.8.8.1.01.08.48.00.00.00.00	ISS a Recolher Catanduvas	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.49.00.00.00.00	ISS a Recolher Capinzal	A	F	0,00	807,90	807,90	0,00
2.1.8.8.1.01.08.50.00.00.00.00	ISS a Recolher Agrolândia	A	F	(239,69)	239,69	109,29	(109,29)
2.1.8.8.1.01.08.51.00.00.00.00	ISS a Recolher Celso Ramos	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.52.00.00.00.00	ISS a Recolher Jupiá	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.53.00.00.00.00	ISS a Recolher Galvão	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.54.00.00.00.00	ISS a Recolher Coronel Martins	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.55.00.00.00.00	ISS a Recolher Monte Carlo	A	F	0,00	0,00	37,13	(37,13)
2.1.8.8.1.01.08.56.00.00.00.00	ISS a Recolher Orleans	A	F	(3.348,29)	3.348,29	737,60	(737,60)
2.1.8.8.1.01.08.57.00.00.00.00	ISS a Recolher São Bernardino	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.58.00.00.00.00	ISS a Recolher Xavantina	A	F	0,00	0,00	15,09	(15,09)
2.1.8.8.1.01.08.59.00.00.00.00	ISS a Recolher Ouro	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.60.00.00.00.00	ISS a Recolher São Miguel do Oeste	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.61.00.00.00.00	ISS a Recolher Lontres	A	F	(163,45)	163,45	194,21	(194,21)
2.1.8.8.1.01.08.62.00.00.00.00	ISS a Recolher Dona Emma	A	F	(45,99)	45,99	183,19	(183,19)
2.1.8.8.1.01.08.63.00.00.00.00	ISS a Recolher Nova Trento	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.64.00.00.00.00	ISS a Recolher Major Gercino	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.65.00.00.00.00	ISS a Recolher Águas Mornas	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.66.00.00.00.00	ISS a Recolher Curitiba	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	Pensão alimentícia	A	F	0,00	3.135,00	3.135,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	Outros consignatários	S	F	(2.814,30)	6.237,02	4.004,72	(582,00)
2.1.8.8.1.01.99.01.00.00.00.00	REDECIMCATARINA	A	F	0,00	4.004,72	4.004,72	0,00
2.1.8.8.1.01.99.02.00.00.00.00	Taxa de Administração Negativa - Vale Alimentação	A	F	(2.232,30)	2.232,30	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.03.00.00.00.00	Restituição Crédito Auxílio Alimentação	A	F	(582,00)	0,00	0,00	(582,00)
2.1.8.8.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros valores restituíveis	S	F	(2.842.225,29)	0,00	0,00	(2.842.225,29)
2.1.8.8.1.99.99.00.00.00.00.00	Outros valores restituíveis	S	F	(2.842.225,29)	0,00	0,00	(2.842.225,29)
2.1.8.8.1.99.99.01.00.00.00.00	DCC para importação de produtos	A	F	(2.842.225,29)	0,00	0,00	(2.842.225,29)
2.1.8.9.0.00.00.00.00.00.00.00	Outras obrigações a curto prazo	S		0,00	6.686,01	6.686,01	0,00
2.1.8.9.1.00.00.00.00.00.00.00	Outras obrigações a curto prazo - consolidação	S		0,00	6.686,01	6.686,01	0,00
2.1.8.9.1.02.00.00.00.00.00.00	Diárias a pagar	A	F	0,00	5.140,00	5.140,00	0,00
2.1.8.9.1.03.00.00.00.00.00.00	Suprimentos de fundos a pagar	A	F	0,00	1.546,01	1.546,01	0,00
2.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Patrimônio líquido	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Resultados acumulados	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits acumulados	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits acumulados - consolidação	S		(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)
2.3.7.1.1.02.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits de exercícios anteriores	A	P	(8.275.669,01)	0,00	0,00	(8.275.669,01)



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Variação patrimonial diminutiva	S		29.112.033,63	2.089.854,25	0,00	31.201.887,88
3.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Pessoal e encargos	S		3.422.492,39	532.810,64	0,00	3.955.303,03
3.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal	S		2.492.403,94	396.607,09	0,00	2.889.011,03
3.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RPPS - consolidação	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RPPS	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.21.00.00.00.00.00	Férias vencidas e proporcionais	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.22.00.00.00.00.00	13. salário	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.1.1.01.24.00.00.00.00.00	Férias - abono constitucional	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS	S		2.492.403,94	396.607,09	0,00	2.889.011,03
3.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS - consolidação	S		2.492.403,94	396.607,09	0,00	2.889.011,03
3.1.1.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RGPS	S		2.065.904,43	340.085,87	0,00	2.405.990,30
3.1.1.2.1.01.01.00.00.00.00.00	Vencimentos e salários	A		1.888.771,12	220.450,00	0,00	2.109.221,12
3.1.1.2.1.01.21.00.00.00.00.00	Férias vencidas e proporcionais	A		73.850,00	14.300,00	0,00	88.150,00
3.1.1.2.1.01.22.00.00.00.00.00	13. salário	A		7.200,00	100.569,21	0,00	107.769,21
3.1.1.2.1.01.24.00.00.00.00.00	Férias - abono constitucional	A		42.483,31	4.766,66	0,00	47.249,97
3.1.1.2.1.01.35.00.00.00.00.00	Férias - pagamento antecipado	A		53.600,00	0,00	0,00	53.600,00
3.1.1.2.1.04.00.00.00.00.00.00	Contratação por tempo determinado	S		426.499,51	56.521,22	0,00	483.020,73
3.1.1.2.1.04.12.00.00.00.00.00	Férias vencidas/proporcionais cont.temporário	A		3.383,33	0,00	0,00	3.383,33
3.1.1.2.1.04.13.00.00.00.00.00	13º salário contrato temporário	A		7.314,07	11.082,84	0,00	18.396,91
3.1.1.2.1.04.14.00.00.00.00.00	Férias - abono constitucional	A		10.674,41	1.933,33	0,00	12.607,74
3.1.1.2.1.04.15.00.00.00.00.00	Férias - pagamento antecipado	A		28.639,92	5.800,00	0,00	34.439,92
3.1.1.2.1.04.25.00.00.00.00.00	Obrigações patronais	A		91.524,26	12.705,05	0,00	104.229,31
3.1.1.2.1.04.99.00.00.00.00.00	Outras contratações por tempo determinado	A		284.963,52	25.000,00	0,00	309.963,52
3.1.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Encargos patronais	S		580.483,63	98.624,88	0,00	679.108,51
3.1.2.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Encargos patronais - RGPS	S		580.483,63	98.624,88	0,00	679.108,51
3.1.2.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Encargos patronais - RGPS - consolidação	S		580.483,63	98.624,88	0,00	679.108,51
3.1.2.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Contribuições previdenciárias - INSS	A		413.514,26	71.418,02	0,00	484.932,28
3.1.2.2.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros encargos patronais - RGPS	A		166.969,37	27.206,86	0,00	194.176,23
3.1.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal	S		349.604,82	37.578,67	0,00	387.183,49
3.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal - RGPS	S		349.604,82	37.578,67	0,00	387.183,49
3.1.3.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal - RGPS - consolidação	A		349.604,82	37.578,67	0,00	387.183,49
3.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios previdenciários e assistenciais	S		109.501,46	9.208,66	0,00	118.710,12
3.2.4.0.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios eventuais	S		81.821,35	9.208,66	0,00	91.030,01
3.2.4.9.0.00.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios eventuais	S		81.821,35	9.208,66	0,00	91.030,01
3.2.4.9.1.00.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios eventuais - consolidação	A		81.821,35	9.208,66	0,00	91.030,01
3.2.9.0.00.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios previdenciários e assistenciais	S		27.680,11	0,00	0,00	27.680,11
3.2.9.1.00.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios previdenciários - RPPS	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.9.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios previdenciários - RPPS - consolidação	S		0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.9.1.1.10.00.00.00.00.00.00	Auxílio-doença	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.9.1.1.11.00.00.00.00.00.00	Salário maternidade	A		0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.9.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios previdenciários - RGPS	S		27.680,11	0,00	0,00	27.680,11
3.2.9.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Outros benefícios previdenciários - RGPS - consolidação	S		27.680,11	0,00	0,00	27.680,11
3.2.9.2.1.00.00.01.00.00.00.00	Auxílio-doença	A		2.900,00	0,00	0,00	2.900,00
3.2.9.2.1.00.00.02.00.00.00.00	Salário maternidade	A		24.780,11	0,00	0,00	24.780,11
3.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	S		25.559.244,20	1.546.880,82	0,00	27.106.125,02
3.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Uso de material de consumo	S		11.166.382,23	509.890,59	0,00	11.676.272,82
3.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Consumo de material	S		11.166.382,23	509.890,59	0,00	11.676.272,82
3.3.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Consumo de material - consolidação	S		11.166.382,23	509.890,59	0,00	11.676.272,82
3.3.1.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Combustíveis e lubrificantes automotivos	A		26.023,84	4.119,09	0,00	30.142,93
3.3.1.1.1.16.00.00.00.00.00.00	Material de expediente	A		11.152,83	938,55	0,00	12.091,38
3.3.1.1.1.17.00.00.00.00.00.00	Material de processamento de dados	A		846,80	579,94	0,00	1.426,74
3.3.1.1.1.22.00.00.00.00.00.00	Material de limpeza e produtos de higienização	A		4.376,20	339,36	0,00	4.715,56
3.3.1.1.1.26.00.00.00.00.00.00	Material elétrico e eletrônico	A		9.785.192,80	495.341,85	0,00	10.280.534,65
3.3.1.1.1.28.00.00.00.00.00.00	Material de proteção e segurança	A		449.381,00	830,00	0,00	450.211,00
3.3.1.1.1.39.00.00.00.00.00.00	Material para manutenção de veículos	A		4.974,16	0,00	0,00	4.974,16
3.3.1.1.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros materiais de consumo	A		884.434,60	7.741,80	0,00	892.176,40
3.3.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Serviços	S		14.392.861,97	1.036.990,23	0,00	15.429.852,20
3.3.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Diárias	S		46.650,00	5.140,00	0,00	51.790,00
3.3.2.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Diárias - consolidação	S		46.650,00	5.140,00	0,00	51.790,00
3.3.2.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Diárias pessoal civil	S		46.650,00	5.140,00	0,00	51.790,00
3.3.2.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Diárias - pessoal civil - no país	A		46.650,00	5.140,00	0,00	51.790,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 9

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
3.3.2.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PF	S		33.934,67	3.786,02	0,00	37.720,69
3.3.2.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PF - consolidação	S		33.934,67	3.786,02	0,00	37.720,69
3.3.2.2.1.21.00.00.00.00.00.00	Locações	S		33.934,67	3.786,02	0,00	37.720,69
3.3.2.2.1.21.01.00.00.00.00.00	Locação de imóveis	A		33.934,67	3.786,02	0,00	37.720,69
3.3.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PJ	S		14.312.277,30	1.028.064,21	0,00	15.340.341,51
3.3.2.3.1.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PJ - consolidação	S		14.312.277,30	1.028.064,21	0,00	15.340.341,51
3.3.2.3.1.04.00.00.00.00.00.00	Comunicação	A		100.153,83	22.368,00	0,00	122.521,83
3.3.2.3.1.05.00.00.00.00.00.00	Publicidade	A		2.800,00	0,00	0,00	2.800,00
3.3.2.3.1.06.00.00.00.00.00.00	Manutenção e conservação	A		9.991.069,36	392.260,44	0,00	10.383.329,80
3.3.2.3.1.07.00.00.00.00.00.00	Serviços de apoio	A		12.513,18	2.995,97	0,00	15.509,15
3.3.2.3.1.08.00.00.00.00.00.00	Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros.	A		12.917,81	1.265,65	0,00	14.183,46
3.3.2.3.1.10.00.00.00.00.00.00	Locações	A		34.811,40	4.291,14	0,00	39.102,54
3.3.2.3.1.11.00.00.00.00.00.00	Serviços relacionados a tecnologia da informação	A		332.193,24	43.556,03	0,00	375.749,27
3.3.2.3.1.29.00.00.00.00.00.00	Seguros em geral	A		12.312,50	0,00	0,00	12.312,50
3.3.2.3.1.32.00.00.00.00.00.00	Serviços bancários	A		13.379,70	2.007,31	0,00	15.387,01
3.3.2.3.1.46.00.00.00.00.00.00	Serviços gráficos e editoriais	A		4.278,00	860,00	0,00	5.138,00
3.3.2.3.1.51.00.00.00.00.00.00	Serviços técnicos profissionais	A		624.939,43	69.321,14	0,00	694.260,57
3.3.2.3.1.54.00.00.00.00.00.00	Locação de mão-de-obra	A		182.022,51	18.664,33	0,00	200.686,84
3.3.2.3.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros serviços terceiros - PJ	A		2.988.886,34	470.474,20	0,00	3.459.360,54
3.7.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Tributárias	S		20.795,58	954,13	0,00	21.749,71
3.7.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	S		15.881,20	930,32	0,00	16.811,52
3.7.1.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Impostos	S		4.365,15	42,52	0,00	4.407,67
3.7.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Impostos - consolidação	S		4.365,15	42,52	0,00	4.407,67
3.7.1.1.1.05.00.00.00.00.00.00	IPTU	A		4.365,15	42,52	0,00	4.407,67
3.7.1.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Taxas	S		11.516,05	887,80	0,00	12.403,85
3.7.1.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Taxas - consolidação	S		11.516,05	887,80	0,00	12.403,85
3.7.1.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Taxas pelo exercício do poder de polícia	A		11.516,05	887,80	0,00	12.403,85
3.7.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Contribuições	S		4.914,38	23,81	0,00	4.938,19
3.7.2.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Contribuições sociais	S		4.914,38	23,81	0,00	4.938,19
3.7.2.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Contribuições sociais - consolidação	S		4.914,38	23,81	0,00	4.938,19
3.7.2.1.1.02.00.00.00.00.00.00	PIS/PASEP	A		4.914,38	23,81	0,00	4.938,19

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Página 13

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Período: Novembro a Novembro

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
7.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Controles devedores	S		34.081.374,57	8.583.245,32	0,00	42.664.619,89
7.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Administração financeira	S		34.081.374,57	8.583.245,32	0,00	42.664.619,89
7.2.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Disponibilidades por destinação	S		34.081.374,57	8.583.245,32	0,00	42.664.619,89
7.2.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Controle da disponibilidade de recursos	A	O	34.081.374,57	8.583.245,32	0,00	42.664.619,89

Publicação Nº 2753797

10/12/2020 16:58:11 -03:00

BALANÇO FINANCEIRO - TC 05

Publicação Nº 2753799

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Novembro / 2020

Pag 1 / 2

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		32.800.993,89	16.412.064,40
Ordinária		20.725.883,52	8.281.251,37
Vinculada		12.075.110,37	8.130.813,03
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		29.385.184,11	7.637.163,41
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		24.016.391,05	6.735.017,03
Inscrição de Restos a Pagar Processados		936.700,23	152.268,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.432.092,83	749.877,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		7.021.400,71	251.900,10
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.021.400,71	251.900,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		69.207.578,71	24.301.127,91

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		52.396.190,33	16.607.283,96
Ordinária		24.317.240,03	8.027.109,36
Vinculada		28.078.950,30	8.580.174,60
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		4.739.608,90	672.443,24
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.993.495,08	21.134,57
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		152.268,48	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.593.845,34	651.308,67
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		12.071.779,48	7.021.400,71

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR1491103-139IEZYSTCZPBNVR-5 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 16:59:04 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Novembro / 2020

Pág 2 / 2



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.220.044,42	7.021.400,71
Depósitos Restituintes e Valores Vinculados		2.851.735,06	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		69.207.578,71	24.301.127,91

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA. Data Emissão 10/12/2020, Hora emissão 16:59:23

Notas:

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-138-IEZYSTCZPBVNR-5 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 16:59:04 - 03:00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA - TC 08

Publicação Nº 2753803

Pag 1 / 3

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2020 Dotação: Período: Novembro
Valor: Empenhado



Conta	Créditos			Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado	Total	Valor/Mês	Acumulado
Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
33000000000000000000 - Despesas correntes	48.970.000,00	10.965.884,32	0,00	59.935.884,32	525.273,64	52.206.136,00
33100000000000000000 - Pessoal e encargos sociais	4.004.000,00	575.700,90	0,00	4.579.700,90	218.372,89	3.910.476,54
33190000000000000000 - Aplicações diretas	4.004.000,00	575.700,90	0,00	4.579.700,90	218.372,89	3.910.476,54
33190040000000000000 - Contratação por tempo determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	37.608,55	500.034,70
33190040400000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	3.792,38	109.454,39
33190049900000000000 - Outros serviços temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	33.816,17	390.580,31
33190050000000000000 - Outros benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.680,11
33190055100000000000 - Auxílio doença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00
33190055500000000000 - Salário Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.780,11
33190100000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	141.149,27	2.639.608,06
33190110100000000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	21.513,40	2.329.627,77
33190114300000000000 - 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	100.569,21	108.735,88
33190114500000000000 - Férias - abono constitucional	0,00	0,00	0,00	0,00	4.766,66	50.311,08
33190114600000000000 - Férias - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	14.300,00	150.933,33
33190130000000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	39.615,07	743.153,67
33190130100000000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	11.245,54	211.839,73
33190130200000000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	28.369,53	531.313,94
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	44.966.000,00	10.390.183,42	0,00	55.356.183,42	306.900,75	48.295.659,46
33390000000000000000 - Aplicações diretas	44.966.000,00	10.390.183,42	0,00	55.356.183,42	306.900,75	48.295.659,46
33390140000000000000 - Diárias - civil	0,00	0,00	0,00	0,00	5.140,00	51.790,00
33390141400000000000 - Diárias no país - civil	0,00	0,00	0,00	0,00	5.140,00	51.790,00
33390180000000000000 - Auxílio financeiro a estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00	2.188,65	99.645,16
33390189900000000000 - Outros auxílios financeiros a estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	2.188,65	99.645,16
33390300000000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	(50.781,78)	16.197.922,89
33390300100000000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.118,34
33390301600000000000 - Material de expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	1.005,59	11.113,93
33390301700000000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	579,94	1.426,74
33390302200000000000 - Material limpeza e produtos de higienização	0,00	0,00	0,00	0,00	351,60	5.095,56
33390302600000000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	(68.896,55)	10.520.401,89
33390302800000000000 - Material de proteção e segurança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.162.188,36
33390303900000000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.974,16
33390309600000000000 - Materiais de consumo - pago antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.751,77
33390309900000000000 - Outros materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	16.177,64	2.417.852,14
33390360000000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.506,71
33390361500000000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.506,71
33390370000000000000 - Locação de mão-de-obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219.858,95
33390370100000000000 - Apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.910,38
33390370200000000000 - Limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.948,57
33390390000000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	310.964,64	30.627.881,96
33390390500000000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	28.904,18	550.327,20

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR1221101-138-DIBQKQARNIZCFC-6 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 17:00:52 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2020 Dotação: Período: Novembro
Valor: Empenhado



Conta	Créditos			Total	Despesas	
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Saldo
Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
33390391000000000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.202,54
33390391200000000000 - Locação de máquinas e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
33390391500000000000 - Limpeza de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
33390391600000000000 - Manutenção e conservação bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00
33390391900000000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.044,27
33390392100000000000 - Manutenção e conservação de estradas e vias	0,00	0,00	0,00	0,00	269.753,11	26.374.037,78
33390394300000000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.107,73
33390394700000000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	1.397,57	17.910,75
33390394800000000000 - Serviços de seleção e treinamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.380,00
33390396300000000000 - Serviços gráficos e editoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	860,00	5.138,00
33390396400000000000 - Telefonia fixa e móvel (que não integram pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.089,97
33390396900000000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.312,50
33390398100000000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	606,60	21.022,11
33390399600000000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	1.453,99	16.175,85
33390399900000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoas jurídicas	0,00	0,00	0,00	0,00	7.989,19	3.418.783,26
33390400000000000000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,53	644.571,15
33390400100000000000 - Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00
33390400400000000000 - Comunicação de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.423,60
33390400500000000000 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,53	145.174,58
33390400800000000000 - Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444.559,77
33390401200000000000 - Serviços relacionados a computação em nuvem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.613,20
33390460000000000000 - Auxílio-alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	37.578,67	387.183,49
33390460100000000000 - Auxílio-alimentação em pecúnia	0,00	0,00	0,00	0,00	37.578,67	387.183,49
33390470000000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	85,04	25.299,15
33390470200000000000 - Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	85,04	4.450,19
33390471000000000000 - Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.354,91
33390471200000000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.494,05
34000000000000000000 - Despesas de capital	1.030.000,00	111.850,01	0,00	1.141.850,01	9.049,75	190.054,33
34400000000000000000 - Investimentos	1.030.000,00	111.850,01	0,00	1.141.850,01	9.049,75	190.054,33
34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	9.049,75	190.054,33
34490520000000000000 - Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.509,20)	0,00
34490520600000000000 - Aparelhos e equipamentos de comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	734,35
34490521200000000000 - Aparelhos e utensílios domésticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.700,00
34490523000000000000 - Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.674,00
34490523400000000000 - Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	9.674,00	9.674,00
34490523500000000000 - Equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	(474,00)	151.172,95
34490524200000000000 - Mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	3.358,95	20.425,63

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR122101-138-DK8OKDARMZCFC-6 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 17:00:52 -03:00

Pag 3 / 3

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Prestação de Contas
 AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
 LOA: 2020 Dotação: Período: Novembro
 Valor: Empenhado



Conta	Créditos			Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado	Total	Valor/Mês	Saldo
Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
34490529000000000000 - Outros equipamentos material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Órgão	50.000.000,00	11.077.734,33	0,00	61.077.734,33	534.323,39	8.681.544,00
Total Geral	50.000.000,00	11.077.734,33	0,00	61.077.734,33	534.323,39	8.681.544,00

ELÓI RÖNNAU
 Diretor Executivo
 CPF: 590.962.419-91

LUÍZ FERNANDO RALDI
 Diretor Financeiro
 CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
 Contadora
 CRC/SC 042273/O

IPM Sistemas Ltda
 Atende Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR122101-138-DK8OKDARMZCFC-6 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 17:00:52 - 03:00

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - TC 10

Publicação Nº 2753805

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Orçado Atualizado: Não Período: Janeiro até Novembro de 2020

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Receita Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	100000000000000000	49.380.000,00	32.299.743,87		17.080.256,13
Receita patrimonial	130000000000000000	11.200,00	50.242,70	39.042,70	
Valores mobiliários	132000000000000000	11.200,00	30.881,87	19.681,87	
Juros e correções monetárias	132100000000000000	11.200,00	30.881,87	19.681,87	
Cessão de direitos	136000000000000000	0,00	19.360,83	19.360,83	
Receita de serviços	160000000000000000	0,00	166.980,00	166.980,00	
Serviços administrativos e comerciais gerais	161000000000000000	0,00	166.980,00	166.980,00	
Transferências correntes	170000000000000000	49.366.800,00	32.080.861,92		17.285.938,08
Transferências da união e de suas entidades	171000000000000000	900,00	0,00		900,00
Transferências da união - específica e/m	171800000000000000	900,00	0,00		900,00
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	172000000000000000	34.995.000,00	12.050.966,03		22.944.033,97
Transferências dos estados - específica e/m	172800000000000000	34.995.000,00	12.050.966,03		22.944.033,97
Transferências dos municípios e de suas entidades	173000000000000000	14.370.900,00	20.029.895,89	5.658.995,89	
Transferências dos municípios - específica e/m	173800000000000000	14.370.900,00	20.029.895,89	5.658.995,89	
Outras receitas correntes	190000000000000000	2.000,00	1.659,25		340,75
Multas administrativas, contratuais e judiciais	191000000000000000	2.000,00	0,00		2.000,00
Indenizações, restituições e ressarcimentos	192000000000000000	0,00	1.659,25	1.659,25	
Restituições	192200000000000000	0,00	1.659,25	1.659,25	
Receitas de capital	200000000000000000	620.000,00	501.250,02		118.749,98
Transferências de capital	240000000000000000	620.000,00	501.250,02		118.749,98
Transferências dos municípios e de suas entidades	243000000000000000	620.000,00	501.250,02		118.749,98
Transferências dos municípios e de suas entidades	243800000000000000	620.000,00	501.250,02		118.749,98
Total Geral		50.000.000,00	32.800.993,89		17.199.006,11

Data de Emissão: 10/12/2020

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - TC 03

Publicação Nº 2753809

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/11/2020 até 30/11/2020

Banco : Agência:



1111119000101000000 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5

Saldo da Contabilidade	27.693,57	Saldo de Aplicação	27.693,57
Saldo Conciliado	27.693,57	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis			
Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade	170.153,59	Saldo de Aplicação	178.293,23
Saldo Conciliado	170.153,59	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	(8.139,64)
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
22/09/2020	1	Outros créditos não registrados na contabilidade	
		VALOR NÃO IDENTIFICADO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, MUNICÍPIO VERIFICANDO PROVÁVEL PAGAMENTO EM DUPLICIDADE	8.139,64
Total (II)		Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7

Saldo da Contabilidade	876.569,94	Saldo de Aplicação	876.581,30
Saldo Conciliado	876.569,94	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	(11,36)
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Transferências entre contas bancárias não efetivadas no banco (saldo)			
30/11/2020	1	Transferência entre contas não efetivada no banco, será feito no dia 01/12/2020.	(11,36)
Total (II)			(11,36)
Diferença Geral (I - II + III)			(0,00)

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000108000000 - B. Brasil - TELEFONIA 22864-8

Saldo da Contabilidade	61.450,03	Saldo de Aplicação	61.450,03
Saldo Conciliado	61.450,03	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5

Saldo da Contabilidade	150.135,80	Saldo de Aplicação	150.124,44
Saldo Conciliado	150.135,80	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	11,36
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Transferência entre contas bancárias não efetivadas no banco (entrada)		Transferência entre contas não efetivada no banco, será feito dia 01/12/2020.	
30/11/2020	1		
			11,36
Total (II)	0,00	Total (III)	11,36
Diferença Geral (I - II + III)		(0,00)	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000112000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 27593-X

Saldo da Contabilidade	6.429.880,84	Saldo de Aplicação	6.429.880,84
Saldo Conciliado	6.429.880,84	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
Total (II)		Total (III)	
0,00		0,00	
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000113000000 - B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8

Saldo da Contabilidade	300.944,36	Saldo de Aplicação	300.971,08
Saldo Conciliado	300.944,36	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	(26,72)
Pendências Contábeis			
Data	Documento	Descrição	Valor
Transferências entre contas bancárias não efetivadas no banco (saida)			
30/11/2020	1	Pagamento a maior pelo município de Tangará no título nº 20.	(26,72)
Total (II)		Total (III)	(26,72)
Diferença Geral (I - II + III)			(0,00)

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000114000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 02 conta 28852-7

Saldo da Contabilidade	11.872,71	Saldo de Aplicação	11.872,71
Saldo Conciliado	11.872,71	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/11/2020 até 30/11/2020



Banco : Agência:

1111119000115000000 - B.Brasil - Convênio Projeto Novos Rumos conta 28927-2

Saldo da Contabilidade	1.191.343,58	Saldo de Aplicação	1.191.343,58
Saldo Conciliado	1.191.343,58	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
	Descrição		Descrição
	Valor		Valor
Total (II)	0,00	Total (III)	0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

Florianópolis, 30 de novembro de 2020

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v2013.01

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS - TC 06

Publicação Nº 2753812



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2020 Período: Novembro

Pág 1 / 5

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
40000000000000000000	Receita Orçamentária	8.583.245,32 32.800.993,89
41000000000000000000	Receitas correntes	8.535.611,98 32.299.743,87
41300000000000000000	Receita patrimonial	2.780,90 50.242,70
41320000000000000000	Valores mobiliários	548,60 30.881,87
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	548,60 30.881,87
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	548,60 30.881,87
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	548,60 30.881,87
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários Licitação Compartilhada	104,92 2.461,03
41321001102000000000	Remuneração Dep. Bancários - Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços	109,18 4.207,76
41321001104000000000	Remuneração Dep. Bancários - Transferências de Estados a Consórcios Públicos	331,77 24.144,34
41321001105000000000	Remuneração Dep. Bancários - Recursos. não vinculados-outras	2,73 68,74
41360000000000000000	Cessão de direitos	2.232,30 19.360,83
41360010000000000000	Cessão do direito de operacionalização de pagamentos	2.232,30 19.360,83
41360011000000000000	Cessão do direito de operacionalização de pagamentos	2.232,30 19.360,83
41360011100000000000	Cessão do direito de operacionalização de pagamentos - principal	2.232,30 19.360,83
41360011101000000000	Operacionalização do vale alimentação taxa negativa	2.232,30 19.360,83
41600000000000000000	Receita de serviços	0,00 166.980,00
41610000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00 166.980,00
41610020000000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos	0,00 166.980,00
41610021000000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos	0,00 166.980,00
41610021100000000000	Inscrição em concursos e processos seletivos - principal	0,00 166.980,00
41700000000000000000	Transferências correntes	8.532.564,77 32.080.861,92
41720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	6.425.056,77 12.050.966,03
41728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	6.425.056,77 12.050.966,03
41728040000000000000	Transferências de estados a consórcios públicos	6.425.056,77 12.050.966,03
41728041000000000000	Transferências de estados a consórcios públicos	6.425.056,77 12.050.966,03
41728041100000000000	Transferências de estados a consórcios públicos - principal	6.425.056,77 12.050.966,03
41728041101000000000	Transferências de estados a consórcios públicos	6.425.056,77 12.050.966,03
41728041101010000000	Projeto Recuperar	6.425.056,77 6.425.056,77
41728041101020000000	Projeto Recuperar 02	0,00 1.625.909,26
41728041101030000000	Projeto Novos Rumos	0,00 4.000.000,00
41730000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	2.107.508,00 20.029.895,89
41738000000000000000	Transferências dos municípios - específica e/m	2.107.508,00 20.029.895,89
41738020000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	2.107.508,00 20.029.895,89
41738021000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	2.107.508,00 20.029.895,89
41738021100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos - principal	2.107.508,00 20.029.895,89
41738021101000000000	Ratão pela Participação em Consórcios Públicos - Licitação Compartilhada	314.830,00 3.311.219,33
41738021101100100000	Abdon Batista - LICITAÇÃO COMPARTILHADAS	2.470,00 27.170,00
41738021101100200000	Abelardo Luz - Licitação Compartilhada	4.370,00 48.070,00
41738021101100300000	Agrolândia - Licitação Compartilhada	3.230,00 22.610,00
41738021101100500000	Água Doce - Licitação Compartilhada	2.850,00 31.350,00
41738021101100800000	Águas Mornas - Licitação Compartilhada	2.470,00 27.170,00
41738021101101000000	Alto Bela vista - Licitação Compartilhada	2.470,00 27.170,00
41738021101101300000	Anita Garibaldi - Licitação Compartilhada	2.850,00 36.840,00
41738021101101400000	Anitópolis - Licitação Compartilhada	2.470,00 27.170,00
41738021101101500000	Antônio Carlos - Licitação Compartilhada	2.850,00 31.350,00
41738021101102100000	Arroio Trinta - Licitação Compartilhada	2.470,00 27.170,00
41738021101102300000	Ascurra - Licitação Compartilhada	2.470,00 27.170,00
41738021101104200000	Bom Jesus - Licitação Compartilhada	0,00 29.640,00
41738021101104800000	Braço do Trombudo - Licitação Compartilhada	2.470,00 6.257,33
41738021101104900000	Brunópolis - Licitação Compartilhada	2.470,00 29.640,00
41738021101105100000	Caçador - Licitação Compartilhada	7.790,00 85.690,00
41738021101105300000	Calmon - Licitação Compartilhada	2.470,00 27.170,00
41738021101105800000	Campos Novos - Licitação Compartilhada	5.510,00 60.610,00
41738021101106200000	Capinzal- Licitação Compartilhada	4.750,00 52.250,00
41738021101106400000	Catanduvas - Licitação Compartilhada	6.460,00 38.760,00

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1071101-138-WQWEGQECBGGR-9 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 17:02:18 - 03:00





CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Prestação de Contas
 AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
 LOA: 2020 Período: Novembro

Pág 2 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4173802110110660000	Celso Ramos - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110110700000	Cocal do Sul - Licitação Compartilhada	3.990,00	43.890,00
4173802110110740000	Coronel Martins - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110110800000	Curitibanos - Licitação Compartilhada	5.890,00	64.790,00
4173802110110830000	Dona Emma - Licitação Compartilhada	2.470,00	26.758,34
4173802110110870000	Erval Velho - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110110880000	Faxinal dos Guedes - Licitação Compartilhada	3.230,00	35.530,00
4173802110110930000	Fraiburgo - Licitação Compartilhada	5.510,00	60.610,00
4173802110110940000	Frei Rogério - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111060000	Guatambú - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110111070000	Herval D'Oeste - Licitação Compartilhada	4.370,00	48.070,00
4173802110111080000	Ibiam - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111090000	Ibicaré - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111170000	Iomerê - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111200000	Ipuaçu - Licitação Compartilhada	0,00	34.200,00
4173802110111210000	Ipumirim - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110111230000	Irani - Licitação Compartilhada	3.230,00	35.530,00
4173802110111250000	Irineópolis - Licitação Compartilhada	3.230,00	35.530,00
4173802110111260000	Itá - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110111310000	Itapoá - Licitação Compartilhada	0,00	52.250,00
4173802110111320000	Ituporanga - Licitação Compartilhada	9.500,00	57.000,00
4173802110111330000	Jaborá - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111380000	Joaçaba - Licitação Compartilhada	5.130,00	56.430,00
4173802110111420000	Lacerdópolis - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111430000	Lages - Licitação Compartilhada	11.400,00	123.120,00
4173802110111450000	Lajeado Grande - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111460000	Laurentino - Licitação Compartilhada	2.470,00	5.598,66
4173802110111480000	Lebon Régis - Licitação Compartilhada	3.230,00	38.641,00
4173802110111490000	Leoberto Leal - Licitação Compartilhada	2.470,00	10.209,33
4173802110111500000	Lindoia do Sul - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111510000	Lontras - Licitação Compartilhada	0,00	34.991,66
4173802110111530000	Luzerna - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111540000	Macieira - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111600000	Marema - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111620000	Matos Costa - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111670000	Monte Carlo - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110111680000	Monte Castelo - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110111690000	Morro da Fumaça - Licitação Compartilhada	8.740,00	34.668,66
4173802110111740000	Nova Trento - Licitação Compartilhada	3.610,00	39.710,00
4173802110111770000	Orleans - Licitação Compartilhada	9.500,00	55.733,34
4173802110111790000	Ouro - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111800000	Ouro Verde - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111850000	Palmeira - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111900000	Passos Maia - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111910000	Paulo Lopes - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110111940000	Peritiba - Licitações Compartilhadas	2.470,00	12.926,34
4173802110111960000	Petrolândia - Licitação Compartilhada	2.470,00	10.456,33
4173802110111980000	Pinheiro Preto - Licitação Compartilhada	2.470,00	29.640,00
4173802110111990000	Piratuba - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110112030000	Ponte Alta do Norte - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110112040000	Ponte Serrada - Licitação Compartilhada	0,00	38.760,00
4173802110112090000	Presidente Castello Branco - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110112140000	Rancho Queimado - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110112150000	Rio das Antas - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110112190000	Rio dos Cedros - Licitação Compartilhada	3.230,00	29.716,00
4173802110112210000	Rio Negrinho - Licitação Compartilhada	5.890,00	64.790,00
4173802110112260000	Salete - Licitação Compartilhada	2.850,00	30.210,00
4173802110112280000	Salto Veloso - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.924,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2020 Período: Novembro

Pág 3 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4173802110112300000	Santa Cecilia - Licitação Compartilhada	3.610,00	39.710,00
4173802110112340000	Santa Terezinha - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110112400000	São Bonifácio - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110112430000	São Domingos - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110112530000	São Lourenço do Oeste - Licitação Compartilhada	5.130,00	61.560,00
4173802110112580000	São Pedro de Alcântara - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110112670000	Tangará - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110112720000	Timbó Grande - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110112760000	Treze Tilias - Licitação Compartilhada	2.850,00	31.350,00
4173802110112820000	Urubici - Licitação Compartilhada	3.230,00	35.530,00
4173802110112850000	Vargeão - Licitação Compartilhada	0,00	27.170,00
4173802110112860000	Vargem - Licitação Compartilhada	2.470,00	24.700,00
4173802110112890000	Videira - Licitação Compartilhada	7.030,00	77.330,00
4173802110112920000	Xanxerê - Licitação Compartilhada	12.540,00	75.240,00
4173802110112930000	Xavantina - Licitação Compartilhada	2.470,00	27.170,00
4173802110112940000	Xaxim - Licitação Compartilhada	5.130,00	56.430,00
4173802110112950000	Zortéa - Licitação Compartilhada	4.940,00	34.168,34
4173802115000000000	Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços	1.792.678,00	16.718.676,56
4173802115001000000	Plano Diretor e Mobilidade Urbana	119.886,00	692.377,60
4173802115002000000	Diagnostico Socioambiental	76.152,00	390.861,00
4173802115003000000	Plano de Saneamento Básico	18.240,00	138.809,34
4173802115004000000	Iluminação Pública	1.103.524,33	12.267.765,94
4173802115005000000	Telefonia Móvel	20.203,82	176.055,79
4173802115006000000	Gestão de Energia	42.906,68	309.963,88
4173802115007000000	Gestão de Telefonia	4.735,00	27.845,00
4173802115008000000	Serviços Urbanos	0,00	38.554,00
4173802115009000000	Outras Ações Multifinanciárias de Interesse Comum	407.030,17	2.676.444,01
4190000000000000000	Outras receitas correntes	266,31	1.659,25
4192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	266,31	1.659,25
4192200000000000000	Restituições	266,31	1.659,25
4192299000000000000	Outras restituições	266,31	1.659,25
4192299100000000000	Outras restituições	266,31	1.659,25
4192299110000000000	Outras restituições - principal	266,31	1.659,25
4200000000000000000	Receitas de capital	47.633,34	501.250,02
4240000000000000000	Transferências de capital	47.633,34	501.250,02
4243000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	47.633,34	501.250,02
4243800000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	47.633,34	501.250,02
4243801000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	47.633,34	501.250,02
4243801100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	47.633,34	501.250,02
4243801110000000000	TCP - Ações Multifinanciárias de Interesse Comum	47.633,34	501.250,02
4243801110100000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - Licitação Compartilhada	47.633,34	501.250,02
4243801110100010000	Abdon Batista - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110101023000	Ascurra - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110020000	Abelardo Luz - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110030000	Agrolândia - Licitação Compartilhada	500,00	3.500,00
4243801110110050000	Água doce - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110080000	Águas Mornas - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110100000	Alto Bela vista - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110130000	Anita Garibaldi - Licitação Compartilhada	500,00	6.500,00
4243801110110140000	Anitápolis - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110150000	Antônio Carlos - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110210000	Arroio Trinta - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110420000	Bom Jesus - Licitação Compartilhada	0,00	6.000,00
4243801110110480000	Braço do Trombudo - Licitação Compartilhada	500,00	1.266,67
4243801110110490000	Brunópolis - Licitação Compartilhada	500,00	6.000,00
4243801110110510000	Caçador - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110530000	Calmon - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2020 Período: Novembro

Pág 4 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4243801110110580000	Campos Novos - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110620000	Capinzal- Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110640000	Catanduvas - Licitação Compartilhada	1.000,00	6.000,00
4243801110110660000	Celso Ramos - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110700000	Cocal do Sul - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110740000	Coronel Martins - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110800000	Curitibanos - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110830000	Dona Emma - Licitação Compartilhada	500,00	5.416,67
4243801110110870000	Erval Velho - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110880000	Faxinal dos Guedes - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110930000	Fraiburgo - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110110940000	Frei Rogério - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111060000	Guatambú - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111070000	Herval D'Oeste - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111080000	Ibiam - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111090000	Ibicare - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111170000	Iomerê - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111200000	Ipuacu - Licitação Compartilhada	0,00	6.000,00
4243801110111210000	Ipumirim - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111230000	Irani - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111250000	Irineópolis - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111260000	Itá - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111310000	Itapoá - Licitação Compartilhada	0,00	5.500,00
4243801110111320000	Ituporanga - Licitação Compartilhada	1.000,00	6.000,00
4243801110111330000	Jaborá - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111380000	Joaçaba - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111420000	Lacerdópolis - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111430000	Lages - Licitação Compartilhada	500,00	5.400,00
4243801110111450000	Lajeado Grande - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111460000	Laurentino - Licitação Compartilhada	1.133,34	1.133,34
4243801110111480000	Lebon Régis - Licitação Compartilhada	500,00	6.000,00
4243801110111490000	Leoberto Leal - Licitação Compartilhada	500,00	2.066,67
4243801110111500000	LINDOIA DO SUL - LICITAÇÃO COMPARTILHADAS	500,00	5.500,00
4243801110111510000	Lontras - Licitação Compartilhada	0,00	5.416,67
4243801110111530000	Luzerna - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111540000	Macieira - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111600000	Marema - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111620000	Matos Costa - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111670000	Monte Carlo - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111680000	Monte Castelo - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111690000	Morro da Fumaça - Licitação Compartilhada	1.000,00	3.966,67
4243801110111740000	Nova Trento - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111770000	Orleans - Licitação Compartilhada	1.000,00	5.866,67
4243801110111790000	Ouro - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111800000	Ouro Verde - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111850000	Palmeira - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111900000	Passos Maia - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111910000	Paulo Lopes - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110111940000	Peritiba - Licitações Compartilhadas	500,00	2.616,66
4243801110111960000	Petrolândia - Licitação Compartilhada	500,00	2.116,67
4243801110111980000	Pinheiro Preto - Licitação Compartilhada	500,00	6.000,00
4243801110111990000	Piratuba - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112030000	Ponte Alta do Norte - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112040000	Ponte Serrada - Licitação Compartilhada	0,00	6.000,00
4243801110112090000	Presidente Castello Branco - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112140000	Rancho Queimado - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112150000	Rio das Antas - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112190000	Rio dos Cedros - Licitação Compartilhada	500,00	4.600,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Prestação de Contas
 AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
 LOA: 2020 Período: Novembro

Pág 5 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4243801110112210000	Rio Negrinho - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112260000	Salete - Licitação Compartilhada	500,00	5.300,00
4243801110112280000	Salto Veloso - Licitação Compartilhada	500,00	6.000,00
4243801110112300000	Santa Cecília - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112340000	Santa Terezinha - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112400000	São Bonifácio - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112430000	São Domingos - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112530000	São Lourenço do Oeste - Licitação Compartilhada	500,00	6.000,00
4243801110112580000	São Pedro de Alcântara - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112670000	Tangará - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112720000	Timbó Grande - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112760000	Treze Tilias - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112820000	Urubici - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112850000	Vargeão - Licitação Compartilhada	0,00	5.500,00
4243801110112860000	Vargem - Licitação Compartilhada	500,00	5.000,00
4243801110112890000	Videira - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112920000	Xanxerê - Licitação Compartilhada	1.000,00	6.000,00
4243801110112930000	Xavantina - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112940000	Xaxim - Licitação Compartilhada	500,00	5.500,00
4243801110112950000	Zortéa - Licitação Compartilhada	1.000,00	6.583,33
Total Receita		8.583.245,32	32.800.993,89
Receita Extraorçamentária			
21880000000000000000	Valores restituíveis	0,00	2.863.501,28
21881000000000000000	Valores restituíveis - consolidação	0,00	2.863.501,28
21881990000000000000	Outros valores restituíveis	0,00	2.863.501,28
21881999900000000000	Outros valores restituíveis	0,00	2.863.501,28
21881999901000000000	DCC para importação de produtos	0,00	2.863.501,28
Total Receita Extraorçamentária		0,00	2.863.501,28
Total Geral		8.583.245,32	35.664.495,17

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Publicação Nº 2753813

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 1 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

9317 -1111119000101000000 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5 - 18520-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	25.482,35
10/11/2020		
Receita Orçamentária		2.232,30
	Total dia 10/11/2020	2.232,30
20/11/2020		
Pagamento de Empenho		(23,81)
	Total dia 20/11/2020	(23,81)
30/11/2020		
Receita Orçamentária		2,73
	Total dia 30/11/2020	2,73
	TOTAL	27.693,57


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 2 / 12

 Gestão Patrimonial e Contábil
 Razão Contábil para Conciliação - Resumido
 Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19963 -1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	417.741,71
05/11/2020		
Pagamento de Empenho		(136.577,21)
	Total dia 05/11/2020	(136.577,21)
06/11/2020		
Pagamento de Empenho		(28.336,62)
Receita Orçamentária		59.202,00
	Total dia 06/11/2020	30.865,38
10/11/2020		
Pagamento de Empenho		(5.966,00)
Pagamento de Nota Extra		(13.283,61)
Receita Orçamentária		102.118,38
	Total dia 10/11/2020	82.868,77
11/11/2020		
Pagamento de Nota Extra		(3.606,42)
Receita Orçamentária		166.203,64
	Total dia 11/11/2020	162.597,22
13/11/2020		
Receita Orçamentária		120,60
	Total dia 13/11/2020	120,60
16/11/2020		
Receita Orçamentária		46.635,79
	Total dia 16/11/2020	46.635,79
17/11/2020		
Pagamento de Empenho		(13.958,34)
Receita Orçamentária		64.563,58
	Total dia 17/11/2020	50.605,24
18/11/2020		
Pagamento de Empenho		(85.397,10)
Receita Orçamentária		38.494,19
	Total dia 18/11/2020	(46.902,91)
19/11/2020		
Pagamento de Empenho		(2.845,90)
Receita Orçamentária		295.657,59
	Total dia 19/11/2020	292.811,69
20/11/2020		
Pagamento de Empenho		(35.198,57)
Pagamento de Nota Extra		(70.596,05)
Receita Orçamentária		173.511,73
	Total dia 20/11/2020	67.717,11
23/11/2020		
Receita Orçamentária		22.079,92
	Total dia 23/11/2020	22.079,92
24/11/2020		
Pagamento de Empenho		(6.385,66)
Pagamento de Nota Extra		(5,98)
Receita Orçamentária		29.686,28
	Total dia 24/11/2020	23.294,64
25/11/2020		
Pagamento de Empenho		(301.528,03)
Receita Orçamentária		95.379,85
	Total dia 25/11/2020	(206.148,18)
26/11/2020		
Receita Orçamentária		20.880,56
	Total dia 26/11/2020	20.880,56

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 3 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19963 -1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7		
Data		Valor
27/11/2020		
Pagamento de Empenho		(125.606,10)
Total dia 27/11/2020		(125.606,10)
30/11/2020		
Pagamento de Empenho		(562.320,05)
Pagamento de Nota Extra		(4.729,67)
Receita Orçamentária		34.219,08
Total dia 30/11/2020		(532.830,64)
TOTAL		170.153,59


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 4 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19965 -1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	963.785,09
03/11/2020		
Pagamento de Empenho		(260,00)
	Total dia 03/11/2020	(260,00)
04/11/2020		
Pagamento de Empenho		(193,00)
	Total dia 04/11/2020	(193,00)
05/11/2020		
Pagamento de Empenho		(3.209,99)
Receita Orçamentária		5.250,00
	Total dia 05/11/2020	2.040,01
06/11/2020		
Pagamento de Empenho		(11.543,99)
Receita Orçamentária		36.920,00
	Total dia 06/11/2020	25.376,01
09/11/2020		
Receita Orçamentária		11.570,00
	Total dia 09/11/2020	11.570,00
10/11/2020		
Pagamento de Empenho		(88.003,58)
Pagamento de Nota Extra		(1.736,92)
Receita Orçamentária		46.990,00
	Total dia 10/11/2020	(42.750,50)
11/11/2020		
Pagamento de Nota Extra		(17.181,69)
Receita Orçamentária		132.170,00
	Total dia 11/11/2020	114.988,31
12/11/2020		
Pagamento de Empenho		(9.085,18)
Receita Orçamentária		25.870,00
	Total dia 12/11/2020	16.784,82
13/11/2020		
Pagamento de Empenho		(8.348,04)
Receita Orçamentária		19.720,00
	Total dia 13/11/2020	11.371,96
16/11/2020		
Pagamento de Empenho		(450,45)
Receita Orçamentária		9.290,00
	Total dia 16/11/2020	8.839,55
17/11/2020		
Pagamento de Empenho		(65.661,93)
Receita Orçamentária		8.910,00
	Total dia 17/11/2020	(56.751,93)
18/11/2020		
Receita Orçamentária		10.050,00
	Total dia 18/11/2020	10.050,00
19/11/2020		
Receita Orçamentária		15.750,00
	Total dia 19/11/2020	15.750,00
20/11/2020		
Pagamento de Empenho		(33.179,36)
Pagamento de Nota Extra		(14.705,80)
Receita Orçamentária		6.770,00
	Total dia 20/11/2020	(41.115,16)

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 5 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19965 -1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
23/11/2020		
Receita Orçamentária		5.250,00
	Total dia 23/11/2020	5.250,00
24/11/2020		
Pagamento de Empenho		(9.880,76)
Receita Orçamentária		3.730,00
	Total dia 24/11/2020	(6.150,76)
25/11/2020		
Pagamento de Empenho		(2.058,26)
	Total dia 25/11/2020	(2.058,26)
26/11/2020		
Pagamento de Empenho		(500,00)
Receita Orçamentária		7.333,34
	Total dia 26/11/2020	6.833,34
27/11/2020		
Pagamento de Empenho		(52.981,54)
Receita Orçamentária		16.890,00
	Total dia 27/11/2020	(36.091,54)
30/11/2020		
Pagamento de Empenho		(106.579,72)
Pagamento de Nota Extra		(24.223,20)
Receita Orçamentária		104,92
	Total dia 30/11/2020	(130.698,00)
	TOTAL	876.569,94


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 6 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19967 -1111119000108000000 - B. Brasil - TELEFONIA 22864-8 - 22864-8		
Data		Valor
	Saldo Anterior	57.421,48
06/11/2020		
Receita Orçamentária		951,44
	Total dia 06/11/2020	951,44
11/11/2020		
Pagamento de Empenho		(35,45)
Receita Orçamentária		165,00
	Total dia 11/11/2020	129,55
12/11/2020		
Receita Orçamentária		380,99
	Total dia 12/11/2020	380,99
17/11/2020		
Receita Orçamentária		3.784,17
	Total dia 17/11/2020	3.784,17
18/11/2020		
Receita Orçamentária		759,82
	Total dia 18/11/2020	759,82
19/11/2020		
Receita Orçamentária		1.678,79
	Total dia 19/11/2020	1.678,79
20/11/2020		
Receita Orçamentária		2.889,79
	Total dia 20/11/2020	2.889,79
23/11/2020		
Receita Orçamentária		132,30
	Total dia 23/11/2020	132,30
24/11/2020		
Receita Orçamentária		570,89
	Total dia 24/11/2020	570,89
25/11/2020		
Receita Orçamentária		7.226,03
	Total dia 25/11/2020	7.226,03
26/11/2020		
Receita Orçamentária		1.937,35
	Total dia 26/11/2020	1.937,35
27/11/2020		
Pagamento de Empenho		(20.075,80)
Receita Orçamentária		3.551,43
	Total dia 27/11/2020	(16.524,37)
30/11/2020		
Pagamento de Empenho		(1.071,75)
Receita Orçamentária		1.183,55
	Total dia 30/11/2020	111,80
	TOTAL	61.450,03



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 7 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19970 -1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5 - 24625-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	64.701,16
03/11/2020		
Receita Orçamentária		32.438,00
	Total dia 03/11/2020	32.438,00
04/11/2020		
Pagamento de Empenho		(4.400,93)
Receita Orçamentária		8.208,00
	Total dia 04/11/2020	3.807,07
05/11/2020		
Receita Orçamentária		1.520,00
	Total dia 05/11/2020	1.520,00
06/11/2020		
Pagamento de Empenho		(6.617,60)
	Total dia 06/11/2020	(6.617,60)
09/11/2020		
Pagamento de Empenho		(2.003,90)
Receita Orçamentária		18.278,00
	Total dia 09/11/2020	16.274,10
10/11/2020		
Pagamento de Empenho		(12.673,15)
Pagamento de Nota Extra		(717,97)
Receita Orçamentária		13.680,00
	Total dia 10/11/2020	288,88
11/11/2020		
Pagamento de Empenho		(88,78)
Pagamento de Nota Extra		(8.340,61)
Receita Orçamentária		15.428,00
	Total dia 11/11/2020	6.998,61
12/11/2020		
Pagamento de Empenho		(5.825,28)
Receita Orçamentária		13.034,00
	Total dia 12/11/2020	7.208,72
13/11/2020		
Pagamento de Empenho		(199,64)
Receita Orçamentária		5.356,00
	Total dia 13/11/2020	5.156,36
16/11/2020		
Pagamento de Empenho		(1.595,12)
Receita Orçamentária		20.482,00
	Total dia 16/11/2020	18.886,88
17/11/2020		
Pagamento de Empenho		(33.631,18)
Receita Orçamentária		3.952,00
	Total dia 17/11/2020	(29.679,18)
18/11/2020		
Pagamento de Empenho		(398,42)
Receita Orçamentária		36.176,00
	Total dia 18/11/2020	35.777,58
19/11/2020		
Pagamento de Empenho		(379,80)
Receita Orçamentária		6.728,00
	Total dia 19/11/2020	6.348,20
20/11/2020		
Pagamento de Empenho		(17.794,80)
Pagamento de Nota Extra		(8.416,77)


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 8 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19970 -1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5 - 24625-5		
Data		Valor
20/11/2020		
Receita Orçamentária		31.008,00
	Total dia 20/11/2020	4.796,43
23/11/2020		
Receita Orçamentária		9.272,00
	Total dia 23/11/2020	9.272,00
24/11/2020		
Pagamento de Empenho		(780,00)
Receita Orçamentária		7.980,00
	Total dia 24/11/2020	7.200,00
26/11/2020		
Pagamento de Empenho		(370,00)
Receita Orçamentária		9.576,00
	Total dia 26/11/2020	9.206,00
27/11/2020		
Receita Orçamentária		5.966,00
	Total dia 27/11/2020	5.966,00
30/11/2020		
Pagamento de Empenho		(61.322,74)
Pagamento de Nota Extra		(8.920,81)
Receita Orçamentária		20.830,14
	Total dia 30/11/2020	(49.413,41)
	TOTAL	150.135,80

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 9 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19971 -1111119000112000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 27593-X - 27593-X		
Data		Valor
	Saldo Anterior	4.616,95
20/11/2020		
Receita Orçamentária		6.425.056,77
	Total dia 20/11/2020	6.425.056,77
30/11/2020		
Receita Orçamentária		207,12
	Total dia 30/11/2020	207,12
	TOTAL	6.429.880,84

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 10 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19972 -1111119000113000000 - B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8 - 27997-8		
Data		Valor
	Saldo Anterior	22.364,87
05/11/2020		
Receita Orçamentária		4.674,81
	Total dia 05/11/2020	4.674,81
06/11/2020		
Receita Orçamentária		269.301,29
	Total dia 06/11/2020	269.301,29
10/11/2020		
Pagamento de Nota Extra		(1.427,22)
	Total dia 10/11/2020	(1.427,22)
12/11/2020		
Pagamento de Empenho		(9.133,89)
Receita Orçamentária		25.270,32
	Total dia 12/11/2020	16.136,43
13/11/2020		
Pagamento de Empenho		(18.940,00)
	Total dia 13/11/2020	(18.940,00)
19/11/2020		
Pagamento de Empenho		(4.614,04)
Receita Orçamentária		20.000,00
	Total dia 19/11/2020	15.385,96
20/11/2020		
Pagamento de Empenho		(25.270,32)
Pagamento de Nota Extra		(2.254,05)
	Total dia 20/11/2020	(27.524,37)
24/11/2020		
Receita Orçamentária		19.844,60
	Total dia 24/11/2020	19.844,60
27/11/2020		
Pagamento de Empenho		(18.940,00)
	Total dia 27/11/2020	(18.940,00)
30/11/2020		
Pagamento de Empenho		(17,60)
Receita Orçamentária		20.085,59
	Total dia 30/11/2020	20.067,99
	TOTAL	300.944,36

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 11 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19973 -1111119000114000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 02 conta 28852-7 - 28852-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	74.771,37
09/11/2020		
Pagamento de Empenho		(60.070,95)
	Total dia 09/11/2020	(60.070,95)
10/11/2020		
Pagamento de Nota Extra		(1.887,05)
	Total dia 10/11/2020	(1.887,05)
12/11/2020		
Pagamento de Nota Extra		(943,52)
	Total dia 12/11/2020	(943,52)
30/11/2020		
Receita Orçamentária		2,86
	Total dia 30/11/2020	2,86
	TOTAL	11.872,71

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 12 / 12

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020

19974 -1111119000115000000 - B.Brasil - Convênio Projeto Novos Rumos conta 28927-2 - 28927-2		
Data		Valor
	Saldo Anterior	1.191.221,79
30/11/2020		
Receita Orçamentária		121,79
	Total dia 30/11/2020	121,79
	TOTAL	1.191.343,58

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS

Publicação Nº 2753815

Pag 1 / 3

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Execução Orçamentária
 Empenhos Emitidos
 Data de Emissão: 01/11/2020 Até: 30/11/2020



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
35	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	02/01/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	0,00	1.095,82	(1.095,82)
50	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	02/01/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	0,00	293,40	(293,40)
251	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302	23/04/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	0,00	20.000,00	(20.000,00)
307	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	13/05/2020	TELEFÔNICA BRASIL	0,00	564,30	(564,30)
432	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	29/06/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - ESTÁGIO	0,00	953,01	(953,01)
433	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	29/06/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - ESTÁGIO	0,00	209,89	(209,89)
434	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	29/06/2020	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ESTÁGIO	0,00	1.388,45	(1.388,45)
462	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	13/07/2020	MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	0,00	28,40	(28,40)
472	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	14/07/2020	CLARO S.A.	0,00	81,97	(81,97)
567	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	28/08/2020	ELETRO ZAGONEL LTDA	0,00	0,03	(0,03)
580	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	03/09/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	0,00	7.260,00	(7.260,00)
598	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	14/09/2020	R.S VAREJO EIRELI	0,00	877,30	(877,30)
603	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	14/09/2020	R.S VAREJO EIRELI	0,00	877,30	(877,30)
607	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	14/09/2020	R.S VAREJO EIRELI	0,00	1.754,60	(1.754,60)
614	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	15/09/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	0,00	46,01	(46,01)
618	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	21/09/2020	OI SA	0,00	500,10	(500,10)
645	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	05/10/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	0,00	70.360,92	(70.360,92)
653	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	06/10/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	0,00	49.300,00	(49.300,00)
676	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	14/10/2020	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	0,00	474,00	(474,00)
686	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	15/10/2020	TIM S.A	0,00	156,00	(156,00)
703	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	27/10/2020	LUCIANO PILATTI	0,00	11.388,00	(11.388,00)
722	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	03/11/2020	KLEVERTON DA ROSA	260,00	0,00	260,00
723	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	03/11/2020	SUPERMETAL ESQUADRIAS E ESTRUTUR	4.242,90	0,00	4.242,90
724	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302	03/11/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	288.395,80	0,00	288.395,80
725	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	04/11/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	20.164,16	0,00	20.164,16
726	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/11/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	17.414,51	0,00	17.414,51
727	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/11/2020	REINBOLD LTDA	325,00	0,00	325,00
728	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/11/2020	REINBOLD LTDA	535,00	0,00	535,00
729	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	04/11/2020	TIM S.A	100,00	72,10	27,90
730	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	05/11/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	1.500,00	0,00	1.500,00
731	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	05/11/2020	CERTISGN CERTIFICADO DIGITAL S.A	1.756,00	0,00	1.756,00
732	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/11/2020	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA	173,80	0,00	173,80
733	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/11/2020	RSUL EIRELI EPP	304,06	0,00	304,06
734	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/11/2020	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI	127,35	0,00	127,35
735	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/11/2020	INTERLABEL SOLUÇÕES EM ROTULAGEM	50,90	0,00	50,90
736	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/11/2020	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA	56,80	0,00	56,80
737	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	06/11/2020	N.T LUIZE - EPP	105,60	0,00	105,60
738	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	06/11/2020	RAQUEL GOMES DE ALMEIDA	780,00	0,00	780,00
739	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	09/11/2020	OI SA	400,00	0,00	400,00

IPM Sistemas Ltda
 Atende Nat - WEO v.2013.01

Identificador: WEO081101-138-QJFHVVQKUAZRZ-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 17:03:40 - 03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/11/2020 Até: 30/11/2020



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
740	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	09/11/2020	MAURÍCIO DE JESUS	780,00	0,00	780,00
741	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	09/11/2020	LAN TECNOLOGIA EM REDES EIRELI	579,94	0,00	579,94
742	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	09/11/2020	PABLO VIVAN CANDEIA	370,00	0,00	370,00
743	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	09/11/2020	TIM S.A	100,00	0,00	100,00
744	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	09/11/2020	ESQUADRIAS DE ALUMINIO POLIANA LTD.	2.129,15	0,00	2.129,15
745	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	09/11/2020	ESQUADRIAS DE ALUMINIO POLIANA LTD.	5.448,49	0,00	5.448,49
746	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	09/11/2020	BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCOR	85,04	0,00	85,04
747	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	10/11/2020	DIARIO SERVICOS DE INTERMEDIACAO E	1.397,57	0,00	1.397,57
748	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2003.33390000000000000000	01000302	10/11/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAVIMENT	1.357,31	0,00	1.357,31
749	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	10/11/2020	TIM S.A	700,00	0,00	700,00
750	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	10/11/2020	CLARO S.A	300,00	0,00	300,00
751	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	10/11/2020	LUCIANO PILATTI	11.388,00	0,00	11.388,00
752	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	10/11/2020	GIOVANA CORTINAS EIRELI	4.432,27	0,00	4.432,27
753	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	10/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	8.500,00	0,00	8.500,00
754	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	10/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	2.833,33	0,00	2.833,33
755	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	10/11/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	5.800,00	0,00	5.800,00
756	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	10/11/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	1.933,33	0,00	1.933,33
757	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	10/11/2020	E2 ENGENHARIA ELETRICA LTDA	280,00	0,00	280,00
758	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000302	13/11/2020	GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS	3.358,95	0,00	3.358,95
759	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	13/11/2020	FRAY SISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	724,40	0,00	724,40
760	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	13/11/2020	FRAY SISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	875,00	0,00	875,00
761	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	13/11/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	57.300,00	0,00	57.300,00
762	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	13/11/2020	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	1.040,00	0,00	1.040,00
763	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	16/11/2020	GIOVANA CORTINAS EIRELI	4.167,73	0,00	4.167,73
764	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	16/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	58.787,52	0,00	58.787,52
765	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	16/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4.703,00	0,00	4.703,00
766	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	16/11/2020	INSS	12.345,38	0,00	12.345,38
767	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	16/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - CONTRA	5.275,01	0,00	5.275,01
768	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	16/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	422,00	0,00	422,00
769	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	16/11/2020	INSS	1.107,75	0,00	1.107,75
770	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	30.723,35	0,00	30.723,35
771	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.457,87	0,00	2.457,87
772	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	INSS	6.451,90	0,00	6.451,90
773	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	2.907,83	0,00	2.907,83
774	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	232,63	0,00	232,63
775	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	INSS	609,00	0,00	609,00
776	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	11.058,34	0,00	11.058,34
777	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	884,67	0,00	884,67
778	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	INSS	2.322,25	0,00	2.322,25

10/12/2020 17:03:40 - 03:00

Identificador: WEO081101-135-QJFHVGVKUAORZE-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Arrenda Net - WEO v2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/11/2020 Até: 30/11/2020



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
779	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	2.900,00	0,00	2.900,00
780	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	232,00	0,00	232,00
781	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	16/11/2020	INSS	609,00	0,00	609,00
782	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	16/11/2020	VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE A	9.674,00	0,00	9.674,00
783	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	17/11/2020	GUILHERME MULLER	260,00	0,00	260,00
784	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	19/11/2020	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI	69,00	0,00	69,00
785	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	20/11/2020	N.T LUIZE - EPP	118,08	0,00	118,08
786	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/11/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTI	30.000,00	0,00	30.000,00
787	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/11/2020	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	780,00	0,00	780,00
788	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/11/2020	CLARO S.A	1.500,00	0,00	1.500,00
789	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	24/11/2020	IVETE REGINA ODORIZZI	535,29	0,00	535,29
790	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	25/11/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	500,00	0,00	500,00
791	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	25/11/2020	LUIZ GUSTAVO PAVELSKI	370,00	0,00	370,00
792	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	26/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - ESTÁGI	2.620,00	0,00	2.620,00
793	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	26/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - ESTÁGI	500,00	0,00	500,00
794	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	26/11/2020	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ESTÁGIO	1.620,00	0,00	1.620,00
795	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	26/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - CONTR	1.600,00	0,00	1.600,00
796	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	03000301	26/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	11.913,40	0,00	11.913,40
797	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	26/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.100,00	0,00	2.100,00
798	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	26/11/2020	INSS	4.000,00	0,00	4.000,00
799	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	26/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - CONTR	13.400,00	0,00	13.400,00
800	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	26/11/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	9.600,00	0,00	9.600,00
801	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	26/11/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.100,00	0,00	1.100,00
802	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	26/11/2020	INSS	3.250,00	0,00	3.250,00
803	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	26/11/2020	INSS	580,00	0,00	580,00
804	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	27/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - CONTR	5.800,00	0,00	5.800,00
805	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	27/11/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - CONTR	1.933,33	0,00	1.933,33
806	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	30/11/2020	SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS	380,00	0,00	380,00
807	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	30/11/2020	CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ	300,00	0,00	300,00
808	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	30/11/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	900,00	0,00	900,00
Total Empenhos Globais						85,04	0,00	85,04
Total Empenhos Ordinários						325.583,44	142.366,56	183.216,88
Total Empenhos Estimativos						376.336,51	25.315,04	351.021,47
Total Subempenhos						0,00	0,00	0,00
Total Geral						702.004,99	167.681,60	534.323,39

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

Publicação Nº 2753816

Pág 1 / 9

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA Financeiro Pagamentos Efetuados Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
03/11/2020	2010	Emp.	722/2020	KLEVERTON DA ROSA	92/2020	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário Retenção	1	260,00
03/11/2020	2011	Emp.	480/2020	IPM SISTEMAS LTDA	29878	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário Retenção	1	11,84
SubTotal 03/11/2020												271,84
04/11/2020	2012	Emp.	602/2020	LUCIANO PILATTI	241		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		92,00
04/11/2020	2013	Emp.	600/2020	LUCIANO PILATTI	247		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		101,00
04/11/2020	2014	Emp.	610/2020	LUCIANO PILATTI	237		01.001.0004.0122.0001.2001.3349000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		2.150,00
04/11/2020	2015	Emp.	608/2020	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INF	2243		01.001.0004.0122.0001.2001.3449000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		1.997,99
04/11/2020	2016	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475486238		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
04/11/2020	2017	Emp.	620/2020	D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIM	2685		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		164,16
04/11/2020	2018	Emp.	724/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	97	Pagamento automático	01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário Retenção	1	3.770,21
SubTotal 04/11/2020												8.364,14
05/11/2020	1684	Emp.	614/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	520		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		(46,01)
05/11/2020	2019	Emp.	35/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELETR	4707		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		9.309,30
05/11/2020	2020	Emp.	615/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	10113		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		26.487,17
05/11/2020	2021	Emp.	616/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	4706		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		72.574,94
05/11/2020	2022	Emp.	615/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	11695940		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		28.205,80
05/11/2020	2023	Emp.	730/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	4712		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.500,00
05/11/2020	2024	Emp.	731/2020	CERTISGN CERTIFICADO DIGITAL	4742		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.756,00
SubTotal 05/11/2020												139.787,20
06/11/2020	2025	Emp.	706/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4712		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		2.411,20
06/11/2020	2026	Emp.	439/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4712		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		464,00
06/11/2020	2027	Emp.	615/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	4742		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		7.823,42
06/11/2020	2028	Emp.	615/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	2020000000000028		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		15.010,00
06/11/2020	2029	Emp.	38/2020	KOLF ENGENHARIA LTDA	475550008		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		2.628,00
06/11/2020	2030	Emp.	706/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	475550555		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		537,60
06/11/2020	2031	Emp.	336/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	475550660		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		672,00
06/11/2020	2032	Emp.	439/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	475531302		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		464,00
06/11/2020	2033	Emp.	706/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	475550008		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		4.944,00
06/11/2020	2034	Emp.	447/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	475550555		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.120,00
06/11/2020	2035	Emp.	564/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	475531388		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.072,00
06/11/2020	2036	Emp.	447/2020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2347	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		9.351,99
SubTotal 06/11/2020												46.496,21
09/11/2020	2037	Emp.	403/2020	IGUATEMI CONSULTORIA E SERV	94/2020	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário Retenção	1	2.830,57
09/11/2020	2038	Emp.	740/2020	MAURICIO DE JESUS	93/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		780,00
09/11/2020	2039	Emp.	738/2020	RAQUEL GOMES DE ALMEIDA	475531302		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
09/11/2020	2040	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475550008		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
09/11/2020	2041	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475550008		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
09/11/2020	2042	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475550555		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
09/11/2020	2043	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475550660		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
09/11/2020	2044	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475531388		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
09/11/2020	2045	Emp.	403/2020	IGUATEMI CONSULTORIA E SERV	2347		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		60.070,95
SubTotal 09/11/2020												64.905,42
10/11/2020	1187	Ext.	1183/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.204,33
10/11/2020	1188	Ext.	1189/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		40,97
10/11/2020	1189	Ext.	1184/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		677,00
10/11/2020	1190	Ext.	1189/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		42,76
10/11/2020	1191	Ext.	1184/2020	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		267,24

IPM Sieninas Ltda
Atende Nat - WFC v.2013.01

Identificador: WFC161101-138-FORMRAVPBUKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

10/12/2020 17:03:20 -03:00

IPM Sistemas Ltda	10/12/2020 17:03:20 -03:00
-------------------	----------------------------

Identificador: WFC161101-138-FQMRAV/PBUPKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI
IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v2013.01
10/12/2020 17:03:20 -03:00

Pag 4 / 9

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
 Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
12/11/2020	2085	Emp.	756/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		1.933,33
										Sub Total 12/11/2020		24.987,87
13/11/2020	2086	Emp.	479/2020	JOSIANE ZAGO - MEI	119		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.000,00
13/11/2020	2087	Emp.	715/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS	34345		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		179,00
13/11/2020	2088	Emp.	717/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS	8297		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		199,65
13/11/2020	2089	Emp.	716/2020	MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS	34345		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		220,35
13/11/2020	2090	Emp.	631/2020	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA	8182		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		442,50
13/11/2020	2091	Emp.	18/2020	CELESC DISTRIBUICAO S A	20206323902152.60		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		67,90
13/11/2020	2092	Emp.	18/2020	CELESC DISTRIBUICAO S A	20206323902152.14		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		34,53
13/11/2020	2093	Emp.	15/2020	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES II	4052059		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		805,90
13/11/2020	2094	Emp.	41/2020	BECO CASTELO CONSTRUÇÕES II	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		3.291,14
13/11/2020	2095	Emp.	480/2020	IPM SISTEMAS LTDA	29878		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		777,17
13/11/2020	2096	Emp.	583/2020	RAI SERVIÇOS EIRELI	161		01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Açúes Cor	Débito Bancário		18.940,00
13/11/2020	2097	Emp.	23/2020	CONSELHO REGIONAL DE BIOLÓ	053021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		49,64
13/11/2020	2098	Emp.	15/2020	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES II	4207941		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.079,90
13/11/2020	2099	Emp.	611/2020	CLIMASEG AMBIENTAL LTDA ME	202000000003524		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		250,00
13/11/2020	2100	Emp.	146/2020	CLIMASEG AMBIENTAL LTDA ME	202000000003524		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		150,00
13/11/2020	2101	Emp.	616/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	10267	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário	1	7.263,50
										Sub Total 13/11/2020		34.751,18
16/11/2020	2102	Emp.	146/2020	CLIMASEG AMBIENTAL LTDA ME	202000000003527		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		200,00
16/11/2020	2103	Emp.	762/2020	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	96/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		1.040,00
16/11/2020	2104	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475643985		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
16/11/2020	2105	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475641006		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
16/11/2020	2106	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475617324		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
16/11/2020	2107	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475643608		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
16/11/2020	2108	Emp.	577/2020	CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ	1217		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		170,45
16/11/2020	2109	Emp.	757/2020	EZ ENGENHARIA ELETRICA LTDA	71		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		280,00
										Sub Total 16/11/2020		2.045,57
17/11/2020	2110	Emp.	759/2020	FRAY SISTEM SERVIÇOS DE INSTA	3655		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		724,40
17/11/2020	2111	Emp.	760/2020	FRAY SISTEM SERVIÇOS DE INSTA	202000000001157		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		875,00
17/11/2020	2112	Emp.	767/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		5.275,01
17/11/2020	2113	Emp.	764/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		58.787,52
17/11/2020	2114	Emp.	779/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		2.900,00
17/11/2020	2115	Emp.	776/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		11.058,34
17/11/2020	2116	Emp.	770/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		30.723,35
17/11/2020	2117	Emp.	773/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		2.907,83
17/11/2020	2118	Emp.	616/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	10296, 10290, 10289, 10295, 10288, 10287, 10298, 10286, 10270, 10285, 10272, 10284, 10253, 10284, 10275, 10287, 10275, 10283, 10271, 10276, 10282, 10291, 10281, 10280, 10292, 10274, 10279, 10278, 10277, 10268, 10273	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário	1	51.887,05

10/12/2020 17:03:20 -03:00

Identificador: WFC161101-138-FQFMV/PBUPKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
 Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
18/11/2020	2119	Emp.	23/2020	CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA	14970117900016877-			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	SubTotal	17/11/2020	165.138,50
18/11/2020	2120	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	47586423			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		49,64
18/11/2020	2121	Emp.	783/2020	GUILHERME MULLER	97/2020			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
18/11/2020	2122	Emp.	35/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTR	523			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		260,00
18/11/2020	2123	Emp.	473/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	4001			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		7.877,10
										SubTotal	18/11/2020	77.520,00
										SubTotal	18/11/2020	85.795,52
19/11/2020	2124	Emp.	609/2020	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA	8105			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		379,80
19/11/2020	2125	Emp.	623/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	75			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		4.614,04
19/11/2020	2126	Emp.	618/2020	OI SA	2011.015709783			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		399,90
19/11/2020	2127	Emp.	539/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	4003			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		1.770,00
19/11/2020	2128	Emp.	557/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	4014			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		676,00
										SubTotal	19/11/2020	7.839,74
20/11/2020	1246	Ext.	1175/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		9.503,86
20/11/2020	1247	Ext.	1194/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		57.270,71
20/11/2020	1248	Ext.	1250/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		670,93
20/11/2020	1249	Ext.	1248/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		3.150,55
20/11/2020	1250	Ext.	1268/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PA	1			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		180,55
20/11/2020	1251	Ext.	1276/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		39,69
20/11/2020	1252	Ext.	1259/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		51,42
20/11/2020	1253	Ext.	1192/2020	RAI SERVICOS EIRELI	1			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		660,00
20/11/2020	1254	Ext.	1163/2020	QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PA	1			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		167,53
20/11/2020	1255	Ext.	1185/2020	OBSERVES SERVIÇOS EIRELI	1			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		1.154,86
20/11/2020	1256	Ext.	1242/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		593,93
20/11/2020	1257	Ext.	1243/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		116,62
20/11/2020	1258	Ext.	1142/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		713,08
20/11/2020	1259	Ext.	1245/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		670,93
20/11/2020	1260	Ext.	1240/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		6.322,21
20/11/2020	1261	Ext.	1257/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERV	1			01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		601,56
20/11/2020	1262	Ext.	1254/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERV	1			01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.451,52
20/11/2020	1263	Ext.	1237/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.452,79
20/11/2020	1264	Ext.	1140/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		713,08
20/11/2020	1265	Ext.	1235/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P/	1			01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		10.486,85
20/11/2020	2129	Emp.	681/2020	RAI SERVICOS EIRELI	162			01000302	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário	1	1.060,00
20/11/2020	2130	Emp.	54/2020	DELEGACIA DA RECEITA FEDERA				01000200	B. Brasil Sa. Movime	Débito Bancário		23,81
20/11/2020	2131	Emp.	509/2020	GREEN LIGHT ILUMINAÇÃO E ELE	289			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		3.258,00
20/11/2020	2132	Emp.	556/2020	PRIME CONSULTORIA E ASSESSC	702482			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		1.104,17
20/11/2020	2133	Emp.	531/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	4004			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		3.129,00
20/11/2020	2134	Emp.	501/2020	POLIGONAL ILUMINAÇÃO EIRELI	4002			01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		20.160,00
20/11/2020	2135	Emp.	440/2020	INSS				01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		1.218,00
20/11/2020	2136	Emp.	707/2020	INSS				01000302	B. Brasil - Cipi C/3	Débito Bancário		6.329,40
20/11/2020	2137	Emp.	470/2020	BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS	7238			01000302	B. Brasil - Açôes Cor	Débito Bancário		25.270,32
20/11/2020	2138	Emp.	555/2020	PRIME CONSULTORIA E ASSESSC	702480			01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		423,61
20/11/2020	2139	Emp.	707/2020	INSS				01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		1.411,20
20/11/2020	2140	Emp.	337/2020	INSS				01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		1.764,00
20/11/2020	2141	Emp.	440/2020	INSS				01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		1.218,00
20/11/2020	2142	Emp.	707/2020	INSS				01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		12.977,99

10/12/2020 17:03:20 -03:00

Identificador: WFC161101-138-FORMPAY/PBUPKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
 Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
20/11/2020	2143	Emp.	675/2020	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	8718		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		285,06
20/11/2020	2144	Emp.	554/2020	PRIME CONSULTORIA E ASSESS	702481		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.591,31
20/11/2020	2145	Emp.	565/2020	INSS			01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.814,00
20/11/2020	2146	Emp.	448/2020	INSS			01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.940,00
20/11/2020	2147	Emp.	448/2020	INSS			01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		24.548,99
								SubTotal 20/11/2020				208.499,93
24/11/2020	1266	Ext.	1199/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		5,98
24/11/2020	2148	Emp.	787/2020	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	98/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		780,00
24/11/2020	2149	Emp.	752/2020	GIOVANA CORTINAS EIRELI	235		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		4.432,27
24/11/2020	2150	Emp.	763/2020	GIOVANA CORTINAS EIRELI	236		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		4.167,73
24/11/2020	2151	Emp.	744/2020	ESQUADRIAS DE ALUMINIO POLIA	1557		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		2.129,15
24/11/2020	2152	Emp.	745/2020	ESQUADRIAS DE ALUMINIO POLIA	1557		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		5.448,49
24/11/2020	2153	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475987917		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		88,78
								SubTotal 24/11/2020				17.052,40
25/11/2020	2154	Emp.	789/2020	IVETE REGINA ODORIZZI	12/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		535,29
25/11/2020	2155	Emp.	629/2020	ORION SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO	2208		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		113.642,19
25/11/2020	2156	Emp.	530/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAM	7160		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		43.500,87
25/11/2020	2157	Emp.	613/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAM	7161		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		85.005,41
25/11/2020	2158	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476003689		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		88,78
25/11/2020	2159	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476009532		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		88,78
25/11/2020	2160	Emp.	682/2020	ELETRO ZAGONEI LTDA	215420		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		59.202,00
25/11/2020	2161	Emp.	21/2020	CELESC DISTRIBUIÇÃO S A	20206368765343-8		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		486,75
25/11/2020	2162	Emp.	469/2020	CELESC DISTRIBUIÇÃO S A	2020636876536-34		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		556,22
25/11/2020	2163	Emp.	395/2020	NC COMUNICAÇÕES SA	22857		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		480,00
								SubTotal 25/11/2020				303.586,29
26/11/2020	2164	Emp.	665/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	10353		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302		Retenção	1	1.129,83
26/11/2020	2165	Emp.	495/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301		Retenção	1	31.608,44
26/11/2020	2166	Emp.	563/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301		Retenção	1	2.307,04
26/11/2020	2167	Emp.	711/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302		Retenção	1	13.644,43
26/11/2020	2168	Emp.	438/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302		Retenção	1	1.212,06
26/11/2020	2169	Emp.	711/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302		Retenção	1	7.487,64
26/11/2020	2170	Emp.	438/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302		Retenção	1	1.212,06
26/11/2020	2174	Emp.	790/2020	LUIZ FERNANDO RALDI	99/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		500,00
26/11/2020	2175	Emp.	791/2020	LUIZ GUSTAVO PAVELSKI	100/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		370,00
								SubTotal 26/11/2020				59.471,90
27/11/2020	2171	Emp.	804/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	12/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301		Retenção	1	1.774,29
27/11/2020	2172	Emp.	323/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERV	121166		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301		Retenção	1	1.979,35
27/11/2020	2173	Emp.	459/2020	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERV	121166		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		792,97
27/11/2020	2176	Emp.	674/2020	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO	14919		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		218,20
27/11/2020	2177	Emp.	750/2020	CLARO S.A	007453314/11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		139,84
27/11/2020	2178	Emp.	306/2020	TELEFONICA BRASIL	209806/11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		836,46
27/11/2020	2179	Emp.	612/2020	LUICIANO PILATTI	298		01.001.0004.0122.0001.2001.344800000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		45.828,00
27/11/2020	2180	Emp.	805/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	12/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.933,33
27/11/2020	2181	Emp.	804/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	12/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		4.025,71

Identificador: WFC161101-138-FQIMRAY/PBUPKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

10/12/2020 17:03:20-03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
27/11/2020	2182	Emp.	305/2020	CLARO S.A	007453246/11/2020, 007453289/11/2020, 007453283/11/2020, 007453310/11/2020, 007453327/11/2020, 007453247/11/2020, 007453291/11/2020, 007453291/11/2020, 007453297/11/2020, 007453254/11/2020, 007453294/11/2020, 007453248/11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		3.425,31
27/11/2020	2183	Emp.	683/2020	TELEFÔNICA BRASIL	15948377/11/2020, 15948370/11/2020, 15948371/11/2020, 15948375/11/2020, 159610377/11/2020, 159610337/11/2020, 209806/11/2020, 015.969.460/11/2020, 015.971.106/11/2020, 015.970.708/11/2020, 015.970.700/11/2020, 015.970.701/11/2020, 15948376/11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		8.955,18
27/11/2020	2184	Emp.	683/2020	TELEFÔNICA BRASIL			01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		1.723,75
27/11/2020	2185	Emp.	307/2020	TELEFÔNICA BRASIL	15961041/11/2020, 15961037/11/2020, 15961038/11/2020, 15961036/11/2020, 15961034/11/2020, 15961035/11/2020, 15948374/11/2020, 15948381/11/2020, 15948379/11/2020, 15961039/11/2020, 15948373/11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		5.971,56
27/11/2020	2186	Emp.	644/2020	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAM	7153		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		3.850,00
27/11/2020	2187	Emp.	632/2020	ORION SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO	2215		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		96.011,03
27/11/2020	2188	Emp.	688/2020	ORION SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO	2217		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		3.849,23
27/11/2020	2189	Emp.	37/2020	WIND SERVICE LTDA	166		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		6.978,00
27/11/2020	2190	Emp.	604/2020	LUCIANO PILATTI	297		01.001.0004.0122.0001.2001.344900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		3.819,00
27/11/2020	2191	Emp.	36/2020	OPOS OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS	73		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		511,00
27/11/2020	2192	Emp.	36/2020	OPOS OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS	71		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		9.131,52
27/11/2020	2193	Emp.	36/2020	OPOS OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS	72		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		1.456,32
27/11/2020	2194	Emp.	681/2020	RAI SERVICOS EIRELI	162		01.001.0015.0452.0001.2003.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Apções Cor	Débito Bancário		18.940,00
Sub Total 27/11/2020												222.150,05
30/11/2020	1267	Ext.	1316/2020	ASSOCIACAO INTERMUNICIPAL D	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		2.950,90
30/11/2020	1268	Ext.	1269/2020	ASSOCIACAO INTERMUNICIPAL D	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		10,00
30/11/2020	1269	Ext.	1315/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		3.135,00
30/11/2020	1270	Ext.	1272/2020	ASSOCIACAO INTERMUNICIPAL D	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		133,76
30/11/2020	1271	Ext.	1321/2020	ASSOCIACAO INTERMUNICIPAL D	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		83,00
30/11/2020	1272	Ext.	1326/2020	ASSOCIACAO INTERMUNICIPAL D	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctr3	Débito Bancário		827,06
30/11/2020	1273	Ext.	1333/2020	ORIBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		131,96
30/11/2020	1274	Ext.	1336/2020	ORIBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		54,69
30/11/2020	1275	Ext.	1339/2020	CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAR	1		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		39,80
30/11/2020	1276	Ext.	1262/2020	IPM SISTEMAS LTDA	1		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		11,84
30/11/2020	1277	Ext.	1319/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		854,25
30/11/2020	1278	Ext.	1270/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITACAO	Débito Bancário		1.999,07

10/12/2020 17:03:20 -03:00

Identificador: WFC161101-138-FORMPAY/PBUPKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

Pag 8 / 9

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
30/11/2020	1279	Ext.	1317/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P.	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		15.035,69
30/11/2020	1281	Ext.	1324/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P.	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		541,13
30/11/2020	1282	Ext.	1322/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P.	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		7.113,07
30/11/2020	1283	Ext.	1329/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P.	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		541,13
30/11/2020	1284	Ext.	1327/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P.	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		3.361,48
30/11/2020	1285	Ext.	1273/2020	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P.	1		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		1.049,85
30/11/2020	2195	Emp.	686/2020	TIM S.A	4385 185316, 4385 185319, 4385 185320, 4385 185321, 4385 185327, 4385 185317		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		844,00
30/11/2020	2196	Emp.	305/2020	CLARO S.A	7575309/11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		44,10
30/11/2020	2197	Emp.	432/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		480,27
30/11/2020	2198	Emp.	432/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.561,39
30/11/2020	2199	Emp.	729/2020	TIM S.A	4385 185316		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		27,90
30/11/2020	2200	Emp.	495/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		91.541,56
30/11/2020	2201	Emp.	563/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		9.492,96
30/11/2020	2202	Emp.	795/2020	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.600,00
30/11/2020	2203	Emp.	616/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	10286, 10286, 10286, 10286, 10286, 10286, 10270, 10285, 10272, 10284, 10293, 10284, 10325, 10297, 10275, 10283, 10271, 10276, 10282, 10281, 10281, 10280, 10292, 10278, 10279, 10278, 10277, 10268, 10273		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		192.177,91
30/11/2020	2204	Emp.	615/2020	QUARK ENGENHARIA EIRELI	4839, 4830, 4829, 4835, 4828, 4827, 4836, 4826, 4811, 4825, 4813, 4834, 4833, 4824, 4810, 4838, 4816, 4823, 4812, 4817, 4840, 4831, 4822, 4821, 4832, 4815, 4820, 4819, 4818, 4809, 4814		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		2.619,60
30/11/2020	2205	Emp.	704/2020	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ESTÁGIO	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		447,53
30/11/2020	2206	Emp.	705/2020	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ESTÁGIO	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		4.587,94
30/11/2020	2207	Emp.	438/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		23.912,36
30/11/2020	2208	Emp.	711/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		887,8
30/11/2020	2209	Emp.	655/2020	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	475683937		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		480,27
30/11/2020	2210	Emp.	435/2020	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ES	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		2.619,60
30/11/2020	2211	Emp.	434/2020	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ES	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		52.255,57
30/11/2020	2212	Emp.	711/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		4.587,94
30/11/2020	2213	Emp.	438/2020	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	11/2020		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		325,00
30/11/2020	2214	Emp.	727/2020	REINBOLD LTDA	3899		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		535,00
30/11/2020	2215	Emp.	728/2020	REINBOLD LTDA	3899		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		39,80
30/11/2020	2216	Emp.	575/2020	CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZ	7055	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário	1	39,80

10/12/2020 17:03:20 - 03:00

Identificador: WFC161101-138-FQMRV/PBUPKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

Pag 9 / 9

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/11/2020 até: 30/11/2020 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
30/11/2020	2217	Emp.	51/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3340708549372480		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ações Cor	Débito Bancário		17,60
30/11/2020	2218	Emp.	509/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3340708549372480		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		183,65
30/11/2020	2220	Emp.	808/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3340708549372480		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		430,58
30/11/2020	2221	Emp.	633/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3340708549372480		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		875,64
30/11/2020	2222	Emp.	507/2020	BANCO DO BRASIL S.A.	G3340708549372480		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		499,84
SubTotal 30/11/2020												769.225,34
Total Pago Novembro												2.321.049,49
Total Geral												2.321.049,49

Identificador: WFC161101-138-FQIMRAY/PBUPKTS-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

10/12/2020 17:03:20 -03:00

CIS/AMURES**RESOLUÇÃO Nº 22 / 2020 - LOA 2021- CIS/AMURES**

Publicação Nº 2753050

RESOLUÇÃO Nº 22 de 10/12/2020

Estima a Receita e fixa as Despesas do Consorcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, para o exercício de 2021 e dá outras providências.

A Assembleia Geral do Consorcio Intermunicipal de Saúde-CIS/AMURES realizada no dia 05 de junho de 2020, na cidade de Lages/SC, aprovou e a Sra. Prefeita Milena Andersen Lopes Becher, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consorcio Intermunicipal de Saúde- CIS/AMURES, para o exercício de 2021, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 8.662.380,48 (oito milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito centavos).

Art. 2º - A Receita será realizada com os seguintes desdobramentos:

Receita

	DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	VALOR (R\$)
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	10.000,00
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	6.898.675,00
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	1.752.705,48
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	1.000,00
Total Geral		8.662.380,48

Art. 3º - A Receita foi estimada com base nos contratos de Rateio, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução do próximo exercício.

CLASSIFICAÇÃO	RECEITA	VALOR (R\$)
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	
1.3.2.1.00.1.1	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	
1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinculados	5.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	
	Total	10.000,00
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	
1.6.3.0.01.1.0	Serviços de Atendimento à Saúde	6.898.675,00
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde	
	Total	6.898.675,00

1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
1.7.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e suas Entidades	38.631,60
1.7.3.8.02.1.1.1	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	53.659,32
1.7.3.8.02.1.1.01	Anita Garibaldi	53.659,32
1.7.3.8.02.1.1.02	Bocaina do Sul	86.856,72
1.7.3.8.02.1.1.03	Bom Jardim da Serra	70.234,92
1.7.3.8.02.1.1.04	Bom Retiro	38.631,60
1.7.3.8.02.1.1.05	Campo Belo do Sul	38.631,60
1.7.3.8.02.1.1.06	Capão Alto	53.659,32
1.7.3.8.02.1.1.07	Celso Ramos	99.592,32
1.7.3.8.02.1.1.08	Cerro Negro	38.631,60
1.7.3.8.02.1.1.09	Correia Pinto	153.251,52
1.7.3.8.02.1.1.10	Frei Rogério	66.371,76
1.7.3.8.02.1.1.11	Lages	112.597,08
1.7.3.8.02.1.1.12	Monte Carlo	42.494,76
1.7.3.8.02.1.1.13	Otacílio Costa	42.494,76
1.7.3.8.02.1.1.14	Painel	53.659,32
1.7.3.8.02.1.1.15	Palmeira	49.796,16
1.7.3.8.02.1.1.16	Ponte Alta	42.494,76
1.7.3.8.02.1.1.17	Ponte Alta do Norte	83.701,80
1.7.3.8.02.1.1.18	Rio Rufino	116.464,32
1.7.3.8.02.1.1.19	Santa Cecília	70.234,92
1.7.3.8.02.1.1.21	São Joaquim	86.856,72
1.7.3.8.02.1.1.22	São José do Cerrito	42.494,76
1.7.3.8.02.1.1.23	Urubici	38.631,60
1.7.3.8.02.1.1.24	Urupema	38.631,60
1.7.3.8.02.1.1.25	Vargem	108.738,00
1.7.3.8.02.1.1.26	Abdon Batista	
1.7.3.8.02.1.1.27	Campos Novos	
	Total	1.752.705,48
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
1.9.9.0.00.00	Outras Receitas Correntes	1.000,00
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas	
	Total	1.000,00
	Total Geral	8.662.380,48

Art. 4º - A Despesa será executada obedecendo à classificação orçamentária vigente, classificada até o nível de modalidade conforme definido na Portaria Interministerial STN 163/2001 e alterações, cujos totais fixados são:

Despesa por Órgão

	Discriminação por Órgão	Valor (R\$)
01.01	Consórcio Intermunicipal de Saúde	8.662.380,48
Total Geral		8.662.380,48

Despesa por Função

	Discriminação por Função	Valor (R\$)
10	Saúde	8.662.380,48
Total Geral		8.662.380,48

Despesa por Categoria Econômica

FUNÇÃO	DESPESA	VALOR (R\$)
10 - Saúde	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES	
	3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	1.169.930,90
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	532.822,47
	4.4.90.00 - Investimentos	49.952,11
10 - Saúde	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES	
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	6.909.675,00
Total Geral		8.662.380,48

Art. 5º. O Orçamento da despesa da administração direta pode ser expandido até o limite da arrecadação.

Art. 6º. Fica o Presidente do CIS/AMURES autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma categoria para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade, ou Operações Especiais, através de Resolução.

Art. 7º. O Presidente do CIS/AMURES está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

I- O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II- A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
III- O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 8º. Fica autorizado o Presidente a celebrar Convênios/Acordos com os governos Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2021.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 10º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11º. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Lages/SC, 10 de dezembro de 2020.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER
Presidente do CIS/AMURES

CIS/AMVI

530.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - ABERTURA PAR - PROCESSO 33-2020 - DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Publicação N° 2753159

RESOLUÇÃO N° 530, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Instaura processo administrativo de responsabilidade – PAR, para verificação de descumprimento contratual por parte da Dentemed Equipamentos Odontológicos Ltda, CNPJ 07.897.039/0001-00, especialmente no que diz respeito ao prazo de entrega de equipamentos na ata de registro de preços nº 68/2019.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela resolução nº 428/2020, pelo contrato de consórcio do CISAMVI e pela resolução nº 362/2020:

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o processo administrativo nº 33/2020, em face da empresa DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.897.039/0001-00, situada à Rua Antônio Gravata, nº 136, bairro Betânia, CEP 30570-040, na cidade de Belo Horizonte - MG, para apurar o descumprimento das obrigações pactuadas entre as partes no pregão eletrônico nº 06/2019 (ata de registro de preços nº 68/2019), nas seguintes autorizações de fornecimento:

AF	DATA DE FORNECIMENTO	PREGÃO	ITEM - MEDICAMENTO	DIAS DE ATRASO
2170/2019	10/12/2019	06/2019	11 - Compressor de ar para uso odontológico - 40 litros	72
2202/2019	01/11/2019	06/2019	11 - Compressor de ar para uso odontológico - 40 litros 12 - Compressor de ar para uso odontológico - 60 litros	27
2636/2019	20/12/2019	06/2019	9 - Caneta alta rotação 13 - Contra Ângulo 16 - Micromotor	23
2957/2019	01/03/2020	06/2019	9 - Caneta alta rotação	46
2957/2019	13/05/2020	06/2019	13 - Contra Ângulo 16 - Micromotor	119
2963/2019	28/02/2020	06/2019	9 - Caneta alta rotação 12 - Compressor de ar para uso odontológico - 60 litros 13 - Contra Ângulo 16 - Micromotor	43
417/2020	08/05/2020	06/2019	9 - Caneta alta rotação 13 - Contra Ângulo	41
647/2020	21/09/2020	06/2019	6 - Autoclave 54 litros	40

Art. 2º. Caso confirmado o descumprimento das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na lei federal nº. 8.666/1993, bem como, as penalidades impostas no instrumento firmado entre as partes.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

CLEONES HOSTINS
Diretor Executivo

531.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - ABERTURA PAR - PROCESSO 32-2020 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Publicação Nº 2753165

RESOLUÇÃO Nº 531, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Instaura processo administrativo de responsabilidade – PAR, para verificação de descumprimento contratual por parte da Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, CNPJ 44.734.671/0001-51, especialmente no que diz respeito ao prazo de entrega de equipamentos na ata de registro de preços nº 13/2019, ata de registro de preços nº 14/2020 e ata de registro de preços nº 53/2020.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela resolução nº 428/2020, pelo contrato de consórcio do CISAMVI e pela resolução nº 362/2020:

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o processo administrativo nº 32/2020, em face da empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 44.734.671/0001-51, situada à Rodovia Itapira – Lindóia, KM 14, bairro Ponte Preta, CEP 13970-970, Itapira/SP, para apurar o descumprimento das obrigações pactuadas entre as partes no pregão eletrônico nº 37/2018 (ata de registro de preços nº 13/2019), pregão eletrônico nº 02/2020 (ata de registro de preços nº 14/2020) e pregão eletrônico nº 06/2020 (ata de registro de preços nº 53/2020), nas seguintes autorizações de fornecimento:

AF	DATA FORNECIMENTO	PREGÃO	ITEM - DESCRIÇÃO	ATRASSO
1275/2019	12/06/2019	37/2018	24 - Amitriptilina Cloridrato 25mg 282 - Prednisona 5mg	9
1438/2019	02/07/2019	37/2018	24 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	7
1696/2019	01/08/2019	37/2018	24 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	7
AF	DATA FORNECIMENTO	PREGÃO	ITEM - DESCRIÇÃO	ATRASSO
05/2020	19/06/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 98 - Complexo B 287 - Risperidona 1mg/ml	37
28/2020	18/05/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 172 - Haloperidol 5mg 190 - Imipramina Cloridrato 25mg 204 - Levomepromazina 40mg/ml	5
28/2020	27/05/2020	02/2020	98 - Complexo B	14
49/2020	03/06/2020	02/2020	98 - Complexo B	16
49/2020	26/05/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	8
124/2020	16/06/2020	02/2020	203 - Levomepromazina 25mg 276 - Prednisona 20mg	14
236/2020	09/06/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 172 - Haloperidol 5mg 174 - Haloperidol, sal Decanoato 50mg/ml 238 - Morfina Sulfato 10mg	9
259/2020	15/06/2020	02/2020	172 - Haloperidol 5mg	14
346/2020	17/07/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 92 - Clorpromazina 40mg/ml 172 - Haloperidol 5mg 174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml 190 - Imipramina Cloridrato 25mg 204 - Levomepromazina 40mg/ml	9
346/2020	20/07/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg 98 - Complexo B	12
434/2020	21/07/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	6
434/2020	20/07/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	5
450/2020	27/07/2020	02/2020	276 - Prednisona 20mg	12

546/2020	06/08/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	10
649/2020	10/08/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	7
695/2020	25/08/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 148 - fenobarbital Sódico 40mg/ml 203 - Levomepromazina 25mg	21
695/2020	25/09/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	52
871/2020	24/09/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	30
879/2020	24/09/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	29
920/2020	25/09/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	25
941/2020	24/09/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg	24
1050/2020	19/10/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg	32
1061/2020	06/11/2020	06/2020	2 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	50
1074/2020	30/10/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml 213 - Lidocaína Cloridrato 2%	43
1074/2020	06/11/2020	02/2020	98 - Complexo B	50
1074/2020	17/11/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 85 - Clonazepam 2mg 91 - Clorpromazina 25mg 172 - Haloperidol 5mg 276 - Prednisona 20mg	61
1103/2020	28/09/2020	06/2020	2 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	8
1111/2020	02/10/2020	02/2020	98 - Complexo B	12
1173/2020	19/10/2020	02/2020	91 - Clorpromazina 25mg 170 - Haloperidol 1mg 172 - Haloperidol 5mg	20
1179/2020	19/10/2020	06/2020	17 - Levomepromazina 100mg	20
1190/2020	19/10/2020	06/2020	2 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	20
1191/2020	19/10/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 85 - Clonazepam 2mg	20
1191/2020	29/10/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	30
1202/2020	26/10/2020	02/2020	276 - Prednisona 20mg	27
1228/2020	29/10/2020	02/2020	170 - Haloperidol 1mg 174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml 276 - Prednisona 20mg	28
1255/2020	20/10/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 91 - Clorpromazina 25mg 148 - Fenobarbital Sódico 40mg/ml 172 - Haloperidol 5mg 203 - Levomepromazina 25mg 276 - Prednisona 20mg	14
1255/2020	04/11/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	29
1255/2020	13/11/2020	02/2020	98 - Complexo B	38
1267/2020	20/10/2020	06/2020	17 - Levomepromazina 10mg	14
1267/2020	04/11/2020	06/2020	2 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	29
1304/2020	26/10/2020	02/2020	258 - Ondansetrona Cloridrato 8mg	14
1304/2020	05/11/2020	02/2020	98 - Complexo B 174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	24
1326/2020	27/10/2020	06/2020	23 - Prometazina Cloridrato 25mg/ml	13
1331/2020	27/10/2020	02/2020	74 - Cetoprofeno 100mg/ml 239 - Morfina Sulfato, 10mg/ml	13
1344/2020	04/11/2020	06/2020	2 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	20
1353/2020	27/10/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg 148 - Fenobarbital Sódico 40mg/ml 172 - Haloperidol 5mg 276 - Prednisona 20mg 277 - Prometazina Cloridrato 25mg 287 - Risperidona 1mg/ml	12

1353/2020	28/10/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	13
1353/2020	06/11/2020	02/2020	98 - Complexo B	22
1394/2020	10/11/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	23
1417/2020	26/10/2020	02/2020	172 - Haloperidol 5mg	7
1478/2020	13/11/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg 98 - Complexo B 190 - Imipramina Cloridrato 25mg 276 - Prednisona 20mg	22
1510/2020	05/11/2020	06/2020	2 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	9
1512/2020	05/11/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 59 - Carbamazepina 400mg 172 - Haloperidol, 5mg	9
1512/2020	23/11/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	27
1520/2020	06/11/2020	06/2020	2 - Amitriptilina Cloridrato 25mg	10
1521/2020	06/11/2020	02/2020	46 - Biperideno 2mg 91 - Clorpromazina 25mg 172 - Haloperidol 5mg	10
1521/2020	25/11/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	29
1547/2020	05/11/2020	02/2020	85 - Clonazepam 2mg 95 - Codeína 30mg 98 - Complexo B 203 - Levomepromazina 25mg 239 - Morfina Sulfato 10mg/ml 287 - Risperidona 1mg/ml	9
1552/2020	05/11/2020	06/2020	17 - Levomepromazina 100mg	9
1617/2020	25/11/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	20
1653/2020	25/11/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	20
1645/2020	17/11/2020	06/2020	15 - Fenitoína Sódica 50mg/ml	12
1645/2020	08/12/2020	06/2020	23 - Prometazina Cloridrato 25mg/ml	33
1654/2020	24/11/2020	02/2020	174 - Haloperidol, Sal Decanoato 50mg/ml	16

Art. 2º. Caso confirmado o descumprimento das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na lei federal nº 8.666/1993, bem como, as penalidades impostas no instrumento firmado entre as partes.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

CLEONES HOSTINS
Diretor Executivo

532.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - APIÚNA - PROC

Publicação Nº 2753246

RESOLUÇÃO Nº 532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação do orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 333/2019;
2. os decretos municipais de Apiúna nº 3.650/2020, nº 3.651/2020 e nº 3.652/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) por Provável Excesso de Arrecadação e anulação parcial do orçamento, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí
Função: 010 - Saúde
SubFunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão de Compras Compartilhadas
Projeto/Atividade: 2015 – Gestão de Procedimentos Clínicos, Hospitalares e Ambulatoriais

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00
Vínculo: 0100520 – Rec. Ord. 2020 - Proc. Clínico, Hosp. e Ambulatorial - CISAMVI	R\$ 75.000,00

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

533.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - BENEDITO NOVO - MED E PROC

Publicação Nº 2753249

RESOLUÇÃO Nº 533, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação do orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº 333/2019; e
2. os decretos municipais de Benedito Novo nº 49, nº 55, nº 77, nº 78, nº 101, nº 103 e nº 106, nº 128, nº 147, nº 161, nº 163, nº 184, nº 167/2020 e nº 090/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 491.154,59 (quatrocentos e noventa e um mil cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) por Provável Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002– Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2015 – Gestão de Procedimentos Clínicos, Hospitalares e Ambulatoriais	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 477.258,28
Vínculo: 0100520 – Rec. Ord. 2020 - Proc. Clínico, Hosp. e Ambulatorial - CISAMVI	R\$ 477.258,28
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 13.896,31
Vínculo: 01000643 – B. Novo - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 13.896,31
TOTAL	R\$ 491.154,59

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

534.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - GUABIRUBA - MED E PROC

Publicação Nº 2753251

RESOLUÇÃO Nº 534, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação do orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 333/2019; e
2. os decretos municipais de Guabiruba nº 1139, nº 1168, nº 1178, nº 1180, nº 1187, nº 1188, nº 1189;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 699.776,68 (Seiscentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) por Provável Excesso de Arrecadação e anulação parcial do orçamento vigente, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002 – Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2015 – Gestão de Procedimentos Clínicos, Hospitalares e Ambulatoriais	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 126.954,22
Vínculo: 0100520 – Rec. Ord. 2020 - Proc. Clínico, Hosp. e Ambulatorial - CISAMVI	R\$ 126.954,22
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 572.822,46
Vínculo: 01000649 – Guabiruba - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 572.822,46
TOTAL	R\$ 699.776,68

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

ERCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo

535.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA PARA 2021

Publicação Nº 2753760

RESOLUÇÃO Nº 535, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Estima a Receita e fixa a Despesa do CISAMVI para o exercício de 2021.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público; e com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando:

1. o planejamento orçamentário indicado individualmente pelos consorciados;
2. o Contrato de Serviço nº 87/2020 – CISAMVI, para regulação médica;
3. a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI para o exercício de 2021, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 21.524.714,00 (vinte e um milhões quinhentos e vinte e quatro mil setecentos e quatorze reais).

§ 1º. A Receita do CISAMVI será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.524.714,00
RECEITAS CORRENTES	21.507.714,00
Transferências Correntes	21.507.714,00
Transferências Correntes à Consórcios Públicos	21.507.714,00
Transferências Contrato de Rateio	1.184.361,36
Município de Apiúna	59.047,32
Município de Ascurra	42.660,45
Município de Benedito Novo	45.208,88
Município de Blumenau	241.678,01
Município de Botuverá	58.882,52
Município de Brusque	160.946,59
Município de Doutor Pedrinho	34.304,13
Município de Gaspar	110.606,01
Município de Guabiruba	61.770,65
Município de Indaial	103.919,68
Município de Luiz Alves	32.334,30
Município de Pomerode	84.170,47
Município de Rio dos Cedros	43.775,58
Município de Rodeio	36.840,71
Município de Timbó	68.216,06

Outras Transferências à Consórcios Públicos	20.323.352,64
Serviços Médicos e Ambulatoriais	5.736.436,59
Insumos	14.586.916,05
RECEITAS DE CAPITAL	17.000,00
Transferências de Capital	17.000,00
Transferência de Capital à Consórcios Públicos	17.000,00
Transferências Contrato de Rateio	16.000,00
Município de Apiúna	797,69
Município de Ascurra	576,32
Município de Benedito Novo	610,74
Município de Blumenau	3.264,92
Município de Botuverá	795,47
Município de Brusque	2.174,29
Município de Doutor Pedrinho	463,43
Município de Gaspar	1.494,22
Município de Guabiruba	834,48
Município de Indaial	1.403,90
Município de Luiz Alves	436,82
Município de Pomerode	1.137,09
Município de Rio dos Cedros	591,39
Município de Rodeio	497,69
Município de Timbó	921,55
Outras Transferências à Consórcios Públicos	1.000,00
Equipamentos	1.000,00

§ 2º. As Despesas do CISAMVI serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	21.524.714,00
Despesas Correntes	1.163.235,24
Pessoal e Encargos	1.163.235,24
Outras Despesas Correntes	20.344.478,76
Outras Despesas	211.212,12
Serviços Médicos e Ambulatoriais	5.546.350,59
Insumos	14.586.916,05
Despesas de Capital	17.000,00
Investimentos	17.000,00

Art. 2º. A Presidência do CISAMVI fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º. A Presidência do CISAMVI está autorizada ainda, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I. O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II. A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III. Superávit financeiro do exercício anterior;
- IV. A reserva de contingência.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

ERCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

536.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - SUP. ORÇ. 2020 - LUIZ ALVES - MED E PROC

Publicação Nº 2753807

RESOLUÇÃO Nº 536, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação do orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº 333/2019; e
2. os decretos municipais de Luiz Alves nº 173, nº 189, nº 200, nº 201, nº 206, nº 222 e nº 233 e nº 254/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2020 do CISAMVI, no valor de R\$ 268.663,10 (Duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e sessenta e três reais e dez centavos) por Provável Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Função: 010 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0002 – Gestão de Compras Compartilhadas	
Projeto/Atividade: 2015 – Gestão de Procedimentos Clínicos, Hospitalares e Ambulatoriais	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 165.000,00
Vínculo: 0100520 – Rec. Ord. 2020 - Proc. Clínico, Hosp. e Ambulatorial - CISAMVI	R\$ 165.000,00
Projeto/Atividade: 2016 – Gestão de Insumos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 103.663,10
Vínculo: 01000651 – Luiz Alves - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2020	R\$ 103.663,10
TOTAL	R\$ 268.663,10

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

ERCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

ARP 149_2020 - VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA

Publicação Nº 2753536

ATADEREGISTRODEPREÇOS - Nº 149 / 2020

POR FORNECEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO 14 / 2020

(Vigência de 10/12/2020 até 10/12/2021)

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico Nº 14/2020, registrar o preço correspondente ao item vencido por VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.308.834/0001-85, situada à Avenida José Candido da Silveira, nº 2100, Salas 13,15,17,18,19,36 e 44, Horto Florestal, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.035-536, neste ato representada pelo Sr. Claudinei Pereira de Oliveira, inscrita no CPF sob o nº 012.758.386-69, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, dos Decretos Federais nºs 7.892/13 e 10.024/19, e do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 14/2020, em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de TESTE RÁPIDO, POR ENSAIO IMUNOCROMATOGRÁFICO, PARA DETECÇÃO QUALITATIVA ESPECÍFICA DE ANTÍGENOS DE SARS-COV-2 EM AMOSTRAS DE SWAB DE NASOFARINGE, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 14/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 14/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 11.308.834/0001-85					
Item	Especificação	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Teste rápido, por ensaio imunocromatográfico, para detecção qualitativa específica de antígenos de sars-cov-2 em amostras de swab de nasofaringe. O teste rápido adquirido deverá: possuir registro junto à agência nacional de vigilância sanitária/ministério da saúde (anvisa/ms); apresentar sensibilidade superior a 80% e especificidade superior a 95%; apresentar validade de no mínimo seis meses após o recebimento dos presentes testes; possibilitar o seu armazenamento à temperatura ambiente; possuir todos os materiais necessários para coleta de amostra e realização do teste em seu kit diagnóstico (dispositivo teste, tampão de extração, swab estéril, etc); apresentar bula com as respectivas características técnicas e instruções de uso em língua portuguesa.	Vida Biotecnologia	80.500 UN	R\$ 25,65	R\$ 2.064.825,00

3 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será até 10/12/2021 (10/12/2020 até 10/12/2021).

4 DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

4.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

1.1 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

1.2 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

1.3 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

2 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerado o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

2.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

2.2.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

2.2.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

2.2.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

2.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.4 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos

preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

2.5 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

2.6 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

2.7 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

3 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

3.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

3.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;

3.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

3.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

3.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

3.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

3.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

3.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf, ou quando for o caso, sua DANFE no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI;

3.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

3.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

3.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

7.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigilas no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

6.1 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

7 DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 14/2020 e no Termo de Referência correspondente.

8.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades

indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

8.3 A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

8.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 14/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

8.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs nº 7.892/13 e 10.024/19.

Blumenau - SC, 10 de novembro de 2020.

Cleones Hostins
Diretor Executivo CISAMVI

Claudinei Pereira de Oliveira
VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA

CONTRATO DE RATEIO CISAMVI 2021 Nº 86/2020 – EXERCÍCIO DE 2021

Publicação Nº 2753766

CONTRATO DE RATEIO CISAMVI 2021
Nº 86/2020 – EXERCÍCIO DE 2021.

Contrato de rateio que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, e os municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, objetivando o rateio de recursos para manutenção das finalidades do CISAMVI no exercício de 2021.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, aqui representado por seu presidente ERCIO KRIEK, brasileiro, casado, empresário, RG nº 2.026.174 e CPF nº 605.728.259-00, domiciliado e residente na Rua Itália, 07, bairro Centro, na cidade de Pomerode, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os Municípios de APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JOSÉ GERSON GONÇALVES, brasileiro, empresário, RG nº 1.725.354 e CPF nº 633.345.699-34, Rua Urubici, 448, bairro Centro na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LAIRTON POSSAMAI, brasileiro, casado, empresário, RG nº 2.286.353-2 e CPF nº 692.994.209-04, Rua 25 de fevereiro, 85, bairro Vila Nova, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.108.357/0001-15, com sede na Praça Victor Konder, 02, na cidade de Blumenau, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MÁRIO HILDEBRANDT, brasileiro, casado, administrador, RG nº 2335061-0 e CPF nº 674.916.349-15, domiciliado e residente à Rua Wilhelm Grosskreutz, 423, Água Verde, na cidade de Blumenau, neste Estado; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, José Luiz Colombi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 455.167.669-15, domiciliado e residente à Rua 9 de Junho, s/nº, na cidade de Botuverá, neste Estado; BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, 77, na cidade de Brusque, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JONAS OSCAR PAEGLE, brasileiro, casado, médico, RG nº 102.894 e CPF nº 155.475.079-20, domiciliado e residente na Rua Osnildo da Silva, 13, Bairro Jardim Maluche, na cidade de Brusque, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sra. SIMONI MERCIA MESCH NONES, brasileira, casada, administradora, RG nº 1.848.690 e CPF nº 682.523.159-68, domiciliada e residente na Rua Aderbal Ramos da Silva, 321, bairro Centro, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; GASPAR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, KLEBER EDSON WAN-DALL, brasileiro, casado, advogado, RG nº 3.899.377 e CPF nº 028.823.189-95, domiciliado e residente na Rua Guabiruba, 392, casa 1, bairro Santa Terezinha, na cidade de Gaspar, neste Estado; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Matias Kohler, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 376.148.359-72, domiciliado e residente à Rua Pomerânia, 752, na cidade de Guabiruba, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ANDRÉ LUIZ MOSER, brasileiro, casado, advogado, RG nº 4.365.137 e CPF nº 045.251.719-28, domiciliado e residente na Rua Atiradores, 141, apto. 604, bairro Centro, na cidade de Indaial, neste Estado; LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.319/0001-55, com sede na rua Erich Gielow, 35, bairro Centro, na cidade de Luiz Alves, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MARCOS PEDRO VEBER, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 4.365.094 e CPF nº 006.107.339-31, domiciliado e residente na Rua São Paulo, 764, bairro Capitais, na cidade de Luiz Alvez, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ERCIO KRIEK, brasileiro, casado, empresário, RG nº 2.026.174 e CPF nº 605.728.259-00, domiciliado e residente na Rua Itália, 07, bairro Centro, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu

Prefeito Municipal, MARILDO DOMINGOS FELIPPI, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1.481.611 e CPF nº 460.680.829-20, domiciliado e residente na Rua Duque de Caxias, 239, bairro Cruzeiro, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JORGE AUGUSTO KRÜGER, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 4.365.094 e CPF nº 006.107.339-31, domiciliado e residente na Rua São Paulo, 764, bairro Capitais, na cidade de Timbó, neste Estado. Doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CISAMVI, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2021, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO PARA MANUTENÇÃO DAS FINALIDADES DO CONSÓRCIO

2.1 O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelos seguintes critérios:

- a) quantidade de utilização dos serviços do CISAMVI no período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2019;
- b) distribuição igualitária para cada Município; e
- c) proporcionalidade populacional (IBGE – População Estimada 2019).

2.2 As cotas de despesas serão divididas na proporção de 40% (quarenta por cento) referente à utilização, 35% (trinta e cinco por cento) referente à distribuição igualitária e 25% (vinte e cinco por cento) referente ao índice populacional.

2.3 O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando na “Cota Mensal”, que será repassada até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2021, sob a forma de débito automático na Conta Indicada pelo Fundo Municipal de Saúde para tal finalidade.

2.4 O Consorciado que optar por pagar em parcela única, poderá utilizar o depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 0852, Operação 006, Conta Corrente nº 150-5.

2.5 Para fins de recibo o município utilizará o comprovante bancário da transação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO DO RATEIO PARA MANUTENÇÃO DAS FINALIDADES DO CONSÓRCIO

3.1 Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2021 o valor total de R\$ 1.200.361,36 (um milhão, duzentos mil trezentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, e manutenção da administração do CISAMVI.

3.2 O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério estabelecido, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Cota Mensal (R\$)	Grupo de Despesa	Valor Anual (R\$)	
			Valor	Total
APIÚNA	Janeiro a Novembro: R\$ 4.987,08 Dezembro: R\$ 4.987,13	3190	48.517,16	59.845,01
		3390	10.530,16	
		4490	797,69	
ASCURRA	Janeiro a Novembro: R\$ 3.603,06 Dezembro: R\$ 3.603,11	3190	35.052,64	43.236,77
		3390	7.607,81	
		4490	576,32	
BENEDITO NOVO	Janeiro a Novembro: R\$ 3.818,31 Dezembro: R\$ 3.818,21	3190	37.146,59	45.819,62
		3390	8.062,29	
		4490	610,74	
BLUMENAU	Janeiro a Novembro: R\$ 20.411,91 Dezembro: R\$ 20.411,92	3190	198.578,56	244.942,93
		3390	43.099,45	
		4490	3.264,92	
BOTUVERÁ	Janeiro a Novembro: R\$ 4.973,16 Dezembro: R\$ 4.973,23	3190	48.381,75	59.677,99
		3390	10.500,77	
		4490	795,47	
BRUSQUE	Janeiro a Novembro: R\$ 13.593,41 Dezembro: R\$ 13.593,37	3190	132.244,31	163.120,88
		3390	28.702,28	
		4490	2.174,29	
DOUTOR PEDRINHO	Janeiro a Novembro: R\$ 2.897,30 Dezembro: R\$ 2.897,26	3190	28.186,54	34.767,56
		3390	6.117,59	
		4490	463,43	
GASPAR	Janeiro a Novembro: R\$ 9.341,69 Dezembro: R\$ 9.341,64	3190	90.881,18	112.100,23
		3390	19.724,83	
		4490	1.494,22	
GUABIRUBA	Janeiro a Novembro: R\$ 5.217,10 Dezembro: R\$ 5.217,03	3190	50.754,83	62.605,13
		3390	11.015,82	
		4490	834,48	
INDAIAL	Janeiro a Novembro: R\$ 8.776,96 Dezembro: R\$ 8.777,02	3190	85.387,25	105.323,58
		3390	18.532,43	
		4490	1.403,90	

LUIZ ALVES	Janeiro a Novembro: R\$ 2.730,93 Dezembro: R\$ 2.730,89	3190	26.567,99	32.771,12
		3390	5.766,31	
		4490	436,82	
POMERODE	Janeiro a Novembro: R\$ 7.108,96 Dezembro: R\$ 7.109,00	3190	69.159,00	85.307,56
		3390	15.010,48	
		4490	1.137,09	
RIO DOS CEDROS	Janeiro a Novembro: R\$ 3.697,25 Dezembro: R\$ 3.697,22	3190	35.968,90	44.366,97
		3390	7.806,68	
		4490	591,39	
RODEIO	Janeiro a Novembro: R\$ 3.111,53 Dezembro: R\$ 3.111,57	3190	30.270,75	37.338,40
		3390	6.569,96	
		4490	497,69	
TIMBÓ	Janeiro a Novembro: R\$ 5.761,47 Dezembro: R\$ 5.761,44	3190	56.050,80	69.137,61
		3390	12.165,26	
		4490	921,55	

3.3 Os pagamentos das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2021.

3.4 Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionada à aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

3.5 Cada Consorciado deverá até o dia 10 de janeiro de 2021 indicar os dados bancários necessários para a programação do débito automático da parcela mensal do rateio, caso haja alteração do cadastro, ou apresentar um plano de pagamento via depósito.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA MANUTENÇÃO DAS FINALIDADES DO CONSÓRCIO

5.1 As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2021.

5.2 Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2021.

5.3 Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

5.4 As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
02	CONSORCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
001	SECRETARIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA DA MANUTENÇÃO
10.122.0001.2014	MANUTENÇÃO ATIVIDADES SECRETARIA ADM FINANCEIRA
33190	APLICAÇÕES DIRETAS
33390	APLICAÇÕES DIRETAS
4490	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS A SEREM REALIZADAS COM OS PRODUTOS/SERVIÇOS QUE SERÃO CONTRATADOS/CREDENCIADOS E DISPONIBILIZADOS AOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

6.1 O CONSÓRCIO, em razão dos produtos e serviços que serão contratados ou credenciados para utilização e disponibilidade aos Municípios consorciados, efetuará os respectivos pagamentos diretamente aos prestadores, fazendo uso dos recursos repassados e eventuais saldos existentes de exercícios anteriores.

6.2 O total de pagamentos será apurado de forma individual e mensal, sendo encaminhado fatura/nota de débito a ser paga por cada Município em favor do CONSÓRCIO.

6.3 Não há acréscimo de valor ou qualquer cobrança adicional sobre o serviço utilizado ou produto comprado via CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

I. promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;

II. contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;

III. aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;

IV. facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;

V. fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2 Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CISAMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO, desde já, responsável por:

I. efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, e serviços utilizados, nos termos estipulados na cláusula terceira e sexta;

II. inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

III. fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento, e demais instrumentos de contratação de serviços e compra, utilizados pelo município.

7.3 O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CISAMVI.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa a base de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2 Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3 A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 16 (dezesseis) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí

PRESIDENTE

APIÚNA

José Gerson Gonçalves

Prefeito

ASCURRA

Lairton Possamai

Prefeito

BENEDITO NOVO

Jean Michel Grundmann

Prefeito

BLUMENAU

Mário Hildebrandt

Prefeito

BOTUVERÁ

José Luiz Colombi

Prefeito

BRUSQUE

Jonas Oscar Paegle

Prefeito

DOUTOR PEDRINHO

Simoni Mercia Mesch Nones

Prefeita

GASPAR

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

GUABIRUBA

Matias Kohler

Prefeito

INDAIAL

André Luiz Moser

Prefeito

POMERODE

Ercio Kriek

Prefeito

RIO DOS CEDROS

Marildo Domingos Felippi

Prefeito

TIMBÓ

Jorge Augusto Kr-ger

Prefeito

RODEIO

Paulo Roberto Weiss

Prefeito

LUIZ ALVES

Marcos Pedro Veber

Prefeito

Testemunhas:

Cleones Hostins	Daniel Alberto Hornburg
CPF nº 007.944.929-83	CPF nº 044.869.899-45
Diretor Executivo do CISAMVI	Assessor Jurídico CISAMVI

CONTRATO DE SERVIÇO Nº 87/2020 - CISAMVI

Publicação Nº 2753772

CONTRATO DE SERVIÇO Nº 87/2020 - CISAMVI.

Contrato de serviço celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, e os municípios de Botuverá, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio, em cooperação com o município de Blumenau.

Pelo presente instrumento de contrato de serviço que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, aqui representado por seu Presidente, ERCIO KRIEK, brasileiro, casado, empresário, RG nº 2.026.174 e CPF nº 605.728.259-00, domiciliado e residente na Rua Itália, nº 07, bairro Centro, na cidade de Pomerode, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os Municípios de BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, José Luiz Colombi, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 455.167.669-15, domiciliado e residente à Rua 9 de Junho, s/nº, na cidade de Botuverá, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, bairro Centro na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado, representado por seu Prefeita Municipal, Sr. SIMONI MERCIA MESCH NONES, brasileira, casada, administradora, RG nº 1.848.690 e CPF nº 682.523.159-68, domiciliada e residente na Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 321, bairro Centro, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº. 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Matias Kohler, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 376.148.359-72, domiciliado e residente à Rua Pomerânia, nº 752, na cidade de Guabiruba, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MARILDO DOMINGOS FELIPPI, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1.481.611 e CPF nº 460.680.829-20, domiciliado e residente na Rua Duque de Caxias, nº 239, bairro Cruzeiro, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado. Doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, e como membro participe do processo de Prestação do Serviço, o Município de BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.108.357/0001-15, com sede na Avenida Castelo Branco, nº 02, Praça Victor Konder, bairro Centro, na cidade de Blumenau, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO HILDEBRANDT, brasileiro, casado, administrador, RG nº 2335061-0 e CPF nº 674.916.349-15, domiciliado e residente à Rua Wilhelm Grosskreutz, 423, Água Verde, na cidade de Blumenau, CEP 89042-010, neste Estado;

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de serviço as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, o Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios.

Cláusula segunda – O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

OBJETO

Cláusula terceira – O presente contrato tem como objeto a contratação e o pagamento dos serviços técnicos e profissionais de regulação médica e clínica, de serviços de saúde, aos dos municípios partícipes.

Cláusula quarta – Constitui objeto do presente contrato de serviços a prestação de serviços de regulação médica e clínica, de serviços de saúde dos Municípios partícipes, através de equipe técnica (profissionais de regulação) contratada e administrada pelo CISAMVI em parceria com o município de Blumenau.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula quinta – O CISAMVI, em parceria com a Secretaria de Promoção da Saúde, de Blumenau, nos termos da Deliberação CIR nº 11/2018, será responsável pela organização da regulação médica e clínica, dos serviços de saúde dos municípios partícipes, cuja prestação do serviço observará:

- A disponibilização de equipe técnica do CISAMVI e da Secretaria de Promoção da Saúde de Blumenau (profissionais habilitados).
- A implantação e capacitação da equipe.
- Protocolos de regulação utilizados pelo Município de Blumenau, ou aprovados pela CIR do Médio Vale do Itajaí.
- Gestão técnico-administrativo, executando diretamente ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento.
- Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de serviço, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS.
- Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento.
- A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto.
- Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitadas, inclusive prestando contas na forma da lei.

DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

Cláusula sexta – São direitos dos consorciados:

- Acompanhar a execução dos trabalhos objeto deste instrumento, mediante recebimento de informações conforme alínea "h" da cláusula quarta.
- Receber orientação para a utilização do objeto do presente instrumento.
- Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.
- Requisitar informações, orientação e ou suporte para a melhor utilização do objeto do presente instrumento.

Cláusula sétima – São deveres do ente consorciado:

- Prestar as informações solicitadas pelo CISAMVI, pela Secretaria de Promoção da Saúde de Blumenau, ou pela Central de Regulação.
- Zelar pela correta utilização dos serviços, permitindo aos profissionais atuantes na regulação, total autonomia, sem interferência hierárquica nas decisões sobre os encaminhamentos dados aos usuários atendidos, conforme preconizam os conselhos profissionais.
- Realizar os pagamentos previstos no item "GESTÃO FINANCEIRA", deste instrumento.

GESTÃO FINANCEIRA

Cláusula oitava – A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Protocolo de Intenções do CISAMVI.

Cláusula nona - O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando no "Valor Mensal" (cláusula décima), que será repassado até o 5º (quinto) dia de cada mês, de Janeiro a Dezembro de 2021, por meio de débito automático em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº. 95-7, Conta Corrente nº. 28.891-8, que fornecerá o recibo correspondente.

Cláusula décima – Para fins de atendimento e prestação dos serviços objeto deste instrumento, caberá aos Consorciados o pagamento da quantia abaixo especificada, aprovada em deliberação CIR nº 30, de 23 de setembro 2020, totalizando R\$ 190.086,00 (cento e noventa mil e oitenta e seis reais):

Município	Valor Mensal - R\$	Valor Anual – R\$
Botuverá	4.093,75	49.125,00
Doutor Pedrinho	1.089,50	13.074,00
Guabiruba	5.605,00	67.260,00
Rio dos Cedros	2.687,00	32.244,00
Rodeio	2.365,25	28.383,00
VALOR TOTAL	15.840,50	R\$ 190.086,00

Cláusula décima primeira - Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionada à aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de serviço.

VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda – O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, sendo sua vigência de 01/01/2021 à 31/12/2021, podendo ser alterado, mediante termo aditivo após Deliberação CIR.

PENALIDADES

Cláusula décima terceira – O consorciado inadimplente com o CISAMVI será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do serviço, mediante deliberação do Conselho de Administração.

RESCISÃO

Cláusula décima sexta – O presente contrato de serviço poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as obrigações financeiras constantes neste contrato de Serviço.

FORO

Cláusula décima sétima – Fica eleito o foro de Blumenau do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Serviço.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima oitava – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 06 (seis) vias de igual teor e forma.

Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

CISAMVI Ércio Kriek - Presidente	MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC Mário Hildebrandt - Prefeito
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC José Luiz Colombi – Prefeito	MUNICÍPIO DE GUABIRUBA/SC Matias Kohler – Prefeito
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC Simoni Mercia Mesch Nones – Prefeita	MUNICÍPIO DE RODEIO/SC Paulo Roberto Weiss - Prefeito
MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC Marildo Domingos Felippi – Prefeito	
Testemunhas: CLEONES HOSTINS CPF nº 007.944.939-83 Diretor Executivo - CISAMVI	DANIEL ALBERTO HORNBURG CPF nº 044.869.899-45 Assessor Jurídico - CISAMVI

EXTRATO - ALTERAÇÃO PRAZOS PROCESSO SELETIVO 03-2020 - RECURSOS

Publicação Nº 2753697

**ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA DO PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2020**

Diante do elevado número de recursos no processo seletivo nº 03/2020 e, considerando a necessidade de análise pormenorizada dos pedidos, a Comissão Especial decide prorrogar o cronograma de análise de recursos e publicação da classificação final definido no edital. As datas do novo cronograma serão publicadas oportunamente.
Blumenau - SC, 10 de dezembro de 2020.

MARCOS DA ROCHA
Presidente da Comissão Especial

CISAM**ESCLARECIMENTO 01 DO PREGÃO PRESENCIAL 10/2020 - CPL CISAM-MO**

Publicação Nº 2752338

Capinzal/SC, 10 de dezembro de 2020.

Edital do Pregão Presencial nº 10/2020

Esclarecimento 01

Prezados participantes,

Em atenção à consulta formulada pela empresa AMBIENTALY INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA interessada em participar do referido Pregão Presencial, seguem esclarecimentos da comissão de licitação:

Questionamento:

No anexo I, item 1 do edital, menciona o DOCUMENTO: " Laudo de atendimento aos requisitos de Saúde, para produtos utilizados no tratamento de água para abastecimento público, (LARS) NBR 15784/2014;".

Questionamento: Entendemos que a apresentação do mencionado deverá ocorrer na entrega do objeto licitado, estamos corretos em nosso entendimento?

Resposta Questionamento:

A apresentação do documento mencionado deverá ocorrer na entrega do objeto licitado ao prestador de serviço, conforme o lote do produto.

Leomar Eggers
Pregoeiro/Precidente CPL

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº021/2020

Publicação Nº 2753765

PORTARIA CISAM MO Nº – 021/2020 de 10 de dezembro de 2020

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Ernesto Jorge Vogt (Matr.0009), ocupante do Cargo de Livre Provisão em Comissão de Assessor Jurídico, Nível 122, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05/04/2019 à 04/04/2020, para serem fruídas no período de 16/12/2020 à 30/12/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidor

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº022/2020

Publicação Nº 2753767

PORTARIA CISAM MO Nº – 022/2020 de 10 de dezembro de 2020

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Nasser Ibrahim (Matr.0003), ocupante do Cargo de Provisão efetivo de Químico, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2019 à 30/06/2020, para serem fruídas no período de 21/12/2020 à 04/01/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidor

CITMAR**ATA SESSÃO PÚBLICA PP Nº 03/2020**

Publicação Nº 2752575

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

CONSORCIO INTERM.DE TURISMO COSTA VERDE E MAR

Data: 10/12/2020

Processo: 13/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 3
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 1 - 2020

Reuniram-se no dia 10/12/2020, as 09:12:34, na CONSORCIO INTERM.DE TURISMO COSTA VERDE E MAR, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 2/2020 com o objetivo de Emitir, analisar e julgar processos litigiosos tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 3 destinado a : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE, GERENCIAMENTO E APOIO TÉCNICO AOS USUÁRIOS DO CITMAR, NOS SISTEMAS DE COMPRAS E LICITAÇÕES, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

401 OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS

CNPJ: 35.601.932/0001-74

ITEM 1 - Serviços de apoio técnico mensal em Compras

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
401	OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS	Sim	2.916,0000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS	0,0000	2.790,0000	
2	OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS	0,0000	2.690,0000	

O licitante OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 1 deste Pregão Presencial o fornecedor OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS pelo valor de R\$ 2.690,0000 (dois mil seiscentos e noventa reais).

ITEM 2 - Serviços de Hora Técnica

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)
401	OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS	Sim	117,9000

Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS	0,0000	117,0000	

O licitante OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 2 deste Pregão Presencial o fornecedor OPTIMA - SERVICOS CORPORATIVOS pelo valor de R\$ 117,0000 (cento e dezessete reais).

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 09:37 horas do dia 10 de Dezembro de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

Jean Carlos Coelho - Pregoeiro

Jacqueline Mirtes Alves Zatera - Membro

Jean Carlos Coelho - Presidente

ERICA MIRANDA DOS SANTOS REQUI - Membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Wilver Boeira da Rosa - Representante

CODEPLAN**ATA Nº 04/2020 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2752743

CONSÓRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO NORTE

Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Três Barras

ATA Nº 04/2020

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro do corrente, dez horas e trinta minutos, em primeira chamada, reuniram-se na sede da AMPLANORTE/CODEPLAN, os membros do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte – CODEPLAN,. Esteve presente o Presidente do CODEPLAN e Prefeito de Bela Vista do Toldo, Sr. Adelmo Alberti, Prefeito de Canoinhas, Sr. Gilberto dos Passos, Prefeito de Irineópolis, Sr. Juliano Pozzi Pereira, Prefeito de Itaiópolis, Sr. Reginaldo José Fernandes, Prefeito de Mafra, Sr. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito de Major Vieira, Sr. Francisco Juraczeki, Prefeito de Monte Castelo, Sr. Jean de Medeiros, Prefeito de Papanduva, Sr. Luiz Henrique Saliba, Prefeito de Porto União, Sr. Eliseu Mibach, Coordenador do Codeplan, Sr. Helio Daniel Costa. Ordem do dia: 1) Projeto Recuperar: Aditivo de Prazo; 2) Engenharia 3) Discussão Eleição Nova Diretoria 2021. O presidente deu boas vindas, e passou a palavra ao coordenador. Daniel apresentou novamente o orçamento 2021, onde foi aprovado em meados de julho, através de reunião online, e repassado a contabilidade das prefeituras para incluir no LOA dos municípios. Ressaltou que é o mesmo valor do ano passado. Como próximo item, Daniel explanou sobre o Projeto Recuperar, apresentou um gráfico do que foi executado no ano, e que houve muitas dificuldades, um exemplo foi a paralisação das obras por conta da pandemia, encerramento de contrato com empresa, entrega de levantamentos em atraso, fiscalização por parte do Engenheiro da Amplanorte e da SIE. Adelmo comentou que foi um projeto engessado, onde o tramite não funcionou, e que o próprio estado fez serviços de recuperação na rodovias licitadas. Daniel explanou sobre o problema na SC 340, no qual o tapa buracos não funcionou devido a problemas estruturais, e que o Projeto não contemplava o remendo profundo, onde a empresa solicitou cancelamento do contrato. Eliseu comentou da licitação, pediu para fazer as mudanças necessárias, verificar as soluções em conjunto. Disse do fato de não ter as reuniões presenciais, dificultou a cobrança nos problemas encontrados. Juliano pediu para incluir no termo de referência o trecho de Irineópolis que não estava previsto. Os prefeitos sugeriram convidar na próxima reunião o Engenheiro do Deinfra, para poder alinhar as pendências, juntamente com o Engenheiro do CODEPLAN. Daniel explicou que será feita nova licitação no início do próximo ano, assim que regularizar a nova diretoria do consórcio. Referente ao setor de Engenharia, será revisto o contrato para melhor atender o CODEPLAN. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, sendo a ata assinada pelo Presidente juntamente com o Coordenador Administrativo.

TERMO ADITIVO 07/2019

Publicação Nº 2752751

TERMO ADITIVO Nº 07/2019

CESSÃO DE USO Nº 01/2017

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, TORNA PÚBLICO O 1ª TERMO ADITIVO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2017 COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONSTITUI 1 (UM) NOTEBOOK SONY VAIO PARA O SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA – SUASA

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DA VIGÊNCIA FICA PRORROGADO ATÉ DOZE (12) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA, PODENDO SER ADITIVADO PELO MESMO PERÍODO EM COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES.

CLÁUSULA TERCEIRA -PERMANECER INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO TERMO DE CESSÃO DE USO ORIGINÁRIAS NÃO ATINGIDAS POR ESSE TERMO ADITIVO.

Mafra, 17 de dezembro de 2019.

ADELMO ALBERTI

Presidente CODEPLAN

TERMO ADITIVO 08/2019

Publicação Nº 2752755

TERMO ADITIVO Nº 08/2019

CESSÃO DE USO Nº 01/2017

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, TORNA PÚBLICO O 1ª TERMO ADITIVO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2017 COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONSTITUI 1 (UM) NOTEBOOK SONY VAIO PARA O SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA – SUASA

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DA VIGÊNCIA FICA PRORROGADO ATÉ DOZE (12) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA, PODENDO SER ADITIVADO PELO MESMO PERÍODO EM COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES.

CLÁUSULA TERCEIRA -PERMANECER INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO TERMO DE CESSÃO DE USO ORIGINÁRIAS NÃO ATINGIDAS POR ESSE TERMO ADITIVO.

Mafra, 17 de dezembro de 2019.
ADELMO ALBERTI
Presidente CODEPLAN

TERMO ADITIVO 09/2019

Publicação Nº 2752756

TERMO ADITIVO Nº 09/2019
CESSÃO DE USO Nº 01/2017

O CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, TORNA PÚBLICO O 1ª TERMO ADITIVO DO TERMO DE CESSAO DE USO Nº 01/2017 COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONSTITUI 1 (UM) NOTEBOOK SONY VAO PARA O SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA – SUASA

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DA VIGÊNCIA FICA PRORROGADO ATÉ DOZE (12) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA, PODENDO SER ADITIVADO PELO MESMO PERÍODO EM COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES.

CLÁUSULA TERCEIRA -PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁSULAS DO TERMO DE CESSÃO DE USO ORIGINÁRIAS NÃO ATINGIDAS POR ESSE TERMO ADITIVO.

Mafra, 17 de dezembro de 2019.
ADELMO ALBERTI
Presidente CODEPLAN

TERMO ADITIVO 10/2019

Publicação Nº 2752760

TERMO ADITIVO Nº 10/2019
CESSÃO DE USO Nº 01/2017

O CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, TORNA PÚBLICO O 1ª TERMO ADITIVO DO TERMO DE CESSAO DE USO Nº 01/2017 COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: CONSTITUI 1 (UM) NOTEBOOK SONY VAO PARA O SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA – SUASA

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DA VIGÊNCIA FICA PRORROGADO ATÉ DOZE (12) MESES CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA, PODENDO SER ADITIVADO PELO MESMO PERÍODO EM COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES.

CLÁUSULA TERCEIRA -PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁSULAS DO TERMO DE CESSÃO DE USO ORIGINÁRIAS NÃO ATINGIDAS POR ESSE TERMO ADITIVO.

Mafra, 17 de dezembro de 2019.
ADELMO ALBERTI
Presidente CODEPLAN

CIM-AMFRI

CIM-AMFRI PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05.2020 - IGUATEMI

Publicação Nº 2752905

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 05/2020 FIRMADO COM A EMPRESA IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.980.376/0001-04, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, Sala 3, Bairro São Vicente, Itajaí/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor João Luiz Demantova, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.513.209-25, portador da Cédula de Identidade sob nº 966.112-3/PR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, doravante denominado apenas CONTRATANTE, e a empresa IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.256.172/0001-58, com sede à Rua Santos saraiva, nº 1964, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.070-101, neste ato representada pelo Senhor Adão dos Santos, brasileiro, viúvo, geólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº 223.349.559-49, portador de Cédula de Identidade nº 201.802/SESP/SP, doravante denominada de CONTRATADA;

CONSIDERANDO:

Que o objeto contratual envolve a supervisão dos seguintes serviços: (i) pavimentação e materiais asfálticos; (ii) serviços de limpeza de plataforma; e (iii) serviços de sinalização horizontal e vertical;

Que até o momento da assinatura do contrato nem todos os serviços a serem supervisionados foram contratados, porque os certames licitatórios resultaram deserto ou fracassado e que, por essa razão, os serviços não serão prestados conjunta e concomitantemente;

RESOLVEM, as PARTES, aditar o presente CONTRATO, conforme autorizado na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA e no § 3º do art. 65 da Lei nº

8.666/93, de modo a fixar os preços por serviço a ser supervisionado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este PRIMEIRO TERMO ADITIVO tem por objeto:

1.1. Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES QUALITATIVAS

2.1. Fica incluído o subitem 3.4. na CLÁUSULA TERCEIRA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

.....

3.4. Ficam estabelecido os seguintes preços por item e respectivos percentuais para quantificar os serviços a serem supervisionados:

LOTE	SERVIÇOS FISCALIZADOS	%	VALOR TOTAL
1	Serviços de Pavimentação e Materiais Asfálticos	33,34	R\$ 38.004,26
2	Serviços de Limpeza de Plataforma	33,33	R\$ 37.992,86
3	Serviços de Sinalização Horizontal e Vertical	33,33	R\$ 37.992,86
Total		100,00	R\$ 113.989,98

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. As alterações promovidas por meio deste PRIMEIRO TERMO ADITIVO não implicam em novação, pelo que permanecem ainda válidas e em vigor todas as obrigações, cláusulas, termos e condições previstas no CONTRATO.

3.2. A alteração promovida pelo presente TERMO ADITIVO não implica em recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante 02 (duas) testemunhas.

Itajaí (SC), 24 de novembro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI CONTRATANTE	IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1 - _____ 2 - _____
Nome: Érica Miranda dos Santos Requi Nome: Jean Carlos Coelho
RG: 7.832.656-5/SSP-PR RG: 397.267-3/SSP-SC

CIM-AMFRI RESOLUÇÃO 22.2020 - REVOGA RESOLUÇÃO 05.2020

Publicação Nº 2752915

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

Revoga a Resolução no 05/2020 e altera a Resolução nº 03/2019 que dispõem sobre a Instalação do Conselho Consultivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI.

O Presidente do CIM-AMFRI, no uso das atribuições que lhe conferem a Cláusula 10 do Contrato de Consórcio Público.

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas, pelo Diretor Executivo na Assembleia Geral Extraordinária de 04 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o prazo estabelecido para a instalação do Conselho Consultivo, passando o art. 17 da Resolução no 03/2019 a vigorar conforme segue:

“Art. 17 – Compete ao Diretor Executivo do CIM-AMFRI promover os convites para compor o Conselho Consultivo e praticar todas as ações necessárias para a sua instalação até 31 de janeiro de 2021.” (NR)

Art. 2º. Fica revogada a Resolução no 05/2020.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Itajaí/SC, 04 de dezembro de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Presidente do CIM-AMFRI

CIM-AMFRI RESOLUÇÃO 23.2020 - CONSELHO CONSULTIVO

Publicação Nº 2752918

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

Institui o Conselho Consultivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI.

O Diretor Executivo do CIM-AMFRI, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, inciso I, da Resolução nº 06, de 27 de fevereiro de 2020, cominado com o disposto no Art. 17 da Resolução No 03, de 27 de setembro de 2019.

CONSIDERANDO a expedição dos convites a todos os órgãos e entidades elencados na Resolução No 03, de 27 de setembro de 2019; e

CONSIDERANDO que até a presente data apenas alguns órgãos e entidades fizeram suas indicações.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, nesta data, o Conselho Consultivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI, assim composto e representado:

I – Setor Público:

a) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

b) Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

c) SC Parcerias S/A:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

d) Agência de Fomento de Santa Catarina – BADESC:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

e) Secretaria de Estado da Fazenda:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

II – Instituições de Ensino Superior:

a) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC:

Membro Titular: Sr. GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE

Membro Suplente: Sr. ALVARO GUILLERMO ROJAS LEZANA

b) Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI;

Membro Titular: Sr. JOSÉ ROBERTO PROVESI

Membro Suplente: Sr. KNUT STEINKAMP

c) Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

d) Centro Universitário Avantis – UNIAVAN:

Membro Titular: Sr. GILBERTO ALMEIDA PERALTA

Membro Suplente: Sr. MOHAMAD HUSSEIN ABOU WADI

e) Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC;

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

III – Setor Não-Governamental:

a) Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI:

Membro Titular: PAULO ROBERTO BARRETO BORNHAUSEN

Membro Suplente: VAGO

b) Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí-Açu:

Membro Titular: Sr. RAFAEL MAYER DA SILVA

Membro Suplente: Sr. PAULO ROBERTO SADA GRAF

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE:

Membro Titular: Sr. CARLOS GUILHERME RAMOS FONSECA

Membro Suplente: Sr. DANIEL LEIPNITZ

c) Federação Catarinense de Municípios – FECAM:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

d) Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC:

Membro Titular: VAGO

Membro Suplente: VAGO

Art. 2º. O prazo do mandato dos conselheiros será de 04 anos com vigência até 30 de novembro de 2024.

Art. 3º. Fica o Diretor Executivo do CIM-AMFRI incumbido de encaminhar expediente aos órgãos e entidades que ainda não indicaram seus representantes para que façam sua manifestação no prazo máximo de 30 dias do recebimento do expediente.

Art. 4º. Fica o Diretor Executivo do CIM-AMFRI incumbido de convocar a primeira reunião ordinário do conselho até 31 de janeiro de 2021.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor no dia 04 de dezembro de 2020,

Itajaí/SC, 04 de dezembro de 2020.

JOÃO LUIZ DEMANTOVA
Diretor Executivo do CIM-AMFRI

CIM-AMFRI RESOLUÇÃO 24.2020 - ORÇAMENTO 2021

Publicação Nº 2752921

**RESOLUÇÃO Nº 24, 09 DE DEZEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre a aprovação do orçamento geral do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI para o exercício de 2021.

CONSIDERANDO a aprovação do orçamento do CIM-AMFRI para o exercício de 2021, na quarta Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2021, por decisão de seus membros presentes, com fundamento nas disposições do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social;

CONSIDERANDO que na mesma quarta Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2020, houve a retirada a pedido do município de Ilhota, o que determinou a realização de ajustes no orçamento aprovado, devidamente autorizados pela Assembleia Geral;

CONSIDERANDO que na mesma quarta Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2020, foi deliberado pela autorização para que o saldo remanescente do exercício de 2020 seja incorporado ao Programa de Manutenção das Atividades do CIM-AMFRI no exercício de 2021 ou alocados nos respectivos programas continuados.

O Presidente do CIM-AMFRI, com fundamento no art. 37, inc. X, do Estatuto Social

R E S O L V E:

Art. 1.º - O Orçamento do CIM-AMFRI, para o exercício de 2021, é constituído pela previsão da Receita no valor de R\$ 1.046.000,11 (Um milhão e quarenta e seis mil, e onze centavos), e fixa a despesa em igual valor conforme detalhamento abaixo:

Receitas PREVISTA

1.3.0.0.00.00.00 – Receita Patrimonial	R\$ 1.000,00
1.3.2.0.00.00.00 - Receitas de Valores Mobiliário	R\$ 1.000,00
1.3.2.5.00.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 1.000,00
1.7.0.0.00.00.00 – Transferências Correntes	R\$ 1.045.000,11
1.7.2.3.00.00.00 – Transferências dos Municípios	R\$ 1.045.000,11



📍 Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - Itajaí - SC
 ☎ +55 (47) 3404 8000 ✉ amfri@amfri.org.br
amfri.org.br

Porto Belo | Penha | Navegantes | Itapema | Itajaí | Ilhota | Camboriú | Bombinhas | Balneário Piçarras | Balneário Camboriú



1.7.2.3.37.00.00 – Transferências à Consórcios Públicos R\$ 1.045.000,11

RECEITA TOTAL PREVISTA R\$ 1.045.000,11

DESPESA FIXADA

Programa	Unidade de Destinação	Valor
01- Manutenção do CIM -AMFRI	01- CIM- AMFRI	1.046.000,11
TOTAL.....R\$		1.046.000,11

Art. 2.º - Fica o Diretor Executivo do CIM-AMFRI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da Foz do Rio Itajaí, autorizado a ajustar este orçamento através do superávit financeiro, excesso de arrecadação, ou outros recursos que ingressarem pelos seus totais, e ainda pelas anulações de saldos dentro da mesma unidade administrativa, para o exercício de 2021, até 50% do valor total estimado.

Art. 3.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 09 de dezembro de 2020.

LEONEL JOSE MARTINS

JOÃO LUIZ DEMANTOVA

JEAN CARLOS COELHO

Presidente

Diretor Executivo

Contador CRC/SC
028.914/O-6.



📍 Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - Itajaí - SC
☎ +55 (47) 3404 8000 ✉ amfri@amfri.org.br

amfri.org.br



ANEXO I

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA E TRANSFERÊNCIAS (Repasse municípios)

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.046.000,11
1.3.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.000,00
1.3.2.0.00.00.00	Receita de Valores Mobiliários	1.000,00
1.3.2.5.00.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00
1.3.2.5.01.00.00	Rendimentos de Aplicação Financeiras	1.000,00
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	1.045.000,11
1.7.3.8.00.00.00	Transferências Intragovernamentais	1.045.000,11
1.7.3.8.02.00.00	Transferências dos Municípios	1.045.000,11
1.7.3.8.02.11.00	Transferências á Consórcios Públicos	1.045.000,11
1.7.3.8.02.11.01	Transf. do Município de Balneário Camboriú	210.115,65
1.7.3.8.02.11.02	Transf. do Município de Balneário Piçarras	34.179,32
1.7.3.8.02.11.03	Transf. do Município de Bombinhas	29.191,30
1.7.3.8.02.11.04	Transf. do Município de Camboriú	122.543,22
1.7.3.8.02.11.05	Transf. do Município de Itajaí	324.171,25
1.7.3.8.02.11.06	Transf. do Município de Itapema	96.441,00
1.7.3.8.02.11.07	Transf. do Município de Luiz Alves	28.432,87

Balneário Camboriú | Balneário Piçarras | Bombinhas | Camboriú | Ilhota | Itajaí | Itapema | Navegantes | Penha | Porto Belo



📍 Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - Itajaí - SC

☎ +55 (47) 3404 8000 ✉ amfri@amfri.org.br

amfri.org.br



1.7.3.8.02.11.08	Transf. do Município de Navegantes	120.307,62
1.7.3.8.02.11.09	Transf. do Município de Penha	48.035,93
1.7.3.8.02.11.10	Transf. do Município de Porto Belo	31.581,95

Itajaí (SC), 09 de dezembro de 2020.

LEONEL JOSE MARTINS

JOÃO LUIZ DEMANTOVA

JEAN CARLOS COELHO

Presidente

Diretor Executivo

Contador

CRC/SC

028.914/O-6.

Balneário Camboriú | Balneário Piçarras | Bombinhas | Camboriú | Ilhota | Itajaí | Itapema | Navegantes | Penha | Porto Belo



📍 Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - Itajaí - SC
☎ +55 (47) 3404 8000 ✉ amfri@amfri.org.br

amfri.org.br



ANEXO II

PLANILHA DAS DESPESAS PARA EXERCÍCIO DE 2021

ÓRGÃO:	CIM-AMFRI - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI	01
UNIDADE:	CIM-AMFRI - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI	01
FUNÇÃO:	Administração	04
SUB-FUNÇÃO:	Planejamento e Orçamento	121
PROGRAMA:	Desenvolvimento das atividades administrativas, técnicas e operacionais necessárias para o efetivo funcionamento e manutenção.	1001
ATIVIDADE:	Manutenção e Funcionamento do CIM-AMFRI	2001

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

3.1.90.00.00.00.00	Pessoal e Encargos – Aplicações Diretas	751.894,71
3.3.90.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	176.463,24
4.4.90.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas	117.642,16
TOTAL ____		1.046.000,11

Itajaí (SC), 09 de dezembro de 2020.

LEONEL JOSE MARTINS
Presidente

JOÃO LUIZ DEMANTOVA
Diretor Executivo

JEAN CARLOS COELHO
Contador CRC/SC
028.914/O-6.



📍 Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - Itajaí - SC
☎ +55 (47) 3404 8000 ✉ amfri@amfri.org.br

amfri.org.br



ANEXO III

TABELA DE RATEIO DAS DESPESAS POR MUNICÍPIO CONSORCIADO

OBS 1: Valores previstos de acordo com proposta de serviços dos municípios.

Município	Recursos de Repasses	% de Rateio	Receita Própria	Modalidade	Total
Balneário Camboriú	R\$ 210.115,65	20,11%	R\$ 201,10	3.1.90.00	151.181,65
				3.3.90.00	35.481,08
				4.4.90.00	23.654,02
Balneário Piçarras	R\$ 34.179,32	3,27%	R\$ 32,70	3.1.90.00	24.592,57
				3.3.90.00	5.771,67
				4.4.90.00	3.847,78
Bombinhas	R\$ 29.191,30	2,79%	R\$ 27,90	3.1.90.00	21.003,62
				3.3.90.00	4.929,33
				4.4.90.00	3.286,25
Camboriú	R\$ 122.543,22	11,73%	R\$ 117,30	3.1.90.00	88.171,85
				3.3.90.00	20.693,22
				4.4.90.00	13.795,45
Itajaí	R\$ 324.171,25	31,02%	R\$ 310,20	3.1.90.00	233.246,53
				3.3.90.00	54.740,95
				4.4.90.00	36.493,97
Itapema	R\$ 96.441,00	9,23%	R\$ 92,30	3.1.90.00	69.390,89
				3.3.90.00	16.285,45
				4.4.90.00	10.856,96
Luiz Alves	R\$ 28.432,87	2,72%	R\$ 27,20	3.1.90.00	20.457,91
				3.3.90.00	4.801,30
				4.4.90.00	3.200,86
Navegantes	R\$ 120.307,62	11,51%	R\$ 115,10	3.1.90.00	86.563,34
				3.3.90.00	20.315,60
				4.4.90.00	13.543,78
Penha	R\$ 48.035,93	4,60%	R\$ 46,00	3.1.90.00	34.562,64
				3.3.90.00	8.111,58
				4.4.90.00	5.407,71
Porto Belo	R\$ 31.581,95	3,02%	R\$ 30,20	3.1.90.00	22.723,71
				3.3.90.00	5.333,06
				4.4.90.00	3.555,38
TOTAL	R\$ 1.045.000,11	100,00%	R\$ 1.000,00		1.046.000,11

Itajaí (SC), 09 de dezembro de 2020.



Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - Itajaí - SC
 +55 (47) 3404 8000 amfri@amfri.org.br

amfri.org.br



Balneário Camboriú | Balneário Piçarras | Bombinhas | Camboriú | Ilhota | Itajaí | Itapema | Navegantes | Penha | Porto Belo

LEONEL JOSE MARTINS

Presidente

JOÃO LUIZ DEMANTOVA

Diretor Executivo

JEAN CARLOS COELHO

Contador

028.914/O-6.

CRC/SC



📍 Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - Itajaí - SC

☎ +55 (47) 3404 8000 ✉ amfri@amfri.org.br

amfri.org.br

CIM-AMFRI ATA DA SESSÃO - DISPUTA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020

Publicação Nº 2752617

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI - CIM-AMFRI SC
ITAJAÍ-SC**

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020
Processo Administrativo Nº 02/2020
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI
Data de Publicação: 20/11/2020 18:25:18

MOVIMENTOS DO PROCESSO

LOTE 1 - DESERTO
Pavimentação e Materiais Asfálticos. Conforme planilha Anexo XIII

MOVIMENTOS DO LOTE

20/11/2020 18:25:17	PUBLICADO
20/11/2020 18:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS
03/12/2020 10:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS
03/12/2020 10:04:57	DESERTO

PREGOEIRO: ARIANE SIMIONATTO SCHIZZI

Gerado em: 03/12/2020 10:04:58

1 de 1

CIM-AMREC**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº005/2020**

Publicação Nº 2753401

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2020

Senhores Prefeitos,

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem da Assembleia Geral Eleitoral, que ocorrerá no dia 21/12/2020 (segunda-feira), às 15h30min, no Auditório da AMREC, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1. Eleição e posse do Conselho de Administração do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC – CIM-AMREC;
2. Eleição e posse do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC – CIM-AMREC
3. Outros Assuntos de interesse do CIM-AMREC;

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente,

Criciúma, 10 de dezembro de 2020.

HELIO ROBERTO CESA
Presidente

CONDER**6º EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CONDER 18.12.2020**

Publicação Nº 2752417

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2020

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA, por meio do presente, todos os consorciados para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 18 de dezembro de 2020. Em primeira convocação às 14h30min com a presença da maioria absoluta dos consorciados e, em segunda convocação, às 15h00min com a presença de qualquer número de consorciados. A assembleia acontecerá através de sala virtual no aplicativo Zoom, em cumprimento as regras de isolamento social e proibição de reuniões com aglomerações de pessoas, através do link <https://us02web.zoom.us/j/88679830558?pwd=VHdIUVEyakRlVlFBUEFVYVlVxZm82UT09> (senha: 0795) com a seguinte ordem do dia:

Pauta 01 - 15h00min: Abertura e apresentação da pauta;

Pauta 02 - 15h05min: Apresentação da estrutura administrativa do CONDER e das principais atividades desenvolvidas pelo consorcio;

Pauta 03 - 15h30min: Eleição da diretoria do CONDER para os próximos 02 anos (2021 e 2022), conforme previsão legal no Contrato de Consórcio Público;

Pauta 03 - 15h45min: Assuntos gerais e encerramento;

Observação: Em vista de se tratar de assembleia eletrônica em decorrência da pandemia COVID-19 que vivenciamos, será necessário o registro individual de presença de cada um dos participantes, através do chat da reunião, sendo indispensável que ao ingressar na sala cada participante registre sua presença constando seu nome completo, município que representam seguido da expressão "presente". Também será necessário o registro de voto individual de cada um dos prefeitos constando no chat seu nome completo, município que representam e seu voto para os nomes indicados a compor a Diretoria e Conselho Fiscal da associação. Posteriormente, considerando as presenças confirmadas pelo chat, será elaborada lista física de presença e coleta das respectivas assinaturas.

São Miguel do Oeste/SC, 10 de dezembro de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER/Prefeito de Belmonte

CONVOCAÇÃO CIS 005-2020 ELEIÇÃO

Publicação Nº 2753445

CONVOCAÇÃO 005/2020

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina - CIS-AMEOSC usando das atribuições previstas no Estatuto da Entidade, convoca os Senhores Prefeitos Municipais Eleitos e Associados, para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada de forma eletrônica através de web conferência em sala virtual do aplicativo Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/88984032138?pwd=VjFUNK1FMjF1T0ZuczZrczN5THdEdz09> , no dia 18 de dezembro de 2020, com início às 16h00, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. 16h00min- Abertura da Assembleia e apresentação da pauta;
2. 16h05min- Apresentação da instituição CIS-AMEOSC;
3. 16h30min- Eleição da Nova Diretoria do CIS-AMEOSC para o ano de 2021;
4. 16h50min- Assuntos Gerais e Encerramento.

Observação: Em vista de se tratar de assembleia eletrônica em decorrência da pandemia COVID-19 que vivenciamos, será necessário o registro individual de presença de cada um dos participantes, através do chat da reunião, sendo indispensável que ao ingressar na sala cada participante registre sua presença constando seu nome completo, município que representam seguido da expressão "presente". Também será necessário o registro de voto individual de cada um dos prefeitos constando no chat seu nome completo, município que representam e seu voto para os nomes indicados a compor a Diretoria e Conselho Fiscal do Consórcio. Posteriormente, considerando as presenças confirmadas pelo chat, será elaborada lista física de presença e coleta das respectivas assinaturas.

São Miguel do Oeste/SC, 10 de dezembro de 2020.

MOACIR PIROCA
Presidente do CIS-AMEOSC
Prefeito Municipal de Barra Bonita

CIASS**RESOLUCAO 12/2020**

Publicação Nº 2752343

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 012/20, de 10 de Dezembro de 2020.

QUINTA PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO ACT 001/2017 DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

Considerando a alternância de gestores municipais e a pandemia do Covid-19.
RESOLVE

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade para até 28 de Fevereiro de 2021, conforme item 13.16 do Edital o processo seletivo Act 001/2017 do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, em virtude do aguardo da realização de um novo Processo Seletivo para contratação de ACT.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de Dezembro de 2020.

TIAGO ZILLI
Presidente da CIASS DE TURVO

CINFRA**RESOLUCAO 04/2020**

Publicação Nº 2752345

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AMESC – CINFRA

RESOLUÇÃO No 004/20, de 07 de Dezembro de 2020.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AMESC – CINFRA, no uso das atribuições que lhe compete o Estatuto/contrato e a resolução 010/2019 orçamento para 2020.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do CINFRA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AMESC no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), assim classificados:

01.01 – CINFRA CONSÓRCIO INTERMUNIC DE INFRAES RODO DA AMESC

08.243.0001.2.001 – Manutenção e Funcionamento do CINFRA

3.3.90.00.00.00.00.0001 (002) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente:

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 07 de Dezembro de 2020.

TIAGO ZILLI

Presidente da CINFRA

CIRSURES**TERMO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº010/2020**

Publicação Nº 2752898

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020 - CIRSURES

O Ordenador de Despesa do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES), abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 49, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolve REVOGAR a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 10/2020, Processo Administrativo nº 13/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para realização de serviços de monitoramento eletrônico patrimonial (alarmes e câmeras) com sistema de verificação por imagem e vistorias preventivas, além de instalação de equipamentos.

FATO SUPERVENIENTE:

O ato de revogação da licitação acima referida se dá em face da necessidade de readequação da descrição do objeto licitado às demandas estipuladas no processo licitatório, incluindo alterações nos itens e quantidades licitadas, com vistas a uma aquisição satisfatória para melhor atender aos interesses deste Consórcio Público, e por conveniência administrativa.

A readequação do objeto, entenda-se como a melhor definição dos itens licitados e das quantidades estipuladas no edital, os quais são condição fundamental para a conveniência da contratação definida no Pregão Presencial nº 10/2020, de modo a evitar imprecisões, variações nos preços das propostas e até mesmo prejuízo ao Consórcio Público.

MOTIVAÇÃO:

A necessidade de alteração nos itens licitados e nas quantidades que se busca contratar afeta diretamente o objetivo da contratação, razão pela qual é fato motivador da presente Revogação, tendo em vista que o prosseguimento da licitação, com o objeto e seu quantitativo definido como estão, resultaria em imprecisão nas propostas dos participantes do certame, possíveis gastos excessivos e aquisições que não atenderiam a necessária demanda da Administração Pública.

CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA:

Conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça, nos casos em que o desfazimento do processo de contratação ocorre antes da homologação do certame e da adjudicação do objeto, não há necessidade de abertura de prazo recursal para apresentação de contraditório por parte dos licitantes, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - REVOGAÇÃO - CONTRADITÓRIO. 1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público. 2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado. 3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido. 4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. 5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. 6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório. 7. Recurso ordinário não provido. (STJ, ROMS nº 200602710804, Rei. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008.)

DA DECISÃO:

Com efeito, prosseguir com a presente licitação possivelmente resultaria em uma contratação que não atingiria sua finalidade principal, qual seja, o atendimento da real necessidade do objeto licitado.

Assim, percebendo-se a necessidade de readequação do objeto da licitação, buscando a melhor maneira de atendimento dos interesses da administração e, ainda, por razões de interesse público e em observância ao princípio da autotutela, REVOGA-SE o presente processo licitatório, nos termos da legislação vigente, para todos os efeitos.

PUBLIQUE-SE.

Urussanga, 10 de dezembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Presidente do CIRSURES